



CARLA CARINA PARDAL CARDOSO FREIRE QUARESMA

**CRIMINALIDADE VIOLENTA:
DA SUA MEDIÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
SEGURANÇA INTERNA**

Dissertação com vista à obtenção do grau de
Doutor/a em Direito e Segurança

Orientador:

Doutor Nélson Lourenço, Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa

Maio de 2019



CARLA CARINA PARDAL CARDOSO FREIRE QUARESMA

**CRIMINALIDADE VIOLENTA:
DA SUA MEDIÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
SEGURANÇA INTERNA**

Dissertação com vista à obtenção do grau de
Doutora em Direito e Segurança

Orientador:

Doutor Nélson Lourenço, Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa

Maio de 2019

DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO

Para os devidos efeitos, e de acordo com o previsto no art.º 5.º do Regulamento n.º 384/2013, de 8 de outubro, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, relativo ao ciclo de estudos conducente ao grau de “Doutor em Direito e Segurança”, declaro que esta tese de Doutoramento é da minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada.

Lisboa, 22 de maio de 2019



Carla Carina Pardal Cardoso Freire Quaresma

Ao meu pai,
Manuel Quaresma
(1935-2016)

AGRADECIMENTOS

No culminar de um longo percurso, importa refletir sobre o mesmo e agradecer a todos/as que me ajudaram a chegar até aqui. Para ser completamente justa teria de recuar muitos (alguns) anos atrás, uma vez que esta etapa foi antecedida de outras, e assim sucessivamente, que foram traçando as linhas da rota prosseguida.

Recuando pouco a pouco, agradeço em primeiro lugar ao Professor Doutor Nélson Lourenço, que aceitou orientar esta Tese e se mostrou sempre muito disponível para apoiar e estimular o seu desenvolvimento. Sendo uma figura de referência nestas áreas, constituiu uma fonte de inspiração que efetivamente orientou os caminhos percorridos por esta investigação. A forte motivação comum, nomeadamente pelo domínio da medição do crime, foi uma mais-valia para a prossecução deste estudo, criando-se um ambiente de forte estímulo, na expectativa de se poderem vir a produzir contributos nesta área.

Ao Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia, pelo seu forte empenho em trazer para o meio académico português a temática do Direito e Segurança, de forma consistente e estruturada, frequentemente estimulando os/as seus/as alunos/as, quer em termos de experiências de “crescimento” científico, quer para a efetiva conclusão da tese. A possibilidade de ter publicado alguns dos trabalhos efetuados ao longo do Curso foram estímulos muito relevantes e um reconhecimento do esforço e empenho colocado em cada um deles.

Uma palavra de agradecimento a todos e todas que colaboraram neste estudo, desde logo a quem aceitou conceder uma entrevista (Agostinho da Costa, Armando Leandro, João Lázaro, Pedro do Carmo, Rui Abrunhosa, Rui Pereira, Cândido da Agra, Carlos Anjos, Maria João Costa, Helena Fazenda, Paulo Cunha, Adriano Rocha, Pedro Moleirinho, Joaquim Vivas, José Ferreira de Oliveira, Manuel Gonçalves, Luísa Maia Gonçalves, Carla Ferreira, Sónia Reis, Sofia Nunes e Maria José Morgado¹). Foi um privilégio poder realizar estas entrevistas e recolher uma tão grande diversidade de contributos.

O meu muito obrigada aos/às profissionais que aceitaram colaborar no estudo (respondendo a mais um questionário), enriquecendo o mesmo com a visão de quem está efetivamente no terreno e na “linha da frente” e, obviamente, aos serviços/entidades que viabilizaram a referida colaboração (CSM, Ministério Público, GNR, PSP, PJ, SEF e APAV).

Importa agradecer também a quem possibilitou a recolha de dados que foram objeto de tratamento e análise nesta investigação. A Fernanda Alves, coordenadora da 7.ª secção do

¹ Nomes indicados segundo a ordem de realização das entrevistas.

DIAP de Lisboa, que uma vez mais se mostrou incansável no apoio e empenho em poder efetivamente contribuir para a investigação científica, na expectativa desta prestar o seu retorno para a prática diária. À DGPJ, e em especial a Maria João Costa, pela cedência de dados estatísticos e pela disponibilidade constante para prestar os esclarecimentos que foram solicitados. À DGAJ, e em especial a Maria da Luz do Ó, pela cedência de dados e pela paciência perante a minha persistência. Agradeço também o acolhimento e disponibilidade manifestados pelo Juízo Central Criminal de Lisboa, em particular a José Barata (juiz), Apolinário Sousa e Bruno Silva. Foi também importante a colaboração e esclarecimentos prestados por Eduardo Franco, João Janeiro, Christophe Soullez e Eleanor Neyroud.

Aos/às professores/as do 1.º Curso de Doutoramento em Direito e Segurança que com o seu saber estimularam ainda mais o interesse por estas áreas, e aos/às colegas do curso, pelo privilégio que foi ter partilhado este percurso com eles/as, aprender com as suas tão diversas experiências, e receber o estímulo para continuar até à data de hoje - um obrigado especial à Fátima Fernandes.

Devo dedicar uma palavra de apreço ao Ministério da Administração Interna, à SGMAI (aos/às seus/as dirigentes, em especial a Ana Caetano) e aos/às colegas de trabalho pelo apoio prestado, não podendo deixar de agradecer também a outros/as colegas, dentro e fora do MAI, que acompanharam este percurso e me foram igualmente incentivando a prosseguir.

Recuando um pouco mais, um obrigado a Ausenda Vieira pela forma como me motivou para desempenhar as funções na então ex-DGAI (planeamento estratégico) e que continuou a acompanhar e apoiar-me nesta caminhada.

Aos/às amigos/as que, apesar das “ausências”, estiveram comigo ao longo do caminho.

À Teresa e ao Vítor pela disponibilidade e apoio sempre que foi necessário.

Aos meus pais e irmãos/ã, a família onde afinal foi traçado o mapa que vou descobrindo a pouco e pouco, sendo uma das principais responsáveis por conseguir chegar ao fim desta etapa, sem nunca pensar em desistir. Este agradecimento estende-se à família mais alargada e que ao longo do tempo tive o prazer de ver crescer.

Ao Nuno, por me acompanhar nesta caminhada e pela paciência. A ele e à Alice, pela compreensão e apoio, sem os quais não seria possível estar a redigir estas palavras. Sim, Alice, para ti, que foste o que de melhor me aconteceu ao longo deste percurso, julgo que finalmente acabei o “*douramento*”! Espero que um dia mais tarde este esforço que realizámos te possa também dar força sempre que dela necessites!

MENÇÕES DIVERSAS

No âmbito da redação da presente tese foram tidas em conta as regras de estilo definidas pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa [FDUNL] (2014), no que concerne a teses, dissertações e outros trabalhos escritos.

A tese foi redigida em português e seguiu as regras previstas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o qual se encontra em vigor na ordem jurídica interna desde maio de 2009 (Assembleia da República, 2011). Salienta-se que, sempre que se tenha recorrido à transcrição direta de conteúdos, foi mantida a ortografia original presente nos diplomas legais consultados.

Tal como previsto nas regras de estilo acima mencionadas, colocou-se o índice no final da tese, a seguir aos anexos. Apesar disso apresenta-se, a seguir ao resumo, um plano da obra, de modo a viabilizar uma perceção mais imediata da organização das partes e capítulos da tese.

Foram tidas em conta as normas de citação e referenciação bibliográficas da Associação Americana de Psicologia (APA), 6.^a edição, de 2010. Esta opção decorre da natureza da investigação efetuada, podendo esta situar-se na área das ciências sociais, e do facto de serem as normas utilizadas pela investigadora ao longo do seu percurso académico e profissional, constituindo-se assim como um recuso facilitador do trabalho.

De modo a dar cumprimento ao determinado no art.º 13.º (n.º 3) do Regulamento do Terceiro Ciclo de Estudos Conducentes ao Grau de Doutor em Direito e Segurança, da FDUNL, e ao definido no âmbito das regras de estilo acima mencionadas, declara-se que o corpo da tese, ocupa um total de 1.116.585 carateres (sem notas de rodapé e sem espaços, e com a sua inclusão: 1.312.296 carateres). Mais se informa que o corpo da tese ocupa 580 páginas, no âmbito das quais está integrado um total de 63 tabelas e 59 gráficos com dados estatísticos e respetivas análises, decorrentes do estudo empírico realizado (componentes centrais da presente tese). Trata-se de elementos que contribuíram para o acréscimo de caracteres e espaços face ao previsto, sendo que os apêndices (dez) e anexos (quatro) desta obra comportam já outras informações e dados estatísticos complementares, sempre que foi considerada adequada a sua remissão para tais partes menos nucleares da tese.

Tal como previsto nas referidas regras de estilo, os índices encontram-se no final da tese, tendo-se no entanto incluído, a seguir ao resumo, um plano da obra para facilitar uma apreensão inicial e global das partes e capítulos que a compõem.

SIGLAS, ACRÓNIMOS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
AR	Assembleia da República
ASAE	Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica.
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BCS	British Crime Survey (Inquérito de vitimação britânico - <i>atualmente designado de CSEW</i>)
BJS	Bureau of Justice Statistics (Gabinete de Estatísticas de Justiça dos EUA)
CARE	Rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual (APAV)
CEDAW	Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres) (ONU)
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CHI	Crime Harm Index (Índice de severidade criminal) - Universidade de Cambridge
CID-10	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - Versão 10
CIG	Comissão para Cidadania e Igualdade de Género
CNPDCJC	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CoE	Conselho da Europa
COMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa (PSP)
COMETPOR	Comando Metropolitano do Porto (PSP)
CP	Código Penal
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CPP	Código de Processo Penal
CPVC	Comissão de Proteção às Vítimas de Crime
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSE	Conselho Superior de Estatística
CSEW	Crime Survey for England and Wales (Inquérito de vitimação - Inglaterra e País de Gales)
CSM	Conselho Superior da Magistratura
CSMP	Conselho Superior do Ministério Público
DGAI	Direção-Geral de Administração Interna
DGAJ	Direção-Geral da Administração da Justiça
DGPJ	Direção-Geral de Política de Justiça
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGS	Direção-Geral da Saúde

DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
DL	Decreto-Lei
ECS	European Crime and Safety Survey (Inquérito Europeu ao Crime e Segurança)
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e não Discriminação
EPAV	Equipa de Proximidade e Apoio à Vítima (PSP)
ESS	European Social Survey (Inquérito Social Europeu)
EUA	Estados Unidos da América
EUROSTAT	Statistical office of the European Union (Departamento das Estatísticas Oficiais da União Europeia).
FBI	Federal Bureau of Investigation (Gabinete Federal de Investigação - EUA).
FDUNL	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
FRA	Fundamental Rights Agency (Agência da UE para os Direitos Fundamentais)
FS	Forças de Segurança
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GCS	Gabinete Coordenador de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRES	Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança
GRESI	Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança Interna
GSGSSI	Gabinete do Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna
GSS	General Social Survey on Victimization (Inquérito Social Geral sobre Vitimação - Canadá)
HEUNI	European Institute for Crime Prevention and Control (Instituto Europeu para a Prevenção e Controlo Criminal)
IAC	Instituto de Apoio à Criança
IBE	Índice de bem-estar
ICCS	International Classification of Crime for Statistical purposes (Classificação internacional do crime para fins estatísticos)
ICVS	International Crime Victim Survey (Inquérito Internacional sobre vitimação criminal)
IEP	Institute for Economics and Peace (Instituto para a Economia e Paz)
INE, I.P.	Instituto Nacional de Estatística, Instituto Público
INHESJ	Institut national des hautes études de la sécurité et de la justice (Instituto de Altos Estudos de Segurança e Justiça - França)
INMLCF, I.P.	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, Instituto Público
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
MAI	Ministério da Administração Interna
MJ	Ministério da Justiça
MP	Ministério Público
NCVS	National Crime Victimization Survey (Inquérito Nacional sobre vitimação criminal - EUA)

NIAVE	Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (GNR)
NUIPC	Número único identificador de processo-crime
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONDRP	Observatoire national de la délinquance et des réponses pénales (Observatório Nacional da Delinquência e das Respostas Penais - França)
ONG	Organização Não-Governamental
ONS	Office for National Statistics (Gabinete para as Estatísticas Nacionais - Inglaterra e País de Gales)
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PE	Parlamento Europeu
PGDL	Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa
PGR	Procuradoria-Geral da República
PJ	Polícia Judiciária
PJM	Polícia Judiciária Militar
PM	Polícia Marítima
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	Portugal
RAFAVH	Rede de apoio a familiares e amigos das vítimas de homicídio (APAV)
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SASU	Safety Survey (Inquérito à Segurança) (Eurostat)
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEI	Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional (PSP)
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SGSSI	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SICO	Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (DGS)
SICRIM	Sistema de Informação de Identificação Criminal (DGAJ)
SIEJ	Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (DGPJ)
SIIO	Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (GNR)
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SPCE	Secção Permanente de Coordenação Estatística
TSH	Tráfico de Seres Humanos
UC	Unidade de conta processual
UCR	Uniform Crime Report (Relatório uniformizado para o registos dos crimes - EUA)
UCR	Uniform Crime Reporting Survey (Formulário uniformizado para o registos dos crimes - Canadá)

UE	União Europeia
UKSA	United Kingdom Statistics Authority (Autoridade para as Estatísticas do Reino Unido)
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta
UNECE	United Nations Economic Commission for Europe (Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa)
UNICRI	United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (Instituto das Nações Unidas para a investigação inter-regional na área do crime e Justiça)
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime (Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime)
VD	Violência Doméstica

Abreviaturas utilizadas especificamente no contexto do presente estudo

AB	Armas brancas
AF	Armas de fogo
ASC	Abuso sexual de crianças
CEV	Criminalidade especialmente violenta
CS	Coação sexual
CV	Criminalidade violenta
CVG	Criminalidade violenta e grave
E/A	Exposição ou abandono
HVC	Homicídio voluntário consumado
MT	Maus tratos
OIFG	Ofensa à integridade física grave
RSTR	Rapto/Sequestro/Tomada de Reféns
VEV	Vítimas especialmente vulneráveis
Viol.	Violação

Siglas e símbolos estatísticos utilizados

DP	Desvio-padrão
Fi	Frequência absoluta
M	Média
Me	Mediana
N ou n	Dimensão da amostra/subamostra
n.d	(Valor) não disponível
R²	Coefficiente de determinação (modelo de regressão)
s.d	Sem data
TVA	Taxa de variação anual
TVar	Taxa de variação
TVMA	Taxa de variação média anual
%	Frequência relativa (percentagem)
‰	Permilagem (proporção relativa a mil)

RESUMO

A criminalidade violenta representa uma grave violação dos direitos humanos e atenta contra o desenvolvimento dos indivíduos, da sociedade e dos Estados. Para uma prevenção e combate eficazes é essencial que a (re)definição das políticas públicas, nomeadamente de segurança interna, se suporte em análises compreensivas da realidade criminal, para o que são fundamentais formas de medição adequadas. Esta investigação teve como principais objetivos apresentar uma reflexão sobre o conceito de criminalidade violenta, avaliar as variações/tendências verificadas em Portugal, propor formas de medir a sua severidade e analisar o prosseguimento dos casos ao longo das várias fases do processo penal. Foi realizado um conjunto alargado de entrevistas exploratórias com representantes de entidades do Sistema de Justiça Penal e especialistas na temática, após o que se desenvolveu e aplicou um questionário para aceder às perceções de profissionais que lidam com esta realidade a nível nacional (N= 651). Paralelamente, analisaram-se dados sobre crimes registados, resultados dos inquéritos, processos findos nos tribunais e dados constantes no registo criminal. Existem duas definições oficiais de criminalidade violenta em Portugal, uma para fins estatísticos e outra para fins legais, sendo a sobreposição de crimes, entre ambas, inferior a 50%. Segundo a definição utilizada no Relatório Anual de Segurança Interna, regista-se, entre 2008 e 2017, uma taxa de variação média anual de -3,4%, no entanto, pela definição prevista no Código de Processo Penal esta taxa é de 1%. Entre os profissionais inquiridos as posições são divergentes; comparando perceções opostas, prevalece aquela que indica a existência de um aumento da criminalidade violenta nos últimos 10 anos, em termos quantitativos e da “carga de violência”. Cruzando a estimativa de crimes violentos registados que chegam à fase de julgamento com a proporção de condenações a pena de prisão efetiva, encontra-se num dos polos o homicídio (em 100 registos, 74 geram condenação e em 66 é decretada pena de prisão efetiva) e no polo oposto surge a violência doméstica (em 100 registos, 6 geram condenação, e em menos de um caso é decretada pena de prisão efetiva: 0,4). Tendo em conta os dados do registo criminal, foram analisados alguns indicadores que podem refletir um aumento da severidade criminal nos homicídios (2010-2017), nomeadamente um aumento nas condenações por homicídio qualificado, em detrimento das condenações por homicídio simples. São apresentadas e discutidas propostas para a revisão do conceito de criminalidade violenta, para a criação de índices de severidade criminal (inter e intra), e para outras medidas que visam aperfeiçoar o sistema de estatísticas criminais vigente em Portugal, procurando-se contribuir para o planeamento estratégico ao nível das políticas públicas destinadas a garantir o direito à segurança, respeitando o princípio da igualdade.

Palavras-chave: criminalidade violenta, medição do crime, severidade criminal, segurança interna, Sistema de Justiça Penal, políticas públicas.

ABSTRACT

Violent crime represents a serious violation of human rights and threatens the development of individuals, society and states. For its effective prevention and fight it is essential that the (re)definition of public policies, particularly of internal security, be supported by comprehensive analyzes of the criminal reality, for which adequate measurement methods are essential. The main objectives of this investigation were to reflect on the concept of violent crime, to evaluate its variations/trends found in Portugal, to propose measures to assess its severity and to analyze the progress of cases throughout the various stages of the criminal process. A large set of exploratory interviews with representatives of entities of the criminal justice system and experts on the subject was carried out, after which a questionnaire was developed and applied to access perceptions of professionals who deal with this reality at a national level (N= 651). At the same time, data on recorded crimes, inquiry stage results, court decisions, and national criminal records were analyzed. There are two official definitions of violent crime in Portugal, one for statistical purposes and the other for legal purposes, with crime overlap between them being less than 50%. According to the definition used in the Annual Internal Security Report, between 2008 and 2017, an average annual rate of change of -3,4% is registered, however, through the definition foreseen at the Criminal Procedure Code, this rate is 1%. Among professionals interviewed positions are divergent; comparing opposing perceptions, the one that indicates the existence of an increase in violent crime in the last 10 years, in quantitative terms and of its severity, prevails. Crossing the estimate of recorded violent crimes that reaches the trial stage with the proportion of convictions to effective arrest, at one end is homicide (in every 100 records, 74 result in conviction and 66 are sentenced to effective arrest) and in other end is domestic violence (in every 100 records, 6 result in conviction, and in less than one case a sentence of effective arrest is decreed: 0,4). Considering data from national criminal record, some indicators were analyzed which may reflect an increase in criminal severity in homicides (2010-2017), namely an increase in convictions for qualified homicide, along with a decrease in convictions for simple homicide. Proposals are presented and discussed for the revision of the concept of violent crime, for developing criminal severity indexes (between and within crimes), and for other measures to improve the Portuguese criminal statistics system, aiming a contribution for strategic planning at the level of public policies in order to guarantee the right to security, respecting the principle of equality.

Keywords: violent crime, measuring crime, crime severity, internal security, criminal justice system, public policies.

PLANO DA OBRA

Introdução.....	21
PARTE I - SEGURANÇA, VIOLÊNCIA E CRIME: ENQUADRAMENTO GERAL	29
1. O Direito à Segurança.....	31
2. Conceptualização da Violência	55
3. O crime e a criminalidade violenta no Direito Penal português.....	89
PARTE II - A MEDIÇÃO DO CRIME	129
4. A medição do crime - perspectivas e práticas a nível internacional.....	131
5. A medição do crime - perspectivas e práticas em Portugal.....	195
PARTE III - MEDIÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA: ESTUDO DO CASO PORTUGUÊS	271
6. Questões e hipóteses de investigação	273
7. Metodologia.....	275
8. Análise de resultados da aplicação do questionário	309
9. Evolução da criminalidade em Portugal.....	365
10. Ensaio sobre a criação de um índice de severidade criminal	443
PARTE IV - DISCUSSÃO E PROPOSTAS.....	451
11. Discussão	453
12. Propostas no âmbito da medição da criminalidade violenta	562
Conclusão.....	581
Bibliografia	603
Apêndices.....	641
Anexos.....	891
Índices.....	925
Índice geral.....	937

INTRODUÇÃO

A conexão entre violência, segurança e desenvolvimento, dentro do contexto mais amplo do Estado de Direito, está devidamente estabelecida. Os estudos tendem a demonstrar de forma genérica que níveis baixos de criminalidade violenta estão geralmente associados a níveis elevados de desenvolvimento, assim como a menores desigualdades de rendimentos (Gabinete das Nações Unidas contra a droga e o crime [UNODC], 2014).

Indicadores sociais, incluindo aqueles na área do crime e justiça criminal, apoiam os governos na avaliação e monitorização das condições, circunstâncias e tendências em termos do bem-estar das populações e do impacto social das políticas e despesas públicas; ajudando a identificar e monitorizar problemas sociais e disparidades (Organização das Nações Unidas [ONU], 2003).

Tal como já era indicado por Wolfgang, Figlio, Tracy e Singer (1985), sem a existência de indicadores precisos sobre a criminalidade torna-se difícil, se não impossível, determinar com algum grau de certeza o nível da atividade criminal e avaliar a efetividade de programas de intervenção.

Assim, a medição adequada do crime é essencial nomeadamente para uma alocação racional de recursos do Sistema de Justiça Criminal e para a (re)definição das políticas públicas de segurança interna.

Políticas públicas de segurança adequadas passam pelo reconhecimento da legitimidade da ação policial, a promoção da confiança nas polícias, pelo aumento da eficiência das ações policiais, pela diminuição do sentimento de insegurança e do medo do crime e ainda pelo aumento da eficiência da Justiça, contribuindo para aumentar a confiança neste Sistema e diminuindo a perceção de impunidade (Lourenço, 2012).

Conforme referido por J. Rocha (2010), o objeto de estudo das políticas públicas são as decisões políticas que têm impacto na vida dos cidadãos, ou o resultado da atividade governamental. Este autor convoca uma definição clássica de política pública (avançada por Dye em 1975) que indica que esta corresponde a tudo o que os governos escolhem fazer ou não fazer.

Deste modo, trata-se de políticas desenvolvidas pelos governos e entidades públicas; constituem escolhas que visam a obtenção de resultados, tais como o aumento de rendimentos

dos mais desfavorecidos ou o aumento do nível de formação e educação; e se a mesma for plasmada na forma de uma lei ou de um programa, corresponde igualmente às ações subsequentes destinadas a implementar as decisões aí formuladas.

Este conceito de política pública está associado a um modelo de Estado clássico, em que este é a fonte das políticas públicas, sendo estas assim encaradas como as ações dos órgãos do Estado para responder às pretensões dos cidadãos ou às pressões de atores exteriores (J. Rocha, 2010).

Conforme referido pelo mesmo autor, este modelo clássico de Estado está em crise, levando como consequência à mudança do processo político, nomeadamente porque todos os atores, mesmo aqueles que não pertencem ao executivo, estão envolvidos no processo político.

O modelo de Estado tem sofrido alterações, sendo que no polo oposto ao modelo clássico de Estado, altamente centralizador, estará o modelo de governação no qual a formulação e implementação das políticas públicas é o resultado da interação de vários atores com diferentes objetivos, interesses e valores (Colebatch, 2005, cit. por J. Rocha, 2010).

Refira-se que as fases típicas do processo político (tendo em conta os contributos de Jones de 1977 e Anderson de 1975, cit. por J. Rocha, 2010) são: a constituição da “agenda”, a formulação e legitimação das políticas, a sua implementação e avaliação.

Independentemente das teorias e modelos explicativos do processo político e do processo de decisão das políticas, é incontornável a importância das políticas públicas que possuem reflexos diretos na segurança interna e que se destinam nomeadamente a garantir o direito fundamental à segurança (“*Todos têm direito à liberdade e segurança*”- art.º 27.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa).

Conforme refere Haggerty (1998), é através do conhecimento estatístico que a população entra para o pensamento político, e quando conceitos subjetivos como saúde ou segurança são tornados objetivos, através de medidas agregadas, é que a governança se torna praticável.

Segundo este autor, o conhecimento do crime e da justiça criminal constitui um atributo fundamental no desenvolvimento de estratégias para “governar” as populações. As estatísticas permitem dar existência aos objetos de governação e permitem monitorizar e avaliar as estratégias governamentais neste domínio.

Tal como referem Loader e Sparks (2012), existe uma politização do crime pois este deixou de ser gerido fora dos “bastidores” por especialistas, ao contrário do verificado em épocas anteriores, mas tornou-se objeto de disputa política. Neste clima, as políticas criminais estão crescentemente sob a influência dos *mass media* e da opinião pública e à mercê da ativação da emoção popular. As vítimas surgem como atores políticos influentes e representantes do interesse público. Resultando deste contexto um ambiente político “hiperativo”, volátil, e instável, onde é difícil dar sentido e evidenciar o que é dito e feito, e onde as ansiedades acerca do crime assumem um papel predominante na formatação das rotinas diárias e das instituições sociais (Loader & Sparks, 2012).

Um conhecimento mais aprofundado sobre as tendências criminais, nomeadamente sobre a criminalidade considerada violenta e que atenta contra direitos fundamentais como o direito à vida e à integridade pessoal, poderá constituir-se como um contributo relevante para a (re)definição das políticas públicas de segurança interna, de modo a que estas possam ser formuladas, implementadas e avaliadas com base em informação o mais fiável possível.

Desde 2010, assiste-se em Portugal a uma diminuição contínua dos quantitativos registados pelos Órgãos de Polícia Criminal no domínio da designada “criminalidade violenta e grave”. Trata-se de um indicador muito positivo no âmbito da segurança interna, no entanto em termos do Código de Processo Penal a definição consagrada ao nível da “criminalidade violenta”/“criminalidade especialmente violenta”, possui uma abrangência diferente, pelo que importa efetuar uma reflexão em torno destes conceitos e consequentemente das conclusões que se possam retirar acerca de eventuais tendências nesta área.

Apesar de todos possuímos uma noção do que é violência, a sua definição, e especialmente a sua medição é mais complicada (Ferguson, 2010).

Por outro lado, diversas vezes é afirmado que a criminalidade violenta e grave diminuiu em termos quantitativos, mas a “carga de violência” com que os crimes são praticados (severidade criminal) aumentou. Neste domínio da análise da severidade da violência existe uma ausência de critérios devidamente estabelecidos e dados disponíveis que permitam corroborar ou refutar esta hipótese.

Compreender se o número de crimes registados pelos OPC está a aumentar/diminuir/manter-se é uma tarefa relativamente simples, mas analisar qual a tendência face à sua severidade constitui algo mais complexo.

Assim, a presente investigação pretende efetuar uma reflexão em torno da definição de criminalidade violenta, e suas implicações ao nível de eventuais tendências, e facultar um contributo para efeitos da medição da severidade criminal.

Ao nível da severidade criminal, procurar-se-á fornecer contributos para sua medição inter-crimes e intra-crimes, propondo-se a criação de índices de severidade criminal.

Por outro lado, o estudo pretende analisar as taxas de acusação e de condenação, designadamente no âmbito dos crimes que integram a tipologia de criminalidade violenta, fornecendo assim outro tipo de indicadores relevantes no âmbito do Sistema de Justiça Criminal, de modo a conhecerem-se os eventuais “padrões” ao nível do “prosseguimento” dos casos ao longo das várias fases do processo-crime.

Não obstante a imprescindibilidade da realização de inquéritos de vitimização para uma mais completa medição do crime e da vitimação, na presente investigação procurar-se-á dirigir a atenção para a vertente dos dados administrativos/oficiais, numa lógica de maximização da informação útil que daí seja possível extrair.

Assim, os objetivos centrais deste estudo são os seguintes:

- Apresentar uma reflexão sobre o conceito de criminalidade violenta;
- Avaliar as variações/tendências verificadas na criminalidade violenta em Portugal;
- Propor formas de medição da criminalidade violenta (severidade inter e intra-criminal);
- Analisar as taxas de acusação e de condenação no âmbito da criminalidade violenta.

A presente tese está organizada em quatro partes.

A primeira parte é dedicada a um enquadramento geral sobre a “segurança, violência e crime”, contemplando três capítulos, onde se procura abordar o “Direito à segurança” (capítulo 1), a “Conceptualização da violência” (capítulo 2) e a contextualização do crime e da criminalidade violenta no Direito Penal português (capítulo 3).

A segunda Parte é relativa à “Medição do crime” e comporta dois capítulos (4 e 5).

São apresentadas as grandes linhas internacionais orientadoras do desenvolvimento de sistemas de estatísticas no âmbito da justiça criminal (capítulo 4). Estão também aqui refletidas questões relacionadas com a comparação entre estatísticas criminais e inquéritos de vitimação, questões técnicas ao nível da taxa de prevalência e taxa de vitimação, e ainda uma revisão específica sobre a medição da severidade criminal. Posteriormente são apresentados alguns exemplos de sistemas ou práticas de medição do crime em países onde os procedimentos a este nível possuem já uma longa tradição, sendo mencionadas, sempre que possível, algumas especificidades no que diz respeito à criminalidade violenta e medição da severidade criminal.

No capítulo 5 a atenção recai sobre a medição do crime em Portugal, passando-se pela descrição do sistema de estatísticas de justiça criminal, a medição da criminalidade violenta, estudos realizados, outras fontes e indicadores potencialmente relevantes para a medição do crime e, finalmente, é efetuada uma análise comparada da realidade portuguesa em termos de crimes registados e outros indicadores no âmbito do Sistema de Justiça Penal com a realidade a nível da UE ou mundial.

Terminadas as duas partes dedicadas à revisão da literatura e a apresentação do “Estado da Arte” nas áreas analisadas por esta investigação, a terceira Parte da tese reflete o estudo empírico realizado sobre a medição da criminalidade violenta em Portugal, contendo cinco capítulos (6 ao 10).

O capítulo 6, muito breve, reporta apenas as questões e hipóteses de investigação subjacentes ao estudo realizado e o capítulo seguinte aborda a metodologia utilizada (capítulo 7).

No capítulo 8 está plasmada a análise de resultados efetuada com base na aplicação do questionário a profissionais que exercem funções no Sistema de Justiça Criminal e no apoio a vítimas de crime.

No capítulo 9 é efetuada uma análise à evolução da criminalidade em Portugal, focando os crimes registados pelos OPC e um estudo sobre a criminalidade violenta registada pelos OPC consoante cada uma das definições consideradas. São igualmente apresentados dados e análises relativos às fases seguintes no âmbito do processo penal: resultados dos inquéritos, processo-crime em fase de julgamento, população reclusa e registo criminal. No caso da análise efetuada com base nos dados provenientes do registo criminal efetuou-se um estudo específico sobre as inserções contendo condenações por homicídio ou homicídio qualificado

(na forma tentada ou consumada), procurando-se obter indicadores *proxy*² da severidade intra-criminal para este tipo de crime.

O último capítulo desta parte contempla um ensaio sobre a criação de um índice de severidade criminal (inter-crimes) e seu reflexo na análise estatística da criminalidade registada (capítulo 10). A este nível, pretendia-se ir um pouco mais além, explorando-se a criação de um índice de severidade criminal com base na duração das penas aplicadas, no entanto e tendo em conta que este tipo de informação não se encontrava disponível de forma compatível com a realização da presente investigação, optou-se por ensaiar apenas a criação de um índice de severidade criminal com base na moldura penal prevista.

A quarta e última parte da tese comporta dois capítulos (11 e 12).

A discussão dos resultados (capítulo 11) está organizada em torno dos quatro objetivos centrais atrás explicitados.

Neste capítulo foi incluído um último ponto (11.5) relativo a desafios (para além dos inerentes à medição da criminalidade violenta) que se colocam às estatísticas sobre a criminalidade registada e processos-crime, tendo por base os dados e a informação recolhidos ao longo da presente investigação. São abordadas questões relacionadas com as cifras cinzentas³ e práticas de registo dos crimes, a sua análise, a produção e divulgação de estatísticas criminais e de outros indicadores no âmbito do processo penal, e ainda o papel das estatísticas na (re)definição das políticas públicas.

Salienta-se que ao longo deste capítulo foram integrados contributos provenientes das entrevistas exploratórias realizadas junto de representantes de diversas entidades do Sistema de Justiça Penal e de uma organização de apoio à vítima, e ainda junto de diversos especialistas nas matérias em apreço.

Por fim, o último capítulo da quarta parte apresenta algumas propostas no domínio da medição da severidade criminal (capítulo 12). A este nível, e no que respeita à medição da severidade intra-criminal, pretendia-se apresentar propostas mais específicas e ensaiadas com dados reais, contudo tal tarefa mostrou-se inviável de concretizar tendo em conta a ausência, à data, de sistemas de informação (ex.: nos OPC) que contemplem indicadores de severidade criminal específicos e utilizados de forma sistemática ao nível do registo dos crimes e que pudessem permitir uma extração automática de dados e respetiva análise. Por outro lado,

² Na ausência de indicadores diretos, são indicadores aproximados.

³ Crimes reportados ou do conhecimento das autoridades, mas não registados.

pretendia-se efetuar uma análise de conteúdo a um conjunto de decisões condenatórias transitadas em julgado, o que não se revelou possível tendo em conta que a forma de acesso às mesmas tornava pouco viável a prossecução desta linha e investigação.

Apesar dos referidos constrangimentos verificados ao nível de obtenção de alguns dados, salienta-se que foram múltiplas as fontes de dados utilizadas, bem como as linhas de investigação e análise prosseguidas, procurando-se obter uma visão integrada sobre potenciais indicadores relevantes a ter em conta no âmbito da medição da criminalidade violenta em Portugal.

A tese termina com a Conclusão, a qual surge após uma extensa discussão de resultados e apresentação de propostas no domínio da medição da severidade criminal, esperando-se que a presente investigação possa constituir-se como um contributo relevante no domínio da reflexão e práticas de medição do crime em Portugal, e em concreto da criminalidade violenta, viabilizando a existência de bases mais sólidas para a definição, implementação e avaliação das políticas públicas, nomeadamente ao nível da segurança interna.

PARTE I

SEGURANÇA, VIOLÊNCIA E CRIME:

ENQUADRAMENTO GERAL

1. O DIREITO À SEGURANÇA

Neste primeiro capítulo procura-se efetuar uma conceptualização da segurança, inicialmente através de uma compreensão mais alargada deste conceito, e dos vários pilares correspondentes, cada vez menos estanques e cada vez mais interligados e interdependentes, concentrando-se posteriormente a atenção ao nível da segurança interna. Aborda-se o direito constitucional à segurança, na sua vertente objetiva, aludindo-se igualmente à sua vertente subjetiva relacionada com o sentimento de insegurança. O capítulo finaliza com uma reflexão em torno das designadas vítimas especialmente vulneráveis, numa ótica balizada pelo direito à segurança e pelo princípio da igualdade.

1.1 A DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA

Considerando a atenção dedicada por Lourenço (2010; 2013); Lourenço, Lopes, Rodrigues, Costa & Silvério (2015) e Lourenço et al. (2018) à conceptualização da segurança, e os seus contributos neste domínio, este ponto relativo à definição de segurança inicia-se com diversas alusões à linha de pensamento deste(s) autor(es).

Em primeiro lugar importa referir que o conceito de segurança tem de ser referenciado a um contexto social específico, uma vez que, tal como as definições de crime e violência, varia no espaço e no tempo (Lourenço, 2013).

Este autor salienta que a sociedade atual é complexa, sendo um produto da globalização⁴ e das rápidas e profundas transformações (sociais, culturais, políticas e económicas) e da inovação científica e tecnológica, cujo início ocorreu aquando da Revolução Industrial, acentuando-se nas últimas décadas, especialmente após a II Grande Guerra Mundial.

Continuando na linha de pensamento deste autor, pode-se afirmar que a modernidade é caracterizada pela globalização, pela reflexividade e pela descontextualização. Atendendo aos contributos de Giddens em finais do século XX, que aponta a globalização como sendo um processo de intensificação das relações sociais não linear, no sentido em que as ocorrências locais (influenciadas por acontecimentos muito distantes) podem avançar em sentido inverso

⁴ Globalização “corresponde à intensificação das relações sociais à escala mundial, à interdependência crescente das realidades sociais distantes, à compressão do tempo e à diminuição do peso da distância geográfica” (Lourenço et al., 2018, p. 31).

às ocorrências que lhe deram origem, daqui surgindo a descontextualização da sociedade e das instituições.

Os territórios são atualmente atravessados por fluxos transnacionais, nomeadamente de bens, capitais, de população, de informação, de objetos culturais, nos quais os estados têm pouco controlo, e a população, outro elemento tradicionalmente definidor de um Estado, está igualmente sujeita aos efeitos da globalização e aos efeitos da revolução científica e tecnológica (Lourenço, et al., 2018).

Relativamente ao conceito de reflexividade aplicado à modernidade, Giddens (1991, p.38) refere que este consiste no facto das *“práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando constitutivamente o seu carácter”*.

O final do século XX trouxe para primeiro plano o terrorismo de matriz *jihadista*, tendo-se este fenómeno acentuado no primeiro quartel do século XXI com o ataque às Torres Gémeas em 2001, e na sequência do qual surgiram outros ataques trazendo este tipo de terrorismo para o topo da agenda no domínio da segurança (Lourenço, et al., 2018).

Em 2015, a Agência Europeia sobre Segurança identificava três ameaças à segurança: o terrorismo, a criminalidade organizada transnacional e o cibercrime.

Para estas ameaças contribuem os meios de comunicação, as redes sociais e o ciberespaço, constituindo-se como plataformas facilitadoras das mudanças operadas ao nível das sociedades.

Refira-se, porém, que todo este foco colocado no terrorismo não tem correspondência com a sua real extensão. Desde 2001, excluindo os ataques do 11 de setembro, apenas 0,5% das vítimas deste fenómeno se encontravam no mundo ocidental (Instituto para a Economia e Paz⁵, 2015a). Acresce que de acordo com o IEP (2018a), Portugal encontrava-se entre os quatro países da Europa Ocidental (a par do Chipre, Islândia e Suíça) em que não se registara qualquer morte devido ao terrorismo nos últimos vinte anos.

A sociedade atual, altamente mediatizada, facilita a criação de um clima de “terror”, ampliando a perceção do perigo, fomentando o caos e incutindo o sentimento de insegurança, contribuindo muitas vezes para abalar a confiança da população nas instituições (Lourenço, et al., 2018).

⁵ Instituto para a Economia e Paz (Institute for Economics & Peace).

Ao nível dos riscos, o Fórum Económico Mundial (*World Economic Forum* - WEF) identificou, em 2018, os cinco mais preocupantes em termos do seu potencial impacto: a proliferação de armas de destruição maciça, situações provocadas por fenómenos meteorológicos, desastres naturais, incapacidade de adaptação ou de atenuação dos efeitos das alterações climáticas; e as crises provocadas pela falta de água potável (WEF, 2018).

As fronteiras tradicionais entre segurança interna e segurança externa dos Estados fazem cada vez menos sentido face às novas ameaças e riscos. Surgiram dois outros conceitos que são representativos da abrangência e complexidade que o conceito de segurança pode encerrar atualmente.

A Organização das Nações Unidas definiu, em 2009, a “Segurança humana”, à qual atribui um carácter mais abrangente e integrado, não ficando restrito à ausência de medo e percepção dos indivíduos face aos riscos e ameaças à sua integridade, incluindo outras dimensões como a pobreza crónica, as alterações climáticas, as pandemias e as crises económico-financeiras (Lourenço, et al., 2018).

Propõe-se também um outro conceito, a “Segurança nacional”, que comporta vários pilares: a defesa nacional (segurança militar), dedicada especialmente à defesa contra ameaças externas; a segurança do Estado (consubstanciada na atividade dos componentes do Sistema de Informações da República); a segurança humana (onde se inclui a segurança alimentar, a proteção e socorro e a emergência médica); e a segurança interna (que inclui as informações, a segurança pública, a investigação criminal, os serviços de estrangeiros e fronteiras e a proteção civil (Lourenço et al., 2015). A segurança nacional é assim vista por estes autores como um “sistema de sistemas”.

Um desses sistemas é o da segurança interna, que corresponde ao “*conjunto institucional dos serviços e órgãos estaduais responsáveis pela definição e execução das políticas de Segurança Interna*” (Raposo, cit. por Lourenço, et al., 2015, p. 17).

A segurança (objetiva e subjetiva) constitui uma das preocupações mais evidentes da sociedade global atual, refletindo-se no tom securitário dos discursos políticos da Europa e Estados Unidos da América (Lourenço, 2010).

Ainda na linha de pensamento de Lourenço (2013), considera-se que o conceito de segurança referenciado ao contexto social presente da sociedade moderna deverá refletir nomeadamente as principais preocupações atuais no quadro das ameaças à segurança interna (violência

urbana, criminalidade transnacional e as novas formas de terrorismo), mas também comporta uma dimensão subjetiva que decorre do processo de reflexão dos indivíduos sobre as ameaças num determinado contexto social.

A segurança interna possui um carácter estruturante, contribuindo para assegurar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, sendo um dos pilares fundamentais em que se sustenta o Estado Democrático. O autor acrescenta ainda que a segurança interna é fundamental para a paz social e para a preservação de um ambiente de legitimidade e confiança no Estado, aspetos essenciais ao desenvolvimento social e económico.

Importa ainda salientar que é sobejamente reconhecido que as atividades profissionais ligadas ao turismo, sector muito sensível às perceções sobre a segurança interna, ocupam um peso crescente na economia portuguesa, corroborando ainda mais a importância da adoção/manutenção de políticas de segurança interna eficazes.

Portugal é tradicionalmente considerado como um país seguro, quer seja em termos absolutos quer em termos relativos, quando comparado com outros Estados. Esta circunstância que importa preservar nem sempre é valorizada, sendo aqui adequado relembrar a comparação comumente efetuada que refere que a segurança é como o “ar que se respira”, só se pensando nela quando esta falta ou apresenta algumas deficiências.

A segurança interna é de extrema importância para a credibilidade dos Estados na ordem externa, aspeto essencial para promover a confiança necessária que contribui para a captação de investimento estrangeiro (Lourenço, 2013).

Assim, a segurança interna constitui-se como um ativo estratégico de cada país. Se a segurança interna for afetada de forma significativa, para além dos custos pessoais, sociais e económicos a nível estritamente interno, terá certamente, por si só, um impacto mais significativo na diminuição do investimento estrangeiro do que outros fatores isolados, como sejam as tão abordadas ineficácias do Sistema de Justiça, o excesso de burocracia ou a carga fiscal elevada.

A segurança é um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa e constitui um fator essencial ao gozo de outros direitos fundamentais, como sejam os direitos sociais. Sem uma sociedade minimamente segura esses direitos sociais são dificilmente atingidos.

A segurança foi inscrita na 1.^a Constituição Portuguesa (1822) logo no seu 1.º artigo (*“A Constituição Política da Nação Portuguesa tem por objeto manter a liberdade, segurança, e propriedade de*

todos os Portugueses”) e no art.º 3.º este conceito era densificado: “*A segurança pessoal consiste na proteção que o Governo deve dar a todos, para poderem conservar os seus direitos pessoais*”. Em 1822 definia-se a segurança como um direito fundamental, configurando-o em termos muito atuais, e era consagrado também como uma garantia do exercício dos outros direitos (R. Pereira, 2012). Na Carta Constitucional de 1826 assumia-se a segurança como uma atribuição essencial do Estado (R. Pereira, 2012).

Nas restantes Constituições (1911, 1933 e 1976) as referências à segurança são mais indiretas ou muito tímidas, considerando-se que os textos mais marcantes em matéria de segurança na história constitucional portuguesa foram os de 1822 e 1826 (R. Pereira, 2012).

Na versão atual do texto constitucional a segurança encontra-se consagrada explicitamente no artigo 27.º (Direito à liberdade e à segurança) e no artigo 272.º (Polícia), o primeiro inserido no Capítulo I - Direitos, liberdades e garantias pessoais (Parte I - Direitos e deveres fundamentais; Título II- Direitos, liberdades e garantias) e o segundo no âmbito do Título IX - Administração Pública (Parte III - Organização do poder político).

O direito à liberdade e à segurança vem expresso no art.º 27.º e no seu n.º 1 indica que “*Todos têm direito à liberdade e à segurança*”. Os números seguintes deste artigo referem-se a questões relacionadas com a privação da liberdade, sendo o n.º 1 o único neste articulado que aborda a dimensão positiva do direito à segurança.

Já o artigo 272.º (Polícia) refere que “*A polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos*” (art.º 272.º, n.º 1). Os restantes números deste artigo destinam-se a salientar alguns limites à atuação policial e a indicar que as Forças de Segurança possuem uma organização única para todo o território nacional.

Conforme se observa pelo articulado do artigo 27.º, a preocupação com a segurança surge mais numa ótica de proteção da liberdade e sua garantia do que de promoção “ativa” da segurança. Também no artigo 272.º surge uma preocupação especial em delimitar os poderes e atuação policial, garantindo os direitos e liberdades dos cidadãos. A tônica é colocada nos limites da atuação policial, evitando-se que esses limites sejam ultrapassados, sendo nada ou muito pouco dito acerca dos deveres de atuação da polícia ou de como deve a polícia garantir o direito à segurança que é conferido aos cidadãos.

Outros artigos da CRP podem ser convocados no âmbito deste enquadramento sobre a segurança, desde logo o artigo 1.º onde é feita referência à dignidade da pessoa humana, como

pilar fundamental da República Portuguesa: *“Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”*.

O artigo 9.º da CRP (Tarefas fundamentais do Estado) remete-nos para o facto de que o Estado deve garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de Direito democrático. Por outro lado, o Estado deve promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre portugueses e, entre outras tarefas enunciadas neste artigo, deve do mesmo modo promover a igualdade entre homens e mulheres.

Importa mencionar a existência de outros artigos da CRP relevantes no domínio dos Direitos, liberdades e garantias pessoais, tendo em conta o tema do presente estudo: o artigo 24.º (Direito à vida) que nos indica que *“A vida humana é inviolável”* (n.º 1) e que *“Em caso algum haverá pena de morte”* (n.º 2); o artigo 25.º (Direito à integridade pessoal), que refere que *“A integridade moral e física das pessoas é inviolável”* (n.º 1) e *“Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos”* (n.º 2); e o artigo 26.º (Outros direitos pessoais), que aponta nomeadamente nos seus números 1 e 2 que *“A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação”* (n.º 1) e *“A lei estabelecerá garantias efetivas contra a obtenção e utilização abusivas, ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias”*, respetivamente (n.º 2)⁶.

Segundo Gouveia (2013), os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos liberdades e garantias são diretamente aplicáveis, não estando assim dependentes de qualquer direito infraconstitucional; não estão dependentes da consecução de condições de facto, como condições económicas e sociais. Por outro lado, como evidencia o autor, estes preceitos constitucionais vinculam as entidades públicas e privadas (ver art.º 18.º n.º 1). Assim, no âmbito das funções jurídico-públicas, cada uma das atividades (ex.: legislativa, administrativa, governativa e jurisdicional) sujeita-se aos direitos, liberdades e garantias consagrados na CRP.

Conforme ressalva o mesmo autor, a pessoa humana não é apenas defendida pelo Direito Constitucional dos Direitos Fundamentais, existindo outros setores jurídicos aqui também

⁶ Os outros dois números deste artigo indicam: *“A lei garantirá a dignidade pessoal e a identidade genética do ser humano, nomeadamente na criação, desenvolvimento e utilização das tecnologias e na experimentação científica”* (n.º 3) e *“A privação da cidadania e as restrições à capacidade civil só podem efetuar-se nos casos e termos previstos na lei, não podendo ter como fundamento motivos políticos”* (n.º 4).

relevantes: o Direito Penal, o Direito Internacional Público, o Direito da União Europeia e o Direito Civil.

As situações de violência que sucedem e que são abrangidas no domínio da criminalidade violenta (questão retomada nos capítulos 2 e 3) correspondem a violações básicas de alguns dos direitos, liberdades e garantias pessoais, significando falhas do Estado no âmbito da garantia dos mesmos, sendo igualmente uma violação do direito à segurança.

Acresce que estes Direitos, liberdades e garantias pessoais, nomeadamente o direito à segurança, são necessários para que outros direitos fundamentais no domínio social, económico ou cultural se possam efetivar. Sem uma sociedade minimamente segura tais direitos são dificilmente atingidos.

Ao nível da definição de segurança, importa referir igualmente a Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto⁷) que define a segurança interna como sendo *“a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.”* (art.º 1.º).

Segundo o previsto nesta Lei, a atividade de segurança interna decorre nos termos da Constituição e da lei, nomeadamente a lei penal e processual penal, a lei-quadro da política criminal, as leis sobre política criminal e as leis orgânicas das forças e dos serviços de segurança (n.º 2 do art.º 1.º).

Relativamente aos fins da segurança interna, incluem-se a proteção da vida e da integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, a proteção contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenção e reação a acidentes graves ou catástrofes, a defesa do ambiente e a preservação da saúde pública (n.º 3 do art.º 1.º).

Assim, e conforme previsto neste diploma, a política de segurança interna corresponde ao conjunto de princípios, objetivos, prioridades, orientações e medidas tendentes à prossecução dos referidos fins mencionados e a sua condução compete ao Governo.

⁷ Esta Lei foi objeto de alterações, a última das quais através da Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro, embora nenhuma delas tenha modificado a definição de Segurança Interna.

O Sistema de Segurança Interna compreende os seguintes órgãos: o Conselho Superior de Segurança Interna (órgão interministerial de audição e consulta), o Secretário-Geral (que possui competências de coordenação, direção, controlo e comando operacional) e o Gabinete Coordenador de Segurança (órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das forças e dos serviços de segurança).

De acordo com o previsto no art.º 25.º (n.º 1) desta Lei, as forças e os serviços de segurança são organismos públicos que estão exclusivamente ao serviço do povo português, sendo rigorosamente apatridários e concorrem para garantir a segurança interna.

De acordo com o artigo 25.º (n.º 2) do mesmo diploma legal exercem funções de segurança interna: a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Serviço de Informações de Segurança (SIS); e ainda os órgãos da Autoridade Marítima Nacional e do Sistema da Autoridade Aeronáutica (especificando-se que exercem funções de segurança, nos casos e nos termos previstos na respetiva legislação).

1.2 A DIMENSÃO OBJETIVA DO DIREITO À SEGURANÇA

Segundo Clemente (2006), o direito fundamental à segurança assume duas dimensões: uma positiva e outra negativa. A dimensão positiva traduz-se no direito à proteção do concidadão, através do poder público, contra a agressão ou a ameaça de outrem. A dimensão negativa refere-se ao direito subjetivo à seguridade (direito de defesa perante os eventuais atos injustos da Administração Pública).

Os direitos fundamentais consagrados na CRP podem ser considerados como possuindo uma dimensão subjetiva e uma objetiva (Sampaio, 2012). Daqui resulta uma vinculação abrangente do Estado aos direitos fundamentais, traduzida por um lado na necessidade dos poderes públicos se absterem de intervir restritivamente no âmbito de liberdades que os direitos fundamentais garantem aos cidadãos, mas por outro lado, na necessidade de atuação positiva no sentido de permitir o exercício efetivo desses direitos fundamentais (Sampaio, 2012).

O Esquema 1 pretende refletir a dupla dimensão existente no direito à segurança. Nos quadrantes superiores encontra-se a dimensão positiva (veiculada pelos artigos 27.º e 272.º da CRP) e nos quadrantes inferiores a dimensão negativa presente nesses mesmos artigos e que

acabam por consubstanciar o direito à liberdade, evidenciando assim a complexa e necessária relação entre segurança e liberdade.

Da dimensão objetiva decorre a dimensão positiva - prestacional dos direitos fundamentais. Assim, o Estado está obrigado a uma atuação normativa, judicial e fática tendente a garantir os bens e as atividades protegidas pelos direitos fundamentais também contra agressões não estatais, ou seja, contra intervenções de terceiros ou contra contingências naturais ou riscos sociais (Novais, cit. por Sampaio, 2012).



Esquema 1: Segurança e liberdade - Dimensões positiva e negativa

Sampaio (2012) acrescenta que este dever geral de proteção é uma consequência primária da atribuição ao Estado do monopólio da utilização da força, garantindo a existência da sociedade enquanto ordem de paz, onde a autodefesa dos particulares é, em princípio, vedada.

De acordo com o mesmo autor, a realização dos direitos fundamentais deve ser total, devendo procurar-se sempre o ótimo alcançável. Acrescenta que a Administração Pública está vinculada objetivamente a um verdadeiro dever de proteção policial, traduzido na obrigação de proteção pública dos direitos fundamentais dos cidadãos, possuindo uma dimensão de cariz positivo prestacional - prestação de serviços devidos aos cidadãos.

É tarefa dos vários poderes (legislativo, administrativo e jurisdicional) o desenvolvimento de medidas e de atuações positivas de proteção e de concretização dos direitos fundamentais.

Assim, como refere Sampaio (2012), todos os poderes estão vinculados ao respeito, proteção e promoção dos direitos fundamentais.

Perante cada direito fundamental existe um dever fundamental correspondente (Sampaio, 2012); por exemplo, os deveres correlativos típicos de direitos, liberdades e garantias relativamente ao Estado e demais poderes públicos consistirão nos deveres de abstenção ou de não ingerência e os vários deveres de proteção.

Canotilho e Moreira (2010a) salientam que o Estado, ao defender e garantir os direitos dos cidadãos através da atividade de polícia, identifica aqueles direitos não apenas como limite da atividade policial mas também como um dos próprios fins dessa função.

Decorrente do art.º 9.º da CRP (Tarefas fundamentais do Estado) a defesa e garantia dos direitos dos cidadãos constituem tarefas fundamentais do Estado, impondo-se assim ao Estado o dever de adotar uma postura ativa para os fazer valer como elemento objetivo da sociedade (Canotilho & Moreira, 2010b). Neste desiderato, são as forças policiais os atores chamados a intervir de modo a defender e garantir esses direitos (conforme consta do art.º 272.º da CRP).

No entanto, salienta-se que este dever de proteção tem de ser aferido à luz de parâmetros de possibilidade. A Administração Pública está obrigada a esta defesa, sendo o dever de proteção policial uma obrigação de meios e não de resultados (Sampaio, 2012), visto que no âmbito da segurança e dos riscos que perigam essa segurança não existirem garantias absolutas (Correia, cit. por Sampaio, 2012). Existe sempre algum risco mesmo que residual associado, especialmente nas sociedades atuais, onde as ameaças podem ser globais e os tipos de risco são cada vez mais variados.

A tradução do dever de proteção policial em ações concretas tem de ser aferida à luz de parâmetros de possibilidade no sentido em que essa atuação pode não ser viável tendo em conta as condições materiais existentes.

Os recursos disponíveis para alocar, em condições de igualdade, relativamente ao cumprimento de leis sobre as quais recaem as diversas formas de competência policial são extremamente limitados (Sampaio, 2012), sendo a definição de prioridades nas ações policiais um dos pontos fulcrais a atender.

Para Vieira de Andrade existe um dever de proteção policial que decorre do artigo 272.º (n.º 1) quando este consagra que a atividade policial deve garantir “*os direitos dos cidadãos*”,

considerando que em certas circunstâncias a polícia não goza de discricionariedade na decisão de agir (Sampaio, 2012).

Segundo Sousa (cit. por Sampaio, 2012), o cidadão tem direito à intervenção policial quando exista perigo para um seu direito ao interesse legalmente protegido, exista o dever de proteção policial e exista uma ausência de justificação para uma não intervenção.

Sampaio (2012) conclui que a prevenção de perigos manter-se-á como tarefa administrativa fundamental e que os direitos fundamentais impõem uma atuação policial pró-ativa, que nunca poderá resvalar em violações de qualquer um dos direitos fundamentais.

Segundo Valente (em 2005) (cit. por M. Pereira, 2012), a função preventiva da polícia evita que a legalidade democrática, os direitos dos cidadãos e a segurança interna sejam violados por atos de outrem, e através desta função é possível antecipar ações criminógenas e evitar danos sociais.

Na interpretação de Canotilho e Moreira (2010a) acerca do conteúdo de prevenção criminal contido no art.º 272.º da CRP (no seu n.º 3) refere-se apenas às atividades de polícia relativas às funções de vigilância e prevenção criminal em sentido estrito.

A prevenção criminal encontra-se, no entanto, explicitada no âmbito da Lei de Segurança Interna, na Lei-quadro de política criminal e leis seguintes que definiram os objetivos, prioridades e orientações de política criminal (ex.: o atual diploma em vigor: Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto - relativa ao biénio de 2017-2019), sendo que esta questão será especificamente abordada no ponto 3.5.1.

De que segurança estamos a falar? De acordo com Lourenço (2013) a produção da segurança não diz respeito apenas à diminuição da insegurança objetiva (associada à pequena e média criminalidade, à violência urbana e ao terrorismo), mas passa também pela diminuição da insegurança subjetiva, ou seja, do sentimento de insegurança.

1.3 SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

A segurança, ou o seu contraponto mais comumente objeto de avaliação, a insegurança é um fenómeno complexo, de difícil medição (Fernandes, 2012). Comporta uma dimensão objetiva, relativa aos crimes registados, mas também uma dimensão mais subjetiva relativa ao sentimento de insegurança.

De acordo com Lourenço (2010), o sentimento de insegurança corresponde ao conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer coletivas, cristalizadas sobre o crime.

Segundo o mesmo autor, as incivildades, delinquência juvenil e manifestações de perturbação da ordem social e de afrontamento da autoridade do Estado estão fortemente associados à emergência do sentimento de insegurança.

Conforme demonstram vários estudos realizados ao longo dos últimos anos, o sentimento de insegurança não decorre apenas da criminalidade registada.

A heterogeneidade da criminalidade implica que o mesmo crime tenha um impacto diferente e, em cada indivíduo, as diferenças individuais a nível de cognições, emoções, experiência, contexto pessoal e social conduzem a avaliações diferenciadas quanto ao risco percecionado de vir a ser vítima de crime. Salienta-se também um dos “paradoxos da insegurança”, aquele que reflete que os que mais medo sentem são os que são menos vítimas de crime, nomeadamente porque assumem mais comportamentos preventivos (Fernandes & Rêgo, 2011).

Em 1998, Roché Sébastien propôs um modelo explicativo para o sentimento de insegurança, argumentando que este resulta da conjugação de três fatores: 1) a pressão da delinquência (furtos, agressões e incivildades) que existem num determinado meio; 2) a capacidade dos indivíduos para reduzirem a sua exposição, e daqueles que lhe são próximos; e 3) a vulnerabilidade dos próprios indivíduos, em resultado da perda da sua capacidade de proteção (Oliveira, 2006). Conforme refere o autor, este modelo é também designado de Prexvu (Pressão - Exposição - Vulnerabilidade).

Tal como salientado por Lourenço (2010), no caso das mulheres e das pessoas idosas o medo do crime (traduzido na adoção de práticas cautelares dos indivíduos para evitar uma possível

vitimação) é mais elevado apesar das taxas de vitimização serem iguais ou inferiores às taxas globais⁸.

Conforme refere Fernandes (2012), a forma como a comunicação social trata as questões da segurança (ex.: forma como transmite notícias sobre crime) pode também ter um papel importante na avaliação do risco/vulnerabilidade sentida por cada um, a par de outros fatores como sejam sinais de desordem social/incivilidades (ex.: graffiti, edifícios abandonados e lixo visível na via pública), bem como a perceção de riscos difusos que vão além do crime (ex.: desemprego, guerra e doença).

Geralmente, os estudos realizados apontam para que o risco percecionado em ser vítima de um crime seja superior ao risco objetivo, impulsionando o poder político a adotar medidas tendentes a aumentar a segurança subjetiva da comunidade, sendo as práticas de policiamento de proximidade disso um exemplo (Fernandes, 2012).

De acordo com Lourenço (2010), o sentimento de insegurança comporta duas componentes relevantes: o medo do crime e a preocupação com a ordem social (Lourenço, 2010). O medo do crime corresponde às práticas cautelares dos indivíduos para evitar uma possível vitimação (ex.: o medo de sair à noite ou tomar medidas concretas de precaução - refletem a representação de risco relativamente à segurança do local onde se vive/desloca).

A preocupação com a ordem social reflete-se numa ideia global de inquietação e por uma procura de ordem social e de segurança. Assim, o medo do crime refere-se, por exemplo, ao medo no domicílio ou na rua e a comportamentos cautelares (individuais); a preocupação com a ordem social decorre da leitura do crime e da violência em termos gerais e as medidas propostas abrangem a sociedade (ex.: um apelo a respostas mais eficazes da parte do Estado no combate ao crime⁹).

Segundo o mesmo autor, o medo do crime é perspetivado como um sistema de leitura da realidade envolvente, implicando uma lógica situacional na avaliação do risco, sendo que indivíduos pertencentes a grupos potencialmente mais frágeis tendem a desenvolver um maior sentimento de insegurança e, simultaneamente, assumem mais comportamentos cautelares.

⁸ Isto aplica-se ao total da criminalidade participada (se se atender a ocorrências criminais no âmbito de algumas das tipologias de crimes contra as pessoas, como por exemplo a violência doméstica, aí a maioria das vítimas são mulheres).

⁹ O exemplo aqui facultado é indicado pelo autor, citando Roché (1994).

Tendo em conta este facto, não é possível descurar uma análise de potenciais fatores/circunstâncias conducentes ou potenciadores de situações de especial vulnerabilidade face à violência e ao crime.

1.4 VÍTIMAS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS

São múltiplas as fontes internacionais e nacionais que contribuem para as definições de vítimas em situação de vulnerabilidade ou “vítimas indefesas”, salientando-se, no entanto, que a tendência generalizada é de utilização de termos relativos a vulnerável/vulnerabilidade, em função de uma diversidade de situações/condições, que podem ir desde a idade (criança/pessoa idosa), ao sexo (mulher), à gravidez, deficiência, à doença, à condição de imigrante/pertencente a minoria étnica (ex.: cigana), à situação de família monoparental com filhos menores, à pertença à população LGBT¹⁰, ou situações de conjugação de vulnerabilidades diversas (ex.: mulheres idosas).

Por outro lado, vítimas que tenham uma relação especial de dependência face ao agressor são também consideradas como particularmente vulneráveis (ex.: vítimas de terrorismo, criminalidade organizada, tráfico de seres humanos, violência baseada no género, violência em relações de intimidade, violência sexual, exploração ou crimes de ódio, as vítimas com deficiências e as crianças). No âmbito do tráfico de seres humanos, a vulnerabilidade reflete também situações em que a pessoa não tem outra alternativa, real ou aceitável, que não seja submeter-se ao abuso em causa.

É interessante verificar que a vulnerabilidade das vítimas também pode ser entendida não apenas no sentido a “montante” da prática do crime, mas também a “jusante” dessa prática (vulnerabilidade decorrente da sujeição a atos de tortura, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual; e vulnerabilidade a vitimização secundária e repetida, a intimidação e retaliação).

Em seguida, apresentam-se alguns contributos provenientes de normativos e orientações internacionais e nacionais relevantes para a definição dos conceitos de vulnerabilidade ou indefensabilidade no âmbito das vítimas de crime.

10 Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero.

No âmbito dos normativos internacionais, destaca-se desde logo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), datada de 1948, onde se proclamou e acordou que toda a pessoa humana pode invocar os direitos e liberdades ali enunciados, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, nascimento ou de qualquer outra situação (art.º 2.º). Por outro lado, reconhece-se que a infância tem direito a um apoio e assistência especiais (art.º 25.º).

Salienta-se também a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), de 1979, da ONU, e a Recomendação Geral n.º 19 do Comité CEDAW, de 1992, sobre a violência contra as mulheres, onde se especifica que a definição de discriminação prevista no artigo 1.º da CEDAW inclui a violência baseada no género, ou seja, *“a violência que é dirigida à mulher porque é mulher ou que afeta as mulheres desproporcionadamente”* (incluindo atos que infligem dano físico, mental ou sexual ou sofrimento, ameaças de tais atos, coação e outras privações da liberdade)¹¹.

Esta Convenção foi ratificada por Portugal, um dos primeiros países a fazê-lo, em 1980. Entrou em vigor em 1981 e inclui um protocolo opcional (ONU, 1999), ratificado por Portugal em 2002.

Neste normativo internacional, o seu art.º 6.º estipula ainda que os Estados-Membros devem adotar todas as medidas apropriadas, incluindo legislação, para eliminar todas as formas de tráfico de mulheres e a exploração da prostituição de mulheres.

A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (1989), que entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa em 1990, apresenta uma definição clara de criança ou de menor: todo o ser humano menor de 18 anos, exceto se a lei aplicável ditar o atingimento da maioridade mais cedo (o que não sucede em Portugal).

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), também da ONU, refere que o conceito de deficiência é evolutivo, sendo que a deficiência resulta *“da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas”*. São feitas menções específicas a crianças

¹¹ Salienta-se que a Recomendação n.º 12 do Comité CEDAW de 1989 abordara já as questões da violência sobre mulheres, declarando que os Estados parte devem agir no sentido de proteger as mulheres contra quaisquer formas de violência que ocorram na família, no local de trabalho ou em outra área da vida social.

com deficiência e às raparigas e mulheres com deficiência, que muitas vezes são alvo de múltiplas discriminações.

O Conselho Europeu, no Programa de Estocolmo (2010-2014), definiu orientações e prioridades em termos das políticas de segurança para os Estados-Membros da União Europeia, abordando-se os *ciganos* como um grupo vulnerável relativamente ao qual se deve promover a integração na sociedade; refere também grupos vulneráveis em situações particularmente expostas como sejam as mulheres vítimas de violência ou de mutilação genital ou as pessoas que sofrem danos corporais num Estado-Membro de que não são nacionais nem residentes. Num outro ponto do Programa, são feitas referências às pessoas mais vulneráveis no âmbito das vítimas de crimes, deixando de se mencionar explicitamente as mulheres e passando a indicar-se “*as pessoas sujeitas a repetidas violências em relações íntimas, as pessoas vítimas de violência com base no sexo, ou as pessoas vítimas de outros tipos de crimes num Estado-Membro de que não são nacionais nem residentes*”. É realizada uma chamada de atenção para as vítimas de terrorismo e para os menores não acompanhados que chegam aos Estados-Membros oriundos de países terceiros e que representam um grupo particularmente vulnerável.

A Convenção do Conselho da Europa (CoE) para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (2011), também conhecida por Convenção de Istambul, que tem entre as suas principais finalidades proteger as mulheres¹² contra todas as formas de violência, salienta as necessidades específicas das pessoas que se tornaram vulneráveis devido a circunstâncias particulares, incluindo as crianças vítimas. Portugal foi um dos primeiros países a ratificar esta Convenção, a qual entrou em vigor em agosto de 2014.

No âmbito da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu (PE) e do Conselho, de 5 de abril, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, refere-se que “*entre as pessoas particularmente vulneráveis devem incluir-se, pelo menos, todas as crianças. Outros fatores que poderão ser tidos em conta na apreciação da vulnerabilidade da vítima incluem, por exemplo, o sexo, a gravidez, o estado de saúde e a deficiência*” (considerando n.º 12). Quanto às infrações relativas ao tráfico de seres humanos (art.º 2.º, n.º 2) refere-se que “*por posição de vulnerabilidade entende-se uma situação em que a pessoa não tem outra alternativa, real ou aceitável, que não seja submeter-se ao abuso em causa*”, ou seja, um tipo de vulnerabilidade diferente dos anteriores (como por exemplo em função de gravidez ou doença).

¹² Incluindo as raparigas com menos de dezoito anos de idade.

Em 2012, uma outra diretiva surgiu, a 2012/29/UE do PE e do Conselho, de 25 de outubro, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade, onde também se utiliza o conceito de vítimas vulneráveis a vitimização secundária e repetida, a intimidação e retaliação. Assim, deve ser dada especial atenção à avaliação das necessidades das vítimas cuja relação e dependência face ao autor do crime as tornem particularmente vulneráveis, aqui incluindo-se as vítimas de terrorismo, criminalidade organizada, tráfico de seres humanos, violência baseada no género, violência em relações de intimidade, violência sexual, exploração ou crimes de ódio, as vítimas com deficiências e as crianças.

A transposição desta diretiva, em 2015, traduziu-se na criação do “Estatuto de vítima” e do “Estatuto de vítima especialmente vulnerável” (Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro).

Ficou consagrado no Código de Processo Penal (CPP) (alínea *b* do n.º 1 do art.º 67.º-A) que a *“vítima especialmente vulnerável” é a vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social*”.

Salienta-se que, conforme disposto nesta alteração ao Código de Processo Penal, as vítimas de criminalidade violenta e de criminalidade especialmente violenta são sempre consideradas vítimas especialmente vulneráveis (n.º 3 do art.º 67.º-A do CPP).

Relativamente a outros normativos nacionais que se destacam e que surgem como relevantes no âmbito da definição e proteção de grupos mais vulneráveis nomeadamente em termos de vitimação criminal, a análise contempla desde logo o estipulado na Constituição da República Portuguesa.

Conforme previsto no princípio da igualdade (art.º 13.º), todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, e ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Segundo Gouveia (2013), o princípio da igualdade assume duas dimensões distintas mas complementares: uma dimensão igualizadora: tratar igualmente o que é igual; e uma dimensão diferenciadora: tratar diferenciadamente o que é desigual.

Assim, o aspeto mais relevante do princípio da igualdade consiste na avaliação material da diferença ou da identidade das situações sob o ponto de vista da disciplina jurídica a que ficam sujeitas, devendo surgir justificada numa apreciação valorativa e não meramente naturalística (Gouveia, 2013).

Conforme aponta Miranda (2012), o princípio da igualdade não deve ser visto apenas pela negativa: se os direitos ou os benefícios em causa são legítimos, tudo está em atribuí-los por igual, logo que verificada a desigualdade em certa circunstância. O sentido positivo do princípio da igualdade aponta também para o tratamento desigual de situações desiguais, substancial e objetivamente desiguais, e não criadas ou mantidas artificialmente pelo legislador.

Segundo Garcia (2005), a igualdade que sustenta o princípio da igualdade é algo que se vai fazendo e que mais do que um ponto de partida, funciona nas relações sociais como um ponto de chegada, como um ideal a atingir. Para a autora este conceito não pode ser alheado da ideia de solidariedade intrageracional e intergeracional. Conforme refere, a CRP permite discriminações positivas, tratamento privilegiados a determinados grupos sociais considerados “diminuídos” (ex.: órfãos ou abandonados, mulheres grávidas), tentando-se por via de um “*plus*” social compensar situações à partida de “*minus*” social. São exemplos destas discriminações positivas os artigos 68.º ao 72.º da CRP. Assim, há que discriminar para igualar.

Garcia (2005, p. 26) salienta que “*o princípio da igualdade só impõe discriminações positivas quando estas correspondam a um consenso social generalizado, forjado no uso consciente da liberdade, renovada diariamente no seu fundamento último, a dignidade humana*”.

No capítulo II (Direitos e deveres sociais) do título III (Direitos e deveres económicos, sociais e culturais) da CRP estão consagrados os quatro artigos mencionados acima e que se destinam a evidenciar os direitos de alguns grupos populacionais e os deveres do Estado para com os mesmos: crianças (69.º), jovens (70.º), pessoas portadoras de deficiência (71.º) e pessoas idosas (72.º). Trata-se de direitos e deveres no domínio social, não havendo referências diretas a um direito à segurança (no sentido de proteção da ordem e tranquilidade públicas ou prevenção de crimes). De qualquer modo, salientam-se algumas passagens que poderão ser mais relacionáveis com este conceito de segurança:

- “*As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições*” (art.º 69.º, n.º 1).
- “*Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais (...)*” (art.º 70.º, n.º 1).

- *“A política de juventude deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens (...)” (art.º 70.º, n.º 2).*
- *“O Estado obriga-se a realizar uma política nacional (...) integração dos cidadãos portadores de deficiência (...), a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles (...)” (art.º 71.º, n.º 2).*
- *“As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social” (art.º 72.º, n.º 1).*

Assim, e apesar das referências ao conceito de segurança em apreço não serem feitas de forma direta, tal pode ser aqui encontrado de forma indireta uma vez que a segurança é necessária para que estes direitos sociais se possam efetivar. Sem uma sociedade minimamente segura estes direitos sociais são dificilmente atingidos.

Deste modo, na CRP são identificados alguns grupos que carecem de atenção especial como sejam as crianças, os jovens, os cidadãos portadores de deficiência e as pessoas idosas, o que se deverá ao facto de possuírem necessidades específicas e poderem ser entendidos como grupos mais vulneráveis, no sentido em que para a efetivação dos seus direitos sociais requer-se uma atenção particular por parte do Estado.

Assim, e se na área social esta atenção especial é requerida, também se poderá ter o mesmo entendimento face a outras áreas como seja a da segurança. A própria CRP, de onde emana o princípio da igualdade, entendeu ser necessário tratar de forma diferenciada estes grupos populacionais.

No domínio da Administração Pública (título IX da parte III- Organização do poder político), o art.º 266.º da CRP remete para os princípios fundamentais que devem nortear a sua atuação:

“1- A Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos; 2.- (...) estão subordinados à Constituição e à lei e devem actuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé” (art.º 266.º, n.º 1 e n.º 2).

A Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto, que define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência, indica que *“pessoa com deficiência é aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em*

conjugação com os factores do meio, lhe limitar ou dificultar a actividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas” (art.º 2.º).

A Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na redação final viabilizada pela Lei n.º 28/2019, de 29 de março, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, estipula que no âmbito do direito das vítimas de tráfico de pessoas ou auxílio à imigração ilegal à concessão de autorização de residência (a quem é assegurado sempre que necessário, a sua subsistência e o acesso a tratamento médico urgente e adequado) são tidas em conta as necessidades específicas das pessoas mais vulneráveis, incluindo o recurso, se necessário, a assistência psicológica (art.º 112.º).

Mais adiante nesta Lei, nos artigos 146.º-A e 160.º, é especificado que no âmbito da detenção de estrangeiro e das decisões de afastamento coercivo ou de expulsão judicial serão tidas em consideração as necessidades especiais das pessoas vulneráveis, em especial dos menores, pessoas com deficiência, idosos, grávidas, famílias monoparentais com filhos menores e pessoas que tenham sido vítimas de tortura, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual.

Algumas referências são também encontradas na Lei do Asilo (Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/2014, de 5 de maio). No âmbito das definições utilizadas neste normativo encontra-se a relativa a “*pessoas particularmente vulneráveis*”, ou seja, “*pessoas com necessidades especiais, designadamente os menores, os menores não acompanhados, os deficientes, os idosos, as grávidas, os membros de famílias monoparentais com filhos menores e as pessoas que tenham sido sujeitas a actos de tortura, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual*” (alínea y). Nesta mesma lei, surge na definição de “*requerente com necessidades de acolhimento especiais*”, em complemento às circunstâncias integradas na descrição de pessoa particularmente vulnerável, as vítimas de tráfico de seres humanos, pessoas com doenças graves, pessoas com perturbações mentais, “*pessoas que tenham sido sujeitas a (...) outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual, como as vítimas de violência doméstica e as vítimas de mutilação genital feminina*” (alínea ag).

A Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto, que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprovou a Lei-quadro da Política Criminal, também faz referência a vítimas vulneráveis. Assim, entre os crimes de prevenção prioritária, incluem-se os crimes praticados contra crianças e jovens, idosos e outras pessoas vulneráveis (art.º 2.º, alínea e).

Em consonância com esta orientação, a mesma lei estipulou que as Forças e Serviços de Segurança desenvolvem programas e planos de segurança comunitária e de policiamento de proximidade destinados a proteger vítimas especialmente vulneráveis (art.º 7.º).

Refira-se que, comparando a redação atual no que às vítimas vulneráveis diz respeito com a redação de outras leis de política criminal anteriores, constata-se que os grupos alvo de atenção prioritária são os mesmos na Lei de 2007 e na Lei de 2009, todavia, em 2007, eram considerados como “vítimas especialmente indefesas”, e em 2009 como “vítimas especialmente vulneráveis”.

Deste modo, a legislação no âmbito da definição das prioridades da política criminal terá acompanhado a evolução dos conceitos e termos usados na comunidade científica em geral. O termo “indefesa” terá dado lugar ao termo “vulnerável”, um termo mais atual e que diminui um pouco a carga de “passividade” e de fragilidade associadas ao termo “indefesa”, e por outro lado, o termo “vulnerabilidade” consegue abarcar outras realidades para além das estritamente ligadas às condições “físicas” das vítimas.

A Lei da violência doméstica, Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, com as alterações finais introduzidas pela Lei n.º 24/2017, de 24 de maio, indica no seu art.º 2.º (relativo às definições) que uma vítima especialmente vulnerável é a “*vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua diminuta ou avançada idade, do seu estado de saúde ou do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social*”. A estas vítimas é possível prestar um tratamento específico, o mais adaptado possível à respetiva situação (art.º 6.º) e deve-lhes ser assegurado o direito a beneficiarem, por decisão judicial, de condições de depoimento, por qualquer meio compatível, que as protejam dos efeitos do depoimento prestado em audiência pública (art.º 20.º, n.º 3).

Também ao nível da estratégia nacional contra a violência doméstica, nomeadamente o IV Plano Nacional contra violência doméstica (2011-2013), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 100/2010, de 17 de dezembro, mencionava “*as situações de particular vulnerabilidade, como aquelas em que se encontram as pessoas jovens, imigrantes, idosas, com deficiência e LGBT vítimas de violência doméstica, requerem uma intervenção específica e inovadora.*”

Ao nível do V Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PCVDG) (2014-2017), aprovado pela RCM n.º 102/2013, de 31 de dezembro não constava nenhuma definição de vítimas ou situações de particular vulnerabilidade, no entanto indicava

que a criação de respostas especializadas junto de tais vítimas era uma das vertentes importantes da estratégia, e incluía numa das medidas previstas exemplos dessas vítimas: “*designadamente pessoas idosas e pessoas com deficiência*”.

Mais recentemente foi aprovada a Estratégia Nacional para a Igualdade e não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND) 2018-2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio). Esta Estratégia comporta três planos de ação, um dos quais no domínio da violência doméstica (Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica - PAVMVD), e que corresponde *grossa modo* ao que seria o VI Plano nacional neste âmbito.

A ENIND também não apresenta uma definição de vítima especialmente vulnerável, fazendo, contudo, referência à “situação de especial vulnerabilidade em virtude da interseção de vários fatores de discriminação, nomeadamente mulheres ciganas, idosas, com deficiência, migrantes, refugiadas, lésbicas” (medida 2.1.2).

Por último, refira-se que o III Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (III PNCTSH) (2014-2017), aprovado pela RCM n.º 101/2013, de 31 de dezembro, salientava que a vulnerabilidade das vítimas está associada, na maioria dos casos, a situações de pobreza e de desigualdade de oportunidades, assumindo um grau maior de severidade nas mulheres e raparigas, dado que outras causas de discriminação atingem estes grupos, como são os casos, entre outros, da violência de género, dos reduzidos níveis de escolaridade ou da exclusão social.

Já o IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2018-2021, aprovado pela RCM n.º 80/2018, de 19 de junho, aponta como raízes profundas do tráfico de seres humanos a vulnerabilidade causada pela pobreza, as desigualdades entre homens e mulheres e a violência perpetrada contra as mulheres, as situações de conflito e pós-conflito, a falta de integração social, a falta de oportunidades e de emprego, a falta de acesso à educação e o trabalho infantil. Refere também as situações de maior vulnerabilidade em que se podem encontrar as mulheres e raparigas vítimas de discriminação múltipla. Numa das medidas (2.3.2) indica alguns grupos de menores como estando em situação de particular vulnerabilidade (não acompanhados, indocumentados e com algum grau de deficiência).

A noção de vítima vulnerável/indefesa surge igualmente no Código Penal na previsão relativa a vários crimes contra as pessoas (homicídio qualificado, ofensa à integridade física qualificada, violência doméstica, maus-tratos, ameaça, coação, sequestro, tráfico de pessoas, lenocínio,

lenocínio de menores) e em três crimes contra o património (furto qualificado, burla qualificada e usura¹³), surgindo geralmente a menção a fatores como a idade, deficiência, doença ou gravidez (Quaresma, 2015).

Em síntese, neste ponto (1.4) os diversos contributos revisitados no âmbito dos normativos internacionais e nacionais, incluindo o Código Penal e o Código Processual Penal, apontam para uma grande diversidade de situações que podem contribuir para a indefensabilidade ou vulnerabilidade das vítimas. Uma tentativa de sistematização é apresentada no Quadro 1.

Fatores que podem conduzir a uma situação de maior vulnerabilidade		
<i>A priori</i> (antes do crime) - fatores “condição física”	<i>A priori</i> (antes do crime) – fatores psicológicos/sociais	<i>A posteriori</i> (depois de determinados crimes)
Menor de idade	Estado de saúde/doença (psíquica)	Atos de tortura
Idade avançada	Relação de dependência face ao agressor	Violação
Estado de saúde/doença	LGBT	Terrorismo
Deficiência	Imigrante / Minoria étnica	Crime organizado
Gravidez	Sem alternativa possível/situação de necessidade	Violência psicológica, física e/ou sexual grave
	Membro de família monoparental com filho(s) menor(es) não nacional nem residente	Tráfico de seres humanos
	Refugiado	Violência doméstica
	Inépcia / Inexperiência	Violência com base no sexo
	“Fraqueza de carácter”	Crimes de ódio
		Violência reiterada – relações íntimas
		Mutilação genital feminina
		Lesões/consequências (a nível psicológico e de integração social) resultantes do grau e duração da violência sofrida
		“Criminalidade violenta”

Quadro 1: Fatores que podem conduzir a uma situação de maior vulnerabilidade das vítimas

¹³ Refira-se que o crime de usura remete para conceitos relacionados com a “inépcia/inexperiência” e “fraqueza de carácter”.

Diversos fatores podem contribuir para diminuir a capacidade de prevenção ou de defesa face a determinados crimes, constituindo-se como fatores *a priori*, que podem existir antes de uma determinada situação criminal. Trata-se fatores que remetem para aspetos essencialmente da condição física (embora se possa considerar que existe uma componente psicológica associada a cada um deles) ou para aspetos essencialmente psicológicos/contexto social ou cultural.

Por outro lado, existem fatores que podem surgir *a posteriori*, depois da ocorrência de uma situação de vitimação cuja gravidade teve efeitos especialmente negativos na vítima. Neste último caso, também o facto de uma pessoa ter sido vítima de alguns crimes como os elencados acima, cuja gravidade é sobejamente reconhecida, pode contribuir para diminuir a capacidade de prevenção/defesa face a novos episódios de vitimação (quaisquer que sejam eles).

Pretende-se assim ilustrar a possível relação existente entre fatores *a priori* e fatores *a posteriori* que contribuem para aumentar a indefensabilidade/vulnerabilidade das vítimas à violência ou ao crime ou em função dos atos sofridos.

Não foi possível abordar o capítulo “Direito à segurança”, sem mencionar questões como o sentimento de insegurança e alguns aspetos inerentes às vítimas, no entanto importa definir alguns conceitos neste domínio, nomeadamente o que é a violência, o que é o crime e o que é a criminalidade violenta, tópicos constantes nos dois capítulos seguintes.

2. CONCEPTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Apesar de comumente se possuir uma noção do que é violência, a sua definição é uma tarefa mais complicada, exigindo uma clarificação dos seus limites, os quais ditarão que tipos de atos (ou omissões) poderão ser incluídos.

Para proceder a esta definição importa ter em conta o momento histórico e o local geográfico em que nos encontramos, uma vez que existem variações consideráveis relativamente ao que é considerado violência, e também o que é censurado pela sociedade, no tempo e no espaço.

Por outro lado, importa distinguir conceitos. Violência não é o mesmo que agressão, nem o mesmo que crime, são realidades conexas mas não equivalentes. Para analisar a criminalidade violenta é necessário compreender o que é violência e o que é crime, e que criminalidade violenta será mais do que o somatório destas duas partes.

Para um possível debate sobre tendências relativas à violência ou criminalidade violenta ao longo dos tempos, implica poder-se realizar um recuo histórico e perceber o processo de “pacificação” pelo qual passou, nomeadamente, o mundo ocidental, e indagar se se trata de um processo que se mantém nos dias de hoje e que transformações ocorreram ao nível das manifestações de violência.

Também as teorias ou explicações existentes para compreender os comportamentos violentos e as suas vítimas são relevantes e determinam possíveis olhares relativos ao fenómeno.

Para uma análise da violência à luz atual, para além de não se poder deixar de fazer referência à questão das representações sociais, importa ter em conta o papel influenciador dos *media*, e atualmente também da comunicação em rede. Estes são os tópicos abordados neste capítulo.

2.1 O QUE É A VIOLÊNCIA?

A violência é um tópico controverso e altamente emotivo, suscitando medo, fascínio, condenação e condescendência (Brookman & Robinson, 2012), no entanto a sua definição não constitui tarefa fácil.

Conforme referido por Muchembled (2014), a palavra violência surgiu no início do século XIII, sendo derivada do latim *vis*, significando “força” ou “vigor”¹⁴, caracterizando um ser humano de carácter irascível e brutal, definindo também uma relação de força com o intuito de submeter ou constranger o outro¹⁵.

Apesar do surgimento da palavra no século XIII, tal como lembrado por Ferguson (2010), os crimes violentos acompanharam a humanidade desde o início da sua história, dando como exemplo o episódio narrado no livro *Gênesis* da Bíblia em que Caim mata o seu irmão Abel.

A violência é um conceito dinâmico que varia grandemente de acordo com o período temporal e o local. Conforme referem Brookman e Robinson (2012), num outro século atos de violência habitualmente censuráveis, neste caso na moderna Inglaterra, poderiam até ter sido encorajados, como seja o caso da violência doméstica. Por outro lado, atualmente em outras partes do mundo o uso de violência contra a mulher ainda não é criminalizado, e em vários locais a violência extrema em nome da manutenção dos partidos governantes ou de fações guerreiras faz parte da rotina diária.

O conceito de violência pode ser tão vago e abrangente que pode abarcar realidades tão distintas como a violência entendida como comportamentos de predação e defesa e que estão no cerne da defesa da vida ou a violência exercida sobre outrem apenas pelo prazer de o fazer (Muchembled, 2014).

Muitas vezes o termo violência, agressão e crime violento são utilizados para designar um mesmo ato/fenómeno, mas apesar de estarem relacionados, conforme reitera Ferguson (2010), não têm o mesmo significado.

O comportamento agressivo tem sido definido como o comportamento que se destina a causar dano ou humilhação a outra pessoa (sem que esta o tenha consentido) (Baron e Richardson, 1994, cit. por Ferguson, 2010).

Já o comportamento violento, segundo a definição dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (e citada por Ferguson, 2010), diz respeito à força física usada contra si próprio ou contra outro resultando em lesão, morte ou outro dano significativo.

¹⁴ Outra fonte refere que em relação à etimologia da palavra violência, esta provém do latim *violentia*, que significa “abuso de força” e que na Grécia antiga a violência era *hybris*, o que correspondia a abuso de poder, profanação da Natureza e transgressão das leis sagradas (Porto Editora, 2018a).

¹⁵ Se recorremos ao dicionário, a palavra “violência” significa: “*qualidade ou estado do que é violento; ato de violentar; força empregada contra o direito natural de outrem; ação em que se faz uso de força bruta; crueldade; força; intensidade; veemência; ímpeto; prepotência; tirania; coação*” (Porto Editora, 2018b).

Ferguson (2010) salienta que enquanto todo o comportamento violento é agressivo, nem todas as agressões correspondem a comportamento violento (ex.: chamar nomes ou uso de sarcasmo).

Por seu turno, e segundo o mesmo autor, o crime violento corresponde a comportamentos que violam o que se encontra previsto num código legal relevante, pelo que nem todos os comportamentos violentos implicam crimes violentos (ex.: polícia que atua para sua autodefesa).

Refira-se ainda que, recorrendo ao dicionário, o termo “*criminalidade*” corresponde nomeadamente à qualidade ou estado de criminoso ou ao conjunto ou grau de crimes num determinado meio (Porto Editora, 2018c).

Assim, a criminalidade violenta poderá ser entendida como o “padrão”/descrição dos crimes violentos num determinado meio, em termos quantitativos ou qualitativos, ou como uma qualificação atribuível aos autores de crimes violentos (que se dedicam à sua prática); não sendo assim uma mera “soma” de crimes violentos.

Importa clarificar que não existe uma definição genericamente aceite sobre violência que oriente a sua medição (Brookman & Robinson, 2012). Conforme referem estas autoras, a maioria dos cientistas sociais concordam que a definição deve incluir o dano físico e psicológico e não deve ficar restrita às categorias de crimes legalmente estabelecidas.

Em termos legais, e de acordo com Muchembled (2014), a violência reporta-se a crimes contra as pessoas, como seja o homicídio, as agressões e as violações, sendo que os atos contra os bens são tratados como uma categoria à parte, apesar de alguns roubos serem acompanhados de atos de violência graves, muitas vezes conduzindo à morte.

Conforme referem Lourenço e Lisboa (1992), a definição de violência é algo controverso e constitui uma dificuldade imediata num estudo sobre esta temática. Não obstante consideram que no tempo social vigente a noção de violência tem sido estendida a atos e situações que anteriormente não eram considerados violentos.

Este alargamento do conceito de violência terá contribuído para tornar confusa a sua utilização corrente e menos operativa para a investigação científica (Lourenço & Lisboa, 1992).

Esta extensão do conceito de violência estará relacionada com o atual cenário de maior humanização e brandura dos costumes, característico da época atual em contraponto a períodos anteriores (Lourenço & Lisboa, 1992), questão que será focada no ponto seguinte. O conceito de violência integrará atualmente atos que anteriormente ficavam de fora da sua análise.

Apesar das dificuldades em determinar o que é a violência, existe uma definição orientadora da Organização Mundial da Saúde datada de 1996¹⁶, no âmbito da qual violência consiste “*no uso intencional da força física ou poder, real ou sob a forma de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência no desenvolvimento ou privação*” (OMS, 2014).

Esta definição da OMS associa a intencionalidade do ato à sua execução, independentemente das consequências, excluindo situações não intencionais como os acidentes de trânsito. Por outro lado, este conceito expande a noção tradicional de violência para incluir também ameaças e intimidação, negligência ou omissão.

A referida definição abrange igualmente outras consequências da violência para além de danos físicos, estes podem ser psicológicos, ao nível da privação ou deficiências de desenvolvimento, havendo um reconhecimento crescente de que importa atender também à violência que não resulta necessariamente em ferimentos ou morte, mas que acarreta elevados custos a nível individual, familiar, comunitário e no âmbito nomeadamente do sistema de saúde. A OMS (2002) indica que, por exemplo, muitas das formas de violência contra crianças, idosos e mulheres conduzem a problemas físicos, psicológicos e sociais, não conduzindo necessariamente a ferimentos, deficiência ou morte. Por outro lado, as consequências da violência podem ser imediatas ou ficarem latentes e podem durar vários anos após o sofrimento da mesma.

A OMS (2002) esclarece também que, ao colocar a tónica na intencionalidade da violência (não considerando atos acidentais que resultem em dano), importa ter em conta que esta difere da intencionalidade nas consequências (o ato cometido pode resultar numa consequência que não era desejada pelo autor).

Tendo em conta a existência de diferenças culturais que determinam que o que é considerado violência num determinado contexto não o seja num outro, a definição avançada pela OMS

¹⁶ De acordo com OMS (2014), esta definição consta de um Relatório (não publicado) decorrente da consulta global da OMS sobre violência e saúde (Genebra, 2-3 de dezembro de 1996).

(2002) procura definir violência de forma mais neutral, no sentido em que tem em conta a saúde e o bem-estar dos indivíduos e não as noções de violência que possam diferir localmente.

O conceito aqui referenciado inclui atos de violência, sejam eles praticados em público ou em privado, quer sejam reativos (em resposta a evento prévio ou provocação) ou pró-ativos, e independentemente de serem ou não criminalizados (OMS, 2002).

Segundo a OMS (2002), é possível distinguir três tipos de violência: autodirigida (ex.: suicídio e automutilação); violência coletiva relativa ao uso instrumental da violência infligida por grandes grupos como sejam estados, grupos militares e organizações terroristas de modo a atingir objetivos políticos, económicos ou sociais; e a violência interpessoal que é praticada por uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas contra outra pessoa ou pequeno grupo de pessoas. Esta violência interpessoal pode ocorrer entre membros da família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e desconhecidos, incluindo nomeadamente maus-tratos a crianças, violência juvenil (incluindo a associada a *gangs*), violência contra mulheres (ex.: violência por parte de parceiro e violência sexual) e maus-tratos a idosos.

Brookman e Robinson (2012), reportando-se a dados da Organização Mundial da Saúde e da Organização Internacional do Trabalho, indicam que no âmbito das mortes relacionadas com violência, 57% destas são devidas a negligência corporativa¹⁷ (*uma tipologia adicional às anteriormente indicadas*), 21% referem-se a suicídios, 14% a homicídios e 8% a mortes no contexto da guerra.

Apesar da escala e importância da violência do Estado/política e da violência corporativa, as formas de violência habitualmente medidas são aquelas relativas à violência interpessoal (Brookman & Robinson, 2012).

Ao nível da violência interpessoal, a OMS (2002) distingue duas subcategorias: a violência na família e contra parceiro íntimo (ocorrendo em grande parte entre membros da família, sucedendo geralmente no contexto da residência) e a violência na comunidade (entre indivíduos que não são relacionados, podendo ou não serem conhecidos e que geralmente ocorre fora da residência). A primeira subcategoria inclui formas de violência como o abuso ou maus-tratos a crianças e idosos e a violência nas relações de intimidade; a segunda categoria

¹⁷ Refira-se que a violência corporativa pode ser dividida em três grandes categorias: a dirigida aos consumidores (ex.: acidentes aéreos); a relacionada com as relações laborais (acidentes no trabalho e doenças relacionadas com este); e os crimes ambientais (ex.: poluição atmosférica).

abrange a violência juvenil, atos aleatórios de violência, violação e agressão sexual por parte de estranhos e a violência em contexto institucional (escolas, locais de trabalho, prisões, lares, entre outros).

No âmbito da natureza dos atos violentos, esta pode ser essencialmente de quatro tipos: física, psicológica, sexual e envolvendo privação ou negligência (OMS, 2002).

Desde o ano 2000, 6 milhões de pessoas em todo o mundo foram mortas no contexto da violência interpessoal, sendo o homicídio a causa mais frequente de morte comparativamente a todas as guerras ocorridas neste período. A violência interpessoal não fatal é mais comum que o homicídio e comporta sérias consequências ao longo da vida a nível da saúde e em termos sociais (OMS, 2014).

De acordo com a OMS (2002), os inquéritos realizados em diversos pontos do planeta revelam que entre 10% a 69% das mulheres reportam ter tido algum episódio de violência física perpetrada pelo parceiro em algum momento das suas vidas, que entre 4% a 6% dos idosos foi alvo de alguma forma de violência praticada em casa e, em alguns estudos, 25% a 50% das crianças revelam ser alvo de agressões físicas graves por parte dos respetivos pais.

As consequências da violência na saúde são vastas: deficiências, depressão, problemas a nível físico e reprodutivo, tabagismo, comportamentos sexuais de elevado risco, abuso de drogas e álcool - comportamentos que relacionam a violência com doenças cardíacas, ataque cardíaco, cancro, VIH/SIDA¹⁸ e todo um conjunto de doenças crónicas e infecciosas e morte precoce (OMS, 2014).

A violência acarreta igualmente uma grande pressão nos sistemas de saúde, justiça criminal e segurança social (OMS, 2014). A violência contribui para o absentismo, perda de produtividade, perda de capital humano e desincentiva o investimento e o desenvolvimento económico (OMS, 2014).

Num estudo sobre violência e sobre a sua medição torna-se relevante contextualizar as manifestações de violência ao longo dos tempos e procurar compreender diferentes visões sobre a sua evolução/transformação, questões tratadas no ponto que se segue.

¹⁸ Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

2.2 A VIOLÊNCIA AO LONGO DOS SÉCULOS

2.2.1 O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO DA SOCIEDADE

Citando as reflexões de Lipovetsky (2018, p. 257): *“A linha da evolução histórica é conhecida: no espaço de alguns séculos, as sociedades de sangue regidas pela honra, vingança, a crueldade deram a pouco e pouco lugar a sociedades profundamente “policiadas”, em que os atos de violência entre os indivíduos não param de diminuir, em que o uso da força desconsidera aquele que se lhe entrega, em que a crueldade e as brutalidades suscitam indignação e o horror, em que o prazer e a violência se dissociam”*.

Recuando às sociedades que funcionavam de modo “selvagem”, o mesmo autor indica que a violência dos homens organizou-se fundamentalmente em função de dois códigos: a honra e a vingança. A violência visava o prestígio ou a vingança. Predominando a honra, a vida tinha pouco valor, comparada com a valorização pública; a coragem, o desprezo da morte e o desafio eram virtudes altamente valorizadas. A vingança era um imperativo social, independentemente dos sentimentos experienciados pelos indivíduos ou das suas responsabilidades, e servia para repor a ordem e simetria do pensamento característico destas sociedades.

Conforme indica Lipovetsky (2018), sendo a vingança um dever primordial, todos os homens eram iguais perante a violência, nenhuma podia monopolizar ou lhe renunciar, não existindo proteção por nenhuma instância especializada. Nestas sociedades não havia relações neutras entre os homens, nem indiferença; nesse contexto o outro apenas podia ser amigo ou inimigo. A subordinação do individual ao coletivo (a uma lei superior intangível/sagrado) era patente também nas cerimónias iniciáticas para a passagem dos rapazes à idade adulta, momentos onde a tortura e rituais eram intensos.

Elias (2006, p. 323) indica que *“a alegria em matar e torturar outros era grande e era uma alegria socialmente permitida”*, e até incentivada pela organização social de então. A manifestação dos impulsos e das emoções era mais livre e não havia nenhum poder central que obrigasse os homens a refrearem tais impulsos.

Mais tarde, com o advento do Estado nas sociedades estatais pré-modernas, a violência começa a dissociar-se do código de vingança e de honra, abrindo espaço à utilização da guerra e violência como forma de dominação, conquistando-se territórios, escravos, surge a barbárie, o culto do poder. A crueldade passou de ritual sagrado a uma prática bárbara, correspondendo

a uma manifestação de força e poder (ex.: combates entre gladiadores e animais, um espetáculo do agrado dos Romanos). É neste contexto que o Estado começa a afirmar a sua autoridade e a procurar limitar a vingança privada, embora na Idade Média ainda persistissem diversas práticas neste âmbito (ex.: a *faide* que era imposta como obrigação moral sagrada e ordenava que o grupo de parentes punissem pelo sangue o assassinio de um familiar ou uma injúria sofrida) (Lipovetsky, 2018).

Desde os últimos séculos da Idade Média, o estado ao monopolizar a violência substituiu o sistema vingativo pela justiça (Muchembled, 2014; 413).

Elias (2006) refere também que o processo civilizacional correspondeu a um progressivo abandono de práticas cruéis, da obtenção de prazer na destruição e na provocação de sofrimento nos outros, típicas, por exemplo, da Idade Média.

O processo de gestão da agressividade foi inicialmente imposto pelas autoridades para controlar as relações humanas no espaço público¹⁹, tendo-se generalizado progressivamente ao contexto privado²⁰, para o que contribuíram diversas instituições de socialização como seja a igreja, escola e o exército (Muchembled, 2014).

Na sociedade civilizada existem manifestações socialmente autorizadas da agressividade (ex.: assistir a combates de boxe), no entanto o nível de agressividade presente é extremamente moderado face ao sucedido no passado (ex.: mutilar presos, queimar gatos vivos²¹) (Elias, 2006).

Segundo Lipovetsky (2018) existe uma conexão entre crueldade dos costumes e sociedades holísticas, que conferem prioridade à organização coletiva. A legitimidade da violência e crueldade só terminou com o surgimento das sociedades de ordem individualista e o respetivo Estado Moderno, onde o Estado assume o monopólio da força física legítima, assumindo igualmente a proteção constante e regular da sociedade, abrindo caminho à valorização da vida e do sofrimento pessoais tal como se atribui no presente.

Conforme explanado por este autor, grosso modo, a partir do século XVIII, no Ocidente predomina um processo de civilização e de suavização dos costumes do qual somos herdeiros e continuadores. A confirmar esta ideia, Lipovetsky menciona a queda nos números de homicídios, rixas, desaparecimento da prática de duelo, queda dos números relativos a

¹⁹ Na expressão do autor “espaços muito frequentados e tabernas” (p. 410).

²⁰ Na expressão do autor “centro do lar familiar” (p. 410).

²¹ Referência feita por Elias aos festejos de São João, em Paris, no século XVI.

infanticídios, a renúncia à utilização de suplícios corporais e a queda do número de condenações à morte e respectivas execuções.

Muchembled (2014) também aponta o declínio da violência física e da brutalidade nas relações humanas na Europa Ocidental do século XIII até ao atual século, situando no século XVII (1650²²) a principal viragem, altura em que se afirma de forma veemente a sua desvalorização.

Assim, a partir do século das Luzes instala-se lentamente uma cultura de rejeição da violência, embora existindo alguns reaparecimentos extraordinários na sua brutalidade e com variações cronológicas e geográficas no continente europeu (Muchembled, 2014).

Os sinais de transformação de uma sociedade impregnada de violência começam a surgir no século XVII, assistindo-se a uma diminuição do infanticídio, atribuindo-se progressivamente uma atenção especial às crianças no século XVIII, o abandono progressivo dos castigos corporais na aplicação da justiça, a diminuição da pena de morte a partir do século XIX e a sua abolição em muitos países ainda antes da 1.ª Guerra Mundial e a proibição dos duelos, são alguns sinais citados por Lourenço e Lisboa (1992) desse “*abrandamento dos costumes*”.

O surgimento de um poder central que detém o monopólio da dominação física implica que apenas alguns estejam legitimados por tal poder central a exercer a violência, neste caso a polícia em relação ao criminoso e a grandes massas em situação excecionais de guerra ou contexto de revolução (Elias, 2006). Mesmo nestes contextos, como seja a guerra, onde existe maior tolerância à manifestação da agressividade, a intensidade da violência é menor do que o verificado na Idade Média.

Se as descargas agressivas, como as que eram frequentes na época medieval, surgissem em fases posteriores da evolução social eram consideradas como o reflexo de alguma patologia (Elias, 2006).

O mesmo autor aponta a progressiva diferenciação de funções sociais como o pano de fundo da transformação social que explica o que designa de “*conformação externa do psiquismo*”, sendo por esta via que surgem órgãos centrais mais estáveis e que detém o monopólio da violência física (Elias, 2006, p. 625).

Refere ainda que o homem civilizado encontra-se normalmente condicionado na expressão dos seus afetos e agressividade por efeito de uma autocooção, que surge na sequência de um

²² Na sequência do fim da Guerra dos Trinta Anos, em 1648, através da assinatura dos tratados que no conjunto são designados de Paz de Vestfália.

processo de modelação social (veiculado nomeadamente pelos pais das crianças), em que é “transmitido” que os comportamentos desajustados estão associados a ameaças ou castigos que geram desprazer, promovendo assim uma aprendizagem do desprazer relativamente a tais comportamentos (podendo, porém, permanecer um prazer encoberto).

Nas palavras de Elias: “*A interdependência de grandes grupos de pessoas onde a violência é circunscrita produz um sistema social em que as coações exercidas pelas pessoas umas sobre as outras se transformam em autocoações*” (Elias, 2006, p. 634).

Este autor indica ainda, a um nível mais micro, a existência de processos de civilização individuais bem-sucedidos e outros que não o são, sendo que a maioria das pessoas civilizadas vive numa linha intermédia entre esses dois extremos.

Contrariando a visão de Norbert Elias sobre este processo de civilização e suavização dos costumes, Lipovetsky (2018) não o interpreta como sendo o resultado de um “*recalcamento*” dos impulsos agressivos pelo facto do Estado assegurar o monopólio da utilização da coação física e garantir a segurança, mas antes como resultado do aparecimento de uma nova lógica, com um sentido inédito na história, um tipo de sociedade em que o homem individual se toma como fim último e existe apenas para si próprio, representando uma clara clivagem face às sociedades tradicionais.

Lipovetsky (2018) aponta assim o surgimento do individualismo (embora resultando da ação conjugada do Estado Moderno e do mercado - aumento da riqueza, recuo da miséria, elevação do nível de vida, propriedade fundiária tornar-se uma realidade social amplamente difundida, trocas mercantis, entre outros fatores) como estando no cerne desta suavização dos costumes, consubstanciando uma transformação das relações entre o homem e a sua comunidade, referindo que existe uma aspiração sem precedentes pelo dinheiro, pela intimidade, pelo bem-estar, a propriedade e a segurança.

Assim, com o Estado centralizado e o mercado surgiu o homem moderno que se recusa a submeter-se a regras ancestrais exteriores à sua vontade íntima, prevalecendo a “lei” da sua sobrevivência e interesse próprio. O código de honra sofre uma alteração radical, a preocupação gira agora em torno da busca de dinheiro, da paixão pelo bem-estar e da propriedade, a vida torna-se valor supremo (ao invés de se poder ser considerado fraco por não responder à ofensa ou à injúria). A relação entre homens faz-se sob o signo da indiferença.

Ainda na linha de pensamento de Lipovetsky (2018), o individualismo tem dois efeitos inversos mas complementares, por um lado a indiferença ao outro, e por outro a sensibilidade à dor dos outros. Desde a segunda metade do século XVIII, começaram a surgir protestos contra a atrocidade dos castigos corporais, que se começaram a tornar socialmente ilegítimos.

Este autor aponta a existência de um processo de personalização que “*destruiu lentamente as normas de uma sociedade viril responsável por um alto nível de criminalidade violenta*”, sendo que os indivíduos não se pacificam por ética, mas por “*híper-absorção individualista*” (em que os indivíduos preferem descobrir-se a si próprios, relaxarem por meio de viagens, música, desporto ou espetáculos do que se confrontarem fisicamente) - um processo “*cool*” de personalização (Lipovetsky, 2018, p. 271).

O homem nunca terá pensado tanto o seu semelhante, no entanto, e em paradoxo, tende a fechar-se cada vez mais em si mesmo (Lourenço & Lisboa, 1992).

2.2.2 TRANSFORMAÇÕES DA VIOLÊNCIA

Muchembled (2014, p. 275) indica que de 1650 a 1960 a violência está “domesticada” na Europa, no sentido de um efetivo declínio das manifestações violentas (no número de homicídios e o uso mais banal da força evoluiu para práticas menos perigosas tanto na esfera familiar como no espaço público).

Este processo de pacificação da sociedade e de personalização contribui para diminuir o volume da criminalidade violenta, mas como refere Lipovetsky (2018), favorece o surgimento de atos de extrema violência, agravando comportamentos criminosos. Ao contrário do que sucedia no passado, atualmente existe uma “desprofissionalização” do crime, emergindo novos autores muitas vezes desconhecidos da polícia e que não têm familiaridade com o meio criminal. Por outro lado, a reincidência criminal é elevada, fazendo com que um pequeno número de criminosos seja responsável por uma fatia considerável dos crimes, originando sucessivas detenções (Lipovetsky, 2018).

Muchembled (2014, p. 282) indica que, apesar dos homicídios e de outras formas de violência física estarem em declínio desde o século XII, esta ainda não se encontra erradicada, estando “*antes oculta pelos esforços das autoridades e das instâncias morais que mostram a necessidade de dominá-la em público*”.

Este autor aponta algumas formas de transferência da violência ou “deslizamentos” desta, indicando que a agressividade está cada vez mais expulsa das ruas, tornando-se um tabu absoluto, estando no século XXI a célula familiar sob uma vigilância sem precedentes, o que conduz à sinalização de mais situações relativas a atos até então silenciados (ex.: incesto e pedofilia).

No século XXI o crime absoluto estabeleceu-se em torno da preservação da vida e da inocência sexual das crianças sendo que, estando a pena de morte erradicada na Europa, quando se fala numa possível reativação desta seja especialmente no contexto destes crimes contra as crianças (sendo hoje entendido como o mais inqualificável crime que pode ser cometido) (Muchembled, 2014).

Apesar da pacificação da sociedade e diminuição dos crimes violentos, Lipovetsky (2018) refere que o sentimento de insegurança nos países desenvolvidos tende a aumentar, alimentando-se do mais pequeno episódio. Conforme refere este autor, o sentimento de insegurança dos indivíduos está relacionado com a amplificação de todos os riscos, com o foco excessivo nos respetivos problemas pessoais, com o sentimento de saturação face um sistema repressivo inoperante ou ineficaz, e com o facto destes se terem habituado a serem protegidos e se sentirem traumatizados por uma violência desconhecida. Assim, a insegurança quotidiana resume numa forma angustiada uma de-substancialização característica da pós-modernidade.

Este autor indica que quanto mais a violência regride na sociedade mais surgem representações exacerbadas da violência, por exemplo ao nível do cinema, teatro e literatura, fazendo com que a sociedade “cool” seja acompanhada por um estilo “hard”, pelo espetáculo de uma violência hiper-realista: Deste modo, numa sociedade pós-moderna, *“quando já não há nenhum código moral a transgredir, resta a fuga para a frente, a espiral extremista, o requinte do pormenor pelo pormenor, o hiper-realismo da violência, tendo por único objetivo a sideração e a sensação instantâneas.”* (Lipovetsky, 2018, p. 278).

Este filósofo francês refere ainda que é por este motivo que se identifica este processo *hard* em várias esferas, como seja o sexo (pornografia e prostituição de crianças cada vez mais jovens) e a informação (*“frenesim do direto”*).

A criminalidade violenta assume maior expressão nos grupos etários mais jovens e a delinquência juvenil não terá aumentado muito em volume, mas tornou-se mais violenta (Lipovetsky, 2018).

Segundo este autor o processo de personalização, ao promover o culto da juventude, pacifica os adultos, mas endurece os mais novos, que tendem a afirmar cada vez mais cedo e mais depressa a sua autonomia, tanto material como psicológica, podendo para o efeito recorrer à violência.

Conforme indica Muchembled (2014, p. 407), os jovens que praticam atos violentos *“não procuram destruir a sociedade nem contestar os seus princípios fundadores, mas denunciar o bloqueio do qual sentem os efeitos. (...) querem essencialmente ter um lugar ao sol ou melhorar a sua sorte num universo de consumo perfeitamente assumido. Roubos, tráficos e brutalidades visam tanto apoderar-se de bens materiais inacessíveis extremamente valorizados como exprimir simbolicamente um enorme protesto. Os ‘desordeiros’ dos subúrbios que queimam carros atribuem uma importância primordial a este sinal de êxito e de poder. Adoram proclamar o seu triunfo ao volante de um modelo prestigioso”*.

O perfil típico dos perpetradores de crimes violentos não terá mudado muito ao longo dos últimos oito séculos: predominam os homens jovens entre os 20 e 29 anos (Muchembled, 2014).

Este historiador francês aponta que, apesar de a violência ter regredido muito desde há muitos séculos e de ser frequentemente exagerada pelos meios de comunicação social, estas manifestações de violência por parte dos jovens, inegavelmente ligadas a graves dificuldades sociais e a formas de exclusão, causam forte angústia nos adultos, interrogando-se este autor se bastaria implementar o tratamento apropriado para que a mesma violência desaparecesse definitivamente.

O referido processo de pacificação da sociedade poderá também não chegar de forma tão evidente a algumas franjas da sociedade como sejam as minorias raciais, imigrantes e filhos de imigrantes que, perante a estimulação de *“modelos individualistas enfóricos que convidam a viver intensamente”*, pode conduzir a uma desorganização violenta do ego (Lipovetsky, 2018, p. 280-281). A violência por parte dos jovens excluídos em razão da cor ou da cultura resultará do choque entre um sistema à base de desejos individualistas, de tolerância e uma realidade quotidiana de guetos, desemprego, desocupação e indiferença hostil ou racista. Lipovetsky (2018) recorre a alguns exemplos para ilustrar esta questão, abordando os magrebinos em França e os negros nos Estados Unidos da América, grupos que estão sobre representados entre autores de crimes violentos/entre reclusos de crimes violentos. Por outro lado, e como a maioria dos crimes ocorre entre indivíduos da mesma cor, por exemplo, nos crimes violentos

dos Estados Unidos da América (EUA) os negros estão igualmente sobre representados entre as vítimas.

Lipovetsky (2018, p. 282) não encara esta violência dos grupos minoritários como um *habitus* arcaico ou uma forma de revolta, antes conceptualiza-a como o culminar da desestabilização e da desintegração pós-moderna, a “*manifestação hard da ordem cool*”.

Este autor considera que os delinquentes da nova “vaga” recorrem geralmente ao imprevisto, sem conhecerem o local, as saídas, os alarmes, em iniciativas de extrema gravidade por um ganho mínimo, usando muitas vezes meios extremos para fins insignificantes (ex.: assaltos à mão armada).

Nesta perspetiva, a violência contemporânea já não está relacionada com o mundo da crueldade, sendo os “nervos” o seu traço dominante, sendo a de-substancialização acompanhada pelo “*flip*” e pela instabilidade. Assim, “*o crime hard exhibe-se em pleno dia, no coração das cidades, indiferente às cautelas do anonimato, indiferente aos lugares e horas, como se o crime se esforçasse por participar na pornografia do nosso tempo, a da visibilidade total*” (Lipovetsky, 2018, p. 284). Com um esbatimento dos critérios de perigo e de prudência começa uma banalização do crime, reforçado por um aumento descontrolado de forma máxima no uso de meios violentos.

Reporta ainda a existência de alguns sinais de uma inversão das tendências de declínio do crime, abordando o aumento verificado no crime de violação em diversos países desenvolvidos. No entanto, o autor revela que não é possível verificar se se trata de um aumento efetivo das situações ou de uma maior desocultação do fenómeno por parte das mulheres (à medida que diminui a culpabilização que tradicionalmente lhes era imputada nestes casos).

Segundo Muchembled (2014), na Europa a violência fatal é residual, mais ligada ao “banditismo”, estando os tribunais mais ocupados com formas de violência praticadas em privado como sejam as violações, o que refletirá essencialmente uma criminalização crescente de tal fenómeno e não tanto um agravamento real.

Alguns sinais recentes de agravamento do problema criminal nas sociedades pós-modernas (ex.: situações de mortes, por parte de *serial killers*, em escolas e universidades) não se encontram, segundo Muchembled (2014), comprovados.

Também Lourenço e Lisboa (1992), reportando-se às estatísticas da criminalidade violenta, indicam a existência de uma inversão de tendências nos últimos dois séculos: após uma fase

em que a mortalidade por homicídio decresceu, a partir dos anos 60 do século passado sucedeu o inverso (em especial nos EUA).

Apesar dos crimes violentos serem nos anos noventa mais frequentes do que nos anos sessenta, evidenciando um recuo do controlo da violência privada, no conjunto dos países europeus o nível de homicídios continuava inferior ao verificado no século XIX e início do século seguinte.

Assim, Muchembled (2014) refere que os recentes aumentos ao nível dos homicídios e agressões físicas podem ser apenas flutuações conjunturais numa tendência global de declínio, sendo que podem existir olhares mais pessimistas que encaram tal como uma consequência da crise dos valores familiares e outros mais otimistas como um sinal da progressão do controlo social para espaços privados e categorias que até então não eram foco de atenção especial, uma vez que este se situava sobre outros fenómenos cuja resolução era urgente.

Lourenço e Lisboa (1992) apontam como possíveis fatores favoráveis ao verificado recrudescimento da violência a desagregação do tecido social urbano, a dissolução das estruturas familiares, o desemprego e a toxicodependência, e relacionado com estes fatores as questões das minorias étnicas e a exclusão social.

Algumas destas ressurgências recentes da violência (ex.: episódio de violência perpetrados por jovens oriundos de subúrbios de grandes cidades) levam Muchembled (2014, p. 16) a interrogar-se sobre um eventual fim de um ciclo de controlo da agressividade juvenil (por via das *“dificuldades acrescidas para os mais pobres, particularmente para as novas gerações dos dois sexos, de ter o seu pedaço de bolo social num período fortemente marcado pelo desemprego e pelo medo do amanhã”*).

Nas últimas décadas constata-se um crescente medo coletivo no que concerne à possibilidade de atentados às pessoas, potenciado pelos *media* sensacionalistas (Garland, cit. por Muchembled, 2014). Assim, existe uma sensibilidade securitária que colocou estas preocupações no quotidiano da população e sustenta um contínuo debate sobre meios de combate, havendo um forte escrutínio sobre os resultados da polícia e da justiça que *“deram lugar a publicações contraditórias que mostram não procurar a verdade absoluta nas estatísticas, antes interpretá-la no contexto geral da sua produção”* (Muchembled, 2014, p. 381). Neste sentido, o mesmo autor, com base nos trabalhos de Greenberg, relativiza as afirmações referentes a uma crescente juventude dos autores de homicídio no mundo ocidental, indicando que os mais jovens acusados deste crime são uma minoria, mas os casos são largamente mediatizados, contribuindo para criar no público a ligação entre violência letal e delinquência juvenil.

Lourenço e Lisboa (1992) observam que o alargamento do conceito de violência e o aumento da criminalidade a partir da década de 60 do século passado (ex.: aumento do número de furtos a casa e roubos de telemóvel) podem ser fatores na origem do aumento do sentimento de insegurança nas sociedades industriais.

E depois dos anos noventa do século passado, como têm sido as tendências na criminalidade violenta? Existem evidências de um decréscimo do crime na Europa, Estados Unidos e Canadá desde a segunda metade da década de noventa do século passado (Dijk, Kestern & Smit, 2007). Com base em dados do inquérito de vitimação britânico de 2009/2010, constata-se que em Inglaterra e País de Gales o crime violento terá decrescido 50% desde o seu pico em 1995 (Osborne, 2010).

Todavia, outros dados indicam um aumento do crime violento entre 2002 e 2008 em algumas partes da Europa Ocidental, em especial nos países nórdicos, enquanto em alguns países da Europa de Leste se tem verificado uma diminuição neste tipo de crime (Lituânia, Eslováquia, Polónia, Bulgária e República Checa) (Tavares & Thomas, 2010).

Apesar deste declínio da violência em termos gerais, como interpretar o surgimento de episódios de violência extrema surgidos desde então (ex.: atos terroristas) ou a existência de armas e tecnologias com um potencial de provocar morte e destruição numa extensão sem precedentes, ou a crise de refugiados e suas vítimas, ou o número de mortos e feridos na Guerra na Síria? Estará a violência interpessoal em declínio, mas a violência coletiva/do Estado não? Apesar destes fenómenos de violência podemos considerar que a sociedade continua cada vez mais pacífica e civilizada? Estará mais violenta ou terão as manifestações de violência sofrido algumas metamorfoses, mantendo no entanto o nível/severidade da violência?

Uma análise global torna-se cada vez mais complexa e difícil de efetuar. Esta avaliação das tendências ao nível da frequência e intensidade da violência carece de uma circunscrição cada vez mais restrita. Por outro lado, quão longas têm de ser as séries estatísticas a ter em conta? Importa separar o período entre a década de sessenta e noventa do século passado das restantes décadas ou, pelo contrário, englobar tudo numa série mais longa, relativizando eventuais aumentos da violência nesse período?

Esta avaliação da violência é ela própria “enviesada” pelo período temporal do investigador e pelo que é valorado ou censurado atualmente. Haverá um zero absoluto de violência, que seja passível de consensualização entre o que seriam potenciais investigadores, cada um na sua

época histórica? Tendo em conta a enorme transformação das sociedades e mentalidades ao longo dos séculos tal não será viável, pelo que qualquer análise efetuada tem em conta os parâmetros atuais, devendo por isso ser feita esta ressalva.

Se com o avançar do tempo a sociedade ocidental continuar cada vez mais intolerante face a eventuais violações da liberdade, privacidade, dignidade humana e dos direitos de outros seres (ex.: animais), poderemos eventualmente no futuro olhar para a sociedade atual como “bárbara”, uma vez que ainda persistiam, de forma explícita, diversas formas de violência.

Apesar da relevância de uma análise da violência ao longo dos séculos, que permite avaliar as grandes tendências gerais, em termos pragmáticos para a (re)definição de políticas públicas nomeadamente ao nível da segurança interna, importará efetuar análises comparativas circunscritas ao período mais atual. De modo a melhor prevenir e combater a criminalidade violenta importará compreender as variações mais recentes e as tendências verificadas nas últimas décadas (ver capítulo 9).

Em seguida, são abordadas algumas teorias/modelos explicativos da violência tendo em vista contribuir para uma análise abrangente que se pretende aqui promover neste domínio.

2.3 TEORIAS E PERSPETIVAS EXPLICATIVAS DA VIOLÊNCIA

2.3.1 AUTORIA DA VIOLÊNCIA: MODELOS E FATORES EXPLICATIVOS

Se a natureza humana é eminentemente positiva (não havendo tendência para destruir o seu semelhante - numa visão mais humanista na linha de Rousseau), ou se existe uma “pulsão de morte” (na linha dos contributos de Freud e Fromm), tal como apontado por Muchembled (2014), trata-se de uma discussão que não será feita neste contexto.

A origem da violência, se inata ou cultural, implica uma discussão extensa que se procura apenas aflorar neste ponto, não obstante importa referir que, conforme indica o mesmo autor, esta terá ambas as fontes.

Existem muitos preditores e potenciais causas do crime violento e o “percurso causal” que conduz a que um indivíduo cometa um crime violento pode diferir grandemente do caminho etiológico relativo a outro indivíduo (Ferguson, 2010).

Conforme referem Brookman e Robinson (2012), as atuais abordagens explicativas da violência procuram cada vez mais integrar elementos de várias disciplinas e focar múltiplos aspetos da violência (ex.: o evento, os indivíduos envolvidos e o contexto social ou estrutural mais abrangente).

Podem ser convocadas diversas teorias e perspectivas ao nível da explicação da violência: as que apontam o foco para o indivíduo, as que apontam para questões estruturais da sociedade, para questões culturais e ainda as teorias situacionais da violência.

Ao nível individual, as explicações para o cometimento de crimes podem variar desde as abordagens biológicas, psicológicas/clínicas à teoria evolucionista. Recuando às primeiras tentativas de explicação, importa mencionar os trabalhos do Lombroso, já do século XIX, em que se procurava encontrar nos atributos físicos preditores para o cometimento de crimes (Brookman, 2005). Tratar-se-á, no entanto, do tipo de teorias mais consensualmente criticadas no âmbito da Criminologia (Brookman & Robinson, 2012). Por outro lado, sabe-se que alguns atos de violência são praticados com alguma patologia (ex.: doença neurológica ou perturbação de personalidade) (Brookman, 2010), que a violência pode constituir-se como um fim em si mesma (autotélica), pelo prazer de fazer sofrer, destruir ou matar outros (Schinkel, 2004), embora a maioria dos criminólogos concorda que se trata de exceções e não a regra (Brookman, 2010).

Harris, Skilling e Rice (2001) referem que os crimes mais graves são cometidos por um pequena parte de ofensores, desconhecendo-se a exata proporção de indivíduos com psicopatia²³ entre estes agentes criminais mais persistentes. Indicam que tal perturbação pode ser medida através de comportamentos e atitudes reveladores de insensibilidade, impulsividade, procura de sensações, desapego emocional, desonestidade e egocentrismo extremo nas interações sociais, anti sociabilidade, beligerância, delinquência juvenil e promiscuidade sexual.

Por outro lado, Brookman (2010) salienta que não existe justificação para se considerar a população com perturbações mentais como sendo de especial risco em termos de comportamentos violentos, existindo no entanto alguns subgrupos que merecem uma atenção especial: aqueles que apresentam perturbações de personalidade severas e os indivíduos com problemas de abuso de substâncias.

²³ Termo em desuso, utilizando-se antes perturbação da personalidade antissocial.

Existem algumas linhas de investigação que procuram as fontes genéticas para o crime, todavia, mesmo entre os biólogos, existe um reconhecimento crescente de que a forma como os genes se expressam depende de fatores sociais (Rafter, Posick & Rocque, 2016).

Do lado da Psicologia Evolutiva, da História e da Bioarqueologia, procura-se perceber em que circunstâncias e quando a violência terá sido adaptativa, aumentando a probabilidade de sobrevivência humana, por exemplo, no âmbito da competição por recursos limitados, constatando-se que o ser humano sempre foi capaz de atos de grande bondade, mas também de extrema crueldade (Walker, 2001; e Roth, 2014).

Daly e Wilson (1997) apresentaram propostas no domínio da Psicologia evolutiva para o homicídio, indicando que este varia inversamente com o grau de proximidade genética entre ofensor e vítima (ocorrendo a maioria dos homicídios na família entre cônjuges, em oposição a parentes do mesmo “sangue”). No mesmo alinhamento, surgem dados que indicam que as crianças enteadas correm um risco acrescido de violência letal e não letal comparadas com as crianças que vivem com os seus progenitores (o designado efeito “Cinderela”) (Daly & Wilson, 2008).

Ainda do ponto de vista individual, surgem explicações que remetem para presença/ausência de substâncias no cérebro/organismo (efeitos psicofarmacológicos) que potenciam o cometimento de atos de violência, como seja o consumo de álcool e drogas (Kuhns & Clodfelter, 2009), exposição ao chumbo (Stretesky & Lynch, 2004), níveis abaixo do normal de açúcar ou colesterol ou ainda níveis elevados de testosterona (Brookman, 2005).

Os estudos evidenciam a existência de fatores mediadores e moderadores a ter em conta, como o ambiente e o contexto social onde ocorrem, por exemplo, os consumos de álcool e drogas e o crime (Bennett & Holloway, 2005). Não se pode, no entanto, considerar, conforme salientam Brookman e Robinson (2012), que os consumos são explicações suficientes ou necessárias para a violência (ex.: é muito raro as pessoas serem sempre violentas de cada vez que consomem álcool).

Segundo estas autoras, as explicações estruturais da violência concentram o seu foco nas questões relacionadas com a pobreza, privação, desorganização social ou desigualdade (ex.: etnia ou género) e na forma como estas potenciam as condições para a violência.

Conforme refere Papachristos (2009), os indivíduos de grupos minoritários, especialmente do sexo masculino e com idades entre os 17 e 28 anos, que vivem em bairros pobres, isolados e sem acesso a capital humano e social, são os mais prováveis homicidas e vítimas de homicídio.

Por outro lado, as abordagens estruturais ajudam a compreender a manutenção da prevalência da violência contra as mulheres a nível mundial, sendo inviável compreender esta realidade sem se atender à posição desigual das mulheres na sociedade, à histórica tolerância, e em alguns casos o encorajamento relativo à violência sobre as mulheres por parte dos maridos e membros da família (Brookman & Robinson, 2012).

As mulheres não são um grupo homogêneo. Aquelas com poucos recursos ou vulnerabilidades adicionais, como sejam problemas de saúde mental, têm probabilidades acrescidas de serem vítimas de violência doméstica e violência sexual (Brookman & Robinson, 2012). Também as mulheres sem-abrigo com problemas de saúde mental são especialmente vulneráveis à violência doméstica e sexual (Khalifeh & Dean, 2010).

Brookman e Robinson (2012) referem que, de forma análoga, existem evidências consistentes ao nível de estudos internacionais no sentido de que os gangues de rua emergem e prosperam onde a desigualdade e marginalidade prevalece. Para estas autoras, trata-se de exemplos do impacto pernicioso da combinação de diferentes fatores de desvantagem estrutural.

Apontam também que as abordagens mais relacionadas com a cultura e a comunidade situam a explicação da violência mais ao nível do contexto social (ex.: comunidade ou bairro). Alguns estudos neste domínio focam-se nos “códigos de rua” ou “culturas de violência de rua” (Anderson, 1994), e, conforme mencionam as referidas autoras, diversas investigações apontam que jovens rapazes transformam o seu *status* étnico numa vantagem, acionando o estereótipo do “estranho/estrangeiro perigoso”, de modo a exigir respeito.

As abordagens situacionais e integracionistas colocam o foco no micro ambiente onde ocorre o crime, reconhecendo que a violência é um evento dinâmico e em evolução, onde os atores (vítimas, ofensores e testemunhas) moldam os comportamentos entre si, num contexto físico e social específico (Brookman & Robinson, 2012). As autoras referem-se a um dos primeiros trabalhos de análise das interações violentas de Luckenbill de 1977, em que através da análise de setenta homicídios, descreveu as dinâmicas estabelecidas entre os principais atores, numa sequência de seis fases em que as ações de uns são moldadas em parte pelas ações dos outros atores, sendo focadas na manutenção da face, da reputação e demonstração de carácter.

Assim, através desta análise, as vítimas de homicídio não são vistas como sendo completamente passivas, ou não contribuindo de algum modo para o desenrolar da situação.

Torna-se difícil explicar a violência com recurso a apenas uma perspectiva, por exemplo, a grande maioria dos indivíduos que vivem em condições de pobreza ou desfavorecidas não recorrem à violência a qualquer momento, importando assim ter em conta outras perspectivas/teorias oriundas nomeadamente da Psicologia e da Sociologia que ajudem a compreender as experiências sociais daqueles que a utilizam (Brookman & Robinson, 2012).

No campo da Psicologia cognitivo-comportamental importa mencionar a teoria da aprendizagem social (Bandura, 1977) que trouxe vários contributos para compreender como os indivíduos que recorrem à violência interpretam os sinais do ambiente e como podem ter aprendido a comportar-se de tal forma.

A teoria da aprendizagem social baseia-se na ideia de que o ser humano aprende através das interações que tem com os outros (ex.: parentes, amigos), “copiando” (modelando) os comportamentos e atitudes destes que visualizou durante as referidas interações, sendo que quanto maior a frequência de visualização dos comportamentos, em especial no caso daqueles manifestados por pessoas próximas, maior será a probabilidade de serem modelados (Kilburn & Lee, 2010).

Salienta-se, contudo, que se trata de um modelo explicativo, não devendo ser visto como um modelo determinista. Por exemplo, nem todas as crianças/jovens que conviveram com ascendentes agressores e/ou vítimas tornam-se mais tarde agressores ou vítimas, e nem todos os agressores e vítimas têm no seu passado este tipo de experiências.

Conforme sublinhado por Brookman e Robinson (2012), as teorias comportamentais indicam que os padrões de reforço (recompensa) e de punição não são geralmente iguais ou constantes entre os indivíduos ou para a mesma pessoa ao longo do tempo. Assim o recurso à violência depende da interação única com o ambiente social, sendo que alguns indivíduos foram recompensados pela violência (ex.: prestígio obtido com um episódio de violência de sucesso; ganho monetário) e outros sofreram consequências negativas (ex.: possibilidade de ser preso, perda de prestígio pelo insucesso do ‘desafio’).

Estas autoras indicam que o foco pode também ser colocado nos processos cognitivos específicos utilizados pelos indivíduos e na forma como lidam com a informação verbal e não-verbal durante as interações (ou seja, como a informação é codificada, as representações

sociais da situação, e elaboração e decisão de uma resposta). As distorções cognitivas podem ocorrer em qualquer fase deste processamento, conduzindo a respostas violentas (Palmer, 2006, cit. por Brookman & Robinson, 2012). Podem surgir por diversas razões e estão relacionadas com atitudes e crenças mais abrangentes sobre a própria pessoa, os outros ou o papel da violência (Collie et al., 2007, cit. por Brookman & Robinson, 2012), assim como de uma falha ao nível do processo de desenvolvimento do indivíduo e da sua empatia e pensamento moral (Brookman & Robinson, 2012).

Salienta-se ainda a teoria proposta por Bandura em 1990 sobre o descomprometimento moral, que indica que os ofensores desenvolvem uma série de técnicas cognitivas que lhes permitem evitar sentimentos de culpa pelas suas ofensas, como seja o deslocamento ou difusão de responsabilidades, a distorção das consequências da ação ou a desumanização da vítima (Bandura, Barbaranelli, Caprara & Pastorelli, 1996). Estes indivíduos podem igualmente ter um défice de competências sociais e interpessoais, as quais são fundamentais para ajudar as pessoas a solucionar potenciais conflitos.

O modelo geral da agressão, de Anderson e Bushman (2002), constitui uma tentativa para sintetizar ideias de diversas teorias psicológicas neste âmbito. Este modelo assenta na premissa de que cada indivíduo traz para a situação um conjunto único de características (ex.: predisposições genéticas, traços de personalidade, atitudes e experiências de aprendizagem) que moldam a sua perceção e as respostas cognitivas a uma dada situação. Assim, uma predisposição para a violência combina-se com uma série de experiências que preparam o indivíduo para adotar comportamentos agressivos em diferentes situações, o que conduz à aquisição de estruturas cognitivas agressivas que são habitualmente recuperadas e utilizadas (Gilbert & Daferm, 2011).

Tal como mencionado por Brookman e Robinson (2012), as teorias cognitivo-comportamentais têm influenciado o desenvolvimento de programas de intervenção com agressores, focando a atenção nos comportamentos impulsivos, na gestão da raiva e falta de autocontrolo. No entanto, e como referem estas autoras, existem diversas formas de violência onde as questões relacionadas com a raiva, impulsividade ou falta de autocontrolo não se colocam (ex.: roubo para obtenção de dinheiro ou situações em que há um uso muito controlado da violência para efeitos de violação) e submeter esses ofensores a este tipo de programas poderá ser contraproducente, nomeadamente porque podem aprender formas mais controladas e eficazes de praticar a violência.

As mesmas investigadoras referem que a violência coletiva ou grupal é uma área onde estas abordagens do micro contexto podem facultar contributos relevantes. No âmbito destas abordagens procura-se explicar a forma como pessoas “não violentas” (e são do ponto de vista da saúde física e mental) são capazes de se envolver e praticar atos de extrema violência e brutalidade. Muitas vezes, as referidas pessoas juntam-se a estes grupos por questões de ódio étnico, ganância, para se sentirem parte de um grupo ou para efeitos de preservação da sua própria segurança. Conforme referem, muitos dos indivíduos, uma vez envolvidos nesses grupos violentos, indicam ter tido prazer em matar e em cometer atos de crueldade (ex.: violar mulheres). Por outro lado, outros indivíduos reportam um aumento do respeito/prestígio no grupo à medida que aumentam os atos violentos praticados por si (Brookman & Robinson, 2012).

De forma global, considera-se que quando os homicídios são “admitidos” pelas autoridades e cometidos em grupos, onde os mecanismos de consenso e “conformação” estão operacionais, muitos dos cidadãos comuns e cumpridores da lei juntam-se simplesmente porque pensam que é a “coisa certa a fazer” (Smeulers & Hoex, 2010).

Outros estudos procuraram analisar as “quase ocorrências” violentas (“*near misses*”), tentando identificar o que contribuiu para a não consumação do ato violento (Athens, 1997, cit. por Brookman & Robinson, 2012). Nestes casos, verificou-se ser importante um julgamento de refreamento, ajudando a evitar uma visão de túnel que muitas vezes caracteriza os eventos violentos, redefinindo a situação como não requerendo violência. Este autor apontou diversas razões para a mudança de interpretação, como seja: perceber que o ataque iria falhar, medo de colocar em risco uma relação importante, medo de sanções legais ou uma mudança no curso da ação por parte de outra pessoa (ex.: a potencial vítima concedeu de alguma forma ou pediu desculpa). Conforme refere Athens (cit. por Brookman & Robinson, 2012), este tipo de julgamentos refreadores são frequentes, fazendo com que a maioria dos atos violentos seja iniciada mas não completada.

De modo semelhante, Collins (2009) indica que a maioria dos atos de violência são “abortados”, indicando que a emoção dominante nos confrontos violentos é a tensão, por diversas vezes elevada a medo paralisante, fazendo com que muitas vezes o ato violento seja inadequado e incompetente.

Muchembled (2014) também aponta algumas abordagens psicológicas que contribuem para explicar a violência como sendo desencadeada por frustrações ou por ferimentos narcísicos que afetam a autoestima.

Este autor refere outras teorias que apontam no sentido de que as regras e interdições parentais e sociais impostas desde a infância contrariam mecanismos básicos que visam assegurar a sobrevivência da espécie e a proteção da coletividade, e que quando existe um bloqueio excessivo desses mecanismos é possível que a agressividade seja reativada e surjam atos de violência.

O comportamento delinquente é quase sempre um comportamento aprendido e fruto da aprendizagem junto de um grupo restrito de pessoas, havendo uma forte componente contextual no surgimento destes comportamentos (Chamboredon, cit. por Lourenço & Lisboa, 1992). Nesse contexto, considera-se que a delinquência tende a ser mais precoce nos estratos sociais mais baixos, sendo aí também mais reincidente e onde se encontram indicadores de uma tradição de delinquência na família; tendendo assim a existir um percurso desde a delinquência precoce a uma vida adulta onde se evidencia o desvio e uma eventual entrada no mundo do crime.

Ao nível dos contributos da Sociologia, e que muitas vezes se interligam com teorias/explicações do foro da Psicologia (ex.: Social), importa destacar também a teoria da escolha racional que fornece o enquadramento conceptual para as práticas de prevenção situacional, focalizando-se nos riscos e recompensas do cometimento de atos que incluem violência (Brookman & Robinson, 2012). Trata-se de uma explicação mais simplificada da violência que envolve uma análise de custo-benefício (Kilburn & Lee, 2010). A manifestação de um comportamento violento surgirá quando o indivíduo considerar que tal ato trará mais benefícios do que consequências negativas para si (ex.: se avaliar que a probabilidade de ser detido/"levado" à justiça é diminuta, bem como o esforço que terá de fazer para roubar uma vítima mais vulnerável, poderá optar pela sua efetiva prática, que trará a obtenção de valores/bens pretendidos). Nesta perspetiva, cuja formulação tem proveniência nos trabalhos de Ron Clarke nos anos oitenta, a contenção do crime seria feita através da adoção de estratégias para aumentar o esforço necessário para a prática de crimes, aumentar o risco de punição e reduzir a recompensa que pode ser antecipada pelo infrator²⁴ (Crawford & Evans, 2012).

²⁴ Por exemplo, diminuir dinheiro disponível num determinado local, privilegiando pagamentos com cartão.

Outras teorias, como a das atividades de rotina (Cohen & Felson, 1979) demonstram que o crime está também inscrito na arquitetura da rotina da vida diária, resultando da convergência no tempo e espaço, entre prováveis infratores, alvos adequados e ausência de “guardiões” eficazes.

Ao nível da prevenção situacional, Crawford e Evans (2012), mencionam a teoria das “*Broken windows*²⁵” de Wilson e Kelling de 1982, como a uma metáfora por excelência para a importância da ordem e controlo. O argumento baseia-se em considerar que algumas incivildades, tais como vandalismo, *graffiti*, comportamentos turbulentos e situações de embriaguez nas ruas e mendicância, se não forem controlados podem desencadear um conjunto de respostas sociais interligadas, culminando na transformação de bairros “decentes” em “guetos” potenciadores do crime.

Rock (2012) aponta ainda os contributos da “Escola de Chicago”, a partir dos anos vinte do século passado, com o estudo da estrutura das cidades em zonas, cada uma com as suas características, sustentando a existência de incidências diferenciadas em termos dos problemas sociais. Este tipo de abordagem nos domínios da Ecologia Social e do mapeamento urbano, constituíram-se como as “fundações” desenvolvimentos posteriores ao nível da análise espacial do crime (determinando-se por exemplo “hot spots”- locais com especial incidência criminal) e para a análise das subculturas de violência, abrindo caminho à adoção de estratégias nomeadamente ao nível da prevenção criminal através do desenho urbano (CPTED²⁶).

2.3.2 VÍTIMAS: FATORES DE RISCO

Existe um vasto consenso ao nível da investigação científica que aponta no sentido de existir uma associação muito próxima entre ofensores e vítimas, sendo este facto um dos mais consistentes no domínio da Criminologia (Reiss & Roth, 1993, cit. por Brookman & Robinson, 2012). Frequentemente ofensores e vítimas pertencem ao mesmo grupo de indivíduos, parecendo partilhar características similares (Brookman & Robinson, 2012).

Considerando as probabilidades de alguém se tornar vítima de um crime violento, as autoras mencionam diversos fatores de risco estáticos e outros dinâmicos (Brookman & Robinson,

²⁵ Que indica que uma janela partida é um sinal de que ninguém se preocupa e portanto partir mais janelas não trará consequências.

²⁶ Crime Prevention through Environmental Design.

2012). No âmbito dos fatores de risco estáticos são referidos os seguintes: sexo, idade, estatuto socioeconómico e etnia, e em termos dos fatores de risco dinâmicos são apontados: o local e tipo de trabalho, questões relacionadas com o estilo de vida e a saúde mental. Em termos globais, o risco de alguém ter sido vítima de um crime violento, num determinado ano, era de 3% (segundo dados do inquérito de vitimização de Inglaterra e País de Gales de 2009/2010) (Hall & Innes, 2010). Quando este risco é desagregado pelo sexo constata-se que os homens possuem um risco de vitimização maior do que as mulheres (4,2% vs. 1,8%), com exceção de alguns crimes como a violência doméstica (4,2% vs. 7,5%)²⁷ ou ofensas sexuais graves onde sucede o inverso. No caso do homicídio, em termos globais a situação é semelhante (homens estão em maior risco), verificando-se que a maioria (54%) das vítimas mulheres se enquadram em situações de homicídio doméstico (violência conjugal), enquanto nos homens esta realidade afeta apenas 5% (Coleman, Eder & Smith, 2011).

No caso da idade, sabe-se que os jovens estão em maior risco que os mais velhos de se tornarem vítimas de crimes violentos, sendo que este risco diminui à medida que a idade avança, para todos os tipos de violência. Os jovens com idades compreendidas entre os 16 e 24 anos apresentam taxas de vitimação superiores aos restantes grupos etários (13,3% para os rapazes e 4,3% para as raparigas), sendo esta variação no sentido decrescente à medida que se avança na idade (sendo a proporção inferior a 1%, para ambos os sexos, quando as idades se situa nos 65 ou mais anos) (Hall & Innes, 2010).

De acordo com Brookman e Robinson (2012) os estudos no Reino Unido e em outros locais têm demonstrado existir uma correlação negativa entre o estatuto socioeconómico e a violência (dentro e fora de casa). Assim, as pessoas em situação de pobreza são assim aquelas que estão em maior risco de violência, incluindo de serem alvo de homicídio.

Ainda de acordo com as mesmas autoras, relativamente ao risco de homicídio, as diferenças encontradas vão no sentido da população negra e de minorias étnicas apresentar taxas de vitimação superiores ao resto da população. No caso das restantes formas de violência, geralmente os dados indicam que a população negra e de minorias étnicas apresentam maiores taxas de vitimação face à população geral/branca, no entanto, e segundo dados do inquérito de vitimação de 2009/2010, surgiram alguns indicadores evidenciando o contrário (Brookman & Robinson, 2012).

²⁷ Refira-se que a violência doméstica aqui considerada envolve também situações consideradas não violentas (que não envolvem violência do tipo físico).

No domínio dos fatores dinâmicos, mais suscetíveis de sofrer alterações, encontra-se o local e tipo de trabalho, em que nomeadamente os polícias, bombeiros e funcionários dos estabelecimentos prisionais estão em maior risco (segundo dados do inquérito de vitimação britânico, 14% foi alvo de violência ou ameaça de violência no ano anterior), verificando-se que trabalhadores da área da saúde (ex.: enfermeiros) e da área social também apresentam risco mais elevado (Upson, 2004).

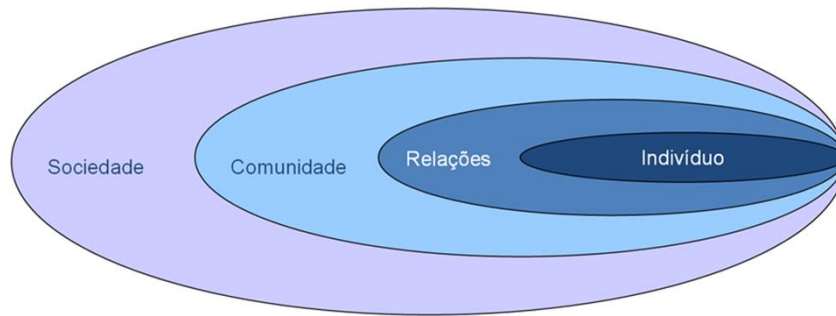
Ao nível dos estilos de vida, o consumo de álcool e/ou drogas, bem como a ida a estabelecimentos de diversão noturna têm também implicações no risco de vitimização, aumentando o mesmo (Brookman & Robinson, 2012). Adicionalmente, refira-se que para metade dos incidentes violentos revelados as vítimas reportam que os ofensores estavam sob efeito do álcool, e em um quinto sob efeito de drogas (Hall & Innes, 2010).

Por fim, e no caso da saúde mental, esta constitui também um fator de risco dinâmico relevante uma vez que existem fortes evidências de que as pessoas com doença a este nível estão em muito maior risco de vitimação e violência em particular, quando comparadas com a população geral (Snowden & Lurgio, 2007, cit. por Brookman & Robinson, 2012).

2.3.3 A INTEGRAÇÃO DAS PERSPETIVAS: MODELO ECOLÓGICO DA VIOLÊNCIA

Para finalizar, apresenta-se brevemente o modelo ecológico da violência que tem em conta diversos níveis explicativos, procurando determinar os fatores que aumentam a probabilidade de um indivíduo se tornar vítima e/ou autor da violência.

Segundo o modelo ecológico, a violência não pode ser explicada por um único fator, trata-se de um problema complexo e que resulta da interação entre diversos fatores, que podem ser agrupados em quatro níveis: o individual, o das relações interpessoais próximas, o contexto da comunidade onde essas relações ocorrem e, por fim, um nível mais abrangente relativo à sociedade (OMS, 2002).



Esquema 2: Níveis explicativos do modelo ecológico da violência

Fonte: Adaptado de Gabarino e Crouter (1978) e Bronfenbrenner (1979), citados por OMS (2002).

Este modelo, que começou a ser utilizado no final dos anos setenta do século passado aplicado ao abuso de crianças (Gabarino & Crouter, 1978; e Bronfenbrenner, 1979, cit. por OMS, 2002), foi posteriormente aplicado a outras situações como a violência contra mulheres em relações de intimidade (Heise, 1998) e à violência sobre idosos (Schiamberg & Gans, 1999).

Em traços gerais, este modelo orienta a prevenção e o combate à violência, apontando o caminho para a intervenção ao nível de fatores de risco a nível individual, para a mudança de comportamentos de risco; para a intervenção ao nível das relações interpessoais próximas, de modo a promoverem-se ambientes familiares saudáveis e o apoio profissional às famílias disfuncionais. Em termos dos níveis de intervenção mais abrangentes, aponta o caminho a diversas medidas, nomeadamente à formação dos polícias e outros profissionais para melhor identificar e responder às situações e ao policiamento de proximidade. Entre outras ações de carácter mais global inclui-se o combate da desigualdade de género, de práticas e atitudes culturais adversas e a eliminação de fatores de carácter económico e social que contribuam para a violência (OMS, 2002).

Este modelo evidencia as múltiplas causas da violência e a interação entre os fatores de risco que ocorrem em cada um dos níveis considerados, e permite compreender que a violência pode ser causada/potenciada por fatores diferentes em fases distintas de vida (OMS, 2002).

2.4 REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA

2.4.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA

Durkheim introduziu, nos primórdios da constituição da Sociologia como ciência, a noção de representações coletivas, e mais tarde Moscovici revisitou este conceito, trabalhando-o e sistematizando-o no âmbito da Psicologia Social, tendo sido o responsável pela elaboração da teoria das representações sociais (Porto, 2009a). Assim, Serge Moscovici inaugurou em 1961 a corrente teórica relativa às representações sociais (Jodelet, 2011).

Uma definição comumente utilizada relativamente às representações sociais foi igualmente trabalhada por Jodelet, sendo que corresponde a *“uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”* (Jodelet, 1989, p. 36).

Tal como recorda Gross (1996), a teoria das representações sociais de Moscovici (desenvolvida por este autor nos seus trabalhos de 1961 e 1981) ilustra a forma como o conhecimento cultural pode ser construído e transmitido. *“As representações sociais referem-se a um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originárias da vida diária durante as interações/comunicações entre indivíduos. São equivalentes aos mitos e sistemas de crenças nas sociedades tradicionais; e na sociedade atual podem ser equiparadas ao ‘senso comum’”* (Moscovici, 1981, cit. por Gross, 1996, p. 358).

Reportando-se aos contributos de Moscovici datados de 1961, Gross (1996) refere que muitas vezes as pessoas têm ideias simplificadas (e muitas vezes erradas) sobre algo, personificam ideias novas e complexas, ligando-as a determinada pessoa. Muitas vezes, as ideias complexas são traduzidas em imagens que são evocadas quando tal ideia surge na mente. Tanto esta personificação como esta figuração traduzem a necessidade de objetificação, ou seja, tornar o abstrato concreto. Por outro lado, torna-se necessário ancorar ideias novas e desconhecidas a algum sistema pré-existente. Assim, tanto a objetificação como a “ancoragem” ajudam a gerir o mundo social e facilitam a comunicação com os outros, sendo assim as duas funções essenciais das representações sociais (Gross, 1996).

“As representações sociais expressam visões de mundo que objetivam explicar e dar sentido aos fenómenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, pela condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenómenos” (Porto, 2009a, p. 801).

Ao refletir questões ligadas à violência importa ter também presente os contributos oriundos da teoria das representações sociais, uma vez que se trata de um fenómeno relevante no mundo social e que estas constituem uma espécie de “lente” através da qual analisamos os acontecimentos e construímos a “realidade”.

Para Porto (2009a, p. 801) torna-se relevante tratar a análise da violência tendo em conta a teoria das representações sociais, uma vez que *“as relações entre a violência e suas representações e a possibilidade de captar a racionalidade presente nas crenças coletivas e em suas significações, aí compreendidos ideologias, ditados, conhecimentos populares e senso comum, desde que submetidos à análise científica”*.

Esta perspetiva permite, segundo Porto (2009a), captar tanto a experiência subjetiva dos atores quanto a objetividade do sistema (contexto, ambiente ou situação) no qual ações violentas são praticadas.

Para Porto (2014), a expressão “violência”, conforme é usada pelo senso comum, está impregnada de conteúdos valorativos, sendo impossível ser compreendida sem que se analisem os sentidos, crenças e valores que estruturam a vida social, conteúdos que fazem parte das representações sociais.

Segundo esta autora, interrogar a realidade a partir do que se diz dela, por meio da teoria das representações sociais, implica que se tenha nomeadamente em consideração que *“as representações sociais admitem uma conexão de sentido (solidariedade) entre elas e os fenómenos aos quais se referem, não sendo, portanto, nem falsas nem verdadeiras, mas a matéria-prima do fazer sociológico”* (Porto, 2010, cit. por Porto, 2014).

Considerando apenas a componente objetiva da violência esta seria o que os números e as estatísticas indicam como tal, mas do ponto de vista subjetivo torna-se necessário considerar as representações que diferentes indivíduos e sociedades possuem sobre este fenómeno (Porto, 2014). Exemplificando, Porto (2014) ilustra as situações de medo e sensação de insegurança existentes nos condomínios fechados das grandes megalópoles brasileiras, fazendo com que os moradores se “fechem” e protejam com todos os equipamentos tecnológicos modernos, apesar de tais comportamentos muitas vezes nada terem que ver com a realidade concreta da violência nesses espaços superprotegidos.

Assim, as representações sociais constituem um fator que influencia a noção de segurança/insegurança, não estando o sentimento de insegurança necessariamente relacionado com o nível de segurança objetivo.

Na pesquisa de Lourenço e Lisboa (1992) sobre as representações sociais da violência, esta era considerada como uma agressão contra a integridade da pessoa, por meios físicos ou psicológicos, sendo assim uma violação das normas e valores vigentes em cada momento (social e historicamente definido) relativos ao que é entendido como integridade da pessoa. Por outro lado, a definição de violência usada não se refere apenas à natureza da força e do agente agressor, mas também aos efeitos dessa violência na vítima (Lourenço & Lisboa, 1992).

Citando Durkheim (1984, p. 40): “(...) *não se deve dizer que um ato ofende a consciência comum porque é criminoso, mas que é criminoso porque ofende a consciência comum. Não o reprovamos porque é um crime, mas é um crime porque o reprovamos*”.

2.4.2 O PAPEL DOS MEDIA

Para Porto (2009b) os *media* constituem, nas modernas democracias contemporâneas, um dos principais produtores de representações sociais, as quais, para além de seu conteúdo como falso ou verdadeiro, têm função pragmática como orientadoras de condutas dos atores sociais.

Torna-se assim relevante ter em conta o papel dos *media*, na formulação de políticas públicas neste domínio uma vez que as representações sociais constituem-se como veículos privilegiados de crenças, valores e receios de diversos setores da sociedade (Porto, 2009b).

Os *media*, e em especial a televisão, têm protagonizado de modo crescente essa função pragmática de “explicar o mundo” e produzir significado para factos e acontecimentos sob a forma de representações sociais (Porto, 2009b).

Conforme Porto (2009b) indica, a violência é notícia, mas lança a interrogação sobre o seu significado e sobre quem determina que assim seja designada, recordando que a definição de violência está longe de ser consensual. Citando Michaud (1989), Porto (2009b) refere que o que cada sociedade nomeia como violência varia no tempo e no espaço, segundo distintas representações.

Certas formas de violência suscitam mais atenção que outras, quer seja por parte dos governos, dos *media* ou da Criminologia, pelo que o volume de informação disponível varia consideravelmente entre si. As autoras referem que a “violência de rua”, ou mais recentemente a violência doméstica e o terrorismo, se constituem como formas de violência em que a preocupação e “cobertura” se tem mantido de forma sustentada ao contrário da dedicada a

outras formas de violência, como seja a violência do Estado ou política (ex.: guerra, tortura) ou a violência corporativa (ex.: disponibilização aos consumidores de bens/serviços inseguros, acidentes de trabalho, crimes ambientais). Mesmo em algumas formas de crime que suscitem atenção e preocupação, algumas tipologias de vítimas ou aspetos da violência tendem a ser negligenciados. Referem como exemplos que só recentemente se começou a dar atenção à violência doméstica nas relações entre pessoas do mesmo sexo, ou em que a vítima é um homem e a mulher a agressora (E. Buzawa & C. Buzawa, 2017), continuando-se a negligenciar a violência exercida contra as pessoas no contexto institucional (lares de crianças e jovens, lares de idosos, hospitais, prisões) (Cooper et al., 2008 e Evans, 2010, cit. por Brookman & Robinson, 2012).

E a menor atenção à violência cometida por idosos e contra idosos contrasta com a preocupação permanente com a criminalidade juvenil (Estrada, 2001, cit. por Brookman & Robinson, 2012).

Segundo Ferguson (2010), apesar dos comportamentos criminais violentos estarem a diminuir há mais de 15 anos, nos EUA, Reino Unido, Canadá e na maioria dos países ocidentais, permanece como uma área que suscita um elevado fascínio, a nível cultural e académico, existindo um enorme desejo de informação neste domínio. Assim, e conforme refere o autor, neste tipo de campo, que pode influenciar de forma repentina as políticas e ideologias, corre-se o risco de que a informação disponível possa não ser a que mais é suportada empiricamente, mas sim a que está mais acessível ou que é politicamente correta.

Para este autor, apesar desta tendência genérica de declínio, muitos políticos, grupos de defesa e indivíduos falam do crime violento como se este estivesse a aumentar consistentemente e de forma evidente ao invés de diminuir significativamente. Esta realidade pode dever-se, como muitos outros autores têm vindo a sinalizar, à forma como o crime violento é tratado nos *media* - em que as notícias tendem a reportar este tipo de crimes de forma muito frequente e com imagens associadas, o que contribuirá para a perceção de que estes crimes sejam mais frequentes do que na realidade o são.

O crime violento é um assunto que é tanto emocional como altamente politizado, e para além desta questão relativa à prevalência, os *media* veiculam muitas vezes estereótipos sobre o crime violento (ex.: tipologia de pessoas que o praticam e motivações) que muitas vezes não correspondem ao retrato real para esse tipo de crimes (Ferguson, 2010).

Por outro lado, este tipo de visões generalistas sobre o crime, e em particular sobre a sua prevalência e sobre as “causas” do crime, podem igualmente influenciar a comunidade científica (Ferguson, 2010).

Existe uma preocupação coletiva com o controlo do crime violento na vida quotidiana, sendo um dos problemas centrais da atual agenda pública pelo mundo fora (Silva, 2014).

Por outro lado, e segundo Lourenço e Lisboa (1992), a entrada cada vez mais evidente dos *media* na esfera privada dos indivíduos e famílias, em especial da televisão, que transmite uma imagem de crescente violência social sem efetuar a necessária contextualização, contribuirá para o aumento do sentimento de insegurança. Os mesmos autores indicam que, no âmbito do enquadramento necessário de realizar, importa alertar o público que os casos apresentados não resultam de um aumento da violência, mas antes uma maior atenção e visibilidade social atribuída a determinados fenómenos de violência, viabilizando a sua desocultação e trazendo-os para o palco público, como seja o que sucede com a violência no contexto da família.

Estes autores referem, recorrendo a Durkheim, que este aumento do sentimento de insegurança corresponderá a uma “*síndrome de insatisfação relativa, isto é, quanto menor for a violência maior será a intolerância à violência e maior será o sentimento de insegurança*” (Lourenço & Lisboa, 1992, p. 17)

.

3. O CRIME E A CRIMINALIDADE VIOLENTA NO DIREITO PENAL PORTUGUÊS

A presente investigação incide sobre a criminalidade violenta, logo sobre formas de violência enquadráveis no âmbito da Lei Penal vigente. Deste modo, e antes de se abordarem alguns crimes em concreto, importa efetuar um breve enquadramento sobre o Direito Penal, o Código Penal português, a natureza dos crimes e fases do processo penal e a determinação das penas, finalizando-se com uma análise da definição da criminalidade violenta presente no Código de Processo Penal (CPP) e diversas das suas implicações a nível jurídico-penal.

3.1 O DIREITO PENAL: FUNÇÕES E PRINCÍPIOS

Conforme referido por Beleza (1984), o Direito Penal deve reger-se por um princípio de intervenção mínima, só devendo determinar que certos atos sejam considerados crime quando isso seja eficaz e necessário, afigurando-se de tal forma estritamente essencial à sobrevivência da comunidade. Quando forem suficientes outras medidas de carácter social, administrativo, ou quando a incriminação não obtém os fins a que se destina, o Direito Penal não deverá intervir.

Esta avaliação sobre a eficácia e necessidade não é estanque, apresentando diversas variações, nomeadamente em função da época e contexto sociocultural. O leque de crimes incluídos no Código Penal varia assim no espaço e no tempo, existindo diferenças entre estados e em cada estado o que é hoje considerado crime pode não o ter sido anteriormente e vice-versa (ex.: adultério ou homossexualidade já foram considerados crimes no Código Penal português) (Beleza, 1984). Por outro lado, a gravidade com que são punidos os crimes também apresenta variações consideráveis.

Assim, quer a previsão (crime - “facto típico”), quer a estatuição (pena-sanção) possuem formatos influenciados pelo contexto histórico e geográfico.

Segundo a mesma autora, o Direito Penal, e mais concretamente as penas podem ser encaradas como tendo fins mediatos, ou seja, prosseguir os fins do Estado, e fins imediatos, vias pelas quais se atingem os fins do Estado. Os fins do Estado podem consistir precisamente no respeito e garantia dos direitos e liberdades consagrados na Lei Fundamental.

Considerando os fins das penas designados de imediatos, podem diferenciar-se as teorias da retribuição e da prevenção geral (Beleza, 1984). No primeiro caso, o objetivo é punir quem praticou um ato condenável, retribuir o “mal” praticado com um “castigo”, tipicamente a privação da liberdade. No âmbito da teoria da prevenção, as penas têm por finalidade evitar que as pessoas em geral cometam crimes (prevenção geral) e evitar que quem cometeu algum crime volte a reincidir (prevenção especial).

A competência legislativa para “*definição dos crimes, penas, medidas de segurança e respetivos pressupostos, bem como processo criminal*” é de reserva relativa da Assembleia da República, salvo sua autorização ao governo (art.º 165.º da Constituição da República Portuguesa)²⁸.

Esta reserva da lei à Assembleia da República (AR) justifica-se pelo princípio da separação de poderes, não podendo concentrar-se no mesmo órgão do Estado os poderes de legislar sobre a matéria penal e de conduzir a atividade repressiva do Estado (Costa, 2009).

Os bens jurídicos a proteger no âmbito do Direito Penal devem ser os fundamentais, cujo elenco e definição dependem também do contexto social e cultural, variando por isso no tempo e espaço (Beleza, 1984).

Segundo Costa (2009), a função do Direito Penal é a de proteger bens jurídicos, aqueles que tenham dignidade penal, ou seja que merecem a proteção do Direito Penal, como por exemplo a vida, a integridade física, a honra, o património, a segurança interna e externa do Estado.

Conforme indicado pelo referido autor, esta função primordial e outras como sejam a garantia, a segurança e a coesão, visam o livre desenvolvimento da personalidade e a normal expansão e concretização dos interesses e valores da comunidade.

Apesar do Direito Penal fazer parte do ordenamento infraconstitucional, Costa (2009) não deixa de sublinhar que “*O Direito Penal - e aquilo que ele de mais profundo representa - é, em si e por si, materialmente constitucional. Daí que os textos da lei fundamental não venham legitimar o direito penal, mas antes limitar o âmbito do penalmente relevante e ainda circunscrever as margens da punibilidade*”.

Ao nível dos sistemas de Direito, habitualmente consideram-se duas grandes tipologias: a *Civil Law* (de “lei escrita”) e a *Common Law* (de *precedente judicial*), sendo que em Portugal vigora o primeiro sistema (tal como em diversos países da Europa Continental, como Espanha, França, Alemanha, Itália, Áustria e Holanda), em contraponto ao sistema vigente em diversos países

²⁸ A Assembleia da República pode autorizar o governo a fazer Decretos-Lei neste domínio.

de influência anglo-saxónica (ex.: Reino Unido, Estados Unidos da América, Austrália, Irlanda, Israel e Índia) (Campos, 2017).

Segundo Campos (2017), no primeiro caso da “Lei escrita”, onde existem códigos, os mesmos constituem a fonte principal do direito. A norma procura abranger a diversidade de casos futuros, operando-se com base na referida norma um processo dedutivo para justificar as decisões judiciais e estas não são consideradas fontes imediatas de Direito (não se constituem como precedentes para decisões futuras, sendo fontes secundárias de direito).

No sistema de *Common Law* as decisões judiciais são fontes imediatas de Direito, tendo efeito vinculativo. Assim, as normas de Direito são extraídas a partir de decisões concretas, aplicando-se por via de um processo indutivo a casos semelhantes no futuro. Neste sistema, as regras gerais são criadas a partir de casos concretos, sendo que no âmbito da “Lei escrita” os casos concretos são enquadráveis nas regras gerais já existentes (Campos, 2017).

Refira-se que em diversos países onde o sistema é de *Common Law* procuram-se estabelecer linhas orientadoras para as sentenças (*sentencing guidelines*), veja-se o caso de Inglaterra e País de Gales em que existe o “*Sentencing Council*” (Conselho das Sentenças), um departamento independente integrado no Ministério da Justiça e que pretende promover uma maior transparência e consistência no âmbito das decisões judiciais, desenvolvendo as referidas *guidelines* que os tribunais devem seguir, excetuando-se situações em que tal não seja do interesse da justiça (Conselho das Sentenças [CS], s.d.). No caso inglês, este Conselho tem igualmente como função monitorizar a utilização das linhas orientadoras e seu impacto na prática judicial, bem como avaliar os possíveis impactos de propostas legislativas e de alterações ao nível de políticas públicas no “*sentencing*” e promover a consciencialização pública acerca das práticas decisórias existentes (Ministério Público e Tribunais).

Apesar do sistema português ser de “lei escrita”, não sendo portanto um sistema de precedente jurisprudencial (como nos sistemas de *Common Law*), o costume jurisprudencial acaba por ser uma fonte do direito, uma vez que é ele que vai dar o sentido real, preciso e delimitado às normas incriminadoras (Beleza, 1984).

Uma das dificuldades que muitas vezes é colocada no âmbito da aplicação da lei penal, especialmente ao nível dos sistemas de *Civil Law*, relaciona-se com o princípio da legalidade.

Conforme indicado por Beleza (1984) o princípio da legalidade (“*Nullum crimen sine lege, certa et priori*”) implica que a lei escrita seja a fonte primordial do Direito Penal, afastando a

possibilidade do costume²⁹ servir como fonte de direito; assim, ninguém pode ser condenado por algo que não estando previsto em lei escrita seja alvo de reprovação generalizada pela sociedade.

Na prática, a lei penal não se pode aplicar retroativamente, exceto se beneficiar o arguido, e não é possível qualificar um ato como crime, definir um estado de perigosidade ou determinar a pena ou medida de segurança por analogia com situações anteriores, num ato de interpretação extensiva das normas; e é necessário que tal esteja previsto em lei anterior ao momento da prática do crime.

O princípio da legalidade implica que as leis penais sejam precisas, que o seu sentido seja facilmente delimitado ou delimitável (Beleza, 1984). Leis penais vagas ou imprecisas, habitualmente designadas de “*leis penais em branco*”³⁰, podem ser até consideradas inconstitucionais tendo em conta a violação do princípio em causa.

Conforme declarado por Beleza (1984), existem vários exemplos de disposições penais que contêm conceitos imprecisos (ex.: art.º 132.º do Código Penal, relativo ao crime de homicídio qualificado, onde consta a menção a circunstâncias reveladoras de “*especial censurabilidade ou perversidade*” do agente).

Têm existido e existem diversas expressões vagas utilizadas no Código Penal (CP), citando-se alguns outros exemplos: “lugar ermo” (art.º 190.º)³¹, “atentado ao pudor” (art.º 205.º do CP de 1982)³² ou “abusando da sua inexperiência” (art.º 173.º)³³.

Conforme refere Brito (1978, p. 245) “*a indeterminação das previsões legais é o ‘calcanhar de Aquiles’ do princípio da legalidade*”.

Uma vez que o sentido das disposições legais é muitas vezes difícil de determinar, os tribunais acabam por ter um papel importante na determinação concreta do sentido das expressões imprecisas (Beleza, 1984).

Assim, é comum consultar a jurisprudência para determinar que sentido é habitual e provavelmente aceite para um dado termo ou expressão. Apesar do sistema português ser de “lei escrita”, não sendo portanto um sistema de precedente jurisprudencial (como nos sistemas

²⁹ Relativo a práticas comportamentais reiteradas ao longo do tempo.

³⁰ Em sentido mais técnico referem-se às normas penais que remetem para outra fonte normativa de carácter inferior para preencher os seus próprios pressupostos (Beleza, 1984).

³¹ Crime: Violação de domicílio ou perturbação da vida privada.

³² Crime: Atentado ao pudor com violência (previsto no CP de 1982, no entanto, já não consta do atual CP).

³³ Crime: Atos sexuais com adolescentes.

de *Common Law*), o costume jurisprudencial acaba por ser uma fonte do direito, uma vez que é ele que vai dar o sentido real, preciso e delimitado às normas incriminadoras (Beleza, 1984).

Conforme refere Brito (cit. por Beleza, 1984), dado este papel fundamental dos tribunais na delimitação da interpretação das normas incriminadoras, e porque a CRP garante o direito à igualdade na aplicação da justiça, os tribunais serão obrigados a fundamentar uma eventual alteração radical no sentido tradicional usado no costume jurisprudencial de interpretação da norma.

Por outro lado, tal como indicado por Beleza (1984), a necessidade de interpretação surge mesmo perante normas que aparentemente são claras e simples: para se poder aplicar a lei é preciso interpretar, descobrir o seu sentido.

Segundo esta autora, essa interpretação tem como limite extremo o sentido possível das palavras que constam na lei, este limite não pode ser assim ultrapassado, sob pena de violar o princípio da legalidade. Assim, a CRP admite uma interpretação extensiva no Direito Penal desde que esta não ultrapasse o limite do sentido literal possível.

De qualquer modo e conjugando o n.º 3 do art.º 29.º da CRP, o n.º 3 do art.º 1.º do CP e o art.º 9.º (n.ºs 1 e 2) do Código Civil (considerado a regra básica da interpretação no sistema jurídico português), resulta que a interpretação das leis penais não deve exceder o limite do sentido literal possível, não obstante esse exercício interpretativo deve ser realizado tendo em conta o contexto (ou sucessão de contextos) em que as palavras circulam (Beleza, 1984). Esta autora acrescenta também que as significações devem ser buscadas não apenas no dicionário (“letra morta”), mas também no contexto e no uso linguístico (“letra viva”).

Adicionalmente, e como refere Costa (2009), o costume não é uma fonte do Direito Penal, no entanto é relevante quando se trata de densificar o conteúdo de conceitos normativos – a lei serve-se do mesmo para descrever os tipos legais dos crimes (ex.: “ato sexual de relevo” - art.º 165.º relativo ao crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência).

Por outro lado, importa ter em conta que a interpretação de um determinado elemento do tipo legal de crime serve apenas exclusivamente para esse tipo legal de crime e não para qualquer outro (Costa, 2009). Por exemplo, a interpretação da noção de “valor elevado” nos crimes patrimoniais (definido no art.º 202.º do CP) só tem significado dentro da área destes crimes (aos quais se aplica o previsto no art.º 202.º).

Segundo este autor, o “texto-norma” é a palavra do legislador - o que consta literalmente no texto da lei e, por outro lado, a “norma-texto” corresponde à assimilação do significado do teor literal da norma acrescido da sua valoração axiológica e integração sistemática, ou seja o significado intrínseco da norma. Uma interpretação respeitando o princípio da legalidade viabiliza o alcance do verdadeiro significado e sentido da norma penal historicamente situada, alcançável através da norma-texto.

Entre as expressões vagas encontradas hoje em dia no Código Penal ao nível de alguns crimes abrangidos na definição de criminalidade violenta, incluem-se algumas como “*pessoa particularmente indefesa em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez*” ou “*situação de especial vulnerabilidade da vítima*”, geralmente no âmbito da qualificação de tais crimes ou na respetiva descrição dos factos típicos (previsão do crime).

Tal como indica Beleza (1984), o princípio da legalidade pode ser considerado como um princípio geral que engloba os princípios fundamentais do Direito Penal. Assim, ao longo deste ponto 3.1 foi dada uma ênfase especial a este princípio.

3.2 FASES DE DESENVOLVIMENTO DO DIREITO PENAL PORTUGUÊS

Antes de abordar as diferentes fases pelas quais passou o Direito Penal português importa salientar que o papel da vítima no âmbito do processo passou também por diversas fases ao longo dos tempos.

Até finais do século XIX a vítima assumia um papel central no âmbito do processo-crime, no sentido em que a prossecução criminal em crimes comuns contra as pessoas e contra propriedade dependia dela (o Estado focava apenas a sua atenção nos crimes que lesavam a paz, o monarca ou a sociedade em geral) (Kearon & Godfrey, 2008).

Segundo Kearon e Godfrey (2008), posteriormente e até finais do século XX, o Estado assumiu uma postura mais “paternalista”, sendo mais intervencionista e pró-ativo no domínio da prossecução criminal, adotando um papel crescente na deteção, detenção e acusação dos ofensores.

Estes autores indicam que as vítimas começaram, cada vez mais, a serem chamadas a tribunal, não como quem acusava, mas sim como testemunhas, contribuindo para a conceptualização

do conceito de “vítima”. Depois da Segunda Guerra Mundial, o poder e construção simbólica em torno das vítimas aprofundou-se e o surgimento do Estado social teve um papel fundamental nas intenções e ações do Sistema de Justiça Criminal relativas à proteção dos mais vulneráveis. Nesta fase, proliferava a visão da vítima “inocente” atormentada por “vorazes e furiosos” criminosos (visão atualmente contestada pelos estudiosos da vitimologia e, em certa medida, pelas próprias vítimas de crime) (Kearon & Godfrey, 2008).

Os mesmos autores indicam que na terceira fase, desde os finais do século XX, a vítima começou paralelamente a assumir um papel de crescente complexidade, algo fragmentado e contraditório nos debates em torno do Sistema de Justiça Penal. O estudo relativo às diversas “tipologias” de vítimas (ofensas sexuais, violência doméstica, vitimização em minorias étnicas, vítimas de crimes económicos e financeiros) conduziu à identificação de formas até então ignoradas de vitimização criminal. Estes desenvolvimentos estão também espelhados no surgimento de grupos de defesa dos direitos destes grupos específicos de vítimas, geralmente ligados a críticas explícitas à atuação das entidades responsáveis pela aplicação da lei e da justiça (Kearon & Godfrey, 2008).

Nesta fase, importa ainda sublinhar os contributos de alguns vitimologistas ao criticarem a falsa distinção, muitas vezes existente, entre vítimas e ofensores, considerando verificar-se uma sobreposição entre estes dois grupos (Newburn & Stanko, cit. por Kearon & Godfrey, 2008).

Neste período, começaram assim a emergir desafios à visão “típica” da vítima acerca da sua passividade e do papel do Sistema de Justiça Penal, e em que moldes este sistema pode lidar com e envolver estes atores.

Este processo evolutivo acima descrito, apesar de ter em conta a realidade anglo-saxónica, parece ter algum paralelo com a realidade portuguesa.

Segundo Costa (2009), o Direito Penal português passou por três grandes fases: desde a criação da nação até às Ordenações, das Ordenações até 1852; e do Código de 1852 até aos dias de hoje. D. Afonso IV, que reinou no século XIV, foi o primeiro monarca português a mandar compilar as leis penais, nascendo assim as Ordenações Afonsinas, e decretou que o exercício da justiça deveria ser realizado exclusivamente através de recurso a tribunal, afastando cada vez mais a vingança e justiça privadas, comuns antes da fundação de Portugal e nos primeiros anos da nação portuguesa. Originou-se assim um verdadeiro monopólio do poder de punir, que ainda hoje é a regra (Beleza, 1984).

Nesta fase, as penas eram desiguais, variando consoante a classe social do agente do crime; eram arbitrárias, no sentido em que era deixada ao juiz a decisão sobre a maneira como se deveria punir; e eram transmissíveis³⁴ (Beleza, 1984).

O primeiro Código Penal português foi aprovado em 1852, materializando uma rutura com o direito anterior e inspirando-se no direito estrangeiro (nomeadamente no Código napoleónico de 1810, no Código espanhol de 1848 e no Código brasileiro de 1831), introduzindo na sua sistemática uma parte geral e uma especial (Costa, 2009).

Em 1867, foi decretada em Portugal uma lei muito relevante que veio abolir a pena de morte para os crimes comuns (para os crimes políticos já havia sido abolida em 1852), sendo que a abolição de facto ocorrera já em 1846 (data desde a qual mais ninguém foi executado) (Beleza, 1984).

No Código Penal de 1852 o elenco de crimes aí previstos e a sua forma de apresentação parecem revelar a especial importância dada aos delitos cometidos contra a religião do reino, a segurança do estado, contra a ordem e tranquilidade públicas, violência contra figuras do estado, e de falsificação, relegando para segundo plano, por exemplo, os crimes contra as pessoas.

Depois de um processo longo e demorado de revisão do Código Penal de 1852, em 1982 o Código então vigente foi substituído, por aprovação do Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.

Em 1995 ocorreu uma significativa alteração ao Código Penal (mantendo-se todavia o essencial dos traços principais do Código de 1982), procurando-se harmonizar as molduras penais abstratas entre os crimes contra as pessoas e os crimes contra o património, dar primazia à pena de multa, favorecendo a aplicação de sanções alternativas às penas curtas de prisão (Costa, 2009).

As alterações ao Código Penal de 1982, mesmo depois da reforma de 1995, foram inúmeras e frequentes, sendo de destacar a Lei n.º 65/98, de 2 de setembro, que constitui a menos pontual das modificações, introduzindo diversas alterações substanciais à parte geral e especial do Código (Costa, 2009).

Em 2007 foi concluída uma nova reforma do Código Penal, e desde então e até à data foram introduzidas diversas alterações, destacando-se uma das ocorridas em 2015³⁵, na qual foi

³⁴ O que deixou de ser possível a partir da Constituição de 1822.

autonomizado o crime de mutilação genital feminina, criados os crimes de perseguição e casamento forçado e alterados os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul.

O Código Penal de 1982 e as reformas seguintes parecem acompanhar *grosso modo* esta visão que a sociedade foi tendo da vítima. A título de exemplo, refira-se que já em 1982 a parte especial do Código passou a iniciar-se com os crimes contra as pessoas, no ano 2000 o crime de “Maus tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou do cônjuge” passou a crime público; sendo progressivamente introduzidas *a posteriori* afinações que parecem destinadas a captar a diversidade de situações vitimológicas (ex.: autonomização do crime de violência doméstica e aumento do detalhe associado à previsão do crime de tráfico de pessoas).

Muitas destas alterações que foram sendo introduzidas desde 1995 em diante, com especial destaque para as alterações ocorridas em 1998 e 2007, prenderam-se, entre inúmeros outros aspetos, com a tipificação de alguns crimes tendo em conta a circunstância de indefensabilidade ou vulnerabilidade da vítima ou com o agravamento da moldura penal quando se verificam estas circunstâncias.

Assim, e também a par dos normativos internacionais a que Portugal se foi vinculando no âmbito da proteção de diversos tipos de vítimas de crime, o Código Penal parece ter incorporado progressivamente uma tendência para considerar como mais graves diversos crimes quando cometidos sobre este tipo de vítimas.

Atualmente o conceito de vítima encontra-se definido no Código de Processo Penal art.º 67.º-A, n.º 1, alínea *a* referindo-se à: “*pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou um dano patrimonial, diretamente causado por ação ou omissão, no âmbito da prática de um crime*” (subalínea *i*) e aos “*familiares de uma pessoa cuja morte tenha sido diretamente causada por um crime e que tenham sofrido um dano em consequência dessa morte*” (subalínea *ii*).

Conforme referido anteriormente, neste mesmo artigo e número, mas na alínea *b*, ficou consagrada a definição de “*Vítima especialmente vulnerável*”, ou seja, “*a vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social*” e de acordo com o disposto neste artigo (no n.º 3) as

³⁵ Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto.

vítimas de criminalidade violenta e de criminalidade especialmente violenta são sempre consideradas vítimas especialmente vulneráveis.

O atual Código Penal contempla dois Livros (I- Parte Geral e o II- Parte Especial), sendo que é no segundo Livro que se encontra o elenco de crimes tipificados. A Parte Especial está na sua versão atual organizada em seis títulos, que correspondem a grandes tipologias criminais: crimes contra as pessoas (I), crimes contra o património (II), crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal (III), crimes contra a vida em sociedade (IV), crimes contra o Estado (V) e crimes contra animais de companhia (IV).

Ao nível dos crimes contra as pessoas, a sistematização divide-se em oito capítulos: crimes contra a vida (I), crimes contra a vida intrauterina (II), crimes contra a integridade física (III), crimes contra a liberdade pessoal (IV), crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (V) (*subdivididos em duas secções: I- crimes contra a liberdade sexual e II-crimes contra a autodeterminação sexual*), crimes contra a honra (VI), crimes contra a reserva da vida privada (VII), e crimes contra outros bens jurídicos pessoais (VIII).

Ao nível do Direito Penal, para além do Código Penal existe um conjunto vasto de diplomas legislativos onde se encontram criminalizadas diversas condutas, como sejam, a “Lei da droga”³⁶ (ex.: Tráfico e outras atividades ilícitas), “Lei das armas e munições”³⁷ (ex.: Tráfico e mediação de armas), “Lei de combate ao terrorismo”³⁸ (ex.: terrorismo), e “Lei de estrangeiros”³⁹ (ex.: Associação de auxílio à imigração ilegal).

³⁶ Regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro).

³⁷ Regime jurídico das armas e suas munições (Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro).

³⁸ Lei de combate ao terrorismo (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto).

³⁹ Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho).

3.3 O PROCESSO PENAL: DA PARTICIPAÇÃO, À INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E À DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

3.3.1 FASES DO PROCESSO PENAL, A NATUREZA DOS CRIMES E COMPETÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Os crimes podem ter naturezas diferentes, consoante a legitimidade para promover o processo criminal e a possibilidade ou não de desistência da queixa.

Nos crimes de natureza particular⁴⁰ é necessário que exista uma queixa do lesado ou seu representante legal e este se constitua assistente para se dar início ao processo criminal, sendo crimes que admitem desistência.

Os crimes de natureza semipública⁴¹ carecem de queixa por parte do lesado ou seu representante legal para que o processo se inicie⁴², admitindo-se a desistência do processo.

Finalmente, nos crimes de natureza pública⁴³, o processo pode iniciar-se independentemente da vontade/iniciativa do lesado ou seu representante legal, bastando que o Ministério Público tome conhecimento (ex.: por denúncia), e não admitem desistência (processo corre mesmo contra a vontade do lesado).

Nos crimes públicos e semipúblicos basta a sua notícia pelas autoridades judiciárias ou policiais, bem como uma denúncia facultativa de qualquer pessoa.

De acordo com o definido no art.º 244.º do CPP: “*qualquer pessoa que tiver notícia de um crime pode denunciá-lo ao Ministério Público, a outra autoridade judiciária ou aos órgãos de polícia criminal*”⁴⁴, *salvo se o procedimento respectivo depender de queixa ou de acusação particular*”.

No caso das entidades policiais, estas estão obrigadas a denunciar todos os crimes de que tenham conhecimento, assim como os funcionários públicos (na aceção do art.º 386º do

⁴⁰ Ex.: Difamação (art.º 180.º do CP) e injúria (art.º 181.º do CP). Nos crimes particulares é necessário que o lesado se constitua assistente, para que, findo o inquérito, se considere que há indícios suficientes para levar o arguido a julgamento, deduza acusação particular. Se o não fizer, o processo é arquivado.

⁴¹ Ex.: Ofensas à integridade física simples e violação.

⁴² Neste tipo de crimes, mediante as circunstâncias previstas no n.º 5 do art.º 113.º do CP, o Ministério Público pode dar início ao procedimento criminal, mesmo sem queixa por parte do lesado ou seu representante legal.

⁴³ Ex.: violência doméstica e abuso sexual de crianças.

⁴⁴ Segundo o art.º 1.º do CPP (alínea c), OPC corresponde a “*todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código*”.

Código Penal), que no exercício das suas funções ou por causa delas, tomem dele(s) conhecimento (art.º 242.º do CPP).

Conforme consta do art.º 248.º do CPP, os órgãos de polícia criminal que tiverem notícia de um crime, por conhecimento próprio ou mediante denúncia, transmitem-na ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias.

A notícia de um crime dá lugar à abertura do inquérito, o qual compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles, e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação (art.º 262.º do CPP).

A direção do inquérito cabe ao Ministério Público (MP), assistido pelos órgãos de polícia criminal (art.º 263º), sendo competente para a realização do inquérito o Ministério Público que exercer funções no local em que o crime tiver sido cometido (art.º 264º do CPP).

Conforme consta da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto que aprova a Lei de organização da investigação criminal (LOIC), com as alterações finais introduzidas pela Lei n.º 57/2015, de 23 de junho, a investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo (art.º 1.º), cabendo à autoridade judiciária⁴⁵, competente em cada fase do processo, a direção da investigação criminal sendo essa autoridade judiciária assistida na investigação pelos órgãos de polícia criminal⁴⁶ (OPC) (art.º 2.º).

De acordo com o art.º 3.º desta Lei, são OPC de competência genérica: a Polícia Judiciária, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública; possuindo competência específica todos os restantes órgãos de polícia criminal. Conforme consta no art.º 4.º desta Lei, a atribuição de competência específica obedece aos princípios da especialização e racionalização na afetação dos recursos disponíveis para a investigação criminal e, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 7.º, os órgãos de polícia criminal de competência genérica abstêm-se de iniciar ou prosseguir investigações por crimes que, em concreto, estejam a ser investigados por órgãos de polícia criminal de competência específica.

⁴⁵ Segundo o art.º 1.º do CPP a autoridade judiciária significa “o juiz, o juiz de instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos actos processuais que cabem na sua competência”.

⁴⁶ Segundo o art.º 1.º do CPP, OPC corresponde a “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código”;

No caso da GNR e da PSP, estas Forças de Segurança possuem competência genérica na investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direção do processo, nos termos do artigo 8.º (art.º 6.º da LOIC).

Refira-se que as competências de investigação criminal da GNR e da PSP ter-se-ão iniciado no ano de 2000, na sequência da aprovação da primeira Lei de organização da investigação criminal (Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto), que determinou que à PJ competiria a investigação da criminalidade complexa, violenta e organizada, desviando uma parte significativa dos crimes para serem investigados pela GNR ou pela PSP. Foi estabelecido um regime progressivo para esta transição de competências especialmente nos locais com maior volume processual (Lisboa, Porto, Setúbal e Faro) (Portaria n.º 1033/2000, de 27 de outubro). Assim, e por exemplo, a referida transição da PJ para a PSP na área de responsabilidade do Comando Metropolitano de Lisboa e do Comando Metropolitano do Porto entrou em vigor em janeiro de 2002.

No art.º 7.º (n.º 2) da atual LOIC consta um primeiro conjunto de crimes cuja competência de investigação é reservada à Polícia Judiciária, não podendo esta ser deferida a outros órgãos de polícia criminal), como por exemplo:

- Crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa;
- Escravidão, sequestro, rapto e tomada de reféns;
- Captura ou atentado à segurança de transporte por ar, água, caminho de ferro ou de transporte rodoviário a que corresponda, em abstrato, pena igual ou superior a 8 anos de prisão;
- Participação em motim armado;
- Associação criminosa;
- Organizações terroristas, terrorismo, terrorismo internacional e financiamento do terrorismo;
- Roubo em instituições de crédito, repartições da Fazenda Pública e correios.

Existe um segundo conjunto de crimes que também são de competência reservada da PJ, mas não tendo ficado explícito que essa competência não possa ser deferida a outro OPC (art.º 7.º, n.º 3), elencam-se de seguida alguns exemplos:

- Contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores ou incapazes ou a que corresponda, em abstrato, pena superior a 5 anos de prisão;
- Furto, dano, roubo ou recetação de coisa móvel que:
 - Possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em coleções públicas ou privadas ou em local acessível ao público;
 - Possua significado importante para o desenvolvimento tecnológico ou económico;
 - Pertença ao património cultural, estando legalmente classificada ou em vias de classificação; ou
 - Pela sua natureza, seja substância altamente perigosa;
- Executados com bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objetos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioativas;
- Relativos ao tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, e dos demais previstos neste diploma que lhe sejam participados ou de que colha notícia;
- Informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática;
- Tráfico e viciação de veículos e tráfico de armas.

Ainda no art.º 7.º (n.º 4) da LOIC consta um terceiro conjunto de crimes onde a PJ tem competências de investigação, sem prejuízo das competências nomeadamente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

- Auxílio à imigração ilegal e associação de auxílio à imigração ilegal;
- Tráfico de pessoas.

No caso deste outro conjunto de crimes “*a investigação criminal é desenvolvida pelo órgão de polícia criminal que a tiver iniciado, por ter adquirido a notícia do crime ou por determinação da autoridade judiciária competente*” (art.º 7.º, n.º 5 da LOIC).

O Ministério Público (MP) pode conferir a órgãos de polícia criminal o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas ao inquérito (art.º 270.º CPP); concluído o inquérito, o auto fica à guarda do Ministério Público ou é remetido ao tribunal competente para a instrução ou para o julgamento (art.º 275.º CPP).

O Ministério Público encerra o inquérito, arquivando-o ou deduzindo acusação. Assim, de um inquérito podem resultar os seguintes desfechos:

- Arquivamento do inquérito (art.º 277º CPP) - casos em que o MP recolheu prova bastante de se não ter verificado crime, de o arguido não o ter praticado a qualquer título ou de ser legalmente inadmissível o procedimento (n.º 1); ou arquivado se não tiver sido possível ao MP obter indícios suficientes da verificação de crime ou de quem foram os agentes (n.º 2).
- Suspensão provisória do processo - se o crime for punível com pena de prisão não superior a 5 anos ou com sanção diferente da prisão, o Ministério Público, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, determina, com a concordância do juiz de instrução, a suspensão do processo, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta, sempre que se verificarem determinados pressupostos (*ausência de condenação ou suspensão provisória do processo anteriores por crime da mesma natureza*) (art.º 281.º CPP).
 - No caso do crime de violência doméstica “não agravado pelo resultado”, um outro requisito para a aplicação da suspensão provisória do processo (SPP) refere-se à necessidade de existir um requerimento livre e esclarecido da vítima (P. Fernandes, 2008), após o que, com a concordância do juiz de instrução e do arguido (art.º 281º, n.º 7, do CPP), se pode determinar a sua aplicação por um período máximo de 5 anos.
 - Também em processos por crime contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor, não agravado pelo resultado, o Ministério Público, tendo em conta o interesse da vítima, determina a suspensão provisória do processo, com a concordância do juiz de instrução e do arguido, desde que verificados os pressupostos gerais previstos no art.º 281.º do CPP (*ausência de condenação ou suspensão provisória do processo anteriores por crime da mesma natureza*) (n.º 8 do art.º 281.º do CPP).
- Acusação - Se durante o inquérito tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado crime e de quem foi o seu agente, o Ministério Público, no prazo de 10 dias, deduz acusação contra aquele (art.º 283.º CPP).

No prazo de 20 dias a contar da notificação da acusação ou do arquivamento, o arguido ou o assistente, pode requerer a abertura da instrução (art.º 287.º do CPP), visando a comprovação judicial da decisão de deduzir acusação ou de arquivar o inquérito em ordem a submeter ou não a causa a julgamento (art.º 286.º do CPP).

A direção da instrução compete a um juiz de instrução, assistido pelos órgãos de polícia criminal (art.º 288.º do CPP). Se, até ao encerramento da instrução, tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se terem verificado os pressupostos de que depende a aplicação ao arguido de uma pena ou de uma medida de segurança, o juiz, por despacho, pronuncia o arguido pelos factos respetivos; caso contrário, profere despacho de não pronúncia (art.º 308.º do CPP), seguindo-se ou não a fase de julgamento, respetivamente. Havendo concordância do Ministério Público, pode nesta fase ser também aplicada a suspensão provisória do processo (art.º 307.º do CPP).

Deste modo, seguem para julgamento os processos por crime em que tenha sido deduzida acusação (sem que tenha sido requerida abertura da fase de instrução) e os casos que perante a decisão por parte do Ministério Público foi requerida abertura da instrução e daí tenha resultado um despacho de pronúncia.

É então na fase de julgamento que é produzida a prova, são apreciados e debatidos os factos apresentados, sendo depois discutida a questão jurídica e finalmente proferida uma decisão condenatória (condenação) ou absolutória (absolvição). Se o caso for julgado em tribunal singular (apenas por um juiz) a decisão final é uma “sentença”, se o caso for julgado por um coletivo de juízes (3 juízes) ou por um tribunal de júri à decisão final designa-se “acórdão”⁴⁷.

Após ser proferida a decisão, existe ainda o direito a apresentação de recurso, passando assim o caso de um tribunal de 1.ª instância (onde ocorreu o julgamento) para um tribunal superior (ex.: 2.ª instância ou Tribunal da Relação), seguindo-se posteriormente outros níveis de recurso como seja o do Supremo Tribunal de Justiça. Quando já não for possível apresentar mais nenhum recurso de uma decisão, ou porque os prazos já foram ultrapassados para requerer esse recurso, utiliza-se a indicação de que a decisão transitou em julgado, ou seja, tornou-se definitiva.

3.3.2 A DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

As consequências jurídicas da prática de crimes podem ser agrupadas em duas grandes categorias: as penas e as medidas de segurança (quando é determinada a inimizabilidade do autor da prática dos factos). As penas a aplicar podem por sua vez ser privativas da liberdade

⁴⁷ Ver artigos 132.º a 137.º da Lei de organização do Sistema Judiciário (Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, com as alterações finais introduzidas pela Lei n.º 27/2019, de 28 de março).

(pena de prisão ou pena de prisão executada em regime de permanência na habitação) ou não privativas da liberdade (ex.: admoestação, multa, prestação de trabalho a favor da comunidade).

Conforme inscrito no art.º 70.º do CP, se a um crime forem aplicadas, em alternativa, pena privativa e não privativa da liberdade, a opção do Tribunal recairá sobre a segunda desde que se considere que de tal forma se estão a realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

Salienta-se que, por exemplo, a prestação de trabalho a favor da comunidade apenas pode ser aplicável quando ao agente do crime deva ser aplicada pena de prisão não superior a dois anos (art.º 58.º do CP). Assim, a medida da pena tem implicações no tipo de penas a aplicar, sendo que aos casos em que é determinada uma pena de prisão de maior duração corresponderá a aplicação de penas mais gravosas (pena de prisão e, por exemplo, sem possibilidade da sua execução ser em regime de permanência na habitação fiscalizada por meios técnicos de controlo à distância).

Por outro lado, a duração da medida da pena de prisão determinada tem também implicações ao nível da possibilidade ou não da suspensão da sua execução. Uma pena de prisão não superior a 5 anos pode ser suspensa na sua execução, sendo que para o efeito diversos pressupostos têm de ser verificados/ponderados (personalidade do agente, condições da sua vida, conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste, concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição) (art.º 50.º do CP). Nos casos de suspensão da execução da pena, esta pode ser subordinada ao cumprimento de deveres ou à observância de regras de conduta ou mediante um regime de prova.

O Código Penal prevê ainda a aplicação de penas acessórias, como seja proibir o exercício de uma determinada função, conduzir veículo a motor, proibir o exercício de funções por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual, proibição de confiança de menores e inibição de responsabilidades parentais ou declarar a indignidade sucessória (nas situações em que o autor ou cúmplice de homicídio doloso, ou de tentativa, o realizar contra o autor da sucessão ou contra o seu cônjuge, descendente, ascendente, adotante ou adotado - Capítulo III, da Parte I).

Salienta-se que quando é determinada inimputabilidade em razão da idade (art.º 19.º do CP), pelo facto do autor do crime ter à data dos factos menos de 16 anos, e se este detiver entre 12

e 16 anos, existe lugar à aplicação de medida tutelar educativa (nos termos da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 4/2015, de 15 de janeiro).

De acordo com o estipulado no CP (art.º 71.º) a medida da pena deve ser determinada de acordo com a culpa do agente e das exigências de prevenção (n.º 1), devendo o tribunal ter em conta as circunstâncias, que não fazendo parte do tipo de crime, depuseram a favor ou contra o agente do crime, tais como (n.º 2):

- a) O grau de ilicitude do facto, o modo de execução deste e a gravidade das suas consequências, bem como o grau de violação dos deveres impostos ao agente;
- b) A intensidade do dolo ou da negligência;
- c) Os sentimentos manifestados no cometimento do crime e os fins ou motivos que o determinaram;
- d) As condições pessoais do agente e a sua situação económica;
- e) A conduta anterior ao facto e a posterior a este, especialmente quando esta seja destinada a reparar as consequências do crime;
- f) A falta de preparação para manter uma conduta lícita, manifestada no facto, quando essa falta deva ser censurada através da aplicação da pena.

No âmbito da determinação da medida da pena, podem ser considerados fatores de atenuação especial (art.º 72.º do CP)⁴⁸, reduzindo-se nesses casos em um terço o limite máximo da pena de prisão e em um quinto o limite mínimo da pena (se este for igual ou superior a 3 anos ou ao mínimo legal se for inferior) (art.º 73.º do CP).

Por outro lado, a reincidência criminal é também considerada, mediante os pressupostos definidos no art.º 75.º do CP⁴⁹, sendo que nesses casos o limite mínimo da pena aplicável ao

⁴⁸ São consideradas, entre outras, as circunstâncias seguintes:

- a) Ter o agente actuado sob influência de ameaça grave ou sob ascendente de pessoa de quem dependa ou a quem deva obediência;
- b) Ter sido a conduta do agente determinada por motivo honroso, por forte solicitação ou tentação da própria vítima ou por provocação injusta ou ofensa imerecida;
- c) Ter havido actos demonstrativos de arrependimento sincero do agente, nomeadamente a reparação, até onde lhe era possível, dos danos causados;
- d) Ter decorrido muito tempo sobre a prática do crime, mantendo o agente boa conduta.

⁴⁹ 1 - É punido como reincidente quem, por si só ou sob qualquer forma de comparticipação, cometer um crime doloso que deva ser punido com prisão efectiva superior a 6 meses, depois de ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena de prisão efectiva superior a 6 meses por outro crime doloso, se, de acordo com as circunstâncias do caso, o agente for de censurar por a condenação ou as condenações anteriores não lhe terem servido de suficiente advertência contra o crime.

2 - O crime anterior por que o agente tenha sido condenado não releva para a reincidência se entre a sua prática e a do crime seguinte tiverem decorrido mais de 5 anos; neste prazo não é computado o tempo durante o qual o agente tenha cumprido medida processual, pena ou medida de segurança privativas da liberdade. (...).

crime é elevado de um terço, o limite máximo permanece inalterado e a agravação não pode exceder a medida da pena mais grave aplicada nas condenações anteriores (art.º 76.º do CP).

A fixação da medida da pena final tem também em conta a existência ou não de concurso de crimes (art.º 77.º do CP) e da prática de crime continuados (art.º 78.º do CP).

Nas situações em que se tiver praticado vários crimes (antes de transitar em julgado a condenação por qualquer deles) o arguido é condenado numa única pena, que terá, no caso da pena de prisão, como limite máximo a soma das penas concretamente aplicadas aos vários crimes, não podendo ultrapassar 25 anos, e como limite mínimo a mais elevada das penas concretamente aplicadas aos vários crimes (art.º 77.º do CP).

No caso da existência de crime continuado, este será punível com a pena aplicável à conduta mais grave que integra a continuação (art.º 79.º do CP).

3.4 DEFINIÇÃO DE CRIMINALIDADE VIOLENTA NO CPP

Em Portugal, o conceito de “criminalidade violenta” (CV) surge autonomizado no art.º 1.º do Código de Processo Penal (CPP) (Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto) como sendo aquela que *“corresponde às condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos”* (alínea *j*).

O mesmo Código define igualmente o conceito de “*criminalidade especialmente violenta*” (CEV), que se aplica ao tipo de condutas previstas no âmbito da “*criminalidade violenta*” (alínea *h*), mas que são puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 8 anos.

O CPP define ainda a “*criminalidade altamente organizada*” como as condutas que integrarem crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, corrupção, tráfico de influência, participação económica em negócio ou branqueamento (alínea *m*).

Esta atual definição de CV e CEV, que permanece inalterada desde 2010⁵⁰, tem no entanto algumas formulações antecedentes que importa mencionar.

⁵⁰ Refira-se que em 2015, por via da Lei n.º 58/2015, de 23 de junho, foi atualizado a definição de terrorismo, alterando a alínea respetiva deste art.º 1.º do CPP, no entanto as definições de CV e CEV não foram modificadas.

Refira-se que, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro⁵¹, no art.º 1.º (n.º 2) do CPP surgia a indicação de que: “*Para efeitos do disposto no presente Código, apenas podem considerar-se como casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada as condutas que: a) Integrarem os crimes previstos nos artigos 287.º [associações criminosas], 288.º [organizações terroristas] ou 289.º [terrorismo] do Código Penal; ou b) Dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a cinco anos*”.

No Quadro 2 é possível visualizar o elenco completo de crimes então abrangidos (em 1987) no subgrupo de “*Casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada*”.

Crimes previstos nos artigos 287.º a 289.º	Contra a vida	Contra a integridade física	Contra a liberdade das pessoas
Art.º 287.º (Associações criminosas)	Art.º 131.º (Homicídio)	Art.º 143.º (Ofensas corporais graves)	Art.º 157.º (Coação grave) (se a coação visar dinheiro, serviços ou qualquer outra coisa que não seja devida)
Art.º 288.º (Organizações terroristas)	Art.º 132.º (Homicídio qualificado)	Art.º 144.º (Ofensas corporais com dolo de perigo) se se verificar Art.º 145.º (Agravação pelo resultado)	Art.º 160.º (Sequestro)
Art.º 289.º (Terrorismo)	Art.º 133.º (Homicídio privilegiado)	Art.º 146.º (Envenenamento)	Art.º 161.º (Escravidão)
	Art.º 135.º (Incitamento ou ajuda ao suicídio)	Art.º 153.º (Maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges) (apenas se se verificar como consequência a morte- por via do art.º 154.º - Agravação pelo resultado)	Art.º 162.º (Rapto)
	Art.º 137.º (Infanticídio privilegiado)		Art.º 163.º (Rapto de menor)
	Art.º 138.º (Exposição ou abandono)		

Quadro 2: Crimes abrangidos na definição de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada (versão do CPP prevista no DL n.º 78/87, de 17 de fevereiro).

Fonte: DL n.º 78/87, de 17 de fevereiro analisado em conjugação com o DL n.º 400/82, de 23 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/84, de 11 de maio (versão do CP em vigor aquando da entrada em vigor do Decreto-Lei 78/87, de 17 de fevereiro- CPP).

Posteriormente, em 1995, esta redação foi alterada (no seu número 2) de modo a contemplar os artigos 299.º, 300.º e 301.º do CP, em substituição dos anteriormente indicados (287.º a

⁵¹ Este diploma veio revogar o anterior Código de Processo Penal ainda em vigor nesta data (DL 16:489, de 15 de fevereiro de 1929).

289.º), permanecendo em tudo igual na restante formulação (Decreto-Lei n.º 317/95, de 28 de novembro). Os crimes abrangidos nestes artigos 299.º a 301.º eram igualmente os de associação criminosa (299.º), organizações terroristas (300.º) e terrorismo (301.º).

Em 2003, por via da aprovação da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, relativa ao combate ao terrorismo, o art.º 1 do CPP foi novamente alterado no seu número dois, prevendo-se que as condutas em causa integrassem os crimes previstos no 299.º do CP e nos artigos 2.º e 3º da referida lei de combate ao terrorismo, tendo a restante redação permanecido inalterada.

Com a reforma do Código Penal e do Código de Processo Penal de 2007⁵², o artigo 1.º do CPP passou a contemplar definições separadas para Terrorismo, Criminalidade violenta, Criminalidade especialmente violenta e Criminalidade altamente organizada (alíneas *i* a *m*):

- i) “Terrorismo” as condutas que integrem os crimes de organização terrorista, terrorismo e terrorismo internacional;
- j) “Criminalidade violenta” as condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos;
- l) “Criminalidade especialmente violenta” as condutas previstas na alínea anterior puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 8 anos;
- m) “Criminalidade altamente organizada” as condutas que integrem crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, corrupção, tráfico de influência ou branqueamento.

Mais tarde, em 2010, a Lei n.º 26/2010, de 30 de agosto alterou a redação das alíneas relativas à criminalidade violenta e criminalidade altamente organizada, aditando no primeiro caso as condutas que dolosamente se dirigirem contra a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública⁵³. No segundo caso, a expressão branqueamento foi substituída por “participação económica em negócio ou branqueamento”.

Tendo em conta as definições atuais de CV e CEV previstas em sede de CPP, foi efetuada uma análise de modo a avaliar que crimes se enquadram efetivamente nas mesmas. Refira-se que esta reflexão não se encontra espelhada em documentos oficiais (ou não oficiais) relativos

⁵² No caso do CPP: Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto.

⁵³ Nesta alteração legislativa a formulação que constava na definição de CV relativa à “liberdade das pessoas” passou a: “liberdade pessoal”.

a estatísticas da criminalidade registada ou outros no âmbito do sistema de estatísticas de justiça, uma vez que a definição formalmente utilizada⁵⁴ é a que consta no Relatório Anual de Segurança Interna (RA SI) e que não é totalmente coincidente com a do CPP, questão que será retomada no capítulo 5 (ver ponto 5.2), pelo que esta análise é da exclusiva responsabilidade da presente investigação.

Segundo a análise efetuada, atualmente são 32 os crimes previstos no Código Penal que se integram em tais definições previstas em sede de Código do Processo Criminal (ver Apêndice 1).

Destes 32 crimes, 19 enquadram-se na criminalidade especialmente violenta e 13 na criminalidade violenta (7 dos quais, mediante circunstâncias agravantes previstas podem ser puníveis com moldura penal de CEV). A maioria destes crimes enquadra-se na tipologia dos crimes contra as pessoas (27), sendo os restantes crimes contra o Estado (contra a autoridade pública) (5). No quadro apresentado no Apêndice 1 encontram-se estes crimes identificados, com a respetiva moldura penal e o seu enquadramento (CV ou CEV).

Refira-se que foram identificados outros 2 crimes, que fazem parte dos crimes contra a vida intrauterina (aborto e aborto agravado), que poderão não se enquadrar na definição de criminalidade violenta ou especialmente violenta (que abrange os “crimes contra a vida”, existindo um capítulo do CP com esta designação exata), mas cuja moldura penal é compatível com a definição de CEV, podendo assim fazer parte da definição de CV numa lógica mais abrangente. Salienta-se que estes crimes dizem respeito a situações não enquadráveis na “interrupção da gravidez não punível” (art.º 142.º do CP).

Identificaram-se ainda outros 2 crimes que, por circunstâncias agravantes, podem ser puníveis com moldura penal de CV (“Incitamento ou ajuda ao suicídio” e “Homicídio por negligência”).

Daqui decorre uma dificuldade prática ao nível da interpretação desta definição de criminalidade violenta: esta abrange apenas os referidos crimes cuja moldura penal geral tem como limite máximo 5 ou mais anos ou também aqueles em que, apesar do limite superior da moldura geral ser inferior a 5 anos, mediante circunstâncias agravantes o mesmo pode ser punido com 5 ou mais anos?

⁵⁴ “Criminalidade violenta e grave”.

Refira-se que a maioria dos crimes enquadráveis nesta definição de CV ou CEV são da competência de investigação da Polícia Judiciária, com exceção de crimes como as ofensas à integridade física grave, ofensa à integridade física qualificada, mutilação genital feminina, violência doméstica, maus-tratos e violação das regras de segurança, em que as competências de investigação serão dos outros OPC de competência genérica (GNR e PSP), ou do tráfico de seres humanos, em que para além da PJ, também o SEF possui competências de investigação.

No Apêndice 1, consta o elenco de crimes enquadráveis na atual definição de CV e CEV do CPP, e a respetiva moldura penal (geral e na respetiva versão mais agravada, se definida), tendo sido igualmente incluída a natureza dos respetivos crimes.

Assim, e conforme se visualiza no referido Apêndice, a maioria dos crimes abrangidos na CV/CEV tem uma natureza pública, sendo que as exceções situam-se em alguns crimes no âmbito da liberdade e autodeterminação sexual (com natureza semipública). Conforme plasmado no art.º 178.º do CP, os crimes previstos nos artigos 163.º (coação sexual), 164.º (violação), 165.º (abuso sexual de pessoa incapaz de resistência) e 168.º (procriação artificial não consentida) dependem de queixa⁵⁵, salvo se forem praticados contra menor ou deles resultar suicídio ou morte da vítima (n.º 1) e *“quando o procedimento pelos crimes previstos nos artigos 163.º e 164.º depender de queixa, o Ministério Público pode dar início ao mesmo, no prazo de seis meses a contar da data em que tiver tido conhecimento do facto e dos seus autores, sempre que o interesse da vítima o aconselhe”* (art.º 178.º do CP, n.º 2).

No mesmo artigo ficou previsto que *“nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor não agravados pelo resultado, o Ministério Público, tendo em conta o interesse da vítima, pode determinar a suspensão provisória do processo, com a concordância do juiz de instrução e do arguido, desde que não tenha sido aplicada anteriormente medida similar por crime da mesma natureza”* (n.º 4), sendo que neste caso a suspensão pode ir até 5 anos (n.º 5).

⁵⁵ Assim como os crimes de fraude sexual (167.º) e importunação sexual (170.º), todavia estes não foram aqui destacados por não se enquadrarem na referida definição de CV/CEV.

3.5. IMPLICAÇÕES LEGAIS DA DEFINIÇÃO DE CRIMINALIDADE VIOLENTA

3.5.1 PRIORIDADES NO ÂMBITO DA POLÍTICA CRIMINAL

Segundo a Lei-Quadro da Política Criminal (Lei n.º 17/2006, de 23 de maio⁵⁶), esta compreende a definição de objetivos, prioridades e orientações em matéria de prevenção da criminalidade, investigação criminal, ação penal e execução de penas e medidas de segurança.

Trata-se assim de um instrumento que visa orientar estrategicamente a atuação no âmbito dos vários patamares do Sistema de Justiça Penal, devendo ser “*congruente com as valorações da Constituição e da lei sobre os bens jurídicos*” (art.º 3.º).

Em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, o governo deve apresentar à Assembleia da República propostas de lei sobre os objetivos, prioridades e orientações de política criminal, denominadas leis sobre política criminal, sendo que estas propostas devem ser apresentadas, de dois em dois anos, até quinze de abril (art.º 7.º).

Conforme consta desta Lei, “*os crimes que forem objecto de prioridade nas acções de prevenção, na investigação e no procedimento podem ser indicados através do bem jurídico tutelado, da norma legal que os prevê, do modo de execução, do resultado, dos danos individuais e sociais ou da penalidade*” (art.º 5.º).

Ao nível da execução desta Política importar destacar que, conforme estipulado no art.º 11.º (n.º 2), “*o Ministério Público, os órgãos de polícia criminal e os departamentos da Administração Pública que apoiem as acções de prevenção e a actividade de investigação criminal observam, na distribuição de meios humanos e materiais, os objectivos, prioridades e orientações constantes da lei sobre política criminal*”.

Até ao momento foram aprovadas quatro destas leis: a Lei n.º 51/2007, de 31 de agosto, relativa ao biénio de 2007-2009, a Lei n.º 38/2009, de 20 de julho para o biénio 2009-2011, a Lei n.º 72/2015, de 20 de julho respeitante ao biénio 2015-2017 e a atualmente em vigor (2017-2019). Refira-se ainda que nos anos de 2011 a 2015 não foram publicadas as leis respetivas.

No âmbito do diploma atualmente em vigor (Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto), que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019, são elencados quais os crimes que devem ser objeto de prevenção e/ou investigação prioritária.

⁵⁶ Alterada pela Lei n.º 19/2008, de 21 de abril que aprovou medidas de combate à corrupção (alterando o relatório a que se refere o n.º 2 do artigo 14.º da Lei-Quadro).

Assim, e de acordo com este diploma, os crimes de prevenção prioritária (art.º 2.º) são:

- O terrorismo e os crimes previstos no artigo 4.º da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 59/2007, de 4 de setembro, 25/2008, de 5 de junho, 17/2011, de 3 de maio, e 60/2015, de 24 de junho;
- A criminalidade violenta organizada ou grupal;
- A cibercriminalidade;
- Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual;
- Os crimes praticados contra crianças e jovens, idosos e outras pessoas vulneráveis;
- A violência doméstica;
- Os crimes de tráfico de pessoas, para efeitos de exploração sexual, laboral ou de tráfico de órgãos;
- Os crimes contra o Estado, designadamente os crimes de corrupção e tráfico de influência;
- A criminalidade económico-financeira, em especial o crime de branqueamento de capitais;
- O tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, em particular as chamadas drogas sintéticas;
- Os fenómenos de violência associados ao desporto;
- A criminalidade em ambiente escolar;
- O crime de incêndio florestal e os crimes contra o ambiente;
- Crimes motivados por discriminação racial, religiosa e sexual;
- O tráfico de armas;
- Os crimes fiscais, contra a segurança social e contra o sistema de saúde;
- O furto de oportunidade.

No domínio da investigação, as prioridades (art.º 3.º) recaem sobre os seguintes crimes:

- O terrorismo e os crimes previstos no artigo 4.º da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, alterada pelas Leis n.º 59/2007, de 4 de setembro, 25/2008, de 5 de junho, 17/2011, de 3 de maio, e 60/2015, de 24 de junho;
- A violência doméstica;
- Os crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual;
- O tráfico de pessoas;

- Os crimes contra a vida e contra a integridade física praticados contra agentes de autoridade;
- O furto e o roubo em residências;
- A cibercriminalidade;
- A criminalidade violenta em ambiente escolar;
- A extorsão;
- Corrupção e criminalidade conexa;
- A criminalidade económico-financeira, em especial o crime de branqueamento de capitais;
- Os crimes fiscais, contra a segurança social e contra o sistema de saúde.

Conforme verificado pelo elenco de crimes de prevenção e investigação prioritárias, aí se incluem diversos dos crimes abrangidos na definição da CV/CEV do CPP, alguns dos quais presentes nas duas vertentes (ex.: crimes no âmbito do terrorismo, violência doméstica, crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual e o tráfico de pessoas).

Por outro lado, a expressão criminalidade violenta surge também indicada no âmbito da prevenção quando se refere “*criminalidade violenta organizada ou grupal*” e no âmbito da investigação quando se focaliza a atenção na “*criminalidade violenta em ambiente escolar*”.

Assim, se alguns dos crimes enquadráveis na definição de CV/CEV do CPP estão devidamente identificados na atual lei ao nível das prioridades de prevenção e/ou investigação, por outro lado, a utilização de expressões mais genéricas sem correspondência direta com a definição de CV/CEV vigente no CPP parecem acarretar a necessidade de clarificação e operacionalização.

3.5.2 ESTATUTO DE VÍTIMA ESPECIALMENTE VULNERÁVEL

Tal como previamente mencionado, em 2015, por via da transposição da designada diretiva das vítimas de crime, ficou consagrado na legislação portuguesa o estatuto de vítima (qualquer crime) e o estatuto de vítima especialmente vulnerável, sendo que ficou igualmente definido que as vítimas de criminalidade violenta e de criminalidade especialmente violenta são sempre consideradas vítimas especialmente vulneráveis (n.º 3 do art.º 67.º-A do CPP).

Em termos gerais, e conforme consta do art.º 20.º da Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, o primeiro artigo do estatuto de vítima especialmente vulnerável, uma vez apresentada uma denúncia de um crime (e não havendo indícios fortes de que a mesma seja infundada), as autoridades judiciais ou os OPC podem atribuir o referido estatuto a uma vítima (após a realização de uma avaliação individual).

Esta avaliação, a realizar às vítimas de crime para determinar da sua especial vulnerabilidade, é dispensável sempre que as vítimas tenham sido alvo de um ou mais crimes abrangidos pela definição de CV/CEV do CPP.

Por outro lado, as vítimas especialmente vulneráveis (VEV) devem ser avaliadas de modo a determinar-se se devem beneficiar de medidas especiais de proteção (ex.: inquirições feitas pela mesma pessoa se a vítima o desejar; inquirição das vítimas de violência sexual, violência baseada no género ou violência em relações de intimidade, salvo se for efetuada por magistrado, deve ser realizada por uma pessoa do mesmo sexo que a vítima, se esta assim o desejar; medidas para evitar o contacto visual entre as vítimas e os arguidos; prestação de declarações para memória futura; exclusão da publicidade das audiências) (art.º 21.º da Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro).

Conforme se pode visualizar no Anexo I, os direitos das VEV são diversos, desde o recurso à videoconferência ou à teleconferência (art.º 23.º); à possibilidade de a vítima ser acompanhada, na prestação das declarações ou do depoimento, por técnico especialmente habilitado para o seu acompanhamento (previamente designado pelo Ministério Público ou pelo tribunal) (art.º 23.º), a possibilidade de declarações para memória futura (art.º 24.º), o acesso a estruturas de acolhimento (art.º 25.º); a assistência médica e medicamentos (art.º 26.º).

Relativamente aos direitos das crianças, consagrados no art.º 22.º deste Estatuto, importa referir que este aponta no sentido do direito à sua audição no processo penal, da possibilidade de serem acompanhadas durante o depoimento pelos seus pais, representante legal ou por quem tenha a guarda de facto, quando não existirem conflitos de interesses. Quando existirem tais conflitos é obrigatória a nomeação de patrono à criança, podendo este também ser nomeado apenas quando a criança (com a maturidade adequada) o solicitar ao tribunal. Este artigo 22.º refere igualmente que não devem ser divulgadas ao público informações que possam levar à identificação de uma criança vítima (sob pena de os seus agentes incorrerem na prática de crime de desobediência).

No âmbito do último artigo deste Estatuto, foi inscrita uma preocupação com a atuação dos órgãos de comunicação social, de modo a que quando divulgarem situações relativas à prática de crimes, quando as vítimas sejam crianças ou jovens ou outras pessoas especialmente vulneráveis, não podem identificar, nem transmitir elementos, sons ou imagens que permitam a sua identificação, sob pena de os seus agentes incorrerem na prática de crime de desobediência (art.º 27.º).

Apesar da existência de um estatuto específico para as vítimas de violência doméstica⁵⁷, o estatuto aqui apresentado também lhes pode ser atribuído, tendo em conta que a violência doméstica é enquadrável na definição de CV vigente no CPP.

3.5.3 PRAZOS DE PRESCRIÇÃO DOS CRIMES

O art.º 118.º do CP define os prazos de prescrição para a extinção do procedimento criminal, sendo que estes variam consoante a moldura penal dos crimes e a sua natureza:

- Crimes puníveis com pena de prisão cujo limite máximo for superior a 10 anos- o prazo de prescrição é de 15 anos⁵⁸;
- Crimes puníveis com pena de prisão cujo limite máximo for igual ou superior a cinco anos, mas que não exceda dez anos - o prazo de prescrição é de 10 anos;
- Crimes puníveis com pena de prisão cujo limite máximo for igual ou superior a um ano, mas inferior a cinco anos- o prazo situa-se em cinco anos; e nos restantes casos, o prazo é de dois anos;
- Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, bem como no crime de mutilação genital feminina, sendo a vítima menor - o procedimento criminal não se extingue, por efeito da prescrição, antes de o ofendido perfazer 23 anos.

Refira-se que, segundo o art.º 119.º do CP, os prazos de prescrição iniciam-se desde o dia em que o facto se tiver consumado sendo que, por exemplo, nos crimes permanentes, o prazo de prescrição só ocorre desde o dia em que cessar a consumação e nos crimes continuados e nos crimes habituais, desde o dia da prática do último ato.

⁵⁷ Previsto na Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro. Os modelos de documentos comprovativos da atribuição do estatuto de vítima foram aprovados pela Portaria 229-A/2010, de 23 de abril.

⁵⁸ Este prazo de prescrição também se aplica a outros crimes previstos no CP (ex.: tráfico de influência, entre outros).

3.5.4 MEDIDAS DE COAÇÃO

Conforme referido por R. Pereira (s.d.⁵⁹), os regimes mais gravosos e intrusivos previstos em matéria de obtenção de meios de prova e medidas de coação e garantia patrimonial são aplicáveis nomeadamente à criminalidade violenta e à criminalidade especialmente violenta.

Exemplifica que aos maus-tratos e à violência doméstica é aplicável a prisão preventiva⁶⁰, uma vez que estes crimes estão incluídos na dita “criminalidade violenta”. Esta aplicabilidade justifica-se pela dimensão “insuportável” que esses crimes assumem e pelo facto de colocarem em causa bens jurídicos de suprema importância como seja o da dignidade humana (R. Pereira, s.d.).

Rui Pereira (s.d.) indica que os maus tratos geralmente dirigidos contra vítimas indefesas (crianças, mulheres e idosos) afetam não só a integridade física e moral das vítimas, a sua liberdade e dignidade, mas também em diversos casos a própria vida.

Assim, a definição de criminalidade violenta é relevante para efeitos da aplicação de medidas de coação, pelo que se optou aqui por analisar um pouco mais em pormenor estas implicações.

Conforme consta do art.º 192.º do CPP, a aplicação de qualquer medida de coação implica a constituição prévia de arguido da pessoa que for objeto da referida medida.

Se observarmos o Quadro 3, que inclui as diversas medidas de coação possíveis de aplicar e os seus requisitos, verifica-se que uma delas pode ser aplicada qualquer que seja o crime de que o arguido é suspeito (termo de identidade e residência - art.º 296.º do CPP), no entanto para as restantes medidas a sua aplicabilidade depende da moldura penal do(s) crime(s) em causa.

⁵⁹ Sem data.

⁶⁰ Na sequência da reforma penal e processual penal de 2007, a prisão preventiva é nomeadamente aplicável a crimes puníveis com pena superior a cinco anos e aos crimes abrangidos na designada criminalidade violenta, altamente organizada e ao terrorismo (ver art.º 202.º do CPP).

Medida de coação	Abrangência/Requisitos
Termo de identidade e residência (196.º)	A autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal sujeitam a termo de identidade e residência lavrado no processo todo aquele que for constituído arguido , ainda que já tenha sido identificado nos termos do artigo 250.º
Caução (197.º)	Se o crime imputado for punível com pena de prisão , o juiz pode impor ao arguido a obrigação de prestar caução.
Obrigação de apresentação periódica (198.º)	Se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a 6 meses , o juiz pode impor ao arguido a obrigação de se apresentar a uma entidade judiciária ou a um certo órgão de polícia criminal em dias e horas preestabelecidos, tomando em conta as exigências profissionais do arguido e o local em que habita.
Suspensão do exercício de profissão, de função, de actividade e de direitos (199.º)	1 - Se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a 2 anos , o juiz pode impor ao arguido, cumulativamente, se disso for caso, com qualquer outra medida de coação, a suspensão do exercício: a) De profissão, função ou actividade, públicas ou privadas; b) Do poder paternal, da tutela, da curatela, da administração de bens ou da emissão de títulos de crédito; sempre que a interdição do respectivo exercício possa vir a ser decretada como efeito do crime imputado. 2 - Quando se referir a função pública, a profissão ou actividade cujo exercício dependa de um título público ou de uma autorização ou homologação da autoridade pública, ou ao exercício dos direitos previstos na alínea b) do número anterior, a suspensão é comunicada à autoridade administrativa, civil ou judiciária normalmente competente para decretar a suspensão ou a interdição respectivas.
Proibição e imposição de condutas (200.º)	- Se houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos , o juiz pode impor ao arguido, cumulativa ou separadamente, as obrigações de: a) Não permanecer, ou não permanecer sem autorização, na área de uma determinada povoação, freguesia ou concelho ou na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habitem os ofendidos, seus familiares ou outras pessoas sobre as quais possam ser cometidos novos crimes; b) Não se ausentar para o estrangeiro, ou não se ausentar sem autorização; c) Não se ausentar da povoação, freguesia ou concelho do seu domicílio, ou não se ausentar sem autorização, salvo para lugares predeterminados, nomeadamente para o lugar do trabalho; d) Não contactar, por qualquer meio, com determinadas pessoas ou não frequentar certos lugares ou certos meios; e) Não adquirir, não usar ou, no prazo que lhe for fixado, entregar armas ou outros objectos e utensílios que detiver, capazes de facilitar a prática de outro crime; f) Se sujeitar, mediante prévio consentimento, a tratamento de dependência de que padeça e haja favorecido a prática do crime, em instituição adequada. (...)
Obrigação de permanência na habitação (201.º)	1 - Se considerar inadequadas ou insuficientes, no caso, as medidas referidas nos artigos anteriores, o juiz pode impor ao arguido a obrigação de não se ausentar, ou de não se ausentar sem autorização, da habitação própria ou de outra em que de momento resida ou, nomeadamente, quando tal se justifique, em instituição adequada a prestar-lhe apoio social e de saúde, se houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos .
Prisão preventiva (202.º)	1 - Se considerar inadequadas ou insuficientes, no caso, as medidas referidas nos artigos anteriores, o juiz pode impor ao arguido a prisão preventiva quando: a) Houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 5 anos; b) Houver fortes indícios de prática de crime doloso que corresponda a criminalidade violenta; c) Houver fortes indícios de prática de crime doloso de terrorismo ou que corresponda a criminalidade altamente organizada punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos; d) Houver fortes indícios de prática de crime doloso de ofensa à integridade física qualificada, furto qualificado, dano qualificado, burla informática e nas comunicações, receptação, falsificação ou contrafacção de documento, atentado à segurança de transporte rodoviário, puníveis com pena de prisão de máximo superior a 3 anos; e) Houver fortes indícios da prática de crime doloso de detenção de arma proibida, detenção de armas e outros dispositivos, produtos ou substâncias em locais proibidos ou crime cometido com arma, nos termos do regime jurídico das armas e suas munições, puníveis com pena de prisão de máximo superior a 3 anos; f) Se tratar de pessoa que tiver penetrado ou permaneça irregularmente em território nacional, ou contra a qual estiver em curso processo de extradição ou de expulsão.

Quadro 3: Medidas de coação previstas no CPP e respetivos requisitos.

A medida de coação mais restritiva de todas, a prisão preventiva (art.º 202.º do CPP), apenas pode ser aplicada em algumas circunstâncias, entre as quais a existência de fortes indícios de

prática de crime doloso: punível com pena de prisão de máximo superior a 5 anos; que corresponda a criminalidade violenta; de criminalidade altamente organizada, punível com pena de prisão de máximo superior a três anos; e de detenção de arma proibida, detenção de armas e outros dispositivos, produtos ou substâncias em locais proibidos ou crime cometido com arma, nos termos do regime jurídico das armas e suas munições, puníveis com pena de prisão de máximo superior a três anos.

Tal como explicitado no art.º 193.º (n.º 1) do CPP, as medidas de coação a aplicar “*devem ser necessárias e adequadas às exigências cautelares que o caso requerer e proporcionais à gravidade do crime e às sanções que previsivelmente venham a ser aplicadas*”. No mesmo artigo deste Código é indicado que a prisão preventiva e a obrigação de permanência na habitação só podem ser aplicadas quando se revelarem inadequadas ou insuficientes as outras medidas de coação (n.º 2).

3.5.5 CONCESSÃO DE INDEMNIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS

Junto do Ministério da Justiça funciona a designada Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes (CPVC), um órgão administrativo independente responsável pela concessão de adiantamentos de indemnização por parte do Estado às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica (art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro⁶¹- Lei que define a orgânica do Ministério da Justiça e art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 120/2010, de 27 de outubro, que regula a constituição, o funcionamento e o exercício de poderes e deveres da CPVC).

O Regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica encontra-se definido através da Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro. Neste diploma (art.º 1.º, n.º 2) define-se que os “crimes violentos” são aqueles que se enquadram nas definições legais de criminalidade violenta e de criminalidade especialmente violenta previstas nas alíneas j) e l) do artigo 1.º do Código de Processo Penal e que a “violência doméstica” é o crime a que se refere o art.º 152.º do CP.

No âmbito deste Regime, as vítimas de crimes violentos que têm direito ao adiantamento da indemnização são aquelas que sofreram danos graves para a respetiva saúde física ou mental

⁶¹ Com as alterações finais introduzidas pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

diretamente resultantes de atos de violência (art.º 2.º). Para a efetivação desta indemnização é necessário que os três requisitos seguintes estejam cumulativamente verificados:

- Incapacidade permanente, uma incapacidade temporária e absoluta para o trabalho de pelo menos 30 dias ou a morte;
- Perturbação considerável no nível e qualidade de vida da vítima ou, no caso de morte, do requerente;
- Não tenha sido obtida efetiva reparação do dano em execução de sentença condenatória relativa a pedido deduzido nos termos dos artigos 71.º a 84.º do Código de Processo Penal ou, se for razoavelmente de prever que o delinquente e responsáveis civis não venham a reparar o dano, sem que seja possível obter de outra fonte uma reparação efetiva e suficiente.

Refira-se que, no caso de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual ou contra menor, o requisito acima indicado relativo à incapacidade (permanente/temporária) ou a morte pode ser dispensado, “se circunstâncias excecionais e devidamente fundamentadas o aconselharem” (art.º 2.º, n.º 6).

No caso da violência doméstica, o art.º 5 do diploma que define este regime de concessão da indemnização prevê que as vítimas deste crime tenham direito a um adiantamento da mesma por parte do Estado, desde que a vítima incorra em situação de grave carência económica em consequência deste crime de violência doméstica.

Mais recentemente, foi aprovada uma proposta de lei que visa rever e alargar as competências da CPVC (reunião do Conselho de Ministros de 22/2/2018) (CPVC, 2018a)⁶². Esta proposta prevê novas atribuições a esta Comissão, a qual se passará a designar de Comissão Nacional de Apoio às Vítimas de Crimes.

A CPVC continuará a conceder compensações financeiras diretas às vítimas de crime, nos casos em que estas não possam ser indemnizadas pelos autores do crime, prevendo-se que sejam alargados os tipos de crime abrangidos por este regime jurídico.

Esta Comissão passará a ter responsabilidades adicionais em matéria de informação jurídica (ex.: reforço da disponibilização da informação adequada no que respeita aos serviços e aos apoios a que as vítimas de crime podem recorrer) e prevê-se a criação de uma linha de

⁶² Até à presente data ainda não publicada.

financiamento para projetos que promovam os direitos e a proteção das vítimas de crime, a que podem aceder entidades privadas.

3.5.6 OUTRAS IMPLICAÇÕES

A definição de criminalidade violenta e/ou a moldura penal associada não tem implicações apenas nas matérias focadas nos pontos anteriores, mas em diversos outros domínios no âmbito do CP e do CPP, começando pelo tribunal competente para julgar, passando pela possibilidade de realização de buscas domiciliárias, escutas telefónicas, utilização de declarações para memória futura, prazo para o cancelamento definitivo no âmbito do Registo Criminal, possibilidade de execução das penas e medidas privativas da liberdade em regime de segurança, aplicação de medidas relativas à proteção de testemunhas, até à identificação criminal com base em perfis de ADN⁶³. São ainda mencionadas algumas implicações específicas respeitantes a crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e no âmbito da violência doméstica.

Os crimes são julgados em tribunal coletivo quando estiver envolvida nomeadamente uma de duas situações: 1) crimes dolosos ou agravados pelo resultado morte de uma pessoa (alínea *a* do n.º 2 do art.º 14.º do CPP); e 2) quando se trata de crime cuja pena máxima aplicável é superior a 5 anos de prisão (incluindo situações de concurso de crimes, que envolvam crimes cujo limite máximo seja inferior a 5 anos) (alínea *b* do n.º 2 do art.º 14.º do CPP), excetuando-se nesta segunda situação os casos em que Ministério Público, na acusação, ou em requerimento, quando seja superveniente o conhecimento do concurso, entender que não deve ser aplicada, em concreto, pena de prisão superior a 5 anos (art.º 16.º do CPP).

Por outro lado, como regra geral, as revistas e as buscas efetuadas por órgão de polícia criminal são autorizadas ou ordenadas por despacho pela autoridade judiciária competente, devendo esta, sempre que possível, presidir à diligência. Contudo, existem algumas exceções a esta situação (carência de despacho da autoridade judiciária) (art.º 174.º do CPP). Entre tais exceções (art.º 174.º n.º 5), incluem-se as revistas e as buscas efetuadas por órgão de polícia criminal nos casos de: a) terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada (quando haja fundados indícios da prática iminente de crime que ponha em grave risco a vida ou a integridade de qualquer pessoa); b) quando os visados consentam (desde que o consentimento prestado fique, por qualquer forma, documentado); ou c) de detenção em flagrante delito por

⁶³ Ácido desoxirribonucleico.

crime que corresponda pena de prisão. No caso da primeira situação, as buscas realizadas pelo OPC devem ser comunicadas de imediato ao juiz de instrução e por este apreciadas em ordem à sua validação (sob pena de nulidade) (n.º 6 do art.º 174.º).

A este propósito, R. Pereira (s.d.) refere que na reforma penal de 2007 foi introduzido de forma inovadora o conceito de criminalidade especialmente violenta, permitindo assim a realização de buscas domiciliárias noturnas (entre as 21h e as 7h00) em conformidade com revisão constitucional de 2001 (art.º 34.º n.º 3⁶⁴ da CRP)⁶⁵.

Ao nível do primeiro interrogatório não judicial de arguido detido, o CPP prevê no seu artigo 143.º (n.º 4) que nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, o Ministério Público pode determinar que o detido não comunique com pessoa alguma, salvo o defensor, antes do primeiro interrogatório judicial.

O recurso a escutas telefónicas, durante o inquérito, é admissível mediante alguns pressupostos de efetiva necessidade das mesmas, podendo ser usadas na investigação nomeadamente de crimes puníveis com pena de prisão superior (no seu máximo) a 3 anos, relativos ao tráfico de estupefacientes, crimes de detenção de arma proibida e de tráfico de armas, entre outros (art.º 187.º do CPP). Deste modo, e tendo em conta a moldura penal subjacente aos crimes abrangidos na definição de criminalidade violenta (com limite igual ou maior do que 5 anos), a realização de escutas telefónicas será admissível para todos esses crimes.

No que concerne à possibilidade de se recolherem declarações para memória futura, esta figura estava já prevista no CPP (art.º 271.º), podendo ser utilizada em situações de doença grave ou de deslocação para o estrangeiro de uma testemunha (factos que previsivelmente a impediriam de ser ouvida em julgamento), bem como nos casos de vítimas de crime de tráfico de pessoas ou de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

Nestes casos, o juiz de instrução, a requerimento do Ministério Público, do arguido, do assistente ou das partes civis, pode proceder à sua inquirição no decurso do inquérito, a fim de que o depoimento possa, se necessário, ser tomado em conta no julgamento (art.º 271.º do CPP). Refira-se que, no caso de processo por crime contra a liberdade e autodeterminação

⁶⁴ “Ninguém pode entrar durante a noite no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento, salvo em situação de flagrante delito ou mediante autorização judicial em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada, incluindo o terrorismo e o tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes, nos termos previstos na lei”.

⁶⁵ A realização de buscas domiciliárias encontra-se prevista no art.º 177.º do CPP.

sexual de menor, conforme indicado no CPP, deve procede-se sempre à inquirição do ofendido no decurso do inquérito, desde que a vítima não seja ainda maior (art.º 271.º n.º 2).

Salienta-se que a criação do estatuto de vítima especialmente vulnerável veio permitir o alargamento da possibilidade de tomada de declarações para memória futura a outros crimes⁶⁶, nomeadamente todos os crimes abrangidos pela definição de criminalidade violenta ou especialmente violenta, uma vez que o referido estatuto contempla esta medida no seu art.º 24.º e, de acordo com o art.º 1.º do CPP, as vítimas de criminalidade violenta e de criminalidade especialmente violenta são sempre consideradas vítimas especialmente vulneráveis (n.º 3 do art.º 67.º-A do CPP).

A importância das declarações para memória futura prende-se com o facto de que, em sede de julgamento, tais declarações, por terem sido prestadas perante um juiz, embora numa fase anterior do processo, podem ser lidas e tidas em conta para efeitos de produção de prova, ao contrário de outro tipo de declarações, nomeadamente de testemunhas ou do assistente, que tenham sido apenas tomadas perante um OPC ou o Ministério Público (art.º 356.º do CPP), implicando então a necessidade de que tais atores processuais voltem (se assim o entenderem e não se recusarem) a prestar novamente as suas declarações em sede de julgamento, de modo a que seja produzida prova.

No domínio da possibilidade de apresentação de recurso até ao Supremo Tribunal de Justiça, a moldura penal dos crimes, que influencia a medida da pena concreta aplicada, tem igual importância, assim como eventuais discrepâncias entre as decisões de 1.º e 2.ª instância.

Se na primeira instância for decretada uma condenação a uma pena de prisão superior a 5 anos, e em sede de recurso para o tribunal da relação (2.ª instância) houver absolvição, pode haver lugar a recurso para o Supremo Tribunal de Justiça (art.º 400.º do CPP).

Já a existência de acórdãos condenatórios proferidos, em recurso, pelas relações, que confirmem decisão de 1.ª instância e apliquem pena de prisão não superior a 8 anos, não admitem recurso para o STJ.

Nos casos em que o tribunal coletivo determine a aplicação de pena de prisão superior a 5 anos, quando o recurso incidir apenas sobre matéria de direito, este é feito diretamente para o STJ (e não para a Relação) (art.º 432.º do CPP). Em contraponto, quando o recurso incide

⁶⁶ Refira-se que a Lei da violência doméstica, de 2009, previa já a possibilidade de declarações para memória futura neste crime.

também sobre matéria de facto este é realizado para o tribunal da relação (n.º 8 do art.º 414.º do CPP).

Também no âmbito da possibilidade da libertação condicional de arguidos condenados, a medida da pena aplicada pode ter implicações. A regra geral é de esta se aplicar uma vez cumprida metade (50%)⁶⁷ ou dois terços da pena (66%)⁶⁸, sempre num mínimo de seis meses, e no caso da condenação ter sido a uma pena de prisão superior a seis anos, a liberdade condicional ocorrerá uma vez cumpridos cinco sextos da pena (83%)⁶⁹ (art.º 61.º, n.º 4, do CP).

Destacam-se também as implicações que a pena ou medida de segurança podem ter em função da sua duração ao nível do cancelamento definitivo das decisões inscritas no registo criminal.

Consoante se trate de uma pena ou medida de segurança inferior a 5 anos, entre 5 e 8 ou superior a 8 anos, o mencionado cancelamento ocorre 5 anos, 7 anos ou 10 anos, respetivamente após a extinção da pena ou medida de segurança, desde que, entretanto, não tenha ocorrido nova condenação por crime de qualquer natureza (art.º 11.º da Lei n.º 37/2015, de 5 de maio).

Estes prazos não se aplicam no caso dos crimes contra liberdade e autodeterminação sexual (artigos 163.º a 176.º-A do CP), em que o cancelamento definitivo ocorre 25 anos sobre a extinção da pena, principal ou de substituição, ou da medida de segurança, e desde que entretanto não tenha ocorrido nova condenação por crime (art.º 4.º, n.º 1, da Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro).

Neste âmbito incluem-se os seguintes crimes no domínio da CV/CEV: coação sexual, violação, abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, abuso sexual de pessoa internada, procriação artificial não consentida, lenocínio, abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes, lenocínio de menores e pornografia de menores.

Outras disposições legais existem para alguns crimes específicos, como sejam, por exemplo, as relativas ao crime de violência doméstica (art.º 152.º CP) e aos crimes contra a liberdade e

⁶⁷ Desde que verificados dois requisitos: “1) *for fundadamente de esperar (...) que uma vez em liberdade, o condenado conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes*; e 2) *que a sua libertação é compatível com a defesa da ordem e da paz social*” (art.º 61.º, n.º 2, do CP).

⁶⁸ Quando apenas se encontra verificado o 1.º requisito (art.º 61.º, n.º 3, do CP).

⁶⁹ Sem prejuízo do disposto nos números anteriores deste artigo.

autodeterminação sexual (163.º a 176.º-A do CP) e que são aqui mencionadas uma vez que estes crimes estão abrangidos na definição do CPP de CV/CEV.

No caso da violência doméstica, o próprio artigo que tipifica o crime (152.º do CP) prevê a possibilidade de serem aplicadas penas acessórias ao condenado: *“podem ser aplicadas penas acessórias de proibição de contacto com a vítima (ex.: afastamento da residência ou do local de trabalho da vítima), que pode ser fiscalizada por meios técnicos de controlo à distância; de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos; e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica”* (n.º 4).

A atual redação deste artigo refere, no seu n.º 5, que a pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta, e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância. Prevê-se ainda que, quem seja condenado por este crime, possa ainda vir a ser inibido de exercer o poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos (n.º 6).

Refira-se complementarmente que a Lei da violência doméstica⁷⁰ veio determinar a natureza urgente dos processos-crime por violência doméstica, mesmo não existindo arguidos presos (art.º 28.º), a possibilidade de detenção fora de flagrante delito (art.º 30.º), a realização de uma avaliação de risco e planos de segurança com as vítimas (art.º 27.º-A), bem como outras medidas no âmbito da proteção policial e tutela judicial. Esta Lei criou inclusivamente uma base de dados que contém as ocorrências participadas às Forças de Segurança (e as respetivas avaliações de risco), e as decisões comunicadas pelo Ministério Público e Tribunais ao nível dos despachos finais proferidos em inquéritos e das decisões finais transitadas em julgado, respetivamente (artigos 37.º e 37.º-A- Base de dados de violência doméstica- BDVD).

De acordo com o art.º 69.º-B do CP, nos casos em que exista punição por crime previsto nos artigos 163.º a 176.º-A, em que a vítima é menor, o arguido é condenado na proibição de exercer profissão, emprego, funções ou atividades, públicas ou privadas, cujo exercício envolva contacto regular com menores, por um período fixado entre cinco e 20 anos (n.º 2).

No caso de a vítima não ser menor, a mesma condenação (mas entre dois a 20 anos) é referida na Lei como uma hipótese: *“pode ser condenado (...)”* (n.º 1 do art.º 69.º-B do CP).

Este artigo prevê ainda (no seu n.º 3) que quem seja condenado por crime de abuso sexual de pessoa internada (166.º) seja condenado também na proibição de exercer funções ou

⁷⁰ Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, com as alterações finais introduzidas pela Lei n.º 24/2017, de 24 de maio.

atividades públicas ou privadas, ainda que não remuneradas, nos estabelecimentos previstos no n.º 1 do artigo 166.º, por um período fixado entre cinco e 20 anos.

Do mesmo modo, o artigo 69.º-C do CP prevê a proibição de assumir a confiança de menor, em especial a adoção, tutela, curatela, acolhimento familiar, apadrinhamento civil, entrega, guarda ou confiança de menor, a quem for punido por crime previsto nos artigos 163.º a 176.º-A. Quando a vítima é menor esta proibição é taxativa e pode durar de 5 a 20 anos, quando a vítima não é menor, esta proibição fica ao critério do julgador e pode durar de 2 a 20 anos.

Uma condenação por um destes crimes contra a liberdade sexual e a autodeterminação sexual, nos casos em que a vítima é descendente do agente, seu cônjuge ou pessoa com quem o agente mantenha relação análoga à dos cônjuges, implica a condenação na inibição do exercício de responsabilidades parentais, por um período fixado entre cinco e 20 anos (n.º 3 do art.º 69.º-C do CP).

Quanto à obrigação de denúncia dos crimes, refira-se que a Lei de segurança interna (Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto), indica no seu art.º 5.º (n.º 3) que “*sem prejuízo do dever de denúncia previsto no Código de Processo Penal [art.º 242.º do CPP], os funcionários, na aceção do Código Penal, e os militares têm o dever de comunicar prontamente às forças e aos serviços de segurança competentes os factos de que tenham conhecimento, no exercício das suas funções e por causa delas, relativos à preparação ou execução de factos que possam ser classificados como crimes de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada, nos termos do Código de Processo Penal, sabotagem ou espionagem*”.

Salienta-se ainda que a Lei de proteção de testemunhas (Lei n.º 93/99, de 14 de julho, na redação final introduzida pela Lei n.º 42/2010, de 3 de setembro), destina-se a regular a aplicação de medidas (excecionais) para proteção de testemunhas em processo penal quando a sua vida, integridade física ou psíquica, liberdade ou bens patrimoniais de valor consideravelmente elevado sejam postos em perigo por causa do seu contributo para a prova dos factos que constituem objeto do processo (art.º 1º, n.º 1). As referidas medidas podem abranger os familiares das testemunhas, as pessoas que com elas vivam em condições análogas às dos cônjuges e outras pessoas que lhes sejam próximas (art.º 1.º, n.º 2). Este diploma contempla igualmente medidas que se destinam a obter, nas melhores condições possíveis, depoimentos ou declarações de pessoas especialmente vulneráveis, nomeadamente em razão da idade, mesmo que se não verifique o perigo referido atrás (art.º 1.º, n.º 3).

Esta Lei prevê (no art.º 16.º) a possibilidade de não revelação da identidade da testemunha durante alguma ou em todas as fases do processo se estiverem reunidas cumulativamente várias condições, entre as quais, o depoimento ou as declarações dizerem respeito a crimes de tráfico de pessoas, de associação criminosa, de terrorismo, de terrorismo internacional ou de organizações terroristas ou, desde que puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a oito anos, a crimes contra a vida, contra a integridade física, contra a liberdade das pessoas, contra a liberdade ou autodeterminação sexual, de corrupção, de burla qualificada, de administração danosa que cause prejuízo superior a 10 mil unidades de conta, ou cometidos por quem fizer parte de associação criminosa no âmbito da finalidade ou atividade desta⁷¹.

O mesmo diploma consagra o conceito de testemunha especialmente vulnerável, condição que pode decorrer nomeadamente, da sua diminuta ou avançada idade, do seu estado de saúde ou do facto de ter de depor ou prestar declarações contra pessoa da própria família ou de grupo social fechado em que esteja inserida numa condição de subordinação ou dependência (art.º 26.º). O artigo 27.º desta Lei refere que, logo que se constate a especial vulnerabilidade da testemunha, a autoridade judiciária deverá designar um técnico de serviço social ou outra pessoa especialmente habilitada para o seu acompanhamento e, se for caso disso, proporcionar à testemunha o apoio psicológico necessário por técnico especializado.

Esta Lei e as suas disposições são passíveis de aplicação a diversos crimes abrangidos na definição de criminalidade especialmente violenta, e, por via da especial vulnerabilidade das testemunhas, também a muitos outros crimes abrangidos pela criminalidade violenta. Refira-se, aliás, que a Comissão de Programas Especiais de Segurança, a quem compete estabelecer e assegurar a efetivação dos programas especiais de segurança, dever ser constituída nomeadamente por magistrados com experiência no domínio do combate à criminalidade violenta e organizada (art.º 23.º).

Refere-se também que o Código da execução das penas e medidas privativas da liberdade (Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, com as alterações finais introduzidas pela Lei n.º 27/2019, de 28 de março) prevê no seu artigo 15.º que os reclusos são colocados em regime de segurança quando a sua situação jurídico-penal ou o seu comportamento em meio prisional revelem, fundamentadamente, perigosidade incompatível com afetação a qualquer outro regime de execução. Entre os factos suscetíveis de revelar a referida perigosidade consta a indiciação ou condenação pela prática de facto que configure terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada ou a existência de fortes suspeitas de envolvimento neste tipo de

⁷¹ Os restantes requisitos estão plasmados nas alíneas *b* a *d* deste artigo 16.º.

criminalidade, sustentadas em informação escrita prestada por tribunal, órgão de polícia criminal ou serviço de segurança (alínea *a* do n.º 2).

Conforme previsto no artigo 12.º (n.º 4) deste Código, o regime de segurança implica que a execução das penas e medidas privativas da liberdade decorre em estabelecimento ou unidade prisional de segurança especial, limitando a vida em comum e os contactos com o exterior, admitindo a realização de atividades compatíveis com as particulares necessidades de manutenção da ordem e da segurança de bens jurídicos pessoais e patrimoniais.

Por fim, menciona-se uma outra implicação legal relacionada com a criminalidade violenta, relativa à identificação criminal com base em perfis de ADN. De acordo com a Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, com as alterações finais introduzidas pela Lei n.º 90/2017, de 22 de agosto, que aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal, prevê-se que para os casos em que haja condenação de arguido por crime doloso a pena de prisão igual ou superior a 3 anos (mesmo que esta seja substituída), a ordem para efeitos de inserção do respetivo perfil de ADN na base de dados é sempre efetuada na sentença (art.º 8.º, n.º 2). Tendo em conta a duração da pena de prisão a partir da qual esta medida se encontra prevista, poderá concluir-se que, potencialmente, muitos dos arguidos condenados por criminalidade violenta poderão vir a fazer parte da referida base de dados.

Esta Lei determina ainda a possibilidade de comunicação imediata ao OPC da existência de coincidência entre perfil de ADN obtido a partir de uma amostra sob investigação cuja identificação se pretende estabelecer (a designada “amostra problema”) com perfil de ADN existente na base de dados, nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada em que seja urgente a identificação de suspeitos para a descoberta da verdade, sem prejuízo de a diligência (que envolva comunicação de dados pessoais) ter de ser de imediato comunicada para validação pelo juiz competente, no prazo máximo de 72 horas (art.º 20.º, n.º 8).

PARTE II

A MEDIÇÃO DO CRIME

4. A MEDIÇÃO DO CRIME - PERSPETIVAS E PRÁTICAS A NÍVEL INTERNACIONAL

As estatísticas no âmbito da justiça criminal são essenciais para a (re)definição de políticas públicas e para aferir o bem-estar das populações.

A criação de um sistema de estatísticas no domínio da justiça criminal é algo complexo pois envolve milhares de atores e múltiplas entidades e implica assegurar a adoção de procedimentos adequados e uniformes em termos de registo de dados, sua monitorização, tratamento, análise e difusão da informação.

O Sistema de Justiça Criminal inclui essencialmente cinco componentes: polícias, ministério público, tribunais, estabelecimentos prisionais e a aplicação de medidas não privativas da liberdade (ONU, 2003).

De entre as estatísticas oficiais/administrativas, as estatísticas policiais constituem geralmente a primeira etapa de um sistema de estatísticas de justiça criminal, e embora constituindo uma aproximação imperfeita, as participações criminais registadas pela polícia são usadas para medir as taxas de crime num dado país (UNODC, 2010).

Conforme salientado pela Organização das Nações Unidas (2003), as estatísticas oficiais/administrativas provenientes do Sistema de Justiça Criminal não respondem a todas as necessidades de informação. Como é amplamente reconhecido, uma parte considerável dos crimes não são participados à polícia/autoridades (“*cifras negras*”) e outras informações relevantes para o sistema não estão acessíveis nestas estatísticas oficiais.

Assim, e de forma complementar às estatísticas oficiais, foram desenvolvidas outras metodologias/instrumentos para tentar colmatar estas lacunas, os inquéritos de vitimização e os inquéritos de delinquência autorrevelada⁷². No mesmo sentido, Agra (2001) indica que só com estes três instrumentos se pode observar com rigor a evolução da criminalidade.

Os inquéritos de vitimização servem para recolher dados junto da população acerca do seu contacto com o crime e o Sistema de Justiça Criminal, e os segundos pretendem procurar obter informação sobre a autoria criminal.

⁷² No Manual da ONU (2003) são designados de “*Self-report surveys*”.

Segundo Delort (2010), os inquéritos de vitimação não são destinados a substituir as estatísticas policiais, mas sim a complementá-las, sendo que as informações fornecidas por estas duas vias são diferentes, facto que importa ressaltar.

Os inquéritos de delinquência autorrevelada são considerados especialmente importantes para a obtenção de informação respeitante a crimes “sem vítimas”, os quais têm pouca probabilidade de serem captados nos inquéritos de vitimização ou nas estatísticas policiais (ex.: crimes relativos a droga, jogo, auxílio à imigração ilegal e prostituição⁷³) (ONU, 2003).

Mais recentemente, a UNODC reconheceu que as duas principais abordagens às estatísticas do Sistema de Justiça Criminal consistem nas estatísticas oficiais/administrativas e nos inquéritos de vitimização (UNODC, 2010).

Salienta-se, no entanto, que existe um terceiro tipo emergente de fonte de dados que consiste na utilização de relatores especiais para monitorizar determinados crimes (UNODC, 2010). Estes relatores geralmente combinam múltiplas fontes de informação, usando diversas metodologias para alcançar uma avaliação mais alargada relativamente a um fenómeno criminal.

A nível internacional (ONU, CoE e UE) existem diversas orientações ou procedimentos que importa atender neste domínio do desenvolvimento de sistemas de estatísticas de justiça criminal e dos inquéritos de vitimação, procurando-se revisitar as mesmas no primeiro ponto deste capítulo.

No ponto seguinte, procura-se trazer para a reflexão questões relacionadas com a (não) comparabilidade entre os dados das estatísticas oficiais e dos inquéritos de vitimação, seguindo-se algumas considerações técnicas sobre a utilização das taxas de vitimização e taxas de prevalência.

Posteriormente, a atenção recai sobre a análise da severidade criminal e formas de a medir, questões essenciais para o presente estudo.

Por último, procurar-se-á atender à experiência existente em diversos países no domínio da medição do crime, nomeadamente aqueles onde se desenvolveram formas específicas de medição da severidade criminal e/ou que implementam, de forma consistente, metodologias no âmbito das estatísticas oficiais sobre os crimes registados e dos inquéritos de vitimação.

⁷³ Nos países onde esta prática constitua crime.

4.1 LINHAS ORIENTADORAS DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1.1 NAÇÕES UNIDAS: SISTEMAS ESTATÍSTICOS DE JUSTIÇA CRIMINAL E INQUÉRITOS DE VITIMAÇÃO

Ao longo de muitos anos, a preocupação com a comparabilidade entre países no domínio das estatísticas de justiça criminal e dos níveis de criminalidade tem sido uma constante.

Antes da criação das Nações Unidas existiam alguns precedentes no domínio da preocupação a nível mundial com as estatísticas criminais.

Em 1853, este assunto foi abordado num congresso sobre estatísticas genéricas, que decorreu em Bruxelas, mais tarde, em 1872, o assunto voltou a ser abordado no congresso internacional sobre prevenção e repressão do crime (Londres) e, em 1930, foi criado um comité misto para o estudo comparativo das estatísticas criminais em vários países (UNODC, s.d.).

Depois da criação da Organização das Nações Unidas (em 1945), esta organização prestou atenção “intermitente” à possibilidade de recolher a nível internacional dados estatísticos no domínio criminal. Em 1950, foi publicado um relatório onde era efetuada uma análise das dificuldades de recolha destes dados (a nível internacional).

A partir dos anos 70, na sequência de indicação da Assembleia Geral, iniciou-se a recolha regular de informação sobre as tendências ao nível do crime e operações do Sistema de Justiça Criminal.

Assim, e conforme refere Frate (2006), a Organização das Nações Unidas realiza um inquérito/operação, apelidado de CTS (*United Nations Survey of Crime Trends and the Operations of Criminal Justice Systems*), mediante o qual são recolhidos dados ao nível das polícias, ministério público, tribunais e estabelecimentos prisionais, virtualmente de todos os Estados-Membros.

A recolha destes dados ocorre numa base anual, através do envio de um questionário aos Estados-Membros (UNODC, 2018).

Conforme refere Frate (2006), o CTS é realizado com base no orçamento das Nações Unidas (no âmbito do Programa de justiça criminal e prevenção do crime), estando assegurada a sua sustentabilidade ao longo do tempo. Comporta dados administrativos produzidos regularmente pelos países. Conforme refere a autora, existem, no entanto, diversas limitações: desde logo uma baixa taxa de resposta (especialmente ao nível dos países em

desenvolvimento), a falta de completude dos dados fornecidos e a inexistência de verificação dos dados (ausência de clarificações).

Por outro lado, algumas iniciativas têm sido desenvolvidas a nível internacional no sentido de aplicar inquéritos de vitimação em vários países, de modo a que se obtenham dados comparáveis.

Entre estas iniciativas importa salientar o *International Crime Victim Survey* (ICVS) (Inquérito internacional sobre vitimação criminal), da responsabilidade das Nações Unidas (UNICRI⁷⁴) (Dijk, Kesteren & Smit, 2007), cuja primeira edição ocorreu em 1989⁷⁵.

Usando a mesma metodologia, foi realizado em 2005 o *European Crime and Safety Survey* (ECS) (Inquérito europeu sobre crime e segurança) que envolveu 15 países, entre os quais Portugal.

Refira-se que estas iniciativas a nível internacional surgem na sequência dos primeiros inquéritos de vitimação realizados, sendo que tal ocorreu nos Estados Unidos da América, onde surgiu em 1972 o *National Crime Victimization Survey* (NCVS) e, dez anos depois, Inglaterra e o País de Gales implementaram o conhecido *British Crime Survey* (BCS) (Rock, 2008). Salienta-se que estes e outros países/regiões (ex.: França e Catalunha) realizam periodicamente este tipo de inquéritos.

Ao se questionar diretamente a população acerca das suas experiências relacionadas com o crime, independentemente de as ocorrências terem ou não sido reportadas às autoridades, podem ser captadas situações que não foram abrangidas pelas estatísticas oficiais, pelo que as estimativas de vitimação produzidas por estes instrumentos são superiores às ocorrências registadas pelas polícias/autoridades (UNODC e Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa [UNECE], 2010).

Atendendo à amplitude de questões presentes (ou potencialmente presentes) num inquérito de vitimação/à segurança, os dados relevantes a extrair não se baseiam apenas na obtenção de uma visão mais apurada sobre as tendências em termos de prevalências criminais, mas também na obtenção de dados fiáveis sobre o sentimento de insegurança, a perceção e satisfação relativas à atuação da polícia, dos tribunais, e do Sistema de Justiça Penal em geral.

⁷⁴ United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute [Instituto das Nações Unidas para a investigação inter-regional na área do crime e justiça].

⁷⁵ Os últimos dados disponíveis relativos à aplicação do ICVS a nível internacional (e não apenas num dado continente/região) datam de 2000 (UNICRI, s.d.).

A ONU tem produzido, nos últimos quinze anos, diversas publicações que visam fornecer linhas orientadoras no âmbito das estatísticas de justiça criminal. Estas publicações abrangem áreas como a própria conceção dos sistemas estatísticos para recolha e monitorização das estatísticas oficiais/administrativas, a definição de indicadores e os inquéritos de vitimização.

Uma das principais publicações da ONU neste domínio data de 2003 e incide precisamente sobre as estatísticas oficiais/administrativas. Estas orientações foram igualmente incluídas no Manual de 2010. O Manual em causa salienta a importância de diversos princípios a ter em conta neste tipo de sistemas (UNODC, 2010):

- O evento criminal constitui a categoria mais básica de qualquer sistema estatístico de justiça criminal. O evento criminal inclui dados sobre o ato criminal, o ofensor e a vítima;
- Deve focar-se na medição da quantidade de crime, incluindo a prevalência e a severidade das ofensas criminais, informação sobre as características do ofensor; e o percurso dos ofensores e dos casos através do sistema;
- Utilizar uma classificação das ofensas criminais, permitindo um sistema de codificação consistente que permita distinguir cada ofensa criminal (que possa conduzir por si só a uma acusação formal)⁷⁶;
- Assentar numa perspetiva de “*caseload*” (volume de casos), possibilitando informação sobre o número de incidentes reportados à polícia, número de participações registadas pela polícia, número de pessoas acusadas, número de pessoas que vão a tribunal e número de admissões nos estabelecimentos prisionais;
- Incluir uma unidade de medida básica baseada na pessoa para cada componente do sistema, uma vez que a “pessoa” é a única unidade de contagem que tem continuidade ao longo do Sistema de Justiça Criminal;
- Incluir informações sobre as pessoas acusadas, tais como detalhes da ofensa, sexo, idade, origem étnica, relação ofensor-vítima, e área geográfica de residência;
- A nível operacional, constitui boa prática a utilização de formulários de preenchimento estandardizados para registo dos dados. Um formulário de informação sobre o incidente a utilizar pela polícia conterá dados sobre o incidente criminal, a vítima e sobre qualquer suspeito identificado. Para cada incidente reportado um novo formulário é usado;

⁷⁶ Esta classificação poderá implicar um esquema de classificação em grandes grupos, posteriormente em categorias e subcategorias (ex.: crimes violentos → homicídio → homicídio qualificado)

- No âmbito das estatísticas policiais, para cada incidente deverá ser usado um formulário separado, sendo atribuído um número a cada incidente. A descrição do incidente deve estar ligada à classificação de crimes utilizada. Se existirem vários ofensores, deve ser usado um formulário para cada um, e cada pessoa deve ficar ligada a um único número de registo integrado. As pessoas individualmente devem ser associadas a incidente(s) específico(s) através do número de registo integrado e do número de incidente;
- Deve ser aplicada a “regra da principal ofensa” quando se contabilizam pessoas (ex.: uma pessoa suspeita de múltiplas ofensas é apenas contabilizada uma vez no âmbito da ofensa mas grave);
- O *output* de uma entidade no âmbito do Sistema de Justiça Criminal é o *input* de outra. Por exemplo, casos enviados pela polícia ao Ministério Público (MP) são *outputs* para a Polícia, mas *inputs* para o MP;
- O sistema deve ser desenvolvido de modo a viabilizar a agregação de dados, desde o nível local (operacional) até um ponto centralizado como seja o gabinete nacional de estatísticas;
- Criação de unidades de registo pela polícia, MP e tribunais. Estes sistemas podem ter unidades de registo diferente (incidente, caso ou pessoa), mas devem partilhar um número de características comuns, incluindo uma classificação das ofensas e, idealmente, um código identificador único que possibilite que casos e pessoas possam ser seguidos ao longo de todo o Sistema de Justiça Criminal;
- Dados estatísticos devem ser produzidos regularmente e devem conter informação sobre os incidentes criminais, ofensores e o movimento dos casos ao longo do Sistema de Justiça Penal;

Importa ainda ligar as estatísticas criminais a estatísticas de outros domínios, como sejam os que permitem uma descrição do contexto social e económico (ONU, 2003).

A título de exemplo, refere-se a importância de relacionar as estatísticas criminais com dados populacionais para se poder avaliar, designadamente, em que medida um aumento no número de crimes decorrerá de um aumento no número de habitantes, calculando-se assim uma taxa de criminalidade (ou de incidência).

Os censos à população constituem uma fonte de informação complementar que permitem realizar uma leitura dos dados do Sistema de Justiça Criminal mais contextualizada e com mais significado (ONU, 2003).

Conforme mencionado no Manual da ONU (2003), se existir um sistema fiável e rigoroso de registo relativo às causas de morte, estes dados devem ser utilizados como uma fonte para o número de homicídios. Podem ainda ser tidos em conta dados provenientes de outras organizações públicas ou privadas que não estão abrangidas pelo Sistema de Justiça Criminal, como sejam seguradoras, empresas de segurança privada, instituições de apoio à vítima, hospitais, escolas, organizações de proteção do ambiente, entre outras.

No âmbito das abordagens relativas à medição do crime é comum designar-se o volume de crimes não reportados às autoridades como sendo as “cifras negras”, e alguns autores referem-se a uma outra parte da realidade, como sendo as “cifras cinzentas” (Bottomley & Pease, cit. por Hope, 2010), a que corresponde aos casos reportados às autoridades (ou do seu conhecimento), mas que não são registados.



Esquema 3: Pirâmide representativa da criminalidade real e criminalidade medida pelas estatísticas oficiais.

O Esquema 3 pretende ilustrar a criminalidade real e a aquela que é medida pelas estatísticas oficiais, evidenciando-se um “afunilamento” desde o volume de casos que não são do conhecimento do Sistema de Justiça Penal, aos que ultrapassam essa fronteira, mas acabam por não ser registados, aos que ficam registados e finalmente até àqueles que efetivamente geram acusações e posteriormente condenações.

De acordo com a OMS (2014), as mortes violentas constituem a “camada” mais visível da violência, seguindo-se outras formas de violência que chegam ao conhecimento das autoridades (ex.: Saúde, Sistema de Justiça Criminal e Segurança Social), posteriormente encontra-se a violência que é captada apenas nos inquéritos de vitimação (reportada ou não às

autoridades), e finalmente a camada mais profunda e mais invisível que reflete as situações de violência não reportadas às autoridades nem detetadas pelos inquéritos de vitimação (Esquema 4).



Esquema 4: Pirâmide da violência.
Fonte: Adaptado de OMS (2014)

Conforme referido pelas Nações Unidas (UNODC, 2014), no âmbito do estudo global sobre homicídios de 2013, as tendências verificadas ao nível deste crime (com armas de fogo ou sem armas de fogo) não seguem necessariamente as mesmas tendências e padrões relativos a outros crimes violentos, e os vários tipos de homicídio podem seguir tendências diferentes. De acordo com este estudo, as divergências entre as tendências verificadas no homicídio e em outros crimes violentos nos Estados Unidos da América sugerem que, enquanto os homicídios partilham alguns dos mesmos fatores facilitadores para a sua prática de outros crimes violentos, encerram também elementos específicos.

O homicídio intencional e o crime violento possuem impactos que vão para além da perda de vidas humanas e da criação de um clima de medo e de incerteza, representando uma ameaça à segurança. Acresce que, existem cada vez mais evidências de que a falta de segurança, frequentemente associada a um Sistema de Justiça Criminal fraco, contribui para bloquear o desenvolvimento dos países e das suas populações (UNODC, 2014).

Conforme salientado pela UNODC no referido estudo sobre homicídios de 2013, para além da existência de falhas ao nível da contagem total de homicídios que importa corrigir, existem lacunas consideráveis ao nível da disponibilização de dados desgregados. Assim, é indicado que é necessário introduzir melhorias a este nível, devendo ser disponibilizados dados (de qualidade) sobre a vítima, o agressor, a relação entre ambos, o contexto e a motivação

subjacente ao crime, aspetos essenciais para a obtenção de uma melhor compreensão sobre o que desencadeia crimes violentos, quem está em maior risco, e os elementos que podem facilitar o homicídio, para que as políticas públicas sejam mais bem direcionadas para a prevenção e redução destes fenómenos.

Segundo os dados disponibilizados neste estudo, em 2012, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes era de 6,2 a nível mundial, de 3 na Europa, de 1 na Europa Ocidental e do Sul e de 1,2 em Portugal⁷⁷ (UNODC, 2014).

O número de homicídios registados ao longo dos vinte anos que antecederam o referido estudo estava a diminuir na Europa e na Oceânia, sucedendo o mesmo em Portugal.

De acordo com a UNODC (2014), importa também sublinhar que os homicídios voluntários consumados atingem de forma diferente homens e mulheres, sendo, de forma global, mais os homens as suas vítimas (79%) e os seus autores (95%), não podendo porém ignorar-se que, no âmbito dos homicídios que ocorrem na esfera conjugal/familiar, o sentido das proporções inverte-se sendo a maioria das vítimas mulheres (66% vs. 33% de vítimas homens)⁷⁸.

Em termos globais, os dados apontavam que para 47% das mulheres mortas no âmbito de homicídio intencional tal ocorria em contexto conjugal/familiar, enquanto esse valor era de apenas 6% no caso dos homens (indicando que 94% dos homens são alvo de homicídio intencional no contexto de outras atividades criminais ou de conflitos sociopolíticos).

A taxa de homicídio de âmbito conjugal/familiar era de 0,9 por cem mil habitantes a nível global e na Europa de 0,8 (UNODC, 2014).

No contexto do estudo aqui referenciado, estimava-se que na Europa os homicídios de âmbito conjugal/familiar representassem 28% do total de homicídios intencionais registados, enquanto a nível mundial esta proporção era de 14%. Salientava-se ainda que a taxa média de homicídios neste domínio tendia a manter-se a nível global, ao contrário do verificado para os restantes tipos de homicídio.

Atualmente, e na sequência de um longo período de trabalho, foi adotado pelas Nações Unidas (em 2015) a designada Classificação Internacional do Crime para fins estatísticos (ICCS) (UNODC, 2015). Este sistema resulta do trabalho iniciado em 2009 nas Nações

⁷⁷ Salienta-se, no entanto, que, como referido neste Relatório da UNODC, existem algumas sub-regiões europeias onde a taxa de homicídio é superior à média. Encontra-se entre estas regiões, o Algarve com 2,5 homicídios por 100 mil habitantes.

⁷⁸ Sendo que a proporção de mulheres vítimas no homicídio conjugal era de 79% e no caso das vítimas de homicídio perpetrado por outro familiar a proporção de mulheres inferior: 57%.

Unidas (UNODC e UNECE- Comissão das Nações Unidas para os assuntos económicos da Europa) no sentido de desenvolver um sistema de classificação baseado na descrição comportamental e não nos códigos penais (UNODC, 2015).

Neste sistema, o crime é definido como uma violação punível dos limites do comportamento humano tal como imposta pela legislação criminal nacional, e cada ofensa criminal possui um ofensor (pessoa, corporação ou instituição) que é responsável pelo comportamento criminal em questão (UNODC, 2015).

Conforme consta no Manual das Nações Unidas que descreve esta Classificação, ela é composta por 4 níveis, sendo que o primeiro é o mais abrangente e comporta 11 categorias (Quadro 4).

Categorias – nível 1	
1	Atos que resultam em morte ou destinados a causar a morte
2	Atos que causam danos ou destinados a causar danos à pessoa
3	Ato prejudicial de natureza sexual
4	Atos contra a propriedade que envolvem violência ou ameaça contra uma pessoa
5	Atos apenas contra a propriedade
6	Atos que envolvem drogas controladas ou outras substâncias psicoativas
7	Atos que envolvem fraude, engano ou corrupção
8	Atos contra a ordem pública, a autoridade e as disposições do Estado
9	Atos contra a segurança pública e a segurança do Estado
10	Atos contra o ambiente natural
11	Outros atos criminosos não classificados noutras categorias

Quadro 4: Categorias (de nível 1) para classificação dos crimes (ICCS).
Fonte: UNODC (2015); UE (2017).

A estrutura da classificação é hierárquica, correspondendo os níveis seguintes a um detalhe crescente dos atos em causa, encontrando-se definidos critérios de inclusão e de exclusão para melhor alocação dos atos às categorias (UE, 2017).

Em 2017, a União Europeia, através do Eurostat⁷⁹, publicou uma edição relativa à ICCS, que comporta a tradução da Classificação (nos seus quatro níveis) para as diversas línguas oficiais da União Europeia (tendo sido extraída da versão portuguesa, contida no Anexo II, as categorias de nível 1 constantes no Quadro 4).

⁷⁹ Departamento das Estatísticas Oficiais da União Europeia.

A título de exemplo, refira-se que na categoria 1 está incluída a morte na sequência de atividades terroristas (morte de alguém que não faz parte do grupo terrorista), ficando registado numa subcategoria específica, e na categoria 9 estão incluídos os crimes de participação em grupo terrorista e o financiamento de atividades terroristas.

A unidade de classificação da ICCS é o ato que constitui a ofensa criminal e a sua descrição é fornecida em termos do comportamento observável por parte do ofensor (UNODC, 2015).

Conforme consta no Guia de apresentação desta Classificação, geralmente o comportamento aparente é suficiente, em outros casos importa a intencionalidade (estado mental) do ofensor ou as condições da vítima (ex.: ser menor), e em outros casos o crime é definido por uma sequência de comportamentos (ex.: tráfico de pessoas).

Tem como princípios estatísticos para a classificação: a mútua exclusividade (cada evento apenas é alocado a uma categoria); a exaustividade (todos os eventos possíveis são alocáveis a uma categoria) e a fiabilidade estatística (é possível alocar os eventos às categorias da classificação com base na informação disponível) (UNODC, 2015).

Trata-se de um Sistema aplicável às várias fases do processo no âmbito da justiça penal (participação/registo inicial, fase de inquérito, fase de julgamento e fase de reclusão/reinserção social), assim como aos dados recolhidos através de inquéritos de vitimização (UNODC, 2015).

Em março de 2015 as Nações Unidas aprovaram a ICCS, tendo ficado confirmada a UNODC como entidade responsável pela mesma, aprovando-se um plano de implementação a nível internacional, regional e nacional (UNODC, 2015).

Segundo a UNODC (2015), em termos dos critérios usados para estabelecer a classificação foi dada prioridade àqueles considerados relevantes do ponto de vista de políticas públicas, devendo a classificação fornecer informações que sejam facilmente entendíveis e usadas quando se desenvolvem políticas de prevenção e justiça criminal.

Assim, foram tidos especialmente em conta os seguintes quatro critérios: 1) Tipo de política pública em causa (ex.: proteção de direitos de propriedade ou proteção da saúde); 2) Alvo do evento (ex.: pessoa, objeto ou ambiente natural); 3) Severidade do ato (ex.: atos que conduzem à morte ou que causam dano); e 4) Meios através dos quais os atos são perpetrados (ex.: com violência ou com ameaça de violência).

Conforme indicado pela UNODC (2015), as categorias da ICCS captam e descrevem a natureza das ofensas criminais, mas existe um conjunto de variáveis essenciais para se identificar de forma completa os padrões relevantes para as políticas públicas e tendências do crime e para elaborar análises mais detalhadas e compreensivas. Assim, recomendam um conjunto mínimo de variáveis desagregadoras das ofensas criminais:

- Descrição do evento (grau de completude, tipo de arma usada, contexto situacional, localização geográfica, data e tempo, tipo de localização, motivo, relacionado com o cibercrime e entidade que reporta);
- Descrição da vítima (sexo, idade, nacionalidade, estatuto legal, estado de intoxicação);
- Descrição do ofensor (sexo, idade, nacionalidade, relação vítima-ofensor, estatuto legal, estado de intoxicação, ofensor reincidente);

Conforme salientado pelo UNODC (2015), importa que a implementação das categorias de desagregação das variáveis adicionais propostas ocorra de forma harmonizada; trata-se de um conjunto de características relativas aos crimes, agressores e vítimas relevantes do ponto de vista das políticas públicas e apoiará uma análise comparativa entre os países ao nível dos padrões e tendências no âmbito da criminalidade violenta e seus fatores facilitadores e mitigadores. Refira-se que a ICCS comporta uma proposta de categorias de desagregação das variáveis acima referidas.

Salienta-se ainda, que no caso do homicídio intencional, a ICCS propõe três conjuntos adicionais de variáveis desagregadoras: um relacionado com o contexto situacional, outro com a relação vítima-agressor e um terceiro com o método utilizado para matar.

Esta atenção especial prestada ao homicídio intencional, e necessária para o seu estudo, é justificada pela gravidade deste crime, mas também pelo facto de esta ofensa constituir um dos indicadores mais mensuráveis e comparáveis para monitorizar as mortes violentas, sendo frequentemente utilizado como um indicador *proxy* para medir a criminalidade violenta e os níveis de segurança nos diversos países (UNODC, 2015).

De acordo com a UNODC (2014), a ICCS constitui uma abordagem a seguir pelos países, desagregando os dados de forma estandardizada, viabilizando a produção de indicadores relevantes para as políticas públicas, nomeadamente ao nível do homicídio.

4.1.2 CONSELHO DA EUROPA: PUBLICAÇÕES E CONVENÇÕES

Em 1996 o Conselho da Europa lançou o projeto do primeiro *European Sourcebook*, tendo estabelecido um comité para preparar um compêndio de dados sobre crime e sobre o Sistema de Justiça Criminal relativamente aos seus Estados-Membros.⁸⁰ A informação foi recolhida relativamente aos anos de 1990 a 1996, tendo originado a primeira publicação em 1999.

A segunda edição (2003) deste *European Sourcebook* foi patrocinada pela Suíça, Reino Unido e Holanda. Na terceira edição (2006) juntou-se a França a estes países patrocinadores.

A quarta edição abrangeu os anos de 2003 a 2007, tendo sido produzida sob a égide do Ministério da Justiça holandês, e a quinta edição refere-se ao período de 2007 a 2011 e foi disponibilizada em 2014 (Aebi et al., 2014).

Conforme consta do relatório relativo à última edição (a quinta), este documento, à semelhança das edições iniciais, foi preparado por um grupo de especialistas internacionais, os quais recentemente formaram uma entidade legal designada de “*European Sourcebook of Criminal Justice*”. Este grupo manteve a rede de correspondentes nacionais e coordenadores regionais que remetem os contributos dos vários países europeus (sendo que para Portugal o ponto de contacto é a Direção-Geral de Política de Justiça).

Estas últimas edições contemplam dados sobre os vários componentes dos sistemas de justiça criminal, bem como sobre inquéritos de vitimização realizados. No ponto 5.5.2 da presente tese são apresentados alguns dados extraídos desta fonte.

No que diz respeito à criminalidade violenta, ao nível do Conselho da Europa (CoE) encontra-se definido, através da Convenção Europeia relativa à indemnização de vítimas de infrações violentas (que entrou em vigor em Portugal em 2001) (CoE, 1983), que as vítimas da criminalidade violenta são as que sofreram danos corporais ou cuja saúde ficou afetada (de modo diretamente atribuível ao crime cometido de forma intencional), incluindo também esta definição as pessoas dependentes das vítimas que morreram em resultado de tal crime. Assim, este conceito de vítimas de infrações violentas fica ligado aos atos que trazem consequências para a vítima em termos de danos corporais ou de afetação da saúde e ainda às situações que resultam na morte da vítima.

⁸⁰ Fonte: Universidade de Lausanne (s.d.).

No contexto do CoE existem diversas outras Convenções com relevância para a temática da criminalidade violenta, que foram assinadas e ratificadas e que se encontram em vigor no ordenamento jurídico português, como sejam a: Convenção europeia para a prevenção da tortura e penas ou tratamentos degradantes ou desumanos (em vigor desde 1990); a Convenção relativa à luta contra o tráfico de seres humanos (em vigor desde junho de 2008); a Convenção para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais, conhecida como Convenção de Lanzarote (em vigor desde 2012); a Convenção para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica (em vigor desde agosto de 2014), e também conhecida como Convenção de Istambul; e a Convenção sobre a prevenção do terrorismo (em vigor desde dezembro de 2015).

Refira-se que, designadamente no caso da Convenção de Istambul consta na sua redação (no seu art.º 11.º) uma preocupação com a recolha e tratamento de dados, bem como com a análise/investigação. Para o efeito, a Convenção impõe, nomeadamente: a recolha de dados estatísticos desagregados relevantes, a intervalos regulares, sobre os casos relativos a todas as formas de violência cobertas pelo âmbito de aplicação da presente Convenção; estudar a sua frequência e as taxas de condenação; e efetuar sondagens baseadas na população, a intervalos regulares, a fim de avaliar a prevalência e tendências em todas as formas de violência cobertas pelo âmbito de aplicação da referida Convenção.

Saliente-se ainda que o CoE elabora regularmente as Estatísticas penais anuais, conhecidas como SPACE (*Statistiques Pénales Annuelles du Conseil de l'Europe*), que incluem dados sobre as prisões e as instituições penais desde 1983 (SPACE I) e dados sobre sanções e medidas não privativas de liberdade desde 1992 (SPACE II). No ponto 5.5.2 do próximo capítulo são apresentados alguns dados relativos a Portugal, de forma comparada com os restantes países analisados neste Relatório (SPACE).

4.1.3 UNIÃO EUROPEIA: EUROSTAT E PLANOS DE AÇÃO PARA A MEDIÇÃO DO CRIME

Ao nível da União Europeia (UE), é igualmente considerada como indispensável a disponibilização de estatísticas sobre crime e sobre a justiça criminal, de modo a desenvolverem-se políticas baseadas na evidência. Conforme constava do Plano de ação 2011-2015, relativo às estatísticas para a medição do crime na UE, apesar do reconhecimento da necessidade destas estatísticas para avaliar a implementação, eficácia e impacto das políticas

européias, existia ainda uma lacuna no domínio da comparabilidade de informação estatística (Comissão Europeia [CE], 2012a).

Segundo a mesma fonte, importa salientar que os tratados da UE são claros ao afirmar o papel particular da mesma na luta contra os crimes graves com dimensão transfronteiriça, como sejam o tráfico de seres humanos, terrorismo, exploração sexual de crianças e mulheres, tráfico de droga, tráfico de armas, branqueamento de capitais, corrupção, contrafação de meios de pagamento, cibercrime e crime organizado.

O referido Plano de Ação foi precedido de um outro, cuja vigência correspondeu ao período de 2006-2010, sendo a sua taxa de execução na ordem dos cinquenta por cento (situação decorrente de constrangimentos diversos, como sejam diferenças entre definições de crimes e sistemas de classificação entre os países, diferentes sistemas de contabilização dos crimes e deficiente coordenação a nível nacional que dificulta a disponibilização atempada de dados relativos a todas as fases do Sistema de Justiça Criminal, sob a forma de um conjunto de dados integrados) (CE, 2012a). Por outro lado, ficou reconhecida a existência de múltiplos pedidos de dados às organizações nacionais, em resposta a pedidos de organizações internacionais ou da UE, implicando um trabalho acrescido por parte destas entidades para dar resposta às várias solicitações, muitas vezes similares, com ligeiras variações.

É reconhecido que existe uma maior facilidade de obter dados mais robustos, comparáveis e de melhor qualidade relativamente às formas de crime “tradicionais”, em contraponto aos dados relacionados com a área do crime organizado transfronteiriço.

Acresce que estas últimas formas de crime estão mais relacionadas com as necessidades das políticas europeias, sendo que a recolha e comparabilidade de dados ao nível das formas tradicionais de crime sai fora da esfera de competência da UE (CE, 2012a).

Apesar dos constrangimentos encontrados na implementação do Plano de Ação de 2006-2010, aquando da elaboração do Plano seguinte, foram reconhecidos alguns progressos em termos da definição de indicadores na área do branqueamento de capitais, tráfico de seres humanos e cibercrime.

No âmbito deste Plano de Ação 2006-2010 foram estabelecidas as bases para a cooperação, através da criação de redes de trabalho de especialistas e pontos de contato nacionais. Também ficaram melhor identificadas as necessidades, lacunas e dificuldades em termos da recolha e a análise de dados criminais ao nível da UE (CE, 2012a).

Desde 2007, o Eurostat tem publicado estatísticas no âmbito do crime e da justiça criminal (total de crimes, homicídios, roubos, assalto a residência, furto de veículos motorizados, tráfico de droga, número de polícias e quantitativos sobre a população reclusa).

Uma outra conquista importante ao nível deste primeiro Plano de Ação consistiu no desenvolvimento de uma metodologia comum e de um inquérito sobre vitimização (CE, 2012a). Conforme referido anteriormente, as estatísticas provenientes das polícias e tribunais devem ser complementadas por estatísticas sobre vitimização, especialmente no domínio dos crimes cujos incidentes não são sempre reportados. Um inquérito de vitimização permite uma efetiva comparabilidade dos dados, desde que a metodologia aplicada seja comum (Comissão Europeia, 2012a). A implementação deste inquérito ficou prevista para 2013-2014, período abrangido pelo Plano de Ação 2011-2015.

Este projeto do Eurostat destinou-se a criar e adaptar um inquérito de vitimação para utilização na União Europeia, e conforme referido por Dijk (2013), previa-se que este inquérito (na sua fase final designado de Inquérito à Segurança: *Safety Survey* - SASU) fosse finalmente aplicado em 2013. Tal não sucedeu, uma vez que a proposta subjacente ao mesmo foi rejeitada pelo Parlamento Europeu em setembro de 2012.

Conforme explicado pelo mesmo autor, o relator da proposta de recusa de aplicação do SASU (de origem britânica) salientou que existiam dúvidas sobre o valor acrescido da sua implementação, tendo em conta os resultados dos inquéritos já conduzidos a nível nacional por vários Estados-Membros, e apontava ainda que o instrumento não seria totalmente estandardizado, uma vez que alguns países como a França e a Irlanda haviam recusado a inclusão de questões no domínio da violência doméstica e/ou do abuso sexual.

Assim, e de acordo com o relatório intercalar⁸¹ da execução do Plano de Ação 2011-2015 relativo às estatísticas para a medição do crime na UE, o referido inquérito de vitimização não foi implementado na sequência da votação negativa por parte do Parlamento Europeu (dezembro de 2012) face à proposta da Comissão Europeia (Comissão Europeia, 2014a). Apesar desta situação, e conforme consta deste Relatório, a Comissão continua a apoiar o princípio subjacente a este inquérito e encontrava-se a reavaliar possíveis opções/soluções.

Tal como referido por Dijk (2013), a única via possível para recolher dados estatísticos credíveis e comparáveis sobre prevalências e tendências na área criminal é através do recurso a um inquérito de vitimação estandardizado. Este autor acrescenta ainda que, na ausência de um

⁸¹ Que destaca o trabalho realizado até finais de 2013.

tal inquérito, as políticas criminais na União Europeia serão preparadas, conduzidas e avaliadas “às escuras”.

Os inquéritos de vitimação podem abarcar diversos aspetos relevantes para a política criminal, como sejam: a deteção e medição das “cifras negras”, a medição do sentimento de insegurança, a obtenção de informação acerca do(s) motivo(s) de (não) reporte das ocorrências criminais às autoridades, o recurso a entidades de apoio à vítima, perceções sobre medidas públicas de segurança e a satisfação com diversos atores do Sistema de Justiça Penal.

Mais recentemente, o Eurostat tem vindo a planear o desenvolvimento de um inquérito europeu no âmbito da violência de género e violência contra as mulheres. No âmbito deste processo, o Eurostat conta com a colaboração nomeadamente da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA), que em 2014 publicou os resultados do inquérito que desenvolveu e implementou nos vinte e oito países da União europeia no âmbito da violência contra as mulheres (FRA, 2017).

No âmbito da elaboração do terceiro Plano de Ação na área das estatísticas sobre crime e segurança, relativos aos anos de 2016-2020, prevê-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de recolha e reporte de dados, designadamente ao nível do processo anual conduzido pelo Eurostat no âmbito das estatísticas criminais e de justiça criminal (CE, 2016a). O alargamento do conjunto de crimes objeto de análise consta entre os objetivos (ex.: em 2016, outros módulos foram adicionados, como seja o relativo ao auxílio à imigração ilegal e tráfico de seres humanos, sendo que numa fase posterior se deveria alargar a outros crimes como o cibercrime e o branqueamento de capitais).

Atualmente, a recolha de dados no âmbito do crime e da justiça criminal é realizada junto dos Estados-Membros através de uma operação conjunta Eurostat-UNODC, que se encontra alinhada com a ICCS, sendo recolhidos dados ao nível do homicídio intencional (na forma consumada ou tentada), ofensa à integridade física, rapto, violência sexual, violação, ofensa sexual, roubo, assalto, assalto a residência privada, furto, furto de veículo motorizado terrestre e atos ilegais envolvendo drogas ou precursores (União Europeia [UE], 2017).

Importa referir que, atualmente, os dados publicados pelo Eurostat sobre os crimes registados já se encontram de acordo com a ICCS (UE, 2017).

Se pretendermos focar a atenção na forma como o Eurostat tem definido a criminalidade violenta, importa referir que o alinhamento dos procedimentos com a ICCS teve implicações a este nível.

Até 2014, o Eurostat publicava dados no domínio do crime violento, cuja definição abrangia três categorias: ofensa à integridade física, roubo e ofensas sexuais (*incluindo violação e agressão sexual*), sendo o homicídio tratado à parte (Clarke, 2013).

Com o alinhamento efetuado com a ICCS, os dados relativos à definição então usada de criminalidade violenta deixaram de ser publicados nos referidos moldes (sendo que os últimos disponíveis datam de 2012). Não obstante, são igualmente publicados dados sobre alguns crimes em particular, como sejam o homicídio, o roubo ou a violação (Clarke, 2015).

Conforme referido pela CE (2016a), pretende-se que as estatísticas no âmbito do crime e da justiça criminal foquem particularmente a criminalidade violenta e organizada e se promova a utilização da nova classificação internacional do crime (ICCS), nomeadamente no que diz respeito às variáveis desagregadoras adicionais.

4.2 COMPARAÇÃO ENTRE ESTATÍSTICAS CRIMINAIS E INQUÉRITOS DE VITIMAÇÃO

Os dados estatísticos da criminalidade reportada às polícias, para além de representarem apenas a “ponta do icebergue” do crime real, são fortemente afetados pelas políticas de registo e pelas práticas da polícia (Dijk, 2009). Por outro lado, os inquéritos de vitimização, que representaram um pilar fundamental na melhoria da informação estatística sobre o crime, também possuem diversas limitações.

Desde logo, e conforme apontam Almeida e Alão (1996), os inquéritos de vitimização apenas podem fornecer informação acerca dos crimes inquiridos e não da criminalidade em geral.

Por outro lado, para que os resultados destes inquéritos possam ser representativos a nível nacional, a dimensão da amostra requerida é geralmente de grande dimensão, o que acarreta elevados custos.

Outras das limitações existentes prendem-se, nomeadamente, com o facto de que mesmo através desta metodologia alguns participantes podem não revelar as suas experiências de vitimização (ex.: situações mais sensíveis relacionadas com violência sexual); a precisão dos

dados obtidos depende também da capacidade dos participantes recordarem as experiências passadas de vitimação; e para se poder obter estimativas representativas relativamente a crimes com baixa prevalência a dimensão da amostra requerida é mais elevada (ONU, 2010).

No mesmo sentido, Dijk (2009) indica que os inquéritos de vitimização efetuados nas residências omitem os menores, empresas, turistas ou outros não residentes; os homicídios não podem ser medidos, se não perguntando aos familiares. O autor também refere que, devido a amostras de reduzida dimensão, inviabiliza-se a medição de crimes menos frequentes e mais graves, como sejam a ofensa à integridade grave ou a violação; e apresentam capacidade reduzida de produzir estimativas no âmbito de crimes mais complexos ou “sem vítima(s)”, como seja o tráfico de droga ou a corrupção. Acresce que existem falhas de memória dos respondentes, o efeito de telescópio⁸², falhas nos desenhos amostrais e não respostas e ainda que estes instrumentos estão sujeitos ao erro estatístico. Estes instrumentos possuem eles próprios as suas “cifras negras” (Dijk, 2009).

Por outro lado, os inquéritos de vitimização têm mais dificuldade em medir corretamente vitimizações múltiplas ou seriais, especialmente cometidas no contexto de relação de intimidade. Diversos estudos têm apontado a tendência de subestimar a prevalência de violência no contexto doméstico (Lynch & Addington, 2007).

Existem diversas questões metodológicas a ter em conta num inquérito de vitimação, tais como a definição do período de referência a utilizar nas questões sobre as experiências de vitimação (ex.: último ano, últimos cinco anos), como são tratadas as situações de vitimação múltipla e revitimização, e ainda qual o(s) método(s) de recolha de dados a utilizar (ex.: entrevista face a face, por telefone, assistida por computador).

Tendo em conta preocupações designadamente em termos de eficiência, Delort (2010) referia que se deveria explorar, num futuro imediato, as potencialidades da internet para aplicação de inquéritos de vitimação.

A par dos inquéritos de vitimização “generalistas” em alguns países/regiões, optou-se pela realização de inquéritos específicos como sejam os relativos à violência escolar (ex.: Catalunha) ou à violência de género (ex.: França).

⁸² Considerar que um evento ocorreu há menos tempo do que o efetivamente verificado (efeito telescópio posterior) ou considerar que um evento ocorreu há mais tempo do que o verificado (efeito telescópio anterior) (Gaskell, Wright, & O’Muircheartaigh, 2000).

Conforme refere Delort (2010), os inquéritos de vitimação não são destinados a substituir as estatísticas policiais, mas sim a complementá-las, sendo que as informações fornecidas por estas duas vias são diferentes, facto que importa ressaltar.

Procurar uma forma de medir o crime real é como procurar o “santo graal”, todas as fontes de informação estatística sobre o crime refletem construções sociais no âmbito dos fenómenos em estudo (Dijk, 2009).

Segundo Dijk (2009), as estatísticas policiais permitem obter a visão oficial do problema do crime e os inquéritos de vitimização permitem obter a visão sobre o problema do crime, tal como amostras de cidadãos comuns assim o percebem e memorizam.

Robert e Zauberman (2009) mencionam a realização de estudos de análise comparada entre estatísticas oficiais do crime e dados provenientes de inquéritos de vitimização que foram realizados por um grupo de especialistas, no âmbito de uma iniciativa designada de *Assessing Deviance, Crime and Prevention in Europe* (CRIMPREV). No contexto desta iniciativa, financiada pela Comissão Europeia⁸³, foi produzido um conjunto de informação relevante e que funciona de interface entre o meio académico e as políticas públicas.

Com base nesse estudo, Dijk (2009) indica que, ao contrário do verificado nos EUA, a maioria dos relatórios europeus em matéria de inquéritos de vitimização abstêm-se de apresentar estimativas dos números absolutos dos crimes, apresentando geralmente taxas de prevalência e de incidência da vitimização por 100 mil habitantes como os dados mais importantes. Segundo este autor, a comparação entre estatísticas oficiais e inquéritos de vitimização são mais dificultadas na Europa, uma vez, frequentemente as estatísticas policiais são estandardizadas de forma menos rigorosa do que nos EUA. Acrescenta ainda que, em Inglaterra e no País de Gales, o sistema de reporte uniformizado do crime só havia sido introduzido recentemente.

Dijk (2009) salienta que, mesmo nos EUA, os investigadores consideram que esta comparação constitui um desafio desanimador, pelo que na Europa pode ser considerado como “missão impossível”, sendo que estudos recentes nos EUA têm utilizado séries temporais (com estimativas de mudanças) ao invés de estimativas do número de crimes.

⁸³ Esta iniciativa foi da responsabilidade do Centro Francês para a investigação sociológica no âmbito do direito e das respostas penais (CESDIP), de um professor da Universidade central de Barcelona, do Fórum Europeu para a Segurança Urbana (EFUS) e de uma organização regional italiana que coordena programas locais de segurança (Città Sicure). Os resultados no âmbito da análise comparada acima referida foram incorporados num relatório final da autoria de Van Dijk (2009).

Apesar da escassez de análises comparadas na Europa, Dijk (2009) refere a existência de um trabalho inovador na Alemanha (elaborado por Oberwitter, em 2003) de análise multinível de risco diferencial de vitimização de grupos populacionais, com base nas estatísticas policiais ou outras estatísticas criminais agregadas como informação contextual.

No âmbito da análise efetuada, Dijk (2009) refere que, com base nos relatórios produzidos por países como a França, Holanda, Reino Unido e Suíça relativamente à convergência (ou não) das estimativas com base nas duas fontes (policiais e inquéritos de vitimização), verificou-se que, para quase todos os crimes, as respetivas estimativas de acordo com os inquéritos de vitimização são significativamente mais elevadas do que os crimes registados pelas polícias, o que vem confirmar empiricamente o pressuposto criminológico tradicional relativo à existência de elevadas cifras negras.

Acresce que, mesmo comparando as estimativas de crimes reportados pelas vítimas à polícia (segundo as respostas fornecidas no âmbito dos inquéritos de vitimização) com as estatísticas policiais efetivas, se verifica que as primeiras são consistentemente e significativamente mais elevadas que as segundas, sugerindo este facto a existência de uma elevada discricionariedade nas práticas de registo do crime por parte das polícias, independentemente dos sistemas legais e das instruções existentes, relativamente ao registo formal das participações dos cidadãos (Dijk, 2009).

Dijk (2009) aponta que os estudos realizados na Alemanha têm demonstrado que as comparações dos crimes (entre estatísticas policiais e inquéritos de vitimização) são menos divergentes para crimes graves contra a propriedade (como seja o furto de automóveis ou assalto a residências) do que para crimes que envolvem violência.

De acordo com o estudo efetuado, Dijk (2009) salienta que tanto nos EUA como na Europa as estatísticas oficiais do crime subestimam o verdadeiro volume de crimes ocorridos, o que pode dar uma maior margem de manipulação política das estatísticas policiais. Tal como este autor refere, com o conhecimento atual, será mais correto dizer que as estatísticas policiais e os inquéritos de vitimização medem diferentes tipos de criminalidade e podem complementar-se entre si, devendo no entanto deixar de serem considerados como medidas concorrentes do mesmo fenómeno.

Em todos os países analisados, os sistemas baseados nas estatísticas policiais parecem ser melhores para a medição dos crimes violentos como seja o homicídio (Dijk, 2009). Nenhum dos dois sistemas parece adequado para facultar estimativas credíveis de atos de violência no

contexto doméstico, e para a medição neste domínio, surgem como necessários estudos que utilizem formas específicas de recolha de dados, incluindo questões sobre comportamentos concretos (Johnson, Ollus & Nevala, 2008).

Dijk (2009) indica que as estatísticas policiais na Europa são altamente sensíveis a mudanças nas políticas e práticas de registo por parte das polícias; por outro lado, ao longo das últimas duas décadas, a medição do crime por parte da polícia tem melhorado, enquanto as medições baseadas em inquéritos de vitimação têm permanecido sensivelmente no mesmo nível.

As estatísticas policiais, apesar de essenciais para a medição dos homicídios e de outros crimes sérios e raros, são indicadores não fiáveis do volume de crimes e suas tendências (Dijk, 2009).

Um outro aspeto interessante nesta análise refere-se àquilo que Dijk (2009) designa de “inércia institucional”, que resulta do facto de que o Sistema de Justiça Criminal, tendo em conta os orçamentos existentes e meios organizacionais, consegue responder adequadamente a apenas um determinado número de crimes por ano. A sobrecarga do sistema conduz a um controlo da entrada de novos casos. Sob pressão processual, os magistrados tenderão a dar menos atenção às situações menos graves e, nessa sequência, as polícias ficarão menos pró-ativas na deteção de tais crimes e darão menor atenção às participações dos cidadãos nestes casos. Este registo seletivo por parte da polícia rapidamente será percecionado pela população, que rapidamente deixará de considerar que “vale a pena” reportar tais crimes (ex.: pequenos furtos e ofensas à integridade física simples), aumentando deste modo também na população o limiar para a participação de crimes à polícia.

O crime é registado pelo sistema na medida em que os recursos existentes o permitem (Dijk & Steinmetz, 1980, e Dijk, 2007, citados por Dijk, 2009). Nesta perspetiva teórica, as estatísticas policiais devem ser primeiramente encaradas como um indicador da capacidade do sistema nacional (polícias, Ministério Público e Tribunais). Uma vez que os meios do Sistema de Justiça Criminal são geralmente escassos e determinados por outros fatores que não o volume de crimes, como seja a receita de impostos, a relação entre os crimes registados pela polícia e o nível de crime existente será sempre ténue.

Em anos em que há um aumento do número de crimes reportados às polícias, o sistema tende a “entupir”, fazendo com que as vítimas tenham que esperar mais tempo no âmbito dos processos e aumentando o limiar de registo por parte das polícias. Na sequência desta situação, as vítimas sentir-se-ão desencorajadas para reportar crimes à polícia, o que pode originar uma posterior diminuição do número de crimes reportados. Em contraponto, em

anos que existe uma diminuição do número de crimes reportados, passam a existir recursos humanos mais disponíveis para outras atividades, o que pode conduzir a uma aumento de crimes reportados em certas categorias, convidando mais vítimas a reportarem tais crimes. A título de exemplo, Dijk (2009) indica que nos EUA, e de modo mais recente em França, Inglaterra e País de Gales, Holanda e Suíça, uma diminuição significativa de várias formas de crime nos últimos 10-20 anos parece ter libertado recursos que entretanto foram usados para outros propósitos. Esta situação parece ter convidado à adoção de nova legislação ou definição de prioridades, nomeadamente diversas formas de crime violento no espaço público e privado. Este facto parece ter causado um aumento em alguns crimes registados, como seja, por exemplo, o crime violento em Inglaterra e País de Gales, na Holanda e na Suíça.

Segundo o mesmo autor, esta dinâmica político-burocrática ajuda a explicar as discrepâncias observadas entre as estatísticas policiais e os inquéritos de vitimação (ex.: a descida acentuada dos crimes nos inquéritos verificada nos últimos anos não é completamente refletida nas estatísticas policiais de muitos países; e em alguns crimes surgem aumentos repentinos (*booms*) nos crimes violentos, que podem na realidade não ter ocorrido).

Apesar destas limitações, sustenta-se aqui que nenhuma das formas de medição ou a sua conjugação permite avaliar a magnitude real exata de um fenómeno, mas poderá contribuir para uma análise de eventuais tendências relativas a esse fenómeno, caso contrário, a utilidade de ambas as fontes para efeitos de (re)definição das políticas públicas seria diminuta.

A “conjugação” das duas fontes de informação permitirá, por exemplo, sustentar de alguma forma uma análise sobre se determinado fenómeno criminal estará a aumentar ou diminuir. Se a criminalidade registada aumenta, mas os dados dos inquéritos de vitimação indicam uma diminuição, então será mais fácil sustentar interpretações que denotam um impacto positivo das intervenções (da polícia, de outros atores do Sistema de Justiça Penal, de campanhas de sensibilização, de alterações legislativas ou outras).

O Quadro 5 tenta espelhar as possíveis linhas de interpretação de acordo com as tendências verificadas em inquéritos de vitimação e na criminalidade registada, para um mesmo período de tempo (y) e para um mesmo crime (x).

<i>Criminalidade reportada</i> Tendência verificada no número de participações criminais (crime x)	<i>Inquéritos de vitimação</i> Tendência verificada em termos de taxa de vitimação (crime x)		
	Manutenção	Aumento	Diminuição
Manutenção	Sem impacto	Impacto negativo	Impacto positivo
Aumento	Impacto positivo	Sem impacto	
Diminuição	Impacto negativo		Sem impacto

Quadro 5: Tipo de impacto das intervenções segundo as tendências verificadas em termos do número de participações criminais e da taxa de vitimação

Salienta-se que as linhas interpretativas constantes no Quadro 5 são apenas possibilidades que devem ser enquadradas com as várias limitações apontadas neste ponto relativamente à comparabilidade dos dados provenientes das duas fontes de informação.

4.3 QUESTÕES TÉCNICAS AO NÍVEL DA ANÁLISE DA TAXA DE PREVALÊNCIA E TAXA DE VITIMIZAÇÃO

Lauritsen e Rezey (2013) referem que, tipicamente, a taxa de vitimação é superior à taxa de incidentes criminais, uma vez que mais do que uma pessoa pode ser vitimizada num mesmo incidente criminal (ex.: um roubo pode ter duas vítimas e, em termos de incidente, será apenas contado um).

Segundo estas autoras, quando o propósito da taxa a considerar é contabilizar o nível de criminalidade que afeta as pessoas de uma população, as taxas de vitimização são as mais indicadas, em detrimento de uma taxa de incidentes.

Nesta lógica, a taxa de prevalência também descreve o nível de vitimização, mas é baseado no número de pessoas (ou famílias) que na população experienciaram pelo menos um episódio de vitimação num determinado período de tempo. O fator distintivo entre uma taxa de vitimação e a taxa de prevalência reside no numerador, que reflete o número de vitimizações ou o número de vítimas, respetivamente. Estas taxas fornecem uma estimativa do risco de se ser alvo de um crime num dado período temporal.

Para os crimes que afetam as pessoas, as taxas de prevalência são obtidas através do quociente entre o número de vítimas numa dada população e o número total de pessoas na população multiplicando por 1000 (Lauritsen & Rezey, 2013).

As taxas de prevalência não são facilmente comparáveis com as taxas de crimes reportados às polícias, porque a contabilização é feita com base no número de vítimas (únicas) e não no número de crimes.

Tradicionalmente os dados facultados no âmbito dos inquéritos de vitimização (como seja o utilizado nos EUA (“NCVS”) baseiam-se nas taxas de vitimização que medem a extensão com que tais experiências ocorrem na população num dado período de tempo (Lauritsen & Rezey, 2013). São assim estas taxas que, tipicamente, são “comparadas” com as estimativas de crimes ocorridos baseadas nos crimes reportados às polícias (complementando os dados disponíveis).

As taxas de vitimização podem ser usadas para avaliar as necessidades do Sistema de Justiça Criminal, na medida em que a ocorrência de um dado evento dá início a determinadas atividades no âmbito do processo criminal (ex.: investigação, detenções, acusações, condenações) (Lauritsen & Rezey, 2013). A taxa de prevalência pode assim ser usada para estimar o número de vítimas que carecerão do apoio dos serviços num determinado ano. Ambas as taxas ajudam a identificar o nível de crime e a distribuição do risco de ser-se alvo de violência na população.

Em resumo, e segundo a lógica apresentada, a taxa de incidentes criminais indica o número de crimes por 1000 habitantes (número de incidentes registados pelas polícias numa determinada população, por cada mil habitantes dessa população); a taxa de vitimação representa o número de situações de vitimação por cada mil habitantes; e a taxa de prevalência corresponde ao número vítimas por cada mil habitantes.

Quando as taxas de prevalência ou de vitimização são estimadas na mesma base (ex.: por mil habitantes) as tendências podem evidenciar alterações no número médio de incidentes por vítima ao longo do tempo ou a concentração de vitimizações por vítima (Lauritsen & Rezey, 2013). Tal concentração, ou seja, o número médio de incidentes por vítima, é estimada através do quociente entre o número de vitimizações e o número de vítimas, sendo que valores elevados são indicadores da extensão das situações de revitimização.

Taxa de vitimização	Taxa de incidentes criminais ⁸⁴
$= \frac{\text{N.º de vitimizações}}{\text{N.º de pessoas}} \times 1000$	$= \frac{\text{N.º de incidentes}}{\text{N.º de pessoas}} \times 1000$
Taxa de prevalência	Concentração (Média de vitimizações por vítimas)
$= \frac{\text{N.º de vítimas}}{\text{N.º de pessoas}} \times 1000$	$= \frac{\text{N.º de vitimizações}}{\text{N.º de vítimas}}$ <p>Sendo que quando situações de revitimização são identificadas, a percentagem de vitimização considerada para estas vítimas pode ser estimada usando a seguinte fórmula:</p> <p>[V-(Y-P)/V x 100], em que</p> <p>V= taxa de vitimização por cada 1000 pessoas</p> <p>Y= proporção de vítimas com apenas uma situação de vitimização</p> <p>P = taxa de prevalência por cada mil pessoas</p>

Quadro 6: Taxas usadas para medição do crime/vitimização.

Fonte: Adaptado de Lauritsen e Rezey (2013)

De acordo com as referidas autoras, a taxa de vitimização e a taxa de prevalência fornecem informações acerca do nível de crime e de risco face ao crime, e utilizando ambas obtém-se uma informação mais completa acerca das alterações na taxa de crimes ao longo do tempo. Por exemplo, a taxa de crimes pode aumentar devido a mais vítimas ou mais vitimizações por vítima, ou devido às duas situações. Se a taxa de criminalidade aumenta porque há mais vitimizações por vítima, o risco de uma pessoa ser vítima de crime não se altera, mas o risco de sofrer revitimização, se for vítima, aumenta.

Conforme indicam Lauritsen e Rezey (2013), uma parte considerável da vitimização que ocorre tipicamente num determinado ano afeta um pequeno número de vítimas “repetidas”, o que significa que identificar tais vítimas representa uma oportunidade única para reduzir a taxa de criminalidade, focando assim a atenção naquele grupo de pessoas que sofre experiências de vitimização de forma desproporcionada.

Estas autoras sublinham, contudo, que quando as pessoas forem novamente alvo de um determinado fenómeno criminal específico, focar a atenção (intervenção) nestas vítimas pode resultar numa diminuição do crime apenas nesse contexto e não em termos gerais (para todos os crimes, características e graus de severidade criminal). O potencial resultado dos esforços realizados para diminuir as situações de revitimização serão apenas conhecidos se as taxas de

⁸⁴ A fórmula para esta taxa não é explicitamente apresentada por Lauritsen e Rezey (2013), contudo acrescentou-se, de modo a completar a leitura sobre os diferentes tipos de taxa usados neste âmbito da medição do crime/vitimização.

prevalência e de vitimização forem distinguíveis. Por exemplo, algumas formas de revitimização, como sejam o furto a residências, tendem a ocorrer num intervalo de tempo curto face à vitimização inicial, pelo que se for possível analisar os padrões de recorrências através das taxas de prevalência, os esforços podem ser dirigidos para a redução da revitimização junto das casas que mais recentemente foram objeto de furto, ao invés de se adotarem estratégias que abranjam residências de forma mais abrangente.

De acordo com as mesmas autoras, o NCVS utilizado nos EUA mede crimes violentos como a violação, ofensas sexuais, o roubo, ofensas à integridade físicas agravadas e simples, incluindo tanto os crimes consumados como aqueles na forma tentada. Estes autores indicam que, entre 1993 e 2010, a taxa de vitimação no âmbito destes crimes violentos diminuiu 76% (de 79,8 para 19,3 por mil habitantes, de 12 ou mais anos, em 2010), que a taxa de prevalência para os crimes violentos também diminuiu 63% (de 29,3 para 10,8 por mil habitantes); e uma vez que a diminuição na taxa de vitimização foi superior à diminuição verificada na taxa de prevalência, o número médio de vitimizações por vítima também diminuiu (2,7 para 1,8 vitimizações por vítima). Em 1993, 6,2 milhões de vítimas experimentaram 16,8 milhões de vitimizações, enquanto em 2010, 2,8 milhões de vítimas sofreram 4,9 milhões de vitimizações.

Por outro lado, esta análise viabilizada por Lauritsen e Rezey (2013) salienta que a distribuição da vitimização violenta reportada no NCVS é enviesada, uma vez que a maioria das pessoas não sofreu vitimizações e a maioria das vítimas relatou apenas uma vitimização durante o ano. Em 1993, dos 2,9% da população que sofreu pelo menos uma vitimização violenta, aproximadamente 77% relataram que foram vitimados uma vez, o que aumentou para 83% em 2010, ano em que 1,1% da população sofreu pelo menos uma vitimização violenta.

Cerca de 23% das vítimas de crimes violentos em 1993 e 17% em 2010 sofreram repetidas vitimizações. Assim, durante esse período, tanto a percentagem da população vitimada quanto a percentagem das vitimadas repetidamente diminuíram.

Nesta linha de análise, os autores salientam que, devido a este desvio na distribuição da vitimização violenta, tanto a categoria modal em termos estatísticos (uma vitimização durante o ano) como a média, devem ser consideradas como estimativas estatísticas do risco de repetição da vitimização. Assim, não é totalmente correto afirmar-se que, em 2010, a vítima típica de crime violento sofreu 1,8 vitimizações por ano, uma vez que 83% das vítimas sofreram apenas uma vitimização nesse período. De forma mais precisa, a maioria das vítimas

de crimes violentos num determinado ano sofreu uma vitimização, e uma pequena percentagem das vítimas relatou repetidas vitimizações.

Este exercício de análise, efetuado com base nos dados do NCVS, permite concluir da importância de uma análise mais detalhada ao nível das taxas de vitimização, de prevalência e da revitimização, de modo a obter-se uma leitura mais completa da realidade e orientadora das intervenções e políticas públicas. Se ambas as taxas (vitimação e de prevalência) diminuíram no período indicado, mas em magnitudes diferentes, sendo que neste caso a descida foi mais acentuada na taxa de prevalência, tal significará que foi mais “fácil” diminuir situações de revitimização do que diminuir o “surgimento” de novas vítimas. Por outro lado, importa analisar a média de vitimizações por vítima, tendo em conta a distribuição da frequência de vitimação nas vítimas, de modo a obter uma leitura mais correta da realidade.

Complementarmente, refira-se que quando se pretende efetuar uma análise comparada das incidências territoriais dos crimes registados pelas polícias, utiliza-se geralmente a relação entre o número de crimes registados e a população residente em cada distrito/região (Ferreira, 1998). Apesar das mais-valias apresentadas por esta metodologia, esta não está isenta de críticas e, como refere Ferreira (1998), as duas principais residem no facto de que os distritos/regiões não apresentam características geográficas (e na maioria das vezes também económicas, sociais e culturais) homogéneas, o que retira alguma validade às comparações; e por outro lado, este tipo de taxa baseia-se na população recenseada como residindo naquele local, o que não corresponde necessariamente à população que efetivamente ocupa ou usa o espaço temporariamente (ex.: pessoas que trabalham e residem em diferentes concelhos/locais e turistas).

Deste modo, ao se usarem e analisarem as taxas de incidência criminal por x habitantes residentes, importa ter em mente este tipo de situações e ter alguns cuidados acrescidos nas conclusões comparativas a extrair.

4.4 A MEDIÇÃO DA SEVERIDADE CRIMINAL

De acordo com Rossi et al. (1974), cit. por Y. Kwan, IP & P. Kwan, 2000), a severidade criminal é entendida como um conceito “primitivo” em relação ao qual existe consenso entre investigadores e participantes (nas investigações), partilhando o mesmo entendimento, não sendo assim necessário nenhuma definição formal.

Y. Kwan, IP e P. Kwan (2000) referem que têm existido sugestões de que a severidade criminal pode ser considerada um atributo objetivo e que, por esse motivo, pode ser alcançada através das penas máximas previstas para cada crime.

Por outro lado, Black (1979, cit. por Y. Kwan, IP & P. Kwan, 2000) refere que a severidade criminal não é um atributo objetivo, sendo subjetivamente percecionada pelos cidadãos, considerando que os esforços devem ser realizados no sentido de encontrar as diferenças entre as penas previstas legalmente e a severidade percecionada subjetivamente.

Francis, Southill e Humphreys (2005) referem que, em termos da avaliação da severidade criminal, existem essencialmente três pontos de vista: o público, o oficial e o privado, os quais interagem, mas que analiticamente são distinguíveis. O ponto de vista privado corresponde ao que efetivamente as pessoas pensam acerca da severidade de um dado crime e que pode ser dificilmente acedido se as pessoas não disserem exatamente aquilo que pensam (ex.: uma pessoa pode considerar que o assalto a uma residência é mais grave que uma violação, mas reconhecendo que a sua visão se afasta na norma geral, poderá não expressar tal opinião). Há cerca de um século atrás, os crimes contra a propriedade eram considerados oficialmente mais graves do que os crimes contra as pessoas e opiniões que fossem nesse sentido seriam mais facilmente expressas. Esta questão permite salientar o facto de que a noção de severidade varia consoante o tempo e o lugar.

Estes autores indicam que, geralmente, o interesse dos estudos realizados debruça-se sobre o ponto de vista público e/ou sobre o oficial. O primeiro ponto de vista consiste naquilo que as pessoas (público em geral) percecionam em termos da gravidade dos crimes e o segundo consiste na ação e/ou visão dos profissionais (ex.: legisladores, juízes, magistrados e polícias). É altamente provável que estas duas visões tenham pontos coincidentes mas também divergentes, especialmente nas “margens” e também não se deve tomar como garantido que a visão entre os profissionais seja mais consensual do que a visão entre os membros do “público”.

A opinião do público quanto à severidade criminal tende a ser mais volátil e influenciada pelas preocupações que surgem nos *media* do que a visão dos tribunais. Em contraponto, a auscultação do público pode refletir variados interesses com implicações na avaliação da severidade (ex.: pessoas com registo criminal prévio). Outros fatores que os autores apontam como sendo fragilidades à medição da severidade com base na opinião pública referem-se ao facto de que o conhecimento geral para diferenciar alguns tipos de crime é mais reduzido e

que os instrumentos geralmente adotados (ex.: inquéritos) captam percepções/attitudes e não tanto ações ou comportamentos. Por outro lado, a aplicação de inquéritos a uma amostra populacional reveste-se consumidora de mais tempo, mais dispendiosa e carece de um planeamento mais cuidado (Francis, Southill & Humphreys, 2005).

De acordo com Newman (1976, cit. por Y. Kwan, IP & P. Kwan, 2000), a percepção da severidade criminal é um fenómeno complexo que se baseia em alguns atributos do crime como seja o dano causado à vítima e a intencionalidade do agressor e nos atributos socioeconómicos de quem avalia a severidade dos crimes.

Os primeiros estudos que se debruçaram sobre a severidade criminal foram conduzidos nos anos sessenta do século passado por Sellin e Wolfgang e, mais tarde, em 1980, medidas sobre a severidade criminal foram desenvolvidas no âmbito do *National Survey of Crime Severity* (Wolfgang, Figlio, Tracy & Singer, 1985) e no âmbito do *British Crime Survey* (Peease, 1988, cit. por Y. Kwan, IP & P. Kwan, 2000).

Y. Kwan, IP e P. Kwan (2000) referem que os inquéritos sobre a severidade criminal assentam essencialmente em duas abordagens para descrever os crimes: através do recurso a vinhetas e através do recurso às tipologias criminais. Acrescentam que, quando são usadas vinhetas, a forma como os crimes são descritos influencia certamente a avaliação realizada, existindo diversos estudos que apontam nesse sentido.

No estudo de Sellin e Wolfgang de 1964 (cit. por Wolfgang et al., 1985) eram apresentados 141 cenários (“vinhetas”) de eventos criminais diferentes (extraídos dos registos policiais) a estudantes, juizes (tribunais de família e menores) e polícias. Os respondentes tinham de graduar a magnitude da severidade de cada ofensa relativamente a uma ofensa “*baseline*” (furto de bicicleta). Das pontuações obtidas foram estimadas ponderações para cada crime.

Y. Kwan, IP e P. Kwan (2000) indicam que existem diferenças claras em termos da severidade criminal de acordo com diferentes descrições de elementos específicos. Reportando-se ao estudo de Sellin e Wolfgang, forneceram o exemplo de que a severidade atribuída ao dano corporal varia consoante a forma como este é descrito (ex.: ferimentos ligeiros, necessidade de receber tratamento médico, necessidade de hospitalização).

Hansel (1987, cit. por Y. Kwan, IP & P. Kwan, 2000) utilizou a outra abordagem, das tipologias criminais, e verificou que em relação à severidade criminal existia um grande consenso entre os participantes no seu estudo quanto aos nove crimes analisados. Parto et al.

(1991, cit. por Y. Kwan, IP & P. Kwan, 2000) também verificaram que a variância na avaliação da severidade criminal de tipologias criminais era reduzida e concluíram que existia um consenso normativo.

Y. Kwan, IP e P. Kwan (2000) indicam que a tipologia criminal é um termo composto que envolve diferentes níveis de alguns elementos específicos e a severidade criminal será construída a partir das pontuações dos elementos específicos contidos nas vinhetas.

No estudo de Y. Kwan, IP e P. Kwan (2000) procurou-se desenvolver uma medida para avaliar a severidade criminal percebida e construir um índice ponderado do crime em Hong Kong. Recorreram às tipologias criminais, uma vez que estas são utilizadas nas estatísticas oficiais, sendo assim uma das principais fontes de dados oficiais. A escolha pelas tipologias criminais também se deveu ao facto de considerarem que existe um consenso normativo acerca da severidade das tipologias criminais e ao facto de Hong Kong ser densamente povoada com meios de comunicação social eficientes (o que contribuirá para a existência de um consenso em torno de diversas opiniões e ações em termos sociais, económicos, financeiros e políticos, sendo de esperar que o mesmo ocorra em termos do consenso normativo acerca da severidade criminal).

Com base em 15 tipologias criminais (selecionadas com base na frequência de ocorrências e penas previstas), que representaram mais de 80% das ocorrências registadas entre 1976 e 1996, foi avaliada a severidade relativa.

Neste estudo, contrariamente a outros que recorreram ao método de estimação da magnitude (comparação dos diversos crimes face a um considerado *standard*), utilizou-se, na ótica destes autores, um método mais simples que não implica um treino específico dos participantes de modo a cumprir os pressupostos da estimação da magnitude. Assim, e com base na Lei de Thurstone do julgamento comparativo (Thurstone & Clave, 1929, cit. por Y. Kwan, IP & P. Kwan, 2000), especialmente útil na medição das avaliações subjetivas, a tarefa consiste em posicionar estímulos comparados num *continuum* psicológico. Aos participantes foram apresentados pares de tipologias criminais, sendo que para cada par tinham de apontar qual dos dois crimes o mais grave. Foram realizadas entrevistas telefónicas, tendo os entrevistadores sido instruídos para não fornecerem quaisquer informações adicionais detalhadas sobre as tipologias criminais apresentadas. Cada participante respondeu a dois conjuntos de 14 comparações de pares de crimes.

Com base nas respostas de 636 participantes, que completaram comparações emparelhadas em relação a dois crimes alvo, obteve-se um total de 200 respostas para cada tipo de comparação emparelhada. Pelo método de Thurstone, é considerada a proporção de vezes em que o crime *i* é julgado como mais grave que o crime *j*, sendo calculadas a partir daqui as pontuações para cada crime.

Os autores verificaram que o índice criado para determinar a severidade criminal se correlacionava com as penas máximas previstas para os 15 crimes, o que foi avaliado como uma das evidências da validade das pontuações desenvolvidas para os crimes em causa. Entre outras formas de validação consideradas refira-se a existência de poucas contradições entre as avaliações realizadas (ex.: “Direta”- indicar que o crime A é mais grave que o crime B e posteriormente afirmar o inverso; “triade circular”- indicar que o crime A é mais grave que o crime B, que o crime B é mais grave que o crime C e indicar que o crime C é mais grave que o crime A).

Comparando o índice criminal tradicional com o índice ponderado da severidade criminal foram detetadas diversas diferenças, sendo que através deste último os resultados obtidos eram mais positivos para Hong Kong: registou-se uma redução significativa do crime em 20 anos (utilizando o método tradicional, a redução obtida era bastante menos significativa).

Ramchand, MacDonald, Haviland e Morral (2009) apontam também a existência de diversos tipos de estudos realizados para graduar os vários tipos de crime de acordo com a sua severidade. Estes autores categorizam em três tipos os referidos estudos: aqueles relacionados com “*rankings*”, construídos através da perceção do público e dos profissionais; estudos relativos aos custos sociais e económicos do crime; e estudos que focam a “escalada” na “carreira criminal”.

No âmbito da primeira tipologia, encontra-se o já citado estudo pioneiro de Sellin e Wolfgang de 1964, sendo investigações que, segundo Ramchand et al. (2009), tendem a obter resultados indicativos da existência um elevado consenso na sociedade sobre a perceção da severidade dos crimes.

No contexto dos estudos sobre os custos sociais e económicos do crime, procura-se medir os custos para as vítimas e para a sociedade, efetuando-se cálculos com base em relatórios sobre as vítimas, avaliação de um júri ou em estimativas de quanto se está disposto a pagar para financiar programas de controlo de determinados crimes.

Finalmente, em termos dos estudos sobre a escalada no domínio da “carreira criminal”, não se trata cada crime como um evento independente (à semelhança das abordagens anteriores), colocando-se, antes, o foco no processo de desenvolvimento que ocorre ao longo do tempo. Procura-se fornecer uma medida da severidade criminal baseada no comportamento do ofensor (na sua carreira criminal), sendo que, geralmente, existe uma escalada dos crimes menos graves para os mais graves. A severidade criminal é assim vista através de um processo de desenvolvimento progressivo.

Liu, Francis e Soothill (2011) referem a existência de outras metodologias utilizadas para avaliar a severidade criminal. Fornecem o exemplo das escalas de severidade desenvolvidas para auxiliar os juizes na determinação da sentença (ex.: Estado da Florida). Estas escalas são construídas com base em pareceres/avaliação de peritos/*experts*. As pontuações fornecidas pela escala (que variam consoante se trate da ofensa principal, ofensa adicional ou de uma ofensa já alvo de condenação prévia) e que têm também em conta outros fatores como os danos/prejuízos causados na/à vítima, utilização de arma de fogo e cometimento prévio de crime grave, são usadas para produzir uma orientação/recomendação global da sentença. Esta orientação sobre a sentença a aplicar pode então ser seguida pelo juiz, no entanto, este pode igualmente decidir por atenuar ou agravar a referida sentença.

A outra metodologia, mencionada por Liu, Francis e Soothill (2011) como sendo menos comum, reporta-se à estimação de escalas de severidade criminal com base em dados dos tribunais (ex.: com base na duração das sentenças de prisão proferidas). Referem o trabalho de Thus, Carrington et al., de 2005, em que foi utilizada uma medida de severidade criminal desenvolvida pelo Centro para as Estatísticas de Justiça do Canadá.

No índice de severidade criminal usado no Canadá, os pesos atribuídos a cada crime representam, em média, a quanto tempo de prisão seria uma pessoa condenada se fosse considerada culpada e condenada por aquele tipo de crime registado (Babyak, Alavi, Collins, Halladay & Tapper, 2009).

A importância da utilização deste tipo de índice de severidade criminal relaciona-se com a necessidade de ultrapassar a limitação existente relativamente à taxa tradicional de crimes. Esta pode ser afetada facilmente por flutuações nos quantitativos de crimes menos graves, muitos deles os mais comuns, indicando um aumento ou diminuição da criminalidade em geral, contudo, os quantitativos dos crimes graves podem ter variado de forma oposta (Perreault, 2013).

Assim, realizar-se um somatório simples dos crimes registados não serve os propósitos de uma análise mais profunda sobre a natureza e evolução da criminalidade registada. Este tipo de somatórios contempla crimes não violentos e crimes violentos, e entre estes contempla crimes com diferentes graus de severidade, colocando todos os crimes no mesmo nível de “importância”/ponderação.

De modo a exemplificar as ponderações utilizadas neste índice do Canadá, no Quadro 7 constam os dez crimes com valores mais elevados.

Crime	Ponderação
Homicídio (1.º e 2.º grau)	7,042
Homicídio por negligência	1,822
Tentativa de homicídio	1,411
Agressão sexual (nível 3)	1,047
Disparos intencionais com arma de fogo	988
Agressão sexual (nível 2)	678
Roubo	583
Ofensa à integridade física (nível 3)	405
Utilização de arma de fogo (no cometimento de um crime)	267
Agressão sexual (nível 1)	211

Quadro 7: Dez crimes/categorias com ponderação mais elevada no âmbito do índice de severidade criminal do Canadá

Fonte: Adaptado do Centro para as Estatísticas de Justiça do Canadá (2009).

No ponto 4.5.1 apresenta-se mais informação sobre a utilização oficial deste índice (e seus “derivados”) no Canadá.

No estudo de Francis, Southill e Humphreys (2005) a abordagem centrou-se nos dados dos tribunais, sendo testadas duas variantes da medição da severidade criminal: através de uma medida simples baseada na média das sentenças de prisão; e uma outra medida dimensionada com recurso a técnicas de análise de correspondências (que permitiu englobar as sentenças em que a pena aplicada não incluía prisão).

Várias revisões das estatísticas criminais, incluindo uma efetuada em 2011 a pedido do Conselho de Autoridade Estatística do Reino Unido, recomendaram o desenvolvimento de uma medida ponderada para avaliação do crime registado pelas polícias em Inglaterra e País de Gales. Nesse contexto, o Gabinete para as Estatísticas Nacionais (ONS - *Office for National Statistics*) desenvolveu o designado *Crime Severity Score*, um índice baseado na média das sentenças proferidas nos últimos 5 anos (ONS, 2016).

De modo a exemplificar as ponderações em que se baseia esta medida criada, apresentam-se, no Quadro 8, os dez crimes com valores mais elevados, de entre um total de 250.

Crime	Ponderação
Homicídio	7.973
Tentativa de homicídio	4.654
Destrução intencional do feto viável	3.776
Sodomia	3.413
Violação (<i>agrupando ambos os sexos e as várias idades</i>)	3.254
Posse de instrumentos que podem colocar em risco a vida	3.007
Assalto agravado a habitação/residência	2.289
Ofensa corporal grave	2.035
Agressão com a intenção de causar ofensa corporal grave	2.035
Conspiração para assassinar	2.024

Quadro 8: Dez crimes/categorias com ponderação mais elevada no âmbito do índice de severidade criminal de Inglaterra e País de Gales (Gabinete para as Estatísticas Nacionais).

Fonte: Adaptado de ONS (2018a).

Uma outra linha de investigação seguida em Inglaterra e País de Gales neste domínio é a proposta por alguns investigadores da Universidade de Cambridge: Sherman, Neyroud e Neyroud (2016).

Estes autores referem que apesar da severidade criminal sempre ter despertado grande interesse, e surgirem, após os primeiros trabalhos de Sellin e Wolfgang, estudos sobre os custos do crime como medidas proximais da severidade criminal, nenhuma das abordagens foi adotada pela polícia ou por outras agências para fins operacionais ou, salvo raras exceções, para fins estatísticos.

Segundo apontam, o interesse sobre este tema da severidade criminal (*crime harm*) foi recentemente renovado, para o que contribuiu a existência de: estudos que se debruçam continuamente sobre a questão, um clima de austeridade e cortes no orçamento no âmbito da justiça criminal e mudança dos padrões criminais, sendo necessário encontrar novas formas de priorizar os crimes; e uma ênfase renovada na importância da “redução de danos” por parte das entidades policiais/Sistema de Justiça Criminal.

Sherman, Neyroud e Neyroud (2016) propuseram a criação e utilização do designado *Crime Harm Index* (CHI), uma medida alternativa ao índice de severidade baseado nas sentenças proferidas, e que se baseia nas *guidelines* para as sentenças. Para estes autores, esta metodologia

torna-se mais viável de ser aplicada pela polícia e não é influenciada pelos fatores atenuantes ou agravantes tidos em conta na sentença relativamente ao ofensor (ex.: ser reincidente), focando-se essencialmente no crime em si.

Assim, um roubo cometido por um ofensor primário afetará tanto a segurança pública como um mesmo roubo cometido por ofensor reincidente (Sherman et al., 2016).

Por outro lado, os mesmos investigadores referem que a recolha e disponibilização de dados relativos às sentenças proferidas pode não ser viável de realizar em países cuja dimensão (e práticas de registo deste tipo de dados) dificultem este processo. Salientam também que as práticas sentenciais podem ser influenciadas pelas pressões veiculadas pelos *media* relativamente a alguns fenómenos criminais, o que poderá conduzir a flutuações ao nível das variações anuais no índice de severidade que serão pouco informativas da efetiva realidade.

Os autores apresentam assim esta metodologia como sendo mais adequada, face às restantes possíveis, salientando as suas vantagens de um ponto de vista de custo-benefício.

Conforme referem estes autores do CHI, o sistema Inglês e Galês no domínio das linhas orientadoras das sentenças⁸⁵ assenta em três níveis: o primeiro que reflete as ofensas básicas sem qualquer agravação ou mitigação; o segundo nível relativo às sentenças com alguma agravação; e o terceiro nível respeitante às manifestações mais graves da ofensa. Assim, e num primeiro momento, os juízes alocam a ofensa ao seu nível de gravidade, sem ter em conta os antecedentes criminais do ofensor, estes são apenas tidos em conta após o juiz decidir em que nível de gravidade situa a ofensa, ou seja qual o respetivo “ponto de partida”.

Para a construção deste índice, Sherman et al. (2016) identificaram o mais baixo ponto de partida de cada ofensa equivalente a um ofensor sem antecedentes criminais, depois o número de anos de prisão foram convertidos no número total de dias. Nos casos em que a pena mínima correspondia a trabalho a favor da comunidade, o respetivo tempo era convertido em número de dias; aplicando-se a mesma lógica nos casos em que a pena mínima prevista era uma multa (calculado através do número de dias que seria necessário trabalhar, recebendo o salário mínimo, para pagar a multa).

No Quadro 9 encontram-se as ponderações utilizadas neste índice, relativas aos dez crimes/categorias de crimes que apresentam valores mais elevados.

⁸⁵ Construídas com base numa extensa consulta e investigação da opinião pública.

Crime/categoria	Ponderação
Homicídio	5475
Atividade sexual (com penetração) com pessoa com deficiência mental por indução/ameaça/engano	4745
Tentativa de homicídio	3285
Violação (ou tentativa) de menores de 13 anos	2920
Homicídio corporativo	2894
Posse de arma de fogo com intenção de pôr em perigo a vida (de outrem)	2555
Causar explosão ou usar veneno para causar dano corporal grave ou pôr vida em perigo	2190
Abuso sexual de menores de 13 anos / Controlar envolvimento de menores de 13 anos em prostituição/pornografia	2190
Incêndio com intenção de pôr em perigo a vida (de outrem)	1825
Posse de arma de fogo (ou imitação) com intenção de intimidar (provocar medo de violência/posse ou distribuição de arma proibida	1825
Violação (ou tentativa) de menores com mais de 13 anos ou de adultos	1825

Quadro 9: Dez crimes/categorias com ponderação mais elevada no âmbito do índice de severidade criminal de Inglaterra e País de Gales (Universidade de Cambridge).

Fonte: Adaptado de E. Neyroud (comunicação pessoal, 2017)⁸⁶.

Conforme referem os autores, esta metodologia aplicada a categorias criminais agregadas (ex.: crimes sexuais), pode ser aperfeiçoada no futuro se se aplicar o mesmo procedimento às subcategorias criminais, adicionando a essas subcategorias os mesmos três níveis de gravidade existentes nas linhas orientadoras para as sentenças. Por outro lado, indicam que o referido índice pode ser aperfeiçoado se se distinguirem determinados tipos de vítimas, como, por exemplo, nas situações de violência doméstica ou nos crimes contra as crianças, aplicando-se uma ponderação específica.

Sherman et al. (2016), com base numa análise referente a um período de dez anos (2002/2003 até 2011/2012), apuraram que o número total de crimes diminuiu 37%, enquanto o CHI correspondente diminuiu 21%. Assim, e se o foco/métrica for a gravidade do crime, ao se utilizar o primeiro resultado estar-se-á a sobrestimar uma diminuição da gravidade do crime em 76%, ou a considerar que a melhoria na segurança pública foi 76% mais elevada do que a que se obtém pela análise do CHI (Sherman et al., 2016).

A utilização do CHI permite também avaliar de forma diferente o peso do crime violento na criminalidade geral registada. De acordo com Sherman et al. (2016), em 2002/2003, 16% dos

⁸⁶ Metodologia de cálculo do Cambridge Crime Harm Index. Informações disponibilizadas por mensagem de correio eletrónico.

crimes registados correspondiam a crimes violentos, enquanto no âmbito dos valores do CHI global, o crime violento correspondia a 76%.

Sherman et al. (2016) consideram que o CHI pode medir de forma mais relevante as tendências ou variações nacionais ao nível da segurança pública de ano para ano, bem como para efeitos de comparação anual do desempenho das polícias, segurança das cidades e bairros. Indicam que também poderá ser mais útil do que a “tradicional” contagem de registos criminais e a sua posterior análise relativamente aos indivíduos presos, acusados e condenados. Esta métrica do crime é também vista como sendo mais relevante para efeitos de decisões ao nível da alocação de recursos e fundos para as polícias, ministério público ou reinserção social.

De modo a evitar enviesamentos, Sherman et al. (2016) indicam que o CHI pode ser ajustado face à dimensão da população, surgindo assim, por exemplo, os valores do CHI por cem mil habitantes.

A utilização do CHI pode ser diversa, desde a análise espacial e temporal do crime e sua relação com o patrulhamento policial, à análise de custo-efetividade das investigações no âmbito da redução do crime (ex.: sabendo-se que os crimes diferem em termos da sua resolubilidade, não existem ainda evidências de que despende mais tempo nos resolúveis ou com maior CHI gerará mais condenações ou reduzirá o crime); à análise da reincidência criminal; e à análise das situações de revitimização, por exemplo no domínio da violência doméstica (através da comparação entre o CHI esperado e o CHI real).

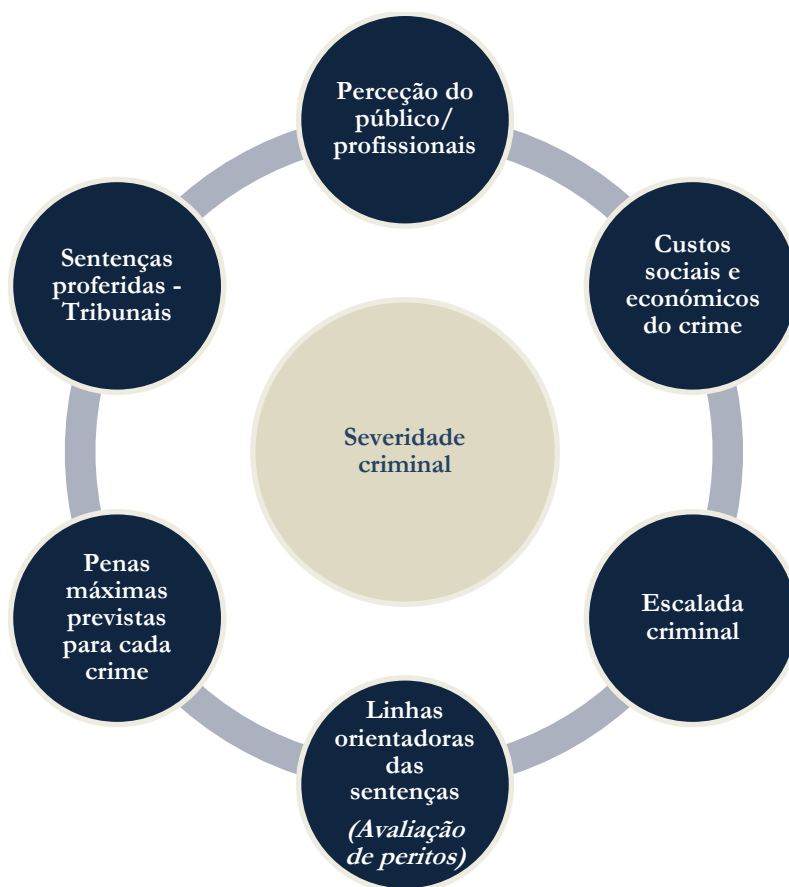
Sherman et al. (2016) salientam que a utilização do CHI pode permitir a análise de “*harm spots*” (podendo complementar a análise dos “*hot spots*” baseados no número de ocorrências) e que a utilização de um único índice pode ajudar a melhor clarificar a realidade (ao invés de se apresentarem dados para aos múltiplos crimes). Estes autores indicam que este tipo de análise mais sintética pode não ser bem-vinda por aqueles que pretendem focar a atenção num determinado crime ou subconjunto de crimes para ilustrar uma “estória”/leitura da realidade sobre se o crime está “melhor ou pior”.

Este índice está já a ser utilizado em algumas polícias locais de Inglaterra e País de Gales.

Conforme salientam estes investigadores da Universidade de Cambridge, será apenas com um índice ponderado, tal como o CHI, que será possível chegar finalmente a conclusões, que outras metodologias não viabilizam, sobre o crime.

Comparando os três índices de severidade criminal aqui explanados (um no Canadá e dois em Inglaterra e País de Gales), constata-se que existe algum consenso ao nível dos crimes cuja severidade criminal é mais elevada. Entre os dez crimes que apresentam as maiores ponderações, verifica-se que o homicídio e a tentativa de homicídio são uma constante, assim como crimes na esfera sexual e das ofensas à integridade física graves. Surge também a posse/utilização de arma de fogo ou outros instrumentos com intenção de colocar em risco a vida de outrem, o roubo (no índice do Canadá); o assalto a residência agravado (no índice usado pelo ONS em Inglaterra e País de Gales), e o causar explosão/incêndio ou usar veneno para por em risco a vida de outrem (índice da Universidade de Cambridge).

De forma a sintetizar as diferentes metodologias/abordagens mencionadas neste ponto, relativas à medição da severidade criminal, foi elaborado o Esquema 5.



Esquema 5: Potenciais formas/metodologias de medição da severidade criminal.

Tal como apontado por Francis, Southill e Humphreys (2005), a análise da severidade criminal encerra uma dicotomia. A severidade criminal pode referir-se a um evento criminal específico ou a um tipo de crime. No primeiro caso, tem-se em conta os detalhes do crime individual, produzindo-se uma medida da severidade criminal diferente para cada ofensa do mesmo tipo

de crime. No segundo caso, obtém-se uma medida da severidade criminal comum a todas as ofensas pertencentes ao mesmo tipo de crime. Por questões pragmáticas (ex.: ausência de dados sobre as vítimas ou grau de agressão nas aplicações policiais), e por questões relacionadas com a futura utilização da medida, estes (e os restantes) autores debruçaram-se sobre a medição da severidade criminal (por tipo de crime e não para cada evento criminal).

Não obstante, pode analisar-se a severidade criminal de dois pontos de vista: a severidade “inter-crimes”, de modo a ter-se em conta que os vários crimes não têm a mesma gravidade; e a severidade “intra-crimes”, de mais difícil acesso, mas potencialmente mais reveladora das efetivas tendências ao nível da severidade criminal ao longo do tempo.

A propósito da análise da severidade “intra-crimes”, convocam-se aqui os contributos de Welner (2006), que corrobora a ideia de que os crimes distinguem-se entre si também pela sua severidade (é possível identificar os “*piores dos piores*”).

Este autor elenca um conjunto de quase 40 fatores a ter em conta para se avaliar a severidade intra-criminal, sendo que estes fatores decorrem das *guidelines* das sentenças a nível federal e estatal (EUA) e organizam-se em quatro domínios (ver Quadro 10):

- Intenção do ofensor (ex.: para obtenção de ganho pecuniário ou resgate);
- Ações do ofensor (ex.: múltiplas vítimas mortais; atos cometidos na presença de criança ou outro membro familiar);
- Atitudes do ofensor (incluindo comportamentos após os factos) (ex.: demonstrar total desrespeito pela vida humana; atrocidade, crueldade);
- Vitimologia (ex.: idade da vítima, jovem ou idosa; vítima vulnerável em função de outros fatores extra idade).

Fatores agravantes	I	Ac.	At.	V.
Criar risco grave para outros ou muitas pessoas		X		
Crime capital em conjugação com violação, roubo, rapto, e outros crimes		X		
Impedir a detenção ou escapar da prisão	X			
Ganho pecuniário ou resgate	X			
Perturbação do governo ou das entidades aplicadoras da lei	X			
Hediondo, atrocidade, crueldade, depravado, vil, devassa, ultrajante	X	X	X	X
Homicídio por encomenda ou contratação de homicida		X		
Idade da vítima- idosa ou jovem				X
Vítima vulnerável- (outros motivos que não idade) – ex.: deficiência, perturbação ao nível da saúde mental				X
Morte de múltiplas vítimas		X		
Utilização de arma mortal ou de instrumento perigoso		X		
Presença de cúmplice ou réu como um líder		X		
Danificação da propriedade		X		
Tortura física, emocional ou financeira da vítima ou seus familiares		X		
Perda de gravidez ou vítima estar grávida				X
Crime de ódio: raça, orientação sexual, religião, nacionalidade, outro				X
Estar à espera da vítima ou colocar a vítima numa “emboscada”		X		
Atos cometidos na presença de criança ou familiar		X		
Forma de retaliação contra anterior testemunha, aplicador da lei (funcionário judicial ou polícia)	X	X		
Matar uma testemunha para impedir a sua prestação de declarações (testemunho)	X	X		
Fazer-se passar por polícia (<i>peace officer</i>)		X		
Utilização de aparelho destrutivo, bomba, explosivo		X		
Vítima era um polícia, juiz, ou outro				X
Homicídio por envenenamento		X		
Homicídio com recurso a arma de fogo ou veículo a motor		X		
Homicídio de pessoa em posição de refém ou usada como escudo		X		
Atos que requerem elevado planeamento sofisticado	X			
Exploração de posição de confiança para cometer o ato	X			X
Induzir um menor a cometer um crime		X		X
Em resultado do crime vítima contrai doença sexualmente transmissível ou fica grávida		X	X	
Crime cometido a “frio”, de forma calculada, sem justificação moral		X		
Ofensor demonstrou desrespeito pela vida humana		X	X	
Crime cometido como resultado de sequestro de avião, autocarro, comboio o barco		X		
Homicídio cometido em conjugação com ato terrorista	X	X		X
Ofensor desmembrou partes do corpo da vítima ou causou-lhe uma incapacidade permanente ou a sua desfiguração		X		
Administrar droga sedativa à vítima antes de cometer o ato		X		
Crime cometido como tentativa de encobrir outro crime	X			
Ofensa cometida com a intenção de obstruir cuidados de saúde (pessoas ou animais), investigação no domínio da agricultura ou floresta ou produção comercial	X			
Utilização de um disfarce aquando do cometimento do crime		X		

Quadro 10: Fatores agravantes previstos em linhas orientadoras das sentenças (EUA)

Nota: I=Intenções; Ac.=Ações; At.= Atitudes; V= Vitimologia

Fonte: Traduzido e adaptado de Welner (2006).

Welner (2006) salientava que a maioria dos fatores agravantes era fácil de operacionalizar, existindo no entanto um deles mais subjetivo e cujo significado poderia diferir consoante o avaliador/decisor: crime “*bediondo, atrocidade, crueldade, depravado, vil, devassa, ultrajante*”.

Tendo em conta a pertinência que este tipo de contributos, oriundos de guiões orientadores das sentenças, pode ter no domínio da medição da severidade criminal (nomeadamente intra-crimes) é abordada de forma breve a experiência inglesa neste domínio, fornecendo-se um exemplo concreto.

Conforme referem Ashworth e Roberts (2013), na maior parte do século XX, os tribunais em Inglaterra e País de Gales detinham uma elevada discricionariedade na determinação das sentenças, apenas restringidos pelos limites amplos estabelecidos ao nível das sentenças mínimas e penas máximas e orientados pela análise dos recursos a tribunais superiores. A definição de guiões orientadores no âmbito da determinação das sentenças tem como objetivo atingir maior consistência entre as sentenças proferidas, e desse modo uma maior previsibilidade.

A entidade encarregue da definição dos referidos guiões é o Concelho das Sentenças [CS] (*Sentencing Council* para Inglaterra e País de Gales), estabelecido em 2009, o qual teve como antecessores o *Sentencing Advisory Panel*, criado em 1998, e o *Sentencing Guidelines Council*, de 2003. Trata-se de uma metodologia que tem mais de 40 anos nos Estados Unidos da América, não obstante, em Inglaterra e País de Gales data de 2010 (com alguns antecedentes) (Ashworth & Roberts, 2013).

Encontram-se definidos fatores gerais de avaliação da severidade criminal, através um guião enquadrador sobre a temática da severidade (“*seriousness*”), datado de 2004 (Sentencing Guidelines Council [Conselho orientador das sentenças], 2004). No Anexo III encontra-se uma tradução deste Guião, efetuada no contexto da presente investigação, onde consta um conjunto de 22 fatores agravantes da culpabilidade, e nove no domínio do dano causado à vítima (ver Quadro 11)⁸⁷.

⁸⁷ Esta tradução e utilização na presente investigação foi autorizada pelo Sentencing Council (em 2019).

Fatores que indicam grau mais elevado de culpabilidade do que o habitual (22)	Fatores que indicam um grau de dano mais elevado do que habitual (9)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ofensa cometida durante aplicação de medida de coação por outras ofensas*⁸⁸ ▪ Não cumprimento de sentenças prévias⁸⁹ # ▪ A ofensa foi agravada por motivos raciais ou religiosos* ▪ Ofensa motivada por, ou demonstrando, hostilidade à vítima com base em sua orientação sexual (ou orientação sexual presumida)#⁹⁰ ▪ Ofensa motivada por, ou demonstrando, hostilidade com base na deficiência da vítima (ou presumível deficiência)# ▪ Condenação prévia, revelando particularmente um padrão de reincidência # ▪ Planear o crime ▪ Intenção de cometer um dano mais sério do que o resultado efetivamente obtido ▪ Ofensores que operam em grupos ou gangues ▪ Crime "profissional" ▪ Cometimento do crime para obtenção de ganho financeiro (quando tal não é inerente à própria previsão do crime) ▪ Obtenção de elevado proveito financeiro ▪ Tentativa de ocultar ou adulterar provas ▪ Ofensor ignorar avisos ou preocupações expressas por outras pessoas sobre o seu comportamento ▪ Ofensa cometida durante liberdade condicional ▪ Ofensa motivada por hostilidade contra um grupo minoritário, ou contra um ou mais membros desse grupo ▪ Deliberadamente cometer crime contra vítima(s) especialmente vulnerável(eis) ▪ Cometer crime sob influência de álcool ou drogas ▪ Uso de uma arma para intimidar ou ferir a vítima ▪ Empregar violência de forma gratuita ou provocar dano deliberadamente à propriedade, além do que seria necessário para cometer o crime ▪ Abuso de posição de poder ▪ Abuso de uma posição de confiança 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Múltiplas vítimas ▪ Um efeito físico ou psicológico especialmente grave na vítima, mesmo que não intencional ▪ Agressões contínuas ou à mesma vítima ▪ A vítima é especialmente vulnerável ▪ Local onde crime é cometido (por exemplo, em um lugar isolado) ▪ A ofensa é cometida contra aqueles que trabalham no setor público ou prestam serviços ao público. ▪ Presença de outros, por exemplo, parentes, e em especial filhos ou parceiros da vítima ▪ Degradação adicional da vítima (por exemplo, tirar fotografias de uma vítima como parte de uma ofensa sexual) ▪ Em delitos de propriedade, um elevado valor (incluindo valor sentimental) para a vítima ou perda substancial consequente (por exemplo, quando o furto/roubo de equipamento causa uma perturbação grave na vida ou negócio da vítima).

Quadro 11: Fatores gerais agravantes previstos nas linhas orientadoras das sentenças (Inglaterra e País de Gales).

Fonte: Sentencing Guidelines Council (2004). Tradução da responsabilidade da presente investigação.

Trata-se assim de fatores transversais aos vários crimes, mas que não dispensam uma ponderação da severidade do crime com base nas linhas orientadoras específicas que se encontrem definidas para cada crime.

⁸⁸ Os fatores com asterisco são fatores já previstos como agravantes na estatuição penal quando as disposições legais estão em vigor.

⁸⁹ No original: "Failure to respond to previous sentences".

⁹⁰ Aqueles marcados com cardinal ainda precisam ser postos em vigor, mas pela sua relevância devem ser tidos em conta na avaliação dos casos individuais.

Existem guíões orientadores para cada tipo/categorias de crimes (ex.: tráfico de droga, homicídio, ofensas à integridade física; crimes rodoviários; crimes sexuais, entre outros). Neste âmbito, é definido, por exemplo, o intervalo possível para a duração da pena de prisão, bem como qual a duração da pena que deve constituir-se como o ponto de partida para a decisão.

Cada guião contempla nove passos para orientar a determinação da sentença, sendo que o primeiro consiste em enquadrar o crime nos níveis definidos de culpabilidade e dano provocado, mediante um conjunto de fatores e critérios a considerar. O segundo passo serve para contextualizar o crime e o ofensor (circunstancias atenuantes e agravantes). Para efeitos do presente estudo, assume uma especial pertinência o referido primeiro passo.

Para diversos crimes/tipologias existem parâmetros para avaliar a culpabilidade do ofensor e o dano (*harm*), que orientam a definição da pena concreta a estabelecer. Assim, a severidade é avaliada com base na ponderação conjunta destes dois parâmetros.

Exemplificando, no caso do crime de violação (de adulto), o primeiro passo na tomada de decisão ao nível da sentença a proferir passa pela identificação da categoria que se aplica ao nível do grau de dano e de culpabilidade (CS, 2014). Para o efeito, os fatores e critérios a contemplar são os que constam no Quadro 12.

Dano	Culpabilidade
<p>Categoria 1 (Dano máximo):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Natureza extrema de um ou mais fatores da categoria 2 podem elevar o crime para a categoria 1 ou o impacto extremo da combinação de fatores previstos na categoria 2 pode elevar o crime para a categoria 1 <p>Categoria 2 (Dano moderado):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gravidez ou infeção sexualmente transmitida na sequência do crime ▪ Humilhação/tratamento degradante adicional ▪ Rapto ▪ Detenção prolongada da vítima/incidente mantido ▪ Uso de violência ou ameaça de violência (para além da que é inerente ao crime de violação) ▪ Entrada forçada/não consentida na residência da vítima ▪ Vítima especialmente vulnerável devido a circunstâncias pessoais <p>Categoria 3 (Dano “mínimo”)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fatores nas categorias 1 e 2 não se verificaram (estando portanto ausentes). 	<p>Categoria A</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau significativo de planeamento ▪ O ofensor atua em conjunto com outros para cometer o crime ▪ Uso de álcool/drogas na vítima para facilitar o crime ▪ Abuso de confiança ▪ Violência prévia contra a vítima ▪ Ofensa cometida no contexto de assalto a residência ▪ Gravação da ofensa ▪ Exploração e/ou motivação comercial ▪ Ofensa agravada por discriminação racial ou religiosa ▪ Ofensa motivada por, ou demonstrando, hostilidade à vítima com base na orientação sexual (ou orientação sexual presumida) ou identidade transgénero (ou presumível identidade transgénero) ▪ Ofensa motivada por, ou demonstrando, hostilidade à vítima com base em sua deficiência (ou presumível incapacidade) <p>Categoria B</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fator(es) na categoria A não presente(s)

Quadro 12: Fatores e critérios previstos nas linhas orientadoras das sentenças no âmbito do crime de violação (Inglaterra e País de Gales)

Fonte: Adaptado de Conselho das Sentenças [CS] (2014).

Uma vez identificadas as categorias relativas ao grau de dano e de culpabilidade é então possível atribuir ao caso um ponto de partida ao nível da duração da pena e seus limites aplicáveis, de acordo com o estabelecido no Quadro 13.

Dano	Culpabilidade	
	A (<i>grau mais elevado</i>)	B (<i>grau menos elevado</i>) (<i>nenhum fator presente</i>)
Categoria 1 (<i>grau mais elevado</i>)	Ponto de partida: 15 Limites: 13-19	Ponto de partida: 12 Limites: 10-15
Categoria 2 (<i>grau moderado</i>)	Ponto de partida: 10 Limites: 9-13	Ponto de partida: 8 Limites: 7-9
Categoria 3 (<i>grau menos elevado</i>)	Ponto de partida: 7 Limites: 6-9	Ponto de partida: 5 Limites: 4-7

Quadro 13: Número de anos de prisão previstos nas linhas orientadoras das sentenças em casos de violação (Inglaterra e País de Gales)

Fonte: Adaptado de CS (2014).

Assim, o referido ponto de partida aplica-se a todos os ofensores, independentemente de quaisquer fatores agravantes (ex.: condenações anteriores) ou atenuantes da conduta do ofensor, que devem então ser ponderados no segundo passo.

Conforme referido nestas linhas orientadoras das sentenças para este crime, num caso de especial gravidade que reflita múltiplos fatores de culpabilidade ou de dano, pode-se justificar um aumento no valor do ponto de partida, antes de se ponderarem ajustamentos para acomodar os fatores agravantes ou atenuantes do ofensor (e que são igualmente listados no referido instrumento).

4.5 SISTEMAS OU PRÁTICAS DE MEDIÇÃO DO CRIME EM ALGUNS PAÍSES

Neste ponto são apresentados alguns exemplos de países onde os procedimentos metodológicos de medição do crime têm em conta alguma definição de criminalidade violenta e/ou implementaram alguma metodologia para efeitos da medição da severidade criminal.

Para alguns dos países citados (Inglaterra e País de Gales e EUA) procurou-se detalhar um pouco mais o sistema de medição do crime com a sua dupla vertente: estatísticas policiais e inquéritos de vitimação, sendo que se trata dos países pioneiros na implementação dos inquéritos de vitimação.

Salienta-se que a informação constante neste capítulo não é exaustiva, uma vez que se pretendeu apenas trazer para a reflexão alguns exemplos dos aspetos atrás citados, pelo que muitos outros países poderiam ser aqui igualmente refletidos, no entanto, tendo em conta o objeto do presente estudo e também por uma questão pragmática de acessibilidade da informação respetiva, a atenção recaiu sobre três exemplos (Canadá, Inglaterra e País de Gales e EUA).

No final, e de forma mais breve, são feitas alusões às metodologias adotadas em dois outros países: França e Espanha.

4.5 1 CANADÁ

No Canadá as estatísticas criminais são tratadas e difundidas pelo Centro Canadiano para as Estatísticas de Justiça, o qual pertence ao “*Statistics Canada*”, entidade congénere do Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE), de Portugal.

Conforme referido por Haggerty (1998), a produção das estatísticas criminais no Canadá procura não ser influenciada pelos partidos políticos, pelo Primeiro-ministro ou pelo Ministro da Justiça. Antes de serem publicados relatórios, estes são escrutinados por um conjunto de revisores pertencentes a diversas entidades do Sistema de Justiça Criminal, os quais refletem um amplo leque de ideologias políticas.

Recorrendo a Perreault (2013), que constitui a fonte das informações seguintes para descrever o sistema canadiano, refere-se que os crimes participados às polícias são recolhidos através do designado *Uniform Crime Reporting Survey (UCR)*, o qual comporta todos os crimes, com exceção dos incidentes de pornografia infantil, cujos dados recolhidos refletem o número de investigações ativas ou encerradas num dado ano, e não participações policiais.

Neste país são utilizadas duas formas complementares na medição dos crimes participados às polícias: através da tradicional taxa de crime (usada desde 1962) e do índice de severidade criminal, para o qual existem dados calculados desde 1998.

Ambas as medidas têm em conta o volume de crimes reportados à polícia, sendo que no caso da taxa de crime esta mede esse volume por 100 mil habitantes, e o referido índice tem também em conta a população residente.

Para se calcular este índice da severidade criminal, existe um sistema de classificação dos crimes (baseado na média das sentenças proferidas pelos tribunais para esses crimes). Quanto mais elevada a média das sentenças proferidas para um dado crime maior será o peso atribuído a esse tipo de crime no referido sistema classificatório.

O cálculo do índice de severidade, metodologia implementada em 2009, é obtido efetuando um somatório ponderado dos crimes e dividindo pela população. Como outros índices, foi estabelecido um ano de base (100), em relação ao qual se comparam os quantitativos dos outros anos. Neste caso concreto do Canadá, o ano base considerado foi o de 2006.

Adicionalmente, são disponibilizadas algumas medidas derivadas deste índice global da severidade criminal reportada à polícia: o índice de severidade para crimes violentos e o índice de severidade para crimes não violentos (Perreault, 2013).

O índice de severidade para crimes violentos baseia-se nos crimes registados pela polícia no âmbito desta tipologia, que inclui os seguintes crimes: homicídio, outros crimes cujo resultado seja a morte⁹¹, tentativa de homicídio, agressão sexual (nível 1; nível 2: com arma ou dano corporal, e nível 3: agravada), ofensas à integridade física (com os mesmos três níveis que a agressão sexual), agressão a agente de autoridade, outras agressões, utilização de arma de fogo⁹², roubo, sequestro ou rapto, tráfico de pessoas, extorsão, assédio⁹³, ameaças, comunicações indecentes e de assédio por telefone ou *online*⁹⁴, divulgação não consentida de imagens íntimas, lenocínio⁹⁵ e outros crimes violentos previstos no Código Penal (Allen, 2018).

Refira-se que são igualmente disponibilizados outros índices de severidade relativos à criminalidade juvenil, criminalidade juvenil violenta e criminalidade juvenil não violenta.

Tendo em conta que este índice de severidade dos crimes participados se baseia nas sentenças proferidas, o sistema de classificação subjacente é revisto de cinco em cinco anos, de modo a captar mudanças nos padrões das sentenças, alterações ao código penal ou outra legislação, sendo que em 2013 ocorreu a primeira revisão (Perreault, 2013) e já em 2018 as ponderações atribuídas aos crimes foram ajustadas (Allen, 2018).

Nas primeiras análises efetuadas com base neste índice de severidade, as tendências verificadas apontavam para uma diminuição da severidade dos crimes registados no Canadá. Boyce, Cotter e Perreault (2014) observavam que, em 2013, o índice de severidade diminuíra 9% face a 2012, sendo que vinha diminuindo há cerca de dez anos consecutivos. Salientavam que a taxa de criminalidade tradicional também decrescera (8%) face a 2012, mantendo a tendência que já vinha sendo observada desde o início dos anos noventa.

Nesta análise, indicavam que existia uma tendência de diminuição de ambos os índices de severidade, para crimes não violentos e para crimes violentos, embora relativamente ao primeiro a variação fosse ligeiramente mais acentuada (Boyce, Cotter & Perreault, 2014).

⁹¹ Inclui, por exemplo, o homicídio por negligência.

⁹² Inclui a descarga e o apontar uma arma de fogo.

⁹³ Assim traduzido, sendo que no original é designado de “Criminal harassment”.

⁹⁴ Assim traduzido, sendo que no original é designado de “Indecent and harassing communications”.

⁹⁵ Assim traduzido, sendo que no original é designado de “Commodification of sexual activity”.

Entre 2014 e 2015 verificou-se um aumento dos crimes participados à polícia no Canadá, quer em termos do índice de severidade criminal, quer em termos da tradicional taxa de crimes, correspondendo ao primeiro aumento verificado em doze anos, sendo que nos anos seguintes continuaram a observar-se aumentos em ambas as medidas estatísticas (Allen, 2018).

Assim, em 2017, registou-se um aumento pelo terceiro ano consecutivo no âmbito da severidade dos crimes registados no Canadá, mantendo-se, no entanto, inferior (em 24%) ao valor encontrado dez anos antes (2007).

Constata-se que, em 2017, o volume e a severidade de crimes violentos aumentara face ao ano anterior, sobretudo devido a incrementos registados ao nível das agressões sexuais, roubos e homicídios. No mesmo ano, registaram-se 660 homicídios no Canadá (mais 48 que em 2016), o que correspondia a uma taxa de 1,80 homicídios por cem mil habitantes.

Também ao nível do índice de severidade da criminalidade juvenil, Allen (2018) indicava que, em 2017, se observava o primeiro aumento a assinalar na década (+3% face a 2016), sendo que o índice de severidade da criminalidade juvenil violenta aumentara 12% face ao ano anterior, essencialmente devido a casos de roubo, homicídio, agressões sexuais e violações sexuais de crianças.

Com base nos diversos índices de severidade criminal são efetuadas comparações entre as regiões, de modo a perceber-se a situação relativa de cada uma, analisando-se igualmente que tipo de crimes concretos mais contribuíram para as variações observadas.

De cinco em cinco anos o *Statistics Canada* recolhe igualmente dados através de um inquérito à vitimização (*General Social Survey on Victimization - GSS*⁹⁶) (Perreault, 2013).

Segundo os dados recolhidos relativamente ao ano de 2009 (GSS), pouco mais de um quarto da população (com 15 ou mais anos) havia sido vítima de um incidente criminal nos doze meses precedentes, proporção semelhante à registada em 2004 (Perreault & Brennan, 2010). Verificou-se também que cerca de um terço dos incidentes criminais haviam sido reportados à polícia, valor ligeiramente inferior ao verificado no inquérito realizado cinco anos antes: 34%.

⁹⁶ Este inquérito foca-se em oito tipologias criminais, três relativas a crimes violentos (ofensas sexuais, ofensas à integridade física e roubos) e cinco relativas a crimes não violentos (furto de objetos pessoais tentativa ou violação do domicílio, furto em residências, furto de veículos motorizados/partes e vandalismo). Entre as ofensas à integridade física, no âmbito dos crimes violentos, inclui-se a agressão física contra cônjuge/parceiro (Perreault & Brennan, 2010).

De acordo com os dados recolhidos relativamente ao ano de 2014 (GSS), cerca de um quinto da população (com 15 ou mais anos) havia sido vítima de um incidente criminal nos doze meses precedentes (Perreault, 2015), proporção inferior à registada em 2009 e em 2004, que se situava perto de um quarto (Perreault & Brennan, 2010). Verificou-se também que cerca de 31% dos incidentes criminais haviam sido reportados à polícia, valor ligeiramente inferior ao verificado no inquérito realizado cinco anos antes: 33%, e dez anos antes: 34%.

Apesar das diferenças metodológicas e conceptuais entre o UCR e o GSS, Allen (2018) apontava que era possível comparar as tendências observadas com base nos dados recolhidos pelos dois instrumentos para melhor compreender as mudanças de padrão nos crimes registados pela polícia.

Assim, verificava-se que, entre 2004 e 2014, se registara uma diminuição global nos crimes violentos e nos crimes contra a propriedade. Por outro lado, enquanto o UCR mostrava uma diminuição nas agressões sexuais, o GSS evidenciava uma manutenção a este nível. Este autor salientava a importância de se atender à baixa taxa de participação verificada para este tipo de crimes (segundo dados do GSS, esta situava-se nos 5%), e uma análise retrospectiva viabilizada por questões no domínio do abuso sexual indicavam que uma esmagadora maioria (93%) de crianças vitimizadas por um adulto antes dos 15 anos nunca reportara tal situação à polícia ou serviço de proteção de menores.

4.5.2 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Nos Estados Unidos da América (EUA), a medição do crime, da responsabilidade do Departamento de Justiça, é realizada também de duas formas: através das estatísticas oficiais reportadas às polícias, através do Relatório uniformizado sobre crimes (*Uniform Crime Report* - UCR), do Gabinete Federal de Investigação (Federal Bureau of Investigation - FBI), e através do inquérito nacional de vitimização criminal (NCVS)⁹⁷, conduzido pelo Gabinete de Estatísticas de Justiça⁹⁸, já mencionado anteriormente.

Os dois instrumentos produzem informação importante sobre o fenómeno criminal, e embora tenham diferentes propósitos e metodologias, os resultados são complementares, viabilizando uma análise mais aprofundada (Planty, Langton, & Barnett-Ryan, 2014).

⁹⁷ National Crime Victimization Survey.

⁹⁸ Bureau of Justice Statistics (BJS) do Departamento de Justiça dos EUA.

Nos Estados Unidos da América, a definição de criminalidade violenta usada pelo FBI corresponde às ofensas que envolvem a força ou ameaça de força, e inclui quatro tipos de crime: homicídio (voluntário), ofensa à integridade física grave, roubo e violação (Departamento de Justiça dos EUA, 2017a).

A informação relativa ao homicídio (doloso) é obtida anualmente apenas através dos registos do FBI. Para as outras tipologias de crime violento coexistem as duas fontes de informação citadas (Departamento de Justiça dos EUA, 2018).

À semelhança do verificado em Inglaterra e País de Gales, tendo em conta a gravidade do crime de homicídio, as polícias preenchem um formulário específico com informação mais detalhada sobre estas situações. Trata-se de um procedimento adicional face aos registos já utilizados para efeitos estatísticos no âmbito de todos os crimes.

O registo dos crimes reportados à polícia segue a regra da ofensa mais grave, ou seja, num incidente com múltiplos crimes, a contabilização é feita para o crime mais grave, sendo que a hierarquia estabelecida é a seguinte: homicídio (doloso), violação, roubo e ofensa à integridade física grave, seguindo-se os crimes contra a propriedade, como seja o assalto a residências e outros furtos (Departamento de Justiça dos EUA, 2017a). No caso do incêndio (doloso) que ocorra conjuntamente com algum crime violento ou contra a propriedade não se aplica a regra do crime mais grave, sendo contabilizado o crime de incêndio (doloso) e o outro crime adicional.

No âmbito do NCVS recolhem-se dados sobre a vitimização não fatal (violação e ofensas sexuais, roubo, ofensa à integridade física grave, ofensa à integridade física simples e diversos tipos de furto), reportada ou não à polícia, realizando-se anualmente e focando as experiências de vitimização ocorridas nos últimos seis meses (Langton & Truman, 2014). No caso do NCVS os crimes violentos incluem os crimes violentos graves (violação, ofensas sexuais, ofensa à integridade física grave e roubo) e a ofensa à integridade física simples (Departamento de Justiça dos EUA, 2017b).

Os dados relativos ao NCVS de 2016 indicam que 1,3% da população (com 12 ou mais anos) foi alvo de uma ou mais vitimizações violentas, correspondendo a 21,1 vitimizações por cada 1000 pessoas. Menos de metade de todas as situações de vitimação violenta foi reportada à polícia (42%), havendo variações na taxa de reporte consoante o crime em causa: 23% para a violação ou ofensas sexuais, 38% para agressão física simples, 54% para roubos e 58% das ofensas à integridade física graves.

Comparando estes dados com os relativos a anos anteriores, regista-se que, em 2016, a taxa de vitimização violenta por cada mil pessoas aumentou face a 2015: passou de 18,6 para 21,1, verificando-se, todavia, que esta taxa estava em declínio desde 1993 até 2015 (79,8 e 18,6, respetivamente).

Em 2008, foram adicionadas questões ao NCVS de modo a viabilizar a avaliação do impacto socioemocional da vitimação (Langton & Truman, 2014). Neste contexto, os problemas socioemocionais foram definidos pela experiência de um ou mais dos seguintes “sintomas”: sentimentos de sofrimento/angústia moderado a grave; problemas significativos no trabalho ou na escola (como problemas com o chefe ou colegas); ou problemas significativos com familiares ou amigos (incluindo mais discussões do que antes da vitimização, uma incapacidade de confiar, ou não se sentir tão próximo após a vitimização).

Langton e Truman (2014), estudando os dados provenientes dos inquéritos de vitimização de 2009 a 2012 sobre o impacto socioemocional do crime violento, verificaram que mais de dois terços (68%) das vítimas de violência grave (violação ou ofensa sexual, roubo, ofensa à integridade física grave) tiveram problemas socioemocionais em resultado da vitimização, mais de um terço das vítimas que relataram sofrimento severo não relataram à polícia nem receberam qualquer assistência dos serviços de apoio às vítimas, bem como quase metade daquelas que indicaram sofrimento moderado.

Efetuada a análise por tipo de crime, verifica-se que cerca de três quartos das vítimas de violação ou agressão sexual (75%), de roubo (74%), de violência envolvendo arma de fogo (74%) e de violência que resultou em tratamento médico devido a lesões (77%) tiveram problemas socioemocionais (Langton & Truman, 2014).

Para os vários crimes analisados, quando a violência foi perpetrada no contexto de relação de intimidade ou por um outro familiar, a proporção de vítimas que indicaram a existência de sentimentos de sofrimento/angústia severa na sequência da vitimização é o dobro da verificada para as situações em que a violência foi perpetrada por outra pessoa conhecida ou por desconhecidos (Langton & Truman, 2014) (60%-65% vs. 36%-31%, respetivamente).

Segundo os últimos dados disponíveis, em 2016 terão ocorrido 386,3 crimes violentos por cada 100 mil habitantes, tendo esta taxa aumentado 3,4% face ao ano anterior (Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, 2017a). Em números absolutos, foram reportados 1.248.185 crimes violentos, observando-se um aumento de 4,1% face a 2015. A ofensa à

integridade física grave representou 64,3% dos crimes violentos reportados às polícias, o roubo 26,6%, a violação 7,7% e o homicídio 1,4%.

Entre 2015 e 2016, registou-se um aumento em todos os crimes violentos: 8,6% para o homicídio, 5,1% para a ofensa à integridade física grave, 4,9% para a violação e 1,2% para roubo. No caso dos crimes contra a propriedade, a taxa de variação anual foi negativa: -2%.

Analisando as taxas de variação a 5 anos (2016-2012) ou 10 anos (2016-2007), verifica-se que o número de crimes violentos aumentou 2,6% ou diminuiu 12,3%, respetivamente (Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, 2017a).

Refira-se que, no contexto da Universidade de Manchester do Indiana nos EUA, foi desenvolvido um índice compósito para medir a violência a nível pessoal e societal (sendo que o crime é apenas um dos componentes, entre outros), alargando o espectro associado à violência e ao dano. Trata-se do *National Index of Violence and Harm* (NIVAH) (Brumbaugh-Smith, Gross, Wollman & Yoder, 2008). Este índice publicado desde 1998, comporta indicadores como sejam os relativos aos homicídios, suicídios, abuso infantil, mas também indicadores relativos a outros domínios (ex.: mortes por consumo de álcool/tabaco, suicídio, violência doméstica, crimes de ódio, desigualdade, esperança média de vida, morte de polícias, entre outros).

4.5.3 INGLATERRA E PAÍS DE GALES

Em Inglaterra e País de Gales existem duas fontes principais no âmbito da medição do crime: o inquérito de vitimização e as estatísticas dos crimes registados pelas polícias (Brookman & Robinson, 2012).

O inquérito de vitimização, utilizado desde 1982, era, até há alguns anos atrás, designado de *British Crime Survey* (BCS), sendo realizado através de entrevistas face a face, existindo para alguns módulos mais “sensíveis” (ex.: uso de drogas e violência doméstica), autopreenchimento no computador facultado pelo entrevistador (Thorpe, 2010).

Tal como indicado por Thorpe (2010), os resultados do BCS têm permitido avaliar as “cifras negras”, perceber tendências para um aumento/diminuição do crime (não detetáveis pelas estatísticas “oficiais”) e para detetar a existência de grandes variações em termos das cifras negras consoante o tipo de crime em causa.

A Inglaterra e o País de Gales têm uma longa tradição no domínio da medição do crime, tendo tido o Home Office (congénere do Ministério da Administração Interna, em Portugal) um papel fundamental nesse sentido. No entanto, mais recentemente, e na sequência do forte escrutínio a que esta área está sujeita, foram implementadas alterações relevantes em termos das instituições envolvidas e metodologias adotadas.

Até abril de 2012, a recolha, análise e publicação das estatísticas criminais para a Inglaterra e País de Gales eram da responsabilidade do Home Office. Não obstante, na sequência de uma avaliação realizada a estas estatísticas por parte da Autoridade Estatística do Reino Unido⁹⁹, desencadeada por relatórios prévios produzidos sinalizando a falta de confiança do público, concluiu-se que esta responsabilidade deveria ser transferida do Home Office para o Gabinete das Estatísticas Nacionais (ONS) (congénere do INE, I.P. em Portugal).

Detetou-se, por exemplo, que uma em cada cinco ofensas que eram reportadas à polícia não era registada como crime quando devia sê-lo (19%), sendo que no caso da violência contra as pessoas esta proporção era superior (33%) e era cerca de um quarto (26%) nas situações de violência sexual (ONS, 2017).

Assim, desde abril de 2012, este serviço tem a seu cargo o agora apelidado “*Crime Survey for England and Wales (CSEW)*” (anteriormente designado de “*British Crime Survey*”¹⁰⁰), que constitui um inquérito de vitimização realizado desde os anos oitenta (United Kingdom Statistics Authority [UKSA], 2014).

O Home Office manteve a responsabilidade de coligir e garantir a qualidade dos dados sobre os crimes registados, devendo todavia remeter os dados validados ao ONS, de quatro em quatro meses, para análise e publicação (UKSA, 2014).

No entanto, e de acordo com o relatório produzido em janeiro de 2014 pela Autoridade Estatística do Reino Unido¹⁰¹, foi considerado que as estatísticas relativas aos crimes registados pela polícia não cumpriam os requisitos essenciais para serem consideradas “estatísticas

⁹⁹ Esta Autoridade, tem o poder de avaliar se determinados grupos de estatísticas estão a cumprir o Código de prática para as estatísticas oficiais, avaliando se é apropriada a designação de estatísticas nacionais. Esta designação significa genericamente que as estatísticas: asseguram as necessidades identificadas dos utilizadores, são produzidas, geridas e disseminadas segundo padrões elevados de qualidade, e que são adequadamente explicadas (UKSA, 2014).

¹⁰⁰ A mudança de nome, ocorrida em abril de 2012, foi no sentido de melhor clarificar o seu âmbito territorial, sendo um inquérito separado do realizado na Escócia.

¹⁰¹ Trata-se de um órgão independente, que funciona no contexto do governo, mas não integrado em qualquer ministério e que apenas é responsável perante o Parlamento.

nacionais”. No caso dos dados relativos ao inquérito de vitimização esta designação continuou a aplicar-se.

Entre esses requisitos constam questões relacionadas com a forma como os dados são classificados, recolhidos e atualizados pelas polícias; e com o modo mais ou menos claro com que os procedimentos estatísticos são explanados aos utilizadores dos dados.

Deste modo, e desde então, o Gabinete das Estatísticas Nacionais tem vindo a trabalhar com o Home Office para que possam ser cumpridos os vários requisitos estabelecidos (dezasseis).

Convergindo agora a atenção sobre o crime violento, importa referir que no âmbito dos crimes registados pelas polícias este é habitualmente dividido em três categorias: violência contra a pessoa (dividida em duas subcategorias: com lesões e sem lesões), ofensas sexuais e roubo (Brookman & Robinson (2012). Apesar das ofensas abrangidas pelo inquérito de vitimização não corresponderem exatamente às categorias utilizadas para registo policial, é igualmente feita a distinção entre violência com lesões e violência sem lesões. Considerando ambas as fontes, é possível ter uma estimativa sobre o quanto a violência interpessoal permanece oculta (Brookman & Robinson, 2012).

O crime violento cobre uma grande variedade de crimes, desde as ofensas à integridade física simples que não resultam em qualquer dano físico, até ao homicídio (ONS, 2018b).

A definição de criminalidade violenta utilizada no âmbito dos registos policiais abrange situações de: violência sem lesões (inclui todo os incidentes de agressão/ofensa ou ameaça de agressão, sem lesões)¹⁰² e violência com lesões (inclui todos os incidentes de agressão com lesões, incluindo homicídio) (ONS, 2018b). Conforme referido, ambas as categorias são abrangidas pelas estatísticas policiais e pelo Inquérito ao Crime de Inglaterra e País de Gales (CSEW), não obstante, existem algumas diferenças em termos de cobertura de crimes. Por exemplo, as tentativas de agressão e os homicídios estão incluídos na classificação usada pelas polícias, mas não no CSEW (ONS, 2018b).

Segundo dados de 2009/2010, cerca de 55% dos incidentes violentos indicados no BCS pelas vítimas não foram reportados à polícia (Hall & Innes, 2010), sendo que a taxa de ocultação varia de acordo com o crime em questão. Se, em termos gerais, se estima que existam o dobro dos incidentes violentos perpetrados contra adultos face aos registos policiais, no caso do

¹⁰² Refira-se que existem algumas recomendações no sentido de se restringir mais os crimes abrangidos nesta definição de crime violento para fins estatísticos. Smith (2006) aponta nesse sentido, indicando que a definição apenas devia abarcar os crimes que causam dano físico à pessoa ou que a ameaça de tal dano/agressão seja credível e seja avaliada pela polícia como sendo causadora de medo numa pessoa comum.

roubo estima-se que o seu valor real seja cinco vezes superior e no caso das ofensas sexuais que o seu número real seja oito vezes superior ao registado pelas polícias (Flatley et al., 2010, cit. por Brookman & Robinson, 2012). Apesar disso, importa referir que cerca de metade dos incidentes reportados à polícia e no âmbito do inquérito de vitimização envolveram lesões físicas (Hall & Innes, 2010).

Em termos de tendências, tal como mencionado anteriormente, e de acordo com o inquérito de vitimização, o número de crimes violentos decresceu cerca de 50% desde o seu pico em 1995, tendo a violência registada pela polícia evidenciado uma diminuição (Osborne, 2010).

As estatísticas oficiais no domínio da violência interpessoal tendem a não captar de forma adequada o contexto social e situacional da violência ou as suas variações (ex.: tipo de relação entre vítimas e ofensores, se a violência foi planeada ou surgiu espontaneamente) (Brookman & Robinson, 2012). Por outro lado, a grande distinção que é feita entre violência que resulta em lesões e violência com ausências de lesões, coloca a tónica no dano físico, sendo que em muitas das situações não é esta a questão mais relevante para a vítima em termos de consequências do crime (Brookman & Robinson, 2012).

Numa análise recentemente efetuada, o ONS (2018c) refere que, segundo os dados do CSEW, em termos gerais, o crime violento em 2017¹⁰³ manteve-se estável, no entanto, segundo as estatísticas policiais, terá ocorrido um aumento de crimes cometidos com facas ou objetos contundentes (+16% face ao ano anterior) ou com armas de fogo (+2%); sendo que se verificou também um aumento de 30% ao nível dos roubos registados pelas polícias.

No caso do homicídio, registou-se igualmente um aumento, neste caso de 10% (+64 casos, totalizando 691)¹⁰⁴. Ao nível das ofensas sexuais, observou-se um aumento de 0,8% com base no CSEW (embora o número de casos abrangidos seja muito diminuto para se poder efetuar de forma fiável esta comparação) e com base nas estatísticas policiais observou-se um aumento de 24%.

Estes incrementos ao nível dos crimes violentos registados pelas polícias são relativizados pelo ONS, tendo em conta que podem refletir a introdução de melhorias no sistema de registo por

¹⁰³ Abril de 2017 a março de 2018.

¹⁰⁴ Conforme referido pelo ONS, este tipo de crime é afetado por acontecimentos excecionais que envolvam múltiplas vítimas, sendo que nestas situações dever-se-á remover tais casos para promover uma comparação mais consistente ao longo do tempo. Esta taxa de variação e número de homicídios não contemplam alguns acontecimentos excecionais registados.

parte de tais entidades; afirmam, contudo, que ao nível do homicídio e dos crimes cometidos com facas o aumento verificado é consistente desde há três anos.

No caso das ofensas sexuais, o ONS refere uma crescente sensibilização da população neste domínio, através de campanhas nos *media* e do surgimento de casos com elevada visibilidade, pelo que o aumento no número de reportes à polícia pode não representar um aumento real.

Segundo o ONS (2018d), os dados provenientes do inquérito de vitimação serão melhores indicadores das tendências no âmbito do crime violento em geral, cobrindo as ofensas mais comuns (com maiores frequências) mas menos severas, e as estatísticas policiais facultarão uma melhor medida dos crimes violentos que são menos comuns (com menores frequências), mas mais violentos (*higher-harm violence*).

De forma global, e segundo o ONS (2018d), ainda será cedo para afirmar que a tendência de longo prazo verificada de diminuição da criminalidade global se esteja a alterar.

Refira-se ainda que, tendo em conta a gravidade do crime de homicídio, as polícias preenchem um formulário específico com informação mais detalhada, nos trinta dias seguintes à ocorrência (ONS, 2018b). Trata-se de um procedimento adicional face aos registos já utilizados para efeitos estatísticos no âmbito de todos os crimes.

Este formulário fornece informação sobre a vítima (ex.: idade, sexo, etnia, relação vítima-suspeito) e sobre o homicídio (ex.: método utilizado, local, circunstâncias). Estes dados são remetidos ao Home Office e carregados no designado “índice de homicídios”. Quando um suspeito é acusado de homicídio, a polícia atualiza a informação anteriormente recolhida com dados dos suspeito (ex.: idade, sexo, etnia) e quando é proferida uma sentença a informação é novamente atualizada, desta vez com dados sobre a respetiva sentença, data da condenação e duração da pena.

Relativamente a formas específicas de medição da severidade criminal, salienta-se que a nível oficial o ONS começou recentemente a experimentar a utilização do designado *Crime Severity Score*, um índice baseado na média das sentenças proferidas nos últimos 5 anos (ONS, 2016). Tal como o índice utilizado no Canadá, este índice atribui um peso mais elevado aos crimes mais graves e um menor peso aos crimes menos graves. Uma vez que nem todos os crimes/processos criminais conduziram a penas de prisão, para além do recurso à duração das penas de prisão para definir o peso de cada crime, incluiu-se também casos em que o resultado

final foi uma multa ou trabalho a favor da comunidade, efetuando-se as adaptações tidas por convenientes.

Com base no índice criado, o ONS (2016) comparou-o à tradicional taxa de criminalidade participada à polícia, concluindo que numa análise a nível nacional a semelhança entre as duas taxas era elevada, pelo que a sua utilidade poderia ser mais evidente em análises comparadas de âmbito mais local.

Destaca-se ainda que na Universidade de Cambridge, tal como referido anteriormente, foi desenvolvida uma medida alternativa, designado de *Crime Harm Index (CHI)*, o qual se baseia nas *guidelines* para as sentenças e não nas sentenças propriamente ditas (Sherman, Neyroud & Neyroud, 2016).

Tal como referido por E. Neyroud (comunicação pessoal, 2017), para a criação deste índice utilizaram-se os limites inferiores das penas previstas nas *guidelines* das sentenças e não o ponto médio, sendo que o índice está já em uso em algumas polícias locais (ex.: Leicestershire, West Yorkshire, Duham & Sussex). Informações mais detalhadas sobre este índice estão também plasmadas no ponto 4.4.

A mesma fonte salienta que o índice criado e utilizado pelo ONS, ao basear-se nas sentenças efetivamente proferidas, reflete não só o dano provocado, mas fatores agravantes e mitigadores da pena, o que “confunde” a efetiva severidade do crime praticado com características do ofensor e da vítima.

É ainda referido que o índice criado pelo ONS distingue, para alguns crimes, ponderações para crimes cometidos contra homens das ponderações relativas aos crimes cometidos contra mulheres, o que conduz a algumas inconsistências.

Por exemplo, uma violação cometida contra um adulto do sexo masculino apresenta uma ponderação mais baixa que a correspondente para o mesmo crime cometido contra uma mulher. Por outro lado, a violação de uma criança do sexo masculino menor de treze anos surge como originando sentenças inferiores ao que se encontra previsto no primeiro nível das linhas orientadoras das sentenças para esse crime. No caso do CHI, é referido que os valores são idênticos independentemente da vítima ser homem ou mulher.

Também é exemplificado que, de acordo com as ponderações do ONS, alguns crimes apresentam discrepâncias. Crimes motivados por questões de ódio racial surgem com menor

ponderação do que os mesmos crimes sem a referida motivação, o que no CHI não sucede, uma vez que os primeiros apresentam uma ponderação mais elevada que os segundos.

Tal como referido por E. Neyroud (comunicação pessoal, 2017), ambos os índices podem suscitar críticas, contudo, e apesar do CHI ainda se encontrar a ser aperfeiçoado (*“work in progress”*), as questões que podem ser levantadas face ao índice usado pelo ONS parecem ser mais relevantes que as relativas ao CHI.

Uma outra linha de análise prosseguida em Inglaterra e País de Gales dedica-se à avaliação dos desfechos dos crimes ao nível das polícias (ex.: se foi identificado o suspeito e ficou indiciado pela prática do crime (ou não) (Home Office, 2018). Segundo os últimos dados disponíveis, a taxa de resolução/elucidação de crimes (com recolha de evidências para conduzir a uma acusação) situava-se, em 2017, em 9% enquanto no ano anterior era de 11% (havendo uma diminuição também em termos dos valores absolutos).

Em 47,5% dos casos a investigação foi encerrada sem identificação de suspeito, em 20% dos casos estes foram concluídos com dificuldades ao nível da recolha de evidências devido à não colaboração da vítima (embora suspeito identificado), em 8,9% existiram também dificuldades ao nível das evidências (embora o suspeito estava identificado e a vítima colaborante) e em 6,4% dos casos o resultado ainda não estava disponível.

Analisando o desfecho dos casos em termos da investigação policial segundo a tipologia de crime verificou-se, por exemplo, que no caso dos roubos a maioria foi encerrado pelo facto do suspeito não ter sido identificado (57%), no caso da violência contra pessoas (excluindo violência sexual) a maioria dos casos foi encerrada por dificuldades ao nível da obtenção de provas (em 41% devido a não colaboração das vítimas) e no âmbito das ofensas sexuais, em 44% dos casos o processo terminava com dificuldades ao nível da recolha de evidências e em 28% o resultado ainda não estava disponível, revelando a maior complexidade dos casos e a necessidade de mais tempo para a respetiva investigação criminal. Conforme salienta o Home Office (2018), em cerca de um terço dos casos de violação (34%) os processos foram encerrados uma vez que a vítima não pretendia procedimento criminal contra o suspeito.

Esta variação verificada entre 2016 e 2017 levou o Home Office (2018) a interrogar-se do motivo pelo qual, apesar do número de crimes registados ter aumentado, a sua taxa de resolução diminuiu?

A hipótese colocada por este departamento governamental é a de que uma parte do aumento no número de crimes registados refere-se a ofensas cuja investigação exige esforços adicionais, exemplificando-se com o facto de que as ofensas sexuais registadas pela polícia aumentaram 24%, o que indicia que, para além de existir um aumento em termos da carga de trabalho, a complexidade dos crimes a investigar também aumentou. Refira-se que, segundo este relatório do Home Office (2018), as ofensas sexuais constituem a tipologia de crimes que mais tempo demorou em termos da investigação criminal (mediana de 72 dias) em contraponto ao furto e dano/incêndio doloso (mediana de 2 dias).

4.5.4 OUTROS PAÍSES (FRANÇA E ESPANHA)

O sistema de registo francês relativo às estatísticas policiais foi estabelecido em 1972 no Ministério do Interior (Bauer, Rizk & Soullez, 2011).

No final de 2003 foi criado em França o Observatório Nacional da Delinquência (OND), uma estrutura integrada no então Instituto de Altos Estudos de Segurança (INHES), criado em 1989, na ocasião tutelado pelo Ministério do Interior. Em 2010, o referido Instituto, alargando o seu âmbito também aos estudos na área da Justiça, passou a designar-se de INHESJ, estando na dependência do primeiro-ministro francês (INHESJ, s.d.) e o referido Observatório passou a designar-se de Observatório Nacional da Delinquência e das Respostas Penais (ONDRP).

O ONDRP possui um conselho consultivo (que inclui representantes da sociedade civil) de forma a promover a independência do seu trabalho. As estatísticas da criminalidade reportada às polícias são recolhidas (através do designado État 4001), tratadas e difundidas por este Observatório. É igualmente realizado anualmente, desde 2007, um inquérito de vitimização (designado "Ambiente de vida e Segurança") pelo Instituto Nacional de Estatística e Estudos Económicos (entidade congénere do INE, I.P.), em estreita articulação com o ONDRP e, desde 2014, também com o Serviço de Estatísticas do Ministério do Interior, recentemente criado¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Ministério do Interior Francês (s.d.). Refira-se que, desde 1996, já existiam algumas iniciativas neste domínio, através da inclusão de questões sobre a vitimação num outro inquérito realizado no domínio das condições de vida (Soullez, 2010).

Este Observatório produz também estudos sobre a evolução dos fenómenos criminais através de uma abordagem multi-fonte, incorporando os dados sobre as respostas no âmbito do Sistema de Justiça Penal¹⁰⁶.

Segundo C. Soullez (comunicação pessoal, 2018)¹⁰⁷, diretor do ONDRP, não existe nenhuma definição específica de criminalidade violenta, quer ao nível das estatísticas policiais quer ao nível dos inquéritos de vitimização. Não obstante, o Serviço de Estatísticas do Ministério do Interior publica relatórios mensais sobre homicídios, roubos (com ou sem arma de fogo) e ofensas à integridade física.

Apesar de não existir uma definição de criminalidade violenta, no Código Penal ou para efeitos de análise estatística, será possível, segundo C. Soullez (comunicação pessoal, 2018), com base nos dados recolhidos pelo État 4001, agrupar alguns crimes/categorias (ex.: roubos, violência física, violação e outras agressões sexuais) e obter uma visão conjunta neste domínio.

De forma geral, e de acordo com os dados registados pelas polícias, tem-se observado um ligeiro aumento, desde 2015 ao nível dos homicídios, um aumento na violência física desde 2014, uma diminuição nos roubos desde 2013 e um aumento na violência sexual desde 2010/2011, sendo que neste caso, em 2017, o aumento verificado foi mais acentuado (C. Soullez, comunicação pessoal, 2018). Relativamente à violência sexual, é assinalada a necessidade de alguma cautela na extração de conclusões pois o número de registos é reduzido e o aumento recente constatado surgiu na sequência de algumas campanhas públicas (ex.: “*MeToo*”).

Ao nível dos dados recolhidos pelo inquérito de vitimação nacional (publicado pelo ONDRP), constata-se um diminuição dos roubos desde 2013, uma diminuição da violência física (praticada fora do agregado familiar) desde 2015, uma manutenção na violência física e/ou sexual praticada no seio do agregado familiar, e no domínio da violência sexual uma manutenção (no caso concreto, Soullez salienta uma alteração metodológica em 2017, o que acarreta algumas dificuldades na comparação com os anos anteriores).

Segundo a informação disponível, em França não é utilizada qualquer medida semelhante a um índice de severidade criminal, tal como nos outros países analisados (C. Soullez, comunicação pessoal, 2018). É apenas referido que os inquéritos de vitimização incluem

¹⁰⁶ Governo Francês (s.d.).

¹⁰⁷ Medição do crime e da criminalidade violenta em França. Informações disponibilizadas por mensagem de correio eletrónico.

geralmente questões que visam avaliar a gravidade/severidade dos atos percebida pelas vítimas (como seja, por exemplo, o inquérito VISAGE, especificamente dirigido à área da violência e relações de género, e conduzido pelo Instituto de Demografia da Universidade de Paris).

Relativamente às práticas existentes em Espanha no âmbito da medição do crime refere-se que, segundo as informações disponibilizadas pelo Ministério do Interior espanhol (Gabinete de coordenação e estudos da Secretaria de Estado da Segurança [GCE-SES])¹⁰⁸, as estatísticas da criminalidade tendem a usar a mesma metodologia que outros organismos internacionais (ONU e Eurostat).

Assim, até 2015, e de forma alinhada com as práticas usadas pelo Eurostat, em Espanha, entre os principais indicadores utilizados constava a criminalidade violenta (“*delincuencia violenta*”). Deste modo, e apesar de não existir uma definição legal neste domínio, efetuava-se um cálculo conjunto de várias tipologias penais (crimes com lesões, agressões sexuais e agressões sexuais com penetração, roubo com violência ou intimidação). Contudo, em 2015, com a entrada em vigor da ICCS (Classificação Internacional do Crime para fins estatísticos), o Eurostat deixou de utilizar este indicador, tendo-se em Espanha seguido a mesma linha, deixando-se de divulgar este tipo de indicador.

O Ministério do Interior publica trimestralmente balanços da criminalidade registada e anualmente divulga o Anuário estatístico onde se incluem nomeadamente dados sobre a criminalidade registada.

Reportando alguns dados constantes no último anuário estatístico, de 2017, constata-se que 76% da criminalidade registada em Espanha correspondia a crimes contra o património, 15% a crimes contra as pessoas e liberdade e 7% a outras tipologias criminais (Ministério do Interior Espanhol, 2018). O roubo, inserido nos crimes contra o património, representava 17% dos registos e os furtos 35%; os maus tratos familiares 4,1% e as ofensas à integridade física (“*lesiones*”) 4,9%.

O número de crimes registado em 2017 foi ligeiramente superior ao verificado no ano anterior, sendo que este quantitativo apresentava uma diminuição, nomeadamente, desde

¹⁰⁸ Medição do crime e da criminalidade violenta em Espanha. Informações disponibilizadas por mensagem de correio eletrónico (GCE-SES, Comunicação pessoal, 2017).

2013¹⁰⁹. Também ao nível do número de vitimizações¹¹⁰ os valores aumentaram entre 2013 e 2015, verificando-se em 2016 uma diminuição, voltando no entanto em 2017 a aumentar.

Em 2017, o número total de vitimizações foi de 1.117.099, sendo que 88.122 foram no âmbito da família e, de entre estas, 63.375 foram no domínio da violência de género¹¹¹; também nesta tipologias se observou um aumento dos quantitativos entre 2016 e 2017.

No domínio dos homicídios consumados, em 2017 registaram-se 308, o que correspondeu a um aumento de 5% face a 2016 (294). O referido Relatório contempla também dados sobre o homicídio de mulheres no contexto da violência de género, indicando que em 2017 este número foi de 51 (mais 7 casos do que em 2016), sendo que entre 2013 e 2015 este quantitativo aumentara de 54 para 60 casos, após o que se verificou uma diminuição acentuada para 44 (em 2016).

Refira-se que Espanha participou em várias edições do *International Crime Victimization Survey* (de 1989 e 2005) (Pérez, 2010), não existindo no entanto uma metodologia própria a este nível em termos nacionais.

Na Catalunha, o primeiro inquérito de vitimização foi realizado em Barcelona, em 1984, após o que se seguiram diversos desenvolvimentos no âmbito das metodologias adotadas e da sua abrangência territorial, sendo que desde 2002 se realiza uma operação em toda a região Autónoma: o Inquérito de Segurança Pública da Catalunha (ESPC) (Gondra, 2010).

Na Catalunha também existem experiências de aplicação de inquéritos de vitimização específicos para o contexto escolar, sendo que o primeiro foi realizado em 2000/2001 (Elzo, 2010).

Por último, refira-se que no âmbito da violência de género, realizou-se em 2015 um inquérito de vitimização neste domínio, coordenado pela Delegação do Governo para a Violência de Género (DGVG), integrada no Ministério da Presidência, Relações com o Parlamento

¹⁰⁹ O referido Anuário Estatístico contempla dados para uma série estatística de 5 anos (2013 a 2017).

¹¹⁰ É utilizado o conceito de vitimização uma vez que é contabilizado o número de ocorrências denunciadas por pessoas que alegam ser vítimas ou se apresentam como tendo sido prejudicadas no âmbito de alguma infração penal.

¹¹¹ Salienta-se que no caso da violência familiar esta categoria agrega diversos crimes que tenham ocorrido no seio familiar, desde homicídio, ofensas à integridade física, crimes contra a liberdade, contra a liberdade e autodeterminação sexual, subtração de menores, exploração de mendicidade, entre outros). A violência de género, um subgrupo abrangido pela violência familiar, corresponde ao mesmo conjunto de crimes abrangidos no conceito de violência familiar, mas circunscritos a situações em que o agressor é homem, a vítima mulher e a relação entre ambos é ou foi de tipo conjugal ou análoga, ainda que sem coabitação.

(“*Cortes*”) e Igualdade¹¹², sendo que esta estrutura disponibiliza igualmente um Portal Estatístico com informação variada sobre a violência de género e respostas oficiais, incluindo dados sobre a caracterização das mulheres mortas neste contexto¹¹³.

¹¹² Área que estava anteriormente integrada no Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade.

¹¹³ DGVG (s.d.).

5. A MEDIÇÃO DO CRIME - PERSPETIVAS E PRÁTICAS EM PORTUGAL

Em Portugal, a medição do crime assenta essencialmente nas estatísticas oficiais disponíveis (crimes registados pelas polícias), não existindo, ao contrário da realidade verificada na maior parte dos países anteriormente abordados, uma experiência de aplicação regular de inquéritos de vitimação.

As metodologias adotadas ao nível do sistema de estatísticas de justiça criminal, com especial destaque para as relativas à criminalidade registada e para o documento público que se tem constituído como o instrumento de referência para a análise oficial neste domínio (Relatório Anual de Segurança Interna - RASI), são abordados no primeiro ponto deste capítulo.

Em seguida, analisa-se com maior detalhe a forma de medição da criminalidade violenta no contexto das estatísticas oficiais, após o que são apontadas as experiências portuguesas ao nível da realização de inquéritos de vitimação e feita referência a outros estudos relevantes no contexto da medição do crime.

Incluiu-se igualmente neste capítulo uma exploração sobre outras fontes e indicadores potencialmente relevantes no âmbito da medição do crime e da criminalidade violenta (ex.: causas de morte, índice de bem-estar, crianças e jovens em perigo, indemnizações às vítimas de crime, e dados provenientes ou disponibilizados por duas Organizações Não Governamentais (ONG) que apoiam vítimas de crime.

Finalmente, são apresentados alguns dados e indicadores em matéria de justiça criminal (crimes registados, população reclusa e outros indicadores globais relativos à segurança e ao Sistema de Justiça Criminal), violência contra as mulheres, preocupações com o crime (Eurobarómetro), índice global da paz e indicadores no âmbito do inquérito social europeu, situando a realidade portuguesa face aos restantes países da UE, Europa ou mundo.

5.1 SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DE JUSTIÇA CRIMINAL

Em Portugal, a entidade responsável pelas estatísticas na área da Justiça é a Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ), um serviço central da administração direta do Estado, no âmbito do Ministério da Justiça.

A DGPJ tem por missão prestar apoio técnico, acompanhar e monitorizar políticas, assegurar o planeamento estratégico e a coordenação das relações externas e de cooperação, sendo ainda responsável pela informação estatística do setor da Justiça (Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, artigo 2.º, n.º 1).

Esta entidade, a DGPJ, constitui a entidade com competência delegada pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, I.P.) em matéria de recolha, tratamento e difusão dos resultados no domínio da Justiça¹¹⁴, em consonância com o disposto no n.º 2 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho e nos termos do Protocolo estabelecido entre o INE, I.P. e a DGPJ, em outubro de 2010¹¹⁵.

Entre as diversas atividades estatísticas delegadas (cuja descrição consta do anexo ao Protocolo) estão as estatísticas da criminalidade registada, bem como inúmeras outras operações estatísticas (ex.: inquéritos e autos nos órgãos de polícia criminal, medicina legal, comissão de proteção às vítimas de crime, tribunais de 1.ª instância e processos, tribunais superiores, reclusos em estabelecimentos prisionais comuns, reinserção social e acolhimento de menores, identificação criminal, advogados estagiários e inscritos, pessoal ao serviço dos tribunais, registo civil, registo predial e registo criminal).

Em seguida, o foco incidirá sobre as metodologias inerentes às estatísticas dos crimes registados pelos órgãos de polícia criminal.

5.1.1 CRIMINALIDADE REGISTADA PELOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL

Reportando-nos às estatísticas da criminalidade registada, importa referir que estas são sustentadas numa metodologia que tem atualmente mais de 25 anos (tendo-se iniciado em 1/1/1993), o modelo 262: mapa para notação de crimes (DGPJ, 2015) (ver Anexo IV)¹¹⁶.

¹¹⁴ A Portaria n.º 113/83, de 2 de fevereiro conferia ao Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério da Justiça a qualidade de órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística para as funções de notação, apuramento e publicação na área das estatísticas da justiça. Este Gabinete (criado pelo Decreto-Lei n.º 238/80, de 18 de julho) deu lugar ao Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (GPLP), criado pelo Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de março, e que por sua vez foi sucedido pela atual DGPJ, a qual foi criada no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) - Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de outubro. O antecessor do GEP foi o Gabinete do Registo Nacional (GRENA), criado pelo Decreto-Lei n.º 555/73, de 26 de outubro, e que atuava apenas como departamento setorial de planeamento. Fonte: DGPJ (2012).

¹¹⁵ O protocolo tem a vigência de cinco anos sendo renovado automaticamente, caso não seja denunciado por nenhuma das partes com a antecedência mínima de um ano (INE, I.P. & DGPJ, 2010).

¹¹⁶ Fonte: DGPJ (2005).

Em 1989 (9 de março), os Ministros da Administração Interna e Justiça emitiram um despacho conjunto, com vista à elaboração de um instrumento de notação para a criminalidade, determinando a constituição de um grupo de trabalho (com representantes dos referidos ministérios, envolvendo a Guarda Nacional Republicana-GNR, a Polícia de Segurança Pública-PSP, o Gabinete de Planeamento e Política Legislativa - GPLP e a Polícia Judiciária - PJ) (DGPJ, 2005).

Segundo a mesma fonte, este grupo de trabalho delegou o desenvolvimento de um questionário a um grupo técnico (constituído de igual forma com elementos das mesmas entidades).

Depois da realização de testes-piloto ao questionário criado, em alguns postos e esquadras no decorrer do ano de 1992, este começou a ser utilizado em 1993, sendo preenchido em formato papel (DGPJ, 2005).

Cinco anos depois, a 1/1/1998, a utilização da tabela de crimes¹¹⁷ foi formalmente reconhecida no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN), tendo sido aprovada para fins estatísticos pelo Conselho Superior de Estatística (CSE), órgão do Estado que orienta e coordena o SEN.

Após a aprovação da “Tabela de Crimes Registados”, através da 148.^a Deliberação do Conselho Superior de Estatística (CSE), de 8 de janeiro de 1998, esta foi objeto de algumas atualizações aprovadas pelas 160.^a, 284.^a e 345.^a Deliberações do CSE em 1998, 2005 e 2008, respetivamente (Quadro 14).

Posteriormente, em 2010 e em 2012, ocorreram novas atualizações (12.^a e 27.^a Deliberações da Secção Permanente de Coordenação Estatística - SPCE, respetivamente).

Na última atualização verificada (com entrada em vigor a 1/1/2012), foram introduzidas alterações tendo em vista a adaptação da tabela aos novos crimes previstos na Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, relativa ao regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos; e à necessidade identificada por vários órgãos de polícia criminal no âmbito de uma maior desagregação de dados no âmbito do crime de furto. Assim, foram criadas quatro novas categorias relativas aos crimes associados ao desporto e

¹¹⁷ Adiante designada também de mapa de notação de crimes.

foram autonomizados nove tipos de furto que antes estavam integrados na categoria “outros furtos”¹¹⁸.

Refira-se que estas atualizações decorreram do trabalho efetuado pelo grupo para o estudo das estatísticas criminais. Segundo consta do RASI 2010, este grupo de trabalho foi criado pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e funciona em articulação com a DGPJ.

Deliberação	Data	Entrada em vigor	Publicação em D.R.	Atualizações
148. ^a do CSE	8/1/1998	1/1/1998	D.R. n.º 23/98, de 28 de janeiro, II série	Consagração como instrumento de notação no âmbito do SEN.
160. ^a do CSE	6/11/1998	1/1/1999	D.R. n.º 4/99, de 6 janeiro, II série	Aditamento de 2 categorias: Maus tratos, sobrecarga de menores, incapazes ou cônjuge (na sequência de solicitação apresentada pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres); Condução sem habilitação legal (na sequência do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de janeiro - alterações ao Código da Estrada).
284. ^a do CSE	25/1/2005	1/1/2005	(D.R. n.º 39/2005, de 24 de fevereiro, II série	Necessidade de adequar a tabela a um conjunto de alterações legais, resultantes quer da atualização da legislação em que esta se baseia, quer do novo modelo de recolha de dados estatísticos do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (Projeto Hermes).
345. ^a do CSE	22/1/2008	1/1/2008	D.R. n.º 39/2008, de 25 de fevereiro, II série	Diversas alterações na sequência da revisão do Código Penal operada pela Lei n.º 59/2007, de 14 de setembro. Tipificação de alguns crimes (ex.: crime de violência doméstica foi integrado na tabela sob a forma de 3 categorias ¹¹⁹).
290. ^a CSE (12. ^a da SPCE)	26/1/2010	1/1/2010	D.R. n.º 25/2010, de 5 de fevereiro, II série	4 novas categorias no domínio dos estrangeiros e fronteiras (na sequência da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho); 8 categorias no crime de roubo (diminuindo o peso da categoria “outros roubos”); Alteração da classificação “furto/roubo por esticção” para “roubo por esticção”.
27. ^a da SPCE	7/12/2011	1/1/2012	(D.R. n.º 240/2011, de 16 de dezembro, II série	4 novas categorias - crimes associados ao desporto (na sequência da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho); 9 categorias no crime de furto (diminuindo o peso da categoria “outros furtos”).

Quadro 14: Tabela de crimes registados e atualizações aprovadas pelo SEN

¹¹⁸ Fonte: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [GSGSSI] (2013).

¹¹⁹ 1) Contra cônjuge ou análogos; 2) Contra menores; e 3) Outros crimes VD.

Entretanto, refira-se ainda que, em 2005, foi disponibilizado pela DGPJ um formulário *web* para preenchimento da tabela de crimes registados - mapa 262¹²⁰.

O preenchimento deste mapa e a disponibilização destes dados à DGPJ é obrigatório (pela Lei n.º 22/2008, de 15 de maio), fazendo assim parte integrante da produção estatística produzida no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

Através do modelo 262 (Mapa para Notação de Crimes), procede-se à recolha sistemática do número de denúncias de crime que chegam ao conhecimento das várias entidades policiais, sendo a informação recolhida diretamente junto das unidades estatísticas: todos os postos e esquadras de atendimento das entidades policiais existentes no território nacional (GNR, PSP, SEF¹²¹, PJ, PM¹²², ASAE¹²³, AT¹²⁴ e Polícia Judiciária Militar)¹²⁵.

Ao contrário do sucedido no passado, em que o mapa 262 era preenchido “manualmente” (em papel), atualmente este mapa é apenas uma referência, uma vez que os dados são transmitidos por via de interfaces automáticos, formulários *web* ou ficheiros Excel padronizados¹²⁶. Assim, este mapa encontra-se ainda em vigor por conter a referência aos campos e respetivos valores previstos que servem de base à recolha de dados pelas diversas vias.

Ao nível dos interfaces automáticos (que se encontram em vigor, por exemplo, na comunicação de dados da PJ e da PSP à DGPJ) é possível dispor de mais informação de caracterização das ocorrências e respetivos intervenientes¹²⁷, contudo, e uma vez que tais dados não estão para já disponíveis para os restantes OPC (ex.: GNR), os dados disponibilizados pela DGPJ continuam a cingir-se aos campos que se constituem como o mínimo denominador comum aos diversos processos de comunicação de dados (e que correspondem aos campos do mapa 262)¹²⁸. Os crimes registados pela GNR são comunicados à DGPJ através de uma folha de cálculo (excel) parametrizada e os restantes OPC, para além da PJ e PSP, utilizam os formulários *web*.

¹²⁰ Ver DGPJ (2005).

¹²¹ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

¹²² Polícia Marítima.

¹²³ Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica.

¹²⁴ Autoridade Tributária e Aduaneira.

¹²⁵ Adaptação efetuada com base em DGPJ (2005) e GSGSSI (2013).

¹²⁶ (M. J. Costa, comunicação pessoal, 2017). Esclarecimentos obtidos via mensagem de correio eletrónico.

¹²⁷ Por exemplo, na informação proveniente do Sistema de informação da PJ e enviada à DGPJ (via interface automático) constam dados como o crime, o local, hora, arma utilizada, valor patrimonial, termo do processo, motivo do termo, tipo de interveniente e relação vítima/arguido (M. J. Costa, comunicação pessoal, 2016). Informação disponibilizada em sede da entrevista realizada.

¹²⁸ (M. J. Costa, comunicação pessoal, 2017).

Uma vez implementadas as soluções informáticas que viabilizem a comunicação através de interfaces automáticos de dados por parte dos OPC que ainda não os utilizam, maiores potencialidades de análise de dados mais detalhados e completos será uma realidade.

No Manual de preenchimento do modelo 262 (DGPJ, 2016), encontram-se elencadas algumas regras, das quais se destacam as seguintes:

- Apenas devem ser indicadas as ocorrências criminais, com exclusão das contravenções e das transgressões, independentemente da sua eventual transferência para outros órgãos de polícia criminal.
- Excluir as denúncias que se revelem desprovidas de qualquer fundamento, bem como aquelas que sejam formuladas por crimes para cujo procedimento criminal seja exigida queixa, sempre que esta não tenha sido apresentada.
- Incluir as ocorrências em que os suspeitos sejam menores de 16 anos ou incapazes.
- Indicar um crime por cada ocorrência. Por vezes, acontece que, num mesmo auto ou participação, as vítimas referem mais do que um crime, ocorridos em datas próximas: indicar apenas aquele que se revela mais grave.
 - Ex.: tudo o que acontece no mesmo tempo e lugar é contado como um único crime. Assim, quando a uma mesma ocorrência corresponda não um, mas vários crimes, indicar na coluna 2 apenas o crime que se considere mais grave.
Ex.: Homicídio voluntário com roubo = indicar homicídio voluntário;
- Não indicar as ocorrências correspondentes a autos de detenção, a menos que sejam em flagrante delito.

Tendo em conta estas regras, salienta-se que as estatísticas sobre os crimes participados disponibilizadas pelo atual sistema excluem designadamente as participações de crimes cuja natureza seja particular sempre que não exista intenção de procedimento criminal¹²⁹.

De acordo com o que consta neste Manual de preenchimento, por exemplo, no âmbito do homicídio voluntário consumado: “(...), *deverá indicar apenas um homicídio voluntário se várias pessoas foram mortas ao mesmo tempo pelo(s) mesmo(s) arguido(s)/suspeito(s), a menos que haja várias denúncias ou vários autos de notícia*”. Assim, resulta que o número de homicídios voluntários consumados pode não corresponder ao número de vítimas mortais, podendo ser igual ou inferior.

¹²⁹ Bem como crimes de natureza semi-pública em que o lesado ou seu representante legal indique aquando do registo da participação que não pretende procedimento criminal.

O Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ), disponibilizado pela DGPJ, comporta uma plataforma de acesso livre a vários indicadores neste domínio, decorrentes das atribuições da DGPJ plasmadas no Protocolo estabelecido com o INE, I.P. Assim, dados sobre os crimes registados pelas autoridades policiais, recolhidos com base no modelo 262, são apresentados através deste Sistema.

Atualmente, analisar os crimes registados pelas autoridades policiais segundo variáveis de caracterização das vítimas, dos suspeitos e pela relação existente entre ambos, constitui uma tarefa mais dificultada tendo em conta os dados disponibilizados publicamente (através do SIEJ).

No SIEJ, é possível extrair dados por sexo ou por escalão etário, das vítimas e suspeitos, para cada tipo de crime registado, no entanto, diversas limitações existem nesse sentido. Por um lado, este tipo de dados não está disponível de forma completa para cada tipo de crime. Exemplificando, em 2017 foram registados 82 homicídios voluntários consumados e o número de lesados/ofendidos do sexo masculino adicionados aos do sexo feminino no âmbito deste crime totaliza 31. No que diz respeito aos escalões etários, uma outra limitação decorre do modelo 262: os dados surgem sob a forma de três escalões etários em que o último é demasiado abrangente (25 ou mais anos).

Não são disponibilizados publicamente dados sobre o tipo de relação vítima-denunciado, pelo que não é possível cruzar variáveis como o sexo da vítima e o sexo do suspeito, ou efetuar cruzamentos com a idade, de modo a obter uma caracterização mais fina quanto a crimes registados onde tal fizesse sentido de realizar.

Conforme referido anteriormente, prevê-se que este tipo de limitações sejam ultrapassadas assim que a DGPJ puder disponibilizar dados mais completos sobre a criminalidade registada, o que se prevê ocorrer quando as soluções informáticas necessárias (interfaces automáticas) forem implementadas pelos OPC em falta.

Importa referir que as observações aqui efetuadas têm por referência os dados acessíveis ao público em geral, os quais se encontram numa plataforma informática (SIEJ) que também terá as suas limitações em termos de cruzamentos e volume de informação visualizável, sendo que, mediante pedido específico a efetuar junto da DGPJ poderá eventualmente vir a concluir-se pela viabilidade de acesso a dados mais detalhados e completos.

Segundo fonte do GSGSSI¹³⁰, o grupo das estatísticas criminais, criado em 2009 e que reúne regularmente desde então, foca também a sua atenção na qualidade e fiabilidade dos dados recolhidos pelos OPC. Um dos aspetos tidos em conta prende-se com a adoção de procedimentos conducentes à eliminação/redução de situações de duplicação de registos.

Neste ponto importa esclarecer que, no final do ano de 1991, foi instituído de modo formal um número único identificador de processo-crime (NUIPC) (através da Portaria n.º 1223-A/91, de 30 de dezembro¹³¹), ficando expresso que o NUIPC é atribuído pelo serviço notador que proceder ao primeiro registo do processo, no momento deste, e mantém-se em todos os registos subsequentes (art.º 13.º da Portaria). Deste modo, passou a uniformizar-se os critérios de individualização dos processos entre as várias entidades intervenientes no âmbito do processo penal.

Os objetivos da introdução do NUIPC prenderam-se, designadamente, com a facilitação da relação entre os cidadãos e o Sistema de Justiça Criminal e da relação entre as várias entidades intervenientes e a resolução de questões levantadas pela informatização do processo penal e registo criminal, assim como a reformulação do sistema de estatísticas criminais.

Conforme consta no art.º 3.º da referida Portaria, o NUIPC é um conjunto de 14 posições com a seguinte constituição:

- a) Um número sequencial de seis dígitos, a iniciar em 1 em cada ano civil;
- b) Os dois últimos algarismos do número do ano civil em curso à data da atribuição, separados dos dígitos anteriores por uma barra (/);
- c) Um dígito de controlo, separado dos dígitos anteriores por um ponto (.);
- d) Cinco caracteres para identificação do serviço notador (código identificador do serviço notador).

O serviço notador corresponde a quem compete atribuir o NUIPC (art.º 5.º da Portaria): secretarias judiciais e do Ministério Público; PJ; PSP; GNR e demais OPC.

Conforme consta no art.º 8.º desta portaria, o código identificador do serviço notador, integrado nas últimas cinco posições do NUIPC, cumpre algumas regras definidas, e permite identificar (nas suas duas primeiras posições) o serviço notador propriamente dito e nas três últimas posições a comarca em cuja área se encontra sediado o serviço notador.

¹³⁰ Comunicação pessoal (2018).

¹³¹ Cujas redação atual contempla as últimas alterações introduzidas pela Portaria n.º 116/2014, de 30 de maio.

Esta Portaria contempla três tabelas anexas. Uma que define a letra identificadora do subsistema a que pertence o serviço notador, por exemplo G- GNR, P ou S- PSP, J- PJ, T- Tribunais, e Z- SEF. Uma outra tabela contempla a identificação das comarcas (uma combinação fixa de três letras) (ex.: LSB - Lisboa)¹³², e a terceira tabela contém o código fixo de identificação de cada serviço notador (ex.: GACDV- Posto Territorial da GNR do Cadaval).

A Lei de organização da investigação criminal (LOIC) define, no seu art.º 10.º (n.º 3), que o número único de identificação do processo é atribuído pelo OPC competente para a investigação.

Existem diversas interpretações relativamente à atribuição do NUIPC. As práticas neste âmbito tendem a divergir: em alguns casos a entidade que toma conhecimento da ocorrência, mesmo que não seja sua a competência de investigação, atribui NUIPC seu; em outros casos solicita o NUIPC à entidade que irá investigar (A. C. Pereira, 2013). Assim, poderão existir situações em que um mesmo caso seja registado por duas entidades (embora com NUIPC diferentes), em sistemas informáticos diferentes.

Conforme referido por fonte do GSGSSI¹³³, no passado verificavam-se muitas situações de duplicação de NUIPC, ou seja, uma mesma ocorrência era registada por duas entidades (ex.: a que tomava conhecimento da ocorrência e posteriormente também pelo OPC que investigava criminalmente a ocorrência), podendo enviesar assim as estatísticas disponíveis. Exemplo disso era a situação verificada nos casos de homicídio e roubo com arma de fogo, em que muitas vezes a ocorrência era registada inicialmente pela GNR ou PSP, sendo depois a competência de investigação criminal da PJ, havendo uma comunicação dupla do registo à DGPJ (ambas as entidades, a que registou a ocorrência e a que investigou, comunicavam a situação a esta entidade).

Este tipo de situações também pode suceder, por exemplo, entre a GNR e a PSP, quando uma ocorrência, da competência de investigação das FS, é participada num determinado local a uma das FS, mas a ocorrência sucedeu num local abrangido pela área de responsabilidade da outra FS, competindo assim a essa mesma FS a investigação criminal da mesma.

¹³² Refira-se que a combinação de letras identificadora das comarcas, definida nesta portaria e ainda em uso, corresponde ainda ao antigo mapa judiciário (com 231 comarcas), sendo que atualmente o país está dividido para efeitos judiciais em 23 comarcas, na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto relativa à organização do Sistema Judiciário (cuja redação atual contempla as alterações finais introduzidas pela Lei n.º 27/2019, de 28 de março).

¹³³ Comunicação pessoal (2018).

Tendo em conta o volume de trabalho implicado nos procedimentos conducentes à eliminação/redução de situações de duplicação de registos, conforme indicado pelo GSGSSI¹³⁴, este “depuramento” tem sido efetuado apenas para o registo da designada criminalidade violenta e grave (ex.: homicídio voluntário consumado e roubo), cuja definição e elenco completo de crimes que abrange será abordada no ponto 5.2.1.

Deste modo, e uma vez que esta análise tem sido realizada no contexto do já referido grupo para o estudo das estatísticas criminais, criado em 2009, tais procedimentos adotados foram implementados posteriormente, pelo que terão reflexo apenas nos registos a partir do ano de 2009/2010.

Paralelamente, salienta-se que a DGPJ definiu regras com os OPC de modo a que a criminalidade registada e comunicada regularmente a esta entidade corresponda apenas aos casos em que o NUIPC é da entidade que comunica os dados (ex.: se PSP registou no seu sistema um auto da GNR ou da PJ, este, por não ter NUIPC da PSP, não será comunicado pela PSP à DGPJ). Assim, cada entidade comunica à DGPJ apenas os registos que contenham NUIPC seus, evitando-se a comunicação de registos com o mesmo NUIPC por parte de várias entidades¹³⁵.

Assim, ao longo do tempo as entidades envolvidas foram aperfeiçoando as suas práticas de registo de transmissão de dados, de modo a diminuir situações de duplicação de casos. Neste sentido, a análise dos dados estatísticos relativos à criminalidade registada, quando analisados numa série de dados mais longa, deve ser contextualizada nomeadamente com estas questões anteriormente referidas, sob pena das leituras efetuadas serem pouco rigorosas.

No caso do homicídio voluntário consumado foram definidas orientações de modo a que não sejam registadas como tal as situações em que hajam *“dúvidas fundadas sobre a existência de um crime, bem como as situações em que existam indícios fortes de que se tratou de morte accidental, como sejam os casos em que existe uma forte aparência de suicídio ou as mortes sem assistência médica”* (DGPJ, 2016).

Em virtude de uma depuração crescente no que será registado ao nível deste crime por parte dos OPC e da progressiva eliminação de registos duplicados, uma análise comparada ao nível do número de homicídios que recue até há algumas décadas atrás carecerá de alguns cuidados acrescidos em termos das conclusões a extrair.

¹³⁴ Comunicação pessoal (2018).

¹³⁵ (M. J. Costa, comunicação pessoal, 2017).

Complementarmente, refere-se que existe um outro mapa a ser utilizado pelos OPC para notação de armas e outros meios utilizados no contexto das ocorrências criminais (anteriormente designado de mapa II). Este mapa é atualmente apenas uma referência, considerando que os dados “são transmitidos por via de interfaces automáticos, formulários *web* ou folhas de cálculo padronizadas (Excel), estando contudo ainda em vigor pois é por referência aos campos e valores aí previstos que são recolhidos os dados pelas diversas vias”¹³⁶. O referido “mapa” é apresentado no Anexo IV desta tese.

Segundo a DGPJ (2015; 2016), estes dados relativos às “Armas ou outros meios utilizados” devem ser preenchidos para as seguintes categorias de crimes:

- Homicídio voluntário consumado
- Ofensa à integridade física grave
- Roubos (subtipos)

Salienta-se que, de acordo com o Manual de preenchimento do modelo 262 (DGPJ, 2016), a categoria estatística do “Homicídio voluntário consumado” inclui os seguintes crimes previstos no Código Penal:

- Artigo 131.º - Homicídio
- Artigo 132.º - Homicídio qualificado
- Artigo 133.º - Homicídio privilegiado
- Artigo 134.º - Homicídio a pedido da vítima
- Artigo 136.º - Infanticídio

No caso da categoria estatística “Ofensa à integridade física grave¹³⁷”, esta incluirá os seguintes crimes do Código Penal:

- Artigo 144.º - Ofensa à integridade física grave
- Artigo 145.º - Ofensa à integridade física qualificada
- Artigo 146.º - Ofensa à integridade física privilegiada
- Artigo 147.º - Agravção pelo resultado

¹³⁶ (M. J. Costa, comunicação pessoal, 2017).

¹³⁷ Segundo o Manual de preenchimento do mapa 262 esta categoria refere-se aos artigos 143.º (ofensa à integridade física simples) e seguintes sendo aí indicado que a distinção entre uma ofensa simples e uma ofensa grave assenta na (in)existência de internamento em estabelecimento de saúde (DGPJ, 2016).

No que concerne à categoria estatística “Roubo” (e subcategorias) este corresponderá aos seguintes crimes do Código Penal:

- Artigo 210.º - Roubo
- Artigo 211.º - Violência depois da subtração

As tabelas com dados estatísticos extraíveis publicamente do SIEJ individualizam os dados da utilização de armas para o contexto do homicídio voluntário consumado, não o fazendo, todavia, para as duas outras categorias (ofensas e roubo), podendo-se no entanto obter os mesmos através de uma análise conjugada dos valores disponíveis relativos à utilização de armas para todos os crimes e para os crimes contra as pessoas.

A propósito dos dados estatísticos disponíveis para o homicídio voluntário consumado, estes não permitem avaliar, de entre estes, quantos terão sido posteriormente tipificados em homicídio qualificado (art.º 132.º do CP), supondo-se, porém, que esse quantitativo será certamente inferior ao total de homicídios voluntários consumados registados pelos órgãos de polícia criminal (OPC). Nesse quantitativo estarão incluídas situações que posteriormente podem não ter gerado acusações por homicídio e entre as que geraram tal tipo de acusação, apenas algumas terão configurado o crime de homicídio qualificado.

Para qualquer crime registado, e também no caso dos homicídios, importa ter em conta que a classificação inicial pelo OPC pode não corresponder à classificação atribuída na fase de inquérito, que por sua vez pode ser confirmada ou não em sede de julgamento (1ª instância), e em eventuais recursos judiciais que se tenham seguido até à situação de trânsito em julgado.

A DGPJ elabora e disponibiliza alguns destaques estatísticos sobre os dados abrangidos pelo SIEJ. Exemplo disso é o destaque relativo aos crimes registados pelas autoridades policiais em 2017. Trata-se de um documento muito sintético, disponibilizado em fins de março de 2018, que apresenta o total de crimes registados, o quantitativo de crimes para cada tipologia criminal (ex.: crimes contra as pessoas, crimes contra o património) e indica quais os crimes mais registados (DGPJ, 2018a).

Uma análise mais completa e detalhada sobre as estatísticas criminais registadas pelas autoridades policiais e sobre outros indicadores no âmbito do Sistema de Justiça Penal consta do Relatório Anual de Segurança Interna, o designado “RASI”, o qual é objeto de análise no tópico seguinte.

Uma análise detalhada sobre a evolução da criminalidade registada em Portugal pode ser encontrada no capítulo 9.

5.1.2 RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA (RASI)

Para efeitos de elaboração do RASI, os dados comunicados pelos OPC à DGPJ, em matéria de crimes registados, são integrados e analisados pelo Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI).

O SGSSI é um dos órgãos do Sistema de Segurança Interna (SSI), possuindo competências de coordenação, direção, controlo e comando operacional (art.º 11.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto).

No âmbito das suas valências de direção, compete ao SGSSI “*Proceder ao tratamento, consolidação, análise e divulgação integrada das estatísticas da criminalidade, participar na realização de inquéritos de vitimação e insegurança e elaborar o relatório anual de segurança interna*” (art.º 17.º, n.º 2 al. d).

Salienta-se ainda que, em cumprimento do disposto no art.º 7.º (n.º 3) da Lei de Segurança Interna, este Relatório é apresentado pelo Governo à Assembleia da República, até 31 de março do ano seguinte a que os dados dizem respeito, de modo a facultar informação “*(...) sobre a situação do País em matéria de segurança interna, bem como sobre a actividade das forças e dos serviços de segurança desenvolvida no ano anterior*”.

Esta obrigatoriedade de elaboração por parte do Governo de um relatório anual sobre a situação do País em matéria de segurança interna e sua apresentação à Assembleia da República constava já da anterior Lei de Segurança Interna (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 20/87, de 12 de junho)¹³⁸.

Tal como consta na atual versão da Lei de Segurança Interna, compete ao Gabinete Coordenador de Segurança, um dos órgãos do SSI, proceder à recolha, análise e divulgação dos elementos respeitantes aos crimes participados e de quaisquer outros elementos necessários à elaboração do relatório de segurança interna (art.º 22.º, n.º 2, al. b).

¹³⁸ Este diploma determinava que a apresentação deste relatório era feita durante o mês de janeiro. Com a alteração introduzida pela Lei n.º 8/91, de 1 de abril, passou a ficar estipulado que tal deveria ocorrer até 31 de março.

Assim, este Relatório constitui o documento por excelência onde são anualmente divulgadas as estatísticas da criminalidade participada, onde é efetuado um balanço da execução das orientações estratégicas em matéria de segurança interna relativamente ao ano em análise e onde são apresentadas as opções estratégicas para o ano seguinte.

Este Relatório apresenta todo um outro conjunto de informações, nomeadamente ao nível dos resultados operacionais no contexto do Sistema de Segurança Interna e do balanço da atuação a nível internacional.

O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), que vem sendo elaborado há mais de trinta anos de forma ininterrupta (desde 1988), refletia até 2015, em termos de estatísticas da criminalidade participada, os registos dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC) de competência genérica (GNR, PSP e PJ)¹³⁹, os quais são remetidos por estes OPC diretamente à DGPJ. De 2015 em diante, o RASI passou a incluir os registos de outros cinco OPC: SEF, PM, PJM, AT e ASAE.

Tal como indicado pelo Gabinete Coordenador de Segurança [GCS] (2002), a leitura dos números da criminalidade participada deve ter em conta alguns princípios, de modo a evitar a extração de conclusões precipitadas ou pouco sustentadas do ponto de vista científico. Entre esses princípios, constavam os seguintes: 1) a evolução da criminalidade deve ser estudada com base em ciclos longos (não devendo encarar-se a variação de um ano para outro de forma excessivamente conclusiva); 2) ter em conta que determinadas variações em alguns crimes, por se referirem a universos muito reduzidos, não devem ser consideradas do ponto de vista estatístico; e 3) a existência de divergências entre alguns conceitos jurídico-penais e a representação social e jornalística dos mesmos (exemplificando-se os registos relativos a crimes de terrorismo, rapto, sequestro e tomada de reféns, cujas ocorrências concretas correspondiam a situações de menor gravidade do que a atribuída habitualmente a estes fenómenos nos *media*¹⁴⁰).

O RASI apresenta geralmente um capítulo sobre a criminalidade participada, organizada segundo as grandes tipologias criminais previstas no Código Penal: crimes contra o património, crimes contra as pessoas, crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal, crimes contra a vida em sociedade, crimes contra o Estado e crimes contra animais de companhia; bem como crimes previstos em legislação avulsa.

¹³⁹ Ver GSGSSI (2016).

¹⁴⁰ Ex.: no caso do rapto, sequestro e tomada de reféns, referia-se que a maioria surgia relacionado com situações de regulação do poder paternal, registando-se posteriormente um elevado índice de desistências de procedimento criminal.

O capítulo da criminalidade registada, tendo por referência, por exemplo, o RASI de 2017, integra também uma análise segundo a distribuição geográfica, um subcapítulo sobre a criminalidade violenta e grave (CVG)¹⁴¹ e ainda análises diferenciadas (subcapítulos) para alguns crimes/categorias em concreto.

No caso da CVG, é apresentada a sua evolução ao longo dos últimos dozes anos para alguns dos crimes mais prevaletentes neste domínio, é analisada a taxa de variação anual para os vários distritos/regiões, é feita referência à evolução da CVG nos últimos 12 anos nos três distritos com maior representatividade deste tipo de crimes, e fornecem-se dados da taxa de registo por mil habitantes.

No âmbito deste capítulo do RASI, dedicado à criminalidade registada, foi sendo igualmente materializada uma evolução nos crimes objeto de análises diferenciadas. O RASI de 2001 contemplava análises específicas ao nível do combate ao tráfico de drogas e da delinquência grupal e juvenil; em 2007, surgiu pela primeira vez, um tópico específico para a violência doméstica e um outro para o Programa Escola Segura (contendo dados estatísticos sobre as ocorrências em meio escolar). Se se analisar, por exemplo, o RASI de 2017 verifica-se que é disponibilizada uma análise específica para homicídio voluntário consumado, crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, segurança informática, violência doméstica, imigração ilegal, tráfico de pessoas, tráfico de estupefacientes, furto em ATM¹⁴², moeda falsa, criminalidade económica e financeira; e criminalidade grupal e delinquência juvenil.

Com exceção dos crimes de violência doméstica, tráfico de seres humanos e tráfico de estupefacientes, as análises apresentadas no RASI para os restantes crimes em foco tendem a ser muito sucintas (ocupando uma a duas páginas, três no máximo).

Para os três crimes analisados com maior detalhe no RASI, importa salientar que são elaborados relatórios autónomos neste domínio, elaborados por outras entidades.

O Ministério da Administração Interna elabora relatórios periódicos (com carácter anual) sobre as ocorrências de violência doméstica participadas às Forças de Segurança (GNR e PSP)¹⁴³ e sobre o tráfico de seres humanos¹⁴⁴. Através destes relatórios é possível aprofundar o conhecimento sobre estes fenómenos, uma vez que são apresentados dados com um nível de detalhe mais elevado, permitindo caracterizar as vítimas, os suspeitos, a relação entre ambos e as próprias ocorrências.

¹⁴¹ Ocupando oito páginas.

¹⁴² *Automated Teller Machine* (“multibanco”).

¹⁴³ Ver: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI] (2017).

¹⁴⁴ Ver: Observatório do Tráfico de Seres Humanos [OTSH] (2018).

Também para o caso dos crimes associados à droga, a Polícia Judiciária disponibiliza, desde o ano 2000, relatórios anuais neste domínio, atentas as responsabilidades que lhe são cometidas por Lei em termos da centralização e tratamento de toda a informação respeitante às situações de infração (tráfico ilícito de estupefacientes)¹⁴⁵.

Refira-se que o RASI contempla um conjunto vasto de informações, incluindo também dados sobre o sistema prisional (reclusos e sua caracterização) e reinserção social (processos tutelares educativos, medidas tutelares decretadas, jovens internados em centros educativos, entre outros).

De acordo com a Lei de organização da investigação criminal (LOIC), já mencionada no ponto 3.3.1, a Polícia Judiciária tem competência reservada para a investigação de determinados tipos de crime, nomeadamente parte relevante do grupo que integra a dita criminalidade violenta e grave (GCS, 2007). Assim, a PJ investiga esses crimes independentemente do OPC que recebe a participação e posteriormente remete para investigação à Polícia Judiciária.

A título exemplificativo, refira-se que no RASI (neste caso, veja-se o relativo ao ano de 2006), em termos das atividades desenvolvida pela PJ são indicados alguns quantitativos para os inquéritos no domínio da “criminalidade violenta”, sendo que deste elenco fazem parte crimes como lenocínio, auxílio à imigração ilegal e tráfico de pessoas, os quais não integram o conjunto de crimes violentos e graves constantes na definição utilizada neste mesmo Relatório. Refira-se que, nos anos mais recentes, não se constata esta incongruência, nomeadamente porque este tipo de dados desagregado por OPC deixou de constar.

Verificam-se, no entanto, outras incongruências ao nível da abrangência de crimes no âmbito da criminalidade violenta, pelo que importa refletir sobre a definição de criminalidade violenta a utilizar, a qual tem implicações ao nível dos crimes abrangidos e ao nível do seu volume de registos (e respetivas tendências/variações).

¹⁴⁵ Ver: Polícia Judiciária [PJ] (2018).

5.2 A MEDIÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

5.2.1 A DEFINIÇÃO DE CVG DO RASI

Apesar do CPP contemplar uma definição formal de criminalidade violenta (CV) e criminalidade especialmente violenta (CEV), já abordadas no ponto 3.4, em termos práticos, as estatísticas oficiais assentam na definição contemplada no RASI. Nos relatórios anuais de segurança interna (RASI) opta-se por apresentar um outro conceito: “*criminalidade violenta e grave*”, baseada, atualmente, num conjunto de 25 ilícitos/categorias penais que “*têm como denominador comum a violência física ou psicológica, sendo causadores de forte sentimento de insegurança*” (Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [GSGSSI], 2017; 2018). No RASI de 2013 surgia uma definição similar: “*crimes que pela sua violência física ou psicológica, causam maior sentimento de insegurança*”.

O conjunto de crimes considerados no âmbito da criminalidade violenta e grave foi sofrendo alterações ao longo dos anos. Entre 1998¹⁴⁶ e 2006, esta definição englobava 16 categorias, entre 2007 e 2009 passou a ter 18 categorias¹⁴⁷ e de 2010 em diante contempla 25 categorias (ver Quadro 15). Em 2007, as 3 novas categorias aditadas foram: “outros roubos”, “Organizações terroristas e terrorismo nacional” e “Outras organizações terroristas e terrorismo internacional” (GCS, 2008). Em 2010, entraram em vigor alterações ao mapa de notação de crimes, aditando-se novas categorias de roubo (ver Quadro 15). Assim, estas variações decorreram nomeadamente do facto de terem aumentado as categorias de roubo consideradas, de modo a diminuir o peso da categoria de “outros roubos”.

¹⁴⁶ No RASI de 1998 foi incluída informação que permite datar a criação deste indicador de CVG: “*Desenvolveu-se em 1998 um indicador único de criminalidade violenta e grave, semelhante ao utilizado pela estatística internacional. Foram, para o efeito, reunidos 15 crimes que, pelas suas características violentas e dolosas, têm um maior impacto no sentimento de insegurança das populações*” (GCS, 1999, p. 32).

¹⁴⁷ Conforme consta do RASI, em função das alterações verificadas no conjunto de crimes considerados como violentos e graves, os valores anteriores, desde 1998 a 2006 foram atualizados, viabilizando a sua comparação com o ano de 2007.

RASI 1998 – 2006 (16 categorias)	RASI 2007-2009 (18 categorias)	RASI 2010 em diante (25 categorias)
Homicídio voluntário consumado	Homicídio voluntário consumado	Homicídio voluntário consumado
Ofensa int. física vol. grave	Ofensa int. física vol. grave	Ofensa int. física vol. grave
Rapto/ sequestro/ tom. Reféns	Rapto/ sequestro/ tom. Reféns	Rapto/ sequestro/ tom. Reféns
Violação	Violação	Violação
Furto/roubo por esticão	Furto/roubo por esticão	Roubo por esticão
Roubo na via pública excepto por esticão	Roubo na via pública excepto por esticão	Roubo na via pública excepto por esticão
Roubo a banco ou outro estab. de crédito	Roubo a banco ou outro estab. de crédito	Roubo a residência
Roubo a tesouraria ou estações de correio	Roubo a tesouraria ou estações de correio	Roubo a viatura
Roubo a posto de abastecimento de combustível	Roubo em posto de abastecimento de combustível	Roubo a banco ou outro estab. de crédito
Roubo a motorista de transportes públicos	Roubo a motorista de transportes públicos	Roubo a tesouraria ou estações de correio
Extorsão	Outros roubos	Roubo a farmácias
Pirataria aérea / Outros crimes contra a segurança da aviação civil	Extorsão	Roubo a ourivesarias
Motim, instigação e apologia pública do crime	Pirataria aérea / Outros crimes contra a segurança da aviação civil	Roubo em posto de abastecimento de combustível
Associação criminosa	Motim, instigação e apologia pública do crime	Roubo em estabelecimento de ensino
Resistência e coação sobre funcionário	Associação criminosa	Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais
Terrorismo e organizações terroristas	Resistência e coação sobre funcionário	Roubo em transportes públicos
	Organizações terroristas e terrorismo nacional	Roubo a transporte de valores
	Outras organizações terroristas e terrorismo internacional	Outros roubos
		Extorsão
		Pirataria aérea / Outros crimes contra a segurança da aviação civil
		Motim, instigação e apologia pública do crime
		Associação criminosa
		Resist. coação s/ funcionário
		Organizações terroristas e terrorismo nacional
		Outras organizações terroristas e terrorismo internacional

Quadro 15: Evolução das categorias de ilícitos constantes na definição de CVG do RASI

Desde 2010 até 2017, os quantitativos da “criminalidade violenta e grave” têm vindo a diminuir consecutivamente, tendo em 2017 atingido o valor de 15.303 (GSGSSI, 2018), o valor mais baixo desde 1998 (ano em que se iniciou a utilização da definição de CVG no RASI). Se se aplicar a definição atual de CVG aos registos anteriores a 1998 (sendo possível

recuar até 1993, tendo em conta os dados disponibilizados pela DGPJ publicamente), verifica-se que o número de CVG registada em 2017 é o segundo menor desde 1993 (ano em que o seu número seria de 15.022).

Uma análise mais pormenorizada da evolução dos quantitativos referentes à CVG é realizada no ponto 9.2.1.

É assim com base nesta definição utilizada no RASI que são, nessa sede, apresentados dados estatísticos neste domínio. Esta classificação habitualmente utilizada parece surgir da necessidade de complementar as restantes estatísticas criminais com dados que reflitam a severidade dos crimes praticados, contudo, o racional que sustenta esta classificação não se encontra, pelo que se pode apurar, explicitamente baseado em revisão de literatura e/ou em outras eventuais fontes.

A maioria dos ilícitos penais, entre os 25 contemplados, corresponde a “subtipos” de roubo (14). Entre os 11 restantes, 5 encontram-se enquadrados na definição de CV ou CEV do CPP: Homicídio voluntário consumado; Ofensa integridade física voluntária grave; Rapto/sequestro/ tomada de reféns; Violação; e Resistência e coação sobre funcionário. Os restantes 6 tipos de crime previstos nesta definição do RASI são os seguintes: extorsão; pirataria aérea e outros crimes contra a segurança da aviação; motim, instigação ou apologia pública do crime; associações criminosas; organizações terroristas e terrorismo nacional; e outras organizações terroristas e terrorismo internacional.

Refira-se ainda que os 25 ilícitos penais abrangidos na classificação usada não correspondem a 25 crimes tipificados no Código Penal, antes correspondem a categorias utilizadas no âmbito do sistema de notação estatística utilizado e que já foi atrás abordado. Assim, e a título de exemplo, no Código Penal existe o crime de roubo (art.º 210.º) e no caso da definição de CVG surgem as já mencionadas 14 subcategorias de roubo.

Assim, os 25 ilícitos penais da definição do RASI correspondem a 22 crimes autónomos do CP e 4 crimes previstos em legislação avulsa (lei do terrorismo), ou seja, um total de 26 crimes. No Apêndice 2 é possível visualizar estes 26 crimes e sua relação com as categorias usadas em sede de RASI no âmbito da definição de CVG. Algumas das categorias de ilícitos penais que são contabilizados para efeitos de CVG, representam elas próprias diversos artigos do CP. Em sede do RASI, são utilizadas as categorias de crimes previstos no modelo 262, anteriormente abordado. Através da consulta ao manual de preenchimento deste mapa 262 constata-se que

algumas dessas categorias abarcam vários artigos do Código Penal (ver DGPJ, 2016). A título de exemplo referem-se os casos que se seguem.

O “Homicídio voluntário consumado” é uma categoria estatística que inclui os artigos 131.º, 132.º, 133.º, 134.º e 136.º do CP e que, com exceção do 134.º, encontram-se discriminados no quadro do Apêndice 2. A não inclusão do art.º 134.º (homicídio a pedido da vítima) no referido Apêndice (que comporta 60 potenciais crimes a abranger numa definição de criminalidade violenta) prende-se com dois factos: a sua natureza/contexto surge como diferente dos demais artigos abrangidos e a sua moldura penal é inferior à da definição de CV do CPP.

Um outro exemplo é o da ofensa à integridade física voluntária grave. Esta inclui os artigos 143.º e seguintes, sendo que segundo o manual de preenchimento do mapa 262, a mesma referência a estes artigos 143.º e seguintes surge também na ofensa à integridade física simples, sendo aí indicado que a distinção entre uma ofensa simples e uma ofensa grave assenta na (in)existência de internamento em estabelecimento de saúde. Assim, numa interpretação extensiva da definição de CVG do RASI, tendo por base as regras de notação estatística, e apesar da moldura penal da ofensa à integridade física simples ser inferior à da moldura penal da CV do CPP, este crime foi incluído no quadro constante do Apêndice 2.

Um outro exemplo é a inclusão do art.º 211.º, “violência depois da subtração”, uma vez que segundo o referido Manual a grande categoria “Roubo” reporta-se aos artigos 210.º (roubo) e 211.º (violência depois da subtração) do CP (cuja moldura penal é idêntica à do art.º 210.º). Assim, deve ser registado/contabilizado em “roubo” (numa das suas 14 subcategorias) as condutas que correspondam ao art.º 210.º do CP, mas também as que configuram o art.º 211.º do CP (violência depois da subtração).

Salienta-se ainda que foi identificado adicionalmente o crime de dano com violência (art.º 214.º), por uma razão de coerência, tendo em conta o facto de que remete, tal como o roubo, para a violência exercida sobre uma pessoa, e ambos os crimes possuem molduras penais semelhantes. Este crime não se encontra incluído na definição de CVG do RASI, mas numa lógica, mais uma vez extensiva, poderá vir a ser contemplado, facto pelo qual o mesmo foi incluído no quadro do Apêndice 2.

5.2.2 ANÁLISE COMPARADA DOS CRIMES ABRANGIDOS NAS DUAS DEFINIÇÕES (CPP E RASI)

No Quadro 16 é possível verificar os 11 crimes abrangidos pelas duas definições CPP e RASI (crimes em comum). Salienta-se que estes 11 crimes comuns correspondem a cinco categorias do elenco de 25 do RASI.

Art.º do CP	CV ou CEV (CPP)	CVG - RASI ¹⁴⁸
131.º	Homicídio	
132.º	Homicídio qualificado	Homicídio voluntário consumado (Art.ºs 131.º, 132.º, 133.º, 134.º e 136.º do Código Penal)
133.º	Homicídio privilegiado	
136.º	Infanticídio	
144.º	Ofensa à integridade física grave	Ofensa à integridade física voluntária grave (Art.ºs 143.º e seguintes do Código Penal) ¹⁴⁹
145.º	Ofensa à integridade física qualificada	
158.º	Sequestro	Rapto/ Sequestro/ Tom. reféns (Art.ºs 158.º, 61º e 162.º do Código Penal.)
161.º	Rapto	
162.º	Tomada de reféns	
164.º	Violação	Violação
347.º	Resistência e coação sobre funcionário	Resistência e coação sobre funcionário

Quadro 16: Os 11 crimes/categorias em comum entre a definição de criminalidade violenta do CPP e a definição de CVG do RASI.

Existem crimes que, apesar de estarem enquadrados na definição de criminalidade violenta (ou especialmente violenta) do CPP, não se encontram contemplados na definição de CVG do RASI (ex.: violência doméstica, maus tratos, tráfico de seres humanos, abuso sexual de crianças, pornografia de menores, entre outros). Do mesmo modo, existem crimes englobados na definição do RASI que não estão incluídos na definição de CV ou CEV do CPP (ex.: roubo, extorsão, associação criminosa, terrorismo).

No total foram contabilizados 21 crimes na primeira situação e 15 na segunda, constando do Quadro 17.

¹⁴⁸ Elenco de crimes abrangidos tendo em conta o disposto em DGPJ (2016).

¹⁴⁹ Esta categoria poderá incluir os artigos 143.º até 147.º do CP, sendo que o art.º 144.º-A (mutilação genital feminina) encontra-se abrangido na categoria “outros crimes contra a integridade física” e os artigos 148.º em diante estão integrados em outras categorias. Para uma análise mais detalhada sobre esta questão ver DGPJ (2016).

Art.º CP	Apenas na definição CPP (21)	Art.º CP ou LA ¹⁵⁰	Apenas na definição RASI (15)
138.º	Exposição ou abandono	210.º	Roubo
144.º-A	Mutilação genital feminina	211.º	Violência depois da subtração
152.º	Violência doméstica	223.º	Extorsão
152.º-A	Maus tratos	287.º	Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros
152.º-B	Violação de regras de segurança	288.º	Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro
154.º-B	Casamento forçado	289.º	Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro
159.º	Escravidão	297.º	Instigação pública a um crime
160.º	Tráfico de pessoas	298.º	Apologia pública de um crime
163.º	Coação sexual	302.º	Participação em motim
165.º	Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência	303.º	Participação em motim armado
166.º	Abuso sexual de pessoa internada	299.º	Associação criminosa
168.º	Procriação artificial não consentida	2.º LT	Organizações terroristas
169.º	Lenocínio	4.º LT	Terrorismo
171.º	Abuso sexual de crianças	3.º LT	Outras organizações terroristas
172.º	Abuso sexual de menores dependentes	6.º LT	Terrorismo internacional
175.º	Lenocínio de menores		
176.º	Pornografia de menores		
349.º	Tirada de presos		
350.º	Auxílio de funcionário à evasão		
354.º	Motim de presos		
355.º	Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público		

Quadro 17: Crimes abrangidos apenas por uma das definições de criminalidade violenta/CVG (CPP ou RASI)

A definição do CPP cobre todos os crimes previstos na definição do RASI, com exceção de 15 (nas tipologias de crimes contra o património, contra a vida em sociedade e da Lei do terrorismo [LT]). Por outro lado, a definição do RASI deixa de fora 21 crimes da definição do CPP (17 crimes contra as pessoas e 4 crimes contra o Estado/Autoridade pública).

Aos 11 crimes em comum, aos 21 específicos da definição do CPP e aos 15 específicos da definição do RASI, poderão ainda vir a ser aditados a ofensa à integridade física simples e o dano com violência, atrás mencionados, bem como outros quatro crimes (incitamento ou ajuda ao suicídio, homicídio por negligência, aborto e aborto agravado) (ver Quadro 18), conforme exposto anteriormente no ponto 3.4 sobre a definição de CV/CEV do CPP. Assim, os dois primeiros crimes “extra” decorrem de uma leitura mais extensiva da definição de CVG do RASI e os outros quatro surgem na sequência de uma interpretação também mais abrangente, mas desta feita em relação à definição de CV do CPP.

¹⁵⁰ Legislação avulsa.

Art.º	Crimes não abrangidos na definição estrita prevista no CPP (CV ou CEV) nem na definição de CVG do RASI – interpretação mais extensiva
134.º	Incitamento ou ajuda ao suicídio
137.º	Homicídio por negligência
140.º	Aborto
141.º	Aborto agravado
143.º	Ofensa à integridade física simples
214.º	Dano com violência

Quadro 18: Seis crimes potencialmente enquadráveis na criminalidade violenta e não abrangidos pela definição do CPP ou do RASI - interpretação extensiva

Uma vez que a definição de CVG do RASI engloba crimes previstos em legislação avulsa (ex.: terrorismo), e não apenas no CP propriamente dito, foi efetuada uma análise relativa a outros diplomas potencialmente relevantes neste domínio, como sejam a Lei de estrangeiros, a Lei da droga e a Lei das armas, considerando-se que podem existir, nomeadamente, outros sete crimes potencialmente abrangidos pela CV (Quadro 19).

Refira-se que esta análise da legislação avulsa decorre também do estudo empírico descrito na Parte III desta obra, nomeadamente dos contributos obtidos em sede das entrevistas realizadas.

Para determinar este segundo elenco de crimes “extra” aqui considerados teve-se também em conta a respetiva moldura penal, não se incluindo crimes cuja moldura penal fosse inferior à prevista na definição de criminalidade violenta integrada no CPP. Foram assim identificados sete outros crimes, conforme consta no Quadro 19.

Art.º	Outros crimes não abrangidos nas definições de CV (CPP e RASI) potencialmente a incluir
183.º	Auxílio à imigração ilegal
184.º	Associação de auxílio à imigração ilegal
21.º	Tráfico e outras atividades ilícitas (Lei da "droga")
22.º	Precursores (Lei da "droga")
28.º	Associações criminosas (Lei da "droga")
86.º	Detenção de arma proibida e crime cometido com arma (Lei armas e munições)
87.º	Tráfico e mediação de armas (Lei armas e munições)

Quadro 19: Outros crimes potencialmente enquadrados na criminalidade violenta previstos em legislação avulsa e não abrangidos pela definição do CPP ou do RASI

Conforme se constata pelo Quadro 20, a definição do CPP cobre 42% dos crimes contemplados na definição do RASI, e esta definição abrange 34% dos crimes envolvidos na definição do CPP, evidenciando-se assim uma fraca sobreposição entre as duas definições. No caso da definição do CPP, esta cobre 100% dos crimes contra as pessoas da definição do RASI e também o crime contra o Estado aí previsto. Por outro lado, a definição do RASI contempla crimes nas tipologias dos crimes contra o património, contra a vida em sociedade e em legislação avulsa, o que não sucede na definição do CPP.

Tipologia	CV ou CEV Def. CPP	CVG Def. RASI	N.º de outros crimes aditados	N.º de crimes comuns às duas definições	% de crimes CPP presentes no RASI	% de crimes RASI presentes no CPP	Observações
Contra as pessoas	27	10	5	10	37%	100%	Definição do CPP engloba todos os crimes da definição do RASI. 5 outros crimes aditados (Incitamento ou ajuda ao suicídio, homicídio por negligência, aborto, aborto agravado e ofensas à integridade física simples) 16 crimes englobados na definição do CPP, mas não abrangidos na definição do RASI
Contra o património	-	3	1	-	-	0%	Crimes englobados na definição do RASI, mas não na do CPP. (Roubo, Violência depois da subtração e Extorsão) Dano com violência não englobado em nenhuma das definições
Contra a vida em sociedade	-	8	-	-	-	0%	Crimes englobados na definição do RASI, mas não na do CPP
Contra o Estado	5	1	-	1	20%	100%	4 crimes contra a autoridade pública englobados na definição do CPP, mas não na definição do RASI. Único crime comum nesta tipologia é a resistência e coação sobre funcionário
Legislação avulsa	-	4	7	-	-	0%	Crimes de terrorismo (4) englobados na definição do RASI, mas não na do CPP 7 crimes previstos em legislação avulsa que não estão contemplados em nenhuma das definições.
Total	32	26	13	11	34%	42%	A sobreposição entre as duas definições é inferior a 50%
	60 ¹⁵¹						

Quadro 20: Resumo comparativo do número de crimes abrangidos nas duas definições de criminalidade violenta

¹⁵¹ Totaliza 60, pois retiram-se os 11 crimes em comum às duas definições, de modo a não ficarem duplicados.

No Apêndice 2 constam todos os crimes identificados nas definições de criminalidade violenta (CPP e RASI), que correspondem a um conjunto de 47 crimes, bem como outros 13 crimes aditados pelos motivos expostos (6+7), perfazendo um total de 60 crimes.

Foram assim identificados 60 crimes, potencialmente abrangidos numa definição de criminalidade violenta, 11 provenientes de ambas as definições (CPP e RASI), 21 apenas da definição do CPP, 15 apenas da definição do RASI e outros 13 crimes extra considerados.

Conforme se observará na parte III da investigação, a análise aqui efetuada sobre os crimes potencialmente abrangidos numa definição de criminalidade violenta está alinhada com o estudo empírico realizado, e servirá como ponto de partida para as análises apresentadas no capítulo 9, onde se abordar, nomeadamente, o reflexo estatístico das duas definições de criminalidade violenta consideradas (a do CPP e a do RASI).

5.3 ESTUDOS REALIZADOS

5.3.1 INQUÉRITOS DE VITIMAÇÃO

Relativamente aos inquéritos de vitimação realizados em Portugal sublinham-se os três implementados nos anos de 1988, de 1992 e 1994, sendo que o primeiro abrangeu a área metropolitana de Lisboa, o segundo Portugal Continental e o terceiro foi realizado a nível nacional (com uma amostra de 13.500 participantes) (Almeida & Alão, 1996). Trata-se de inquéritos levados a cabo pelo ex-Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, em parceria com o INE, I.P.

Salientando alguns resultados decorrentes dessas iniciativas, refira-se que, do inquérito de vitimação realizado em 1994, se verificou que 14% dos inquiridos haviam sido vítimas de algum crime no último ano, sendo que 72% não o havia denunciado à polícia (Almeida e Alão, 1996).

Mais tarde, e no seguimento do *International Crime Victim Survey* (ICVS) (Inquérito internacional sobre vitimação criminal), da responsabilidade das Nações Unidas (UNICRI¹⁵²) (Dijk, Kesteren, & Smit, 2007), cuja primeira edição ocorreu em 1989, usando a mesma metodologia,

¹⁵² United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute [Instituto das Nações Unidas para a investigação inter-regional na área do crime e justiça].

foi realizado em 2005 o *European Crime and Safety Survey* (ECS) (Inquérito europeu sobre crime e segurança) que envolveu 15 países, entre os quais Portugal.

No âmbito deste Inquérito Europeu sobre Crime e Segurança (ECS) de 2005, em que Portugal participou (com uma amostra de 2.000 participantes contactados via telefone), observou-se que as taxas de vitimação em Portugal se situavam abaixo da média dos quinze países participantes (10,4% vs. 15,9%) (Dijk, Manchin, Kesteren, Nevala & Hideg, 2005).

Constatou-se ainda que o medo relativo a crimes de contacto no espaço público (ex.: roubo, crimes sexuais) era muito mais elevado em Portugal do que em países onde o risco efetivo era mais elevado (ex.: Suécia).

Dos resultados obtidos pelo ECS, observava-se que Portugal era um país com baixas taxas de vitimização; existia um contacto elevado com problemas relacionados com drogas e os sistemas de alarme em residência eram amplamente utilizados. Segundo os dados então disponíveis, em Portugal, 54% dos crimes eram reportados à polícia.

Inquéritos de vitimação sobre temáticas específicas foram igualmente realizados, como seja o caso da violência contra as mulheres/violência de género. Em 1995, foi realizado o primeiro inquérito nacional sobre a violência contra as mulheres (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997)¹⁵³, e em 2007 o segundo, neste caso sobre violência de género (Lisboa, Barroso, Patrício & Leandro, 2009).

Paralelamente, outras iniciativas em termos de inquéritos de vitimação têm sido realizadas, embora a nível local (ex.: Região Autónoma dos Açores, em 2009) e sem uma regularidade definida.

Em 2008/2009 foi realizado um outro inquérito, sob a responsabilidade de uma equipa do ISCTE/IUL¹⁵⁴ (Almeida, 2010). Neste inquérito, a amostra correspondeu a 8.719 participantes entrevistados face a face.

No âmbito da divulgação preliminar de resultados deste inquérito, os dados disponibilizados por Almeida (2010) apontavam para uma taxa de vitimização de 9,2% (802 vitimizações ocorridas na amostra de 8.719 participantes) e para que 38% dos inquiridos se sentiam “muito seguros” e 42% “seguros” em Portugal, enquanto relativamente à respetiva zona de residência os valores eram de 70,5% e 22%, respetivamente.

¹⁵³ Sob a coordenação do Professor Doutor Nelson Lourenço.

¹⁵⁴ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa.

Em 2009, e conforme referido anteriormente (ponto 4.1.3), iniciaram-se procedimentos tendo em vista a criação e adaptação de um inquérito de vitimação para utilização na União Europeia. Tratou-se de um projeto coordenado pelo Eurostat, tendo Portugal participado na testagem do instrumento e sendo a parceria nacional liderada pelo INE, I.P. (DGAI, 2009).

Estimava-se um custo de 12 milhões de euros na implementação deste inquérito em todos os Estados-Membros, em 2013, o qual incluía amostras que variavam entre os 3.000 a 10.000 participantes, consoante a população respetiva (Dijk, 2013).

Conforme referido por Dijk (2013), previa-se que este inquérito (na sua fase final designado de Inquérito à Segurança: *Safety Survey- SASU*) fosse finalmente aplicado em 2013, no entanto a proposta subjacente ao mesmo foi rejeitada pelo Parlamento Europeu em setembro de 2012.

Atualmente, encontra-se previsto em sede da Estratégia Nacional para a Igualdade e não Discriminação- Portugal + Igual (ENIND) 2018-2030¹⁵⁵, a realização, em 2020, de um inquérito nacional à violência de género, no âmbito de uma iniciativa do Eurostat neste domínio.

5.3.2 ALGUNS ESTUDOS SOBRE CRIMINALIDADE PARTICIPADA

O primeiro estudo, em Portugal, onde foi realizada uma análise longitudinal do crime foi elaborado por Lourenço e Lisboa (1998). Este estudo debruçou-se sobre a análise dos crimes registados pela Polícia Judiciária entre 1984 e 1993, tendo igualmente integrado uma análise das participações à GNR e à PSP para o ano de 1993 (sendo esse o ano em que se iniciou a informatização dos dados nas Forças de Segurança) (Lourenço & Lisboa, 1998).

Salienta-se que, na ocasião em que foi realizado o estudo, a sistemática do Código Penal era diferente, pelo que, por exemplo, crimes que hoje em dia estão abrangidos nos crimes contra as pessoas estavam anteriormente englobados nos crimes contra a vida em sociedade (ex.: crimes sexuais e crimes contra a família).

Assim, e nesta análise, as ofensas corporais (simples e graves), seguidas dos homicídios eram os crimes com maior peso entre os crimes contra a vida então considerados. Em 1984, verificaram-se 13 participações por ofensas corporais em mil participações (12,6) e em 1993 o

¹⁵⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio.

seu peso diminuía para 8 em mil (8,2), observando-se situação contrária para os homicídios: 2,6 participações em mil, no ano de 1984, e em 1993 o seu peso subia para 3,1 participações em mil.

No âmbito deste estudo, os autores corroboravam a perspectiva de que os homicídios tendiam a ocorrer com especial incidência nas zonas rurais em contraponto às zonas urbanas, onde prevaleceriam os crimes patrimoniais. Verificaram também que, no final do período estudado (1993), se constatava uma associação entre os crimes de homicídio, os jovens de baixos estratos sociais e os crimes de tráfico ou consumo de droga.

Com base nos dados registados pela GNR e pela PSP (ano de 1993), apontava-se a existência de algumas evidências que indicavam que os crimes contra o património revelavam maior incidência nos distritos mais urbanizados e os crimes contra as pessoas maior incidência nos distritos de maior ruralidade.

Neste estudo, os autores procuraram analisar os crimes registados nesta série de dez anos através, nomeadamente, da análise de tendências e das variações sazonais. Os autores verificaram que nestes dez anos se constatava um aumento dos crimes contra o património, mas uma diminuição do peso relativo dos crimes contra as pessoas (em 1984, esta tipologia representava 3,8% da criminalidade registada pela PJ e, em 1993, 2,6%). Apesar desta tendência global, observava-se que, após nove anos consecutivamente a diminuir o seu peso, entre 1992 e 1993, o número de crimes contra as pessoas aumentara a sua expressão de 2,1% para 2,6%, o que levava os autores a interrogarem-se sobre a possibilidade de se verificar uma inversão na tendência observada ou apenas algo decorrente de uma questão conjuntural.

Mediante os resultados obtidos ao nível da avaliação das variações sazonais, concluíram que não é adequado representar a criminalidade como um “todo”, como se se tratasse de uma realidade única, assim indicavam a importância de se analisarem os diferentes tipos de crime de forma distinguível, uma vez que desse modo os crimes revelavam características e comportamentos diferentes do que quando agregados nas grandes categorias jurídicas ou sociológicas.

Ao analisarem os crimes isoladamente, apenas verificaram sazonalidades em quatro deles (ofensas corporais, furtos simples, desobediência à autoridade e consumo de droga).

Segundo os dados disponibilizados neste estudo e, por exemplo, no que diz respeito às ofensas corporais, estas revelavam uma sazonalidade anual na passagem da primavera para o

verão, verificando-se mais ocorrências, ao contrário do observado da passagem do verão para o outono onde se registavam menos ocorrências. Crimes como os homicídios, crimes sexuais e crimes contra a família não revelaram, na análise efetuada, qualquer sazonalidade.

Ferreira (1998) analisou os registos efetuados pelas autoridades policiais portuguesas (GNR, PSP e PJ) relativos aos anos 1993 a 1995, salientando que nesse período foram assassinadas intencionalmente mais de 1.200 pessoas, gravemente agredidas de forma deliberada pelo menos 3.200 pessoas, intencionalmente agredidas 95.000 pessoas e violadas 15.000 mulheres. Este autor referia que os dados apurados para alguns crimes contra as pessoas não eram tão pouco frequentes como o poderiam fazer entender as representações existentes relativas ao “carácter não violento” da sociedade portuguesa.

Este autor concluía que os crimes contra as pessoas não apresentavam, ao contrário do observado para os crimes patrimoniais, uma concentração territorial nem uma incidência mais elevada nas zonas mais densamente povoadas e urbanizadas de Portugal. Para o ano de 1995, as únicas zonas cuja taxa de incidência de crimes contra pessoas registados pelas polícias era superior ao valor nacional (7 crimes por mil habitantes) eram as Regiões Autónomas da Madeira (13 crimes por mil habitantes) e dos Açores (11 crimes por mil habitantes). No caso da Madeira, a explicação avançada para compreender esta situação convocava os resultados do inquérito à vítima realizado em 1994 e onde se verificava que nesta região existia a taxa de participação criminal à polícia mais elevada do país, indiciando que a criminalidade registada estava mais próxima da real criminalidade existente do que em outras regiões. No caso dos Açores, este tipo de explicação não era viável pois esta Região havia apresentado no referido Inquérito uma das mais baixas taxas de participação criminal às autoridades policiais.

Nos distritos de Beja e da Guarda registavam-se as mais baixas taxas de incidência de crimes contra as pessoas participados às polícias (menos de 5 por mil habitantes), sendo que nos restantes distritos a referida taxa apresentava valores situados na média (entre 5 a 9 por mil habitantes).

Este autor, baseando-se nos resultados do Inquérito de vitimação de 1994, constata que a taxa de vitimização de alguns crimes contra as pessoas apresentava variações a assinalar ao nível do território. Por exemplo, no caso das ofensas sexuais a taxa de vitimização no Algarve era três vezes superior à média nacional.

No âmbito da análise das taxas de incidência salientava-se que, em algumas zonas/regiões, como as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, o Algarve e a Madeira, devido aos fluxos

migratórios temporários, a população “residente” é aumentada de forma muito significativa, o que deve ser tido em conta.

Salienta-se que, no âmbito das taxas de incidência de situações de violência doméstica reportadas às autoridades policiais, também se regista que os valores mais elevados a nível nacional se situam nas Regiões Autónomas (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI], 2017). Trata-se de uma realidade que vem sendo constatada desde há vários anos, de forma consecutiva, tendo conduzido à realização de um estudo, em 2009, com vista a uma maior compreensão do fenómeno, neste caso ao nível dos Açores.

Relativamente às incidências temporais dos crimes contra as pessoas, Ferreira (1998), com base nos dados relativos aos casos que atingiram a fase de julgamento e resultaram na condenação do respetivo autor¹⁵⁶, indicava que uma parte significativa de crimes contra as pessoas, como os homicídios e ofensas corporais, tendia a ocorrer a partir do meio da tarde e atingir valores mais elevados entre as 18h e as 21h e entre a meia-noite e as 3h da madrugada. No caso das violações, dois terços tendia a ocorrer entre a meia-noite e as 3h da manhã.

Comparando este tipo de dados com os provenientes dos inquéritos de vitimação de 1992 e 1994, o autor colocava a hipótese de que os crimes contra as pessoas com consequências mais graves podem estar associados a dinâmicas e ritmos particulares da vida noturna. Neste âmbito, e reportando-se a estudos que relacionam o consumo de álcool e a ocorrência de conflitos interpessoais, o autor referia que este fator não poderia deixar de ser considerado nesta análise. Mencionando diversos estudos internacionais, indicava-se que cerca de dois terços dos homicídios estavam associados a consumo excessivo de álcool, assim como dois terços das ofensas corporais e cerca de um terço das violações.

Ferreira (1998) indicava que, com exceção dos homicídios, que apresentavam uma regularidade ao longo do ano, os restantes crimes contra as pessoas tendiam a apresentar taxas de incidência ligeiramente mais elevadas na primavera e no verão. Também os resultados dos inquéritos de vitimação de 1992 e 1994 apontavam que quase metade das ofensas corporais tinha ocorrido no verão.

Este autor salientava que a provável associação entre a incidência dos crimes contra as pessoas e a intensidade das práticas de sociabilidade deixava subentendido que uma parte das incidências registadas ao longo do ano se deveria a conflitos intrafamiliares.

¹⁵⁶ Segundo ao autor, estes dados reportam-se a um período anterior a 1985, uma vez que, conforme indicado por esta fonte, as estatísticas da Justiça deixaram de apresentar, a partir de 1985, elementos sobre as horas e meses da prática dos crimes que resultaram numa condenação.

Reportando-se a dados dos inquéritos de vitimação de 1994 era salientado que a probabilidade de se ser agredido em Portugal por uma pessoa estranha era bastante menor que a probabilidade de se ser agredido por um conhecido ou familiar.

Neste contexto, não é possível deixar de mencionar os dados relativos às ocorrências de violência doméstica participadas às Forças de Segurança, que têm demonstrado ao longo dos últimos anos um padrão consistente de uma maior proporção de ocorrências nos meses de verão, aos fins de semana e em períodos do dia como seja a tarde e noite, compatíveis com uma maior “exposição” a contactos intrafamiliares e por essa via uma maior probabilidade de ocorrência de situações de violência (SGMAI, 2017).

Também estes dados evidenciam que mais de 40% dos denunciados, por violência doméstica, apresentam problemas relacionados com o consumo de álcool e mais de 10% com o consumo de estupefacientes (SGMAI, 2017).

Ferreira (1998), comparando a incidência dos crimes contra as pessoas entre Portugal e outros países, mencionava que existiam indícios de que os menores níveis de conflituosidade existentes em Portugal face a outros países tenderiam a traduzir-se, com maior frequência em crimes violentos (homicídios). Os dados analisados por este autor indicavam que, em Portugal, a incidência de homicídios voluntários foi, entre 1983 e 1990, superior à verificada em mais de metade dos estados europeus analisados (incluindo Espanha, Grécia e Itália).

Reportando-se à análise efetuada relativa aos crimes registados pelas autoridades policiais entre 1985 e 1996, Ferreira (1998) constata que as incidências de crimes particularmente violentos (como o homicídio, a violação, o rapto e as ofensas corporais graves) não haviam registado variações muito significativas ao longo dos últimos anos, o que não sucedia na incidência de crimes contra as pessoas (potencialmente) menos violentos, onde se verificava um aumento.

No âmbito dos crimes contra o património, a taxa de incidência no período considerado havia aumentado, de forma mais acentuada, desde 1990, atingindo um máximo em 1994, após o que apresentava uma diminuição. Ao nível dos roubos, a taxa de incidência mantinha-se então em níveis estáveis ou com aumentos quase impercetíveis.

Com base nos dados relativos aos doze anos considerados, este autor indicava que o sistema português de justiça criminal continuaria a ter uma eficácia reduzida ao nível da prevenção dos crimes contra as pessoas mais ou menos violentos.

Os níveis de violência na década de 90 continuavam assim a ser semelhantes aos encontrados na década de oitenta, o que poderia ser explicado pela persistência de valores sociais que continuavam a tolerar, e em algumas situações a estimular, a violência física ou psicológica, como forma de solucionar conflitos interpessoais (intrafamiliares ou não), existindo ainda uma elevada tolerância aos maus-tratos e aos abusos sexuais sofridos por mulheres e crianças no seio das respetivas famílias (Ferreira, 1998).

À data, Ferreira (1998) indicava que Portugal era o país da União Europeia que possuía mais polícias por habitantes e ao mesmo tempo maior percentagem de cidadãos insatisfeitos com o trabalho desenvolvido pelas autoridades policiais, bem como a maior taxa de não participação de crimes às autoridades, por falta de confiança na eficácia do Sistema de Justiça Criminal.

Reportando-se a dados de inquéritos de vitimação (o realizado em Portugal em 1992 e o *International Crime Victimization Survey* de 1988 e 1991) salientava-se que a incidência (vitimação) de ofensas corporais e de ofensas sexuais era menos elevada em países com as maiores taxas de reclusos por cem mil habitantes, o que podia indiciar a importância da eficácia do Sistema de Justiça Criminal e de uma menor tolerância social à resolução violenta de conflitos interpessoais.

Por outro lado, importa ter em conta que os dados relativos aos homicídios apresentados não contemplavam as tentativas de homicídio, mas apenas os homicídios consumados; e, conforme indicado por Killias (1993), os países onde a disponibilidade de armas de fogo (proporção de agregados familiares com arma de fogo) é mais elevada estão associados a taxas mais elevadas de homicídio consumado e a uma maior proporção de homicídios consumados com arma de fogo, havendo uma correlação positiva estatisticamente significativa entre as variáveis.

Acerca desta questão, Green e Marsh (2016) referem que, efetivamente, a correlação entre disponibilidade de armas de fogo e níveis de homicídios está estabelecida, contudo, as linhas de causalidade permanecem algo complexas e controversas, não sendo certo se mais armas conduzem a mais mortes ou se as pessoas adquirem mais armas como resposta a altos níveis de violência. Estes autores referem que a investigação neste domínio relativamente a outros crimes violentos tem sido menos conclusiva do que para os homicídios, havendo uma grande variedade de crimes violentos, sendo assim mais difícil generalizar, acrescentando que a proporção de utilização de arma de fogo em outros crimes violentos é menor do que a registada no homicídio. A posição assumida por estes autores é a de que: "*A disponibilidade de*

armas de fogo não ‘causa’ violência, mas pode, no entanto, ser um fator significativo nas suas dinâmicas e implicações” (Green & Marsh, 2016, p. 34).

Partindo das estimativas de Purcena (2016), que indicavam que em Portugal, no ano de 2009, existiam 2,6 milhões de armas de fogo em posse de civis, sendo que 1,4 milhões seriam armas legais (54%) e 1,2 milhões ilegais (46%), Santos, Moura e Pureza (2016) referiam que em Portugal existiam 25 armas de fogo por cada cem habitantes. Portugal, ocupava assim, na década de 2000, uma posição intermédia no domínio da posse de armas de fogo por civis a nível europeu¹⁵⁷.

Entre 2003 e 2009 morreram em Portugal 985 pessoas vítimas de armas de fogo, na sua maioria homens (86%) (segundo dados da PJ analisados por Afonso, 2016)¹⁵⁸. Assim, morriam em Portugal duas pessoas por semana vítimas de armas de fogo. Em 2003 registaram-se 166 vítimas mortais com arma de fogo e até 2009 (com 105 casos) este número apresentava uma diminuição (com exceção do verificado em 2006 e 2008 em que ocorreram aumentos).

Afonso (2016) constatava que, entre 2003 e 2009, as armas de fogo representaram cerca de 44% das ocorrências mortais, em 40% a arma não estava identificada e em 16% houve envolvimento de arma branca.

Com base nos dados apresentados por esta autora, Santos, Moura e Pureza (2016) concluíam que Portugal apresentava um padrão de mortalidade e morbilidade por arma de fogo semelhante ao encontrado em países como a Inglaterra, Polónia e Itália, mas encontrando-se com valores mais elevados face a países como a Espanha, Alemanha e Noruega e inferiores aos registados na Finlândia, Eslováquia, Dinamarca e em França.

Assim, e apesar de Portugal estar localizado na Europa do Sul, uma das sub-regiões a nível mundial menos afetadas pela violência armada¹⁵⁹, tal não significa que a violência existente perpetrada com armas de fogo em Portugal não deva ser motivo de preocupação, sendo que a violência armada engloba um amplo espectro de comportamentos e o número de mortes é

¹⁵⁷ Países como a Finlândia, França e Suíça apresentavam taxas superiores (45, 30 e 31 armas por cem habitantes, respetivamente); em Inglaterra e País de Gales (3), Rússia e Ucrânia (5) as taxas eram inferiores; e os valores apresentados pela Alemanha (24), Sérvia (26) e Suécia (23) eram próximos do verificado em Portugal (Karp [2007], cit. por Santos, Moura & Pureza, 2016).

¹⁵⁸ Dados relativos a casos investigados pela PJ relativos a homicídio consumado e ofensas à integridade física.

¹⁵⁹ Segundo a UNODC (2014), países com baixas taxas de homicídio apresentavam valores abaixo de 1 caso por cem mil habitantes e os países com as mais elevadas taxas de homicídio registam mais de 10 casos por cem mil habitantes. A Europa do Sul registava, segundo esta fonte, cerca de 1 homicídio por cem mil habitantes e Portugal 1,2 (ver ponto 4.1.1 onde estes dados são apresentados).

apenas um dos indicadores - “*As inseguranças perante a existência, disseminação e uso de armas de fogo têm muitas outras expressões e rostos*” (Santos, Moura & Pureza, 2016, p. 446).

Complementarmente, e no âmbito de estudos que abordem outros indicadores no domínio do sistema de estatísticas de justiça criminal, para além da criminalidade participadas às autoridades policiais, menciona-se um estudo prévio realizado no domínio da violência doméstica onde foram apresentadas taxas de acusação (para a então comarca de Lisboa) para o referido crime, mas também para as grandes tipologias criminais (Quaresma, 2012).

Segundo estes dados, para o ano de 2009, observava-se que a taxa de acusação para o total de crimes fora de 10,5%, para os crimes previstos em legislação avulsa era de 27,1%, para os crimes contra o Estado era de 26%, nos crimes contra as pessoas era de 18,1%¹⁶⁰, nos crimes contra a sociedade era de 14% e, finalmente para os crimes contra o património era de 4,8%.

Muitos outros estudos poderiam ser aqui mencionados, quer sejam investigações que focam a criminalidade em geral ou crimes/fenómenos específicos, contudo, a opção tomada foi a de rever alguns contributos oriundos de estudos que incidiram particularmente sobre a criminalidade registada e sobre formas de a medir e analisar.

5.4 OUTRAS FONTES E INDICADORES

Para além de se atender às fontes diretas de informação estatística sobre o crime (ex.: crimes registados pelos órgãos de polícia criminal) importa ter em conta outros dados estatísticos conexos que possam ser disponibilizados por outras fontes, quer sejam entidades públicas ou não. Uma análise conjunta permitirá obter uma visão mais alargada do fenómeno e mais informada.

Salienta-se que uma análise específica sobre a criminalidade registada e fases subsequentes ao nível do processo criminal consta do capítulo nove.

Neste ponto, são abordados outros dados e indicadores estatísticos que se consideraram relevantes e que podem complementar a análise, nomeadamente ao nível da criminalidade violenta, procurando-se avaliar também o seu potencial informativo no que concerne à medição da severidade criminal.

¹⁶⁰ No caso do crime de violência doméstica a taxa de acusação, em 2009, na comarca de Lisboa, era cerca de 9%.

Os dados aqui analisados decorrem da consulta a documentos disponíveis publicamente, designadamente nas respetivas páginas de internet das entidades ou organizações responsáveis.

Salienta-se que os dados são apresentados respeitando as fontes originais, mesmo que estas não estejam exatamente em consonância com a notação estatística oficial em termos dos crimes registados ou com a sistemática de crimes em termos das tipologias criminais.

5.4.1 CAUSAS DE MORTE

Desde 2012 o INE, I.P. tem elaborado um relatório anual sobre as causas de morte em Portugal¹⁶¹, onde são disponibilizados dados sobre mortes causadas por “agressões e sequelas”. Trata-se de uma tipologia de entre as previstas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, 10.^a Revisão (CID-10), a qual é seguida pela Direção-Geral da Saúde (DGS), utilizando-a no Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO), uma das fontes de informação utilizadas pelo INE para elaborar os referidos relatórios.

Assim, no âmbito da CID-10, as agressões (que correspondem às categorias X85 a Y09) e as sequelas (das referidas agressões - categoria Y87.1) estão englobadas no domínio das causas externas de morte e morbilidade previstas por esta classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Deste modo, esta tipologia corresponde a atos de violência interpessoal (excluindo assim mortes no contexto de suicídios, acidentes, intervenções legais ou guerra e complicações médico-cirúrgicas).

Os dados disponibilizados pelo INE não se encontram desagregados pelos vários tipos de agressão previstos, no entanto, indicam-se no Quadro 21 as várias causas discriminadas no âmbito desta classificação e que incidem sobre os meios utilizados na agressão.

¹⁶¹ Em 2012 este estudo era designado de “Risco de morrer”, retomando uma publicação da Direção-Geral da Saúde interrompida desde 2006 e que apresentava tal designação (INE, 2014); e nos anos seguintes passou a designar-se “Causas de morte”. Refira-se que nas publicações anteriores da DGS não se contemplava ainda esta causa de morte (agressões e sequelas; ou algo similar), pelo que a análise recaiu apenas sobre os anos de 2012 em diante.

Causas de morte - Agressões (CID-10: X85-Y09)

Agressões por meio de...	X95 - ... disparo de outra arma de fogo ou de arma não especificada
X85 - ... drogas, medicamentos e substâncias biológicas	X96 - ... material explosivo
X86 - ... substâncias corrosivas	X97 - ... fumo, fogo e chamas
X87 - ... pesticidas	X98 - ... vapor de água, gases ou objetos quentes
X88 - ... gases e vapores	X99 - ... objeto cortante ou penetrante
X89 - ... outros produtos químicos e substâncias nocivas especificados	Y00 - ... um objeto contundente
X90 - ... produtos químicos e substâncias nocivas não especificados	Y01 - ... projeção de um lugar elevado
X91 - ... enforcamento, estrangulamento e sufocação	Y02 - ... projeção ou colocação da vítima diante de um objeto em movimento
X92 - ... afogamento e submersão	Y03 - ... impacto de um veículo a motor
X93 - ... disparo de arma de fogo de mão	Y04 - ... força corporal
X94 - ... disparo de espingarda, carabina ou arma de fogo de maior calibre	Y05 - Agressão sexual por meio de força física
	Y06 - Negligência e abandono
	Y07 - Outras síndromes de maus tratos
	Y08 - ... outros meios especificados
	Y09 - ... meios não especificados

Quadro 21: Causas de morte por agressão - tipologias segundo a CID 10

Fonte: Adaptado de OMS (2016)

Segundo o INE (2018), em 2016 registaram-se em Portugal 83 mortes devido a agressões e sequelas (CID 10: X85-Y09, Y87.1), sendo todas de residentes no país¹⁶². Analisando o peso deste tipo de mortes no total verificado¹⁶³ observa-se que representavam 0,1%, atingindo mais homens (0,1% do total de óbitos de homens) que mulheres (0,04% do total de óbitos de mulheres), registando-se 260,9 mortes de homens devido a esta causa por cada 100 óbitos de mulheres neste contexto.

Na Tabela 1 constam os dados para o ano 2016, bem como para os quatro anos anteriores, sendo que em 2012 registaram-se 121 mortes devido a agressões e sequelas de agressões, no ano seguinte 97, em 2014 o valor voltou a ultrapassar a centena (109), assim como em 2015 (104), sendo que em 2016 se registou o menor valor desta série de cinco anos: 83. Não obstante este facto, verifica-se que este tipo de causa de morte tem tido um peso constante no total de mortes ao longo destes cinco anos: 0,1%.

Relativamente à relação de masculinidade dos óbitos ocorridos neste contexto de violência interpessoal, se entre 2012 e 2014 se observou uma diminuição da discrepância de óbitos de homens face aos das mulheres, em 2015 e em 2016 esta relação assumiu de forma crescente os

¹⁶² Segundo consta no Relatório do INE os dados disponibilizados são os existentes no Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (SIRIC) e no Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO) até janeiro de 2018, devendo ser entendidos como provisórios.

¹⁶³ Em 2016, o total de mortes no país foi de 110.970 (110.573 residentes e 397 não residentes), sendo que ocorreram 101,5 óbitos masculinos para cada 100 femininos.

valores mais elevados entre os registados desde 2012 (215 e 261 mortes de homens por cada 100 mortes de mulheres, respetivamente).

Tabela 1: Número de mortes por agressões e sequelas, sua proporção no total de óbitos, taxas de mortalidade padronizadas por 100 mil habitantes e relação de masculinidade (2012 a 2016)

<i>Ano</i>	N.º de óbitos	Proporção em relação ao total de óbitos (%)	Taxa de mortalidade padronizadas (por 100 mil habitantes)			
			Total	Com menos de 65 anos	Com 65 e mais anos	Relação de masculinidade
2012	121	0,1	1,0	1,0	1,2	195,1
2013	97	0,1	0,9	0,9	0,8	177,1
2014	109	0,1	0,9	0,8	1,6	91,2
2015	104	0,1	0,9	0,9	1,4	215,2
2016	83	0,1	0,7	0,7	1,1	260,9

Fonte: INE (2014, 2015, 2016, 2017a e 2018)

Analisando as taxas de mortalidade padronizada segundo a idade, verifica-se que em termos globais, entre 2012 e 2016, esta taxa diminuiu de um caso por cada cem mil habitantes para 0,7 casos por cada cem mil habitantes, valores idênticos aos obtidos quando se analisa esta taxa para o subgrupo de habitantes com menos de 65 anos. Regista-se que, entre os residentes que têm 65 ou mais anos, grupo em que a taxa de mortalidade por este tipo de causa tende a ser superior à verificada para os residentes mais jovens (até aos 65 anos), esta taxa oscilou entre 0,8 (ano 2013) e 1,6 (ano 2014).

No contexto da violência interpessoal, em 2016 ocorreram 1,1 casos de morte de residentes com idade avançada (65 ou mais anos) por cada cem mil residentes desse mesmo grupo etário, valor que tem diminuído desde 2014 (ano em que foi de 1,6 mortes por cem mil residentes).

Considerando a taxa de mortalidade padronizada para todas as idades em 2016 (todas as causas de morte) observaram-se 548,1 óbitos por cada cem mil habitantes (698,3 para os homens e 428,3 para as mulheres), e enquanto ocorreram 168 óbitos por cem mil habitantes com idade inferior a 65 anos, para os habitantes com 65 ou mais anos esta taxa foi bastante mais elevada, atingindo os 3623,5 óbitos por cem mil habitantes.

Os dados disponíveis indicam, nomeadamente, que os homens morrem mais que as mulheres no contexto das agressões e sequelas, assim como as pessoas com idades mais avançadas comparativamente às mais jovens (com menos de 65 anos) e que apesar da diminuição do número de mortes devido a esta causa ao longo dos últimos três anos e da taxa de mortalidade

total correspondente diminuir consecutivamente desde 2012, o peso desta causa de morte no total das mortes registadas permanece o mesmo ao longo dos vários anos: 0,1%.

5.4.2 ÍNDICE DE BEM-ESTAR

O INE disponibiliza, desde 2013, e com periodicidade anual, o Índice de Bem-estar (IBE), o qual pretende avaliar o bem-estar e progresso social, estruturando-se em duas perspetivas analíticas: Condições materiais de vida e Qualidade de vida, e que por sua vez comportam domínios de análise (INE, 2017b). No total, o índice comporta um conjunto de 79 indicadores, divididos por dez domínios de análise. Um dos domínios de análise, integrado na Perspetiva da Qualidade de vida, diz respeito à Segurança pessoal, o qual inclui seis indicadores, quatro sobre criminalidade e vitimização e dois relativos à avaliação subjetiva da segurança pessoal:

- Taxa de criminalidade registada;
- Taxa de homicídio voluntário consumado;
- Mulheres vítimas do crime de violência doméstica;
- Crianças e jovens (0-17 anos) vítimas de crime;
- Proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas depois de escurecer;
- Grau de confiança na polícia.

As fontes de informação nas quais este domínio do IBE assenta são três: DGPJ (taxa de criminalidade e taxa de homicídios), APAV (número de mulheres vítimas e número de crianças e jovens vítimas) e o Inquérito Social Europeu¹⁶⁴ (nos 2 indicadores para avaliação subjetiva da segurança).

Conforme indicado pelo INE (2017b), entre 2004 e 2015, a taxa de variação média anual do Índice de Bem-estar foi de 1,5%, sendo que esta evolução positiva se deveu à perspetiva da Qualidade de vida. As duas perspetivas de análise do bem-estar (Condições materiais de vida e de Qualidade de vida) evoluíram em sentidos opostos: a primeira evoluiu negativamente e a segunda apresentou uma evolução continuamente positiva.

¹⁶⁴ Com base em duas questões do Inquérito Social Europeu (ESS): Proporção de indivíduos que se sentem 'seguros' ou 'muito seguros' quando passeiam sozinhos depois de escurecer (Questão C6) (ESS) e Grau de confiança na polícia - Proporção de indivíduos com respostas com valor superior a 5 numa escala de 0 ('nenhuma confiança') a 10 ('toda a confiança') (Questão B4) (ESS).

O domínio da Segurança pessoal está integrado nesta segunda perspetiva, no entanto, e conforme indicado pelo INE (2017b), não se encontra entre os domínios¹⁶⁵ que mais contribuíram para a referida evolução positiva da perspetiva em causa, apresentando assim uma evolução inferior ao desempenho global da perspetiva.

Conforme consta da Tabela 2, observa-se que este domínio assumiu sempre, entre 2005 e 2016, valores acima do valor base de referência (relativo ao ano de 2004), não obstante entre 2005 e 2012, as variações anuais positivas foram alternando com variações anuais negativas. Em 2013 e 2014 o valor aumentou, em 2015 ocorreu uma ligeira diminuição face a 2014, e finalmente em 2016, surgiu um aumento de maior magnitude, para 130,8.

Tabela 2: Valor do Índice de Bem-estar (global, perspetiva da Qualidade de vida e domínio da Segurança pessoal) e TVMA [2004 (ano base=100) a 2016]

<i>Ano</i>	Índice global	Perspetiva da Qualidade de vida	Domínio da Segurança pessoal
2004	100	100	100
2005	102,7	104,4	108,3
2006	104,2	106,4	104
2007	103,9	107	109,2
2008	105	108,9	101,4
2009	106,4	110,9	103,3
2010	107,3	112,7	102,7
2011	108,6	116,9	107,4
2012	107,7	117,6	102,4
2013	111,4	123,4	105,6
2014	115,3	128,4	113,6
2015	117,9	130,6	112,3
2016	123,7	137,4	130,8
TVMA (2004-2015) (%)	1,5	2,5	1,1 (a=1,3; b=5,5; c= -1,9; d= -4,8; e=0,4; f=2,7) ¹⁶⁶

Fonte: INE (2017b).

¹⁶⁵ Educação, Participação cívica e Ambiente.

¹⁶⁶ a= Taxa de criminalidade registada; b=Taxa de homicídio voluntário consumado; c= Mulheres vítimas do crime de violência doméstica; d= Crianças e jovens (0-17 anos) vítimas de crime; e=Proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas depois de escurecer; f= Grau de confiança na polícia).

Tal como indicado pelo INE (2017b), a taxa de variação média neste domínio entre 2004 e 2008 pode ser considerada nula (uma vez que foi inferior, em termos absolutos, a 0,4%), e de 2004 a 2015 foi de 1,1%.

Analisando os indicadores que fazem parte desta dimensão, observa-se que os indicadores relativos à proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas após o anoitecer e o grau de confiança na polícia apresentaram variações positivas, face ao ano base, entre 2004 e 2015 (taxa de variação anual média: 0,4% e 2,7%, respetivamente). Também se registou uma diminuição acentuada da incidência de homicídio voluntário consumado e da taxa de criminalidade registada, registando-se igualmente nestes indicadores uma taxa de variação anual média (entre 2004 e 2015) positiva: 5,5% e 1,3%. Destaca-se que, em 2014 e 2015, o índice relativo à taxa de homicídio atingiu o valor de 180 (o máximo desde 2004), e em 2016 aumentou ainda para 257,1¹⁶⁷.

Por outro lado, a taxa de variação anual média, entre 2004 e 2015, foi negativa para os dois outros indicadores: “crianças e jovens vítimas de crime” (-1,9%) e “mulheres vítimas do crime de violência doméstica” (-4,8%).

Salienta-se, no entanto, que a dimensão da segurança pessoal foi uma das que teve uma taxa de variação média anual mais baixa entre 2004 e 2015, no âmbito da perspetiva da Qualidade de vida. O IBE variou, em média, 1,5%, a perspetiva da Qualidade de vida variou 2,5%, o domínio da segurança pessoal variou 1,1%, verificando-se apenas um domínio, dentro da mesma perspetiva, com uma taxa de variação média anual inferior - o das Relações sociais e bem-estar subjetivo (-0,2%). Refira-se, aliás, que este domínio apresenta, ao longo dos anos em análise, desempenhos sempre negativos (na comparação com o ano base), assumindo o valor de 97,4%, em 2015. Este domínio contempla os seguintes indicadores: 1) Frequência de relacionamentos com familiares, amigos ou colegas de trabalho (pelo menos uma vez por semana); 2) Proporção de pessoas que têm com quem partilhar questões íntimas; 3) Índice de confiança interpessoal; 4) Grau de satisfação com a vida em geral; e 5) Grau de felicidade (feliz ou muito feliz).

Assim, e tendo em conta o desempenho destes indicadores relativos a este outro domínio integrado na Qualidade de vida, os dados sugerem que, entre 2004 e 2015, as pessoas se sentiram menos felizes e menos satisfeitas com a vida, existindo um menor contacto com outros significativos. Por outro lado, a área da segurança pessoal, uma das que menos evoluiu

¹⁶⁷ Para os indicadores constantes neste índice valores superiores a 100 revelam uma situação mais positiva face a 2004.

positivamente na perspetiva da qualidade de vida, reflete melhorias ao nível das taxas de criminalidade (global e de homicídios), no entanto revela sinais de agravamento ao nível da vitimação criminal de mulheres, crianças e jovens.

5.4.3 CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), que tem por missão contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens (art.º 3.º do DL n.º 159/2015, de 10 de agosto¹⁶⁸, com as alterações finais introduzidas pelo DL n.º 139/2017, de 10 de novembro), elabora relatórios anuais relativos às atividades das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

No art.º 3.º da Lei de proteção das crianças e dos jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações finais introduzidas pela Lei n.º 26/2018, de 5 de julho), encontram-se definidos os motivos que legitimam a intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo (ver Quadro 22).

Situação de perigo (Lei de proteção de crianças e jovens- art.º 3.º, n.º 2)

Quando criança ou o jovem...

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;
- Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.

Quadro 22: Situações de perigo previstas na Lei de proteção de crianças e jovens em perigo

¹⁶⁸ Antes da entrada em vigor deste Decreto-Lei esta Comissão era designada de Comissão Nacional de proteção das crianças e Jovens em Risco (CNCJR), criada e regulamentada pelo DL n.º 98/98, de 18 de abril.

Esta intervenção deve ocorrer *“quando os pais da criança ou do jovem, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo”* (ver art.º 3.º da referida Lei).

Analisando a Tabela 3, verifica-se que, entre 2012 e 2017, o volume total de processos geridos pelas CPCJ aumentou 2,9%, existindo, contudo, uma diminuição de 1,6% entre 2016 e 2017. Ao nível dos processos novos (instaurados) verifica-se a existência de um aumento consistente entre 2012 e 2017 (+7,1%), sendo que entre 2016 e 2017 o seu volume cresceu 2,5%. Em termos dos processos reabertos, que podem indiciar situações de recorrência ao nível dos motivos de sinalização que conduziram à existência de um processo prévio, entre 2012 e 2017 o seu quantitativo aumentou em quase 27%, sendo que entre 2016 e 2017 diminuiu em 5,1% este tipo de casos.

Tabela 3: Número de processos acompanhados pelas CPCJ, por tipo (transitado, instaurado ou reaberto), TVar (2012 a 2017) e TVA (2016-2017) (%)

<i>Processos</i>	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TVar 2012-2017 (%)	TVA 2016-2017 (%)
Transitados	33605	33821	34670	34627	33354	31868	-5,2	-4,5
Instaurados	29149	30344	30356	30400	30471	31229	7,1	2,5
Reabertos	6253	7402	7993	8328	8352	7924	26,7	-5,1
Total	69007	71567	73019	73355	72177	71021	2,9	-1,6

Fonte: CNPDPCJ (2018a). Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Salienta-se, tal como indicado pela CNPDPCJ (2018a), que o número de processos acompanhados pelas CPCJ não corresponde ao número de crianças que foram seguidas uma vez que, por efeitos de transferências entre CPCJ, algumas crianças podem ter sido apoiadas no mesmo ano, por exemplo, por duas CPCJ. A título exemplificativo, em 2017, as CPCJ foram chamadas a intervir em possíveis situações de perigo junto de 69.967 crianças e jovens (aos 71.021 processos foram assim descontados os transferidos por alteração da competência territorial).

De seguida são apresentados alguns dados relativos aos motivos de sinalização das crianças e jovens às CPCJ, incidindo a atenção naqueles mais diretamente relacionados com a temática do presente estudo.

De forma prévia à análise dos dados constantes na Tabela 4, importa referir que, em 2017, tendo em conta o volume global de sinalizações¹⁶⁹ comunicadas (39.293), a negligência representava o principal motivo de sinalização, correspondendo a 30%, seguido da exposição à violência doméstica (22%), em terceiro lugar surgiam os comportamentos de perigo na infância e juventude (16,5%) (ex.: *bullying*, consumo de álcool, consumo de estupefacientes, prática de facto qualificado pela lei penal como crime por parte de menor de 12 anos) e as situações que colocam em causa o direito à educação (16%) (ex.: abandono escolar, absentismo) (CNPDPJ, 2018a). Os maus-tratos físicos representavam 4,5% das sinalizações, os maus-tratos psicológicos 1,9% e o abuso sexual 1,7%. A exploração infantil (que inclui a prostituição infantil, exploração do trabalho infantil, prática de mendicância, utilização da criança na prática da mendicância) correspondia a menos de 1% das sinalizações (0,1%).

No ano de 2017, cerca de 54% das crianças sinalizadas eram do sexo masculino e as restantes 46% do sexo feminino. Ao nível das idades, 25% possuía entre 0 e 5 anos, 22% entre seis e dez anos, 24% entre 11 e 14 anos e 29% entre os 15 e 18 anos.

Comparando as sinalizações comunicadas entre 2012 e 2017, verifica-se que as motivadas por exposição à violência doméstica quase que duplicaram (+95%) (Tabela 4), os maus-tratos físicos aumentaram quase 1%, os maus-tratos psicológicos diminuíram 28% e o abuso sexual diminuiu 6%. Tendo em conta os dois últimos anos (2016 e 2017), os maus-tratos psicológicos diminuíram 13%, os maus-tratos físicos diminuíram 5%, a exposição à violência doméstica aumentou 1% e o abuso sexual teve um ligeiro aumento de 0,5%.

Tabela 4: Número de situações de perigo comunicadas por motivos relacionados diretamente com a prática de crimes, TVar (2012-2017) e TVA (2016-2017) (%), e proporção de situações diagnosticadas face às comunicadas [Fi(%)] (2017)

	Situações de perigo comunicadas						Proporção de situações diagnosticadas face às comunicadas (2017) (%)	
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TVar 2012-2017 (%)	TVA 2016-2017 (%)
Exposição à violência doméstica	4506	5215	5490	7793	8695	8781	94,9	1,0
Mau trato físico	1777	1732	1702	2035	1887	1787	0,6	-5,3
Mau trato psicológico ¹⁷⁰	1005	923	858	885	832	727	-27,7	-12,6
Abuso sexual	703	1132	549	759	658	661	-6,0	0,5

Fontes: CNPCJR (2013, 2014 e 2015) e CNPDPCJ (2016, 2017, 2018a e 2018b). Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

¹⁶⁹ É possível existir mais do que uma situação de perigo para a mesma criança ou jovem (CNPCJR, 2013).

¹⁷⁰ Antes de 2017 esta tipologia era designada de “Mau trato psicológico ou indiferença afetiva”.

Analisando agora as situações de perigo diagnosticadas em 2017 pelas CPCJ (15.317), a negligência continua a ser a problemática mais prevalente (41%), seguindo-se, não a exposição à violência doméstica, como se poderia esperar tendo conta o volume de sinalizações por este motivo, mas os comportamentos de perigo na infância e juventude (18%) e as situações que colocam em causa o direito à educação (17%). A exposição à violência doméstica representou apenas 12,5% do total de situações de perigo diagnosticadas.

Contrastando as situações comunicadas às CPCJ com as efetivamente diagnosticadas pelas CPCJ, no caso dos maus-tratos psicológicos as situações diagnosticadas representam 36% das comunicadas, no caso dos maus-tratos físicos esta proporção assume o valor de 27%, na exposição à violência doméstica 22% e finalmente um quinto no âmbito das sinalizações de abuso sexual (20%). Estes dados, para além de revelarem a existência de uma maioria de sinalizações, por estes motivos acima elencados, que não são posteriormente “confirmadas” passando assim a ser consideradas diagnosticadas, poderão igualmente revelar a existência de uma “requalificação” do motivo entre os dois momentos (o que ajudaria a explicar uma maior proporção de situações de maus-tratos psicológicos diagnosticadas, face aos outros motivos).

Refira-se adicionalmente que, em 2011, a CNPCJR efetuou alterações no domínio das categorias das situações de perigo (CNPCJR, 2015), o que também determinou a decisão de se reportarem aqui apenas os dados de 2012 em diante. Salienta-se, no entanto, que em 2017 esta entidade procedeu igualmente a modificações na categorização das situações de perigo, implicando nomeadamente que a exposição à violência doméstica fosse autonomizada¹⁷¹, deixando assim de constar entre a categoria de “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança” (ECPCBEDC), a qual passou a integrar a categoria da “Negligência”. Refira-se que antes desta alteração em 2017, e desde 2012, a ECPCBEDC, correspondia ao principal motivo nas sinalizações comunicadas, e dentro desta a exposição à violência doméstica assumia-se, em 2016, como o principal motivo, sendo responsável por mais de dois terços das sinalizações (68%)¹⁷².

¹⁷¹ Inclui agora duas subcategorias: “ECPCBEDC: violência doméstica” e “Ofensa física em contexto de violência doméstica”, sendo que em 2017, a segunda subcategoria representava menos de 1% da “exposição à violência doméstica”.

¹⁷² Em 2013 e 2014 a exposição à violência doméstica correspondia a 95% das sinalizações no contexto da ECPCBEDC, no entanto, em 2015 e 2016 no âmbito da ECPCBEDC passou a surgir a categoria “sem especificação”, diminuindo o peso da exposição à violência doméstica para 64% e 68%, respetivamente.

5.4.4 INDEMNIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS E DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Conforme mencionado no ponto 3.5.5, a entidade pública responsável pela concessão de adiantamentos de indemnização por parte do Estado às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica é a Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes (CPVC), adiante designada de “Comissão”.

Conforme referido pela CPVC (2018b), no domínio dos crimes violentos podem existir três variantes do apoio concedido: dirigidos às vítima diretas (como adiantamento da indemnização que lhes é devida por via dos danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos); às vítimas indiretas (neste caso por via dos danos estritamente patrimoniais sofridos, uma vez que se aplica o regime previsto para a atribuição ou concessão de alimentos); e a terceiros (pessoas que auxiliem voluntariamente a vítima ou colaborem com as autoridades na prevenção da infração, perseguição ou detenção do delinquente e que cumpram todos os requisitos previstos para as vítimas diretas e indiretas)¹⁷³.

Ressalva-se que a atribuição destes adiantamentos das indemnizações (adiante simplificada como “indemnizações”) tem subjacente a perspetiva de que a responsabilidade de indemnizar cabe somente aos agressores, e não ao Estado (CPVC, 2016). Este mecanismo de apoio do Estado constitui assim, no entender da Comissão, uma forma solidária da sociedade (Estado) assumir uma parte dessa indemnização quando o agressor não o possa fazer (ex.: porque não tem meios para tal ou não houve condenação por não se ter identificado o agressor). Assim, este tipo de indemnização não deve, na perspetiva da Comissão (2016), ser entendido como uma compensação do Estado pela falha ao nível dos resultados dos mecanismos de luta contra a criminalidade, uma vez que a responsabilidade direta do Estado é dotar as entidades que atuam na área da luta contra a criminalidade dos meios necessários, não podendo no entanto ter obrigações quanto aos resultados.

Os dados a seguir apresentados respeitam as duas tipologias apresentadas nos relatórios da CPVC, mantendo essas mesmas designações: crime violento e violência doméstica (apesar da violência doméstica, estar abrangida, conforme visto atrás, na definição de criminalidade violenta do CPP).

Existe uma necessidade de aperfeiçoamento conceptual a este nível, facto de que a própria Comissão reconhece, mencionando nos seus Relatórios tal questão (ex.: relatório de 2017).

¹⁷³ Refira-se que segundo a CPVC (2018b) nenhum requerente solicitou, até à data, a atribuição de um adiantamento da indemnização ao abrigo desta previsão (terceira variante).

Neste sentido, e conforme referido pela CPVC (2018b), as vítimas de violência doméstica podem solicitar apoio do Estado ao nível do adiantamento da indemnização nos termos previstos para este crime ou nos termos previstos para o crime violento, devendo cumprir os respetivos requisitos.

No mesmo sentido surgem algumas alterações contidas na proposta de Lei n.º 112/XIII, onde se refere que: *“Do ponto de vista conceptual, elimina-se a dicotomia atualmente vigente entre ‘vítimas de crimes violentos’ e ‘vítimas de violência doméstica’, optando-se por consagrar a figura de ‘vítima especialmente vulnerável’ e procede-se à definição, para melhor clareza, de determinadas figuras: ‘vítima’, ‘vítima especialmente vulnerável’, ‘vítima de crime de terrorismo’, ‘lesões com consequências graves’ e ‘insuficiência económica’.”*

Atendendo aos relatórios anuais desta Comissão constata-se que, ao nível do movimento de processos, em 2017 houve um aumento de quase 50% de pedidos de indemnização por crime violento e um aumento de 138% nos pedidos por violência doméstica face a 2012, aumentando globalmente em 87% o volume processual nestes 5 anos (Tabela 5). Comparando os dois anos mais recentes, verifica-se que em 2017 entraram mais 19% de processos relativos a crime violento face a 2016 e menos 20% no domínio da violência doméstica, diminuindo globalmente em 6% o volume de processos entrados.

Tabela 5: Número de processos entrados e findos na CPVC, por tipo (crime violento e violência doméstica), TVar (2012 a 2017) e TVA (2016-2017) (%)

		2012	2013	2014	2015 ¹⁷⁴	2016	2017	TVar 2012- 2017 (%)	TVA 2016- 2017 (%)
<i>Movimento de processos</i>									
Entrados	Crime violento	91	122	131	129	114	136	49,5	19,3
	VD	66	135	117	202	197	157	137,9	-20,3
	Total	157	257	248	331	311	293	86,6	-5,8
Findos	Crime violento	116	112	127	131	136	107	-7,8	-21,3
	VD	161	126	162	164	268	258	60,2	-3,7
	Total	277	238	289	295	404	265	-4,3	-34,4

Fonte: CPVC (2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018b). Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

O aumento de processos entrados não parece ter sido acompanhado por um aumento de processos concluídos. Pelo contrário, o volume de processos findos em termos do crime

¹⁷⁴ Número de processos entrados de acordo com CPVC (2018b), número de processos findos de acordo com CPVC (2016).

violento diminuiu entre 2012 e 2017 (-8%), bem como entre 2016 e 2017 (-21%). No que concerne à violência doméstica, em 2017 findaram mais 60% do que o registado em 2012, e entre 2016 e 2017 ocorreu um decréscimo na ordem dos 4%. Assim, em termos gerais, o volume de processos concluídos decresceu 4% ou 34%, consoante o período temporal considerado: 2012 a 2017 ou 2016 a 2017, respetivamente. Esta circunstância de se verificarem taxas de variação contrárias ao nível do crime violento (em termos de processos entrados e concluídos) estará relacionada com a existência de uma maior pendência de processos a este nível, existindo um volume significativo de processos que transitam de um ano para outro, e conforme indicado pela CPVC (2018b), em 2017 ainda existiam pedidos de 2013 a aguardar decisão.

No final de 2017 transitaram para 2018 um total 359 processos, 312 dos quais relativos a crimes violentos e 47 no domínio da violência doméstica, sendo referido pela Comissão que, no caso da violência doméstica, a maioria destes processos estava já tramitada, estando a proceder-se ao pagamento das mensalidades atribuídas às respetivas vítimas, não existindo assim atrasos a este nível. Já no caso do crime violento a situação era divergente, uma vez que a maioria destes processos pendentes estava já instruída, mas à espera que fosse proferido Projeto de decisão, a que se seguia a Audiência de interessados e posterior Decisão final¹⁷⁵.

Interessante notar que as explicações avançadas pela CPVC para esta maior pendência nos processos de crime violento não surgem relacionadas com a necessidade de espera pela decisão final judicial, mas sim com a falta de recursos humanos na própria Comissão. De acordo com a CPVC (2018b), a pendência existente tem vindo a diminuir ao longo dos últimos seis anos, sendo que foi dada uma atenção especial à violência doméstica, conseguindo-se colocar este tipo de pedidos em dia, situando-se o tempo médio de decisão nos 30 dias, indicando ser atualmente necessário recentrar as atenções no crime violento.

Entre 2012 e 2017 deram entrada um total de 723 processos por crime violento, o que corresponde a uma média de 121 (DP= 16,4) pedidos por ano, e 874 processos no âmbito da violência doméstica, ou seja, em média 146 pedidos por ano (DP=51,4).

No âmbito da caracterização dos agressores envolvidos nos casos em que foi apresentado requerimento para obtenção de indemnização verifica-se que, entre os crimes violentos, os mais representados serão o homicídio consumado, homicídio na forma tentada, a ofensa à

¹⁷⁵ Segundo a CPVC (2018b), uma parte mais diminuta destes processos encontra-se ainda a ser instruída, à espera de documentação diversa relevante (ex.: cópias de declarações de rendimentos, sentenças ou acórdãos proferidos pelos Tribunais, ou documentação solicitada à Segurança Social).

integridade física grave, a violação, o abuso sexual de crianças/adolescentes/menores dependentes, outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e o roubo na via pública (excetuando-se situações por esticção).

Como regra geral, o “*pedido de concessão do adiantamento da indemnização por parte do Estado deve ser apresentado à Comissão no prazo de um ano a contar da data do facto, sob pena de caducidade*” (art.º 11.º da Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 121/2015, de 1 de setembro). Neste mesmo artigo prevê-se que no caso em que o requerente seja menor à data dos factos, o pedido de indemnização pode ser realizado até um ano depois de atingida a maioridade ou ser emancipado¹⁷⁶.

Relativamente aos processos findos ao nível do crime violento, a proporção daqueles em que foi atribuída indemnização variou nos cinco anos considerados entre 38% (em 2015) e 56% (2013) (ver Tabela 6), sendo que, em média, situou-se próximo dos 41% (DP=8,96). No caso dos processos por violência doméstica, a taxa de “sucesso” ao nível da obtenção de indemnização variou entre 41% (em 2012) e 89% (em 2014), situando-se em média nos 63% (DP=15,4).

Tabela 6: Número de processos findos com e sem indemnização atribuída, por tipo (crime violento e violência doméstica), e taxa de atribuição de indemnização (%) (2012 a 2017)

Processos findos e decisão de indemnização (I)		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Crime violento	Findos com I	49	63	51	43	40	39
	Findo sem I	67	49	69	70	96	68
	Total	116	112	120	113	136	107
	% de findos com I	42,2	56,3	42,5	38,1	29,4	36,4
Violência doméstica	Findos com I	66	74	97	129	175	101
	Findo sem I	95	52	12	80	93	57
	Total	161	126	109	209	268	158
	% de findos com I	41,0	58,7	89,0	61,7	65,3	63,9

Fonte: CPVC (2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018b). Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Para além dos 39 processos findos em 2017 com indemnização (crime violento), foi atribuído um adiantamento a três vítimas de crime violento, apesar dos respetivos processos-crime não terem findado e ainda não se ter constatado que o agressor não dispõe de capacidade

¹⁷⁶ Também se prevê o seguinte nos números 3 e 4 deste artigo 11.º:

“3- Se tiver sido instaurado processo criminal, os prazos referidos nos números anteriores podem ser prorrogados pelo presidente da Comissão e expiram após decorrido um ano sobre a decisão que lhe põe termo.

4 - Em qualquer caso, o presidente da Comissão pode relevar o efeito da caducidade, quando o requerente alegue razões que, justificadamente, tenham obstado à apresentação do pedido em tempo útil”.

económica para indemnizar a vítima (condições que fazem parte da regra geral para atribuição da indemnização por parte da Comissão nos casos de crime violento). Foram assim casos cuja indemnização foi atribuída ao abrigo do n.º 5 do art.º 14.º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, onde se prevê que “*antes de concluída a instrução, o membro da Comissão por ela responsável pode, em situações de evidente carência económica do requerente, conceder de imediato, uma provisão por conta do adiantamento da indemnização a fixar posteriormente*”. Conforme indicado pela CPVC (2018b) trata-se de casos em que não existem dúvidas que o crime foi cometido, e muitas vezes, também não existem dúvidas sobre o respetivo autor, sendo que em algumas dessas situações as vítimas de tais crimes violentos, devido à ação criminosa de que foram vítimas, ficaram numa situação de grave carência económica. Os três casos referidos corresponderam a este tipo de situações, tratando-se de filhos menores de homens vítimas de homicídio, sendo que estes filhos ficaram em situação de grave carência económica (pois as mães dessas crianças não se encontravam a trabalhar). Assim, e conforme expressamente indicado pela CPVC (2018b), foi atribuído a cada uma dessas vítimas 15.000 Euros (cerca de 50% do valor máximo que a Comissão pode atribuir), por conta do futuro adiantamento da indemnização, ficando os casos para posterior análise, depois de findos os processos-crime.

Ao nível das indemnizações no âmbito da violência doméstica, em 2017, em 15 de 16 casos em que as vítimas, após seis meses a receber o adiantamento da indemnização, solicitaram, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 6º da Lei n.º 104/09, de 14 setembro, a prorrogação da respetiva indemnização por mais seis meses, tal foi deferido. Considerou-se que, nestes casos, a situação de vulnerabilidade ainda se mantinha e ainda se encontravam preenchidos os requisitos exigidos pelo disposto nas alíneas *a* e *b* do n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 104/09, de 14 de setembro.

Segundo a CPVC (2018b), no âmbito do crime violento, os principais motivos de arquivamento (por recusa da indemnização) devem-se ao não preenchimento dos requisitos previstos (art.º 2.º da Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro): o crime tenha causado um mínimo de 30 dias de incapacidade temporária e absoluta (alínea *a* do n.º 1) e que do crime tenha resultado uma perturbação considerável do nível e qualidade de vida da vítima (alínea *b* do n.º 1). Refira-se que existe ainda um terceiro requisito, que implica que a reparação do dano (indemnização) não tenha sido efetuada no âmbito da execução da sentença condenatória ou não seja razoável prever que o autor do crime e responsáveis civis venham a reparar o dano, não sendo possível obter de outra fonte uma reparação efetiva e suficiente (alínea *c* do n.º 1).

Ressalva-se aqui que, nos casos de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual ou contra menor, pode ser dispensada a verificação do requisito previsto na referida alínea *a* do n.º 1 se circunstâncias excepcionais e devidamente fundamentadas o aconselharem. Neste caso, e de acordo com a CPVC (2016), foi estabelecido um critério que fixa o limite máximo da indemnização em 230 UC (unidades de conta processual) para as vítimas que cumprem apenas os dois requisitos, reservando-se o limite máximo de 340 UC para as vítimas que cumprem os referidos três critérios.

Neste ponto, e no âmbito das reflexões apresentadas pela própria Comissão relativas à existência de dificuldades interpretativas sobre como devem ser entendidas as referidas “circunstâncias excepcionais e devidamente fundamentadas” que aconselhem a dispensa da verificação do requisito indicado, é referido que nem todos os crimes cometidos contra menores (contra a liberdade e autodeterminação sexual) têm a mesma gravidade, exemplificando que uma vítima de abuso sexual de menores por contacto entre as mãos do agressor e o corpo do menor tem de ter um tratamento diferente de um caso de tentativa de violação, e este tem de ser diferenciado de situações de violação consumada. Assim, entende a CPVC (2016), que a indemnização deve ser graduada em função da gravidade do crime, justificando-se caso a caso a respetiva decisão.

No âmbito destas reflexões, a CPVC (2016) indica que a Lei com os requisitos definidos tal como estão pode inviabilizar a atribuição de indemnização a vítimas de tráfico de seres humanos, uma vez que, nestes casos, apesar de não existir dúvida de que trata de um crime violento, é muita vezes difícil preencher o requisito de que o crime tenha causado um mínimo de 30 dias de incapacidade temporária e absoluta (muitas vezes as vítimas não estão impedidas de trabalhar, pelo contrário; a exploração pode consistir em precisamente trabalharem, mas sob condições degradantes ou indignas, sem qualquer retribuição, e sendo-lhes retirados os seus documentos).

Existem igualmente situações em que a indemnização foi indeferida devido ao comportamento da vítima ou do requerente (antes, durante ou após o crime), às suas relações com o autor ou o seu meio ou quando a indemnização se mostre contrária ao sentimento de justiça ou à ordem pública. No caso da violência doméstica, o principal motivo de

arquivamento (não deferimento da indemnização) prende-se com o facto da vítima não se encontrar em situação de grave carência económica¹⁷⁷.

Voltando agora a atenção para as indemnizações propriamente ditas, atribuídas às vítimas/requerentes, observa-se que em 2016 e 2017 foram apoiadas um total de 40 a 42 vítimas/requerentes de crime violento e 170 a 175 vítimas de violência doméstica (Tabela 7). Ao longo dos últimos seis anos, o valor das indemnizações atribuídas oscilou, em média, no caso do crime violento, entre os 10.600 euros por vítima/requerente (em 2015) e os 18.420 (no ano de 2012). No domínio da violência doméstica, cada vítima recebeu mensalmente (durante seis meses) um montante que oscilou entre os 211 euros mensais (ano de 2017) e os 396 Euros (ano de 2013).

Tabela 7: Número de processos findos com indemnização atribuída (e número de vítimas apoiadas); montantes das indemnizações (e média por vítima) (€) (2012 a 2017)

<i>Indemnizações concedidas</i> ¹⁷⁸		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Número de processos (e número de vítimas)	Crime violento	n.d	63	41 (58)	43 (58)	40 (44)	42 (52)
	VD	66	74	91	129	175 (177)	170 (170)
	Total	n.d	137	132	172	215 (221)	212 (222)
Total de indemnizações (e média por vítima) (€)	Crime violento	902.589 (18.420)	710.007 (11.270)	700.000 (12.069)	617.8578 (10.653)	606.564 (13.786)	639.400 (12.296)
	VD	95.650 (1.449)	175.752 (2.375 = 396x6m)	215.148 (2.218 = 370x6m)	188.700 (1.463 = 244x6m)	236.510 (1.336 = 223x6m)	214.892 (1.264 = 211x 6m)
	Total	998.239	885.759	915.148	806.578	843.074	854.292

Fonte: CPVC (2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018b).

Para melhor compreensão acerca destas indemnizações atribuídas, importa recordar que, de acordo com o art.º 4.º da Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 121/2015, de 1 de setembro), a indemnização a atribuir é fixada em termos de equidade e tem como limite máximo, por cada lesado, o valor equivalente a 340 unidades de

¹⁷⁷ Sendo que só quem tem rendimentos mensais inferiores ao salário mínimo nacional é que está elegível para este tipo de adiantamento da indemnização.

¹⁷⁸ Salienta-se que nesta tabela os dados relativos ao número de processos findos com indemnização foram extraídos dos Relatórios da CPVC das secções onde se mencionavam os montantes das indemnizações, verificando-se para alguns casos divergências face aos valores apresentados na tabela anterior, cujos dados foram extraídos de outras partes desses mesmos relatórios. Apesar disso, optou-se por manter os dados originais. Os valores das indemnizações foram arredondados à unidade.

conta processual (UC)¹⁷⁹ para os casos de morte ou lesão grave. Refira-se que este limite é ajustado para as situações em que existam várias pessoas vítimas em consequência dos mesmos factos (na sequência dos quais tenha resultado a morte ou lesão), a indemnização tem como limite máximo o valor equivalente a 300 UC¹⁸⁰ para cada vítima, com o máximo total correspondente a 900 UC¹⁸¹. O n.º 3 deste art.º 4.º refere ainda que “*se o adiantamento da indemnização for fixado sob a forma de renda anual, o limite máximo é equivalente a 40 UC¹⁸² por cada lesado, não podendo ultrapassar o montante de 120 UC¹⁸³ quando sejam vários os lesados em virtude do mesmo facto*”.

O montante global que a Comissão tem tido disponível para atribuir as referidas indemnizações tem sofrido diversas variações; aumentos têm sido intercalados com diminuições, sendo que o referido valor aumentou sucessivamente nos dois últimos anos. Atendendo especificamente ao montante destinado ao crime violento, este tem diminuído todos os anos de 2012 a 2016, sendo que apenas em 2017 (639 mil euros) se registou um aumento (face a 2016). No caso da verba para a violência doméstica, entre 2012 e 2014 esta aumentou, ultrapassando em 2014 os 200 mil euros, posteriormente diminuiu em 2015, voltando a aumentar em 2016 e diminuir em 2017, mantendo-se no último ano acima dos referidos 200 mil euros (quase 215 mil euros).

Conforme indicado pela CPVC (2018b), a existência de orçamento próprio data de 2012, sendo que, desde essa data e até ao ano de 2017, a execução orçamental, no que diz respeito ao pagamento de indemnizações a vítimas de crimes, foi sempre de 100%, pelo que mesmo que tivessem sido finalizados mais processos em 2017 não teria sido possível pagar mais indemnizações.

Importa contextualizar que a receita da Comissão decorre da verba transferida do Orçamento de Estado, mas também de outras fontes como sejam injunções e sub-rogações. No caso de 2017, a primeira verba correspondeu a 76% do orçamento, as injunções a 21% (pagamentos pecuniários por parte do arguido/condenado no âmbito da suspensão provisória do processo/suspensão da pena de prisão) e as sub-rogações a 3% (verba proveniente da

¹⁷⁹ O que equivale a 34.680 Euros, uma vez que uma UC corresponde a 102 Euros, decorrente do disposto no art.º 22.º do DL n.º 34/2008, de 26 de fevereiro (Regulamento das custas processuais), com a redação final dada pela Lei n.º 27/2019, de 28 de março. O valor da UC corresponde a um quarto do valor do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em dezembro do ano anterior, porém este valor não tem sido atualizado, sendo o mesmo desde 2009, uma vez que as leis do orçamento de estado têm suspenso a atualização prevista no referido art.º 22.º.

¹⁸⁰ Equivalente a 30.600 Euros.

¹⁸¹ Equivalente a 91.800 Euros.

¹⁸² Equivalente a 340 Euros.

¹⁸³ Equivalente a 12.240 Euros.

indenização paga pelos condenados no âmbito do processo crime, quando o Estado, tenha, entretanto, indemnizado as respetivas vítimas, através da CPVC). Os dados disponíveis, por não se encontrarem desagregados ao nível das fontes de financiamento para os anos transatos, não permitem visualizar de forma nítida se tem ou não existido um reforço financeiro da verba que o Estado tem destinado diretamente ao funcionamento da Comissão.

No âmbito dos pedidos de indenização apresentados à Comissão, em 2017, no caso da violência doméstica, em 164 pedidos entrados 161 correspondiam a vítimas do sexo feminino, existindo apenas 3 casos de vítimas do sexo masculino (CPVC, 2018b).

No âmbito do crime violento, com exceção do sucedido nos homicídios consumados e crimes sexuais, constata-se que a maioria dos requerentes tende a ser do sexo masculino.

No domínio do homicídio consumado, foram apresentados 37 pedidos de indenização por parte de mulheres (sendo, portanto, vítimas “indiretas”) e 24 pedidos por parte de indivíduos do sexo masculino (na maioria dos casos, filhos das vítimas). Nos homicídios tentados (em 16 pedidos os requerentes eram homens e em 11 eram mulheres), nas ofensas à integridade física grave e roubos a maioria dos pedidos foi apresentada por homens (CVPC, 2018b).

Ao contrário do que se poderia esperar não parece ser viável extrair, através dos dados relativos às indenizações atribuídas às vítimas, conclusões acerca de eventuais tendências/variações verificadas na gravidade dos crimes violentos praticados.

No caso da violência doméstica, o regime, ao restringir a atribuição da indenização a situações de grave carência económica, inviabiliza desde logo uma análise ao nível da gravidade dos factos praticados contra a vítima e das suas consequências. Assim, restaria a análise relativa ao crime violento.

Se, por um lado, o orçamento da Comissão é fixado à partida e é com esse orçamento que são atribuídas as indenizações, existe alguma limitação ao nível deste mecanismo de indenização. O aumento do número de processos de crime violento entrados não foi acompanhado por um aumento do orçamento a este nível, existindo depois uma diminuição nos processos concluídos. Para diminuir a pendência ao nível dos crimes violentos, implicava, como referia a CPVC (2017), para além de um reforço dos meios humanos, um reforço orçamental.

O aumento do número de crimes violentos e de violência doméstica entrados pode decorrer de um crescente reconhecimento da existência deste tipo de mecanismos e não propriamente da existência de mais crimes verificados, de qualquer modo, é um indicador a ter em conta.

Os montantes a atribuir ao nível da indemnização, ao serem decididos casos a caso, sem que existam critérios estabelecidos sobre a avaliação da gravidade da violência, informam pouco acerca deste domínio e não permitem extrair conclusões a este nível. A caracterização dos intervenientes (vítima e agressores) constantes nos relatórios da Comissão diz respeito aos requerentes, e não às situações concretas em que houve deferimento, dados que seriam certamente relevantes de obter e analisar (sabendo-se que, no âmbito do crime violento, em apenas 41% dos processos concluídos é atribuída indemnização).

Não obstante estes factos, seria interessante dispor de dados que permitissem comparar, ao longo dos anos, o nível de incapacidade provocado pelos crimes violentos e o grau de perturbação na qualidade de vida (das vítimas diretas e indiretas).

Por outro lado, seria relevante perceber que proporção de vítimas de crime violento não consegue obter a indemnização por parte do agressor, sendo necessário recorrer a este tipo de apoio, e quantas não recebem qualquer tipo de compensação (seja por via do agressor, de um seguro ou do Estado).

5.4.5 DADOS SOBRE VÍTIMAS REGISTADAS PELA APAV E FEMICÍDIOS COLIGIDOS PELA UMAR

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) é uma instituição particular de solidariedade social, fundada em 1990, e com âmbito nacional, que tem como objetivo promover e contribuir para a informação, proteção e apoio aos cidadãos vítimas de infrações penais¹⁸⁴.

A APAV publica os seus relatórios anuais, a partir dos quais é possível extrair alguns indicadores que refletem os casos que chegaram ao conhecimento desta instituição e as vítimas apoiadas.

Assim, e conforme se verifica na Tabela 8, em 2017 foram realizados um total de 40.928 atendimentos, que corresponderam a 12.086 processos de apoio, a 9176 vítimas diretas e a um

¹⁸⁴ Fonte: APAV (s.d.).

total de 21.161 crimes e outras formas de violência identificados (APAV, 2018a). Ao nível dos crimes, prevalece amplamente a violência doméstica com 16.033 registos (que reflete 76% dos crimes registados), observando-se também 27 homicídios consumados, 29 na forma tentada, 104 casos de ofensas à integridade física grave, 159 casos de violação (crianças ou adultos), 175 situações de abuso sexual de crianças, 77 roubos, 113 casos de *bullying*, entre outras situações aqui não mencionados.

De acordo com a comparação efetuada entre os anos 2012 e 2017, e entre 2016 e 2017, o número de atendimentos aumentou (80% e 16%, respetivamente), o que não se refletiu na mesma magnitude no número de processos de apoio, no número de vítimas ou no número de crimes identificados, cujos aumentos foram inferiores a 5%, sendo que no caso do número de processos de apoio o valor manteve-se constante. Analisando os dois últimos anos (2016 e 2017), a um aumento de 16% no número de atendimentos correspondeu uma diminuição inferior a 3% nos outros três indicadores referidos.

Tabela 8: Número de atendimentos, processos, vítimas, crimes registados em geral e número de alguns crimes específicos registados pela APAV (2012, 2016 e 2017), TVar (2012 a 2017) e TVA (2016-2017) (%)

<i>Indicadores</i>	2012	2016	2017	TVar 2012-2017 (%)	TVA 2016-2017 (%)
Número de atendimentos	22747	35411	40928	79,9	15,6
Número de processo de apoio	12084	12450	12086	0,0	-2,9
Número de vítimas (diretas)	8945	9347	9176	2,6	-1,8
Número de crimes e outras formas de violência	20311	21315	21161	4,2	-0,7
Homicídio consumado	14	21	27	92,9	28,6
Homicídio tentado	10	28	29	190,0	3,6
Ofensa à integridade física grave	134	78	104	-22,4	33,3
Violência doméstica	16970	16461	16033	-5,5	-2,6
Violação (crianças ou adultos)	79	143	159	101,3	11,2
Abuso sexual de crianças	52	142	175	236,5	23,2
Roubo	86	95	77	-10,5	-18,9
<i>Bullying</i>	-	116	113	-	-2,6

Fonte: APAV (2013, 2017 e 2018a). Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Considerando agora os crimes concretos identificados, verifica-se que os homicídios (consumados ou tentados), a violação e o abuso sexual de crianças registaram aumentos, quer seja entre 2012 e 2017, quer seja entre 2016 e 2017. No caso do homicídio consumado, o valor registado quase que duplicou no intervalo de cinco anos considerado, tendo os homicídios na forma tentada mais do que duplicado nesse período de tempo. Entre 2016 e 2017, o número

de homicídios consumados e tentados aumentou, embora com menor expressão (29% e 4%, respetivamente).

Ao nível da violação, o seu número mais do que duplicou entre 2012 e 2017, e no abuso sexual de crianças o aumento foi na ordem dos 236,5%. Em 2017, os aumentos face a 2016 no âmbito destes dois crimes foram na ordem dos 11% e 23%, respetivamente.

No caso da violência doméstica e do roubo, as variações observadas são negativas, indicando que o seu número diminuiu entre os casos registados pela APAV.

Em termos das ofensas à integridade física graves, o seu número diminuiu entre os cinco anos considerados (-22%), mas aumentou 33% em 2017, face ao ano anterior.

No caso da APAV a contabilização dos crimes é total, não se restringindo apenas à ofensa principal, pelo que os dados disponíveis apontam no sentido de se registarem, em média, cerca de dois crimes/outras formas de violência por cada vítima direta.

Uma outra organização que publica regularmente dados estatísticos com relevância para o presente estudo é a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). Trata-se de uma associação constituída em 1976, e que também dispõe de pontos de atendimento em diversos locais do país (Ilhas de S. Miguel, Faial, Terceira, Santa Maria; Almada, Lisboa e Porto), gerindo diversas casas-abrigo e uma linha telefónica: a SOS Mulher.

Trata-se de uma organização especialmente vocacionada para o apoio a mulheres vítimas de violência, designadamente no domínio da violência doméstica.

A UMAR possui um Observatório de mulheres assassinadas (femicídios), no qual é desenvolvido o trabalho de recolha e análise de notícias sobre casos de homicídio de mulheres, essencialmente no âmbito de relações de intimidade, e noticiados pela imprensa.

Com base nesses dados disponibilizados pela UMAR, verifica-se que, em 2017, foi registado o homicídio de 20 mulheres (50% em contexto de relação de intimidade presente, 20% no âmbito de relações de intimidade no passado, 20% eram descendentes diretos do autor dos factos, nenhum caso em que a vítima fosse ascendente direta do agressor e as outras situações representaram 10% do total observado) (UMAR, 2018) (Tabela 9).

Tabela 9: Número de mulheres vítimas de homicídio segundo análise realizada pela UMAR, por tipo de relação com o autor dos factos [Fi, M(DP)], TVar (2012 a 2017) e TVA (2016-2017) (%)

<i>Tipo de relação</i>	2012	2016	2017	2004 a 2017	2004 a 2017 M (DP)	2017 (%) no total)	TVar 2012-2017 (%)	TVA 2016-2017 (%)
Relação de intimidade presente	23	9	10	287	21 (6,5)	50,0	-56,5	11,1
Relação de intimidade no passado	8	5	4	105	8 (3,2)	20,0	-50,0	-20,0
Descendentes diretos	1	6	4	34	2 (2,1)	20,0	300,0	-33,3
Ascendentes diretos	3	0	0	7	1 (1,1)	0,0	-100,0	-
Outra	7	2	2	42	3 (1,9)	10,0	-71,4	0,0
Total	42	22	20	475	34 (9,0)	100,0	-52,4	-9,1

Fonte: UMAR (2018). Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Comparando a situação verificada em 2017 com a verificada cinco anos antes ou no ano anterior, constata-se uma diminuição do número de mulheres vítimas de homicídio nestes registos da UMAR: -52% e -9%, respetivamente.

Salienta-se, porém, que em termos globais, entre 2004 (ano em que a UMAR iniciou este tipo de monitorização) e 2017, registou-se a morte de 475 mulheres, o que corresponde a uma média anual de 34 casos (DP=9). Se se analisassem os valores concretos entre 2004 e 2017 verifica-se a existência de aumentos anuais no número de casos, alternados com diminuições, sendo que, desde 2015, se tem registado uma diminuição contínua nos valores. Em 2014, registaram-se 45 femicídios e, em 2015, 30, dos quais 37 e 25 sucederam no contexto de relações de intimidade, respetivamente. A taxa de variação média anual entre 2004 e 2017 situou-se em 2,5%, o que denota nesta série de catorze anos terá predominado o aumento.

Outras entidades e indicadores poderiam aqui ser mencionados, no entanto, tendo em conta a análise efetuada aos dados disponibilizados publicamente e a sua relevância para o presente estudo, considerou-se que os anteriormente apresentados são os que podem oferecer contributos mais relevantes para a temática presente.

Salienta-se que, entre as outras entidades analisadas consta o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF), a Provedoria de Justiça (no âmbito das linhas de apoio à criança e ao idoso) e o Instituto de Apoio à Criança (IAC). Considerou-se, todavia, que nos dados acessíveis publicamente a desagregação apresentada ou o tipo de dados reportados não constituíam mais-valias para a presente análise, o que não significa que tais entidades (e outras) não possam disponibilizar, mediante solicitação específica, dados que se venham a revelar muito relevantes.

5.5 A REALIDADE PORTUGUESA SITUADA NA UE E NO MUNDO: ALGUNS DADOS E INDICADORES

5.5.1 CRIMINALIDADE REGISTADA

Ao nível de estatísticas da criminalidade registada pelas polícias, existe uma grande dificuldade de obtenção de dados comparados ao nível da UE. Se por um lado coexistem diferentes sistemas e definições para cada crime, por outro os dados são muitas vezes apresentados sob a forma de valores absolutos, sem ter em conta a população de cada país.

A título de exemplo, no RASI de 2012 é apresentada a taxa de criminalidade registada em Portugal por 1000 habitantes para o ano de 2009, comparativamente a alguns países da UE (GSGSSI, 2013), no entanto não é apresentada qualquer média para a UE, de modo a melhor percecionar-se a posição relativa de Portugal.

Nos RASI dos anos seguintes até 2017, inclusive, não se apresentam mais dados comparativos com os outros países europeus relativamente a taxas de criminalidade registada.

De modo a melhor visualizar a situação portuguesa em matéria de taxas de criminalidade, comparativamente aos outros países da União Europeia, recorreu-se aos dados disponibilizados pelo Eurostat.

Os dados a seguir apresentados abarcam dois períodos distintos em termos metodológicos, relativamente à criminalidade registada. Com base nos dados disponibilizados pelo Eurostat, em 2014, era possível extrair indicadores até ao ano 2012 sobre o total de crimes registados em cada país, os crimes violentos registados e homicídios registados.

Atualmente, e na sequência da alteração de procedimentos ao nível do Eurostat, de modo a alinhar-se com a Classificação Internacional do Crime para fins estatísticos (ICCS) das Nações Unidas (aprovada em 2015), deixou de ser possível extrair dados exatamente nos mesmos moldes. Assim, os dados que a seguir se apresentam, e que têm como fonte o Eurostat, espelham este contexto. Para o total de crimes registados são observáveis dados até 2012, assim como para a “criminalidade violenta” (ver Gráfico 1 a Gráfico 4), para o homicídio é já possível apresentar dados até 2015, assim como para o roubo ou para a violação (ver Gráfico 5 a Gráfico 10).

Para efeitos do total de crimes registados eram incluídos os ilícitos previstos no Código Penal); e o crime violento (segundo a definição que era utilizada pelo Eurostat antes da adoção da

ICCS) incluía a violência contra pessoas (como seja agressão física), roubo e ofensas sexuais (incluindo violação e agressão sexual). Os homicídios registados correspondem a situações de homicídio intencional, excluindo tentativas.

Através da análise do Gráfico 1 ao Gráfico 4, verifica-se que Portugal se posiciona claramente abaixo da média dos países da UE relativamente à taxa de criminalidade registada e à taxa de criminalidade violenta registada.

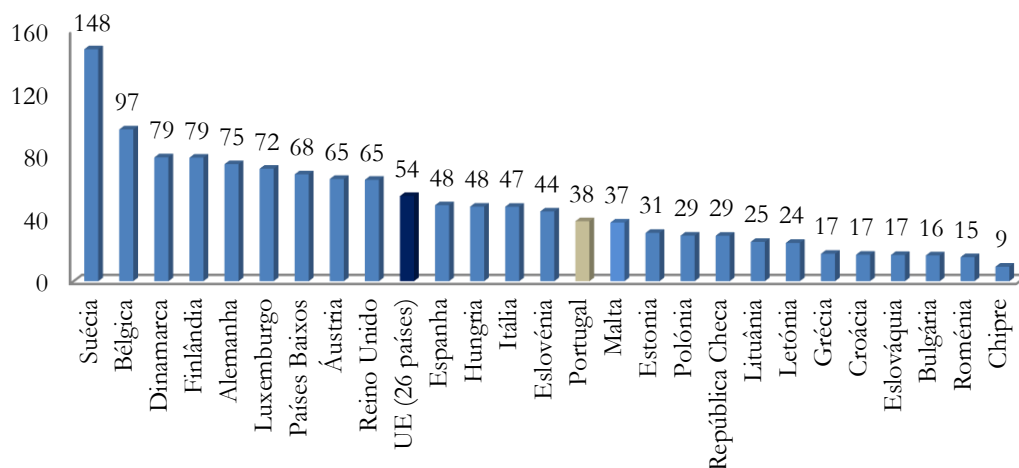


Gráfico 1: Taxa de criminalidade registada por mil habitantes, em Portugal e na UE (‰) (2012)¹⁸⁵

Fonte: Cálculos efetuados com base nos dados do Eurostat

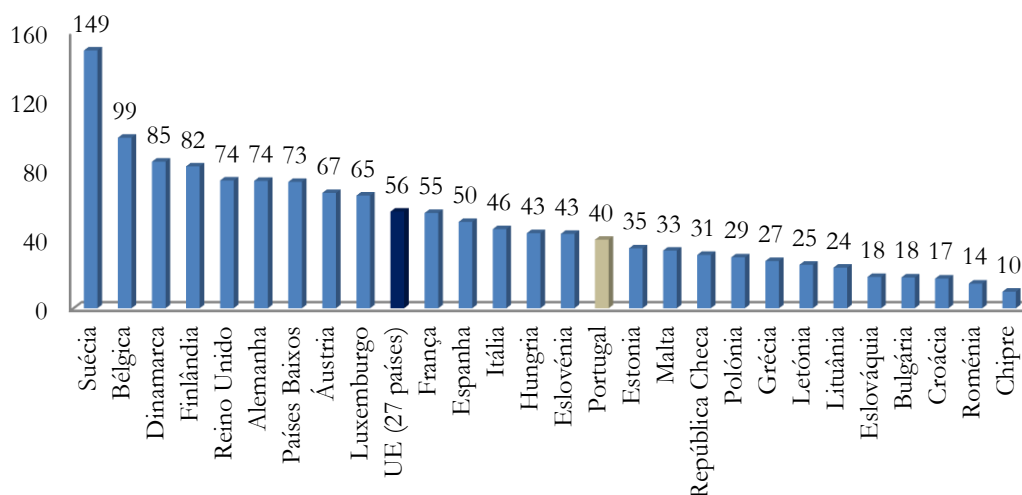


Gráfico 2: Taxa média de criminalidade registada por mil habitantes, em Portugal e na UE (‰) (2008-2012)¹⁸⁶

Fonte: Cálculos efetuados com base nos dados do Eurostat

¹⁸⁵ Dados não disponíveis para a Irlanda e para a França.

¹⁸⁶ Dados não disponíveis para a Irlanda e no caso da França a média foi calculada apenas com base nos anos de 2008 e 2009

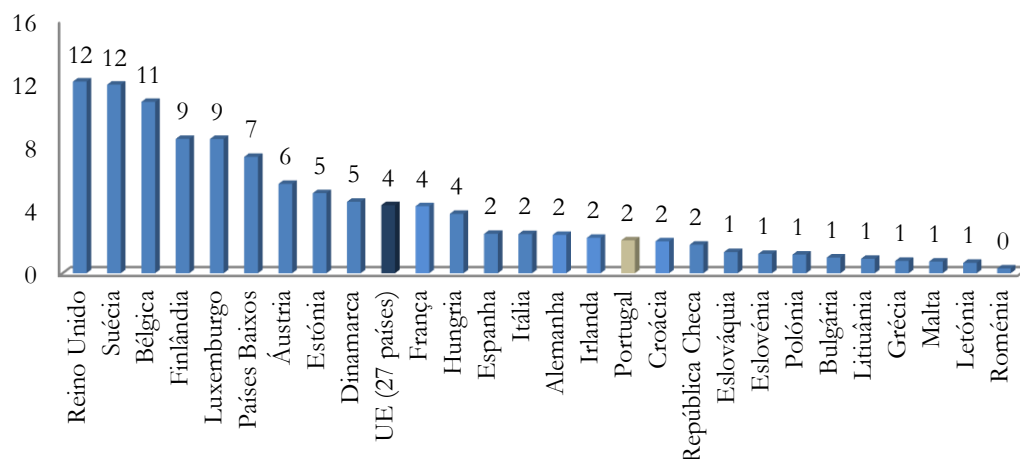


Gráfico 3: Taxa de criminalidade violenta registada por mil habitantes, em Portugal e na UE (%) (2012)¹⁸⁷

Fonte: Cálculos efetuados com base nos dados do Eurostat

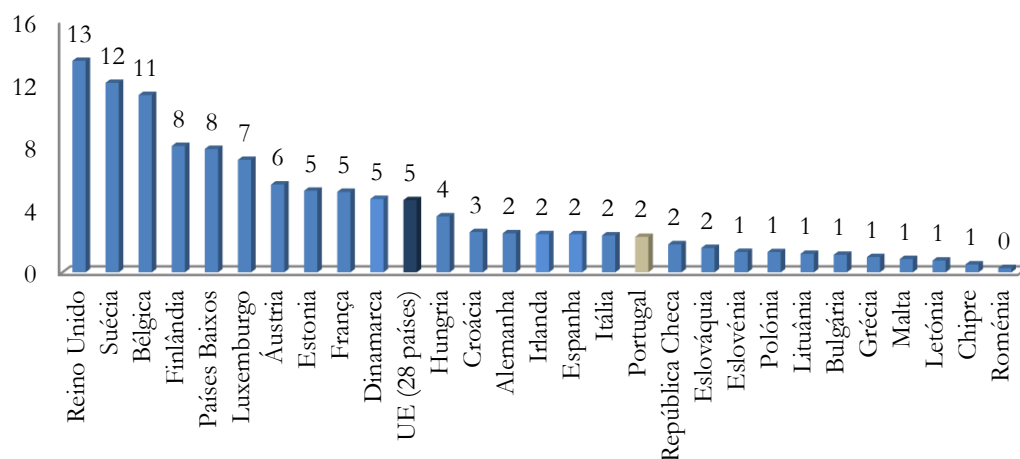


Gráfico 4: Taxa média de criminalidade violenta registada por mil habitantes, em Portugal e na UE (%) (2008-2012)

Fonte: Cálculos efetuados com base nos dados do Eurostat

No que diz respeito às taxas de homicídio, se considerarmos o ano de 2015, Portugal situa-se ligeiramente abaixo do valor da União Europeia (Gráfico 5)¹⁸⁸. Em 2015 verificaram-se 0,96 homicídios por cem mil habitantes em Portugal e na União Europeia esta taxa foi de 1,06 homicídios por cem mil habitantes. Analisando a média desta taxa entre 2008 e 2015, Portugal tem um valor idêntico ao da União Europeia: 1,13 (Gráfico 6).

¹⁸⁷ Dados não disponíveis para o Chipre.

¹⁸⁸ Salienta-se que existe um diferencial entre os quantitativos disponibilizados pelo Eurostat e os disponibilizados pelo SIEJ (ex.: para o ano de 2012 pelo Eurostat o valor era de 122 e pelos dados do SIEJ o valor era de 149; nos anos seguintes o diferencial continuou a existir, apesar de ir diminuindo a sua magnitude; e em 2015 este diferencial foi mais diminuto: 2). Os valores aqui considerados foram os do Eurostat.

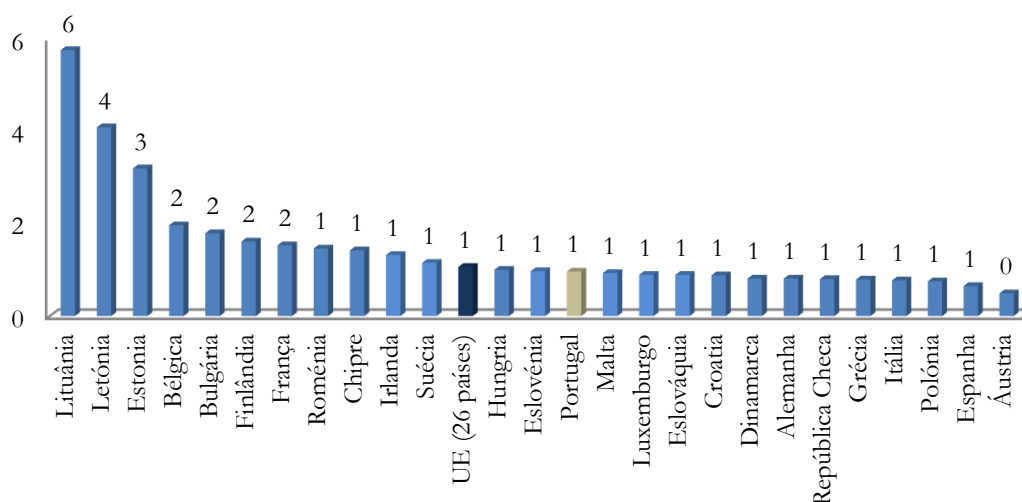


Gráfico 5: Taxa de homicídios registados por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2015)¹⁸⁹

Fonte: Cálculos efetuados com base nos dados do Eurostat

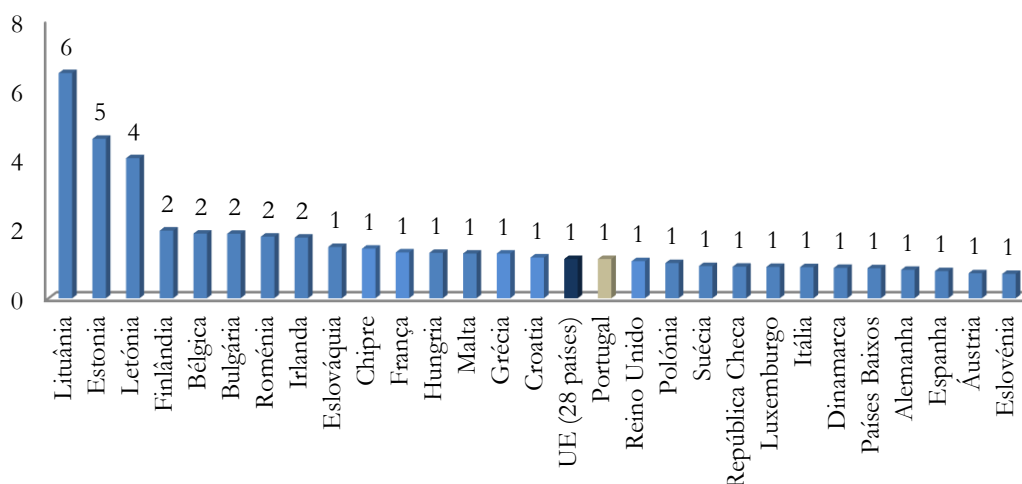


Gráfico 6: Taxa média de homicídios registados por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2008-2015)¹⁹⁰

Fonte: Cálculos efetuados com base nos dados do Eurostat

Em termos da taxa de roubos por cem mil habitantes, a situação portuguesa não é tão positiva como a verificada para outros crimes. Neste caso, para o ano de 2015, o valor correspondente situou-se acima do valor para a União Europeia (149 *vs.* 89), encontrando-se Portugal entre os

¹⁸⁹ No caso da Áustria a taxa de homicídios por cem mil habitantes é de 0,49. Dados para o Reino Unido e Holanda não estavam disponíveis.

¹⁹⁰ No caso do Reino Unido e Holanda a média corresponde aos anos de 2008 a 2014 (para 2015 os dados não estavam disponíveis).

três países da UE com a taxa mais elevada ao nível de roubos, atrás da Bélgica e da França (Gráfico 7). Analisando a média desta taxa para os anos 2008 a 2015, a situação permanece. Portugal ocupa o referido terceiro lugar e apresenta um valor superior ao da União Europeia (176 *vs.* 97) (Gráfico 8).

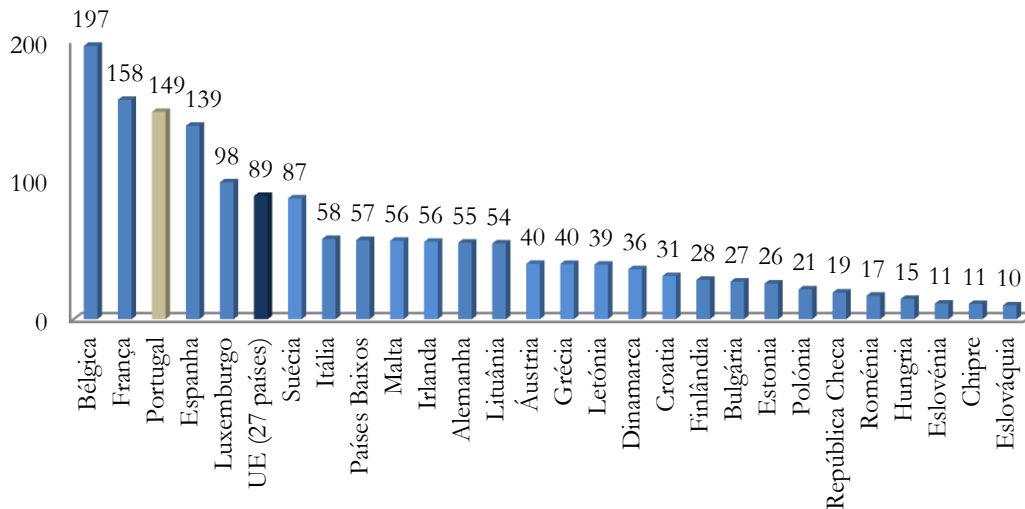


Gráfico 7: Taxa de roubos registados por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2015)¹⁹¹

Fonte: Cálculos efetuados com base nos dados do Eurostat

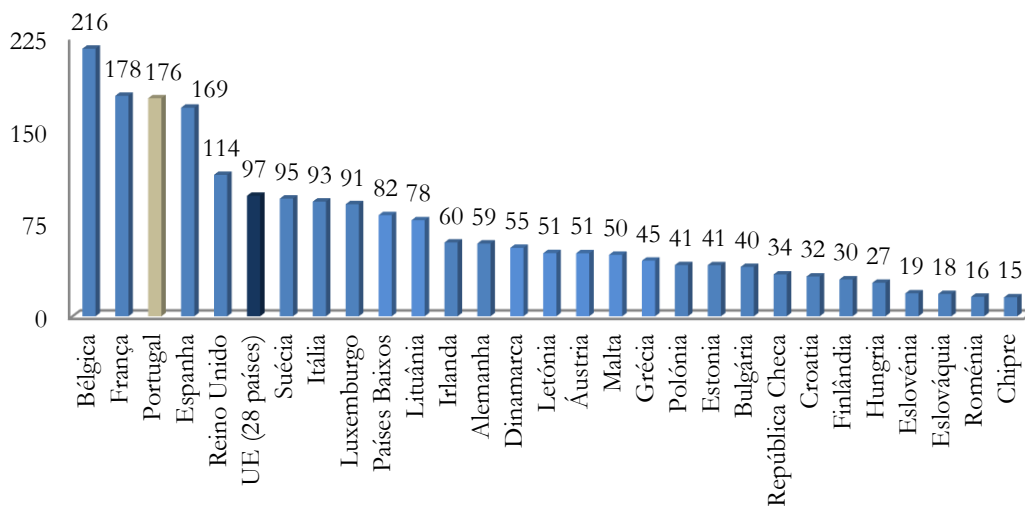


Gráfico 8: Taxa média de roubos registados por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2008-2015)¹⁹²

Fonte: Cálculos efetuados com base nos dados do Eurostat

¹⁹¹ Dados para o Reino Unido não estavam disponíveis.

¹⁹² No caso do Reino Unido a média corresponde aos anos de 2008 a 2014 (para 2015 os dados não estavam disponíveis).

Relativamente ao número de violações registadas por cem mil habitantes, constata-se que Portugal se situa claramente abaixo do valor para a União Europeia, quer seja analisando o ano de 2015 (4 *vs.* 19) (Gráfico 9), quer seja analisando a média desta taxa para os anos de 2008 a 2015 (4 *vs.* 13) (Gráfico 10).

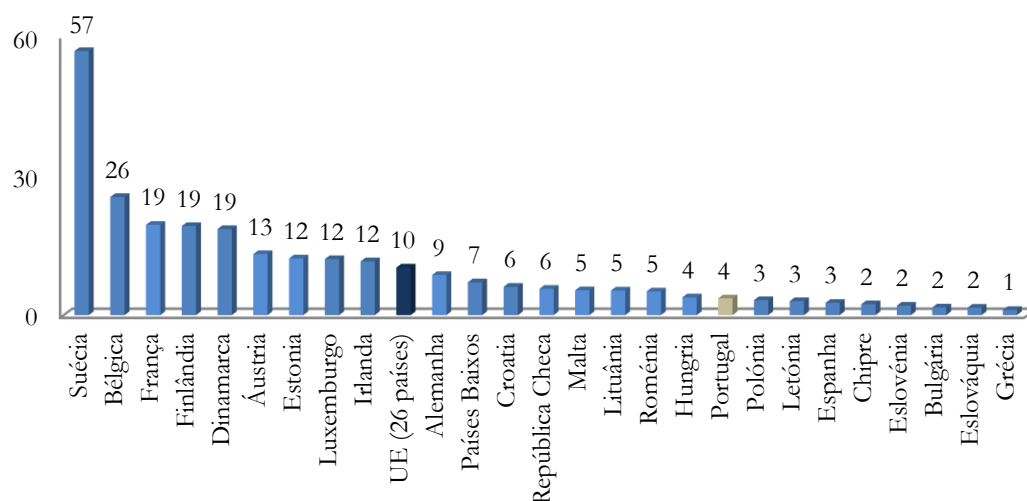


Gráfico 9: Taxa de violações registadas por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2015)¹⁹³

Fonte: Cálculos efetuados com base nos dados do Eurostat

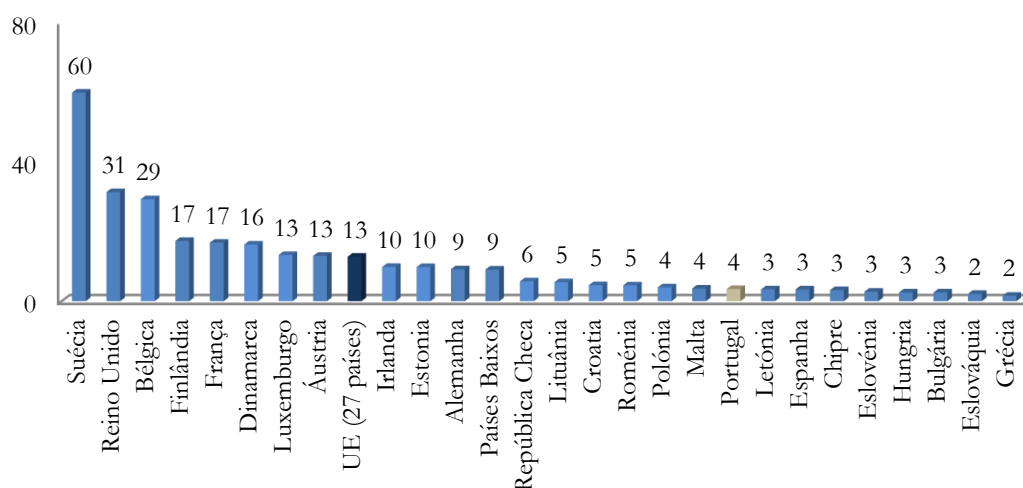


Gráfico 10: Taxa média de violações registadas por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2008-2015)¹⁹⁴

Fonte: Cálculos efetuados com base nos dados do Eurostat

¹⁹³ Dados para Itália e Reino Unido não estavam disponíveis.

¹⁹⁴ No caso do Reino Unido a média corresponde aos anos de 2008 a 2014 (para 2015 os dados não estavam disponíveis). Dados para Itália não disponíveis.

No *European Sourcebook* mais recente são apresentados diversos indicadores também no domínio dos crimes registados pelas autoridades policiais (Aebi et al., 2014).

Verifica-se que, para alguns crimes, a taxa verificada em Portugal é superior à média dos países analisados: roubo, roubo com arma de fogo, furto de veículo motorizado e assalto a residência (Tabela 10).

Tabela 10: Indicadores relativos à criminalidade registada, em Portugal e Europa, por 100 mil habitantes (2011)

	Portugal	Média (38 países) ¹⁹⁵
Polícias		
Crimes registados	3927	4513
Homicídio voluntário consumado	1,1	1,8
Violação	3,5	11,6
Abuso sexual de criança	7,4	12,4
Roubo	193	73
Roubo - arma de fogo	16,4	6,6
Furto	1608	1890
Furto de veículo motorizado	184	106
Assalto a residência	268	246

Fonte: Aebi et al. (2014). *European Sourcebook*.

No caso do total de crimes registados, homicídio voluntário, violação e abuso sexual de criança, os valores obtidos para Portugal são inferiores aos da média dos países abrangidos, o que se encontra em consonância com os dados atrás analisados, provenientes do Eurostat.

5.5.2 OUTROS INDICADORES NO ÂMBITO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

No *European Sourcebook* publicado em 2014 são apresentados diversos indicadores no âmbito do Sistema de Justiça Penal. Constam alguns dados no domínio da percentagem de casos que chegam à fase de julgamento, sendo que Portugal surge entre os países analisados em que esta taxa é das menores (inferior a 25%) (Aebi et al., 2014).

Este documento analisa outros indicadores como sejam o rácio de polícias e o rácio de magistrados (do Ministério Público) por 100 mil habitantes. Em ambos, Portugal surgia, em

¹⁹⁵ Para diversos indicadores os dados não estavam disponíveis para todos os países.

2011, acima da média dos países considerados: 443 e 386 polícias, e 14,7 e 11,3 procuradores, respetivamente (Tabela 11).

Tabela 11: Indicadores no domínio do Sistema de Justiça Penal, por 100 mil habitantes (2011)

	Portugal	Média (38 países) ¹⁹⁶
<i>Polícias</i>		
Número de polícias	443	386
Número de civis nas polícias	32	77
<i>Ministério Público</i>		
Casos processados	5371	3643
Proporção de casos que chega a tribunal (%)	13	40
Número de procuradores	14,7	11,3
<i>Tribunais - Número de pessoas condenadas</i>		
Total	755	909
Homicídio voluntário	1,3	1,2
Ofensa à integridade física grave	2,6	10,5
Violação	0,9	1,5
Abuso sexual de criança	2,2	2,0
Roubo	30	15
Furto	61	172
Furto de veículo motorizado	1,5	5,0
Furto de residência	1	19
<i>Sistema prisional</i>		
Número de reclusos	120	157
<i>Reinserção</i>		
Pessoas controladas/acompanhadas (2010)	150	251
Pessoas sob controlo eletrónico (2010)	4,8	8,0
Pessoal ao serviço da Reinserção	10,7	7,6

Fonte: Aebi, et al. (2014). European Sourcebook.

Outros indicadores constantes na Tabela 11 indicam que, apesar de em Portugal existirem mais processos criminais por 100 mil habitantes que na média dos outros países, menos casos chegam à fase de julgamento (13% e 40%, respetivamente).

Por outro lado, apesar de Portugal apresentar, em geral, taxas de criminalidade registada inferiores às da média dos outros países europeus (exceto, por exemplo, nos roubos, furtos e assaltos a residências), as taxas de condenação em Portugal tendem a ser igualmente inferiores face aos outros países considerados (Aebi, et al., 2014).

Existem, contudo, algumas exceções, sendo que em Portugal condenam-se mais pessoas (por cem mil habitantes) no âmbito do homicídio voluntário, do abuso sexual de criança e do roubo, comparativamente à média dos países da Europa abrangidos.

¹⁹⁶ Para diversos indicadores os dados não estavam disponíveis para todos os países.

O *European Sourcebook* contempla também dados no domínio do sistema prisional e da reinserção, demonstrando, por exemplo, que em Portugal existem menos reclusos por cem mil habitantes do que para a média dos países analisados (120 vs. 157).

Para efeitos de uma análise mais aprofundada ao nível do sistema prisional importa recordar, como indicado anteriormente, que o CoE disponibiliza regularmente Estatísticas penais anuais, conhecidas como SPACE (*Statistiques Pénales Annuelles du Conseil de l'Europe*).

Assim, e reportando dados do último Relatório disponível (Aebi, Tiago & Burkhardt, 2016), mencionam-se alguns dados complementares em seguida (ver Quadro 23).

Segundo tais dados, Portugal possuía, em 2015, um total de 14.222 reclusos, sendo que destes, quase 94% eram do sexo masculino, e entre estes 17% eram estrangeiros.

Relativamente à preponderância do sexo masculino, esta encontra-se alinhada com a realidade dos outros países analisados pelo CoE, o que não sucede exatamente com a proporção de estrangeiros (se se analisar a mediana, Portugal apresenta um valor mais elevado face à maioria dos outros países, sendo que metade destes tem até 8% de reclusos estrangeiros).

Em termos de idade média dos reclusos, esta situa-se nos 39 anos, ligeiramente acima da média global dos restantes países (36).

Ao nível dos reclusos, salienta-se que apenas 16,2% correspondem a situações sem sentença final (ex.: prisão preventiva), enquanto a média para o global dos países se situa em 25%.

Relativamente à população prisional e sua densidade, os indicadores demonstram sobrelotação (113 reclusos por cada 100 lugares) e Portugal apresenta 133 reclusos por 100.000 habitantes, rácio superior ao encontrado para a média dos países (129).

Quanto à variação no número de reclusos nos estabelecimentos prisionais portugueses, entre 2005 e 2015 aumentou 12%, e entre 2014 e 2015, 2,4%.

Se em Portugal, em 2015, para 1076 reclusos (9,2%) a ofensa principal era o homicídio (ou sua tentativa), para outros 406 (3,5%) eram as ofensas à integridade física, para 204 era a violação (1,8%), em 324 eram outras ofensas sexuais (2,8%), para 1463 reclusos era o roubo (12,6), para 1482 era o furto (12,7%) e para 2284 era um crime previsto na lei da droga (19,7%), sendo que os “outros” casos representavam 40,1%. Comparando esta situação com a globalidade dos países envolvidos no estudo, constata-se em Portugal um menor peso dos crimes de homicídio entre os reclusos condenados, assim como para a generalidade das

ofensas consideradas, com exceção das relativas à lei da droga e à categoria “outros”, onde a proporção verificada é superior à média dos países do CoE.

Indicador		Portugal	Média CoE	Mediana CoE
Número total de reclusos		14222	-	-
Número de reclusos do sexo masculino [FI(%)]		13360 (93,9)	- (94,4)	- (94,8)
Idade média dos reclusos (e mediana)		39,1 (37)	36,1 (34,5)	35,4 (35)
Número de reclusos do sexo masculino estrangeiros e % no total		2266 (17)	- (20,4)	- (8,1)
Total de reclusos condenados		11645		
Percentagem de reclusos sem sentença final (%)		16,2	24,7	20,7
População prisional por 100.000 habitantes		133	129	107,6
Densidade prisional por 100 lugares		113,0	90,2	91,8
Taxa de variação na população prisional 2005-2015 (%)		12,3	-	-
Taxa de variação na população prisional 2014-2015 (%)		2,4	-	-
Principal ofensa-reclusos condenados (%) Portugal [Fi (%)]	Homicídio	1076 (9,2)	14,9	12,8
	Ofensas à integridade física	406 (3,5)	9,4	7,5
	Violação	204 (1,8)	3,9	3,9
	Outras ofensas sexuais	324 (2,8)	3,7	2,4
	Roubo	1463 (12,6)	12,9	12,6
	Furtos ¹⁹⁷	1482 (12,7)	16,8	16,2
	Crimes relativos a droga	2294 (19,7)	17,3	18,7
	Outros casos	4670 (40,1)	18,5	18,1
Duração da pena de prisão dos reclusos (%)	5 anos	40,4	59,8	55,9
	5 a <10 anos	36,4	21,6	21,8
	10 a <20 anos	15,3	12,2	10,7
	20 ou mais anos	3,1	2,5	1,1
Taxa de entrada (2014) nas instituições penais por 100.000 habitantes		51,9	195,7	166,7
Taxa de saída (2014) nas instituições penais por 100.000 habitantes		54,6	154,3	155,0
Taxa de rotatividade de reclusos ¹⁹⁸ (%) (2014)		28,9	51,8	52,8
Duração média da reclusão (meses) (2014)		31,3	10,9	7,6
Número de fugas (2014) (e taxa de fuga por 10.000 reclusos)		11 (7,9)	(13,9)	(1,0)
Taxa de suicídio de reclusos por 10.000 reclusos (2014)		15,7	7,0	5,9

Quadro 23: Indicadores relativos à população reclusa para Portugal e CoE

Fonte: Aebi, Tiago e Burkhardt (2016)

Ao nível da duração da pena de prisão dos reclusos, em Portugal, as penas de menor duração (inferiores a 5 anos) estão menos representadas face à média do CoE (40% vs. 60%), e as penas de prisão de 5 ou mais anos até mais de 20 anos surgem em maior proporção face à média europeia (55% vs. 36%).

¹⁹⁷ “Outros tipos de furto”.

¹⁹⁸ Potenciais saídas de reclusos relacionadas com número efetivo de reclusos saídos.

Outros indicadores revelam que, em Portugal, a duração média da reclusão é mais elevada que a média dos países tidos em conta (31 meses vs. 11 meses), contribuindo para taxas de rotatividade mais diminutas (29% vs. 52%), com taxas de entrada e saída por cem mil habitantes igualmente com valores menos elevados (52 vs. 196; e 55 vs. 154, respetivamente).

Outros indicadores demonstram uma taxa de suicídio entre os reclusos mais elevada face à realidade global dos países analisados (16% vs. 7%). Relativamente a fugas dos estabelecimentos prisionais, tal sucede em 8 casos por cada dez mil reclusos, valor abaixo da média europeia (14), havendo, contudo, uma maior variabilidade de valores a este nível (mediana global =1).

Assim, em termos globais, os reclusos portugueses são tendencialmente mais velhos, os estrangeiros estão mais representados, e estão a cumprir penas de prisão mais longas, havendo menor rotatividade de reclusos. Existem sinais de sobrelotação dos estabelecimentos prisionais, embora entre os reclusos que lá se encontrem, os presos preventivamente assumem menor expressão do que na maioria dos outros países.

Os dados demonstram um aumento da população reclusa de 12,3%, entre 2005 e 2015, e também entre 2014 e 2015, embora seja um aumento de menor magnitude (2,4%) (Quadro 23).

5.5.3 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

No ano de 2012, foi realizado a nível da União Europeia (28 países) um inquérito no âmbito da violência contra as mulheres, constatando-se que em Portugal a prevalência estimada de mulheres que sofreram violência física e/ou sexual desde os quinze anos por parte de parceiro se situa em 19%, enquanto a média da UE é de 22% (Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais [FRA], 2014a)¹⁹⁹ (Tabela 12). Também no mesmo sentido se situou a prevalência estimada para Portugal relativamente à violência física e/ou sexual sofrida pelas mulheres desde os 15 anos (24% vs. 33% na UE).

Assim, e segundo estes dados, a vitimação em Portugal neste domínio será menos prevalente do que na maioria dos países da UE.

¹⁹⁹ Neste estudo foram entrevistadas 42.023 mulheres na UE (com idades compreendidas entre os 18 e 74 anos). A amostra portuguesa foi composta por 1515 mulheres e a recolha de dados foi realizada no ano de 2012 (ver FRA, 2014b).

Tabela 12: Indicadores sobre prevalência de vitimação, em Portugal e UE - Inquérito Europeu sobre Violência contra as mulheres (%) (2012)

	Portugal	UE (28 países)
Violência física/sexual e/ou psicológica na infância (antes dos 15 anos) praticada por adulto	27	35
Violência física	24	27
Violência sexual	3	12
Violência psicológica (familiar)	5	10
Violência física e/ou sexual desde os 15 anos	24	33
Violência física e/ou sexual - não parceiro	10	22
Violência física e/ou sexual – parceiro (atual ou anterior)	19	22
Violência física e/ou sexual - parceiro atual	8	8
Violência física e/ou sexual nos últimos 12 meses	6	8
Violência física e/ou sexual - não parceiro	2	5
Violência física e/ou sexual - parceiro (atual ou anterior)	5	4
Violência física e/ou sexual - parceiro (atual)	4	3
Violência psicológica- parceiro (atual ou anterior)	36	43
Violência psicológica- parceiro atual	21	23
Stalking desde os 15 anos	9	18
Stalking nos últimos 12 meses	3	5
Assédio sexual desde os 15 anos	32	55

Fonte: FRA (2014a).

Especificamente analisando a violência física e/ou sexual por parte de parceiro atual ou anterior, nos últimos doze meses, a percentagem de vitimação em Portugal é ligeiramente superior ao verificado para a média da UE (5 ou 4 vs. 4 ou 3, respetivamente).

5.5.4 PREOCUPAÇÕES RELACIONADAS COM O CRIME (EUROBARÓMETRO)

Segundo os dados apurados pelo Eurobarómetro nos últimos onze anos, verifica-se que em Portugal as preocupações relacionadas com o crime são tendencialmente menores que as existentes na União Europeia (qualquer que seja o foco de análise: a própria pessoa, o respetivo país e a UE), e de 2008 até 2018, a preocupação a nível pessoal e nacional com o crime terá dado lugar a outras preocupações emergentes (ex.: crise económica, desemprego, saúde e segurança social)²⁰⁰ (Tabela 13).

²⁰⁰ Uma das potenciais preocupações é o terrorismo (categoria à parte do “crime”). No entanto, para Portugal (2018) esta categoria apenas surge como uma preocupação mais premente que a relativa ao crime quando se foca a atenção ao nível da UE (38%), e não a nível pessoal (1%) ou do país (3%). Ao nível da média de resposta da UE, a situação é a mesma, só quando a atenção se centra na UE é que a preocupação com o terrorismo supera a relativa ao crime.

Tabela 13: O crime como principal preocupação a nível pessoal, nacional e na UE, segundo dados do Eurobarómetro (% e posição relativa face a outros países) (2008 a 2018)

	A nível pessoal				A nível nacional				A nível da UE			
	Portugal		UE		Portugal		UE		Portugal		UE	
	%	Ordem	%	Ordem	%	Ordem	%	Ordem	%	Ordem	%	Ordem
2018 (89)	1	13.º	6	12.º	4	10.º	11	8.º	5	8.º	10	8.º
2017 (88)	3	12.º	6	12.º	8	8.º	12	8.º	9	7.º	10	7.º
2017 (87)	1	13.º	6	12.º	4	10.º	12	8.º	7	6.º	10	6.º
2016 (86)	1	14.º	6	12.º	3	9.º	11	8.º	6	8.º	8	7.º
2016 (85)	1	12.º	6	12.º	4	9.º	10	8.º	5	7.º	9	6.º
2015 (84)	1	12.º	6	12.º	3	9.º	10	9.º	5	8.º	8	6.º
2015 (83)	1	12.º	5	12.º	4	9.º	9	9.º	5	9.º	8	7.º
2014 (82)	2	10.º	5	11.º	4	9.º	9	10.º	5	9.º	7	8.º
2014 (81)	1	9.º	5	11.º	5	8.º	12	7.º	5	7.º	7	7.º
2013 (80)	1	8.º	5	10.º	3	8.º	11	7.º	5	6.º	8	6.º
2013 (79)	1	11.º	6	10	3	8.º	12	5.º	3	7.º	7	6.º
2012 (78)	1	11.º	6	9.º	3	9.º	11	6.º	4	8.º	6	7.º
2012 (77)	2	10.º	5	9.º	8	7.º	11	6.º	4	8.º	6	7.º
2011 (76)	2	9.º	5	10.º	8	4.º	11	5.º	8	5.º	6	8.º
2011 (75) ²⁰¹	3	8.º	6	8.º	6	7.º	14	5.º	4	7.º	8	7.º
2010 (74)	2	9.º	6	10.º	6	7.º	15	5.º	3	10.º	8	7.º
2010 (73)	7	7.º	8	8.º	10	5.º	16	4.º			-	
2009 (72)	13	7.º	8	8.º	18	4.º	19	3.º			-	
2009 (71)	9	7.º	8	8.º	15	4.º	16	5.º			-	
2008 (70)	8	7.º	8	9.º	16	4.º	17	4.º			-	
2008 (69)			-		10	6.º	20	3.º			-	

Fontes: Comissão Europeia (2008a, 2008b, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2012b, 2012c, 2013a, 2013b, 2014b, 2014c, 2015a, 2015b, 2016b, 2016c, 2017a, 2017b, 2018). Eurobarómetros 69 a 89.

Constata-se em Portugal, sensivelmente a partir de 2010, uma diminuição gradual da proporção de pessoas que considera o crime como a principal preocupação a nível pessoal e a nível nacional, originando que este potencial motivo de preocupação se situe cada vez menos nas posições iniciais do “*ranking*”. Relativamente à preocupação com o crime ao nível da UE, os valores obtidos em Portugal, entre 2010 e 2018, apontam para um ligeiro aumento gradual (3% em 2010 e 5% em 2018), com diversas oscilações intermédias.

Se em 2010, mais portugueses estavam preocupados com o crime a nível nacional do que a nível da UE (6% vs. 3%), em 2018 verificou-se o inverso (4% vs. 5%). Ao longo de todos os anos em análise, a preocupação com o crime a nível pessoal foi inferior à preocupação com o crime a nível nacional ou na UE.

²⁰¹ Resultados para “*split A*”.

5.5.5 OUTROS INDICADORES RELATIVOS À SEGURANÇA

5.5.5.1 Índice Global de Paz

Existem ainda outros indicadores frequentemente mencionados quando se pretende comparar Portugal com outros países do mundo, no que diz respeito às questões da segurança. O índice global de paz (*Global Peace Index*) enquadra-se neste âmbito e é disponibilizado anualmente por uma organização independente, com sede na Austrália, o Instituto para a Economia e Paz (*Institute for Economics and Peace* - IEP).

Este índice, cuja criação remonta a 2007, baseia-se num conjunto de 23 indicadores, organizados em três domínios: Conflitos internos e internacionais (6 indicadores); Segurança na sociedade (10 indicadores) e militarização (7 indicadores) (IEP, 2018b). No âmbito da Segurança na sociedade, o domínio mais relevante para o presente estudo, os indicadores utilizados dizem respeito a questões como o nível de criminalidade percecionada na sociedade, número de homicídios por cem mil habitantes, nível de criminalidade violenta, número de reclusos por cem mil habitantes e número de polícias por cem mil habitantes, entre outras. A análise relativa a 2018 baseia-se em 163 estados independentes do mundo, cobrindo 99,7% da população mundial (IEP, 2018b)²⁰².

Os países avaliados são posicionados num *ranking* global e em *rankings* parciais para cada uma das três dimensões. Quanto menor a pontuação, que varia de 1 a 5, mais bem posicionado se encontra o país.

Em 2018, Portugal ocupa o 4.º lugar em termos de país mais pacífico do mundo (a seguir à Islândia, Nova Zelândia e Áustria) e o 13.º lugar no âmbito da Segurança na sociedade²⁰³ (Tabela 14).

Se visualizarmos as pontuações e posições obtidas por Portugal nos anos anteriores, verifica-se que o ano de 2017 foi o melhor: ocupava o 3.º lugar em termos de país mais pacífico do mundo e o 10.º ao nível da segurança interna.

Assim, em 2018, Portugal perdeu uma posição em termos do “*ranking*” dos países mais pacíficos do mundo, perdendo também três posições no *ranking* relativo à segurança na sociedade.

²⁰² Refira-se que em 2007 o índice contemplava 121 países e comportava 224 indicadores.

²⁰³ A seguir à Islândia, Noruega, Dinamarca, Singapura, Nova Zelândia, Japão, Suíça, Suécia, Áustria, Finlândia, Canadá e Eslovénia.

Tabela 14: Pontuação de Portugal no Índice Global da Paz (e posição relativa face a outros países) (2007 a 2018)

<i>Ano</i>	Pontuação global	Posição relativa	Pontuação - Segurança na sociedade	Posição relativa
2007	1,481	9.º	-	-
2008	1,412	7.º	-	-
2009	1,348	14.º	-	-
2010	1,366	13.º	-	-
2011	1,453	17.º	-	-
2012	1,470	16.º	-	-
2013	1,467	18.º	-	-
2014	1,425	18.º	1,632	24.º
2015	1,344	11.º	1,60	17.º
2016	1,356	5.º	1,573	15.º
2017	1,258	3.º	1,431	10.º
2018	1,318	4.º	1,496	13.º

Fonte: IEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015b, 2016, 2017 e 2018b).

Em contraponto, o ano de 2014 foi aquele, entre os anos em que os dados estão disponíveis para ambas as pontuações aqui consideradas, em que Portugal ficou menos bem posicionado: 18.º no índice global e 24.º em termos da segurança interna.

Este facto não encontra paralelo com a criminalidade registada, uma vez que no ano de 2014 não se verificou nenhum aumento da criminalidade global em Portugal ou da criminalidade violenta e grave registada. Pelo contrário, de 2008 a 2014, o volume de criminalidade global diminuiu, e de 2010 a 2014, a criminalidade violenta e grave também diminuiu consecutivamente, e o número de homicídios registados diminuiu igualmente entre 2012 e 2014²⁰⁴ (ver ponto 9.2).

A explicação avançada pelo IEP (2017) para a melhoria verificada em Portugal, a partir de 2015, remete para a saída do Programa de assistência económica e financeira a que o país esteve sujeito e à retoma económica, havendo melhorias em alguns indicadores tais como o da probabilidade de demonstrações violentas (ex.: marchas “anti austeridade”).

Assim, verifica-se que, ao nível da pontuação obtida no domínio da Segurança na sociedade, indicadores como a instabilidade política e a referida probabilidade de ocorrência de demonstrações violentas podem determinar alterações significativas, mesmo que os níveis de criminalidade registada diminuam, evidenciando a natureza mais holística deste sub-índice.

²⁰⁴ Mesmo controlando com as estimativas da população residente se mantêm as referidas tendências de diminuição.

5.5.5.2 Inquérito Social Europeu

Outros indicadores a mencionar são os provenientes do Inquérito Social Europeu (ESS), um inquérito transnacional de cariz académico, realizado de dois em dois anos (desde 2002), destinando-se a medir atitudes, crenças e padrões de comportamentos da população em mais de trinta nações²⁰⁵.

Foi criado no Centro Nacional de Pesquisa Social, em Londres, estando desde 2003 sediado na *City* - Universidade de Londres²⁰⁶. Desde 2013, o ESS adquiriu o estatuto de consórcio de investigação europeu, sendo financiado pela UE e pelos países que fazem parte²⁰⁷, onde se inclui Portugal (cuja participação é assegurada pelo Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa).

Conforme se verifica pela Tabela 15, em termos de confiança na polícia, Portugal tem-se situado consistentemente na metade de países que menos confiança declara ter (entre a 16.º e a 20.º posições, entre 21 a 29 países participantes). Salienta-se, todavia, que de 2004 em diante (com exceção do verificado em 2010) a proporção de portugueses que afirma confiar na polícia tem vindo a aumentar, situando-se, em 2016, em 61% (estando, no entanto, ainda ligeiramente abaixo do valor global encontrado para todos os países analisados: 62%).

No que se refere à questão colocada sobre se se sente seguro quando passeia sozinho depois de escurecer, a proporção de portugueses que se sentem seguros ou muito seguros tem vindo a aumentar desde 2008, sendo em 2016 de 85,5%, valor superior ao global encontrado para o conjunto dos países (78%). Nesta última edição realizada, Portugal situou-se na 9.ª posição entre os países com maior “sentimento de segurança”²⁰⁸.

²⁰⁵ Fonte: ESS (s.d.).

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Fonte: City (s.d.).

²⁰⁸ Designação utilizada pelo ESS.

Tabela 15: Confiança na polícia e sentimento de segurança em Portugal, segundo dados do Inquérito Social Europeu (% e posição relativa face a outros países) (2002 a 2016)

Ano	Confiança na Polícia ²⁰⁹			Sentimento de segurança ²¹⁰		
	Portugal (%)	Total (%)	Posição relativa de PT ²¹¹	Portugal (%)	Total (%)	Posição relativa de PT
2002	40,4	62,3	19.º (em 22)	74,3	73,2	13.º (em 22)
2004	39,7	55,2	20.º (em 25)	79,0	70,9	10.º (em 25)
2006	44,6	47,2	16.º (em 23)	79,1	69,0	11.º (em 23)
2008	48,3	48,6	16.º (em 29)	70,7	69,3	19.º (em 29)
2010	41,6	48,3	17.º (em 27)	72,2	72,6	20.º (em 27)
2012	50,4	51,3	17.º (em 29)	75,7	72,3	16.º (em 29)
2014	53,5	65,7	17.º (em 21)	82,5	80,7	12.º (em 21)
2016	60,7	62,2	18.º (em 23)	85,5	78,2	9.º (em 23)

Fonte: ESS (2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016). Cálculos da responsabilidade da presente investigação²¹².

Verifica-se que, em 2010, cerca de 35%²¹³ dos participantes portugueses diziam-se sempre, quase sempre ou algumas vezes preocupados com a possibilidade de serem vítimas de um crime violento, enquanto na globalidade dos países avaliados esse valor era de 18% (Tabela 16). Assim, Portugal encontrava-se em terceiro lugar em termos dos países com preocupações mais frequentes a este nível, sendo apenas superado pela Grécia e pela Lituânia.

Tabela 16: Preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime violento em Portugal, segundo dados do Inquérito Social Europeu (% e posição relativa face a outros países) (2006 a 2010)

Ano	Preocupação com a possibilidade de ser vítima de um crime violento		
	Portugal (%) ²¹⁴	Total (%)	Posição relativa de PT ²¹⁵
2006	28,5	20,2	5.º (em 23)
2008	28,4	20,1	6.º (em 29)
2010	34,8	17,6	3.º (em 27)

Fonte: ESS (2006, 2008, 2010). Cálculos da responsabilidade da presente investigação²¹⁶.

²⁰⁹ Grau de confiança na polícia - Proporção de indivíduos com respostas com valor superior a 5 numa escala de 0 ('nenhuma confiança') a 10 ('toda a confiança').

²¹⁰ Proporção de indivíduos que se sentem 'seguros' ou 'muito seguros' quando passeiam sozinhos depois de escurecer (Questão C6) (ESS).

²¹¹ Por ordem decrescente das pontuações.

²¹² Valores tendo em conta a ponderação relativa ao delineamento e dimensão da população, recomendados pelo ESS.

²¹³ 8,2% "Sempre" ou "Quase sempre"; 26,6% "Algumas vezes"; 27,8% "Ocasionalmente" e 37,5% nunca" preocupado.

²¹⁴ Percentagem de respostas nas categorias: "Sempre ou quase sempre" e "Algumas vezes".

²¹⁵ Por ordem decrescente das pontuações.

²¹⁶ Valores tendo em conta a ponderação relativa ao delineamento e dimensão da população, recomendados pelo ESS.

Nas edições anteriores do ESS, e em que esta questão foi incluída, a proporção de pessoas com esta preocupação em Portugal era inferior (28,4%, em 2008 e 28,5%, em 2006), o que indicia que, entre 2008 e 2010, ocorreu um aumento da preocupação em Portugal a este nível. Na globalidade dos países, sucedeu o inverso: passou de 20,2%, em 2006, para 20,1% em 2008 e para 17,6% em 2010. Nas edições seguintes do ESS esta questão não foi contemplada.

A edição do ESS de 2010 contemplou um módulo adicional sobre a Justiça, no âmbito do qual se extraíram alguns indicadores e cujos dados constam na Tabela 17.

Tabela 17: Alguns indicadores no âmbito da Justiça para Portugal, segundo dados do Inquérito Social Europeu (% e posição relativa face a outros países) (2010)

	Portugal (%)	Total (%)	Posição relativa de PT ²¹⁷
Rapidez com que a polícia chegaria ao local do crime num caso de crime violento ²¹⁸	28,0	51,0	26.º (em 27)
Eficácia da polícia na prevenção de crimes ²¹⁹	34,5	39,9	20.º (em 27)
Desempenho dos Tribunais ²²⁰	22,1	44,4	26.º (em 27)

Fonte: ESS (2010). Cálculos da responsabilidade da presente investigação ²²¹.

De acordo com os dados disponíveis, em Portugal, 28% da população considerava que a polícia chegaria ao local do crime num caso de crime violento com alguma rapidez, uma proporção muito inferior à encontrada para a globalidade dos países: 51%. Neste âmbito Portugal situava-se em 26.º lugar (em 27.º), sendo que em último lugar se situava a Ucrânia.

Ao nível da eficácia da polícia na prevenção do crime, em Portugal, 34,5% consideravam que esta apresentava um desempenho positivo neste âmbito, sendo que para a globalidade dos países a proporção correspondente era ligeiramente superior: 39,9%.

No âmbito do desempenho dos tribunais, a posição de Portugal surgia igualmente menos favorável que na globalidade dos países abrangidos pelo estudo. Cerca de um quinto (22%) dos portugueses considerava que o desempenho era positivo, sendo que a nível europeu esta perceção era o dobro: 44%. Neste caso, apenas um país apresentava resultados inferiores a Portugal: novamente a Ucrânia.

²¹⁷ Por ordem decrescente das pontuações.

²¹⁸ Proporção de indivíduos com respostas com valor superior a 5 numa escala de 0 (“extremamente lenta”) a 10 (“extremamente rápida”).

²¹⁹ Proporção de indivíduos com respostas de valor superior a 5 numa escala de 0 (“extremamente mal sucedida”) a 10 (“extremamente bem sucedida”).

²²⁰ Percentagem de respostas nas categorias: “Muito bom desempenho” e “Bom desempenho” (“good job”).

²²¹ Valores tendo em conta a ponderação relativa ao delineamento e dimensão da população, recomendados pelo ESS.

Refira-se que a leitura destes indicadores, que colocam Portugal numa posição mais desvantajosa face a muitos outros países europeus no que concerne ao desempenho das instituições (ex.: polícia e tribunais), deve ser efetuada com algumas reservas. As perceções da população a este nível são influenciadas pelas representações sociais existentes, sendo que estas diferem de país para país, não significando que exista uma efetiva relação direta com o desempenho das referidas instituições. Neste aspeto, não se deverá descurar o potencial efeito que os *media* terão na criação de representações sociais menos vantajosas face às instituições, e que em países com uma tradição democrática mais consolidada seja um efeito mais presente. Também os níveis de “reflexividade” existentes em cada país acerca da segurança/insegurança e funcionamento das instituições dever ser tido em conta para analisar este tipo de dados. Assim, e por exemplo, a comparação que se possa efetuar entre a posição de Portugal e Espanha neste tipo de indicadores terá maior validade do que uma outra efetuada entre Portugal e alguns países do Leste da Europa.

PARTE III

MEDIÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA:

ESTUDO DO CASO PORTUGUÊS

6. QUESTÕES E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

O presente estudo tentará responder essencialmente a quatro questões gerais, às quais estão associadas as hipóteses indicadas em seguida. Algumas das hipóteses são formuladas apontando, por exemplo, a existência de diferenças, no entanto, não mencionam qual o sentido dessas diferenças. Trata-se assim de hipóteses exploratórias, uma vez que a revisão de literatura efetuada não permite, à partida, antever diretamente qual o sentido de eventuais diferenças.

1- Quais os crimes potencialmente abrangidos na definição de “criminalidade violenta” de maior gravidade (severidade criminal)?

H1: Os crimes violentos considerados como mais graves por parte dos participantes no estudo correspondem, em termos gerais, aos incluídos na definição de CVG usada no RASI.

H2: É possível detetar dimensões subjacentes à avaliação da gravidade dos crimes violentos por parte dos participantes no estudo.

H3: Existem diferenças na avaliação da gravidade dos crimes violentos, segundo o enquadramento profissional dos participantes e características sociodemográficas ou profissionais.

H4: No âmbito da criação e utilização de um índice de severidade criminal no domínio da criminalidade violenta, entre os crimes mais graves constam crimes abrangidos, quer pela definição de CVG usada no RASI, quer pela definição de CV/CEV prevista no CPP.

2- Que variações/tendências são observadas na criminalidade violenta registada, ao longo dos últimos anos (ex.: 10 anos), quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos (“carga de violência” utilizada)?

H5: A perceção dos participantes no estudo sobre as variações/tendências percecionadas no número de crimes violentos, ao longo dos últimos anos (ex.: 10 anos), acompanha, em termos gerais, a tendência decorrente da definição de CVG utilizada no RASI.

H6: Haverá maior consenso relativo às variações/tendências percecionadas ao nível do número de crimes violentos registados do que ao nível das variações/tendências na “carga de violência” utilizada.

H7: Existem diferenças nas variações/tendências ao nível do número de crimes violentos registados pelos OPC (ex.: últimos 10 anos), consoante a definição de criminalidade violenta utilizada (CPP *vs.* RASI) e o tipo de crime violento considerado.

H8: Através da criação e utilização de um índice de severidade, as variações/tendências observadas apontam no sentido de uma manutenção/aumento da severidade criminal no domínio da criminalidade violenta registada.

3- Que indicadores devem ser tidos em conta para medir a severidade criminal (intra-crimes), e quais os mais relevantes?

H9: Os indicadores mais relevantes para a medição da gravidade dos crimes violentos, segundo a perspetiva dos participantes no estudo, estão relacionados com o *modus operandi* e as consequências do crime.

H10: É possível detetar dimensões subjacentes à avaliação da relevância dos indicadores para medir a gravidade dos crimes violentos.

H11: Existem diferenças na avaliação da relevância dos indicadores para medição da gravidade dos crimes violentos, segundo o enquadramento profissional dos participantes e características sociodemográficas ou profissionais.

4- Qual o padrão de resultados encontrado para os inquéritos e julgamentos relativos à criminalidade violenta?

H12: As taxas de acusação e de condenação para a criminalidade violenta são iguais ou superiores às verificadas para a globalidade dos crimes.

H13: A taxa de prosseguimento dos casos relativos a criminalidade violenta ao longo do processo penal é igual ou superior à verificada para a globalidade dos crimes.

H14: Existem diferenças nas taxas de acusação e de condenação para a criminalidade violenta, consoante o crime violento considerado.

7. METODOLOGIA

Tendo em conta os objetivos delineados, a metodologia de investigação privilegiou o uso de um conjunto de técnicas de recolha de dados/informações que foram tratados com recurso a métodos qualitativos e quantitativos.

Para além do recurso a entrevistas, questionários e recolha de dados administrativos (estatísticas oficiais no âmbito do Sistema de Justiça Penal), técnicas cuja operacionalização consta dos pontos seguintes (7.1 a 7.3), a investigação recorreu igualmente à análise documental, mediante a pesquisa e sistematização de informações constantes na legislação nacional (ex.: Código Penal, Código de Processo Penal e outros diplomas relevantes no âmbito do Sistema de Justiça Criminal), cujos resultados estão essencialmente vertidos nos pontos 3.4 e 3.5. Recorreu-se igualmente a relatórios e dados produzidos por entidades públicas portuguesas (ex.: GSGSSI, INE, I.P., CNPDCJC, CPVC, DGRSP e duas ONG) (ver pontos 5.4 e 9.5).

A par desta consulta a documentos nacionais e da revisão bibliográfica efetuada, procedeu-se igualmente a uma consulta a diversos documentos internacionais, incluindo normativos, manuais e planos de ação (ex.: ONU, CoE e UE); guiões e relatórios/dados estatísticos produzidos em outros países (ver pontos 4.1 a 4.5).

No âmbito desta consulta e análise a nível internacional, incluíram-se metodologias adotadas por outros países no âmbito das estatísticas criminais e inquéritos de vitimização, bem como instrumentos utilizados ao nível da análise da severidade criminal. Para o efeito, recorreu-se, sempre que necessário, a contactos nomeadamente com entidades públicas e universidades de outros países (ver ponto 7.4).

Ressalva-se que alguns conteúdos plasmados nos pontos 1.1 a 1.3 relativos ao Direito à Segurança foram objeto de publicação prévia (ver Quaresma, 2016), procedendo-se, no entanto, a diversos ajustes, tendo em vista a incorporação de dados mais recentes ou informações adicionais. Sucede ao mesmo no ponto 1.4 relativo às vítimas especialmente vulneráveis (ver Quaresma, 2015) e nos pontos 4.1.1 (Linhas orientadoras da ONU), 5.1 (Sistema de estatísticas de justiça criminal), e 5.5.1 a 5.5.4 (no âmbito do capítulo 5 sobre a realidade portuguesa situada na UE e no mundo) (ver Quaresma, 2017). Todas estas publicações decorreram de trabalhos efetuados no contexto do Curso de Doutoramento em Direito e Segurança.

Refira-se que as entrevistas exploratórias realizadas e os questionários aplicados visaram, essencialmente, aceder às percepções dos entrevistados e inquiridos, com base na sua experiência e conhecimento acerca das dimensões em estudo ao nível da criminalidade violenta, viabilizando assim a respetiva análise.

7.1 INSTRUMENTOS

7.1.1 ENTREVISTA

Conforme previsto, numa primeira fase do estudo foi realizado um conjunto extenso de entrevistas exploratórias com representantes de diversas entidades identificadas como relevantes no âmbito do tema da presente tese, bem como com especialistas nesta área.

Recorreu-se à técnica de entrevista semiestruturada, utilizando-se uma estrutura de questões comum a todos os entrevistados (ver Apêndice 3), podendo no entanto estes falar livremente sobre os tópicos planeados (Amaro, 2006).

As entrevistas focaram essencialmente cinco grandes temas: 1 - Definição de criminalidade violenta; 2 - Tendências verificadas na Criminalidade Violenta; 3 - Formas de medir a Criminalidade Violenta; 4 - Políticas públicas - o presente e o papel das estatísticas; 5 - Políticas públicas - perspetivas de futuro.

Para cada tema foram definidas questões orientadoras, conforme se pode ver no Apêndice 3.

7.1.2 QUESTIONÁRIO

7.1.2.1 Construção e descrição

Após finalizada a fase de entrevistas exploratórias e da análise e sistematização dos contributos recolhidos por essa via em termos da medição da criminalidade violenta, da análise documental, e da revisão bibliográfica efetuada, passou-se à fase seguinte da investigação: o desenvolvimento de um questionário dirigido aos profissionais de modo a captar a sua percepção e experiência nas dimensões em análise ao nível da criminalidade violenta.

Este questionário foi composto por seis partes (ver Apêndice 4). A primeira parte contempla questões relacionadas com a gravidade dos crimes violentos, solicitando-se aos participantes que classificassem cada um dos crimes, constantes numa lista de 48 itens potencialmente

integrados na definição de criminalidade violenta, quanto à sua gravidade, numa escala de tipo *likert* de seis pontos, em que 1 corresponde a “gravidade mínima” e 6 a “gravidade máxima”.

Refira-se que este elenco de crimes resultou da análise das definições de criminalidade violenta e especialmente violenta, inscritas no Código de Processo Penal e respetivos crimes abrangidos, da definição utilizada em sede de Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) ao nível da designada “criminalidade violenta e grave”, e ainda dos crimes considerados violentos em sede das entrevistas realizadas.

No âmbito da definição do CPP foram identificados 32 crimes (ver ponto 3.4) e no caso da definição do RASI foram identificados 26 crimes, sendo que 11 dos quais são comuns às duas definições (ver ponto 5.2). Compulsadas as duas definições, que implicam um total de 47 crimes, e numa ótica de interpretação mais extensiva foram identificados mais treze crimes, cujo racional foi explanado nos pontos 3.4 e 5.2, perfazendo um total de 60 crimes previstos no Código Penal e em legislação avulsa. Assim, e para efeitos de inclusão no questionário, optou-se por utilizar uma listagem de crimes que correspondesse a uma “definição” de CV o mais abrangente possível, pelo que foram incluídos os 60 crimes identificados, ressalvando-se no questionário que se tratava de crimes potencialmente abrangidos na definição de CV.

Alguns destes crimes foram agregados num único item para reduzir o número de itens a incluir nesta parte do questionário. Os crimes agregados foram os seguintes: Aborto e Aborto agravado; Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada; Roubo / Violência depois da subtração; Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime; Participação em motim / Participação em motim armado; Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão; Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo"); Auxílio à imigração ilegal / Associação de auxílio à imigração ilegal (Lei de "estrangeiros"); e Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga").

Assim, foram utilizados 48 itens que correspondem a 60 crimes/artigos previstos no Código Penal (sobretudo da tipologia de crimes contra as pessoas, mas também alguns crimes contra o património, contra a sociedade e contra o Estado) e crimes previstos em legislação avulsa (“Lei de combate ao terrorismo”, “Lei de estrangeiros”, “Lei das armas” e “Lei da droga”). A acompanhar esta parte do questionário, foi disponibilizado um documento de apoio contendo a descrição completa para cada crime elencado nesta questão (ver Apêndice 5).

Refira-se que a ordem de apresentação dos artigos (provenientes da Código Penal) respeita a ordem pela qual surgem neste diploma, tendo-se optado por não alterar a mesma para facilitar a interpretação dos respetivos artigos em análise.

A segunda parte do questionário contemplava a temática das variações/tendências observadas na criminalidade violenta em termos quantitativos em três períodos temporais (último ano, últimos cinco anos e últimos 10 anos).

A parte seguinte do questionário correspondia à temática das variações/tendências observadas na criminalidade violenta em termos qualitativos nos mesmos três períodos temporais (último ano, últimos cinco anos e últimos 10 anos).

Nesta segunda e terceira partes as questões principais eram do tipo fechado, sendo fornecidas sete opções de resposta relativamente às variações/tendências observadas: “Aumentou (*todos*)”, “Diminuiu (*todos*)”, “Manteve-se constante (*todos*)”, “Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros”, “Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros”, “Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros” e “Desconheço”.

Adicionalmente, questionava-se os participantes sobre a identificação concreta dos três principais crimes, nos casos em que havia sido verificado um aumento ou uma diminuição (do seu número e/ou da sua gravidade) em todos ou em alguns dos crimes, no último ano.

A quarta parte do questionário contemplava um conjunto de 48 indicadores a usar potencialmente para medir a gravidade em cada crime violento, recorrendo-se igualmente a uma escala de *likert* de seis pontos para que os participantes se pudessem posicionar quanto ao nível de relevância de cada indicador, em que 1 correspondia a “relevância mínima” e 6 a “relevância máxima”.

Importa mencionar que este elenco de indicadores resultou, essencialmente, da análise das circunstâncias agravantes previstas no Código Penal para os crimes abrangidos pela definição de criminalidade violenta, dos indicadores extraídos da análise de conteúdo das entrevistas realizadas e da revisão de literatura. Inicialmente foram identificados 75 indicadores, no entanto, tendo em conta que este número era muito elevado para colocar à consideração dos participantes, optou-se por agregar/reorganizar alguns dos itens, procurando não excluir aspetos que tivessem surgido como relevantes nesse elenco inicial.

Assim, utilizaram-se 48 indicadores que foram organizados em quatro grandes categorias: relacionados com a vítima (16 itens); relacionados com o ofensor (8 itens); relativos ao *modus*

operandi (10 itens) e ainda um grupo de indicadores relativos às consequências do crime (14 itens).

Refira-se que a ordem de apresentação destes 48 indicadores foi ajustada, de modo a evitar que, por exemplo, todos os relativos à vítima surgissem de forma seguida.

Na primeira e quartas secções do questionário, para além do elenco de 48 itens, era possível aos participantes elencar outros itens que considerassem pertinentes. Nestas partes era igualmente solicitado aos participantes que utilizassem os vários níveis de resposta (1 a 6), classificando um máximo de 10-15 itens no mesmo nível.

Na penúltima parte constavam quatro questões de tipo aberto relativas a aspetos a aperfeiçoar ao nível da definição/medição da criminalidade violenta e da prevenção/combate da criminalidade violenta, a eventuais preocupações especiais atualmente existentes no âmbito da criminalidade violenta e outras informações/sugestões sobre o tema.

Finalmente, a sexta parte do questionário integrava as questões de caracterização sociodemográfica e profissional. Neste ponto questionava-se igualmente acerca da frequência de contacto com a criminalidade violenta, e se fosse um contacto frequente se esse contacto era com algum(ns) crime(s) em especial.

A resposta ao questionário não implicava a identificação dos participantes, podendo no entanto estes inserir o seu endereço de correio eletrónico para efeitos de envio da versão final do estudo.

O questionário foi transposto de forma a viabilizar o preenchimento *online*, através da plataforma *Google forms*.

Uma vez que o questionário integrou na sua questão inicial itens correspondentes aos crimes previstos no Código Penal, e em legislação avulsa, conforme referido anteriormente, foi disponibilizado aos participantes um documento contendo a descrição desses crimes. Esta descrição dos crimes (Apêndice 5) era acessível mediante uma hiperligação inserida no próprio formulário *online* ou, nos casos em que a resposta foi fornecida por preenchimento da versão disponibilizada no formato *Word*, através do acesso ao ficheiro em formato *pdf* igualmente disponibilizado via correio eletrónico.

Refira-se ainda que as instruções contidas no questionário foram reforçadas no sentido de que os participantes facultassem a sua posição e percepção, independentemente das posições/percepções oficialmente veiculadas pelas entidades/Estado.

De modo a clarificar e operacionalizar os objetivos pretendidos em diversas questões, foram introduzidas instruções específicas antes de algumas partes do questionário, procurando-se deste modo promover o mesmo entendimento entre os participantes face ao que lhes era solicitado.

Os participantes foram instruídos no sentido de terem em conta a sua percepção do que consideram como "criminalidade violenta", independentemente de esta coincidir ou não com a definição legal em vigor; nas questões em que era solicitada uma reflexão sobre a "gravidade" dos crimes violentos, era-lhes referido que o que importava era a respetiva percepção, independentemente de estar alinhada ou não com as definições legais/convencionais; e que a gravidade dos crimes violentos devia ser entendida no sentido da "carga de violência" envolvida no cometimento dos crimes e/ou as consequências desses crimes.

Ao nível das questões direcionadas para as variações/tendências na criminalidade violenta, as instruções fornecidas foram no sentido de que os participantes tivessem em conta a respetiva experiência face a casos concretos verificados, de modo a evitar que as respostas fossem fornecidas no sentido de necessariamente refletir as estatísticas/informações oficialmente veiculadas neste domínio.

No âmbito da parte do questionário relativa aos indicadores da gravidade dos crimes violentos, as instruções procuraram reforçar também que o pretendido seria encontrar fatores a ter em conta para efetuar uma comparação/avaliação da gravidade entre ocorrências de um mesmo tipo de crime violento (avaliação intra-crimes).

A maioria dos indicadores de gravidade contemplados reflete variáveis qualitativas dicotómicas (presença ou ausência de algo), sendo apresentados sempre na formulação potencialmente mais gravosa, não havendo necessidade de clarificar o indicador. No caso de outros indicadores apresentados que constituíam variáveis quantitativas (ex.: número de..., nível de...), foi especificado nas instruções que a interpretação deveria ser no sentido de que quanto mais elevado fosse o valor do indicador maior seria a gravidade.

7.1.2.2 Testagem do questionário (teste-piloto)

Uma vez que se tratava de um questionário desenvolvido no contexto desta investigação, considerou-se que o processo de construção do mesmo deveria passar por uma fase inicial de auscultação das entidades envolvidas e de alguns grupos de profissionais a quem o mesmo seria posteriormente dirigido, seguindo-se uma fase de aplicação piloto.

Deste modo, o questionário desenvolvido foi colocado à consideração de representantes de cada um dos setores envolvidos (GNR, PSP, PJ, APAV, Ministério Público e Magistratura judicial e SEF). Para tal, foi utilizada a “rede de contactos” já previamente estabelecida em sede de entrevistas realizadas. Para além de uma auscultação, via mensagem de correio eletrónico, relativa à versão desenvolvida do questionário, foram igualmente estabelecidos para o efeito, quando possível, contactos presenciais com profissionais de alguns dos serviços envolvidos.

No âmbito desta auscultação foram rececionados diversos contributos, procedendo-se então à introdução dos ajustes que se afiguraram relevantes, seguindo-se uma fase de aplicação piloto do questionário.

Entre os dias 5 e 16 de junho de 2017 decorreu o teste-piloto. Nesta fase foi obtida a colaboração da Polícia de Segurança Pública (9 respostas, do Comando Metropolitano de Lisboa e do Comando Metropolitano do Porto), da Polícia Judiciária (6, da diretoria de Setúbal), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (5 respostas de Lisboa, Porto e Coimbra), do Ministério Público (4 da Procuradoria da Comarca de Lisboa), de magistrados judiciais (3, de Lisboa, Évora e Viana do Castelo), e ainda do Serviço de estrangeiros e Fronteiras (3, de Coimbra, Porto e Açores), num total de 30 questionários preenchidos.

Refira-se que a versão do questionário utilizada no teste-piloto mencionava expressamente que este estava a ser testado e continha uma questão final onde se solicitavam sugestões de aperfeiçoamento deste instrumento.

As respostas obtidas na fase do teste-piloto foram analisadas, procurando-se, nomeadamente, perceber a compreensibilidade das várias questões formuladas e respetivos itens, bem como avaliar se o conjunto de itens relativos aos crimes e o conjunto de itens referentes aos indicadores de gravidade seriam suscetíveis de discriminação em termos dos níveis de gravidade e dos níveis de relevância, respetivamente.

Os resultados obtidos neste teste-piloto corroboraram a adequabilidade do questionário, não se evidenciando necessidades de introdução de ajustes nas questões formuladas. A única alteração introduzida foi no sentido de ajustar a questão final específica para a GNR e para a PSP. No teste-piloto questionava-se se o participante exercia funções na estrutura da investigação criminal (Sim ou Não), tendo-se alterado a questão para captar o contexto profissional específico dos participantes das FS: Comando de posto/esquadra; EPAV (Equipa de Proximidade e Apoio à Vítima/NIAVE (Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas) ou investigação criminal.

7.1.3 ESTATÍSTICAS OFICIAIS E OUTRAS FONTES

No domínio da recolha de dados relativos às estatísticas oficiais (Sistema de Justiça Penal), inicialmente não estava previsto o recurso às diversas fontes aqui elencadas, no entanto, tal deveu-se ao facto de se procurarem obter dados o mais completos possível, desde o número de crimes registados, aos resultados dos inquéritos e às decisões em processos-crime de 1.^a instância, incluindo a duração das penas aplicadas. No ponto 7.2.3, esta questão que determinou a sequência de consultas e pedidos de disponibilização de dados junto das várias entidades é explicitada de forma mais detalhada.

7.1.3.1 DGPJ

No âmbito do presente estudo recorreu-se a dados disponibilizados pela DGPJ no domínio dos crimes registados pelos OPC e dos processos findos em tribunais de 1.^a instância.

No caso dos dados utilizados ao nível dos crimes registados pelos OPC, estes foram extraídos diretamente do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ) da DGPJ. A sua vertente de acesso público contempla dados sobre os crimes registados desde 1993, pelo que, e tendo em conta a data de realização das respetivas análises, foi possível contemplar dados referentes aos anos de 1993 a 2017, após a respetiva extração do referido Sistema.

Extraíram-se igualmente do SIEJ dados sobre a utilização de armas e outros meios no contexto dos crimes registados pelos OPC, relativos aos anos de 2008 a 2017, de modo a abranger os últimos dez anos (à semelhança de várias das análises efetuadas ao nível da evolução da criminalidade registada em Portugal - ver pontos 9.1 e 9.2). O registo destes dados

adicionais é realizado pelos OPC para os seguintes crimes/categorias: Homicídio voluntário consumado, ofensa à integridade física grave e roubo (conforme exposto no ponto 5.1.1).

Ao nível dos processos findos em tribunais de 1.^a instância foram disponibilizados pela DGPJ os seguintes dados:

- Processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância, por crime nível 3, nos anos de 2011 a 2016;
- Arguidos em processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância, por crime nível 3 e por extinção do procedimento criminal nos anos de 2011 a 2016;
- Condenados em processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância, por crime nível 3 e por decisão final condenatória nos anos de 2011 a 2016.

Refira-se que o período temporal a que se reportam estes dados (2011 a 2016) decorre do facto de terem sido solicitados dados relativos aos últimos cinco anos disponíveis, o que à data da respetiva disponibilização correspondia a 2011 a 2015), no entanto, e no decorrer da presente investigação, foi possível incorporar dados relativamente a 2016, entretanto igualmente solicitados e facultados (para uma explicação mais detalhada ver ponto 7.2.3.1).

7.1.3.2 DIAP de Lisboa

Através do DIAP de Lisboa foi possível aceder a dados relativos aos resultados dos inquéritos para aos anos de 2011 a 2016, sendo que no caso deste último ano os dados são parcelares, refletindo os registos até maio (data em que foi descontinuada a utilização do sistema a partir do qual foram extraídos estes dados). Refira-se que o novo sistema adotado não permitia, à data, as consultas pretendidas.

O fornecimento de dados foi efetuado através dos designados “mapas de movimento anual de processos de inquérito, segundo a infração”, que contemplam, para cada infração, o número de processos findos (total, com acusação, com arquivamento e por outros motivos).

Foram igualmente disponibilizados outros mapas, também para os anos de 2011 a 2016, de modo a viabilizar a identificação dos processos concretos (com o NUIPC); estes mapas indicavam, nomeadamente, a data do despacho final e o tipo de despacho final. A importância

deste tipo de dados sobre processos em concreto prendeu-se com uma outra linha de investigação explorada, que consistia na avaliação da gravidade (intra-criminal) para um subconjunto de crimes.

7.1.3.3 Tribunal central criminal de Lisboa

Apesar de ter sido solicitada, e obtida, a colaboração do Tribunal central criminal de Lisboa, e de se terem localizado processos e iniciado a respetiva consulta, tratou-se de uma via de investigação que não foi prosseguida, conforme será exposto no ponto 7.2.3.3., optando-se por explorar a possibilidade de obtenção de dados ao nível da Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

7.1.3.4 DGAJ

Ao nível da DGAJ foram disponibilizados dados relativos aos registos constantes no Sistema de Informação de Identificação Criminal (SICRIM)²²² de 2010 (sendo que o sistema de informação entrou em funcionamento em abril de 2009) a 2017. Os dados facultados reportaram-se à Comarca, Decisão, Data (decisão), Data do trânsito, Crimes, Suporte legal, Quantidade, Procedimento criminal, Pena ou medidas cautelares (onde consta, nomeadamente, se a pena de prisão foi efetiva ou suspensa) e Condenação (onde consta a duração da pena de prisão). Refira-se que apenas são inscritos no registo criminal extratos de decisões transitadas em julgado (conforme estabelecido no art.º 7.º da Lei de Identificação do Registo Criminal).

Tendo em conta o volume de dados envolvidos, e que apenas foi possível dispor dos mesmos na fase final do presente estudo, optou-se por analisar apenas as condenações no domínio dos crimes de homicídio (simples) e homicídio qualificado (e respetivas tentativas), ou seja, o crime/categoria mais gravosa do ponto de vista da moldura penal e dos bens jurídicos afetados.

²²² Previsto no Decreto-Lei n.º 171/2015, de 25 de agosto.

7.1.3.5 Outras fontes

Refira-se ainda que, no âmbito do presente estudo, foram igualmente recolhidos, através dos canais disponíveis ao público em geral, tratados e analisados diversos dados e indicadores de outras fontes, nacionais e internacionais (ver ponto 7.2.3.5).

7.2 PROCEDIMENTO

7.2.1 ENTREVISTAS

Para efeitos da realização das entrevistas foram definidos os seguintes atores-chave para a temática em estudo: 1) peritos na área da Criminologia e Vitimologia; 2) responsáveis pela produção de estatísticas oficiais em termos de criminalidade participada; 3) representantes/profissionais de órgãos de polícia criminal e magistrados; e 4) responsáveis pela elaboração de orientações estratégicas e operacionais no domínio da Segurança Interna relacionadas com a criminalidade violenta.

A concretização das entrevistas foi antecedida de um pedido prévio dirigido, na maioria dos casos, ao dirigente máximo da instituição/serviço. No que concerne às entrevistas a especialistas nos domínios abrangidos por esta investigação, os pedidos foram dirigidos aos próprios.

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente e face a face, com exceção de uma, em que o especialista em questão preferiu, por questões logísticas, fornecer o seu contributo de forma escrita.

Com a devida autorização dos entrevistados, todas as entrevistas foram gravadas (ao nível do som), com exceção apenas de uma, dado que a representante em causa assim o preferiu.

Refira-se ainda que, em alguns casos, os entrevistados solicitaram conhecer previamente o guião da mesma, o qual foi assim disponibilizado, registando-se que dois dos entrevistados, já possuíam, à data da realização da entrevista, a sua resposta redigida. Nestes casos, e sem prejuízo da receção desses contributos em suporte escrito (que foram posteriormente remetidos à investigadora), a entrevista foi realizada nos moldes habituais, viabilizando um

aprofundamento das respostas e uma análise mais compreensiva das perspetivas destes entrevistados.

Do total de 21 entrevistas realizadas²²³, 6 decorreram em 2015 (entre outubro e dezembro), 10 em 2016 (uma em junho e as restantes entre outubro e dezembro) e 5 em 2017 (entre janeiro e maio). Assim, a primeira entrevista foi realizada em outubro de 2015 e última em maio de 2017²²⁴.

Dado que se tratava de entrevistas exploratórias, procedeu-se à transcrição dos conteúdos mais diretamente relevantes para cada uma das questões colocadas, não sendo transcritas na íntegra.

O conjunto das entrevistas gravadas (19) correspondeu a cerca de 22 horas, sendo a duração média das entrevistas de 70 minutos.

Os contributos obtidos através da realização destas entrevistas foram utilizados no âmbito da construção do questionário (ex.: crimes potencialmente a abranger no elenco da criminalidade violenta e conjunto de indicadores de severidade criminal). Foram igualmente úteis para melhor orientar a exploração e interpretação de alguns dados estatísticos/procedimentos vigentes, revelando-se fundamentais para a definição e operacionalização da metodologia de aplicação do questionário (ex.: definição dos grupos-alvo), bem como para aspetos complementares ao nível da revisão de literatura efetuada.

Na Parte IV desta Tese, designadamente ao nível da discussão de resultados, procurar-se-á integrar diversos contributos provenientes destas entrevistas, de modo a reforçar e complementar a interpretação e análise efetuadas com base também nestes dados qualitativos obtidos.

7.2.2 QUESTIONÁRIO

A aplicação do questionário a uma amostra mais alargada (após o teste-piloto) ocorreu num primeiro período entre 26 de junho de 2017 e 7 de julho de 2017 (2 semanas). No caso da GNR o deferimento para a realização do estudo foi obtido mais tardiamente, não tendo esta

²²³ Em sede de projeto de tese estimava-se que seria necessário um mínimo de 10 entrevistas.

²²⁴ Refira-se que o desenvolvimento desta tese foi suspenso durante um semestre no ano letivo de 2015/2016, pelo que surge assim tão alargado este período de realização de entrevistas.

entidade sido envolvida no teste-piloto através da aplicação dos questionários. Assim, para esta entidade, o período de recolha inicial decorreu entre 17 e 28 de julho (2 semanas). O número de respostas ao questionário por parte de cada entidade foi sendo monitorizado e foram sendo enviados reforços dos pedidos de colaboração (julho e setembro), tendo sido alargado o período de recolha de dados até ao limite de 11 de outubro. Este alargamento até 11 de outubro de 2017 teve como objetivo viabilizar a captação de mais respostas, após o período de férias, nomeadamente as designadas “férias judiciais” (de 16 de julho a 31 de agosto).

Tendo em conta a análise efetuada aos resultados do teste-piloto (e a manutenção das questões), as respostas obtidas nesse período foram igualmente consideradas para a fase seguinte (relativa à aplicação a uma amostra mais alargada). Deste modo, as respostas já fornecidas foram utilizadas nesta fase, tendo-se informado os serviços deste facto, não sendo por isso necessário que os profissionais que já haviam respondido necessitassem de o fazer novamente.

Assim, no total foram obtidas 651 respostas ao questionário, as quais foram preenchidas entre 5 de junho e 11 de outubro, perfazendo um período global de cerca de quatro meses para recolha destes dados.

A via preferencial para resposta ao questionário foi a *online*, no entanto, e para ultrapassar constrangimentos informáticos pontuais verificados em alguns locais ao nível da incompatibilidade do *browser* de internet utilizado que inviabilizava o acesso à versão *online*, foi dada a possibilidade de resposta em formato *Word* (cuja resposta deveria ser remetida via correio eletrónico para a investigadora)²²⁵.

Destas 651 respostas, 21 (3,2%) foram fornecidas através do preenchimento do formulário em formato *Word* e posterior remessa do mesmo. As restantes 630 respostas (96,8%) foram submetidas através do questionário *online*.

Refira-se que, do total de respostas obtidas, foram excluídos apenas dois casos onde se havia verificado a inserção de respostas fora do âmbito do presente questionário, ficando-se assim com os referidos 651 participantes.

²²⁵ Instrução fornecida: “Caso sejam detetadas dificuldades no acesso ao questionário, sugere-se, havendo essa possibilidade, que o acesso ao mesmo se faça através do Google Chrome ou outro browser alternativo ao Internet Explorer (IE) (surgiram pontualmente dificuldades de acesso em computadores com versões mais antigas do IE). Caso os problemas persistam ou não seja viável usar outro browser, poderá, em último recurso, responder-se ao questionário no ficheiro anexo em Word, devendo posteriormente o mesmo ser enviado para o e-mail da investigadora (carina.quaresma@cedis.fd.unl.pt).”

Conforme se verá no capítulo seguinte, relativo à análise de resultados, o número de respostas não correspondeu para todas as questões a 651, sendo assim analisadas as respostas que estavam disponíveis respetivamente para cada questão.

No âmbito das questões que remetiam para a avaliação do nível de gravidade dos crimes ou para o nível de relevância dos indicadores, alguns participantes terão entendido que a respetiva escala funcionaria em sentido inverso ao pretendido, pelo que essas respostas foram revertidas para adequar à escala definida (4 e 3 casos, respetivamente).

Também se verificou que alguns participantes não utilizaram as respetivas escalas na sua plenitude (de 1 a 6), tendo-se retirado das análises concretas relativas a estas variáveis os respondentes que utilizaram como máximo os valores de 4 (e não o 5 ou 6).

Por outro lado, foram adotadas regras adicionais de validação das respostas, de modo a assegurar que a utilização da escala classificatória para os 48 itens em cada uma das questões (crimes e fatores) foi a prevista.

Assim, e conforme explanado em detalhe no capítulo 8, tendo em conta o processo de validação foram tidas em conta 585 respostas para a questão relativa à classificação dos crimes segundo a sua gravidade²²⁶ e 479 para a classificação da relevância dos indicadores de severidade criminal²²⁷.

No âmbito das instruções iniciais do questionário foi disponibilizado o contacto da investigadora para resposta a eventuais questões dos participantes.

7.2.3 ESTATÍSTICAS OFICIAIS E OUTRAS FONTES

Os pedidos de dados efetuados foram solicitados por escrito, via correio eletrónico, às várias entidades (DGPJ, DIAP de Lisboa, Tribunal Central de Lisboa e DGAJ).

²²⁶ Refira-se que no âmbito da avaliação da relevância dos indicadores de gravidade dos crimes foram contempladas 92%, 92%, 100%, 95%, 86%, 100% e 100% das respostas provenientes da APAV, GNR, MP, Magistratura judicial, PSP, PJ e SEF, respetivamente. Não se verificou uma associação estatisticamente significativa entre o enquadramento institucional e uma mais adequada utilização da escala fornecida (1 a 6) ($\alpha=0,05$).

²²⁷ Refira-se que no âmbito da avaliação da relevância dos indicadores de gravidade dos crimes foram contempladas 85%, 75%, 81,5%, 70%, 71%, 78% e 60% das respostas provenientes da APAV, GNR, MP, Magistratura judicial, PSP, PJ e SEF, respetivamente. Não se verificou uma associação estatisticamente significativa entre o enquadramento institucional e uma mais adequada utilização da escala fornecida (1 a 6) ($\alpha=0,05$).

7.2.3.1 DGPJ

Foram realizados contactos com a DGPJ, no início do segundo semestre de 2017, no sentido de clarificar que dados poderiam ser disponibilizados no âmbito da presente investigação, tendo em conta os objetivos da mesma.

Os dados pretendidos²²⁸ incidiam sobre a caracterização dos processos findos nos tribunais de 1.^a instância, a duração das penas de prisão proferidas, os crimes registados pelos OPC (com a disponibilização de quantitativos por tipo de crime previsto no Código Penal, e não pelas categorias do modelo 262 - ex.: homicídio e homicídio qualificado)²²⁹; e ainda dados de caracterização mais finos (ex.: idade da vítima, em valor absoluto ou em categorias que permitam distinguir se se trata de criança, adulto ou pessoa idosa; tipo de relação vítima-ofensor; número de vítimas, número de ofensores, utilização de arma; tipo de local da ocorrência; consequências para a vítima) que pudessem viabilizar um ensaio sobre a medição da severidade intra-criminal, nomeadamente para alguns crimes violentos (ex.: homicídio, violação e roubo).

Segundo esclarecimentos da DGPJ, seria possível facultar apuramentos com o número de arguidos, por tipo de crime (condenados e não condenados), com o número de condenados, por tipo de crime e tipo de pena aplicada, mas não sobre a medida/duração das penas. Os dados disponíveis correspondiam às tipologias existentes na tabela de crimes registados (não sendo possível facultar dados por tipo de crime que não estivesse autonomizado na referida tabela. Foi ainda referida a inexistência de dados de caracterização mais finos tal como os acima indicados.

Assim, e na sequência de pedido formulado, foram cedidos pela DGPJ os dados disponíveis respeitantes aos crimes registados pelos OPC (2011 a 2016) e aos processos-crime, arguidos e condenados em processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância (anos de 2011 a 2016).

²²⁸ No âmbito do pedido efetuado à DGPJ (relativo aos últimos cinco anos disponíveis) foi indicado que caso os dados solicitados estivessem disponíveis para todos os crimes seria a situação ideal, mas caso tal não fosse viável poder-se-ia restringir o fornecimento à criminalidade violenta, ou ainda a um subconjunto de crimes violentos.

²²⁹ Refira-se que, no âmbito do pedido efetuado, não foram incluídos dados sobre os inquéritos e seu desfecho por tipo de crime, uma vez que já havia sido esclarecido em sede de entrevista que este tipo de dados não estava disponível.

Aquando do fornecimento dos dados²³⁰, a DGPJ esclareceu que existe uma diferença entre o número de arguidos, segundo o crime mais grave na acusação, para os quais a extinção do procedimento criminal é a condenação, e o número de condenados, segundo o crime mais grave na condenação. Trata-se de indicadores estatísticos diferentes, embora próximos.

Um dado arguido pode ser ou não condenado pelo crime mais grave que lhe era atribuído em sede da acusação. Esse arguido não condenado pelo crime mais grave constante na acusação, poderá, contudo, ser condenado por outro crime.

Tendo em conta que em diversas situações a condenação ocorrerá por um crime menos grave do que o principal que constava na acusação, é de esperar que o número de arguidos condenados pelo crime mais grave constante na acusação possa ser inferior ao número total de condenados (situação que se verifica nos dados analisados nos pontos 9.4.2 e 9.4.3 desta tese).

Ao nível dos dados sobre os crimes registados pelos OPC, o Sistema de Estatísticas da Justiça da DGPJ, na sua vertente de acesso público, contempla dados do ano de 1993 em diante, tendo os mesmos sido extraídos desta plataforma. Os dados referentes aos crimes registados pelas autoridades policiais em 2017 ficaram disponíveis no final de março de 2018, após o que foram extraídos diretamente do referido Sistema.

Refira-se que, ao longo da presente investigação, foram sendo estabelecidos pontualmente contactos com a DGPJ no sentido de obtenção de esclarecimentos sempre que tidos por convenientes sobre as metodologias de recolha ou sobre os dados facultados, tendo sido manifestada elevada disponibilidade por parte desta entidade no esclarecimentos das questões.

Para uma mais adequada interpretação das estatísticas oficiais disponíveis e da metodologia de recolha de dados sobre a criminalidade registada (e seu histórico) foram ainda desenvolvidos contactos adicionais (para além dos referidos com a DGPJ) com o GSGSSI.

²³⁰ Os dados relativos aos processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância foram disponibilizados em dois momentos, primeiramente os relativos ao período de 2011 a 2015 e posteriormente os referentes ao ano de 2016 (situação decorrente do calendário de divulgação das estatísticas da Justiça, fazendo com que os dados de 2016 só estivessem disponíveis a partir de 31 de outubro de 2017). Neste contexto, aquando do envio dos dados relativos a 2016, a DGPJ esclareceu que os dados de 2011 a 2015 haviam sido atualizados no Sistema de Estatísticas de Justiça (na sequência de atualizações sofridas, por sua vez, no sistema Citius, onde são tramitados os processos nos tribunais). Apesar dessa atualização, a DGPJ referia que os resultados apresentavam diferenças muito reduzidas face aos anteriormente enviados. Tendo em conta este facto e considerando que os dados de 2011 a 2015 relativos aos processos findos já haviam sido objeto de tratamento e análise para efeitos da presente investigação, optou-se por manter a utilização dos inicialmente rececionados.

7.2.3.2 DIAP de Lisboa

No início do segundo semestre de 2017, foi solicitada a colaboração do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa no sentido de viabilizar apuramentos para cada crime previsto no Código Penal (e em particular no âmbito da criminalidade violenta ou especialmente violenta). Pretendia-se compreender, para cada crime, qual o número total de inquéritos, e destes, quantos resultaram em acusação/arquivamento/suspensão provisória do processo. O acesso aos dados solicitados foi viabilizado, através da 7.^a Secção do DIAP, no último quadrimestre de 2017.

O pedido incidia sobre os dados relativos aos últimos 5 anos disponíveis (desagregado por ano), tendo sido disponibilizados mapas constantes do Sistema de Gestão de Inquéritos (SGI) para os anos de 2011 a 2016, sendo que no caso do último ano este já não se encontrava completo, uma vez que a utilização do referido Sistema havia sido suspensa em maio de 2017, passando-se a utilizar apenas o *Citius* (o qual não permitia, as consultas pretendidas).

Solicitou-se também informação sobre o desfecho dos processos (tipo de pena e duração das penas de prisão decretadas), porém, tais dados não estavam disponíveis, tendo sido sugerido que fossem solicitados junto do Juízo central criminal de Lisboa, mediante a identificação dos NUIPC concretos (uma vez que sem esta prévia identificação a obtenção dos referidos dados seria inviável ao nível do Tribunal Central de Lisboa).

Assim, e para o efeito, o DIAP de Lisboa disponibilizou ainda outros mapas, para os anos de 2011 a 2016, que viabilizaram a identificação dos processos concretos, indicando também a data do despacho final e o tipo de despacho final.

Para efeitos da análise a realizar posteriormente no Tribunal Central de Lisboa, restringiu-se o foco a três crimes violentos: homicídio, violação e roubo²³¹.

Assim, os mapas disponibilizados pelo DIAP refletiam os processos investigados em três secções do DIAP, aquelas em que, segundo o esclarecimento prestado (tendo em conta a respetiva “especialização”), se poderiam encontrar os resultados dos inquéritos para estes três tipos de crime.

²³¹ A seleção destes três crimes teve como critérios abranger o crime considerado mais gravosos do ponto de vista penal e social (homicídio), incluir outro crime violento contra as pessoas (neste caso na esfera da violência sexual) e um crime contra o património considerado violento (neste caso o roubo).

7.2.3.3 Tribunal Central de Lisboa

Uma vez que as penas aplicadas e respetiva duração eram dados que não estavam disponíveis, quer ao nível da DGPJ como do DIAP de Lisboa, procurou-se, na sequência da sugestão indicada pela 7.^a Secção do DIAP, obter este tipo de dados junto do Tribunal Central de Lisboa (TLC).

O objetivo principal da obtenção destes dados prendia-se com a possibilidade de se criar um índice de severidade (inter)criminal baseado na duração das sentenças.

Dado que se iria solicitar a colaboração de uma instância onde seria provavelmente possível aceder aos processos propriamente ditos, considerou-se a hipótese de efetuar igualmente uma análise em profundidade a um subconjunto de processos relativos a alguns crimes violentos, de modo a analisar-se a presença/ausência de fatores de severidade criminal, tendo em vista complementar posteriores propostas em sede da construção de um índice de severidade criminal (intra-criminal).

Assim, no âmbito do pedido formulado junto do TCL, incluiu-se a solicitação de acesso a um subconjunto de processos relativos a homicídios, violação e roubo.

Em outubro de 2017, foi remetido o pedido de colaboração à Comarca de Lisboa, no sentido de ser viabilizada a consulta de processos no Juízo Central Criminal de Lisboa (anos de 2011 a 2016), pretendendo-se consultar cerca de 30 decisões para cada um dos três tipos de crime violento (homicídio, violação e roubo). Foi igualmente solicitada a disponibilização de dados relativos às penas aplicadas (e respetiva duração) por tipo de crime (sem ser necessário aceder à sentença/acórdão propriamente ditos), de forma mais abrangente (não restrita apenas aos 30 casos relevantes para uma análise mais em profundidade dos indicadores de severidade criminal).

Face à aceitação do pedido, por parte do TCL, foi realizada uma deslocação ao Juízo central criminal de Lisboa, ainda em 2017. Nesta ocasião, constatou-se a impossibilidade do sistema informático existente disponibilizar dados sobre as penas aplicadas e sua duração, sendo apenas possível a consulta processo a processo²³². Foi ainda possível perceber a forma de organização do juízo central criminal nas anteriormente designadas varas criminais, podendo

²³² Foi referido na ocasião que as decisões proferidas depois de setembro de 2017 já eram objeto de informatização obrigatória, e nesse âmbito poderia ser viável a obtenção dos dados referidos, no entanto tratava-se de um procedimento recente e que não permitia a cobertura do período temporal definido para a análise (5 anos).

os processos estar distribuídos pelas 8 varas (cada uma com três juízes). A identificação da distribuição dos processos por vara/número do juiz é feita mediante consulta caso a caso (através do NUIPC) no sistema informático. Na referida data, com a colaboração da Unidade Central, foi possível localizar duas dezenas dos processos de homicídio listados, e com a colaboração de uma das varas (e um funcionário judicial), iniciar a consulta aos respetivos processos e perceber como se poderia processar para os restantes casos.

Foram ainda feitas diligências posteriores para localização de um número mais alargado de processos (cujo inquérito havia resultado em acusação - DIAP de Lisboa) relativos a homicídio, abuso sexual de crianças, adolescentes e dependentes e de roubo com arma de fogo.

Refira-se que o foco inicial, em termos de tipo de crimes a consultar/obter dados, era o homicídio, a violação e o roubo, no entanto, devido ao diminuto número de acusações no âmbito do crime de violação constantes nos mapas do DIAP acedidos optou-se por acusações pelo crime de abuso sexual de crianças, adolescentes e dependentes. No âmbito do roubo, sucedeu o inverso, e em face do elevado número de acusações e disparidade de subcategorias optou-se por considerar apenas as acusações por roubo com arma de fogo.

No âmbito da referida consulta a processos numa das varas criminais de Lisboa, foi possível constatar a presença do boletim preenchido para efeitos de envio ao Registo Criminal, estando aí contempladas as informações que ficarão registadas no SICRIM, gerido pela Direção-Geral de Administração da Justiça (DGAJ). Verificou-se que nesse boletim constava, nomeadamente, a pena aplicada e respetiva duração, facto que suscitou o pedido de acesso a dados constantes no ponto seguinte.

Assim, e apesar das diversas diligências efetuadas no sentido da consulta e acesso aos processos-crime no Tribunal Central de Lisboa, tendo em conta o tempo que a mesma iria consumir para a sua plena execução, optou-se por não prosseguir por esta via, procurando-se alternativamente obter alguns dos dados pretendidos através do SICRIM.

Refira-se ainda que a solução de obter dados dos processos concretos carecia, para além da respetiva identificação em termos de localização, da colaboração de diferentes funcionários judiciais, consoante a vara/juiz em causa, que teriam de fotocopiar as partes de cada processo que fossem avaliadas como pertinentes pela investigadora. Assim, dada a dispersão de processos pelas varas/juízes, o tempo que seria despendido pelos funcionários e pela própria

investigadora²³³, e a previsão de que seria possível obter dados pelo referido SICRIM, aconselharam a esta mudança de estratégia/metodologia.

7.2.3.4 DGAJ

No início de 2018, foi consultada a DGAJ para se perceber sobre a viabilidade da obtenção da informação pretendida através do SICRIM. Após obtenção da resposta, foi submetido um pedido de acesso aos referidos dados (para os anos de 2010 em diante²³⁴), o qual foi remetido à Ministra da Justiça. De acordo com o disposto no n.º 2 alínea j, do artigo 8.º e n.º 9 do artigo 10.º da Lei n.º 37/2015, de 5 de maio e ainda no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 171/2015, de 25 de agosto, o acesso a este tipo de dados para a prossecução de fins de investigação científica ou estatísticos pode ser autorizado pelo membro do Governo competente pela área da Justiça. No âmbito deste pedido foi salientado que não seria necessário aceder a quaisquer dados pessoais.

O pedido foi deferido em maio de 2018, após o que foram de imediato desenvolvidos contactos com a DGAJ, de modo a operacionalizar o pedido de dados e obter a respetiva resposta. Face a algumas reformulações/constrangimentos aplicacionais, segundo informação que foi sendo veiculada pela DGAJ, os dados puderam ser disponibilizados mais tarde, em outubro de 2018.

Face ao elevado volume de dados facultados (que não comportavam apenas novos registos no SICRIM relativos a novas penas decretadas, mas sim outro tipo de registos, como os relativos à extinção de penas e medidas de segurança ou à liberdade condicional)²³⁵, tornou-se necessário solicitar alguns esclarecimentos adicionais à DGAJ, de modo a compreender a natureza dos dados e a viabilizar o tratamento e análise adequados relativamente a novas inscrições no SICRIM, por via do trânsito em julgado de decisões condenatórias, entre os anos

²³³ Acresce que este processo iria ser dificultado também pelo facto de que a acusação por um crime *x* poderia ter gerado condenação pelo crime *y* (ex.: uma acusação por homicídio poderia ter resultado numa condenação por por outro crime que não o homicídio - situação constatada na consulta inicial de alguns processos). Assim, para se consultar efetivamente trinta casos de homicídio/abuso sexual e roubo que tivessem resultado em condenação, por esse mesmo tipo de crime, iria requerer a consulta, não de 30 processos, mas provavelmente um número bastante mais elevado de processos. Por outro lado, a criação de um índice de severidade inter-criminal baseado nas sentenças proferidas iria defrontar-se com a necessidade de analisar de forma diferenciada as sentenças em que existe apenas condenação por um crime, de situações de concurso de crimes, requerendo neste caso uma análise mais pormenorizada; e ainda nas situações em que num mesmo processo existe mais do que um condenado, seria necessário prever uma forma ter em conta a pena decretada para cada um deles.

²³⁴ Tendo em conta a informação prestada pela DGAJ, o sistema entrou em vigor a 14/4/2009.

²³⁵ O art.º 6.º da Lei de identificação do registo criminal especifica que tipo de decisões estão sujeitas a inscrição neste Registo.

de 2010 a 2017. Os esclarecimentos foram recepcionados durante o mês de novembro, viabilizando o respetivo tratamento.

Foi disponibilizado um elevado volume de dados, sendo que a análise por tipo de crime presente na condenação não poderia ser realizada de forma imediata, requerendo tratamento prévio, uma vez que o campo onde esta informação constava comportava todos os crimes presentes na condenação (e não apenas o crime mais grave). Por outro lado, os dados constantes em outros campos como a condenação propriamente dita implicavam, igualmente, algumas operações de “limpeza”/transformação antes da sua análise.

Assim, optou-se, conforme referido anteriormente, por restringir a análise apenas aos crimes de homicídio e homicídio qualificado (nas formas tentada e consumada).

7.2.3.5 Outras fontes

Refira-se que foi explorada junto de alguns OPC, em sede das entrevistas realizadas, a possibilidade de obtenção de dados de caracterização mais detalhados para alguns crimes em concreto (*ex.: idade da vítima, em valor absoluto ou em categorias que permitam distinguir se se trata de criança, adulto ou pessoa idosa; tipo de relação vítima-ofensor; número de vítimas, número de ofensores, utilização de arma; tipo de local da ocorrência; consequências para a vítima, entre outros*), de modo a poder-se esboçar um “índice” da “carga de violência”/severidade intra-criminal.

No entanto, tendo em conta as informações obtidas (*ex.: GNR*) considerou-se que a informação que poderia ser obtida não estaria completa e/ou que poderia requerer um tratamento de dados moroso (*ex.: maioria da informação que importaria para análise da severidade não constava de campos de registo obrigatório estando assim contida em campos abertos de texto, que poderia ter maior ou menor detalhe consoante o profissional envolvido no seu preenchimento*).

Em outros casos, onde não foi possível confirmar se existiriam também os constrangimentos acima referidos, a informação veiculada na entrevista fora no sentido de que a obtenção dos referidos dados poderia não ser autorizada (uma vez que se tratava de informação apenas para “consumo interno”) (*ex.: PJ*).

Assim sendo, tendo em conta que muitos dos crimes no âmbito da criminalidade violenta são da competência de investigação da PJ, e que por outro lado, a informação que seria obtida

junto dos OPC consistia apenas na informação existente nas fases iniciais do processo-crime (não validada ainda no âmbito das fases seguintes do processo criminal) optou-se por não prosseguir com pedidos de dados junto dos OPC, focando-se assim a atenção nas restantes fontes de informação atrás mencionadas.

No âmbito do presente estudo foram igualmente recolhidos, através dos canais disponíveis ao público em geral, tratados e analisados diversos dados e indicadores de outras fontes (nacionais e internacionais).

Assim, no capítulo 5 (ponto 5.4) constam dados provenientes do INE, I.P. (causas de morte e índice de bem-estar); da CNPDCJ (crianças e jovens em risco); da CPVC (processos de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica); da APAV (vítimas apoiadas), e da UMAR (homicídio de mulheres). Recorreu-se igualmente à DGRSP (população reclusa), sendo que os dados e respetiva análise constam do ponto 9.5.

Além das fontes a nível nacional mencionadas houve recurso a fontes internacionais (ver ponto 5.5.), como seja o Eurostat (crimes registados pelas Polícias), *European Sourcebook* (outros indicadores no domínio do Sistema de Justiça Criminal), CoE (estatísticas penais), FRA (inquérito de vitimação sobre violência contra as mulheres), CE (dados do Eurobarómetro), Instituto para a Economia e Paz (índice global de paz) e Inquérito Social Europeu (ex.: indicadores sobre sentimento de segurança, crime violento e Sistema de Justiça Criminal). Em todos estes casos os dados utilizados estavam disponíveis publicamente *online*.

7.2.4 TRATAMENTO DE DADOS E ANÁLISE ESTATÍSTICA

Ao nível das entrevistas, recorreu-se ao programa *Word* (2013) e *Excel* (2013) para efetuar o seu tratamento/análise de conteúdo exploratória.

Os vários dados recolhidos, quer decorrentes da aplicação do questionário, quer através da DGPJ, do DIAP de Lisboa e da DGAJ (SICRIM) foram primeiramente tratados no programa *Excel* (2013), sendo que os primeiros foram igualmente analisados através do Programa SPSS (IBM SPSS *Statistisics*, versão 25), por via do qual se realizaram diversas análises estatísticas, cujas respetivas técnicas são adiante indicadas (análise multivariada e inferência estatística).

Foram realizadas análises estatísticas de tipo descritivo/exploratório e de tipo inferencial, bem como técnicas estatísticas de análise multivariada. No primeiro caso recorreu-se à utilização

de frequências absolutas (F_i) e relativas ($\%$ ²³⁶), a medidas de tendência central, como a média (M) e a mediana (Me ²³⁷), e a medidas de dispersão (desvio-padrão- DP).

Ao nível dos dados disponibilizados pela DGPJ, DIAP de Lisboa e DGAJ, bem como provenientes de outras fontes utilizadas, foram calculadas taxas de variação para descrever o comportamento de diversas variáveis ao longo dos anos em análise, nomeadamente através da taxa de variação anual (TVA) entre o ano mais recente e o imediatamente anterior, taxa de variação entre o ano mais recente e o primeiro ano considerado na série estatística em questão (Tvar) e a taxa de variação média anual (TVMA) para todo o período observado.

Em termos de estatística inferencial foram utilizados testes de hipóteses (A. Pereira, 2004; Maroco, 2007):

- Comparação de variável, medida em escala pelo menos ordinal, com base em duas ou mais de duas amostras independentes (Teste de Mann-Whitney; Teste de Kruskal Wallis²³⁸);
- Comparação de variável, medida em escala métrica, com base em duas ou mais de duas amostras independentes (Teste-T ou ANOVA a um fator);
- Nos casos em que da comparação baseada em mais do que duas amostras resultaram diferenças significativas, recorreu-se ao teste de comparações múltiplas de Tukey para identificar de forma concreta as referidas diferenças;
- Comparação de variável, medida em escala pelo menos ordinal, com base em mais do que duas amostras emparelhadas (ex.: Teste de Friedman²³⁹);
- Sobre a significância do coeficiente de correlação de Spearman (para variáveis qualitativas medidas numa escala ordinal ou uma variável medida numa escala métrica e outra medida numa escala ordinal) ou de Pearson (duas variáveis medidas numa escala métrica).

Em diversos casos, foi utilizado o Teste de Kolmogorov-Smirnov para avaliar o pressuposto da normalidade da distribuição, necessário para a aplicação de diversos testes paramétricos.

²³⁶ Percentagem. As percentagens apresentadas neste estudo referem-se às percentagens válidas (tendo em conta as respostas válidas, excluindo dados omissos/não se aplica).

²³⁷ Valor observado até ao qual se situa metade da amostra. Trata-se de uma medida de tendência central menos afetada por valores extremos que muitas vezes enviesam o valor da média.

²³⁸ Nos casos em que se verificaram diferenças significativas entre mais de dois grupos foram utilizados os procedimentos descritos por Maroco (2007, p. 233), para definir exatamente qual ou quais os grupos que diferiam.

²³⁹ Para efeitos de comparações múltiplas após a realização do Teste de Friedman, foram prosseguidas as orientações contantes em Maroco (2007, p. 317).

Nos casos em que a reduzida dimensão da amostra/subamostra o aconselhava²⁴⁰, ou a variável em estudo estava medida numa escala ordinal, optou-se de imediato pela aplicação de testes não paramétricos.

Para a maioria das análises em que se optou pela realização de testes não paramétricos, procedeu-se à exploração de resultados mediante os testes paramétricos equivalentes, de modo a perceber se os resultados obtidos eram ou não idênticos, por forma a corroborar as conclusões a retirar, verificando-se que na esmagadora maioria dos casos os resultados eram semelhantes. Nos casos pontuais em que os resultados eram divergentes, a opção geralmente recaiu por utilizar o resultado obtido através dos testes não paramétricos, salvaguardando-se assim eventuais violações dos pressupostos de aplicação dos testes paramétricos. Sempre que a opção recaiu por usar testes não paramétricos, a comparação das diferenças concretas entre grupos de participantes efetuou-se através da mediana. No caso da aplicação de testes paramétricos, a posterior comparação foi realizada com base nas médias.

Para os vários testes estatísticos realizados, considerou-se o nível de significância de $\alpha=0,05$, valor convencionalmente utilizado como referência.

Recorreu-se igualmente às técnicas de regressão linear simples e de regressão polinomial (de 2.^a ordem), analisando-se, igualmente, o coeficiente de determinação (R^2), que corresponde à percentagem de variabilidade dos dados explicada pelo modelo de regressão. Sempre que se verificou a ausência de ajustamento dos dados a um modelo de regressão linear, optou-se pelo modelo de regressão polinomial para ilustrar a(s) curva(s) de “tendência”. Refira-se que este tipo de análises foi realizado de forma exploratória, não se efetuando todas as operações necessárias, nomeadamente para confirmar a verificação dos pressupostos de aplicação da regressão linear. Apesar disso, as linhas de tendência surgem evidenciadas nos gráficos, bem como os respetivos R^2 .

Ao nível da análise de dados multivariada, recorreu-se à técnica de análise fatorial. Com base nos resultados dessa análise, foram construídas subescalas para a gravidade dos crimes e para a medição dessa gravidade. Para obtenção dos valores relativos a cada subescala referentes a cada participante (*scores*) somou-se a pontuação para os itens que integravam cada subescala, dividindo-se posteriormente pelo número de itens respetivo. Deste modo, os valores relativos

²⁴⁰ Tendo em conta o Teorema do Limite Central poderá considerar-se que uma amostra superior a 30 é grande, no sentido em que poderá assumir-se que a média amostral segue uma distribuição aproximadamente normal, pressuposto essencial para o recurso a testes paramétricos (ver Maroco, 2007, p. 58-59).

às subescalas elaboradas variam entre 1 e 6, tal como a forma de medição usada para os itens contidos no questionário.

Para finalizar este tópico refere-se que, no presente estudo, não houve acesso a dados pessoais, nomeadamente dos participantes que preencheram o questionário, com exceção do endereço de correio eletrónico no caso de estes decidirem facultar o mesmo para os fins descritos no instrumento.

Assim, nas instruções iniciais incluídas no questionário ressaltava-se que todas as respostas eram confidenciais e anónimas, não sendo necessária a identificação dos participantes e não havendo lugar a tratamento individualizado de respostas que possibilitasse uma eventual identificação da sua autoria, quer seja no âmbito da redação da dissertação de doutoramento, quer seja na divulgação de quaisquer resultados em eventos ou publicações científicas.

7.3 PARTICIPANTES

7.3.1 ENTREVISTAS

No total foram realizadas 21 entrevistas exploratórias, sendo que entre estas encontram-se três que foram realizadas com representantes da GNR (em substituição de uma entrevista inicial mais aprofundada com representante máximo desta instituição²⁴¹), e outras três entrevistas com representantes da APAV, em complemento à entrevista já realizada ao presidente desta organização.

Assim, foram entrevistados representantes e especialistas de dezassete entidades diferentes. No Apêndice VI é possível visualizar a lista completa de representantes de entidades e especialistas entrevistados.

Conforme se pode constatar no referido Apêndice, na maioria das situações a entrevista foi realizada com o dirigente máximo ou um dirigente superior da instituição/organização. Do total de entrevistas, pode indicar-se que quatro referem-se a especialistas na área da Segurança Interna/Direito Penal/Criminologia/Psicologia.

²⁴¹ Não obstante o facto de ter sido realizada uma reunião presencial com o então Comandante Operacional da GNR, o qual facultou alguns contributos, tendo nomeadamente encaminhado a colaboração a este nível (entrevistas) para outros três representantes da GNR (de três áreas distintas e relevantes para o estudo em causa).

Refira-se que se pretendia obter, no âmbito da presente investigação, uma entrevista com representante do INMLCF, I.P., contudo, tal não foi possível de concretizar. Nos restantes casos de serviços e entidades definidas como relevantes para a temática, foi possível obter o contributo de algum representante.

7.3.2 QUESTIONÁRIO

De modo a captar experiências e perceções sobre a criminalidade violenta, o questionário foi dirigido a diversos atores do domínio do Sistema de Justiça Penal: Magistrados Judiciais, Magistrados do Ministério Público (MP) e profissionais dos quatro Órgãos de Polícia Criminal que mais diretamente contactam com crimes violentos (GNR, PSP, PJ e SEF). O questionário foi ainda dirigido a uma organização de apoio à vítima, a APAV, que tem implantação a nível nacional, sendo uma ONG que lida com vítimas de todos os tipos de crime.

Em seguida apresenta-se uma breve descrição dos grupos-alvo do questionário.

Magistratura judicial

Ao nível da Magistratura Judicial, os dados apontam para a existência, em 2017, de 1787 juízes, entre os quais 1342 juízes de 1.^a Instância, 388 Juízes dos Tribunais da Relação e 57 Juízes do Supremo Tribunal de Justiça (CSM, 2018).

Magistratura do Ministério Público

Quanto aos magistrados do Ministério Público, o respetivo quadro contava, em 2017, com 1616 magistrados (60% do sexo feminino), dos quais 143 procuradores-gerais adjuntos, 665 procuradores da República e 808 procuradores-adjuntos (PGR, 2018).

Guarda Nacional Republicana (GNR)

Conforme disposto na sua Lei orgânica (Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro), a Guarda Nacional Republicana é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa e tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade

democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei.

Encontra-se na dependência do membro do Governo responsável pela área da administração interna²⁴² (art.º 2.º).

Trata-se de uma organização instituída em 1911 (art.º 9.º) e que compreende no âmbito da sua estrutura diversas unidades, entre elas as territoriais, existindo um comando territorial em cada distrito e em cada Região Autónoma (existindo assim 20 comandos territoriais); sendo o comando territorial responsável pelo cumprimento da missão da Guarda na área de responsabilidade que lhe for atribuída e as subunidades operacionais dos comandos territoriais são os destacamentos, que se articulam localmente em subdestacamentos ou postos (art.º 37.º e 39.º). No total, existiam, em finais de 2012, 474 postos de competência territorial (DGAI, 2013).

Segundo os dados relativos a 2016, a GNR dispunha de um total de 23.118 efetivos (22423 militares e 695 civis), sendo a taxa de feminização na ordem dos 8% (GNR, 2017). Os militares da Guarda agrupam-se hierarquicamente nas seguintes categorias profissionais: oficiais, sargentos e guardas (art.º 19.º). Esta Força de Segurança dispunha, em 2016, de 443 efetivos afetos à Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (designado Projeto IAVE²⁴³), cuja intervenção se situa ao nível da prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência exercida sobre mulheres, crianças e outros grupos de vítimas específicas (SGMAI, 2017).

Polícia de Segurança Pública (PSP)

A PSP é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa. Tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da Lei (Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto – Lei orgânica). Depende igualmente do membro do Governo responsável pela área da administração interna e a sua organização é única para todo o território nacional (art.º 2.º).

²⁴² Com as seguintes exceções: “As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento” (n.º 2 do art.º 2.º da Lei.

²⁴³ Anteriormente “Projeto NMUME” (Núcleo Mulher e Menor), iniciativa cuja implementação teve início em 2004.

Esta Força de Segurança foi criada em 1927, e comporta no âmbito da sua estrutura comandos territoriais de polícia (num total de 20 comandos territoriais, um em cada distrito e um em cada Região Autónoma). À semelhança do verificado na GNR, os Comandos da PSP são unidades que prosseguem as atribuições da PSP na respetiva área de responsabilidade, e as subunidades são a divisão policial e a esquadra. No total, existiam em finais de 2012, 217 esquadras de competência territorial (DGAI, 2013).

Em 2016, a PSP dispunha de um total de 21.559 efetivos (20.963 elementos policiais e 596 civis), sendo a taxa de feminização na ordem dos 10% (PSP, 2017). Os efetivos policiais da PSP estão organizados nas seguintes carreiras: oficiais, chefes e agentes (PSP, 2017). A PSP dispõe das designadas Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV)²⁴⁴, que se constituem como uma resposta especializada junto de vítimas de crime em geral e essencialmente perante vítimas especialmente vulneráveis (ex.: crianças, pessoas idosas, vítimas de violência doméstica), sendo responsáveis pela segurança e policiamento de proximidade. No final de 2016 estavam afetos a estas equipas 407 elementos policiais (SGMAI, 2017).

Polícia Judiciária (PJ)

Conforme previsto na respetiva lei orgânica (LO) (Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, na redação final introduzida pela Lei n.º 81/2016, de 28 de novembro), a Polícia Judiciária é um corpo superior de polícia criminal organizado hierarquicamente, com autonomia administrativa, e que funciona na dependência do Ministro da Justiça.

A PJ tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação, desenvolver e promover as ações de prevenção, deteção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes, prosseguindo as atribuições definidas na LO, nos termos da Lei de Organização da Investigação Criminal e da Lei-quadro da Política Criminal (art.º 2.º da LO da PJ).

A Polícia Judiciária, com a atual designação, remonta a 1.945²⁴⁵. Segundo dados reportados a 2012, a Polícia Judiciária contava com 2.411 efetivos, com 9,4% de mulheres (Secretaria-Geral do Ministério da Justiça [SGMJ], 2013).

²⁴⁴ Existentes desde 2006.

²⁴⁵ Fonte: PJ (s.d.).

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (criado com a atual designação em 1986²⁴⁶) é um serviço de segurança organizado hierarquicamente, com autonomia administrativa, e que funciona igualmente na dependência do Ministro da Administração Interna e tem por objetivos fundamentais controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e atividades de estrangeiros em território nacional, bem como estudar, promover, coordenar e executar as medidas e ações relacionadas com aquelas atividades e com os movimentos migratórios (Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, com as alterações finais introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro).

O corpo especial do SEF engloba o pessoal dirigente, a Carreira de investigação e fiscalização e a Carreira de vigilância e segurança (art.º 57.º da LO do SEF). No âmbito da sua estrutura, o SEF possui os designados Serviços operacionais, que prosseguem diretamente as ações de investigação e fiscalização (art.º 11.º da LO do SEF), sendo eles a Direção Central de Investigação, a Direção de Fronteiras de Lisboa, as direções regionais (6), as delegações regionais (24) e os postos de fronteira (29). Em termos de efetivo, o SEF dispunha em finais de 2017 de 1334 efetivos (sendo que destes, 813 pertenciam à carreira de investigação e fiscalização), sendo a taxa global de feminização na ordem dos 41% (SEF, 2018).

Tal como inscrito nas respetivas leis orgânicas, quer a GNR, a PSP, a PJ ou o SEF são órgãos de polícia criminal, atuando nos processos, nos termos da lei processual penal, sob a direção e em dependência funcional da autoridade judiciária competente.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

Segundo a APAV (2018b), esta organização está representada em 26 municípios, contando com 18 gabinetes de apoio à vítima, três sub-redes de apoio especializado (apoio à Vítima Migrante e de Discriminação - UAVMD); apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual - CARE; apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio (RAFAVH), uma rede de casas abrigo e uma linha telefónica para informações e apoio à vítima. Em 2017, a APAV contava com 88 colaboradores remunerados (86% de mulheres) e 145 colaboradores não

²⁴⁶ As suas origens remontam a 1974, ocasião em que a Direção de Serviços de Estrangeiros estava integrada na PSP.

remunerados ativos (aos quais acresciam 160 em formação), num total de 233 colaboradores ativos.

Relativamente aos destinatários efetivos do questionário, são elencados de seguida os mesmos por entidade. Refira-se que, para as várias entidades envolvidas, foi solicitado, no âmbito do processo de recolha de dados, a indicação do número efetivo de destinatários, de modo a viabilizar o posterior cálculo da taxa de resposta. Esta informação foi disponibilizada por algumas entidades (ex.: CSM e PSP, neste caso relativamente a dez Comandos), não tendo no entanto sido facultada na maioria dos casos, o que inviabiliza o cálculo da(s) taxa(s) de resposta. Para algumas das entidades, este cálculo pode efetuar-se por estimativa com recurso ao universo global de colaboradores (ex.: APAV), no entanto para outras entidades em que o universo global de elementos é muito grande (ex.: GNR, MP, SEF e PJ) tal já não será tão viável, uma vez que o questionário foi dirigido a apenas um ou mais subconjuntos de cada um desses universos. De qualquer modo, os dados disponíveis a este nível foram integrados na exposição seguinte, relativa aos destinatários do questionário.

No âmbito da aplicação à magistratura judicial, segundo informação veiculada pelo CSM, os questionários foram divulgados pelos juizes da jurisdição criminal e da jurisdição de família e menores, num total de 400 juizes das 23 comarcas a nível nacional. Este envio foi efetuado por intermédio dos canais internos de comunicação do Conselho Superior da Magistratura (CSM). Assim, e a este nível, a taxa de resposta terá sido na ordem dos 5%.

No caso do MP (após o teste-piloto que envolveu apenas a Procuradoria da Comarca de Lisboa), o pedido de colaboração foi alargado às restantes 22 Procuradorias de comarca do país, via correio eletrónico. O universo para aplicação do questionário terá correspondido aos magistrados do MP que exercem funções da área penal no ano de 2017, num total de 1291 magistrados, segundo consta do relatório do Conselho Superior do Ministério Público [CSMP] (2017). Este valor inclui os magistrados que exerciam funções ao nível da 1.^a instância (1219) e nas procuradorias-gerais distritais e tribunais da relação (72).

Na GNR, os destinatários foram os Comandantes dos Postos Territoriais, os Chefes das Secções de Informações e Investigação Criminal (SIIC), os efetivos dos Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) e os efetivos dos Núcleos de Investigação Criminal (NIC), a nível nacional. A divulgação interna do questionário foi efetuada via Direção de Investigação Criminal.

Do mesmo modo, no caso da PSP, o questionário dirigia-se a Comandantes das Esquadras de competência genérica, aos efetivos das Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima e da estrutura de Investigação Criminal, a nível nacional. A divulgação interna do questionário foi efetuada via Departamento de Formação. Considerando os dez comandos da PSP que facultaram informação acerca dos destinatários, verifica-se que a taxa global de resposta terá sido de 27%, mas salienta-se, todavia, que dependendo do comando em questão os valores variam entre 3% e 48%. Os três comandos com valores mais elevados em termos de taxa de resposta foram: Porto (48%), Portalegre (30%) e Guarda (22%).

No caso da PJ, o âmbito de aplicação do questionário correspondeu aos profissionais da Carreira de Investigação Criminal, ao nível do Departamento de Investigação Criminal de Setúbal e da Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo. A divulgação do questionário pelos canais internos foi intermediada pela Escola da Polícia Judiciária.

Para efeitos do SEF, o questionário foi dirigido pelos canais internos aos elementos da carreira de investigação e fiscalização, a nível nacional. A divulgação interna dos questionários foi efetuada via Gabinete de Relações Internacionais, Cooperação e Relações Públicas do SEF.

No caso da APAV, o questionário foi dirigido a todos os técnicos de apoio à vítima (TAV) (gestores, estagiários e voluntários), a nível nacional. Estes destinatários incluíram os profissionais afetos a sub-redes da APAV de apoio especializado: Rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual (CARE) e Rede de apoio a familiares e amigos das vítimas de homicídio (RAFAVH); e aos profissionais dos núcleos de atendimento a nível nacional desta organização. Para além disso, e segundo informação disponibilizada pela APAV, o questionário foi remetido pelos canais internos a 144 estagiários (não se englobando aqui os voluntários que se encontravam em formação e que ainda não estavam a prestar atendimento autónomo das vítimas). A taxa de resposta na APAV terá sido na ordem dos 11%.

Na amostra, constituída por 651 participantes, cerca de 83% eram do sexo masculino (n=538) e 17% (n=113) do sexo feminino, sendo a idade média destes profissionais de 42 anos (M=41,9 e DP=7,5).

Cerca de 51% dos participantes eram da PSP (n=330), 33% da GNR (n=216), a proporção de profissionais do MP, PJ e APAV nesta amostra foi de cerca de 4% (para cada), outros 3% eram magistrados judiciais e finalmente quase 1% eram do SEF (ver Tabela 18).

Tabela 18: Distribuição dos participantes, segundo o enquadramento profissional e o distrito/região onde exercem funções [Fi(%)]

	Enquadramento institucional							Total
	APAV	GNR	MP	Magistratura judicial	PSP	PJ	SEF	
Aveiro	1 (3,8)	21 (9,7)	0 (0)	2 (10)	2 (0,6)	0 (0)	0 (0)	26 (4)
Beja	0 (0)	15 (6,9)	0 (0)	0 (0)	1 (0,3)	0 (0)	0 (0)	16 (2,5)
Braga	3 (11,5)	19 (8,8)	0 (0)	3 (15)	6 (1,8)	0 (0)	0 (0)	31 (4,8)
Bragança	0 (0)	5 (2,3)	0 (0)	0 (0)	1 (0,3)	0 (0)	0 (0)	6 (0,9)
Castelo Branco	1 (3,8)	24 (11,1)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	25 (3,8)
Coimbra	2 (7,7)	12 (5,6)	0 (0)	0 (0)	4 (1,2)	0 (0)	1 (20)	19 (2,9)
Évora	0 (0)	9 (4,2)	0 (0)	1 (5)	1 (0,3)	0 (0)	0 (0)	11 (1,7)
Faro	2 (7,7)	9 (4,2)	0 (0)	3 (15)	19 (5,8)	0 (0)	0 (0)	33 (5,1)
Guarda	0 (0)	10 (4,6)	0 (0)	0 (0)	6 (1,8)	0 (0)	0 (0)	16 (2,5)
Leiria	0 (0)	13 (6)	0 (0)	0 (0)	3 (0,9)	0 (0)	0 (0)	16 (2,5)
Lisboa	9 (34,6)	12 (5,6)	13 (48,1)	3 (15)	5 (1,5)	12 (44,4)	2 (40)	56 (8,6)
Portalegre	0 (0)	5 (2,3)	0 (0)	0 (0)	11 (3,3)	0 (0)	0 (0)	16 (2,5)
Porto	6 (23,1)	5 (2,3)	5 (18,5)	2 (10)	208 (63)	0 (0)	1 (20)	227 (34,9)
Santarém	1 (3,8)	9 (4,2)	2 (7,4)	0 (0)	8 (2,4)	0 (0)	0 (0)	20 (3,1)
Setúbal	0 (0)	16 (7,4)	5 (18,5)	0 (0)	2 (0,6)	14 (51,9)	0 (0)	37 (5,7)
Viana do Castelo	0 (0)	8 (3,7)	1 (3,7)	2 (10)	3 (0,9)	0 (0)	0 (0)	14 (2,2)
Vila Real	1 (3,8)	10 (4,6)	0 (0)	0 (0)	1 (0,3)	0 (0)	0 (0)	12 (1,8)
Viseu	0 (0)	13 (6)	1 (3,7)	2 (10)	7 (2,1)	0 (0)	0 (0)	23 (3,5)
R. A. Açores	0 (0)	1 (0,5)	0 (0)	2 (10)	9 (2,7)	1 (3,7)	1 (20)	14 (2,2)
R. A. Madeira	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	33 (10)	0 (0)	0 (0)	33 (5,1)
Total	26 (1)	216 (100)	27 (100)	20 (100)	330 (100)	27 (100)	5 (100)	651 (100)

Constata-se claramente que a amostra obtida segundo o enquadramento profissional representará uma diminuta proporção dos respetivos universos.

Por outro lado, e apesar da amostra recolhida contemplar profissionais que exercem funções em todos os dezoito distritos e regiões autónomas, a maioria dos participantes exercia funções no distrito do Porto (34,9%), Lisboa (8,6%), Setúbal (5,7%), Faro (5,1%) ou na R. A. da Madeira (5,1%). Para os restantes distritos/regiões a respetiva proporção na amostra foi inferior a 5%.

Relativamente à PSP, a maioria dos participantes exercia funções no distrito do Porto (63%), seguindo-se a R. A. da Madeira (10%) e Faro (5,8%), embora tenha sido possível recolher

respostas oriundas de todos os distritos/regiões, com exceção de Castelo Branco²⁴⁷. Para a PJ, a maioria dos inspetores que colaboraram exerciam funções em Setúbal (52%) e em Lisboa (44%); e no caso do SEF, as respostas fornecidas correspondem a inspetores da carreira de intervenção e fiscalização (CIF) de Lisboa, Porto, Coimbra e R.A. dos Açores.

Cruzando o enquadramento profissional com o distrito/região onde exercem funções, constatou-se que no caso da APAV a colaboração foi essencialmente proveniente de quem exerce funções em Lisboa, Porto e Braga; no caso da GNR, as respostas foram sobretudo dos Comandos Territoriais de Castelo Branco, Aveiro e Braga, embora tenha sido possível recolher respostas oriundas de todos os distritos/regiões, com exceção da R.A. dos Açores.

Considerando os magistrados do MP, a colaboração foi essencialmente proveniente de Lisboa, Porto e Setúbal (registando-se também respostas de Santarém, Viana do Castelo e Viseu). A maioria dos magistrados judiciais que colaboraram exercia funções em Braga, Faro e Lisboa, embora existam registos de colaboração em mais seis distritos/regiões.

Tendo em conta estes resultados, e apesar da amostra global conter respostas de participantes provenientes das várias entidades e das duas magistraturas, bem como dos diversos distritos/regiões, a mesma não é representativa da realidade dos profissionais dessas entidades e magistraturas, nem a nível local, nem nacional, não se podendo extrapolar resultados para esses âmbitos; contudo, os dados permitiram efetuar um estudo exploratório como o presente.

7.4 CONTACTOS COM ENTIDADES ESTRANGEIRAS

Refira-se ainda que, durante o ano de 2017, foram estabelecidos contactos com a Universidade de Cambridge, com a equipa do Professor Lawrence Sherman (mais concretamente com Eleanor Neyroud), no sentido de apurar com maior detalhe a metodologia desenvolvida ao nível da criação de índice de severidade criminal (*Crime Harm Index*).

Neste contexto, foi disponibilizada informação adicional relativamente ao racional e à forma de cálculo do referido índice (ver pontos 4.4 e 4.5.3).

²⁴⁷ Refira-se que ao nível do Comando Metropolitano de Lisboa terá existido um eventual constrangimento ao nível da comunicação interna, tendo-se apenas recolhido respostas na fase de teste-piloto do questionário, não tendo sido reencaminhado o posterior pedido de colaboração já na fase seguinte do estudo (aplicação a amostra mais alargada).

Em 2017, foi igualmente contactada a área de Estatística do Gabinete de Coordenação e Estudos da Secretaria de Estado de Segurança, do Ministério do Interior Espanhol. Este contacto destinou-se a melhor perceber a existência, neste país, de eventuais definições de criminalidade violenta e formas respetivas de medição (os contributos rececionados encontram-se plasmados no ponto 4.5.4).

No mesmo sentido, contactou-se Christophe Soullez, Diretor do Observatório da Delinquência e Respostas Penais de França, obtendo-se o respetivo contributo (ver igualmente o ponto 4.5.4).

8. ANÁLISE DE RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

8.1 ANÁLISE DESCRITIVA

No Apêndice 7, constam os *outputs* (SPSS) nos quais se basearam as análises realizadas neste ponto (8.1)²⁴⁸.

8.1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Conforme se visualiza pela Tabela 19, dos 651 participantes, a maioria era do sexo masculino (n=538; 83%), com idades a variar entre os 20 e os 66 anos, dois terços possuía entre 35 e 49 anos (67%), sendo a média de 42 anos (DP=7,5).

Tabela 19: Caracterização sociodemográfica dos participantes [Fi, %, Min.-Máx., Me e M(DP)]

		Fi	% ²⁴⁹
Sexo (n=651)	Masculino	538	82,6
	Feminino	113	17,4
Idade (anos) (n=565)	20-24	7	1,2
	25-29	26	4,6
	30-34	60	10,6
	35-39	102	18,1
	40-44	176	31,2
	45-49	100	17,7
	50-54	65	11,5
	55-59	28	5,0
	60-64	-	-
	65 ou mais	1	0,2
Mín-Máx		M (DP)	Me
20-66		41,9 (7,5)	42
Habilitações literárias (n= 651)	9.º ano	71	10,9
	12.º ano	380	58,4
	Licenciatura/Bacharelato	125	19,2
	Mestrado	72	11,1
	Doutoramento	3	0,5
Área de formação (n=189)	Direito	80	42,3
	Ciências Militares	10	5,3
	Ciências Policiais	47	24,9
	Psicologia	16	8,5
	Serviço Social	8	4,2
	Sociologia	8	4,2
	Outras	20	10,6

Nota: Fi=Freqüência absoluta; % = Freqüência Relativa²⁵⁰; M=Média; DP= Desvio Padrão; Me= Mediana. Mín-Máx = Mínimo e Máximo.

²⁴⁸ Com exceção daqueles relativos às respostas às questões de tipo aberto, cuja inclusão “em bruto” implicaria um aumento substancial do volume deste apêndice, o que se julgou desnecessário.

²⁴⁹ Por via dos arredondamentos (às décimas), a soma dos valores pode diferir ligeiramente de 100%.

²⁵⁰ As percentagens apresentadas neste estudo são as válidas (tendo em conta as respostas efetivas, excluindo dados omissos/não se aplica).

Ao nível das habilitações literárias, 58% possuía o 12.º ano, 31% um grau relativo ao ensino superior e 11% o 9.º ano de escolaridade.

Em termos das áreas de formação, entre os participantes com habilitações ao nível do ensino superior, para 43% era o Direito, para 25% as Ciências Policiais e entre os restantes assinalavam-se áreas como a Psicologia, Ciências Militares, Sociologia ou o Serviço Social (Tabela 19).

Tal como consta na Tabela 20, 51% da amostra obtida corresponde a profissionais da PSP, na sua maioria agentes (66%), sendo um terço dos participantes da GNR (55% da categoria de sargentos), ao nível da Polícia Judiciária as 27 respostas obtidas (4%) foram fornecidas por profissionais da categoria de inspetores (81,5%) e no caso do SEF as cinco respostas obtidas (1%) foram facultadas por profissionais nas categorias de inspetores/inspetores-adjuntos.

Tabela 20: Enquadramento e categoria profissional dos participantes (Fi e %)

		Fi	%	
Enquadramento profissional (n= 651)		Magistratura judicial	20	3,1
		Magistratura do MP	27	4,1
		GNR	216	33,2
		PSP	330	50,7
		PJ	27	4,1
		SEF	5	0,8
		APAV	26	4,0
Categoria profissional	Magistratura judicial (n=20)	Juiz/a de Direito	19	95,0
		Juiz/a Desembargador/a	1	5,0
	Magistratura do Ministério Público (MP) (n=27)	Procurador/a adjunto	24	88,9
		Procurador/a da República	3	11,1
		Procurador/a-Geral Adjunto/a	-	-
	GNR (n=216)	Guarda da GNR	85	39,4
		Sargento da GNR	119	55,1
		Oficial da GNR	12	5,6
	PSP (n=330)	Agente da PSP	218	66,1
		Chefe da PSP	43	13,0
		Oficial da PSP	69	20,9
	PJ (n=27)	Inspetor/a da PJ	22	81,5
		Inspetor/a-Chefe da PJ	4	14,8
		Coordenador/a de Investigação Criminal da PJ	1	3,7
		SEF (n=5)	Inspetor/a-adjunto/a do SEF	2
	Inspetor/a do SEF		3	60,0
	Inspetor/a superior do SEF		-	-
	APAV (n=26)	Técnico/a de apoio à vítima (TAV) - Voluntário/a	16	61,5
		TAV - Estagiário/a	2	7,7
		TAV - Gestor/a	8	30,8

No âmbito das magistraturas, foi obtido um total de 47 respostas (20 da magistratura judicial - 95% juizes de direito; e 27 do MP - 89% procuradores adjuntos), o que representou 7% da amostra. Foi igualmente obtida a colaboração de 26 participantes da APAV (4% da amostra), sendo a maioria TAV voluntário (61%).

Quanto ao distrito/região de exercício das funções, foi obtida a colaboração de profissionais de todos os distritos/regiões, entre 6 respostas para Bragança e 227 para o Porto (Tabela 21).

Tabela 21: Distrito/região onde os participantes exercem funções, tempo de serviço e contexto profissional [Fi, %, Min.-Máx., Me e M(DP)]

		Fi	%
Distrito/região onde exerce funções (n=651)	Aveiro	26	4,0
	Beja	16	2,5
	Braga	31	4,8
	Bragança	6	0,9
	Castelo Branco	25	3,8
	Coimbra	19	2,9
	Évora	11	1,7
	Faro	33	5,1
	Guarda	16	2,5
	Leiria	16	2,5
	Lisboa	56	8,6
	Portalegre	16	2,5
	Porto	227	34,9
	Santarém	20	3,1
	Setúbal	37	5,7
	Viana do Castelo	14	2,2
	Vila Real	12	1,8
	Viseu	23	3,5
	R. A. Açores	14	2,2
	R. A. Madeira	33	5,1
Tempo de profissão (anos) (n=651)	Menos de 2 anos	14	2,2
	2-5	49	7,5
	6-9	47	7,2
	10-13	99	15,2
	14-17	107	16,4
	18-21	150	23,0
	22-25	91	14,0
	26-29	48	7,4
	30-33	39	6,0
	34 ou mais	7	1,1
Mín-Máx:		M (DP)	Me
0-36		17,2 (7,9)	18
Contexto profissional (GNR e PSP) (n=530)	Comando de posto/esquadra	189	35,7
	NIAVE/EPAPV	76	14,3
	Investigação criminal	244	46,0
	Diversas (incl. inv. criminal)	12	2,3
	Comando de posto/esquadra e/ou NIAVE/EPAPV ²⁵¹	9	1,7

²⁵¹ Estes casos decorrem do facto de que na versão inicial do questionário esta questão comportava apenas duas opções de resposta (Sim /Não - relativas ao contexto da investigação criminal). Posteriormente esta questão foi reformulada, de modo a captar uma das 3 situações discriminadas.

Um pouco mais de um terço dos profissionais situava-se ao nível do Porto (35%), cerca de 9% em Lisboa e 6% em Setúbal, perfazendo estes três distritos quase metade da amostra. Cerca de 14% exercia funções nos distritos de Faro (5,1%), Braga (4,8%) e Aveiro (4%), sendo que 30% da amostra era relativa aos outros distritos do Continente. Os profissionais das Regiões Autónomas representavam 7% da amostra (2% dos Açores e 5% da Madeira).

Relativamente ao tempo de profissão, a média situava-se nos 17 anos (DP=7,9), sendo que mais de dois terços possuíam entre 10 e 25 anos de serviço (69%).

Em termos dos profissionais da GNR e da PSP, 46% exercia funções na investigação criminal, 36% eram comandantes de posto ou esquadra territorial, 14% encontravam-se nos NIAVE ou EPAV e 2% acumulavam funções incluindo ao nível da investigação criminal; refira-se que para outros 2% as funções eram de comando de posto/esquadra ou exercidas nos NIAVE/EPAV (*situações indistintas provenientes de respostas obtidas na fase de teste-piloto*).

Tal como se pode observar na Tabela 22, mais de um terço dos participantes contactavam diariamente com a criminalidade violenta (36%), para outros 17% a frequência de contacto era semanal, para outros 19,5% era mensal e para 13% era anual. Cerca de 12% não possuía contacto há mais de um ano e 2% (n=15) nunca havia contactado. Assim, para quase três quartos da amostra (73%) o contacto com este tipo de criminalidade era regular (diário, semanal ou mensal).

Tabela 22: Frequência de contacto com a criminalidade violenta por parte dos participantes (Fi e %)

		Fi	%
Frequência de contacto com criminalidade violenta em termos profissionais (n= 651)	Diariamente	235	36,1
	Semanalmente	111	17,1
	Mensalmente	127	19,5
	Anualmente	85	13,1
	Não tenho contacto (há mais de 1 ano)	78	12,0
	Nunca contactei	15	2,3
Crimes violentos mais frequentemente contactados (n=268)	Roubo e outros (Tráfico de estupefacientes / Violência doméstica-VD)	104	38,8
	Violência doméstica e outros (maus tratos)	95	35,4
	Tráfico de estupefacientes e outros (Associação criminosa/ Associação de auxílio à imigração ilegal/ VD)	29	10,8
	Homicídios e outros	19	7,1
	Crimes sexuais contra crianças e jovens /VD	6	2,2
	Crimes contra as pessoas/ Crimes cometidos no seio da família/ Ofensas à integridade física/ Diversos - não especificado	9	3,4
	Crimes contra património (e outros) não especificado	6	2,2

No que concerne aos crimes violentos mais frequentemente contactados pelos participantes, predominava o roubo, a violência doméstica e o tráfico de estupefacientes.

8.1.2 GRAVIDADE DOS CRIMES VIOLENTOS

Foi solicitado aos participantes que indicassem o nível e gravidade atribuído a cada um dos quarenta e oito crimes/categorias indicados, encontrando-se na Tabela 23 algumas medidas de estatística descritiva, como as frequências absolutas (Fi), mediana (Me), média (M) e desvio-padrão (DP). Os níveis de resposta possíveis situavam-se entre 1 (gravidade mínima) e 6 (gravidade máxima), tendo-se calculado a proporção de respostas para cada item com os dois níveis mais elevados de gravidade (5 e 6), apresentando-se os respetivos valores na última coluna da tabela.

Conforme se pode visualizar na Tabela 23, as medianas oscilaram entre 2 (para o crime de ofensa à integridade simples) e 6 (para crimes como: homicídio qualificado/homicídio; infanticídio; tráfico de pessoas; violação; na esfera dos abusos sexuais de menores/crianças/dependentes; lenocínio de menores; pornografia de menores e no âmbito do terrorismo), significando nestes últimos casos que metade ou mais de metade dos participantes classificaram tais crimes com o nível máximo de gravidade.

Adicionalmente, assinalaram-se na tabela a negrito os crimes em que a mediana era 6 ou em que mais de 75% das respostas eram de nível 5 ou 6, destacando-se deste modo igualmente os crimes de rapto, tomada de reféns e escravidão.

Considerando a proporção de respostas de nível 5 ou 6, estas oscilaram entre 2,6% no caso da ofensa à integridade física simples e os 99,3% no homicídio qualificado.

Tabela 23: Nível de gravidade atribuído pelos participantes a cada crime (Fi, Me, M, DP e % de casos onde foi atribuído nível 5 ou 6) (n=585²⁵²)

		1= Grav. Mín.	2	3	4	5	6= Grav. Máx.	Me	M	DP	% (5+6)
1	Homicídio	0	0	7	17	150	411	6	5,6	0,6	95,9
2	Homicídio qualificado	0	0	1	3	16	565	6	6,0	0,2	99,3
3	Homicídio privilegiado	1	9	48	113	155	259	5	5,0	1,1	70,8
4	Incitamento ou ajuda ao suicídio	7	22	68	134	202	150	5	4,6	1,2	60,4
5	Infanticídio	1	12	32	42	123	373	6	5,4	1,0	85,1
6	Homicídio por negligência	27	63	157	164	129	44	4	3,7	1,3	29,6
7	Exposição ou abandono	8	18	107	168	201	82	4	4,3	1,1	48,5
8	Aborto / Aborto agravado ²⁵³	47	64	135	141	139	58	4	3,7	1,4	33,7
9	Ofensa à integridade física simples	150	180	161	79	14	1	2	2,4	1,1	2,6
10	Ofensa à integridade física grave	4	48	143	209	155	26	4	3,9	1,0	30,9
11	Mutilação genital feminina	2	5	36	109	190	242	5	5,1	1,0	74,0
12	Ofensa à integridade física qualificada	0	16	73	158	230	108	5	4,6	1,0	57,8
13	Violência doméstica	3	11	64	151	233	123	5	4,7	1,0	60,9
14	Maus tratos	3	21	78	182	212	89	5	4,4	1,0	51,5
15	Violação de regras de segurança	34	90	171	165	113	12	3	3,5	1,2	21,4
16	Casamento forçado	47	75	146	144	127	46	4	3,6	1,4	29,6
17	Sequestro	1	15	47	134	237	151	5	4,8	1,0	66,3
18	Escravidão	0	5	21	75	214	270	5	5,2	0,9	82,7
19	Tráfico de pessoas	1	4	12	59	192	317	6	5,4	0,8	87,0
20	Rapto	0	1	22	77	245	240	5	5,2	0,8	82,9
21	Tomada de reféns	0	0	18	64	234	269	5	5,3	0,8	86,0
22	Coação sexual	0	11	55	126	244	149	5	4,8	1,0	67,2
23	Violação	0	0	12	55	191	327	6	5,4	0,7	88,5
24	Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada	1	2	5	55	159	363	6	5,5	0,8	89,2

Nota: A negrito crimes cuja mediana é 6 ou em que mais de 75% das respostas foram de nível 5 ou 6.

²⁵² Especificamente para esta análise foram excluídas respostas com base em três critérios. 1) Respostas dos participantes que colocaram mais de 36 crimes no mesmo nível de gravidade (mais de 75% dos 48 itens), efetuando assim uma menor discriminação. Segundo as instruções do questionário solicitava-se que não fosse atribuído a mais de 15 crimes o mesmo nível de gravidade (mais de 31% dos 48 itens), pelo que foi dada uma margem mais alargada. 2) Não foram ainda considerados os casos em que o nível máximo atribuído aos 48 itens desta questão foi inferior a 4, demonstrando assim que não houve correta utilização da escala. 3) Casos em que foi atribuído uma pontuação inferior ao crime de ofensa à integridade simples comparativamente à atribuída ao crime de homicídio (sem que existissem evidências de um entendimento inverso do sentido da escala). Deste modo, e com base nestes três critérios, foi excluído um total de 66 casos para efeitos da análise desta questão.

²⁵³ Quando realizado extra critérios previstos no art.º 142.º (interrupção da gravidez não punível).

Tabela 23: Nível de gravidade atribuído pelos participantes a cada crime (Fi, Me, M, DP e % de casos onde foi atribuído nível 5 ou 6) (n=585) (cont.)

		1= Grav. Mín.	2	3	4	5	6= Grav. Máx.	Me	M	DP	% (5+6)
25	Procriação artificial não consentida	21	43	108	162	168	83	4	4,1	1,3	42,9
26	Lenocínio	19	33	98	158	169	107	4	4,3	1,3	47,3
27	Abuso sexual de crianças	0	0	5	23	109	448	6	5,7	0,6	95,2
28	Abuso sexual de menores dependentes	0	0	3	23	123	436	6	5,7	0,6	95,6
29	Lenocínio de menores	0	1	9	35	141	399	6	5,6	0,7	92,3
30	Pornografia de menores	1	4	28	66	158	328	6	5,3	0,9	83,1
31	Roubo / Violência depois da subtração	0	9	55	148	253	120	5	4,7	0,9	63,8
32	Dano com violência	15	78	144	179	151	18	4	3,7	1,1	28,9
33	Extorsão	7	34	134	210	176	24	4	4,0	1,0	34,2
34	Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros	4	11	65	118	193	194	5	4,8	1,1	66,2
35	Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro	4	8	55	93	183	242	5	5,0	1,1	72,6
36	Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro	10	31	106	197	192	48	4	4,2	1,1	41,1
37	Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime	17	47	142	183	159	37	4	3,9	1,2	33,5
38	Associação criminosa	1	11	55	142	228	148	5	4,8	1,0	64,3
39	Participação em motim / Participação em motim armado	4	20	80	167	181	133	5	4,5	1,1	53,7
40	Resistência e coação sobre funcionário	12	33	95	193	160	92	4	4,3	1,2	43,1
41	Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão	7	24	89	153	200	112	5	4,5	1,2	53,3
42	Motim de presos	5	28	80	179	189	104	5	4,4	1,1	50,1
43	Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público	53	76	154	158	114	30	4	3,5	1,3	24,6
44	Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo")	1	2	13	29	110	430	6	5,6	0,7	92,3
45	Auxílio à imigração ilegal / Associação de auxílio à imigração ilegal (Lei de "estrangeiros")	14	29	111	163	205	63	4	4,2	1,2	45,8
46	Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga")	6	18	62	132	235	131	5	4,7	1,1	62,7
47	Detenção de arma proibida (Lei das "armas")	12	41	86	161	200	85	4	4,3	1,2	48,7
48	Tráfico e mediação de armas (Lei das "armas")	5	15	63	138	220	144	5	4,7	1,1	62,2

Nota: A negrito crimes cuja mediana é 6 ou em que mais de 75% das respostas foram de nível 5 ou 6.

No Quadro 24 apresenta-se a ordenação dos crimes segundo a proporção de respostas de nível 5 ou 6, agregando-se os mesmos em três grupos:

- Grupo I - Gravidade mais elevada (com mais de 75% de respostas de nível 5 ou 6);
- Grupo II - Gravidade intermédia (entre 50% e 75% de respostas de nível 5 ou 6);
- Grupo 3 - Gravidade menos elevada (em que menos de 50% das respostas foram de nível 5 ou 6).

Crimes grupo I Gravidade mais elevada (14 crimes)	Crimes grupo II Gravidade intermédia (17 crimes)	Crimes grupo III Gravidade menos elevada (17 crimes)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Homicídio qualificado ▪ Homicídio ▪ Abuso sexual de menores dependentes ▪ Abuso sexual de crianças ▪ Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo") 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mutilação genital feminina ▪ Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro ▪ Homicídio privilegiado ▪ Coação sexual ▪ Sequestro 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Detenção de arma proibida (Lei das "armas") ▪ Exposição ou abandono ▪ Lenocínio ▪ Auxílio à imigração ilegal / Associação de auxílio à imigração ilegal (Lei de "estrangeiros") ▪ Resistência e coação sobre funcionário
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lenocínio de menores ▪ Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada ▪ Violação ▪ Tráfico de pessoas ▪ Tomada de reféns 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros ▪ Associação criminosa ▪ Roubo / Violência depois da subtração ▪ Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga") ▪ Tráfico e mediação de armas (Lei das "armas") 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Procriação artificial não consentida ▪ Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro ▪ Extorsão ▪ Aborto / Aborto agravado ▪ Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infanticídio ▪ Pornografia de menores ▪ Rapto ▪ Escravidão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Violência doméstica ▪ Incitamento ou ajuda ao suicídio ▪ Ofensa à integridade física qualificada ▪ Participação em motim / Participação em motim armado ▪ Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ofensa à integridade física grave ▪ Homicídio por negligência ▪ Casamento forçado ▪ Dano com violência ▪ Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maus tratos ▪ Motim de presos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Violação de regras de segurança ▪ Ofensa à integridade física simples

Quadro 24: Ordenação dos crimes segundo o nível de gravidade atribuído pelos participantes

Assim, no primeiro grupo constam 14 crimes, os já mencionados anteriormente, no segundo grupo constam 17 crimes tais como mutilação genital feminina, sequestro, associação criminosa, roubo, violência doméstica, motim de presos; e no terceiro grupo constam crimes como a detenção de arma proibida, resistência e coação sobre funcionário, extorsão, homicídio por negligência, violação de regras de segurança e ofensa à integridade física simples.

No Quadro A3, do Apêndice 7 (ponto 7.1.2), são apresentados os crimes considerados mais graves, segundo o enquadramento profissional dos participantes. Conforme se pode constatar, existe um grande consenso em torno dos crimes considerados mais graves, em especial o homicídio qualificado, homicídio, escravidão, crimes na esfera da violação, do abuso sexual de pessoa incapaz de resistência/crianças/menores dependentes e do terrorismo - oito crimes/categorias de crimes que estão presentes no grupo de crimes mais graves para todos os sete serviços/enquadramento profissional considerado. Para outros quatro crimes, estes constam entre o elenco dos mais graves para cinco ou seis dos sete serviços/enquadramento profissional e para os restantes dois crimes (rapto e infanticídio) estes encontram-se incluídos no grupo dos mais graves para quatro dos serviços/enquadramento profissional.

Refira-se ainda que na subamostra de magistrados judiciais o grupo de crimes mais graves é composto por nove crimes (todos eles incluídos no grupo I para a amostra global). Os magistrados do Ministério Público, os profissionais do SEF e da APAV foram os grupos onde se incluiu um maior número de crimes entre o grupo dos mais graves, 18, 17 e 18, respetivamente, sendo que entre cinco (para MP e SEF) e seis (para a APAV) desses crimes não estavam integrados nos mais graves para a amostra global.

Outros crimes mencionados (e nível de gravidade)

Quando questionados sobre outros crimes potencialmente integrados na criminalidade violenta que deveriam ser incluídos na listagem apresentada, 50 participantes (8%) forneceram alguma resposta.

Entre os crimes mais mencionados neste ponto encontram-se o incêndio florestal (5); corrupção (5)²⁵⁴; tortura e outros tratamentos cruéis (4); burla/burla qualificada (3);

²⁵⁴ Numa das respostas surgia a corrupção com nível 5 de gravidade atribuído, com a seguinte justificação “porque fomenta e gera violência pela falência dos valores e princípios que promovem a paz social.”

cibercrime/ ataques a instituições públicas através de meios informáticos (3); e furto (3). No caso do incêndio florestal, quando constava essa informação, o nível de gravidade atribuído situou-se entre 4 e 6; para a tortura entre 5 e 6; no caso do cibercrime entre o 4 e 6; para as burlas entre 5 e 6 e para o furto entre 4 e 5.

Surgiram igualmente respostas que indicavam outros crimes/situações ou apresentavam alguma especificação: sabotagem; “Infração de regras de construção, dano em instalações e perturbação de serviços”; “agressões a OPC”/ “Violência ou agressões contra agentes da autoridade”; injúrias e ameaças a funcionário; desobediência; perseguição; Subtração de menor; “atos preparatórios ao cometimento do crime ‘casamento forçado’”; Recurso à Prostituição de menores; aliciamento de menores para fins sexuais; “causar incêndio, expondo a perigo para a integridade física porventura a vida, ou o património de outrem” / “Incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas”; condução sob efeito de álcool; genocídio; participação em rixa; branqueamento de capitais; “energia nuclear”; “crimes contra liberdade pessoal em razão da raça, cor religião”; “violência sobre idosos”; e “envenenamento”.

Outros crimes, apesar de estarem incluídos na listagem apresentada, foram igualmente mencionados nesta resposta (ex.: roubo, violência doméstica, tráfico de seres humanos e terrorismo). No caso do roubo este surgiu nestas respostas com alguma especificação (ex.: roubo em residência especialmente a pessoas idosas/roubo no interior de residência-*homejacking*; roubo por esticção/roubo na via pública por esticção).

8.1.3 VARIAÇÕES/TENDÊNCIAS NA CRIMINALIDADE VIOLENTA (ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA)

Relativamente à perceção existente sobre a variação no número de crimes violentos praticados, mais de cem participantes preferiu indicar desconhecer (109 e 110 para o último ano e para os últimos 5 anos, respetivamente, o que corresponde a 17% da amostra; e 158 para os últimos 10 anos - 24%) (Tabela 24).

Tendo apenas em conta os restantes participantes, que facultaram alguma resposta neste âmbito, observa-se que entre 12% e 13% indicaram que o número de crimes violentos diminuiu, nos vários períodos considerados; 17% referiu que o número se manteve no último ano, tendo, no entanto, esta proporção diminuído para 10%-11% quando o período se reporta

aos últimos 10 anos ou últimos 5 anos, respetivamente. Cerca de 10% consideram que o número de todos os crimes violentos aumentou no último ano, valor que duplica quando a questão foca os últimos 10 anos (21%), sendo que para os últimos 5 anos cerca de 15% dos participantes aponta esse aumento generalizado.

Tabela 24: Perceção dos participantes quanto às variações/tendências registadas no número de crimes violentos praticados (análise quantitativa) (Fi e %)

	No último ano		Nos últimos 5 anos		Nos últimos 10 anos	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Diminuiu (para todos)	71	13,1	70	12,9	57	11,6
Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros	39	7,2	44	8,1	39	7,9
Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros	207	38,2	207	38,3	169	34,3
Manteve-se constante (para todos)	93	17,2	57	10,5	51	10,3
Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros	76	14	83	15,3	75	15,2
Aumentou (para todos)	56	10,3	80	14,8	102	20,7
Desconheço	109	-	110	-	158	-
Total	651	100	651	100	651	100

No total, entre 38% e 43% dos participantes optaram por uma resposta generalizadora (diminuição, aumento ou manutenção do número de todos os crimes violentos) quanto à variação observada nos três períodos considerados. Assim, verifica-se que a maioria (entre 57% e 62%) optou uma posição não generalizadora indicando um tipo de variação para uns crimes e outro para outros, em qualquer um dos três períodos temporais definidos. Tendo em conta as opções disponíveis em termos de variações divergentes, verifica-se que entre 34% e 38% das respostas indicam um aumento de alguns crimes violentos e uma diminuição de outros; entre 14% e 15% das respostas apontam o aumento de alguns crimes violentos e a manutenção e outros; e por fim, entre 7% e 8% referem que diminuiram alguns crimes violentos e outros mantiveram-se.

Comparando as posições relativamente aos três períodos temporais considerados, verifica-se que existe uma tendência convergente nas várias respostas facultadas, com exceção do já apontado para a resposta relativa a um aumento generalizado do número de todos os crimes violentos, em que quando se considera os últimos 10 anos, a sua proporção ascende a mais de um quinto, em contraponto aos outros dois períodos considerados em que o valor é inferior.

De forma global, poderá dizer-se que para os três períodos considerados prevalece a percepção de que o número de alguns ou de todos os crimes violentos aumentou (63%²⁵⁵ para o último ano; 68% para os últimos 5 anos; e 70% para os últimos 10 anos), seguindo-se a percepção de que houve uma diminuição do número de alguns ou de todos os crimes violentos (59%²⁵⁶, 59% e 54%, respetivamente) e por fim a visão de que houve uma manutenção do número de alguns ou de todos os crimes violentos praticados (38%²⁵⁷; 34%; 33%, respetivamente).

Se se considerarem apenas as opções de aumento e/ou manutenção, por um lado, e as opções de diminuição e/ou manutenção, por outro, verifica-se que entre 41% e 46% se encontram na primeira situação e entre 30% e 38% na segunda situação.

Em resumo, prevalece a posição de que o número de crimes violentos aumentou para alguns crimes e diminuiu para outros, seguindo-se uma percepção de manutenção (último ano) ou de aumento/manutenção nos últimos 5 ou 10 anos.

Foram 370 os participantes que indicaram que o número de algum(ns) ou de todos os crimes aumentou no último ano, no entanto, entre estes, apenas 43% (n=160) especificou qual ou quais os crimes em causa. Em cada uma das respostas podem ter sido indicados mais do que um crime, pelo que o total das percentagens apresentada na Tabela 25 ultrapassa os 100%.

Entre os crimes mais citados como tendo aumentado o seu número no último ano, consta a violência doméstica (61%), o roubo (40%) e o homicídio (32%). Refira-se que a nível nacional, segundo os dados oficiais disponíveis (ver ponto 9.2), apenas no caso da violência doméstica se verificou um aumento do seu número entre 2015 e 2016 (1,5%), sendo que no caso do roubo (no total) o seu número diminuiu 14% e no caso do homicídio a diminuição foi ainda mais acentuada: 25%.

²⁵⁵ Resulta do somatório das percentagens das categorias que incluem aumento de alguns ou de todos os crimes.

²⁵⁶ Resulta do somatório das percentagens das categorias que incluem diminuição de alguns ou de todos os crimes.

²⁵⁷ Resulta do somatório das percentagens das categorias que incluem manutenção de alguns ou de todos os crimes.

Tabela 25: Crimes violentos praticados cujo número aumentou no último ano (Fi e %)

	Crimes violentos que aumentaram no último ano (n=160)	
	Fi	%
Violência doméstica	97	60,6
Roubo	64	40,0
Homicídio/ homicídio qualificado	51	31,9
Ofensa à integridade física voluntária grave/qualificada	22	13,8
Abuso sexual de menores	17	10,6
Tráfico de estupefacientes	14	8,8
Maus tratos	14	8,8
Furto/furto qualificado	13	8,1
Resistência e coação sobre funcionário	10	6,3
Extorsão	8	5,0
Terrorismo	8	5,0
Crimes sexuais	6	3,8
Sequestro	5	3,1
Violação	5	3,1
Associação criminosa	4	2,5
Incêndio/fogo posto	4	2,5
Tráfico humano	4	2,5
Pornografia de menores	3	1,9
Infanticídio	2	1,3
Coação/extorsão sexual	2	1,3
Criminalidade informática	2	1,3
Corrupção	2	1,3
Exposição ou abandono	1	0,6
Condução em estado de embriaguez	1	0,6
Detenção de arma proibida	1	0,6
Lenocínio	1	0,6
Violência depois de subtração	1	0,6

Segundo o GSGSSI (2017), os crimes cujo número mais aumentou, no âmbito da definição utilizada de “criminalidade violenta e grave”, entre 2015 e 2016²⁵⁸, foram alguns tipos de roubo (ex.: a postos de abastecimento de combustível e a transporte de valores), a extorsão e a ofensa à integridade física voluntária grave.

Algumas das respostas mencionavam o aumento de crimes com recurso a armas de fogo, nomeadamente ao nível do roubo. Neste crime, certas respostas especificavam os alvos (*carjacking*, *homejacking*, posto de abastecimento de combustível, carrinha de valores, banco e transporte público). No caso dos furtos, diversas respostas mencionaram como alvos as caixas

²⁵⁸ Menciona-se aqui este período temporal, tendo em conta os dados que estavam disponíveis à data da aplicação dos questionários (junho a outubro de 2017).

multibanco (ex.: com recurso a explosivos). No caso do homicídio um participante indicou que o aumento se situava nos casos relativos a violência doméstica.

Foram 321 os participantes que indicaram que o número de algum(ns) ou de todos os crimes diminuiu no último ano, todavia, entre estes apenas 23% (n=74) especificou qual ou quais os crimes em causa. Em cada uma das respostas podem ter sido indicados mais do que um crime, pelo que o total das percentagens ultrapassa os 100%.

Entre os crimes mais citados como tendo diminuído o seu número no último ano, consta o roubo (55%) e o homicídio (27%) (Tabela 26).

Tabela 26: Crimes violentos praticados cujo número diminuiu no último ano (Fi e %)

	Crimes violentos que diminuíram no último ano (n=74)	
	Fi	%
Roubo	41	55,4
Homicídio/ homicídio qualificado	20	27,0
Sequestro	11	14,9
Violência doméstica	9	12,2
Furto/furto qualificado	9	12,2
Violação	9	12,2
Rapto	9	12,2
Tráfico de estupefacientes	7	9,5
Ofensa à integridade física voluntária grave/qualificada	4	5,4
Extorsão	3	4,1
Tráfico humano	3	4,1
Resistência e coação sobre funcionário	2	2,7
Escravidão	2	2,7
Abuso sexual de menores	1	1,4
Maus tratos	1	1,4
Terrorismo	1	1,4
Associação criminosa	1	1,4
Exposição ou abandono	1	1,4
Aborto	1	1,4
Mutilação genital feminina	1	1,4
Dano com violência	1	1,4
Tráfico de armas	1	1,4
Detenção de arma proibida	1	1,4
Auxílio à imigração ilegal	1	1,4
Lenocínio	1	1,4

Refira-se que segundo o GSGSSI (2017), no âmbito da designada “criminalidade violenta e grave”, os crimes cujo número mais diminuiu, entre 2015 e 2016, foram alguns tipos de roubo (ex.: esticção na via pública, farmácias, banco, de viatura, a residência e em estabelecimentos

comerciais/industriais), o homicídio, violação, rapto/sequestro/tomada de reféns e a coação e resistência sobre funcionário.

Algumas das respostas mencionavam a diminuição de crimes como o roubo, especificando os alvos (ex.: assaltos a bancos à mão armada; residências, pessoas via pública, *carjacking*) ou os furtos (ex.: a residências, em veículos, a veículos, em estabelecimento).

No âmbito de uma resposta registada foi indicado que houve uma “*Redução da criminalidade violenta e grave (...) aumentou o número de ocorrências no âmbito escolar (...) o haxixe e o ecstasy apreendidos subiram quase 200% em 2016 e o país registou indícios de apoio à atividade terrorista (...) dados são do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2016*”.

Estes dados sugerem efetivamente que existem, mesmo em profissionais que lidam com este tipo de criminalidade, percepções muito divergentes quanto às variações verificadas em termos do número de crimes violentos praticados, nomeadamente ao nível do roubo e homicídio.

Relativamente à percepção existente sobre a variação na gravidade dos crimes violentos praticados, entre 22% (141 respostas para o último ano e 144 para os últimos 5 anos) e 29% (189 respostas para os últimos 10 anos) refere desconhecer a mesma (Tabela 27). Salienta-se que mais de um quinto dos inquiridos refere não conhecer a variação existente, valor superior ao desconhecimento observado quando se abordava o número de crimes violentos.

Tabela 27: Percepção dos participantes quanto às variações/tendências registadas na gravidade dos crimes violentos praticados (análise qualitativa) (Fi e %)

	No último ano		Nos últimos 5 anos		Nos últimos 10 anos	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Diminuiu (para todos)	55	10,8	46	9,1	46	10
Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros	27	5,3	23	4,5	19	4,1
Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros	158	31	167	32,9	155	33,5
Manteve-se constante (para todos)	136	26,7	95	18,7	79	17,1
Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros	68	13,3	92	18,1	74	16
Aumentou (para todos)	66	12,9	84	16,6	89	19,3
Desconheço	141	-	144	-	189	-
Total	651	100	651	100	651	100

Tendo em conta os restantes participantes, que facultaram alguma resposta neste âmbito, observa-se que entre 9% e 11% indicaram que a gravidade de todos os crimes violentos diminuiu, nos vários períodos considerados; 17% referiu que a gravidade se manteve nos

últimos 10 anos, tendo esta posição permanecido muito próxima da relativa ao período dos últimos 5 anos, mas ascendendo a 27% quando o período em causa é o último ano. Cerca de 19% considera que a gravidade aumentou para todos os crimes nos últimos 10 anos, sendo que para os últimos 5 anos esse valor diminuiu para 17%, diminuindo igualmente quando se considera o último ano (13%).

No total, entre 44% e 50% dos participantes optaram por uma resposta generalizadora (diminuição, aumento ou manutenção da gravidade de todos os crimes violentos) quanto à variação observada nos três períodos considerados. Assim, verifica-se que metade dos participantes optou, para o último ano, por uma posição não generalizadora indicando um tipo de variação para uns crimes e outro para outros, sendo que para os outros dois períodos considerados, a maioria optou por tal posição não generalizadora (entre 54% e 56%).

Tendo em conta as opções disponíveis em termos de variações divergentes, verifica-se que entre 31% e 34% das respostas indicam um aumento da gravidade em alguns crimes violentos e uma diminuição em outros; entre 13% e 18% das respostas apontam o aumento da gravidade em alguns crimes violentos e a manutenção noutros; e por fim, entre 4% e 5% referem que diminuiu a gravidade em alguns crimes violentos e noutros manteve-se.

Comparando as posições relativamente aos três períodos temporais considerados, verifica-se que existe uma tendência convergente, com exceção do já apontado para a resposta relativa a um aumento generalizado na gravidade dos crimes violentos (aqui verifica-se um aumento da proporção à medida que o período temporal de análise se alarga para os 10 anos) e a uma manutenção generalizada dessa gravidade (aqui verifica-se um aumento da proporção à medida que o período temporal de análise se restringe ao último ano).

De forma global, poderá dizer-se que para os três períodos considerados, prevalece a perceção de que a gravidade de alguns ou de todos os crimes violentos aumentou (57%²⁵⁹ para o último ano; 68% para os últimos 5 anos; e 69% para os últimos 10 anos), seguindo-se a perceção de que houve uma diminuição da gravidade de alguns ou de todos os crimes violentos (entre 47%²⁶⁰ e 48%), e por fim a posição de que houve uma manutenção da gravidade de alguns ou de todos os crimes violentos praticados (entre 37% e 45%²⁶¹).

²⁵⁹ Resulta do somatório das percentagens das categorias que incluem aumento de alguns ou de todos os crimes.

²⁶⁰ Resulta do somatório das percentagens das categorias que incluem diminuição de alguns ou de todos os crimes.

²⁶¹ Resulta do somatório das percentagens das categorias que incluem manutenção de alguns ou de todos os crimes.

Se se considerarem apenas as opções de aumento e/ou manutenção, por um lado, e as opções de diminuição e/ou manutenção, por outro, verifica-se que entre 52% e 53% se encontram na primeira situação e entre 31% e 43% na segunda situação.

Em suma, prevalecem aqui igualmente as posições de que a gravidade dos crimes aumentou em alguns e diminuiu para outros, seguindo-se a perspetiva de que a gravidade se manteve constante no último ano ou que aumentou/manteve-se nos últimos 5 e 10 anos.

No Gráfico 11 sintetizam-se os resultados para a avaliação nas duas vertentes: quantitativa e qualitativa.

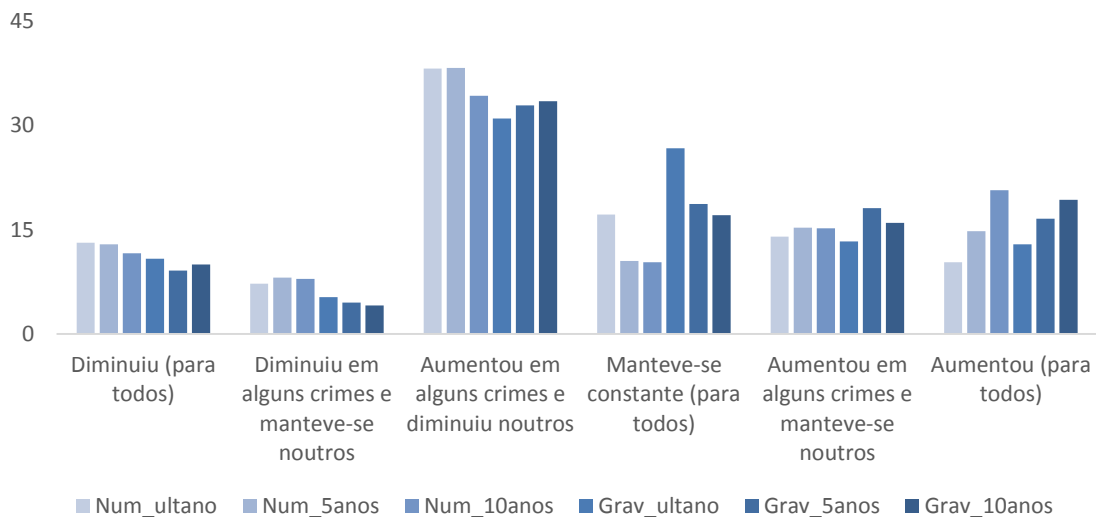


Gráfico 11: Variações/tendências em termos do número (Num) e gravidade (Grav) dos crimes violentos registados (no último ano, 5 anos e 10 anos), segundo a perspetiva dos participantes (%)

Foram 292 os participantes que indicaram que a gravidade de algun(s) ou de todos os crimes violentos aumentou no último ano, no entanto entre estes apenas 41% (n=120) especificou qual ou quais os crimes em causa. Em cada uma das respostas podem ter sido indicados mais do que um crime, pelo que o total das percentagens ultrapassa os 100% (ver Tabela 28).

Entre os crimes mais citados como tendo aumentado a sua gravidade no último ano, consta a violência doméstica e o roubo (ambos com 51%) e o homicídio (42%).

Para o crime de roubo, algumas das respostas obtidas especificaram que o aumento da gravidade se situou nos roubos a farmácias, postos de abastecimento de combustível, a farmácias, ourivesarias, a transporte de valores, na via pública, na residência, a bancos,

carjacking, e na utilização de arma de fogo/assalto à mão armada. No caso da violência doméstica, uma das respostas especificou que a gravidade se situa na existência de mais casos onde resulta a morte de um dos intervenientes.

Tabela 28: Crimes violentos praticados cuja gravidade aumentou no último ano (Fi e %)

	Crimes violentos cuja gravidade aumentou no último ano (n=120)	
	Fi	%
Violência doméstica	61	50,8
Roubo	61	50,8
Homicídio/ homicídio qualificado	50	41,7
Ofensa à integridade física voluntária grave/qualificada	21	17,5
Maus tratos	11	9,2
Terrorismo	10	8,3
Sequestro	5	4,2
Extorsão	5	4,2
Furto/furto qualificado	4	3,3
Tráfico de estupefacientes	4	3,3
Abuso sexual de menores	4	3,3
Crimes sexuais	4	3,3
Resistência e coação sobre funcionário	3	2,5
Associação criminosa	3	2,5
Incêndio/fogo posto	3	2,5
Tráfico humano	3	2,5
Violência depois de subtração	3	2,5
Violação	2	1,7
Infanticídio	2	1,7
Lenocínio	2	1,7
Incitamento ao Suicídio	2	1,7
Crimes sobre Agentes de Autoridade/Forças de Segurança	2	1,7
Pornografia de menores	1	0,8
Exposição ou abandono	1	0,8
Condução em estado de embriaguez	1	0,8
Detenção de arma proibida	1	0,8
Criminalidade informática	1	0,8
Violações e profanação de cadáver	1	0,8
Aborto	1	0,8

Foram 240 os participantes que indicaram que a gravidade de algum(s) ou de todos os crimes violentos diminuiu no último ano, no entanto entre estes apenas 16% (n=38) especificou qual ou quais os crimes em causa. Em cada uma das respostas podem ter sido indicados mais do que um crime, pelo que o total das percentagens ultrapassa os 100% (Tabela 29).

Entre os crimes mais citados como tendo diminuído a sua gravidade no último ano, consta o roubo (39,5%) e o homicídio (34%).

Tabela 29: Crimes violentos praticados cuja gravidade diminuiu no último ano (Fi e %)

	Crimes violentos cuja gravidade diminuiu no último ano (n=38)	
	Fi	%
Roubo	15	39,5
Homicídio/ homicídio qualificado	13	34,2
Violência doméstica	9	23,7
Violação	7	18,4
Ofensa à integridade física voluntária grave	6	15,8
Tráfico de estupefacientes	5	13,2
Sequestro	5	13,2
Rapto	5	13,2
Furto/furto qualificado	2	5,3
Resistência e coação sobre funcionário	2	5,3
Lenocínio	2	5,3
Maus tratos	1	2,6
Extorsão	1	2,6
Associação criminosa	1	2,6
Exposição ou abandono	1	2,6
Tráfico humano	1	2,6
Detenção de arma proibida	1	2,6
Aborto	1	2,6
Mutilação genital feminina	1	2,6
Escravidão	1	2,6
Tráfico de armas	1	2,6
Auxílio à imigração ilegal	1	2,6

Estes dados sugerem efetivamente que existem, mesmo entre profissionais que lidam com este tipo de criminalidade, percepções muito divergentes quanto às variações verificadas em termos da gravidade dos crimes praticados, nomeadamente ao nível do roubo e homicídio.

8.1.4 MEDIÇÃO DA GRAVIDADE DOS CRIMES VIOLENTOS

Foi solicitado aos participantes que indicassem o nível de relevância para cada um dos quarenta e oito indicadores para medição da gravidade dos crimes violentos, encontrando-se na Tabela 30 algumas medidas de estatística descritiva²⁶². Os níveis de resposta possíveis

²⁶² Especificamente para esta análise foram excluídas respostas com base em três critérios. 1) Respostas dos participantes que colocaram mais de 36 indicadores no mesmo nível de relevância (mais de 75% dos 48 itens), efetuando assim uma menor discriminação. Segundo as instruções do questionário solicitava-se que não fosse atribuído a mais de 15 indicadores o mesmo nível de relevância (mais de 31% dos 48 itens), pelo que foi facultada uma margem mais alargada. 2) Não foram considerados os casos em que o nível máximo atribuído aos 48 itens desta questão foi inferior a 4, demonstrando assim que não houve correta utilização da escala. 3) Casos em que

situavam-se de 1 (relevância mínima) a 6 (relevância máxima), tendo-se calculado a proporção de respostas para cada item com os dois níveis mais elevados de relevância (5 e 6), apresentando-se os respetivos valores na última coluna da referida tabela.

Conforme se pode visualizar na Tabela 30, as medianas oscilaram entre o nível 4 (para indicadores como a utilização da internet/redes sociais para cometer crime, elevados custos económicos para sociedade, nível de impacto no sentimento de insegurança da população, relação de dependência ou subordinação, ocorrer na residência da vítima, ser praticado contra conhecido (amigo/colega...), ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente) e utilização de meios desproporcionados para o fins) e nível 6 (para indicadores como: número de vítimas mortais; indicadores na esfera das consequências para a vítima - ficar com doença dolorosa/permanente/perturbação psíquica, ficar privada de órgão importante, vítima vir a falecer/suicidar-se, vítima ficar afetada de forma grave e/ou permanente nas suas capacidades; e indicadores sobre a especial vulnerabilidade da vítima em função da idade ou outros fatores, vítima ser/estar indefesa; e recurso a tratamento cruel/degradante...), significando nestes últimos casos que metade ou mais de metade dos participantes classificaram tais indicadores com o nível máximo de relevância.

foi atribuído uma pontuação inferior ao indicador 19 (Número de vítimas mortais no âmbito da ocorrência criminal) comparativamente à atribuída ao indicador 13 (número de vítimas não mortais no âmbito da ocorrência criminal) (sem que existissem evidências de um entendimento inverso do sentido da escala). Deste modo, e com base nos três critérios definidos, foi excluído um total de 171 casos para efeitos da análise desta questão. Foi igualmente excluído um caso em que não havia sido preenchida esta questão, perfazendo assim o número de 172 participantes não englobados na análise a esta questão.

Capítulo 8. Análise de resultados da aplicação do questionário

Tabela 30: Nível de relevância atribuído pelos participantes a cada indicador (Fi, Me, M, DP e % de casos onde foi atribuído nível 5 ou 6) (n=479)

	<i>Indicador</i>	1= Rel. Mín.	2	3	4	5	6= Rel. Máx.	Me	M	DP	% (5+6)
1	Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde	2	2	12	55	129	279	6,0	5,4	0,9	85,2
2	Número de ofensores que praticaram o crime	1	11	48	123	205	91	5,0	4,7	1,0	61,8
3	Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido	2	8	39	116	217	97	5,0	4,7	1,0	65,6
4	Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime	2	7	27	106	190	147	5,0	4,9	1,0	70,4
5	Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es)	1	15	59	138	189	77	5,0	4,5	1,0	55,5
6	Em resultado do crime, vítima(s) ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanentemente	3	0	15	29	103	329	6,0	5,5	0,8	90,2
7	Vítima especialmente vulnerável por se encontrar em situação em que não tem alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: tornar vítima dependente de drogas)	2	7	24	77	165	204	5,0	5,1	1,0	77,0
8	Nível de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planejamento sofisticado	1	5	31	81	211	150	5,0	5,0	0,9	75,4
9	Vítima indefesa (com menor capacidade para se defender) em função do modo como crime foi cometido ou meios empregues (ex.: administração de droga sedativa)	2	4	13	54	161	245	6,0	5,3	0,9	84,8
10	Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima	1	2	12	48	124	292	6,0	5,4	0,8	86,8
11	Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer, suicidar-se ou tentar suicidar-se	1	1	9	21	72	375	6,0	5,7	0,7	93,3
12	Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem	1	2	10	33	141	292	6,0	5,5	0,8	90,4
13	Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal	10	7	44	138	208	72	5,0	4,6	1,0	58,5
14	Existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (ex.: ameaça de morte)	2	18	48	134	208	67	5,0	4,5	1,0	57,7
15	Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave	3	2	16	61	155	242	6,0	5,3	0,9	82,9
16	Existência de motivo torpe ou fútil (ex.: avidez/prazer de matar/causar sofrimento/excitação/satisfação do instinto sexual)	2	7	22	73	157	218	5,0	5,2	1,0	78,3
17	Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)	5	15	35	121	196	107	5,0	4,7	1,1	63,3
18	Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima	2	3	27	71	196	180	5,0	5,1	0,9	78,5
19	Número de vítimas (mortais) no âmbito da ocorrência criminal	5	0	11	27	121	315	6,0	5,5	0,8	91,0
20	Crime praticado contra ascendente, descendente, adotante ou adotado do ofensor	2	10	32	86	202	147	5,0	4,9	1,0	72,9
21	Crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal anterior visando o ofensor (ex.: testemunha, juiz, procurador, advogado, polícia).	4	12	32	95	192	144	5,0	4,9	1,1	70,1
22	Ser praticado contra cônjuge, ex-cônjuge, com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau	1	11	34	98	217	118	5,0	4,8	1,0	69,9

Nota: A negrito crimes cuja mediana é 6 ou em que mais de 75% das respostas foram de nível 5 ou 6.

Tabela 30: Nível de relevância atribuído pelos participantes a cada indicador (Fi, Me, M, DP e % de casos onde foi atribuído nível 5 ou 6) (n=479) (cont.)

<i>Indicador</i>	1= Rel. Mín.	2	3	4	5	6= Rel. Máx.	Me	M	DP	% (5+6)
²³ Utilização de arma de fogo	2	6	16	66	165	224	5,0	5,2	0,9	81,2
²⁴ Ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente)	11	19	70	147	184	48	4,0	4,3	1,1	48,4
²⁵ Utilização desproporcionada de meios para atingir o fim	10	27	69	135	182	56	4,0	4,3	1,1	49,7
²⁶ Utilização de arma(s) branca(s) ou outro instrumento perigoso	6	18	48	129	173	105	5,0	4,6	1,1	58,0
²⁷ Número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo no âmbito da ocorrência	6	14	30	126	207	96	5,0	4,7	1,0	63,3
²⁸ Utilização de violência de forma “gratuita”	6	19	33	115	203	102	5,0	4,7	1,1	63,8
²⁹ Ser praticado contra pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho)	26	43	82	156	151	21	4,0	3,9	1,2	35,9
³⁰ Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	2	11	29	78	191	168	5,0	5,0	1,0	74,9
³¹ Número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização	2	10	30	116	219	102	5,0	4,8	1,0	67,0
³² Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ ficou em difícil situação económica	9	18	73	134	186	59	5,0	4,4	1,1	51,1
³³ Ocorrência ser presenciada por menor(es)	3	4	55	111	183	123	5,0	4,7	1,0	63,9
³⁴ Existência de coabitação entre vítima e ofensor	4	15	69	129	192	70	5,0	4,5	1,1	54,7
³⁵ Nível de impacto no sentimento de insegurança da população	10	17	70	145	167	70	4,0	4,4	1,1	49,5
³⁶ Existência de relação de dependência ou subordinação (assistencial, educativa, laboral) da(s) vítima(s) face ao(s) ofensor(es)	6	27	63	162	177	44	4,0	4,3	1,1	46,1
³⁷ Nível de destruição/perturbação do local onde ocorreu o crime (ex.: através da utilização de explosivos)	3	22	59	122	153	120	5,0	4,6	1,2	57,0
³⁸ Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima	3	13	37	114	219	93	5,0	4,7	1,0	65,1
³⁹ Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue	0	11	16	101	187	164	5,0	5,0	0,9	73,3
⁴⁰ Perturbação do Governo/Aplicação da Lei /Ordem pública	8	31	63	135	164	78	5,0	4,4	1,2	50,5
⁴¹ Ocorrer na residência da(s) vítima(s)	6	25	78	135	171	64	4,0	4,3	1,1	49,1
⁴² Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos)	10	18	44	85	163	159	5,0	4,8	1,2	67,2
⁴³ Ocorrer em local isolado (diminuindo hipóteses da vítima obter ajuda)	4	25	49	103	201	97	5,0	4,6	1,1	62,2
⁴⁴ Necessidade de recurso, por parte das forças e serviços de segurança a meios mais sofisticados para neutralizar situação (ex.: chamada de elementos especiais)	10	23	63	111	164	108	5,0	4,5	1,2	56,8
⁴⁵ Em resultado do crime, familiar(es) da(s) vítima(s) ficaram afetados de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	8	16	46	113	188	108	5,0	4,6	1,1	61,8
⁴⁶ Aproveitamento/utilização da internet/redes sociais para cometer o crime	25	47	86	140	150	31	4,0	3,9	1,3	37,8
⁴⁷ Elevados custos (económicos) para a sociedade	14	45	94	147	143	35	4,0	4,0	1,2	37,2
⁴⁸ Crime praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, func. público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas.	11	23	57	121	147	120	5,0	4,5	1,2	55,7

Nota: A negrito crimes cuja mediana é 6 ou em que mais de 75% das respostas foram de nível 5 ou 6.

Adicionalmente, assinalaram-se a negrito os indicadores em que a mediana era 6 ou em que mais de 75% das respostas eram de nível 5 ou 6, destacando-se deste modo igualmente os indicadores relacionados com: a utilização de arma de fogo; a especial vulnerabilidade da vítima, não tendo alternativas se não submeter-se ao abuso; o nível de premeditação/persistência/emprego de meios sofisticados; a existência de motivo “torpe” ou fútil para praticar crime; e o emprego de tortura física/psicológica/financeira.

Considerando a proporção de respostas de nível 5 ou 6, estas oscilaram entre 35,9% no caso do indicador relativo ao crime ser praticado contra pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho) e os 93,3% no caso do indicador: *“Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer , suicidar-se ou tentar suicidar-se”*.

No Quadro 25, apresenta-se a ordenação dos indicadores segundo a proporção de respostas de nível 5 ou 6, agregando-se os mesmos em três grupos:

- Grupo I- Relevância mais elevada (com mais de 75% de respostas de nível 5 ou 6);
- Grupo II- Relevância intermédia (entre 50% e 75% de respostas de nível 5 ou 6);
- Grupo 3- Relevância menos elevada (em que menos de 50% das respostas foram de nível 5 ou 6).

Assim, no primeiro grupo constam 13 indicadores, os já mencionados anteriormente, no segundo grupo constam 27 indicadores, tais como: Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico (...); Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue; Ser praticado contra cônjuge, ex-cônjuge (...); Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir ou Número de ofensores; e no terceiro grupo constam indicadores como os já referidos anteriormente quando se elencaram os indicadores cuja mediana era 4 (ex.: utilização da internet/redes sociais, ocorrer na residência da vítima, crime ser praticado contra pessoa conhecida - ex.: amigo, colega, vizinho).

Indicadores grupo I (13)	Indicadores grupo II (27)	Indicadores grupo III (8)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer, suicidar-se ou tentar suicidar-se ▪ Número de vítimas (mortais) no âmbito da ocorrência criminal ▪ Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem ▪ Em resultado do crime, vítima(s) ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanentemente ▪ Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida ▪ Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue ▪ Crime praticado contra ascendente, descendente, adotante ou adotado do ofensor ▪ Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime ▪ Crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal anterior visando o ofensor (ex.: testemunha, juiz, procurador, advogado, polícia) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização desproporcionada de meios para atingir o fim ▪ Nível de impacto no sentimento de insegurança da população ▪ Ocorrer na residência da(s) vítima(s) ▪ Ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente) ▪ Existência de relação de dependência ou subordinação (assistencial, educativa, laboral) da(s) vítima(s) face ao(s) ofensor(es)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde ▪ Vítima indefesa (com menor capacidade para se defender) em função do modo como crime foi cometido ou meios empregues (ex.: administração de droga sedativa) ▪ Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave ▪ Utilização de arma de fogo ▪ Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ser praticado contra cônjuge, ex-cônjuge, com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau ▪ Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos) ▪ Número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização ▪ Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido ▪ Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitamento/utilização da internet/redes sociais para cometer o crime ▪ Elevados custos (económicos) para a sociedade ▪ Ser praticado contra pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho)

Quadro 25: Ordenação dos indicadores segundo o nível de relevância atribuído pelos participantes

Indicadores grupo I (13)	Indicadores grupo II (27)	Indicadores grupo III (8)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de motivo torpe ou fútil (ex.: avidez/prazer de matar/causar sofr./excitação/satisfação do instinto sexual) ▪ Vítima especialmente vulnerável por se encontrar em situação em que não tem alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: tornar vítima dependente de drogas) ▪ Nível de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planeamento sofisticado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ocorrência ser presenciada por menor(es) ▪ Utilização de violência de forma “gratuita” ▪ Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...) ▪ Número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo no âmbito da ocorrência ▪ Ocorrer em local isolado (diminuindo hipóteses da vítima obter ajuda) 	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de ofensores que praticaram o crime ▪ Em resultado do crime, familiar(es) da(s) vítima(s) ficaram afetados de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida ▪ Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal ▪ Utilização de arma(s) branca(s) ou outro instrumento perigoso ▪ Existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (ex.: ameaça de morte) ▪ Nível de destruição/perturbação do local onde ocorreu o crime (ex.: através da útil. de explosivos) ▪ Necessidade de recurso, por parte das forças e serviços de segurança a meios mais sofisticados para neutralizar situação (ex.: chamada de elementos especiais) ▪ Crime praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, funcionário público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas ▪ Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es) ▪ Existência de coabitação entre vítima e ofensor ▪ Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ficou em difícil situação económica ▪ Perturbação do Governo/Aplicação da Lei /Ordem pública 	

Quadro 25: Ordenação dos indicadores segundo o nível de relevância atribuído (cont.)

No Quadro A4, do Apêndice 7 (ponto 7.1.2), são apresentados os indicadores considerados mais relevantes, segundo o enquadramento profissional dos participantes. Conforme se pode constatar, existe algum consenso em torno dos indicadores considerados mais relevantes para medir a gravidade dos crimes violentos, em especial no que diz respeito existir um tratamento cruel/degradante/desumano da vítima; a que em resultado do crime a vítima faleça/suicide-se...; ou que a vítima fique afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades - três dos treze itens que estão presentes no grupo de indicadores mais relevantes para todos os sete serviços/enquadramento profissional considerados.

Para outros dois indicadores, estes constam entre o elenco dos mais relevantes para seis dos sete serviços/enquadramento profissional (vítima ficar privada de importante órgão/membro...; e número de vítimas mortais), para outros seis indicadores (dos treze da amostra global) existe consenso no seu nível de relevância entre cinco serviços/enquadramento profissional e para os restantes dois indicadores o consenso ocorre entre quatro serviços.

Refira-se ainda que na subamostra de magistrados judiciais, o grupo de indicadores mais relevantes é composto por oito indicadores (sete destes incluídos no grupo I para amostra global, ao que foi adicionado a intensidade da violência empregue). Da mesma forma, no caso do SEF, o grupo de indicadores mais relevantes é constituído por oito itens, seis incluídos nos mais relevantes para a amostra global, ao que foram aditados outros dois: ocorrência ser presenciada por menores e em resultado do crime, familiares da vítima ficarem afetados de forma grave e/ou permanente.

No caso da PJ, foram integrados no grupo I de indicadores 10 itens, sendo que apenas um deles não constava entre os mais relevantes para a amostra global: intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa. No caso da PSP a situação foi semelhante, dos doze itens engobados no grupo dos indicadores mais relevantes, apenas um não constava no correspondente elenco para a amostra global (vítima ficar afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico...).

Os magistrados do Ministério Público, os profissionais da GNR e os da APAV foram os grupos onde se incluiu um maior número de indicadores entre o grupo dos mais relevantes, 18, 17 e 28, respetivamente, sendo que entre 5 (para MP e GNR) e 15 (APAV) desses indicadores não estavam integrados nos mais relevantes para a amostra global.

Outros indicadores mencionados (e nível de relevância):

Quando questionados sobre outros indicadores que deveriam ser incluídos na listagem apresentada, de modo a avaliar a gravidade dos crimes violentos cometidos, 18 participantes (3%) forneceram alguma resposta.

Algumas respostas indicadas são relativas à especificação da posição do participante neste domínio não se constituindo como “novos” indicadores a ter em conta (Ex.: “atos de terrorismo são de relevância máxima”) ou constituindo-se como formas alternativas/afins de mencionar indicadores já contemplados (ex.: Grau de parentesco entre o agressor e vítima; “impacto social alarmante”; o sofrimento causado à vítima; Perda de vida(s) entre as vítimas).

Outras respostas remetem para novos indicadores, como sejam: “Atentado/ ataque contra numerosa população cometido por meios nucleares (nível 6)”; “Aumento da criminalidade violenta e organizada”; “Ausência de arrependimento”; “Crime praticado com vista à obtenção de generosa recompensa financeira (nível 5)”; “Em resultado do crime a vítima desapareceu (nível 5)”; “homem bomba (nível 6)”; “ser praticado por indivíduo suicida, usando para o efeito algum tipo de artefacto explosivo (nível 6)”; “Transmissão de agente patogénico que cause perigo para a vida (nível 5)”; “Número de mortes violentas intencionais contra mulheres (nível 6)”; “Ofensas à integridade física contra órgãos de polícia e outros”.

Surgiram igualmente alguns comentários colaterais tais como “São crimes com uma certa gravidade pois são cometidos contra órgãos do poder administrativo, bem como forças no exercício das suas funções, onde a punição deveria ser rigorosa”; “Atendendo a que a violência exercida também pode ser de ordem psicológica, a aferição do nível de impacto na vítima, por perícia, parece-me relevante. O que pode ser violento - no limite do suportável -para uma pessoa, pode ser mais tolerável para outra”; e “Nos crimes Trafico de influências e nos crimes de tráfico de droga ou até nos crimes económicos”.

8.1.5 POLÍTICAS PÚBLICAS - ESTRATÉGIAS E MEDIDAS

8.1.5.1 Definição e medição da criminalidade violenta

Ao nível da parte do questionário relativa às políticas públicas, a primeira questão remetia para o que poderia ser aperfeiçoado ao nível da definição/medição da criminalidade violenta.

Nesta questão, 23% dos inquiridos facultaram alguma resposta, sendo que 9 destas indicavam que não haviam aspetos a melhorar/afinar ao nível da definição e/ou medição da criminalidade violenta. Outras 90 respostas reportavam-se a aspetos menos diretamente ligados com a medição/definição, mas sim à perceção da necessidade de maior punição no âmbito destes crimes (aplicar penas mais graves ou aumentar a moldura penal) (28 respostas) ou remetiam para outros domínios.

Entre os outros domínios, que surgiram referidos no contexto das respostas a esta questão, salientam-se os seguintes: necessidade de adoção de medidas de prevenção e sensibilização, mais recursos humanos, maior divulgação da informação existente sobre criminalidade violenta e mais ações de formação específicas; foi sublinhada igualmente a necessidade de maior articulação/colaboração, partilha de informação e mais meios ao nível dos Órgãos de Polícia Criminal.

Registaram-se respostas que remeteram para a necessidade de acompanhamento psicológico às vítimas e agressores (e neste caso também uma maior aposta na sua reinserção), bem como para os profissionais.

Outros comentários reportavam-se à necessidade de leis mais claras e objetivas, maior celeridade na aplicação da justiça, investigação e julgamento mais céleres, aplicação de medidas de coação “mais adequadas”, para a definição de leis concretas para cada tipo de crime ou ainda para a necessidade de “*sossego legislativo, em lugar de furor na prolação de normas (...)*”.

Surgiram ainda respostas que apontavam a necessidade de maior atualização dos conhecimentos por parte da magistratura judicial no âmbito da criminalidade organizada, para a necessidade de estabelecer protocolos de articulação, de “*novas formas de policiamento mais adequados a determinados crimes*” e de “*verdadeiras políticas de combate à criminalidade violenta*”.

Abordando as respostas que focaram de forma mais direta aspetos relacionados com a definição/medição da criminalidade violenta, estas foram agrupadas em três grandes

domínios: critérios de medição (77 respostas - 12% da amostra de participantes); estatística/análise/estudos (46 respostas) e definições legais (13 respostas).

No âmbito das respostas facultadas no domínio dos critérios de medição da criminalidade violenta, estas foram agrupadas do seguinte modo:

- Vítima(s)

- Especial vulnerabilidade
- Consequências/ impacto para vítima(s)
- Colocar em perigo ou por em causa a vida da(s) vítima(s) ou de agente(s) de autoridade

- Ofensor(es)

- Dolo
- Motivações
- Perversidade/ censurabilidade/ crueldade
- Reincidência/antecedentes
- Nível de organização/ estruturação
- Ganhos/lucros

- Atos cometidos/ *Modus operandi*

- Atos praticados em si e meios utilizados
- Violência utilizada
- Quantidade/ frequência dos crimes cometidos
- Recurso à internet/redes sociais

- Impacto na sociedade/ comunidade

- Impacto na sociedade/ comunidade
- Sentimento de insegurança e Alarme social

No Quadro A5, do Apêndice 7 (ponto 7.1.3), consta uma síntese exemplificativa dessas sugestões relacionadas com os critérios de medição da criminalidade violenta.

No âmbito das respostas consideradas no domínio das “estatística/análise/estudos” relativos à criminalidade violenta, os participantes focaram diversas vertentes, tendo as mesmas sido agrupadas da seguinte forma:

- Estudos

- Inquéritos de vitimação
- Estudos com intervenientes e técnicos
- Estudo dos crimes registados

- Estatísticas oficiais

- Afinação de procedimentos
- Rigor e fiabilidade dos dados
- Análise e apresentação de resultados
- Percurso ao longo do Sistema de Justiça Penal

- Análise

- Peritos
- Análise global e outras

No Quadro A6, do Apêndice 7 (ponto 7.1.3), consta uma síntese exemplificativa dessas sugestões relacionadas com as “estatística/análise/estudos” sobre a medição da criminalidade violenta.

No que diz respeito às definições legais, as respostas passaram por indicar a importância de alargar o espectro de crimes considerados como criminalidade violenta, exemplificando-se em seguida algumas das sugestões mais específicas nesse sentido:

- *“Alterar a lei penal e qualificar outros crimes como criminalidade violenta, independentemente da pena a que corresponde cada crime”;*
- *“Considerar crime violento todo aquele em que a violência, quer física, quer psicológica, seja utilizada e ainda o praticado contra menores, dependentes e cônjuges”;*
- *“Aumentar a definição aos crimes praticados com violência com pena de prisão a partir de 3 anos”;*
- *“Alargar o conceito de Criminalidade Violenta a todos os crimes cometidos contra as Pessoas”;*
- *“Toda a forma de crime que possa por em causa a integridade física e psicológica das vítimas”*

- *“Todo o tipo de crime cometido contra funcionário no exercício das suas funções”;*
- *“Alargar a outro tipo de criminalidade, como por exemplo a condução de veículo a motor na via pública com uma TAS=>1,20 (crime) ou condução de veículo a motor sem habilitação legal...”;*
- *“(…) Se poderia alterar a definição passando a pena máxima aplicável de 5 para 2 e em consequência na especialmente violenta reduzir para os 5 anos²⁶³. Qualquer violência sobre uma pessoa é grave e quando injustificada de maior gravidade se reveste, principalmente quando nos debruçamos sobre violência que afeta o que de mais íntimo tem a pessoa, crimes de índole sexual, e crimes que vão interferir fortemente com a qualidade de vida não só a nível económico mas principalmente a apresentação social, a desfiguração permanente”.*

8.1.5.2 Aperfeiçoamentos ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta

Relativamente à questão sobre aperfeiçoamentos a efetuar ao nível da prevenção/combate à criminalidade violenta, 327 participantes facultaram alguma resposta, sendo que para 321 casos (49% dos participantes) foi possível efetuar uma análise de conteúdo e categorizar a respetiva resposta (para os restantes seis, o conteúdo era muito sucinto, não permitindo perceber o “sentido” da observação).

Assim, procedeu-se à análise de conteúdo das 321 respostas e respetiva categorização. Neste caso, ao contrário do verificado na análise efetuada para as questões anteriores, diversas respostas continham duas ou três categorias, não sendo possível enquadrá-las em apenas uma categoria. Para 238 participantes a respetiva resposta ficou incluída em apenas uma categoria, para 59 casos ficou categorizada em duas e para 24 em três.

A sugestão mais apontada prende-se com o reforço de mais e melhores meios, nomeadamente para os OPC (ex.: Forças de Segurança), tendo 30,2% (n=97), dos 321 participantes, apontado esta questão. Surgiram observações relacionadas com o agravamento das penas aplicadas (11,5%; n=37) e propostas no domínio da alteração da lei ou seu aperfeiçoamento (11,2%; n=36). As restantes sugestões foram diversificadas, desde a aposta na prevenção em geral, à aplicação de penas de prisão efetivas, à necessidade de mais formação para os OPC/outros operadores, à maior celeridade da aplicação de medidas de coação e dos processos no âmbito

²⁶³ Refira-se que a atual definição de criminalidade violenta do CPP “corresponde às condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos” e a definição de criminalidade especialmente violenta se aplica ao tipo de condutas previstas no âmbito da “criminalidade violenta”, mas que são puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 8 anos.

da justiça, à necessidade de maior articulação entre OPC e magistrados e de trabalho efetivamente em “rede” com outras instituições, mais policiamento de proximidade, mais cooperação, articulação, interoperabilidade e partilha de informações entre OPC, mais visibilidade/patrolhamento por parte das FS, necessidade de prevenir a reincidência, promovendo a reintegração dos agressores, entre outros.

As categorias encontradas foram agrupadas em cinco grandes áreas/domínios:

- Reforço dos OPC e operadores judiciais;
- Processo penal e punição mais efetiva;
- Fatores psicossociais e prevenção geral;
- Reforço das estratégias relacionadas com atuação (ex.: OPC/FS);
- Prevenção da reincidência, apoio às vítimas, estudo da criminalidade e outros aspetos.

Do Quadro A7 ao Quadro A11, constantes no Apêndice 7 (ponto 7.1.3), os quais estão organizados segundo as referidas cinco grandes áreas, estão contemplados alguns exemplos de sugestões, agrupadas consoante as categorias da análise consideradas.

8.1.5.3 Principais preocupações no âmbito da criminalidade violenta

No que concerne às principais preocupações no âmbito da criminalidade violenta, 251 participantes facultaram uma resposta (39%), tendo-se considerado 241 destas (*para as restantes 10 não era perceptível o exato sentido da resposta*).

Foi realizada uma análise de conteúdo, tendo-se agrupado os contributos em dez categorias. A maioria das respostas foi integrada em apenas uma categoria (224; 91,7%), mas outras ficaram refletidas em duas (21; 8,7%) ou três categorias diferentes (6; 2,5%).

A categoria mais presente nas respostas relaciona-se com a identificação de crimes em concreto ou alvos de crimes (n=101; 41,9%), seguindo-se o combate ao crime e meios (in)existentes (n=46; 19,1%) e a preocupação com o aumento da violência (n=25; 10,4%).

Ao nível dos crimes em concreto, os participantes referiram a violência doméstica (mencionando igualmente maus tratos a idosos e abuso sexual de crianças), o terrorismo e o roubo, outros crimes como o homicídio, pornografia de menores, criminalidade informática e

perpetrada por organizações criminosas. No âmbito dos alvos dos crimes, diversas referências foram feitas à preocupação com as vítimas especialmente vulneráveis e também contra um outro tipo de alvo específico: agentes de autoridade.

No que concerne ao combate ao crime e meios (in)existentes, foi novamente salientada a falta de meios e efetivos nos OPC (ex.: FS), a necessidade de formação ao nível da primeira linha de intervenção nas FS e do terrorismo, a falta de informação (ou dificuldade na sua obtenção) de modo a apoiar a produção de provas, e a menção a estratégias de intervenção (desde a importância de reforçar patrulhamento de visibilidade e prevenção, à partilha de informações entre OPC, à fiscalização de suspeitos/viaturas).

Em termos da preocupação com o aumento da violência, foi referenciado o aumento da carga de violência dos atos, a agressividade gratuita, o aumento da criminalidade grupal juvenil, a propagação da violência a nível nacional e internacional e o aumento da violência sobre vítimas especialmente vulneráveis.

Outras respostas refletiram preocupações com a lei e sua aplicação/justiça (n=21; 8,7%), o apoio à vítima/proteção e intervenção com esta(s) (n=20; 8,3%), os meios usados para cometer o crime (n=19; 7,9%), a reincidência ou aspetos relativos ao(s) agressor(es) (n=18; 7,5%), a insegurança da população e outras preocupações (n=11; 4,6%), a globalização/divulgação de informação em massa/facilitada (n=7; 2,9%) e as políticas públicas (n=6; 2,5%).

No caso das duas principais categorias, foi ainda possível encontrar subcategorias de modo a melhor organizar e sistematizar a informação recolhida:

- Identificação de crimes em concreto ou alvos de crimes

- Violência doméstica
- Terrorismo
- Roubo
- Outros crimes
- Alvos do crime (ex.: vítimas especialmente vulneráveis)
- Crimes contra agentes de autoridade

- Combate ao crime e meios (in)existentes

- Falta de meios ou efetivos
- Formação

- Dificuldades de informação
- Estratégias de intervenção

A terceira preocupação mais presente (“Aumento da violência”) foi agrupada nas “Outras preocupações”, ficando este agrupamento composto por:

- Aumento da violência
- Lei e sua aplicação/justiça
- Apoio à vítima/proteção e intervenção com esta(s)
- Meios usados para cometer o crime
- Reincidência ou aspetos relativos ao(s) agressor(es)
- Globalização/divulgação de informação em massa/facilitada
- Políticas públicas
- Insegurança da população e outras preocupações

Do Quadro A12 ao Quadro A14, integrados no Apêndice 7 (ponto 7.1.3), constam as referidas categorias e subcategorias, bem como exemplos que melhor permitem elucidar o sentido e alcance das preocupações.

8.2 ANÁLISE DIMENSIONAL

No Apêndice 7 (ponto 7.2) constam os *outputs* (SPSS) nos quais se basearam as análises realizadas neste ponto (8.2).

8.2.1 DIMENSÕES DA ANÁLISE DA GRAVIDADE DOS CRIMES

De forma exploratória, procurou-se reduzir a dimensionalidade dos dados relativos aos 48 itens da questão relativa à avaliação da gravidade de cada crime potencialmente incluído na definição de criminalidade violenta (Q1). Assim, procurou-se detetar eventuais fatores subjacentes à avaliação efetuada pelos participantes na análise dos diferentes crimes.

Para o efeito, e recorrendo à técnica de análise estatística multivariada - Análise fatorial, considerou-se a existência de seis possíveis fatores²⁶⁴, que no seu conjunto explicam 59% da variabilidade das respostas neste âmbito²⁶⁵.

Assim, e analisando os referidos fatores, verifica-se que o fator 1 agrega os crimes elencados contra o Estado (ex.: tirada de presos/auxílio de funcionário à evasão), contra a Sociedade (ex.: participação em motim armado), previstos em Legislação avulsa (no âmbito da lei relativa ao terrorismo, droga, armas e estrangeiros) e contra o Património (extorsão, roubo e dano com violência). Os restantes fatores correspondem a subagrupamentos de crimes contra as pessoas. O fator 2 refere-se aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (ex.: abuso sexual de menores, de crianças); o fator 3 agrega crimes contra a integridade física (ex.: maus tratos, violência doméstica, ofensas à integridade física); o fator 4 corresponde a crimes contra a vida (ex.: homicídio por negligência e incitamento ou ajuda ao suicídio), com exceção do homicídio e homicídio qualificado; o fator 5 reporta-se a crimes contra a liberdade pessoal (ex.: rapto, tomada de reféns e sequestro); e finalmente o fator 6 integra o homicídio e o homicídio qualificado.

²⁶⁴ Refira-se que a solução inicial gerada pela análise fatorial comportava 9 fatores (com valores próprios superiores a 1) que explicavam 66% da variabilidade dos dados, no entanto, e após serem experimentadas outras soluções com menos fatores, e com menos situações de ambiguidade ao nível da saturação de alguns dos itens, optou-se por esta solução com seis fatores (corresponde a fatores com valores próprios superiores 1,3). Nesta solução com 6 fatores para todos os itens o valor da comunalidade é superior a 0,4.

²⁶⁵ Quanto à qualidade da análise fatorial realizada, pode-se dizer que esta é “Excelente” (KMO=0,947) e segundo o Teste de Esfericidade de Bartlett ($p < 0,001$) pode-se afirmar que as variáveis estão correlacionadas significativamente entre si (pressupostos necessários para aplicar esta técnica estatística). KMO= Kaiser-Meyer-Olkin. No âmbito dos pressupostos referidos ver Maroco (2007, p. 368 e 390). Na extração dos fatores foi utilizado o método de rotação varimax. N=585. (Método de exclusão de casos utilizado: *Pairwise*).

Refira-se que o crime de mutilação genital feminina (11), o lenocínio (25), a procriação artificial não consentida (26), a exposição ou abandono (7) e o tráfico de pessoas (19), apesar de integrados num dos fatores acima indicados, revelaram alguma ambiguidade em termos do seu posicionamento²⁶⁶, podendo revelar que são itens cuja natureza/gravidade não é tão distinguível como para outros crimes, não estando assim a sua avaliação alinhada de forma inequívoca com outros crimes cuja “natureza”/gravidade seja mais facilmente distinguível. A título de exemplo, a mutilação genital feminina ficou integrada no fator 3 (contra a integridade física), embora esteja próxima do fator 2 (crimes sexuais).

Apesar deste facto, e dado o carácter exploratório da presente análise, optou-se por manter cada um destes itens nos fatores em que mais saturavam respetivamente.

Analizada a precisão da “escala” global (com 48 itens) e de cada subescala obtida (correspondente a cada um dos seis fatores), observa-se que os valores obtidos no presente estudo (n=585) para o coeficiente alfa de Cronbach situam-se claramente acima de 0,70²⁶⁷, pelo que se pode concluir da existência de níveis de consistência interna adequados (e elevados), quer em termos globais, quer para subescalas (com exceção apenas da subescala do homicídio e homicídio qualificado, cujo valor é 0,48). No caso da subescala do homicídio e homicídio qualificado, o valor encontrado ao nível do alfa de Cronbach seria expectável uma vez que comporta apenas dois itens.

Optou-se, no entanto, por manter os fatores/subescalas tal como definidos, uma vez que em outras soluções onde estes homicídios ficavam agregados a outros itens, num mesmo fator, a um aumento do valor do Alfa de Cronbach, correspondia uma diminuição no valor de saturação destes itens no respetivo fator para níveis inadequados (verificando-se assim, que tal como na versão original com 9 fatores, estes dois itens se destacam dos demais, devendo surgir num fator isolado).

Na Tabela 31 constam os itens que compõem cada um dos seis fatores e os valores do Alfa de Cronbach.

²⁶⁶ Apresentaram valores próximos de saturação em dois dos fatores.

²⁶⁷ A este propósito ver por exemplo Nunnally (1978), citado por Maroco e Garcia-Marques (2006, p. 73).

Tabela 31: Dimensões da avaliação da gravidade dos crimes (e itens respetivos) e consistência interna (Alfa de Cronbach)

Crimes contra o Estado, Sociedade, Património e Leg. avulsa	Crimes contra as pessoas					Global
	Liberdade e autodeterminação sexual	Integridade física	Contra a vida menos graves	Liberdade pessoal	Contra a vida mais graves (<i>Homicídio e Homicídio qualificado</i>)	
F1 (18 itens)	F2 (9 itens)	F3 (8 itens)	F4 (6 itens)	F5 (5 itens)	F6 (2 itens)	
41	28	14	6	20	2	
39	27	15	3	21	1	
48	29	13	4	17		
46	24	10	5	18		
43	30	12	8	19		
38	23	9	7			
37	22	16				
45	26	11				
42	25					
36						
47						
40						
34						
35						
33						
44						
31						
32						
0,943	0,879	0,860	0,801	0,886	0,476	0,957

Nota: A negrito os catorze crimes em que mais de 75% das respostas foram de nível 5 ou 6 (numa escala de 1 a 6).

Conforme se pode visualizar pela tabela acima (ver itens a negrito), os fatores 2, 5 e 6 comportam a maioria dos catorze crimes avaliados como mais graves (ver ponto 8.1.2).

8.2.2 DIMENSÕES DA MEDIÇÃO DA GRAVIDADE DOS CRIMES

Do mesmo modo, procedeu-se a análise semelhante para a avaliação da relevância atribuída aos potenciais fatores de medição da gravidade dos crimes (Q2), procurando detetar eventuais dimensões subjacentes.

Considerou-se a existência de cinco possíveis fatores²⁶⁸, que no seu conjunto explicam igualmente 59% da variabilidade das respostas neste âmbito²⁶⁹.

²⁶⁸ Refira-se que a solução inicial gerada pela análise fatorial comportava 7 fatores (com valores próprios superiores a 1) que explicavam 64% da variabilidade dos dados, todavia, e após serem experimentadas outras soluções com menos fatores, e com menos situações de ambiguidade ao nível da saturação de alguns dos itens, e com maiores potencialidades ao nível da interpretação optou-se por esta solução com cinco fatores (corresponde a fatores com valores próprios superiores 1,3). Nesta solução com 5 fatores, para todos os itens o valor da comunalidade é superior a 0,4. N=479. (Método de exclusão de casos utilizado: *Pairwise*).

Assim, o fator 1 corresponde à dimensão das consequências para a(s) vítima(s) (ex.: ficar afetada gravemente e/ou de forma permanente nas suas capacidades de trabalho..., a nível psicológico diminuindo a qualidade de vida; ficar privada de órgão importante..., ficar com doença particularmente dolorosa ou perturbação psíquica grave, vier a falecer, suicidar-se, tentar suicidar-se; número de vítimas mortais); indicadores de potencial sofrimento provocado no cometimento do crime (tratamento cruel/degradante, o emprego de tortura e o nível de premeditação, persistência...); menores possibilidade de defesa (vítima indefesa, em função do modo como crime foi cometido ou meios empregues, vítimas especialmente vulneráveis por não terem alternativa senão submeter-se ao abuso, vulneráveis em função da idade/deficiência/gravidez..., situação de revitimização); e ainda as motivações para o cometimento do crime (discriminação, motivo torpe ou fútil, como seja prazer de causar sofrimento).

O segundo fator relaciona-se com o impacto para o Estado/Sociedade/terceiros e prejuízos (ex.: perturbação do Governo/aplicação da Lei/ordem pública, necessidade de mobilizar recursos/impacto nas FSS, elevados custos para sociedade, crime ser praticado contra figura relevante para o Estado, nível de destruição do local, afetação de familiares da vítima, prejuízo patrimonial para a vítima, impacto no sentimento de insegurança da população), e algumas questões contextuais relativas ao cometimento do crime (ex.: ocorrer em local isolado, na residência da vítima, e utilização da Internet/redes sociais, número de crimes violentos praticados).

O terceiro fator relaciona-se com os alvos da violência (outros familiares, pessoa conhecida, contra cônjuge/ex-cônjuge, ascendente, descendente), a utilização de violência desproporcionada ou “gratuita”, utilização de armas, número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo, número de vítima não mortais, existência de ameaças sobre a vítima/familiares e constituir uma situação de retaliação.

O quarto fator corresponde a questões contextuais da violência: existência de coabitação entre vítima e ofensor, total (ou quase total) restrição de movimentos/controlo da vítima, existência de relação de dependência/subordinação da vítima face ao ofensor, intensidade da violência empregue e ocorrência ser presenciada por menores.

²⁶⁹ Quanto à qualidade da análise fatorial realizada, pode-se dizer que esta é “Excelente” ($KMO=0,964$) e, segundo o Teste de Esfericidade de Bartlett ($p<0,001$), pode-se afirmar que as variáveis estão correlacionadas significativamente entre si (pressupostos necessários para aplicar esta técnica estatística). Na extração dos fatores foi utilizado o método de rotação varimax.

Finalmente, o quinto fator corresponderá à caracterização do(s) ofensor(es): seu número, tempo de submissão da vítima aos atos, e se houve ou não intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa.

Também aqui se detetaram alguns itens cuja saturação nos fatores apresentava alguma ambiguidade, como sejam os relativos a: vítima especialmente vulnerável em função da idade (...) (item 1); existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (14); crime motivado por discriminação (item 17); crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal (item 21); e número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização (item 31).

Por exemplo, o item 1 (vítima especialmente vulnerável em função da idade...), apesar de incluído no fator 1 (no âmbito de situações de indefensabilidade da vítima) teve uma saturação de magnitude próxima no fator 3 (que inclui questões relativas aos alvos da violência).

Não obstante estas situações de ambiguidade, e mais uma vez dado o carácter exploratório do estudo, optou-se por não retirar quaisquer destes itens para as análises posteriores.

Na Tabela 32 constam os itens que compõem cada um dos cinco fatores e os valores do Alfa de Cronbach.

Tabela 32: Dimensões da avaliação da relevância de potenciais fatores de medição da gravidade dos crimes (e itens respetivos) e consistência interna (Alfa de Cronbach)

Consequências para a vítima/ sofrimento provocado/indefensabilidade da vítima e motivações do ofensor	Impacto para o Estado/sociedade/ terceiros e questões contextuais	Alvos da violência, desproporção, armas, outras consequências	Contexto da vitimação	Ofensores (n.º, tempo de submissão da vítima aos atos e organização criminosa)	
F1 (15 itens)	F2 (13 itens)	F3 (12 itens)	F4 (5 itens)	F5 (3 itens)	Global
12	40	24	34	2	
6	44	29	38	3	
15	42	25	36	4	
11	47	22	39		
10	48	20	33		
9	43	28			
7	37	26			
8	35	27			
18	46	23			
5	41	13			
30	45	14			
19	32	21			
1	31				
17					
16					
0,925	0,934	0,924	0,880	0,726	0,970

Nota: A negrito os treze indicadores em que mais de 75% das respostas foram de nível 5 ou 6 (numa escala de 1 a 6).

Os valores obtidos no presente estudo ($n=479$) para o coeficiente alfa de Cronbach situam-se claramente acima de 0,70, pelo que se pode concluir da existência de níveis de consistência interna adequados (e elevados), quer para a escala global, quer para as cinco subescalas consideradas.

Conforme se pode visualizar pela tabela acima (ver itens a negrito), o fator 1 comporta a maioria dos treze indicadores considerados como mais relevantes na avaliação da gravidade dos crimes (ver ponto 8.1.4).

Verifica-se que os participantes obtiveram valores mais elevados no fator 1, a subescala relativa às consequências para as vítimas (incluindo mortais)/situações de vulnerabilidade/premeditação do crime e crueldade ($Me=5,3$), seguindo-se o fator 5, ou seja, os indicadores relacionados com os ofensores (número, organização violenta...) ($Me=5,0$), posteriormente os indicadores relativos aos alvos/armas e consequências não mortais (fator 3) e indicadores relativos às circunstâncias da vitimação (coabitação/relação de dependência/intensidade da violência, ser presenciado por menores (fator 4) e finalmente os indicadores que correspondem ao impacto mais alargado (sociedade/ordem pública/prejuízos) e local do crime (fator 2).

8.3 ANÁLISE INFERENCIAL

Uma vez realizada a análise fatorial, de modo a encontrar as eventuais dimensões subjacentes à avaliação da gravidade dos crimes e da relevância dos indicadores para medir essa gravidade, procederam-se a algumas análises estatísticas de tipo inferencial, explorando eventuais relações entre variáveis e diferenças entre grupos de participantes.

Procurou-se assim investigar se alguns fatores relativos aos profissionais (ex.: sexo, idade, tempo de profissão, enquadramento profissional) possuem ou não alguma influência na avaliação da gravidade dos crimes e da relevância atribuída aos indicadores para essa medição.

Para as análises seguintes, utilizou-se a pontuação obtida pelos participantes em cada uma das subescalas apresentadas no ponto anterior (6 para a gravidade dos crimes e 5 para os indicadores relativos à sua medição), dispensando-se a realização de múltiplas análises (item a item), o que do ponto de vista estatístico seria pouco adequado por aumentar o erro estatístico subjacente.

No Apêndice 7 (ponto 7.3) constam os *outputs* (SPSS) nos quais se basearam as análises realizadas neste ponto (8.3).

8.3.1 ANÁLISE DA GRAVIDADE DOS CRIMES

Primeiramente procurou-se comparar os valores obtidos pelos participantes para as várias dimensões/subescalas, tendo-se detetado a existência de diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2(5)=1922,4$; $p<0,001$; $N=578$)²⁷⁰. Ao analisarem-se as diferenças em concreto, todas as subescalas diferem entre si ($p<0,05$), com exceção das relativas aos crimes sexuais e crimes contra a liberdade pessoal, que não apresentam diferenças significativas entre si ($p=0,91$)²⁷¹.

Tabela 33: Dimensões relativas à gravidade dos crimes - medidas descritivas

	Crimes contra Estado/ Sociedade/ Património/ Leg. avulsa	Liberdade e autodeterminação sexual	Integri- dade física	Contra a vida (menos gravosos)	Liberta- de pessoal	Contra a vida mais gravosos (<i>Homicídio e Homicídio qualificado</i>)
	Q1F1 (n=583)	Q1F2 (n=584)	Q1F3 (n=584)	Q1F4 (n=580)	Q1F5 (n=585)	Q1F6 (n=585)
M	4,4	5,2	4,0	4,5	5,2	5,8
Me	4,5	5,3	4,1	4,5	5,2	6,0
DP	0,8	0,6	0,8	0,8	0,7	0,4
Mínimo	1,6	2,7	1,9	1,7	2,4	3,0
Máximo	5,8	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0

Assim, constata-se que valores atribuídos aos crimes contra a vida mais gravosos (homicídio e homicídio qualificado) ($Me=6$) tendem a ser os mais elevados, seguindo-se a pontuação referente aos crimes sexuais ($Me=5,3$) e aos crimes de privação da liberdade ($Me=5,2$). Posteriormente surgem os crimes contra a vida menos gravosos ($Me=4,5$), os crimes contra o Estado/Sociedade/Leg. avulsa ($Me=4,5$), e finalmente os crimes contra a integridade física ($Me=4,1$) (Tabela 33).

²⁷⁰ Teste de Friedman (não paramétrico, uma vez que os pressupostos de aplicação do teste paramétrico não estavam verificados). Realizando posteriormente um teste de comparações múltiplas verificou-se que todos os fatores apresentam diferenças estatisticamente significativas entre si, com exceção do 2 e 5. Para o efeito foram prosseguidos os procedimentos indicados em Maroco (2007, p. 317 a 324) relativamente às comparações múltiplas de médias de ordens a partir de amostras emparelhadas (via ANOVA a 2 fatores).

²⁷¹ Teste de Tukey.

Comparação segundo o sexo

Registaram-se diferenças significativas entre os valores atribuídos por homens e mulheres no âmbito do terceiro fator (crimes contra a integridade física) ($t(582)=-3,51$; $p<0,001$)²⁷², sendo que as mulheres tendem a atribuir níveis de gravidade superiores aos dos homens ($M=4,26$ vs. $M=3,96$). Para os restantes fatores não foram detetadas diferenças estatisticamente significativas ($\alpha=0,05$).

Relação com idade e tempo de profissão

Ao nível da relação entre a pontuação obtida nas seis subescalas e as variáveis idade e tempo de profissão, observa-se que apenas existe uma correlação significativa (negativa) entre o fator 2 (crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual) e o tempo de exercício da profissão ($r_p=0,110$; $p=0,008$; $n=584$)²⁷³. Isto significa que à medida que aumenta o número de anos de profissão diminuiu o nível de gravidade atribuído aos crimes na esfera da liberdade e autodeterminação sexual.

Comparação segundo o enquadramento institucional

Verificou-se que existem diferenças significativas ao nível da pontuação obtida nas subescalas consoante o enquadramento institucional no fator 1 ($H_{KW}(6)=29,15$; $p<001$), fator 2 ($H_{KW}(6)=34,66$; $p<001$), fator 3 ($H_{KW}(6)=15,47$; $p=0,017$) e fator 4 ($H_{KW}(6)=42,89$; $p<0,001$); sendo que para os fatores 5 e 6 não se observam diferenças estatisticamente significativas ($\alpha=0,05$)²⁷⁴.

Recorreu-se a um teste de comparações múltiplas²⁷⁵ de modo a “localizar” de forma mais detalhada as diferenças encontradas nos primeiros quatro fatores.

Assim, no fator 1 (crimes contra Estado/Sociedade/Património e Leg. Avulsa) as diferenças residem entre os valores atribuídos pela Magistratura judicial ($Me=3,5$) e os atribuídos pela GNR ($Me=4,6$) e pela PSP ($Me=4,6$), sendo estes últimos significativamente superiores aos atribuídos por magistrados judiciais.

²⁷² Teste T-Student para 2 amostras independentes.

²⁷³ Coeficiente de Correlação de Pearson.

²⁷⁴ Teste de Kruskal Wallis.

²⁷⁵ Teste de Tukey.

No caso do fator 2 (crimes sexuais), as diferenças situam-se entre a magistratura judicial (Me=4,4) e todos os outros serviços/entidades (APAV: Me=5,6; GNR: Me=5,3; MP: Me=5,3; PSP: Me=5,3) com exceção da PJ e do SEF. Verificam-se igualmente diferenças entre a APAV (Me=5,6) e a PJ (Me=4,9). Assim, no âmbito destes crimes, os juízes tendem a atribuir menor gravidade do que as FS, MP e APAV; e a PJ tende também a atribuir menor gravidade comparativamente à APAV.

No âmbito dos crimes contra a integridade física (fator 3), as únicas diferenças significativas verificadas foram entre os valores atribuídos pela APAV (Me= 4,6) e os atribuídos pela Magistratura judicial (Me=3,6), sendo que no caso dos primeiros o nível de gravidade tende a ser mais elevado.

Finalmente, no que concerne aos crimes contra a vida menos gravosos (fator 4), registaram-se diferenças significativas entre a Magistratura judicial (Me=3,7) e a APAV (Me= 4,8), GNR e a PSP: Me=4,7 nos dois casos), bem como entre estas três últimas entidades referidas e a PJ (Me=3,8).

Comparação entre distritos/regiões

Em termos globais, sem efetuar nenhuma seleção de distritos/regiões, não se registam diferenças significativas entre distritos/regiões ($\alpha=0,05$)²⁷⁶.

Existem, contudo, muitas disparidades ao nível da dimensão das amostras segundo o enquadramento institucional e o distrito/região, não tendo sido recolhidas respostas provenientes de profissionais de todas as entidades envolvidas em todos os distritos/regiões.

Considerando apenas nove dos distritos/regiões, o que coincide com aqueles em que foram obtidas 20 ou mais respostas²⁷⁷, repetiu-se a análise observando-se apenas diferenças significativas para o fator 1 (entre Lisboa e Porto).

Efetuando novamente a análise e comparando apenas Lisboa e Porto, registam-se diferenças para os fatores 1 (U=4308; p=0,001), 2 (U=5163; p=0,046) e 4 (U=4913; p=0,014)²⁷⁸. Comparando as medianas referentes a Lisboa e Porto nestes fatores, constata-se que para os profissionais de Lisboa o nível de gravidade atribuído é inferior ao encontrado nos

²⁷⁶ Teste de Kruskal Wallis.

²⁷⁷ Tendo em conta a prévia seleção (validação) de casos abrangidos nesta análise (N=585).

²⁷⁸ Teste de Mann-Whitney.

profissionais do Porto (fator 1: Me=4,3 e Me=4,8; fator 2: Me=5,2 e Me=5,4; fator 4: Me=4,5 e Me=4,7; respetivamente).

Salienta-se, no entanto, que as amostras não são homogêneas, pois ao nível do Porto existe uma maior proporção de respostas da PSP face aos restantes serviços/entidades e em Lisboa sucede o contrário.

Comparação segundo a área de formação

Comparando apenas quatro das categorias (com maior dimensão ao nível da amostra: Ciências Policiais, Ciências Militares, Direito e Psicologia), constataram-se diferenças significativas para o fator 1 ($H_{kw}(3)=18,8$; $p<0,001$), fator 2 ($H_{kw}(3)=17,7$; $p=0,001$), fator 3 ($H_{kw}(3)=13,2$; $p=0,004$), fator 4 ($H_{kw}(3)=39,4$; $p<0,001$) e fator 5 ($H_{kw}(3)=13,1$; $p=0,004$)²⁷⁹. Só no caso do fator 6 não se detetaram diferenças significativas ($\alpha=0,05$).

No fator 1, os participantes formados em Direito (Me=4,1) tendem a atribuir níveis de gravidade para o tipo de crimes aqui abrangidos inferiores aos atribuídos pelos participantes formados em Ciências Militares (Me=4,97) e em Ciências Policiais (Me=4,6)²⁸⁰.

Para o fator 2, os participantes formados em Direito (Me=5,0) tendem a atribuir níveis de gravidade a este subgrupo de crimes inferiores face ao sucedido com os participantes formados em Ciências policiais (Me=5,4).

No caso do fator 3, as diferenças residem somente entre os formados em Direito (Me=3,9) e os formados em Psicologia (Me=4,7), sendo que estes últimos tendem a atribuir níveis de gravidade mais elevados.

No âmbito do fator 4, verificam-se diferenças significativas entre os participantes com formação em Direito (Me=4,0) e todos os outros três grupos (Ciências Militares- Me=5,0; Ciências Policiais - Me=4,8; e Psicologia - Me=4,9), sendo que os primeiros tendem a considerar como menos graves os crimes aqui abrangidos nesta dimensão comparativamente aos outros grupos profissionais.

Finalmente, para o fator 5 regista-se que os participantes formados em Direito tendem a atribuir níveis de gravidade menos elevados (Me=5,0) quando comparados com os profissionais formados em Ciências policiais (Me=5,4).

²⁷⁹ Teste de Kruskal Wallis.

²⁸⁰ Comparações múltiplas efetuadas através do Teste de Tukey.

Refira-se que os profissionais cuja área de formação são as Ciências Militares exercem todas as funções na GNR, no caso das Ciências Policiais exercem todas as funções na PSP (com exceção de um caso que exerce funções num outro OPC), os diplomados em Psicologia estão na sua maioria na APAV (88%); e no caso do Direito, mais de metade pertence a uma das magistraturas (59%), existindo no entanto participantes com esta formação distribuídos pelos outros serviços abrangidos por este estudo (com exceção do SEF). Assim, grosso modo, os resultados aqui apresentados para os fatores 1 a 4 replicam de certa forma os já encontrados quando se compararam as diferenças segundo o enquadramento profissional.

Comparação segundo a categoria profissional

Para efetuar uma comparação entre categorias profissionais teve-se apenas em conta os profissionais da GNR e da PSP (opção adotada devido ao diminuto número de casos nos outros serviços/funções para as categorias profissionais menos representadas).

Constatou-se, no caso da GNR, que não existem diferenças significativas entre os três grupos considerados (guardas, sargentos e oficiais) ($\alpha=0,05$)²⁸¹.

No caso da PSP, observaram-se diferenças significativas entre os três grupos (agentes, chefes e oficiais) no fator 1 ($Z(2;282)=3,427$; $p=0,034$), fator 2 ($Z(2;282)=3,040$; $p=0,049$) e no fator 4 ($Z(2;282)=6,141$; $p=0,002$).

No âmbito do fator 1 a diferença reside entre os agentes e chefes, sendo que os agentes apresentam valores mais elevados do que os chefes nesta subescala ($M=4,5$ e $M=4,2$, respetivamente).

Ao nível do fator 2, através do teste de comparações múltiplas efetuado, não se detetam diferenças significativas entre nenhum dos grupos, verificando-se no entanto que o resultado do teste efetuado para comparar chefes e oficiais se situa no limiar da significância ($p=0,057$); sendo que em termos médios os chefes apresentarão valores inferiores aos oficiais neste fator ($M=4,96$ vs. $M=5,27$).

No âmbito do fator 4, as diferenças detetadas devem-se ao diferencial entre chefes e agentes e entre chefes e oficiais. Neste caso os chefes ($M=4,1$) tendem a ter uma pontuação inferior à dos agentes ($M=4,6$) e dos oficiais ($M=4,7$).

²⁸¹ Teste de Kruskal Wallis.

Refira-se que os profissionais da PSP da categoria de chefes possuem, em média, 24 anos de serviço (DP=6,7), os agentes 20 anos (DP=5,8) e os oficiais 13 anos (DP=10,1), pelo que os resultados aqui encontrados para o fator 4 encontram-se alinhados com os já identificados quando se correlacionou os resultados neste fator e o tempo de serviço e se constatou uma correlação negativa estatisticamente significativa.

Explorou-se ainda a existência de eventuais diferenças entre profissionais da APAV (voluntários vs. gestores e estagiários agregados), no entanto não se constatou nenhuma diferença estatisticamente significativa ($\alpha=0,05$).

Relação com o nível habilitacional

Correlacionando as habilitações literárias com a pontuação obtida em cada uma das seis subescalas, verifica-se que não existem correlações significativas, excetuando o caso da subescala 1 relativa aos crimes contra o Estado/Sociedade/Património/Legislação avulsa ($r_s=-0,088$; $p=0,03$; $N=583$). Neste caso, observa-se uma correlação negativa, o que significa que à medida que aumenta o nível habilitacional tende a diminuir a pontuação obtida nesta subescala.

Comparação segundo o contexto profissional (GNR e PSP)

Comparando os contextos de exercício de funções (comando de posto/esquadra; NIAVE/EPAPV; e Investigação criminal), questão colocada aos profissionais da GNR e da PSP, relativamente à pontuação obtida em cada uma das seis subescalas não se constaram diferenças significativas entre os três grupos ($\alpha=0,05$).

Relação com a frequência de contacto profissional com a criminalidade violenta

A frequência de contacto com a criminalidade violenta não se correlaciona significativamente com a pontuação obtida em qualquer das subescalas ($\alpha=0,05$), com exceção da sexta (homicídio/homicídio qualificado), onde se observou uma correlação significativa de sentido negativo ($r_s=-0,087$; $p=0,04$; $N=585$), correspondendo a uma tendência para que uma maior

frequência de contacto com a criminalidade violenta esteja relacionada com a atribuição de níveis de gravidade superiores aos crimes abrangidos por esta subescala, e vice-versa²⁸².

Relação entre os seis fatores

Todos os fatores se correlacionam de forma altamente significativa entre si ($\alpha=0,01$), significando que à medida que aumenta o nível de gravidade atribuído aos crimes abrangidos por um determinado fator aumenta também o nível de gravidade atribuído nos outros crimes/fatores (ver Tabela 34).

Tabela 34: Coeficientes de correlação (Spearman) entre os seis fatores relativos à gravidade dos crimes

	Q1F2	Q1F3	Q1F4	Q1F5	Q1F6
Q1F1	0,624**	0,573**	0,399**	0,635**	0,182**
Q1F2		0,586**	0,431**	0,648**	0,190**
Q1F3			0,545**	0,511**	0,238**
Q1F4				0,346**	0,368**
Q1F5					0,256**

** Correlação significativa para $\alpha=0,01$; * Correlação significativa para $\alpha=0,05$

A Tabela 35 procura sintetizar as diferenças significativas encontradas entre grupos (definidos segundo características sociodemográficas e profissionais) ou as relações estatisticamente significativas entre variáveis que foram detetadas.

Conforme se constata, os fatores 5 e 6 foram aqueles em que menos diferenças/relações foram encontradas, sendo apenas localizada uma relação para cada um deles. No caso do fator 5, a relação/diferença em causa situa-se ao nível da área de formação e no fator 6 a relação significativa encontrada foi com a frequência de contacto com a criminalidade violenta. Assim, a avaliação da gravidade nestes fatores e nos crimes que os compõem não parece sofrer muitas influências de atributos sociodemográficos ou profissionais, revelando que se trata de crimes em que existirá um maior consenso avaliativo (salienta-se que este tipo de crimes abrangidos nestes dois fatores estão entre os que são avaliados como tendo maior gravidade).

²⁸² Refira-se que na variável frequência de contacto com a criminalidade violenta o sentido de um maior contacto é descendente, pelo que a interpretação desta correlação negativa foi efetuada desta forma.

Tabela 35: Síntese dos resultados relativos à influência/relação de fatores sociodemográficos e profissionais nas dimensões da gravidade dos crimes

	Contra Est./ Soc./ Patrim./ Leg. avulsa	Liber. e auto-determ. sexual	Integ. física	Contra a vida (menos gravosos)	Liberdade pessoal	Contra a vida mais gravosos (<i>Hom.e Hom. qualif.</i>)
	Q1F1 (n=583)	Q1F2 (n=584)	Q1F3 (n=584)	Q1F4 (n=580)	Q1F5 (n=585)	Q1F6 (n=585)
Sexo	-	-	Mulher > Homem	-	-	-
Idade	-	-	-	-	-	-
Tempo de profissão	-	Correlação negativa	-	-	-	-
Enquadramento institucional	GNR/PSP > Mag. judicial	APAV/GNR/ PSP/MP > Mag. judicial APAV > PJ	APAV > Mag. judicial	APAV/ GNR/PSP > Mag. Jud e > PJ	-	-
Distrito (Lisboa vs. Porto)	Lisboa < Porto	Lisboa < Porto	-	Lisboa < Porto	-	-
Área de Formação	Direito < C. Militares e C. Policiais	Direito < C. Policiais	Direito < Psicologia	Direito < C. Militares/ C. Policiais	Direito < C. policiais:	-
Categorias profissionais	Agentes > Chefes	Oficiais > Chefes	-	Agentes > Chefes Oficiais > Chefes	-	-
Habilitações literárias	Correlação negativa	-	-	-	-	-
Contexto profissional (GNR e PSP)	-	-	-	-	-	-
Frequência de contacto com CV (ordem decrescente)	-	-	-	-	-	Correlação negativa

Um outro fator cuja gravidade média é idêntica à do fator 5 é a dimensão relativa aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, todavia, neste caso (fator 2) observam-se diversas diferenças nos resultados, mostrando assim que o seu valor é influenciado por fatores tais como: distrito, enquadramento institucional, área de formação, categoria profissional e tempo de profissão. Deste modo, neste fator 2 o consenso avaliativo não será tão generalizado.

Nos fatores 1, 3 e 4 também se constata que o consenso avaliativo não é tão generalizado como nos fatores 5 e 6.

O enquadramento profissional, o distrito (Lisboa ou Porto), a área de formação e a categoria profissional (na GNR e na PSP) influenciam os níveis de gravidade atribuídos nos fatores 1, 2 e 4. O enquadramento profissional, a área de formação e ainda o sexo do participante parecem

ter influência na avaliação da gravidade dos crimes na esfera daqueles contra a integridade física (fator 3). No caso do fator 1, também as habilitações parecem ter influência, e no caso do fator 2 pode-se afirmar o mesmo para o tempo de profissão.

8.3.2 ANÁLISE DA MEDIÇÃO DA GRAVIDADE DOS CRIMES

Primeiramente, procurou-se comparar os valores obtidos pelos participantes para as várias dimensões/subescalas, tendo-se detetado a existência de diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2(4)=545,41$; $p<0,001$; $N=476$)²⁸³. Ao analisarem-se as diferenças em concreto, todas as subescalas diferem entre si ($p<0,05$), com exceção das relativas aos fatores 3 e 4, ou seja, indicadores que remetem para os alvos da violência/desproporção da violência/armas/consequências e indicadores que remetem para o contexto da vitimação ($\alpha=0,05$)²⁸⁴.

Tabela 36: Comparação dos valores das dimensões relativas à medição da gravidade dos crimes

	Consequências para a vítima/sofrimento provocado/indefensibilidade da vítima e motivações do ofensor	Impacto para o Estado/sociedade/terceiros e questões contextuais	Alvos da violência, desproporção, armas, outras consequências	Contexto da vitimação	Ofensores (n.º, tempo de submissão da vítima aos atos e organização criminosa)
	Q2F1 (n=479)	Q2F2 (n=478)	Q2F3 (n=477)	Q2F4 (n=479)	Q2F5 (n=479)
M	5,2	4,4	4,6	4,6	4,8
Me	5,3	4,5	4,8	4,8	5,0
DP	0,6	0,9	0,8	0,8	0,8
Mínimo	1,0	1,5	1,0	1,6	1,0
Máximo	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0

Verifica-se que os participantes obtiveram valores mais elevados no fator 1, a subescala relativa às consequências para as vítimas (incluindo mortais)/situações de vulnerabilidade/premeditação do crime e crueldade (Me=5,3); seguindo-se o fator 5, ou seja,

²⁸³ Teste de Friedman (não paramétrico, uma vez que os pressupostos de aplicação do teste paramétrico não estavam verificados). Realizando posteriormente um teste de comparações múltiplas verificou-se que todos os fatores apresentam diferenças estatisticamente significativas entre si, com exceção do 3 e 4. Para o efeito foram prosseguidos os procedimentos indicados em Maroco (2007, p. 317 a 324) relativamente às comparações múltiplas de médias de ordens a partir de amostras emparelhadas (via ANOVA a 2 fatores).

²⁸⁴ Teste de Tukey.

os indicadores relacionados com os ofensores (ex.: número de ofensores, intervenção de organização violenta) ($Me=5,0$); posteriormente os indicadores relativos aos alvos/armas e consequências não mortais (fator 3) e indicadores relativos às circunstâncias da vitimação (coabitação/relação de dependência/intensidade da violência, ser presenciado por menores) (fator 4); e finalmente os indicadores que correspondem ao impacto mais alargado (sociedade/ordem pública/ prejuízos) e local do crime (fator 2) (Tabela 36).

Comparação segundo o sexo

Registaram-se diferenças significativas entre os valores atribuídos por homens e mulheres apenas para o fator 4 ($t(477)=-2,606$; $p=0,009$)²⁸⁵. Assim, observa-se que as mulheres ($M=4,8$) tendem a atribuir maior relevância que os homens ($M=4,6$) a indicadores relativos ao contexto da vitimação (existência de coabitação entre vítima e ofensor, total/quase total restrição de movimentos/controlo da vítima, existência de relação de dependência/subordinação da vítima face ao ofensor, intensidade da violência empregue e ocorrência ser presenciada por menores).

Relação com idade e tempo de profissão

A idade e o tempo de profissão correlacionam-se de forma significativa com o fator 5 ($r_s=0,114$; $p=0,019$; $N=419$; e $r_s=0,094$; $p=0,040$; $N=479$; respetivamente), sendo uma correlação positiva, pelo que à medida que aumenta a idade ou o tempo de profissão tende a aumentar a relevância atribuída a indicadores relativos à caracterização dos ofensores (número, tempo de submissão da vítima aos atos, organização violenta).

Para os restantes fatores não foram detetadas correlações estatisticamente significativas com a idade ou tempo de profissão ($\alpha=0,05$).

Comparação segundo o enquadramento institucional

Detetaram-se diferenças significativas consoante o enquadramento institucional para os fatores 2 ($H_{KW}(6)=23,18$; $p=0,001$), 3 ($H_{KW}(6)=16,29$; $p=0,012$) e 4 ($H_{KW}(6)=21,38$; $p=0,002$). Para os fatores 1 e 5 não se observaram diferenças estatisticamente significativas ($\alpha=0,05$).

²⁸⁵ Teste T-Student.

No fator 2 (impacto na sociedade/ordem pública/local do crime) as diferenças residem entre os valores atribuídos pela Magistratura judicial ($Me=3,73$) e os atribuídos pela APAV ($Me=4,88$), GNR ($Me=4,69$) e pela PSP ($Me=4,54$), sendo estes últimos significativamente superiores aos atribuídos por magistrados judiciais.

No caso do fator 3 (indicadores relativos a alvos/armas/consequências não mortais), as diferenças situam-se novamente entre a Magistratura judicial ($Me=4,29$) e os outros mesmos três serviços /entidades: (APAV: $Me=5,13$; GNR: $Me=4,75$; PSP: $Me=4,75$), sendo as diferenças encontradas no mesmo sentido, ou seja, de atribuição de menor relevância a este tipo de indicadores por parte da Magistratura judicial .

No âmbito do fator 4 (indicadores relativos a circunstâncias do crime), as diferenças significativas verificadas situam-se entre a APAV ($Me=5,40$) e diversas das outras entidades: GNR ($Me=4,80$), PSP ($M=4,80$), Magistratura judicial ($M=4,40$) e PJ ($M= 4,40$), sendo que neste caso os profissionais da APAV tendem a atribuir níveis de relevância superiores neste tipo de indicadores face aos profissionais das entidades.

Comparação entre distritos/regiões

Em termos globais, sem efetuar nenhuma restrição, não se registam diferenças significativas entre distritos/regiões ($\alpha=0,05$). Existem muitas disparidades ao nível da dimensão das amostras segundo o enquadramento institucional e o distrito/região, sendo que a abrangência nacional não foi garantida para todas as entidades.

Assim, considerando apenas os distritos/regiões em que foram obtidas 20 ou mais respostas, repetiu-se a análise observando-se a inexistência de diferenças significativas para qualquer dos cinco fatores entre os referidos distritos/regiões (Aveiro, Braga, Faro, Lisboa, Porto, Setúbal e RA Madeira)²⁸⁶.

Comparação segundo a área de formação

Comparando apenas quatro das categorias (com maior dimensão ao nível da amostra: Ciências Policiais, Ciências Militares, Direito e Psicologia), constataram-se diferenças significativas para o fator 1 ($H_{kw}(3)=10,14$; $p=0,017$), fator 2 ($H_{kw}(3)=23,87$; $p<0,001$), fator 3 ($H_{kw}(3)=15,24$;

²⁸⁶ Tendo em conta a prévia seleção (validação) de casos abrangidos nesta análise ($N=479$).

$p=0,002$); e fator 4 ($H_{kw}(3)=21,43$; $p<0,001$)²⁸⁷. No caso do fator 5 não se detetaram diferenças significativas ($\alpha=0,05$).

No fator 1, as diferenças residem entre os profissionais formados em Direito ($Me=5,13$) e os formados em Psicologia ($Me=5,50$), sendo que os primeiros tendem a atribuir menor relevância a este tipo de indicadores relativos às consequências para a vítima.

Para o fator 2, os participantes formados em Direito ($Me=4,0$) tendem a atribuir níveis de relevância aos indicadores (Impacto para o Estado/sociedade/terceiros...) inferiores aos atribuídos pelos participantes formados em Ciências Militares ($Me=4,96$) e Psicologia ($Me=5,08$).

No caso do fator 3, as diferenças residem somente entre os formados em Direito e os formados em Psicologia, sendo que estes últimos tendem a atribuir níveis de relevância no domínio das questões relativas aos alvos da violência, sua desproporção/utilização de armas superiores aos atribuídos pelos primeiros ($Me=5,29$ *vs.* $Me=4,42$).

No âmbito do fator 4, verificam-se diferenças significativas entre os participantes com formação em Psicologia ($Me=5,40$) e aqueles formados em Ciências Policiais ($Me=4,60$) e aqueles formados em Direito ($Me=4,40$), apresentando os primeiros valores mais elevados no âmbito destes indicadores relativos ao contexto da vitimação.

Comparação segundo a categoria profissional

Efetuando esta análise para o caso da GNR e da PSP (entidades para as quais faria sentido esta comparação, tendo em conta a dimensão de cada subamostra), constatou-se que, quer no caso da GNR como no caso da PSP, não existem diferenças significativas entre os três grupos considerados (guardas/agentes, sargentos/chefes e oficiais) ($\alpha=0,05$).

Explorou-se ainda a existência de eventuais diferenças entre profissionais da APAV (voluntários *vs.* gestores e estagiários agregados), no entanto não se constatou nenhuma diferença estatisticamente significativa ($\alpha=0,05$).

²⁸⁷ Teste de Kruskal Wallis.

Relação com o nível habilitacional

Correlacionando as habilitações literárias com a pontuação obtida em cada uma das cinco subescalas, verifica-se que não existem correlações significativas ($\alpha=0,05$).

Comparação segundo o contexto profissional (GNR e PSP)

Comparando os contextos de exercício de funções (comando de posto/esquadra; NIAVE/EPav; e Investigação criminal), questão colocada aos profissionais da GNR e da PSP, relativamente à pontuação obtida em cada uma das cinco subescalas não se constatarem diferenças significativas entre os três grupos ($\alpha=0,05$), exceto no caso da subescala 5 ($H_{kw}(2)=6,60$; $p=0,037$), relacionada com a caracterização do(s) ofensor(es).

Neste caso, as diferenças situam-se entre os profissionais afetos aos NIAVE/EPav e os afetos à investigação criminal, sendo a pontuação obtida por estes últimos superior ($Me=5,0$ vs. $Me=4,67$).

Relação com a frequência de contacto profissional com criminalidade violenta

A frequência de contacto com a criminalidade violenta não se correlaciona significativamente com a pontuação obtida em qualquer das subescalas ($\alpha=0,05$).

Relação entre os cinco fatores

Todos os fatores se correlacionam de forma altamente significativa entre si ($\alpha=0,01$), significando que à medida que aumenta o nível de relevância atribuído a uma das dimensões da avaliação da gravidade dos crimes também aumenta o nível de relevância atribuído às outras dimensões (ver Tabela 37).

Tabela 37: Coeficientes de correlação (Spearman) entre os cinco fatores da medição da gravidade dos crimes

	Q2F2	Q2F3	Q2F4	Q2F5
Q2F1	0,615**	0,718**	0,646**	0,594**
Q2F2		0,776**	0,810**	0,482**
Q2F3			0,752**	0,492**
Q2F4				0,429**

** Correlação significativa para $\alpha=0,01$; * Correlação significativa para $\alpha=0,05$

A Tabela 38 procura sintetizar as diferenças significativas encontradas entre grupos (definidos segundo características sociodemográficas e profissionais) ou as relações estatisticamente significativas entre variáveis que foram detetadas.

Tabela 38: Síntese dos resultados relativos à influência/relação de fatores sociodemográficos e profissionais nas dimensões de medição da gravidade dos crimes

	Consequências para a vítima/ sofrimento provocado/indefensabilidade da vítima e motivações do ofensor	Impacto para o Estado/sociedade/ terceiros e questões contextuais	Alvos da violência, desproporção, armas, outras consequências	Contexto da vitimação	Ofensores (n.º, tempo de submissão da vítima aos atos e organização criminosa)
	Q2F1 (n=479)	Q2F2 (n=478)	Q2F3 (n=477)	Q2F4 (n=479)	Q2F5 (n=479)
Sexo	-	-	-	Mulher > Homem	-
Idade	-	-	-	-	Correlação positiva
Tempo de profissão	-	-	-	-	Correlação positiva
Enquadramento institucional		APAV/GNR/ PSP > Mag. judicial	APAV/GNR / PSP > Mag. judicial	APAV > GNR/PSP / Mag. Jud/PJ	-
Distrito (Lisboa vs. Porto)	-	-	-	-	-
Área de Formação	Psicologia > Direito	C. Militares e Psicologia > Direito	Psicologia > Direito	Psicologia > C. Policiais e Direito	-
Categorias profissionais	-	-	-	-	-
Habilitações literárias	-	-	-	-	-
Contexto profissional (GNR e PSP)	-	-	-	-	Inv. Crim. > NIAVE/EPAV
Frequência de contacto com CV (ordem decrescente)	-	-	-	-	-

Conforme se constata, o fator 1 é aquele em que menos diferenças/relações foram encontradas, sendo apenas localizada uma diferença entre os diplomados em Psicologia e os formados em Direito. Assim, a avaliação desta dimensão (e indicadores que a compõem) não

parece sofrer muitas influências de atributos sociodemográficos ou profissionais, revelando que se trata de indicadores em que existirá um maior consenso avaliativo (salienta-se que os indicadores aqui abrangidos, relativos nomeadamente às consequências para as vítimas/sofrimento causado, constam entre os avaliados como tendo maior relevância entre os 48 contemplados no questionário).

A área de formação influencia igualmente a dimensão relativa ao impacto para o Estado/sociedade/outros (fator 2), a dimensão referente aos alvos da violência/desproporção/armas (fator 3) e a dimensão do contexto da vitimação (fator 4).

O enquadramento profissional possui igualmente influência nestes três fatores indicados.

No caso dos fatores 2 e 3, a análise destas duas variáveis (enquadramento profissional e área de formação) indicam que existe uma tendência para uma maior valorização destas dimensões por parte da APAV e FS face à Magistratura judicial.

No caso do fator 4 (contexto da vitimação), os resultados apontam no sentido de uma maior relevância atribuída pelos profissionais da APAV face a profissionais das FS, PJ e magistrados judiciais.

No caso da dimensão relativa ao impacto para o Estado/Sociedade/outros (fator 2), o tempo de profissão surge correlacionado positivamente com o nível de relevância atribuído neste âmbito.

Salienta-se ainda que o sexo dos profissionais influencia apenas a avaliação relativa à dimensão do contexto da vitimação, dando-lhe as mulheres uma maior relevância.

Finalmente, níveis mais elevados de relevância atribuída a indicadores relativos à caracterização dos ofensores (ex.: seu número, organização violenta) surgem relacionados com profissionais com mais idade e mais tempo de serviço. No âmbito desta dimensão, também os efetivos das FS afetos à investigação criminal tendem a atribuir maior relevância comparativamente aos elementos afetos aos programas especiais no domínio do apoio/investigação/policiamento de proximidade às vítimas mais vulneráveis (NIAVE/EPAV).

8.3.3 RELAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES DA ANÁLISE DA GRAVIDADE DOS CRIMES E AS DIMENSÕES DA MEDIÇÃO DA SUA GRAVIDADE

Subescalas da gravidade dos crimes e subescalas da relevância dos indicadores

As subescalas relativas à gravidade dos crimes e as subescalas relativas aos indicadores para medir a severidade dos crimes violentos correlacionam-se todas entre si, com duas únicas exceções: as correlações entre o fator 6 da gravidade dos crimes (homicídios/homicídio qualificado) e os fatores 2 e 4 relativos à medição da gravidade não se revelaram significativas ($\alpha=0,05$) (ver Tabela 39).

Tabela 39: Coeficientes de correlação (Spearman) entre os 6 fatores (gravidade dos crimes) e os 5 fatores (medição da gravidade)

	Q2F1	Q2F2	Q2F3	Q2F4	Q2F5
Q1F1	0,576**	0,640**	0,617**	0,538**	0,447**
Q1F2	0,573**	0,453**	0,524**	0,519**	0,324**
Q1F3	0,482**	0,458**	0,540**	0,541**	0,321**
Q1F4	0,330**	0,330**	0,386**	0,356**	0,203**
Q1F5	0,531**	0,408**	0,461**	0,398**	0,341**
Q1F6	0,230**	0,065	0,201**	0,032	0,212**

** Correlação significativa para $\alpha=0,01$; * Correlação significativa para $\alpha=0,05$

Assim, de forma global, quanto maior o nível de gravidade dos crimes nas seis dimensões consideradas, maiores os níveis de relevância atribuídos aos indicadores para essa medição nas suas cinco dimensões, resultado que vem apoiar a corroboração da pertinência de se ter em conta os indicadores elencados para avaliar o nível de gravidade dos crimes (cujo conjunto consta do questionário).

A única exceção prende-se com a avaliação da gravidade dos crimes contra a vida, neste caso homicídio e homicídio qualificado (fator 6), e com as dimensões de avaliação dessa gravidade relativas ao impacto para o Estado/Sociedade/outros (fator 2) e o contexto da vitimação (fator 4).

Assim, a avaliação da gravidade deste tipo de crimes concretos contra a vida não parece estar relacionada com o nível de relevância atribuído a este tipo de indicadores, sendo mais relevante considerar outros como sejam as consequências para a vítima, alvos da violência/desproporção/armas e a caracterização do ofensor.

9. EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM PORTUGAL

Neste capítulo procede-se à análise da evolução da criminalidade tendo por base dados relativos às várias fases do processo penal, desde a participação de uma ocorrência, à investigação criminal, até à fase de julgamento, tendo-se igualmente adicionado dados sobre a população reclusa existente e ainda sobre informação constante no registo criminal (no que concerne a condenações por homicídio intencional, nas formas tentada e consumada).

Salienta-se, conforme já apontado anteriormente, que os dados aqui utilizados sobre a criminalidade registada pelos OPC e relativos às fases subsequentes do processo criminal não devem ser encarados como refletindo de forma exata a realidade criminal existente em Portugal, uma vez que são apenas uma aproximação (por defeito) à mesma.

9.1 CRIMINALIDADE REGISTADA EM PORTUGAL

9.1.1 TIPOLOGIAS CRIMINAIS E CRIMES MAIS REGISTADOS

Através do Gráfico 12 é possível visualizar o número de crimes registados anualmente em Portugal pelos OPC, de 1993 a 2017, quer em termos globais, quer segundo as tipologias criminais que presidem à sistematização dos crimes, com base no previsto em sede do Código Penal e/ou do sistema de estatísticas de Justiça.

Os crimes contra o património constituem a tipologia criminal mais prevalente, seguindo-se a dos crimes contra as pessoas e os crimes contra a vida em sociedade. Estas três tipologias representaram, em 2017, 50%, 24% e 15,4%, respetivamente, ou seja, 89,3% do total de crimes registados (Gráfico 12)²⁸⁸.

²⁸⁸ Neste gráfico não foram contempladas duas outras tipologias existentes: crimes contra a identidade cultural e pessoal e crimes contra animais de companhia. No primeiro caso a não inclusão deveu-se ao seu número diminuto de registos, e, no segundo caso, devido à ausência de dados anteriores a 2015.

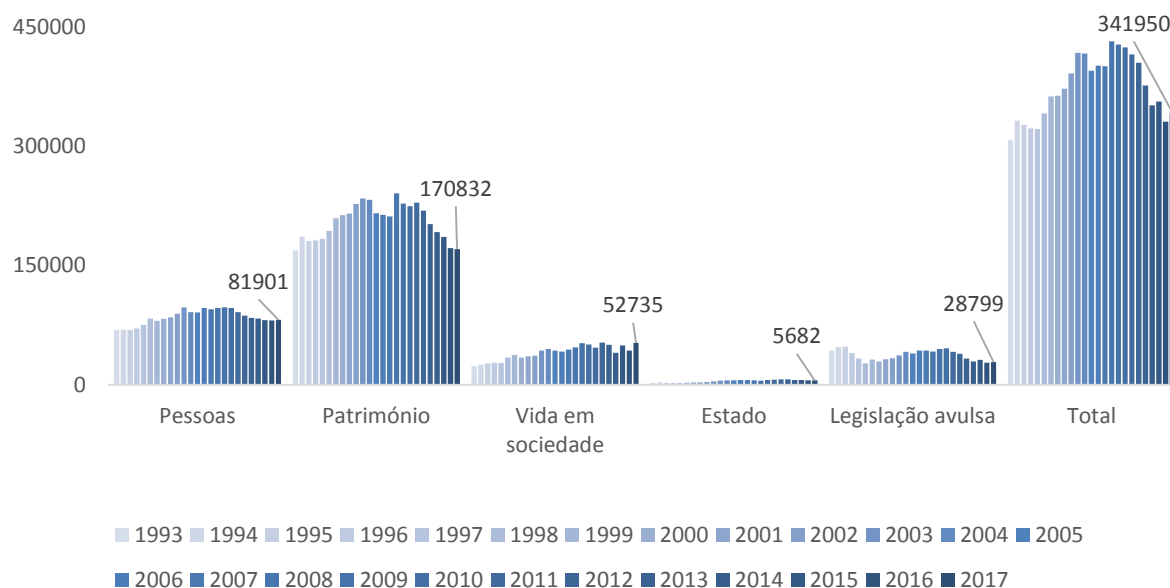


Gráfico 12: Número de crimes registados, segundo a tipologia de crime (Fi) (1993 a 2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ.

Os dados aqui em foco refletem uma série estatística de 25 anos, cuja análise deve ser contextualizada tendo em conta, nomeadamente, as principais alterações introduzidas ao Código Penal neste período.

Não obstante esta ressalva, são de seguida comentadas as tendências²⁸⁹ observadas e plasmadas de forma mais detalhada do Gráfico 13 ao Gráfico 20 (e Tabela 40).

Verifica-se que, de forma genérica, o volume total da criminalidade registada teve uma tendência crescente até 2008 (onde atingiu o seu valor máximo de 431.977), entrando numa tendência decrescente desde então, tendo em 2017 apresentado o valor de 341.950²⁹⁰. É de ressaltar que em 2016 o total de crimes registados atingiu o valor de 330.872, número que representava uma diminuição de 7,1% face a 2015, mas o valor encontrado em 2017 corresponde a uma taxa de variação positiva de 3,3% face a 2016 (Gráfico 13).

²⁸⁹ Esta análise das tendências foi igualmente suportada na utilização da técnica estatística da regressão linear ou regressão polinomial, cujos valores do coeficiente de determinação (R^2 - que corresponde à % de variabilidade dos dados explicada pelo modelo de regressão) encontram-se plasmados nos gráficos.

²⁹⁰ Os valores globais incluem (de 2015 em diante): GNR, PSP, PJ, SEF, PM, PJM, AT e ASAE. Até 2015 os valores correspondiam apenas à GNR, PSP e PJ.

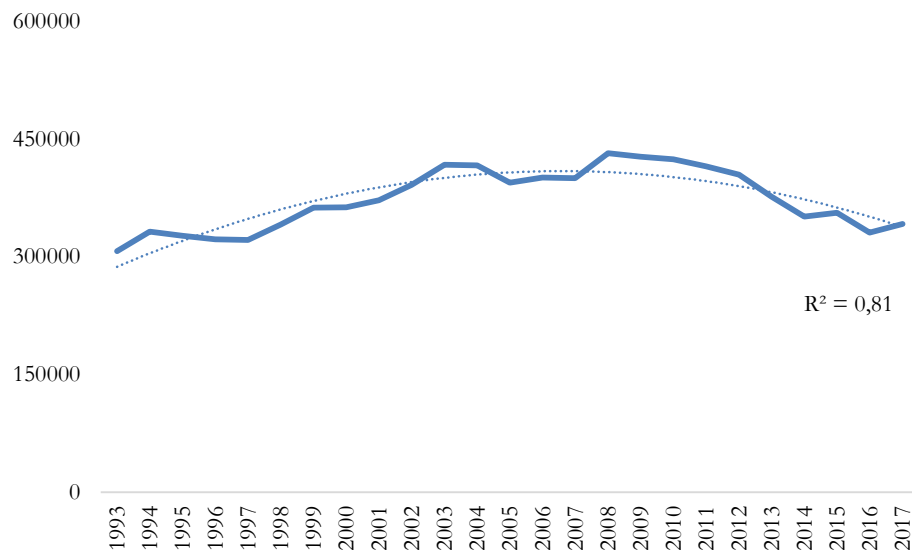


Gráfico 13: Total de crimes registados (Fi) (1993-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Padrão semelhante é encontrado na tipologia dos crimes contra o património, que atingiu o seu máximo também em 2008 (240.738), apresentando uma tendência decrescente desde então, tendo-se registado, em 2017, 170.832 crimes neste domínio (Gráfico 14).

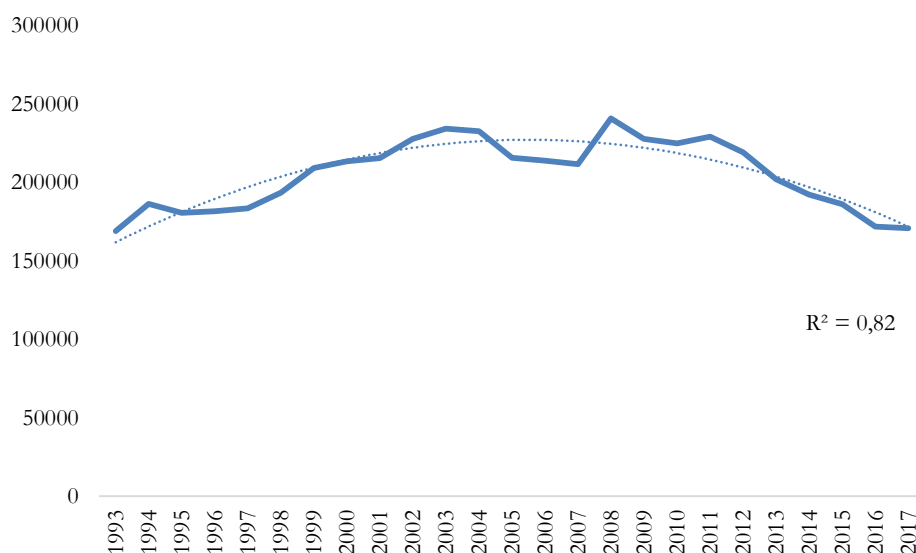


Gráfico 14: Número de crimes registados contra o património (Fi) (1993-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

No caso dos crimes contra as pessoas, verifica-se uma tendência crescente até 2009, tendo surgido o valor máximo em 2003: 97.496 (Gráfico 15). Em 2009, o número de registos era de 97.314, apresentando desde esse ano uma tendência decrescente, com exceção do verificado no ano de 2017 (81.901), em que o seu volume foi superior ao verificado nos anos de 2015 (81.394) e 2016 (80.929) (+1% face a 2016).

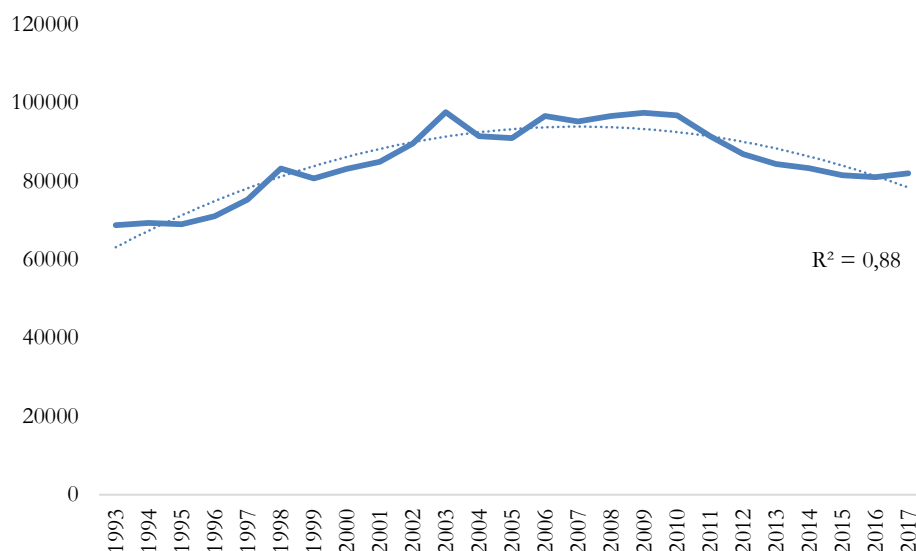


Gráfico 15: Número de crimes registados contra as pessoas (Fi) (1993-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

No caso dos crimes contra a vida em sociedade, o Gráfico 16 permite visualizar uma tendência de crescimento no número de registos. Em 2009, ultrapassou pela primeira vez os 50.000 crimes (52.424), seguindo-se alguns anos com oscilações nos dois sentidos (taxas de variação positiva ou negativa), verificando-se em 2012 um valor acima dos 53.000 (53.228). Em 2017, após alguns anos em que os valores baixaram para números inferiores a 50.000, o quantitativo relativo a esta tipologia criminal voltou a aumentar, situando-se nos 52.735.

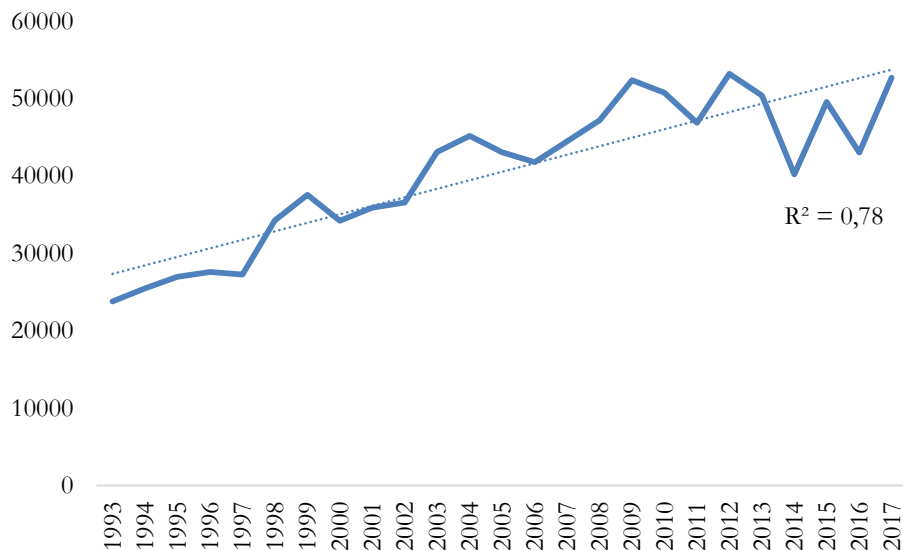


Gráfico 16: Número de crimes registados contra a vida em sociedade (Fi) (1993-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

No âmbito dos crimes previstos em legislação avulsa, ao longo dos 25 anos em análise parecem existir três períodos distintos em termos de variações. Até 1998, o número destes crimes tendeu a diminuir, seguindo-se até 2010 um período onde predominaram taxas de variação positivas, invertendo-se novamente a situação (Gráfico 17). Salienta-se que em 2017 o seu valor foi superior ao registado em 2016: 28.799 vs. 27.676.

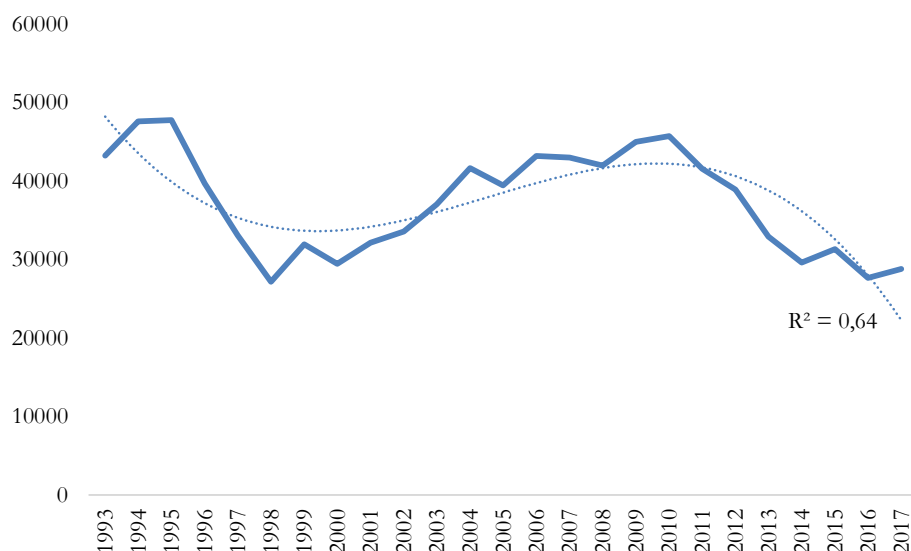


Gráfico 17: Número de crimes registados no âmbito da legislação avulsa (Fi) (1993-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Na tipologia de crimes contra o Estado, parece existir uma tendência crescente. O valor máximo foi atingido no ano 2012, com 6.822 registos, valor que diminuiu nos dois anos seguintes, voltando novamente a subir em 2015, descendo novamente em seguida até 2017 (5.682) Gráfico 18).

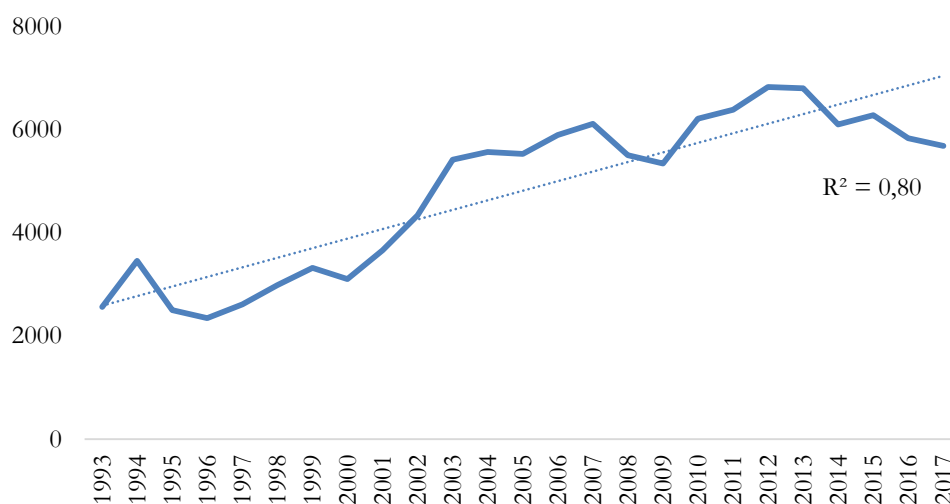


Gráfico 18: Número de crimes registados contra o Estado (Fi) (1993-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Quanto aos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal, constituem a tipologia com menor número de registos, inferior a uma centena anual, observando-se no entanto que existirá uma tendência crescente no número de registos a este nível²⁹¹. Em 2017 foram registados 51 crimes, o valor mais elevado desde o ano 2000 (Gráfico 19).

²⁹¹ Neste caso apresentam-se apenas os registos do ano 2000 em diante, uma vez que para diversos anos anteriores os valores estão omissos ao abrigo do segredo estatístico. Segundo indicado por Cunha (2005), para que um resultado estatístico oficial possa ser divulgável é necessário que se reporte a pelo menos 3 unidades estatísticas (a designada regra do número mínimo).

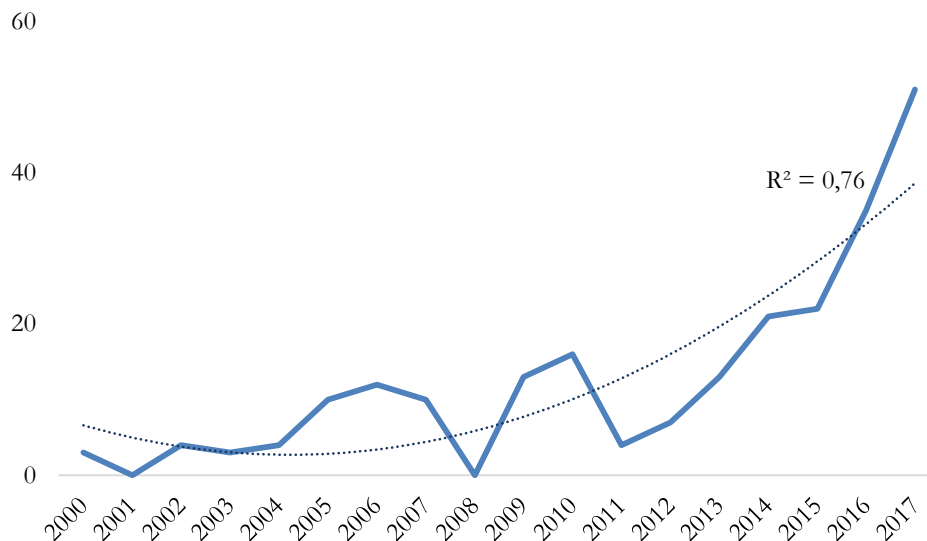


Gráfico 19: Número de crimes registados contra a identidade cultural e pessoal (Fi) (2000-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Relativamente aos crimes contra animais de companhia, onde apenas existem estatísticas para os anos de 2015 em diante, verifica-se que os quantitativos têm vindo a aumentar (2015: 1.330; 2016: 1.623; e 2017: 1.950), não existindo ainda uma série estatística que possa suportar uma análise de eventuais tendências (Gráfico 20).

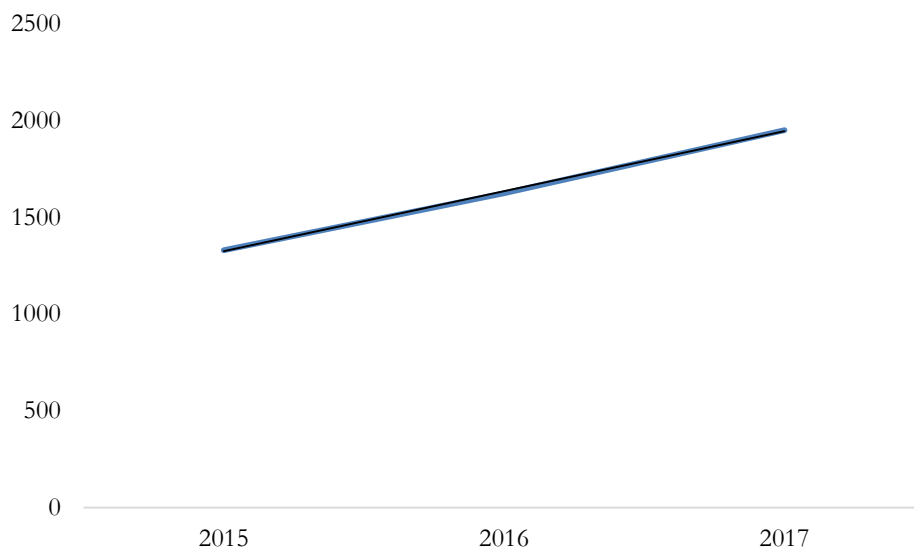


Gráfico 20: Número de crimes registados contra animais de companhia (Fi) (2015-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Se se compararem os anos de 1993 e 2017, constata-se que neste último os quantitativos relativos aos crimes registados aumentaram 11,3% (face a 1993), havendo um acréscimo em todas as outras tipologias, com exceção da situação verificada nos crimes previstos em legislação avulsa (-33%) (Tabela 40). Os crimes contra o Estado aumentaram 122%, os crimes contra vida em sociedade aumentaram 121%, os crimes contra as pessoas aumentaram 19% e os crimes contra o património aumentaram 1%.

Tabela 40: Número de registos no âmbito da criminalidade geral e por tipologia criminal (Fi, M, DP e Me), TVar (%) (1993-2017) e TVA (2016-2017)

Ano	Total de registos (Fi)	TVA (%)	Número de registos por tipologia criminal (Fi)						
			Id. cult. e						
			Pessoas	Património	pessoal	Vida em sociedade	Estado	Animais	Leg. avulsa
1993	307333	-	68677	169031	..	23829	2563	..	43233
1994	332228	8,1	69300	186348	..	25503	3454	..	47623
1995	326829	-1,6	68906	180639	..	27008	2500	..	47776
1996	322255	-1,4	71026	181541	..	27633	2343	..	39712
1997	321644	-0,2	75193	183441	4	27306	2611	..	33078
1998	341122	6,1	83173	193495	..	34282	2982	..	27190
1999	362589	6,3	80576	209124	..	37610	3318	..	31960
2000	363294	0,2	83050	213450	3	34248	3104	..	29439
2001	372170	2,4	84891	215528	..	35953	3663	..	32133
2002	391599	5,2	89474	227618	4	36598	4337	..	33568
2003	417383	6,6	97496	234294	3	43126	5413	..	37051
2004	416420	-0,2	91364	232610	4	45222	5563	..	41657
2005	394710	-5,2	90922	215700	10	43083	5525	..	39470
2006	401215	1,6	96493	213798	12	41794	5895	..	43223
2007	400332	-0,2	95156	211544	10	44511	6109	..	43002
2008	431977	7,9	96525	240738	..	47243	5501	..	41968
2009	427787	-1,0	97314	227697	13	52424	5343	..	44996
2010	424252	-0,8	96729	224752	16	50800	6212	..	45743
2011	415325	-2,1	91381	229078	4	46909	6383	..	41570
2012	404917	-2,5	86847	219078	7	53228	6822	..	38935
2013	376403	-7,0	84252	202015	13	50402	6799	..	32922
2014	351311	-6,7	83207	192135	21	40234	6098	..	29616
2015	356032	1,3	81394	186102	22	49591	6275	1330	31318
2016	330872	-7,1	80929	171738	35	43042	5829	1623	27676
2017	341950	3,3	81901	170832	51	52735	5682	1950	28799
M	373278	0,5	85047	205293	-	40573	4813	-	37346
DP	38825,1	4,6	9323,2	22091,0	-	9205,4	1531,3	-	6619,7
Me	372170	-0,2	84252	211544	-	43042	5501	-	38935
TVar (%)									
2017-1993	11,3	-	19,3	1,1	-	121,3	121,7	-	-33,4
TVA (%)									
2017-2016	3,3	-	1,2	-0,5	45,7	22,5	-2,5	20,1	4,1

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Refira-se que entre os OPC que possuem competência genérica, e que são a GNR, a PSP e PJ, as participações registadas representaram, em 2017, 41%, 51% e 6% do total de crimes registados por todos os OPC, respetivamente, correspondendo estes 3 OPC a 98% do valor global (Gráfico 21). Os restantes 2% de registos correspondem a outros OPC (SEF, PM, PJM, AT e ASAE).

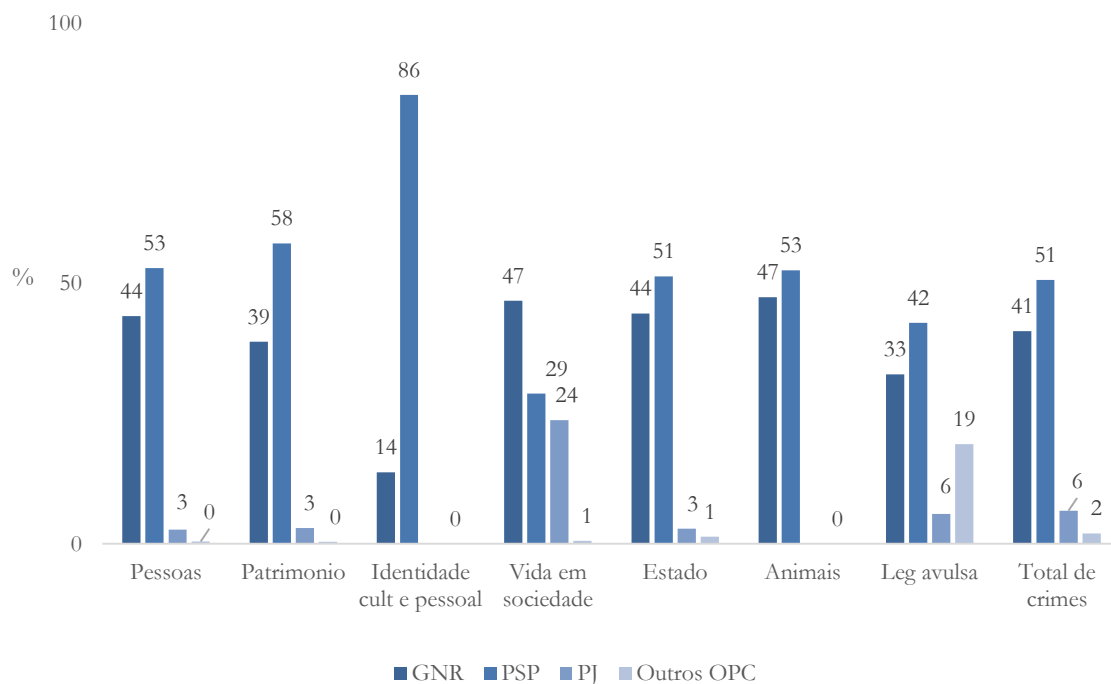


Gráfico 21: Proporção de crimes registados, segundo o OPC, e por tipologia de crime (%) (2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

No Gráfico 21 é possível visualizar o peso de cada OPC em termos dos crimes registados em cada uma das tipologias consideradas. Para todas as tipologias criminais, a PSP constitui o OPC com mais registos, seguindo-se a GNR, com exceção da situação verificada nos crimes contra a vida em sociedade, em que predominam os registos desta última Força de Segurança (47% da GNR face a 29% da PSP); sendo que 24% dos crimes considerados nesta tipologia são registados pela PJ.

Para explicar esta diferença, refira-se que 81% dos crimes registados em 2017 no âmbito dos crimes contra a vida em sociedade correspondem a crimes de condução com taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l; de contrafação/falsificação/passagem de moeda falsa; e incêndio florestal/mata/arvoredo/seara. No primeiro caso, 51% dos registos são da GNR,

mas para o segundo e terceiros casos existe uma maior divergência: 91% dos registos são da PJ e 88% da GNR, respetivamente.

As Forças de Segurança, GNR e PSP, foram responsáveis, em 2017, pelo registo de 92% do total dos crimes, de 97% dos crimes contra as pessoas e contra o património, pela totalidade dos registos dos crimes contra animais e contra a identidade cultura e pessoal, por 96% dos crimes contra o Estado, por 76% no âmbito dos crimes contra a vida em sociedade e por 75% dos crimes previstos em legislação avulsa (tipologia onde os outros OPC, de competência específica, registaram 19% dos casos).

Procede-se em seguida à análise dos crimes mais registados, independentemente da tipologia onde se encontram integrados.

Conforme verificado pela Tabela 41, o crime mais registado em Portugal, em 2017, foi o crime de furto²⁹², seguindo-se a violência doméstica, a ofensa à integridade física simples, a burla²⁹³ e a condução com taxa de álcool no sangue (TAS) superior a 1,2 g/l. Estes cinco crimes correspondem a 60% de todos os registos.

Tabela 41: Dez categorias criminais mais registadas pelos OPC (2017)

	10 Crimes/categorias criminais mais registadas	Fi	% no total (N=341.950)
1.º	Furto (<i>agregando todas as categorias de furto</i>)	111.414	32,6
2.º	Violência doméstica (<i>Contra cônjuge ou análogos + Contra menores + Outros VD</i>)	26.713	7,8
3.º	Ofensa à integridade física voluntária simples	23.416	6,8
4.º	Burlas (<i>agregando todas as categorias de burla</i>)	22.554	6,6
5.º	Condução com TAS \geq 1,2 g/l	19.848	5,8
6.º	Dano (<i>outro dano</i>)	17.201	5,0
7.º	Ameaça e coação	14.610	4,3
8.º	Roubo (<i>agregando todas as categorias de roubo</i>)	11.885	3,5
9.º	Contrafação/falsificação/passagem de moeda falsa	11.560	3,4
10.º	Incêndio florestal/mata/arvoredo/seara	11.221	3,3
	<i>Total</i>	270.422	79,1

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Se a estes acrescentarmos os outros cinco mais prevalentes (dano, ameaça e coação, roubo, contrafação/falsificação/passagem de moeda falsa e incêndio florestal/mata/arvoredo/seara),

²⁹² Os dados disponíveis não permitem distinguir o furto do furto qualificado, pelo que o valor que aqui se ilustra representa estes dois crimes previstos no Código Penal.

²⁹³ Os dados disponíveis não permitem distinguir a burla da burla qualificada, pelo que o valor que aqui se indica representa estes dois crimes previstos no Código Penal.

verifica-se que este conjunto de dez crimes/categorias criminais corresponde a 79% de toda a criminalidade registada pelas autoridades policiais.

Assim, no âmbito dos crimes contra as pessoas, o crime mais registado (em 2017) foi a violência doméstica, seguido da ofensa à integridade física simples e da ameaça e coação. No caso dos crimes contra o património, os mais registados são o furto, a burla, o dano e o roubo.

No que concerne aos crimes contra a vida em sociedade, surgiu em primeiro lugar a condução com TAS $\geq 1,2$ g/l, seguido da contrafação/falsificação/passagem de moeda falsa e do Incêndio florestal/mata/arvoredo/seara.

No âmbito dos crimes contra o Estado e Legislação avulsa, apesar de nenhum dos dez crimes mais registados integrar estas tipologias, refira-se que, em 2017, no caso da primeira tipologia os crimes mais representados foram a desobediência e a resistência e coação sobre funcionário, e no caso da segunda a condução sem habilitação legal e o tráfico de estupefacientes²⁹⁴.

Se observarmos o RASI 2017 (GSGSSI, 2018) ou o destaque estatístico da DGPJ sobre a criminalidade registada em 2017 (DGPJ, 2018a), constata-se que o “*ranking*” dos crimes mais registados não coincide exatamente com o aqui apresentado, pois nesse âmbito são apresentadas as categorias criminais de acordo com o modelo 262, e não os crimes tal como previstos no Código Penal/legislação avulsa.

Por exemplo, o modelo 262 apresenta o crime de violência doméstica dividido em três categorias (contra cônjuge ou análogos, contra crianças e outros crimes de violência doméstica). A apresentação dos crimes registados em sede de RASI é efetuada seguindo as categorias existentes no modelo, onde coexistem categorias que correspondem a crimes tipificados no Código Penal (artigos autónomos) com categorias que correspondem a realidades parciais de crimes tipificados no Código Penal.

Na Tabela 41, para a violência doméstica, para o furto, a burla e o roubo foi possível agregar as respetivas categorias e indicar o quantitativo global. Para outros casos, e uma vez que os

²⁹⁴ Ao nível dos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal, a maior parte dos registos deveu-se a discriminação racial ou religiosa, e no âmbito dos crimes contra animais de companhia predominou o crime de maus-tratos a animais de companhia.

dados estatísticos disponíveis não possuem tal desagregação, as categorias indicadas podem contemplar mais do que um crime (ex.: “Ameaça e coação”²⁹⁵).

Categorias do modelo 262, como a ofensa à integridade física simples ou a condução com TAS $\geq 1,2$ g/l, correspondem a artigos autónomos do Código Penal, todavia, outras como “Violência doméstica contra cônjuge ou análogos” ou “Furto em veículo motorizado” são apenas realidades parciais de crimes tipificados no Código Penal.

Assim, no RASI de 2017 e no destaque estatístico da DGPJ, surge em 1.º lugar o “crime” de ofensa à integridade física simples (6,8% do total de crimes registados), seguido do furto em veículo motorizado (6,6%), da violência doméstica contra cônjuge ou análogos (6,6%), da condução com TAS $\geq 1,2$ g/l (5,8%) e da “Ameaça e coação” (4,3%), perfazendo estas cinco categorias cerca de 30% de todos os crimes registados.

Assim, consoante se siga a metodologia adotada no RASI/destaques estatísticos da DGPJ ou uma versão adaptada, e que procura seguir, na medida do possível, os crimes previstos no Código Penal e legislação avulsa, os cinco crimes/categorias mais registadas representam 30% ou 60% de toda a criminalidade registada.

9.1.2 ARMAS E OUTROS MEIOS UTILIZADOS

Conforme indicado no ponto 5.1.1, no âmbito do registo dos crimes por parte dos OPC são recolhidos dados sobre as armas e outros meios utilizados para algumas das categorias criminais previstas (homicídio voluntário consumado²⁹⁶, ofensa à integridade física grave²⁹⁷ e roubo²⁹⁸).

Em 2017, em 46% dos casos de homicídio voluntário consumado (HVC) não havia informação sobre a utilização de arma/meios; para 18% dos casos existia a informação de que

²⁹⁵ Incluindo assim os crimes de Ameaça (153.º do CP), coação (154.º do CP) e respetiva agravação (156.º do CP).

²⁹⁶ Categoria que segundo o manual de apoio ao preenchimento do mapa de notação de crimes corresponde aos seguintes crimes previstos no CP: art.º 131.º - homicídio; art.º 132.º - homicídio qualificado; art.º 133.º - homicídio privilegiado; art.º 134.º - homicídio a pedido da vítima; e art.º 136.º - infanticídio.

²⁹⁷ Categoria, que segundo a mesma fonte mencionada na nota anterior, integra os seguintes art.º s do CP: art.º 144.º - ofensa à integridade física grave; art.º 144.º-A - mutilação genital feminina; art.º 145.º - ofensa à integridade física qualificada; art.º 146.º - ofensa à integridade física privilegiada; e art.º 147.º - agravação pelo resultado.

²⁹⁸ Categoria que se encontra dividida em subtipos de roubo, integrando os seguintes crimes do CP: art.º 210.º - roubo; e art.º 211.º - violência depois da subtração.

fora utilizada arma de fogo e em 20% houve utilização de arma branca (Gráfico 22). A utilização de força física representava 4% dos casos e a utilização de outros meios (*incluindo instrumentos de trabalho, outros instrumentos, veneno ou outro produto químico, ameaça/coação psicológica ou outra arma ou instrumento*) 12%.

Entre 2008 e 2017, a proporção de casos de HVC registados em que a utilização de arma ou outro meio era ignorada foi aumentando, de 24% em 2008 para 46% em 2017 (Gráfico 22).

A proporção de casos em que houve utilização de força física, com exceção do valor mais elevado em 2008 (12%), apresentou nos anos seguintes e até 2017 pouca variação, situando-se em termos medianos no valor de 5%. No âmbito da utilização de arma de fogo, parece existir uma diminuição, uma vez que, em 2008, a proporção da utilização deste tipo de arma entre os HVC era de 37%, diminuindo para 18% em 2017, existindo, contudo, diversas oscilações nos valores verificados anualmente. Para as armas brancas, apesar de algumas oscilações verificadas ao longo dos dez anos em análise, os valores de 2008 e 2017 surgem próximos: 22% e 20%, respetivamente.

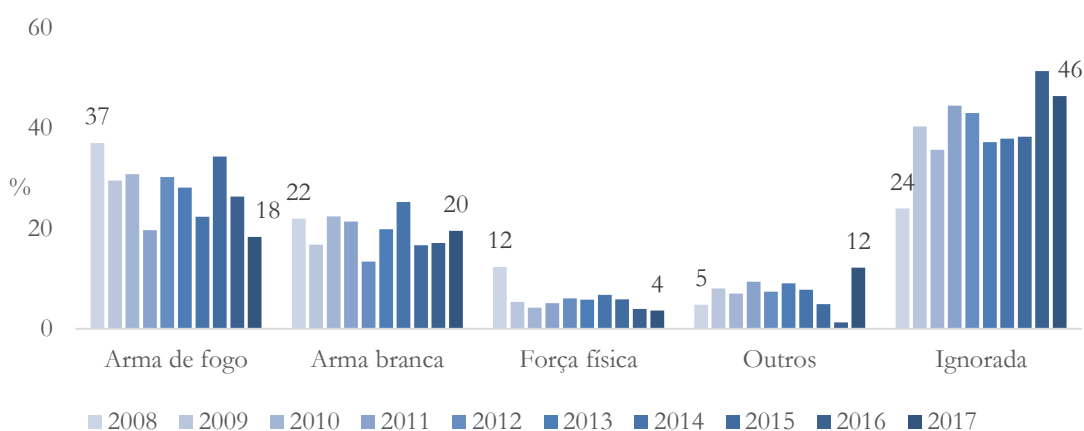


Gráfico 22: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto do homicídio voluntário consumado (%) (2008-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

No caso da ofensa à integridade física grave (OIFG), em 2017, em 33% dos casos foi utilizada força física, em 26% arma branca, em 11% arma de fogo, em 21% outros meios e em 9% esta informação era ignorada (Gráfico 23).

Os dados plasmados no Gráfico 23 mostram que, entre 2008 e 2017, a proporção de casos em que houve utilização de armas de fogo no âmbito da OIFG diminuiu (de 19% para 11%), a

utilização da força física aumentou (26% para 33%), aumentando igualmente a utilização de outros instrumentos/meios (12% para 21%).

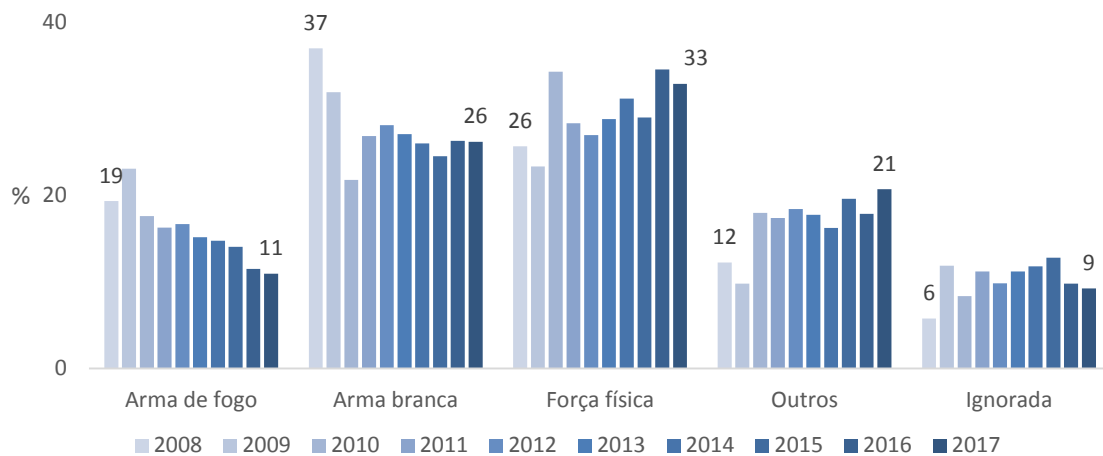


Gráfico 23: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto da ofensa à integridade física voluntária grave (%) (2008-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Pelo Gráfico 24, verifica-se que ao nível dos roubos, e também para o ano de 2017, em 48% dos casos foi utilizada força física, em 10% arma branca, em 5% arma de fogo, em 35% outros meios e em 3% esta informação era ignorada.

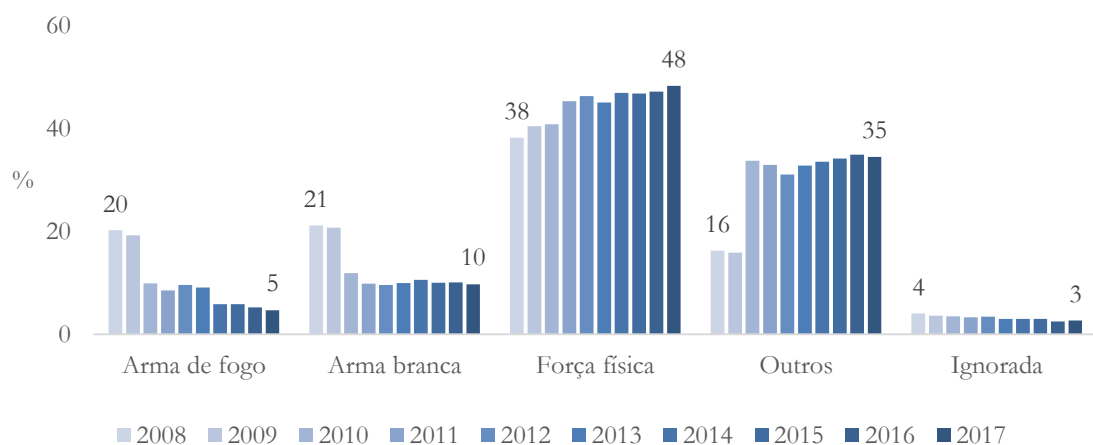


Gráfico 24: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto do roubo (%) (2008-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Também ao nível do roubo, tal como na OIFG, se regista, entre 2008 e 2017, um aumento da proporção de casos em que houve utilização da força física (38% para 48%) e da utilização de

outros instrumentos/meios (de 16% para 35%). No caso das armas de fogo (AF) e das armas brancas (AB) os valores evidenciam um menor recurso a estas armas para cometer roubos (AF passou de 20% em 2008 para 5% em 2017; e a AB passou de 21% para 10% nos mesmos anos, respetivamente); sendo que as descidas mais acentuadas se situam entre 2009 e 2010.

Salienta-se a elevada proporção de casos em termos do HVC em que este tipo de informação não estava disponível (46%). No caso da ofensa à integridade física voluntária grave ou do roubo, esta proporção reduz-se para 9% e 3%, respetivamente. Em contrapartida, a proporção de casos onde constam outros meios é mais elevada nestas duas categorias do que no HVC (21% na OIFG, 35% no roubo e 12% para o HVC).

Alargando o período de análise até 1993, recorrendo assim a uma série de 25 anos, exploraram-se as alterações verificadas para efeitos da proporção de casos de HVC, OIFG e Roubos (R) em que houve recurso a arma de fogo (AF) (ver Gráfico 25) ou arma branca (AB) (ver Gráfico 26).

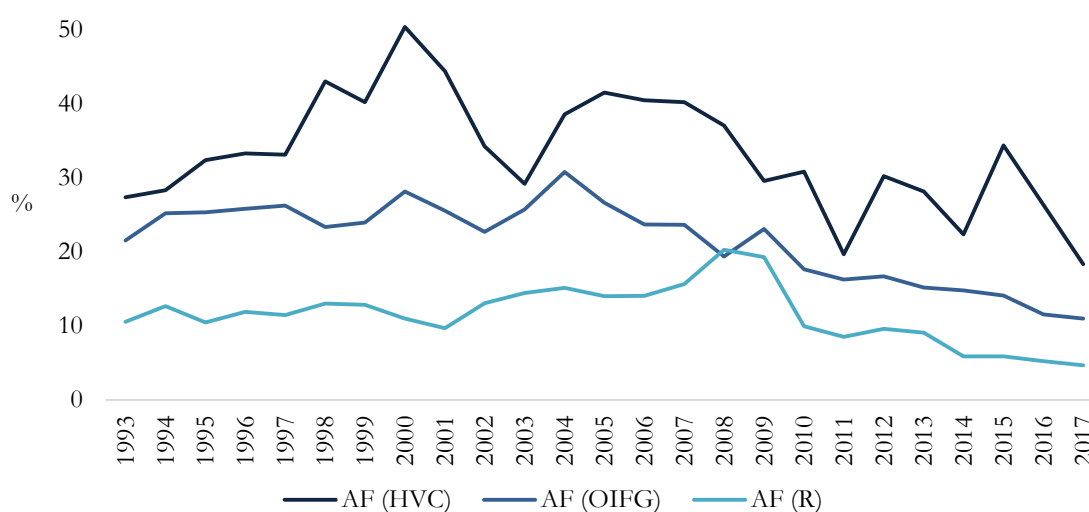


Gráfico 25: Utilização de arma de fogo (AF) no contexto do homicídio voluntário consumado (HVC), ofensa à integridade física grave (OIFG) e roubo (R) (%) (1993-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Assim, observa-se que no caso do HVC, entre 1993 e 2000 (ano em que atingiu o seu máximo: 50%), a utilização de AF aumentou, após o que vem diminuindo, embora com diversas variações anuais positivas e negativas (sendo que em 2017 atingiu o valor mínimo para a série de anos considerada) (Gráfico 25). Ao nível da OIFG, após um período de manutenção/aumento até ao ano de 2004 (onde atingiu o seu máximo: 31%), o seu valor vem diminuindo de forma consistente, atingindo em 2017 o mínimo de 11%. No caso do roubo,

após um aumento que se verificou até 2008 (ano em que atingiu o pico: 20%), apresenta uma descida até 2017 (onde se registou o valor mínimo de 5%).

No caso da arma branca (AB), no âmbito do HVC parece existir uma evolução no sentido de um aumento global da sua utilização, apesar de diversas oscilações anuais (Gráfico 26). Em termos da OIFG, entre 1993 e 2008 registou-se um aumento progressivo da utilização deste tipo de arma, sendo que no ano seguinte ocorreu uma diminuição acentuada, após o que apresentou novamente uma subida seguida de oscilações de menor magnitude. Ao nível do roubo, constata-se uma descida evidente e progressiva entre 1993 e 2009, período após o qual os valores se têm mantido próximos/constantes.

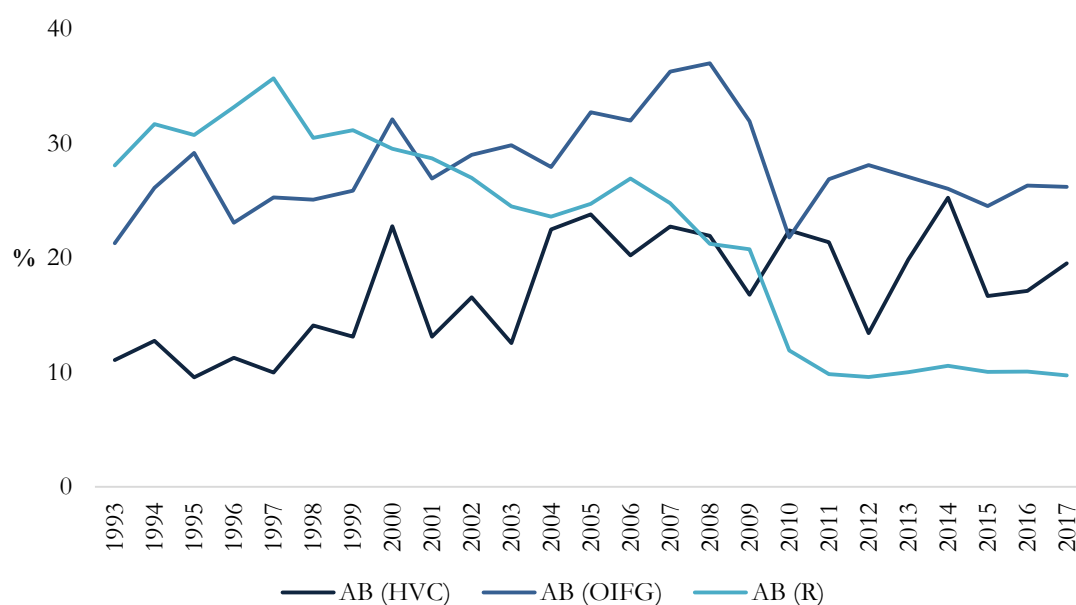


Gráfico 26: Utilização de arma branca (AB) no contexto do homicídio voluntário consumado (HVC), ofensa à integridade física grave (OIFG) e roubo (R) (%) (1993-2017)

Fonte: DGPJ. Dados extraídos do SIEJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

No Apêndice 8 constam os dados a partir dos quais foram elaborados os gráficos apresentados neste ponto 9.1.2.

9.2 CRIMINALIDADE VIOLENTA REGISTRADA EM PORTUGAL

9.2.1 EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE SEGUNDO A DEFINIÇÃO DO RASI

Tendo por base a definição atual de criminalidade violenta e grave utilizada no RASI, que comporta um conjunto de 25 ilícitos/categorias criminais, apresentam-se de seguida os dados para uma série de 25 anos (de 1993 a 2017). Apesar desta definição de CVG ter sido apenas utilizada a partir de 1998, conforme explanado no capítulo 5 (ponto 5.2.1), a DGPJ disponibiliza publicamente dados sobre os crimes registados desde 1993, sendo assim possível calcular desde essa data o volume da CVG, o que foi efetuado para o presente estudo. Para esta análise, teve-se em consideração o conjunto de 25 ilícitos/categorias que são atualmente integrados na operacionalização vigente de CVG (*e que se mantém inalterada em termos da sua efetiva abrangência desde 1998*).

Assim, em 1993 registaram-se 15.022 crimes violentos e graves, tendo o valor mais elevado sido atingido no ano de 2006, com 24.596 ilícitos, verificando-se uma descida em 2007, mas um novo aumento em 2008. Em 2010 atingiu um novo “pico”, ano desde o qual o valor tem vindo diminuir consecutivamente, tendo em 2017 atingido o valor de 15.303. Considerando esta série de 25 anos, a taxa de variação média anual da CVG situou-se em 0,4% (DP=8,8), sendo a mediana de -0,1%. Se entre 1993 e 2017 o volume da CVG cresceu 1,9%, entre 2016 e 2017 diminuiu 8,7% (Tabela 42).

Considerando o período entre 2008 e 2017, o volume global de CVG diminuiu 37%, sendo a taxa de variação média anual de -3,4%. Nestes dez anos, três dos principais crimes diminuíram o seu volume: o homicídio voluntário consumado (-44%), o roubo (-43%) e o rapto/sequestro/tomada de reféns (-41%). Por outro lado, a extorsão aumentou 82%, a violação aumentou 30%, a resistência e coação sobre funcionário aumentou 4% e os outros crimes abrangidos na definição tiveram um incremento de 63% (*salienta-se no entanto a dimensão reduzida deste tipo de crimes registados- sempre inferior a 155*).

Tabela 42: Número de crimes registados no âmbito da CVG, total e por tipo de crime, taxas de variação (%) e medidas descritivas (1993-2017)

	Total CVG	Número de registos (Fi)								
Ano	(Fi)	TVA (%)	HVC	OIFG	RSTF	Viol.	Roubo	Extorsão	RCSF	Outros
1993	15022	-	427	1261	218	488	11918	90	506	68
1994	17335	15,4	424	1065	234	498	14322	107	580	49
1995	17408	0,4	408	933	246	540	14396	137	654	46
1996	15809	-9,2	391	958	264	494	12892	95	577	67
1997	17081	8,0	381	959	331	551	13901	82	723	30
1998	15466	-9,5	340	954	349	405	12442	63	816	34
1999	19194	24,1	299	896	421	383	16065	87	984	69
2000	20145	5,0	247	805	315	385	17156	99	1116	62
2001	21925	8,8	282	862	418	349	18585	226	1152	53
2002	23249	6,0	266	842	442	404	19764	156	1305	34
2003	23409	0,7	271	895	483	392	19767	155	1396	23
2004	24479	4,6	187	777	446	338	21051	147	1482	22
2005	23790	-2,8	164	688	438	365	20218	175	1718	24
2006	24596	3,4	198	685	556	341	20914	176	1704	51
2007	22005	-10,5	132	665	443	305	18483	212	1742	50
2008	24366	10,7	146	760	492	314	20854	190	1576	70
2009	24195	-0,7	149	724	539	377	20471	226	1656	51
2010	24488	1,2	143	863	501	424	20442	212	1841	22
2011	24178	-1,3	117	812	507	374	20372	178	1749	59
2012	22283	-7,8	149	701	419	375	18514	223	1868	97
2013	20169	-9,5	121	580	432	345	16590	214	1857	153
2014	19086	-5,4	103	542	376	374	15594	215	1815	138
2015	18964	-0,6	102	469	369	375	15472	313	1818	94
2016	16759	-11,6	76	521	296	335	13313	481	1688	105
2017	15303	-8,7	82	584	292	408	11885	345	1639	114
M	20653	0,4	216	773	400	394	17228	188	1394	63
DP	3229	8,8	109	156	91	64	3025	91	441	36
Me	21047	-0,1	176	791	420	376	17820	177	1608	52
TV _{ar} (%)										
2017-1993	1,9	-	-80,8	-53,7	33,9	-16,4	-0,3	283,3	223,9	67,6
TV _{ar} (%)										
2017-2008	-37,2	-	-43,8	-23,2	-40,7	29,9	-43,0	81,6	4,0	62,9
TVA (%)										
2017-2016	-8,7	-	7,9	12,1	-1,4	21,8	-10,7	-28,3	-2,9	8,6
TVMA 2008-2017 (%)										
	-	-3,4	-5,0	-2,1	-5,2	3,6	-5,9	9,9	0,6	20,5

Nota: HVC- Homicídio voluntário consumado; OIFG- Ofensa à integridade física voluntária grave; RSTF- Rapto/sequestro/tomada de reféns; Viol. - Violação; RCSF- Resistência e coação sobre funcionário.

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Observando o peso da CVG na criminalidade global registada, constata-se que este tem-se situado entre os 4,5% (ano 1998 e 2017) e os 6,1% (ano de 2006), sendo em média de 5,4% (DP=0,4) e a mediana de 5,5% (ver Tabela 43).

Tabela 43: Número de crimes registados no âmbito da CVG, seu peso na criminalidade total, peso de cada tipo de crime na CVG e medidas descritivas (1993 a 2017)

<i>Ano</i>	Total CVG (Fi)	Peso da CVG no total (%)	Peso na CVG (%)							
			HVC	OIFG	RSTF	Viol.	Roubo	Extorsão	RCSF	Outros
1993	15022	4,9	2,8	8,4	1,5	3,2	79,3	0,6	3,4	0,8
1994	17335	5,2	2,4	6,1	1,3	2,9	82,6	0,6	3,3	0,6
1995	17408	5,3	2,3	5,4	1,4	3,1	82,7	0,8	3,8	0,5
1996	15809	4,9	2,5	6,1	1,7	3,1	81,5	0,6	3,6	0,9
1997	17081	5,3	2,2	5,6	1,9	3,2	81,4	0,5	4,2	0,9
1998	15466	4,5	2,2	6,2	2,3	2,6	80,4	0,4	5,3	0,6
1999	19194	5,3	1,6	4,7	2,2	2,0	83,7	0,5	5,1	0,3
2000	20145	5,5	1,2	4,0	1,6	1,9	85,2	0,5	5,5	0,1
2001	21925	5,9	1,3	3,9	1,9	1,6	84,8	1,0	5,3	0,2
2002	23249	5,9	1,1	3,6	1,9	1,7	85,0	0,7	5,6	0,3
2003	23409	5,6	1,2	3,8	2,1	1,7	84,4	0,7	6,0	0,2
2004	24479	5,9	0,8	3,2	1,8	1,4	86,0	0,6	6,1	0,2
2005	23790	6,0	0,7	2,9	1,8	1,5	85,0	0,7	7,2	0,1
2006	24596	6,1	0,8	2,8	2,3	1,4	85,0	0,7	6,9	0,1
2007	22005	5,5	0,6	3,0	2,0	1,4	84,0	1,0	7,9	0,1
2008	24366	5,6	0,6	3,1	2,0	1,3	85,6	0,8	6,5	0,1
2009	24195	5,7	0,6	3,0	2,2	1,6	84,6	0,9	6,8	0,2
2010	24488	5,8	0,6	3,5	2,0	1,7	83,5	0,9	7,5	0,3
2011	24178	5,8	0,5	3,4	2,1	1,5	84,3	0,7	7,2	0,3
2012	22283	5,5	0,7	3,1	1,9	1,7	83,1	1,0	8,4	0,2
2013	20169	5,4	0,6	2,9	2,1	1,7	82,3	1,1	9,2	0,1
2014	19086	5,4	0,5	2,8	2,0	2,0	81,7	1,1	9,5	0,4
2015	18964	5,3	0,5	2,5	1,9	2,0	81,6	1,7	9,6	0,2
2016	16759	5,1	0,5	3,1	1,8	2,0	79,4	2,9	10,1	0,3
2017	15303	4,5	0,5	3,8	1,9	2,7	77,7	2,3	10,7	0,4
M	20653	5,4 ²⁹⁹	1,2	4,0	1,9	2,0	83,0	0,9	6,6	0,3
DP	3229	0,4 ³⁰⁰	0,8	1,5	0,3	0,6	2,2	0,6	2,2	0,2
Me	21047	5,5 ³⁰¹	0,8	3,5	1,9	1,7	83,5	0,7	6,5	0,3

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Se se calcular a taxa de variação do peso da CVG na criminalidade geral registada verifica-se que esta foi sempre negativa, qualquer que seja um dos três períodos considerados (1993-2017: -8,2%; 2008-2017: -19,6%; ou 2016-2017: -11,8%).

Conforme se observa pela Tabela 43 (e pelo Gráfico 27 ao Gráfico 35) o roubo reflete uma larga maioria dos crimes englobados nesta definição de CVG (entre 78%, em 2017, e 86%, em 2004, dos ilícitos considerados). A ofensa à integridade física grave representava, em 1993, 8,4% da CVG, tendo o seu peso diminuído ao longo dos anos, assumindo, em 2017, a

²⁹⁹ No período 2008-2017: 5,4.

³⁰⁰ No período 2008-2017: 0,4.

³⁰¹ No período 2008-2017: 5,5.

expressão de 3,8%. Situação inversa sucedeu com o crime de resistência e coação sobre funcionário, que em 1993 representava 3,4% da CVG e em 2017 atingiu a proporção de 10,7%. O peso do homicídio voluntário consumado na CVG tem diminuído ao longo dos anos, em 1993 representava 2,8% da CVG e nos últimos quatro anos tem correspondido a 0,5%. A violação tem assumido ao longo desta série de dados valores entre 1,3% (ano 2008) e 3,2% (anos 1993 e 1997). O rapto/sequestro e tomada de reféns tem correspondido entre 1,3% a 2,3% da CVG. Quanto à extorsão, a sua expressão tem variado entre 0,4% (ano 1998) e 2,9% (ano 2016).

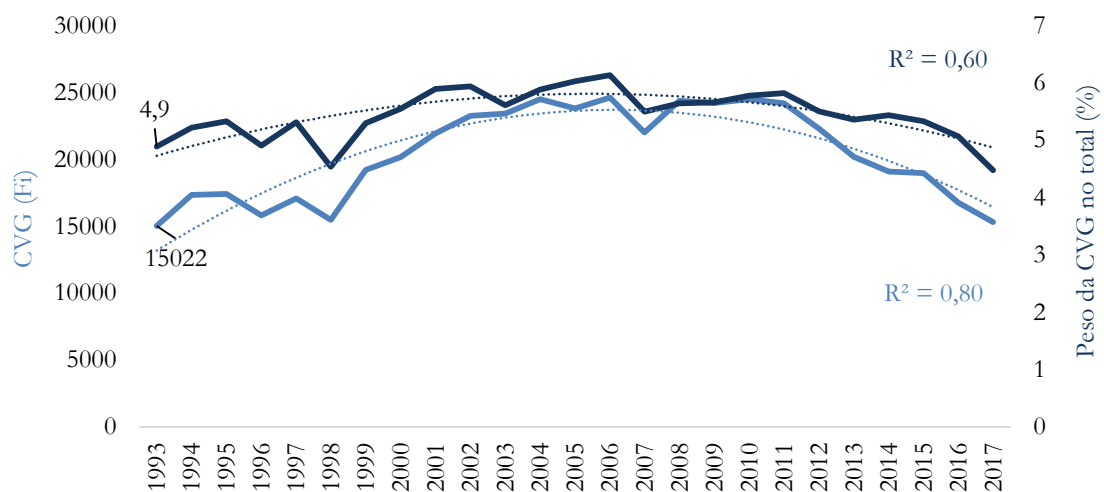


Gráfico 27: Número de crimes registados no âmbito da CVG (Fi) e seu peso na criminalidade global registada (%) (1993 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

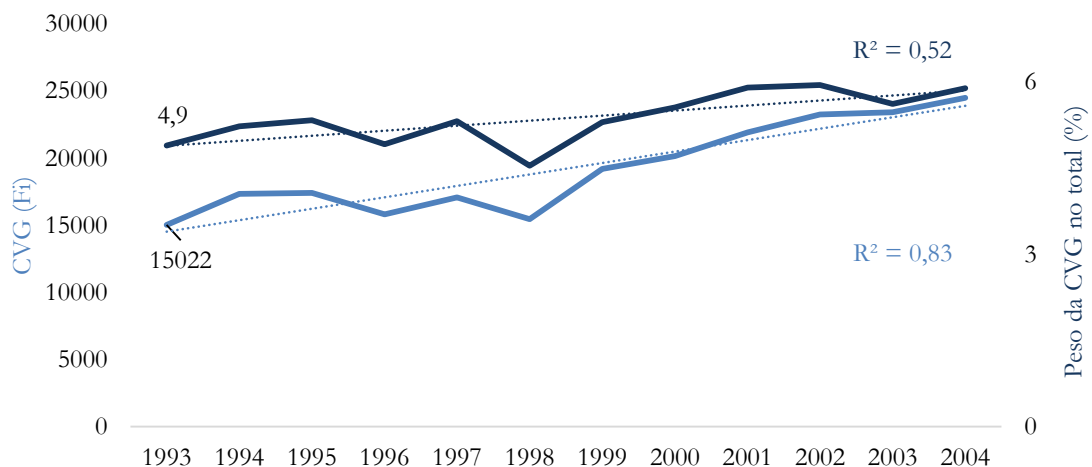


Gráfico 28: Número de crimes registados no âmbito da CVG (Fi) e seu peso na criminalidade global registada (%) (1993 a 2004)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Analisando os dados de 1993 a 2017 relativos à totalidade da CVG, verifica-se que os seus quantitativos aumentaram até ao ano de 2006, havendo um período de estabilização até 2011, após o que tem decrescido (Gráfico 27). Partindo esta série em duas partes (1993 a 2004; e 2005 a 2017), observa-se a referida evolução (ver Gráfico 28 e Gráfico 29).

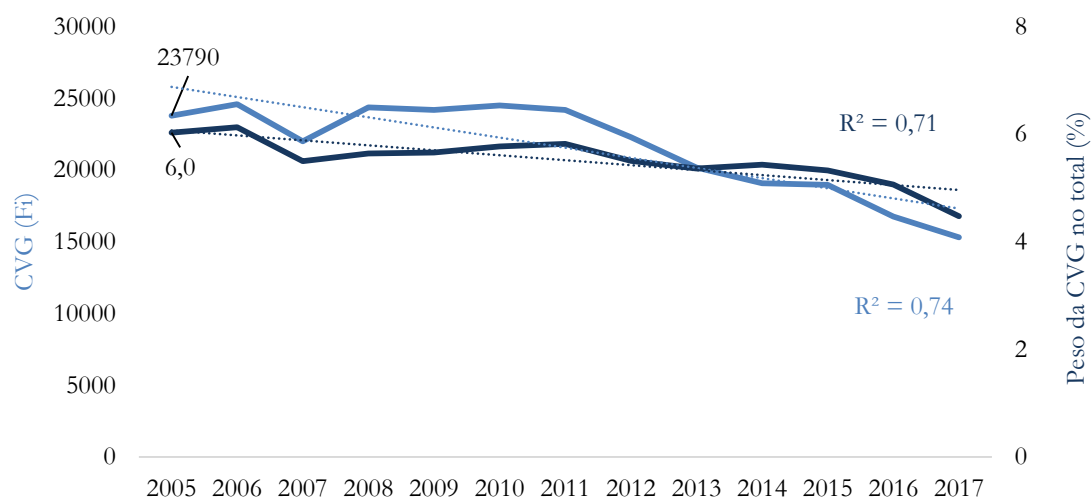


Gráfico 29: Número de crimes registados no âmbito da CVG (Fi) e seu peso na criminalidade global (%) (2005 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Observando em concreto a variação no número de HVC, a tendência global, entre 1993 e 2017, é decrescente, conforme evidenciado pelo Gráfico 30.

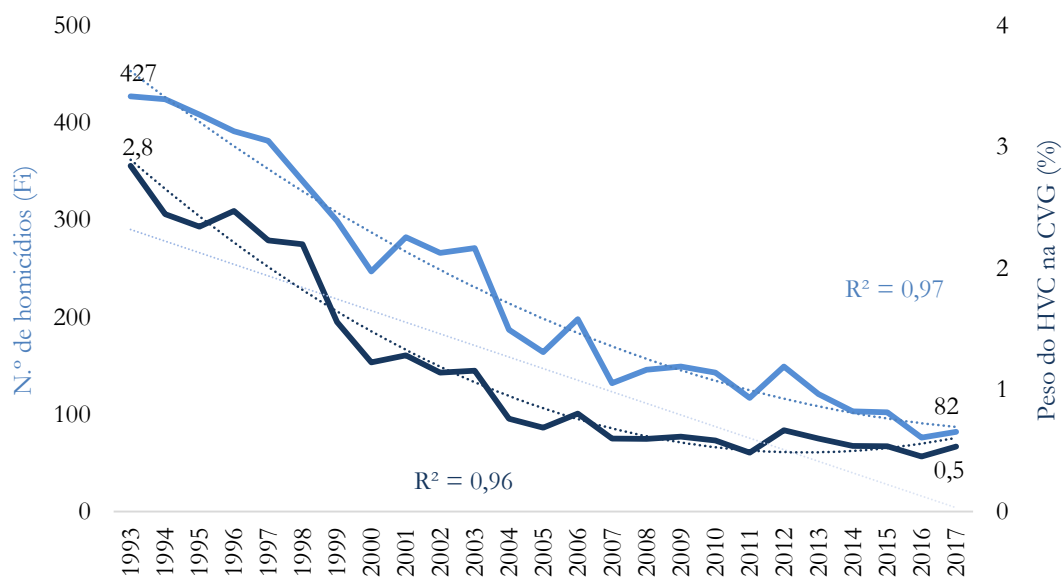


Gráfico 30: Número de homicídios voluntários consumados registados (Fi) e respetivo peso na CVG (%) (1993 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

No caso do crime de violação, após um aumento verificado entre 1993 e 1997, os seus quantitativos tenderam a diminuir até 2008, após o que parece surgir uma tendência de aumento. Tal como ilustrado no Gráfico 31, existem diversas variações nos quantitativos, sendo que as tendências referidas poderão ser entendidas como o enquadramento geral/”pano de fundo”.

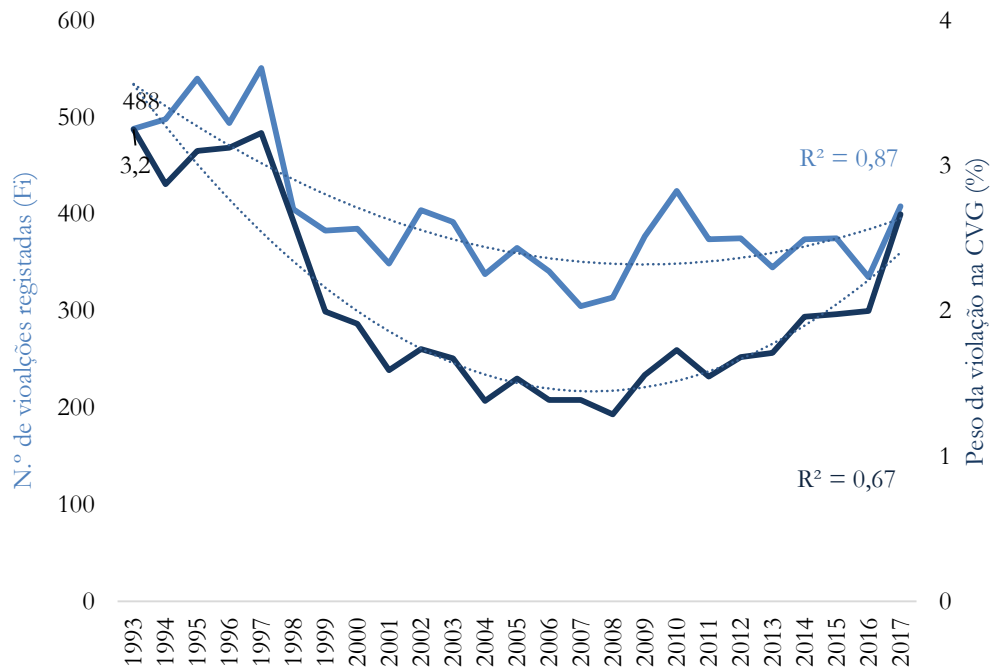


Gráfico 31: Número de violações registadas (Fi) e respetivo peso na CVG (%) (1993 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Ao nível da ofensa à integridade física grave, verifica-se uma tendência global de diminuição no número de registos neste âmbito de 1993 a 2017 (apesar dos aumentos verificados em 2003 e entre 2008-2010) (Gráfico 32).

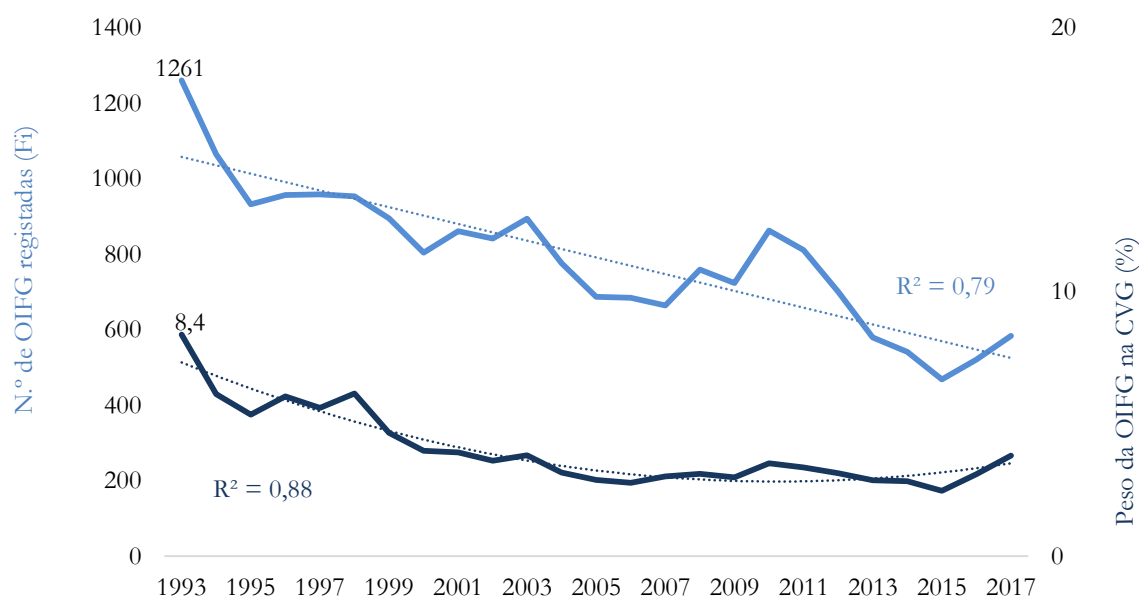


Gráfico 32: Número de ofensas à integridade física grave registadas (Fi) e respetivo peso na CVG (%) (1993 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Quanto aos roubos registados (agregando todas as categorias de roubo previstas no mapa de notação estatística dos crimes), constata-se, para o valor global da CVG, um aumento até ao ano 2004, após o que, apesar das oscilações, tendeu a diminuir (Gráfico 33).

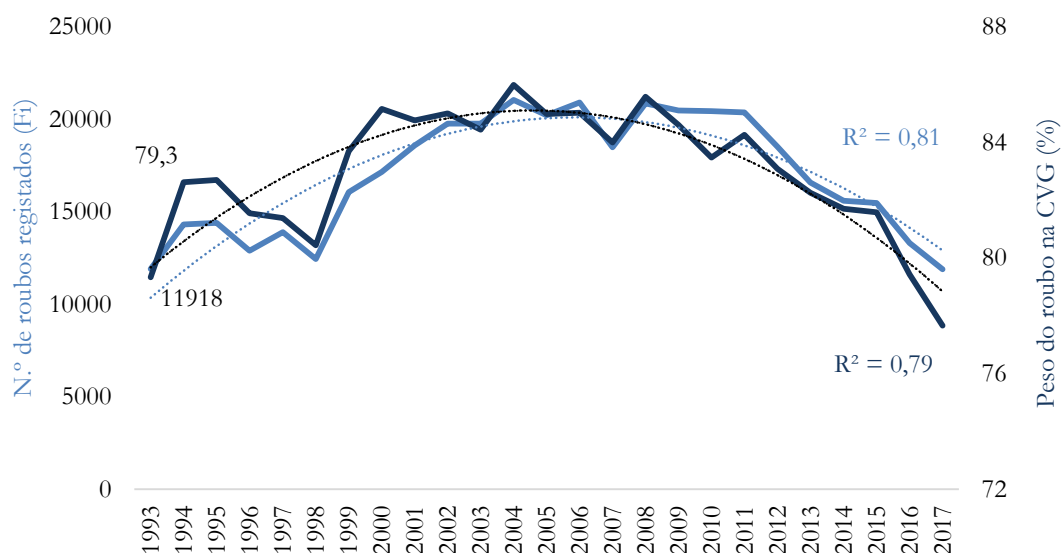


Gráfico 33: Número de roubos registados e respetivo peso na CVG (%) (1993 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

No que concerne aos raptos/sequestro/tomada de reféns, o número de crimes registados aumentou até 2006/2009, período após o qual surge uma diminuição (Gráfico 34). No caso da extorsão e dos outros crimes abrangidos pela definição de CVG usada no RASI, a tendência é

a de um aumento progressivo ao longo destes 25 anos (no caso dos outros crimes o aumento verifica-se sobretudo a partir de 2005).

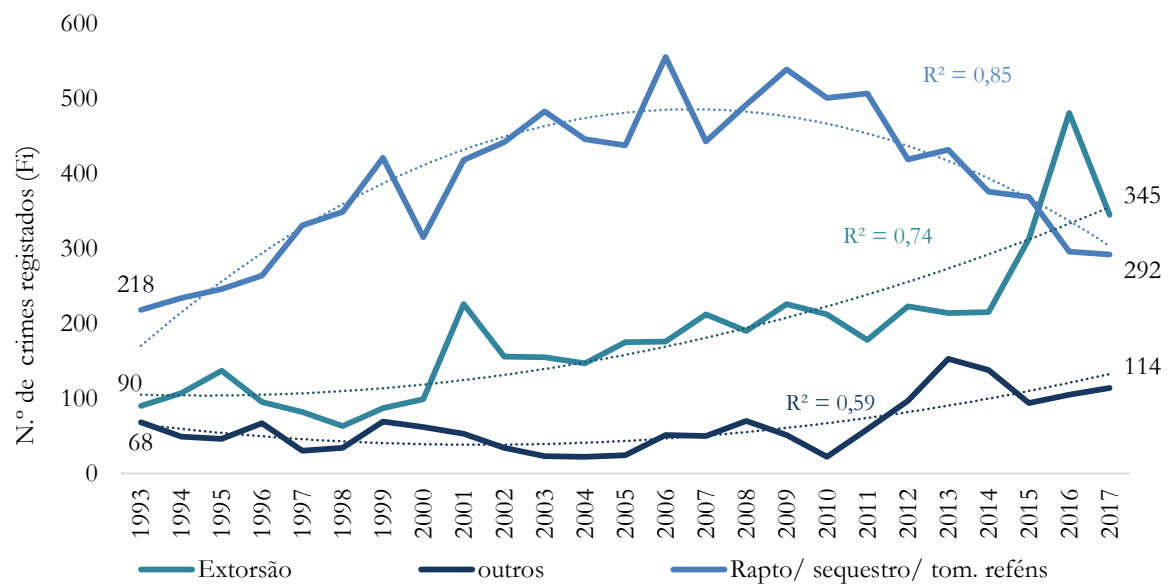


Gráfico 34: Número de raptos/sequestro/tomada de reféns, extorsão e outros crimes violentos e graves registados (Fi) (1993 a 2017)
Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Também ao nível da resistência e coação sobre funcionário (RCSF), a tendência observada é de um aumento global ao longo desta série de 25 anos (Gráfico 35).

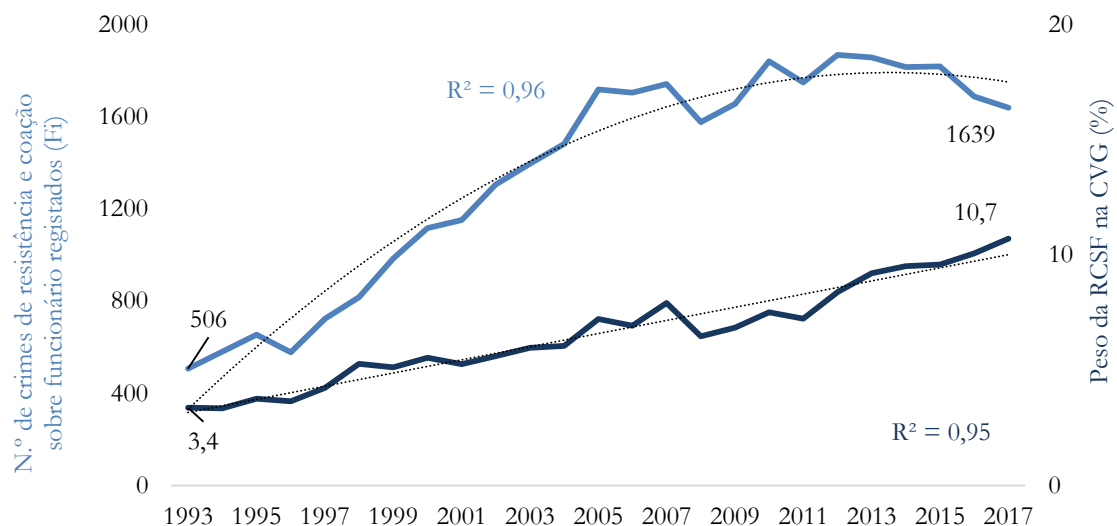


Gráfico 35: Número de crimes de resistência e coação sobre funcionário registados (Fi) e respetivo peso na CVG (%) (1993 a 2017)
Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

9.2.2 EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA SEGUNDO A DEFINIÇÃO DO CPP

Tendo por base a definição de criminalidade violenta (e especialmente violenta) prevista pelo CPP, a qual comporta um conjunto de 32 crimes previstos no CP, apresentam-se os dados seguintes para uma série de 10 anos (de 2008 a 2017). Apesar de existirem dados disponíveis desde 1993 para muitos dos crimes contemplados nesta definição do CPP, as alterações introduzidas no Código Penal em 2007 tiveram implicações consideráveis para alguns dos crimes com mais peso nesta definição de criminalidade violenta do CP (ex.: a violência doméstica foi autonomizada em 2007), optando-se assim por apresentar dados para uma série de dez anos: 2008 a 2017.

No Apêndice 2, o quadro apresentado contempla a correspondência possível entre os crimes previstos no CP, enquadrados na CV e na CEV, e a notação de crimes disponibilizada pela DGPJ- Sistema de Informação de Estatísticas de Justiça (SIEJ) – facto que determina a forma como são apresentados os quantitativos relativos aos crimes registados (ver Tabela 44).

Assim, e para diversos crimes, não é encontrada correspondência direta, estando englobados em outras categorias mais genéricas, pelo que os quantitativos apresentados poderão ser ligeiramente diferentes dos reais.

A título de exemplo, refere-se o caso dos crimes relativos aos artigos 131.º, 132.º, 133.º e 136.º do CP, abrangido na definição de criminalidade violenta do CPP e que se encontram englobados numa única categoria para efeitos estatísticos: “Homicídio voluntário consumado”. No entanto, esta categoria estatística inclui igualmente o art.º 134.º do CP³⁰², cuja moldura penal inferior a 5 anos determina que não faça parte da criminalidade violenta.

Deste modo, os valores apresentados com base no SIEJ são a aproximação possível. Nas duas primeiras colunas da Tabela 44 encontram-se sublinhados com cor creme os casos em que há correspondência exata.

Para os outros casos, apesar dos dados disponíveis não permitirem avaliar a magnitude das diferenças entre os valores considerados e os valores reais, julga-se que estas, em termos de quantitativos globais, possam ser residuais, uma vez que as categorias estatísticas usadas no SIEJ incluem geralmente os crimes mais preponderantes do ponto de vista estatístico.

³⁰² Homicídio a pedido da vítima.

Assim, e segundo a definição de CV e CEV do CPP³⁰³, em 2008 registaram-se 31.509 crimes violentos, o menor valor desta série de dez anos, tendo o valor mais elevado sido atingido no ano de 2010, com 37.738 crimes. Considerando esta série de dez anos, a taxa de variação anual da CV/CEV situou-se em média nos 1% (DP=5,3), sendo a mediana de 0,6%. Entre 2008 e 2017, o volume da CV/CEV aumentou 8%, e entre 2016 e 2017 aumentou 0,3%.

Observando o peso da CV e CEV na criminalidade global registada, constata-se que este se tem situado entre os 7,3% (ano 2008) e os 10,3% (ano 2016), tendo em 2017 representado 10%, sendo a sua média de 9% (DP=0,9) e a mediana de 9%. Entre 2008 e 2017 este peso da CV/CEV aumentou 37%, e entre 2016 e 2017 diminuiu 2,9% (Tabela 44).

No Gráfico 36 é possível visualizar a distribuição do número de registos de CV/CEV entre 2008 e 2017 e respetivo peso na criminalidade global registada. Assim, verifica-se que ao nível dos quantitativos, após um aumento entre 2008 e 2010 (onde foi atingido o valor máximo), seguiu-se um período em que o seu valor diminuiu (até 2012), após o que os valores apresentam uma relativa estabilidade em torno dos 33.500-34.700 registos.

Ao nível do peso desta criminalidade violenta/especialmente violenta na globalidade dos crimes registados, constata-se que este tem aumentado e diminuído em ciclos de dois anos até 2014, e mais recentemente em ciclos anuais, embora de forma global se constata uma tendência crescente.

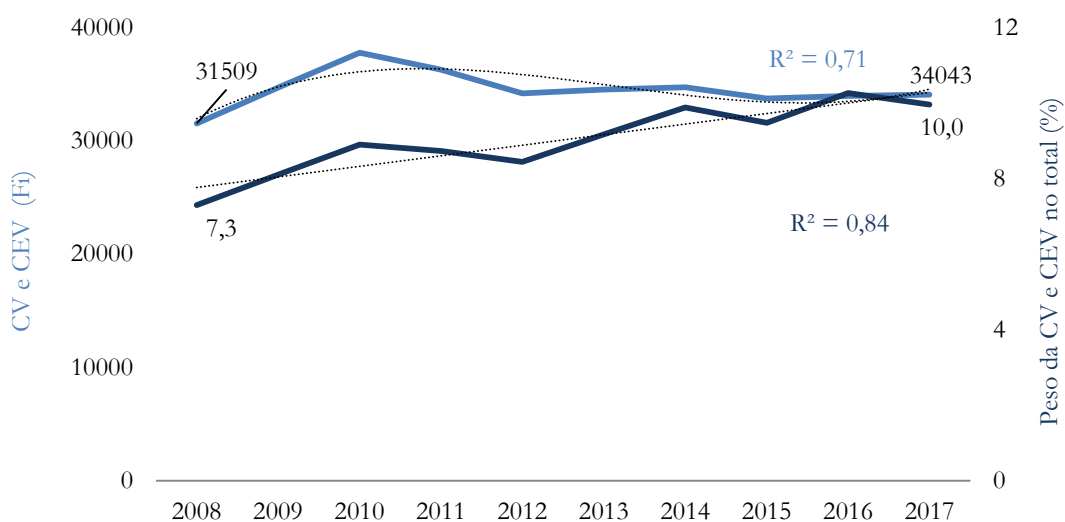


Gráfico 36: Número de crimes registados no âmbito da CV/CEV (Fi) e seu peso na criminalidade global registada (%) (2008 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

³⁰³ Considerou-se para efeitos desta análise a definição atualmente vigente de CV e CEV constante do CPP.

Capítulo 9. Evolução da criminalidade em Portugal

Tabela 44: Número de crimes registados no âmbito da CV/CEV (total e por tipo de crime), taxas de variação (%) e medidas descritivas (2008 a 2017)

<i>Crime</i>		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Peso na CV/CEV 2017	M	DP	Me	TVA 2017- 2016	TVar 2017- 2008	TVMA 2017- 2008
131.º 132.º 133.º 136.º	Homicídio Hom. qualificado Hom. privilegiado Infanticídio	146	149	143	117	149	121	103	102	76	82	0,24	118,8	27,6	119,0	7,9	-43,8	-5,0
138.º	Exposição ou abandono	1011	863	1136	1201	1392	1169	1217	774	430	549	1,61	974,2	312,7	1073,5	27,7	-45,7	-2,9
144.º 145.º 144.º-A	Ofensa à integridade física grave Ofensa à integrid. física qualificada Mutilação genital feminina ³⁰⁴	760	724	863	812	701	580	542	469	521	584	1,72	655,6	134,1	642,5	12,1	-23,2	-2,1
152.º	Violência doméstica	24157	27506	30340	28990	26794	27353	27305	26595	27005	26713	78,47	27275,8	1605,6	27155,0	-1,1	10,6	1,3
152.º-A	Maus tratos	950	436	392	390	429	462	573	670	714	698	2,05	571,4	184,1	517,5	-2,2	-26,5	-0,2
152.º-B	Violação de regras de segurança	101	150	143	137	102	110	116	95	238	341	1,00	153,3	78,0	126,5	43,3	237,6	22,6
154.º-B 159.º	Casamento forçado³⁰⁵ Escravidão	6	5	68	28	18	22	23	57	222	326	0,96	77,5	108,3	25,5	46,8	5333,3	184,4
158.º 161.º 162.º	Sequestro Rapto Tomada de reféns	492	539	501	507	419	432	376	369	296	292	0,86	422,3	88,1	425,5	-1,4	-40,7	-5,2
160.º	Tráfico de pessoas	43	39	28	25	22	28	48	53	51	40	0,12	37,7	11,3	39,5	-21,6	-7,0	2,6
164.º	Violação	314	377	424	374	375	345	374	375	335	408	1,20	370,1	32,4	374,5	21,8	29,9	3,6

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Nota: A cor creme nas duas primeiras colunas identifica os crimes para os quais existe uma correspondência exata entre a tipificação prevista no CP e as categorias estatísticas, para os restantes casos tal não se verifica.

³⁰⁴ O art.º 144.º-A encontra-se abrangido em “outros crimes contra a integridade física” (ver DGPJ, 2016), no entanto, e tendo em conta que esta categoria estatística inclui outros crimes que não fazem parte da definição de CV/CEV do CPP (sendo o quantitativo elevado), optou-se por apresentar aqui este crime na categoria estatística da OIFG.

³⁰⁵ Este crime foi aditado recentemente ao CP, estando em termos estatísticos englobado na categoria de outros crimes contra a liberdade pessoal (onde se insere a escravidão).

Tabela 44: Número de crimes registados no âmbito da CV/CEV (total e por tipo de crime), taxas de variação (%) e medidas descritivas (2008 a 2017) (cont.)

<i>Crime</i>		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Peso na CV/CEV 2017	M	DP	Me	TVA 2017- 2016	TVar 2017- 2008	TVMA 2017- 2008
163.º	Coação sexual	1179	1302	938	933	875	932	944	1026	1159	1193	3,50	1048,1	147,2	985,0	2,9	1,2	0,9
165.º	Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência																	
166.º	Abuso sexual de pessoa internada																	
168.º	Procriação artificial não consentida																	
169.º	Lenocínio																	
171.º	Abuso sexual de crianças	593	668	778	784	779	859	1013	1044	979	937	2,75	843,4	149,7	821,5	-4,3	58,0	5,6
172.º	Abuso sexual de menores dependentes																	
175.º	Lenocínio de menores	165	209	66	91	105	102	144	134	133	157	0,46	130,6	41,4	133,5	18,0	-4,8	6,7
176.º	Pornog.de menores																	
347.º	Resist. e coação sobre funcionário	1576	1656	1841	1749	1868	1857	1815	1818	1688	1639	4,81	1750,7	104,2	1782,0	-2,9	4,0	0,6
349.º	Tirada de presos	8	8	20	12	15	8	6	8	9	8	0,02	10,2	4,3	8,0	-11,1	0,0	10,9
350.º	Aux. de func. evasão																	
354.º	Motim de presos																	
355.º	Descaminho ou destr. obj. colocados sob o poder público	8	25	57	87	124	123	95	110	91	76	0,22	79,6	39,2	89,0	-16,5	850,0	43,8
Total CEV (19 crimes)		3700	4015	3761	3655	3440	3407	3550	3580	3559	3701	10,9	3636,8	174,9	3617,5	4,0	0,0	0,1
Total CV (13 crimes)³⁰⁶		27809	30641	33977	32582	30727	31096	31144	30119	30388	30342	81,1	30882,5	1606,5	30684	-0,2	9,1	1,1
Total CV e CEV (32 crimes)		31509	34656	37738	36237	34167	34503	34694	33699	33947	34043	100	34519,3	1625,3	34335,0	0,3	8,0	1,0
TVA		-	10,0	8,9	-4,0	-5,7	1,0	0,6	-2,9	0,7	0,3		1,0	5,3	0,6	-	-	
% na Crimin. total		7,3	8,1	8,9	8,7	8,4	9,2	9,9	9,5	10,3	10,0	-	9,0	0,9	9,0	-2,9	37,0	

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Nota: A cor creme nas duas primeiras colunas identifica os crimes para os quais existe uma correspondência exata entre a tipificação prevista no CP e as categorias estatísticas, para os restantes casos tal não se verifica.

³⁰⁶ No total aqui apresentado para a CV estão contemplados os quantitativos relativos à categoria estatística “Lenocínio e pornografia de menores” (a qual se reporta aos artigos 175.º e 176.º do CP), apesar do primeiro crime fazer parte da CEV. No total apresentado para a CEV, na linha anterior da tabela, estes valores não foram englobados para evitar a sua duplicação.

Na Tabela 44 constam alguns dados que permitem visualizar os quantitativos desagregados para a CV e para a CEV. Assim, verifica-se que em 2017, do total de CV/CEV indicado, 11% dos registos são enquadráveis na CEV e os restantes 89% na CV. Se por um lado a CEV aumentou 4% entre 2016 e 2017, e manteve em 2017 o quantitativo registado em 2008, o número de registos da CV praticamente manteve-se entre 2016 e 2017 (-0,2%), tendo aumentado 9% entre 2008 e 2017.

A distribuição do número de registos relativos à CV, e uma vez que esta representa o grosso da CV/CEV, segue o tipo de distribuição já mencionado anteriormente aquando da análise conjunta para a CV e CEV. No caso da CEV, e conforme se observa pelo Gráfico 37, os seus quantitativos aumentaram entre 2008 e 2009, diminuindo até 2013, após o que tem apresentado, de forma geral, um aumento progressivo.

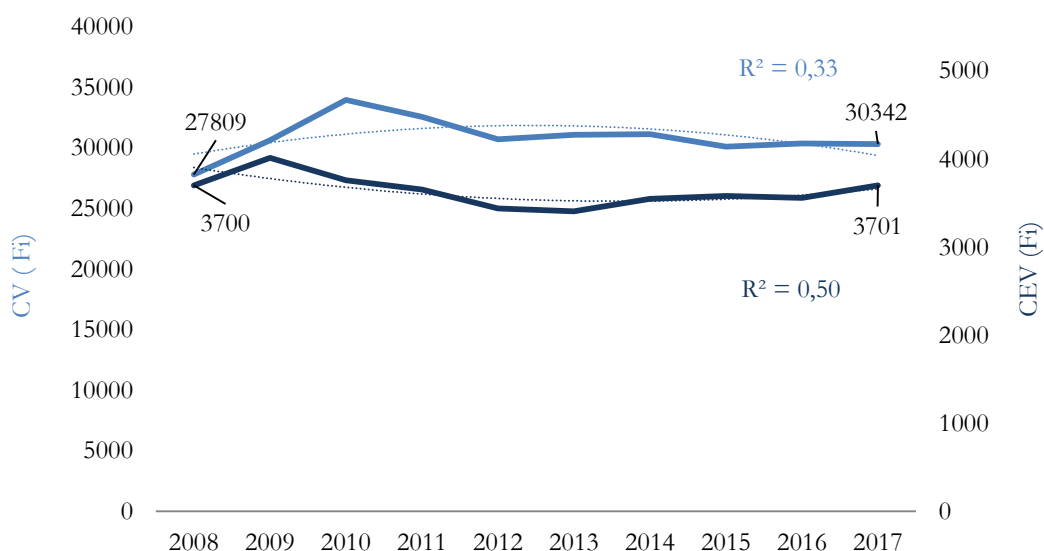


Gráfico 37: Número de crimes registados no âmbito da CV e da CEV (Fi) (2008 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

A Tabela 45 apresenta os crimes mais representativos no domínio da CV/CEV, tendo-se, todavia, acrescentado o homicídio e o rapto/sequestro/tomada de reféns, de modo a viabilizar uma análise do respetivo peso e sua evolução no conjunto de crimes aqui abrangidos.

A violência doméstica reflete uma larga maioria dos crimes englobados nesta definição de CV/CEV (representando 78,5% em 2017) (Tabela 45). Em 2017, a resistência e coação sobre funcionário refletia 4,8% do total da CV/CEV, a coação sexual 3,5%, o abuso sexual de crianças 2,8%, os maus tratos 2,1%, a OIFG 1,7%, a exposição ou abandono 1,6%, a violação 1,2%, o RSTR 0,9% e o HVC 0,2%. Os restantes crimes representavam 2,8% do total de crimes abrangidos nesta definição de CV/CEV.

Tabela 45: Número de crimes registados no âmbito da CV/CEV (Fi), peso de cada crime no total CV/CEV (%) e medidas descritivas (2008 a 2017)

Ano	Total de crimes registados (CV/CEV) (Fi)	Peso na CV/CEV (%)										
		HVC	E/A	OIFG	VD	MT	RSTR	Viol.	CS	ASC	RCSF	Outros
2008	31509	0,5	3,2	2,4	76,7	3,0	1,6	1,0	3,7	1,9	5,0	1,1
2009	34656	0,4	2,5	2,1	79,4	1,3	1,6	1,1	3,8	1,9	4,8	1,3
2010	37738	0,4	3,0	2,3	80,4	1,0	1,3	1,1	2,5	2,1	4,9	1,0
2011	36237	0,3	3,3	2,2	80,0	1,1	1,4	1,0	2,6	2,2	4,8	1,0
2012	34167	0,4	4,1	2,1	78,4	1,3	1,2	1,1	2,6	2,3	5,5	1,1
2013	34503	0,4	3,4	1,7	79,3	1,3	1,3	1,0	2,7	2,5	5,4	1,1
2014	34694	0,3	3,5	1,6	78,7	1,7	1,1	1,1	2,7	2,9	5,2	1,2
2015	33699	0,3	2,3	1,4	78,9	2,0	1,1	1,1	3,0	3,1	5,4	1,4
2016	33947	0,2	1,3	1,5	79,6	2,1	0,9	1,0	3,4	2,9	5,0	2,2
2017	34043	0,2	1,6	1,7	78,5	2,1	0,9	1,2	3,5	2,8	4,8	2,8
M	34519,3	0,3	2,8	1,9	79,0	1,7	1,2	1,1	3,1	2,4	5,1	1,4
DP	1625,3	0,1	0,9	0,4	1,0	0,6	0,2	0,1	0,5	0,4	0,3	0,6
Me	34335,0	0,3	3,1	1,9	79,1	1,5	1,2	1,1	2,9	2,4	5,0	1,2

Nota: HVC- homicídio voluntário consumado; E/A- exposição ou abandono; OIFG- ofensa à integridade física voluntária grave; VD- violência doméstica; MT- maus tratos; RSTR- rapto/sequestro/tomada de reféns; Viol. - Violação; CS- coação sexual; ASC- abuso sexual de crianças; RCSF- resistência e coação sobre funcionário

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Entre 2008 e 2017, o peso da violência doméstica tem representado entre 77% (ano 2008) e 80% (anos 2010 e 2011) do total da CV/CEV. O crime de resistência e coação sobre funcionário tem correspondido entre 4,8% e 5,5% do total da CV/CEV. O terceiro crime mais preponderante nesta definição de CV/CEV é a coação sexual, que em 2008 correspondia a 3,7%, em 2011 e 2012 atingira o seu mínimo (2,6%), mas desde então o seu peso tem vindo consistentemente a aumentar, tendo sido de 3,5% em 2017. Quanto ao abuso sexual de crianças, também se assistiu a um aumento do seu peso na CV/CEV: em 2008 correspondia a 1,9%, em 2015 atingiu o seu máximo (3,1%), representando nos anos seguintes entre 2,8% e 2,9% do total da CV/CEV. Ao nível dos maus-tratos, em 2008 observou-se o valor máximo de 3%, o qual diminuiu nos dois anos seguintes (sendo de 1% em 2010), aumentando em seguida, situando-se nos 2,1% em 2016 e 2017.

A exposição ou abandono representou 4,1% da CV em 2012, o seu valor máximo nesta série de dez anos, tendo o seu valor mínimo sido atingido em 2016 (1,3%).

A ofensa à integridade física grave representava, em 2008, 2,4% da CV/CEV, tendo o seu peso diminuído ao longo dos anos, assumindo em 2017 a expressão de 1,7% (embora entre 2016 e 2017 o seu peso tenha aumentado ligeiramente).

A violação tem assumido, ao longo desta série de dados, valores entre 1% (anos: 2008, 2011, 2013 e 2016), e 1,2% (em 2017).

O peso do homicídio voluntário consumado na CV/CEV tem diminuído ao longo dos anos. Em 2008 representava 0,5% e nos últimos dois anos correspondeu a 0,2%.

Situação semelhante é verificada para o rapto/sequestro e tomada de reféns, o seu peso tem diminuído ao longo destes anos, se em 2008 representava 1,6% da CV/CEV, em 2017 o seu peso era de 0,9%.

Quanto a outros crimes abrangidos nesta definição de CV/CEV, o seu peso tem vindo progressivamente a aumentar, em 2008 correspondia a 1% e em 2017 situava-se mais próximo dos 3%.

Do Gráfico 38 ao Gráfico 43 é possível visualizar a distribuição relativa a cada um dos crimes/categorias mencionados, quer ao nível dos seus quantitativos, quer quanto ao seu peso na CV/CEV. No caso dos crimes que já haviam sido objeto de análise específica quanto à distribuição do número de registos respetivos no ponto anterior (9.2.1), apresenta-se apenas um gráfico que procura sintetizar a evolução ao nível do seu peso no âmbito do total de crimes abrangidos pela CV e CEV, no período de 10 anos aqui utilizado (Gráfico 43).

Ao nível do crime de exposição ou abandono, conforme se observa pelo Gráfico 38, constatou-se um aumento até ao ano de 2012, após o que, de forma geral, os valores têm decrescido.

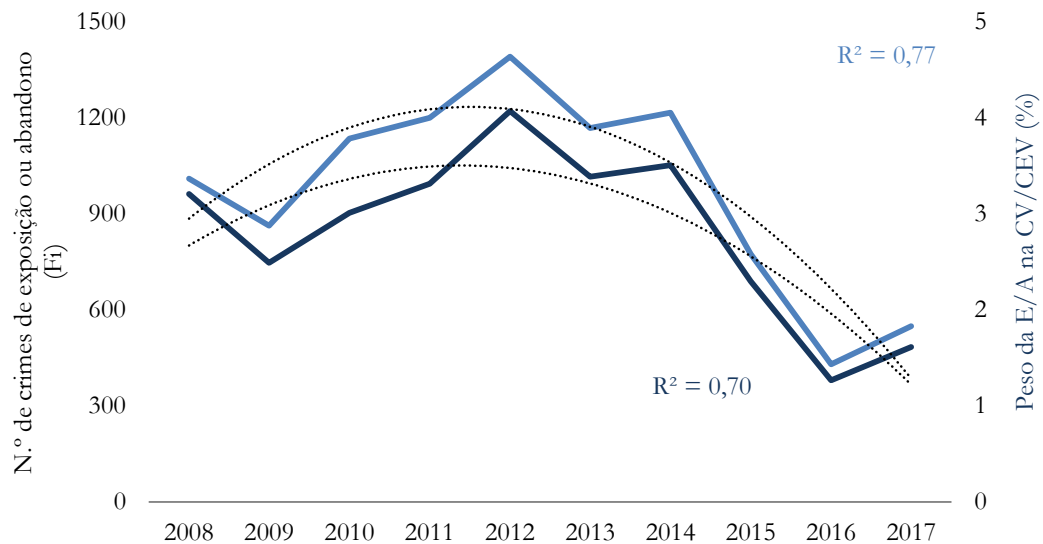


Gráfico 38: Número de crimes de exposição ou abandono registados e respetivo peso na CV/CEV (%) (2008 a 2017)
 Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

No âmbito da violência doméstica, o número de registos aumentou até 2010, seguindo-se dois anos em que diminuiu, após o que se tem observado uma estabilização em termos globais³⁰⁷ (Gráfico 39).

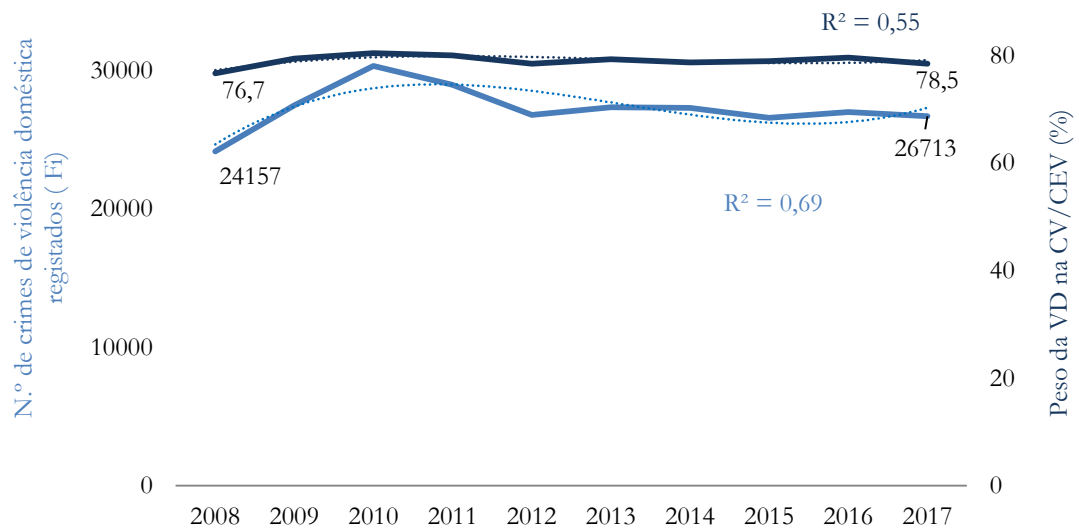


Gráfico 39: Número de crimes de VD registados e respetivo peso na CV/CEV (%) (2008 a 2017)
 Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

³⁰⁷ Os dados aqui utilizados para a VD têm como fonte a DGPJ, no entanto se fossem utilizados os disponibilizados pelo Ministério da Administração Interna (ao longo dos relatórios anuais elaborados sobre este crime), verificar-se-ia que a TVMA (2008-2017) se situa nos -0,3% e não nos 1,3% aqui apresentados. Esta diferença decorre do facto de existirem, para os anos de 2008 a 2010, discrepâncias relevantes nos quantitativos entre as duas fontes, situação atenuada nos anos seguintes.

No caso dos maus tratos, e tal como se observa no Gráfico 40, o número de registos diminuiu entre 2008 e 2009, período após o qual se tem verificado, de forma global, um aumento.

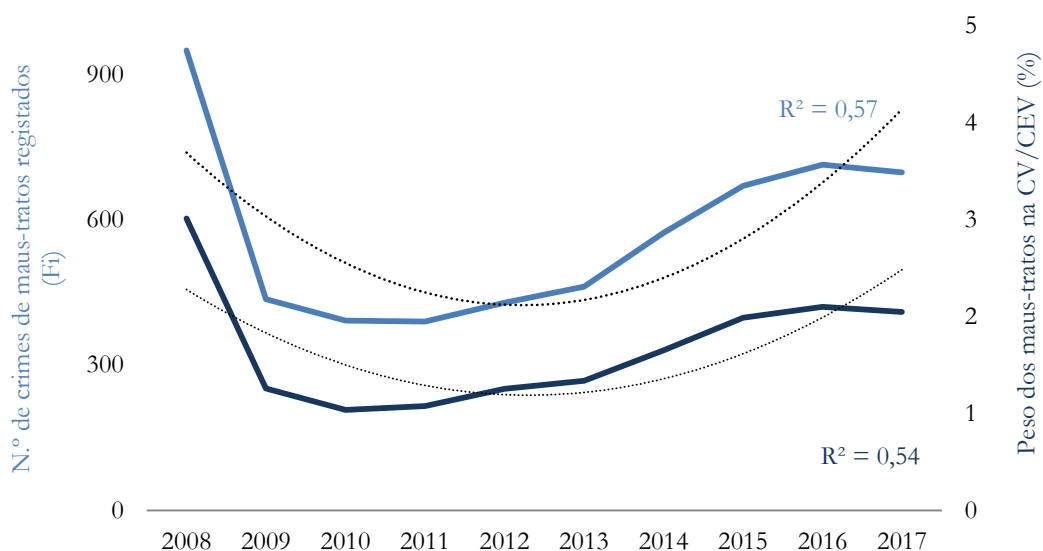


Gráfico 40: Número de crimes de maus-tratos registados e respetivo peso na CV/CEV (%) (2008 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Em termos da coação sexual, após um período de decréscimo até 2012, tem-se observado um aumento gradual (Gráfico 41).

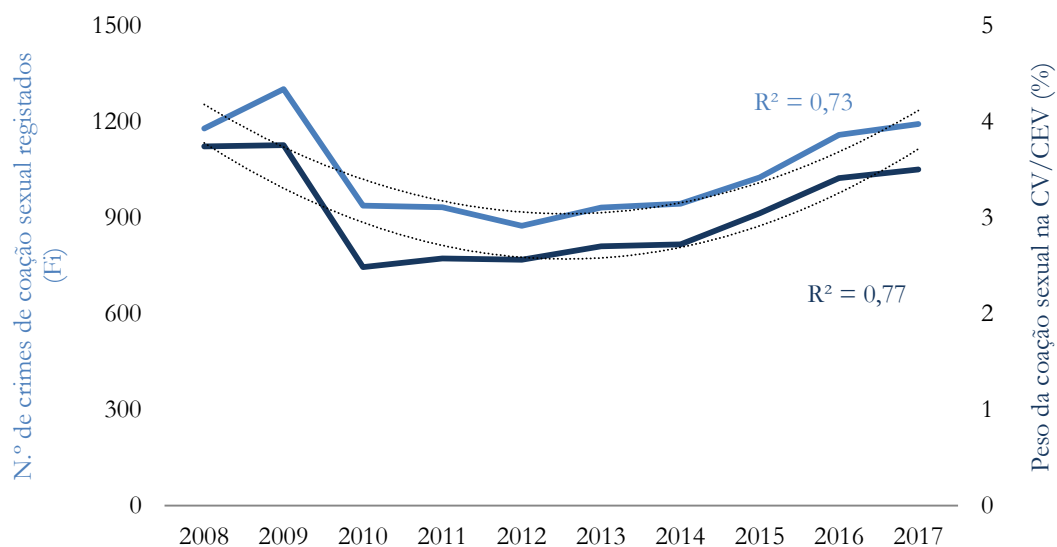


Gráfico 41 Número de crimes de coação sexual registados e respetivo peso na CV/CEV (%) (2008 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

No domínio do abuso sexual de crianças, os dados sugerem a existência de um aumento no período em análise (2008-2017).

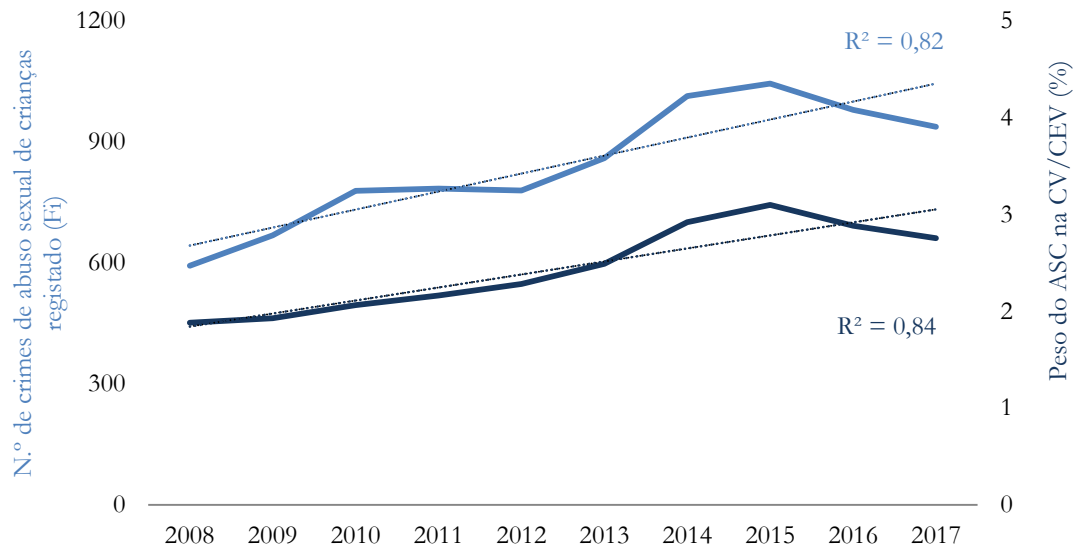


Gráfico 42: Número de crimes de abuso sexual de crianças registados e respetivo peso na CV/CEV (%) (2008 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Conforme indicado anteriormente, os dados sugerem uma diminuição da representatividade do HVC, do RSTR e das OIFG ao nível do número global da CV/CEV (Gráfico 43).

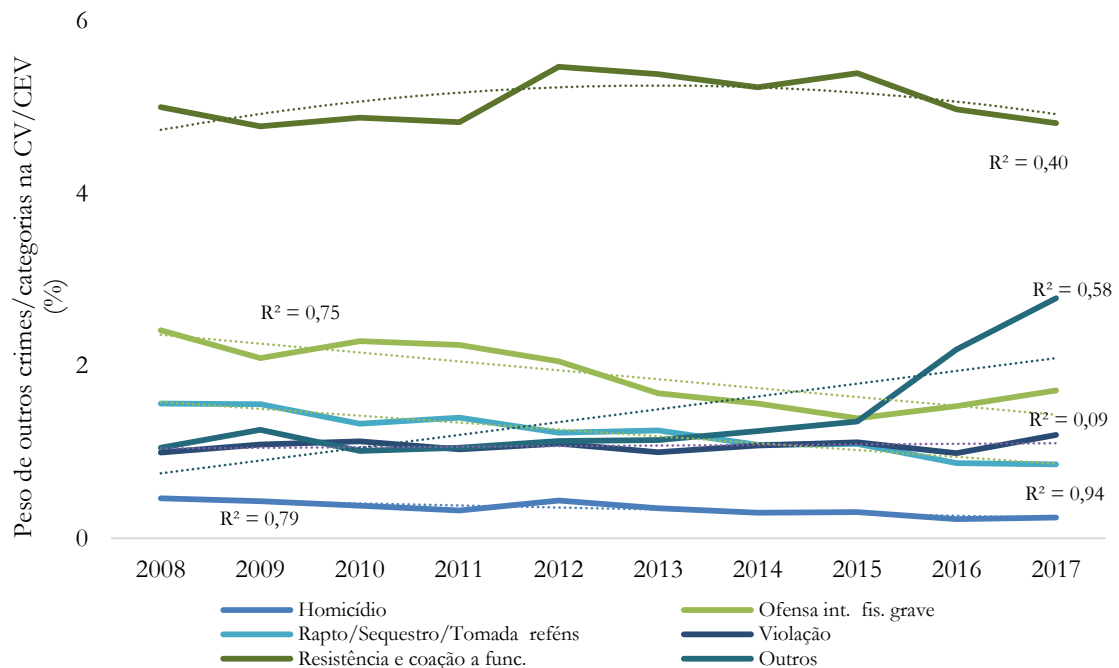


Gráfico 43: Proporção de casos de homicídio, rapto/sequestro/tomada de reféns, ofensa à integridade física grave, violação, resistência e coação sobre funcionário e outros crimes violentos registados no total de CV/CEV registada (%) (2008 a 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

No caso da violação e da RCSF, um padrão de diminuição ou aumento não é tão evidente, uma vez que o peso destes crimes na CV/CEV tem-se mantido ao longo dos últimos dez anos em torno dos 1% e 5%, respetivamente. Para os outros crimes abrangidos por esta definição de CV/CEV, constata-se, de forma global, um aumento da sua expressão (Gráfico 43).

9.2.3 COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA CONSOANTE A DEFINIÇÃO UTILIZADA

Neste ponto, procura-se efetuar uma comparação entre o impacto que cada uma das duas definições de “criminalidade violenta” possui ao nível da medição desta realidade.

Assim, e atendendo aos dados de 2017, se a definição de CV/CEV (do CPP) fosse a utilizada, em contraponto à definição utilizada no RASI para “criminalidade violenta e grave”, sendo que entre ambas apenas existe coincidência para 11 crimes, os quantitativos mais que duplicariam (34.043 vs. 15.303, respetivamente) (ver Quadro 26).

Por outro lado, ao nível das tendências observadas, se pela definição utilizada em sede de RASI é evidente um decréscimo do volume nesta criminalidade, nomeadamente no período de 2008 a 2017, em que a taxa de variação anual média é de -3,4%, sucede o inverso se atendermos à definição prevista pelo CPP, neste caso este mesmo indicador assume o valor de 1%. Ao nível dos dois outros indicadores considerados no domínio da variação neste período (taxa de variação 2008-2017; e taxa de variação 2016-2017), também se observam resultados divergentes. Utilizando a definição do RASI, estes indicadores assumem valores negativos de -37,2% e -8,7%, respetivamente, enquanto pela definição do CPP, estes indicadores apresentam valores positivos: 8% e 0,3%, respetivamente.

Verifica-se, no entanto, que qualquer que seja a definição usada, o ano em que se verificaram mais registos de criminalidade violenta, considerando o período comparável entre as duas definições de 2008 a 2017, foi o de 2010. Relativamente ao ano em que se observaram menos ocorrências, não existe coincidência, sendo que segundo a definição do RASI foi o de 2017 e pela definição do CPP foi o de 2008, o que surge alinhado com as tendências de evolução divergentes já referidas previamente.

	Definição de CVG (RASI)	Definição de CV/CEV (CPP)
N.º de crimes abrangidos	26	32
N.º de crimes em comum	11 ³⁰⁸	
N.º de crimes registados (2017)	15.303	34.043
Peso na criminalidade geral (2017) (%)	4,5%	10%
Crimes com mais peso na definição (2017)	Roubo: 78% Resistência e coação sobre funcionário: 11% Ofensa à integridade física grave: 3,8% Violação: 2,7% Extorsão: 2,3%	Violência doméstica: 78% Resistência e coação sobre funcionário: 4,8% Coação sexual: 3,5% Abuso sexual de crianças: 2,8% Maus tratos: 2,1%
Proporção representada pelo crime com mais peso em cada uma das definições na criminalidade geral em 2017 (%)	Roubo: 3,5%	Violência doméstica: 7,8%
Ano correspondente ao valor máximo (2008-2017)	2010	2010
Ano correspondente ao valor mínimo (2008-2017)	2017	2008
TVar (2008-2017) (%)	-37,2	8,0
TVMA (2008-2017) (%)	-3,4	1,0
TVA (2016-2017) (%)	-8,7	0,3

Quadro 26: Síntese comparativa do impacto das duas definições de criminalidade violenta na sua medição

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Analisando a distribuição dos crimes mais registados em cada definição, para o ano de 2017, constata-se que em ambas existe um único crime responsável por 78% dos registos da criminalidade violenta, no caso da definição do RASI é o roubo e no caso da definição do CPP é a violência doméstica (sendo que nenhum destes faz parte do elenco de 11 crimes que as duas definições têm em comum). O crime de resistência e coação sobre funcionário ocupa igualmente o segundo lugar nas duas definições, embora com pesos diferentes (na definição do RASI: 11% e na definição do CPP: cerca de 5%).

Na primeira definição, entre os cinco crimes mais representados na CVG consta a ofensa à integridade física grave (3,8%), a violação (2,7%) e a extorsão (2,3%). No caso da segunda definição, surgem outros crimes, como a coação sexual (3,5%), o abuso sexual de crianças (2,8%) e os maus tratos (2,1%). Salienta-se que deste total de seis outros crimes, apenas a

³⁰⁸ Ver ponto 5.2.2. Homicídio, homicídio qualificado, homicídio privilegiado, infanticídio, ofensa à integridade física grave, ofensa à integridade física qualificada, mutilação genital feminina, sequestro, rapto, tomada de reféns, violação, e resistência e coação sobre funcionário.

ofensa à integridade física grave e a violação são comuns às duas operacionalizações de criminalidade violenta.

A violência doméstica representou, em 2017, 7,8% de toda a criminalidade registada e o roubo apenas 3,5%, sendo que este peso diferenciado ao nível destes principais crimes de cada uma das definições consideradas tem repercussões na expressão da criminalidade violenta na criminalidade geral. Assim, se pela definição do RASI a CVG representou em 2017 menos de 5% (4,5%) da criminalidade geral registada, pela definição do CPP a CV/CEV representaria o dobro: 10% (ver Quadro 26).

Conforme indicado no ponto 5.2.2, existe ainda um conjunto de crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta, seja por uma interpretação extensiva da definição de CV/CEV do CPP ou de CVG do RASI, seja pela sua natureza e que não estejam integrados em nenhuma das duas definições aqui consideradas - trata-se de outros crimes previstos em legislação avulsa (para além do terrorismo).

Assim, e em termos complementares, procedeu-se a uma breve análise das variações verificadas para estes crimes no período de 2008 a 2017 (Tabela 46).

Salienta-se que também aqui os valores apresentados devem ser analisados com alguma reserva, pois para alguns casos não existe correspondência exata entre os crimes previstos no CP ou na legislação avulsa e as categorias estatísticas disponíveis. A título de exemplo, o valor incluído para incitamento ou ajuda ao suicídio (art.º 135.º do CP) corresponde à categoria estatística “outros contra a vida”, que inclui outros crimes como o 138.º (exposição ou abandono) e o 139.º (propaganda do suicídio). No caso dos crimes previstos na Lei da droga, pretendia-se aqui considerar apenas os previstos nos artigos 21.º, 22.º e 28.º, no entanto as categorias estatísticas disponíveis abarcam outros crimes para além destes. Assim, os quantitativos apresentados para os artigos 21.º (tráfico e outras atividades ilícitas) e 22.º (precursores) surgem na mesma categoria estatística: “tráfico estupefacientes”, contudo, esta também engloba, segundo o manual de preenchimento do modelo 262, outros crimes como os previstos nos artigos 24.º e 25.º desta Lei.

Tabela 46: Número de outros crimes potencialmente enquadrados na criminalidade violenta e não abrangidos na definição do CPP ou do RASI (Fi), TVA e TVMA (2008-2017)

<i>Crimes potencialmente abrangidos</i>		2008 (Fi)	2017 (Fi)	TVA (2016-2017) (%)	TVMA (2008- 2017) (%)
Interpretação extensiva- CP	Incitamento ou ajuda ao suicídio	1011	549	-6,7	-6,8
	Homicídio por negligência	653	422	13,4	-4,4
	Aborto / Aborto agravado	12	6	55,6	20,2
	Ofensa à integridade física simples	32.734	23.416	-2,3	-4,2
	Dano com violência	n.d ³⁰⁹	n.d	-	-
Lei de estrangeiros	Auxílio à imigração ilegal	51	84	15,1	9,3
	Associação de auxílio à imigração ilegal	- ³¹⁰	4	-42,9	2,5
Lei da droga	Tráfico e outras atividades ilícitas	3729	6308	12,8	5,5
Lei das armas	Detenção de arma proibida e crime cometido com arma	1992	1790	0,2	-1,1
	Tráfico e mediação de armas				
<i>Total (crimes interpretação extensiva – CP)</i>		34.410	24.393	1,7	-3,7
<i>Total (outros crimes previsto em Leg. avulsa)</i>		5772	8186	9,8	4,2
Total		40.182	32.579	3,6	-2,3

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Quando se analisa separadamente os dois conjuntos de outros crimes potencialmente abrangidos na criminalidade violenta, verifica-se que para aqueles que decorrem de uma interpretação extensiva da definição do CPP, a taxa de variação anual média, entre 2008 e 2017, situa-se em -3,7%, enquanto no caso dos outros crimes previstos em legislação avulsa essa mesma taxa foi de magnitude muito próxima, mas positiva: 4,2%. No âmbito da taxa de variação anual entre 2016 e 2017, para ambos os casos o valor é positivo: 1,7% e 9,8%, respetivamente.

Considerando estes dois conjuntos de crimes, verifica-se que em 2017 o seu quantitativo totalizava 32.579 registos, sendo que em 2008 o seu valor era superior (40.182). Considerando o período de 2008 a 2017, a taxa de variação anual média foi negativa: -2,3%.

Analisando mais pormenorizadamente os crimes incluídos em cada um dos conjuntos, observa-se que no âmbito dos outros crimes previstos no Código Penal, e para os quais

³⁰⁹ No SIEJ as categorias estatísticas apresentadas ao nível dos crimes registados não discriminam este crime do CP, apenas contemplam (“Outro dano - valores acima de 16.000; ou dano contra património cultural), pelo que se optou por não colocar aqui quaisquer valores.

³¹⁰ Sem valor, conforme consta no SIEJ (ao abrigo do segredo estatístico).

existem dados disponíveis, para todos eles a taxa de variação anual média nesta série de dez anos foi negativa, com exceção do crime de aborto/aborto agravado, contudo, face ao diminuto número de casos, esta taxa tem de ser contextualizada por essa via. Salienta-se que o crime de ofensa à integridade física simples, aquele cujo volume de registos é mais elevado, diminuiu em média anualmente 4,2%.

Considerando os outros crimes previstos em legislação avulsa, todos eles, com exceção dos crimes indicados previstos na lei das armas e munições, apresentam uma taxa de variação anual média, entre 2008 e 2017, positiva. Tendo em conta os crimes mais representativos deste grupo em termos de volume, ou seja, os previstos na lei da droga e aqui incluídos³¹¹, a referida taxa foi de 5,5% (tráfico e outras atividades ilícitas e precursores). No caso dos crimes considerados ao nível da lei das armas, em média, o seu volume diminuiu anualmente 1,1%, embora entre 2016 e 2017 o seu número tenha aumentado 0,2%.

9.3 RESULTADOS DOS INQUÉRITOS

Neste ponto, importa mencionar que os dados apresentados de seguida baseiam-se nos disponibilizados pelo DIAP de Lisboa³¹², referindo-se aos resultados dos inquéritos (acusações/arquivamentos), ou seja, respeitantes à fase anterior à de julgamento.

A atenção recai sobre os últimos cinco anos completos disponíveis (2011 a 2015), tendo-se também optado por incluir o ano de 2016, uma vez que existiam dados sobre o mesmo, embora não referentes ao ano completo. Assim, para o ano de 2016, os dados disponibilizados reportam-se apenas aos primeiros cinco meses do ano, após o que, por alterações ao nível do sistema de registo/informático, deixou de ser possível extrair informação nos mesmos moldes que nos anos anteriores.

Salienta-se ainda que as tipologias criminais presentes neste mapa e respetivas categorias de notação não são, em diversos casos, totalmente coincidentes com as utilizadas no âmbito do sistema de estatísticas da Justiça (baseado no modelo 262 de notação de crimes).

³¹¹ Refira-se que na Lei da droga, o art.º 28.º remete para associações criminosas, no entanto o respetivo quantitativo não deverá ser aqui contemplado uma vez que, segundo o manual de preenchimento do modelo 262 (DGPJ, 2016), este crime é incluído na categoria associação criminosa que abrange o referido artigo, bem como outros como o art.º 299.º do CP (associação criminosa), estando já esta categoria prevista na definição de CVG usada no RASI.

³¹² Através do “*Mapa do Movimento Anual de Processos de Inquérito - Por Infração*”.

A título de exemplo, refira-se que neste mapa ainda se mantinham categorias anteriores como seja os “Maus tratos, sobrecarga de menores ou sobre o cônjuge”, que seria a nomenclatura antes da entrada em vigor da tipificação do crime de violência doméstica. Assim, coexistem registos num mesmo ano para duas categorias que deveriam ser uma só. Procedeu-se ao ajustamento nestes casos, de modo a surgir apenas a categoria “violência doméstica”.

Manteve-se, no entanto, uma categoria constante no mapa relativa a “Maus tratos contra idosos”, uma vez que não é possível clarificar se a mesma se refere a situações de violência doméstica ou outras.

Outras categorias não coincidentes com o mapa de notação estatística da DGPJ/SIEJ foram igualmente mantidas pelo seu potencial informativo (ex.: ofensas à integridade física contra agentes de autoridade, contra professores e contra médicos).

Refira-se ainda que a tipologia usada neste mapa de crimes contra a vida em sociedade incluía o crime de detenção de arma proibida (tal como consta do SIEJ), o qual pertence à tipologia de crimes previstos na legislação avulsa (não sendo já o anterior art.º 275.º do CP), e o tráfico de armas surgia em ambas as tipologias. Antes da análise, cujos resultados se apresentam de seguida, procedeu-se igualmente aos ajustes necessários de modo a corrigir esta questão.

Tendo em conta o elevado volume de trabalho envolvido na compilação dos mapas anuais e processamento dos dados agregados, tornava-se inviável tratar e analisar as taxas de acusação para todos os crimes/categorias, pelo que em algumas tipologias criminais a atenção recaiu apenas sobre os crimes mais diretamente ligados à “criminalidade violenta”.

Apesar dos constrangimentos encontrados no tratamento e análise dos dados constantes nestes mapas, o seu potencial informativo é muito relevante, pelo que se optou por extrair o máximo de informação possível dos mesmos, viabilizando uma análise das taxas de acusação para os crimes/categorias criminais, e que não estava disponível por nenhuma outra via.

Espera-se que, com a evolução e atualização dos sistemas informáticos, as potencialidades de análise que estes mapas do DIAP de Lisboa comportavam sejam integradas e que a descontinuação da utilização dos referidos mapas de 2016 em diante, o que constitui uma perda de informação muito relevante, possa ser colmatada de outra forma.

As taxas de acusação apresentadas foram calculadas através da seguinte fórmula, da responsabilidade da presente investigação³¹³:

$$\text{Taxa de acusação} = \frac{\text{NPFA}}{(\text{NPFA} + \text{NPFARQ})} \times 100$$

Em que:

NPFA= Número de processos findos com acusação;

NPFARQ= Número de processos findos com arquivamento ao abrigo do art.º 277.º.

Conforme se verifica pelo Gráfico 44, em termos globais a taxa média de acusação nos processos findos no DIAP de Lisboa, entre 2011 e 2016, situou-se nos 8%, assim como a respetiva mediana.

Efetuando esta análise por tipologia de crimes³¹⁴ constata-se que os processos que mais tendem a resultar numa acusação estão englobados nos crimes contra o Estado (34%), seguindo-se os crimes contra a vida em sociedade (25%), os previstos em legislação avulsa (19%), os crimes contra as pessoas (12%) e finalmente os crimes contra o património (3%).

³¹³ O denominador para estes cálculos não incluiu processos findos com arquivamento pelos seguintes motivos: por dispensa da pena, por amnistia e “outros motivos”. Estes três motivos de arquivamento representam entre 6% e 7% do total de casos findos, nos vários anos considerados.

³¹⁴ Refira-se que não foi aqui incluída a tipologia dos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal, pelo diminuto volume de processos findos (com acusação ou arquivamento - ao abrigo do art.º 277.º) ao longo do período de análise (n=27); nenhum destes casos resultou em acusação, pelo que as taxas de acusação foram de 0% para os vários anos considerados. Também não se integrou a tipologia de crimes contra animais de companhia, uma vez que estes dados não estavam disponíveis (trata-se também de crimes introduzidos no Código Penal em 2014 (Lei n.º 69/2014, de 28 de agosto), pelo que mesmo que os dados estivessem disponíveis, não era ainda viável obter uma série estatística neste âmbito.

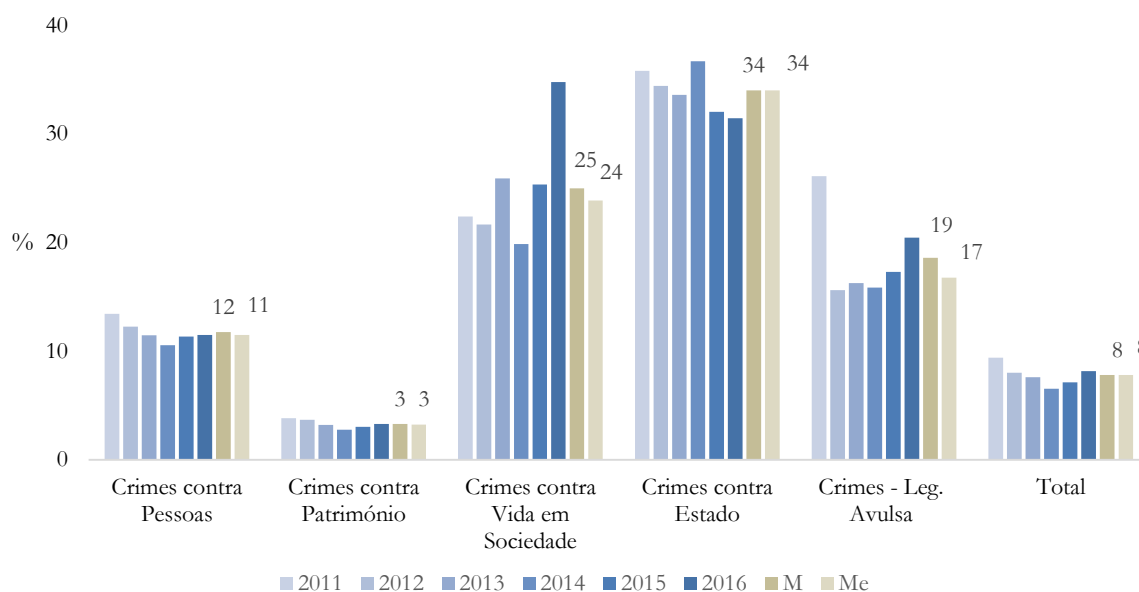


Gráfico 44: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), em termos globais e por tipologia criminal (%) (2011 a 2016)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa.

Conforme se verá seguidamente, a elevada taxa de acusação encontrada nos crimes contra a vida em sociedade deve-se sobretudo ao crime de condução de veículo com taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l.

Em termos da taxa de acusação a nível global, dos crimes contra as pessoas e dos crimes contra património, o gráfico evidencia algumas variações entre 2011 e 2016. Se entre 2011 e 2014 parece existir uma diminuição no seu valor, em seguida surge um aumento em 2015 e 2016.

No caso dos crimes previstos na legislação avulsa, em 2011 a taxa de acusação teve o seu máximo (24%), diminuindo em seguida, aumentando consistentemente nos anos seguintes (com exceção da variação negativa entre 2013 e 2014).

Na tipologia de crimes contra o Estado, entre 2011 e 2016 a taxa de acusação tem vindo a diminuir consecutivamente, registando-se, todavia, uma exceção no ano de 2014, quando atingiu o máximo de 37%.

Em termos dos crimes contra a vida em sociedade, não se vislumbra um padrão muito definido em termos de variação da taxa de acusação, verifica-se uma diminuição no seu valor até 2014 (com exceção do ano 2013 em que atingiu 26%), seguida de aumentos em 2015 e 2016 (Gráfico 44).

Ao nível dos crimes contra as pessoas, optou-se por incluir na presente análise todos os crimes/categorias disponíveis, de modo a viabilizar uma análise comparada das respetivas taxas de acusação (Gráfico 45).

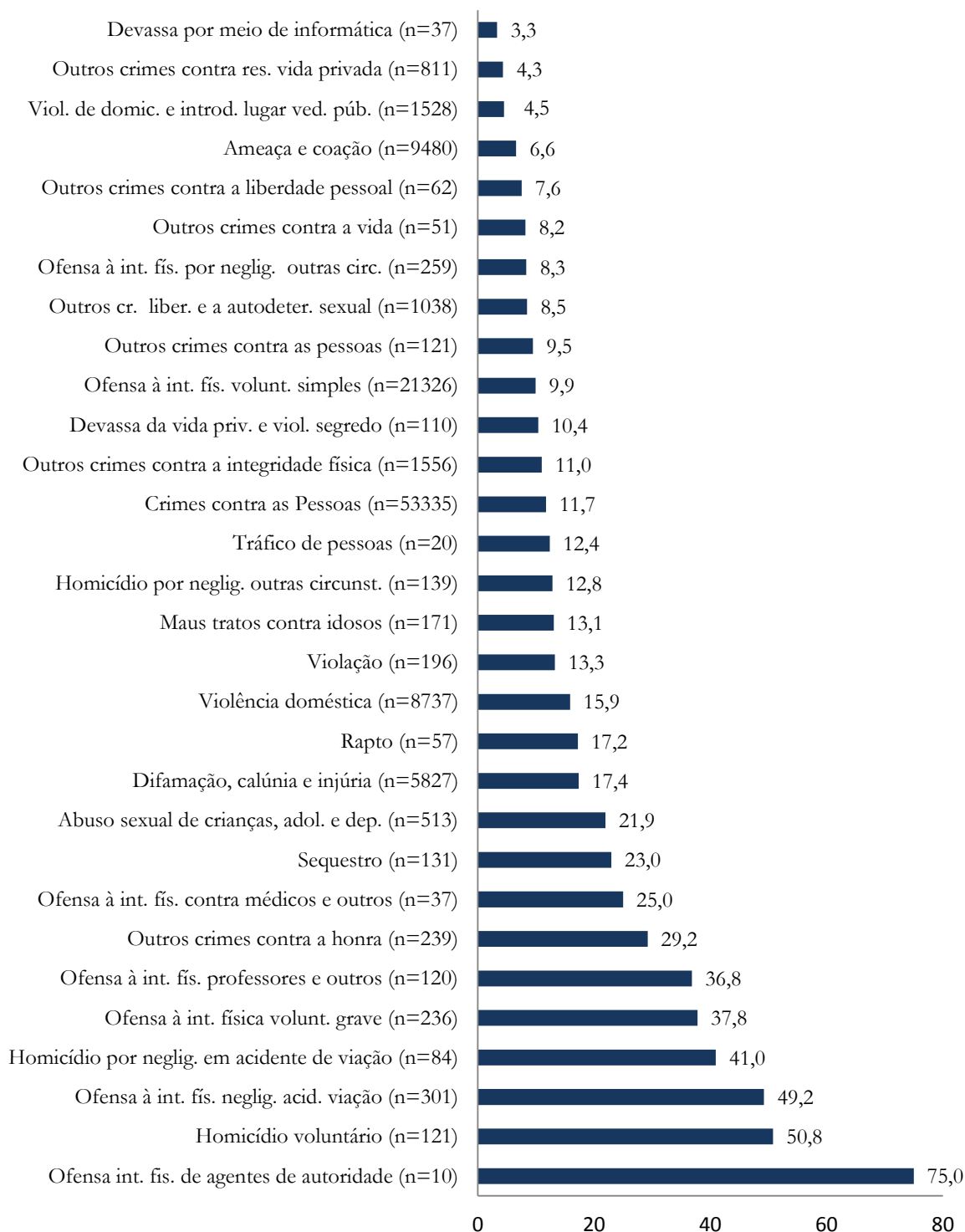


Gráfico 45: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), segundo cada ilícito na tipologia de crimes contra as pessoas (%) (2011 a 2016)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa.

Observa-se que entre os crimes com taxa média de acusação mais elevada situa-se a ofensa à integridade física contra agentes de autoridade (75%), o homicídio voluntário (51%), a ofensa à integridade física por negligência em acidente de viação (49%), o homicídio por negligência em acidente de viação (41%) e a ofensa à integridade física grave (38%)³¹⁵ (Gráfico 45).

Tendo em conta outros crimes integrados em alguma das definições de criminalidade violenta, importa salientar que o crime de sequestro apresentou uma taxa média de acusação de 23%, o abuso sexual de crianças/adolescentes e dependentes de 22%, o rapto 17%, a violência doméstica 16%, a violação 13%, assim como os maus tratos contra idosos, e o tráfico de pessoas 12%.

No Gráfico 46 consta a taxa média de acusação para alguns crimes contra o património, como seja o roubo e a extorsão (enquadráveis em alguma das definições de criminalidade violenta atrás consideradas), bem como para outras categorias mais representativas de furto (para viabilizar uma análise comparada com outros crimes contra o património para além dos acima mencionados). Acresce que o furto é o crime mais registado em Portugal pelo que também se justifica aqui a sua inclusão.

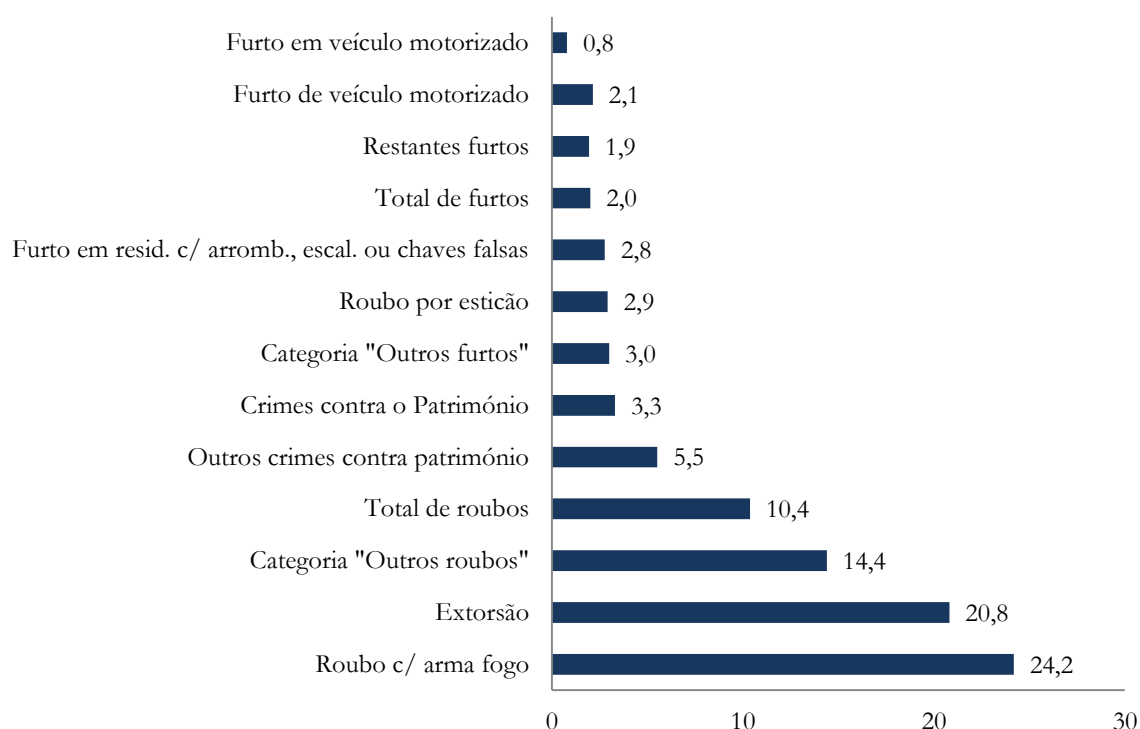


Gráfico 46: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), por ilícito na tipologia de crimes contra o

³¹⁵ Refira-se que desta análise foram excluídos os crimes que, entre 2011 e 2016, haviam tido menos de dez casos findos (ex.: aborto), embora estejam contabilizados no valor global da taxa de acusação nos crimes contra as pessoas.

património (%) (2011 a 2016)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa.

Ao nível dos crimes contra o património, verifica-se que a categoria com mais elevada taxa média de acusação é o roubo com arma de fogo (24%), seguindo-se a extorsão (21%) e outros roubos (14%). Quando se consideram todas as categorias de roubo, a taxa média de acusação respetiva é de 10%, valor claramente superior ao encontrado para a tipologia dos crimes contra o património. No âmbito dos furtos, a taxa média de acusação situou-se nos 2%.

No âmbito dos crimes contra a sociedade aqui considerados, destaca-se que a esmagadora maioria dos casos de condução de veículo com taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l resultam em acusação (92%) (Gráfico 47), o que seria de esperar tendo em conta que este crime é quase sempre verificado pelas autoridades policiais em operações de fiscalização ou na sequência de algum acidente, não existindo geralmente dificuldades ao nível da recolha de prova.

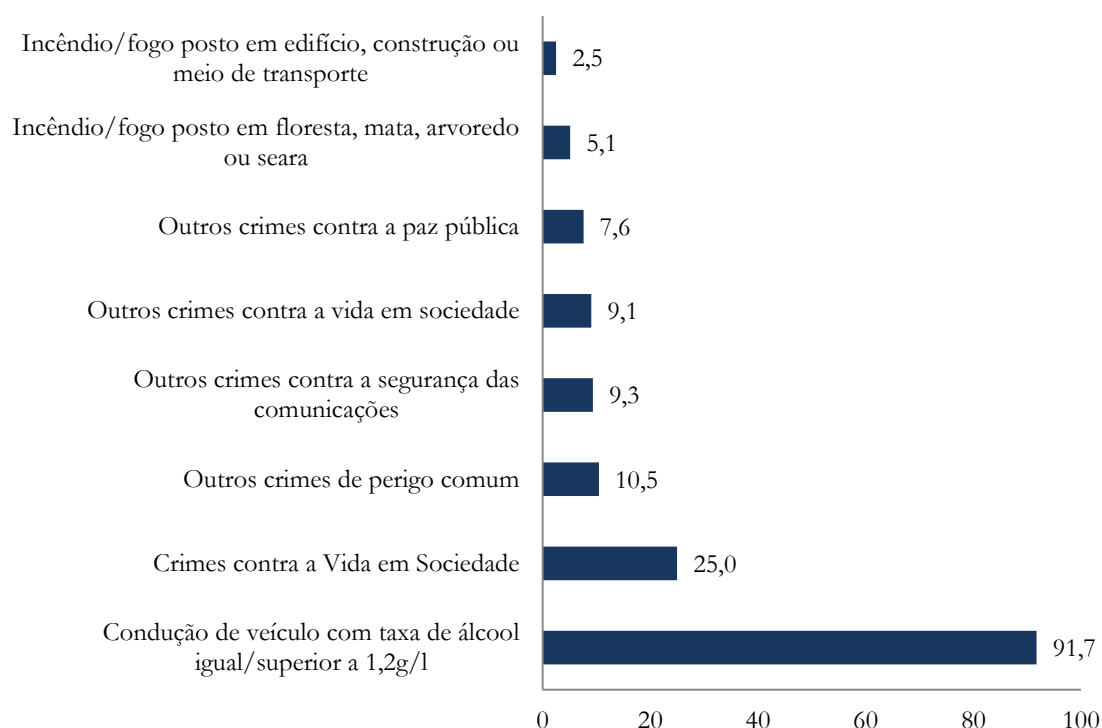


Gráfico 47: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), por tipo de crime na tipologia de crimes contra a vida em sociedade (%) (2011 a 2016)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa.

Se analisarmos outros crimes nesta tipologia, verifica-se que as respetivas taxas de acusação são muito inferiores às da condução sob efeito de álcool atrás referido, situando-se no caso das categorias que incluirão crimes potencialmente abrangidos pela definição de criminalidade

violenta, entre os 8% (outros crimes contra a paz pública³¹⁶) e os 9% (outros crimes contra a segurança das comunicações³¹⁷).

Pelo Gráfico 48, é possível verificar que o crime de resistência e coação sobre funcionário apresenta uma elevada taxa média de acusação, sendo que quase três quartos dos casos conduzem a uma acusação (74%). Outros crimes contra a autoridade pública, onde se incluirão alguns dos crimes violentos abrangidos pela definição de CV/CEV do CPP, revelam uma taxa média de acusação de 39%. A categoria relativa à “*Tirada, evasão e motim de presos*” apresentava um número total de processos findos reduzido pelo que se optou pela sua não discriminação, estando, no entanto, incluída no valor global da taxa de acusação para os crimes contra o Estado.

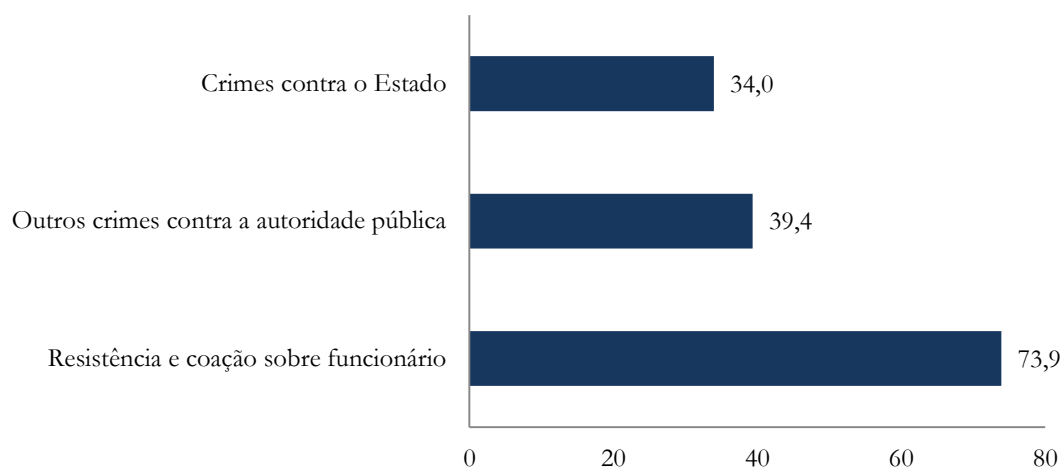


Gráfico 48: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), por tipo de crime na tipologia de crimes contra o Estado (%) (2011 a 2016)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa.

Salienta-se que o valor global da taxa média de acusação para esta tipologia de crimes contra o Estado reflete sobretudo algumas categorias criminais não analisadas aqui em pormenor, mas com maior peso nesta tipologia (ex.: desobediência e a falsidade de depoimento, declaração, testemunho, perícia, interpretação ou tradução).

Em média, quase um quinto dos inquéritos relativos a crimes previstos em legislação avulsa resultaram em acusação (19%), todavia, analisando de forma mais pormenorizada alguns dos

³¹⁶ Ex.: Instigação pública a um crime, apologia pública de um crime, associação criminosa, participação em motim e participação em motim armado.

³¹⁷ Ex.: Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros; atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro; e condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro.

crimes aqui abrangidos verifica-se uma taxa média de acusação mais elevada no caso do tráfico de estupefacientes (63%), cheque sem provisão (48%), detenção de armas proibidas (45%) e tráfico de armas (40%) (Gráfico 49). Em contraponto, crimes como o auxílio à imigração ilegal ou o casamento por conveniência registam uma taxa inferior: 17% e 4,5%, respetivamente.

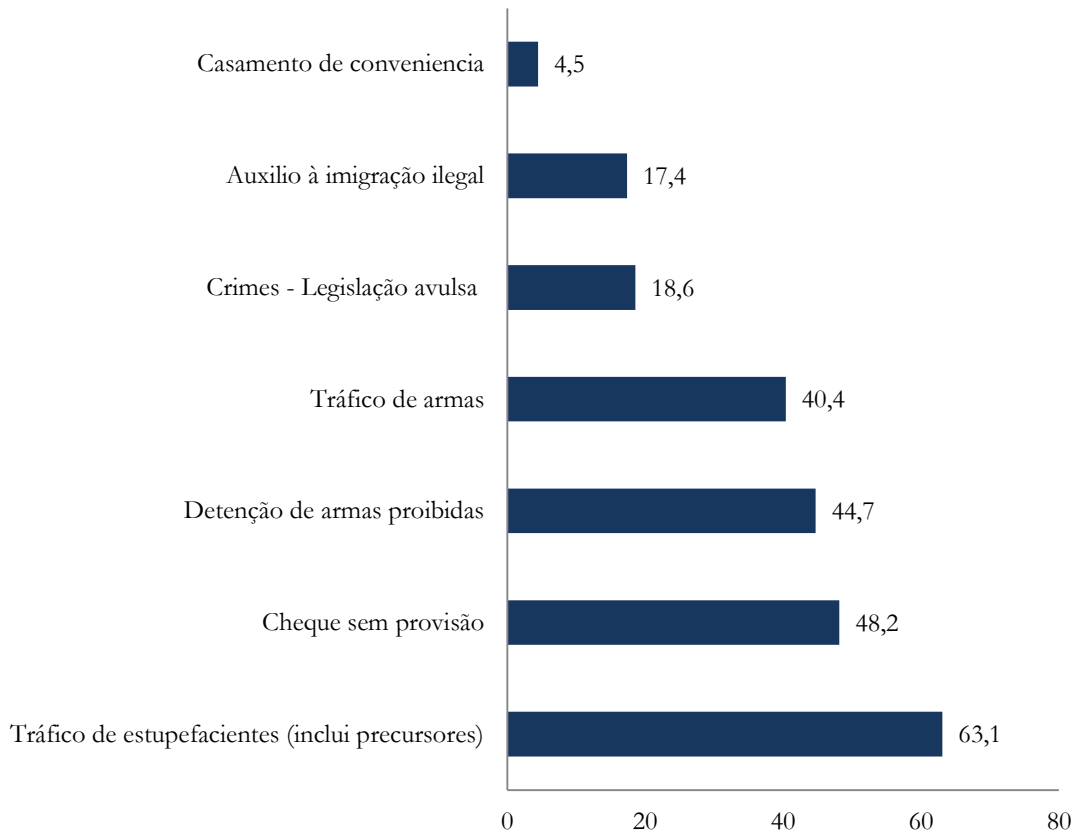


Gráfico 49: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), por tipo de crime previsto em legislação avulsa (%) (2011 a 2016)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa.

Finalmente, analisando os vários crimes potencialmente incluídos na definição de criminalidade violenta, independentemente da tipologia criminal a que pertençam, constata-se que, em termos globais, a taxa média de acusação (entre 2011 e 2016) foi de 21% (Gráfico 50).

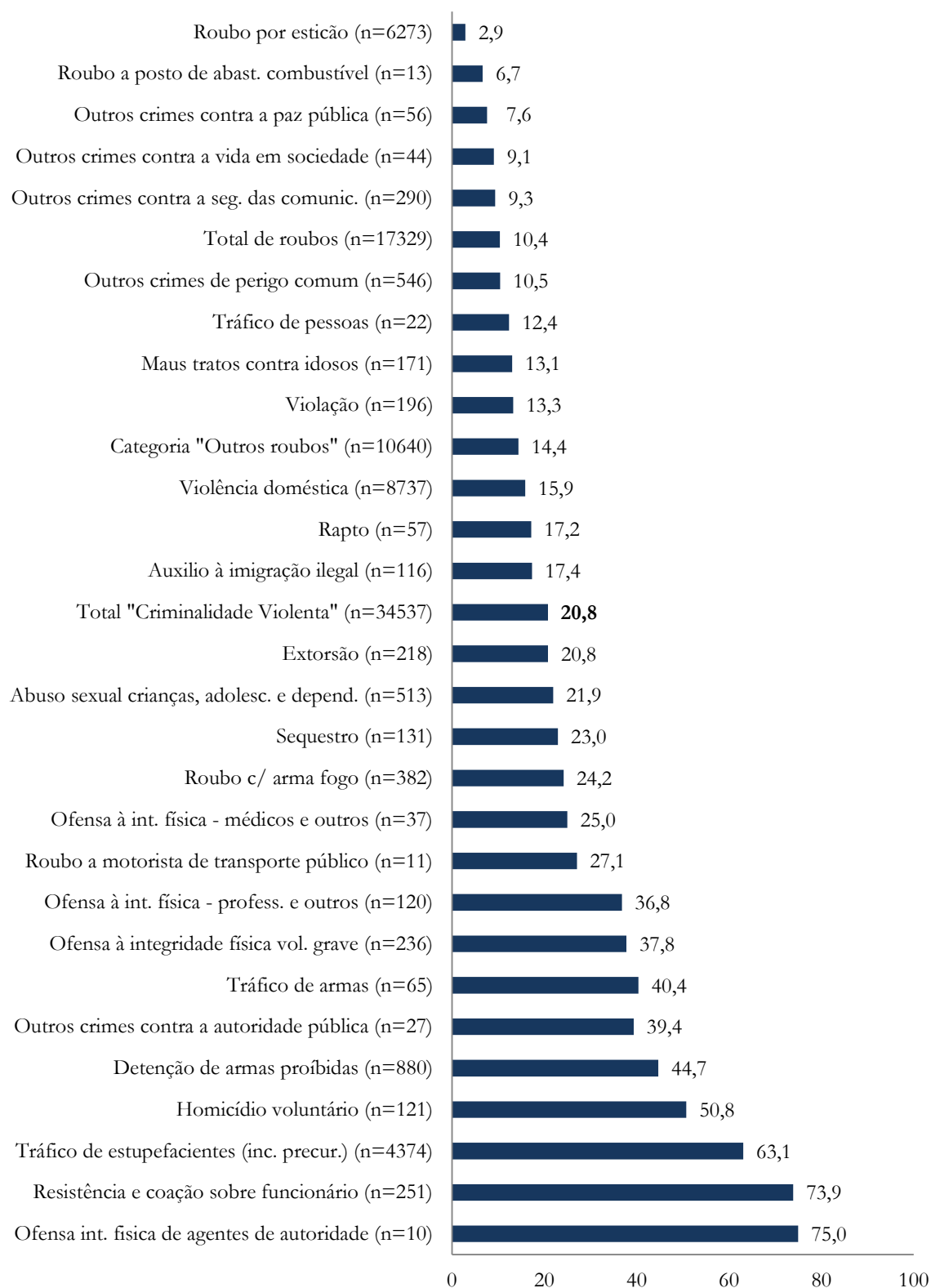


Gráfico 50: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), por tipo de crime incluído (ou potencialmente incluído) na criminalidade violenta (%) (2011 a 2016)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa.

Em primeiro lugar na distribuição desta taxa média de acusação situa-se o crime de ofensa à integridade física de agentes de autoridade (75%), embora seja de ressaltar a diminuta

dimensão da amostra de casos aqui contemplada (10), seguindo-se a resistência e coação sobre funcionário (74%), o tráfico de estupefacientes (63%), o homicídio (51%) e a detenção de arma proibida (45%).

É de sinalizar que muitos dos crimes que apresentam uma taxa média de acusação entre as mais elevadas poderão considerar-se crimes cujo registo tende a ocorrer sobretudo na sequência de procedimentos adotados pelos OPC no âmbito da sua valência mais pró-ativa, por exemplo, em sede de investigação criminal (ex.: tráfico de estupefacientes e tráfico de armas), e não tanto por via de participação/denúncia por parte de algum cidadão.

A taxa de acusação mais elevada nos crimes relativos à resistência e coação sobre funcionário e sobre a ofensa à integridade física de agentes de autoridade poderá derivar da existência de situações mais facilitadas ao nível da recolha de prova, uma vez que as suas vítimas são elas próprias agentes de autoridade.

Para diversos crimes/categorias a taxa média de acusação foi igual ou inferior a 10%, como sejam: o roubo (com exceção do roubo a motorista de transporte público - 27%, roubo com arma de fogo - 24%; e “outros roubos” - 14%), outros crimes contra a paz pública, contra a vida em sociedade, contra a segurança das comunicações e outros crimes de perigo comum (10,45%).

Salienta-se ainda que para diversos outros crimes a referida taxa situou-se acima de 10%, mas abaixo do valor encontrado para a criminalidade violenta. Trata-se do tráfico de seres humanos (12%), maus tratos contra idosos (13%), violação (13%), violência doméstica (16%), rapto e auxílio à imigração ilegal (17%).

Cerca de 21% dos inquéritos por extorsão resultaram em acusação. No âmbito do abuso sexual de crianças (menores ou dependentes) a taxa média de acusação foi de 22%, muito próxima da encontrada para o sequestro (23%).

No Apêndice 9 constam os dados relativos às taxas de acusação calculadas, por tipologia e por cada crime/categoria desgregada.

9.4 PROCESSOS-CRIME EM FASE DE JULGAMENTO

Os dados constantes nesta secção têm como fonte a DGPJ. Dizem respeito ao volume de processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância (ponto 9.4.1), aos arguidos nestes processos-crime, segundo a forma de extinção do procedimento criminal (condenação ou absolvição) (9.4.2), e ainda aos condenados nestes processos-crime por tipo de decisão condenatória (ex.: prisão efetiva ou outra) (9.4.3).

Salienta-se que, de acordo com a informação disponibilizada pela DGPJ, a contabilização dos processos, arguidos e condenados tem sempre em conta o crime mais grave no processo, o crime mais grave pelo qual foram acusados, ou o crime mais grave pelo qual foram condenados, respetivamente. Refira-se ainda que não são contabilizados processos transitados, remetidos a outra entidade, apensados e incorporados ou integrados.

Não se trata pois de processos transitados em julgado, pelo que as decisões aqui analisadas poderão não ser as finais, após eventuais recursos para os tribunais superiores.

O período de análise considerado reporta-se aos últimos cinco anos disponíveis, tendo-se no entanto adicionado o ano de 2016 na análise, uma vez que no decorrer do presente estudo estes já se encontravam disponíveis³¹⁸, e ainda foi possível proceder à sua incorporação.

Os dados a seguir apresentados resultam do tratamento efetuado com base na informação rececionada, o qual implicou diversas operações de compilação/harmonização, uma vez que se constatarem diversas variações no elenco ou na forma/ordem de apresentação das categorias subjacentes à disponibilização dos dados, entre os vários anos analisados³¹⁹.

Os dados em causa e disponibilizados pela DGPJ são recolhidos a partir do sistema informático dos tribunais, o *Citius* (representando a situação dos processos registados nesse sistema). Assim, os dados relativos a 2011-2015 reportam-se aos disponíveis à data de 22/8/2017 e os dados relativos a 2016 refletem os dados existentes em 8/1/2018³²⁰. Em ambos os casos os dados refletem a realidade nacional.

³¹⁸ De acordo com o calendário de divulgação das estatísticas da Justiça, os dados do ano n-1 relativos a processos, arguidos e condenados nos tribunais judiciais de 1.^a instância são divulgados a 31 de outubro do ano n (DGPJ, 2018b).

³¹⁹ Diferenças sobretudo existentes entre os anos de 2011 a 2014 e os anos de 2015 e 2016. Sendo de referir que a partir de 2015 os dados foram disponibilizados contemplando igualmente uma desagregação ao nível da comarca, podendo igualmente ocorrer uma desagregação ao nível dos concelhos.

³²⁰ Nesta data, a DGPJ informou que os dados previamente disponibilizados relativos aos anos 2011 a 2015 haviam sofrido atualizações, no decurso de um processo de atualização dos registos entretanto ocorridas no

Conforme se verá em seguida são apresentados alguns dados discriminados para um conjunto de crimes/categorias criminais enquadráveis na “criminalidade violenta”.

Tendo por base os dados disponíveis relativamente aos processos, arguidos e condenados, bem como a sua correspondência com crimes/categorias no âmbito das definições de criminalidade violenta atrás apresentadas (RASI, CPP e eventuais outros crimes a considerar, nomeadamente ao nível da legislação avulsa) foi possível discriminar dados para 39 crimes/categorias (ver Apêndice 10 - ponto 10.1).

Após esta identificação de 39 crimes /categorias, foi identificado um subconjunto de 13 categorias/crimes previstos nos dados relativos aos processos findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância para efeitos de uma análise mais detalhada. Esta seleção teve como critério a respetiva representatividade no âmbito das definições de criminalidade violenta consideradas.

Este facto não significa que se considere neste contexto que a criminalidade violenta deve apenas englobar estes 13 crimes/categorias. Esta seleção teve por base o racional atrás indicado, sendo que para diversos outros crimes a correspondência com os previstos na tabela de notação de crimes oferecia mais dúvidas e/ou a sua representatividade estatística era diminuta.

Apesar da preocupação com a correspondência entre a tabela de crimes registados e a tabela usada pelo sistema informático dos tribunais, verifica-se que mesmo para estes 13 crimes/categorias não existe, para muitos deles, correspondência exata. Assim, deve ser feita esta ressalva nas análises que se seguem, e principalmente nas que conjugam as duas vertentes (crimes registados e dados sobre os processos findos).

A título de exemplo, na tabela de crimes registados surge o homicídio voluntário consumado que, segundo as respetivas instruções de preenchimento (DGPJ, 2016), não deve englobar as tentativas de homicídio (devendo estas ser incluídas nas ofensas à integridade física grave, nas ofensas à integridade física voluntária simples ou ainda nos outros crimes contra as pessoas), e na tabela extraída da aplicação dos tribunais é contemplado o “homicídio simples/qualificado” e a “tentativa de homicídio”, bem como a “ofensa à integridade física grave, agravada e qualificada”.

sistema Citius, no entanto foi salientado que as diferenças eram muito reduzidas face aos originalmente enviados. Tendo em conta que seriam diminutas as alterações, optou-se pela manutenção das análises já efetuadas com os dados rececionados inicialmente.

Por outro lado, a tabela de crimes registados comporta a “detenção/tráfico de armas proibidas” e as tabelas extraídas relativas aos processos findos consta as categorias: “detenção ilegal arma defesa” e “crimes relativos a armas”. Refira-se ainda que as tabelas extraídas da aplicação dos tribunais contemplam a categoria “maus tratos menor/pessoa indefesa” que não consta na tabela dos crimes registados, sendo o mais próximo os “maus tratos”. Os dados relativos à violência doméstica resultam do somatório das seguintes categorias contidas nas tabelas extraídas da aplicação dos tribunais: “violência doméstica contra cônjuges ou análogos”, “violência doméstica contra menores”, “outros violência doméstica” e “maus tratos cônjuge/análogo” (sendo que no caso dos crimes registados só surgem as primeiras três categorias referidas).

Entre os crimes selecionados para este subgrupo enquadrável na criminalidade violenta encontra-se o homicídio, não pela sua representatividade estatística, mas pelo facto de implicar a violação do bem jurídico primordial: o direito à vida, e apesar das questões mencionadas relativamente à tentativa de homicídio, pelo mesmo motivo, esta categoria foi mantida na análise.

Em diversas das análises seguintes menciona-se assim um subgrupo de 13 crimes/categorias, previstos nas tabelas extraídas da aplicação dos tribunais e enquadráveis na criminalidade violenta. Quando as análises efetuadas implicam relacionar dados dos crimes registados (mapa de notação de crimes) com estes dados dos tribunais o elenco passa a 11 (uma vez que se exclui a tentativa de homicídio e se agregam as duas categorias relativas às armas).

9.4.1 PROCESSOS FINDOS E RELAÇÃO COM CRIMINALIDADE REGISTADA PELOS OPC

Feitas estas considerações, e passando à análise propriamente dita, é possível verificar, pela Tabela 47, que entre 2011 e 2016 nos tribunais judiciais portugueses de 1.^a instância findaram 473.263 processos criminais, uma média de 78.877 processos por ano. Entre estes, e considerando os 39 crimes/categorias enquadráveis na criminalidade violenta, esta representará, em média, 18% do total de processos.

Tabela 47: Número de processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância, total e processos enquadráveis na CV (Fi, M e Me) (2011 a 2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011- 2016	M	Me
Total de processos	93842	93705	85740	62555	70061	67360	473263	78877,2	77900,5
Total de processos enquadráveis na CV (39)	15720	16183	15272	11473	12862	12904	84414	14069,0	14088,0
Proporção da CV (39) no total de processos	16,8	17,3	17,8	18,3	18,4	19,2	17,8	17,9	18,1

Fonte: DGPJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Considerando agora apenas os 13 crimes/categorias, entre o subgrupo enquadrável na criminalidade violenta, verifica-se que anualmente findam em média 11.117 processos e que estes representaram 14% do global de processos (Tabela 48).

Tabela 48: Número de processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância, total e subgrupo de crimes/categorias entre os enquadráveis na CV (Fi, M e Me) (2011 a 2016)

Crimes/categorias	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011- 2016	M	Me
Homicídio simples/qualificado	133	128	145	116	100	98	720	120,0	122,0
Tentativa de homicídio	203	226	208	168	184	172	1161	193,5	193,5
Ofensa à integridade física grave, agravada e qualificada	426	469	415	314	344	382	2350	391,7	398,5
Violência doméstica	3347	3266	3355	2869	3300	3650	19787	3297,8	3323,5
Maus tratos a menor/pessoa indefesa	316	209	194	106	111	102	1038	173,0	152,5
Sequestro/rapto/tomada reféns	147	155	160	105	119	124	810	135,0	135,5
Violação simples e agravada	117	124	98	108	129	141	717	119,5	120,5
Abuso sexual de crianças e menores dependentes	298	348	349	275	360	344	1974	329,0	346,0
Roubo ou violência depois da subtração	2800	2898	2543	1763	1926	1856	13786	2297,7	2234,5
Resistência e coação sobre funcionário	1064	1234	1167	727	784	742	5718	953,0	924,0
Tráfico e atividades ilícitas, simples ou agravado (inclui precursores)	1478	1576	1538	1342	1426	1291	8651	1441,8	1452,0
Detenção ilegal arma defesa	227	158	144	61	65	44	699	116,5	104,5
Crimes relativos a armas	2294	2405	2075	1528	1732	1607	11641	1940,2	1903,5
Total	12424	12727	11976	9168	10236	10171	66702	11117,0	11106,0
Proporção no total de processos (%)	13,2	13,6	14,0	14,7	14,6	15,1	14,1	14,2	14,3

Fonte: DGPJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Efetuando o rácio entre os processos findos e os crimes registados estima-se que, em termos globais, cerca de 20-21% dos crimes chegaram à fase de julgamento (Gráfico 51).

Uma vez que a análise recai sobre dois conjuntos de dados distintos: crimes registados, por um lado, e processos findos por outro, e não havendo garantias de que ambos sejam completamente sobreponíveis, por precaução, opta-se aqui por designar este rácio de “estimativa” e utilizaram-se valores médios para uma série estatística de seis anos (processos findos entre 2011-2016) e não valores anuais pontuais. Os processos findos num determinado ano podem ser relativos a crimes registados no próprio ano, mas considerou-se que a probabilidade seria mais elevada de serem relativos a crimes registados no ano anterior. Por este motivo, apresentam-se duas estimativas: uma com base na média de crimes registados em 2010 e 2015 e outra com base em 2011 a 2016. Não obstante este cuidado, verifica-se que estas duas estimativas encontradas pouco diferem para a maioria dos crimes/categorias considerados (Gráfico 51).

Para o total de crimes, e também para o subconjunto de 13 crimes/categorias enquadráveis na CV, observa-se que entre 20% a 21% dos casos registados chegaram à fase de julgamento (Gráfico 51).

Se observarmos a taxa calculada para os crimes de homicídio e detenção/tráfico de armas verifica-se que surgem valores acima dos 100%, o que poderá ser explicado pelo facto de se tratar de crimes/categorias cujos quantitativos registados têm vindo a diminuir ao longo dos últimos anos analisados, pelo que a existência de um desfasamento temporal entre os registos e os respetivos processos findos poderá originar este tipo de resultados.

Independentemente desta questão, trata-se dos dois crimes/categorias em que mais casos terão chegado à fase de julgamento (98% ou mais). Seguidamente, e apresentando valores superiores a 50%, encontra-se a ofensa à integridade física voluntária grave (59%-65%) e a resistência e coação sobre funcionário (52%-53%).

Nos crimes como o abuso sexual de crianças (36%-38%), o rapto/sequestro/tomada de reféns (34%-36%), a violação (32%-33%), os maus tratos (32%) e o tráfico de estupefacientes (30%-31%), menos de metade dos casos tendem a chegar à fase de julgamento, mas apresentam estimativas que se situam entre os 30% e os 38%, portanto acima dos valores encontrados para o global de crimes ou para o subconjunto considerado no âmbito da CV.

Com valores mais diminutos ao nível do prosseguimento dos casos no âmbito do Sistema de Justiça Penal, encontra-se a violência doméstica e o roubo, em que apenas 12% e 13%-14% dos casos registados terão atingido a fase de julgamento, respetivamente (Gráfico 51).

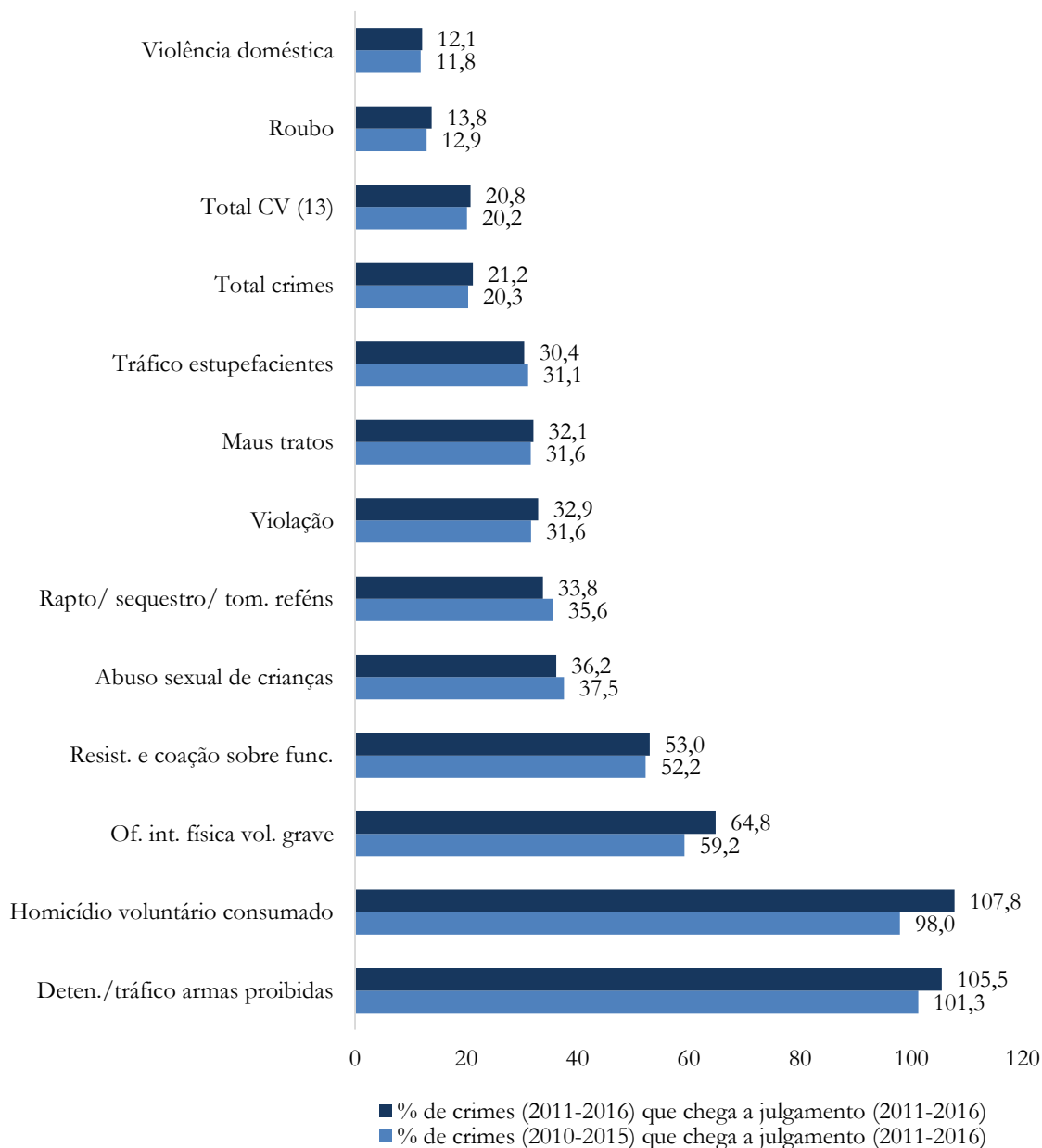


Gráfico 51: Estimativa da proporção de crimes que chegam à fase de julgamento (2011-2016), a nível global e no subgrupo de crimes/categorias entre os enquadráveis na criminalidade violenta, tendo em conta os crimes registados em 2010-2015 ou 2011-2016 (%)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ (processos findos) e extraídos do SIEJ (DGPJ) (crimes registados).

Para uma análise mais pormenorizada aos valores, com base nos quais foi efetuada esta análise relativa aos processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância poderá consultar-se o Apêndice 10 (ponto 10.1).

Comparando agora o peso de cada crime/categoria no volume da criminalidade global registada com o peso de cada crime/categoria no volume global de processos findos, observa-se que o subgrupo considerado no âmbito da criminalidade violenta (com 13 crimes/categorias) apresenta valores muito próximos: 15% e 14%, respetivamente (Gráfico 52).

Ou seja, estes 13 crimes/categorias aqui contemplados representam 15% do total de crimes registados pelos órgãos de polícia criminal, sendo que quando se analisam os processos findos em fase de julgamento, 14% dos processos findos referem-se a estes 13 crimes.

Analisando crime a crime, verifica-se que naqueles em que o peso relativo é inferior a 1% (homicídio, violação, rapto/sequestro/tomada de reféns, ofensa à integridade física grave, maus tratos e abuso sexual de crianças) não se evidenciam diferenças a assinalar entre os dois rácios, salientando-se, contudo, que para todos estes crimes, o seu peso nos processos findos é mais elevado do que na criminalidade registada (Gráfico 52).

Em termos da resistência e coação sobre funcionário, tráfico de estupefacientes e detenção/tráfico de armas proibidas as diferenças observadas vão também nesse sentido: mais representados entre os processos findos do que entre os crimes registados.

No caso da violência doméstica e do roubo, que assumem uma expressão mais elevada ao nível da criminalidade registada (7,2% e 4,6%, respetivamente), quando se analisam os processos findos a representatividade do primeiro crime diminui para 4,2% e do segundo diminui para 2,9%.

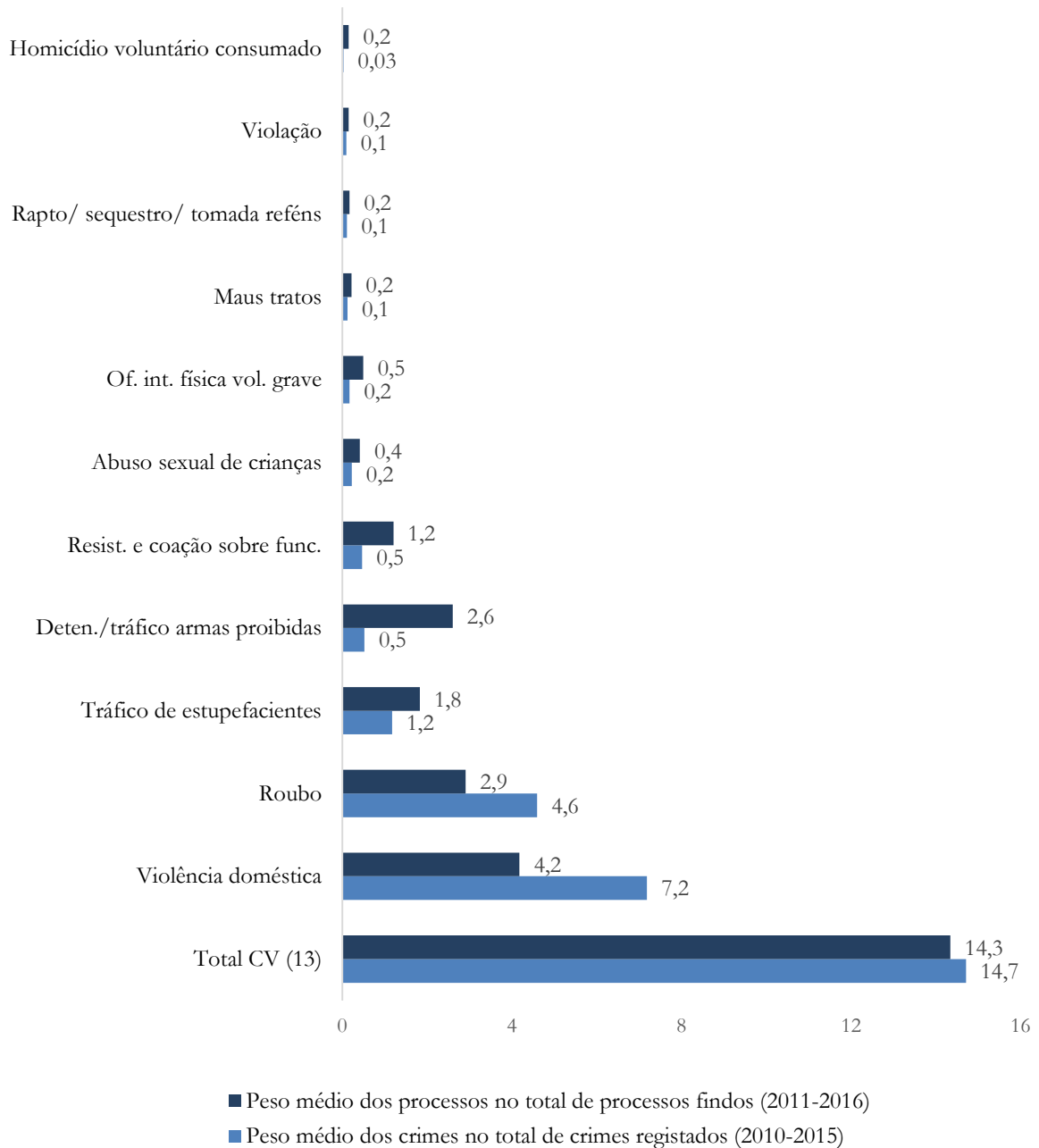


Gráfico 52: Peso médio de alguns crimes enquadráveis na criminalidade violenta, no total de crimes registado (%) (2010-2015); e peso médio dos processos findos relativos a esses crimes entre o total de processos findos (%) (2011-2016)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ (processos findos) e extraídos do SIEJ (DGPJ) (crimes registados).

9.4.2 ARGUIDOS CONDENADOS

Quanto aos arguidos condenados, a sua média anual, entre 2011 e 2016, foi de 65.915, o que corresponde a uma taxa de condenação de arguidos de 77% (Tabela 49). Ao nível do subgrupo de 13 crimes enquadrável na CV a taxa de condenação de arguidos é inferior, situando-se em média nos 67%.

Comparando as taxas de condenação entre os crimes/categorias considerados, o valor mais elevado encontra-se para os crimes relativos a armas e detenção de arma ilegal (79,5%), seguindo-se o homicídio (75%), o tráfico de estupefacientes (72%) e o abuso sexual de crianças e menores dependentes (72%) (Tabela 49 e Gráfico 53).

Tabela 49: Número total de arguidos condenados nos processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância (Fi) e taxa de arguidos condenados, no total e subgrupo de crimes/categorias entre os enquadráveis na CV (%) (2011 a 2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011-2016	M	Me
Total de arguidos condenados	77659	79364	71132	52817	58.859	55.658	395489	65915	64996
Taxa de arguidos condenados no global (%)	77,5	78,1	77,3	76,8	76,6	76,3	77,2	77	77
<i>Subgrupo de crimes/ categorias entre os enquadráveis na CV</i>									
Homicídio simples/qualificado	79,8	76,2	75,3	79,4	66,4	71,4	75,0	74,8	75,7
Tentativa de homicídio	69,9	63,7	61,0	59,5	52,1	56,8	60,8	60,5	60,2
Ofensa à integridade física grave, agravada e qualificada	60,1	60,2	62,4	66,5	63,3	60,6	61,9	62,2	61,5
Violência doméstica	50,2	52,4	53,2	55,8	54,0	52,7	53,0	53,0	52,9
Maus tratos menor/pessoa indefesa	53,2	41,0	53,7	40,3	44,1	43,9	47,4	46,0	44,0
Sequestro/rapto/tomada reféns	51,5	52,1	53,5	59,0	53,4	44,9	52,3	52,4	52,8
Violação simples e agravada	71,8	64,3	68,8	63,3	68,4	66,7	67,2	67,2	67,5
Abuso sexual de crianças e menores dependentes	66,6	70,9	73,0	73,0	76,9	70,4	72,0	71,8	72,0
Roubo ou violência depois da subtração	69,9	71,6	68,5	70,3	68,5	69,7	69,8	69,8	69,8
Resistência e coação sobre funcionário	72,0	69,5	72,0	67,9	70,4	67,7	70,2	69,9	69,9
Tráfico e atividades ilícitas, simples ou agravado (inclui precursor)	73,4	73,0	70,5	72,3	72,2	71,3	72,2	72,1	72,3
Detenção ilegal arma defesa	79,2	79,2	78,0	76,5	86,1	78,0	79,3	79,5	78,6
Crimes relativos a armas	79,1	77,7	80,7	79,1	79,7	80,7	79,4	79,5	79,4
Total	67,5	68,0	67,3	67,9	66,9	65,8	67,2	67,2	67,3

Fonte: DGPJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Para além destes crimes, outros três apresentam valores acima da taxa média de condenações para o subgrupo de CV: resistência e coação sobre funcionário (70%), roubo (70%) e violação (67%). Com valores menos elevados, evidenciando menores taxas de condenação de arguidos pela prática destes crimes, encontram-se: a ofensa à integridade física grave (62%), a tentativa de homicídio (61%), a violência doméstica (53%), o sequestro/rapto/tomada de reféns (52%) e os maus tratos a menor/pessoa indefesa (46%), neste último caso o valor é o único inferior a 50%.

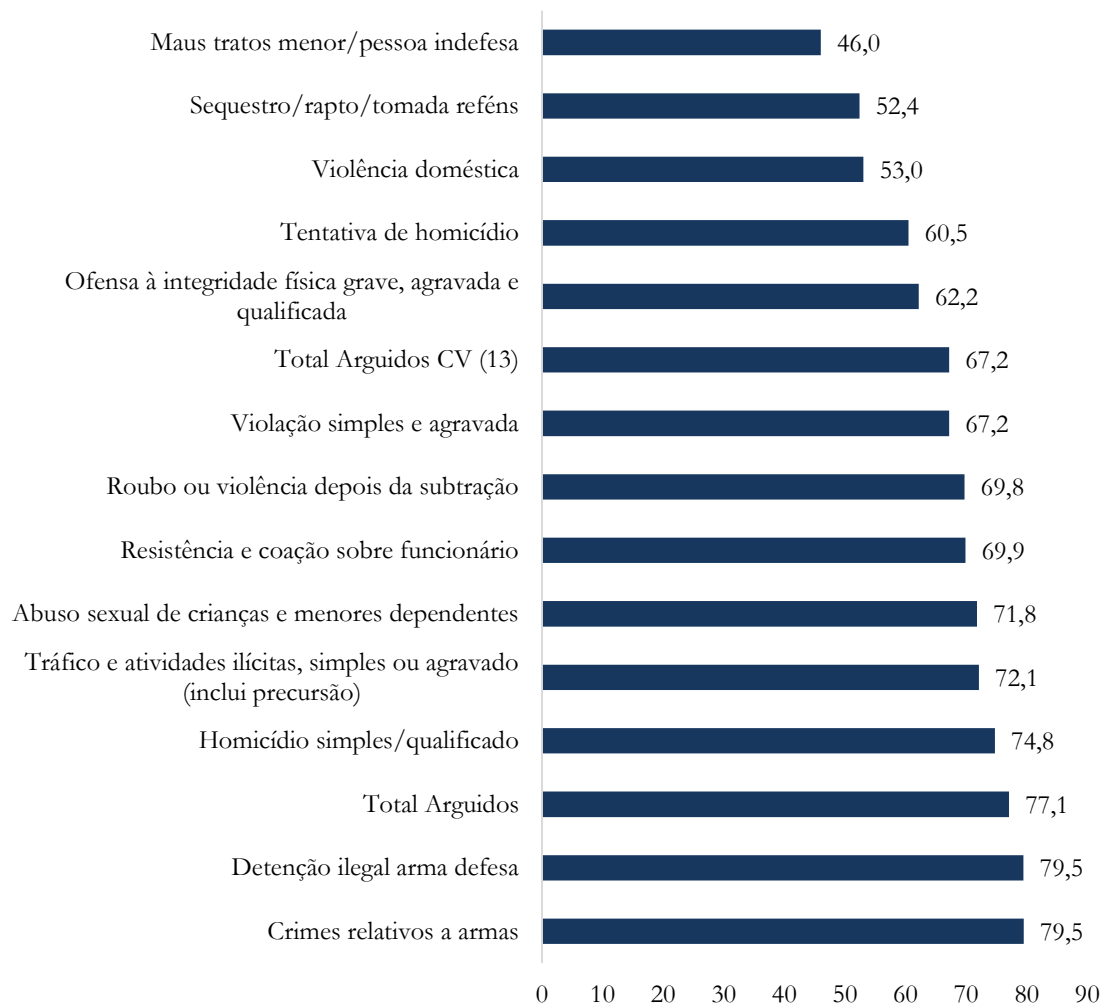


Gráfico 53: Taxa média de condenação dos arguidos em processos-crime findos em fase de julgamento nos tribunais judiciais de 1.ª instância - total e valores para alguns crimes enquadráveis na criminalidade violenta (%) (2011-2016)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ.

No Apêndice 10 (10.2) constam os dados que suportaram as análises apresentadas neste ponto.

9.4.3 CONDENAÇÕES (A PENA DE PRISÃO EFETIVA)

Ao nível da caracterização das decisões condenatórias, a análise recaiu sobre a prisão efetiva por ser o tipo de pena mais gravosa, revelando uma maior censurabilidade dos atos cometidos pelo(s) arguido(s) e dados como provados em sede de julgamento. Assim, verificou-se que entre um total médio de 68.720 condenados por ano³²¹, entre 2011 e 2016, cerca de 8% (8,3%) foi condenado a pena de prisão efetiva (5700) (Tabela 50), sendo aos restantes condenados aplicadas outras penas/medidas de segurança (ver Apêndice 10, ponto 10.3).

Tabela 50: Número de condenados e de condenados a pena de prisão efetiva e respetiva proporção de aplicação (Fi, Me, M e %) (2011 a 2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	M	Me
Número de condenados	80449	82338	74098	55145	61568	58725	412323	68720,5	67833
Total de condenados a prisão efetiva	6574	7146	6040	4884	5026	4534	34204	5700,7	5533
Taxa de aplicação de pena de prisão efetiva no total de condenados	8,2	8,7	8,2	8,9	8,2	7,7	8,3	8,3	8,2

Fonte: DGPJ. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Pelo Gráfico 54, é possível visualizar a taxa média de aplicação da pena de prisão efetiva aos condenados por cada tipo de crime do subgrupo da criminalidade violenta considerado. Diferentemente do padrão encontrado para a taxa média de condenação de arguidos (onde se verificava que os crimes com mais elevada taxa de condenação de arguidos eram os relativos a armas), observa-se que os crimes com valores mais elevados ao nível da aplicação da pena de prisão efetiva são o homicídio simples/qualificado (89,5%), a tentativa de homicídio (61,8%), a violação simples ou agravada (61,4%), o tráfico de estupefacientes (44,7%) e o roubo (35,1%). A média da taxa de condenação a prisão efetiva para o global destes 13 crimes/categorias no âmbito da criminalidade violenta foi de 10,5%, sendo que para o total de condenados foi de 8,3%.

No abuso sexual de crianças e menores dependentes, em média, cerca de 31% dos condenados foi condenado a pena de prisão efetiva, no sequestro/rapto/tomada de reféns

³²¹ Conforme explanado por fonte da DGPJ (M. J. Costa, comunicação pessoal, 2017): “No que respeita ao número de arguidos em que a extinção do procedimento criminal é a condenação é necessário esclarecer que este é um conceito estatístico distinto do conceito do número de condenados, ainda que próximo. A diferença reside na regra de tratamento que nas estatísticas criminais é conhecida como a ‘regra do crime mais grave’. Sabendo-se que cada arguido e cada condenado pode ser acusado ou condenado por mais do que um crime é necessário eleger o crime que os caracteriza. A referida regra, seguida em Portugal e na maioria dos países, manda eleger o crime mais grave, o que pode determinar ligeiras diferenças entre o número de arguidos condenados e o número de condenados.”

esta proporção situou-se nos 28% e na ofensa à integridade física grave, agravada ou qualificado foi de 12%.

Os crimes, entre os analisados, onde surgiram as menores taxas de aplicação de condenação efetiva foram os crimes de detenção de arma ilegal de defesa (3,4%), outros crimes relativos a armas (5,6%), maus tratos a menor/pessoa indefesa (6,4%), violência doméstica (6,9%), e ainda a resistência e coação sobre funcionário (9,7%) (Gráfico 54).

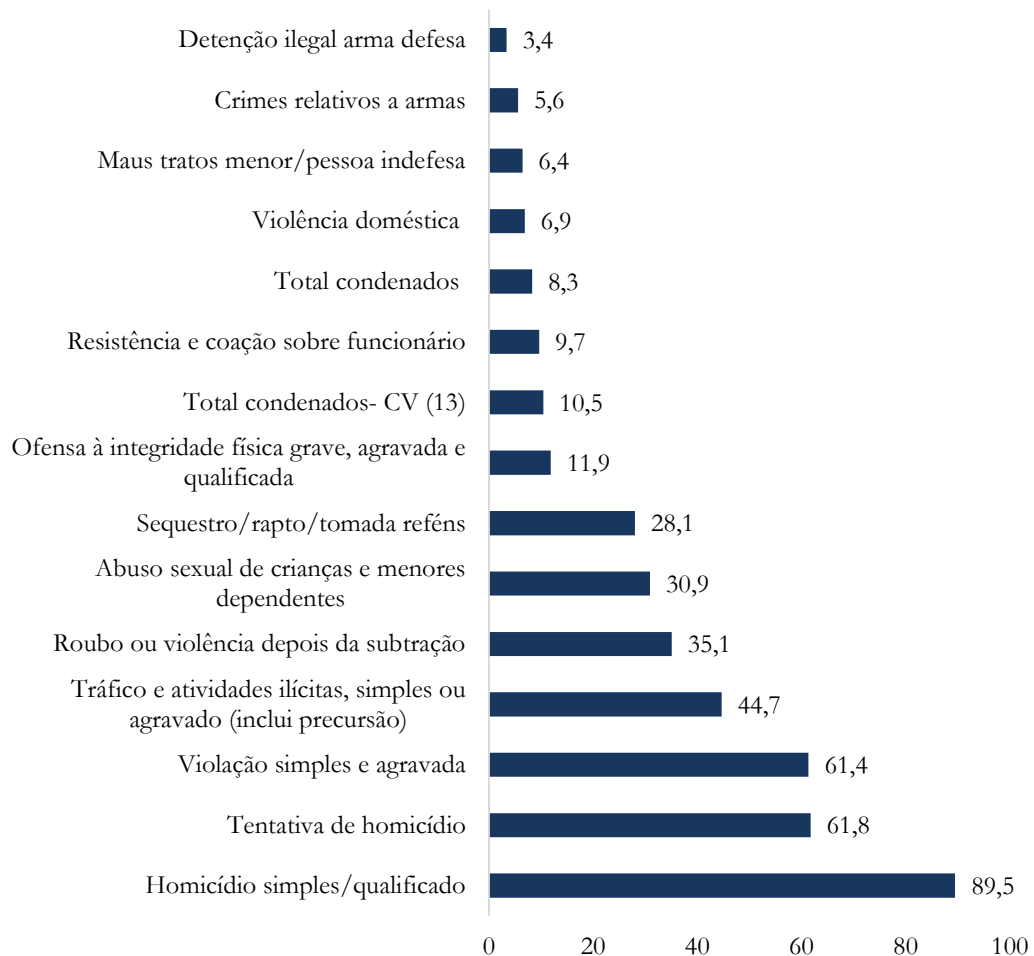


Gráfico 54: Taxa média de aplicação da pena de prisão efetiva aos condenados em processos-crime findos em fase de julgamento nos tribunais judiciais de 1.ª instância, para alguns crimes enquadráveis na criminalidade violenta (%) (2011-2016)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ.

Efetuada uma síntese destes indicadores criados e analisados neste ponto 9.4, constata-se que, em termos globais, 20% dos crimes registados terão chegado à fase de julgamento. Já nesta fase, cerca de 77% dos arguidos foram condenados, e entre as decisões condenatórias a pena de prisão efetiva surge em 8% dos casos (Gráfico 55).

No âmbito do subgrupo da criminalidade violenta considerado, os valores são próximos dos globais, por cada 100 destes 13 crimes/categorias, 20 chegam à fase de julgamento, por cada 100 arguidos, 67 são condenados, e por cada 100 arguidos condenados, 10 são a pena de prisão efetiva.

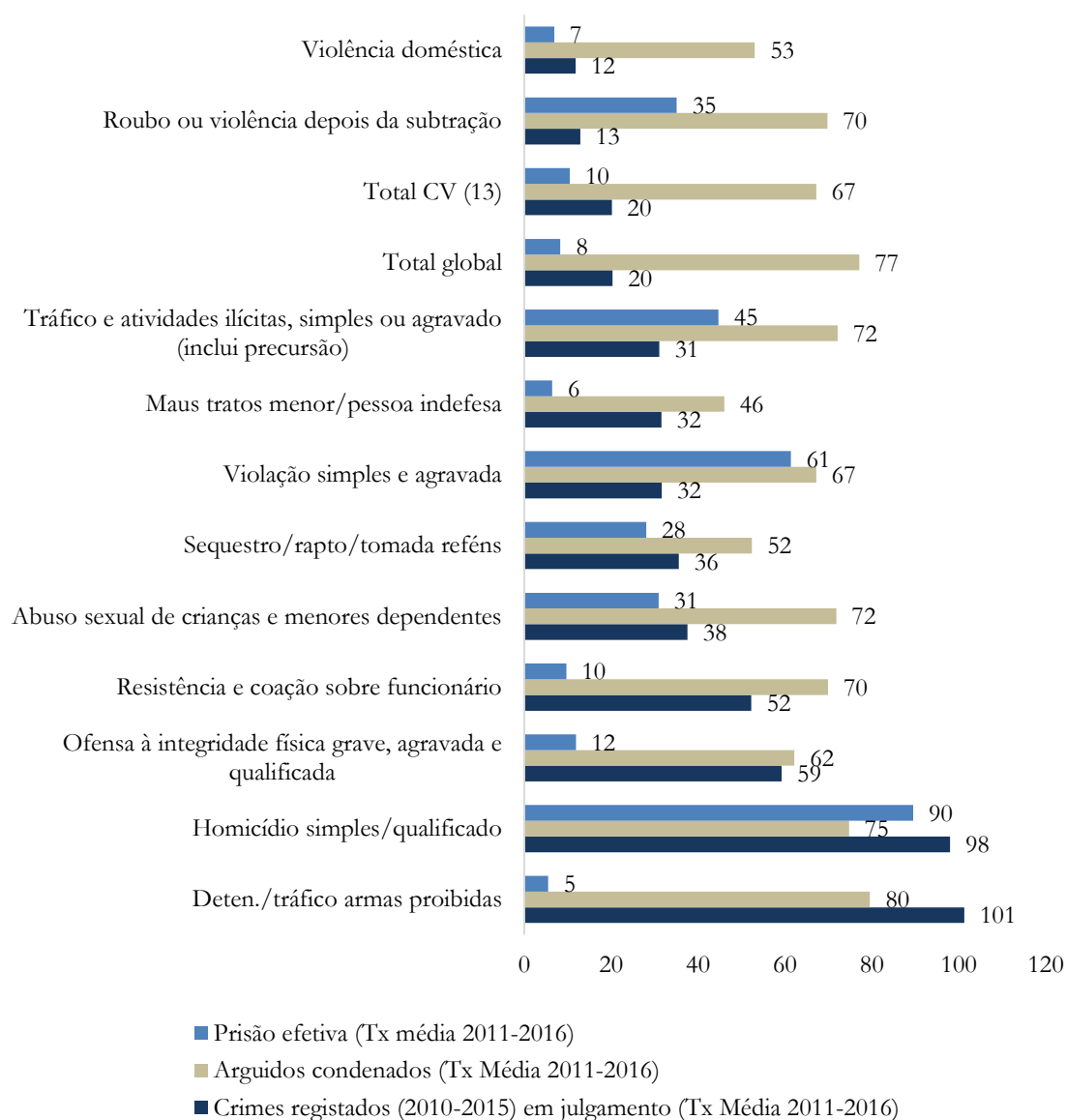


Gráfico 55: Estimativa da proporção de alguns crimes registados enquadráveis na criminalidade violenta (2010-2015) que chegam à fase de julgamento (%) (2011-2016); taxa média de arguidos condenados e taxa média de aplicação da pena de prisão efetiva (%)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ (arguidos condenados e arguidos condenados a pena de prisão efetiva) e extraídos do SIEJ (DGPJ) (crimes registados).

Ao nível dos crimes/categorias da criminalidade violenta analisados de forma discriminada, por um lado temos o homicídio, sendo que neste caso os três indicadores surgem com valores elevados, por outro, temos os outros crimes, onde tal não se verifica.

9.5 POPULAÇÃO RECLUSA

No final de 2017 existiam 13.440 reclusos, sendo que 94% eram do sexo masculino e 84% eram portugueses (entre os estrangeiros: 54% eram de países africanos, 24% de países europeus, 20% de países da América do Sul e 2% de outros países) (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP])³²². Dos 13.440 reclusos, 16% estavam presos preventivamente, 82% estavam a cumprir pena no âmbito de condenação e 2% estavam abrangidos por medida de segurança (Tabela 51).

Efetuada uma análise comparativa entre os anos de 2012 a 2017, constata-se que neste período de tempo houve uma diminuição em cerca de 21% do número de reclusos em situação de prisão preventiva, mas um aumento no número de condenados (3,2%), e um aumento de 19% no âmbito do número de reclusos com medida de segurança. Em termos globais o número de reclusos decresceu 1,3%, essencialmente devido a um menor número de reclusos a quem foi aplicada a mais gravosa medida de coação (prisão preventiva).

Considerando agora apenas os dois últimos anos com dados disponíveis, em termos globais o número de reclusos existentes diminuiu 2,5%, tendo diminuído ligeiramente os reclusos preventivos (-0,6%) e decrescido em 2,9% o número de reclusos condenados, aumentando apenas o número de reclusos com medida de segurança (3,4%).

Tabela 51: Número de reclusos existentes a 31 de dezembro, por situação penal (Fi), TVar e TVA (%) (2012 a 2017)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TVar 2012-2017 (%)	TVA 2016-2017 (%)
<i>Reclusos</i>								
Preventivos	2661	2592	2330	2303	2117	2105	-20,9	-0,6
Condenados	10722	11441	11534	11645	11396	11060	3,2	-2,9
Medidas de segurança	231	251	139	274	266	275	19,0	3,4
Total	13614	14284	14003	14222	13779	13440	-1,3	-2,5

Fonte: DGRSP. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Quanto às penas aplicadas aos condenados a prisão (não substituída e não suspensa), em 2017, 31,5% dos reclusos cumpriam pena de prisão de 3 a 6 anos, para 22% a duração era de 6 a 9 anos e em cerca de 16% dos casos a pena aplicada situava-se entre 1 a 3 anos (Tabela 52). As

³²² Os dados utilizados neste ponto 9.5 têm como fonte a DGRSP, tendo os mesmos sido extraídos das tabelas disponíveis publicamente na respetiva página de internet. Salienta-se que os dados aqui apresentados respeitam as fontes originais, mesmo que estas não estejam exatamente em consonância com a notação estatística oficial em termos dos crimes registados ou com a sistemática de crimes em termos das tipologias criminais.

penas aplicadas com duração superior a 9 anos representavam 24% das situações, existindo 348 reclusos a cumprir entre 20 a 25 anos de prisão (3,3%) e 649 a cumprir pena de 15 a 20 anos (6,2%).

Quando se analisa a taxa de variação neste domínio relativamente a 2012-2017, observa-se, nomeadamente, que o número de reclusos a cumprir pena superior a 6 anos aumentou (ex.: aumentando em 18% o número de reclusos a cumprir pena de 15 a 20 anos). Comparando os dados de 2016 com 2017, constata-se que a variação é de menor magnitude, tendo existido ligeiras diminuições no número de reclusos a cumprir pena entre os 6 meses e os 12 anos e entre os 20 e 25 anos, verificando-se um aumento na ordem dos 2% ao nível dos reclusos com pena de 12 a 20 anos.

Tabela 52: Número de reclusos condenados a prisão não substituída e não suspensa, existentes a 31 de dezembro, segundo as penas aplicadas (Fi e %), Tvar e TVA (%) (2012, 2016 e 2017)

<i>Penas aplicadas</i>	2012	2016	2017	2017 (% no Total)	TVar 2012-2017 (%)	TVA 2016-2017 (%)
Até 6 meses	330	279	281	2,7	-14,8	0,7
6 a 12 meses	441	440	425	4,0	-3,6	-3,4
1 a 3 anos	1526	1709	1660	15,8	8,8	-2,9
3 a 6 anos	3350	3420	3319	31,5	-0,9	-3,0
6 a 9 anos	2310	2444	2333	22,2	1,0	-4,5
9 a 12 anos	823	933	897	8,5	9,0	-3,9
12 a 15 anos	536	602	613	5,8	14,4	1,8
15 a 20 anos	549	637	649	6,2	18,2	1,9
20 a 25 anos	325	356	348	3,3	7,1	-2,2
Total	10190	10820	10525	100	3,3	-2,7

Fonte: DGRSP. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Conforme se verifica pelo Gráfico 56, a distribuição dos reclusos por pena aplicada em 2017 é muito próxima da verificada em 2012 e 2016, evidenciando a existência de um padrão nos estabelecimentos prisionais portugueses, onde prevalecem os reclusos a cumprir pena de 3 a 6 anos, seguindo-se os que cumprem pena de 6 a 9 anos e aqueles a quem foi decretada uma pena de prisão de duração entre 1 e 3 anos. Assim, e reportando a 2017, 78% dos reclusos cumpriam penas de duração igual ou superior a 3 anos.

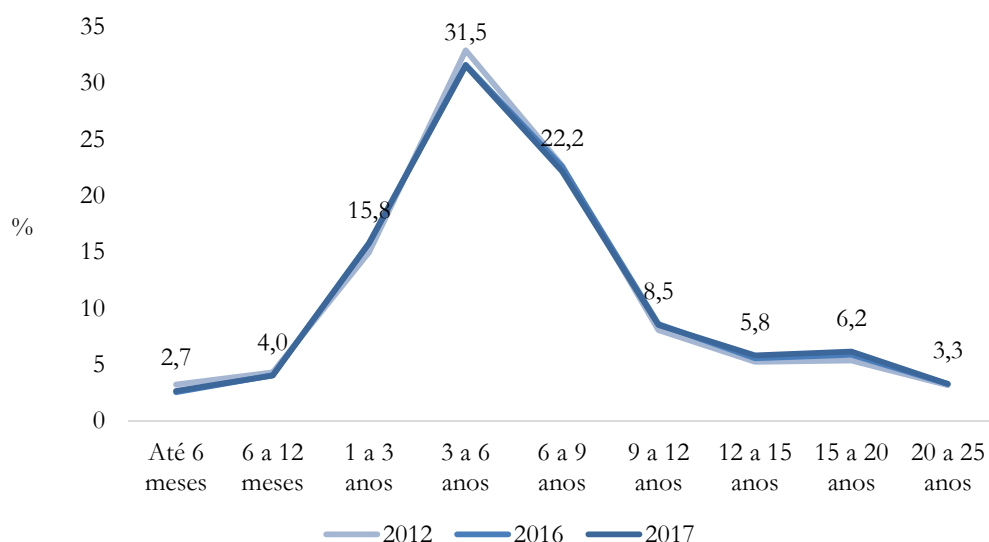


Gráfico 56: Proporção de reclusos condenados a prisão, segundo as penas aplicadas (%) (2012, 2016 e 2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados da DGRSP.

Pelo Gráfico 57 observa-se, em termos gerais, um aumento do peso das penas mais longas (iguais ou superiores a 12 anos), entre o total de reclusos condenados a pena de prisão (não substituída nem suspensa) e uma tendência de diminuição nas restantes penas de prisão.

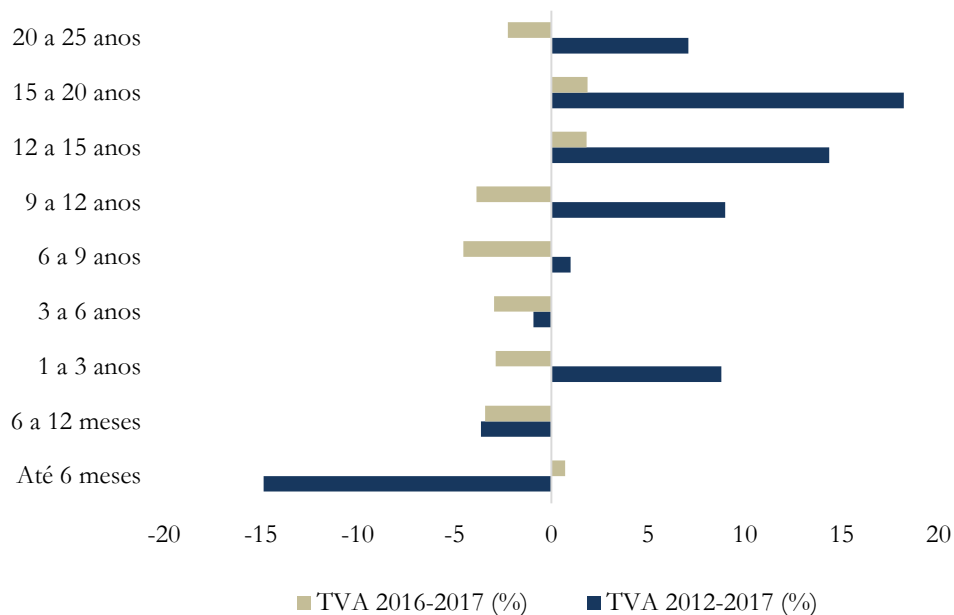


Gráfico 57: Taxas de variação relativas ao número de reclusos condenados a pena de prisão, segundo as penas aplicadas (%) (2012-2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados da DGRSP.

Analisando os reclusos por crimes cometidos, verifica-se que em 2017 cerca de 29% havia cometido um crime patrimonial, 26% crime(s) contra as pessoas, 17% crime(s) relativo(s) ao tráfico de estupefacientes, 16% crime(s) contra a vida em sociedade ou contra o Estado e 11,5% outro(s) crime(s) (Tabela 53).

Considerando os crimes em concreto, observa-se que quase 10% dos reclusos existentes foram condenados por homicídio (9,7%), 13,3% por roubo, 3,2% por ofensa à integridade física, assim como 2,9% por resistência e coação sobre funcionário. Ao nível dos reclusos condenados por violência doméstica, sequestro/rapto/tomada de reféns, violação e abuso sexual de crianças/menores dependentes, a respetiva proporção situou-se entre os 2% e 3% aproximadamente (2,6%; 2,0%; 1,8%; e 2,5% respetivamente).

Tabela 53: Número de reclusos condenados, existentes a 31 de dezembro, segundo alguns crimes abrangidos na CV (Fi e %), Tvar e TVA (%) (2013, 2016 e 2017)

<i>Reclusos condenados por crime</i>	2013	2016	2017	2017 (% no Total)	2017 (% na categoria)	TVar 2013- 2017 (%)	TVA 2016- 2017 (%)
Crimes contra as pessoas	2904	2893	2947	26,0	-	1,5	1,9
Homicídios	1067	1008	1094	9,7	37,1	2,5	8,5
Ofensa à integridade física	381	348	363	3,2	12,3	-4,7	4,3
Violência doméstica	338	296	292	2,6	9,9	-13,6	-1,4
Sequestro/rapto/tomada de reféns	273	274	230	2,0	7,8	-15,8	-16,1
Tráfico de pessoas	5	6	6	0,1	0,2	20,0	0,0
Violação	207	199	200	1,8	6,8	-3,4	0,5
Abuso sexual de crianças/menores dependentes	266	279	282	2,5	9,6	6,0	1,1
Outros	367	483	500	4,4	17,0	36,2	3,5
Crimes contra o património	3398	3236	3321	29,3	-	-2,3	2,6
Roubo	1571	1481	1508	13,3	45,4	-4,0	1,8
Crimes contra a vida em sociedade	894	1158	963	8,5	-	7,7	-16,8
Associação criminosa	45	73	59	0,5	6,1	31,1	-19,2
Crimes contra o Estado	678	704	851	7,5	-	25,5	20,9
Resistência e coação sobre funcionário	220	269	328	2,9	38,5	49,1	21,9
Crimes relativos a estupefacientes	2290	2208	1950	17,2	-	-14,8	-11,7
Outros crimes	1528	1463	1303	11,5	-	-14,7	-10,9
Total	11692	11662	11335	100	-	-	-

Fonte: DGRSP. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Comparando os reclusos existentes no final de 2017 com os que existiam no final de 2013³²³ e no final de 2016, regista-se que ao nível dos crimes contra as pessoas em geral, nos homicídios, no abuso sexual de crianças/menores dependentes, nos crimes contra o Estado de forma global e na resistência e coação sobre funcionário ambas as taxas de variação são positivas indicando um aumento de reclusos condenados por estas tipologias de crime ou crimes concretos (Tabela 53 e Gráfico 58).

Para outros crimes como a violência doméstica, o sequestro/rapto/tomada de reféns e crimes relativos ao tráfico de estupefacientes, as referidas taxas são ambas negativas, o que significa que o número de reclusos condenados por este tipo de crimes diminuiu.

Em crimes como a ofensa à integridade física, violação, crimes contra o património em geral e roubo observou-se uma diminuição de reclusos condenados neste âmbito entre 2013 e 2017, mas um aumento entre 2016 e 2017.

Ao nível do crime de associação criminosa a situação foi inversa, tendo-se verificado um aumento entre 2013 e 2017, mas uma diminuição entre 2016-2017.

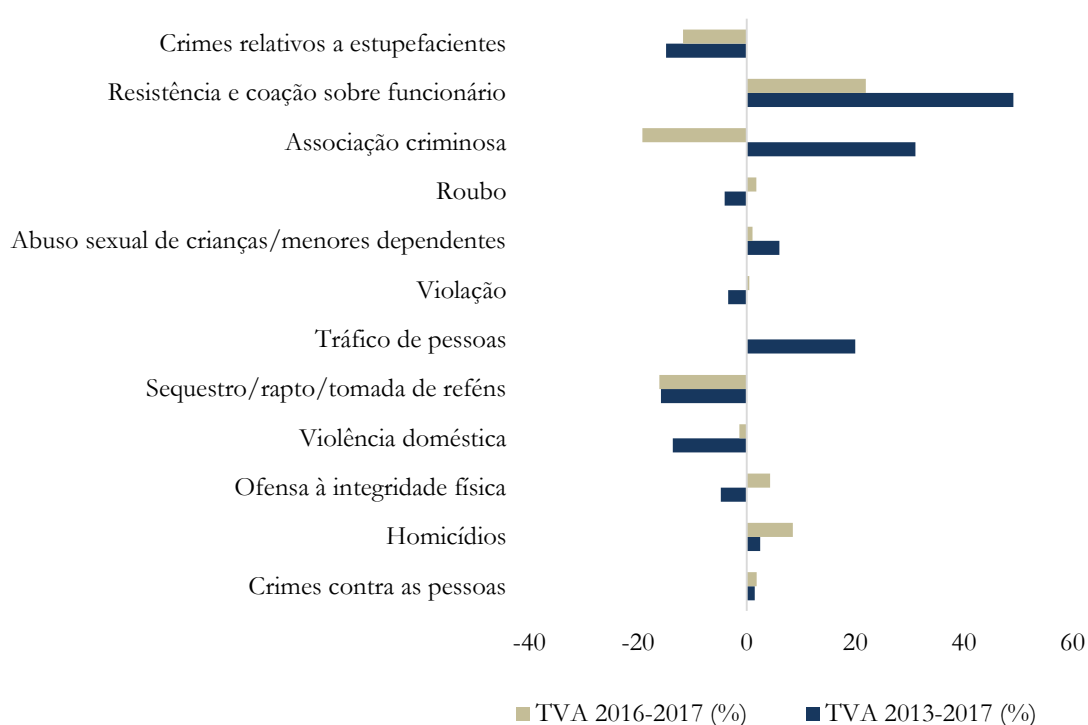


Gráfico 58: Taxas de variação relativas ao número de reclusos condenados a pena de prisão, por crime (%) (2013-2017)

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados da DGRSP.

³²³ Para efeitos desta análise utilizou-se o ano de 2013 (e não 2012), uma vez só a partir de 2013 os dados disponíveis estavam desagregados pelas categorias de crime acima indicadas, prática que se manteve, pelo menos até aos dados reportados a 2017.

A DGRSP disponibiliza igualmente dados sobre o número de reclusos evadidos, verificando-se que em 2017 ocorreram 14 casos, valor claramente inferior ao registado cinco anos antes (menos 9 casos), mas superior ao observado em 2016 (mais do dobro de casos então observado: 6) (Tabela 54).

Tabela 54: Número de reclusos evadidos (Fi), TVar e TVA (%) (2012 a 2017)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TVar 2012-2017 (%)	TVA 2016-2017 (%)
Total de reclusos evadidos	23	9	11	2	6	14	-39,1	133,3

Fonte: DGRSP. Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Em 2017 encontravam-se internados nos Centros educativos 147 jovens, sendo 131 do sexo masculino (89%) e 16 do sexo feminino (11%), com uma média de idades de 16 anos (DGRSP, s.d.)³²⁴. O valor de 147 para 2017 corresponde a menos 44% do que o existente em 2012, mas representa um aumento de 6,5% face a 2016 (Tabela 55).

Tabela 55: Número de jovens internados em centros educativos, a 31 de dezembro (Fi), Tvar e TVA (%) (2012 a 2017)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TVar 2012-2017 (%)	TVA 2016-2017 (%)
Total de jovens internados em Centros educativos	261	251	195	151	138	147	-43,7	6,5

Fonte: DGRSP (2015, 2016 e 2018a). Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Considerando os dados disponíveis nos processos relativos aos 147 jovens internados, e disponibilizados pela DGRSP, encontrava-se registado um total de 321 crimes, 48% na tipologia de crimes contra as pessoas, 46% contra o património e os restantes 6% no âmbito de outras tipologias.

Tendo em conta apenas o primeiro crime constante nestes processos que originaram o pedido de apoio à execução das medidas em centro educativo³²⁵, num total de 147 crimes, cerca de 60% são relativos a crimes contra as pessoas, 35% são crimes contra o património, quase 3% são crimes relativos a tráfico de estupefacientes e os restantes 2% são relativos a outros crimes/tipologias (DGRSP, 2018b). Analisando os crimes específicos de entre os 147 contra

³²⁴ Nesta análise não estão incluídos os jovens internados nos centros educativos em regime de fim de semana.

³²⁵ Conforme referido pela DGRSP (2018b), não existe garantia que o primeiro crime registado seja o crime principal.

as pessoas, constata-se que a ofensa à integridade física grave (24%) e os outros roubos (22%) são os mais registados, seguindo-se a ofensa à integridade física simples (16%), a ameaça e coação (5%) e outros furtos (5%).

9.6 REGISTO CRIMINAL - HOMICÍDIO

Recorrendo aos dados disponibilizados pela DGAJ, provenientes do SICRIM (Sistema de Informação de Identificação Criminal), explorou-se a possibilidade de analisar a severidade intra-criminal para alguns crimes violentos.

Assim, e com base na duração das penas de prisão decretadas, constantes do registo criminal, e inseridas no SICRIM, procedeu-se à respetiva análise tendo em vista uma comparação da duração média das penas de prisão decretadas para os crimes de homicídio e homicídio qualificado ao longo dos anos considerados.

A opção sobre estes crimes deveu-se ao facto de se tratarem dos crimes entre os mais graves do ponto de vista da moldura penal, de protegerem o bem jurídico fundamental relativo ao direito à vida, da importância e fiabilidade deste tipo de crime para aferir os níveis de criminalidade efetivos de cada país e ainda pelo facto de corresponderem a um volume de registos do SICRIM ainda compatível com a possibilidade de tratamento respetivo na fase final da presente investigação.

Deste modo, a presente análise recaiu sobre uma seleção de 2258 registos relativos a estes crimes indicados, constante no SICRIM (para os anos de 2010 a 2017³²⁶) e que refletem decisões que aplicaram penas e medidas de segurança e que estão sujeitas a inscrição no registo criminal. Estas decisões refletem assim condenações transitadas em julgado³²⁷, tendo-se excluído todos os casos em que existiam indícios de não se tratar de uma “nova” condenação, mas sim de outras decisões igualmente sujeitas a inscrição no registo criminal³²⁸ (ex.: extinção da pena, substituição da pena, concessão de liberdade condicional).

³²⁶ Anos referentes às decisões dos tribunais comunicadas à DGAJ (não se utilizou o campo relativo à data de trânsito em julgado, uma vez que segundo informação desta entidade a fiabilidade da informação contida no campo da data de decisão era mais elevada).

³²⁷ De acordo com o art.º 7.º da Lei de identificação do registo criminal apenas são inscritos no registo criminal extratos de decisões transitadas em julgado.

³²⁸ Ver art.º 6.º da Lei de identificação do registo criminal.

Salienta-se, tal como esclarecido pela DGAJ, que quando num mesmo processo-crime existem vários condenados, são registadas no SICRIM as condenações para cada um deles, pelo que, por exemplo, três registos de condenação por homicídio podem corresponder a um só processo-crime, mas com três arguidos condenados por esse crime. Assim, o número de registos no SICRIM poderá não ter correspondência direta com o número de processos-crime que geraram condenação. Por outro lado, se num determinado ano transitarem em julgado duas condenações diferentes para um mesmo arguido, os dados extraídos do SICRIM refletem esta realidade e não apenas um registo por pessoa com alguma condenação.

Tendo em conta todas estas questões, os dados aqui apresentados devem ser considerados como o produto de uma análise exploratória que carecerá de aperfeiçoamento futuro.

Sublinha-se ainda que os dados também não terão correspondência direta com outros cuja fonte seja a DGPJ (ex.: número de arguidos condenados em processos findos nos tribunais de 1.^a instância), uma vez que o SICRIM apenas comporta as decisões condenatórias transitadas em julgado e este tipo de dados da DGPJ, ao nível dos processos-crime provenientes dos tribunais, ainda não refletem o trânsito em julgado.

Conforme se observa na Tabela 56, dos 2.258 registos criminais onde surge referida condenação por homicídio, 698 registos refletem situações de homicídio na forma tentada, 574 homicídios qualificados, 564 homicídios qualificados na forma tentada, 376 homicídio simples e, finalmente, em 46 registos consta mais do que uma das “tipologias” de homicídio atrás indicada. Para o ano mais recente (2017), o número de registos com os dois tipos de homicídio na forma tentada são iguais (73), seguindo-se 62 registos relativos a homicídio qualificado, 38 relativos a homicídio simples e 8 com mais do que um destes tipos de homicídio mencionados.

Analisando as taxas de variação relativas a estes quantitativos observa-se que, se para efeitos do homicídio simples (consumado e na forma tentada) estas são negativas, denotando uma diminuição média anual do número de registos entre 2010 e 2017 (-6% e -3%, respetivamente), para efeitos do homicídio qualificado (consumado e na forma tentada) estas são positivas (1,6% e 3,5%, respetivamente). Ressalva-se, todavia, que comparando os anos de 2010 e 2017 o número de registos criminais que menciona homicídio qualificado diminuiu 11%, e entre 2016 e 2017 aumentou 15%.

Tabela 56: Número de registos criminais cuja condenação incluía o homicídio e/ou homicídio qualificado (consumado ou tentado) (Fi), TVar, TVA e TVMA (%) (2010 a 2017)

	Homicídio simples	Homicídio na forma tentada	Homicídio qualificado	Homicídio qualificado na forma tentada	Homicídio - vários	Total
2010	60	94	70	69	4	297
2011	49	97	78	63	5	292
2012	50	99	74	70	7	300
2013	46	89	81	93	5	314
2014	47	82	62	56	5	252
2015	46	73	91	70	5	285
2016	40	91	56	70	7	264
2017	38	73	62	73	8	254
Total	376	698	574	564	46	2258
TVar 2010-2017	-36,7	-22,3	-11,4	5,8	100,0	-14,5
TVA 2016-2017	-1,3	-16,6	15,1	8,4	18,8	-0,3
TVMA 2010-2017	-6,0	-2,7	1,6	3,5	13,0	-1,7

Fonte: Quantitativos e cálculos da responsabilidade da presente investigação com base nos dados disponibilizados pela DG AJ (SICRIM)

Em 2016 e 2017, o número de registos relativos a homicídio qualificado consumado foi inferior ao valor de homicídios qualificados na forma tentada, no entanto, em anos anteriores tendia a suceder o inverso. No caso do homicídio simples consumado, o seu quantitativo foi sempre inferior ao relativo à forma tentada. Considerando o ano de 2017, o número de registos criminais relativos a homicídios simples na forma tentada foi quase o dobro do valor para a forma consumada (73 *vs.* 38) e no caso do homicídio qualificado, a forma tentada apresentou um valor mais próximo da forma consumada (73 *vs.* 62, o que corresponde apenas a +18% de homicídios qualificados consumados comparativamente aos tentados).

Através do Gráfico 59 e da Tabela 57, observa-se que, do total de 2.258 registos para os anos de 2010 a 2017, metade se refere a homicídio qualificado (25%) ou homicídio qualificado na forma tentada (25%). O homicídio simples na forma tentada reflete 31% e o consumado 17%; e para 2% dos registos surge mais do que um tipo de homicídio.

Estes dados evidenciam a maior preponderância do homicídio qualificado consumado face ao simples consumado, e em termos das formas tentadas sucede o inverso (mais registos mencionam o homicídio simples, em contraponto ao homicídio qualificado).

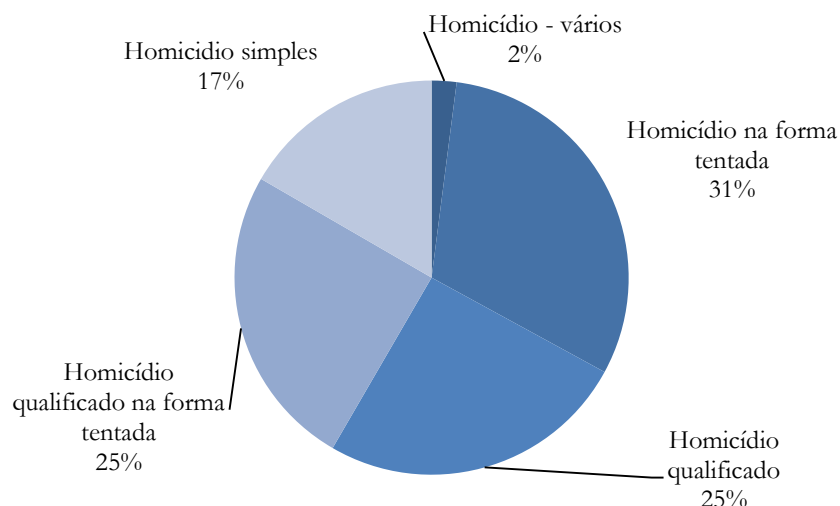


Gráfico 59: Tipologias de homicídio (simples/qualificado) que se encontram nos registos criminais (%) (2010 a 2017)

Tal como seria de esperar, tendo em conta os dados analisados anteriormente, na Tabela 57 observa-se ao longo de 2010 a 2017 um aumento do peso do homicídio qualificado (na forma consumada e na forma tentada), registando-se uma diminuição designadamente do peso do homicídio simples consumado.

Tabela 57: Tipologias de homicídio (simples/qualificado, consumado/tentado) nos registos criminais que incluem condenação por este tipo de crime (%), TVar, TVA e TVMA (%) (2010 a 2017)

	Homicídio simples	Homicídio na forma tentada	Homicídio qualificado	Homicídio qualificado na forma tentada	Homicídio - vários	Total
2010	20,2	31,6	23,6	23,2	1,3	100,0
2011	16,8	33,2	26,7	21,6	1,7	100,0
2012	16,7	33,0	24,7	23,3	2,3	100,0
2013	14,6	28,3	25,8	29,6	1,6	100,0
2014	18,7	32,5	24,6	22,2	2,0	100,0
2015	16,1	25,6	31,9	24,6	1,8	100,0
2016	15,2	34,5	21,2	26,5	2,7	100,0
2017	15,0	28,7	24,4	28,7	3,1	100,0
Total	16,7	30,9	25,4	25,0	2,0	100,0
TVar 2010-2017	-25,9	-9,2	3,6	23,7	133,9	-
TVA 2016-2017	-1,3	-16,6	15,1	8,4	18,8	-
TVMA 2010-2017	-3,3	0,2	2,4	4,3	16,4	-

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação com base nos dados disponibilizados pela DGAJ (SICRIM)

Em 2017, o homicídio qualificado estava patente em mais de metade (53%) dos registos criminais que indicavam alguma forma de homicídio (não se contabilizando aqui os eventuais casos de homicídio qualificado, consumado ou na forma tentada, entre aqueles onde surgia mais do que um tipo de homicídio - “*Homicídio- vários*”).

Para um número considerável de registos, a menção à condenação por algum dos tipos de homicídio surgia a par de condenação(ões) por outro(s) tipo(s) de crime. Assim, e conforme se visualiza na Tabela 58, tal situação ocorria em 55% do total de registos considerados para os anos de 2010 a 2017. Observa-se igualmente que, ao longo dos anos, esta proporção tendeu a aumentar, de forma global (em média 2%, por ano); em 2010 esta situação sucedia em 51,5% dos registos e em 2017 em 57,1%.

Tabela 58: Proporção de registos em que surge indicada a condenação por outro(s) crime(s) para além do homicídio (em qualquer das suas “tipologias”) (%), Tvar, TVA e TVMA (%) (2010 a 2017)

	Homicídio simples	Homicídio na forma tentada	Homicídio qualificado	Homicídio qualificado na forma tentada	Homicídio - vários	Total
2010	36,7	51,1	54,3	62,3	50,0	51,5
2011	32,7	49,5	64,1	69,8	40,0	54,8
2012	40,0	56,6	48,6	55,7	57,1	51,7
2013	39,1	59,6	61,7	78,5	80,0	63,1
2014	40,4	48,8	51,6	69,6	60,0	52,8
2015	47,8	37,0	60,4	65,7	60,0	53,7
2016	37,5	56,0	60,7	65,7	42,9	56,4
2017	47,4	43,8	64,5	67,1	75,0	57,1
Total	39,9	50,9	58,4	67,2	58,7	55,2
TVar 2010-2017	29,2	-14,2	18,8	7,7	50,0	10,8
TVA 2016-2017	-1,3	-16,6	15,1	8,4	18,8	-0,3
TVMA 2010-2017	5,1	0,6	4,0	2,6	12,0	2,1

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação com base nos dados disponibilizados pela DGAJ (SICRIM)

Para os registos de 2017, em 67% das condenações por homicídio qualificado na forma tentada constava outro(s) tipo(s) de crime(s) (ex.: detenção de arma proibida), sucedendo o mesmo para 64,5% das condenações por homicídio qualificado. No caso do homicídio simples (consumado ou na forma tentada) esta proporção era inferior a 50% (47% e 44%, respetivamente), o que é congruente com a possível aplicação de uma moldura penal mais gravosa (relativa ao homicídio qualificado) às situações em que, a par do homicídio, se prove a

prática de outro(s) crime(s) que possam conformar situação de especial censurabilidade ou perversidade.

A par de um aumento do número de condenações onde consta homicídio qualificado, entre 2010 e 2017, também se constata que a proporção destes em que surgem condenação(ões) por outro(s) crime(s) também regista um aumento (ex.: 4% de aumento médio anual em termos do homicídio qualificado) (Tabela 58).

Analisando agora o tipo de condenação a pena de prisão, se efetiva ou outra, em termos globais para estes registos considerados, a pena de prisão efetiva surge em 72,5% dos registos (Tabela 59). Quando se analisa o tipo de homicídio, verifica-se que no caso do homicídio qualificado esta proporção atinge os 95%, em contraponto a 77% nos casos do homicídio qualificado na forma tentada ou homicídio simples; sendo que nas situações de condenação a homicídio na forma tentada a taxa de aplicação de pena de prisão efetiva foi inferior a 50% (46%).

Tabela 59: Proporção de registos criminais, com condenação por homicídio, em que surge indicada a condenação a pena de prisão efetiva (%), TVar, TVA e TVMA (%) (2010 a 2017)

	Homicídio simples	Homicídio na forma tentada	Homicídio qualificado	Homicídio qualificado na forma tentada	Homicídio - vários	Total
2010	70,0	42,6	97,1	76,8	100,0	69,7
2011	69,4	44,3	97,4	81,0	100,0	71,6
2012	82,0	41,4	97,3	77,1	100,0	71,7
2013	80,4	46,1	93,8	78,5	100,0	73,9
2014	80,9	53,7	93,5	67,9	80,0	72,2
2015	76,1	41,1	94,5	75,7	100,0	73,3
2016	82,5	50,5	98,2	74,3	100,0	73,1
2017	78,9	49,3	85,5	84,9	100,0	74,4
Total	77,1	46,0	94,8	77,3	97,8	72,5
TVar 2010-2017	12,8	15,9	-12,0	10,6	0,0	6,8
TVA 2016-2017	-4,3	-2,4	-13,0	14,3	0,0	1,8
TVMA 2010-2017	2,0	3,2	-1,7	1,8	0,7	1,0

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação com base nos dados disponibilizados pela DGAJ (SICRIM)

Quando se analisam as taxas de variação a este nível, constata-se que em termos médios, com exceção da relativa ao homicídio qualificado (-1,7%), estas são positivas; sendo que em termos globais tem aumentado 1%, por ano, o número de registos criminais (em que existe

condenação por qualquer um dos tipos de homicídio) onde consta que a pena de prisão foi efetiva.

Conforme observado, entre os 2.258 registos considerados, em 72,5% consta que a pena de prisão decretada foi efetiva. Refira-se que as outras situações são diversas: para 19% registos constava que a pena de prisão era suspensa com regime de prova/sujeição a regras de conduta/ sujeição a deveres e para 4,5% constava pena de prisão suspensa (sem outra indicação).

Entre os outros casos em que não foi decretada pena de prisão efetiva encontram-se situações tais como: a aplicação de medida de segurança de internamento de inimputáveis, medida de segurança de internamento de imputáveis portadores de anomalia psíquica e ainda um número residual de casos onde constava “multa”.

Restringindo a análise à duração média das penas de prisão apenas aos casos de pena de prisão efetiva (ver Tabela 60), em termos gerais as condenações por qualquer tipo de homicídio correspondem a 11,5 anos (período de 2010 a 2017). Para o homicídio qualificado consumado o valor é de 17 anos e para o homicídio simples consumado a duração média da prisão efetiva é cerca de 11 anos.

Tabela 60: Duração média da pena de prisão efetiva nas condenações por homicídio (em anos) (M), TVar, TVA e TVMA (%) (2010 a 2017)

	Homicídio simples	Homicídio na forma tentada	Homicídio qualificado	Homicídio qualificado na forma tentada	Homicídio - vários	Total
2010	10,7	6,0	15,6	7,5	17,0	10,7
2011	10,5	5,4	17,7	8,2	13,4	11,6
2012	9,9	6,8	15,8	8,9	18,7	11,3
2013	9,9	5,9	17,4	8,6	18,4	11,4
2014	11,0	6,2	17,4	9,8	16,8	11,8
2015	11,3	6,4	16,7	8,1	20,0	12,2
2016	11,2	6,6	16,8	8,8	17,3	11,3
2017	11,6	5,9	18,4	8,6	16,5	11,6
Total	10,7	6,2	17,0	8,5	17,3	11,5
TVar 2010-2017	8,5	-1,0	17,9	14,5	-2,9	8,8
TVA 2016-2017	4,0	-10,5	9,4	-2,0	-4,5	3,4
TVMA 2010-2017	1,3	0,6	2,7	2,5	1,3	1,3

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação com base nos dados disponibilizados pela DGAJ (SICRIM)

Quando se analisa a variação da duração média da pena de prisão efetiva ao longo dos anos considerados regista-se que, em termos globais, esta tem aumentado em média 1,3%, por ano, sendo que no caso do homicídio qualificado (na forma consumada ou tentada) a taxa de variação média anual é mais elevada, situando-se nos 2,7% ou 2,5% (respetivamente).

Atendendo ao homicídio qualificado na forma consumada, em 2010, a duração média da pena de prisão efetiva era de 16 anos (15,6), sendo que em 2017 o valor situou-se nos 18,4 anos.

Adicionalmente, procurou-se analisar, entre os registos de 2017, onde constava uma condenação por homicídio qualificado (62 casos) ou várias tipologias de homicídio (onde estivesse inscrito homicídio qualificado: 2 casos), o suporte legal respetivo que constava inscrito no SICRIM. Deste modo, pretendia-se identificar que tipo de circunstâncias agravantes surgia eventualmente mencionado (no n.º 2 do art.º 132.º do CP, artigo relativo ao crime de homicídio qualificado, constam os designados exemplos-padrão relativos a fatores agravantes, sendo elencadas doze alíneas, da *a* à *m* - ver Apêndice 5).

Assim, dos 64 casos considerados, para 15 não se encontrava indicada nenhuma alínea em concreto (antes apenas o art.º 132.º n.º 1 e n.º 2) e para outros 3 casos constava apenas o n.º 1 do art.º 132.³²⁹.

Considerando os restantes 41 registos referentes a homicídio qualificado, para 17 (42%) situações constava a alínea *j* a qual está relacionada com “*agir com frieza de ânimo, com reflexão sobre os meios empregados ou ter persistido na intenção de matar por mais de vinte e quatro horas*”; em 10 registos (20%) o suporte legal incluiu a alínea *h*, o que significa que o facto foi “*praticado juntamente com, pelo menos, mais duas pessoas ou foi utilizado meio particularmente perigoso ou que se traduza na prática de crime de perigo comum*”; em 9 casos (22%) surgia mencionada a alínea *e* (a qual é utilizada quando o crime é “*determinado por avidez, pelo prazer de matar ou de causar sofrimento, para excitação ou para satisfação do instinto sexual ou por qualquer motivo torpe ou fútil*”); para 8 registos (20%) constava a alínea *b*, a qual corresponde ao facto do homicídio “*ter sido praticado contra cônjuge, ex-cônjuge, pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação, ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau*”; em 8 registos (20%) surgia identificada a alínea *g* (“*ter em vista preparar, facilitar, executar ou encobrir um outro crime, facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do agente de um crime*”); e em 5 registos (12%) constava a alínea *c* (“*praticar o facto contra pessoa*

³²⁹ Em cinco outros casos o suporte legal não integrava o art.º 132.º do CP, apesar do descritivo do crime conter este ilícito indicado.

particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez”). Outras alíneas surgiam identificadas entre os 41 casos, embora com menor expressão (*a, d, f e i*).

Refira-se que 21 dos 41 registos mencionados indicavam mais do que uma alínea deste n.º 2 do art.º do 132.º do CP (ex.: a alínea *j* surgiu geralmente associada a outra alínea, com exceção de dois casos em que era a única alínea assinalada).

De forma global, os dados apresentados neste ponto, ao apontarem taxas de variação médias anuais (para o período de 2010 a 2017) positivas ao nível do número de registos criminais onde consta condenação por homicídio qualificado (na forma consumada ou tentada), aumentando a sua proporção entre os registos relativos a homicídio (concomitantemente com uma diminuição da proporção de homicídios simples consumados e manutenção nos homicídios simples na forma tentada) não permitem avançar com qualquer hipótese de que a “carga de violência” inerente aos homicídios praticados esteja a diminuir (acompanhando a tendência geral de diminuição dos seus quantitativos). Adicionalmente, e no mesmo sentido, outros indicadores como o aumento da proporção de registos onde surgem condenações por outros crimes e de aplicação de pena de prisão efetiva (em termos globais e o aumento global da duração das penas de prisão decretadas, parecem antes contribuir para uma hipótese de agravamento dessa “carga de violência” (severidade intra-criminal). A pertinência deste tipo de avaliação justifica uma monitorização mais aprofundada neste domínio, e efetuada de forma regular, devendo igualmente alargar-se o período de análise.

Refira-se que seria pertinente efetuar este tipo análise, aqui realizada para o homicídio/homicídio qualificado, para todos os crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta, no entanto, tal não se afigurava viável no contexto do presente estudo dado o volume de dados envolvidos e que requeriam diversas operações de tratamento prévias.

No futuro, não sendo viável realizar tal análise para todos os crimes violentos, seria relevante abranger pelo menos alguns desses crimes, contemplando outras tipologias criminais (ex.: património) e no caso dos crimes contra as pessoas abranger outras sub-tipologias, para além da dos crimes contra a vida (ex.: contra a integridade física e contra a liberdade e autodeterminação sexual). Assim, seria interessante poder-se analisar este tipo de dados para crimes como roubo, abuso sexual de criança, violação e violência doméstica, entre outros.

Essa seleção dos crimes deverá ter nomeadamente em conta aqueles que apresentam um volume de registos mais significativo³³⁰.

A análise exploratória efetuada neste ponto 9.6 não está isenta de eventuais “vieses”³³¹. Possíveis mudanças nas práticas dos juízes terão implicações ao nível da duração das penas decretadas e do recurso (ou não) a penas de prisão efetivas, sendo que a duração das penas de prisão podem não refletir propriamente diferenças ao nível da “carga de violência” utilizada. Também aqui, e uma vez que se utilizam dados das sentenças/acórdãos proferidos, as respetivas durações refletem igualmente as ponderações efetuadas por parte dos juízes ao nível dos fatores agravantes (ex.: existência de antecedentes criminais), atenuantes e dos fins das penas.

Devido igualmente a estas questões aqui apontadas, torna-se relevante o recurso a outras análises mais compreensivas sobre os crimes registados (ou sobre casos que tenham resultado numa condenação, havendo assim já uma distinção entre factos dados como provados e como não provados, imprimindo um maior rigor neste tipo de estudo).

Neste sentido, no âmbito desta análise mais compreensiva, seria importante ter-se em conta um conjunto de indicadores gerais e/ou específicos para alguns tipos de crime, para se apurar a “carga de violência” utilizada em cada caso concreto (questão que será abordada no capítulo 12).

³³⁰ Por este motivo, relativo ao volume de casos para cada tipo de crime, não se mencionou a inclusão de crimes como os relativos ao terrorismo, rapto/sequestro/tomada de reféns, entre outros.

³³¹ Importa referir que eventuais alterações nas práticas ao nível da inserção dos dados que posteriormente são extraíveis do SICRIM podem ter implicações ao nível do respetivo grau de completude e fiabilidade, e consequentemente da validade das conclusões a extrair com base nas análises realizadas.

10. ENSAIO SOBRE A CRIAÇÃO DE UM ÍNDICE DE SEVERIDADE CRIMINAL

Neste capítulo, procura-se explorar a possibilidade de criação de um índice de severidade criminal, tendo por base as experiências neste domínio nomeadamente de Inglaterra e País de Gales e do Canadá (ver pontos 4.4; 4.5.1; e 4.5.3), propondo-se assim um índice de severidade criminal para a realidade portuguesa.

Atendendo ao objetivo da presente investigação, o índice proposto incide apenas na criminalidade violenta³³².

Apresenta-se uma proposta baseada na moldura penal prevista para cada crime. Para o efeito, foram utilizados os 60 crimes potencialmente abrangidos na criminalidade violenta e cujos quantitativos foram já analisados no capítulo anterior. Destes 60 crimes/artigos foram retirados dois (aborto agravado- art.º 141.º do CP, e ofensa à integridade física qualificada- art.º 145.º do CP) por não conterem uma “previsão” própria, mas sim por referência a outro(s) crime(s) já previsto(s) no elenco utilizado, passando assim este a integrar 58 crimes. Refira-se que, para efeitos de criação do índice, estes dois crimes não foram considerados, todavia, ao nível dos dados estatísticos analisados considerou-se o conjunto de 60 crimes. Tal deveu-se ao facto de que estes dois crimes estão incluídos nas categorias estatísticas disponíveis no SIEJ/DGPJ que abrangem outros crimes incluídos no índice, pelo que ao longo de várias tabelas contidas neste capítulo consta essa indicação (60).

Assim, e tendo em conta os limites mínimo e máximo da pena prevista, estabeleceu-se o ponto médio, o qual foi multiplicado por 365,25 (número de dias do ano, ajustado) obtendo-se uma ponderação para cada crime. Exemplificando, o homicídio qualificado é punido com uma moldura que varia de 12 a 25 anos, o seu ponto médio são 18,5 anos, pelo que a ponderação respetiva será de 6757 (18,5 x 365,25). Deste modo, ao homicídio qualificado é atribuída a ponderação de 6757 (dias de prisão).

Refira-se que em diversos crimes, para além da moldura inicialmente prevista, o respetivo artigo determina agravamentos mediante certas circunstâncias/factos, sendo que para este exercício foram apenas utilizadas as molduras inicialmente previstas e não as agravadas.

³³² Optou-se por colocar este ensaio ainda na Parte III da obra, e não na última parte, no contexto do capítulo 12 relativo a propostas de medição da severidade criminal (ainda que aí seja referenciado), uma vez que, com base no mesmo, é feita uma análise estatística, que surge assim na sequência das restantes já apresentadas em sede dos capítulos 8 e 9, pretendendo-se que possa complementá-las.

Por outro lado, alguns dos crimes indicam qual o limite superior da moldura penal (ex.: até 5 anos), não especificando o limite mínimo. Nestes casos, optou-se por considerar uma moldura mínima de um mês (conforme previsto no art.º 40.º do CP).

Tal como no índice proposto pela Universidade de Cambridge, utilizou-se aqui a moldura penal prevista, sendo que no caso referido a ponderação é obtida com base no “ponto de partida” para a determinação da pena - definido segundo as linhas orientadoras das sentenças respetivas, o qual não corresponde ao limite mínimo da moldura penal, mas sim a um valor próximo do que será o ponto médio entre o limite mínimo e máximo. Deste modo, e no caso concreto, optou-se por utilizar o ponto médio da sentença. Salienta-se, no entanto, que foi explorada a hipótese de utilizar o limite inferior da pena, o que se aproximaria provavelmente mais das penas efetivamente decretadas, uma vez que:

“Anteriormente, havia uma tradição que já foi abandonada na graduação da pena. Quando se abordava cada caso, partia-se do meio da pena. E depois sempre que houvesse circunstâncias agravantes começava a subir do meio da pena e quando havia circunstâncias atenuantes começava a descer (...) Esse modelo foi afastado. Atualmente, é seguida em geral a ideia de que se parte do mínimo da pena e vai-se graduando a pena em sentido ascendente”. E11PC³³³

Apesar desta realidade, os resultados obtidos seriam menos discriminatórios relativamente à severidade dos crimes (21 dos itens ficariam com a mesma pontuação, decorrente do facto de que o limite mínimo da pena se situa em 1 ano: diversos crimes com penas de 1 a 5 anos e 1 a 8 anos). A utilização do ponto médio da moldura penal implica a existência de um máximo de 12 crimes com a mesma pontuação (neste caso os crimes com moldura de 1 a 8 anos). A utilização do ponto médio segue de forma mais próxima o racional que estará subjacente à definição das molduras penais, onde se considerará que um crime com uma moldura penal de 1 a 5 anos será, à partida, e sem ponderação de eventuais circunstâncias agravantes ou atenuantes, menos gravoso do que, por exemplo, um outro crime com moldura penal de 1 a 8 anos, sendo que o próprio CPP distingue estas duas realidades ao definir criminalidade violenta e criminalidade especialmente violenta.

Assim, e tendo em conta este racional, obteve-se a seguinte ordenação dos crimes baseados na severidade medida através da moldura penal prevista (ver Tabela 61).

³³³ E11PC- Extraído da entrevista com representante do CSM.

Tabela 61: Crimes potencialmente abrangidos pela definição de criminalidade violenta, respetiva ponderação e ordenação para efeitos do índice de severidade criminal (com base na moldura penal prevista)

Fonte para efeitos da definição de CV	Artigo (CP ou Leg. avulsa)	Crime	Ponderação	Ordem
CPP e RASI	132.º	Homicídio qualificado	6757	1
Leg. avulsa	28.º	Associações criminosas	6392	2
CPP e RASI	131.º	Homicídio	4383	3
RASI	2.º	Organizações terroristas	4200	4
RASI	3.º	Outras organizações terroristas	4200	4
CPP	159.º	Escravidão	3653	5
RASI	287.º	Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros	3653	5
Leg. avulsa	21.º	Tráfico e outras atividades ilícitas	2922	6
CPP	160.º	Tráfico de pessoas	2374	7
CPP e RASI	164.º	Violação	2374	7
CPP e RASI	144.º	Ofensa à integridade física grave	2192	8
CPP	144.º-A	Mutilação genital feminina	2192	8
CPP e RASI	162.º	Tomada de reféns	2192	8
RASI	4.º	Terrorismo	2192	8
RASI	5.º	Terrorismo internacional	2192	8
Leg. avulsa	22.º	Precursores	2192	8
Leg. avulsa	87.º	Tráfico e mediação de armas	2192	8
CPP e RASI	161.º	Rapto	1826	9
Extra ³³⁴	140.º	Aborto	1826	9
Leg. avulsa	86.º	Detenção de arma proibida e crime cometido com arma	1826	9
CPP	163.º	Coação sexual	1644	10
CPP	168.º	Procriação artificial não consentida	1644	10
CPP	171.º	Abuso sexual de crianças	1644	10
CPP	172.º	Abuso sexual de menores dependentes	1644	10
CPP	175.º	Lenocínio de menores	1644	10
CPP	350.º	Auxílio de funcionário à evasão	1644	10
CPP	354.º	Motim de presos	1644	10
RASI	210.º	Roubo	1644	10
RASI	211.º	Violência depois da subtração	1644	10
Extra	214.º	Dano com violência	1644	10
RASI	288.º	Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro	1644	10
RASI	289.º	Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro	1644	10
CPP	165.º	Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência	1552	11
Leg. avulsa	184.º	Associação de auxílio à imigração ilegal	1278	12

³³⁴ Resultante de interpretação extensiva das definições de criminalidade violenta do CPP ou do RASI.

Tabela 61: Crimes potencialmente abrangidos pela definição de criminalidade violenta, respetiva ponderação e ordenação para efeitos do índice de severidade criminal (com base na moldura penal prevista) (cont.)

Fonte para efeitos da definição de CV	Artigo (CP ou Leg. avulsa)	Crime	Ponderação	Ordem
CPP e RASI	133.º	Homicídio privilegiado	1096	13
CPP e RASI	136.º	Infanticídio	1096	13
CPP	138.º	Exposição ou abandono	1096	13
CPP	152.º	Violência doméstica	1096	13
CPP	152.º-A	Maus tratos	1096	13
CPP	152.º-B	Violação de regras de segurança	1096	13
CPP	176.º	Pornografia de menores	1096	13
RASI	299.º	Associação criminosa	1096	13
CPP e RASI	347.º	Resistência e coação sobre funcionário	1096	13
CPP	166.º	Abuso sexual de pessoa internada	1004	14
CPP	169.º	Lenocínio	1004	14
CPP	154.º-B	Casamento forçado	928	15
CPP	349.º	Tirada de presos	928	15
CPP	355.º	Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público	928	15
RASI	223.º	Extorsão	928	15
CPP	135.º	Incitamento ou ajuda ao suicídio	563	16
CPP e RASI	158.º	Sequestro	563	16
Extra	137.º	Homicídio por negligência	563	16
Extra	143.º	Ofensa à integridade física simples	563	16
RASI	297.º	Instigação pública a um crime	563	16
Leg. avulsa	183.º	Auxílio à imigração ilegal	563	16
RASI	303.º	Participação em motim armado	402	17
RASI	302.º	Participação em motim	198	18
RASI	298.º	Apologia pública de um crime	107	19

Assim, e conforme se observa na Tabela 61, os 58 crimes ficam ordenados num conjunto de 19 posições (tendo em conta que diversos deles apresentam a mesma pontuação), sendo que nas primeiras cinco posições encontram-se o homicídio qualificado, as associações criminosas (art.º 28.º da Lei da droga), o homicídio, as organizações terroristas, outras organizações terroristas, a escravidão, e captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros.

Considerando apenas os crimes contra as pessoas, verifica-se que para além dos três já mencionados acima, os outros que surgem como sendo mais graves são: o tráfico de pessoas, violação, ofensa à integridade física grave, mutilação genital feminina, tomada de reféns, rapto e aborto (ver crimes a negrito na Tabela 61). Todos estes crimes contra as pessoas situam-se entre os primeiros nove lugares desta ordenação.

Em décimo lugar surgem os seguintes crimes contra as pessoas: coação sexual, procriação artificial não consentida, abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes e o lenocínio de menores. Todos os outros crimes contra as pessoas ficam posicionados entre a 11.^a e 16.^a posições desta ordenação, sendo que nos últimos lugares surgem os crimes: incitamento ou ajuda ao suicídio, sequestro, homicídio por negligência e ofensa à integridade física simples.

A primeira coluna da tabela apresentada contempla a fonte, com base na qual cada crime foi considerado para efeitos do elenco daqueles potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta. Assim, constata-se que nas primeiras nove posições constam 6 crimes comuns às definições do CPP e do RASI, 5 que integram apenas o conceito usado do RASI, 3 que constam da definição do CPP, 5 de Legislação avulsa, e 1 crime considerado no âmbito da interpretação mais extensiva das referidas definições (CPP e RASI).

Deste modo, este tipo de índice, embora destaque crimes contra as pessoas como o homicídio/homicídio qualificado, escravidão, tráfico de pessoas, violação, ofensa à integridade física grave, mutilação genital feminina, tomada de reféns e rapto, relega para um segundo plano outros crimes como sejam o abuso sexual de crianças, de menores dependentes, a exposição ou abandono, a violência doméstica, a pornografia de menores, o sequestro, entre outros. Surgem num primeiro plano crimes relativos às associações criminosas; organizações terroristas; captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros; e outros crimes previstos em legislação avulsa (Lei da droga e Lei das armas).

Crimes contra o património como o roubo, o dano com violência surgem em 10.º lugar, e a extorsão em 15.º.

De modo a compreender que impacto poderá ter a utilização deste índice ao nível da análise da evolução da criminalidade violenta, após a sua criação propriamente dita, cujo ano de referência foi definido como sendo o de 2008 (com valor 100), calcularam-se os respetivos valores para os anos seguintes até 2017.

Salienta-se, tal como exposto no capítulo 8, que os dados relativos aos crimes registados pelos OPC e aqui utilizados são os possíveis face à notação estatística vigente. Assim, nem sempre existe correspondência direta entre os crimes/categorias disponibilizados no SIEJ e os crimes/artigos aqui previstos, recorrendo-se às aproximações possíveis, pelo que a análise dos resultados a este nível deve ter em conta esta questão (em alguns casos, os quantitativos considerados constituirão uma aproximação por defeito, noutros por excesso).

Na Tabela 62, é possível observar os valores do índice criado até 2017, de acordo com o conjunto/subconjunto de crimes considerados (por via das fontes para efeitos da respetiva integração na definição de criminalidade violenta).

Assim, verifica-se que quando se analisa o índice de severidade criminal para o conjunto dos crimes/artigos considerados, os valores registados entre 2009 e 2011 foram superiores ao referente ao ano base (2008), seguindo-se uma diminuição, sendo a taxa de variação média anual de -1%.

Se a este conjunto global se retirarem os crimes adicionais por via de uma interpretação mais extensiva das definições consideradas (ex.: homicídio por negligência, aborto, aborto agravado e ofensa à integridade física simples), observa-se que o índice de severidade se situou acima de 100 até ao ano 2012, após o que decresceu para valores inferiores ao de 2008, registando-se, em média, uma diminuição anual na ordem de 0,5% neste índice.

Tabela 62: Índice de severidade criminal (ano base =2008=100), segundo o conjunto de crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta (%) e TVMA (%) (2008-2017)

<i>Fonte para efeitos da def. de CV</i>	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TVMA (2008-2017) (%)
Total (60)	104,6	107,5	103,0	98,5	93,9	92,7	92,5	90,5	90,7	-1,0
Total sem crimes extra (54)	105,8	110,8	106,8	102,3	97,7	96,6	96,8	94,8	94,8	-0,5
CPP (32)	109,7	118,9	113,9	107,7	108,2	109,0	106,0	106,7	107,4	0,9
RASI (27)	99,0	100,4	98,9	91,1	82,0	77,8	76,9	67,6	62,3	-5,0
CPP e RASI (11)	103,9	115,2	106,5	106,1	96,9	93,5	90,3	84,8	90,4	-0,9
Leg. avulsa (s/ terrorismo)	113,6	120,2	110,1	120,1	113,1	115,4	125,2	134,9	149,3	4,8

No caso do subconjunto de crimes provenientes da definição de CV/CEV do CPP, para todos os anos o valor foi superior ao de 2008, aumentando em média 0,9% por ano. Se, por outro lado, atendermos aos crimes previstos na definição de CVG do RASI, a diminuição relativa ao ano base foi mais evidente, com uma taxa de variação negativa média de 5%. No que concerne aos 11 crimes em comum às duas definições de criminalidade violenta consideradas (CPP e RASI), até 2012, inclusive, o índice assumiu valores superiores a 100, e de 2013 em diante foi inferior a este valor, sendo a taxa de variação média anual de -0,9%.

Finalmente, no que concerne aos crimes previstos no âmbito da legislação avulsa (com exceção do terrorismo, já englobado na definição do RASI), tal como para os provenientes da definição de CV/CEV do CPP, ao longo do período de 2009 a 2017 o valor do índice foi sempre superior a 100, registando-se que, em média, este índice aumentou 4,8% por ano (Tabela 62).

Tendo em conta o elevado peso da violência doméstica no total de crimes registados, explorou-se o cálculo deste índice para 2009 a 2017 sem a contabilização deste crime. Constata-se que a taxa de variação média anual passa de -1% para -1,9% e, no caso do subconjunto de crimes provenientes da definição do CPP, a taxa de variação média anual passa de 0,9% para 0%.

Assim, mesmo excluindo este crime, que pelo seu volume afeta de forma significativa os resultados, verifica-se no âmbito da globalidade dos outros crimes contra as pessoas e contra o Estado previstos na definição do CPP que os níveis da criminalidade violenta se têm mantido ao longo dos últimos dez anos.

Efetuando o mesmo exercício, mas retirando o roubo do cálculo deste índice obtém-se uma taxa de variação anual média já positiva: 0,8%, sucedendo o mesmo para o subconjunto de crimes abrangidos pela definição de CVG do RASI, cujo resultado passa a indicar um aumento anual médio na ordem dos 0,9%.

Se se excluíssem estes dois crimes, a taxa de variação anual média situar-se-ia em 0,6%.

Explorou-se igualmente uma análise deste índice de severidade, de forma desagregada segundo as várias tipologias criminais: contra as pessoas, contra o património, contra a vida em sociedade, contra o Estado e prevista em legislação avulsa.

Efetuada este exercício, os resultados obtidos encontram-se plasmados na Tabela 63. Verifica-se que, no âmbito dos crimes violentos contra as pessoas, a taxa de variação média anual continua a situar-se nos 0,9% (tal como quando se utilizava o subconjunto de crimes previstos na definição de CV/CEV do CPP). Ao nível dos crimes contra o património considerados (roubo, violência depois da subtração e extorsão), o índice de severidade criminal diminuiu em média 5,8% por ano. Para as restantes tipologias criminais a tendência observada é positiva: no domínio dos crimes contra a vida em sociedade verificaram-se aumentos médios anuais na ordem dos 45%; nos crimes contra o Estado também se observaram incrementos, embora

mais ligeiros (1%); e na legislação avulsa (Lei do terrorismo, Lei da droga³³⁵, Lei de estrangeiros e Lei das armas) a taxa de variação média anual para o índice de severidade criminal situou-se em 4,8%.

Tabela 63: Índice de severidade criminal para a criminalidade violenta (ano base =2008=100), segundo as tipologias criminais e TVMA (%) (2008 a 2017)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TVMA (2008- 2017) (%)
Total (60)	104,6	107,5	103,0	98,5	93,9	92,7	92,5	90,5	90,7	-1,0
Total sem crimes extra (54)	105,8	110,8	106,8	102,3	97,7	96,6	96,8	94,8	94,8	-0,5
Pessoas (27)	109,8	118,9	113,8	106,9	107,5	108,5	105,3	106,4	107,4	0,9
Património (3)	98,3	98,1	97,7	88,9	79,7	75,0	74,7	64,8	57,6	-5,8
Vida em sociedade (8)	158,6	155,8	274,3	89,2	170,2	548,8	273,7	308,7	516,6	45,4
Estado (5)	105,9	119,9	115,3	124,9	123,8	119,6	120,7	111,5	107,6	1,0
Legislação avulsa (11)	113,6	120,4	110,1	120,1	113,1	115,4	125,4	135,1	149,5	4,8

Registam-se aumentos de maior magnitude no âmbito da criminalidade violenta contra a vida em sociedade (Tabela 63), todavia, salienta-se o diminuto número de crimes registados nesta tipologia e aqui considerados no domínio da criminalidade violenta (oito crimes³³⁶, cujo quantitativo em 2008 foi 34, e em 2017 foi 61), pelo que os valores do índice devem ser analisados com as devidas reservas.

No capítulo 11 são discutidos estes resultados que permitem efetuar leituras diferentes/complementares ao nível das tendências/variações nos crimes registados face às análises realizadas tendo em conta medidas não ponderadas dos crimes.

³³⁵ Refira-se que, em termos estatísticos, o crime de associações criminosas no âmbito da Lei da droga está contabilizado conjuntamente com outros crimes como seja o crime de associação criminosa previsto no CP no contexto dos crimes contra a vida em sociedade (ver DGPJ, 2015; 2016).

³³⁶ Ver Apêndice 2.

PARTE IV

DISCUSSÃO E PROPOSTAS

11. DISCUSSÃO

Nesta secção é efetuada a discussão dos resultados, integrando-se também para o efeito contributos recolhidos aquando das entrevistas exploratórias com representantes das magistraturas (judicial e do MP), dos OPC (GNR, PSP, PJ e SEF) e da APAV³³⁷, e que enriquecem substancialmente a discussão e reflexão que podem ser efetuadas no domínio desta investigação.

11.1 A DEFINIÇÃO DE CRIMINALIDADE VIOLENTA E A AVALIAÇÃO DA SEVERIDADE CRIMINAL (INTER-CRIMINAL)

Uma das primeiras dificuldades que se constata quando se pretende medir a criminalidade violenta é efetivamente com a sua definição e com o elenco de crimes abrangidos.

Primeiramente importará situar a definição de criminalidade violenta no tempo e no espaço. Como analisado anteriormente, o conceito de violência tem evoluído ao longo dos séculos e o que é entendido atualmente e que consubstancia as atuais representações sociais do que é violência não é o mesmo do que há uns anos e séculos atrás.

(...) “Sem recuo histórico não temos clarividência (...) somos determinados pelo nosso a priori (...) recuo histórico implica séculos - precisamos para relativizar o que à partida nos parece ser uma violência única, ímpar... a sensibilidade humana evoluiu. (...) Temos de ter em conta os movimentos de criminalização e descriminalização. (...) Na idade média a forma de fazer justiça era extremamente violenta. (...) O que é [a criminalidade violenta] hoje? Quando aplicamos o nosso raciocínio crítico complica-se (...) o problema disto são as emoções (...) deixamo-nos envolver com as emoções... mass media, grupos de interesse (...) o cientista social fica afogado nisto e devia dar definições mais rigorosas e mais frias... e por vezes tendem a seguir estas pressões (...) processo inconsciente (...) o Direito Penal (DP) defende-nos dessas pressões e mesmo assim não escapa.” E7CdA

“Durante algum tempo era mais grave furtar um bem do que cortar a perna a uma pessoa - se virmos o código de 1982, mesmo na redação originária (...) hoje em dia, essas disparidades já não são tão grandes.” E11PC

³³⁷ No Apêndice 6 consta o elenco de entrevistas realizadas. Os códigos utilizados para identificar cada pessoa entrevistada foram os seguintes: E1AC- Major General Agostinho da Costa; E2AL- Juiz Armando Leandro; E3PC- Dr. Pedro do Carmo; E4JL- Dr. João Lázaro; E5RA- Prof. Doutor Rui Abrunhosa; E6RP- Dr. Rui Pereira; E7CdA- Prof. Doutor Cândido da Agra; E8CA- Dr. Carlos Anjos; E9MJC- Dr.^a M.^a João Costa; E10HF- Dr.^a Helena Fazenda; E11PC- Juiz de Direito Paulo Cunha; E12JFO- Superintendente-Chefe José Ferreira de Oliveira; E13AR- Major Adriano Rocha; E14PM- Tenente- Coronel Pedro Moleirinho; E15JV- Coronel Joaquim Vivas; E16MG- Dr. Manuel Gonçalves; E17LMG- Dr.^a Luísa Maia Gonçalves; E18CF- Dr.^a Carla Ferreira; E19SR- Dr.^a Sónia Reis; E20SN- Dr.^a Sofia Nunes; E21MJM- Dr.^a Maria José Morgado.

Assim, as definições atualmente utilizadas de criminalidade violenta no contexto nacional ou internacional podem estar (ou não) alinhadas com o “tempo” atual, e certamente daqui a uns anos não captarão de forma completamente adequada o que for então entendido como criminalidade violenta.

11.1.1 A DEFINIÇÃO DE CRIMINALIDADE VIOLENTA

11.1.1.1 As definições em vigor em Portugal

Em Portugal, coexistem duas definições relevantes neste domínio, uma inscrita no Código de Processo Penal (de criminalidade violenta e de criminalidade especialmente violenta) e a que é utilizada em sede do RASI relativa à criminalidade violenta e grave (CVG), e com base na qual a medição desta realidade tem sido feita em Portugal desde 1998.

A origem da definição de criminalidade violenta (CV) do Código de Processo Penal remonta a 1987, ocasião em que era definida conjuntamente no âmbito dos “*casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada*”. Esta definição esteve sempre ligada à natureza dos bens jurídicos protegidos e, ao mesmo tempo, à moldura penal prevista. Na reforma penal de 2007, o CPP passou a contemplar definições distintas para terrorismo, criminalidade violenta, criminalidade especialmente violenta (CEV) (conceito introduzido em 2007) e criminalidade altamente organizada. Em 2010, a definição de CV/CEV foi ajustada de modo a contemplar igualmente os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e contra a autoridade pública, data a partir da qual se tem mantido inalterada.

Segundo esta definição, a criminalidade violenta corresponde “*às condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos*” e a criminalidade especialmente violenta aplica-se ao tipo de condutas previstas no âmbito da “*criminalidade violenta*”, mas que são puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 8 anos.

No caso da criminalidade violenta e grave, prevista no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), cuja definição aponta para um conjunto de crimes que “*têm como denominador comum a violência física ou psicológica, sendo causadores de forte sentimento de insegurança*”, constitui uma definição

e metodologia de medição que tem já mais de 20 anos, e que se tem mantido inalterada desde então (apenas com ajustes decorrentes da desagregação das subcategorias de roubo no âmbito do mapa de notação de crimes, o que não teve qualquer impacto ao nível do elenco de crimes abrangidos). Esta manutenção da definição e metodologia tem a mais-valia de viabilizar a análise de uma série estatística longa, como a que é possível neste momento.

“Definição de CVG do RASI é muito sumária e ao mesmo tempo abrangente, dá uma grande latitude de interpretação (...) mais virada para o sentimento de insegurança, o CPP não é tão virado para sentimento de insegurança, é mais para as questões objetivas e tem de ser.” E14PM

Assim, e se por um lado ao nível da CVG do RASI o foco da definição assenta no sentimento de insegurança e alarme social provocado pelos crimes, numa vertente mais sociológica; na definição do CPP, o racional baseia-se numa vertente mais jurídico-penal, apela-se à natureza dos crimes/bem jurídicos protegidos e moldura penal.

Existem crimes que estão abrangidos pelas duas definições (ex.: homicídio, ofensa à integridade física grave, violação, rapto, e resistência e coação sobre funcionário), mas existem outros que estão em apenas uma delas (ex.: roubo, extorsão, associação criminosa, e terrorismo apenas na definição de CVG; e, por exemplo, violência doméstica, maus tratos, abuso sexual de criança, e tráfico de pessoas que constam apenas da definição de CV/CEV do CPP). E existem ainda crimes potencialmente abrangidos pela criminalidade violenta que não constam de nenhuma das duas definições (ex.: incitamento ou ajuda ao suicídio, dano com violência, auxílio à imigração ilegal, tráfico de droga, detenção de arma proibida e cometimento de crime com arma).

Assim, com base na análise efetuada às duas definições, foram identificados 11 crimes provenientes de ambas as definições (CPP e RASI), 21 apenas na definição do CPP, 15 apenas da definição do RASI, perfazendo um total de 47. A estes 47 foram aditados, no contexto da operacionalização do presente estudo, outros 13, decorrentes dos contributos provenientes das entrevistas realizadas e de uma leitura extensiva dos crimes previstos em cada uma das definições, totalizando 60 crimes (artigos do CP e legislação avulsa) potencialmente abrangidos numa definição de criminalidade violenta.

Refira-se que, apesar do roubo não figurar entre os crimes abrangidos pela definição do CPP (que apenas comporta crimes previstos no CP da tipologia de crimes contra as pessoas e alguns contra o Estado), será consensual que este deve ser incluído:

“O roubo está em termos sistemáticos nos crimes contra o património (...) mas transcende a mera natureza patrimonial (...) o roubo é um crime pluriofensivo – afeta os bens e afeta as pessoas - faz com que as molduras penais sejam agravadas - roubo agravado vai até 15 anos de prisão. No roubo está mais em causa do que o mero património - isto é um dado adquirido; poder-se-ia pensar em transitar para os crimes contra as pessoas. Quem presencia um roubo compreende que há uma intensidade que merece a intervenção do DP.” E11PC

“(...) Furto é crime contra a propriedade, roubo é crime contra a integridade, contra a pessoa enquanto tal.” E10HF

“Roubo ao contrário de furto é criminalidade violenta (...) formalmente o roubo está inserido nos crimes contra propriedade, mas numa logica de consunção, pode compreender a prática de outros crimes que não sejam punidos autonomamente. Ao ser cometido com violência ou ameaça de violência pode ser consumido por outro crime. Ex.: 8-16 anos quando resultar morte de outra pessoa - homicídio negligente associado ao roubo.” E6RP

No caso da violência doméstica, apesar de fazer parte da definição de CV do CPP, a sua integração na definição de criminalidade violenta não parece ser tão consensual como o verificado para o roubo. Refira-se que, enquanto para a maioria dos entrevistados a evocação de crimes como o homicídio, roubo, ofensas à integridade física grave e violação surgiram espontaneamente quando se solicitaram alguns exemplos de crimes violentos, já a violência doméstica surgiu geralmente numa segunda fase quando se perguntava especificamente se a mesma estava integrada no conceito.

“Violência doméstica depende da clareza do conceito (...)” E4JL

“Sim, tem às vezes contornos para a vítima e para a família.” E20SN

“Depende dos casos. O bolo da VD³³⁸ engloba as mais variadas situações. Umas não teria dúvidas que são CV, mas temos outras que não são CV (ex.: só injúrias, sem agressão física...) (...) seria preciso desmaterializar o crime de VD.” E13AR

[Violência doméstica inserida na criminalidade violenta?] Sim, não pelo meio que é empregue, mas por toda a dinâmica subjacente (basta ser um insulto diário durante 40 anos- é extremamente devastador).” E18CF

“Sim, sim. Nunca deixou de ser aplicada a prisão preventiva à violência doméstica.” E6RP

“Alguma parte da violência doméstica (...). Sendo um crime cometido por alguém próximo, por alguém que normalmente vive dentro da nossa casa, por si só acho que é mais violento do que aquele em que uma pessoa que vai a passar, e não conheço de lado nenhum, me ameaça com uma faca e pede a carteira (claro que também terá impacto para mim), mas se quem me fizer isso for a pessoa que vive comigo... será mais violento. (...) 152 [artigo do CP] é violento. (...) Violência doméstica contra idosos diria que é muito violento, mesmo que não implique violência física extrema. O contexto tem de ser valorado.” E19SR

³³⁸ Utilizaram-se siglas em vários excertos de entrevistas (ex.: CPP, CV, CVG, OPC e VD) para simplificação do texto, não tendo as mesmas sido proferidas pelos entrevistados.

A relutância em pensar a violência doméstica como fazendo parte da restante criminalidade violenta “tradicional” resultará também do facto de este crime abranger um amplo espectro de situações, integrando ações com níveis de severidade muito díspares.

“A violência doméstica é uma criminalidade violenta especial no seio do agregado familiar (...). Acho bem que não se misture a VD com a outra criminalidade violenta, porque tem um contexto familiar, não tem as mesmas características da outra violência (que tem taxas de reincidência enormes, tem carreiras criminais, modus operandi próprios). (...) A violência doméstica é uma miríade de coisas, não são todos com o mesmo grau de violência. Não estou a dizer que não é ‘má’, é sempre ‘má’. Uma coisa é chamar nomes à companheira, outra coisa é dar facadas à companheira. É como tudo na vida, há uma graduação, uma valoração. (...) temos um leque muito grande de infrações (umas mais graves e outras menos graves) (...).”
E21MJM

Também ao nível das respostas obtidas em sede do questionário aplicado aos profissionais, a violência doméstica situou-se em 25.º lugar entre um total de 48 crimes/categorias, posicionando-se num grupo de gravidade intermédia (com 61% de respostas de nível máximo de gravidade ou de nível imediatamente inferior).

A violência doméstica não parece estar claramente inserida nas representações sociais de criminalidade violenta (pelo menos daquela tida como mais gravosa). O facto de que quando se aborda publicamente a criminalidade violenta reporta-se geralmente à definição usada no RASI e ao elenco de crimes aí integrados, pode constituir-se como um fator contributivo para tal.

É igualmente revelador desta situação o facto do regime de concessão de indemnizações às vítimas de alguns crimes distinguir as vítimas de crimes violentos e as vítimas de violência doméstica, questão já salientada pela própria CPVC, prevendo-se que no processo de revisão da missão e atribuições desta Comissão esta questão seja solucionada, passando a utilizar-se apenas o conceito de vítima especialmente vulnerável.

Tendo em conta o elevado peso da violência doméstica na criminalidade registada em Portugal (o segundo crime mais registado), compreende-se que a sua inclusão ao nível da definição de CVG traria uma dimensão ao fenómeno da criminalidade violenta bastante mais elevada comparativamente ao que vem sendo habitual.

Se se adotasse para efeitos estatísticos a definição de criminalidade violenta (e especialmente violenta) prevista no CPP, o peso deste tipo de crimes passaria para 10% em termos da criminalidade global registada, em detrimento dos 4,5% que corresponde ao peso da CVG (valores para o ano de 2017). Considerando em conjunto os crimes abrangidos nas duas

definições, a criminalidade violenta terá representado em Portugal, em 2017, cerca de 14% de toda a criminalidade registada, um valor que corresponde quase ao triplo do valor obtido apenas com a definição de CVG vigente no RASI.

De qualquer modo, surge como relevante o debate e esclarecimento efetivo sobre a inclusão da violência doméstica na criminalidade violenta. Todo o esforço de adoção e implementação de legislação e medidas específicas para prevenir e combater este fenómeno decorrerão do facto de se validar a gravidade do mesmo e a necessidade de uma intervenção ágil e articulada. O crime de violência doméstica comporta uma amplitude de comportamentos que poderá justificar as dúvidas existentes, só assim se poderá compreender o facto de ter uma moldura penal inferior, por exemplo, ao roubo.

Nenhum outro crime entre os crimes contra as pessoas terá sido objeto de tantos desenvolvimentos e promoção de respostas legais e sociais, no entanto tem uma moldura penal inferior a outros crimes contra as pessoas e parecem persistir dúvidas sobre a sua integração na criminalidade violenta. Trata-se de um crime de prevenção e investigação prioritária, que tem natureza urgente, adotando-se assim medidas de promoção da celeridade processual, ao contrário do verificado para outros crimes puníveis com moldura penal mais grave (ex.: violação, abuso sexual de criança).

O estatuto da vítima especialmente vulnerável veio harmonizar um pouco os direitos de todas as vítimas da criminalidade violenta, de qualquer modo, não parece existir uma correlação entre as representações sociais vigentes sobre a gravidade dos crimes e a adoção de políticas e respostas para os mesmos. Torna-se assim relevante renovar a discussão sobre criminalidade violenta e analisar as (in)congruências do sistema para lidar com os diversos fenómenos, seja desde logo ao nível do conhecimento que promove sobre os mesmos, seja ao nível das políticas públicas que formatam as respostas.

“Já havia a agravação da culpa por força da especial vulnerabilidade da vítima, já havia sensibilidade dos tribunais para isso. A consagração chama à atenção para isso, acho correto. Agora só a previsão no CPP não faz milagres, temos de ter estruturas capazes de proteger as vítimas. (...) A consagração [estatuto de VEV] é um avanço, mas falta a efetivação do direito, isso aí está quase tudo por fazer. O equipamento de apoio é afilitivo em relação às necessidades (ex.: tráfico de seres humanos e violência doméstica).” E21MJM

“Violência doméstica não vai ter menos recursos se for ou não for criminalidade violenta (não precisa desse rótulo). (...) Os (crimes) que têm recursos são os que caem na área sectorial da Igualdade, os outros não têm.” E4JL

A definição de criminalidade violenta tem implicações a muitos níveis e importa que exista congruência e esta seja monitorizada, de modo a que o Estado responda o mais eficazmente possível a todos os crimes violentos.

Refira-se que a definição/conceito de CVG do RASI está muito ligada às necessidades dos OPC ao nível da compreensão de determinados fenómenos. É reconhecido que se trata de um conceito mais de carácter sociológico, que na sua base não terá existido a preocupação de acompanhar a definição legal existente (CPP), estando a respetiva análise a cargo do GSGSSI:

“[O conceito de] criminalidade violenta tem uma carga subjetiva (...) [na construção das estatísticas da justiça] procuramos em toda a nossa atividade ser neutros. (...) [na construção da tabela de crimes] seguimos a tipologia legal dos crimes, adaptada a critérios sociológicos (...) adequar às necessidades de perceber os fenómenos no terreno (de acordo com necessidades, designadamente, das forças policiais). (...) [Na análise estatística da CVG feita no RASI] o critério seguido não foi o do CPP... foi ver os crimes que usam violência e que geram ou incrementam o sentimento de insegurança. (...) [Nas estatísticas da justiça] não usamos esse conceito [CVG] para a divulgação que procedemos (...) aqui somos um TNE para esta área (são seguidas as tabelas aprovadas) (...) tratamento da CVG fica para o GSGSSI.” E9MJC.

Assim, este conceito utilizado de CVG decorre das necessidades mais operacionais, não sendo um conceito que esteja reconhecido pelo SEN.

11.1.1.2 A amplitude do conceito de criminalidade violenta

Em sede de entrevistas realizadas não se constatou necessidades de revisão do conceito de CVG ou do conceito de CV/CEV no CPP, antes e eventualmente algumas afinações:

“Todos os atores do SSI estão de acordo que este quadro do RASI [para a criminalidade violenta] engloba as tipologias criminais que podem integrar o conceito de criminalidade violenta.” E10HF

“CV é uma expressão usada comumente pelo cidadão e pela comunicação social. Geralmente de forma desligada do que está no CPP, mas geralmente coincidente no essencial.” E3PC

“No manual do FBI tem a ver com a violência com que o crime é cometido (forma como os atores desenvolvem a atividade criminoso) e não com o resultado/consequências para a vítima. Americanos e ingleses têm uma metodologia qualitativa do crime, nós uma quantitativa. Na Europa continental escolhemos uma classificação quantitativa. (...) Ao irmos pelo quantitativo temos alguns problemas. (...) Fazia aqui sentido uma espécie de meio-termo entre o nosso sistema e o americano - fazer um mix (modo como crime foi feito, e os resultados e a medida da pena).” E8CA

Quando se aborda o que é a criminalidade violenta e o que a distingue do resto da criminalidade, surgem contributos que convocam diferentes tipos de definições e amplitudes:

“Primeiro temos de distinguir a CV nos termos definidos no CPP e aquilo que se entende por CV em termos de senso comum ou em termos científicos. (...) Existem quatro grandes definições (jurídico-legal; científica, de tipo moral e senso comum). (...) A Criminologia segue o CP/CPP.” E7CdA

(...) Esta moldura penal é aferida em função dessa censura social, da intenção do agente, do modus operandi, do dolo do agente, da intensidade do crime, das causas associadas aos factos, entre outras. Este tipo de criminalidade distingue-se da restante criminalidade pelos valores sociais que são reconhecidos pela sociedade, traduzindo uma hierarquia de valores. É essa hierarquia de valores, expressa na moldura penal, a base da definição da criminalidade altamente organizada, criminalidade especialmente violenta e criminalidade violenta (...).” E13AR

“Deve ser um conceito amplo - do ponto de vista da vítima - numa perspetiva de direitos humanos - tudo o que viola direitos humanos, designadamente o bem-estar do outro em qualquer fase da sua vida, especialmente quando se está em fase de desenvolvimento.” E2AL

“Desrespeito total pela natureza humana (...) reduzir as pessoas ao que imagino que fosse há cinco séculos, outra coisa é no século XXI em Portugal, não se pode aceitar. (...) Violência psicológica que se reflete fisicamente (esta gente passa fome, não pode sair dos sítios...). Nós ainda estamos muito agarrados a formas de violência que é apontar uma arma, dar um tiro, chicotear, haver sangue (...) isto são formas de violência extremas. As pessoas não têm a noção, o desespero destas pessoas é tremendo.” E17LMG

“(...) São situações de violência física e psicológica que se destacam de outras, há violência extrema. Situações de violência doméstica muito graves (agressões físicas severas, mas também emocionalmente muito graves), por exemplo violações e para além de isso impedir a vítima de ter qualquer domínio que seja sobre a sua vida. São muito violentas. Geralmente pensa-se crime violento - sangue a ‘jorrar’ por todo o lado. Há situações em que isso não acontece e não deixa de ser violento.” E19SR

Por outro lado, o “conceito” de criminalidade violenta encerrará diversas dimensões, desde os bens jurídicos afetados (fundamentais ou não) à gravidade dos atos em si (aferida por tais bens violados, pelo *modus operandi* e meios usados ou pelas consequências provocadas nas vítimas):

“Além da definição penal é aquela criminalidade que mais afeta os direitos humanos das vítimas pela forma como a humilha, a não considera como outro, e implica graves consequências físicas, psicológicas, de segurança, de confiança no próprio e no futuro (...) envolve uma série de ações não só físicas, de ameaças, de perseguição, de falta de respeito pelo outro e que compromete o equilíbrio e o desenvolvimento das pessoas...desde as crianças. (...) Claro que a intenção (o dolo) também é importante, mas penso que cada vez mais deve ser referente ao grau de sofrimento infligido à vítima.” E2AL

“Crimes que atentam contra bens jurídicos fundamentais, como são a integridade física, a liberdade, a autodeterminação sexual e contra a vida. No CPP são conceitos operativos, instrumentais, mas traduzem a realidade nesta matéria.” E3PC

“Criminalidade violenta na perspetiva da vítima - lesão de bens jurídicos de natureza pessoal - vida, liberdade ou integridade. (...) Nos crimes sem violência são colocados em causa bens jurídicos diferentes.” E6RP

“Criminalidade violenta é aquela que atenta direta e indiretamente contra a vida e o bem-estar de uma pessoa ou de uma comunidade. Esse atentado pode ser feito de forma direta (ex.: uma agressão física, uma ameaça de morte,...) ou indireta, por exemplo, criando ou espalhando rumores sobre a iminência da ocorrência de catástrofes ou atentados terroristas sem que haja fundamento para isso. O que distingue criminalidade violenta da restante criminalidade é, não só o ato em si mas também a percepção e o impacto que a vítima lhe atribui. Por exemplo, no crime de importunação sexual, uma situação de exibicionismo, não sendo violenta em si por não haver contacto direto com a vítima pode, contudo, ter um impacto muito violento na mesma, pelo que na hora de ponderar uma sanção a aplicar ao culpado deve haver uma ponderação entre a gravidade do ato e o impacto (mais ou menos violento) que tal ato causou naquela vítima específica.” E5RA

“Determinados atos e modus operandi (...) sofrimento e dor provocados às vítimas (...) moldura de penas mais pesadas (...) intensidade de violência aplicada (...).” E4JL

“Impacto na vida daquela pessoa, pessoal, profissional (...) (ex.: homicídio na forma tentada - pessoa ficou de cadeira de rodas - incapacidade permanente). Impacto pode ser físico (ex.: lesões temporárias ou permanentes; como seja perder visão), emocional/psicológico (quadro depressivo, SPT³³⁹, ansiedade, que alterações teve na vida da pessoa...), social (dificuldades em estar, receio de encontros, sentimento de insegurança...), económico (abandono da residência, emprego, refazer a vida noutra sítio – não acontece só na violência doméstica, sucede no homicídio) (...). As situações que marcam mais têm impacto a vários níveis ou em algum nível muito impacto (ex.: pais perderem filho - homicídio - anti natura). Situações em que houve tortura - impacto é muito grande para quem fica (...).” E20SN

Outras dimensões referem-se ao tipo de vítima (ex.: se tem deliberadamente como alvo uma vítima indefesa ou especialmente vulnerável), o que contribui para determinar a gravidade do ato, e ainda ao impacto no sentimento de insegurança na população ou alarme social provocado.

“Tem gradações e também está ligado com a natureza da vítima, à sua idade, à sua circunstância (...).” E2AL

“Em termos de RASI, criminalidade violenta é a que mais diretamente causa alarme porque toca mais diretamente os valores da pessoa... roubo, extorsão, sequestros, terrorismo (...) Criminalidade violenta e grave associada à criminalidade transnacional (...) criminalidade que causa pânico, alarme, desassossego (...) vai desde o homicídio, ofensa à integridade física grave (...) impacto na população, sentimento de insegurança, afeta valores pessoais (integridade física e bem-estar).” E10HF

“Criminalidade que tem impacto no sentimento de insegurança e cria alarme social. (...) Criminalidade que vem associada com danos físicos e psicológicos na vítima e provoca impacto na sua integridade física ou psicológica.” E1AC

“Criminalidade violenta [CVG] - uma categoria criminal que engloba um conjunto de crimes consagrados no CP, crimes que refletem as condutas mais graves do ponto de vista criminal - homicídios, ofensas corporais graves, assaltos com violência, roubos (...) agregados nesta categoria sociológica - crimes que mais medo provocam nas pessoas, mais afetam as pessoas, contra as pessoas, mais afeta o sentimento de segurança. (...) Necessidade de ter ferramenta que agregue os tipos de atos mais agressivos contra o cidadão, contra valores como a vida, integridade física. (...) Separar da criminalidade organizada - não engloba certos pormenores como a criminalidade violenta.” E12JFO

³³⁹ Stress pós-traumático.

“[Criminalidade violenta] é sempre aquela que ganha mais eco, tem consequências nomeadamente em alguns locais do território nacional, em que para a população qualquer alteração àquilo que é a sua ‘ruralidade’, as dinâmicas de controlo social, tem uma caixa-de-ressonância maior. Em ambiente urbano é um bocado mais do mesmo, em ambiente mais ruralizado ganha outra expressão, por exemplo, um assalto a uma caixa multibanco em Lisboa é uma coisa, em outros locais (até relativamente próximos de Lisboa) tem impacto social mais acentuado. Por isso, as formas de atuação têm de ser diferenciadas. (...) A perceção da população, que nunca deve ser subvalorizada (...) os operadores, nomeadamente as FS, são levadas a centrar-se na criminalidade factual (reportada), mas acho que cada vez mais temos de mesclar com aquilo que é o sentimento [de insegurança].” E14PM

Assim, por um lado, existirá uma gravidade abstrata de “base” tendo em conta os bens jurídicos afetados, e, por outro, haverá uma gravidade que surge da forma concreta como os crimes são praticados e quais são os seus alvos.

A este propósito, importa ainda ter em conta que podem existir fatores de vulnerabilidade/indefensibilidade das vítimas *a priori* (antes do crime) e *a posteriori* (consequências da vitimização).

A esta reflexão deve-se ainda juntar um outro aspeto que pode decorrer da forma como o crime foi praticado, colocando a vítima numa situação de especial vulnerabilidade, tornando-a incapaz de se defender.

Numa análise baseada em acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça relativos a casos de homicídio qualificado (art.º 132.º, n.º 2, alínea *c* do CP - situações em que o facto é praticado “contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez”), tornou-se evidente a complexidade interpretativa inerente a estes conceitos (Quaresma, 2015). Em várias situações, a interpretação afastou-se da noção de vítima indefesa em resultado de características “físicas” (ex.: idade, gravidez), apontando para uma indefensabilidade resultante da forma como o crime foi praticado.

11.1.1.3 Implicações relativas à definição de criminalidade violenta

Quando se define criminalidade violenta, importa também ter em conta que esta deve encerrar uma preocupação operativa, ou seja, ser facilmente adotada e utilizada na prática diária dos profissionais:

“Na perspetiva do OPC, a própria definição [de CV/CEV do CPP] é excelente e favorável porque assenta na moldura penal, elimina fatores subjetivos (...) se a definição for alterada e não for tão objetiva será muito difícil para a nossa prática.” E13AR

Por outro lado, a definição e os crimes aí abrangidos possuem implicações, quer a nível das prioridades de prevenção e investigação criminal, como em termos das políticas públicas:

“Criminalidade violenta está sempre entre as prioridades da [Força de Segurança], apesar da maioria ser da competência reservada da PJ. (...) Papel das FS ao nível da prevenção.” E13AR

“[CVG] categoria construída pelo governo para ser divulgada para que depois o poder político tenha respostas. (...) Tenha uma medida da criminalidade denunciada para que as autoridades possam reagir em função do aumento ou diminuição deste tipo de criminalidade.” E12JFO

A criminalidade violenta tem também implicações no âmbito das reações penais e processuais penais e dos meios necessários para a combater, nomeadamente ao nível das FSS:

“A criminalidade violenta é a definição que está no CPP (...) está ligada à gravidade e às consequências (...) acompanhada por molduras penais superiores a 5 anos - intervenção do tribunal coletivo (...) possibilidade de aplicar medidas de coação mais restritivas (...) à medida que a intensidade da violência aumenta sobre a vítima - medidas e penas mais severas - há correspondência (...) desvalor da ação em si (independentemente das consequências para a vítima).” E11PC

“CV no CPP foi introduzida pois existem medidas que podem depender da gravidade dos crimes - medidas mais gravosas (...) reação mais musculada do Direito Penal (penas, medidas de coação, meios de prova).” E6RP

“(...) Sequestro cria um impacto enorme e risco elevado, por exemplo o sequestro numa entidade bancária implica conjugar esforços e meios (...) entramos numa discussão dos primados: primado da investigação criminal sobre a segurança ou primado da segurança sobre a investigação (ex.: furto a residências vs. sequestro) (...) primado da segurança - criminalidade violenta - cuidados para preservar a prova não são tão grandes. Este primado não a classifica, mas é uma derivada.” E10HF

“(...) Os tribunais aplicam, em regra, medidas de coação severas (adequadas, mas severas), nomeadamente prisão preventiva, logo no inquérito. No âmbito da criminalidade violenta, a percentagem de aplicação de prisão preventiva nas detenções da PJ aproxima-se dos 50%.” E3PC

Uma vez que existe uma ligação direta entre o conceito de vítima especialmente vulnerável (VEV) e a criminalidade violenta ou especialmente violenta, nomeadamente no sentido de que todas as vítimas deste tipo de criminalidade são sempre consideradas especialmente vulneráveis, o conceito em causa de criminalidade violenta e a sua operacionalização têm também implicações a este nível.

As vítimas especialmente vulneráveis devem ser avaliadas de modo a determinar-se se devem beneficiar de medidas especiais de proteção durante o processo penal e é-lhes reconhecido um conjunto de direitos mais alargado do que às vítimas de criminalidade em geral (ex.: recurso à videoconferência ou à teleconferência; possibilidade de ser acompanhada, na prestação das

declarações ou do depoimento, por técnico especialmente habilitado para o seu acompanhamento; possibilidade de declarações para memória futura; acesso a estruturas de acolhimento, entre outros).

A definição atual de CV/CEV no CPP e a sua ligação direta às VEV encerra algumas contradições, quer seja pela via dos crimes que inclui, quer seja pela via dos crimes que exclui:

“Crime de resistência e coação sobre funcionário (geralmente sobre agente da GNR/PSP (...)) a lei considera-o vítima especialmente vulnerável - há uma contradição legal: não vemos este elemento policial como uma vítima vulnerável (...) é criminalidade violenta mas não estamos habituados a ver os agentes policiais como vítimas vulneráveis.” E11PC

Neste caso, no crime de resistência e coação sobre funcionário, assim como em outros crimes previstos na definição de CV/CEV do CPP e que fazem parte da tipologia de crimes contra o Estado (ex.: tirada de presos), o alvo do crime não é entendido como sendo uma pessoa, mas sim o Estado, pelo que o conceito de VEV fará menos sentido.

Noutras situações, e tendo em conta os crimes que a definição de CV/CEV exclui, a essas vítimas não haverá uma atribuição direta do estatuto de VEV (ex.: em casos como o roubo ou a extorsão, sendo que existirão poucas dúvidas sobre a pertinência das respetivas vítimas poderem estar incluídas entre as VEV). Apesar da prática poder corrigir esta situação, a mesma não deixa de se constituir também como uma contradição.

Tecidas estas considerações gerais e abordadas algumas especificidades das definições portuguesas, importa integrar na presente reflexão o enquadramento internacional neste domínio.

11.1.1.4 Definições a nível internacional

Em termos internacionais não parece existir atualmente uma definição consensualizada nesta área da criminalidade violenta. A que era então utilizada pelo Eurostat foi descontinuada recentemente, por via da transposição para a Classificação Internacional do Crime para fins estatísticos (ICCS), das Nações Unidas. De qualquer modo, a definição anteriormente vigente indicava apenas qual o elenco de crimes a considerar: a ofensa à integridade física, o roubo e as ofensas sexuais, incluindo violação e agressão sexual (sendo que o homicídio era tratado à parte, em termos de quantitativos). Em alguns países (ex.: Inglaterra e País de Gales e EUA)

continua-se a adotar uma definição neste âmbito, existindo, de forma geral, um consenso de que pelo menos quatro tipos/categorias de crime deverão ser tidos em conta: homicídio, ofensas sexuais/violação, roubo e ofensas à integridade física.

A ICCS introduz uma graduação dos crimes em níveis, para os quais se tiveram em conta diversos critérios, entre os quais a severidade do ato medida pelas suas consequências/intenções (atos que conduzem à morte ou destinado a causar a morte, atos que causam dano ou destinados a causar dano), os alvos da violência (ex.: pessoas, objeto, meio natural) e os meios através dos quais os atos são perpetrados (ex.: com violência, com ameaça de violência...). Assim, as primeiras três categorias, entre 11, e integradas no 1.º nível de desagregação (entre 4) são relativas a crimes contra as pessoas: “atos que resultam em morte ou destinados a causar a morte”; “atos que causam danos ou destinados a causar danos à pessoa”; e “ato prejudicial de natureza sexual”. Salienta-se que o roubo está incluído na quarta categoria relativa a “atos contra a propriedade que envolvem violência ou ameaça contra uma pessoa”, estando assim diferenciado dos restantes crimes contra as pessoas, mas também dos crimes meramente patrimoniais que estão englobados na 5.ª categoria (“Atos apenas contra a propriedade”).

Esta classificação (ICCS), ao apresentar neste primeiro nível de desagregação 11 categorias, estando os crimes contra as pessoas (em sentido lato, incluindo o roubo) nas quatro primeiras, introduz claramente uma graduação ao nível da severidade dos atos de acordo com as consequências/intenções, alvos e meios usados (causar a morte, dano na pessoa, prejuízo a nível sexual; contra a propriedade que envolvem violência ou ameaça contra uma pessoa).

O sistema classificatório parece estar delineado de modo a que os crimes mais graves se situem nas primeiras categorias de cada nível, numa espécie de *continuum*, primeiro ao nível das categorias do nível 1, e depois ao nível das categorias dos vários níveis subsequentes.

Para além da sua capacidade classificatória, o sistema ICCS constitui uma base de reflexão e de apoio à análise da criminalidade violenta e dos crimes que esta abrange.

Assim, e tendo em conta os estudos vitimológicos, fará pouco sentido considerar apenas como criminalidade violenta as quatro categorias/crimes atrás indicados, justificando-se antes adotar uma análise com base neste tipo de *continuum*, podendo no entanto ser necessário (e desejável) efetuar-se algum(ns) ponto(s) de corte para efeitos de orientação das respostas e políticas públicas e para a medição do crime a este nível.

A definição de violência utilizada pela OMS³⁴⁰ constitui-se como um referencial neste domínio e que importa igualmente sublinhar (*“uso intencional da força física ou poder, real ou sob a forma de ameaça, contra si próprio, ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência no desenvolvimento ou privação”*).

Para a OMS, um dos tipos de violência é a interpessoal (praticada por uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas contra outra pessoa ou pequeno grupo de pessoas), sendo esta a que mais se adequa a uma reflexão sobre a criminalidade violenta. Conforme salientado pela OMS (2002), a violência interpessoal pode ocorrer entre membros da família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e desconhecidos; e inclui designadamente maus-tratos a crianças, violência juvenil, violência contra mulheres e maus-tratos a idosos.

Nesta definição de violência, tal como nas categorias do 1.º nível do ICCS, coloca-se assim a tónica na intencionalidade do ato e nas consequências efetivas do mesmo. Na definição de violência da OMS o conceito é expandido a ameaças e intimidação, negligência ou omissão, estando neste caso claramente incluídas consequências para além do dano físico, podendo estas ser psicológicas, privação ou deficiências de desenvolvimento, salientando-se que muitas das formas de violência contra crianças, idosos e mulheres conduzem a problemas físicos, psicológicos e sociais, não conduzindo necessariamente a ferimentos, deficiência ou morte; podendo ainda as consequências da violência serem imediatas ou ficarem latentes e durar vários anos após o sofrimento dessa violência.

O regime português de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica define que os “crimes violentos” são aqueles que se enquadram nas definições legais de criminalidade violenta e de criminalidade especialmente violenta previstas no CPP e o direito ao adiantamento da indemnização é reconhecido àquelas que sofreram danos graves para a respetiva saúde física ou mental diretamente resultantes de atos de violência. Assim, neste caso teve-se também em conta os danos a nível psicológico.

“Lei andou bem quando para além do dano físico colocou o dano psicológico (...) nos tribunais não valoramos o dano psicológico e o físico da mesma forma. Até considero que o dano psicológico é mais grave. O dano psíquico perdura para toda a vida. Uma pessoa que é violada nunca vai esquecer (...) pode não haver dano físico, mas ficar com problemas psiquiátricos para o resto da vida (ex.: pessoa sequestrada em casa por dois dias. - durante dois dias aquela mulher não sabia se ia morrer, se a encontravam...). Mais do que o tal resultado físico há que ter em conta os danos psicológicos.” E8CA

³⁴⁰ Definição de 1996 (ver OMS, 2014).

A visão da criminalidade violenta como sendo aquela que causa maior sentimento de insegurança e alarme social é válida e pertinente, mas não deverá ser a única a ter em conta, uma vez que podemos estar a assistir a uma “metamorfose” das formas de violência praticadas, havendo uma diminuição dos crimes tradicionalmente considerados violentos (ex.: homicídio, roubo, ofensa à integridade física grave), mas outros poderão manter-se ou mesmo aumentar (pelo menos a sua face reportada) (ex.: violação, abuso sexual de crianças, violência doméstica, maus-tratos, coação sexual).

Efetivamente, este tipo de crimes que pode estar a aumentar ou a manter-se é praticado geralmente no contexto privado (e na maioria dos casos por pessoa conhecida), não conduzindo assim a um especial alarme social (sendo que o sentimento de insegurança de cada cidadão aumenta especialmente quando considera que tal crime lhe poderá suceder igualmente).

Será apenas relevante o sentimento de insegurança ou o alarme social provocado ou será pertinente considerar igualmente a “carga de violência” inerente a cada crime? A violência presente numa situação de abuso sexual de crianças, de exposição ou abandono será menor que a presente num roubo ou ofensa à integridade física grave? Apesar de se poder argumentar que cada caso será um caso, não é possível um alheamento dos bens jurídicos protegidos e uma consideração especial face às designadas vítimas especialmente vulneráveis.

Por outro lado, pode-se considerar que após mais de 20 anos de utilização da definição de CVG, e nomeadamente com base nas reflexões efetuadas neste estudo e resultados obtidos, parece ser relevante que se possam propor alguns ajustes nesta definição, de modo a integrar crimes que apenas estão abrangidos na definição de CV/CEV do CPP.

Não se deverá perder de vista a necessidade de comparabilidade ao longo do tempo, e uma mudança radical de definição para efeitos de medição acarreta uma descontinuação numa série estatística, questão que deve ser ponderada face às mais-valias de uma eventual nova solução, podendo colocar-se a hipótese de coexistirem dois níveis de análise da criminalidade violenta, um mais restrito e outro mais alargado.

Por outro lado, na sequência da adoção da ICCS, não fará sentido, como sucedeu em Espanha, que se deixe de utilizar uma definição de criminalidade violenta, o que parece fazer mais sentido é adaptar a definição existente, também à luz dos contributos desta nova classificação.

Assim, considera-se que a definição de criminalidade violenta poderá comportar estas duas vertentes, uma relativa aos crimes que podem aumentar o sentimento de insegurança e alarme social e outra relativa à medição da severidade da violência inerente a cada tipo de crime de forma genérica, onde são contempladas questões como os bens jurídicos protegidos, as consequências efetivas do crime (ou as pretendidas), as vítimas especialmente vulneráveis e o contexto da vitimação.

Por um lado, avaliar com rigor quais os crimes que maior sentimento de insegurança e/ou alarme social provocam na população não é uma tarefa simples, sabendo-se inclusivamente que existem variáveis mediadoras desse sentimento de insegurança, como seja a própria vulnerabilidade acrescida (ou percecionada) da pessoa em causa (ex.: idade avançada).

Para o efeito, será necessário encontrar uma forma de aproximação para determinar que tipo de crimes pode ser aqui considerado. Não será difícil considerar neste contexto os crimes já previstos na definição de CVG usada no RASI.

Assim, uma definição de criminalidade violenta poderá abarcar nomeadamente estas duas realidades criminais, resultando assim numa conjugação das duas definições vigentes e analisadas neste estudo. Será relevante que os dados da criminalidade violenta possam, a par de uma análise global, ser analisados de forma desagregada segundo as várias tipologias criminais: contra as pessoas, contra o património, contra a vida em sociedade, contra o Estado e prevista em legislação avulsa.

Desta forma poderá ser analisada a realidade global da criminalidade violenta, mas também as suas “variantes”.

Apesar de esta subdivisão conter naturalmente alguma artificialidade, uma vez que, por exemplo alguns crimes contra o património, como seja o roubo, integram ameaça ou exercício de ato de violência sobre a vítima, ou seja contra a pessoa, permitirá uma aproximação às duas realidades acima descritas: crimes que potenciam sentimento de insegurança/alarme social e crimes que pela sua natureza, contexto de vitimação e/ou terem como alvo vítimas vulneráveis, encerram uma carga especial de violência.

Esta subdivisão pelas tipologias criminais será uma aproximação a estas duas realidades, por um lado, por via da criminalidade patrimonial, dos crimes contra a vida em sociedade e contra o Estado, e por outro lado através dos crimes contra as pessoas. No âmbito dos crimes contra

as pessoas, e tendo em conta que se trata do crime mais grave por definição, o homicídio e o homicídio qualificado deverão merecer um tratamento diferenciado.

11.1.2 A AVALIAÇÃO DA SEVERIDADE CRIMINAL (INTER-CRIMES)

11.1.2.1 A percepção dos profissionais

Para além dos contributos recolhidos nas entrevistas e na revisão da literatura para efeitos da reflexão sobre a definição de criminalidade violenta e dos crimes que deve abarcar, procurou-se aferir a severidade criminal junto de uma amostra alargada de profissionais que exercem funções no Sistema de Justiça Penal ou no apoio às vítimas de crime, e também ensaiar a criação e utilização de um índice de severidade criminal com base na moldura penal prevista, sendo que ambas as metodologias são reconhecidas no meio científico como formas de se proceder a este tipo de estudo.

Através das respostas dos profissionais ao questionário foi possível agrupar os 60 crimes em três grupos, correspondentes a três níveis de gravidade: o primeiro com 14 crimes, o segundo com 17 e terceiro com outros 17.

No âmbito do primeiro grupo (encabeçado pelo homicídio qualificado e homicídio), constam crimes pertencentes às duas definições de criminalidade violenta (a do RASI e a do CPP). Para além dos homicídios (qualificado e simples), surgem crimes como o infanticídio, a violação, a tomada de reféns e o rapto. Refira-se que crimes como a resistência e coação sobre funcionário, a ofensa à integridade física grave e a mutilação genital feminina ficaram integrados nos outros grupos, sendo que no caso dos dois primeiros posicionaram-se entre os menos graves. No âmbito do grupo dos crimes considerados mais graves, observa-se que todos são crimes contra as pessoas com exceção do terrorismo (previsto na definição de CVG) e que em termos sistemáticos está na legislação avulsa. Todos os outros crimes aqui incluídos constam apenas da definição de CV/CEV do CPP (abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes, lenocínio de menores, abuso sexual de pessoa incapaz de resistência/abuso sexual de pessoa internada, tráfico de pessoas, pornografia de menores e escravidão).

No grupo de crimes com gravidade intermédia consta, por exemplo, o sequestro, o roubo e a violência doméstica. No grupo dos menos graves ficaram crimes como a ofensa à integridade física simples, o homicídio por negligência e a extorsão.

Esta centralidade dos crimes de homicídio e dos crimes que atentam contra a autodeterminação sexual das crianças/jovens no âmbito dos crimes considerados mais graves está em linha com o referido por Muchembled (2014), ao afirmar que no século XXI o crime absoluto estabeleceu-se em torno da preservação da vida e da inocência sexual das crianças, sendo hoje este tipo de crimes contra as crianças como os mais inqualificáveis que podem ser cometidos.

Refira-se que os participantes sugeriram a inclusão de outros crimes (não elencados no questionário) no domínio da criminalidade violenta, como sejam o incêndio florestal, corrupção, tortura e outros tratamentos cruéis, burla/burla qualificada, cibercrime/ ataques a instituições públicas através de meios informáticos e furto. Nenhum destes outros ilícitos sugeridos inscreve-se no domínio dos crimes contra as pessoas. No caso da tortura ou tratamentos cruéis, este inscreve-se no âmbito dos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal, cuja expressão quantitativa ao nível dos registos é residual (e consubstancia um tipo de violência que se inscreve mais numa forma de violência do Estado e não tanto na violência interpessoal). A burla e o furto, crimes contra o património, comportam nas suas versões agravadas uma preocupação especial com vítimas especialmente vulneráveis/com menor capacidade de defender os seus bens, pelo que por essa via poderia fazer sentido incluir este tipo de situações, eventualmente em alguma forma/metodologia de registo que possa dar maior visibilidade a esta realidade (por ex.: no âmbito geral das burlas e furtos).

Relativamente ao incêndio florestal e cibercrime/ataques a instituições públicas através de meios informáticos, apesar de se compreender que através dos mesmos podem ser afetados bens jurídicos abrangidos na criminalidade violenta (ex.: vida e integridade física), a sua inclusão nesta esfera implicaria um alargamento ainda maior da sua abrangência, o que poderia colocar em causa a sua utilidade.

Explorando a avaliação da gravidade dos crimes (efetuada pelos participantes neste estudo), foram encontradas 6 dimensões (Esquema 6), as quais são muito próximas da própria sistemática do CP/legislação avulsa, verificando-se que os crimes considerados mais graves são o homicídio qualificado e homicídio simples, seguindo-se os crimes sexuais que atentam

contra a liberdade e autodeterminação sexual e os crimes de privação da liberdade, surgindo posteriormente outros crimes contra a vida, crimes contra o Estado/Sociedade/Legislação avulsa e finalmente os crimes contra a integridade física.



Esquema 6: Dimensões subjacentes à avaliação da gravidade dos crimes

A avaliação da gravidade dos crimes por parte dos participantes no estudo parece ser influenciada por alguns fatores sociodemográficos ou profissionais.

Assim, as mulheres tendem a atribuir níveis de gravidade mais elevados aos crimes contra a integridade física comparativamente aos homens, o que poderá decorrer da existência de diferentes representações sociais da criminalidade violenta (e concretamente destes crimes) entre estes dois grupos considerados.

Por outro lado, constatou-se que à medida que aumenta o número de anos de profissão diminuiu o nível de gravidade atribuído aos crimes na esfera da liberdade e autodeterminação sexual, o que pode indicar uma efetiva mudança no sentido em que para as gerações mais novas este tipo de violência é mais inaceitável e grave do que para gerações anteriores.

Salienta-se que, só em 2010, a definição de CV/CEV do CPP foi ajustada de modo a contemplar também os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, e que a definição do RASI de CVG, datada de 1998, não teve (e continua sem ter) uma preocupação específica a este nível.

Os participantes da Magistratura judicial atribuíram níveis de gravidade menores que o verificado para os participantes das Forças de Segurança (GNR e PSP) no que concerne a crimes contra o Estado, Sociedade, Património e Legislação avulsa. Esta diferença poderá

decorrer de uma maior preocupação por parte das FS ao nível do sentimento de insegurança e alarme social provocado por determinados crimes, comparativamente aos juízes.

No domínio dos crimes sexuais, este tipo de diferença (e respetivo sentido) também se constatou entre os participantes das FS e os participantes da Magistratura judicial, tendo-se alargado essa diferença também aos participantes do MP e da APAV, registando todos estes quatro grupos de profissionais valores superiores aos dos juízes participantes. Este dado merecerá uma reflexão mais aprofundada, não obstante, poderá eventualmente significar que para a Magistratura judicial os crimes mais gravosos continuam a ser aqueles contra a vida e contra a liberdade pessoal, não se refletindo ainda um aumento da gravidade atribuída aos crimes na esfera sexual, como entre outros grupos profissionais.

Observou-se ainda que os participantes da APAV atribuem níveis de gravidade aos crimes contra a integridade física mais elevados que os atribuídos pelos juízes.

A existência de diferentes níveis de contacto com os vários crimes em causa e diferenças ao nível das culturas organizacionais serão fatores a ter em conta quando se procura explicar este tipo de resultado. No caso da APAV, a maioria dos atendimentos e apoios efetuados ocorre no contexto da violência doméstica, estando este crime integrado nos crimes contra a integridade física, questões que poderão ajudar a explicar algumas das diferenças encontradas.

Apenas no caso dos crimes contra a vida mais gravosos (homicídios) e dos crimes contra a liberdade pessoal se registou, de forma global, a atribuição de níveis semelhantes de gravidade independentemente do enquadramento profissional, embora mesmo para estes casos se tenham constatado algumas diferenças. Os participantes com formação em Direito tenderam a atribuir um nível de gravidade inferior ao dos participantes formados em Ciências Policiais, relativamente aos crimes contra a liberdade; e no caso dos crimes mais gravosos contra a vida, quanto maior a frequência de contacto com a criminalidade violenta, maiores os níveis de gravidade atribuídos a estes crimes.

Por fim, importa ainda referir que o crime e a violência são temas que suscitam uma atenção redobrada dos *media*, os quais potenciam o facto da mesma suscitar uma atenção redobrada, nomeadamente pela carga emocional que lhes está associada.

E tal como indicado por Porto (2009b), os *media* constituem, nas modernas democracias contemporâneas, um dos principais produtores de representações sociais, pelo que o seu papel na própria definição de criminalidade violenta não deve ser descurado.

11.1.2.2 Índice de severidade criminal

Finalmente, no que concerne à criação de um índice de severidade criminal, importa recordar que na experiência canadiana e inglesa/galesa (neste caso do ONS) efetua-se a medição da severidade criminal com base nas penas efetivamente decretadas pelos tribunais em processos-crime.

Tal como apontado por Sherman, Neyroud e Neyroud (2016), esta metodologia acaba por confundir a “gravidade dos crimes” em si com a existência de fatores atenuantes ou agravantes do crime, como seja a reincidência do ofensor. Por outro lado, os resultados desta metodologia podem refletir particularidades ao nível das decisões proferidas pelos juízes. Por exemplo, se para alguns crimes a tendência for a aplicação de penas de menor duração (entre a moldura penal prevista), este tipo de crime poderá ficar sub-representado, podendo igualmente suceder a situação contrária.

Por outro lado, e uma vez que muitas penas são suspensas na sua execução (ex.: nos casos de violência doméstica), seria necessário ter em conta esta questão aquando da construção do referido índice.

Refira-se também que, para o efeito, seria necessário dispor de dados relativos à duração das sentenças proferidas e efetuar o respetivo tratamento e análise. Este tipo de dados foi disponibilizado pela DGAJ (SICRIM) na fase final da investigação, no entanto e tendo em conta que os mesmos requeriam diversas operações de tratamento prévio para viabilizar a referida análise, procedeu-se apenas a uma exploração parcial neste âmbito.

Tal como exposto anteriormente, a opção recaiu pela criação de um índice baseado na moldura penal, tal como o índice criado na Universidade de Cambridge, procurando-se assim alcançar a severidade de cada crime violento pela “natureza” da violência que o mesmo implica, em termos gerais, sem se ter em conta a especificidade de casos concretos.

Um índice de severidade criminal baseado nas sentenças proferidas será igualmente influenciado pela efetiva “carga de violência” presente (se consubstanciada em circunstâncias agravantes e valoradas pelo julgador). Este tipo de índice surgirá como mais relevante para efeitos de uma investigação sobre a severidade intra-criminal, de modo a captar eventuais tendências em determinados crimes ao nível da carga de violência presente (será que os roubos, ou violações ou homicídios praticados, por exemplo, nos últimos cinco anos, têm

apresentado uma “carga de violência” superior/inferior/igual ao verificado em período anterior?).

A utilização dos dados relativos às sentenças proferidas para efeitos do cálculo de um índice de severidade inter-criminal reflete uma utilização “estática” dessa informação, servindo apenas para calcular as ponderações para cada tipo de crime, sendo que as mesmas podem ser revistas periodicamente (ex.: no Canadá, são-no de cinco em cinco anos), não com o intuito de captar variações na severidade criminal, mas sim proceder a uma atualização em face de eventuais alterações legislativas.

No âmbito do índice criado, constata-se que entre as primeiras cinco posições encontram-se, a par dos homicídios (qualificado e simples), sobretudo crimes previstos na definição de CVG usada no RASI. Entre eles, as associações criminosas (art.º 28.º da Lei da droga), as organizações terroristas/outras organizações terroristas, a escravidão (este caso pertencente à definição de CV/CEV do CPP), e a captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros, sendo que todos apresentam um número de registos diminuto face a outros crimes.

Refira-se que só depois destes crimes, surgem na ordenação criada outros crimes contra as pessoas, como sejam o tráfico de pessoas, violação, ofensa à integridade física grave, tomada de reféns, rapto e aborto. Só em décimo lugar (num total de 19 posições) surgem outros crimes contra as pessoas: coação sexual, procriação artificial não consentida, abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes e o lenocínio de menores.

Tendo em conta os crimes que surgem em primeiro e segundo plano, poderá discutir-se a relevância que este tipo de índice atribuirá a diversos crimes, nomeadamente contra as pessoas, bem como ao roubo (tradicionalmente entendido com um dos principais crimes violentos e constando aqui também numa décima posição), porém, este reflete apenas as molduras penais existentes.

Deste exercício, poderão resultar contributos para uma análise a outro nível e que não se enquadra no presente estudo, mas que será igualmente muito relevante de efetuar: será que as atuais molduras penais previstas para os crimes potencialmente abrangidos na criminalidade violenta refletem a censura e desvalor atribuídos pela sociedade atual? Ou são necessários ajustamentos, de modo a que crimes hoje considerados mais graves não sejam punidos com molduras penais iguais ou inferiores a outros crimes que não sejam considerados tão graves?

Outros exercícios exploratórios poderão ser realizados, abrangendo todos os crimes previstos no ordenamento jurídico português³⁴¹ e/ou com base no limite superior das molduras penais, recorrendo a outro ano como base de referência (diferente de 2008) ou na ponderação de outros fatores em aditamento, como seja a tipologia criminal. No entanto, a presente opção surgiu como mais adequada (utilizando o ponto médio das molduras penais).

Também como referem Sherman, Neyroud e Neyroud (2016), este tipo de índice baseado na moldura penal (tal como o ensaio aqui efetuado para o caso português) ou nas linhas orientadoras das sentenças (no caso inglês/galês), poderá ser de mais fácil utilização/incorporação nas práticas dos OPC.

Independentemente do tipo de índice criado e utilizado, o objetivo principal consiste em orientar as respostas e políticas públicas ao nível do Sistema de Justiça Penal e de outros sistemas (ex.: saúde, educação e segurança social) às necessidades identificadas. Uma das principais utilidades deste tipo de índice é viabilizar uma análise comparada entre locais/regiões, de modo a captar-se de forma “sintética” e mais imediata as variações a nível local em termos da severidade da violência registada. Trata-se de um instrumento complementar para efeitos da análise criminal.

Apesar da opção aqui tomada, numa futura investigação poderá ser interessante efetuar uma análise comparada entre os resultados da criação de um índice baseado nas molduras penais e um outro baseado nas sentenças proferidas (recorrendo para tal, por exemplo, aos dados disponibilizados pela DGAJ), e alargando a análise aos diversos crimes previstos, podendo assim efetuarem-se comparações entre a criminalidade violenta e os restantes crimes.

Os resultados obtidos através deste índice de severidade parecem corroborar a definição de CVG usada no RASI (no sentido do seu elenco de crimes previstos), enquanto os resultados do questionário aplicado aos profissionais encontram-se mais na linha da definição de CV/CEV do CPP.

A utilização de sub-índices de severidade criminal de acordo com as grandes tipologias criminais, tal como ensaiado no capítulo 10, a par de um índice global de severidade criminal surge como uma metodologia mais adequada face aos resultados obtidos, viabilizando assim um melhor conhecimento da realidade, nomeadamente ao nível dos crimes contra as pessoas englobados na criminalidade violenta.

³⁴¹ Refira-se que neste caso, para os crimes cuja sanção não corresponde a pena de prisão será necessário efetuar ajustes adicionais (ex.: tal como realizados no contexto dos outros índices de severidade revistos no ponto 4.4).

Seria relevante explorar em futuros estudos e análises estatísticas sobre a criminalidade violenta a utilização deste tipo de índice e sub-índices, num estudo comparado entre regiões/distritos ou municípios e, à semelhança do verificado no Canadá, adotar sub-índices de severidade criminal específicos (ex.: para crimes em geral, praticados por jovens, e para crimes violentos praticados por jovens).

11.1.3 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Avaliando agora especificamente as hipóteses colocadas sobre quais os crimes potencialmente abrangidos na definição de “criminalidade violenta” de maior gravidade (severidade criminal), verifica-se que a **H1** (*Os crimes violentos considerados como mais graves por parte dos participantes no estudo correspondem, em termos gerais, aos incluídos na definição de CVG usada no RASI*) foi corroborada parcialmente, uma vez que, conforme exposto, alguns dos crimes contantes na definição de CVG do RASI não se encontram no grupo de crimes considerados como mais graves, estando antes outros crimes contra as pessoas (previstos na definição do CPP).

No caso da **H2** (*É possível detetar dimensões subjacentes à avaliação da gravidade dos crimes violentos por parte dos participantes no estudo*), esta hipótese foi corroborada, tendo sido identificadas seis dimensões, muito alinhadas com a sistemática do próprio CP/legislação avulsa.

Quanto à **H3** (*Existem diferenças na avaliação da gravidade dos crimes violentos, segundo o enquadramento profissional dos participantes e características sociodemográficas ou profissionais*), esta hipótese foi corroborada, uma vez que foram detetadas diferenças de acordo com as referidas características sociodemográficas ou profissionais nas várias dimensões consideradas, conforme apontado anteriormente.

No que concerne à última hipótese colocada neste domínio (**H4**) (*No âmbito da criação e utilização de um índice de severidade criminal no domínio da criminalidade violenta, entre os crimes mais graves constam crimes abrangidos, quer pela definição de CVG usada no RASI, quer pela definição de CV/CEV prevista no CPP*), considera-se que esta foi corroborada parcialmente, uma vez que se encontram crimes de cada uma das definições nas primeiras nove posições do *ranking* (em 19 posições), contudo, parecem predominar os crimes abrangidos na definição de CVG em detrimento dos segundos, e surgem igualmente crimes não previstos em nenhuma das duas definições (tráfico de droga e tráfico e mediação de armas).

11.2 VARIAÇÕES/TENDÊNCIAS NA CRIMINALIDADE VIOLENTA REGISTRADA

No domínio da análise das variações/tendências na criminalidade violenta registada, importa salientar que esta é apenas uma aproximação (imperfeita) àquela que seria desejável realizar à criminalidade violenta efetivamente verificada.

Quer seja ao nível da literatura revista, como no âmbito das entrevistas exploratórias realizadas e da aplicação dos questionários, existe um consenso em torno da necessidade de complementar a análise das tendências/variações no âmbito dos crimes registados com a realização de inquéritos de vitimação.

A par disso, e tal como recorda Lourenço (2013), a produção da segurança não diz respeito apenas à diminuição da insegurança objetiva, mas também à diminuição da insegurança subjetiva, ou seja, do sentimento de insegurança. Para tal, importa que o sentimento de insegurança possa ser monitorizado.

Tendo em conta a existência de algumas iniciativas de realização de inquéritos de vitimação em Portugal, no final dos anos 80 e início dos anos 90, estas terão acompanhado o “arranque” da implementação do sistema de registo no domínio das estatísticas criminais (1993). Todavia, a sua descontinuidade, a par de iniciativas pontuais e não regulares, permite concluir que o sistema português de medição do crime terá tido um início adequado, no sentido em que se poderia recorrer às duas referidas metodologias, todavia progrediu apenas na vertente da metodologia relativa aos crimes registados.

Se por um lado, na criminalidade violenta ao nível dos homicídios e roubos as cifras negras tenderão a ser reduzidas, noutros crimes igualmente abrangidos na criminalidade violenta tal não se verificará (ex.: crimes na esfera sexual, maus tratos, violência doméstica). Por outro lado, a análise das tendências/variações deve ser efetuada tendo em conta o tipo de crimes concretos, sendo que para alguns os registos verificados decorrem essencialmente da proatividade policial, enquanto para outros os registos dependem essencialmente das denúncias/participações efetuadas pelas vítimas ou terceiros.

“(...) Olho para os números (...) os números estão a aumentar porque aumentam as denúncias ou porque há mais casos? Depende do tipo de crime. Se for violência doméstica podem ser mais denúncias, agora se for rapto ou sequestro - porque é que a pessoa não há-de dizer? Isto tudo são construções e perceções. (...) Devia-se investir em outros instrumentos de compreensão da realidade, para além da recolha de dados administrativos - ex.: inquéritos de vitimação - desde 1996 não há - falta de recursos (...) nomeadamente financeiros. Começaram a aparecer iniciativas internacionais em que Portugal participava (inquéritos internacionais)

deixou-se de investir nos nossos inquéritos, depois perceberam-se que aqueles não eram suficientes, mas depois veio a crise (...). Iniciativa Eurostat (...).” E9MJC

“As estatísticas criminais são pouco fiáveis, não há inquéritos de vitimação sérios há muito, não sabemos as cifras negras (...) no homicídio será baixa, mas nos crimes sexuais, na VD, nos maus-tratos, aí serão elevadíssimas (...). A realidade criminal portuguesa não é muito conhecida do ponto de vista científico e baseamo-nos muitas vezes nas nossas impressões (...).” E6RP

“Importa continuar a desenvolver inquéritos de vitimação a nível nacional e regional para contrastar com dados oficiais das estatísticas criminais. Estas, por sua vez, podem ser mais discriminadas quanto ao tipo de crimes.” E5RA

“(...) Os jovens, por exemplo, têm uma relação muito própria com a Autoridade/Estado (...). Roubos, furtos (...) tablets, telemóveis, coisas que acontecem e as pessoas pensam ‘vou participar para quê? Já sei que chega a tribunal e vai demorar anos, não vou estar a incomodar-me com isto’ (...).” E16MG

“Tenho sempre medo de falar de estatísticas... têm inúmeras leituras que podemos pegar nelas de mil e uma formas e fazer as leituras que nos interessam (...). A criminalidade violenta está diminuir desde 2008, a tendência poderia ser desinvestir nessas ações, no entanto o grau de ameaça tem aumentado. Temos de ler a estatística com algum cuidado para não inverter o trabalho que tem sido feito.” E15JV

Assim, e apesar de se considerar que as estatísticas criminais e os inquéritos de vitimação não medem exatamente o mesmo e que devem deixar de ser consideradas como medidas concorrentes do mesmo fenómeno (Dijk, 2009), estes últimos são instrumentos essenciais para uma análise mais aprofundada da realidade criminal. A possibilidade de conjugação destas duas fontes constitui uma mais-valia no domínio do planeamento estratégico ao nível das políticas públicas, pelo que em Portugal, não se deverá continuar a prescindir da utilização de uma metodologia específica neste domínio.

A experiência existente relativamente ao “aproveitamento” de iniciativas internacionais/europeias, aconselhará à adoção de uma metodologia própria em Portugal que seja implementada em intervalos regulares, o que não invalidará a participação em tais iniciativas internacionais/europeias, quando se realizem, e que permitam uma análise comparada com outros países.

Um outro aspeto relevante a ter em conta é o de se considerar, ao nível da literatura, que as estatísticas criminais (oficiais) refletem de forma relativamente adequada a criminalidade violenta, uma vez que aqui as cifras negras tenderão a ser menores.

“A maior parte da criminalidade violenta estará nas estatísticas oficiais. Aqui as cifras negras serão menores.” E13AR

Importa no entanto ter em conta com que definição de criminalidade violenta se está a trabalhar e que crimes estão aí abrangidos. Como se percebe, dentro da criminalidade violenta existirão crimes com baixas cifras negras, mas outros em que os seus valores serão elevados. Se se tiverem em conta crimes violentos cujos quantitativos são reduzidos ou crimes violentos em que não exista relutância em reportar o sucedido às autoridades, as estatísticas criminais oficiais podem facultar medidas mais ajustadas do que os inquéritos de vitimação.

De qualquer modo, e também pela ausência de inquéritos de vitimação regulares em Portugal, importará procurar-se otimizar a extração de informação e análises efetuadas como base nos dados dos crimes registados para uma maior compreensão, nomeadamente, da criminalidade violenta.

Efetivamente, para além de uma monitorização a nível nacional, importa comparar, por exemplo, os índices de criminalidade registada entre países, só se podendo assim concluir com maior rigor acerca do nível de segurança de um dado país. Um país é considerado mais ou menos “seguro”, comparativamente a outros países, dado que a segurança constitui uma dimensão relativa.

11.2.1 A POSIÇÃO DE PORTUGAL FACE A OUTROS PAÍSES

Existe um consenso geral de que Portugal é um país bastante mais seguro que a maioria dos outros países:

“Portugal é dos países com menos criminalidade, das mais baixas (...) paradoxalmente somos dos países mais medrosos (...) o sentimento de insegurança é dos mais elevados em Portugal.” E7CdA

“Portugal face aos outros países da UE (...) estamos bem naquilo que é a CVG (...). Tivemos agora o episódio do [nome do arguido], muito badalado e eu compreendo, criou alarme, atingirem-se 4 pessoas. Não é normal em Portugal, não reflete a realidade nacional.” E10HF

“Portugal (...) situação muito boa. Não há comparação. Quando vamos lá fora eles acham que não temos problemas. Portugal tem menos homicídios do que a cidade de Madrid (...), a não ser na VD (e não é no número de casos, mas temos mais mortes). Portugal - consumamos mais a ameaça; VD - somos mais físicos e no norte serão mais psicológicos, mas as queixas são apresentadas na mesma.” E8CA

“Portugal não é um país muito violento (...) não é por acaso que estamos como o 5.º país mais seguro do mundo (...) é bom, mas não é o ideal. Podíamos fazer melhor? Sim.” E13AR

“Portugal continua a ser um dos países mais seguros do mundo. Quando olhamos para os dados estatísticos, vemos que aquilo que é enquadrado em CV tem diminuído. O número de homicídios nos últimos 5/6 anos tem diminuído, o número não passa de 150. Sabemos que um terço é conjugal, depois alguns dos restantes são cometidos em contexto familiar ou de vizinhança. Chegamos à conclusão de que Portugal é um país seguro, pacífico. Mesmo noutros crimes de outra natureza, roubos, tem diminuído. A criminalidade sexual tem-se

mantido em níveis estáveis e relativamente elevados. De forma genérica, a CV tem baixado significativamente. Se nos concentramos então nos dois crimes mais facilmente associados à CV, homicídio e roubo, esses números são (...) muito bons. Estamos a falar desde 2007, esta diminuição. Se comparamos com a década de 80 ou 90, ainda ficamos mais surpreendidos. Especialmente nos homicídios, chegámos a ter 300 ou 400 por ano. Agora estamos em menos de metade, é uma tendência visível, muito consistente.” E3PC

Os dados disponíveis confirmam essa perceção: em Portugal, a taxa de criminalidade registada é inferior à média dos países da UE (a taxa média entre 2008 e 2012 era de 40 *vs.* 56 crimes por cada mil habitantes); ao nível da criminalidade violenta, segundo a definição então usada pelo Eurostat até 2014 (que abrangia as ofensas à integridade física, o roubo e as ofensas sexuais), a taxa média entre 2008 e 2012 era de 2 *vs.* 5 crimes violentos por cada mil habitantes.

Por outro lado, e ao nível de alguns crimes violentos concretos, os resultados comparativos nem sempre situam Portugal numa posição mais favorável face aos restantes países.

No caso do homicídio, a respetiva taxa por cem mil habitantes, em Portugal, situa-se muito próxima da registada para a UE (para o período de 2008 a 2015 a taxa média foi idêntica: 1,1 casos por cem mil habitantes) e segundo dados divulgados pelas Nações Unidas, referentes ao ano de 2012, verificava-se que no Algarve a taxa de homicídios por cem mil habitantes era superior (2,5).

Em termos da taxa de roubos por cem mil habitantes, a situação portuguesa surge como mais negativa que a registada para a média dos países da UE (a taxa média de roubos registados entre 2008 e 2015 foi, em Portugal, de 176 por cada cem mil habitantes, e na UE de 97). Existem dados relativos a 2011, disponibilizados no contexto do *European Sourcebook*, que sustentam que, ao nível do roubo com arma de fogo e do assalto a residências, a taxa verificada em Portugal é superior à média dos restantes países europeus.

Já no caso dos crimes de violação registados, a posição de Portugal surge como mais positiva face aos demais países da UE (a taxa média de violações registadas entre 2008 e 2015 foi, em Portugal, de 4 e na UE de 13); também ao nível do abuso sexual de crianças, Portugal surgia, em 2011, com uma taxa inferior à observada para a média dos países europeus (7 *vs.* 12 registos por cem mil habitantes).

Tendo em conta a definição de criminalidade violenta então usada pelo Eurostat, e que incluía as ofensas à integridade física, o roubo e as ofensas sexuais, poderá colocar-se a hipótese de que a posição mais positiva em que Portugal surgia neste âmbito, face à média dos países da UE, se deveria sobretudo às ofensas à integridade física, uma vez que o peso dos quantitativos

dos crimes sexuais tende a ser diminuto e, no caso do roubo, a posição de Portugal era desvantajosa. Neste domínio, poderia ser relevante perceber que tipo de ofensas à integridade física estariam aqui incluídas (se apenas as relativas aos artigos 143.º e 144.º, ou se também a violência doméstica e os maus-tratos). Também para efeitos comparativos, ter-se-ia que ter em conta se em outros países o enquadramento legal existente redundava ou não na agregação da violência doméstica com as ofensas à integridade física, o que possui implicações ao nível das respetivas estatísticas.

Conforme discutido anteriormente, estes crimes na esfera sexual estarão entre aqueles em que as cifras negras são mais elevadas, o que associado à verificação de uma tendência de aumento deste tipo de registos em Portugal, nos últimos dez anos, poderá conduzir à interrogação sobre se existe um aumento efetivo deste tipo de crimes. Outra interpretação será a de que existe sobretudo um aumento das denúncias, estando assim Portugal a aproximar-se da média dos países da UE em termos do registo oficial destes crimes.

Importa ter em conta que a leitura comparada dos dados sobre os crimes registados encontra-se enviesada à partida, uma vez que as taxas de reporte não serão idênticas para todos os países, pelo que este tipo de análise, sem ser acompanhada de outra relativa a dados de inquéritos de vitimação, tem de ser relativizada.

Recorrendo aos dados da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais, que realizou um inquérito sobre violência contra as mulheres, constatou-se que a prevalência de mulheres portuguesas que sofreram violência física e/ou sexual antes dos quinze anos é bastante inferior à média da UE (25% vs. 33%).

Ao nível da violência no contexto de relação conjugal/intimidade, se se considerar a violência física e/ou sexual desde os 15 anos, a situação portuguesa é mais positiva face à média da UE (19% vs. 22%), mas se se considerar apenas os últimos 12 meses e o parceiro atual ou o anterior, Portugal surge com valores ligeiramente acima da média da UE (5% vs. 4%).

Numa leitura macro dos dados, tendo em conta a análise das tendências/variações verificadas ao nível da criminalidade registada, poderá colocar-se a hipótese de que em Portugal se estará a assistir, ao nível da criminalidade violenta, a um alinhamento com os níveis europeus, quer no âmbito dos crimes sexuais registados (onde se regista um aumento, aproximando-se assim dos valores observados para a média dos países da UE), quer ao nível dos roubos, onde se constata uma diminuição progressiva dos valores em Portugal. Ao nível do homicídio, tendo em conta que os dados disponíveis apontam no sentido de uma diminuição no número de

registos em Portugal ao longo das últimas décadas, os últimos dados comparativos analisados indicam que os valores apresentados por Portugal estavam muito próximos da média da UE.

É, contudo, necessário verificar se a tendência decrescente se continua a verificar em Portugal ou se haverá uma estabilização, o que se poderá relacionar com realidades mais persistentes como a dos homicídios no contexto da violência doméstica.

Neste âmbito da análise comparada é relevante mencionar que a realidade da União Europeia não será uniforme. Conforme refere Dijk (2009), existem países onde o nível de crimes registados pelas polícias é dos mais elevados, mas tal não tem geralmente correlação com as taxas de vitimação. Este autor exemplifica com o caso da Finlândia, situando-se entre os países europeus com mais crimes registados, mas entre os países com menores taxas de vitimação em termos globais. Já no caso de países da Europa de Leste, tais como a Roménia, Bulgária e Lituânia, Dijk (2009) indica que a situação será inversa, pois apresentam níveis de criminalidade registada entre os mais baixos, no entanto em termos de taxa de vitimação os níveis são moderadamente elevados, revelando que nestes países as cifras negras serão mais elevadas do que nos outros países da UE. Segundo os dados disponibilizados pelo Eurostat, e analisados no ponto 5.5.1, relativos aos anos de 2008 a 2015, a mais elevada taxa média de homicídios registados por cem mil habitantes encontrava-se na Lituânia, Estónia e Letónia.

Assim, e se se ajustasse a taxa de crimes participados à polícia tendo em conta as cifras negras (e cinzentas) de cada país, provavelmente países da Europa de Leste deixavam de se situar entre os países com níveis mais baixos de criminalidade registada, o que faria com que provavelmente Portugal consolidasse ainda mais a sua posição como país com menores níveis de criminalidade registada, em termos globais.

Por outro lado, o crime não surge em Portugal entre as principais preocupações dos cidadãos, quer seja a nível pessoal, nacional ou em termos da UE, observando-se sensivelmente desde 2010 uma diminuição dessa preocupação entre os portugueses quando consideram a sua situação pessoal ou o país, registando-se, porém, uma maior preocupação quando o universo passa a ser a União Europeia.

Também ao nível dos indicadores do Inquérito Social Europeu (ESS), no que concerne à perceção sobre a segurança, a esmagadora maioria dos portugueses inquiridos sentia-se seguro ou muito seguro quando passeia sozinho depois de escurecer. Em 2016, Portugal estava entre os dez países onde este tipo de perceção de segurança é mais elevado.

Em 2010, e relativamente à preocupação de se ser vítima de um crime violento, o ESS posicionava Portugal entre os três países em que este tipo de preocupação era mais frequente. É importante registar que este valor coincidiu com o ano em que a criminalidade violenta atingiu um valor máximo em Portugal tendo em conta os últimos dez anos.

Deve salientar-se que os indicadores do ESS se baseiam nas perceções dos participantes no inquérito e que o índice global da paz integra também indicadores “objetivos” relativos, por exemplo, à criminalidade registada, efetuando-se assim uma análise mais abrangente.

Quando se indica que Portugal está entre os países mais seguros do mundo, tal reflete o valor do índice global de paz, no âmbito do qual Portugal ocupava, em 2018, o 4.º lugar em termos de país mais pacífico do mundo. Salienta-se, no entanto, que este tipo de índice engloba diversas dimensões, uma das quais relativa à segurança na sociedade, onde Portugal continua a situar-se entre os países mais seguros do mundo, ocupando neste caso o 13.º lugar num conjunto de 163 estados independentes.

Esta dimensão relativa à segurança na sociedade engloba diversos indicadores, para além da criminalidade efetivamente registada (violenta e homicídios) entre os quais o número de polícias por cem mil habitantes e o número de reclusos por cem mil habitantes. Neste âmbito, e tendo em conta os dados disponibilizados pelo último *European Sourcebook* (relativos a 2011), Portugal apresentava um rácio de polícias por cem mil habitantes mais elevado (443 vs. 386); e no domínio da população reclusa, os dados provenientes do CoE indicavam que Portugal apresentava, em 2015, 133 reclusos por 100 mil habitantes, rácio superior ao encontrado para a média dos países (129).

A existência de oscilações nas posições ocupadas por Portugal, muitas vezes sem aparente relação com a criminalidade violenta registada, indicia o carácter mais holístico deste índice, pelo que a sua interpretação como um reflexo dos níveis de segurança existentes em Portugal parece ser um facto merecedor de alguma contextualização.

De qualquer modo, os indicadores disponíveis tendem a colocar Portugal, em termos globais, numa posição favorável face à média dos países da UE, da Europa e do mundo, ao nível da criminalidade, da criminalidade violenta e da perceção de segurança. Todavia, será importante não encarar este tipo de conclusão como uma realidade absoluta, tendo em conta a natureza específica dos índices e indicadores existentes e a constatação de que no domínio da criminalidade violenta este tipo de conclusão genérica não reflete algumas realidades parciais

onde a posição de Portugal é idêntica ou mais desvantajosa que a média dos outros países analisados.

Também a este nível, uma definição clara do que em Portugal deve ser considerado criminalidade violenta poderá melhor orientar este tipo de comparações a nível internacional, assim como seria vantajoso que a nível global pudesse existir um consenso e a adoção de um conceito neste domínio, que seria uma fonte relevante para efeitos das definições nacionais de criminalidade violenta e para a possibilidade de se procederem a análises comparadas entre países.

Reportando agora aos dados da população reclusa, estes apontam para o facto de os reclusos nos estabelecimentos prisionais portugueses se encontrarem a cumprir penas de prisão mais longas que o verificado para a média dos países do CoE (55% cumpre penas de prisão de 5 ou mais anos até mais de 20 anos, sendo que a correspondente proporção para o CoE era de 36%); e o peso das situações de prisão preventiva assume menor expressão do que na média dos países do CoE (16% vs. 25%). Entre 2005 e 2015, aumentou a população reclusa em Portugal (+12%), segundo dados disponibilizados pelo CoE, e nos anos seguintes, 2016 e 2017, registou-se uma diminuição do número de reclusos condenados, sendo que entre 2012 e 2017 aumentou a proporção de reclusos a cumprir penas superiores a 6 anos (segundo dados da DGRSP).

Apesar disso, em 2015, 9% dos reclusos em Portugal encontrava-se a cumprir pena no âmbito de uma condenação em que a pena principal era o homicídio (ou tentativa de), cerca de 5% por crimes na esfera sexual, 13% por roubo, 20% por crimes no âmbito da Lei da droga, 3,5% por ofensa à integridade física. Ou seja, metade por crimes abrangidos ou potencialmente abrangidos na criminalidade violenta, enquanto ao nível da média dos países do CoE esta proporção atingia os 62% (constatando-se para a média dos países do CoE um maior peso dos crimes de homicídio entre os reclusos, assim como para a generalidade das outras ofensas consideradas, com exceção das relativas à Lei da droga).

Comparando os reclusos existentes em 2017 com os que existiam em 2013 constata-se um aumento do número de reclusos condenados por crimes contra as pessoas em geral, e mais especificamente por homicídio, abuso sexual de crianças/menores dependentes; e por crimes contra o Estado de forma global, e concretamente por resistência e coação sobre funcionário. Para outros crimes contra as pessoas, como seja a violência doméstica, o

sequestro/rapto/tomada de reféns e crimes relativos ao tráfico de estupefacientes observa-se que diminuiu o número de reclusos condenados.

“(...) Sei que as prisões estão cheias de reclusos- deve-se ao trabalho das FS - se estão presos não praticam este tipo de criminalidade na via pública.” E12JFO

“Sabemos que muitos dos crimes com algum nível de violência, como por exemplo os roubos, são cometidos por um número limitado de pessoas (cometem crimes em sucessão). Quando as pessoas ou grupos são neutralizados, imediatamente a estatística reflete.” E3PC

Assim, os dados indicam que em Portugal, nos últimos anos, o número de reclusos com penas mais longas estará a aumentar, onde se incluirão diversos crimes contra as pessoas, entre os quais o homicídio e o abuso sexual de crianças/menores. Apesar de Portugal apresentar proporcionalmente mais reclusos a cumprir penas de prisão mais longas, a proporção de reclusos por homicídio, violação ou outros crimes sexuais e por roubo são inferiores às observadas para a média do CoE, sendo que o aumento verificado nos últimos anos pode indicar que Portugal se possa estar a aproximar progressivamente dos valores do CoE (a par de uma diminuição do peso dos reclusos condenados por crimes previstos na Lei da droga).

11.2.2 VARIAÇÕES/TENDÊNCIAS OBSERVADAS EM PORTUGAL NA CRIMINALIDADE VIOLENTA REGISTRADA

Ao nível das entrevistas realizadas, surgem algumas posições reveladoras de um eventual aumento da carga de violência dos crimes praticados, da sua sofisticação em termos de meios e um maior “requite” na sua execução, embora se reconheça uma diminuição em termos quantitativos de forma global para a criminalidade violenta.

“É muito incerto, neste momento a tendência que há é para o aumento da violência, não da quantidade mas da violência e da complexidade dos crimes. Os crimes são mais complexos, os grupos são mais sofisticados, têm meios de atuação mais rápidos, utilizam as tecnologias de informação como forma de organizarem células que se fazem e desfazem instantaneamente conforme as necessidades da prática do crime. Têm muita mobilidade e têm âmbito transnacional. Dá-lhes muita velocidade de atuação, gravidade de atuação, atuação mais complexa e cria-nos, do nosso lado, mais dificuldades de investigação, acusação e condenação. De qualquer modo, temos conseguido [combater/prevenir](...). Vemos que a nível grupal há uma maior facilidade no acesso a armas (que talvez há uns anos atrás não existia) e a própria preparação desses grupos, não digo mais sofisticada, mas tem uns níveis mais elevados de violência. Ou seja, querer atingir o seu fim, sem olhar a meios, isto pode eventualmente indicar um aumento da violência.” E16MG

“Há que ver se os que são participados não serão muito mais graves. Desceu o número, mas será que aqueles que são participados não serão mais ‘pesados’? (...) Uma constatação: uma maior violência e uma maior

organização, redes muito mais organizadas. Os meios que funcionam para nós também funcionam para eles (...) utilização de redes para recrutamento de vítimas. (...) Maior desprezo pelas vítimas que estão envolvidas (...) e maior facilidade de recrutamento de vítimas. 'Se estas não servirem tenho outras'. Há uma maior 'oferta' de vítimas, faz com que haja um maior desprezo na forma como se trata as vítimas." E17LMG

"Tem havido menos casos, e isto é claro pelos RASI, mas provavelmente o que está a acontecer é um crescendo de casos mais rebuscados na prática do crime (...) há situações que nos parecem particularmente rebuscadas, quer nos homicídios, quer nos crimes sexuais. (...) Neste caso em particular (...) como modus operandi, este agressor tornou dependentes de estupefacientes alguns jovens e em troca da droga tinha os abusos. Isto é 'rebuscado' em termos da linha do que tínhamos nos crimes sexuais. (...) Nos homicídios também tem a ver com a 'fíneza' dos atos que são cometidos. Atos cometidos com extrema violência (ex.: morte à paulada, ainda não satisfeitos, pegamos no corpo e incendiámos e atiramos ao rio, antes disso ainda damos um valium para se acalmar e não reagir... para depois...). Sobretudo nos que são bastante premeditados nota-se o 'rebuscar'/'requinte'. Não em termos numéricos, temos tido um decréscimo no número de processos de apoio por homicídio, mas cada vez mais situações com o tal requinte." E18CF

Um dos entrevistados mencionou a prática existente ao nível da avaliação de risco no contexto da violência doméstica, associando o nível de risco à gravidade da violência.

"À primeira vista, parece que há uma tendência de maior violência em determinados crimes. (...) Em termos de perigo para a vida, fazemos avaliação do grau de risco para todas as situações. Para a violência doméstica usamos uma escala de avaliação do grau de risco (violência em relações íntimas heterossexuais). Temos assistido a mais situações de risco elevado. (...) Vivemos numa sociedade em que isso [violência] é usado para resolver conflitos a vários níveis, e ser tido como banal, mesmo em situações de homicídio ('olha morreu mais uma'), além da repetição (...)." E19SR

Importa clarificar que o nível de gravidade está relacionado com a “carga de violência” com que os crimes são praticados e não propriamente com o resultado de uma avaliação de risco. Apesar de poderem existir indicadores comuns entre ambas as avaliações, existem outros que são diferentes, só sendo relevantes, por exemplo, para uma avaliação de risco e não para a avaliação da severidade intra-criminal (ex.: problemas de consumo de álcool por parte do ofensor, vítima ter-se separado do ofensor ou planejar fazê-lo, vítima acreditar que ofensor é capaz de a matar ou mandar matar)³⁴².

Por outro lado, fatores potencialmente reveladores de uma maior “carga” de violência não se constituem como fatores ponderados de forma direta ao nível da avaliação de risco (ex.: ocorrência ser presenciada por menor ou coabitação entre vítima e ofensor) (ver ponto 12.2.).

Assim, a par da existência de práticas de avaliação de risco, que visam sobretudo orientar a ação de modo a prevenir desfechos mais trágicos, sendo por isso imprescindíveis, a avaliação

³⁴² Estes fatores estão incluídos na ficha de avaliação de risco para situações de violência doméstica (RVD), em vigor nas Forças de Segurança desde novembro de 2014 (MAI, 2014; 2015).

da severidade intra-criminal, constituirá uma estratégia mais “macro” que visa um melhor conhecimento da realidade, de modo a orientar as políticas públicas ao nível da prevenção e do combate à violência, e a contribuir para a respetiva avaliação.

Não obstante este facto, existe uma proximidade entre os conceitos de avaliação de risco e de avaliação da severidade da violência, no entanto, não são equivalentes, e em muitos casos uma situação de elevado risco pode corresponder a um nível de severidade intra-criminal diminuto e vice-versa.

Reportando concretamente à presente avaliação das variações/tendências na criminalidade registada, recorreu-se a duas metodologias complementares: análise relativa aos crimes registados (dados oficiais, disponíveis no SIEJ/DGPJ); e estudo das perceções de profissionais que desempenham funções no Sistema de Justiça Penal e outros que prestam apoio a vítimas de crime, neste caso através da recolha de dados com base numa amostra alargada. Refira-se que a análise das estatísticas oficiais foi realizada tendo em conta cada uma das definições de criminalidade violenta explanadas (CVG do RASI e CV/CEV do CPP), avaliando-se igualmente outros crimes potencialmente abrangidos na criminalidade violenta; complementando-se ainda com uma análise deste tipo de dados com base no índice de severidade criminal criado.

11.2.2.1 RASI- CVG

No que diz respeito às variações/tendências observadas no domínio da CVG (definição usada no RASI), recuando até 1993 verifica-se que os seus quantitativos aumentaram até ao ano de 2006, ocorrendo um período de estabilização até 2011, após o que tem decrescido. Comparando os anos de 1993 e 2017, o volume da CVG cresceu 1,9%, contudo, nos últimos dez anos (2008 a 2017) a taxa de variação média anual foi de -3,4%.

Este tipo de criminalidade tem correspondido, em média, a 5% do total dos crimes registados, observando-se que este peso tem vindo a diminuir: -8% entre 1993 e 2017 e -20% entre 2008 e 2017.

No âmbito da CVG, o crime com maior expressão é o roubo, correspondendo em 2017 a 78% do total. Nos últimos dez anos, quatro dos principais crimes diminuíram o seu volume: o homicídio voluntário consumado (-44%), o roubo (-43%), o rapto/sequestro/tomada de

reféns (-41%) e a ofensa à integridade física grave (-23%). Por outro lado, outros crimes aumentaram, como a extorsão (82%), a violação (30%), a resistência e coação sobre funcionário (4%) e outros crimes abrangidos na definição (63%). No caso dos outros crimes importa ter em conta a sua diminuta expressão no total da CVG.

“(...) Consultando o RASI, a partir de 2010 [a CVG] tem vindo a diminuir. Embora o RASI não separe a CV da CEV - engloba tudo num mesmo bolo (...) dentro dos crimes englobados na CV nem todos diminuem, há alguns que estão a subir.” E13AR

“Nos últimos anos, e isso assusta um bocadinho, vemos os números do RASI, quer a criminalidade violenta, quer a geral tem diminuído (...) será que isso reflete a realidade?” E16MG

11.2.2.2 CV/CEV - CPP

No âmbito da definição de CV/CEV do CPP, verifica-se que entre 2008 e 2017 a taxa de variação anual situou-se, em média, nos 1%; entre 2008 e 2017 o volume da CV/CEV aumentou 8% e entre 2016 e 2017 aumentou 0,3%.

Nos últimos dez anos, o seu peso na criminalidade geral tem-se situado em média nos 9%, sendo que em 2017 aumentou 37% face a 2008. Observa-se que este peso tem alternado entre aumentos e diminuições a cada dois anos até 2014, e mais recentemente com variações anuais, constatando-se, no entanto, de forma global, uma tendência crescente.

Para o ano de 2017, do total de CV/CEV indicado, 11% dos registos são enquadráveis na CEV e os restantes 89% na CV, verificando-se que o volume de CEV manteve-se, em 2017, face ao quantitativo de 2008, aumentando 4% entre 2016 e 2017. No caso da CV, o seu peso aumentou 9% entre 2008 e 2017 e manteve-se praticamente nos mesmos níveis entre 2016 e 2017 (-0,2%).

No caso desta definição, a violência doméstica representa 78,5% do total de CV/CEV, seguindo-se em termos de expressão numérica a resistência e coação sobre funcionário (5%), a coação sexual (3,5%), o abuso sexual de crianças (2,8%), os maus tratos (2,1%), a ofensa à integridade física grave (1,7%), a exposição ou abandono (1,6%), a violação (1,2%), correspondendo outros crimes a 2,8% (valores para o ano de 2017).

No âmbito da violência doméstica, o número de registos aumentou entre 2008 até 2010, seguindo-se dois anos em que diminuiu, após o que se tem observado uma estabilização em

termos globais. No caso do crime de exposição ou abandono, observou-se um aumento até ao ano de 2012, após o que, de forma geral, os valores têm decrescido. Para outros crimes, como os maus tratos, coação sexual e abuso sexual de crianças, os valores indicam a existência de um aumento (desde 2009, desde 2012 ou em todo o período de dez anos considerado, respetivamente).

Refira-se que os crimes sexuais aqui indicados (incluindo a violação, que faz parte, quer da definição de CVG do RASI, quer da definição de CV/CEV do CPP), e onde se verificaram aumentos, estão todos abrangidos na CEV.

Tendo em conta o ano de 2017, se a definição de CV/CEV (do CPP) fosse a utilizada, em contraponto à definição utilizada no RASI (CVG), os quantitativos mais que duplicariam (34.043 vs. 15.303, respetivamente) e o peso da criminalidade violenta no total de crimes registados passava de 5% para 10%. Para qualquer uma das definições, o ano em que se verificaram mais registos nos últimos dez anos, foi o de 2010, e os quantitativos de menor magnitude foram encontrados em 2017 (CVG - RASI) ou em 2008 (CV/CEV- CPP).

Considerando os outros 13 crimes que foram aditados a estas definições, numa lógica de interpretação mais extensiva das mesmas ou que estejam previstos em legislação avulsa, a taxa de variação anual média, entre 2008 e 2017, situou-se em -3,7% para os primeiros e em 4,2% para os segundos (previstos em legislação avulsa). O quantitativo para estes 13 crimes correspondia a 32.579 registos, um valor que se aproxima do total de registos considerados segundo a definição do CPP (este elevado volume potencialmente a aditar decorre dos registos relativos a crimes como a ofensa à integridade física simples, tráfico de droga e crimes relativos a armas).

Para os crimes que derivaram de uma interpretação extensiva das definições e se encontram previstos no Código Penal, a taxa de variação anual média (2008-2017) foi negativa³⁴³, enquanto no caso dos outros crimes previstos em legislação avulsa a taxa de variação anual média foi positiva (com exceção dos crimes relativos a armas).

³⁴³ Com exceção do crime de aborto/aborto agravado, no entanto, face ao diminuto número de casos, esta taxa tem de ser contextualizada por essa via.

11.2.2.3 Utilização de armas e outros meios/instrumentos

Ao nível da utilização de armas ou outros instrumentos, no âmbito de alguns crimes violentos registados, os dados disponíveis indicam uma diminuição da utilização da arma de fogo no âmbito do homicídio voluntário consumado (HVC) (38% em 2008 para 18% em 2017), sendo que a proporção deste tipo de casos em que houve utilização de arma branca apresentou menos oscilações, situando-se próxima dos 20%. Salienta-se, todavia, que à medida que diminuiu a proporção de HVC em que houve utilização de arma de fogo, aumentou a percentagem de casos em que este tipo de informação era desconhecido, o que introduz alguma reserva na apreciação deste tipo de resultados.

Se, para o ano de 2017, nos HVC havia utilização de arma de fogo em 18% das situações, ao nível da ofensa à integridade física grave e do roubo esta realidade era de menor magnitude: 11% e 5%, respetivamente. Entre 2008 e 2017, constatou-se um aumento do recurso à força física e outros meios/instrumentos no caso da ofensa à integridade física grave (OIFG) e do roubo, sendo que os valores para as armas de fogo e brancas diminuíram.

Quando se recua até ao ano de 1993, observa-se que a tendência decrescente de utilização de arma de fogo nos HVC se verifica desde o ano 2000. No entanto, e desde então, têm existido diversas oscilações, ocorrendo alguns períodos de aumento alternados com diminuição. Ao nível das armas brancas, os dados sugerem um aumento da sua utilização no contexto do HVC desde 1993, apresentando igualmente diversas oscilações.

Os dados sugerem que, até 2008, se verificou um aumento da utilização de arma branca na OIFG, após o que os valores têm diminuído. No caso do roubo a tendência será decrescente desde 1997, apresentando alguma estabilização nos últimos sete anos. Ao nível da utilização de arma de fogo, para a OIFG de 2004 em diante, existe uma tendência decrescente, sendo que para o crime de roubo tal só se verificou a partir de 2008.

Assim, estes dados, apesar das ressalvas de falta de informação ao nível dos dados no contexto do HVC, indiciam um menor recurso a arma de fogo nos três crimes considerados, um aumento da utilização de armas brancas no HVC, mas uma diminuição na OIFG e nos roubos, ao mesmo tempo que nestes dois últimos crimes aumentaram as situações em que houve recurso à força física e outros meios/instrumentos.

Apesar desta constatação, conforme apontado por Purcena (2016), entre 2003 e 2009 morriam em Portugal duas pessoas por semana vítimas de arma de fogo. Segundo este autor verificava-

se um padrão de mortalidade e morbilidade por arma de fogo semelhante ao encontrado em países como a Inglaterra, Polónia e Itália, mas encontrando-se à frente de países como a Alemanha, Espanha e Noruega. Ressalva-se que esta estimativa abrange todas as mortes com recurso a arma de fogo, e não apenas as verificadas no contexto da violência interpessoal. Na estimativa apresentada por este autor, em Portugal existiam cerca de 25 armas de fogo por cada cem habitantes, situando-se na década de 2000 numa posição intermédia a nível europeu no domínio da posse de armas de fogo por civis.

Apesar da diminuição da proporção de homicídios voluntários consumados em que houve recurso a arma de fogo ao longo da última década, o aumento da ausência de informação neste âmbito, o nível de disponibilidade das armas de fogo em Portugal e o facto de Portugal se encontrar próximo da média da UE em termos da taxa de homicídio por cem mil habitantes, podem corroborar a perspetiva de que, neste tipo de indicadores específicos, Portugal não se situa de forma tão positiva, como em outros indicadores relativos à segurança. Estes dados reforçam a necessidade de informação mais completa neste domínio, tendo em conta que a taxa de homicídios é por excelência um dos indicadores mais fiáveis para aferir o nível de segurança de um dado país.

Assim, e tendo em conta que não existe qualquer pretensão de mudar a “imagem” de que Portugal é dos países mais seguros do mundo, importa, contudo, observar que a realidade pode não ser tão positiva como a que decorre das representações sociais existentes neste âmbito.

11.2.2.4 Perceção dos profissionais

No que concerne às perceções dos profissionais envolvidos no presente estudo quanto às variações/tendências verificadas ao nível do número de crimes violentos registados (avaliação quantitativa) e ao nível da gravidade desses crimes (avaliação qualitativa), constata-se que a proporção de respostas que remetia para um desconhecimento aumentou à medida que o período de análise se alargou (último ano, 5 anos ou 10 anos), oscilando entre 17% e 24% no caso da questão relativa à avaliação quantitativa e entre 22% a 29% no caso da avaliação mais qualitativa, denotando um maior desconhecimento nesta segunda vertente.

Na avaliação quantitativa, entre 38% a 43% dos participantes optaram por uma posição generalizadora (diminuição, aumento ou manutenção do número de todos os crimes violentos)

quanto à variação observada nos três períodos considerados, proporção inferior à registada no caso da avaliação qualitativa: 44% a 50%.

Entre 41% e 46% dos participantes considerou que o número de crimes violentos aumentara e/ou se havia mantido (sendo que o valor correspondente para uma diminuição e/ou manutenção se situava entre os 30% e 37%). Em contraponto, entre 52% e 53% dos participantes consideravam que a gravidade dos crimes violentos aumentara e/ou se havia mantido (sendo que o valor correspondente para a diminuição e/ou manutenção oscilou entre 31% e 43%).

Assim, apesar de se constatar um maior desconhecimento das variações/tendências quanto à gravidade dos crimes violentos face aos seus quantitativos, a maioria dos que facultaram uma resposta concreta apontaram para um aumento/manutenção dessa gravidade, sendo que no caso da análise quantitativa este tipo de posição também prevaleceu mas não atingiu os 50%, decorrente de uma maior dispersão de posições.

Para as duas vertentes de análise prevalece a posição de que o número de crimes violentos aumentou para alguns crimes e diminuiu para outros (34% a 38% no caso do número de crimes violentos, e 31% a 34% no caso da sua gravidade), no entanto, e comparando os dois polos opostos desta avaliação (diminuição/manutenção *vs.* aumento/manutenção), observa-se que prevalecem as posições de que o número de crimes violentos e a sua gravidade aumentaram nos períodos considerados.

Verifica-se, de forma geral, que as perceções veiculadas pelos participantes nas duas vertentes de análise tendem a convergir em termos dos três períodos temporais considerados, exceto no caso em que a opção recai em apontar um aumento generalizado do número de crimes violentos ou da sua gravidade. Nestes casos, à medida que o período temporal se alarga, a proporção de respostas generalizadoras tendem a aumentar, o que estará relacionado com a necessidade, também sentida pelos participantes, de um maior período de observação para poder retirar conclusões mais “definitivas”/generalizadoras.

Entre os crimes mais citados, como tendo aumentado, no último ano, o seu número ou a sua gravidade, constava a violência doméstica, o roubo e o homicídio, sendo que no caso destes dois últimos esta percepção relativa ao seu número não é corroborada pelos dados disponíveis no domínio dos crimes registados pelos OPC. No que concerne aos crimes que eram percecionados como tendo mais decrescido ao nível dos seus quantitativos ou a da sua gravidade, destaca-se igualmente para as duas vertentes, o roubo e o homicídio.

Estes dados sugerem efetivamente que existem, mesmo em profissionais que lidam com este tipo de criminalidade, percepções divergentes quanto às variações verificadas em termos do número de crimes violentos registrados e a gravidade dos crimes praticados, nomeadamente ao nível do roubo e homicídio.

Contudo, refira-se que estes dois crimes comportam sub-tipologias onde se podem verificar variações/tendências divergentes de uma visão global para cada um destes tipos de crime, e que poderão influenciar as percepções dos profissionais neste âmbito. Por outro lado, importa salientar que ao nível da avaliação quantitativa era solicitada uma avaliação a nível nacional e quando se abordou a questão da avaliação qualitativa solicitou-se também aos participantes que tivessem em conta a sua experiência concreta, pelo que neste caso as respostas podem refletir especificidades a nível local que não sigam as variações/tendências registadas a nível global.

A título de exemplo, entre 2015 e 2016, segundo o GSGSSI (2017), os crimes cujo número mais aumentou, no âmbito da CVG, foram alguns tipos de roubo (ex.: a postos de abastecimento de combustível e a transporte de valores); e por seu turno algumas das respostas dos participantes que mencionaram aumento ao nível dos roubos remetiam para roubos com armas de fogo, *carjacking*, *homejacking*, posto de abastecimento de combustível, carrinha de valores, banco e transporte público, havendo assim alguma congruência.

11.2.2.5 Índice de severidade criminal

A existência de diferentes níveis de severidade inter-criminal é reconhecida e surge como relevante de ser tida em conta.

“Tem que haver uma graduação/ temos de fazer ‘fine-tuning’ do processo e não pôr na mesma categoria o crime do delinquente que assaltou uma bomba de gasolina com uma pistola de plástico, e que a priori é classificado como criminalidade violenta, ou uma situação de triplo homicídio como tivemos há um mês- são situações completamente diferentes. Ou situações de crimes reiterados, assaltos violentos. (...) Os crimes são diferentes, o homicídio é diferente do roubo, há moldura penal diferente, modus operandi diferente e normalmente uma motivação distinta. Faz sentido haver uma graduação dos crimes em função destes três critérios.” E1AC

No presente estudo, decorrente da criação de um índice de severidade criminal para os crimes potencialmente abrangidos na criminalidade violenta com base nas respectivas molduras penais, foram igualmente avaliadas as variações/tendências nos últimos dez anos (2008-2017).

Deste modo, e tendo-se estabelecido o ano de 2008 como a base de referência, verificam-se diferentes taxas de variação média anual consoante se considere: o conjunto dos 60 crimes/artigos potencialmente abrangidos na criminalidade violenta (-1%); esse conjunto sem os treze crimes aditados às definições de CV/CEV e CVG (-0,5%); apenas o subconjunto de 32 crimes abrangidos na definição de CV/CEV do CPP (0,9%); o subconjunto de 26 crimes abrangidos na CVG (do RASI) (-5%); ou subconjunto de onze crimes que fazem parte de ambas as definições (-0,9%).

Assim, confirma-se alguma divergência de variações/tendências consoante a definição utilizada, sendo que quando se tem sobretudo em conta os crimes contra as pessoas (definição do CPP) os dados apontam para um aumento, ainda que ligeiro, da severidade da violência ao longo dos últimos dez anos, quando se adota uma definição onde crimes patrimoniais têm mais peso (CVG do RASI) o resultado aponta para uma diminuição dessa severidade criminal.

Explorando os resultados obtidos neste índice, com a exclusão de um dos dois crimes com mais peso nas respetivas definições onde estão integrados (violência doméstica - CPP ou roubo- RASI), observa-se que sem contabilizar o crime de violência doméstica a taxa de variação anual média no caso do subconjunto de crimes decorrentes da definição do CPP passava de 0,9% para 0%. No caso da exclusão do roubo, a taxa de variação anual média para o subconjunto de crimes proveniente da definição de CVG do RASI passaria de -5% para 0,8%. Ao nível da taxa de variação média anual do total de crimes/artigos considerados (60), sem a VD o seu valor passa de -1% para -1,9%, mas sem o roubo passa para valores positivos (0,9%), e sem ambos mantem-se positiva nos 0,6%.

Deste modo, constata-se a relevância que estes dois crimes têm numa avaliação global sobre um aumento/diminuição ao nível da criminalidade violenta, e das posteriores leituras que se retirem daí.

Explorou-se ainda a utilização deste tipo de índice desagregando-o por tipologias criminais, obtendo-se para todos os casos uma taxa de variação anual média positiva, com exceção da criminalidade violenta contra o património (-5,8%). Na criminalidade violenta contra as pessoas o aumento na última década situou-se em 0,9%, na criminalidade violenta contra a

vida em sociedade a taxa de variação anual média foi de 45%³⁴⁴, na criminalidade violenta prevista em legislação avulsa (Lei do terrorismo, Lei da droga, Lei de estrangeiros e Lei das armas) aumentou em média 4,8% e, finalmente, na criminalidade violenta contra o Estado aumentou 1%.

Os resultados obtidos com o recurso a este índice de severidade criminal corroboram a visão de que se torna necessário analisar a criminalidade violenta através de perspectivas complementares, uma vez que a sua variação/tendência ao longo dos últimos dez anos poderá não ser tão positiva como a veiculada pelas análises baseadas na definição de CVG usada no RASI. Se alargarmos o conceito, nomeadamente aos crimes violentos contemplados na definição legal de criminalidade violenta (CPP), a tendência será de um aumento, apesar de ligeiro, ao longo da última década; e se se considerar a criminalidade violenta segundo as grandes tipologias criminais, constata-se, em termos gerais, que uma diminuição apenas foi verificada ao nível da criminalidade violenta contra o património, observando-se aumentos em todas as outras tipologias.

Importa ressaltar que toda esta análise relativa ao índice de severidade criminal baseia-se nos dados estatísticos disponíveis, tendo em conta a notação estatística vigente. Uma vez que nem sempre existe correspondência direta entre os crimes/categorias disponibilizados no SIEJ e os 60 crimes/artigos aqui previstos, recorreu-se às aproximações possíveis, pelo que no futuro, e caso se disponha de dados mais desagregados, seria relevante poder-se replicar este estudo.

Na sequência destas análises, evidencia-se que a severidade criminal no âmbito da criminalidade violenta tem-se mantido ao longo da última década (-0,5%), tendo diminuído no caso da criminalidade violenta contra o património, mas aumentado nas restantes tipologias, não sendo assim possível corroborar de forma sustentada uma perspectiva de diminuição da severidade da criminalidade violenta, sendo mais avisado apontar, de forma global, para uma manutenção.

Conforme se observou, as variações/tendências encontradas com base no índice de severidade criminal seguem, de forma geral, as observadas quando se utilizam os quantitativos em valores absolutos (sem ponderações), o que seria de esperar tendo em conta os resultados verificados em outros países. As mais-valias da utilização deste tipo de índice residirão, sobretudo, na

³⁴⁴ Salienta-se, todavia, o número diminuto de crimes registados nesta tipologia e considerados aqui no domínio da criminalidade violenta (oito artigos do CP, cujo quantitativo em 2008 foi 34, e em 2017 foi 61), pelo que os valores do índice devem ser analisados com as devidas reservas.

utilização de sub-índices que permitem uma leitura mais completa da realidade e viabilizar a comparação entre distritos/regiões, tendo em vista o eventual aperfeiçoamento e (re)definição das estratégias, práticas e respostas no domínio do Sistema de Justiça Criminal.

De qualquer modo, trata-se de medidas diferentes. Por exemplo, se os crimes mais graves, que tendem a ser em menor número, aumentarem significativamente e os crimes menos graves, geralmente mais numerosos, diminuïrem, poder-se-á observar uma maior divergência em termos destas duas medidas.

Estas reflexões aqui apresentadas são relativas às tendências/variações na criminalidade violenta registada em termos dos seus quantitativos, consoante a definição usada e consequentemente os crimes abrangidos, e consoante se utilizem os quantitativos em valores absolutos ou ponderados por um índice de severidade criminal.

Se se pretender efetuar uma análise da severidade intra-criminal, ou seja, compreender se a gravidade ou "carga de violência" utilizada tem ou não variado ao longo dos anos, torna-se necessário dispor de dados comparativos para todos os crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta, ou pelo menos para alguns deles, os mais representativos e/ou os mais graves do ponto de vista penal (ver ponto 11.3).

11.2.3 INDICADORES COMPLEMENTARES

Tal como preconizado pela ONU (2003), importa complementar a análise das estatísticas criminais com dados provenientes de outras entidades públicas ou privadas que não estejam abrangidas pelo Sistema de Justiça Criminal, e sempre que exista um sistema fiável e rigoroso de registo relativo às causas de morte esses dados devem ser usados no âmbito da análise dos homicídios.

Assim, foram consultadas outras fontes e analisados dados estatísticos potencialmente relevantes para complementar a medição e conhecimento sobre a criminalidade violenta.

Segundo os dados disponibilizados pelo INE ao nível das causas de morte, em 2016 registaram-se em Portugal 83 mortes devido a agressões e sequelas (CID 10: X85-Y09, Y87.1), o menor quantitativo verificado entre 2012 e 2016, sendo que em 2012 se registou o valor mais elevado (121). Apesar da diminuição do número de mortes devido a esta causa ao longo

dos últimos três anos e da taxa de mortalidade total correspondente diminuir consecutivamente desde 2012, o peso desta causa de morte no total das mortes registadas permanece o mesmo ao longo dos vários anos: 0,1%.

Tendo em conta os dados de 2016, este tipo de morte atinge mais homens que mulheres (0,1% do total de mortes de homens e 0,04% do total de mortes de mulheres); e mais pessoas com 65 ou mais anos, comparativamente às pessoas com menos de 65 anos (1,1 *vs.* 0,7 casos por cem mil habitantes).

Salienta-se que a este nível seria relevante que os dados das causas de morte na sequência de agressões e sequelas pudessem ser analisados de forma mais desagregada, segundo as várias categorias contempladas na classificação da OMS usada pela DGS.

Se a estas mortes se adicionarem aquelas devido a lesões auto-provocadas intencionalmente e sequelas (suicídios), aos 0,1% acima indicados soma-se 0,9%, fazendo com que, em 2016, as mortes devido a agressões e sequelas e as ocorridas no contexto de suicídios representaram 1% da mortalidade do país. A ocorrência de suicídios muitas vezes surge no contexto de situações de violência interpessoal, pelo que este tipo de indicador também deve ser monitorizado, e se possível com algum nível de desagregação para uma maior compreensão das realidades subjacentes.

Em 2016, segundo os dados disponibilizados pela DGPJ, os OPC registaram 76 casos de homicídio voluntário consumado, o que contrasta com os 83 casos constantes desta estatística apresentada pelo INE ao nível das causas de morte. Por um lado, conforme referido anteriormente, as estatísticas criminais a este nível refletem os casos de homicídio consumado e não o número de vítimas mortais, por outro lado, podem existir situações em que o OPC não tenha registado o caso como homicídio, mas após uma avaliação concreta do caso pelo INMLCF se tenha concluído que a causa da morte foi uma agressão ou que a morte tenha surgido no contexto das sequelas de uma agressão.

Esta situação remete para a importância de se analisarem as estatísticas disponíveis relevantes para efeitos de contabilização dos homicídios, tendo em vista uma leitura mais correta da realidade. Uma vez que se trata de um fenómeno onde se registam cerca de cem ou menos casos anuais, tal tarefa será mais facilitada do que o seria caso se tratasse de um fenómeno com várias centenas ou milhares de registos anuais.

Por outro lado, refira-se complementarmente que, em 2017, o INMLCF realizou 93 atos relativos ao estudo das circunstâncias que envolveram a morte violenta no contexto do crime de homicídio, sendo que em 2016 este valor era de 79 e em 2015 de 134. Entre 2012 e 2017, a taxa de variação anual média neste âmbito foi de -3%, no entanto, taxas de variação positivas foram alternadas com taxas de variação negativas³⁴⁵. Comparando os valores de 2016 do INMLCF com os do INE e com os dos OPC observa-se que os OPC registaram 76 casos de homicídio voluntário consumado, o INMLCF efetuou 79 exames neste domínio e o INE considerou 83 casos em que a causa de morte tenha sido agressões e sequelas. Analisando o ano de 2012, os OPC registaram 149 homicídios, o INMLCF efetuou 125 exames e o INE considerou 121 mortes por agressões ou sequelas. Assim, se em 2016 os valores registados pelos OPC divergiram em menor magnitude dos apresentados pelo INMLCF e pelo INE, já em 2012 as diferenças foram de maior magnitude, o que pode revelar efetivamente a existência de um maior cuidado/rigor nos registos por parte dos OPC neste domínio, só o efetuando quando os indícios de que seja homicídio são efetivamente fortes.

Estes dados revelam que, mesmo a análise ao nível dos valores dos homicídios, o qual se considera geralmente como um dos indicadores mais fiáveis para a medição da criminalidade violenta de um dado país, carece de alguma contextualização e a ponderação de diversos fatores que podem influenciar os quantitativos observados e que não dependem das situações concretas verificadas, mas sim das práticas de registo.

Paralelamente, importa perceber se existe alguma tendência em termos dos homicídios verificados corresponderem a mais ou menos vítimas mortais, e se uma diminuição dos homicídios é, por exemplo, acompanhada de um aumento do número de homicídios na forma tentada ou se também aqui existe uma diminuição, e ainda analisar se a diminuição/aumento se verifica nos homicídios simples e/ou qualificados.

Uma realidade que suscita elevada preocupação no domínio dos homicídios é a relativa ao subconjunto de homicídios que ocorre no contexto da violência doméstica e, concretamente, o designado “femicídio”.

Os dados apresentados pela UMAR ao nível do femicídio, indicam que em termos globais, entre 2004 e 2017, registou-se a morte de 475 mulheres, o que corresponde a uma média de 34 casos por ano e a uma taxa de variação média anual de 2,5%. Entre 2015 e 2017 este quantitativo diminui progressivamente, sendo que em 2017 o valor foi de 20 vítimas mortais

³⁴⁵ Fonte: DGPJ- SIEJ. Atividade do INMLCF, por área de atuação.

do sexo feminino. Apesar desta realidade recente, será cedo para afirmar que se trata de uma tendência consolidada de diminuição dos casos verificados³⁴⁶ (salienta-se que entre 2004 e 2014 surgiam variações positivas alternadas com variações negativas). Refira-se que estes dados são coligidos com base nas notícias veiculadas pelos *media*, pelo que não se pode garantir que refletem a realidade global dos homicídios de mulheres verificados, sendo que o respetivo rigor depende do tratamento jornalístico efetuado e das informações disponíveis neste contexto.

O RASI tem apresentado, nos últimos anos, alguns dados no domínio do homicídio conjugal/familiar e sua caracterização, mas são dados muito sucintos, nem sempre com o mesmo tipo de informação desagregada de um ano para o outro (o que dificulta a comparação), e são dados provenientes dos casos em investigação pela PJ, o que pode não corresponder exatamente ao universo de homicídios ocorridos num dado ano.

A realidade dos homicídios na esfera da violência doméstica assume contornos diferenciados, sendo uma realidade bastante visível e cuja variação/tendências percecionadas não acompanharão as verificadas para outros crimes violentos:

“Globalmente, os níveis de criminalidade violenta têm vindo a diminuir, com destaque para a taxa de homicídio. No entanto, ao nível do homicídio associado à violência conjugal ou às relações de intimidade, tal taxa tem-se mantido igual ao longo dos anos (...).” E5RA

“A minha ideia é que não há um aumento. A nossa sociedade é relativamente segura. Não há um aumento em número, mas às vezes há um aumento na gravidade da sua expressão. De que é exemplo a VD, a morte das mulheres é uma coisa impressionante.” E2AL

“(...) A perceção que tenho, é que se registou um aumento da criminalidade violenta - ao nível da VD que se traduz em danos físicos graves ou na morte da vítima, seja o cônjuge, independente do género, ou de outro elemento do agregado familiar. Ao nível da restante criminalidade violenta, o que se tem verificado em PT até é uma redução. Ao contrário do que eram as expectativas, tendo em conta a situação de crise económico-financeira que o país viveu, havia algum receio de algum aumento.” E1AC

“(...) Modus operandi/técnicas de criminalidade violenta estão-se a verificar noutros crimes - ex.: na VD (...) VD em algumas situações tem requinte de malvadez, gravidade, intensidade típicas de crimes da criminalidade violenta.” E4JL

Refira-se que os quantitativos relativos à morte de mulheres no contexto de violência nas relações de intimidade verificados nos últimos anos, colocam Portugal próximo da situação

³⁴⁶ Esta diminuição ocorreu após a entrada em vigor de um instrumento de avaliação de risco para as situações de violência doméstica ao nível das Forças de Segurança e Ministério Público (em novembro de 2014). Apesar de não se poder, face aos dados disponíveis, estabelecer qualquer relação causal neste âmbito, seria oportuno analisar-se esta questão com maior detalhe, monitorizando-se, nomeadamente, a proporção de homicídios no contexto de violência doméstica em situações já reportadas às FS.

verificada em Espanha, o que não sucedia antes de 2015, em que claramente Portugal apresentava taxas de incidência deste tipo de homicídio superiores às verificadas neste país. Em 2017, segundos os dados da UMAR, foram 14 as mulheres mortas no contexto de violência em relações de intimidade, enquanto em Espanha foram 51 casos; ponderadas as respetivas populações residentes em cada um dos países, verifica-se que as taxas de incidência apresentarão valores próximos (em torno dos 0,1 casos por cem mil habitantes³⁴⁷).

O INE disponibiliza regularmente dados sobre o designado Índice de bem-estar, que contempla um conjunto vasto de indicadores organizados em domínios, entre eles o da “Segurança pessoal”, o qual inclui indicadores sobre a criminalidade registada, vitimização, avaliação subjetiva da segurança pessoal e grau de confiança na polícia.

Este domínio, integrado por sua vez em uma das duas perspetivas deste Índice (a relativa à qualidade de vida), apresentou uma taxa de variação média anual, entre 2004 e 2015, positiva (1,1%), no entanto, não se encontra entre os domínios que mais contribuíram para a evolução positiva constatada ao nível desta perspetiva, apresentando assim uma evolução inferior ao desempenho global da mesma.

Por outro lado, e tendo em conta os indicadores concretos que fazem parte do domínio da segurança pessoal, os dados indicam uma melhoria ao nível das taxas de criminalidade (global e de homicídios), perceção de segurança e confiança na polícia, mas no caso da vitimação criminal de mulheres, crianças e jovens estes sugerem a existência de um agravamento.

Acresce que, num dos domínios integrados na perspetiva da qualidade de vida, o das relações sociais e bem-estar subjetivo, os valores entre 2005 e 2015 foram sempre inferiores ao registado em 2004 (ano base), indiciando que as pessoas se sentiram menos felizes e menos satisfeitas com a vida, existindo um menor contacto com outros significativos³⁴⁸.

“Vivemos muito longe uns dos outros e os graus de violência aumentaram grandemente.” E8CA

“A nossa situação não é dramática face aos outros países, mas é suficientemente preocupante. Somos uma sociedade com aspetos de humanismo com algum valor. Temo que a degradação de certos contextos possa aumentar a violência. Daí a necessidade absoluta de um estudo que diga qual o nível de violência em contextos vulneráveis, certas culturas, bairros, comunidades com outras culturas (...).” E2AL

³⁴⁷ Cálculos efetuados com base em dados populacionais extraídos da Pordata.

³⁴⁸ Refira-se que a taxa de variação média anual neste domínio, apesar do que se poderia esperar, foi de -1,7% entre 2004 e 2008 e de 0,6% entre 2008 e 2015 (sendo de -0,2% entre 2004 e 2015); não surgindo assim um agravamento específico em paralelo com os anos em que Portugal esteve abrangido pela “crise económico-financeira”.

Assim, a leitura destes dados do Índice de bem-estar do INE surge como paradigmática ao nível da análise da criminalidade violenta, no sentido em que, em termos globais, a situação surge como mais positiva, porém evidenciam-se sinais preocupantes face a algumas realidades específicas, nomeadamente envolvendo vítimas especialmente vulneráveis, e mostrando que a promoção de melhorias ao nível da satisfação com a vida e qualidade das relações interpessoais, é algo mais difícil de concretizar, sendo que estas dimensões estão certamente relacionadas com muitas das situações de violência interpessoal abrangidas na criminalidade violenta.

Adicionalmente, refira-se que neste índice do INE talvez se pudesse equacionar futuramente a substituição da fonte relativa ao número de mulheres, crianças e jovens vítimas criminais (proveniente da APAV), por uma outra também neste domínio, mas que espelhasse as situações de criminalidade registada pelos OPC envolvendo tais tipos de vítima, bem como crimes praticados contra pessoas idosas.

Esta análise parece ter alguns pontos de contacto com a visão de Lipovetsky (2018), sobretudo quando este autor refere o processo de individualismo que caracteriza a atual sociedade, e que o mesmo tem dois efeitos opostos: por um lado a indiferença ao outro, e por outro a sensibilidade à dor dos outros. Segundo este autor, os indivíduos pacificaram-se por via desta personalização, a qual contribui para diminuir o volume da criminalidade violenta, mas favorece o surgimento de atos de extrema violência, agravando comportamentos criminosos.

“A pessoa é solidária de uma campanha pela internet, mas depois passa ao lado de um ‘desgraçado’ e é capaz de nem olhar.” E17LMG³⁴⁹

Por outro lado, como referia Muchembled (2014), a agressividade está cada vez mais expulsa das ruas, estando no século XXI a célula familiar sob uma vigilância sem precedentes.

Um dos grupos socialmente mais vulneráveis diz precisamente respeito às crianças. Quando se analisam os dados relativos às atividades das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) constata-se, entre 2012 e 2017, um aumento global de processos na ordem dos 3%, sendo que o número de novos processos aumentou 7% e o número de processos reabertos 27%.

Considerando os quatro motivos de sinalização das crianças às CPCJ, que mais diretamente estarão relacionados com a criminalidade violenta, em 2017 a exposição à violência doméstica

³⁴⁹ Reportando outra fonte lida nos *media* (não especificada).

representava 22% do total de sinalizações, os maus-tratos físicos representavam 4,5%, os maus-tratos psicológicos 1,9% e o abuso sexual 1,7%, ou seja, no total, estes quatro motivos correspondiam a quase um terço (30%) das sinalizações.

Entre 2012 e 2017, as comunicações às CPCJ revelavam uma tendência de aumento daquelas motivadas por exposição à violência doméstica, havendo uma quase duplicação (+95%), um ligeiro aumento dos maus-tratos físicos (1%), uma diminuição dos maus-tratos psicológicos (-28%) e do abuso sexual (-6%); sendo que em algumas destas tipologias, a taxa de variação anual entre 2016 e 2017 divergiu da verificada para o período de cinco anos atrás mencionado (foi de apenas 1% para a exposição à violência doméstica, 5% para os maus-tratos físicos e 0,5% para o abuso sexual).

Estes dados poderão ter, tal como sucede ao nível da criminalidade registada (quando se verifica um aumento do seu volume), leituras opostas. Pode corresponder à existência efetiva de mais crianças em situações de perigo, nomeadamente por via da exposição à violência doméstica e devido a maus-tratos físicos (situação reportada pela primeira vez ou por via de uma “reincidência”), ou à existência de mais sinalizações e, portanto, uma maior tendência para desocultar este tipo de situações. Por outro lado, será importante ter em conta que o elevado volume de crianças sinalizadas como expostas à violência doméstica terá como fonte as FS, que sinalizarão este tipo de situação sempre que verificam a presença de crianças, designadamente neste tipo de ocorrências às quais são chamados a intervir.

Comparando as situações comunicadas e as efetivamente diagnosticadas pelas CPCJ constata-se que, em 2017, no caso dos maus-tratos psicológicos, as situações diagnosticadas representam 36% das comunicadas, no caso dos maus-tratos físicos esta proporção assume o valor de 27%, na exposição à violência doméstica, 22% e, finalmente, um quinto no âmbito das sinalizações de abuso sexual (20%).

Este rácio entre sinalizações e diagnósticos suscita questões acerca do que sucederá aos casos sinalizados em que o diagnóstico não é confirmado e que serão a maioria. A título de exemplo, dificilmente se poderá considerar que 80% das sinalizações de abuso sexual ou que 73% dos maus tratos físicos serão baseadas em informações falsas/inconsistentes. Será antes mais fácil considerar que a este nível existem dificuldades acrescidas ao nível da desocultação das situações e da obtenção de evidências, o que surgirá alinhado com as elevadas cifras negras que se verificarão no âmbito destes crimes e de baixas taxas de prosseguimento dos processos

ao longo das fases do Sistema de Justiça Penal (sendo que a maioria dos casos resultará em arquivamento).

Os dados aqui analisados ao nível das sinalizações das crianças em perigo não parecem permitir corroborar uma diminuição de algumas das formas de violência potencialmente abrangidas na criminalidade violenta, sendo que no caso das sinalizações por abuso sexual os dados surgem em contraciclo com o número de crimes registados pelos OPC, onde se tem registado de forma global um aumento nos últimos anos. Em 2017, foram registados pelos OPC 937 casos de abuso sexual de criança/menores dependentes, sendo que o número de crianças sinalizadas foi de 661, verificando-se que nos anos anteriores (ex.: 2015 e 2016) também se observava uma diferença na ordem dos 300 casos entre as duas fontes.

Apesar de se tratar de diferentes indicadores, seria expectável que os valores surgissem mais próximos entre si, ou que até o número de sinalizações superasse o número de crimes registados (tendo em conta que num mesmo caso pode existir mais do que uma criança envolvida).

Assim, seria importante que este tipo de dados pudesse ser analisado de forma mais pormenorizada, tendo em conta a avaliação da severidade efetuada relativamente a estes crimes (considerados pelos profissionais participantes neste estudo como os mais graves, a seguir ao homicídio e homicídio qualificado).

Foram igualmente analisados dados relativos à concessão de adiantamentos de indemnização por parte do Estado às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica, por parte da CPVC.

Apesar do aumento constatado no número de pedidos entrados, relativos a crimes violentos e de violência doméstica, tal poderá dever-se, especialmente no caso da violência doméstica, a um crescente reconhecimento da existência deste tipo de mecanismos e não propriamente da existência de mais crimes verificados (o que seria incongruente com a taxa de variação média observada entre 2012 e 2017, que aponta para uma manutenção dos valores). De qualquer modo, por esta via não é igualmente possível corroborar uma eventual tendência de diminuição da criminalidade violenta em geral.

Entre 2012 e 2017, deram entrada, por ano, em média, 121 processos por crime violento e 146 processos no âmbito da violência doméstica, sendo que a taxa de concessão de indemnizações foi, em termos médios, de 41% e 63%, respetivamente.

No âmbito dos pedidos relativos ao crime violento, a maioria das situações reportava-se a homicídios consumados, homicídios na forma tentada, ofensas à integridade física grave, violações, abuso sexual de crianças/adolescentes/menores dependentes, outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e o roubo na via pública (excetuando-se situações por esticção).

Apesar do que poderia ser desejável, não parece ser viável extrair conclusões acerca de eventuais tendências/variações verificadas na gravidade dos crimes violentos praticados através dos dados relativos às indemnizações atribuídas às vítimas.

No caso da violência doméstica, o regime legal existente restringe a atribuição da indemnização a situações de grave carência económica, inviabilizando uma análise ao nível da gravidade dos factos praticados contra a vítima e das suas consequências. No caso dos restantes crimes violentos, os montantes a atribuir ao nível da indemnização são decididos caso a caso, sem que existam critérios estabelecidos sobre a avaliação da gravidade da violência, e o orçamento da Comissão é fixado à partida, sem que o aumento dos pedidos tenha sido acompanhado por um aumento da verba disponível ou dos pedidos concedidos. A este propósito, importa referir que existe uma elevada pendência de processos (criminalidade violenta), o que implica, como refere a CPVC (2017), para além de um reforço dos meios humanos, um reforço orçamental.

Não obstante estes factos, seria interessante dispor de dados que permitissem comparar, ao longo dos anos o nível de incapacidade provocado pelos crimes violentos e o nível de perturbação no nível e qualidade de vida (das vítimas diretas e indiretas).

Por outro lado, seria relevante perceber que proporção de vítimas de crime violento não consegue obter a indemnização por parte do agressor, sendo necessário recorrer a este tipo de apoio, e quantas não recebem qualquer tipo de compensação (seja por via do agressor, de um seguro ou do Estado).

Seria igualmente relevante que a CPVC pudesse dispor de um instrumento que permitisse graduar a gravidade dos crimes violentos e suas consequências, de modo a orientar as decisões sobre os montantes concretos a atribuir em sede da indemnização, o que poderia contribuir para introduzir maior objetividade à avaliação dos processos, salientando-se que a própria Comissão reconhece que a indemnização deve ser graduada em função da gravidade do crime, procurando justificar caso a caso a sua decisão.

Tendo em conta os números divulgados pela APAV, entre 2012 e 2017 aumentou o número de atendimentos efetuados no contexto do apoio a vítimas de crime, havendo, no entanto, uma manutenção no número de processos de apoio.

Considerando os crimes identificados pela APAV, verifica-se que os homicídios (consumados ou tentados), a violação e o abuso sexual de crianças registaram aumentos, quer seja entre 2012 e 2017, como entre 2016 e 2017. No caso do homicídio consumado e do homicídio na forma tentada, os valores passaram de 14 e 10 (em 2012) para 27 e 29 (em 2017), respetivamente. No âmbito da violação e do abuso sexual de crianças, o aumento é igualmente muito expressivo: os valores de 2017 (159 para a violação e 175 para o abuso sexual) correspondem a mais do dobro e do triplo do verificado em 2012, respetivamente.

Já no caso da violência doméstica, das ofensas à integridade física graves e do roubo, as variações observadas são negativas para o período de cinco anos analisado.

O aumento deste indicador relativo ao número de homicídios/homicídios na forma tentada poderá ser revelador de uma maior procura dos serviços desta instituição no âmbito destes casos, o que pode, surgir, nomeadamente, na sequência da consolidação do trabalho ao nível da rede especializada que a APAV detém no domínio do apoio aos familiares das vítimas deste crime.

Ao nível dos crimes sexuais aqui mencionados, os aumentos verificados poderão igualmente decorrer da criação, pela APAV, de uma rede especializada neste domínio, contudo, estes dados surgem alinhados com o aumento verificado ao nível os crimes registados pelos OPC, pelo que corroborarão este incremento constatado em termos das estatísticas criminais. Salienta-se, no entanto, que não se pode concluir por um aumento real das situações, poderá antes estar a assistir-se a um aumento da sua desocultação, ao mesmo tempo que se regista um aumento do recurso a entidades que prestam apoio às vítimas, como a aqui referenciada.

11.2.4 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Considerando as hipóteses colocadas no domínio das variações/tendências observadas na criminalidade violenta registada, ao longo dos últimos anos (ex.: 10 anos), quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos (“carga de violência” utilizada), verifica-se que a **H5** (*A perceção dos participantes no estudo sobre as variações/tendências percecionadas no número de crimes*

violentos, ao longo dos últimos anos (ex.: 10 anos), acompanha, em termos gerais, a tendência decorrente da definição de CVG utilizada no RASI) não foi corroborada.

Segundo a hipótese colocada, esperava-se que as percepções dos participantes estivessem mais ligadas à tendência geral veiculada pelo RASI, de diminuição da CVG ao longo dos últimos anos. Tendo em conta que prevaleceram as posições de que para alguns crimes violentos o seu número de registos aumentou, diminuindo para outros, e que tendencialmente nas restantes respostas prevaleceu a posição de que no(s) último(s) ano, 5 anos ou 10 anos o número de crimes violentos aumentou ou manteve-se, não é possível confirmar a referida hipótese. Este resultado poderá indiciar que, na prática diária dos profissionais, o “eco” de uma diminuição da criminalidade violenta (decorrente dos resultados obtidos pela metodologia usada no RASI para medir a CVG) não se faça propriamente sentir, não seja corroborado, ou que a proximidade com casos concretos de criminalidade violenta enviesasse este tipo de análise predominantemente quantitativa. O resultado obtido é revelador da existência de alguns cuidados por partes dos profissionais em apontar tendências generalizadoras, optando por uma solução de compromisso (ex.: uns aumentaram e outro diminuíram).

Caso este tipo de opção não tivesse sido contemplada no questionário, seria interessante verificar se o padrão de respostas iria no mesmo sentido de alguma cautela (por exemplo, aumentaria a proporção de respostas do tipo desconhecido?), ou se “forçando” a uma resposta mais polarizada se encontraria nitidamente (ou não) uma tendência oposta à decorrente da veiculada pela definição de CVG do RASI.

Uma leitura atenta do RASI permite complementar a visão de uma tendência geral de diminuição da CVG, com análises mais específicas relativas a vários crimes violentos e graves contemplados na definição, pelo que a posição dos participantes no estudo poderia decorrer de uma análise atenta deste instrumento.

Tendo em conta os exemplos fornecidos pelos participantes quanto aos crimes que mais aumentaram ou diminuíram no último ano, onde consta simultaneamente o roubo e homicídio, tal será revelador de percepções divergentes entre os profissionais, mesmo para crimes onde existe um consenso mais generalizado (com base nos dados da CVG do RASI) relativamente à sua diminuição. Estes tipos de divergências poderão surgir na sequência de experiências profissionais concretas, por eventuais realidades específicas a nível local ou de análises mais detalhadas que sejam efetuadas a cada um destes crimes e das sub-tipologias que encerram. Por outro lado, e tendo em conta a menção à violência doméstica como sendo um

dos crimes violentos que mais aumentaram em termos quantitativos e qualitativos no último ano, tal é revelador que muitos profissionais não contemplarão na criminalidade violenta apenas os crimes previstos na definição de CVG do RASI, o que pode igualmente contribuir para algum desfasamento em termos das perspetivas relativas às variações/tendência observadas em termos dos quantitativos. Este resultado, encontra-se, aliás, em linha com a corroboração apenas parcial da H1, que apontava para a existência de coincidência entre os crimes considerados como mais graves por parte dos profissionais e os crimes incluídos na definição de CVG.

O facto de que os profissionais tenderam a indicar um aumento do número de crimes violentos e da sua gravidade na última década, contrariando os números veiculados através do RASI no domínio da CVG, poderá ter várias leituras como as atrás mencionadas, mas também importará refletir sobre a possível influência dos *media* e redes sociais nas respetivas perceções.

Apesar do estudo ter investigado as perceções de profissionais do Sistema de Justiça Penal e de profissionais que apoiam as vítimas de crime, que à partida estarão melhor informados sobre a realidade criminal (comparativamente ao cidadão comum), estes não estão imunes à referida influência, pelo que importa refletir e referenciar a mesma.

“(...) Outro fator é a excessiva exposição aos media e conteúdos mediáticos que exploram o crime e medo. (...) Senso comum pensa que a criminalidade está a aumentar.” E7CdA

“Os media nesta matéria não fazem pedagogia - tentam explorar alguma situação que cause impacto (ex.: a pessoa que matou e fugiu foi mais focada que os números do semestre [diminuição da CVG]).” E10HF

“Casos que antigamente não vinham para a comunicação, agora vêm (...) imagens vão repetindo... vai afetando a nossa perceção.” E13AR

“Há naturalmente, da parte dos media, pelo dever de informação e porque esse é o seu core-business, uma certa tendência para a sobre exposição do crime do que haveria há uns 20 ou 30 anos atrás. A criminalidade não era tão mediatizada. Hoje vivemos num overflow de informação. Hoje há uma disponibilidade de dados e de informação, e não atendamos apenas aos media mas também às redes sociais que são muito sensíveis a estas questões. Mas são frutos do tempo e é um dado com que temos de viver.” E1AC

Nesta reflexão sobre a influência dos *media* nas perceções, é igualmente incontornável uma menção especial ao seu impacto no sentimento de insegurança:

“Media não aumentam o volume da CV, mas induzem sentimentos de insegurança (...) A repetição de notícias e de crimes violentos aumenta o sentimento de insegurança.” E6RP

“Media - de alguma forma papel potenciador do sentimento de insegurança (...) situações pontuais na comunicação social anulam a realidade (...) se nos pusermos a ver [órgão de comunicação social] pensamos que [vivemos num local sem regras/ ordem social].” E10HF

“A partir do momento em que se fala das coisas - as pessoas começam a sentir que está a acontecer (...) não há o rigor de se explicar que não há condenação ainda (...) se o crime aparecer sempre na 1.ª página influencia necessariamente o leitor (...).” E11PC

“(...) Esporadicamente, há casos hediondos, macabros (...) percepção da população é muito afetada pelos media (...) influencia imenso o sentimento de insegurança das pessoas (...) o agente que contacta com o cidadão na rua apercebe-se desta realidade (...) muitas vezes transmitem [aos cidadãos] que agora está tudo mal, assaltos, roubos (...).” E13AR

“Se formos ‘bombardeados’ ou dermos especial ênfase relativamente a certos crimes e à forma como são cometidos, naturalmente que quem conhece essa realidade apenas através dos media fica com uma percepção da realidade diferente do que se a notícia não saísse (...) às vezes basta apenas uma fotografia. Se lhe disser que ontem prendemos alguém que esquartejou uma vítima... se mostrar a vítima terá outro impacto.” E3PC

“As pessoas costumam ter bastante interesse no conhecimento de situações criminais pelas quais, inclusivamente, nutrem um certo fascínio (...) têm aparecido programas na televisão que são transmitidos em horário nobre ou em determinado lapso temporal, normalmente utilizado por uma audiência mais vulnerável, conduzindo a uma falsa sensação de incremento criminal e a interpretações descontextualizadas.” E15JV

A título de exemplo, refira-se que surgem percepções de que a violência doméstica estará a aumentar, o que não é validado pelos dados disponíveis, no entanto, e tal como referiam Lourenço e Lisboa (1992), os *media* tendem a transmitir uma imagem de crescente violência social sem efetuar a necessária contextualização, o que contribui para aumentar o sentimento de insegurança, sendo por isso necessário alertar o público que os casos apresentados não resultarão de um aumento da violência (pelo menos em termos quantitativos), mas antes uma maior atenção e visibilidade social atribuída a determinados fenómenos de violência.

Esta maior visibilidade social resultará também de uma maior consciência da importância da promoção da igualdade de género e menor tolerância face a fenómenos reveladores de relações de dominação, nomeadamente do homem face à mulher, subalternizando os seus direitos e restringindo o seu papel na sociedade. A sociedade permite hoje uma atitude mais ativa de participação de situações de violência doméstica, afastando-se “paradigmas” anteriores que potenciavam a ocultação das situações de vitimação, a sua manutenção, e desse modo, a sua “validação”.

O facto dos casos de homicídio no contexto doméstico serem hoje em dia mais divulgados, debatidos e muitas vezes “amplificados” não significará um aumento dos desfechos mortais nas situações de VD, sendo que os dados de 2015 até 2017 apontam até para a sua eventual diminuição (mas que está enquadrada num padrão mais vasto em que não se vislumbra uma tendência claramente definida).

Relativamente à **H6** (*Haverá maior consenso relativo às variações/tendências percebidas ao nível do número de crimes violentos registados do que ao nível das variações/tendências na gravidade desses crimes*) a mesma não foi corroborada, uma vez que se constatou uma maior convergência de posições ao nível da avaliação na vertente qualitativa em torno de um aumento e/ou manutenção dessa gravidade do que o verificado para a análise na vertente quantitativa.

Refira-se, tal como exposto anteriormente, que para as duas vertentes prevaleceu a posição de que o número de crimes violentos aumentou para alguns crimes e diminuiu para outros, no entanto, polarizando as opções de resposta (e efetuando a agregação respetiva) verificou-se que entre 41% e 46% dos participantes considerou que o número de crimes violentos aumentara e/ou se havia mantido e 52% a 53% dos participantes considerou que a gravidade dos crimes violentos aumentara e/ou se havia mantido.

Por outro lado, o desconhecimento é mais elevado no âmbito desta avaliação qualitativa face à quantitativa, o que sugere a falta de informação sistematizada relativa à “carga de violência” dos crimes violentos cometidos.

“(...) A informação que nos chega cá não é substancial para perceber a carga de violência (...) tentamos que a informação venha mais dissecada para proporcionar esse tipo de análise e outras.” E10HF

“(...) O modelo 262 não recolhe dados sobre isto [severidade criminal].” E13AR

“Houve quem em certa altura (...) tivesse defendido essa tese, ‘não temos mais crimes, mas temos mais violentos’. Não tenho essa ideia e não tenho dados que permitam dizer que corresponde ou não à verdade. No passado tivemos crimes muitíssimos violentos, continuamos a ter e a deparar com crimes onde o nível de violência é muito elevado. Não podemos dizer que hoje haja tendência para empregar mais violência ou menos (...). Não acho que seja mensurável, pelo menos facilmente mensurável, esse nível de violência empregue.” E3PC

Os participantes que responderam ao questionário tiveram mais facilidade em posicionar-se de forma mais evidente neste domínio, apontando tendencialmente um aumento da referida gravidade dos crimes.

Da mesma forma, surgiram diversos comentários de entrevistados que apontam a existência de um aumento da gravidade dos crimes e/ou do surgimento de algumas “tendências” mais recentes que implicam uma atenção diferenciada.

“(...) Fizemos um estudo e verificámos que há uma tendência de aumento (fizemos o R^2) - estamos a aproximar de outros países (...) há mais jovens armados, mais precoces (...) já com armas de fogo e brancas e também mulheres (...) [fenómenos] recentes (...) últimos 15 anos.” E7CdA

“Situação preocupante em Portugal- últimos 4 RASI - o típico da criminalidade violenta tem vindo a decrescer (...) nos últimos 4 anos o que está pior é a violência na família - preocupante porque as polícias não conseguem fazer prevenção aqui (...) os pais só mesmo em última hipótese denunciam um filho - cifra negra brutal.” E8CA

“(...) Crimes sexuais em geral (...) realidade persistente. Outra realidade que nos preocupa é o homicídio conjugal (...) tem-se mantido. Temos entre os 40 e 50 por ano.” E3PC.

“Havendo uma redução de homicídios, os que ocorreram tiveram um requinte de violência superior (...) convicção. (...) Padrões importados - maior violência que vem de organizações criminosas de leste que penetram no mercado e modus operandi utilizados.” E4JL

“Portugal, país relativamente seguro, tranquilo. Não houve boom da criminalidade contra património, mas há fenómenos como a violência na família, contra mulheres, nas instituições que estão a crescer aparentemente. (...) Podemos dizer que há agravamento da violência por causa da disseminação das armas de fogo. É um fenómeno corrente - crimes contra património, em que o produto do crime é parco (100/200E), mas são cometidos com recurso a armas de fogo (crimes bagatelares).” E6RP

“A criminalidade violenta começa a combater-se nos outros crimes (ex.: querem passaportes falsos, etc. para cometer o crime violento (...), crime instrumental (furto de viaturas, falsificação de documentos) para criminalidade violenta (...) terrorismo veio mudar a forma como pensávamos e analisávamos os crimes.” E8CA

“(...) Criminalidade associada aos jovens delinquentes... há uma prática desenfreada de cometimento de crimes (...) [preocupação com] delinquência juvenil, e a adequação do tratamento julgo que é um problema... por vezes veem-se aqui crimes mais graves que nos crimes de adultos (...).” E11PC

“(...) No caso dos jovens - muitas vezes, as situações não foram bem solucionadas no plano tutelar educativo e, depois, quando fazem os 16 anos começam a sofrer o rigor do sistema penal dos adultos... (por definição, há sempre ponderação da juventude, a perspectiva de não aplicar penas de prisão efetivas e em não aplicar medidas de coação de privação da liberdade...), mas muitas vezes o MP e o tribunal não têm possibilidade de fazer acompanhamento ou intervenção profilática e o jovem regressa para o meio de onde veio e dificilmente consegue orientar-se (...).” E11PC

“Pontualmente alguns crimes com violência que não era típica há uns anos atras (quer pela sua violência, quer pela forma como são planeados, organizados) (...) não me refiro ao crime passionai, mas a crimes rebuscados, planeados (...) muitas vezes relacionados a grupos de leste.” E13AR

Tendo em conta o número de jovens internados em Centros Educativos, os dados sugerem uma diminuição do seu número entre 2012 e 2017 (-44%), apesar de um aumento de 6,5% em 2017 face ao ano anterior; sendo que este indicador não revela, à partida, um aumento da criminalidade praticada por jovens com idades entre os 12 e 16 anos (e que tenha tido como consequência o referido internamento, o qual se constitui como a medida mais gravosa prevista na Lei Tutelar Educativa).

Apesar de se tratar de um mero indicador, estes dados contrariam um pouco a perceção de alguns profissionais sobre um potencial aumento da criminalidade praticada por jovens, sendo, porém, importante diferenciar que podem existir menos jovens a praticar crimes, mas os que

os praticam fazerem-no com níveis de violência superiores ao sucedido no passado. Para aferir esta questão importaria também aqui, ao nível da criminalidade praticada por jovens, dispor-se de medidas de aferição da severidade inter e intra-criminal. Refira-se, como exemplo, que no Canadá utiliza-se um sub-índice de severidade criminal para efeitos de análise das ocorrências criminais praticadas por menores.

Neste âmbito, será relevante refletir também sobre a influência que os próprios *media* podem ter ao nível da perceção dos profissionais, o que na ausência de informação concreta “oficial” pode potenciar este tipo de visões mais generalistas e menos otimistas da realidade da criminalidade violenta.

“(...) Não é toda a comunicação social, mas é uma grande parte. Há situações de grande violência, mas os media aparecem para empolar, para tornar caso espetacular para levar à venda (...).” E12JFO

“Criminalidade violenta foi descoberta - preenche o espaço noticioso a par de outras notícias (...) há vários media.” E4JL

Todavia, importa referir que nem todos os *media* tratarão o crime e a violência da mesma forma, sendo que uma parte adotará posturas mais responsáveis que outros, estando mais cientes do seu (potencial) papel pedagógico e de parceria na promoção da segurança da população.

“No entanto, os media, além da divulgação da informação criminal, poderão ter um papel muito importante na fomentação e desenvolvimento do sentimento de cidadania e de segurança. Podem colaborar na educação cívica dos cidadãos (responsabilidades e deveres) e também promover a compreensão e participação das comunidades nos processos de proteção da sociedade e de prevenção, à criminalidade no geral e da violenta em particular.” E15JV

“[Homicídio conjugal] Não sei se a mediatização, não pode ser excessiva (...) não sei se não influencia pessoas perturbadas. A comunicação social tem uma responsabilidade na prevenção e repressão.” E2AL

“Estou convencido que alguns focos de imprensa hiperbolizam as situações e diminuem a possibilidade do sentido crítico. São parceiros fundamentais. Já há jornalistas com capacidade crítica e conceito de cidadania (...).” E2AL

“(...) É incontornável que os media deem notícias sobre os crimes (...); polícias e tribunais têm de saber lidar com media, para transmitir mensagens de segurança.” E6RP

“Às vezes dá-nos jeito, outras vezes achamos que fazem um péssimo papel e quase motivador da desgraça. Acho que têm um papel desequilibrado e a culpa também é das FSS e da parte judiciária que não sabem muitas vezes passar a informação de forma correta. (...) Somos formados para ter recato naquilo que fazemos e às vezes estas vertentes não ‘casam’ bem. Mas há que pensar em novas formas de trabalhar com os media para passar bem as informações. É difícil estabelecer estes limites (...) a determinados níveis têm tido um papel positivo, têm contribuído para sensibilizar a opinião pública (ex.: tráfico de seres humanos). Podem ter um papel pedagógico muito importante. (...) Temos de ter em conta que a parte criminal também se serve da comunicação social, há que ter uma visão global que reconheço que não é fácil para os media. Há alguns media

que têm um trabalho muito digno, há que reconhecer, mas do lado contrário diria o mesmo para outros.” E17LMG

“A comunicação social tem sempre duas faces. A face de mostrar que estamos a atuar, que está a haver repressão, e isso é um sinal que precisamos de transmitir pela comunicação social. A face gratuita do sensacionalismo, se houver muita notícia de sangue e crime violento sem se saber as consequências também não é bom, cria fenómenos por imitação (...) e cria fenómenos de insegurança psicológica nas populações.” E21MJM

No caso da **H7** (*Existem diferenças nas variações/tendências ao nível do número de crimes violentos registados pelos OPC (ex.: últimos 10 anos), consoante a definição de criminalidade violenta utilizada - CPP vs. RASI - e o tipo de crime violento considerado*) esta foi corroborada. Pela definição de CVG utilizada em sede de RASI, é evidente um decréscimo do volume neste tipo de criminalidade, nomeadamente no período de 2008 a 2017, sendo a taxa de variação anual média -3,4%, sucedendo o inverso quando se tem em conta a definição prevista pelo CPP, onde a respetiva taxa foi positiva: 1%. Por outro lado, observam-se diferenças quando são analisadas as variações/tendências por tipo de crime violento considerado. Para crimes como o homicídio voluntário consumado, o roubo, o rapto/sequestro/tomada de reféns e a ofensa à integridade física grave as tendências observadas apontam para uma diminuição ao nível dos seus quantitativos; para outros, verifica-se o inverso: extorsão, violação, resistência e coação sobre funcionário, maus tratos, coação sexual e abuso sexual de crianças. No caso da violência doméstica, a tendência não tem sido tão evidente: após um aumento entre 2008 até 2010, seguiram-se dois anos em que diminuiu, após o que se tem observado uma estabilização em termos globais.

Quanto à **H8** (*Através da criação e utilização de um índice de severidade, as variações/tendências observadas apontam no sentido de uma manutenção/aumento da severidade criminal no domínio da criminalidade violenta registada*) esta foi parcialmente corroborada. Com base no índice criado, verificou-se, em termos gerais, uma taxa de variação média anual de -0,5% (valor próximo de zero, podendo indiciar uma manutenção) quando se contabilizam todos os crimes potencialmente abrangidos (sem os crimes extra decorrentes de uma análise extensiva das definições do CPP ou do RASI). Desagregando este índice por tipologia criminal, verificou-se que no âmbito dos crimes violentos contra as pessoas a taxa de variação anual média situou-se nos 0,9% (tal como quando se utilizavam os valores absolutos do subconjunto de crimes previstos na definição de CV/CEV do CPP). No âmbito dos crimes contra o património (roubo, violência depois da subtração e extorsão), a taxa de variação média anual foi de -5,8%; e para as restantes tipologias criminais a tendência observada foi positiva: no domínio dos crimes contra a vida em sociedade verificaram-se aumentos anuais médios na ordem dos 45%;

nos crimes contra o Estado também se observaram incrementos, embora mais ligeiros (1%); e na legislação avulsa (Lei do terrorismo, Lei da droga³⁵⁰, Lei de estrangeiros e Lei das armas) a taxa de variação média anual para o índice de severidade criminal situou-se em 4,8%.

11.3 A MEDIÇÃO DA SEVERIDADE CRIMINAL (INTRA-CRIMINAL)

O pressuposto que esteve subjacente ao longo deste estudo relativamente à avaliação da severidade intra-criminal refere-se à possibilidade de medir a efetiva “carga de violência” com que os crimes são praticados, sendo que essa carga de violência pode estar relacionada com diversas dimensões, como sejam as consequências do crime para a(s) vítima(s), o *modus operandi*, características da vítima e característica do(s) ofensor(es). Tal como indicado por Welner (2006), é possível distinguir o “pior dos piores” crimes.

Este tipo de análise não teve qualquer intenção de explorar e pesquisar casos concretos ou situações específicas de extrema violência, mas sim tentar encontrar indicadores que permitam vir a avaliar essa severidade (intra-criminal).

Apenas com base neste tipo de indicadores se poderá apurar se os crimes cometidos hoje em dia são mais graves (com mais violência) do que no passado, independentemente de em termos quantitativos poderem estar (ou não) a diminuir.

Assim, para além dos quantitativos relativos aos crimes violentos registados, importa que exista forma de graduar a severidade desses crimes registados, e deste modo realizar uma análise mais compreensiva da realidade relativa à criminalidade violenta.

Em diversos países em que o sistema é de “*Common Law*” existem as linhas orientadoras das sentenças, que se baseiam num racional que se encontra relacionado com a gravidade do crime praticado. Por outro lado, no sistema português (de “*Civil Law*”), o Código Penal, por exemplo, tipifica as circunstâncias que qualificam diversos dos crimes violentos (de forma o mais objetiva possível) e define a moldura penal aplicável. Apesar de serem sistemas diferentes, em ambos existem formas mais ou menos diretas de graduar a severidade dos crimes.

³⁵⁰ Refira-se que, em termos estatísticos, o crime de associações criminosas no âmbito da Lei da droga está contabilizado conjuntamente com o crime de associação criminosa previsto no CP - crimes contra a vida em sociedade (tendo em conta o mapa de notação de crimes e respetivo manual de instruções).

Diversos entrevistados apontaram igualmente a pertinência de se efetuar este tipo avaliação, sugerindo alguns aspetos a ter em conta:

“Os dados aparecem nus e crus - estatística com um número de criminalidade violenta - não sabemos a severidade (...) o nível de violência tem vindo a aumentar ou não? Embora possa não ser possível ou possa não ser positivo (...) talvez ficar para relatórios internos. Quando houve o carjacking - o nível de violência aumentou. O crime violento pode ter diminuído, mas aqueles atos eram mais violentos e o governo investiu - comprou viaturas, arranjou mais meios para a PSP e GNR. Foram criadas equipas mistas com a PGR (...).” E12JFO

“Prever até que ponto seria relevante distinguir os atos únicos (ex.: um só homicídio) dos atos em que há homicídio em massa ou em série, na aplicação de penas unitárias por cada homicídio, dando assim a entender que haveria uma diferenciação de gradação entre o que comete só um homicídio daquele que comete mais do que um e que, de acordo com a lei vigente, acaba ‘tratado’ da mesma maneira.” E5RA

“[Carga de violência] há grandes amplitudes. Já intervim no julgamento de um triplo homicídio (pessoas que morreram num elevador - deitaram álcool a arder para as vítimas encurraladas no elevador) – o arguido teve pena máxima. Também tive casos em que eram mais de 20 roubos. (...) Cada caso é um caso. (...) Se alguém resiste ou o agressor está disponível para arrastar a vítima que não liberta o bem que se pretende roubar: a violência aumenta (...) o grau de tolerância da vítima - varia muito de vítima para vítima – há vítimas que hiperbolizam o ato que sofreram (e assumem atitudes desconformes com a real medida das coisas) (...) há vítimas mais vulneráveis psicologicamente.” E11PC

“Em relação às vítimas, há maior carga de violência (crimes investigados pelo SEF). Revela-se por um maior grau de ameaças sobre as vítimas (físicas ou psicológicas), é possível exercer ameaças sobre as vítimas ou sobre os familiares na origem, uso da força física (também se vê mazelas), aditarem as vítimas (adições para estarem mais submissas), maior restrição de movimentos (ainda mais isoladas), retenção de salários (pessoa fica completamente dependente), retenção de documentos (...) a violência vai muito para além da violência física (...), formas de escravidão por dívidas para a vida toda – são formas de violência gravíssimas, são algumas das formas de violência que fazem parte destes crimes.” E17LMG

“Roubo - crime de eleição para analisar esta temática (...) forma de execução pode ir da intensidade mínima até à máxima e isso é tido em conta na medida da pena (...) na mesma moldura temos um jovem que exhibe tão só uma faca de pequenas dimensões e não diz rigorosamente nada, nem faz mais nada (...) também podemos ter um criminoso reincidente que usa a faca e agride efetivamente a pessoa.” E11PC

Um dos entrevistados fez referência explícita à questão da reincidência do ofensor, no entanto tal será mais relevante para uma avaliação do risco e não tanto revelador da severidade da violência exercida.

“Temos os dados da reincidência (...), quando é uma pessoa reincidente para nós acaba por ser um indicador porque temos conhecimento de comportamentos anteriores, não quer dizer que por ser reincidente seja violento ou perigoso, normalmente é ao contrário, quem reincide é alguém que está envolvido num meio que o leva a cometer esse crime, digamos assim, outros porque estão desejosos para sair, mas quando saem voltam outras vez a cometer o crime. Risco para a segurança [no estabelecimento prisional] é diferente do risco de reincidência, são coisas distintas. Para nós, risco tem de ser o mais objetivo possível. Já tentou agredir guarda ou já agrediu, tentou fugir ou já fugiu, tem possibilidade de instigar ou já instigou outros reclusos, reage de forma muito leviana/extemporânea a situações de adversidade - são mais ou menos estes aspetos que podem levar a que seja considerado um recluso de risco.” E16MG

Refira-se que muitos outros contributos provenientes das entrevistas realizadas foram incorporados no elenco de indicadores potencialmente relevantes para medir a severidade intra-criminal ao nível da criminalidade violenta, o qual foi utilizado no questionário aplicado para captar a perceção dos profissionais neste domínio, tendo-se colocado aqui apenas alguns exemplos (em termos de excertos de entrevistas).

Este estudo explorou essencialmente duas metodologias para medir a severidade intra-criminal. Por um lado, o recurso à perceção dos profissionais que trabalham no âmbito do Sistema de Justiça Criminal ou que prestam apoio a vítimas de crime e, por outro lado, o recurso a dados provenientes dos registos criminais, essencialmente ao nível da duração das penas de prisão decretadas.

Com base nos dados disponibilizados pela DGAJ (SICRIM), analisou-se, para os crimes de homicídio qual o tipo verificado (simples, qualificado, consumado ou na forma tentada) e qual a variação ao nível da duração das penas de prisão aplicadas, como um indicador *”proxy”* da “carga de violência”.

Procurou-se assim dar uma resposta o mais aproximada possível, face aos dados disponíveis, à questão sobre se a “carga de violência” com que estes crimes têm sido praticados tem aumentado/diminuído ou se mantido. O objetivo não foi aferir de eventuais variações/tendências ao nível dos quantitativos, mas sim da severidade intra-criminal.

Tendo em conta as limitações inerentes a esta metodologia, a avaliação da severidade intra-criminal não deverá apenas basear-se nas condenações presentes no SICRIM, importando adotar um conjunto de indicadores que permitam aferir de forma mais apurada esta realidade.

Este tipo de indicadores poderia ser desde logo aplicado aquando da fase de registo do crime (OPC), e posteriormente analisados nas sucessivas fases no âmbito do processo-crime. Para o efeito, serão provavelmente necessárias adaptações dos respetivos sistemas informáticos usados em cada fase, no entanto, este tipo de dados traria certamente mais-valias à análise dos fenómenos criminais, suportando futuras avaliações da severidade intra-criminal, a par da habitual análise em termos das variações ao nível dos quantitativos de crimes registados.

“Quando falamos da severidade de um crime, há que ter a noção de que falamos de conceitos abstratos. Obviamente que a severidade de um crime estará sempre associada à agressividade, à violência, aos meios utilizados, ao modus operandi, ao número de indivíduos/vítimas, ao objeto do crime, etc. e à perceção de cada um. Presentemente são recolhidos dados sobre o tipo de armas/meios utilizados para a execução do crime e idade/género da vítima, contudo insuficientes para classificar um crime quanto à sua severidade. Nesse âmbito, como referido, entende-se que poderiam, e deveriam, ser inseridos outros elementos, como por exemplo, número

de disparos realizados com arma de fogo, estado físico das vítimas, presença de menores, entre outros. Para efeitos de uma melhor compreensão do fenómeno da criminalidade violenta, a inserção de novos critérios e indicadores seriam uma mais-valia.” E5RA

“Os autos das polícias sintetizam isto, mas para transpor isso para análise - temos relatórios de informações e verificamos se há maior ou menor severidade (quantos autores, tipo de armas utilizadas, circunstâncias, armas brancas, navalhas, seringas...) (...) temos esses relatórios internos (...) departamento de informações policiais fazem esse estudo (...) o RASI devia, nesse domínio, ser mais preciso - devia fazer uma abordagem mais ao pormenor. Isso era importante.” E12JFO

“Há dados que são recolhidos, mas não passam para mapas da estatística (...) número de disparos que são efetuados, vulnerabilidade da vítima (idoso, acamado...) (...) forma como decorreu o crime (modus operandi) - posso amarrar, agredir, sem qualquer necessidade (...) este tipo de dados não são recolhidos, a não ser no descritivo do auto de notícia (que depende muito do critério de quem está a descrever) (...) pode ter muito pormenor ou nada (...) não há orientação para este descritivo - há uma grande variação (...) redação livre-dependendo do critério do agente (...) só nos preocupamos com os dados para o modelo 262. E13AR

[Indicadores da severidade] a estatística não nos dá isso (...) era criar aplicações informáticas que nos dessem essa informação, nem seria tão caro como isso, mas tinha-se que investir no parque informático, engenheiros informáticos que fizessem as aplicações, reformular todo o sistema, não há dinheiro para isso (...). E21MJM

Neste domínio da medição da severidade intra-criminal importa ter em conta que um eventual elenco de indicadores deverá ter viabilidade de utilização na prática diária dos profissionais, nomeadamente dos OPC.

Por outro lado, enquanto poderão existir alguns indicadores que são transversais para toda a criminalidade violenta, para alguns crimes em particular poderá vir a justificar-se a utilização, em complemento, de um outro conjunto de indicadores específicos.

A criação e utilização de um índice ou outra medida de severidade criminal (intra-crimes) constitui uma metodologia de análise complementar que poderá trazer mais-valias à medição da criminalidade violenta, pelo que no capítulo 12 é apresentada uma proposta neste domínio.

Salienta-se que seria relevante explorar a utilização de algum tipo de medida da severidade intra-criminal numa análise comparada entre regiões/distritos ou municípios, tendo-se naturalmente em conta a respetiva população residente. A este tipo de análises, seria igualmente importante ligar estatísticas relativas ao contexto social e económico, tal como preconizado pela ONU (2003).

No futuro, este tipo de dados, para além de viabilizar uma análise mais aprofundada da criminalidade violenta registada, poderá constituir-se como um contributo para a introdução de uma metodologia de graduação da gravidade dos crimes a utilizar pela CPVC, dispondo assim de um instrumento objetivo para mais facilmente definir as indemnizações a atribuir às

vítimas da criminalidade violenta e, eventualmente, apoiar também a Magistratura judicial na definição de critérios mais objetivos que possam auxiliar na determinação da medida da pena.

11.3.1 PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS

No âmbito do estudo realizado, procurou-se igualmente compreender junto dos profissionais que exercem funções no Sistema de Justiça Criminal ou que prestam apoio a vítimas de crime quais seriam, na sua perspetiva, os indicadores mais relevantes a considerar para se avaliar a severidade criminal intra-crimes, ou seja, para se poder comparar a gravidade (“carga de violência”) entre ocorrências de um mesmo tipo de crime violento.

Neste âmbito, identificou-se um conjunto de treze indicadores, entre os considerados mais relevantes, constando aí itens na esfera das consequências para a vítima (número de vítimas mortais, ficar com doença dolorosa/permanente/perturbação psíquica, ficar privada de órgão importante, vítima vir a falecer/suicidar-se, vítima ficar afetada de forma grave e/ou permanente nas suas capacidades e em resultado do crime vítima ficou com doença particularmente dolorosa/permanente/perturbação psíquica grave); na esfera da especial vulnerabilidade da vítima (em função da idade ou outros fatores, vítima ser/estar indefesa); e no âmbito do *modus operandi* (tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima, utilização de arma de fogo e emprego de tortura).

Ao nível dos indicadores considerados menos relevantes, surgiram questões como a utilização da internet/redes sociais para cometer o crime, elevados custos económicos para a sociedade, nível de impacto no sentimento de insegurança da população, relação de dependência ou subordinação, ocorrer na residência da vítima, ser praticado contra conhecido (amigo/colega...), ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente) e utilização de meios desproporcionados para o fins.

Assim, primeiramente parecem ser valorizados indicadores relativos às consequências (entendidas como mais gravosas) para a(s) vítima(s), atribuindo também importância à questão da sua especial vulnerabilidade e ainda à forma de cometimento do crime (ex.: com recurso a tratamento cruel/degradante). No polo oposto em termos de relevância posicionaram-se indicadores mais relacionados com consequências para a sociedade, com uma menor

“proximidade” entre vítima e ofensor, e ainda com alguns contextos de ocorrência do crime e a desproporção entre meios e fins.

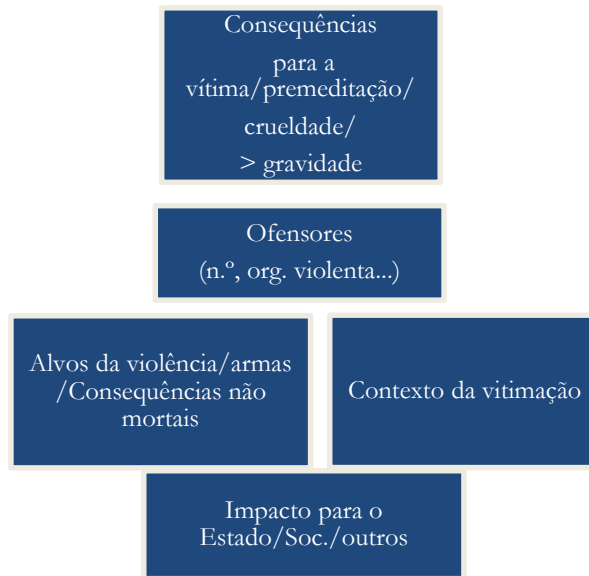
Este resultado, se relacionado com o tipo de definição de criminalidade violenta a utilizar, parece corroborar que a ponderação de questões como o impacto dos crimes no sentimento de insegurança na população poderá ser relativizada em função das consequências dos crimes para as vítimas.

Alguns participantes sugeriram outros indicadores como sendo relevantes, uns mais relacionados com atos de terrorismo (“Atentado/ ataque contra numerosa população cometido por meios nucleares”; “homem bomba”; “ser praticado por indivíduo suicida, usando para o efeito algum tipo de artefacto explosivo”; “Transmissão de agente patogénico que cause perigo para a vida”); outros relacionados com o ofensor (“Ausência de arrependimento”); e ainda outros relativos a consequências do crime (ex.: “Em resultado do crime a vítima desapareceu”).

Considerando a diminuta representatividade do terrorismo na criminalidade registada, julga-se que poderá não ser oportuno aditar indicadores que sejam específicos deste tipo de crime, podendo, contudo, ser utilizados para eventuais análises específicas sobre a gravidade dos atos terroristas.

Relativamente aos outros indicadores, o mencionado relativo ao ofensor será pouco informativo sobre a carga de violência (no sentido pretendido) utilizada no cometimento do crime, será antes um indicador a valorar no domínio da avaliação da culpa/dolo. Outros indicadores, embora específicos para determinados crimes violentos, poderão ser de alguma forma integrados nos indicadores já previstos (ex. desaparecimento da vítima em resultado do crime).

Explorando a avaliação da relevância dos indicadores, foram encontradas 5 dimensões (Esquema 7), verificando-se que a dimensão considerada mais relevante relaciona-se com as consequências para as vítimas (incluindo mortais)/situações de vulnerabilidade/premeditação do crime e crueldade; seguindo-se a dimensão relacionada com os ofensores (ex.: número e intervenção de organização violenta); posteriormente surgiu a dimensão relativa aos alvos/armas e consequências não mortais (dimensão 3) e a dimensão referente às circunstâncias da vitimação (coabitação/relação de dependência/intensidade da violência, ser presenciado por menores); e, finalmente, os indicadores que correspondem ao impacto mais alargado (sociedade/ordem pública/ prejuízos) e local do crime.



Esquema 7: Dimensões subjacentes à medição da gravidade dos crimes

Salienta-se que a dimensão mais valorada remete para: as consequências para a(s) vítima(s) (ex.: ficar afetada gravemente e/ou de forma permanente nas suas capacidades); para o potencial sofrimento provocado no cometimento do crime (ex.: tratamento cruel/degradante e o nível de premeditação, persistência no cometimento do crime), para a existência de menor possibilidade de defesa (vítima indefesa, em função do modo como o crime foi cometido ou meios empregues, vítimas especialmente vulneráveis por não terem alternativa senão submeter-se ao abuso, vulneráveis em função da idade/deficiência/gravidez..., situação de revitimização); e ainda para as motivações para o cometimento do crime (discriminação, motivo torpe ou fútil, como seja o prazer de causar sofrimento).

Serão assim este tipo de indicadores que, de forma genérica, representarão, na perspetiva dos participantes, a procurada “carga de violência”.

As dimensões encontradas não correspondem exatamente ao agrupamento de indicadores previstos aquando da construção do instrumento de avaliação utilizado: relativos à vítima, ao ofensor, ao *modus operandi* e no domínio das consequências do crime. Verifica-se que indicadores que se consideravam mais relativos ao *modus operandi* não surgem como uma dimensão isolada das demais, mas sim integrados nas outras dimensões. No caso das consequências, estas surgiram subdivididas entre as mais diretamente relacionadas com a vítima e consideradas mais gravosas, outras consequências menos gravosas para as vítimas e consequências ao nível da sociedade/Estado/terceiros.

Continuou a surgir, no entanto, uma dimensão específica relativa aos ofensores; e a dimensão relativa às vítimas (que no agrupamento inicial incluía as questões relativas a uma maior vulnerabilidade e ao tipo de relação vítima-ofensor) surge espelhada na primeira dimensão citada, mas também em outras como sejam as dimensões 3 (alvos da violência/armas e consequências sem incluir as letais) e 4 (contexto da vitimação).

Estes resultados evidenciam a complexidade da avaliação da relevância deste conjunto de indicadores, sendo que o agrupamento inicial correspondia apenas a uma organização consoante estes se reportavam à vítima e sua caracterização, ao *modus operandi*, às consequências ou ao ofensor, mas sem qualquer distinção quanto à potencial relevância de cada indicador em cada uma dessas categorias.

Assim, numa mesma categoria coexistiam indicadores mais relevantes e outros menos relevantes, e os resultados decorrentes deste estudo parecem demonstrar uma conjugação entre as categorias iniciais (previstas aquando da construção do questionário) e uma efetiva avaliação da relevância dos referidos indicadores.

Apesar do elevado número de indicadores sobre os quais era solicitada a avaliação da respetiva relevância, foi possível apurar este tipo de resultados, os quais permitem corroborar a ideia de que, primeiramente, os indicadores mais relevantes estão relacionados com as consequências diretas para as vítimas (as entendidas como mais gravosas), progredindo-se até ao impacto do crime na sociedade e nos outros. Contudo, e por exemplo, entre este grupo de indicadores mais relevantes (relativos às consequências e vulnerabilidade das vítimas) constam outros de outra “natureza”, mas que são igualmente reveladores de crimes com uma elevada “carga de violência” (ex.: tratamento cruel/degradante; emprego de tortura e o nível de premeditação, persistência; motivações ligadas a discriminação, motivo torpe ou fútil, como seja prazer de causar sofrimento).

Salienta-se, todavia, que esta análise teve um carácter exploratório, podendo considerar-se em futuras investigações a utilização de um número menor de indicadores, de modo a facilitar a tarefa dos participantes, devendo igualmente replicar-se o estudo sobre as dimensões, a fim de proceder-se ao seu aperfeiçoamento. Refira-se que da análise relativa a esta questão (relevância dos indicadores) foi excluído um número considerável de respostas sobre as quais existiam dúvidas ou indícios de uma inadequada utilização/compreensão da escala fornecida, podendo indicar também uma efetiva dificuldade em proceder a este tipo de avaliação (menos usual).

A avaliação da relevância dos indicadores para medir a “carga de violência” dos participantes no estudo parece ser influenciada por alguns fatores sociodemográficos ou profissionais.

Tal como verificado aquando da dimensão relativa aos crimes na esfera da integridade física (ver ponto 11.1), também aqui no fator referente ao contexto da vitimação (existência de coabitação entre vítima e ofensor, total/quase total restrição de movimentos/controlo da vítima, existência de relação de dependência/subordinação da vítima face ao ofensor, intensidade da violência empregue e ocorrência ser presenciada por menores), surgem diferenças entre homens e mulheres, sendo que estas atribuem maior relevância a este tipo de indicadores (e aos crimes contra a integridade física). Poderá existir neste contexto um alinhamento de posições congruente com a atribuição de uma maior gravidade por parte das mulheres (comparativamente aos homens) a crimes na esfera da violência doméstica/maus-tratos e a alguns indicadores de gravidade que muitas vezes tipificam estes crimes.

Por outro lado, à medida que aumenta a idade ou o tempo de profissão tende a aumentar a relevância atribuída a indicadores relativos à caracterização dos ofensores (número, tempo de submissão da vítima aos atos, organização violenta), o que poderá decorrer de práticas formativas mais antigas e onde a atenção sobre a gravidade dos crimes recaia sobretudo na análise do ofensor (e menos para a vítima/contexto). A importância dada, por exemplo, às vítimas especialmente vulneráveis será uma tendência mais recente, embora venha sendo incorporada nas práticas de todos os profissionais que se encontrem em funções.

A este propósito é interessante notar que também os profissionais das FS que exercem funções ao nível da investigação criminal tendem a atribuir uma relevância mais elevada à dimensão do ofensor do que aqueles que trabalham no contexto dos NIAVE/EP AV.

À semelhança do sucedido para a avaliação da severidade inter-crimes, registaram-se aqui no âmbito da avaliação de relevância de indicadores para uma avaliação da severidade intra-crimes algumas diferenças entre os profissionais, segundo o seu enquadramento institucional e área de formação (académica).

De forma geral, constatou-se sobretudo a atribuição de um menor nível de relevância por parte dos participantes provenientes da Magistratura judicial e dos participantes formados em Direito às dimensões relativas ao impacto para o Estado/sociedade e à dimensão relativa aos alvos da violência/desproporção, armas e outras consequências, quando comparados com outros participantes, nomeadamente das FS e da APAV. Este resultado parece surgir também no alinhamento do anteriormente mencionado acerca da atribuição de uma menor gravidade

por parte dos juízes participantes, comparativamente aos participantes das FS e da APAV, no que concerne aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e os outros crimes contra vida (não incluindo os homicídios intencionais).

Ao nível da dimensão respeitante ao contexto da vitimação, verificou-se sobretudo a atribuição de uma maior relevância por parte dos participantes da APAV, e dos formados em Psicologia, comparativamente aos participantes dos OPC considerados (com exceção do SEF), da Magistratura judicial e dos diplomados em direito e Ciências Policiais. Esta diferença decorre do facto dos participantes da APAV terem identificado um número muito superior de indicadores com níveis mais elevados de relevância e atribuírem uma atenção especial a este tipo de informações relativas ao contexto em que o crime é praticado.

Reitera-se que o facto da maioria dos casos atendidos/apoiados pela APAV é de violência doméstica, o que influenciará provavelmente o surgimento desta preponderância nesta dimensão. Também a natureza das funções da APAV ditarão uma maior atenção a este tipo de indicadores.

Estas reflexões poderão igualmente contribuir para compreender que, no âmbito da dimensão relativa às consequências para a vítima/sofrimento provocado, a posição dos participantes da APAV se destaque da posição dos magistrados judiciais.

Ressalva-se que, provavelmente, as posições dos juízes, quer ao nível dos indicadores de severidade criminal (intra-crimes), como ao nível da avaliação da severidade criminal (inter-crimes), serão o reflexo de práticas formativas e profissionais onde o “lugar” das vítimas no Direito Penal tem vindo a aumentar ao longo dos anos, mas onde este tende a ser diminuto face à importância que é atribuída ao arguido.

Salienta-se, no entanto, que em termos futuros seria importante replicar este tipo de estudo junto de amostras, nomeadamente das magistraturas, de maior dimensão do que aquelas que foram obtidas na presente investigação, o que seria relevante para se poderem sustentar (ou não) este tipo de “conclusões”.

Destaca-se que na análise dimensional, ao nível da relevância dos indicadores para medir a severidade intra-criminal, a dimensão 1 (consequências para as vítimas/sofrimento causado...) foi aquele em que menos diferenças/relações foram encontradas, evidenciando um maior consenso avaliativo em torno dos indicadores aqui abrangidos e que tendem a coincidir com aqueles em que foram atribuídos níveis mais elevados de relevância.

Assim, numa eventual proposta de medição da severidade intra-criminal, julga-se oportuno que se possa ter em conta os resultados obtidos, quer em termos descritivos (ex.: quais os indicadores com níveis mais elevados de relevância), quer os resultados desta análise dimensional.

11.3.2 TIPO DE HOMICÍDIO VERIFICADO E DURAÇÃO DAS PENAS DE PRISÃO DECRETADAS

Conforme exposto no ponto 9.6, procurou-se explorar os dados constantes do registo criminal, de modo a obter, nomeadamente, a duração das penas de prisão decretadas, informação não disponível em nenhuma das outras fontes de dados às quais se teve acesso na presente investigação.

Tendo em conta os dados provenientes do SICRIM (registo criminal), efetuou-se uma análise exploratória relativa aos crimes de homicídio, sendo que neste sistema surgem discriminados os tipos de homicídio (simples ou qualificado, nas formas consumadas ou tentadas).

“Termos muitas mulheres mortas ou poucas - por vezes é uma questão de sorte. (...) A forma como o crime é perpetrado devia ser muito bem pesada. A forma como o crime é executado mostra qual a intenção. O resultado depende da minha aselbice ou não. (...) Diferença de penas do homicídio consumado e o tentado (...) e por vezes a vontade do agente em tirar a vida a alguém é muito maior no tentado que no consumado (...) o agressor domina a vontade e não o resultado.” E8CA

Do total de 2258 registos considerados para os anos de 2010 a 2017, metade referia-se a homicídio qualificado (25%) ou homicídio qualificado na forma tentada (25%); o homicídio simples na forma tentada refletia 31% e o consumado 17%; e para 2% dos registos surgia mais do que um tipo de homicídio.

Deste modo, os dados evidenciam uma maior preponderância do homicídio qualificado consumado face ao simples consumado, sendo que em termos das formas tentadas sucede o inverso (mais registos mencionam o homicídio simples, em contraponto ao homicídio qualificado).

Para o ano de 2017, 53% dos registos referentes a algum tipo de homicídio correspondiam a homicídio qualificado na forma consumada ou tentada, observando-se que entre 2010 e 2017 existem sinais de aumento da proporção dos homicídios qualificados (na forma consumada e tentada) em detrimento dos homicídios simples (especialmente na forma consumada).

Também se constatou um aumento da proporção de registos onde surgem condenações por outros crimes e da aplicação de pena de prisão efetiva (em termos globais, não se verificando tal situação concretamente no homicídio qualificado consumado).

Reportando concretamente à duração das penas de prisão efetivas decretadas, também se constatou um aumento da mesma ao longo dos anos em análise.

Se se interpretarem estes indicadores, em especial o aumento do peso do homicídio qualificado (na forma consumada e na tentada) nos homicídios em geral, o aumento do número de outros crimes presentes na condenação por homicídio e o aumento da duração das penas para todos os tipos de homicídio aqui considerados, como potenciais sinais de aumento da severidade no âmbito deste crime, poderá vir a concluir-se que a diminuição no número de homicídios voluntários consumados registados, tal como explanado anteriormente, poderá estar a ser acompanhada por um aumento da “carga de violência” utilizada.

Conforme salientado, esta análise carece de ser contextualizada pois tem apenas em conta os indicadores acima citados e que se baseiam nas decisões de condenação proferidas e inscritas no SICRIM.

Tal como refletido em outros pontos, a duração das penas aplicadas, para além de poderem refletir a “carga de violência” utilizada (severidade intra-criminal), decorrem da ponderação efetuada pelos julgadores acerca de fatores relativos aos arguidos que podem agravar ou atenuar as penas (ex.: existência de antecedentes criminais) e que não estejam relacionados com a referida “carga de violência” dos crimes praticados em concreto.

“O juiz tem sempre em primeira linha os fins da pena (a prevenção geral e a prevenção especial, temperadas pela culpa do agente).” E11PC

Também alterações nas práticas da Magistratura judicial, nomeadamente no sentido de recurso a penas de prisão mais ou menos longas, podem influenciar esta análise e devem ser tidas em conta.

Apesar das diversas limitações inerentes a esta análise, os dados ao nível dos registos criminais no que concerne ao homicídio, e sendo os únicos disponíveis para o efeito, parecem apontar no sentido de poder efetivamente existir um agravamento das situações de homicídio, apesar de serem em menor número em termos gerais, a severidade intra-criminal poderá não estar a diminuir, mas antes a aumentar.

Seria muito importante que este tipo de análise fosse realizada de forma regular e mais aprofundada para o caso do homicídio, mas também para outros crimes violentos (ex.: abuso sexual de crianças, violação, roubo, violência doméstica, entre outros), incluindo igualmente uma análise por comarca.

11.3.3 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Considerando as hipóteses colocadas no domínio dos indicadores a ter em conta para medir a severidade criminal (intra-crimes), regista-se que a **H9** (*Os indicadores mais relevantes para a medição da gravidade dos crimes violentos, segundo a perspetiva dos participantes no estudo, estão relacionados com o modus operandi e as consequências do crime*) foi corroborada parcialmente. Tal como exposto acima, as dimensões encontradas para explicar o padrão de resultados quanto à avaliação da relevância dos indicadores de severidade intra-criminal não correspondeu às categorias inicialmente previstas (onde constava, nomeadamente, o *modus operandi* e as consequências para a vítima), no entanto ressalva-se que a dimensão mais relevante entre as encontradas reporta-se às consequências do crime para a vítima/sofrimento provocado/indefensabilidade da vítima, corroborando-se parcialmente a hipótese colocada. Ao nível do *modus operandi* não é possível corroborar que seja esta a outra perspetiva de avaliação da severidade intra-criminal mais relevante, pois em várias das dimensões identificadas é possível localizar indicadores referentes a este domínio, e a segunda dimensão mais relevante é a referente aos ofensores (onde a maioria dos indicadores reporta-se à sua caracterização e não apenas ao *modus operandi*).

No caso da **H10** (*É possível detetar dimensões subjacentes à avaliação da relevância dos indicadores para medir a gravidade dos crimes violentos*) a mesma é corroborada. De acordo com o anteriormente referido foram identificadas cinco dimensões neste âmbito.

Relativamente à **H11** (*Existem diferenças na avaliação da relevância dos indicadores para medição da gravidade dos crimes violentos, segundo o enquadramento profissional dos participantes e características sociodemográficas ou profissionais*), esta também foi corroborada, verificando-se para todas as dimensões alguma diferença/relação segundo as características sociodemográficas ou profissionais nas várias dimensões consideradas, conforme apontado anteriormente.

11.4 A CRIMINALIDADE VIOLENTA E A RESPECTIVA PROGRESSÃO AO LONGO DAS VÁRIAS FASES DO PROCESSO CRIMINAL

Tendo em conta que a criminalidade registada pelos OPC é apenas uma parte da realidade, quando se analisam as taxas de acusação e posteriormente de condenação e de condenação a pena de prisão efetivam verifica-se que estas são partes ainda menores da realidade global.

11.4.1 TAXAS DE ACUSAÇÃO, DE CONDENAÇÃO E DE CONDENAÇÃO A PENA DE PRISÃO EFETIVA

No âmbito desta análise importa convocar o conceito de taxa de atrito, o qual se refere ao facto de que uma parte considerável dos casos “cai fora” do Sistema de Justiça Penal, podendo esta perda ocorrer em diversos momentos, desde a participação, ao seu registo como crime até às condenações (HMCPSI³⁵¹, 2004).

Este fenómeno tem sido avaliado, designadamente, no caso da violência doméstica. Diversos estudos realizados, nomeadamente, em Inglaterra e País de Gales, têm apontado a existência de uma elevada taxa de atrito neste crime quando comparada com a verificada em outros crimes (HMCPSI, 2004; Hester et al.; Cook et al.; Hester & Westmarland; citados por Harne & Redford, 2008).

Os motivos mais apontados pela polícia e ministério público para explicar as taxas de atrito remetem para o facto de as vítimas não pretenderem posteriores ações ou desejarem retirar as suas declarações/queixa (Harne & Redford, 2008). Por outro lado, as razões geralmente imputáveis às vítimas para explicar este fenómeno são: medo de retaliação, vergonha, falta de recursos financeiros, vontade de manter a relação com o agressor, necessidade de realizar acordos sobre as crianças (Hester et al., 2003; Gill, 2004, cit. por Harne & Redford, 2008); e a satisfação com a resposta policial inicial, tendo em conta o seu poder dissuasor e protetivo (HMCPSI, 2004).

No caso português importava assim verificar este tipo de realidade para a globalidade dos crimes e em especial no caso da criminalidade violenta, e de cada crime aí englobado.

³⁵¹ Her Majesty's Crown Prosecution Service Inspectorate (Entidade responsável pela supervisão dos serviços do Ministério Público).

Uma análise neste âmbito já havia sido realizada, embora tenha sido circunscrita à cidade de Lisboa e aos dados existentes entre a fase da participação até à investigação criminal, não permitindo uma leitura da realidade nacional, nem abrangendo a fase de julgamento (ver Quaresma, 2012).

No presente estudo, procedeu-se, com base nos dados disponibilizados (pelo DIAP de Lisboa e pela DGPJ), a este tipo de investigação, a qual, ao nível dos inquéritos foi circunscrita à cidade de Lisboa, mas ao nível da fase de julgamento abrangeu a realidade nacional.

Ao nível dos inquéritos do DIAP de Lisboa, considerando os anos de 2011 a 2016 (este último parcialmente), verificou-se uma taxa global média de acusação nos processos findos na ordem dos 8%, enquanto para a globalidade dos crimes potencialmente abrangidos na criminalidade violenta, esta taxa foi mais elevada: 21%.

Observou-se que os processos que mais tendem a resultar numa acusação estão englobados nos crimes contra o Estado (34%), seguindo-se os crimes contra a vida em sociedade (25%), os previstos em legislação avulsa (19%), em seguida os crimes contra as pessoas (12%) e finalmente os crimes contra o património (3%).

Entre os crimes com taxa média de acusação mais elevada situaram-se: a ofensa à integridade física de agentes de autoridade (75%), resistência e coação sobre funcionário (74%), tráfico de estupefacientes (63%), homicídio (51%) e detenção de arma proibida (45%). Para outros crimes integrados na criminalidade violenta, as respetivas taxas foram inferiores, veja-se o caso do sequestro (23%), o abuso sexual de crianças (22%), o rapto (17%), a violência doméstica (16%), a violação (13%), assim como os maus tratos contra idosos, e o tráfico de pessoas (para ambos os casos: 12%).

No âmbito dos crimes violentos da tipologia contra o património, o roubo com arma de fogo foi o que apresentou uma taxa média de acusação mais elevada (24%), seguindo-se a extorsão (21%). Quando agregadas todas as subcategorias de roubo, a taxa média de acusação respetiva foi de 10% (refira-se, lateralmente, que a taxa média de acusação ao nível do furto foi de 2%).

Comparando os resultados deste estudo com os obtidos em 2009 numa investigação que também focou a este nível a cidade de Lisboa³⁵², regista-se uma ligeira diminuição na taxa de acusação global (de 10,5% para 8%), uma diminuição nos crimes contra as pessoas (de 18% para 12%) e um aumento no caso da violência doméstica (passou de 9% para 16%). No caso

³⁵² Quaresma (2012).

dos crimes contra o Estado, verifica-se um aumento da taxa de acusação (de 26% para 34%), assim como nos crimes contra a vida em sociedade (14% para 25%), uma diminuição nos previstos na legislação avulsa (de 27% para 19%) e nos crimes contra o património (de 4,8% para 3%).

Refira-se que o valor aqui encontrado para a taxa média de acusação na violência doméstica (2011-2016), situa-se próximo, embora ligeiramente abaixo, da estimativa a nível nacional viabilizada pelos dados da SGMAI (2017), com base nos dados comunicados pelo Ministério Público sobre os resultados dos inquéritos neste crime, que, para os anos de 2012 a 2016, se situou nos 18%³⁵³.

Tendo por base os dados relativos aos processos findos nos tribunais de 1.ª instância (a nível nacional), verificou-se que em termos globais, em média, 20% dos crimes registados (entre 2010 e 2015) chegaram à fase de julgamento (2011-2016), sendo que nesta fase cerca de 77% dos arguidos foram condenados e, entre as decisões condenatórias, a pena de prisão efetiva surgiu em 8% dos casos (ponto 9.4).

No âmbito do subgrupo da criminalidade violenta considerado (que incluiu 13 crimes/categorias) os valores são próximos dos globais: por cada 100 registos, 20 chegam à fase de julgamento; por cada 100 arguidos, 67 são condenados; e por cada 100 condenações, 10 são pena prisão efetiva. No domínio da criminalidade violenta, a taxa de arguidos condenados é ligeiramente menor que a verificada para a globalidade dos crimes, mas a taxa de condenação a pena de prisão efetiva é ligeiramente superior.

Analisando alguns crimes violentos em particular, confirma-se a violência doméstica como sendo aquele em que menos casos chegam à fase de julgamento (12%), após o que 53% dos arguidos são condenados³⁵⁴, e em 7% recorre-se à pena de prisão efetiva.

No caso dos homicídios voluntários registados pelos OPC, os dados indicam que, em média, cerca de 98% chega à fase de julgamento, 75% dos arguidos são condenados e para 90% é decretada pena de prisão efetiva.

³⁵³ Salienta-se que se procedeu a um ajuste aos dados disponibilizados em SGMAI (2017) (17,1%), uma vez que as percentagens aí indicadas tinham em conta desfechos de suspensão provisória do processo, e no caso do presente estudo foram apenas tidas em conta acusações e arquivamentos (art.º 277.º do CPP).

³⁵⁴ Refira-se que o valor encontrado para a taxa média de arguidos condenados na violência doméstica (2011-2016), situa-se próximo, embora ligeiramente abaixo, da estimativa a nível nacional viabilizada pelos dados da SGMAI (2017), com base nos dados comunicados pelos Tribunais, sobre as decisões proferidas em processos-crime pelo crime de violência doméstica (transitados em julgado), que para os anos de 2012 a 2016 se situou nos 58% (taxa de condenação).

A título de exemplo, e traduzindo por estimativas, os dados indicam que por cada 100 homicídios voluntários registados pelos OPC, em 74 haverá uma condenação e em 66 a condenação será a pena de prisão efetiva. Ao nível do abuso sexual de crianças, em cada 100 casos registados pelos OPC, em 27 haverá condenação e em 8 uma pena de prisão efetiva. Ao nível do roubo, por cada 100 casos registados pelos OPC, em 9 haverá uma condenação e em 3 uma pena de prisão efetiva. Finalmente na violência doméstica, por cada 1000 (mil) registos dos OPC, em 64 casos haverá condenação e em 4 casos a aplicação da pena de prisão efetiva.

A interpretação e análise destes dados carecem de contextualização. Conforme referido anteriormente, se por um lado existem crimes em que a produção de prova não está extremamente dependente da colaboração/testemunho da vítima, existindo também crimes sem vítima, onde aí a produção de prova não passa, de todo, pela vítima (ex.: crimes previstos na Lei da droga e na Lei das armas), para outros sucede o inverso. Nestes casos, onde o papel da vítima tende a ser essencial, a complexidade da situação, a proximidade entre vítima e ofensor, a existência de eventuais dependências (económica, habitacional e/ou psicológica/emocional) da vítima face ao ofensor, aliada a receios de retaliações, e a uma necessidade de proteção acrescida por parte do Sistema de Justiça Penal, nem sempre atendida, contribuem para uma retração da colaboração das vítimas, com consequências para o prosseguimento dos crimes ao nível das várias fases do processo penal. Estes factos impelem à existência de intervenções especializadas, com profissionais treinados para atender e acompanhar este tipo de vítimas, para investigar estes casos, esgotando todas as potenciais vias de obtenção de prova, privilegiando o recurso a medidas e meios que garantam a segurança das vítimas. A complexidade das situações e especificidades das vítimas implicam também uma abordagem multi-agencial e que viabilize um acompanhamento das vítimas ao longo de todo o processo e a promoção da sua efetiva segurança. No entanto, este tipo de intervenções não constituirá o retrato da realidade nacional. Outros fatores que ajudem a explicar as diferentes taxas de atrito estarão relacionados com os meios alocados à investigação criminal dos crimes e à contenção do ofensor, e à prioridade efetiva atribuída pelo Sistema de Justiça Penal a cada crime.

11.4.2 DO REGISTO DO CRIME AO JULGAMENTO E À CONDENAÇÃO A PENA DE PRISÃO EFETIVA

Cruzando a estimativa da proporção de crimes registados que “chega” à fase de julgamento com a taxa de condenação a pena de prisão efetiva obtêm-se diferentes posicionamentos dos crimes/categorias, sobre os quais importa igualmente refletir (Quadro 27)³⁵⁵.

		Taxa média de aplicação de pena de prisão efetiva		
		<8%	8% a 49%	>=50%
Estimativa da proporção de crimes registados que chega à fase de julgamento	< 20%	Violência doméstica	Roubo	
	20% a 49%	Maus tratos a menor/pessoa indefesa	-Total de crimes - CV (subgrupo) -Abuso sexual de crianças e menores dependentes -Rapto/sequestro/tomada de reféns -Tráfico de estupefacientes	Violação
	>=50%	Detenção/tráfico de armas	Ofensa à integridade física voluntária grave Resistência e coação sobre funcionário	Homicídio simples/qualificado

Quadro 27: Posicionamento dos crimes segundo a estimativa da proporção de crimes registados (2010-2015) que chegam à fase de julgamento (2011-2016) e a taxa média de aplicação da pena de prisão efetiva (%)

No quadrante oposto ao homicídio (em que ambas as taxas são elevadas) surge a violência doméstica, em que menos de 20% dos casos registados chegarão à fase de julgamento e menos de 8% das condenações refere-se a pena de prisão efetiva.

Assumindo um posicionamento intermédio encontra-se a globalidade dos crimes e o total de crimes violentos analisados, bem como o abuso sexual de crianças e menores dependentes, o rapto/sequestro/tomada de reféns e o tráfico de estupefacientes.

No caso do roubo, apesar de se posicionar de forma intermédia face à taxa de aplicação de pena de prisão efetiva, a sua taxa de progressão no âmbito do processo penal é inferior à globalidade dos outros crimes.

Ao nível dos maus tratos, menos de metade dos casos (embora mais do que a média geral) chega à fase de julgamento, mas posteriormente menos de metade dos arguidos são condenados e em menos de 8% das condenações se verifica a aplicação da pena de prisão efetiva.

³⁵⁵ Para simplificar, e uma vez que para todos os crimes/categorias (com exceção dos “Maus tratos a menor/pessoa indefesa”) a taxa de arguidos condenados é superior a 50%, optou-se por excluir este indicador do quadro. Os intervalos utilizados no quadro para os dois indicadores tiveram em conta os respetivos valores médios a nível da globalidade dos crimes.

Em termos da violação, se por um lado menos de 50% dos casos registados atingirão a fase de julgamento, entre os que aí chegam, mais de metade resulta em pena de prisão efetiva.

Apesar da maioria dos casos registados de detenção/tráfico de armas, ofensa à integridade física grave e de resistência e coação sobre funcionário atingirem a fase de julgamento, em menos de metade das condenações é decretada pena de prisão efetiva (no caso dos crimes relativos a armas a pena de prisão efetiva é aplicada em menos de 8% das condenações) (Quadro 27).

Salienta-se que este cruzamento de dados entre crimes registados e condenações a pena de prisão efetiva são exploratórios, trata-se de dois universos diferentes, havendo que ponderar os diversos fatores que contribuem igualmente para as taxas encontradas (ex.: acusação/condenação por crime diferente daquele que ficou inscrito no registo do OPC, diferentes naturezas dos crimes e maior ou menor dificuldade de obtenção de prova, entre outros).

“Violência doméstica - a grande maioria quando chega (a tribunal) resulta em pena suspensa. (...) Não há grandes consequências. Essa mensagem vai passando, não só pela comunicação social.” E19SR

“A confiança no sistema penal aumentou, há mais queixas. As pessoas queixam-se por ‘tudo e por nada’, enquanto antigamente isso não acontecia, temos um leque muito grande de infrações (umas mais graves e outros menos graves). É evidente, se há uma troca de sms entre namorados a insultarem-se, isso é considerado, se há uma condenação, não pode ser uma condenação a pena de prisão efetiva, era estigmatizar as pessoas. (...) Agora não posso dizer que só por ser VD tem de ter prisão efetiva, tenho de saber que violência doméstica? Chamar nomes uns aos outros... vamos prender as pessoas por chamar nomes? Então metia-se o país todo na prisão... Estamos fanatizados pela incriminação da VD e isso prejudica-nos. (...) Neste momento não há estudos que considere sérios sobre a incidência da pena suspensa e os factos que estão subjacentes. Violência doméstica, tudo bem, mas depois não sabe que tipo de violência doméstica foi. As estatísticas são quantitativas e não qualitativas. (...) Tem de se descer mesmo ao tratamento diferenciado dos factos.” E21MJM

“Muitas vezes cabe ao Ministério Público a opção. Muitas vezes opta-se por classificar por aquilo em que a prova consegue ir mais longe... na perspetiva de (...) é preferível condenar pelo que se consegue condenar do que não condenar por nada. Em audiência de julgamento vai-se conseguir fazer prova visivelmente. (...) Também acontece com o tráfico (de pessoas), é transformado em lenocínio, etc... muitas vezes existe a necessidade de não deixar impune o crime. Isso é um bem mais precioso apesar de tudo. (...) Foram iniciados 10 inquéritos por TSH e no final só foram condenados 1 ou 2, fica-se com a noção de impunidade, são interpretações que não são justas nem para quem investiga nem para a parte judicial. Para os crimes que o SEF investiga, a prova não é fácil. (...) Não significa que existe impunidade. Há que ver como entrou a acusação e como saiu a pena. As estatísticas têm de ter isto em conta também. Têm um papel muito importante e até dissuasor. Se as estatísticas forem apresentadas a cru, esta imagem pode não ser motivadora e tem de se ter alguma cautela na forma como se trabalha.” E17LMG

Refira-se, apenas para efeitos de alguma comparabilidade com a situação nos restantes países europeus neste domínio, que segundo os dados constantes no último *European Sourcebook*

(Aebi, et al., 2014), Portugal apresentava taxas de condenação criminal inferiores à média dos países europeus analisados, existindo contudo algumas exceções, condenando-se em Portugal mais arguidos (por cem mil habitantes) no âmbito dos crimes de homicídio voluntário, de abuso sexual de criança e de roubo.

O facto da violência doméstica abranger uma grande diversidade de casos e diferentes níveis de gravidade, aliado ao elevado volume de ocorrências participadas, implicando um consumo acrescido de recursos do Sistema de Justiça Penal, poderá contribuir para uma desvalorização genérica dos casos, o que não será benéfico. A criação de um índice de severidade intra-criminal poderá contribuir para uma maior clarificação a este nível, podendo assim, por exemplo, vir a apurar-se os níveis de gravidade, de modo a melhor conhecer esta realidade.

11.4.3 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Reportando agora especificamente às hipóteses colocadas sobre o padrão de resultados encontrado para os inquéritos e julgamentos relativos à criminalidade violenta, verifica-se que a **H12** (*As taxas de acusação e de condenação para a criminalidade violenta são iguais ou superiores às verificadas para a globalidade dos crimes*) foi corroborada parcialmente. No caso da taxa de acusação (ao nível do DIAP de Lisboa) o valor encontrado para a criminalidade violenta é claramente superior ao relativo à criminalidade em geral (21% *vs.* 8%), contudo, no caso da taxa de arguidos condenados (a nível nacional) no âmbito dos crimes violentos esta é inferior à taxa de arguidos condenados para a globalidade dos crimes (67% *vs.* 77%). No caso da taxa de arguidos condenados a pena de prisão efetiva esta é superior para criminalidade violenta comparativamente à criminalidade em geral (10% *vs.* 8%).

Ao nível da **H13** (*A taxa de prosseguimento dos casos relativos a criminalidade violenta ao longo do processo penal é igual ou superior à verificada para a globalidade dos crimes*) verifica-se que a mesma é corroborada pelos resultados. A estimativa de crimes violentos registados pelos OPC que chegam à fase de julgamento é idêntica à obtida para a globalidade dos crimes (20%).

Quanto à **H14** (*Existem diferenças nas taxas de acusação e de condenação para a criminalidade violenta, consoante o crime violento considerado*), a mesma é corroborada. No domínio da criminalidade violenta é possível visualizar um “*continuum*” dos crimes que geram taxas de acusação e condenação mais elevadas até aos que apresentam taxas menos elevadas. Crimes como o homicídio voluntário, tráfico de droga, crimes relativos a armas e resistência e coação sobre

funcionário constam entre os que apresentam taxas de acusação e condenação mais elevadas, enquanto crimes como a violência doméstica e os maus tratos constam entre os que apresentam taxas de acusação e de condenação menos elevadas. Destaca-se que alguns crimes se apresentam em “quadrantes” opostos ao nível das taxas de acusação e das taxas de condenação. Veja-se o exemplo dos roubos (com exceção daqueles com arma de fogo e cometidos contra motorista de transporte público) que apresentam taxas de acusação menos elevadas (10%), mas ao nível das taxas de condenação estão no quadrante dos crimes que geram mais condenações (70%), verificando-se o mesmo para a violação (13% e 67%, respetivamente). Deste modo, o atrito surgirá essencialmente nas fases iniciais do processo criminal, até à decisão do Ministério Público.

Salienta-se que esta análise comparada entre as taxas de acusação e condenação deve ser efetuada com algumas reservas. Por um lado, a abrangência geográfica é diferente (cidade de Lisboa *vs.* Portugal, respetivamente) e, por outro, existem diferenças ao nível da categorização dos crimes/categorias criminais entre as duas fontes de informação, não havendo coincidência entre o subgrupo de crimes violentos considerado no âmbito da análise das taxas de acusação e o subgrupo considerado no âmbito dos processos findos em tribunais de 1.^a instância.

Por outro lado, comparando a taxa de acusação média global no DIAP de Lisboa (2011-2016), 8%, com a estimativa de crimes registados que chega à fase de julgamento (20%), verifica-se uma considerável discrepância, todavia ao nível da criminalidade violenta os valores já são muito próximos: 21% e 20%, respetivamente.

Esta questão remete para a importância de se efetuar uma análise comparada deste tipo de taxas e estimativas por comarca. No caso do DIAP de Lisboa podem existir especificidades na realidade criminógena aí investigada face à globalidade da realidade nacional que possam justificar a situação. Se, por exemplo, na cidade de Lisboa a proporção de furtos face à globalidade dos crimes registados for muito superior à correspondente proporção nacional, poder-se-á ter encontrado um fator explicativo, tendo em conta a diminuta taxa de acusação para os furtos, fazendo assim baixar a taxa média global de acusações no DIAP de Lisboa.

Para melhor se compreender o padrão de resultados encontrado para os inquéritos e julgamentos relativos à criminalidade violenta, questão discutida neste ponto, há que analisar cada um dos crimes violentos tendo em conta diversos fatores, como sejam: a natureza do crime (nos casos acima discriminados, todos são públicos com exceção da violação que é semipúblico); se se trata de crimes “com vítima” ou “sem vítima” (cujo registo deriva mais da

proatividade policial); dos meios de investigação dos crimes; da facilidade de recolha de prova em sede de investigação criminal, e da facilidade ou não de reprodução da prova em julgamento. Neste âmbito da prova, haverá que distinguir crimes em que esta é mais fácil de recolher/reproduzir (ex.: armas ilegais ou estupefacientes, se encontrados, serão mais irrefutáveis que uma prova baseada no testemunho da vítima) e a habilidade dos ofensores no cometimento do crime para ocultação de potenciais provas.

“Furto no interior de viaturas - teremos menos acusações que nos homicídios. Nos crimes mais graves faz-se um maior investimento, continua-se a tentar encontrar o autor do homicídio; na pequena e média criminalidade tem uma taxa de elucidação muito baixa. A clarificação nos homicídios é quase 100%.” E12JFO

Será muito relevante ter em conta também o tipo de vítima (pertencente a algum grupo de especial vulnerabilidade ou não) e sua relação com agressor que poderá determinar o seu nível de colaboração (será expectável que a maioria das vítimas de abuso sexual/violência doméstica/maus tratos a menor/pessoa indefesa possa não colaborar tão ativamente no processo, tendo em conta a provável proximidade com agressor³⁵⁶, como uma vítima de roubo ou resistência e coação sobre funcionário).

“No tráfico de seres humanos, auxílio à imigração ilegal e extorsão, a prova é também com frequência testemunhal. Muitas vezes as pessoas estão muito fragilizadas e nem sempre querem testemunhar, o que é perfeitamente perceptível.” E17LMG

A confiança das vítimas no “sistema” e na capacidade do mesmo as proteger, também será um fator a ter em conta e que pode influenciar de forma determinante uma postura mais ou menos colaborante nos processos.

“É difícil assegurar às vítimas a proteção adequada e isso atemoriza as vítimas, muito. A Lei acaba por não aplicar medidas de coação suficientemente gravosas em relação a arguidos deste tipo de processos. Faz com que seja muito difícil a proteção destas vítimas. Faz com que a primeira coisa que elas queiram é ir embora ou não testemunhar. Isto tem consequências para os processos, nomeadamente para o insucesso dos processos. (...) Devia-se talvez endurecer as medidas (cautelares) de coação em relação aos suspeitos destes tipos de crimes, porque há-de ser a vítima a ser ainda mais vitimizada? (...) A questão é que continua a ver-se a criminalidade violenta num sentido muito físico. (...) Vítimas sentem-se incapazes de prosseguir a vida delas, é uma maneira de as penalizar igualmente. Porque não penalizar quem de facto é responsável pelo crime? Na prática é isto que acontece.” E17LMG

“Os tempos..., por exemplo temos uma criança vítima de abuso sexual com contacto físico e que está à espera de perícia física desde maio do ano passado (já fez a perícia psicológica) mas falta a física (...) outro processo

³⁵⁶ Ao abrigo do art.º 134º do CPP, está estabelecido que, nomeadamente, descendentes, ascendentes, irmãos, cônjuge, ex-cônjuge, pessoa que conviva ou tenha convivido com o arguido, em condições análogas às dos cônjuges, podem recusar-se a depor como testemunhas. Saleinta-se que, conforme consta no n.º 2 deste artigo, a entidade competente para receber o depoimento adverte, sob pena de nulidade, as referidas pessoas da faculdade que lhes assiste de recusarem o depoimento.

que não avança porque se está à espera da perícia psicológica (...). Sabemos que tem que ver com a sobrecarga de processos, mas isto atrasa os processos. Isto é o dia a dia, mas nós é que temos de gerir as expectativas, e fora as pessoas que não estão a ter apoio e têm de gerir isto sozinhas.” E18CF

“Violência doméstica, acaba por ter de ser a vítima que para se proteger vai por exemplo para casa abrigo. (...) Sinto muitas vezes que as polícias não têm o apoio do MP para tomar determinadas medidas e não as tomam (ex.: detenção fora de flagrante delito).” E19SR

Conforme salientado por Lourenço (2012), políticas públicas de segurança interna adequadas passam pelo reconhecimento da legitimidade da ação policial, a promoção da confiança nas polícias, pelo aumento da eficiência das ações policiais, pela diminuição do sentimento de insegurança e do medo do crime e ainda pelo aumento da eficiência da Justiça, contribuindo para aumentar a confiança neste Sistema e diminuindo a perceção de impunidade.

Por outro lado, os bens jurídicos violados pela prática do crime e a respetiva moldura penal afetarão a prioridade e “investimento humano” atribuído à investigação dos casos, os meios alocados e posteriormente o tipo de pena aplicável (prisão efetiva ou suspensa).

No âmbito desta avaliação há que ter em conta outros eventuais fatores como sejam a taxa de falsas denúncias que numa primeira fase conduzam a um registo de ocorrência por parte do OPC, situações de reclassificação do crime por parte do Ministério Público (ex.: uma situação de violência doméstica que seja reclassificada em ofensa à integridade física simples, admite desistência, e não prossegue no âmbito das fases seguintes como sendo relativa ao crime inicialmente registado), crimes onde se verifique uma maior taxa de abertura da instrução do processo criminal ou ainda questões relativas à própria classificação dos registos segundo a regra do crime mais grave (ex.: inicialmente um caso foi registado como violência doméstica, no entanto, no âmbito das fases seguintes constatou-se a existência de outro crime mais grave, como por exemplo, violação, passando o caso a ser contabilizado no âmbito desse outro crime).

“Em tese geral há uma especialização das polícias e do MP na prevenção e combate da VD e não há dos juízes, pode haver aqui uma décalage entre o trabalho que é feito em sede de investigação e de inquérito e de acusação e depois os resultados em julgamento, porque os tribunais ainda estão atrasados em relação à especialização e à compreensão do fenómeno. Pode acontecer de certa maneira, mas a situação de hoje não igual há de cinco anos atrás, os juízes vão ganhando experiência, e há muitas mulheres juízes e nesse aspeto costumam ter mais bom senso e sensibilidade que os homens.” E21MJM

“Alterações à classificação do crime, passa de violência doméstica para ofensa à integridade física e já não conta como violência doméstica.” E19SR

Em última análise, a gravidade atribuída a cada crime, quer pelo Código Penal, quer pelos profissionais do Sistema de Justiça Penal, quer pelas próprias vítimas, pode determinar a sua taxa de progressão no âmbito das fases do processo penal e a decisão condenatória final.

Deste modo, o crime de homicídio encontra-se numa posição que seria expectável, tendo em conta a gravidade que lhe será consensualmente atribuída. Relativamente aos restantes crimes (ou alguns deles) poderão surgir interrogações sobre que significado atribuir ao respetivo posicionamento.

Salienta-se que esta análise relativa à progressão dos casos ao longo das fases do processo penal sustenta-se em estimativas com base nos conjuntos de dados disponíveis (crimes registados, e processos findos nos tribunais de 1.^a instância), não existindo ligação direta entre si, pelo que no futuro seria relevante poder-se realizar semelhante análise com base em dados em que houvesse tal ligação, conforme recomendações da ONU no domínio dos sistemas de justiça criminal.

Apesar desta questão, os dados apresentados poderão constituir-se como indicadores a ter em conta no âmbito da reflexão e (re)definição das políticas públicas no domínio do Sistema de Justiça Criminal e do apoio prestado às vítimas de cada crime.

A título de exemplo, salienta-se que a taxa de atrito é menor quando as vítimas de violência doméstica são apoiadas por trabalhadores civis ou técnicos de aconselhamento. Alguns autores apontam que nesses casos a taxa de atrito é de 10% (Halt, 2004; Hester & Westmarland, 2005, cit. por Harne & Redford, 2008), enquanto nas áreas onde esse tipo de apoio não estava disponível, era de 44% (HMCPSI, 2004).

Estes dados relativos à taxa de progressão dos casos ao longo das fases do processo penal, ou em contraponto a taxa de atrito, revelam também a importância das estatísticas criminais registadas pelos OPC. Na ausência de inquéritos de vitimação realizados regularmente, cuja pertinência e necessidade é sobejamente conhecida, os dados relativos à criminalidade registada, apesar das cifras negras e cinzentas, comparativamente aos dados dos inquéritos e dos julgamentos, constituirão os indicadores *proxy* que permitem chegar mais “perto” da realidade criminal e da vitimação real.

Efetuando agora um balanço do conjunto de hipóteses de investigação colocadas, pode indicar-se que no total das 14 hipóteses, 7 foram corroboradas, 5 corroboradas parcialmente e 2 não corroboradas.

As primeiras quatro hipóteses (H1 a H4) relacionavam-se com a definição de criminalidade violenta, sua abrangência e a avaliação da severidade inter-criminal, sendo que duas foram corroboradas e as outras duas corroboradas parcialmente.

Da hipótese 5 à 8 surgiam as questões relativas às variações/tendências observadas na criminalidade violenta registada, sendo que neste âmbito duas hipóteses foram não corroboradas, uma foi corroborada e a outra apenas parcialmente. Refira-se que as hipóteses colocadas neste contexto ficaram formuladas de forma menos neutra, sendo estes resultados reveladores da inexistência de posições uniformes e expectáveis nesta matéria, confirmando de forma global a pertinência deste estudo, uma vez que a realidade em termos das referidas variações/tendências registadas na criminalidade violenta parece carecer de instrumentos de leitura mais aperfeiçoados.

Entre as hipóteses colocadas sobre os indicadores a ter em conta para medir a severidade criminal (intra-crimes) (H9 a H10) duas foram corroboradas e a outra foi-o parcialmente. Refira-se que estas hipóteses formuladas foram bastante cautelosas dado que, face à informação disponível e revisão da literatura efetuada, seria difícil antecipar outro tipo de hipóteses.

Finalmente, para as hipóteses H12 a H14, sobre os resultados dos inquéritos e julgamentos relativos à criminalidade violenta, sucedeu o mesmo: 2 corroboradas e uma corroborada parcialmente. Neste caso, e face à ausência de informação a este nível, as hipóteses colocadas foram-no de forma relativamente “neutra” como as anteriores, pelo que a sua confirmação era menos “exigente” do que o verificado, por exemplo, para algumas das hipóteses colocadas no contexto da segunda questão geral (variações/tendências).

O facto de que apenas metade das hipóteses foi considerada corroborada totalmente será potencialmente revelador da pertinência desta análise. Por outro lado, importa salientar que em diversos casos a confirmação das hipóteses ter-se-á devido ao facto das mesmas terem sido formuladas de forma o mais abrangente possível (dada a ausência de informação prévia que pudesse direccionar de modo evidente o sentido das mesmas).

Mais do que analisar a taxa de verificação das hipóteses, estas serviram para orientar as análises, centrando as mesmas em alguns dos seus aspetos essenciais, balizando igualmente a discussão aqui apresentada.

11.5 ESTATÍSTICAS SOBRE CRIMES REGISTRADOS E PROCESSOS-CRIME: DESAFIOS

Tendo em conta que a temática do presente estudo se relaciona com a medição do crime, surge como oportuno apresentar uma reflexão sobre as questões que ao longo do mesmo foram detetadas ao nível dos dados estatísticos disponíveis encontrados e/ou sobre a sua forma de disponibilização. Deste modo, pretende-se contribuir para eventuais aperfeiçoamentos a este nível no contexto do Sistema de Justiça Criminal.

11.5.1 CIFRAS CINZENTAS E PRÁTICAS DE REGISTO

No ponto 11.2 já foi reiterada a necessidade de se complementar a análise das tendências/variações no âmbito dos crimes registados com a realização de inquéritos de vitimação para aferição, nomeadamente, das cifras negras e do sentimento de insegurança, pelo que o foco deste ponto não será colocado nesta questão, apesar de sobejamente salientada a sua importância.

Os dados dos inquéritos de vitimação são igualmente úteis para se aferir a expressão das designadas cifras cinzentas, ou seja, crimes reportados aos OPC, mas que acabam por não ficar registados. Conforme foi abordado no ponto 4.5, em Inglaterra e País de Gales existe um forte escrutínio sobre as estatísticas criminais, incluindo uma atenção redobrada sobre esta realidade, e que determinam a adoção de medidas para introdução de aperfeiçoamentos no sistema.

Conforme referido por Van Dijk (2009), existe a tendência para uma “inércia institucional”, representando as estatísticas policiais primordialmente a capacidade do sistema nacional (Polícias, Ministério Público e Tribunais).

Dos dados recolhidos ao nível dos questionários sobressai, ao nível dos participantes provenientes dos OPC abrangidos pelo estudo, a perceção de escassez de recursos nomeadamente humanos, o que poderá eventualmente conduzir a um aumento das cifras cinzentas. Em Portugal, esta questão não tem sido especificamente abordada, porém, e para garantir a fiabilidade das estatísticas criminais, importa que este tipo de realidade possa vir a ser analisada.

Conforme referido por Haggerty (1998), as rotinas organizacionais das polícias podem influenciar de forma muito expressiva as taxas de crime. As mudanças sociais, no sentido de

alterações nas atitudes e níveis de tolerância face à violência, podem influenciar as estratégias policiais e assim vir a refletir-se também nas estatísticas oficiais (crimes registados). Neste domínio, também as alterações legislativas desempenham o seu papel.

O mesmo autor apontava que diversas das pessoas que entrevistou no âmbito do Sistema de Justiça Criminal consideraram que os crimes mais graves e “visíveis” (ex.: homicídio) apresentam menos problemas ao nível do registo policial, uma vez que as polícias tendem efetivamente registar as situações, não podendo dizer-se com tanta segurança o mesmo para os crimes menos graves. Desafiando esta ideia, Haggerty (1998) fornece alguns exemplos de modo a concluir que mesmo as taxas de homicídio podem ser influenciadas por mudanças sociais e organizacionais. A este propósito refere que, na sequência da discussão pública acerca do *Síndrome do Shaken Baby*³⁵⁷, algumas práticas se alteraram ao nível do registo e da investigação criminal de mortes de crianças pequenas, sendo admissível que o número de casos registados como homicídio de crianças tenha aumentado face ao verificado em anos anteriores, em que esta hipótese de causa de morte não era considerada.

Por outro lado, todos os anos várias pessoas desaparecem e as pessoas que tendem a ser marginalizadas (ex.: sem abrigo ou prostitutas) têm um maior risco de desaparecimento, podendo admitir-se que alguns deles sejam assassinados, nunca chegando ao conhecimento da polícia. Por outro lado, mesmo quando a polícia encontra um corpo não significa que a causa de morte possa vir a ser determinada (muitas vezes o estado em que este se encontra dificulta tal avaliação). Associado também a esta questão, o mesmo autor menciona as ambiguidades existentes ao nível da classificação de situações como suicídios ou a inexistência de rotinas de diagnóstico quando os casos “parecem claramente” não ser homicídio (ex.: morte de pessoa idosa).

Assim, Haggerty (1998) sublinha que os critérios de registo, a mudança nas atitudes sociais e os processos institucionais podem influenciar mesmo as estatísticas mais robustas e fiáveis no domínio da criminalidade registada.

No caso português, quando se analisa o número de homicídios voluntários consumados ao longo dos últimos vinte e cinco anos, importa contextualizar as variações/tendências observadas com um crescente aperfeiçoamento das metodologias e critérios de registo a este

³⁵⁷ Refere-se a situações em uma criança é abanada repetida e violentamente, causando um movimento de tipo chicote cervical, podendo vir a sofrer lesões graves ou mesmo morrer; tratando-se de uma forma de abuso infantil das mais graves, com morbilidade e mortalidade significativas em crianças com menos de um ano de idade (Pereira & Magalhães, 2011).

nível, diminuindo-se eventuais situações em que existiam registos duplicados entre OPC e práticas de registo menos seletivas quanto ao que poderá ser registado como tal.

“Por vezes há situações de âmbito não criminal que registamos com NUIPC (ex.: mortes naturais, desaparecidos).” E13AR

De qualquer modo, a tendência de diminuição é bastante evidente, e mesmo que nos anos noventa existisse uma duplicação de registos ao nível dos homicídios voluntários consumados (entre o OPC que chega primeiramente ao local e a PJ que tem competência para investigar), a diferença em termos do volume de registos é considerável, pelo que este tipo de questões não colocará em causa o sentido da tendência observada, podendo, no entanto, não ser tão acentuada como se visualiza pelas estatísticas criminais disponíveis.

Apesar disso, e conforme se verificou com base nos indicadores disponíveis, podem existir subtipos de homicídio (ex.: no contexto de relações de intimidade) em que as tendências/variações sejam divergentes da global, o que importa analisar com maior profundidade, com recurso a dados provenientes do próprio Sistema de Justiça Criminal e do sistema de saúde (sendo que os dados habitualmente disponíveis a este nível, da UMAR, dizem apenas respeito às vítimas do sexo feminino, e têm como fonte os casos noticiados nos *media*).

Conforme referido pela UNODC (2015), a existência de estatísticas criminais fiáveis é um fator crítico para a medição de mudanças nos níveis de crime, para a monitorização das respostas estatais ao crime, para a avaliação das políticas e para a compreensão das várias facetas do crime em diferentes contextos.

“A medição objetiva é fundamental para que as perceções não sejam erradas.” E2AL

A preocupação com a qualidade e grau de informação que é passível de extração através dos mesmos é fundamental tendo em vista o objetivo principal de um sistema de estatísticas de justiça criminal, e que tal como apontado pela UNODC (2010) é o de disponibilizar dados para a gestão operacional e para o desenvolvimento de políticas a nível nacional.

As estatísticas criminais divulgadas contemplam apenas os crimes registados pelos OPC, não integrando ainda dados de casos em que a denúncia tenha sido realizada diretamente junto do Tribunal ou nos serviços do INMLCF, sendo que apesar de se constituir uma realidade

provavelmente residual seria interessante avaliar qual a sua magnitude e a sua variação ao longo dos anos.

11.5.2 DAS METODOLOGIAS DE REGISTO DOS CRIMES À SUA ANÁLISE E INDICADORES SOBRE OS RESULTADOS DOS PROCESSOS-CRIME

11.5.2.1 O registo dos crimes, variáveis desagregadoras e resultados dos processos-crime

A esmagadora maioria dos crimes registados em Portugal são-no pelas Forças de Segurança (GNR e PSP), todavia, diferentes sistemas de registo coexistem entre estes serviços, ambos do Ministério da Administração Interna.

Poder-se-ia equacionar a adoção de um formulário único de registo das ocorrências para os crimes em geral, ou pelo menos para alguns crimes no domínio da criminalidade violenta, como sucede, por exemplo, para a violência doméstica (Auto de notícia/denúncia padrão para a violência doméstica³⁵⁸).

Este tipo de uniformização deveria ser comum, não apenas às Forças de Segurança, mas também aos restantes OPC. Desta forma, seria garantida uma maior uniformidade no sistema de recolha e reporte de dados.

Para colmatar este tipo de questões, as soluções podem ir desde a definição de campos e indicadores comuns entre os OPC ao nível do registo dos crimes, à utilização de um formulário comum, ou até à existência e utilização de um sistema único de registo que, pelo menos, ligasse os OPC de competência genérica.

Os atuais sistemas de registo para a generalidade dos crimes permitem extrair mais informação do que aquela que é transmitida pelo modelo 262, sendo que seria fundamental rentabilizar a mesma e proceder às análises que fossem possíveis, de modo a complementar o conhecimento sobre a realidade criminal em Portugal.

Em termos da metodologia atualmente ainda em vigor, o modelo 262 de notação dos crimes, constata-se algumas limitações. Não é possível através deste instrumento obter informação que cruze dados da vítima, suspeito e ocorrência. Os escalões etários previstos não permitem

³⁵⁸ Fonte: SGMAI (2017).

uma análise adequada ao longo de todo o ciclo de vida (ex.: “25 e mais anos”- categoria muito abrangente), não é possível obter a relação entre vítima e suspeito e, em diversos casos, a correspondência entre as categorias criminais previstas e a tipificação no Código Penal não é apurável (ex.: crime de furto qualificado e crime de homicídio qualificado).

O facto de existirem categorias de registo que abrangem diversos crimes previstos no Código Penal (ex.: rapto/sequestro/tomada de reféns) inviabiliza a obtenção de dados para cada um dos crimes incluídos. No atual sistema não será igualmente possível uma monitorização mais específica ao nível de alguns crimes tipificados recentemente (ex.: mutilação genital feminina, perseguição e casamento forçado), uma vez que os respetivos quantitativos estão abrangidos em categorias mais amplas. A este nível seria provavelmente necessário aprovar alterações à tabela de crimes de modo a desagregar este tipo de crimes (tal como efetuado para as categorias do furto e do roubo).

No âmbito do modelo 262 de notação de crimes, por exemplo, a violência doméstica surge dividida em três categorias, situação que contribuiu para a possibilidade de se analisar o peso de cada uma delas no contexto deste crime. Contudo, quando no RASI se efetua um “*ranking*” dos crimes mais participados utiliza-se apenas uma daquelas três categorias, o que não será estritamente correto, pois o total deste crime corresponde ao somatório dos registos nas referidas três categorias. Assim, o *ranking* apresentado no RASI não corresponde aos crimes mais registados em Portugal, mas sim às categorias do modelo 262 com quantitativos mais elevados.

Assim, a par de uma análise desagregada pelas categorias estatísticas criminais surge como relevante que se possa efetuar uma ordenação dos crimes em função do número de registos, sendo que para tal importa agregar as várias categorias estatísticas abrangidas por um determinado crime do código penal (ex.: violência doméstica, furto, roubo, burla, entre outros).

Deste modo, e conforme se verificou quando se efetua tal agregação, o furto constituiu-se (em 2017) como o crime mais registado em Portugal, seguido da violência doméstica, da ofensa à integridade física simples, da burla e da condução com TAS $\geq 1,2$ g/l; sendo que o roubo ocupava o 8.º lugar entre os dez crimes mais registados. Se esta agregação não fosse realizada, a posição da violência doméstica, da burla e do roubo não ficariam tão evidentes.

Analisando de forma genérica os últimos RASI, salienta-se que as únicas taxas de incidência calculadas para um fenómeno criminal específico tendem a surgir nos capítulos da

criminalidade violenta e grave e da violência doméstica, permitindo comparar a “realidade” entre os vários distritos/regiões do país. Seria desejável que a mesma metodologia fosse adotada para a análise de outros crimes, quando se apresentam dados regionais/distritais, de modo a viabilizar uma mais correta apreensão da situação.

Uma caracterização das vítimas, suspeitos e relação entre estes está geralmente ausente das análises efetuadas (com exceção de alguns crimes específicos).

[Estatísticas da criminalidade violenta em Portugal]. A nossa estatística é má. (...) Começa por ser má nos tribunais, no próprio MP. Não temos um tratamento diferenciado dos fenómenos, temos um tratamento por tipologias penais e isso dá-nos muito pouco. Por exemplo, às vezes perguntam-nos o número de crimes praticados contra idosos e não temos estatística sobre isso. Não temos estatística diferenciada nem por idades, nem por tipologias de vítima, nem por modus operandi, nem temos maneira de a desagregar. Podíamos ter um sistema informático que possibilitasse fazer esses cruzamentos, não temos, só por consulta processo a processo. As polícias também têm os seus sistemas informáticos, um pouco melhores que os nossos, mas em geral são sistemas muito rudimentares, que não permitem ir além do que está no RASI (crimes contra o património... em termos muito gerais) (...). Se quisermos conhecer os fenómenos (...). E21MJM

Com exceção dos crimes de violência doméstica, tráfico de seres humanos e tráfico de estupefacientes, as análises apresentadas no RASI para os restantes crimes em foco tendem a ser muito sucintas.

Para estes três crimes analisados com maior detalhe no RASI, importa salientar que são elaborados, por outras entidades, relatórios autónomos neste domínio.

Assim, seria desejável que outros relatórios mais “especializados” fossem elaborados relativamente a determinados crimes/fenómenos (ex.: homicídio, violação, abuso sexual de criança, violência escolar, entre outros...), integrados ou não num relatório específico sobre criminalidade violenta, o qual também se avalia como pertinente.

Refira-se a este propósito que em Inglaterra e País de Gales foi criada pelo Home Office uma plataforma agregadora de dados (“Data Hub”) para a qual as polícias remetem dados mais detalhados sobre os crimes registados, viabilizando uma análise mais aprofundada da caracterização das vítimas e agressores e fatores agravantes dos crimes (ONS, 2018d). Esta plataforma entrou em funcionamento em 2015 e contempla igualmente dados relativos à forma como os casos são terminados ao nível da polícia (ex.: investigação finalizada sem suspeito identificado; dificuldades de obtenção de prova; investigação terminada com “acusação”).

No Canadá são disponibilizados publicamente dados sobre taxas de elucidação criminal (resolução dos casos), quer em termos globais, quer de forma desagregada para crimes violentos e crimes não violentos. Neste país, são igualmente analisados os crimes considerados infundados (onde se concluiu que o crime não se registou) (Greenland & Cotter, 2018). A título de exemplo, para o ano de 2017 a proporção de crimes infundados situou-se, em termos globais, nos 7%, enquanto no domínio dos crimes violentos foi superior: 12%.

Este tipo de dados poderia ser relevante para adequar eventuais respostas a perceções recorrentes da “utilização” do crime de violência doméstica de forma instrumental para outros fins, o que poderá contribuir para uma menor severidade atribuída ao mesmo.

“Há muita instrumentalização da VD nos divórcios, merecia ser estudado. Uso e abuso de um certo tipo de advocacia. (...) Tivemos muitos casos de falsas VD, por vinganças, divórcio, patologias várias... também há psicoses. Temos de dar importância a tudo o que nos participam, só depois da recolha da prova é que vemos (...).” E21MJM

Apesar das diferenças entre os respetivos sistemas de justiça criminal, e atribuições de cada um dos atores envolvidos (ex.: em Inglaterra e País de Gales a própria polícia pode determinar que os casos prosseguem para Tribunal, quando se trata de crimes de menor gravidade, competência que em Portugal está concentrada no Ministério Público), este tipo de dados são extremamente importantes a par dos restantes sobre os crimes registados e já aqui abordados. Desta forma, ficaria a conhecer-se melhor as taxas de resolução/elucidação dos casos por parte da polícia e de eventuais denúncias falsas, por tipo de crime, o que certamente são dados relevantes quer para o aperfeiçoamento das políticas públicas, quer para a (re)definição de orientações mais operacionais ao nível dos OPC.

Este tipo de dados surge como extremamente relevante para efeitos da medição da severidade (intra)criminal e análise do “desfecho” dos crimes violentos.

“Às vezes temos porque há um DLAP... quando estava no DLAP [de Lisboa] resolvi fazer uma estatística [numa folha de cálculo], por exemplo, para o furto de cobre (processos, modus operandi, resultado) (...) na VD, a coordenadora da violência doméstica faz isso, numa lista Excel põe o número do processo, modus operandi, resultado, se houve condenação/absolvição... permite tirar determinadas conclusões. Uma estatística Excel é uma sobrecarga muito grande para os serviços, não se consegue fazer sobre tudo. Só para coisas pontuais em que sentimos necessidade de coordenar melhor, então fazemos.” E21MJM

Tendo em conta que em Portugal existe o “NUIPC” para cada ocorrência criminal registada, seria possível acompanhar os processos avaliando o seu percurso no âmbito dos vários níveis

do Sistema de Justiça Criminal: polícias, Ministério Público, Tribunais, reinserção e serviços prisionais.

Este tipo de seguimento de casos, através do NUIPC, poderá também viabilizar uma análise da magnitude e natureza das reclassificações dos crimes (ex.: situação registada pelo OPC como violência doméstica e reclassificada em ofensa à integridade física simples pelo MP).

Refira-se, adicionalmente, que em alguns sistemas de registo/disponibilização de dados se constatam situações em que um dado crime ainda se encontra integrado numa determinada tipologia criminal quando na sequência de alterações ao Código Penal ou legislação avulsa esse crime já terá transitado para outra tipologia (ex.: a categoria detenção/tráfico de armas proibidas encontra-se integrada nos crimes contra a sociedade ao nível dos crimes registados - modelo 262, sendo que na prática deveria estar na legislação avulsa). Assim, seria importante rever os atuais sistemas de registo, no sentido de se garantir que os mesmos refletem totalmente a legislação em vigor e a sistemática do CP/legislação avulsa.

Sobre esta questão da análise da progressão dos casos ao longo do Sistema de Justiça Criminal importa também salientar a importância de existir uma harmonização dos sistemas de registo nas várias fases (ex.: registo do crime, inquérito, julgamento e também registo criminal), de modo a que os dados possam ser mais facilmente analisados e “comparáveis”. Conforme se constatou, os sistemas de registo entre OPC, DIAP, Tribunais e Registo criminal são diferentes e verificam-se diversas variações na forma de categorização dos crimes/categorias criminais.

Mesmo para a realização de uma análise ao nível de um subconjunto de crimes violentos se verificam diferenças entre os sistemas de registo/categorização, o que introduz algumas reservas na análise da referida progressão dos casos ao longo das fases do processo criminal.

Seria extremamente relevante que pudesse existir uma articulação entre as várias entidades envolvidas, de modo a que se conseguisse alcançar um mínimo denominador comum ao nível da categorização dos crimes/categorias estatísticas, especialmente ao nível da criminalidade violenta, de modo a garantir maior fiabilidade a este tipo de análises estatísticas que permitissem avaliar, por exemplo, para cada crime, as respetivas “taxas de atrito” em cada uma das fases do processo criminal³⁵⁹.

³⁵⁹ A este propósito refira-se que, segundo os dados do *European Sourcebook*, de 2011, Portugal surge entre os países analisados em que esta taxa de casos que chegam à fase de julgamento é das menores.

Este tipo de análises é fundamental nos atuais sistemas de estatísticas nesta área, revelando-se como instrumentos úteis para melhor avaliar a eficácia da política criminal.

Apesar da utilização dos crimes previstos no Código Penal poder trazer alguma dificuldade acrescida ao nível dos profissionais dos OPC, uma vez que numa primeira fase pode não ser viável perceber a tipificação adequada para alguns crimes (ex.: se se trata de um homicídio qualificado ou homicídio simples), sendo mais fácil colocar numa grande categoria “homicídio voluntário consumado”, certo é que a tipificação legal é uma linguagem comum entre todos os operadores do Sistema de Justiça Criminal, pelo que poderá ser ponderada a sua utilização nos diversos sistemas.

Tendo em conta a nova classificação internacional dos crimes (ICCS) da UNODC, importará no âmbito desta reflexão avaliar a exequibilidade de se conjugar ao nível dos sistemas de registo inerentes às várias fases do processo-crime a classificação mais genérica da ICCS e os crimes previstos no CP e na legislação avulsa.

Para se poder realizar uma análise mais compreensiva dos crimes registados, importa que se possa avançar no sentido da recolha e análise de dados de caracterização dos crimes e dos intervenientes, nomeadamente como preconizado pela ICCS (através de um conjunto mínimo de variáveis desagregadoras das ofensas criminais), adicionando, eventualmente, outras variáveis que permitam aferir da “carga de violência” praticada, de modo a viabilizar uma análise da severidade intra-criminal ao longo do tempo.

11.5.2.2 Questões específicas sobre as estatísticas relativas aos homicídios

Reportando agora especificamente às estatísticas disponíveis em Portugal sobre homicídios registados pelos órgãos de polícia criminal, os dados não permitem apurar com clareza o número de vítimas mortais em cada ano, uma vez que são respeitantes às ocorrências (e não às vítimas), e não permitem caracterizar de forma completa as vítimas, suspeitos, relação entre ambos e o contexto da ocorrência.

Ao nível do RASI existe um capítulo sobre os homicídios voluntários consumados, o qual tem como fonte a PJ, mais concretamente os casos em investigação por este OPC, o que pode não corresponder ao número de homicídios registados num dado ano.

Outra questão relevante prende-se com a elevada proporção de situações de HVC em que não existe informação sobre a utilização de armas/outras meios. Em 2017, esta informação não estava disponível para 46% dos casos, enquanto em 2008, tal proporção era de 24%. Refira-se que para os outros crimes no âmbito dos quais os OPC efetuam este registo específico (ofensa à integridade física grave e roubo) a proporção em que existe tal desconhecimento é inferior a 10%, revelando dificuldades acrescidas na obtenção/registo/comunicação deste tipo de informação ao nível dos HVC.

Eventualmente relacionado com esta questão da informação sobre a utilização da arma no âmbito deste e de outros crimes, poderão estar fatores com os sistemas informáticos e a facilidade (ou não) de utilização dos mesmos e o rigor existente ao nível do registo sistemático desta informação:

“Muitas vezes não põe [elemento policial] a arma... dá mais trabalho criar um objeto [no sistema informático] (...) dados aparecem na descrição dos autos - não aparece nos dados a extrair sobre arma do crime (...).”
E13AR

Tendo em conta a gravidade deste crime, importará recolher dados mais detalhados sobre este tipo de ocorrências, permitindo um maior conhecimento sobre o fenómeno. Assim, à semelhança do verificado em Inglaterra e País de Gales e EUA, poder-se-ia implementar uma metodologia de registo complementar neste domínio, a ser adotada pelos OPC, prevendo-se igualmente a possibilidade de seguimento dos casos através dos restantes níveis do Sistema de Justiça Criminal.

Seria fundamental que, anualmente, fosse apresentado um relatório sobre este tipo de crime, à semelhança do já verificado para outros (ex.: violência doméstica, tráfico de seres humanos, tráfico de droga), devendo complementar-se os registos policiais com outros dados, nomeadamente do Ministério Público e dos Tribunais.

Atualmente, os dados habitualmente disponibilizados publicamente não permitem avaliar quantos homicídios registados serão simples e quantos qualificados, ou quantas tentativas de homicídio simples e qualificado terão sido verificadas. Estes aspetos assumem relevância especial quando se pretende analisar eventuais variações/tendências na severidade criminal (intra-criminal).

Por outro lado, torna-se relevante adicionar a essa análise dados provenientes de outras fontes como seja o Ministério da Saúde, sendo que o INE disponibilizada dados sobre as causas de

morte, onde é possível extrair informação sobre estas situações relativas a mortes na sequência de agressões ou sequelas.

Tal como se verifica em outros domínios (ex.: rodoviário), importa contabilizar os homicídios, quer a morte seja verificada de forma imediata à agressão, quer a mesma se venha a verificar mais tarde nessa sequência, pelo que esta estatística disponibilizada pelo INE parece permitir avaliar melhor esta realidade.

Em Espanha, a existência do Observatório da Violência de Género viabiliza dados detalhados sobre este tipo de crime, permitindo, por exemplo, perceber em quantos dos casos de homicídio registados neste contexto da violência de género existia denúncia prévia, se existia coabitação, entre outros aspetos. Este tipo de dados são fundamentais para analisar as situações de forma mais compreensiva e assim contribuir de forma mais eficaz para a (re)definição das políticas públicas a este nível.

Ao nível dos dados relativos aos homicídios importará igualmente ter em conta as variáveis desagregadoras adicionais, recomendadas em sede da ICCS.

11.5.2.3 Contextualização das análises e utilização de outros indicadores

Tal como preconizado pela ONU (2003), as estatísticas criminais devem também ser analisadas em conjugação com indicadores do contexto social e económico. Por outro lado, e tal como efetuado em estudos longitudinais realizados, nomeadamente, na década de noventa sobre os crimes registados em Portugal, importa avaliar eventuais tendências, sazonalidades e incidência territorial, com especial destaque para a criminalidade violenta. Adicionalmente, este tipo de análise deveria ser efetuada de forma regular, não ficando dependente de iniciativas académicas ou outras que não surjam no contexto do próprio Sistema de Justiça Criminal.

“(...) As tendências do crime não se medem ano a ano - precisamos de analisar segmentos temporais de décadas e fazer cálculos R².” E7CdA

“(...) Fará sentido desenvolver investigação que associe variáveis sociodemográficas, pessoais e conjunturais à explicação da criminalidade violenta e que depois se debruce sob certos tipos de crimes como é o caso da violência na intimidade.” E5RA

“ [Estatísticas criminais] são fundamentais, mas têm de ser analisadas à luz de outras realidades - qual a constituição da comunidade, situação económica e social, grau de vulnerabilidade e desigualdade social... são fatores diretos ou indiretos da violência (sentido amplo). Isto merecia um grande plano, um grande projeto.” E2AL

Importa salientar que, tal como referido pela DGPJ, já existem interfaces automáticos, pelo menos com a PJ e PSP, para efeitos de envio de dados sobre os crimes registados, o que viabiliza a comunicação de dados mais completos por parte destas entidades à DGPJ. Provavelmente, entre esses dados constam variáveis relativas à caracterização das vítimas, ocorrências e ofensores, mas que não são ainda disponibilizados publicamente, por se manter a utilização dos indicadores que correspondem ao mínimo denominador comum entre OPC (campos do modelo 262), sucedendo provavelmente o mesmo para o mapa das armas e outros meios utilizados. Assim, ao analisar-se o “estado da arte” em Portugal em termos das estatísticas criminais, este tipo de questões tem de ser tido em conta, pois a não disponibilização/divulgação de dados pode apenas significar que tais dados existem, mas não estão disponíveis para todos os OPC, pelo que se opta por não os revelar, ficando assim a informação disponibilizada atualmente aquém do que se prevê vir a ser possível no futuro.

Tal como abordado, a disponibilização de dados sobre a duração das sentenças aplicadas apenas foi possível através do SICRIM (DGAJ), e neste contexto o volume de trabalho necessário para extrair informação estatística útil que permita analisar alguns crimes em concreto é elevado, o que torna este tipo de análise pouco exequível de forma regular. Para o efeito, será essencial prever-se a extração automática de alguns *outputs* estatísticos que permitam uma análise comparada entre a duração das penas aplicadas entre crimes, por comarca, e uma análise comparativa para cada crime das penas aplicadas ao longo do tempo.

O manancial e potencial de informação a este nível é muito elevado, o que justificaria todo o esforço a realizar para se poderem obter os referidos dados. Com este tipo de dados poder-se-ia equacionar a criação de um índice de severidade criminal (inter e intra crimes), com base na duração das penas de prisão aplicadas. A este nível, seria necessário realizar um tratamento específico para condenações por um crime e para condenações por mais do que um tipo de crime, para se evitar confundir resultados devido a situações de concurso de crimes. Este tipo de informação é igualmente relevante pois será diferente concluir-se que as condenações por violação tendem a surgir sem outros crimes associados ou se, pelo contrário, haverá uma tendência para o concurso de crimes (e que crimes), aspeto que poderá ser revelador de variações na “carga” de violência.

Tendo em conta o volume de trabalho que pode estar envolvido, mesmo que numa primeira fase tal fosse apenas viável para um subconjunto de crimes violentos, já seria muito vantajoso.

O acesso de forma mais facilitada a dados sobre as penas aplicadas (e se as penas de prisão são efetivas ou suspensas) permitirá efetuar uma análise mais compreensiva da realidade criminal, podendo viabilizar uma comparação entre as penas aplicadas e a moldura penal prevista (de modo a perceber-se que crimes apresentam maiores discrepâncias).

A criação e utilização de índices de severidade criminal (intra e inter-crimes), conforme abordado anteriormente, poderá igualmente contribuir para uma leitura mais profunda da realidade criminal em Portugal, e uma análise comparada entre regiões/distritos/municípios.

Refira-se ainda que a componente de comparação da realidade portuguesa com a de outros países europeus, em sede de RASI, poderia ser eventualmente reforçada.

11.5.3 A PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS E DE OUTROS INDICADORES NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL

O conhecimento no âmbito do crime e da justiça criminal constitui um atributo fundamental no desenvolvimento de estratégias para “governar” as populações (Haggerty, 1998).

As estatísticas sobre o crime e sobre a vitimação são assim incontornáveis para a medição da eficácia, eficiência e qualidade das intervenções e fundamentais para a (re)definição de prioridades, programas e políticas na área da justiça criminal.

Conforme refere Durão (2011), os resultados da avaliação política das estatísticas criminais são publicados num único relatório anual, o RASI, elaborado pelo Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (GSGSSI), o qual se encontra na dependência da Presidência do Conselho de Ministros.

Apesar de se reconhecer a importância do RASI e da divulgação das estatísticas criminais por esta via, poderá eventualmente ir-se um pouco mais além ao nível da análise e da utilização das estatísticas criminais.

“RASI muito útil como instrumento de apoio à decisão estratégica. (...) As estatísticas ajudam-nos a ter perceção dos ‘trend’ - necessitamos de melhores mecanismos. (...) A estatística é de apoio à decisão. Não pode ser só para o patamar político, mas um instrumento de apoio à decisão da ação policial. (...) O RASI pode ser um instrumento melhor se não for apenas uma compilação de dados que tem um momento alto aquando da sua apresentação e depois disso é um dossiê para análise jornalística. ‘O RASI deve ser o estado da arte’. Daí a importância de um repensar a forma como as estatísticas estão a ser feitas.” E1AC

“Na altura quando se constituiu a DGAI era exatamente para desenvolver um conjunto de instrumentos, a par do RASI, para se aferir a perceção, os medos, a forma como olham para as FS (...) e ver como outros (...) França (INHES) fazem. Fomos a França (...) têm esse relatório, é feito por uma comissão e as pessoas votam - podem discordar de como os dados estão a ser apresentados (o que é interessantíssimo). As pessoas podem votar vencido, dá credibilidade/transparência. Este é um problema que se coloca ao RASI, o MJ tem feito um excelente trabalho, mas esses dados não chegam (...) faltam os inquéritos - custa dinheiro (...).” E12JFO

“Já se deu um passo positivo - formas de fazer estatísticas comuns a todos. Há uns anos nada batia com nada. (...) agora pelo menos já há uma uniformidade de critérios. (...) Houve um caminho muito bom que se foi fazendo ao longo dos anos. (...) Esta noção de essencialidade [da estatística] não é coisa de há dez anos ou quinze, foi-se desenvolvendo. Reconhece-se esta mais-valia, o que às vezes falha é a noção que a estatística não é só números, tem de ser combinada com uma análise interpretativa. Isso às vezes falta, vemos os quadros e depois não há nenhuma explicação.” E17LMG

Deverá equacionar-se o fornecimento de algumas orientações, nomeadamente à comunicação social, sobre como “ler” os números das estatísticas criminais, de modo diminuir os vieses que surgem muitas vezes.

“(...) É perigoso ver as estatísticas como santo graal do conhecimento do crime. Às vezes há essa tentação. A nossa comunicação social é, em grande parte dos casos, muito superficial - olha para os números e diz que subiu, desceu... a análise tem de ser mais fina.” E6RP

“(...) Estatísticas são usadas para alimentar a definição de políticas criminais. Pedem-nos internamente informação estatística quando se está a alterar alguma legislação. (...) Ainda há algum distanciamento da leitura de indicadores estatísticos para aperceber o que passa e mobilizar meios.” E9MJC

“Com esta estatística não conseguimos, o mais aperfeiçoado em termos de estudo dos fenómenos é o RASI (...) não passa de um certo ponto (...) se quiser fazer análise de pormenor, sobre comportamento dos grupos, dos gangues, tendências, etc.. isso já tem de ser feito por grupos de análise especializados, o que normalmente ou é o serviço de informações ou nas polícias, o MP não tem capacidade para isso nem estatística para isso (...).” E21MJM

Tendo em conta o manancial de dados registados no âmbito do Sistema de Justiça Criminal, estes poderão ser mais “rentabilizados”, de modo a aprofundar-se o conhecimento da realidade e por essa via melhor orientar as políticas, estratégias e práticas, nomeadamente dos OPC.

“A perceção que tenho é que existem dados em detalhe, mas têm que ser estabelecidos os critérios estatísticos desta análise (...) um desafio (...) a definição de critérios. (...) Faltam instrumentos de predictive policing. Instrumentos estatísticos... Esses instrumentos existem e estão disponíveis, é uma questão de os operacionalizarmos, não estão a ser utilizados. Implica um salto tecnológico bastante grande. Ingleses criaram a National Crime Agency, não choca com as polícias (com a territorialização das polícias), mas chama a si este aspeto fundamental. As estatísticas não se esgotam no RASI, são de apoio à decisão e de apoio à operação policial. É esse salto que é preciso dar- ao nível operativo. RASI é um instrumento estratégico (...). Há um gasto/investimento de energia muito grande ao nível das informações (...) que nem sempre é rentabilizada por

instrumentos transversais e por mecanismos que permitam fazer prognósticos a partir desses dados (policiamento preditivo). É o salto que é preciso dar.” E1AC

“As estatísticas na área do crime devem ser integradas, para tudo bater certo.” E4JL

“O RASI veio juntar as estatísticas todas - e há erros, queixas apresentadas em vários sítios (duplicação apesar de não desvirtuar resultados). Era preciso ter uma leitura crítica - porquê mais violações em Setúbal do que no resto do país? (...) Dizer às polícias que a incidência está a ser maior nos sítios tais e tais devido a y e as estratégias deviam ser reorientadas (...) o RASI devia ser publicado como instrumento estatístico, com uma leitura dos números - porque é que aquilo aconteceu, diferenças face ao ano anterior, leituras com mais anos (...).” E8CA

“[Estatísticas criminais] (...) para qualquer crime são carregadas as coordenadas - permite analisar quando, onde e como ocorrem - a partir daqui podia-se fazer estudos, e trabalhar em articulação e conseguir-se melhor segurança (...) Estatísticas, indicadores trabalhados. Não tenho dúvidas que podíamos orientar muito melhor o patrulhamento e trabalhar melhor junto da sociedade... contra fenómenos e combatê-los.” E13AR

Durão (2011) refere que, em Portugal, a produção de estatísticas criminais é um processo totalmente fechado e controlado a nível estatal. Indica que as polícias portuguesas são “obrigadas a colaborar”, tendo o “trabalho para as estatísticas” sido integrado no dia a dia das funções policiais.

Acerca da(s) entidade(s) responsável(eis) pela produção e divulgação das estatísticas criminais poderia ser útil que as mesmas pudessem reforçar as garantias de independência dos OPC e do poder político.

“Talvez se precisasse que as estatísticas fossem uma estrutura mais independente, mais transversal e que se retirasse o ónus às polícias. (...) Para que a verdade dos números traduza a realidade da criminalidade em Portugal. Implica que não haja inibições na apresentação dos números, que não haja concorrência entre polícias sobre em que área de responsabilidade há mais ou menos crime. Isto não é prova de eficácia. Implica uma interpretação dos números. Se há muita criminalidade é porque as polícias não funcionam, se há pouca é porque a prevenção está a funcionar. Esta interpretação consubstancia uma leitura frequentemente simplista dos dados da criminalidade, que não corresponde à realidade.” E1AC

“Não se deve encolher ou esticar conceitos consoante a conjuntura/agendas.” E4JL

“A criminalidade pode prejudicar os titulares de cargos políticos.” E6RP

A este nível, importa atender a experiências como a existente no Canadá e França, em que existem mecanismos de modo a garantir uma maior independência na produção e divulgação das estatísticas do Sistema de Justiça Penal. No caso do Canadá, os relatórios sobre estatísticas criminais são escrutinados, antes da sua publicação, por um conjunto de revisores pertencentes a diversas entidades do Sistema de Justiça Criminal, os quais refletem um amplo leque de ideologias políticas (Haggerty, 1998). Em França o Observatório da Delinquência e Respostas Penais, que funciona no âmbito do INHESJ, estrutura na dependência do primeiro-

ministro, possui um conselho consultivo (que inclui representantes da sociedade civil) de forma a promover a independência do seu trabalho.

Em Portugal, antes da divulgação do RASI, este é também apreciado em sede do Conselho Superior do Sistema de Segurança Interna, onde estão presentes diversos ministros (ex.: MAI, MJ, MDN³⁶⁰), os dirigentes máximos dos vários OPC, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, entre outras entidades. Outros peritos ou representantes da sociedade civil estão ausentes.

De acordo com Durão (2011), no RASI são disponibilizados apenas resultados nacionais do crime³⁶¹, ao contrário da situação verificada, por exemplo, no Canadá, em que o centro de estatísticas respetivo se responsabiliza por um conjunto de estudos temáticos com dados mais ou menos detalhados e localizados.

Esta autora refere que no Canadá todo o processo de produção e difusão de estatísticas criminais provoca um ambiente de debate sobre o Sistema de Justiça Criminal nacional e regional, e que, conforme refere, não se poderá afirmar o mesmo para o caso português.

As experiências existentes ao nível deste país, bem como a situação recente verificada em Inglaterra e no País de Gales, em que a existência de um escrutínio muito forte em torno da produção de estatísticas criminais conduziu a alterações profundas no sistema e em que o rigor exigido à produção das estatísticas policiais encontra-se na ordem do dia, devem constituir-se como elementos a ter em conta para uma reflexão nacional neste domínio.

No caso português, a DGPJ, entidade responsável pelas estatísticas de Justiça, e com competências delegadas por parte do INE, embora divulgue alguns destaques estatísticos sobre os crimes registados, tende a “ausentar-se” da análise neste âmbito, deixando esta tarefa para o GSGSSI.

Assim, e apesar da responsabilidade da produção das estatísticas criminais ser da DGPJ, por via das competências delegadas do INE, tal como sucede no Canadá, a sua análise fica a cargo de uma entidade diferente, o que não se verifica no Canadá.

O sistema português surge assim como uma solução híbrida, em que as responsabilidades estão partilhadas entre DGPJ e GSGSSI, ficando no entanto de fora do RASI uma análise sobre outros indicadores do Sistema de Justiça Penal como sejam os resultados dos processos-

³⁶⁰ Ministério da Defesa Nacional.

³⁶¹ Refira-se que o RASI apresenta dados a nível distrital/Regiões Autónomas.

crime na fase de inquérito (exceto para a VD, uma vez que no respetivo capítulo são apresentados alguns dados neste domínio) e na fase de julgamento, incluindo-se, todavia, indicadores ao nível da reinserção e serviços prisionais.

O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, bem como o Gabinete Coordenador de Segurança funcionam na direta dependência do Primeiro-Ministro ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna (artigos 14.º e 21.º da Lei de Segurança Interna).

O GSGSSI encontra-se atualmente na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, deixando assim o MAI de ter um papel de maior relevo no domínio da análise das estatísticas criminais, que pudesse ter por essa via.

No âmbito deste processo, e ao contrário do verificado em outros países (ex.: Espanha e França), o Ministério da Administração Interna (MAI), designadamente através de algum serviço central de suporte congénere à DGPJ, está atualmente ausente, apesar de se constituir provavelmente como o Ministério com mais interesse na produção de estatísticas criminais que possam dar resposta às necessidades, nomeadamente, dos OPC (sendo que importa lembrar que, por exemplo, em 2017, 92% da criminalidade foi registada pelas três FSS sob tutela do MAI).

Não obstante este facto, não se pode deixar de mencionar a existência de contributos temáticos do MAI para efeitos do RASI (ex.: violência doméstica), bem como por parte das FSS e outros serviços do MAI através do envio de outros conteúdos específicos, mas que ficarão aquém da participação mais ativa que existia por parte do MAI, aquando da elaboração dos primeiros RASI.

Com a atual “arquitetura” de entidades envolvidas surge incontornável e necessário o envolvimento das referidas entidades (DGPJ e GSGSSI), no entanto será pertinente que estas estruturas e/ou outras possam desenvolver de forma regular estudos sobre a criminalidade reportada e sobre os resultados dos processos-crime, não se cingindo apenas a um relatório anual. Assim, e tal como sucede com o ONDRP francês, importa acompanhar de modo regular os diversos fenómenos criminais e divulgar dados estatísticos e estudos nesta área.

Refira-se que ao nível da realização de inquéritos de vitimação, a responsabilidade pela sua realização deve ser especialmente da entidade estatística nacional, questão que não suscitará muitas dúvidas, sendo assim que funciona em diversos países como o Canadá, França e Inglaterra e País de Gales; devendo, porém, as restantes entidades ser envolvidas neste

domínio. O SGSSI possui, aliás, entre as suas competências de direção, a de participar na realização de inquéritos de vitimação e insegurança (art.º 17.º da Lei de Segurança Interna). A DGPJ, por seu lado, sucedeu nas atribuições a outras entidades do MJ que foram responsáveis pela realização dos primeiros inquéritos de vitimação em Portugal, realizados na década de 90.

Quer seja ao nível da análise da criminalidade registada, quer seja ao nível dos inquéritos de vitimação, julga-se que fará todo o sentido que o MAI possa assumir um papel mais relevante face ao atual, tendo em conta as suas responsabilidades específicas em matéria de formulação, coordenação, execução e avaliação das políticas de segurança interna.

Tal como abordado anteriormente, o MAI e o MJ lançaram em 1989 as bases do atual sistema de notação estatística dos crimes e o MAI assumiu outrora um papel mais destacado na produção e divulgação das estatísticas criminais (ex.: veja-se o RASI de 1996, elaborado no Gabinete do Ministro da Administração Interna, sendo que apenas de 2003, inclusive, em diante a sua elaboração surge contextualizada no Gabinete Coordenador de Segurança, então sob a tutela do MAI).

O MAI (na ocasião através da ex-DGAI) foi um dos parceiros, a par do INE, da DGPJ e da APAV, na operação prevista para implementar em Portugal o inquérito de vitimação do Eurostat.

A experiência francesa, em que existe um Observatório dedicado à análise das estatísticas criminais, que se constitui como parceiro fundamental na implementação dos inquéritos de vitimação realizados e que analisa igualmente as respostas penais (constituindo uma extensão da sua abrangência desde 2010), surge como uma solução bastante interessante, tendo em conta a importância de se poderem realizar análises mais aprofundadas sobre os fenómenos criminais, nas suas várias vertentes.

“Um observatório da violência era importantíssimo. Com visão ampla, sistémica, holística (...).” E2AL

O MAI, no contexto da Base de dados de violência doméstica (BDVD), procura, mediante os dados disponíveis, realizar análises relativas às várias fases do processo penal (incluindo taxas de acusação, de condenação, duração das penas de prisão e se as mesmas são suspensas ou efetivas)³⁶², no entanto tal exercício encontra-se circunscrito ao artigo 152.º do CP, sendo que seria relevante que este tipo de análises pudesse ser aperfeiçoado e alargado a outros crimes violentos.

³⁶² Ver SGMAI (2017).

No que concerne especificamente à criminalidade violenta, importaria monitorizar, para além dos crimes registados e seus desfechos ao nível das várias fases do processo criminal, as respostas penais adotadas, nomeadamente ao nível da aplicação de medidas de coação e de diversas medidas de proteção previstas no estatuto de vítima especialmente vulnerável (ex.: recurso a declarações para memória futura), bem como o recurso a revistas e buscas domiciliárias, escutas ou aplicação de medidas de proteção de testemunhas. Para que crimes e quando se tende a recorrer à prisão preventiva? As revistas e buscas domiciliárias ou as escutas telefónicas, para que tipo de crimes surgem como mais utilizadas? As declarações para memória futura são adotadas, se sim, para que crimes em particular?

“Declarações para memória futura, positivas mas às vezes prejudicam o processo, advogados alegam que vítima não permitiu o contraditório.” E17LMG

“Preocupa-nos a quantidade de vezes que a criança é ouvida. Embora saibamos que exista um esforço muito grande das autoridades para reduzir ao mínimo esta audição das crianças. Mesmo tendo prestado declarações para memória futura, a maioria delas [crianças] está a ir a julgamento outra vez (e as crianças dizem que o ‘outro senhor [juiz] tinha prometido que não era preciso ir lá mais e agora tenho de ir outra vez’). Tem de se pedir encarecidamente que o arguido não esteja na sala, mas acaba sempre por se cruzar... É o mesmo que nas declarações para memória futura, prevê-se que arguido não esteja na sala, está representado pelo advogado, mas o que acontece muito é o arguido ser convocado por intermédio do advogado e ninguém o impede de entrar no tribunal, e os tribunais não têm duas portas de entrada.” E18CF.

Assim, julga-se que seria oportuna a revisão da atual estrutura/sistema de elaboração e divulgação das estatísticas criminais, de modo a garantir, por um lado, a imparcialidade e fiabilidade estatística necessárias (e também um papel mais ativo ao nível do MAI) e, por outro, viabilizar a realização de análises sobre os fenómenos criminais que vão ao encontro das necessidades dos OPC, dos demais atores do Sistema de Justiça Criminal e do próprio Estado, em termos globais.

11.5.4 O PAPEL DAS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS NA (RE)DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Bauer, Rizk e Soullez (2011) sublinhavam a importância das estatísticas no âmbito do processo de conceção e condução das políticas públicas, e a sua divulgação tem a missão de esclarecer o decisor e contribuir para o debate democrático, fornecendo aos cidadãos elementos informativos que lhes permitam formar as suas próprias ideias sobre uma situação ou avaliar a validade de uma decisão.

Conforme referem estes autores, e reportando-se à realidade de França, o Estado faz uso frequente, em matéria económica e social, das estatísticas públicas para adaptar as políticas ou justificar as suas decisões (ex.: utilização de indicadores como o produto interno bruto, índice de preços do consumidor, taxa de desemprego e taxa de pobreza). Segundo Bauer, Rizk e Soulezz (2011), já não se podia afirmar o mesmo para o domínio do crime e para a avaliação das respetivas políticas de prevenção e repressão, onde as estatísticas não constituíam um elemento central.

Constatavam aliás (em 2011, sendo que tal já não sucede assim na atualidade) que o ministério do interior francês era um dos raros ministérios que não dispunha de um serviço de estatísticas ministeriais (situação semelhante à atual no caso do MAI, em Portugal) contribuindo assim para o diminuto desenvolvimento do então sistema existente em termos de estatísticas policiais.

Conforme referia, em 2014, o grupo de peritos que preparou um relatório para a UNODC sobre a “revolução dos dados”, no contexto de estabelecimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável (para vigorar até 2030):

“Os dados são o sangue vital dos processos de tomada de decisão e a matéria-prima para a prestação de contas [accountability]. Sem dados de elevada qualidade, que forneçam a informação correta sobre os aspetos certos e no tempo adequado, a conceção, monitorização e avaliação das políticas torna-se quase impossível.” (IEAG³⁶³, 2014).

Segundo o IEAG (2014), a revolução dos dados corresponde a: 1) uma explosão do volume de dados, da velocidade com que são produzidos, do número de produtores de dados, da disseminação dos dados, e da variedade de áreas para as quais existem dados provenientes das novas tecnologias tais como telemóveis, internet e provenientes de outras fontes, como sejam dados qualitativos, dados gerados pelos cidadãos e dados sobre perceções; e 2) uma procura crescente por dados provenientes de todos os domínios da sociedade.

A par de tudo isto, importa referir, na linha do já apontado por Lourenço (2013), que a sociedade atual é caracterizada pelo escrutínio permanente das instituições, a sua vigilância e controlo, embora tal possa ser realizado de forma anónima e abstrata, a área da segurança é um foco primordial de escrutínio permanente. Segundo este autor, em nenhuma outra época histórica os indivíduos tiveram acesso a tanta informação, de forma tão facilitada.

³⁶³ Grupo consultivo de especialistas independentes sobre uma revolução de dados para o desenvolvimento sustentável.

Tal como indicado por Durão (2011), em Portugal, a participação dos cidadãos na segurança e na polícia ocorre, essencialmente, através da informação, seja mediática, política ou por intermédio de várias narrativas difusas que envolvem o crime. Acrescenta que, neste processo, as estatísticas criminais ocupam de facto um papel central, mas de modos que podem variar grandemente de acordo com os contextos.

Ao nível do presente estudo, mediante as informações recolhidas, constatou-se não existir um consenso sobre a existência de políticas públicas adequadas na área da prevenção e combate ao crime, o que se constitui como um sinal de alerta para a necessidade de repensar as estratégias e práticas neste domínio de forma geral. As estatísticas criminais e o conhecimento da realidade criminal de nada servirão se não forem utilizados para aperfeiçoar as políticas públicas existentes e/ou definir novas estratégias, numa lógica de investigação-ação e permanente monitorização de resultados.

“Precisamos de partir da investigação teórica para desenhar programas de prevenção e intervenção sólidos (...) quais são os objetivos, tem de se avaliar ex-ante e ex-post - utilizando as regras do método experimental, criminologia experimental. (...) Não vejo nada sério - políticas públicas (...) Portugal face aos outros países nas políticas públicas: a nossa posição é ‘miserável’ (...) não existem estratégias coerentes, nem para a CV, nem para o crime em geral. (...) Aplicar programas consistentes, com suporte teórico (na literatura criminológica internacional), cientificamente avaliáveis, isso não acontece - fazem-se umas ações com visibilidade mediática, mas ninguém avalia isso - são intuições.” E7CdA

“As políticas têm de partir dos estudos, uma reunião dos vários especialistas nesta área, da conjugação e articulação dos vários projetos que existem para que houvesse um diagnóstico científico da situação (...). Devia haver uma política de investigação nesta área para reunir os estudos, quais os estudos que existem, quais os que faltam. Vamos ver qual é o nível de violência na sociedade, expressões, determinantes. O que existe não é transversal, nem na investigação, nem na definição das políticas, nem na intervenção. Falta ideia de transversalidade e intervenção sistémica a todos os níveis. Sem o paradigma da cooperação não é possível. (...) Devia haver uma permanente comunicabilidade entre a ciência e a investigação, as políticas, as leis, a organização e a ação... enquanto não interiorizarmos isto... estamos no desgarrado, no ‘acho’... Por isso as investigações são muito importantes. Investigação-Ação.” E2AL

“Em termos legislativos, CV tem sido prioridade (...) a produção legislativa tem sido abundante - CV e criminalidade organizada (...) em termos de políticas sociais penso que nem tanto. Nem sempre são bem articuladas com estas alterações legislativas (...) o direito penal é a ultima ração.” E6RP

“O facto de sermos um país seguro... as crises provocam alterações de paradigma... como estamos felizmente salvaguardados não temos tido esse impulso. Era importante que tivéssemos a grandeza e visão (...).” E1AC

“Temos tido fenómenos sucessivos que têm sido controlados pela polícia. Ataques a ATM com explosão, assaltos a postos de combustível, supermercados, bancos, CTT, criminalidade grupal e organizada. Julgo que a polícia tem dado uma resposta tempestiva e está ‘sob controle’. Não passa de certos limites, não cria um risco intolerável para as pessoas, para a paz jurídica, não ultrapassa um limite para as pessoas. Pode-se sair à noite calmamente ainda. As polícias têm sido eficazes, o MP tem sido eficaz. Os tribunais têm sido eficazes, aplicando penas dissuasoras, com condenações e até apreensão de bens. Nesta parte, o sistema penal tem funcionado relativamente bem, tem havido capacidade de resposta.” E21MJM

Prevalece a ideia de que a definição das políticas públicas é mais influenciada pelos *media* do que pelas estatísticas criminais, percepções dos profissionais ou pelos estudos sobre os fenómenos criminais.

“O poder político reage mais ao problema criado pelos media do que ao problema real (...) às vezes os chefes de polícia vão avisando que vamos ter um problema. O poder político vai [ignorando], até que um dia aparece nos media (...). Muda-se muito por pressão dos media, e por vezes muda-se mal, pois os media tem conhecimento de apenas uma parte da realidade.” E8CA

“Alterações a quente nunca correm bem, não é bom.” E11PC

“Um dos principais fatores, e que mais tem influenciado a definição das políticas ao nível da prevenção e combate à criminalidade violenta, são os media. O poder legislativo cria normas penais para solução dos problemas emergentes na tentativa de combater o medo exacerbado pelas vulnerabilidades sociais, que muitas das vezes são veiculados continuamente pelos media.” E15JV

“Com os peritos não vamos lá. A comunicação social tem maior peso. A comunicação social (séria), se chamar [um fenómeno criminal/situação] às primeiras páginas durante uma semana - passa para o poder político.” E12JFO

“Estratégias públicas na área da prevenção do crime, investigação do crime ou ainda menos do apoio às vítimas de todos os crimes e não apenas de certas categorias de crimes ou vítimas - não existem (...). Existem iniciativas avulsas - desencadeados por programas/preocupações conjunturais/decisões pessoais do decisor político, dando-se depois enquadramento maior, mas não são (...).” E4JL

Como referem Lourenço et al. (2015), em Portugal, apesar da importância dada aos temas relativos à segurança interna, ainda persiste uma escassez de análises e estudos sistemáticos, com a devida profundidade e carácter prospetivo, elaborados num contexto de rigor científico e independente, que possam suportar recomendações estratégicas no domínio das políticas públicas.

Thorpe (2010) refere que no âmbito das estatísticas criminais todos parecem ter uma opinião, sendo uma área de especial interesse e debate, seja da parte dos *media*, políticos ou do público em geral.

A este propósito importa ter em conta que existe uma preocupação coletiva com o controlo do crime violento no dia a dia, constituindo-se, conforme indica Silva (2014), um dos problemas centrais da atual agenda pública pelo mundo fora, e como sinaliza Ferguson (2010), o crime violento é um assunto que é tanto emocional como altamente politizado.

Apesar disso, nem todos os crimes suscitam o mesmo interesse dos *media*, importando também por isso ter em atenção a influência que estes podem ter (focando a atenção em alguns fenómenos, descurando outros) no impulso de políticas públicas para determinados

crimes violentos, relegando-se outros para segundo plano (não por não serem relevantes ou crimes violentos, mas porque não atingem a mesma atenção mediática).

Neste sentido, Brookman e Robinson (2012) apontavam que a atenção a determinadas formas de violência, como a “violência de rua”, ou mais recentemente a violência doméstica e o terrorismo, se constituem como formas de violência em que a preocupação e “cobertura” se têm mantido de forma sustentada, ao contrário da dedicada a outras formas de violência (reportando-se, por exemplo, à violência exercida contra as pessoas no contexto institucional e violência cometida contra idosos).

Por outro lado, e conforme sublinhado por Ferguson (2010), importa ter em conta os estereótipos muitas vezes veiculados pelos *media*, acerca da prevalência dos crimes ou da tipologia das pessoas que os praticam e suas motivações, não correspondem ao retrato real para esse tipo de crimes, sendo que as visões generalistas muitas vezes veiculadas podem igualmente influenciar a comunidade científica.

Acerca da utilização do RASI como instrumento no apoio à (re)definição das políticas públicas, não se verifica igualmente que exista uma ideia geral de que este seja efetivamente utilizado para tal.

“O RASI devia ser a peça obrigatória para o país redefinir a política criminal (se a burla deixa de ser problema, reorientar os meios...). Cada polícia reorganiza-se por si, não nos reorganizamos com base nos dados, é com base no ‘achismo’. (...) Devia [RASI] influenciar quase tudo, mas influencia quase nada.” E8CA

“ (...) Acho que já existe alguma sensibilidade; ainda não tão grande como seria desejável.” E9MJC

“As estatísticas servem para prestar contas (não tanto para definir políticas públicas) do que já se passou, o que se vai fazer para a frente. RASI não tem servido para definir políticas públicas. As coisas vão acontecendo diariamente. Surge uma crise, um problema, temos de dar resposta - política pública (...).” E12JFO.

“(...) Conhece alguma análise crítica ao RASI, por parte do Estado? Devíamos orientar as nossas políticas com base nos crimes que mais subiram no ano anterior - era básico - mas não se faz isto (...).” E8CA

“Os últimos [RASI] que vi eram bastante bons. Agora não sei se uma análise mais fina das expressões da violência não poderia ajudar - a tal severidade dos casos, a intensidade do dolo, indiferença perante o sofrimento ou não; não podemos olhar só às consequências.” E2AL

“Tal como estão, não é nenhum, porque são muito neutras e meramente quantitativas, tem que se fazer estatísticas vivas que retratem os fenómenos e para isso tem de ser melhorado o sistema informático. [Se se conseguir] aí haverá seguramente medidas mais firmes em determinadas áreas. Enquanto tivermos aquela estatística... a criminalidade está a baixar... vai toda a gente contente para casa, não é? Mas isso não é exatamente assim, porque temos motivos para preocupação.” E21MJM

Importará ainda ter em conta a crescente importância que a internet, redes sociais, e o mundo digital em geral assume no quotidiano dos cidadãos, quer no domínio da análise dos fenómenos criminais, quer na respetiva definição das políticas públicas.

“A vida das pessoas hoje processa-se em duas dimensões. Temos um mundo virtual e um real (...) o mundo digital é também um mundo onde a criminalidade se expande de forma impressionante, desde o phishing, o roubo de identidade, furto de identidade até à radicalização de jovens.” E1AC

“Temos de começar a centrar-nos também na carga psicológica, a nova expressão da criminalidade - a internet, a criminalidade violenta também se pode espalhar para aí (...) e a dimensão psicológica vai ganhar expressão (...) a chantagem sexual também é criminalidade violenta, na minha opinião, (...) não se deve descurar. Associamos muito a criminalidade violenta à parte física, a tecnologia exponencia a carga psicológica, e é violento. A internet vem potenciar a criminalidade violenta na sua componente mais psicológica, deve ser tido em conta em termos de políticas públicas e até de acompanhamento das próprias vítimas.” E14PM

12. PROPOSTAS NO ÂMBITO DA MEDIÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

12.1 DEFINIÇÃO E MEDIÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

Apesar de não constar como objetivo central deste estudo a elaboração de uma proposta de definição de criminalidade violenta que presida à análise das estatísticas criminais (desde a participação da ocorrência até às fases seguintes do processo criminal), julga-se oportuno que possa ser apresentada uma proposta mais específica neste âmbito, partindo das definições já existentes, da revisão da literatura efetuada e dos dados recolhidos pelos diversos métodos utilizados nesta investigação.

Esta definição é essencial para se poder apresentarem propostas de medição da severidade criminal no domínio da criminalidade violenta.

A OMS tem uma definição com mais de vinte anos que refere que a violência consiste “*no uso intencional da força física ou poder, real ou sob a forma de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência no desenvolvimento ou privação*” (OMS, 2014), e que surge como uma visão completa do que é a violência.

Partindo desta definição, e tendo em conta que no âmbito da classificação proposta pela OMS (2002), a violência interpessoal corresponde à “*praticada por uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas contra outra pessoa ou pequeno grupo de pessoas*”, considera-se que esta deverá ser a base do conceito aqui a propor. Esta definição de violência interpessoal exclui alguns dos crimes previstos na definição de criminalidade violenta, quer do CPP, como do RASI (ex.: tirada de presos, e outros previstos em legislação avulsa contemplados na definição do RASI – terrorismo; previstos na Lei da droga, na Lei das armas, entre outros). Não obstante este facto, e tendo em conta a gravidade de muitos destes crimes, poderá equacionar-se a sua integração na definição a utilizar.

Não se pretende aqui propor uma rutura com as práticas vigentes, mas antes, e numa lógica de continuidade e aperfeiçoamento, propor adaptações de modo a colmatar as lacunas identificadas e seus reflexos na medição da criminalidade violenta. Não parece adequado que as estatísticas criminais em Portugal sobre criminalidade violenta excluam, por exemplo, o abuso sexual de crianças ou de menores dependentes, o tráfico de pessoas ou a violência doméstica. Toda a lógica de uma atenção especial dedicada às vítimas especialmente

vulneráveis poderia ser posta em causa. Acresce que é consensual que um dos fatores indicativos de maior severidade criminal corresponde precisamente ao facto dos crimes terem como alvo tais vítimas.

Por outro lado, uma leitura estrita de definição de CV/CEV do CPP coloca de lado o roubo ou a extorsão, o que se encontra completamente desajustado face à natureza destes crimes.

Reconhece-se que as propostas aqui apresentadas têm de ser exequíveis de implementar pelos profissionais do Sistema de Justiça Penal que se encontram a trabalhar com estes fenómenos no seu dia a dia. Adicionalmente, a definição de CVG do RASI está mais focada nos crimes que podem causar alarme social (sendo a maioria crimes contra o património e que ocorrem tendencialmente no espaço público) enquanto a definição do CPP estará mais direcionada para a valoração dos direitos fundamentais inerentes ao ser humano (crimes contra as pessoas, sendo que muitos deles tendem a ocorrer em contexto mais privado).

Considera-se que poderá ser utilizada a oportunidade facultada pela necessidade de adaptação do sistema português de estatísticas criminais à Classificação Internacional do Crime para efeitos estatísticos das Nações Unidas (ICCS). Esta poderá também sustentar uma definição de criminalidade violenta que abranja os crimes segundo a definição do CPP e aqueles englobados na definição de CVG do RASI.

Poderá optar-se por uma definição mais abrangente ou mais restritiva. Numa lógica mais abrangente, poderá ser oportuno que a definição de criminalidade violenta possa incluir crimes contemplados em várias das categorias da ICCS:

- Atos que resultam em morte ou destinados a causar a morte;
- Atos que causam danos ou destinados a causar danos à pessoa³⁶⁴;
- Ato prejudicial de natureza sexual;
- Atos contra a propriedade que envolvem violência ou ameaça contra uma pessoa (ex.: roubo);
- Atos que envolvem drogas controladas ou outras substâncias psicoativas;
- Atos contra a ordem pública, a autoridade e as disposições do Estado; e
- Atos contra a segurança pública e a segurança do Estado.

³⁶⁴ Neste âmbito, poderá equacionar-se a inclusão do crime previsto no art.º 240.º do Código Penal relativo à Discriminação e incitamento ao ódio e à violência, integrado na tipologia de crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal, e cuja moldura penal é de 1 a 8 anos (n.º 1) ou de 6 meses a 5 anos de prisão (n.º 2). Refira-se que o mesmo não foi considerado na interpretação extensiva das definições do CPP e do RASI, por fazer parte de outra tipologia do CP de entre as abrangidas nessas definições e não foi um crime mencionado em sede de entrevistas.

Excluindo-se as restantes categorias: Atos apenas contra a propriedade; Atos que envolvem fraude, engano ou corrupção; Atos contra o ambiente natural; e Outros atos criminosos não classificados noutras categorias³⁶⁵.

Outra solução, que implica uma definição mais restrita de criminalidade violenta, passaria pela inclusão na sua definição dos crimes contemplados nas primeiras quatro categorias da ICCS (3 categorias de crimes contra as pessoas e crimes contra a propriedade que envolvem violência ou ameaça contra uma pessoa), remetendo-se alguns dos crimes previstos em alguma da legislação avulsa e que neste estudo foram considerados como potencialmente enquadrados na criminalidade violenta (Lei da droga, Lei das armas e Lei de estrangeiros) apenas para a análise em termos de “criminalidade altamente organizada”³⁶⁶. Por outro lado, os crimes contra a autoridade pública (ex.: resistência e coação sobre funcionário, tirada de presos), previstos na definição do CPP e os crimes contra a vida em sociedade previstos na definição do RASI (ex.: captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros; atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro; instigação pública a um crime; participação em motim armado) poderiam integrar um outro conceito, juntamente com o terrorismo, ajustando-se assim a redação da alínea i do 1.º art.º do CPP (atualmente focada no terrorismo apenas). Assim, essa categoria incluiria crimes que constam nas categorias da ICCS: Atos contra a ordem pública, a autoridade e as disposições do Estado; e Atos contra a segurança pública e a segurança do Estado.

Refira-se que esta segunda solução parece surgir como a mais adequada e alinhada com a definição de violência da OMS relativa à violência interpessoal, restringindo-se um pouco o seu âmbito. Assim, a criminalidade violenta passaria a ser definida como: “as condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a propriedade que envolvam violência ou ameaça contra uma ou mais pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos”, com os consequentes ajustamentos na definição de criminalidade especialmente violenta.

³⁶⁵ Podendo-se, no entanto, equacionar a inclusão de atos de tortura incluídos nesta categoria (e que remetem para os crimes 243.º (Tortura e outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos) e 244.º (Tortura e outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos graves) do CP abrangidos na tipologia de crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal). Estes crimes possuem moldura penal de 1 a 5 anos; e de 3 a 8 anos ou de 3 a 12 anos, respetivamente.

³⁶⁶ Refira-se que a atual definição de “criminalidade altamente organizada” já inclui crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas (sendo que o tráfico de pessoas é comum também à de CEV).

Deste modo, e se solução fosse esta, passaria a fazer sentido que o RASI (ou outro instrumento de estudo das estatísticas criminais) passasse a conter análises específicas para a criminalidade violenta, para a criminalidade altamente organizada e para a nova categoria que abrangeria o terrorismo e outros atos contra a ordem pública, autoridade, disposições do Estado, segurança pública e segurança do Estado.

Uma alteração a esta(s) definição(ões) requer necessariamente uma auscultação alargada e oficial dos vários atores institucionais envolvidos e que possuem a sua visão e experiência, os quais devem ser tidos em conta, desde logo a DG PJ, pelas suas competências nesta matéria e o GSGSSI, tendo em conta o trabalho efetuado no domínio da análise das estatísticas criminais.

De qualquer modo, surge como pertinente que a atual definição de CV/CEV prevista no CPP possa ser revisitada e ajustada, e que em termos estatísticos o elenco de crimes que correspondem a estes conceitos possam ser reconhecidos pelo Sistema Estatístico Nacional, validando-se por esta via as análises estatísticas efetuadas neste domínio.

Assim, seria oportuna a criação de um grupo de trabalho, designadamente com os vários operadores do Sistema de Justiça Criminal, para a revisão do conceito de criminalidade violenta, no âmbito do qual se pudesse ter em conta, nomeadamente, os contributos desta investigação.

Não obstante uma potencial revisão, poder-se-ia manter, numa fase transitória, a atual série estatística decorrente da CVG do RASI, à qual seria adicionada uma leitura complementar da criminalidade violenta em Portugal decorrente de uma nova definição.

Por outro lado, importa que uma leitura mais global seja acompanhada de leituras parciais, conforme consta no capítulo 10, revelando as variações/tendências na criminalidade violenta segundo as grandes tipologias criminais, e caso se adotasse uma lógica mais abrangente de criminalidade violenta seriam: crimes violentos contra as pessoas, contra património, contra vida em sociedade, contra Estado e crimes previstos em legislação avulsa (ver Tabela 63) (ou com designações ajustadas às categorias da ICCS).

Será igualmente relevante poder aferir regularmente as variações/tendências para a criminalidade violenta em geral, mas também para as suas duas variantes: CV e para a CEV (no caso da análise efetuada neste estudo, as TVMA para o período de 2008 a 2017 foram 1,1% e 0,1%, respetivamente) (ver ponto 9.2.2).

Conforme analisado anteriormente, as tendências verificadas em termos de severidade criminal ao nível da criminalidade violenta contra as pessoas, contra a vida em sociedade, contra o Estado e prevista em legislação avulsa são divergentes das observadas para a criminalidade violenta abrangida nos crimes contra o património (ver capítulo 10). Uma leitura apenas global da criminalidade violenta ignorará este tipo de realidade, altamente relevante para (re)definição das políticas públicas de prevenção e combate ao crime.

Considera-se que este tipo de leitura da criminalidade violenta, a par da utilização de um índice de severidade inter-criminal, poderá ser uma mais-valia para a medição da CV em Portugal. Importa salientar que este tipo de índice é apenas uma base de trabalho e de ensaio, podendo ser criados sub-índices (ex.: índice de severidade para a criminalidade violenta juvenil).

A utilização deste índice e sub-índices, devidamente ponderados com base na população residente, para efeitos de análise comparada entre distritos/municípios/regiões, poderá constituir-se um instrumento relevante para a monitorização/(re)definição das políticas públicas na área da segurança interna, mas também a nível mais local, no âmbito do acompanhamento das estratégias adotadas e alocação de recursos. A prevenção e combate ao crime poderão ser mais eficazes se se perccionarem as áreas onde a intervenção deva ser priorizada, sendo que a monitorização e avaliação de resultados são também fundamentais.

Para uma análise mais compreensiva da criminalidade violenta não basta ter em conta a severidade inter-criminal e verificar a sua variação/tendência ao longo do tempo, mas importa implementar metodologias que permitam efetuar uma análise da severidade intra-criminal.

12.2 MEDIÇÃO DA SEVERIDADE INTRA-CRIMINAL

As leituras quantitativas das estatísticas criminais deverão ser acompanhadas de uma leitura sobre a “carga de violência” utilizada, de modo a que efetivamente se possa concluir³⁶⁷ se uma eventual diminuição/aumento da criminalidade violenta, em termos quantitativos, é acompanhada por uma diminuição/aumento da severidade dos crimes praticados (severidade intra-criminal).

Para o efeito, é necessário utilizar indicadores para aferição dessa severidade. Esse elenco de indicadores poderá ser, numa primeira fase, de aplicação genérica para todos os crimes

³⁶⁷ Salienta-se que a utilização dos crimes registados pelos OPC como a única via prosseguida para medir o crime é muito limitado, devendo também realizar-se inquéritos de vitimação, de forma regular.

violentos, podendo-se numa fase subsequente adicionar indicadores específicos para determinados tipos de crime violento. Assim, os contributos provenientes das linhas orientadoras das sentenças utilizadas em Inglaterra e País de Gales poderão servir como fonte de inspiração, assim como os outros contributos revisitados ou compilados nesta investigação.

Salienta-se que a ICCS preconiza igualmente a utilização de variáveis desagregadoras para o registo dos crimes, as quais deverão idealmente ser utilizadas para todos os crimes:

- Descrição do evento (grau de completude, tipo de arma usada, contexto situacional, localização geográfica, data e tempo, tipo de localização, motivo, relacionado com cibercrime, entidade que reporta;
- Descrição da vítima (sexo, idade, nacionalidade, estatuto legal, estado de intoxicação);
- Descrição do ofensor (sexo, idade, nacionalidade, relação vítima-ofensor, estatuto legal, estado de intoxicação, ofensor reincidente).

Adicionalmente, e em especial na criminalidade violenta, fará sentido contemplar outros indicadores para medir a referida severidade intra-criminal.

Os contributos que se seguem encontram-se alinhados com a exposição teórica contemplada no ponto 4.4, sendo que não foram encontradas na literatura revista propostas específicas de criação de índice(s) ou outras medidas neste domínio para efeitos de medição da severidade intra-criminal (dos crimes registados). Os exemplos encontrados decorrem essencialmente de linhas orientadoras para a definição das sentenças a aplicar, onde, para além do dano provocado à(s) vítima(s), são valorados aspetos relativos à culpabilidade de ofensor (tais como reincidência, ou violação de medida de coação), e que neste último caso não refletirão propriamente a severidade do crime praticado (no sentido da “carga” de violência utilizada).

Neste âmbito, e uma vez que dados que pudessem sustentar a realização deste exercício não estavam disponíveis, de acordo com o levantamento efetuado junto de várias entidades do Sistema de Justiça Criminal, a proposta aqui apresentada passa, em primeiro lugar, pela sugestão de um elenco de indicadores a ter em conta e que poderá eventualmente vir a ser incorporado nos sistemas de registo destes operadores.

A implementação deste tipo de metodologia implicará a consensualização, nomeadamente pelos vários atores do Sistema de Justiça Penal, sobre a adoção de um conjunto de indicadores para medição da severidade criminal, devendo os mesmos ser incorporados nas rotinas dos

profissionais de forma o mais objetiva possível, sendo essencial que os dados sejam recolhidos de modo sistemático e que os sistemas viabilizem uma posterior extração automática para efeitos de análise.

A proposta de indicadores que se exporá em seguida decorre essencialmente do estudo empírico realizado. Tendo em conta os resultados obtidos acerca da perceção dos profissionais no domínio da avaliação do nível de relevância relativo a um conjunto de 48 potenciais indicadores para medir a severidade intra-criminal, foram tidos em conta aqueles em que 50% ou mais dos participantes atribuiu nível 5 ou 6 (numa escala de 1 a 6).

Assim, com base nesse critério, reter-se-iam 40 indicadores, no entanto, foram subtraídos oito por se considerar que seriam de difícil medição, correspondendo a aspetos mais subjetivos ou dificilmente observáveis aquando do registo do crime pelo OPC³⁶⁸ ou ainda cuja resposta poderia estar refletida em outro indicador considerado³⁶⁹. Para efeitos de simplificação, foram ainda excluídos os dois indicadores que apresentavam menores níveis de relevância atribuída neste grupo de 40 relativos a consequências menos valoradas³⁷⁰.

Neste sentido, foram considerados 32 indicadores, os quais foram reorganizados de forma a elaborar-se uma proposta de instrumento de avaliação com um número menor de itens, embora sem se perder a informação necessária, obtendo-se um conjunto de 25 itens (ver Quadro 28). Diversos itens comportam, para além da questão principal, a indicação para recolha de informação mais específica, de forma a viabilizar uma posterior análise mais compreensiva dos dados e em alguns casos atribuir, consoante a resposta, uma valoração diferenciada (presente nos itens 6 e 14).

De modo a simplificar e operacionalizar o preenchimento, de forma o mais objetiva possível, os 25 itens incluídos apresentam apenas duas opções de resposta (Sim, Não), incluindo a previsão de situações em que a informação seja desconhecida ou não aplicável (D/NA³⁷¹).

³⁶⁸ Itens: Existência de motivo torpe ou fútil (ex.: avidez/prazer de matar/causar sofr./excitação/satisfação do instinto sexual); Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue; Crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal anterior visando o ofensor (ex.: testemunha, juiz, procurador, advogado, polícia); Em resultado do crime, familiar(es) da(s) vítima(s) ficaram afetados de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida;

³⁶⁹ Itens: Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos); Número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo no âmbito da ocorrência.

³⁷⁰ Itens: Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ficou em difícil situação económica; Perturbação do Governo/Aplicação da Lei /Ordem pública.

³⁷¹ Refira-se que as respostas do tipo D/NA poderão, numa futura aplicação que contemple este instrumento de medição da severidade criminal, encontrar-se pré-preenchidas, de acordo com o tipo de crime em causa (ex.: violência doméstica, atenta a natureza do crime não faz sentido responder ao item 5; ou crime de resistência e coação sobre funcionário não faz sentido responder ao item 1).

N.º	Itens para avaliação da severidade criminal	Sim (1)	Não (0)	D/NA
1	A ocorrência teve como alvo vítima especialmente vulnerável? Se sim, especifique a natureza da vulnerabilidade: <input type="checkbox"/> Idade diminuta (criança) <input type="checkbox"/> Idade avançada (pessoa idosa) <input type="checkbox"/> Deficiência <input type="checkbox"/> Gravidez <input type="checkbox"/> Estado de saúde (física ou psíquica) <input type="checkbox"/> Não tinha alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: vítima foi tornada dependente de drogas) <input type="checkbox"/> Outro: _____			
2	Em função do modo como o crime foi cometido ou meios empregues a vítima encontrava-se indefesa (com menor capacidade para se defender)? Se sim, especifique: <input type="checkbox"/> Administração de droga sedativa <input type="checkbox"/> Ocorreu em local isolado <input type="checkbox"/> Outra situação: _____			
3	O crime foi praticado contra familiar? Se sim, especifique: <input type="checkbox"/> Contra ascendente (ex.: pai/mãe, avô/avó, tio/tia, adotante...) <input type="checkbox"/> Contra descendente (ex.: filho, neto, enteado, adotado...) <input type="checkbox"/> Contra cônjuge/ex-cônjuge ou quem ofensor tenha mantido relação análoga à dos cônjuges <input type="checkbox"/> Outro: _____			
4	O crime foi motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)? Se sim, especifique: <input type="checkbox"/> Racial <input type="checkbox"/> Religiosa <input type="checkbox"/> Origem étnica ou nacionalidade <input type="checkbox"/> Sexo <input type="checkbox"/> Orientação sexual (ou orientação sexual presumida) <input type="checkbox"/> Deficiência (ou presumível deficiência) <input type="checkbox"/> Outra: _____			
5	O crime foi praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, funcionário público, docente, médico... no exercício das suas funções ou por causa delas? Se sim, especifique: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Funcionário judicial <input type="checkbox"/> Profissional de educação <input type="checkbox"/> Profissional de saúde <input type="checkbox"/> Outro tipo de funcionário público <input type="checkbox"/> Profissional ligado ao desporto <input type="checkbox"/> Outro: _____			
6	No âmbito do crime houve alguma vítima mortal (morte imediata ou nas 24h horas subsequentes)? Se sim, especifique: <input type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Mais do que uma Quantas: _____			
7	Em resultado do crime, vítima veio a falecer, suicidar-se ou tentar suicidar-se (no caso de morte considerar mais de 24 horas após o crime)? Se sim, especifique: <input type="checkbox"/> Faleceu <input type="checkbox"/> Suicidou-se <input type="checkbox"/> Tentou suicidar-se			
8	O crime envolveu mais do que uma vítima (não mortal)? Se sim, especifique: Quantas: _____			
9	Em resultado do crime, vítima ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades (trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem)?			

Quadro 28: Proposta de instrumento para efeitos de medição da severidade intra-criminal

Nota: Onde se lê vítima deverá ler-se vítimas sempre que exista mais do que uma. Nesses casos, basta que o item seja verificado para uma das vítimas para ser considerado como estando presente.

N.º	Itens para avaliação da severidade criminal	Sim (1)	Não (0)	D/NA
10	Em resultado do crime, vítima ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanente? Se sim, especifique: <input type="checkbox"/> Privada de órgão ou membro <input type="checkbox"/> Desfigurada de forma grave e permanente <input type="checkbox"/> Outro: _____			
11	Em resultado do crime, vítima ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psicológica grave? Se sim, especifique: <input type="checkbox"/> Doença dolorosa/permanente <input type="checkbox"/> Perturbação psicológica grave <input type="checkbox"/> Outro: _____			
12	Houve necessidade de recurso, por parte das forças e serviços de segurança a meios mais sofisticados para neutralizar situação (ex.: chamada de elementos especiais) e/ou verificou-se um elevado nível de destruição/ perturbação do local onde ocorreu o crime? Se sim, especifique: <input type="checkbox"/> Necessidade de recurso a meios sofisticados para neutralizar situação <input type="checkbox"/> Elevado nível de destruição/ perturbação do local			
13	No âmbito da ocorrência houve tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima?			
14	Houve utilização de arma ou outro instrumento perigoso? Se sim, especifique: <input type="checkbox"/> Arma de fogo <input type="checkbox"/> Arma branca <input type="checkbox"/> Outro instrumento perigoso Qual: _____			
15	Houve emprego de tortura física, psicológica ou financeira ou ameaças de morte à vítima ou familiares?			
16	No âmbito da ocorrência foi praticado mais do que um crime violento? Se sim, especifique: Qual (quais): _____			
17	A vítima foi submetida ao(s) ato(s) que configura(m) o crime cometido por mais de 24 horas?			
18	Houve total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima?			
19	A ocorrência foi presenciada por menor(es)?			
20	Foi empregue violência de forma “gratuita” ou provocado dano deliberadamente à propriedade, além do que seria necessário para cometer o crime?			
21	A ocorrência constituiu uma situação de revitimização daquela vítima por parte do mesmo ofensor?			
22	Existência de coabitação entre vítima e ofensor?			
23	O crime foi praticado por mais do que um ofensor? Se sim, especifique: Quantos: _____			
24	Verificou-se um nível elevado de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planeamento sofisticado?			
25	Houve intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime?			

Quadro 28: Proposta de instrumento para efeitos de medição da severidade intra-criminal (continuação)

Nota: Onde se lê vítima deverá ler-se vítimas sempre que exista mais do que uma. Nesses casos, basta que o item seja verificado para uma das vítimas para ser considerado como estando presente.

De modo a encontrar-se uma medida da severidade criminal relativa a cada crime violento registado, propõe-se que a cotação do instrumento seja efetuada através da seguinte fórmula:

$$VS = \frac{aS}{(aS + aN)} \times 100$$

Em que:

VS= Valor de Severidade (varia entre 0 e 100)

S= Número de respostas de tipo “Sim”

N= Número de respostas de tipo “Não”

Sempre que número de respostas do tipo “D/NA” ≥ 13 não deverá ser atribuído valor de severidade

a=1, exceto nas duas situações abaixo indicadas.

a=0,962 quando no item 6 se encontrar assinalado “Mais do que uma vítima (mortal)” ou no item 14 se encontrar assinalado “Arma de fogo”. Neste caso ao valor de S adiciona-se 1.

a=0,926 quando no item 6 se encontrar assinalado “Mais do que uma vítima (mortal)” e no item 14 se encontrar assinalado “Arma de fogo”. Neste caso ao valor de S adiciona-se 2.

De forma genérica, poderá referir-se que os primeiros cinco itens incluídos remetem para a caracterização das vítimas, os sete seguintes às consequências do crime, os outros dez às formas de violência e meios empregues, e os três finais a aspetos ligados com o ofensor.

Em termos futuros, poderá vir a equacionar-se a necessidade de ajustes pontuais em termos do algoritmo de cotação, de modo a que circunstâncias que fazem parte da tipificação de um dado crime não sejam valoradas ao nível do instrumento (ex.: num caso de violência doméstica não fará sentido que o crime, ao ser cometido contra cônjuge, constitua um facto a ser contabilizado para a avaliação da sua severidade).

Refira-se que o instrumento aqui apresentado é apenas uma proposta e poderá servir de base para uma reflexão neste domínio, podendo vir a considerar-se a necessidade de diminuir o número de itens, simplificar a sua redação e/ou ajustar o algoritmo de cotação, para viabilizar uma efetiva implementação. Poderá igualmente equacionar-se a inclusão de um item adicional onde os profissionais possam inscrever outro fator que considerem relevante para a avaliação da severidade, em cada caso concreto.

Salienta-se que uma eventual disseminação deste tipo de instrumento deve ser precedida da realização de testes e ensaios, de modo a ajustarem-se os aspetos tido como necessários, mediante a sua utilização com dados concretos.

Através do preenchimento deste tipo de dados será possível atribuir a cada crime violento registado um valor de severidade, podendo posteriormente avaliar-se a variação ou tendências verificadas ao nível da severidade para cada crime e para todos os crimes violentos.

Por exemplo, no ano x , em média, os homicídios (simples) registados apresentaram um nível de severidade de 75 e no ano y de 85, indiciando um aumento da “carga de violência” empregue nos homicídios; ou, em termos globais, os crimes violentos apresentaram um valor médio de severidade de 60 no ano x e no ano y de 50, significando uma diminuição da “carga” de violência com que os crimes violentos foram praticados em geral.

Em rigor, e de modo a ter em conta que existem crimes violentos com níveis de severidade superiores a outros crimes (severidade inter-criminal), dever-se-ia efetuar uma análise conjugada entre o índice de severidade inter-criminal (ver ponto 10) e o índice de severidade intra-criminal aqui proposto. Assim, e por exemplo, o homicídio tem uma ponderação b e a violação c , devendo esta ponderação ser tida em conta aquando de um cálculo global de severidade. Se se adotar esta análise conjugada em termos globais, estar-se-á a encontrar uma medida de severidade que sintetize as duas dimensões (inter-criminal e intra-criminal).

A adoção deste tipo de metodologia visa uma análise mais compreensiva da criminalidade violenta e um aumento do conhecimento neste domínio, de modo a melhor definir estratégias e alocar recursos, tendo em vista uma crescente eficácia ao nível da prevenção e combate ao crime.

Acresce que a recolha dos dados plasmados no instrumento contribuirá, através de análises parcelares e não apenas com um fim último de obter o valor de severidade, para um maior conhecimento da realidade criminal, colmatando-se algumas lacunas que existem atualmente, nomeadamente em termos de estatísticas criminais sobre as tipologias das vítimas especialmente vulneráveis, motivos de discriminação (crimes de ódio), caracterização mais detalhada dos alvos da violência quando são funcionários públicos ou profissionais de determinadas áreas, número de vítimas e de ofensores por ocorrência, e informação sobre utilização de armas para um conjunto mais alargado de crimes.

Por outro lado, e a par de uma análise dos valores de severidade, este tipo de dados viabilizará a existência de informação adicional para se poder caracterizar mais eficazmente as ocorrências verificadas em determinados tipos de crime, complementando a informação habitualmente disponibilizada.

Salienta-se que este tipo de abordagem não dispensa outras de carácter mais qualitativo que possam ser realizadas, por exemplo, com base numa amostra de decisões judiciais, podendo o instrumento aqui proposto ser tido em conta para efeitos de orientação dessa análise de conteúdo.

Este instrumento de avaliação da severidade intra-criminal poderá vir a constituir-se como uma ferramenta auxiliar também ao nível das fases seguintes do processo penal, revelando-se como um “guião” ao nível do registo de dados sobre o inquérito e posteriormente ao nível da fase de julgamento. Se os sistemas de registo contemplarem este tipo de campos, será viável uma análise *a posteriori* da severidade criminal com base na informação recolhida em sede de inquérito e posteriormente dada como provada em sede de julgamento.

Obter este tipo de informação também nestas fases subsequentes constituiria uma mais-valia, tendo em conta que alguns dados poderão não estar disponíveis aquando do registo da ocorrência/início do inquérito ao nível do OPC, e alguns dos dados recolhidos nessa fase poderão vir a não ser confirmados em sede de julgamento. A própria comparação do nível de severidade criminal entre as várias fases seria relevante de efetuar, podendo assim confirmar-se (ou não) que este é tanto mais elevado quanto mais avançada é a fase de prosseguimento no âmbito do processo penal.

O elenco de indicadores de severidade aqui constantes poderá eventualmente vir a ser utilizado em contexto de julgamento, como ferramenta de apoio à definição da pena e sua medida. Apesar do nosso sistema jurídico não ser de “*Common law*” (onde este tipo de linhas orientadoras para as sentenças são utilizadas) poderia ser avaliada a viabilidade e pertinência de se poder utilizar um instrumento deste tipo como apoio à ponderação efetuada pelos magistrados (com os necessários ajustes). Caso tal fosse viável, poder-se-ia avançar no sentido de definir limites orientadores das decisões, consoante o valor da severidade obtido.

Também ao nível da Comissão de Proteção das Vítimas de Crime, este tipo de indicadores poderá ser um contributo para a avaliação do dano provocado e assim objetivar a indemnização a atribuir, diminuindo alguma da subjetividade que possa estar associada a este tipo de decisões.

12.3 MEDIÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO

Dada a relevância de uma análise mais fina no âmbito do crime de homicídio e homicídio qualificado, torna-se relevante ter em conta o preconizado pela ICCS relativamente a três conjuntos adicionais de variáveis desagregadoras: um relacionado com o contexto situacional, outro com a relação vítima-agressor e um terceiro com o método utilizado para matar.

Assim, e tal como verificado em Inglaterra e País de Gales e nos EUA, seria útil a existência de um formulário próprio para este tipo de crime a utilizar pelos OPC que, de algum modo, conseguisse contemplar informações disponíveis aquando do registo da ocorrência, mas também nas fases subsequentes, acompanhando-se assim o “percurso” do caso ao longo do processo criminal. Teria assim de ser adotada uma metodologia própria para este tipo de crime e que efetivamente conectasse os vários operadores do Sistema de Justiça Penal.

A análise de dados efetuada com base nos registos criminais que incluem condenações por homicídio simples e/ou qualificado (nas suas formas tentada e/ou consumada) evidenciou a relevância deste tipo de dados para melhor se analisar a realidade criminal a este nível, demonstrando que a diminuição em termos quantitativos ao longo dos últimos anos pode não estar a ser acompanhada de uma diminuição da “carga de violência”.

Atualmente, e conforme consta do Manual de preenchimento do mapa 262, as tentativas de homicídio são registadas, por exemplo, na ofensa à integridade física grave, desconhecendo-se a magnitude desta realidade.

Para além de se desconhecer habitualmente a magnitude dos homicídios qualificados no homicídio intencional em geral, bem como o número de tentativas de homicídio, o número efetivo de vítimas é também ignorado (uma vez que mesmo que numa ocorrência existam três vítimas mortais, apenas se contabilizará um homicídio).

A esta análise, com base nos dados do Sistema de Justiça Penal, poder-se-ia adicionar informação proveniente do Ministério da Saúde relativa às causas de morte (tal como analisado no ponto 5.4.1).

Assim, e tendo em linha de conta que o homicídio intencional é frequentemente utilizado como um indicador *proxy* para medir a criminalidade violenta e os níveis de segurança nos diversos países (UNODC, 2015), seria relevante que se pudesse elaborar anualmente um relatório específico sobre este fenómeno, efetuando-se uma análise o mais abrangente possível. Este tipo de análise, efetuada de forma regular, seria igualmente uma mais-valia para

o conhecimento no domínio dos homicídios perpetrados no contexto da violência doméstica, cujo nível de informação facultado em sede de RASI é diminuto, sendo a UMAR (uma associação sem fins lucrativos) a fonte de informação mas detalhada neste domínio (excetuam-se, naturalmente, estudos específicos pontualmente realizados sobre a temática, mas que não têm carácter regular).

12.4 OUTRAS PROPOSTAS

Destaca-se que, não sendo possível obter dados sobre a duração das penas aplicadas em crimes violentos por outra via que não através do SICRIM/DGAJ, seria relevante que este sistema pudesse viabilizar a extração de *outputs* a este nível para os vários crimes violentos, sem que tal implicasse diversas operações de tratamento de dados (ver ponto 9.6).

Tendo em conta a severidade associada aos crimes na esfera sexual, nomeadamente no que concerne ao abuso sexual de crianças e menores dependentes, seria igualmente muito relevante que os mesmos pudessem ser objeto de uma análise mais aprofundada, a realizar de forma regular, podendo para o efeito traduzir-se num relatório específico.

Deste modo, para além dos atuais relatórios anuais elaborados especificamente para determinados crimes (violência doméstica, tráfico de pessoas e tráfico de estupefacientes), poder-se-iam produzir relatórios sobre outros crimes/categorias de crime como o já atrás mencionado (homicídio intencional), mas também para os crimes sexuais cometidos contra menores ou crimes sexuais em geral. Acresce que neste domínio, e ao nível de outros crimes sexuais contra adultos, as tendências verificadas nos últimos anos apontam também para um aumento do número de casos registados.

Tal como indicado pela ONU, no âmbito de um Sistema de Justiça Penal é muito importante que possa existir ligação entre os dados e sistemas, de modo a viabilizar uma análise mais completa. Tendo em conta a existência do NUIPC, tal poderia ser viável de implementar, no entanto implicaria um alinhamento dos vários sistemas que funcionam de forma autónoma.

Este alinhamento já se verificará ao nível dos OPC, que comunicam dados de forma automática à DGPJ, e que por sua vez dispõe de dados também sobre os processos findos, com base no sistema informático dos tribunais. Seria relevante que se pudesse estabelecer a ligação (através do NUIPC) entre os dados dos OPC e os dados dos tribunais, de modo a

efetuar análises regulares como as plasmadas no ponto 9.4 (que foi realizada tendo em conta dois conjuntos de dados paralelos e sem ligação direta entre si, podendo por isso apenas obter-se estimativas da proporção de casos registados que chegam à fase de julgamento, que resultam em condenação e em que é aplicada pena de prisão efetiva).

Entre o registo dos crimes e a fase de julgamento existe ainda outra fase relevante: a de inquérito, não existindo, segundo informação disponibilizada, uma aplicação a nível nacional que possa corresponder às necessidades de informação a este nível, o que seria desejável. Refira-se que, há alguns anos atrás, existiram desenvolvimentos neste âmbito, tendo sido apresentada a Aplicação de Gestão do Inquérito-Crime - AGIC (PGR, 2011a), contudo, a mesma não terá chegado a entrar em funcionamento.

Importaria ainda dispor de dados efetivos sobre as participações efetuadas diretamente nos tribunais e que não entram na contabilização dos crimes registados pelos OPC, bem como aqueles em que apesar de registados não entram nas estatísticas oficialmente divulgadas por não haver intenção de procedimento criminal por parte do lesado ou seu representante legal (ex.: crimes de natureza particular)³⁷².

Cada entidade trabalha com o seu sistema, sendo que a comunicação entre sistemas é tendencialmente feita através de interfaces automáticos (ex.: OPC - DGPJ), constatando-se que muitas vezes os ritmos de desenvolvimento aplicacional divergem de entidade para entidade, o que tem implicações nas restantes componentes do Sistema. A este propósito, refira-se que à data de realização da entrevista com a DGPJ, apesar dos interfaces automáticos com a PSP e PJ já estarem em funcionamento, o facto de tal não suceder com a GNR inviabilizava que a DGPJ tivesse informação mais completa e detalhada sobre os crimes registados por parte dos três OPC de competência genérica, optando-se por disponibilizar em termos de dados o “mínimo denominador comum”.

A relevância de se possuir um sistema de estatísticas de justiça o mais completo possível requererá um comprometimento político ao mais alto nível, com implicações financeiras, que viabilizem o estabelecimento de metas e seu cumprimento pelas várias entidades, de modo a que os sistemas sejam efetivamente mais do que a soma das partes e sim um “todo”.

³⁷² Esta última situação mencionada não será especialmente relevante para a criminalidade violenta, uma vez que a maioria dos crimes aí contemplados, por exemplo na definição usada no CPP, são de natureza pública. Existem contudo alguns crimes englobados na definição de CV do CPP que possuem natureza semi-pública. Nestes casos o registo das ocorrências e sua comunicação à DGPJ poderá não ser uniforme. O OPC pode registar a ocorrência/denúncia e comunicar à DGPJ, sendo que uma eventual desistência do procedimento criminal pelo lesado ou seu representante legal poderá surgir apenas posteriormente.

O esforço efetuado ao nível da PIIC (Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC), gerida pelo SGSSI, não parece surgir como solução neste âmbito, pelo menos nos moldes atuais, uma vez que o seu objetivo primordial é a partilha de informação entre OPC e o acesso a outras bases de dados, tendo em vista a otimização da investigação criminal. Conforme definido no art.º 7.º n.º 3 da Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 38/2015, de 11 de maio, o acesso à plataforma nas fases do inquérito e da instrução é feito através da introdução do número único identificador de processo crime (NUIPC). Por outro lado, e conforme indicado em sede de entrevista com a SGSSI, a partilha de informação por parte dos OPC ao nível da PIIC não tem carácter obrigatório, apesar do crescente volume de dados partilhados.

Assim, e tendo em vista o aperfeiçoamento do atual sistema de estatísticas de justiça, é fundamental que os referidos interfaces automáticos em falta passem a ser uma realidade, que sejam disponibilizados dados dos inquéritos criminais (nomeadamente quanto ao seu resultado - tal como exposto no ponto 9.3), se possam otimizar os *outputs* de extração de informação (ex.: SICRIM), que os dados tenham ligação entre si e que os sistemas de registo (ex.: crimes ou categorias de crime) sejam harmonizadas entre si, de modo a viabilizar uma efetiva análise do prosseguimento dos casos ao longo das várias fases do processo penal.

Tal como exposto anteriormente, as análises estatísticas efetuadas ao nível da criminalidade registada decorrem dos dados estatísticos disponíveis tendo em conta a notação estatística vigente, e uma vez que nem sempre existe correspondência direta entre os crimes/categorias disponibilizados no SIEJ e os 60 crimes/artigos aqui previstos, recorreu-se às aproximações possíveis. Seria desejável que, futuramente, os dados estatísticos disponíveis fossem mais coincidentes com os crimes previstos no CP e legislação avulsa.

Esta nota remete para uma dificuldade habitualmente indicada, que se relaciona com a de considerar-se que os OPC (efetivos de 1.ª linha) não detêm conhecimento suficiente para categorizar determinados crimes de forma muito rigorosa em termos dessa sistemática penal. Trata-se de uma preocupação relevante, no entanto, a ICCS poderá eventualmente facultar algum contributo a este nível, uma vez que a mesma procura basear-se em atos e não em artigos penais, de modo a promover a comparabilidade de dados entre países.

De qualquer modo, uma desagregação do registo dos crimes com correspondência direta para a sistemática penal surge como relevante, em especial na criminalidade violenta, e poderá ser adotada com um eventual reforço a nível formativo dos profissionais.

Um sistema com este nível de desenvolvimento permitirá também perceber quantos casos registados pelos OPC como sendo o crime x foram reclassificados no crime y pelo MP, o que para alguns crimes em especial terá que ser tido em conta para uma leitura mais adequada das respetivas taxas de atrito.

Assim como os tribunais de 1.^a instância devem estar atentos às decisões dos tribunais superiores, também os OPC devem estar atentos às decisões do MP ao nível dos inquéritos, a quem os compete dirigir; e o MP precisa de estar atento às decisões judiciais proferidas.

“Após decidir em primeira instância, o juiz deve estar sempre atento ao que se vai passar a seguir, nas instâncias superiores (...) se o tribunal de recurso achou a pena severa, o juiz tem de adaptar o seu critério (...).” E11PC.

Conhecer o resultado dos inquéritos sempre que a investigação foi desenvolvida por um OPC, surge como relevante para que esse OPC possa adequar as suas estratégias/práticas. No estudo de Quaresma (2012) constatava-se que, no domínio da violência doméstica, os profissionais desconheciam geralmente o resultado dos inquéritos em que tinham trabalhado diretamente.

Também ao nível do MP devia ser facilitada uma análise das decisões judiciais proferidas, não devendo estar dependente de uma maior ou menor proatividade dos magistrados do MP em compilar tais dados (conforme ficou patente em entrevista realizada ao nível da PGDL).

Tendo em conta todas as implicações legais da definição de criminalidade violenta, seria muito relevante que se pudesse monitorizar a aplicação de determinadas medidas de modo a verificar-se a sua efetiva utilização e em que contexto(s). Conforme referido anteriormente, seria importante compreender se (e que) medidas de coação são aplicadas para cada crime violento e qual o efetivo recurso a diversas medidas de proteção previstas no estatuto de vítima especialmente vulnerável (ex.: recurso a declarações para memória futura).

Também ao nível das designadas cifras cinzentas será relevante promover estudos de modo compreender-se a “magnitude” desta realidade em Portugal, assim como a disponibilização de dados por parte dos OPC ao nível da elucidação criminal (resolução dos casos), quer em termos globais, quer de forma desagregada para crimes violentos e crimes não violentos.

Num capítulo, dedicado a propostas, importa ressaltar, mais uma vez, a importância de se realizarem inquéritos de vitimação regulares em Portugal, validados pelo INE, I.P. Só com

estas duas vertentes de medição do crime (por via dos crimes registados pelos OPC e por via dos inquéritos de vitimação) é possível obter uma aproximação mais exata à realidade criminal.

O esforço efetuado e a realizar no âmbito do constante aperfeiçoamento do sistema de estatísticas de justiça criminal deve ser acompanhado de análises regulares e reflexões sobre os dados e resultados obtidos, tendo em vista a melhoria contínua. Só nessa lógica faz sentido todo o investimento e esforço.

Conforme se pode depreender de algumas entrevistas realizadas, o esforço verificado para recolher dados para efeitos de RASI e para a sua elaboração não parecem ser acompanhados de igual “investimento” ao nível da análise e reflexão sobre o crime em Portugal, traduzindo-se antes num momento “alto” da sua apresentação na Assembleia da República e por algumas iniciativas da comunicação social, de exploração dos dados relativos a alguns crimes.

Deveria assim existir ao longo do ano uma atividade regular de análise e reflexão sobre as estatísticas criminais, podendo-se dedicar atenção a alguns crimes específicos mediante as necessidades identificadas. Neste âmbito, seria relevante dedicar atenção à utilização de outros indicadores de carácter social, económico e geográfico para melhor compreensão dos fenómenos criminais e respetivas tendências.

Por outro lado, importa ir analisando a posição de Portugal face a outros países da UE ou do mundo ao nível das diversas estatísticas do Sistema de Justiça Penal, bem como de outros indicadores relevantes no domínio da segurança e da criminalidade, de modo a compreender se as tendências verificadas em Portugal estarão ou não a acompanhar as verificadas noutros países.

No âmbito desta questão, importa recordar que, ao contrário do verificado em outros países (ex.: Espanha e França), o Ministério da Administração Interna (MAI), nomeadamente através de algum serviço central de suporte congénere à DGPJ, está atualmente ausente desta atividade de análise e reflexão, apesar de se constituir, provavelmente, como o Ministério com mais interesse na produção de estatísticas criminais (tendo em conta que mais de 90% dos crimes registados são-no pelas FS).

Tal como apontado anteriormente, o Observatório (ONDRP) existente em França (integrado no INHESJ, Instituto que se encontra na dependência do Primeiro Ministro), a par do serviço de estatísticas ministerial, dedica a sua atenção à análise das estatísticas criminais e das respostas penais, sendo ainda um parceiro essencial na implementação dos inquéritos de

vitimação realizados. Possui um conselho consultivo que inclui representantes da sociedade civil de forma a promover a independência do seu trabalho. Poderá considerar-se que se trata de um modelo de referência neste domínio.

Para finalizar, salienta-se que muitas das propostas aqui apresentadas, nomeadamente ao nível da recolha e análise de dados no domínio do Sistema de Justiça Criminal, não serão novidade para as diversas entidades envolvidas, no entanto, são aqui apresentadas de forma sistematizada e contextualizadas no âmbito do presente estudo.

CONCLUSÃO

Conforme refere Cusson (2007), só através do conhecimento é possível evitar a criminalidade, evidenciando assim a sua importância na definição de políticas públicas de segurança que visem prevenir a criminalidade e regular a ordem social.

No domínio da segurança e da prevenção criminal é essencial um conhecimento rigoroso e aprofundado para se poderem definir políticas públicas de forma o mais ajustada possível. De acordo com Haggerty (1998), é através do conhecimento estatístico que a população entra para o pensamento político, sendo que a governança se torna praticável quando conceitos subjetivos, como a segurança, são tornados objetivos.

Assim, quer para definir as prioridades de ação, quer para avaliar de forma mais adequada as políticas e estratégias implementadas, as estatísticas no âmbito do Sistema de Justiça Criminal são essenciais, devendo-se dispor de dados estatísticos que permitam uma leitura o mais compreensiva possível.

Partindo desta premissa, a presente investigação selecionou a criminalidade violenta, ou seja, aquela que reflete os crimes que pela sua natureza e gravidade implicam uma atenção especial, quer ao nível dos dados estatísticos disponíveis, quer no âmbito das políticas públicas que visem a sua prevenção e o seu combate. Ninguém consideraria que a alocação de recursos públicos para prevenir e investigar um furto devesse ser igual aos que devem ser mobilizados para prevenir e investigar um homicídio.

A noção de violência e de criminalidade violenta estão amplamente disseminadas na sociedade, existindo alguns níveis de consenso básicos, mas quando é necessário operacionalizar conceitos (que crimes estão efetivamente aqui abrangidos) as posições estão longe de ser unânimes, mesmo entre profissionais que trabalham no âmbito do Sistema de Justiça Penal.

Esta ausência de unanimidade também se reflete nas próprias definições oficiais vigentes em Portugal, uma utilizada, desde há mais de vinte anos (e inalterada desde então), em sede do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), a designada “criminalidade violenta e grave”, e uma outra prevista no Código de Processo Penal, desde há mais de 30 anos (tendo sido alterada em 2007 e 2010), encontrando-se subdividida na “criminalidade violenta” e “criminalidade especialmente violenta”.

Na prática, e quando se analisam estatísticas criminais, nomeadamente em termos oficiais, os dados veiculados neste domínio decorrem apenas da definição usada no RASI. Caso se tratassem de conceitos coincidentes ou que incluíssem praticamente o mesmo tipo de crimes seria inoportuno tecer diversas considerações neste domínio, mas tal não se verifica.

Assim, se por um lado teremos os crimes que poderão causar maior impacto no sentimento de insegurança da população, por outro teremos essencialmente os crimes mais graves, tendo em conta direitos fundamentais consagrados na Constituição (ex.: direito à vida, direito à integridade pessoal e outros direitos pessoais). Em termos da criminalidade contra as pessoas, as duas definições partilham crimes como o homicídio e homicídio qualificado, a violação e a ofensa à integridade física voluntária grave.

Contudo, as diferenças são muitas e significativas, sendo a sobreposição entre as duas definições inferior a 50%, o que tem necessariamente impacto nas leituras das tendências verificadas. Se pela definição usada no RASI este tipo de criminalidade tem vindo a diminuir, tal não se pode concluir através da outra definição.

Trata-se de uma situação que tem passado despercebida pelos vários atores institucionais e pela sociedade em termos globais. A tendência decrescente constatada nos quantitativos ao nível da criminalidade violenta referenciada pelo RASI terá provavelmente induzido a algum “descanso” nesta matéria, sendo que a maioria dos entrevistados no presente estudo não visualiza qualquer necessidade de revisão/afinação do conceito.

No entanto, uma visão alternativa decorre da análise efetuada. Compararam-se as duas definições de forma exaustiva, avaliando-se os respetivos reflexos em termos estatísticos, constatando-se que nenhuma das duas definições estará completa ao ponto de se poder dispensar a outra, sendo necessário efetuar ajustes de modo a obter-se uma operacionalização do conceito de criminalidade violenta que seja mais adequada.

Assim, um dos primeiros contributos que a presente tese pretende facultar situa-se precisamente na reflexão sobre a definição de criminalidade violenta a utilizar, despertando a atenção dos decisores e atores institucionais para a necessidade de revisão do conceito, com consequentes implicações ao nível da sua medição.

As manifestações de violência vão assumindo diferentes contornos ao longo dos tempos, assim como a censurabilidade que lhes é atribuída. Uma das transformações que tem sido operada prender-se-á com a diminuição da violência operada no espaço público, com exceção

de manifestações extremas relacionadas com atos de terrorismo, mas cujo impacto no mundo ocidental em termos de vítimas mortais, desde 2002, tal como indicado pelo IEP (2015a), tem tido sido diminuto face ao verificado em outras regiões do planeta. Outra transformação prende-se com uma atenção redobrada à violência verificada em contexto privado.

Se nos reportarmos ao número de homicídios registados, um dos melhores indicadores para medir o nível de criminalidade de um dado país, constata-se que em Portugal os quantitativos têm vindo a diminuir de forma consistente, desde o início dos anos noventa. Atualmente, as maiores preocupações a este nível reportam-se aos homicídios perpetrados no contexto da violência doméstica, onde uma tendência de diminuição ainda não é claramente perceptível, constituindo-se como uma realidade mais persistente e difícil de combater.

Assim, e também por via de uma diminuição geral da criminalidade registada, poder-se-á dizer que foi libertado “espaço” de atenção, nomeadamente mediática, para a violência ocorrida no contexto privado. Este movimento de reorientação do foco que provavelmente está em curso decorre também dos níveis de reflexividade da sociedade atual e de uma crescente intolerância face a este tipo de violência.

A existência dessas transformações justifica também a reflexão em torno do conceito de criminalidade violenta e dos crimes aí contidos. Se em 2010 o CPP foi alterado para incluir neste tipo de criminalidade os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, fará sentido que nas atuais estatísticas sobre criminalidade violenta que o Estado divulga, nomeadamente o abuso sexual de crianças e de menores dependentes não estejam incluídos?

Defende-se aqui que tal não fará sentido. Poder-se-á alegar que não será pelo facto de estarem ou não incluídos na definição usada que a prevenção ou intervenção seja diferenciada. Acredita-se que não, também porque os mesmos estão abrangidos na definição de criminalidade violenta ou especialmente violenta do CPP, reforçando assim o reconhecimento da especial vulnerabilidade destas vítimas, no entanto, a sua efetiva integração no conceito estatístico reforçará o carácter (especialmente) violento deste tipo de crimes.

A inclusão do roubo (que não consta da definição do CPP) na criminalidade violenta não suscita dúvidas, mas a inclusão da violência doméstica (que é abrangida pela definição do CPP) ainda acarreta bastantes questões. Se no caso da violência doméstica a sua inclusão neste conceito suscita uma ponderação sobre a graduação das situações (uma vez que, como diversos entrevistados referiam, nem toda a violência doméstica será criminalidade violenta), é extramente revelador que este tipo de argumento não surja para o roubo ou outro crime

consensualmente integrado na “criminalidade violenta”. Efetivamente também existirão roubos mais graves que outros. Se se considerar uma linha contínua entre o furto e o homicídio, o roubo encontra-se algures entre estes dois polos, sendo que algumas vezes mais próximo de um furto e outras vezes mais próximo de um homicídio. No caso da violência doméstica assim também será, pode estar situada numa linha contínua, por exemplo, entre uma ofensa à integridade física simples e um homicídio, com a agravante de que existe uma relação de proximidade entre a vítima e agressor, implicando situações de especial vulnerabilidade da(s) vítima(s).

Salienta-se que o roubo e a violência doméstica constituem o crime com maior peso em cada uma das definições representando respetivamente, em 2017, mais de três quartos do total de crimes abrangidos nas mesmas, o que também justifica esta reflexão específica em torno destes dois crimes.

Pode-se alegar que o abuso sexual de crianças, de menores dependentes ou, por exemplo, a violência doméstica, não terão um impacto no sentimento de insegurança tão direto como outros crimes violentos que são geralmente cometidos contra desconhecidos (ex.: roubo, tomada de reféns, extorsão, ofensa à integridade física grave ou qualificada). Tal, assim será, pelo menos em termos do medo do crime e das medidas cautelares que possam ser adotadas, mas e ao nível da preocupação com a ordem social? Talvez se possa considerar que este tipo de crimes mais do foro “privado” possa ter impacto sobretudo nesta última componente do sentimento de insegurança e não na componente mais tipicamente associada ao sentimento de insegurança - o medo do crime (essencialmente ligado ao receio de que o crime atinja o próprio ou quem lhe é mais próximo).

As respostas do Estado ao nível da prevenção e combate a este tipo de crimes, sobretudo da violência doméstica, tendem a ser focadas pelos *media*, muitas vezes apontando-se as falhas existentes ou incidindo nas baixas taxas de condenação associadas, o que pode potenciar um agravamento desta preocupação com a perturbação da ordem social, com consequências não ao nível da adoção de medidas cautelares de prevenção do crime, mas sim em termos de apelos a respostas mais eficazes por parte do Estado.

Trata-se de uma linha de investigação que se julga ser merecedora de atenção - um aprofundamento do impacto deste tipo de crimes no sentimento de insegurança na população em geral.

Conforme salientado por Lourenço (2012), políticas públicas de segurança interna adequadas passam também pelo aumento da eficiência da Justiça, contribuindo para aumentar a confiança neste Sistema e diminuindo a percepção de impunidade.

Considerando as várias questões, surge como pouco oportuno que se mantenham duas definições distintas para a criminalidade violenta: uma para efeitos legais e outra para efeitos estatísticos.

Mas, efetivamente, quais são as tendências atuais ao nível da criminalidade violenta registada em Portugal? É uma pergunta que se impõe, no entanto, consideram-se ainda cinco questões prévias antes de se poder responder a esta questão.

Em primeiro lugar, importa situar o período de análise, uma vez que consoante aquele que for definido, o resultado poderá variar. Se analisarmos os últimos dez anos, o resultado poderá ser um. Se analisarmos os últimos 20 ou 30 anos, uma tendência que parecia evidente num recuo de 10 anos, ampliando a visão, poderá verificar-se que poderá fazer parte de uma outra tendência de longo prazo. Importa dispor de séries de dados longas para melhor analisar as tendências. De qualquer modo, há que ter em conta que quanto maior for a série, maiores serão as probabilidades de existirem alterações legislativas ou procedimentais significativas ao longo da mesma, podendo-se assim enviesar, por essa via, a análise. A título de exemplo, utilizando a definição do RASI de criminalidade violenta e grave (CVG), a taxa de variação média anual (TVMA) entre 1993 e 2017 foi de 0,4%, indicando uma manutenção dos quantitativos registados (referindo-se adicionalmente que o total registado em 2017 é ainda superior ao observado em 1993 em cerca de 1,9%); se se tiver em conta apenas os últimos 10 anos, a TVMA já é negativa, vislumbrando-se uma tendência negativa consistente desde 2010 em diante.

As séries estatísticas utilizadas devem ser longas de modo a viabilizar a aplicação de técnicas estatísticas como a regressão, contudo, e conforme verificado para a maioria dos crimes, os modelos de regressão passíveis de melhor explicar o comportamento do número de crimes registados ao longo do tempo não é o linear, pelo que a interpretação das respetivas tendências é mais complexa.

Em segundo lugar, qual o âmbito geográfico a que se reporta a análise, a nível nacional ou mais localizada? A nível nacional, a tendência poderá ser uma, não coincidente com o que se verifica, por exemplo, em alguns distritos ou regiões. No presente estudo esta vertente não foi explorada, tendo-se procurado analisar os dados apenas ao nível nacional, todavia, tal seria

relevante de investigar em futuros estudos, podendo-se partir de algumas das propostas contidas nesta investigação, no que concerne à definição de criminalidade violenta e sua medição.

Em terceiro lugar, e tendo em conta que o foco aqui é colocado na criminalidade violenta, e conforme já referido atrás, o resultado obtido depende da respetiva definição. Utilizando a que é veiculada pelo RASI obtém-se, para os últimos 10 anos, uma tendência global de diminuição (-3,4%), mas se se recorrer à definição de criminalidade violenta/especialmente violenta do CPP, observa-se uma tendência global de ligeiro aumento (1%).

Em quarto lugar, importa ter em conta que qualquer uma das definições abarca diferentes crimes violentos e as tendências podem ser diferentes quando se passa do todo para cada parte. Assim, entre 2008 e 2017 verificou-se uma tendência decrescente nos seguintes crimes: roubo (-5,9%), rapto/sequestro/tomada de reféns (-5,2%), homicídio voluntário consumado (-5%), exposição ou abandono (-2,9%) e ofensa à integridade física grave (-2,1%). Por outro lado, registou-se um aumento em termos da extorsão (9,9%), lenocínio/pornografia de menores (6,7%), abuso sexual de crianças (5,6%), violação (3,6%), tráfico de seres humanos (2,6%), violência doméstica (1,3%), coação sexual (0,9%) e resistência e coação sobre funcionário (0,6%).

Salienta-se ainda que, dentro de um mesmo crime/categoria, e caso seja possível medir as suas variantes (ex.: determinadas pelo contexto onde os factos são praticados ou o tipo de relação vítima-ofensor), as tendências podem ser divergentes da encontrada em termos globais para esse crime/categoria. A título exemplificativo, no âmbito do roubo, a maioria das “variantes” de roubo consideradas na notação estatística apresenta uma tendência decrescente, contudo, se se tiver em conta o período de 2010 a 2017³⁷³, poderá afirmar-se que existe uma manutenção dos quantitativos registados ao nível do roubo em transportes públicos (-0,1%).

Em quinto lugar, quando se designa “tendência(s)” remete-se imediatamente para uma análise quantitativa, do número de crimes registados. Apesar disso, existe uma outra dimensão mais qualitativa (mas também quantificável) que deve ser tida em conta: a severidade criminal.

Como se verificou ao longo deste estudo, este conceito pode encerrar duas dimensões, a severidade inter-criminal e a severidade intra-criminal, sendo relevante adotarem-se medidas/metodologias para medir ambas e assim melhor se poder responder acerca das

³⁷³ Optou-se por este período (e não por 2008-2017), pelo facto de que em 2010 novas subcategorias de roubo foram aditadas ao elenco usado para efeitos de notação estatística, o que iria dificultar a comparação entre tais subcategorias, se efetuada desde 2008.

eventuais tendências registadas. Para o efeito, propôs-se a criação de duas medidas/metodologias, uma para cada dimensão.

Assim, para além de análise das estatísticas criminais baseada nas tradicionais taxas de crime, poderá vir a dispor-se de uma medida de severidade (inter-criminal) para a criminalidade violenta baseada nas molduras penais previstas, sendo que cada crime violento tem a sua ponderação específica, contribuindo em menor ou menor escala, consoante a sua severidade, para o valor global. Por esta via, é possível encontrar-se uma medida agregada que tenha esta questão em conta e que permita leituras diferenciadas (se a criminalidade violenta diminuiu em termos de quantitativos decorrente de um crime com maior volume, mas que tem um nível de severidade muito menor do que outros cujos quantitativos aumentaram, tal deverá ser refletido no indicador a usar).

Tendo por ano base o 2008, o ensaio relativo à criação de um índice e sub-índices de severidade criminal para a criminalidade violenta apontou uma tendência decrescente (2008-2017) ao nível da severidade criminal, se usada a definição do RASI (-5%), e uma tendência de ligeiro aumento se usada a definição do CPP (0,9%). Assim, estes dados, em linha com os da criminalidade registada, permitem corroborar que as tendências observadas em termos dos quantitativos globais foram também acompanhadas ao nível da severidade inter-criminal.

Efetuando este exercício para os crimes abrangidos pelas duas definições acima indicadas, mas incluindo outros crimes potencialmente integráveis na definição de criminalidade, e analisando por tipologia criminal, obtiveram-se sub-índices, revelando tendências divergentes ao nível da severidade criminal (uma diminuição nos crimes contra o património e um aumento nos crimes contra as pessoas, contra a vida em sociedade, contra o Estado e nos crimes previstos em legislação avulsa).

Ao nível da severidade intra-criminal, foi realizada uma análise meramente exploratória de dados, efetuada com base em dados do registo criminal relativos a condenações por homicídio simples e/ou qualificado (na forma tentada e/ou consumada). Os indicadores avaliados apontaram no sentido de um agravamento da severidade criminal, corroborando a pertinência de se realizar este tipo de análise mais fina, para este e outros crimes violentos. Apesar da diminuição consistente em termos do número de homicídios registados, a carga de violência com que os mesmos têm vindo a ser praticados poderá ter aumentado.

Esta análise exploratória, que apenas se baseia em alguns indicadores presentes nas decisões de condenação, tem diversas limitações, pelo que se preconiza a adoção de uma metodologia de

avaliação da severidade intra-criminal mais completa e com base num número de indicadores mais alargado, decorrentes da revisão da literatura, entrevistas exploratórias e da perceção de uma amostra alargada de profissionais do Sistema de Justiça Penal ou que exercem funções de apoio à vítima. Assim, propôs-se a criação de um índice de severidade intra-criminal que comporta um conjunto de 25 indicadores e respetivo algoritmo de cotação, o qual poderá constituir-se como base para uma reflexão e implementação de metodologias neste domínio.

As propostas apresentadas ao nível da avaliação da severidade criminal (inter e intra) constituem-se como contributos para o aperfeiçoamento do Sistema de Estatísticas de Justiça Criminal português. No que concerne à avaliação da severidade intra-criminal, as propostas avançadas podem possuir carácter inovador, não só em Portugal, mas também a nível internacional, uma vez que, da revisão de literatura efetuada, não foram encontradas outras metodologias semelhantes neste domínio, com exceção das linhas orientadoras das sentenças em alguns países cujo sistema jurídico é do tipo “*Common law*”, mas cujos objetivos não se relacionam com a medição da severidade do crime, mas sim apoiar a decisão judicial em contexto de julgamento.

A existência de uma metodologia para efeitos da medição da “carga de violência” com que cada crime é praticado, aferida pelas suas consequências, pelo tipo de vítima, pela forma de violência empregue ou *modus operandi*, e ainda tendo em conta algumas características relativas ao ofensor, pode constituir-se como um instrumento útil igualmente em outros contextos. Para além das estatísticas criminais e seu contributo para a (re)definição das políticas públicas de promoção da segurança, a referida metodologia pode apoiar a decisão judicial (no que respeita à medida da pena) e a decisão em contexto de indemnização a vítimas de crime violento.

Para a (re)definição das políticas públicas e estratégias na área da segurança interna e da justiça criminal é relevante que, a par de uma medição do crime mais compreensiva, existam dados e indicadores regulares que permitam monitorizar a taxa de atrito para cada crime, nomeadamente ao nível da criminalidade violenta.

A violência doméstica, o crime contra as pessoas mais registado em Portugal, sendo o único crime violento que se encontra entre os dez crimes mais registados em Portugal, constituiu-se como aquele, entre os que integram a criminalidade violenta, em que menor proporção de casos chega à fase de julgamento: 12%. Posteriormente, os dados apontam que 53% dos arguidos são condenados e que em 7%, destes casos, recorre-se à pena de prisão efetiva.

No polo oposto situa-se o homicídio voluntário, sendo que os dados indicam que, em média, cerca de 98% chega à fase de julgamento, 75% dos arguidos são condenados e para 90% é decretada pena de prisão efetiva.

Em termos de estimativas, por cada 100 homicídios voluntários registados pelos OPC, em 74 haverá uma condenação e em 66 a condenação será a pena de prisão efetiva; ao nível do abuso sexual de crianças, em cada 100 casos registados pelos OPC, em 27 haverá condenação e em 8 uma pena de prisão efetiva; no âmbito do roubo, por cada 100 casos registados pelos OPC, em 9 haverá uma condenação e em 3 uma pena de prisão efetiva; e, finalmente, na violência doméstica, por cada 1000 (mil) registos dos OPC, em 64 casos haverá condenação e em 4 casos a aplicação da pena de prisão efetiva (ou, em cada 100 registos haverá 6 condenações e menos do que uma condenação a pena prisão efetiva).

Importa salientar que os resultados de diversas análises ao nível dos crimes registados e das fases subsequentes no âmbito do processo penal devem ser devidamente contextualizados, tendo nomeadamente em conta as especificidades inerentes à forma de categorização dos mesmos, em muitos casos inviabilizando uma correspondência com o CP de forma desagregada por crime e existindo diferenças entre as categorias criminais previstas nos sistemas informáticos consoante a fase processual em causa.

Conforme sublinham Richards, Letchford e Stratton (2008), em teoria, a violência doméstica deveria ser um dos crimes mais fáceis de investigar dado que tanto a vítima como o agressor são conhecidos e a cena do crime é facilmente identificável, todavia, o número de casos que são acusados com sucesso tende a ser reduzido.

Comparando as proporções estimadas de casos de violência doméstica e de roubo que chegam à fase de julgamento verifica-se que os valores são próximos, no entanto, no segundo caso a maioria dos ofensores será desconhecida.

Por outro lado, a proporção de arguidos condenados é bastante inferior ao nível da violência doméstica comparativamente ao roubo (53% vs. 70%), sendo a diferença em termos da condenação a pena de prisão efetiva ainda mais evidente, ou seja, cinco vezes inferior (7% vs. 35%).

O menor consenso em torno da severidade criminal da violência doméstica terá reflexos ao nível das taxas de atrito verificadas para este crime no âmbito do Sistema de Justiça Penal ou, em sentido inverso, as referidas taxas de atrito terão reflexos na avaliação da sua severidade?

Refira-se que a baixa taxa de condenação verificada no domínio da violência doméstica é um aspeto assinalado no recente Relatório de avaliação do Grupo de especialistas em violência (GREVIO³⁷⁴) do Conselho da Europa (CoE), no contexto da avaliação da implementação da Convenção de Istambul em Portugal (CoE, 2019), sendo recomendado o aperfeiçoamento ao nível da recolha de prova, de modo a que o testemunho da vítima seja menos determinante nos processos e que as decisões judiciais sejam proporcionais à gravidade das ocorrências e que preservem a função dissuasora das penas.

Salienta-se que este tipo de análises acerca das taxas de atrito deve ser contextualizada em função dos crimes e suas especificidades, não se devendo efetuar uma leitura direta destes números sem ter em conta diversos fatores potencialmente explicativos.

Assim, esta reflexão não pode ficar alheia ao facto de que o roubo tem uma moldura penal mais gravosa do que a violência doméstica, conduzindo à aplicação de medidas mais gravosas do ponto de vista penal, e que a complexidade da violência doméstica e a relação de proximidade entre vítima-ofensor muitas vezes dificultam a recolha de prova. Em diversos casos de roubo, a reincidência criminal comprovada facilitará a aplicação de medidas mais gravosas, o que poderia acontecer igualmente na violência doméstica caso este não fosse o crime com maior taxa de atrito, apesar de, conforme indica Richards et al. (2008), constituir o crime cuja probabilidade de revitimização é mais elevada.

Importa referir que não é plausível uma tese de instrumentalização, em larga escala, do crime de violência doméstica para outros fins, desvalorizando-se por essa via o número de ocorrências registadas. As taxas de atrito mais elevadas verificadas para a violência doméstica, bem como para outros crimes contra as pessoas, poderão também refletir que a preparação do Sistema de Justiça Penal para lidar com os “típicos” crimes violentos (que ocorrem no espaço público ou entre desconhecidos) será substancialmente superior à existente para lidar com outras formas de criminalidade violenta, mais do foro privado. Este retrato é obviamente generalista, verificando-se realidades particulares onde tal não ocorre, veja-se, por exemplo, a existência de efetivos especializados nas FS em matéria de violência doméstica ou as secções especializadas a este nível em alguns DIAP.

Por outro lado, um dos princípios que conformam o direito penal é o de constituir a “última ratio”, só devendo atuar quando tudo o resto falha, o que fará com que a aplicação de medidas penais a ofensores no contexto doméstico, o qual ainda é visto como um “reduto” da

³⁷⁴ Group of Experts on Action against Violence against Women and Domestic Violence.

família, onde muitos consideram que outras intervenções devem ser privilegiadas, influenciará certamente uma reação penal menos grave neste âmbito.

A existência de dados estatísticos reveladores destas realidades e discrepâncias contribuem para uma efetiva reflexão neste domínio, sendo “urgente” uma mudança de paradigma relativamente ao que é entendido como criminalidade violenta. Na sociedade atual, em que existirá um recuo da violência praticada entre desconhecidos, e sobretudo no espaço público (veja-se a diminuição do número global de roubos registados), o sistema tem de se recentrar e conferir prioridade à violência praticada sobre as vítimas especialmente vulneráveis, muita dela praticada por conhecidos e em contexto privado.

Se para efeitos de prevenção e combate à “tradicional” criminalidade violenta o Sistema de Justiça Penal tem tido bons resultados, convergindo na sua diminuição, tendo pelo menos em conta os crimes registados, o combate à “nova” criminalidade violenta também de ser reforçado, e os vários atores institucionais deverão estar alinhados.

Este entendimento não invalida naturalmente que a resposta aos problemas seja só penal, tem de ser cada mais integrada, envolvendo os vários sistemas do Estado (ex.: Saúde, Educação, Segurança Social), bem como as organizações do designado terceiro setor.

A complexidade dos problemas é elevada, pelo que a sua resolução também implica um elevado empenhamento.

As preocupações oficiais (nacionais e internacionais) em termos dos discursos políticos continuam a passar pelo terrorismo, pela criminalidade transnacional organizada, pelo cibercrime, entre outros, sendo que parece existir uma correlação inversa entre a importância atribuída aos fenómenos criminais e a sua distância face ao tal “reduto” da família ou do contexto privado.

Não se pretende referir que se deve descurar a atenção a tais fenómenos criminais complexos, emergentes e em constante mutação, mas importa compreender a real dimensão dos problemas no dia a dia da população, suas implicações na qualidade de vida e custos para o Estado.

Conforme Harne e Redford (2008) indicavam, apesar das diversas medidas implementadas desde 1990 no domínio do aperfeiçoamento do policiamento da violência doméstica, ao nível das forças policiais do Reino Unido ainda se verificava uma certa marginalização dos polícias especializados em violência doméstica (considerados como efetuando um trabalho “menor”,

pouco monitorizados ou supervisionados) e uma desresponsabilização dos outros polícias neste domínio.

Não será de todo despiciente pensar que, em Portugal, alguma desvalorização das funções mais ligadas a este tipo de crimes do foro privado/familiar possa existir nas forças e serviços de segurança e a outros níveis do Sistema de Justiça Penal. Provavelmente, a representação social do que é ser polícia ou magistrado (área penal) esteja essencialmente ligada a crimes entendidos como mais “complexos” e pertencentes à representação social do “mundo do crime”, sendo que a mesma representação será também detida pelos próprios profissionais, podendo em muitos casos sentirem-se mais motivados para lidar com casos de roubo, tráfico de droga do que com violência doméstica, maus-tratos ou abuso sexual de crianças.

A violência doméstica, o crime contra as pessoas mais registado em Portugal, os maus-tratos, os crimes sexuais, incluindo o abuso sexual de crianças e menores dependentes, não serão merecedores de tanta ou mais atenção que os outros fenómenos? Não parece suficiente que este tipo de fenómenos seja tratado apenas ao nível das esferas ligadas à igualdade de género, importa que façam parte efetivamente do discurso global em termos de criminalidade violenta.

Não estaremos perante um sistema que “carece de lentes” tanto para “ver ao perto” como “ao longe”, mas que menospreza uma solução para o primeiro caso (apesar de possuir um maior impacto no seu dia a dia), preocupando-se essencialmente em melhorar a “visão ao longe”?

Muitas vezes, o Sistema de Justiça Penal poderá sentir-se impotente para atuar nestas esferas mais “privadas”, e considerar que eram necessárias outras intervenções. Trata-se de uma perspetiva pertinente, no entanto importa ter em conta que o papel deste Sistema é fundamental para se afirmar uma mensagem de efetiva intolerância face a este tipo de crimes, e a impunidade ou uma “mão leve” da justiça em nada beneficiam a resolução da situação. Os problemas podem persistir e agravar-se.

A criminalização destas condutas do foro privado/doméstico, aliada a baixas taxas de acusação, de condenação e de condenação a pena de prisão efetiva, podem ser reveladoras de um processo ainda em curso de maturação do Sistema de Justiça Penal no âmbito da gestão deste tipo de crimes. Se, por um lado, consegue-se que eles entrem no sistema e as vítimas confiem inicialmente no mesmo para as apoiar, cedo este impulso inicial se esvanece, conduzindo a resultados muito diferentes dos que seriam antecipados aquando da sua “entrada” no sistema. A persistência deste tipo de respostas pode colocar em perigo todo o esforço efetuado nas fases iniciais para que os fenómenos sejam desocultados, diminuindo-se

a confiança no sistema, conduzindo a uma redução no número de crimes registados pelos OPC, que não tenha qualquer eco em termos de uma diminuição efetiva das situações.

Assim, urge que o processo de “maturação” do Sistema de Justiça Penal a este nível seja acelerado.

Refletindo agora sobre o conceito de segurança, pode referir-se que este tem também evoluído ao longo dos tempos, estando cada vez mais abrangente e complexo, devendo ele próprio acompanhar e até antecipar, para além dos novos riscos e ameaças, as transformações da violência e as necessidades da população.

Assim, se as manifestações de violência estão a “recuar” para se concentrar sobretudo no espaço privado, e tendo em conta as situações de especial vulnerabilidade associadas a muitas das suas vítimas, em nome do princípio da igualdade e do direito à segurança, torna-se incontornável uma reflexão e ações diferenciadas no domínio das vítimas especialmente vulneráveis, para o que as estatísticas criminais devem dar um contributo relevante.

É importante sublinhar que o referido “recuo” da violência poderá ser diferenciado consoante se trate de violência de tipo físico, psicológico ou sexual, análise que deverá ser cruzada com a existência de um novo “espaço público” onde a violência pode ser exercida: o “*online*”, devendo as políticas públicas ter em conta estas mudanças e determinar respostas ajustadas a estas realidades.

Importa ter em conta que a segurança deve ser entendida numa vertente objetiva, mas também subjetiva, mais ligada ao sentimento de insegurança, e que muitas vezes as pessoas que se sentem mais inseguras não são efetivamente as mais vitimizadas. A pressão do crime, a exposição ao crime/violência e a vulnerabilidade da própria pessoa são fatores que interagem e contribuem para um maior ou menor sentimento de insegurança.

Conforme discutido por Quaresma (2016), apesar da existência do paradoxo da insegurança, importa salientar que muitas vezes, para que se consiga desocultar situações de violência perpetradas para com pessoas em situação de especial vulnerabilidade, a atuação policial necessita de ser pró-ativa (e não meramente reativa), muito próxima dos cidadãos, e facilitadora do estabelecimento de parcerias/trabalho em rede.

Os programas de policiamento de proximidade, através da adoção de práticas de policiamento mais pró-ativas e de estabelecimento de parcerias locais e contactos regulares com a população, têm como primordial objetivo a prevenção da criminalidade, mas também a

redução do sentimento de insegurança, ao mesmo tempo que procuram aumentar a satisfação dos cidadãos com a atuação policial.

Este incremento da satisfação tem também como objetivo aumentar os níveis de legitimidade da atuação policial, e contribuir igualmente para diminuir as *cifras negras*, uma vez que confiando mais na polícia a população reportará mais as ocorrências criminais.

Tal como salientado por Oliveira (2006), a segurança exige atualmente uma coprodução envolvendo vários parceiros institucionais públicos e privados, individuais e coletivos.

Conforme referem Loader e Sparks (2012), assiste-se a uma pluralização do policiamento e da segurança, em que o Estado é um ator entre muitos envolvidos no âmbito da aplicação de medidas e governança da segurança. A responsabilidade da prevenção criminal dispersa-se de forma descendente para os cidadãos e empresas, escolas, hospitais, pessoas envolvidas no planeamento, entre outros. O envolvimento no controlo do crime dispersa-se para fora, para o setor privado. Segundo os mesmos autores, as responsabilidades e capacidades espalham-se também para níveis superiores, para instituições e instâncias transnacionais e internacionais, incluindo a União Europeia (que assume um papel central no policiamento das fronteiras e no controlo da migração), o Conselho da Europa e o Tribunal Criminal Internacional.

Num estudo realizado por Leitão (2005) constatava-se que as necessidades comunitárias ocupavam a maioria dos recursos da polícia. Conforme sublinhava este autor, são essas necessidades que legitimam a instituição secular policial e as que mais dignidade conferem ao papel policial.

Conjugando o direito fundamental à segurança (art.º 27.º) com o princípio da igualdade (art.º 13.º) consagrados na CRP, e partindo do pressuposto que existem grupos mais vulneráveis a uma violação deste seu direito, considera-se que o Estado deverá tratar de forma desigual o que à partida é desigual (vulnerabilidade à violação do direito à segurança).

Será esta a base das políticas públicas que norteiam a implementação dos programas especiais de policiamento e os designados contratos locais de segurança, sendo que para efeitos do seu planeamento estratégico a introdução de afinações e melhorias ao nível dos dados estatísticos recolhidos e sua análise também poderão dar um contributo relevante. Importará avaliar se este tipo de medidas tem implicações, para além das que se registem em termos da redução das cifras negras e cinzentas, numa eventual diminuição da severidade (inter e intra-criminal), e

também ao nível das taxas de prosseguimento criminal dos casos ao longo das fases do processo penal.

A discussão em torno da criminalidade violenta e sua definição será hoje mais complexa do que há uns anos atrás, a sociedade está crescentemente reflexiva, existe uma “explosão” de dados e de informações, os próprios modelos explicativos da violência assumem cada vez mais um carácter multifatorial, abandonando-se visões determinísticas baseadas em fatores isolados, sendo cada vez mais necessários modelos integrados para compreender e atuar nos fenómenos.

Por outro lado, não é possível ignorar o papel atual e crescente dos *media*, em sentido lato (incluindo os novos *media* - redes sociais e internet) nas representações sociais sobre a violência, influenciando a compreensão sobre os fenómenos, mas também a perceção sobre as suas tendências.

Perante tanta informação disponível, muitas vezes poderá existir a tentação de simplificar as visões e análise de tendências, o que por vezes é potenciado pela forma como esta temática (abordada recorrentemente nos *media*) é tratada. Tendo em conta esta questão, importa também que as políticas públicas se possam basear em dados com sustentabilidade objetiva e representativos da realidade, sob pena de se adotarem medidas reativas (tipo “penso rápido”) para dar resposta aos problemas levantados pelos *media*, por vezes segundo uma “agenda” pouco clara ou que não tenha correlação direta com reais prioridades de intervenção.

Ou, em outros casos, reagir-se perante problemas/situações sobejamente conhecidas apenas quando a comunicação social os foca de forma veemente, tendo-se ignorado todos os alertas e propostas anteriores. A este propósito, salienta-se que muitos dos entrevistados consideraram que os *media* têm um papel muito mais relevante na (re)definição de políticas públicas de segurança interna do que os dados estatísticos e análise criminais existentes.

Relativamente ao papel dos *media*, e conforme sublinhado por diversos entrevistados, este pode ser muito relevante e com carácter pedagógico, sendo necessário que o Sistema de Justiça Criminal possa aperfeiçoar as suas políticas comunicacionais de modo a que transmita mensagens e informações, de forma elucidativa e oportuna, e contribua para esclarecer a população, nomeadamente sobre as tendências/variações criminais efetivamente observadas.

Para o efeito, importa que exista uma maior capacidade/disponibilidade de análise crítica a nível oficial em termos dos indicadores e das formas de medição do crime, sendo que a

realização de análises regulares e mais aprofundadas sobre determinadas formas de criminalidade, designadamente violenta, parecem imprescindíveis. A título de exemplo, refere-se o caso do crime de homicídio/homicídio qualificado, no âmbito do qual não é realizada pelo Estado, de forma regular, nenhuma análise integrada (com recurso a várias fontes e indicadores) e aprofundada, de modo a poder efetuar-se uma análise mais compreensiva dos casos e consequentemente uma melhor prevenção.

A análise criminal que é feita atualmente em termos oficiais será a que é possível, tendo em conta as atribuições, disponibilidade das entidades responsáveis e mediante limitações que existem ao nível dos sistemas de informações. Não obstante, considera-se que seria desejável que o Estado prestasse um pouco mais de atenção a este domínio e dispusesse de uma entidade/observatório/estrutura, entre as atuais ou através de uma nova, que se encarregasse deste tipo de análises de forma estruturada, consistente e regular, um pouco à semelhança do Observatório Nacional Francês da Delinquência e Respostas Penais (ONDRP).

Este tipo de estudos e análises regulares deverão igualmente abranger outros indicadores para além dos crimes registados, de modo a conhecerem-se as respostas penais respetivas, incluindo o “prosseguimento” dos casos ao longo do processo penal.

Importa sublinhar, uma vez mais, a necessidade de complementar a medição do crime com a realização de inquéritos de vitimação regulares, cuja realização deveria ser articulada, nomeadamente com a “entidade” acima referida.

Reconhece-se o enorme esforço que é feito no âmbito do atual sistema de estatísticas criminais, quer no caso da DGPJ, ao nível da recolha e tratamento de dados transmitidos pelos operadores e sua posterior disponibilização, quer ao nível do GSGSSI, na elaboração e apresentação do RASI. Parece oportuno, tal como apontado por muitos dos entrevistados, ir um pouco mais além, sendo necessárias análises mais aprofundadas relativamente a alguns fenómenos, que sejam efetuadas de forma regular e que conduzam a reflexões quanto às suas implicações para as políticas públicas e estratégias operacionais de prevenção e combate ao crime.

Seria interessante que os decisores políticos não tomassem decisões neste domínio de forma apressada, apenas na sequência de acontecimentos negativos que possam surgir, mas pudessem atempadamente refletir sobre o assunto e aperfeiçoar o atual sistema, o que certamente constituiria uma mais-valia para a situação presente, adotando-se assim medidas

estratégicas que visem dar o seu contributo para a manutenção de baixos níveis de criminalidade globalmente registados em Portugal.

Tendo em conta a pertinência dos contributos dos profissionais envolvidos neste estudo, importa reforçar a importância destes serem auscultados de forma regular tendo em vista o aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Penal, nomeadamente ao nível da medição da criminalidade violenta e (re)definição das intervenções neste domínio.

Se se dispuser de um sistema “perfeito” em termos das análises que proporciona, mas cujos resultados não são objeto de reflexão e tradução ao nível das políticas públicas e das estratégias, de pouco servirá.

Seria interessante que, à semelhança do verificado em outros países, no âmbito do próprio processo de elaboração, análise e divulgação de estatísticas criminais se pudesse contar com a reflexão e contributos de um grupo alargado de especialistas, para além dos provenientes das entidades abrangidas pelo Sistema de Segurança Interna ou do Sistema de Justiça Penal.

Assim, importa ter em conta que a referida “entidade” deve ser envolvida desde o planeamento da recolha de dados relativos aos crimes, na monitorização da qualidade dos dados recolhidos, intervindo especialmente ao nível da realização de análises/estudos e disseminação de resultados, devendo novamente ser envolvida no processo de “tradução” desses resultados em implicações ao nível das políticas públicas e estratégias adotadas pelos atores do Sistema de Segurança Interna e do Sistema de Justiça Penal.

No relatório apresentado em finais de 2011 pela Procuradoria-Geral da República, a propósito da aplicação da Lei de Política Criminal para o biénio 2009-2011, era referido que:

“A definição das prioridades de política criminal deve, pois, pressupor o conhecimento da realidade criminológica, pois só desse modo se poderá orientar a sua concreta execução e se poderão equacionar e alocar os recursos necessários às tarefas que se mostrem necessárias àquela execução, com vista a um eficaz combate à criminalidade... (...) que se tenham em consideração fundamentos científico-criminológicos na definição das prioridades e orientações (...)” (PGR, 2011, p. 14).

Por outro lado, conforme plasmado no anexo da Lei que define os objetivos, prioridades e orientações da política criminal para o biénio 2017-2019, a fundamentação da seleção dos crimes de prevenção e investigação prioritárias baseou-se, em termos de informação nacional, nos dados disponibilizados pelo Relatório Anual de Segurança Interna (RA SI),

confirmando-se assim este Relatório como o instrumento primordial ao nível do ciclo político no domínio da segurança interna e da justiça criminal.

Deste modo, e tendo em conta toda a discussão estabelecida na presente investigação em torno deste instrumento, e dos aspetos que seria relevante aperfeiçoar ao nível da medição do crime, julga-se que ainda haverá um longo caminho a percorrer até se poder considerar que os dados estatísticos existentes (e a análise compreensiva dos fenómenos criminais que é possível efetuar) podem sustentar de forma adequada a definição de prioridades ou a avaliação das políticas e estratégias implementadas.

A medição do crime deve assentar num conjunto de cinco pilares, sendo que em todos eles as prioridades de análise passarão necessariamente pela criminalidade violenta, e sempre que possível a realidade portuguesa deve ser comparada nomeadamente com a de outros países da UE.

O primeiro, e mais basilar, refere-se ao manancial de dados recolhidos no âmbito do Sistema de Justiça Penal, o qual pode ser melhor “rentabilizado”, designadamente ao nível da análise dos crimes registados e do prosseguimento dos casos ao longo das várias fases do processo penal.

Ao nível do segundo pilar, colocam-se os inquéritos de vitimação. A sua não realização de forma regular inviabiliza uma leitura adequada das possíveis tendências observadas para muitos dos crimes designadamente violentos. Por outro lado, e tal como recorda Lourenço (2013), a produção da segurança não diz respeito apenas à diminuição da insegurança objetiva, mas também à diminuição da insegurança subjetiva, ou seja, do sentimento de insegurança, pelo que importa que o sentimento de insegurança possa ser monitorizado.

Um terceiro pilar, mais ambicioso mas igualmente relevante, prende-se com a necessidade de avaliar de forma sistemática a severidade criminal, inter e intra-crimes, de modo a compreender-se efetivamente que tendências ao nível da “carga de violência” acompanham o que é observado ao nível da criminalidade violenta em termos dos seus quantitativos. Esta análise da severidade criminal deverá ser efetuada no contexto do 1.º pilar, mas também, e se possível, ao nível do 2.º pilar.

Refira-se adicionalmente que no presente estudo constatou-se a inexistência de posições unânimes entre os profissionais quanto às tendências verificadas na criminalidade violenta (quantitativos e “carga de violência”), prevalecendo, no entanto, a perceção de que se verificou

um aumento em termos quantitativos e qualitativos (no sentido de uma maior severidade/”carga de violência”), nomeadamente nos últimos dez anos.

Este dado, aliado à necessidade de se realizar também este tipo de análises à criminalidade violenta, desagregada a nível geográfico, promovendo comparações entre distritos/municípios quanto à severidade criminal (inter e intra), corrobora a necessidade de se repensar o atual sistema de leitura da criminalidade, aproximando-o também dos profissionais que estão no “terreno” e que deverão fazer uso deste tipo de análises e resultados, retribuindo-se assim também desta forma todo o esforço efetuado ao nível do registo dos crimes por parte de tais profissionais.

Um quarto pilar relaciona-se com a realização de uma análise mais integrada e com recurso a outras fontes de informação complementares, como algumas das que foram utilizadas no presente estudo, de modo a alcançar uma visão mais integrada (a “360.”). Nesse sentido, e tendo em conta os dados analisados provenientes do INE, I.P. (causas de morte e índice de bem-estar), da CNPDPCJ (crianças sinalizadas como estando em perigo), da CPVC (processos de indemnização às vítimas de violência doméstica e de crimes violentos), da APAV (atendimentos efetuados) e da UMAR (femicídios), não é possível, de forma global, corroborar, por esta via, a perspetiva de uma diminuição da criminalidade violenta. De qualquer modo trata-se de indicadores relevantes e que importa continuar a monitorizar de forma integrada ao nível do sistema de estatísticas de justiça penal.

E, finalmente, o quinto pilar prende-se com a necessidade de se relacionarem os dados com variáveis socioeconómicas e geográficas, de modo a obter-se uma análise mais compreensiva da realidade, e, tal como sublinhado por Loureço et al. (2015), importa realizar estudos em profundidade e prospetivos, elaborados num contexto de rigor científico e independente, que possam suportar as orientações estratégicas no domínio das políticas públicas.

Ao nível deste quarto e quinto pilares, cabem naturalmente estudos mais qualitativos sobre os fenómenos, cuja pertinência é também reconhecida.

Se se conseguir prosseguir a medição do crime nestes cinco pilares, Portugal estará claramente a alinhar-se com os países que apresentam sistemas de medição do crime mais completos, e, por via do terceiro pilar (e mais concretamente da medição da severidade intra-criminal), fornecer contributos que poderão ser pioneiros, introduzindo objetividade num domínio habitualmente analisado apenas do ponto de vista subjetivo (perceções).

Assim, Portugal, para além de se situar entre os países mais seguros do mundo, passaria a dispor de dados que permitem uma monitorização mais apurada da realidade criminal, demonstrando uma efetiva preocupação em manter e melhorar os níveis de segurança existentes.

A propósito da posição favorável de Portugal face à média dos países da UE, da Europa e do mundo, ao nível da criminalidade, da criminalidade violenta e da perceção de segurança, importa, contudo, encarar que este tipo de conclusão não é uma realidade absoluta, sobre a qual se possa “descansar”. Importa reter que os índices e indicadores utilizados para obter este tipo de conclusão possuem uma natureza específica, e no domínio da criminalidade violenta este tipo de conclusão genérica não reflete algumas realidades parciais onde a posição de Portugal é idêntica ou mais desvantajosa que a média dos outros países analisados.

Após vários anos de diminuição consistente da criminalidade, nomeadamente a violenta, em alguns países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e País de Gales e França, tem-se assistido nos anos mais recentes a alguns sinais de aumento, sendo ainda cedo para se concluir que existe uma inversão de tendência ou se serão apenas variações pontuais. Importará também verificar se Portugal acompanhará ou não estas tendências/variações.

Num mundo cada vez mais globalizado e em constante comunicação e interdependência existirá, ao nível dos países com tradições democráticas estabelecidas e considerados como sendo mais desenvolvidos, uma tendência de harmonização de modos e estilos de vida e muitas vezes de políticas públicas. Naturalmente, importa ter em conta diferenças específicas relacionadas com fenómenos criminais (ex.: Itália com organizações criminosas da “máfia”), com as condições socioeconómicas das populações, níveis de integração de grupos minoritários ou de pessoas oriundas de outros países e níveis de desigualdade de género. No entanto, fará sentido que possa existir também uma “harmonização” em termos de situações reportadas aos OPC e níveis de criminalidade violenta registada. À partida, porque haverão de existir mais crimes sexuais em França ou no Reino Unido do que em Portugal? Não serão os níveis reais relativamente próximos e o que variará de forma mais evidente são as cifras negras? Os aumentos verificados em Portugal para diversos crimes da esfera sexual não decorrerão disto mesmo, de uma aproximação às taxas de desocultação verificadas em outros países da UE?

Para se conhecer efetivamente a realidade já não basta analisar as variações/tendências ao nível do número de crimes registados ou do número de crimes não registados, importa dispor

de indicadores que permitam avaliar a severidade da violência, e assim melhor determinar a eficácia das políticas públicas de prevenção e combate ao crime, designadamente violento. Será que se está efetivamente a conseguir diminuir a “carga de violência” na sociedade?

Apesar da diminuição inegável dos níveis de violência e brutalidade na Europa Ocidental desde finais do século XVII, acompanhada da revolução industrial, e mais tarde da “revolução” tecnológica, a persistência de fenómenos criminais que envolvem violência extrema até aos dias de hoje, não significarão a necessidade de uma verdadeira revolução “da condição humana”?

Esta “revolução” será provavelmente mais difícil de operar e manter, mas como referia Nelson Mandela, no início do século XXI (2002):

“Muitos dos que convivem no seu dia a dia com a violência assumem que ela faz parte da condição humana. Mas isso não é verdade. A violência pode ser evitada. Culturas violentas podem ser transformadas. No meu próprio país e em todo o mundo, temos exemplos brilhantes de como a violência foi combatida. Governos, comunidades e indivíduos podem fazer a diferença.”

BIBLIOGRAFIA

- Aebi, M., Akdeniz, G., Barclay, G., Campistol, C., Caneppele, S., Gruszczyńska, B., Harrendorf, S., Heiskanen, M., Hysi, V., Jehle, J-M, Jokinen, A., Kensey, A., Killias, M., Lewis, C., Savona, E., Smit, P. & Þórisdóttir, R. (2014). *European Sourcebook of Crime and Criminal Justice Statistics 2014*. 5.^a edição. Helsínquia: Instituto Europeu para a Prevenção e Controlo Criminal (HEUNI). Acedido em: https://www.heuni.fi/material/attachments/heuni/reports/qrMWoCVTF/HEUNI_report_80_European_Sourcebook.pdf
- Aebi, M., Tiago, M. & Burkhardt, C. (2016). *SPACE I - Council of Europe Annual Penal Statistics: Prison populations. Survey 2015*. Strasbourg: Council of Europe. Acedido em: http://wp.unil.ch/space/files/2017/04/SPACE_I_2015_FinalReport_161215_R_EV170425.pdf
- Afonso, C. (2016). Impactos diferenciados das armas de fogo em Portugal: o caso da saúde. Em R. Santos, T. Moura & J. Pureza (Orgs.), *Violência e armas de fogo em Portugal* (pp. 245-262). Coimbra: Almedina.
- Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia [FRA] (2014a). *Violence against women: an EU-wide survey. Main results*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Acedido em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf
- Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia [FRA] (2014b). *Violence against women: an EU-wide survey. Survey methodology, sample and fieldwork*. Acedido em: http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014-vaw-survey-technical-report-1_en.pdf
- Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia [FRA] (2017). *Eurostat starts developing gender-based violence survey*. Acedido em: <https://fra.europa.eu/en/event/2017/eurostat-starts-developing-gender-based-violence-survey>
- Agra, C. (2001). Elementos para uma Epistemologia da Criminologia. Em Fundação Universidade do Porto (ed.) *Estudos em comemoração dos cinco anos (1995-2000) da Faculdade de Direito da Universidade do Porto* (pp 63-95). Coimbra: Coimbra Editora. Acedido em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23933/2/49898.pdf>
- Allen, M. (2018). Police-reported crime statistics in Canada, 2017. Centro canadiano para as estatísticas de Justiça. *Juristat*, 85-002-X. Acedido em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/en/pub/85-002-x/2018001/article/54974-eng.pdf?st=3Xvdjumg>

- Almeida, M. & Alão, A. (1996). *Os inquéritos de vitimação e o gabinete de estudos e planeamento do Ministério da Justiça*. III Congresso Português de Sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia. Acedido em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR49253f37e581c_1.pdf
- Almeida, P. (2010). *A Vitimação em Portugal: apresentação de dados de um estudo nacional*. Comunicação efetuada nas I Jornadas de Segurança organizadas pelo Ministério da Administração Interna, em 26 de março de 2010. Lisboa.
- Amaro, F. (2006). Métodos e técnicas de análise qualitativa. Em M. Martins (Org.), *Comunicação e Marketing Político* (pp. 161-176). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).
- Anderson, C. & Bushman, B. (2002). Human aggression. *Annual Review of Psychology*, 53(1), 27-51.
- Anderson, E. (1994). The code of the streets. (Cover story). *Atlantic*, 273(5), 80-94.
- Ashworth, A. & Roberts, J. (2013). Origins and nature of the Sentencing Guidelines in England and Wales. Em A. Ashworth & J. Roberts (Ed.), *Sentencing Guidelines: Exploring the English model* (pp. 1-14). London: Oxford University Press.
- Assembleia da República (2011). *Guia para a nova ortografia da língua portuguesa*. Acedido em: http://www.parlamento.pt/documents/xiileg/guia_acordoortografico.pdf
- Associação Americana de Psicologia [APA- American Psychological Association] (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association*. Washington (DC): APA.
- Associação Portuguesa de Apoio à vítima [APAV] (2013). *Relatório anual 2012*. Acedido em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Totais_Nacionais_2012.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à vítima [APAV] (2017). *Relatório anual 2016*. Acedido em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2016.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à vítima [APAV] (2018a). *Relatório anual 2017*. Acedido em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2017.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2018b). *Relatório de gestão 2017*. Acedido em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/relatorio_gestao_2017.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à vítima [APAV] (s.d.). Quem somos. Acedido em: https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/a-apav/quem-somos

- Autoridade para as Estatísticas do Reino Unido [UKSA-United Kingdom Statistics Authority] (2014). *Assessment of compliance with the Code of Practice for Official Statistics. Statistics on Crime in England and Wales (produced by the Office for National Statistics). Assessment Report 268*. Janeiro 2014. London: UKSA. Acedido em: <https://www.statisticsauthority.gov.uk/archive/assessment/assessment/assessment-reports/assessment-report-268---statistics-on-crime-in-england-and-wales.pdf>
- Babyak, C. Alavi, A., Collins, K., Halladay, A. & Tapper, D. (2009). *The methodology of the police reported crime severity index*. Junho. Société statistique du Canada (SSC) Annual Meeting. Proceedings of the Survey Methods Section. Acedido em: https://ssc.ca/sites/default/files/survey/documents/SSC2009_CBabyak.pdf
- Bandura A, Barbaranelli C, Caprara G. & Pastorelli C. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(2), 364-374.
- Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- Bauer, Rizk & Soullez (2011). *Statistiques criminelles et enquêtes de victimation*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF).
- Beleza, T. (1984). *Direito Penal* (2.^a ed., Vol. I). Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL).
- Bennett, T. & Holloway, K. (2005). *Understanding Drugs, Alcohol and Crime*. Berkshire: Open University Press.
- Boyce, J. Cotter, A. & Perreault, S. (2014). Police-reported crime statistics in Canada, 2013. *Juristat*. Julho. Canadian Centre for Justice Statistics. Component of Statistics Canada catalogue, 85-002-X. Statistics Canada. Acedido em: <http://www.statcan.gc.ca/pub/85-002-x/2014001/article/14040-eng.pdf>
- Brito, J. (1978). A lei penal na constituição. Em J. Miranda (coord.), *Estudos sobre a Constituição* (2.^a ed.) (pp. 197-254). Lisboa: Petrony.
- Brookman, F. (2005). *Understanding homicide*. London: Sage Publications Ltd.
- Brookman, F. (2010). Homicide. Em F. Brookman, M. Maguire, H. Pierpoint & T. Bennett (eds), *Handbook on Crime* (pp. 217-244). Devon: Willan. Acedido em: https://www.researchgate.net/publication/301699338_Homicide
- Brookman, F., & Robinson, A. (2012). Violent Crime. Em M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (5.^a ed.) (pp. 563-594). Oxford: Oxford University Press.
- Brumbaugh-Smith, J., Gross, H., Wollman, N. & Yoder, B. (2008). NIVAH: A composite index measuring violence and harm. *U.S. Social Indicators Research*, 85, 351-387.

- Buzawa, E & Buzawa, C. (2017). Introduction: The Evolution of Efforts to Combat Domestic Violence. Em E. Buzawa & C. Buzawa (Eds.), *Global Responses to Domestic Violence* (pp. 1-20). Switzerland: Springer International Publishing.
- Campos, F. (2017). *Sistemas de Common Law e de Civil Law: conceitos, diferenças e aplicações. Breves apontamentos sobre os Sistemas de Common Law e de Civil Law*. Acedido em: <https://jus.com.br/artigos/62799/sistemas-de-common-law-e-de-civil-law-conceitos-diferencas-e-aplicacoes>
- Canotilho, J. & Moreira, V. (2010a). Constituição da República Portuguesa Anotada (Vol. II), (4.^a ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Canotilho, J. & Moreira, V. (2010b). Constituição da República Portuguesa Anotada (Vol. I), (4.^a ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Centro Canadiano para as Estatísticas de Justiça [Canadian Centre for Justice Statistics] (2009). *Introducing the Crime Severity Index and Improvements to the Uniform Crime Reporting Survey*. Statistics Canada. Acedido em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/en/pub/85-004-x/85-004-x2009001-eng.pdf?st=Gp0uXeYX>
- City (s.d.). *Welcome to the European Social Survey*. City University of London. Acedido em: <https://www.city.ac.uk/arts-social-sciences/sociology/european-social-survey#unit=about>
- Clarke, S. (2013). Statistics explained. Trends in crime and criminal justice, 2010. *Statistics in focus 18/2013*. Archive: Crime trends in detail. Eurostat. Acedido em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:Crime_trends_in_detail
- Clarke, S. (2015). Trends in crime and criminal justice, data 2008-2013. *Statistics in focus 3/2015*. EU trends in statistics on police-recorded crime and the criminal justice system, 2008-2013. Eurostat. Acedido em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Archive:Crime_and_criminal_justice_statistics_data_2008-2013
- Clemente, P. (2006). A Polícia em Portugal. Políticas Públicas. *Cadernos do Instituto Nacional de Administração [INA]*, 26. Oeiras: INA.
- Cohen, L., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends. *American Sociological Review*, 44, 588-608. Acedido em: https://www.researchgate.net/publication/238322365_Social_Change_and_Crime_Rate_Trends_A_Routine_Activity_Approach
- Coleman, K., Eder, S., & Smith, K. (2011). Homicide. Em K. Smith et al. (eds), *Homicides, Firearm Offences and Intimate Violence 2009/10. HOSB 01/11*. London: Home Office. Acedido em:

- https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/116512/hosb0111.pdf
- Collins, R. (2009). Micro and macro causes of violence. *International Journal of Conflict and Violence*, 3 (1), 9-22. Acedido em: <http://www.ijcv.org/index.php/ijcv/article/viewFile/45/45>
- Comissão de Proteção das Vítimas de Crime [CPVC] (2013). *Relatório de atividades 2012*. Acedido em: <https://cpvc.mj.pt/wp-content/uploads/2016/07/Relat%C3%B3rio-2012.pdf>
- Comissão de Proteção das Vítimas de Crime [CPVC] (2014). *Relatório de atividades 2013*. Acedido em: <https://cpvc.mj.pt/wp-content/uploads/2016/07/Relat%C3%B3rio-2013.pdf>
- Comissão de Proteção das Vítimas de Crime [CPVC] (2015). *Relatório de atividades 2014*. Acedido em: <https://cpvc.mj.pt/wp-content/uploads/2016/06/Relat%C3%B3rio-2014.pdf>
- Comissão de Proteção das Vítimas de Crime [CPVC] (2016). *Relatório de atividades 2015*. Acedido em: <https://cpvc.mj.pt/wp-content/uploads/2016/06/Relat%C3%B3rio-2015.pdf>
- Comissão de Proteção das Vítimas de Crime [CPVC] (2017). *Relatório de atividades 2016*. Acedido em: <https://cpvc.mj.pt/wp-content/uploads/2018/02/RELAT%C3%93RIO-DE-2016.pdf>
- Comissão de Proteção das Vítimas de Crime [CPVC] (2018a). *Novas atribuições da Comissão de Apoio às Vítimas de Crimes*. Acedido em: <https://cpvc.mj.pt/?p=642>
- Comissão de Proteção das Vítimas de Crime [CPVC] (2018b). *Relatório de atividades 2017*. Acedido em: https://cpvc.mj.pt/wp-content/uploads/2016/06/Relatorio_CPVC-2017.pdf
- Comissão Europeia (2008a). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 69. Spring 2008. Table of results*. Acedido em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb69/eb69_annexes.pdf
- Comissão Europeia (2008b). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 70. Autumn 2008. Table of results*. Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb70/eb70_full_annex.pdf
- Comissão Europeia (2009a). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 71. Spring 2009. Table of results*. Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb71/eb713_annexes.pdf

- Comissão Europeia (2009b). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 72. Autumn 2009. Table of results.* Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb72/eb72_a_nx_en.pdf
- Comissão Europeia (2010a). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 73. Spring 2010. Table of results.* Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb73/eb73_a_nx_en.pdf
- Comissão Europeia (2010b). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 74. Autumn 2010. Table of results.* Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb74/eb74_a_nx_full_fr.pdf
- Comissão Europeia (2011a). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 75. Spring 2011. Table of results.* Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb75/eb75_a_nx_full_fr.pdf
- Comissão Europeia (2011b). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 76. Autumn 2011. Table of results.* Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb76/eb76_a_nx_en.pdf
- Comissão Europeia (2012a). *Measuring Crime in the EU: Statistics Action Plan 2011-2015.* Communication from the Commission to the European Parliament and the Council. COM(2011) 713 final. Acedido em: <https://bit.ly/2JC822j>
- Comissão Europeia (2012b). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 77. Spring 2012. Table of results.* Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb77/eb77_a_nx_en.pdf
- Comissão Europeia (2012c). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 78. Autumn 2012. Table of results.* Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb78/eb78_a_nx_bd_fr.pdf
- Comissão Europeia (2013a). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 79. Spring 2013. Table of results.* Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb79/eb79_a_nx_en.pdf
- Comissão Europeia (2013b). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 80. Autumn 2013. Table of results.* Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb80/eb80_a_nx_en.pdf

- Comissão Europeia (2014a). *Action Plan on Crime Statistics 2011-2015: Mid-Term Review. Commission staff working document*. SWD(2014) 144 final. Acedido em: <https://bit.ly/2UT8PNI>
- Comissão Europeia (2014b). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 81. Spring 2014. Table of results*. Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb81/eb81_a_nx_en.pdf
- Comissão Europeia (2014c). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 82. Autumn 2014. Table of results*. Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb82/eb82_a_nx_en.pdf
- Comissão Europeia (2015a). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 83. Spring 2015. Table of results*. Acedido em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/eb/eb83/eb83_a_nx_en.pdf
- Comissão Europeia (2015b). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 84. Autumn 2015. Table of results*. Acedido em: <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/71806>
- Comissão Europeia (2016a). *Policy needs for data on crime 2016-2020*. Discussion paper 21-22 November 2016. Directorate-General for Migration and Home Affairs. Acedido em: <http://ec.europa.eu/transparency/regexpert/index.cfm?do=groupDetail.groupDetailDoc&id=28982&no=2>
- Comissão Europeia (2016b). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 85 Spring 2016. Table of results*. Acedido em: <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/74267>
- Comissão Europeia (2016c). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 86. Autumn 2016. Table of results*. Acedido em: <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/76460>
- Comissão Europeia (2017a). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 87 Spring 2017. Table of results*. Acedido em: <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/79557>

- Comissão Europeia (2017b). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 88 Autumn 2016. Table of results.* Acedido em: <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/81142>
- Comissão Europeia (2018). *Public Opinion in the European Union. Standard Eurobarometer 89 Spring 2018. Table of results.* Acedido em: <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/83136>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJ] (2016). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2015.* Lisboa: CNPDPCJ. Acedido em: <https://www.cnpdpj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/relatorio-2015-pdf.aspx>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJ] (2017). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2016.* Lisboa: CNPDPCJ. Acedido em: <https://www.cnpdpj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/-.aspx>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJ] (2018a). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2017.* Lisboa: CNPDPCJ. Acedido em: <https://www.cnpdpj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/relatorio-2017-pdf.aspx>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJ] (2018b). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2017. Anexo I- Caracterização das crianças e jovens e seus agregados familiares.* Lisboa: CNPDPCJ. Acedido em: <https://www.cnpdpj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/relatorio-2017-anexos-pdf.aspx>
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR] (2013). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2012.* Lisboa: CNPCJR. Acedido em: <https://www.cnpdpj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/relatorio-2012-pdf.aspx>
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR] (2014). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2013.* Lisboa: CNPCJR. Acedido em: http://ns1.inr.pt/%5CRelatorio_Avaliacao_CPCJ_2013.pdf

- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR] [CNPDPJC] (2015). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2014*. Lisboa: CNPCJR. Acedido em: <https://www.cnpdpjc.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica/relatorio-2014-pdf.aspx>
- Conselho da Europa [CoE] (2019). *GREVIO's (Baseline) Evaluation Report on legislative and other measures giving effect to the provisions of the Council of Europe Convention on Preventing and Combating Violence against Women and Domestic Violence (Istanbul Convention) - Portugal*. Group of Experts on Action against Violence against Women and Domestic Violence (GREVIO). Strasbourg: CoE. Acedido em: <https://rm.coe.int/grevio-reprt-on-portugal/168091f16f>
- Conselho das Sentenças [CS] (2014). *Sexual Offences Definitive Guideline*. Sentencing Council for England and Wales. Acedido em: https://www.sentencingcouncil.org.uk/wp-content/uploads/Final_Sexual_Offences_Definitive_Guideline_content_web1.pdf
- Conselho das Sentenças [CS] (s.d.). *About us*. Sentencing Council for England and Wales. Acedido em: <https://www.sentencingcouncil.org.uk/about-us/>
- Conselho Superior da Magistratura [CSM] (2018). *Relatório anual 2017*. Acedido em: <https://www.csm.org.pt/wp-content/uploads/2018/05/Relat%C3%B3rio-Anual-do-CSM-2017-AR.pdf>
- Conselho Superior do Ministério Público [CSMP] (2017). *Quadro Estatístico de magistrados 2017*. Setembro de 2017. Acedido em: http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/quadro_estatistico_magistrados_csmp_2017.pdf
- Costa, J. (2009). *Noções fundamentais de direito penal (fragmentia iuris poenalis)* (2.^a ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Crawford, A. & Evans, K. (2012). Crime prevention and community safety. Em M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (5.^a ed.) (pp. 769-805). Oxford: Oxford University Press.
- Cunha, A. (2005). *Modelos comparados de organização e libertação do segredo estatístico*. Seminário princípio do segredo estatístico. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I. P. [INE]. Acedido em: https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/prin_seg_estat/ficha/comunica4.pdf
- Cusson, M. (2007). *Criminologia*. J. Castro (Trad.). Cruz Quebrada: Casa das letras.
- Daly, M. & Wilson, M. (1997). Crime and Conflict: Homicide in Evolutionary Psychological Perspective. *Crime and Justice*, 22, 51-100. Acedido em: https://www.martindaly.ca/uploads/2/3/7/0/23707972/d_w_1997_crime_conflict.pdf

- Daly, M. & Wilson, M. (2008). Is the 'Cinderella effect' controversial? A case study of evolution-minded research and critiques thereof. Em C. Crawford & D. Krebs (Eds.), *Foundations of evolutionary Psychology* (pp. 381-398). New Jersey: Erlbaum. Acedido em: https://www.martindaly.ca/uploads/2/3/7/0/23707972/cinderella_effect_2008.pdf
- Delegação do Governo para a Violência de Género (DGVG] (s.d.). *For a society free of gender-based violence*. Ministerio de la Presidencia, Relaciones con las Cortes e Igualdad. Espanha. Acedido em: <http://www.violenciagenero.igualdad.mpr.gob.es/en/violenciaEnCifras/home.htm>
- Delort, J. (2010). Comunicação de encerramento do Seminário. Em Ministério do Interior da Catalunha (Ed.), *10 Years of the Crime Victimisation Survey in Catalonia. European experiences. Assessment and Future Challenges* (pp. 233-238). Barcelona: Governo da Catalunha.
- Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (2010). *Violent crime*. Federal Bureau of Investigation (FBI). Acedido em: <https://ucr.fbi.gov/crime-in-the-u.s/2010/crime-in-the-u.s.-2010/violent-crime>
- Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (2017a). Violent Crime. Uniform Crime Report. *Crime in the United States, 2016*. Outono. Federal Bureau of Investigation (FBI). Acedido em: <https://bit.ly/2Fsf3xh>. Tabela 1 acedida em: <https://bit.ly/2MUVKmX>
- Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (2017b). *Criminal Victimization 2016*. Gabinete de Estatísticas de Justiça. Acedido em: https://www.bjs.gov/content/pub/pdf/cv16_sum.pdf
- Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (2018). *Violent crime*. Gabinete de Estatísticas de Justiça. Acedido em: <https://www.bjs.gov/index.cfm?ty=tp&tid=31>
- Dijk, J. (2009). Approximating the Truth about Crime. Comparing crime data based on general population surveys with police figures of recorded crime. Em P. Robert (Ed.), *Comparing Crime Data in Europe: Official Crime Statistics and Survey Based Data* (pp. 13-49). Brussels: VUBPRESS Brussels University Press.
- Dijk, J. (2013). The International Crime Victims Survey 1988-2010; latest results and prospects. *Newsletter - International Crime Victims Survey*. Acedido em: <http://wp.unil.ch/icvs/2013/04/445>
- Dijk, J., Kesteren, J. & Smit, P. (2007). *Criminal Victimization in International Perspective: Key findings from the 2004-2005 ICVS and EU ICS*. Acedido em: http://www.unicri.it/services/library_documentation/publications/icvs/publications/ICVS2004_05report.pdf

- Dijk, J., Manchin, R., Kesteren, J., Nevala, S. & Hideg, G. (2005). *The Burden of Crime in the EU Research Report: A Comparative Analysis of the European Crime and Safety Survey (EU ICS) 2005*. Acedido em: <http://www.veilig-ontwerp-beheer.nl/publicaties/the-burden-of-crime-in-the-eu>
- Direção-Geral de Administração Interna [DGAI] (2009). *Inquérito de vitimação (Eurostat)*. Acedido em: <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=101&mid=106&sid=111&ssid=113>.
- Direção-Geral de Administração Interna [DGAI] (2013). *Relatório Igualdade de Género 2011-2012 - Ministério da Administração Interna*. DGAI: Lisboa. Acedido em: [https://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Relatorio_IG_MAI_2011-2012_\(1\).pdf](https://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Relatorio_IG_MAI_2011-2012_(1).pdf)
- Direção-Geral de Política de Justiça [DGPJ] (2005). *Documento metodológico do mapa de crimes (modelo 262). Código 490. V 1.0*. Acedido em: <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/534>
- Direção-Geral de Política de Justiça [DGPJ] (2012). *Resenha histórica*. Acedido em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/sobre-dgpj/anexos/sobre-a-dgpj/resenha-historica/>
- Direção-Geral de Política de Justiça [DGPJ] (2015). *Mapa para a notação de crimes. Modelo 262. Estatísticas da Justiça - Justiça Penal*. Acedido em: <https://bit.ly/2ToRt9H>
- Direção-Geral de Política de Justiça [DGPJ] (2016). *Manual de preenchimento do modelo 262*. Acedido em: <https://bit.ly/307pBLR>
- Direção-Geral de Política de Justiça [DGPJ] (2018a). *Crimes registados pelas autoridades policiais em 2017. Destaque estatístico 55. Março (31/3/2018)*. Acedido em: <https://bit.ly/2U0U1iA>
- Direção-Geral de Política de Justiça [DGPJ] (2018b). *Estatísticas da Justiça - 2017*. Acedido em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/estatisticas-da-justica6203>
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP] (2015). *Relatório Estatístico Anual 2014. Assessoria Técnica à tomada de decisão; Execução de Penas e medidas na Comunidade; Vigilância Eletrónica; Centros Educativos*.
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP] (2016). *Relatório Estatístico Anual 2015. Assessoria Técnica à Tomada de Decisão Judicial (Relatórios e Audições); Execução de Penas e Medidas Não Privativas de Liberdade e de Execução na Comunidade; Áreas Penal e Tutelar Educativa*.
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP] (2018a). *Relatório Estatístico Anual 2017. Assessoria Técnica à Tomada de Decisão Judicial; Apoio à Execução de Penas e Medidas na Comunidade; Áreas Penal e Tutelar Educativa; Vigilância Eletrónica; Centros Educativos*.

- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP] (2018b). *Dados anuais fornecidos à DGPJ 2017. Estatísticas e Relatórios Estatísticos; Assessoria Técnica à Tomada de Decisão Judicial; Apoio à Execução de Penas e Medidas na Comunidade; Áreas Penal e Tutelar Educativa; Vigilância Eletrónica; Centros Educativos*.
- Durão, S. (2011). Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes. *Etnográfica*, 15 (1), 129-152.
- Durkheim, E. (1984). *The division of labour in society*. W. Halls (Trad.). London: The Macmillan Press LTD. (Original publicado em 1893).
- Elias, N. (2006). *O processo civilizacional*. (2.^a ed.). Lisboa: Edições Dom Quixote. (Trabalho original publicado em alemão em 1939).
- Elzo, J. (2010). Surveys on School Violence. The Catalan Perspective. Em Ministério do Interior da Catalunha (Ed.), *10 Years of the Crime Victimization Survey in Catalonia. European Experiences. Assessment and Future Challenges* (pp. 163-174). Barcelona: Governo da Catalunha.
- Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa [FDUNL] (2014). *Regras de estilo para teses e dissertações e outros trabalhos escritos apresentados à FDUNL*. Acedido em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/8775.PDF>
- Ferguson, C. (2010). Violent crime research. Em C. Ferguson (Ed.), *Violent Crime: Clinical and Social Implications* (pp. 3-18). California: Sage Publications, Inc.
- Fernandes, L. F. (2012). A insegurança e as políticas públicas de segurança. Em J. B. Gouveia (Coord.) *Estudos de Direito e Segurança* (Vol. II). Coimbra: Almedina.
- Fernandes, L., & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Revista Etnográfica*, 15(1), 167-181.
- Fernandes, P. (2008). Violência Doméstica - novo quadro legal e processual penal. *Revista do Centro de Estudos Judiciários [CEJ]*, 8, 293-340.
- Ferreira, E. (1998). *Crime e Insegurança em Portugal: padrões e tendências, 1985-1996*. Oeiras: Celta Editora, Lda.
- Fórum Económico Mundial [WEF - World Economic Forum] (2018). *The Global Risks Report 2018 - 13th Edition*. Geneva: World Economic Forum. Acedido em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GRR18_Report.pdf
- Francis, Southill & Humphreys (2005). *Developing Measures of Severity and Frequency of Reconviction. Final Report*. Lancaster: Lancaster University.

- Frate, A. (2006). *10 Trends and Methodological Aspects in the International Collection of Crime and Criminal Justice Statistics*. Acedido em: <https://www.heuni.fi/material/attachments/heuni/reports/6KkruRTnD/Pages/215-234.pdf>
- Gabinete Coordenador de Segurança [GCS] (1999). *Relatório Anual de Segurança Interna de 1998*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Gabinete Coordenador de Segurança [GCS] (2002). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2001*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Gabinete Coordenador de Segurança [GCS] (2007). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2006*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Gabinete Coordenador de Segurança [GCS] (2008). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2007*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime [UNODC]- United Nations Office on Drugs and Crime] (2010). *Development of Monitoring Instruments for Judicial and Law Enforcement institutions in the Western Balkans. Developing Standards in Justice and Home Affairs Statistics. International and EU Acquis*. Viena: UNODC. Acedido em: https://www.bka.de/SharedDocs/Downloads/DE/Publikationen/InternationaleStatistiken/UNODCStudie/UNODCStudie.pdf?__blob=publicationFile&v=1
- Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime [UNODC] (2014). *Global study on homicide 2013. Trends, contexts, data*. Vienna: United Nations Publications. Acedido em: https://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf
- Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime [UNODC] (2015). *International Classification of Crime for Statistical Purposes. V 1.0*. Acedido em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/crime/ICCS/ICCS_English_2016_web.pdf
- Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime [UNODC- United Nations Office on Drugs and Crime] (2018). *United Nations Surveys on Crime Trends and the Operations of Criminal Justice Systems (UN-CTS)*. Acedido em: <https://bit.ly/1RBWVBk>
- Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime [UNODC- United Nations Office on Drugs and Crime] (s.d.). *A short history of the collection of UN crime and justice statistics at the international level*. Baseado em Burnham (artigo original de 1997). Acedido em: <https://bit.ly/2Wi4pQv>

- Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime [UNODC] e Comissão das Nações Unidas para os Assuntos Económicos da Europa [UNECE- United Nations Economic Commission for Europe] (2010). *Manual on Victimization Surveys*. Acedido em: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Crime-statistics/Manual_on_Victimization_surveys_2009_web.pdf
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [GSGSSI] (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2012*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [GSGSSI] (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2015*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [GSGSSI] (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2016*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [GSGSSI] (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2017*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Garcia, M. (2005). Estudos sobre o princípio da igualdade. Coimbra: Almedina.
- Gaskell, G., Wright, D. & O'Muirheartaigh, C. (2000). Telescoping of landmark events implications for survey research. *Public Opinion Quarterly*, 64, 77-89. American Association for Public Opinion Research. Acedido em: <https://www.bebr.ufl.edu/sites/default/files/Telescoping%20of%20landmark%20events.pdf>
- Giddens, A. (1991). *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Gilbert, F., & Daffern, M. (2011). Illuminating the relationship between personality disorder and violence: Contributions of the General Aggression Model. *Psychology of Violence*, 1(3), 230-244.
- Gondra, B. (2010). The Catalan Crime Victimization Survey (Enquesta de Seguretat Pública de Catalunya -ESPC). Em Ministério do Interior da Catalunha (Ed.), *10 Years of the Crime Victimization Survey in Catalonia. European Experiences. Assessment and Future Challenges* (pp. 35-60). Barcelona: Governo da Catalunha.
- Gouveia, J. (2013). *Manual de Direito Constitucional* (5.ª ed) (vol. II). Coimbra: Almedina.
- Governo Francês (s.d.) *Observatoire national de la délinquance et des réponses pénales (ondrp)*. Acedido em: <https://www.data.gouv.fr/fr/organizations/observatoire-national-de-la-delinquance-et-des-reponses-penales-ondrp/>

- Green, O. & Marsh, N. (2016). A violência armada em sociedades não envolvidas em conflitos violentos. Em R. Santos, T. Moura & J. Pureza (Orgs.), *Violência e armas de fogo em Portugal* (pp. 31-86). Coimbra: Almedina.
- Greenland, J. & Cotter, A. (2018). Unfounded criminal incidents in Canada, 2017. Centro canadiano para as estatísticas de Justiça. *Juristat*, 85-002-X. Acedido em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/85-002-x/2018001/article/54975-eng.htm>
- Gross, R. (1996). *Psychology: the science of mind and behavior* (3.^a ed.). London: Hodder and Stoughton Educational.
- Grupo consultivo de especialistas independentes sobre uma revolução de dados para o desenvolvimento sustentável [IEAG - Independent Expert Advisory Group on a Data Revolution for Sustainable Development] (2014). *A World that Counts: Mobilizing the Data Revolution for Sustainable Development*. Novembro. Acedido em: <http://www.undatarevolution.org/wp-content/uploads/2014/11/A-World-That-Counts.pdf>
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2017). *Relatório de Atividades 2016*. Acedido em: http://www.gnr.pt/InstrumentosGestao/2016/RA2016_APROVADOCMDT.pdf
- Haggerty, K. (1998). *Making crime count: a study of the institutional production of criminal justice statistics*. Tese de doutoramento em Filosofia. University of British Columbia.
- Hall, P. & Innes, J. (2010). Violent and Sexual Crime. Em J. Flatley et al. (Eds.), *Crime in England and Wales 2009/10, Findings from the British Crime Survey and police recorded crime*. HOSB 12/10. London: Home Office. Acedido em: <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20110218140008/http://rds.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs10/hosb1210.pdf>
- Harne, L. & Radford, J. (2008). *Tackling domestic violence: Theories, policies and practice*. Berkshire: McGraw-Hill. Open University Press.
- Harris, G., Skilling, T. & Rice, M. (2001). The construct of psychopathy. Em M. Tonry (Ed.), *Crime and Justice: An Annual Review of Research* (pp. 197-264). Chicago: University of Chicago Press. Acedido em: https://www.researchgate.net/publication/230603261_The_Construct_of_Psychopathy
- Heise, L. (1998). Violence against women: an integrated ecological framework. *Violence Against Women*, 4, 262-290. Acedido em: <http://gbvaor.net/wp-content/uploads/2015/03/Violence-against-women-an-integrated-ecological-framework-1998.pdf>

- Her Majesty's Crown Prosecution Service Inspectorate [HMPCSI] (2004). *Violence at Home: A joint thematic inspection of the investigation and prosecution of cases involving domestic violence*. London: HMPCSI. Acedido em: <https://www.justiceinspectors.gov.uk/cji/wp-content/uploads/sites/2/2014/04/DomVio0104Rep.pdf>
- Home Office (2018). *Crime outcomes in England and Wales: year ending March 2018*. Statistical Bulletin HOSB 10/18. Julho. Acedido em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/729127/crime-outcomes-hosb1018.pdf
- Hope, T. (2010). *Whatever happened to the grey figure? Recording crime in England and Wales, 1981-2004*. Comunicação em conferência. Acedido em: [http://usir.salford.ac.uk/id/eprint/29538/1/Aqumen_TH_\(Sept_2012\).pdf](http://usir.salford.ac.uk/id/eprint/29538/1/Aqumen_TH_(Sept_2012).pdf)
- Inquérito Social Europeu [ESS] (s.d.). *About ESS. European Social Survey*. Acedido em: <https://www.europeansocialsurvey.org/about/>
- Instituto de Altos Estudos de Segurança e Justiça [INHESJ] (s.d.). *Qui sommes-nous? L'Institut national des hautes études de la sécurité et de la justice*. Acedido em: <https://inhesj.fr/qui-sommes-nous>
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE] (2014). *Risco de morrer 2012*. Lisboa: INE. Acedido em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=217594811&att_display=n&att_download=y
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE] (2015). *Causas de morte 2013*. Acedido em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=230098872&att_display=n&att_download=y
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE] (2016). *Causas de morte 2014*. Acedido em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=261296557&att_display=n&att_download=y
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE] (2017a). *Causas de morte 2015*. Acedido em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=293917682&att_display=n&att_download=y
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE] (2017b). *Índice de Bem-estar 2004-2016*. Lisboa: INE. Acedido em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=313012429&att_display=n&att_download=y
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE] (2018). *Causas de morte 2016*. Acedido em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=330362275&att_display=n&att_download=y

- Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE] & Direção-Geral de Política de Justiça [DGPJ] (2010). *Protocolo de delegação de competências do INE, I.P na DGPJ*. Acedido em: https://ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=101626445&att_displ ay=n&att_download=y
- Instituto para a Economia e Paz [IEP- Institute for Economics & Peace] (2007). *Global Peace Index 2007: Methodology, results and findings*. Sidney: IEP. Acedido em: http://newsblogs.chicagotribune.com/news_theswamp/files/global_peace_index .pdf
- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2008). *Global Peace Index 2008: Methodology, results and findings*. Sidney: IEP. Acedido em: <https://www.vredesmuseum.nl/download/vredesindex2008.pdf>
- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2009). *Global Peace Index 2009: Methodology, results and findings*. Sidney: IEP. Acedido em: <https://www.files.ethz.ch/isn/126266/2009-GPIResultsReport.pdf>
- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2010). *Global Peace Index 2010: Methodology, results and findings*. Sidney: IEP. Acedido em: http://www.peacewomen.org/sites/default/files/wps.iep_gpi2010_methodology resultsfindings.2010_0.pdf
- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2011). *Global Peace Index 2011: Methodology, results and findings*. Sidney: IEP. Acedido em: <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/08/2011-GPI-Results-Report.pdf>
- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2012). *Global Peace Index 2012*. Sidney: IEP. Acedido em: <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/06/2012-Global-Peace-Index-Report.pdf>
- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2013). *Global Peace Index 2013: Measuring de state of global peace*. Sidney: IEP. Acedido em: <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2013/06/2013-GPI-Report.pdf>
- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2014). *Global Peace Index 2014: Measuring peace and assessing country risk*. Sidney: IEP. Acedido em: http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/06/2014-Global-Peace-Index-REPORT_01.pdf
- Instituto para a Economia e para a Paz [IEP] (2015a). *Global Terrorism Index 2015: Measuring and understanding the impact of terrorism*. Sidney: IEP. Acedido em: <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/11/Global-Terrorism-Index-2015.pdf>
- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2015b). *Global Peace Index 2015: Measuring peace, its causes and its economic value*. Sidney: IEP. Acedido em: http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/06/Global-Peace-Index-Report-2015_0.pdf

- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2016). *Global Peace Index 2016: Ten years of measuring peace*. Sydney: IEP. Acedido em: http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/02/GPI-2016-Report_2.pdf
- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2017). *Global Peace Index 2017: Measuring Peace in a Complex World*. Sydney: IEP. Acedido em: <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/06/GPI17-Report.pdf>
- Instituto para a Economia e para a Paz [IEP] (2018a). *Global Terrorism Index 2018: Measuring and understanding the impact of terrorism*. Sidney: IEP. Acedido em: <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2018/12/Global-Terrorism-Index-2018-1.pdf>
- Instituto para a Economia e Paz [IEP] (2018b). *Global Peace Index 2018: Measuring Peace in a Complex World*. Sydney: IEP. Acedido em: <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2018/06/Global-Peace-Index-2018-2.pdf>
- Jodelet, D. (1989). Représentaciones sociales: un domaine en expansion. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentaciones sociales* (pp. 31-61). Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (2011). Ponto de vista: sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica brasileira. *Temas em Psicologia*, 19(1), 19-26. Acedido em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2011000100003&script=sci_arttext
- Johnson, H., Ollus, N. & Nevala, S. (2008). *Violence Against Women: An international perspective*. New York: Springer Science+Business Media, LLC.
- Kearon, T. & Godfrey, B. (2008). Setting the scene: a question of history. Em S. Walklate (Ed.), *Handbook of Victims and Victimology* (pp. 17-36). Londres: William Publishing.
- Khalifeh, H. & Dean, K. (2010). Gender and violence against people with severe mental illness. *International Review of Psychiatry*, 22(5), 535-546.
- Kilburn, J. & Lee, J. (2010). Family and social influences on violent crime. Em C. Ferguson (Ed.), *Violent Crime: Clinical and Social Implications* (pp. 19-36). California: Sage Publications, Inc.
- Killias, M. (1993). International correlations between gun ownership and rates of homicide and suicide. *Canadian Medical Association Journal*, 148(10), 1721-1725.
- Kuhns, J. & Clodfelter, T. (2009). Illicit drug-related psychopharmacological violence: The current understanding within a causal context. *Aggression and Violent Behavior*, 14, 69-78. Acedido (via researchgate) em: <https://bit.ly/2JwPLTQ>
- Kwan, Y., IP, W. & Kwan, P. (2000). A crime index with Thurstone's scaling of crime severity. *Journal of Criminal Justice*, 28, 237-244.

- Langton, L. & Truman, J. (2014). *Socio-Emotional Impact Of Violent Crime*. Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Gabinete de Estatísticas de Justiça [United States Department of Justice - Office of Justice Programs Bureau of Justice Statistics]. Acedido em: <https://www.bjs.gov/index.cfm?ty=pbdetail&iid=5114>.
- Lauritsen, J. & Rezey, M. (2013). *Measuring the Prevalence of Crime with the National Crime Victimization Survey. Technical report*. Departamento de Justiça dos Estados Unidos [United States Department of Justice - Office of Justice Programs Bureau of Justice Statistics]. Setembro. Acedido em: <https://www.bjs.gov/content/pub/pdf/mpcncvvs.pdf>
- Leitão, J. (2005). Linhas de desenvolvimento do modelo de policiamento da PSP. Em J. Neves & M. Pereira (Eds.), *Estratégia e gestão policial em Portugal* (pp. 103-141). Oeiras: Instituto Nacional de Administração.
- Lipovetsky (2018). *A era do vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Edições 70, LDA. (Trabalho original publicado em francês em 1983).
- Lisboa, M. (Coord.), Barroso, Z., Patrício, J. & Leandro, A. (2009). Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens. *Coleção Estudos de Género*, 6. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).
- Liu, Francis & Soothill (2011). A Longitudinal Study of Escalation in Crime Seriousness. *Journal of Quantitative Criminology*, 27, 175-196.
- Loader, I. & Sparks, R. (2012). Contemporary Landscapes of Crime, Order and Control: Governance, Risk and Globalization. Em M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (5.^a ed.) (pp. 78-101). Oxford University Press.
- Lourenço, N. & Lisboa, M. (1992). Representações da violência: percepção social do grau, da frequência, das causas e das medidas para diminuir a violência em Portugal. *Cadernos do Centro de Estudos Judiciários (CEJ)*, 2. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Lourenço, N. (2010). Cidades e sentimento de insegurança: violência urbana ou insegurança urbana? Em Júnior, E. A., Silva, J. F. & Maron, J. (Orgs.), *Um toque de qualidade: eficiência e qualidade na gestão da defesa social* (pp. 15-38). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais.
- Lourenço, N. (2012). Legitimidade e confiança nas polícias. *Revista do Ministério Público*, 129, 133-148. Acedido em: <https://bit.ly/2U1E77H>
- Lourenço, N. (2013). *Sociedade Global, Segurança e Criminalidade*. Documentos para o Ensino. Acedido em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/aens_MA_20207.pdf

- Lourenço, N. (coord.), Lisboa, M. & Pais, E. (1997). *Violência Contra as Mulheres. Cadernos da Condição Feminina, 48*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM).
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1998). Dez anos de criminalidade em Portugal: Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993). *Cadernos do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), 17*. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do CEJ.
- Lourenço, N., Costa, A., Lopes, A., Rodrigues, J., Seixas da Costa, F., Cardoso, F., Branco, C., Santos, L. & Lisboa, M. (2018). *Estratégia de Segurança Nacional: Portugal horizonte 2030*. Lisboa: Almedina.
- Lourenço, N., Lopes, A., Rodrigues, J., Costa, A. & Silvério, P. (2015). *Segurança horizonte 2025: um conceito estratégico de segurança interna*. Lisboa: Edições Colibri.
- Lynch, J. & Addington, L. (Eds.) (2007). *Understanding Crime Statistics: Revisiting the Divergence of the NCVS and UCR.*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mandela, N. (2002). Prefácio. Em E. Krug, L. Dahlberg, J. Mercy, A. Zwi & R. Lozano (Eds.), *Relatório Mundial sobre violência e Saúde 2002*. Genebra: Organização Mundial da Saúde (OMS). Acedido em: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>
- Maroco, J. & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia, 4*(1), 65-90.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (2014). *Ficha de avaliação de risco para situações de violência doméstica (RVD). Versão 1-L..* Acedido em: http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_rvd_1l.pdf
- Ministério da Administração Interna [MAI] (2015). *Violência Doméstica - 2013. Relatório anual de monitorização.* Acedido em: <https://www.cig.gov.pt/siic/wp-content/uploads/2015/01/violdomest2013.pdf>
- Ministério do Interior Espanhol (2018). *Anuario Estadístico del Ministerio del Interior 2017*. Madrid: Ministerio del Interior. Acedido em: <https://bit.ly/2LnjFpb>
- Ministério do Interior Francês (s.d.). *L'enquête Cadre de vie et sécurité (CVS)*. Acedido em: <https://www.interieur.gouv.fr/Interstats/L-enquete-Cadre-de-vie-et-securite-CVS>
- Miranda, J. (2012). *Manual de Direito Constitucional* (Tomo IV) (9.^a ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Muchembled, R. (2014). *Uma história da violência: Do final da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, Lda. (Trabalho original publicado em francês em 2008).

- Observatório do Tráfico de Seres Humanos [OTSH] (2018). *Tráfico de Seres Humanos. Relatório de 2017*. OTSH. Acedido em: https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-OTSH_Relatorio_Anual_TSH_2017_2018.pdf
- Office for National Statistics [ONS] (2016). *Research outputs: developing a Crime Severity Score for England and Wales using data on crimes recorded by the police*. Acedido em: <https://bit.ly/2OnJJDV>
- Office for National Statistics [ONS] (2017). *Focus on violent crime and sexual offences, England and Wales: year ending March 2016*. Acedido em: <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/crimeandjustice/compendium/focusonviolentcrimeandsexualoffences/yearendingmarch2016>
- Office for National Statistics [ONS] (2018a). *Crime Severity Score (Experimental Statistics) Dataset*. Outubro. Acedido em: <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/crimeandjustice/datasets/crimeseverityscoreexperimentalstatistics>
- Office for National Statistics [ONS] (2018b). *User Guide to Crime Statistics for England and Wales*. Janeiro. Acedido em: <https://www.ons.gov.uk/file?uri=/peoplepopulationandcommunity/crimeandjustice/methodologies/crimeandjusticemethodology/userguidetocrimestatistics.pdf>
- Office for National Statistics [ONS] (2018c). *Crime in England and Wales: year ending March 2018*. Acedido em: <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/crimeandjustice/bulletins/crimeinenglandandwales/yearendingmarch2018/pdf>
- Office for National Statistics [ONS] (2018d). *The nature of violent crime in England and Wales: year ending March 2017*. Acedido em: <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/crimeandjustice/articles/thenatureofviolentcrimeinenglandandwales/yearendingmarch2017>
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento, A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Organização das Nações Unidas [ONU] (2003). *Manual for the Development of a System of Criminal Justice Statistics. Studies in Methods, Série F*, 89. Department of Economic and Social Affairs Statistics Division. New York: United Nations. Acedido em: https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_89E.pdf
- Organização Mundial da Saúde [OMS] (2002). *World report on violence and health*. E. G. Krug, L. L. Dahlberg, J. A. Mercy, A. B. Zwi & R. Lozano (Eds.). Genebra: OMS.
- Organização Mundial da Saúde [OMS] (2014). *Global status report on violence prevention 2014*. Genebra: OMS. Acedido em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/145086/9789241564793_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y

- Organização Mundial da Saúde [OMS] (2016). *Chapter XX External causes of morbidity and mortality (V01-Y98). International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems 10th Revision (ICD-10)-WHO*. Acedido em: <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2016/en#/Y04>
- Osborne, S. (2010). Extent and Trends. Em J. Flatley, C. Kershaw, K. Smith, R. Chaplin & D. Moon (Eds), *Crime in England and Wales 2009/10, Findings from the British Crime Survey and police recorded crime, HOSB 12/10*. London: Home Office. Acedido em: <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20110218140008/http://rds.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs10/hosb1210.pdf>
- Papachristos, A. (2009). Murder by Structure: Dominance Relations and the Social Structure of Gang Homicide. *American Journal of Sociology*, 115(1), 74-128. Acedido em: [http://users.soc.umn.edu/~uggen/Papachristos_AJS_09%20\(rec%20only\).pdf](http://users.soc.umn.edu/~uggen/Papachristos_AJS_09%20(rec%20only).pdf)
- Pereira, A. (2004). *SPSS - Guia prático de utilização: Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pereira, A. C. (2012). *A cooperação na investigação criminal: contributos para uma maximização operacional*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Acedido em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/157>
- Pereira, M. (2012). O Policiamento de proximidade como prevenção criminal na polícia de segurança pública. *Cadernos da Academia Nacional de Polícia*, 18. Brasília: Academia Nacional de Polícia. Acedido em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/CadANP/article/download/21/34>
- Pereira, R. (2012). A Segurança na Constituição. Em J. B. Gouveia (Coord.), *Estudos de Direito e Segurança* (Vol. II). Coimbra: Almedina.
- Pereira, R. (s.d.). *Maus tratos, violência doméstica, tráfico de pessoas e a reforma penal*. Acedido em: <http://app.parlamento.pt/violenciadomestica/conteudo/pdfs/intervencoes/RuiPereira.pdf>
- Pereira, S. & Magalhães, T. (2011). Síndrome do ‘shaken baby’: Realidade ou ficção em Portugal? *Acta Médica Portuguesa*, 24(S2), 369-378. Acedido em: <https://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/viewFile/1479/1065>
- Pérez, F. (2010). Surveys Using ICVS Methodology in Spain. Em Ministério do Interior da Catalunha (Ed.), *10 Years of the Crime Victimisation Survey in Catalonia. European Experiences. Assessment and Future Challenges* (pp. 153-162). Barcelona: Governo da Catalunha.
- Perreault, S. (2013). Police-reported crime statistics in Canada, 2012. *Juristat*. Julho. Component of Statistics Canada catalogue, 85-002-X. Statistics Canada. Canadian Centre for Justice Statistics. Acedido em: <http://www.statcan.gc.ca/pub/85-002-x/2013001/article/11854-eng.pdf>

- Perreault, S. (2015). Criminal victimization in Canada, 2014. *Juristat*. Novembro. Component of Statistics Canada catalogue, 85-002-X. Statistics Canada. Canadian Centre for Justice Statistics. Acedido em: <http://www.statcan.gc.ca/pub/85-002-x/2015001/article/14241-eng.pdf>
- Perreault, S. & Brennan, S. (2010). Criminal victimization in Canada, 2009. *Juristat*, 30(2). Component of Statistics Canada catalogue, 85-002-X. Statistics Canada. Canadian Centre for Justice Statistics. Acedido em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/en/pub/85-002-x/2010002/article/11340-eng.pdf?st=79x5fyJT>
- Planty, M., Langton, L. & Barnett-Ryan, C. (2014). *The Nation's Two Crime Measures*. Departamento de Justiça dos Estados Unidos [United States Department of Justice- Office of Justice Programs Bureau of Justice Statistics]. Setembro. Acedido em: http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/ntcm_2014.pdf
- Polícia de Segurança Pública [PSP] (2017). *Balanço Social 2016*. Acedido em: <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/Balan%C3%A7o%20Social%20da%20PSP%202016.pdf>
- Polícia Judiciária [PJ] (2018). *Combate ao tráfico de estupefacientes em Portugal- Relatório anual 2017*. Acedido em: <https://bit.ly/2TsHMXu>
- Polícia Judiciária [PJ] (s.d.). *Historial*. Acedido em: <https://www.policiajudiciaria.pt/historial/>
- Porto Editora (2018a). *Violência*. Artigos de apoio Infopédia. Porto: Porto Editora. Acedido em: [https://www.infopedia.pt/\\$violencia?uri=lingua-portuguesa/viol%C3%Aancia](https://www.infopedia.pt/$violencia?uri=lingua-portuguesa/viol%C3%Aancia)
- Porto Editora (2018b). *Violência*. Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora. Acedido em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/viol%C3%Aancia>
- Porto Editora (2018c). *Criminalidade*. Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora. Acedido em: www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/criminalidade
- Porto, S. (2009a). Brasília, uma cidade como as outras? Representações sociais e práticas de violência. *Sociedade e Estado*, 24(3), 797-826. Acedido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922009000300008&script=sci_arttext
- Porto, S. (2009b). Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social*, 21(2). Acedido em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702009000200010

- Porto, S. (2014). Violência e representações sociais. Em Lima, J. Ratton & R. Azevedo (Orgs.), *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. Acedido em: <https://books.google.pt/books?id=1-fTBgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>
- Procuradoria-Geral da República [PGR] (2011a). *Nota para a comunicação social*. Acedido em: http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/anexos/comunicados/nota_2-2011.pdf
- Procuradoria-Geral da República [PGR] (2011b). *Relatório da Procuradoria-Geral da República respeitante à Lei de Política Criminal para o biênio 2009-2011*. Acedido em: <https://bit.ly/2unIAmy>
- Procuradoria-Geral da República [PGR] (2018). *Relatório Síntese do Ministério Público 2017*. Acedido em: http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/relatorio-sintese-mp_2017.pdf
- Purcena, J. (2016). A circulação de armas de fogo em mãos civis: o caso português. Em R. Santos, T. Moura & J. Pureza (Orgs.), *Violência e armas de fogo em Portugal* (pp. 89-160). Coimbra: Almedina.
- Quaresma, C. (2012). Violência doméstica: da participação da ocorrência à investigação criminal. *Coleção de Direitos Humanos e Cidadania, 4*. Lisboa: Direção-Geral de Administração Interna (DGAI).
- Quaresma, C. (2015). O Lugar das vítimas ‘indefesas/vulneráveis’ no Código Penal: reflexões acerca da aplicação do princípio da legalidade”. *Revista de Direito e Segurança, 6*, 85-141. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL) e Instituto de Direito e Segurança (IDS).
- Quaresma, C. (2016). Programas especiais de prevenção e policiamento de proximidade dirigidos a grupos mais vulneráveis: Fontes constitucionais. *Revista de Direito Público, 15*, 7-50. Lisboa: Instituto de Direito Público.
- Quaresma, C. (2017). Sistema de Estatísticas de Justiça Criminal em Portugal: limitações e potencialidades. *Revista de Direito e Segurança, 9*, 51-120. Lisboa: FDUNL e IDS.
- Rafter, N., Posick, C. & Rocque, M. (2016). *The Criminal Brain: Understanding biological theories of Crime* (2.^a ed). New York: New York University Press.
- Ramchand, R., MacDonald, J., Haviland, A. & Morral, A. (2009). A Developmental approach for measuring the severity of crimes. *Journal of Quantitative Criminology, 25*, 129-153.
- Richards, L., Letchford, S. & Stratton, S. (2008). *Policing Domestic Violence*. Oxford: University Press.

- Robert, P. & Zauberman, R. (2009). Introduction. Em P. Robert (Ed.), *Comparing Crime Data in Europe: Official Crime Statistics and Survey Based Data* (pp. 7-11). Brussels: VUBPRESS Brussels University Press.
- Rocha, J. (2010). *Gestão do processo político e políticas públicas*. Lisboa: Escolar Editora.
- Rock, P. (2008). Theoretical perspectives on victimization. Em S. Walklate (Ed.), *Handbook of Victims and Victimology* (pp. 37-61). Londres: William Publishing.
- Rock, P. (2012). Sociological Theories of Crime. Em M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (5.^a ed.) (pp. 39-80). Oxford: University Press.
- Roth, R. (2014). Emotions, Facultative Adaptation, and the History of Homicide. *American Historical Review*, 119(5), 1529-1546.
- Sampaio, J. (2012). *O Dever de Protecção Policial de Direitos, Liberdades e Garantias*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Santos, R., Moura, T. & Pureza, J. (2016). *Violência e armas de fogo em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Sentencing Guidelines Council [Conselho orientador das sentenças] (2004). *Overarching Principles: Seriousness. Guideline*. Acedido em: https://www.sentencingcouncil.org.uk/wp-content/uploads/web_seriousness_guideline.pdf
- Schiamberg, L. & Gans, D. (1998). An ecological framework for contextual risk factors in elder abuse by adult children. *Journal of Elder Abuse and Neglect*, 11, 79-103. Acedido em: https://cnpea.ca/images/an_ecological_framework_for_contextual_risk_factors_in_elder_abuse_by_adult_children.pdf
- Schinkel, W. (2004). The will to violence. *Theoretical Criminology*, 8(1), 5-31. Acedido em: https://www.researchgate.net/publication/258192256_The_Will_to_Violence
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração interna [SGMAI] (2017). *Relatório anual de monitorização da violência doméstica 2016*. Lisboa: SGMAI. Acedido em: https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/Rel%20VD%202016_v22dez2017vfinal.pdf
- Secretaria-Geral do Ministério da Justiça [SGMJ] (2013). *Balanço Social consolidado do Ministério da Justiça 2012*. Lisboa: SGMJ. Acedido em: <https://bit.ly/2OITHFU>
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2018). *Balanço Social do SEF 2017*. Acedido em: <https://www.sef.pt/pt/Documents/BS2017.pdf>

- Sherman, L., P. Neyroud & E. Neyroud (2016). The Cambridge Crime Harm Index: Measuring Total harm from crime based on sentencing guidelines. *Policing*, 10(3), 171-183.
- Silva, L. (2014). Violência e ordem social. Em R. Lima, J. Ratton & R. Azevedo (Orgs.), *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. Acedido em: <https://books.google.pt/books?id=1-fTBgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>
- Smeulers, A. & Hoex, L. (2010). Studying the Microdynamics of the Rwandan Genocide. *British Journal of Criminology*, 50, 435-454. Acedido em: http://alettesmeulers.org/website2/images/Smeulers_Hoex_2010_Rwandan_genocide.pdf
- Smith, A. (Coord.) (2006). *Crime Statistics: An independent review Carried out for the Secretary of State for the Home Department*. Acedido em: <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20110218135925/http://rds.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs06/crime-statistics-independent-review-06.pdf>
- Soullez, C. (2010). The French national victimization survey. Em Ministério do Interior da Catalunha (Ed.), *10 Years of the Crime Victimisation Survey in Catalonia. European Experiences. Assessment and Future Challenges* (pp. 115-138). Barcelona: Governo da Catalunha.
- Stretesky, P. & Lynch, M. (2004). The Relationship between Lead and Crime. *Journal of Health and Social Behavior*, 45, 214-229. Acedido em: https://www.researchgate.net/publication/8405076_The_Relationship_between_Lead_and_Crime
- Tavares, C. & Thomas, G. (2010). *Crime and Criminal Justice, Statistics in focus, Eurostat 58/2010*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Acedido em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3433488/5565864/KS-SF-10-058-EN.PDF/f9383771-bef1-4844-a142-2340e3235094>
- Thorpe, K. (2010). Combining Indicators: Crime Surveys and Police Records. The British experience. Em Ministério do Interior da Catalunha (Ed.), *10 Years of the Crime Victimisation Survey in Catalonia. European experiences. Assessment and Future Challenges* (pp. 139-149). Barcelona: Governo da Catalunha.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR] (2018). *Relatório Anual Final do OMA/Observatório de Mulheres Assassinas - 2017*. Acedido em: http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2017/Relat%C3%B3rio_Final_OMA_2017.pdf

- União Europeia (2017). *EU guidelines for the International Classification of Crime for Statistical Purposes - ICCS 2017 edition*. Eurostat. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017. Acedido em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/8305054/KS-GQ-17-010-EN-N.pdf/feefb266-becc-441c-8283-3f9f74b29156>
- United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute [UNICRI] (s.d.). *Publications*. Instituto das Nações Unidas para a investigação inter-regional na área do crime e justiça. Acedido em: http://www.unicri.it/services/library_documentation/publications/icvs/publications/
- Universidade de Lausanne (s.d.). *About the European Sourcebook (ESB)*. Acedido em: <https://wp.unil.ch/europeansourcebook/>
- Upson, A. (2004). *Violence at Work: Findings from the 2002/3 British Crime Survey*. London: Home Office. Acedido em: <http://www.hse.gov.uk/violence/bcsviolence0203.pdf>
- Walker, P. L. (2001). A Bioarchaeological Perspective on the History of Violence. *Annual Review of Anthropology*, 30(1), 573-596.
- Welner, M. (2006). Classifying Crimes by Severity: From Aggravators to Depravity. Em J. Douglas, A. W. Burgess, A. G. Burgess & R. Ressler (Eds.), *Crime classification manual: a standard system for investigating and classifying violent crimes* (2.^a ed.) (pp. 55-72). São Francisco: Jossey-Bass. Acedido em: <http://murders.ru/Classific.pdf>
- Wolfgang, M., Figlio, R., Tracy, P. & Singer, S. (1985). *The National Survey of Crime Severity*. Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Gabinete de Estatísticas de Justiça. Acedido em: <https://www.bjs.gov/content/pub/pdf/nscs.pdf>

LEGISLAÇÃO

Leis constitucionais³⁷⁵

Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 23 de setembro de 1822. Decretada pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes. Acedido em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1822.pdf>

Decreto de aprovação da Constituição de 10 de abril de 1976. Constituição da República Portuguesa. D. R. n.º 86, Série I.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. D. R. n.º 155, Série I-A. Sétima revisão constitucional.

Lei-Quadro da Política Criminal

Lei n.º 17/2006, de 23 de maio. D.R. n.º 99, Série I-A. Lei-Quadro da Política Criminal.

Lei n.º 51/2007, de 31 de agosto. D.R. n.º 168, Série I. Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2007-2009.

Lei n.º 38/2009, de 20 de julho. D.R. n.º 138, Série I. Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2009-2011.

Lei n.º 72/2015, de 20 de julho. D.R. n.º 139, Série I. Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015-2017.

Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto. D.R. n.º 162, Série I. Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019.

³⁷⁵ Em termos de revisões constitucionais apenas se referenciou aqui a última.

Código Penal e alterações³⁷⁶

Decreto de 10 de dezembro de 1852. Imprensa Nacional 1855. Código Penal. Acedido em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1829.pdf>

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro. D.R. n.º 221, 1.º Suplemento, I Série. Código Penal.

Lei n.º 6/84, de 11 de maio. D.R. n.º 109, Série I. Alterações ao Código Penal.

Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março. D.R. n.º 63, Série I-A. Código Penal.

Lei n.º 65/98, de 2 de setembro. D.R. n.º 202, Série I-A. Alterações ao Código Penal.

Lei n.º 99/2001, de 25 de agosto. D.R. n.º 197, Série I-A n.º 197. Nona alteração ao Código Penal.

Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro. D.R. n.º 170, Série I. Vigésima terceira alteração ao Código Penal.

Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro. D.R. n.º 37, Série I. Vigésima nona alteração ao Código Penal e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

Lei n.º 69/2014, de 28 de agosto. D.R. n.º 166, Série I. Trigésima terceira alteração ao Código Penal, criminalizando os maus tratos a animais de companhia.

Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto. D.R. n.º 151, Série I. Trigésima oitava alteração ao Código Penal, autonomizando o crime de mutilação genital feminina, criando os crimes de perseguição e casamento forçado e alterando os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul.

Lei n.º 8/2017, de 03 de março. D.R. n.º 45, I Série. Alterações ao Código Penal. Estabelece um estatuto jurídico dos animais.

Código de Processo Penal e alterações³⁷⁷

Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro. D.R. n.º 40, I Série. Código de Processo Penal.

Decreto-Lei n.º 317/95, de 28 de novembro, D.R. n.º 275, Série I-A. Alteração ao Código de Processo Penal.

³⁷⁶ Os diplomas aqui apresentados são apenas uma parte dos existentes, sendo neste contexto apenas referenciadas as suas versões iniciais e finais, bem como alterações especificamente abordadas na presente investigação.

³⁷⁷ Ver nota anterior.

Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto. D.R. n.º 166, I Série. Décima quinta alteração ao Código de Processo Penal.

Lei n.º 26/2010, de 30 de agosto. D.R. n.º 168, Série I. Décima nona alteração ao Código de Processo Penal.

Lei n.º 58/2015, de 23 de junho. D.R. n.º 120, Série I. Alteração ao Código de Processo Penal e atualização da definição de terrorismo.

Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro. D.R. n.º 173, I Série. Alteração ao Código de Processo Penal e aprovação do Estatuto da Vítima.

Outras Leis

Lei n.º 20/87, de 12 de junho. D.R. n.º 134, Série I. Lei de Segurança Interna.

Lei n.º 8/91, de 1 de abril. D.R. n.º 75, Série I-A. Alteração à Lei de Segurança Interna (Lei n.º 20/87, de 12 de junho).

Lei n.º 93/99, de 14 de julho, D.R. 162, Série I-A. Regula a aplicação de medidas para proteção de testemunhas em processo penal.

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. D.R. n.º 204, Série I-A. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo.

Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, D.R. n.º 215, Série I-A. Aprova a Lei Tutelar Educativa.

Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto. D.R. n.º 184, Série I-A. Organização da investigação criminal.

Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto. D.R. n.º 193, Série I-A. Lei de combate ao terrorismo (“Lei do Terrorismo”). Alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, Lei n.º 17/2011, de 3 de maio, Lei n.º 60/2015, de 24 de junho e Lei n.º 16/2009, de 14 de fevereiro.

Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto. D.R. n.º 194, Série I-A. Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência.

Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro. D.R. n.º 39, Série I-A. Regime jurídico das armas e suas munições (“Lei das armas”).

Lei n.º 23/2007, de 4 de julho. D.R. n.º 127, Série I. Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto. D.R. n.º 168, Série I. Lei orgânica da PSP.

- Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro. D.R. n.º 213, Série I. Lei orgânica da GNR.
- Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro. D.R. n.º 30, Série I. Aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal.
- Lei n.º 22/2008, de 13 de maio. D.R. n.º 92, Série I. Lei do Sistema Estatístico Nacional.
- Lei n.º 27/2008, de 30 de junho. D.R. n.º 124, Série I. Estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária (“Lei do Asilo”).
- Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto. D.R. n.º 151, Série I. Lei orgânica da PJ.
- Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto. D.R. n.º 165, Série I. Lei de organização da investigação criminal (LOIC).
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. D.R. n.º 167, Série I. Lei de Segurança Interna.
- Lei n.º 39/2009, de 30 de julho. D.R. n.º 146, Série I. Regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.
- Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto. D.R. n.º 155, Série I. Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal. Implementação de uma plataforma para o intercâmbio de informação criminal (PIIC).
- Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro. D.R. n.º 178, Série I. Regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica.
- Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro. D.R. n.º 180, Série I. Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas (“Lei da violência doméstica”).
- Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro. D.R. n.º 181, Série I. Estabelece medidas de proteção de menores, em cumprimento do artigo 5.º da Convenção do Conselho da Europa contra a exploração sexual e o abuso sexual de crianças. Alteração à Lei n.º 57/98, de 18 de agosto – identificação criminal (posteriormente revogada pela Lei 37/2015, de 5 de maio).
- Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro. D.R. n.º 197, Série I. Aprova o Código da execução das penas e medidas privativas da liberdade.
- Lei n.º 42/2010, de 3 de setembro. D.R. n.º 172, Série I. Alterações à Lei de proteção de testemunhas em processo penal.
- Lei n.º 50/2013, de 24 de julho. D.R. n.º 141, Série I. Alterações à “Lei das armas”.
- Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto. D.R. n.º 163, Série I. Lei da organização do Sistema Judiciário.

- Lei n.º 26/2014, de 5 de maio. D.R. n.º 85, Série I. Alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho (Lei do asilo).
- Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro. D.R. n.º 10, Série I. Primeira alteração à Lei tutelar educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).
- Lei n.º 37/2015, de 5 de maio. D.R. n.º 86, Série I. Regime jurídico da identificação criminal.
- Lei n.º 38/2015, de 11 de maio. D.R. n.º 90, Série I. Alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto (Lei da PIIC).
- Lei n.º 57/2015, de 23 de junho. D.R. n.º 120, Série I. Alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (LOIC).
- Lei n.º 121/2015, de 1 de setembro. D.R. n.º 170, Série I. Alteração à Lei que aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica.
- Lei n.º 24/2017, de 24 de maio. D.R. n.º 100, Série I. Altera Código Civil, Lei da violência doméstica, CPP, entre outras alterações.
- Lei n.º 49/2017, de 24 de maio. D.R. n.º 100, Série I. Alteração à Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto).
- Lei n.º 90/2017, de 22 de agosto. D.R. n.º 161, Série I. Alteração à Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro (Aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal).
- Lei n.º 26/2018, de 5 de julho. D.R. n.º 128, Série I-A. Alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de proteção de crianças e jovens em perigo).
- Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro. D.R. n.º 39, Série I. Alterações à Lei n.º 53/2008, de 23 de agosto (Lei de Segurança Interna).
- Lei n.º 27/2019, de 28 de março. D.R. n.º 62, Série I. Alterações à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei de organização do Sistema Judiciário), à Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro (Código da execução das penas e medidas privativas da liberdade) e ao DL n.º 34/2008, de 26 de fevereiro (Regulamento das custas processuais).
- Lei n.º 28/2019, de 29 de março. D.R. n.º 63, Série I. Alterações à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho (Lei de “Estrangeiros”).

Proposta de Lei:

Proposta de Lei n.º 112/XIII. Lei que define a missão e as atribuições da Comissão Nacional de Apoio às Vítimas de Crimes, e estabelece os regimes de atribuição, pelo Estado, de compensações financeiras às vítimas de crimes e de apoios financeiros às entidades privadas que promovam os direitos e a proteção das vítimas de crimes (para ser vista e aprovada no Conselho de Ministros de 22 de fevereiro de 2018). Acedido em: <https://bit.ly/2Wj7Mqb>

Decretos-Lei

Decreto-Lei n.º 555/73, de 26 de outubro. D.R. n.º 251, Série I. Cria, no Ministério da Justiça, o Gabinete do Registo Nacional.

Decreto-Lei n.º 238/80, de 18 de julho. D.R. n.º 164, Série I. Cria no Ministério da Justiça o Gabinete de Estudos e Planeamento.

Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro. Regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (“Lei da droga”).

Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de janeiro, D.R. n.º 298, Série I-A. Altera o Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio (Código da Estrada).

Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de abril. D.R. n.º 91, Série I-A. Cria a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco.

Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, D.R. n.º 239, Série I-A. Aprova a estrutura orgânica e define as atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de março. D.R. n.º 70, Série I-A. Aprova a Lei Orgânica do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento.

Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de outubro. D.R. n.º 208, Série I. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro. D.R. n.º 40, Série I. Regulamento das custas processuais.

Decreto-Lei n.º 120/2010, de 27 de outubro, que regula a constituição, o funcionamento e o exercício de poderes e deveres da CPVC.

Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro. Define a orgânica do Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho. Aprova a orgânica da Direção-Geral da Política de Justiça.

Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, D.R. n.º 214, Série I. Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, que aprova a Lei Orgânica do SEF.

Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto. D.R. n.º 154, Série I. Cria a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Decreto-Lei n.º 171/2015, de 25 de agosto. D.R. n.º 165, Série I. Regulamenta e desenvolve o regime jurídico da identificação criminal, aprovado pela Lei n.º 37/2015, de 5 de maio. Consagra o Sistema de Informação de Identificação Criminal (SICRIM).

Decreto-Lei n.º 139/2017, de 10 de novembro. D.R. n.º 217, Série I. Alteração ao DL n.º 159/2015, de 10 de agosto (Cria a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens).

Resoluções do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 100/2010, de 17 de dezembro. D.R. n.º 243, Série I. IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica.

Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 101/2013, de 31 de dezembro. D.R. n.º 253.^a, Série I. III Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos.

Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 102/2013, de 31 de dezembro. D.R. n.º 253, Série I. V PNVCVD Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género.

Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 61/2018, de 21 de maio. D.R. n.º 97, Série I. Estratégia Nacional para a Igualdade e não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND) 2018-2030.

Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 80/2018, de 19 de junho. D.R. n.º 116, Série I. IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2018-2021.

Portarias

Portaria n.º 113/83, de 2 de fevereiro. D.R. n.º 27, Série I. Ministérios das Finanças e do Plano e da Justiça. Conferia ao Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do MJ a qualidade de órgão delegado do INE para as funções de notação, apuramento e publicação na área das estatísticas da justiça.

Portaria n.º 1223-A/91, de 30 de dezembro. D.R. n.º 300, Série I-B, 1.º Suplemento. Ministérios da Administração Interna e da Justiça. Define as regras aplicáveis à identificação dos processos-crime.

Portaria n.º 1033/2000, de 27 de outubro. D.R. n.º 249, Série I-B. Ministérios da Administração Interna e da Justiça. Estabelece o calendário para a transição de competências da Polícia judiciária para a Polícia de Segurança Pública, no âmbito da organização de investigação criminal.

Portaria n.º 229-A/2010, de 23 de abril. D.R. n.º 79, Série I, 1.º Suplemento. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna e da Justiça. Aprova os modelos de documentos comprovativos da atribuição do estatuto de vítima (VD).

Portaria n.º 116/2014, de 30 de maio. D.R. n.º 104, Série I. Ministérios da Defesa Nacional e da Justiça. Última alteração à Portaria n.º 1223/91, de 30 de setembro.

Deliberações

Deliberação n.º 148 do Conselho Superior de Estatística. D.R. n.º 23/98, de 28 de janeiro, Série II.

Deliberação n.º 160 do Conselho Superior de Estatística. D.R. n.º 4/99, de 6 janeiro, Série II.

Deliberação n.º 284 do Conselho Superior de Estatística. D.R. n.º 39/2005, de 24 de fevereiro, Série II.

Deliberação n.º 345 do Conselho Superior de Estatística. D.R. n.º 39/2008, de 25 de fevereiro, Série II.

Deliberação n.º 290 do Conselho Superior de Estatística e 12.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística (SPCE). D.R. n.º 25/2010, de 5 de fevereiro, Série II.

Deliberação n.º 27 da Secção Permanente de Coordenação Estatística (SPCE). D.R. n.º 240/2011, de 16 de dezembro, Série II.

Regulamento

Regulamento n.º 384/2013, de 8 de outubro. D.R. n.º 194, Série II. Regulamento do Curso de Doutoramento em Direito e Segurança (curso de 3.º ciclo). Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL).

INSTRUMENTOS NORMATIVOS EUROPEUS E INTERNACIONAIS

Conselho da Europa [CoE] (1983). *Convenção europeia relativa à indemnização de vítimas de infrações violentas*. Acedido em: <https://bit.ly/2w1GDNo>

Conselho da Europa [CoE] (1987). *Convenção europeia para a prevenção da tortura e penas ou tratamentos degradantes ou desumanos*. Acedido em: <https://bit.ly/2Yxjoah>

Conselho da Europa [Coe] (2005a). *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção do terrorismo*. Acedido em: <https://bit.ly/2VFrwbR>

Conselho da Europa [Coe] (2005b). *Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o tráfico de seres humanos*. Acedido em: <https://bit.ly/2JmqvPr>

Conselho da Europa [CoE] (2007). *Convenção do Conselho da Europa para a Protecção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais*. Acedido em: http://www.congress-1in5.eu/uploads/bloc787/lanzaroteconvention_por.pdf

Conselho da Europa [Coe] (2011). *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. Acedido em: <https://bit.ly/16UYZAI>

Conselho Europeu (2010). *Programa de Estocolmo: Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos*. Jornal Oficial C 115 de 4.5.2010. Acedido em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:jl0034&from=PT>

Organização das Nações Unidas [ONU] (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Acedido em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>

Organização das Nações Unidas [ONU] (1979). *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW)*. Acedido em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm>

Organização das Nações Unidas [ONU] (1989a). *Recomendação geral n.º 12 - 8.ª Sessão*. Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas Comité para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW). Acedido em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>.

Organização das Nações Unidas [ONU] (1989b). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Acedido em: https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Organização das Nações Unidas [ONU] (1992). *Recomendação geral n.º 19* (parágrafos 6 e 7) - 11ª Sessão. Gabinete do Alto-comissário para os Direitos Humanos das Nações

Unidas Comité para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW). Acedido em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>

Organização das Nações Unidas [ONU] (1999). *Protocolo Opcional à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW)*. Acedido em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/protocol/text.htm>

Organização das Nações Unidas [ONU] (2007). *Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência*. Acedido em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/direitosfundamentais/convencao/ConvTxtOfPort.pdf>

Parlamento e Conselho Europeu (2011). *Diretiva relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho*. Diretiva 2011/36/EU, de 5 de abril de 2011.

Parlamento e Conselho Europeu (2012). *Diretiva que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho*. Diretiva 2012/29/UE de 25 de outubro de 2012.

SISTEMAS ACEDIDOS PARA CONSULTA DE DADOS OU INFORMAÇÃO EM LINHA

Direção-Geral de Política de Justiça [DGPJ]. Sistema de Estatísticas da Justiça (SIEJ). Polícias e entidades de apoio à investigação (Polícias/Crimes registados; INMLCF/Atividade do INMLCF, por área de atuação). Acedido em: http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636320297419062500

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP]. Quadros estatísticos para os anos de 2012 a 2017 sobre população reclusa. Acedido em³⁷⁸: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores>

³⁷⁸ Os dados foram acedidos em:

<http://www.dgsp.mj.pt/paginas/estatisticas/arquivoestatisticas.php>, no entanto devido à reformulação da página de *internet* da DGRSP, os mesmos encontram-se disponíveis em novas localizações (novo acesso).

European Social Survey [ESS] Data. European Research Infrastructure – ESS ERIC. Acedido em: <https://bit.ly/2WqAWnF>

- European Social Survey [ESS] (2002). Round 1 Data. Data file edition 6.6. Norwegian Centre for Research Data (NSD). Noruega. Data Archive and distributor of ESS data for ESS European Research Infrastructure (ERIC).
- European Social Survey [ESS] (2004). ESS-2 2004 Documentation Report. Edition 3.6. Bergen, European Social Survey Data Archive, NSD for ESS ERIC.
- European Social Survey [ESS] (2006). Round 3 Data. Data file edition 3.7. NSD. Noruega. Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC.
- European Social Survey [ESS] (2008). Round 4 Data. Data file edition 4.5. NSD. Noruega. Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC.
- European Social Survey [ESS] (2010). Round 5 Data. Data file edition 3.4. NSD, NSD. Noruega. Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC.
- European Social Survey [ESS] (2012). Round 6 Data. Data file edition 2.4. NSD. Noruega. Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC.
- European Social Survey [ESS] (2014). Round 7 Data. Data file edition 2.2. NSD. Noruega. Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC.
- European Social Survey [ESS] (2016). Round 8 Data. Data file edition 2.1. NSD. Noruega. Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC.

Eurostat (Departamento de Estatísticas oficiais da União Europeia).

- Crimes registados (versão posterior à ICCS). *Recorded offences by offence category - police data*. Acedido em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=crim_off_cat&lang=en
- Crimes registados (versão anterior à ICCS). *Crimes recorded by the police by offence category*. Acedido em: <https://bit.ly/2OnzCyN>
- Dados sobre a população. *Population on 1 January*. Acedido em: <https://bit.ly/2urwrgl>
- 3.1. Data description. Crime and criminal justice (crim). Reference Metadata in Euro SDMX Metadata Structure (ESMS). Eurostat. Acedido em: https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/crim_esms.htm

Pordata (Base de Dados Portugal Contemporâneo). *População residente: média anual*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Acedido em: <https://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+m%C3%A9dia+anual-1951>

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa [PGDL] (2001-2019). Legislação. Acedido em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_main.php

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - CRIMES ABRANGIDOS PELA DEFINIÇÃO DE CV/CEV DO CPP

Tipologia (Título do CP)	Sub-tipologia (Capítulo do CP)	Art.º	Crime	Moldura penal (versão completa)	Moldura penal geral (anos)		Moldura penal agravada (anos)		CV/ CEV	Natureza ³⁸⁰
					Mín. ³⁷⁹	Máx.	Mín.	Máx.		
Crimes contra as pessoas	Crimes contra a vida	131.º	Homicídio	8 a 16 anos	8	16	-	-	CEV	P
		132.º	Homicídio qualificado	12 a 25 anos	12	25	-	-	CEV	P
		133.º	Homicídio privilegiado	1 a 5 anos	1	5	-	-	CV	P
		135.º	<i>Incitamento ou ajuda ao suicídio</i>	<i>até 3 anos; 1 a 5 anos</i>	-	3	1	5	-	P
		136.º	Infanticídio	1 a 5 anos	1	5	-	-	CV	P
		137.º	<i>Homicídio por negligência</i>	<i>Até 3 anos ou com pena de multa; Até 5 anos</i>	-	3	-	5	-	P
		138.º	Exposição ou abandono	1 a 5 anos; 2 a 5 anos; 2 a 8 anos; 3 a 10 anos	1	5	3	10	CV	P
	<i>Dos crimes contra a vida intra-uterina</i>	140.º	Aborto	2 a 8 anos ³⁸¹	2	8			-	P
		141.º	Aborto agravado	<i>Os limites da pena aplicável são aumentados de um terço</i>					-	P
	Crimes contra a integridade física ³⁸²	144.º	Ofensa à integridade física grave	2 a 10 anos	2	10			CEV	P
		144.º-A	Mutilação genital feminina	2 a 10 anos; Até 3 anos	2	10			CEV	P
		145.º	Ofensa à integridade física qualificada	Até 4 anos (art.º 143.º); 1 a 5 anos (art.º 144.º-A); 3 a 12 anos (art.º 144.º e 144.º-A)	-	4	3	12	CEV	P

Quadro A1: Crimes abrangidos pela definição de CV ou CEV do Código de Processo Penal (CPP) (art.º 1.º)

³⁷⁹ De acordo com o art.º 41.º do CP a pena de prisão tem em regra a duração mínima de um mês.

³⁸⁰ P=Pública; SP= Semipública.

³⁸¹ Estão previstos fatores de atenuação da pena- deixando de ser criminalidade sequer violenta (pena até 3 anos)

³⁸² No art.º 147.º prevê-se a agravação pelo resultado dos crimes previstos nos artigos 143.º a 146.º. A pena aplicável ao crime respetivo agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

Tipologia (Título do CP)	Sub-tipologia (Capítulo do CP)	Art.º	Crime	Moldura penal (versão completa)	Moldura penal geral (anos)		Moldura penal agravada (anos)		CV/ CEV	Natureza
					Mín. ³⁸³	Máx.	Mín.	Máx.		
Crimes contra as pessoas	Crimes contra a integridade física	152.º	Violência doméstica	1 a 5 anos; 2 a 8 anos; 3 a 10 anos	1	5	3	10	CV	P
		152.º-A	Maus tratos	1 a 5 anos; 2 a 8 anos; 3 a 10 anos	1	5	3	10	CV	P
		152.º-B	Violação de regras de segurança	1 a 5 anos; Até 3 anos; 2 a 8 anos; 1 a 5 anos; 3 a 10 anos; 2 a 8 anos	1	5	3	10	CV	P
	Crimes contra a liberdade pessoal	154.º-B	Casamento forçado	Até 5 anos	-	5			CV	P
		158.º	Sequestro	Até 3 anos ou pena de multa; 2 a 10 anos; 3 a 15 anos	-	3	3	15	CEV	P
		159.º	Escravidão	5 a 15 anos	5	15			CEV	P
		160.º	Tráfico de pessoas ³⁸⁴	3 a 10 anos; 3 a 12 anos; 1 a 5 anos; Até 3 anos	3	10	4	13	CEV	P
		161.º	Rapto	2 a 8 anos; 3 a 15; 8 a 16	2	8	8	16	CEV	P
		162.º	Tomada de reféns	2 a 10 anos	2	10			CEV	P
	Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual – <i>Crimes contra a liberdade sexual</i>	163.º	Coação sexual	1 a 8 anos; Até 5 anos	1	8			CEV	SP
		164.º	Violação	3 a 10 anos; 1 a 6 anos	3	10			CEV	SP
		165.º	Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência	6m a 8 anos; 2 a 10 anos	0,5	8	2	10	CEV	SP
		166.º	Abuso sexual de pessoa internada	6m a 5 anos; 1 a 8 anos	0,5	5	1	8	CV	P
		168.º	Procriação artificial não consentida	1 a 8 anos;	1	8			CEV	SP
		169.º	Lenocínio	6m a 5 anos; 1 a 8 anos	0,5	5	1	8	CV	P
	Crimes contra a lib. e autodeter. sexual - <i>Crimes contra a autodeterminação sexual</i>	171.º	Abuso sexual de crianças ³⁸⁵	1 a 8 anos; 3 a 10 anos	1	8	3	10	CEV	P
		172.º	Abuso sexual de menores dependentes ³⁸⁶	1 a 8 anos	1	8			CEV	P

Quadro A1: Crimes abrangidos pela definição de CV ou CEV do Código de Processo Penal (CPP) (art.º 1.º) (cont.)

³⁸³ De acordo com o art.º 41.º do CP a pena de prisão tem em regra a duração mínima de um mês.³⁸⁴ Neste artigo estão também incluídas práticas puníveis com 1 a 5 anos, bem como a agravação das penas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo.³⁸⁵ Neste artigo estão também incluídas práticas puníveis até 3 anos ou de 6m a 5 anos.³⁸⁶ Neste artigo estão também incluídas práticas puníveis com penas inferiores a 5 anos

Tipologia (Título do CP)	Sub-tipologia (Capítulo do CP)	Art.º	Crime	Moldura penal (versão completa)	Moldura penal geral (anos)		Moldura penal agravada (anos)		CV/ CEV	Natureza
					Mín. ³⁸⁷	Máx.	Mín.	Máx.		
Crimes contra o Estado	<i>Crimes contra a autodeterminação sexual</i>	175.º	Lenocínio de menores	1 a 8 anos; 2 a 10 anos	1	8	2	10	CEV	P
		176.º	Pornografia de menores ³⁸⁸	1 a 5 anos; 1 a 8 anos Até 2 anos; Até 3 anos; Até 5 anos	1	5	1	8	CV	P
	Crimes contra a autoridade pública <i>Resistência, desobediência e falsas declarações à autoridade pública</i>	347.º	Resistência e coação sobre funcionário	1 a 5 anos	1	5			CV	P
	Crimes contra a autoridade pública- <i>Tirada e evasão de presos e do não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal</i>	349.º	Tirada de presos	Até 5 anos	-	5			CV	P
		350.º	Auxílio de funcionário à evasão ³⁸⁹	1 a 8 anos Até 5 anos	1	8			CEV	P
		354.º	Motim de presos	1 a 8 anos	1	8			CEV	P
	Crimes contra a autoridade pública <i>Violação de providências públicas</i>	355.º	Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público	Até 5 anos	-	5			CV	P

Quadro A1: Crimes abrangidos pela definição de CV ou CEV do Código de Processo Penal (CPP) (art.º 1.º) (cont.)

³⁸⁷ De acordo com o art.º 41.º do CP a pena de prisão tem em regra a duração mínima de um mês.

³⁸⁸ Neste artigo estão também incluídas práticas puníveis com penas inferiores a 5 anos

³⁸⁹ Neste artigo está também incluída prática punível com 1 a 5 anos.

**APÊNDICE 2 - CRIMES POTENCIALMENTE ABRANGIDOS NA “CRIMINALIDADE
VIOLENTA”**

Tipologia	Sub-tipologia (Capítulo)	Artigo	Crime	Pena de prisão (limites)	CV	Definição CPP		CEV- por agrav.	Definição RASI
						CV- por agrav.	CEV		CVG
Crimes contra as pessoas	Crimes contra a vida	131.º	Homicídio	8 a 16 anos			X		Homicídio voluntário consumado (HVC)
		132.º	Homicídio qualificado	12 a 25 anos			X		
		133.º	Homicídio privilegiado	1 a 5 anos	X				
		135.º	Incitamento ou ajuda ao suicídio	Até 3 anos; 1 a 5 anos		X			HVC
		136.º	Infanticídio	1 a 5 anos	X				
		137.º	Homicídio por negligência	Até 3 anos ou com pena de multa; Até 5 anos		X			
	Dos crimes contra a vida intra-uterina	138.º	Exposição ou abandono	1 a 5 anos; 2 a 5 anos; 2 a 8 anos; 3 a 10 anos	X			X	
		140.º	Aborto	2 a 8 anos ³⁹⁰			X		
		141.º	Aborto agravado	Os limites da pena aplicável são aumentados em 1/3			X		
	Crimes contra a integridade física ³⁹¹	143.º	Ofensa à integridade física simples	Até 3 anos ou pena de multa					Ofensa à integridade física voluntária grave (OIFG) ³⁹²
		144.º	Ofensa à integridade física grave	2 a 10 anos			X		
		144.º-A	Mutilação genital feminina	2 a 10 anos; Até 3 anos			X		OIFG
		145.º	Ofensa à integridade física qualificada	3 a 12 anos (art.º 144.º)			X		

Quadro A2: Crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta (60)

³⁹⁰ Estão previstos fatores de atenuação da pena- deixando de ser criminalidade sequer violenta (pena até 3 anos).

³⁹¹ No art.º 147.º prevê-se a agravação pelo resultado dos crimes previstos nos artigos 143.º a 146.º. A pena aplicável ao crime respetivo agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

³⁹² O Manual de preenchimento do modelo 262 refere para esta categoria “Referência legislativa – Art. º 143.º e seguintes do Código Penal- (*) A referência legislativa deve ser entendida no contexto do critério de distinção entre a ofensa simples e grave: inexistência ou existência de internamento em estabelecimento de saúde” (ver DGPJ, 2016; p. 6-7). Assim, à partida, as situações englobadas nesta categoria dependem das consequências.

Tipologia	Sub-tipologia (Capítulo/Secção)	Artigo	Crime	Pena de prisão (limites)	CV	Definição CPP		CEV- por agrav.	Definição RASI CVG
						CV- por agrav.	CEV		
Crimes contra as pessoas	Crimes contra a integridade física	152.º	Violência doméstica	1 a 5 anos 2 a 8 anos; 3 a 10 anos	X			X	
		152.º-A	Maus tratos	1 a 5 anos; 2 a 8 anos 3 a 10 anos	X			X	
		152.º-B	Violação de regras de segurança	1 a 5 anos; 2 a 8 anos; 1 a 5 anos; 3 a 10 anos; 2 a 8 anos	X			X	
	Crimes contra a liberdade pessoal	154.º-B	Casamento forçado	Até 5 anos	X				
		158.º	Sequestro	2 a 10 anos; 3 a 15 anos			X		Rapto/ Sequestro/ Tom. reféns (RSTF)
		159.º	Escravidão	5 a 15 anos			X		
		160.º	Tráfico de pessoas ³⁹³	3 a 10 anos; 3 a 12 anos			X		
		161.º	Rapto	2 a 8 anos			X		
		162.º	Tomada de reféns	2 a 10 anos			X		RSTF
	Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual – <i>Crimes contra a liberdade sexual</i>	163.º	Coação sexual	1 a 8 anos			X		
		164.º	Violação	3 a 10 anos			X		Violação
		165.º	Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência	6 m a 8 anos; 2 a 10 anos			X		
		166.º	Abuso sexual de pessoa internada	6 m a 5 anos; 1 a 8 anos	X			X	
		168.º	Procriação artificial não consentida	1 a 8 anos			X		
		169.º	Lenocínio	6 m a 5 anos; 1 a 8 anos	X			X	

Quadro A2: Crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta (60) (cont.)

³⁹³ Neste artigo estão também incluídas práticas puníveis com 1 a 5 anos, bem como a agravamento das penas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo.

Tipologia	Sub-tipologia (Capítulo/Secção)	Artigo	Crime	Pena de prisão (limites)	CV	Definição CPP		Definição RASI CVG
						CV- por agrav.	CEV CEV- por agrav.	
Crimes contra as pessoas	Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual – <i>Crimes contra a autodeterminação sexual</i>	171.º	Abuso sexual de crianças ³⁹⁴	1 a 8 anos; 3 a 10 anos			X	
		172.º	Abuso sexual de menores dependentes ³⁹⁵	1 a 8 anos			X	
		175.º	Lenocínio de menores	1 a 8 anos; 2 a 10 anos			X	
		176.º	Pornografia de menores ³⁹⁶	1 a 5 anos; 1 a 8 anos	X			X
Crimes contra o património	Crimes contra a propriedade	210.º	Roubo	1 a 8 anos; 3 a 15 anos 8 a 16 anos			X	Roubo (14 categorias)
		211.º	Violência depois da subtração	1 a 8 anos; 3 a 15 anos 8 a 16 anos				
		214.º	Dano com violência	1 a 8 anos; 3 a 15 anos 8 a 16 anos			X	
	Crimes contra o património em geral	223.º	Extorsão ³⁹⁷	Até 5 anos; 3 a 15 anos; 8 a 16 anos	X		X	Extorsão
Crimes contra a vida em sociedade	Dos crimes contra a segurança das comunicações	287.º	Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros	5 a 15 anos; 2 a 10 anos 1 a 8 anos			X	Pirataria aérea / Outros crimes contra a segurança da aviação civil
		288.º	Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro	1 a 8 anos; 3 a 10 anos 2 a 8 anos; Até 5 anos			X	
		289.º	Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro	1 a 8 anos; Até 5 anos Até 3 anos ou com pena de multa			X	

Quadro A2: Crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta (60) (cont.)

³⁹⁴ Neste artigo estão também incluídas práticas puníveis até 3 anos ou de 6m a 5 anos.³⁹⁵ Neste artigo estão também incluídas práticas puníveis com penas inferiores a 5 anos.³⁹⁶ Neste artigo estão também incluídas práticas puníveis com penas inferiores a 5 anos.³⁹⁷ Neste artigo estão também incluídas práticas puníveis com pena de prisão até 2 anos ou pena de multa até 240 dias.

Tipologia	Sub-tipologia (Capítulo/Secção)	Artigo	Crime	Pena de prisão (limites)	CV	Definição CPP		Definição RASI
						CV- por agrav.	CEV- por agrav.	
Crimes contra a vida em sociedade	Dos crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas <i>Dos crimes contra a paz pública</i>	297.º	Instigação pública a um crime	Até 3 anos ou c/ pena de multa				Motim, instigação e apologia pública do crime (MIAPC)
		298.º	Apologia pública de um crime	Até 6m ou c/ pena de multa de 60 dias				
		299.º	Associação criminosa ³⁹⁸	1 a 5 anos; 2 a 8 anos	X		X	Associação criminosa
		302.º	Participação em motim	Até 1 ano ou c/ pena de multa de 120 dias				MIAPC
		303.º	Participação em motim armado	Até 3 anos ou c/ pena de multa Até 2 anos ou c/ pena de multa de 240 dias Até 6 anos ou c/ pena de multa			X	
Crimes contra o Estado	Crimes contra a autoridade pública <i>Resistência, desobediência e falsas declarações à autoridade pública</i>	347.º	Resistência e coação sobre funcionário	1 a 5 anos	X			Resistência e coação sobre funcionário
	Crimes contra a aut. púb. <i>- Tirada e evasão de presos e do não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal</i>	349.º	Tirada de presos	Até 5 anos	X			
		350.º	Auxílio de funcionário à evasão ³⁹⁹	1 a 8 anos			X	
		354.º	Motim de presos	1 a 8 anos			X	
		Crimes contra a autoridade pública <i>Violação de providências públicas</i>	355.º	Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público	Até 5 anos	X		

Quadro A2: Crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta (60) (cont.)

³⁹⁸ Refere-se que a categoria estatística utilizada no SIEJ relativa a associação criminosa engloba este crime do CP, mas também outros neste âmbito, como seja o previsto no art.º 28.º do Regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (ver DGPJ, 2016).

³⁹⁹ Neste artigo está também incluída a prática punível com 1 a 5 anos.

Tipologia	Lei	Artigo	Crime	Pena de prisão (limites)	CV	Definição CPP		CEV- por agrav.	CEV- por agrav.	Definição RASI CVG
						CV- por agrav.	CEV			
Legislação avulsa	Lei de combate ao Terrorismo ⁴⁰⁰	2.º	Organizações terroristas	8 a 15 anos; 15 a 20 anos 1 a 8 anos						Organizações terroristas e terrorismo nacional
		4.º	Terrorismo ⁴⁰¹	2 a 10 anos ⁴⁰² 1 a 5 anos; 1 a 6 anos Até 3 anos ou multa até 360 dias; 2 a 5 anos Até 4 anos ou com pena de multa até 480 dias Até 5 anos; Até 4 anos						
		3.º	Outras organizações terroristas	8 a 15 anos; 15 a 20 anos 1 a 8 anos						
		5.º	Terrorismo internacional	2 a 10 anos ⁴⁰³ ; 1 a 5 anos; 1 a 6 anos até 3 anos ou multa até 360 dias; 2 a 5 anos até 4 anos ou com pena de multa até 480 dias Até 5 anos; Até 4 anos						Organizações terroristas e terrorismo internacional
		183.º	Auxílio à imigração ilegal	Até 3 anos; 1 a 5 anos 2 a 8 anos						
	Lei de estrangeiros ⁴⁰⁴	184.º	Associação de auxílio à imigração ilegal	1 a 6 anos 2 a 8 anos						

Quadro A2: Crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta (60) (cont.)

⁴⁰⁰ Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto. Antes da entrada em vigor da Lei de combate ao terrorismo estava em vigor o art.º 301.º do CP – Terrorismo.

⁴⁰¹ O n.º 2 deste artigo prevê que “Quem praticar crime de furto qualificado, roubo, extorsão, burla informática e nas comunicações, falsidade informática, ou falsificação de documento com vista ao cometimento dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, é punido com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.”

⁴⁰² Ou com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se for igual ou superior àquela, não podendo a pena aplicada exceder o limite referido no n.º 2 do artigo 41.º do Código Penal.

⁴⁰³ Ou com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se for igual ou superior àquela.

⁴⁰⁴ Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional - Lei n.º 23/2007, de 4 de julho (c/alt. finais - Lei n.º 28/2019, de 29/3).

Tipologia	Lei	Artigo	Crime	Pena de prisão (limites)	CV	Definição CPP		Definição RASI CVG
						CV- por agrav.	CEV	CEV- por agrav.
Legislação avulsa	Lei - da Droga ⁴⁰⁵	21.º	Tráfico e outras atividades ilícitas	4 a 12 anos 5 a 15 anos 1 a 5 anos				
		22.º	Precursores	2 a 10 anos 1 a 5 anos 3 a 12 anos 2 a 8 anos				
		28.º	Associações criminosas ⁴⁰⁶	10 a 25 anos 5 a 15 anos 12 a 25 anos 2 a 10 anos 1 a 8 anos				
	Lei - das Armas ⁴⁰⁷	86.º	Detenção de arma proibida e crime cometido com arma	2 a 8 anos 2 a 5 anos 1 a 5 anos ou 600 dias multa Até 4 anos ou 480 dias multa				
		87.º	Tráfico e mediação de armas	2 a 10 anos 4 a 12 anos				

Quadro A2: Crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta (60) (cont.)

⁴⁰⁵ Regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas - DL n.º 15/93, de 22 de janeiro.

⁴⁰⁶ A categoria estatística utilizada no SIEJ relativa a “associação criminosa” engloba o art.º 299.º do CP, mas também este crime previsto no art.º 28.º do Regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas - DL n.º 15/93, de 22/01, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 45/96, de 03/09 (art.º 28.º) (existem diversas outras alterações a este DL, todavia, apenas se menciona a que reviu o artigo em causa: 28.º).

⁴⁰⁷ Regime jurídico das armas e suas munições - Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, com as alterações finais introduzidas pela Lei n.º 50/2013, de 24 de julho.

APÊNDICE 3 - GUIÃO DA ENTREVISTA

Entrevista - Temas/Questões

1 - Definição de criminalidade violenta

O que entende como “criminalidade violenta” (e “especialmente violenta”)? Em que critérios se baseia a definição de criminalidade violenta? Que fatores distinguem a criminalidade violenta da restante criminalidade? Existe a necessidade de um novo conceito/definição para criminalidade violenta? Em que critérios se deve basear a definição de criminalidade violenta?

2 -Tendências verificadas na Criminalidade Violenta

Qual a sua percepção sobre a situação portuguesa em matéria de criminalidade violenta? Qual a sua percepção sobre a situação portuguesa face à realidade dos outros países da UE neste domínio (tendo em conta as estatísticas disponíveis)? A percepção sobre a tendência (aumento, manutenção/diminuição) da criminalidade violenta em Portugal é afetada pelos Media? Se sim, em que sentido? Qual o papel dos media na percepção sobre a severidade criminal (“carga” de violência praticada)?

3 - Formas de medir a Criminalidade Violenta

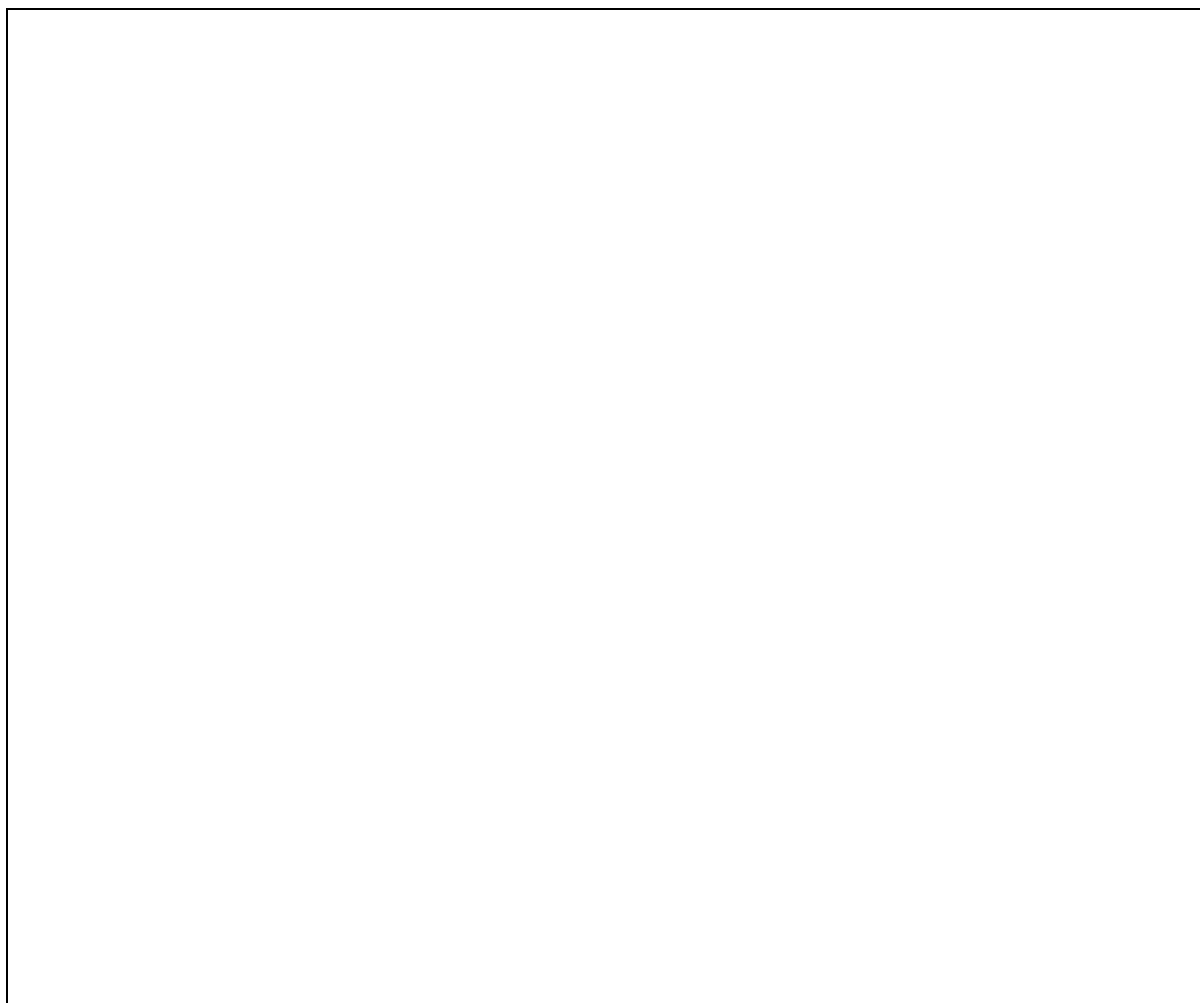
Como se poderá avaliar a severidade (“carga” de violência) dos crimes cometidos? Que critérios e indicadores serão úteis? Que indicadores de severidade criminal fazem sentido para analisar a criminalidade violenta? Que dados são recolhidos e são disponibilizáveis sobre criminalidade violenta (e que possam auxiliar a análise da severidade criminal)? Necessidade de outro tipo de informação estatística em Portugal sobre criminalidade violenta?

4 - Políticas públicas - o presente e o papel das estatísticas

Criminalidade violenta – é/tem sido uma prioridade política/estratégica em Portugal? Que políticas públicas existem em Portugal para prevenir e combater a criminalidade violenta? Qual a sua perceção/análise sobre a eficácia/resultados dessas políticas públicas? Como visualiza a situação portuguesa face à realidade dos outros países da UE (ao nível das políticas públicas existentes neste domínio)? Quanto à intervenção do Sistema de Justiça Penal nas situações de criminalidade violenta - que principais diferenças visualiza comparativamente à intervenção no âmbito da restante criminalidade? Segundo a sua perspetiva, que principais fatores têm influenciado a definição das políticas existentes ao nível da prevenção e combate à criminalidade violenta (ex.: media, estatísticas existentes, avaliação de peritos...)?

5 - Políticas públicas - perspectivas de futuro

Que orientações estratégicas são necessárias para melhor prevenir e combater a criminalidade violenta (CV)? Que outras medidas/estratégias devem ser adotadas? Considera necessário definir prioridades dentro da CV? Se sim, quais? Qual deve ser o papel das estatísticas criminais na definição das futuras políticas/ medidas neste domínio? Vítimas de CV atualmente são entendidas como vítimas especialmente vulneráveis (Código Processo Penal⁴⁰⁸) - qual sua posição sobre esta questão e que implicações visualiza? Qual a sua perspectiva sobre a forma como a atual Lei que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2015-2017⁴⁰⁹, trata/abrange a criminalidade violenta? Visualiza a necessidade de algum(ns) ajuste(s) em termos futuros neste domínio da definição dos objetivos, prioridades e orientações de política criminal ao nível da prevenção/ combate à criminalidade violenta?



Muito obrigada pela colaboração!

⁴⁰⁸ Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro (procede à vigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima, transpondo a Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade.

⁴⁰⁹ Lei n.º 72/2015 de 20 de julho.

APÊNDICE 4 - QUESTIONÁRIO UTILIZADO

CRIMINALIDADE VIOLENTA: DA SUA MEDIÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA INTERNA

Este questionário destina-se a aprofundar o conhecimento sobre a criminalidade violenta, sendo muito importante poder contar com os contributos de diversos profissionais que mais proximamente lidam com as situações concretas.

Não existem respostas certas ou erradas, importa apenas que as suas respostas reflitam a sua perceção. As respostas fornecidas apenas o/a vinculam a si e não ao serviço onde exerce funções.

Todas as respostas são confidenciais e anónimas. Não necessita de se identificar e não haverá lugar a tratamento individualizado de respostas que possibilite uma eventual identificação da sua autoria, quer seja no âmbito da redação da dissertação de doutoramento, quer seja na divulgação de quaisquer resultados em eventos ou publicações científicas.

Este estudo está a ser conduzido por Carina Quaresma, sob a orientação do Prof. Doutor Nelson Lourenço, no âmbito do Doutoramento em Direito e Segurança, da Faculdade de Direito, da Universidade Nova de Lisboa.

Para qualquer esclarecimento adicional pode entrar em contacto através do endereço de correio eletrónico: carina.quaresma@cedis.fd.unl.pt ou através do Tlm.: 93 5797013.

A resposta a este questionário demorará cerca de 15-20 minutos.

Muito obrigada!

Antes de avançar, leia, por favor, o seguinte:

- 1 - Responda às diversas questões que são colocadas tendo em conta o que entende por "criminalidade violenta", independentemente da sua visão coincidir ou não com a definição legal em vigor.
- 2 - Caso a sua visão coincida com a definição legal em vigor (Código de Processo Penal), solicitamos que considere como criminalidade violenta quer os crimes abrangidos na categoria assim designada, quer os abrangidos na categoria da "criminalidade especialmente violenta". Se pretender aceder à definição legal em vigor poderá fazê-lo aqui: <https://goo.gl/CNDvXQ>
- 3 - Ao longo do questionário será utilizada a expressão "crimes violentos" para designar os crimes abrangidos pela criminalidade violenta, devendo para o efeito ter em conta o seu entendimento sobre esta categoria e não necessariamente a definição legal em vigor ou os crimes rigorosamente aí incluídos.
- 4- Em diversas questões solicita-se que reflita sobre a "gravidade" dos crimes violentos, o que importa é a sua perceção, independentemente de estar alinhada ou não com as definições legais/convencionais.
- 5- A gravidade dos crimes violentos é aqui entendida no sentido da "carga de violência" envolvida no cometimento dos crimes e/ou as consequências desses crimes.

Gravidade dos crimes violentos

1. Abaixo encontra um elenco de crimes previstos no Código Penal ou em Legislação avulsa potencialmente enquadrados na criminalidade violenta. Em cada um dos itens apresentados (que correspondem a um crime ou em alguns casos a um subconjunto de crimes), indique, por favor, qual o seu nível de gravidade, em que **1= Gravidade mínima até 6= Gravidade máxima**. Assinale com um **x** no quadrado correspondente.

Caso tenha alguma dúvida sobre a **definição** vigente de algum dos **crimes**, por favor, consulte: <https://goo.gl/zLaAOv>

Solicita-se que utilize os vários níveis de resposta, classificando um máximo de 10-15 itens no mesmo nível.

		Gravidade mínima= 1 Gravidade máxima=6					
Crime		1	2	3	4	5	6
1	Homicídio						
2	Homicídio qualificado						
3	Homicídio privilegiado						
4	Incitamento ou ajuda ao suicídio						
5	Infanticídio						
6	Homicídio por negligência						
7	Exposição ou abandono						
8	Aborto / Aborto agravado (quando realizado extra critérios previstos no art.º 142.º - Interrupção da gravidez não punível)						
9	Ofensa à integridade física simples						
10	Ofensa à integridade física grave						
11	Mutilação genital feminina						
12	Ofensa à integridade física qualificada						
13	Violência doméstica						
14	Maus tratos						
15	Violação de regras de segurança						
16	Casamento forçado						
17	Sequestro						
18	Escravidão						
19	Tráfico de pessoas						
20	Rapto						
21	Tomada de reféns						

Caso tenha alguma dúvida sobre a **definição** vigente de algum dos **crimes**, por favor, consulte: <https://goo.gl/zLaAOv>

		Gravidade mínima= 1 Gravidade máxima=6					
Crime		1	2	3	4	5	6
22	Coação sexual						
23	Violação						
24	Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada						
25	Procriação artificial não consentida						
26	Lenocínio						
27	Abuso sexual de crianças						
28	Abuso sexual de menores dependentes						
29	Lenocínio de menores						
30	Pornografia de menores						
31	Roubo / Violência depois da subtração						
32	Dano com violência						
33	Extorsão						
34	Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros						
35	Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro						
36	Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro						
37	Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime						
38	Associação criminosa						
39	Participação em motim / Participação em motim armado						
40	Resistência e coação sobre funcionário						
41	Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão						
42	Motim de presos						
43	Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público						
44	Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo")						
45	Auxílio à imigração ilegal / Associação de auxílio à imigração ilegal (Lei de "estrangeiros")						
46	Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga")						
47	Detenção de arma proibida (Lei das "armas")						
48	Tráfico e mediação de armas (Lei das "armas")						
	Outro crime - indique qual: _____						

II. Tendências/variações na criminalidade violenta (análise quantitativa)

2. Selecione a opção que melhor corresponde, na sua perspetiva, às tendências/variações observadas em termos do número de crimes violentos praticados em Portugal. Solicita-se que forneça uma resposta para cada período temporal indicado: no último ano, nos últimos 5 anos e nos últimos 10 anos. **Assinale** com um **x** no quadrado correspondente.

2.1 O número de crimes violentos praticados:

	No último ano	Nos últimos 5 anos	Nos últimos 10 anos
Aumentou <i>(todos)</i>			
Diminuiu <i>(todos)</i>			
Manteve-se constante <i>(todos)</i>			
Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros			
Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros			
Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros			
Desconheço			

2.2 Se indicou, para o último ano, aumento do número em todos ou em alguns crimes violentos praticados, por favor, indique os 3 principais:

2.3 Se indicou, para o último ano, diminuição do número em todos ou em alguns crimes violentos praticados, por favor, indique os 3 principais:

Antes de avançar, leia, por favor, o seguinte:

1- Nas perguntas que se seguem a atenção recai sobre as tendências/variações verificadas ao nível da gravidade dos crimes violentos, solicitando-lhe que tenha em consideração a sua perceção sobre os casos concretos verificados.

2 - Independentemente do número de crimes violentos poder aumentar/diminuir/manter-se importa avaliar se existem variações/tendências observadas ao nível da gravidade verificada nestes crimes.

3- A gravidade é aqui entendida no sentido da "carga de violência" envolvida no cometimento dos crimes e/ou as consequências desses crimes.

Tendências/variações na criminalidade violenta (análise qualitativa)

3. Selecione a opção que melhor corresponde, na sua perspetiva, às tendências/variações observadas em termos da gravidade dos crimes violentos praticados em Portugal. Solicita-se que forneça uma resposta para cada período temporal indicado: último ano, nos últimos 5 anos e nos últimos 10 anos. **Assinale** com um **x** no quadrado correspondente.

3.1 A gravidade dos crimes violentos praticados:

	No último ano	Nos últimos 5 anos	Nos últimos 10 anos
Aumentou (<i>todos</i>)			
Diminuiu (<i>todos</i>)			
Manteve-se constante (<i>todos</i>)			
Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros			
Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros			
Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros			
Desconheço			

3.2 Se indicou, para o último ano, aumento da gravidade em todos ou em alguns crimes violentos praticados, por favor, indique os 3 principais:

3.3 Se indicou, para o último ano, diminuição da gravidade em todos ou em alguns crimes violentos praticados, por favor, indique os 3 principais:

Antes de avançar, leia, por favor, o seguinte:

- 1 - Na próxima secção a atenção recai sobre como se poderá avaliar/medir a gravidade em cada crime violento. Como será possível comparar a gravidade entre por exemplo 30 homicídios? Ou entre 30 roubos? Ou entre 30 violações?
- 2 - Que indicadores/critérios devem ser utilizados para efetuar essa comparação/avaliação da gravidade entre ocorrências de um mesmo tipo de crime violento (avaliação intra-crimes)?
- 3- A gravidade dos crimes violentos é aqui entendida no sentido da "carga de violência" envolvida no cometimento dos crimes e/ou as consequências desses crimes.
- 4 - A questão seguinte contempla um elenco de 48 indicadores a usar potencialmente para medir a gravidade dos crimes violentos, viabilizando comparações entre ocorrências de um mesmo tipo de crime violento.
- 5 – Alguns dos indicadores apresentados são quantitativos (ex.: número de..., nível de...), sendo que nestes casos a interpretação será no sentido de que quanto mais elevado for o valor do indicador maior será a gravidade.

IV. Medição da gravidade dos crimes violentos

4. Abaixo encontra um elenco de 48 indicadores, a usar potencialmente para medir a gravidade em cada crime violento, por favor, indique para cada um deles o seu nível de relevância para o efeito, em que **1= Relevância mínima e 6 = Relevância máxima. Assinale** com um **x** no quadrado correspondente.

Solicita-se que utilize os vários níveis de resposta, classificando um máximo de 10-15 itens no mesmo nível.

		Relevância Mínima= 1 Relevância máxima=6					
Indicador		1	2	3	4	5	6
1	Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde						
2	Número de ofensores que praticaram o crime						
3	Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido						
4	Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime						
5	Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es)						
6	Em resultado do crime, vítima(s) ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanentemente						
7	Vítima especialmente vulnerável por se encontrar em situação em que não tem alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: tornar vítima dependente de drogas)						
8	Nível de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planeamento sofisticado						
9	Vítima indefesa (com menor capacidade para se defender) em função do modo como crime foi cometido ou meios empregues (ex.: administração de droga sedativa)						
10	Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima						
11	Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer , suicidar-se ou tentar suicidar-se						
12	Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem						
13	Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal						
14	Existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (ex.: ameaça de morte)						
15	Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave						
16	Existência de motivo torpe ou fútil (ex: avidez/prazer de matar/causar sofrimento/excitação/satisfação do instinto sexual)						
17	Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)						
18	Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima						
19	Número de vítimas (mortais) no âmbito da ocorrência criminal						
20	Crime praticado contra ascendente, descendente, adotante ou adotado do ofensor						

		Relevância Mínima= 1 Relevância máxima=6					
Indicador		1	2	3	4	5	6
21	Crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal anterior visando o ofensor (ex.: testemunha, juiz, procurador, advogado, polícia).						
22	Ser praticado contra cônjuge, ex-cônjuge, com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau						
23	Utilização de arma de fogo						
24	Ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente)						
25	Utilização desproporcionada de meios para atingir o fim						
26	Utilização de arma(s) branca(s) ou outro instrumento perigoso						
27	Número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo no âmbito da ocorrência						
28	Utilização de violência de forma “gratuita”						
29	Ser praticado contra pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho)						
30	Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida						
31	Número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização						
32	Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ficou em difícil situação económica						
33	Ocorrência ser presenciada por menor(es)						
34	Existência de coabitação entre vítima e ofensor						
35	Nível de impacto no sentimento de insegurança da população						
36	Existência de relação de dependência ou subordinação (assistencial, educativa, laboral) da(s) vítima(s) face ao(s) ofensor(es)						
37	Nível de destruição/perturbação do local onde ocorreu o crime (ex: através da utilização de explosivos)						
38	Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima						
39	Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue						
40	Perturbação do Governo/Aplicação da Lei /Ordem pública						
41	Ocorrer na residência da(s) vítima(s)						
42	Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos)						
43	Ocorrer em local isolado (diminuindo hipóteses da vítima obter ajuda)						
44	Necessidade de recurso, por parte das forças e serviços de segurança a meios mais sofisticados para neutralizar situação (ex.: chamada de elementos especiais)						
45	Em resultado do crime, familiar(es) da(s) vítima(s) ficaram afetados de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida						
46	Aproveitamento/utilização da internet/redes sociais para cometer o crime						
47	Elevados custos (económicos) para a sociedade						
48	Crime praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, funcionário público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas.						
Outro indicador - indique qual: _____							

V. Políticas públicas - estratégias e medidas

5.1- Em sua opinião, o que poderá ser aperfeiçoado ao nível da definição/medição da criminalidade violenta?

5.2- Em sua opinião, o que poderá ser aperfeiçoado ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta?

5.3 Possui atualmente alguma preocupação especial no âmbito da criminalidade violenta? Se sim, indique qual:

5.4- Por favor, forneça outras informações ou sugestões que considere relevantes sobre o tema do presente estudo:

VI. Caracterização do/a respondente

Assinale com um x no quadrado correspondente.

6.1 Sexo: ☐ F ☐ M

6.2 Idade: _____

6.3 Habilitações literárias:

- ☐ Inferior ao 9º ano
- ☐ 9º ano
- ☐ 12º ano
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

6.4 Área de formação

- ☐ Direito ☐ Psicologia ☐ Sociologia ☐ Serviço Social
- ☐ Ciências Militares ☐ Administração e Gestão ☐ Engenharia ☐ Saúde
- ☐ Ciências Policiais ☐ Outra - Qual: _____

6.5 Enquadramento institucional:

- ☐ Magistratura judicial ☐ Magistratura do Ministério Público ☐ GNR
- ☐ PSP ☐ PJ ☐ SEF
- ☐ APAV

6.6 Qual a sua categoria profissional:

- ☐ Juiz/a de Direito ☐ Juiz/a Desembargador/a
- ☐ Procurador/a adjunto ☐ Procurador/a da República
- ☐ Procurador/a-Geral Adjunto/a
- ☐ Guarda da GNR ☐ Sargento da GNR ☐ Oficial da GNR
- ☐ Agente da PSP ☐ Chefe da PSP ☐ Oficial da PSP
- ☐ Inspetor/a da PJ ☐ Inspetor/a-Chefe da PJ
- ☐ Coordenador/a de Investigação Criminal da PJ
- ☐ Inspetor/a-adjunto/a do SEF ☐ Inspetor/a do SEF ☐ Inspetor/a superior do SEF
- ☐ Técnico/a de apoio à vítima (TAV) - Voluntário/a ☐ TAV - Estagiário/a
- ☐ TAV – Gestor/a

6.7 Se respondeu GNR ou PSP, por favor indique em que contexto exerce funções:

☐ Comando de posto/esquadra ☐ Investigação criminal ☐ NIAVE/EPAV

6.8 Distrito/Região onde exerce funções:

<input type="checkbox"/> Aveiro	<input type="checkbox"/> Coimbra	<input type="checkbox"/> Lisboa	<input type="checkbox"/> Viana do
<input type="checkbox"/> Beja	<input type="checkbox"/> Évora	<input type="checkbox"/> Portalegre	<input type="checkbox"/> Vila Real
<input type="checkbox"/> Braga	<input type="checkbox"/> Faro	<input type="checkbox"/> Porto	<input type="checkbox"/> Viseu
<input type="checkbox"/> Bragança	<input type="checkbox"/> Guarda	<input type="checkbox"/> Santarém	<input type="checkbox"/> R. A. Açores
<input type="checkbox"/> Castelo Branco	<input type="checkbox"/> Leiria	<input type="checkbox"/> Setúbal	<input type="checkbox"/> R. A. Madeira

6.9 Há quanto tempo exerce esta profissão? _____ (anos)

6.10 No âmbito das suas atuais funções, com que frequência lida com a criminalidade violenta?

☐ Diariamente ☐ Semanalmente ☐ Mensalmente ☐ Anualmente
☐ Não tenho contacto (há mais de 1 ano) ☐ Nunca contactei

6.11 Se lida frequentemente com a criminalidade violenta, indique se este contacto é sobretudo relativo a algum(ns) crime(s) em especial?

6.12 Endereço de correio eletrónico (facultativo): _____

O seu endereço de correio eletrónico poderá ser utilizado para efeitos de esclarecimento de alguma resposta fornecida e/ou para envio do resultado final deste estudo, caso manifeste o seu interesse.

Se pretender receber um exemplar (via e-mail) da versão final deste estudo, por favor assinale:

☐ Sim pretendo receber um exemplar digital da versão final do estudo

Muito obrigada!

APÊNDICE 5 – DESCRIÇÃO DOS CRIMES (APÊNDICE DO QUESTIONÁRIO)

CRIMINALIDADE VIOLENTA: DA SUA MEDIÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA INTERNA – QUESTIONÁRIO (DOCUMENTO DE APOIO)⁴¹⁰

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO PENAL			
1	131.º	Homicídio	Quem matar outra pessoa é punido com pena de prisão de 8 a 16 anos.
2	132.º	Homicídio qualificado	<p>1 - Se a morte for produzida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade, o agente é punido com pena de prisão de doze a vinte e cinco anos.</p> <p>2 - É susceptível de revelar a especial censurabilidade ou perversidade a que se refere o número anterior, entre outras, a circunstância de o agente:</p> <p>a) Ser descendente ou ascendente, adoptado ou adoptante, da vítima;</p> <p>b) Praticar o facto contra cônjuge, ex-cônjuge, pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação, ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau;</p> <p>c) Praticar o facto contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez;</p> <p>d) Empregar tortura ou acto de crueldade para aumentar o sofrimento da vítima;</p> <p>e) Ser determinado por averse, pelo prazer de matar ou de causar sofrimento, para excitação ou para satisfação do instinto sexual ou por qualquer motivo torpe ou fútil;</p> <p>f) Ser determinado por ódio racial, religioso, político ou gerado pela cor, origem étnica ou nacional, pelo sexo, pela orientação sexual ou pela identidade de género da vítima;</p> <p>g) Ter em vista preparar, facilitar, executar ou encobrir um outro crime, facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do agente de um crime;</p> <p>h) Praticar o facto juntamente com, pelo menos, mais duas pessoas ou utilizar meio particularmente perigoso ou que se traduza na prática de crime de perigo comum;</p> <p>i) Utilizar veneno ou qualquer outro meio insidioso;</p> <p>j) Agir com frieza de ânimo, com reflexão sobre os meios empregados ou ter persistido na intenção de matar por mais de vinte e quatro horas;</p> <p>l) Praticar o facto contra membro de órgão de soberania, do Conselho de Estado, Representante da República, magistrado, membro de órgão do governo próprio das regiões autónomas, Provedor de Justiça, membro de órgão das autarquias locais ou de serviço ou organismo que exerça autoridade pública, comandante de força pública, jurado, testemunha, advogado, solicitador, agente de execução, administrador judicial, todos os que exerçam funções no âmbito de procedimentos de resolução extrajudicial de conflitos, agente das forças ou serviços de segurança, funcionário público, civil ou militar, agente de força pública ou cidadão encarregado de serviço público, docente, examinador ou membro de comunidade escolar, ou ministro de culto religioso, juiz ou árbitro desportivo sob a jurisdição das federações desportivas, no exercício das suas funções ou por causa delas;</p> <p>m) Ser funcionário e praticar o facto com grave abuso de autoridade.</p>
3	133.º	Homicídio privilegiado	Quem matar outra pessoa dominado por compreensível emoção violenta, compaixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, que diminuam sensivelmente a sua culpa, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.
4	134.º	Incitamento ou ajuda ao suicídio	<p>1 - Quem incitar outra pessoa a suicidar-se, ou lhe prestar ajuda para esse fim, é punido com pena de prisão até 3 anos, se o suicídio vier efectivamente a ser tentado ou a consumir-se.</p> <p>2 - Se a pessoa incitada ou a quem se presta ajuda for menor de 16 anos ou tiver, por qualquer motivo, a sua capacidade de valoração ou de determinação sensivelmente diminuída, o agente é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.</p>
5	136.º	Infanticídio	A mãe que matar o filho durante ou logo após o parto e estando ainda sob a sua influência perturbadora, é punida com pena de prisão de 1 a 5 anos.
6	137.º	Homicídio por negligência	<p>1 - Quem matar outra pessoa por negligência é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.</p> <p>2 - Em caso de negligência grosseira, o agente é punido com pena de prisão até 5 anos.</p>
7	138.º	Exposição ou abandono	<p>1 - Quem colocar em perigo a vida de outra pessoa:</p> <p>a) Expondo-a em lugar que a sujeite a uma situação de que ela, só por si, não possa defender-se; ou</p> <p>b) Abandonando-a sem defesa, sempre que ao agente coubesse o dever de a guardar, vigiar ou assistir;</p> <p>é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.</p> <p>2 - Se o facto for praticado por ascendente ou descendente, adoptante ou adoptado da vítima, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos.</p> <p>3 - Se do facto resultar:</p> <p>a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos;</p> <p>b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.</p>
8	140.º	Aborto	<p>(Ver abaixo art.º 142.º do Código Penal- Interrupção da gravidez não punível)</p> <p>1 - Quem, por qualquer meio e sem consentimento da mulher grávida, a fizer abortar é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.</p> <p>2 - Quem, por qualquer meio e com consentimento da mulher grávida, a fizer abortar é punido</p>

⁴¹⁰ Fonte: Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL). Legislação. www.pgdlisboa.pt

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
			com pena de prisão até 3 anos. 3 - A mulher grávida que der consentimento ao aborto praticado por terceiro, ou que, por facto próprio ou alheio, se fizer abortar, é punida com pena de prisão até 3 anos.
	141.º	Aborto agravado	<i>(Ver abaixo art.º 142.º do Código Penal- Interrupção da gravidez não punível)</i> 1 - Quando do aborto ou dos meios empregados resultar a morte ou uma ofensa à integridade física grave da mulher grávida, os limites da pena aplicável àquele que a fizer abortar são aumentados de um terço. 2 - A agravação é igualmente aplicável ao agente que se dedicar habitualmente à prática de aborto punível nos termos dos n.os 1 ou 2 do artigo anterior ou o realizar com intenção lucrativa
-	142.º	<i>Interrupção da gravidez não punível</i>	<i>1 - Não é punível a interrupção da gravidez efectuada por médico, ou sob a sua direcção, em estabelecimento de saúde oficial ou oficialmente reconhecido e com o consentimento da mulher grávida, quando:</i> <i>a) Constituir o único meio de remover perigo de morte ou de grave e irreversível lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida;</i> <i>b) Se mostrar indicada para evitar perigo de morte ou de grave e duradoura lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida e for realizada nas primeiras 12 semanas de gravidez;</i> <i>c) Houver seguros motivos para prever que o nascituro virá a sofrer, de forma incurável, de grave doença ou malformação congénita, e for realizada nas primeiras 24 semanas de gravidez, excepcionando-se as situações de fetos inviáveis, caso em que a interrupção poderá ser praticada a todo o tempo;</i> <i>d) A gravidez tenha resultado de crime contra a liberdade e autodeterminação sexual e a interrupção for realizada nas primeiras 16 semanas.</i> <i>e) For realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez.</i> <i>2 - A verificação das circunstâncias que tornam não punível a interrupção da gravidez é certificada em atestado médico, escrito e assinado antes da intervenção por médico diferente daquele por quem, ou sob cuja direcção, a interrupção é realizada, sem prejuízo do disposto no número seguinte.</i> <i>3 - Na situação prevista na alínea e) do n.º 1, a certificação referida no número anterior circunscreve-se à comprovação de que a gravidez não excede as 10 semanas.</i> <i>4 - O consentimento é prestado:</i> <i>a) Nos casos referidos nas alíneas a) a d) do n.º 1, em documento assinado pela mulher grávida ou a seu rogo e, sempre que possível, com a antecedência mínima de três dias relativamente à data da intervenção;</i> <i>b) No caso referido na alínea e) do n.º 1, em documento assinado pela mulher grávida ou a seu rogo, o qual deve ser entregue no estabelecimento de saúde até ao momento da intervenção e sempre após um período de reflexão não inferior a três dias a contar da data da realização da primeira consulta destinada a facultar à mulher grávida o acesso à informação relevante para a formação da sua decisão livre, consciente e responsável.</i> <i>5 - No caso de a mulher grávida ser menor de 16 anos ou psiquicamente incapaz, respectiva e sucessivamente, conforme os casos, o consentimento é prestado pelo representante legal, por ascendente ou descendente ou, na sua falta, por quaisquer parentes da linha colateral.</i> <i>6 - Se não for possível obter o consentimento nos termos dos números anteriores e a efectivação da interrupção da gravidez se revestir de urgência, o médico decide em consciência face à situação, socorrendo-se, sempre que possível, do parecer de outro ou outros médicos.</i> <i>7 - Para efeitos do disposto no presente artigo, o número de semanas de gravidez é comprovado ecograficamente ou por outro meio adequado de acordo com as regras artís.</i>
9	143.º	Ofensa à integridade física simples	1 - Quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa. 2 - O procedimento criminal depende de queixa, salvo quando a ofensa seja cometida contra agentes das forças e serviços de segurança, no exercício das suas funções ou por causa delas. 3 - O tribunal pode dispensar de pena quando: a) Tiver havido lesões recíprocas e se não tiver provado qual dos contendores agrediu primeiro; ou b) O agente tiver unicamente exercido retorsão sobre o agressor.
10	144.º	Ofensa à integridade física grave	Quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa de forma a: a) Privá-lo de importante órgão ou membro, ou a desfigurá-lo grave e permanentemente; b) Tirar-lhe ou afectar-lhe, de maneira grave, a capacidade de trabalho, as capacidades intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem; c) Provocar-lhe doença particularmente dolorosa ou permanente, ou anomalia psíquica grave ou incurável; ou d) Provocar-lhe perigo para a vida; é punido com pena de prisão de dois a dez anos.
11	144-A.º	Mutilação genital feminina	1 - Quem mutilar genitalmente, total ou parcialmente, pessoa do sexo feminino através de clitoridectomia, de infibulação, de excisão ou de qualquer outra prática lesiva do aparelho genital feminino por razões não médicas é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos. 2 - Os atos preparatórios do crime previsto no número anterior são punidos com pena de prisão até 3 anos.
12	145.º	Ofensa à integridade física qualificada	1 - Se as ofensas à integridade física forem produzidas em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade do agente, este é punido: a) Com pena de prisão até quatro anos no caso do artigo 143.º; b) Com pena de prisão de 1 a 5 anos no caso do n.º 2 do artigo 144.º-A; c) Com pena de prisão de 3 a 12 anos no caso do artigo 144.º e do n.º 1 do artigo 144.º-A. 2 - São susceptíveis de revelar a especial censurabilidade ou perversidade do agente, entre outras, as circunstâncias previstas no n.º 2 do artigo 132.º
13	152.º	Violência	1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
		doméstica	<p>corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:</p> <p>a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;</p> <p>b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;</p> <p>c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou</p> <p>d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;</p> <p>é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.</p> <p>3 - Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:</p> <p>a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;</p> <p>b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.</p> <p>4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.</p> <p>5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.</p> <p>6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos.</p>
14	152.º- A	Maus tratos	<p>1 - Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direcção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e:</p> <p>a) Lhe infligir, de modo reiterado ou não, maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, ou a tratar cruelmente;</p> <p>b) A empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas; ou</p> <p>c) A sobrecarregar com trabalhos excessivos;</p> <p>é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>2 - Se dos factos previstos no número anterior resultar:</p> <p>a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;</p> <p>b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.</p>
15	152.º- B.	Violação de regras de segurança	<p>1 - Quem, não observando disposições legais ou regulamentares, sujeitar trabalhador a perigo para a vida ou a perigo de grave ofensa para o corpo ou a saúde, é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>2 - Se o perigo previsto no número anterior for criado por negligência o agente é punido com pena de prisão até três anos.</p> <p>3 - Se dos factos previstos nos números anteriores resultar ofensa à integridade física grave o agente é punido:</p> <p>a) Com pena de prisão de dois a oito anos no caso do n.º 1;</p> <p>b) Com pena de prisão de um a cinco anos no caso do n.º 2.</p> <p>4 - Se dos factos previstos nos n.os 1 e 2 resultar a morte o agente é punido:</p> <p>a) Com pena de prisão de três a dez anos no caso do n.º 1;</p> <p>b) Com pena de prisão de dois a oito anos no caso do n.º 2.</p>
16	154.º- B	Casamento forçado	<p>Quem constranger outra pessoa a contrair casamento ou união equiparável à do casamento é punido com pena de prisão até 5 anos.</p>
17	158.º	Sequestro	<p>1 - Quem detiver, prender, mantiver presa ou detida outra pessoa ou de qualquer forma a privar da liberdade é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.</p> <p>2 - O agente é punido com pena de prisão de dois a dez anos se a privação da liberdade:</p> <p>a) Durar por mais de dois dias;</p> <p>b) For precedida ou acompanhada de ofensa à integridade física grave, tortura ou outro tratamento cruel, degradante ou desumano;</p> <p>c) For praticada com o falso pretexto de que a vítima sofria de anomalia psíquica;</p> <p>d) Tiver como resultado suicídio ou ofensa à integridade física grave da vítima;</p> <p>e) For praticada contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez;</p> <p>f) For praticada contra uma das pessoas referidas na alínea l) do n.º 2 do artigo 132.º, no exercício das suas funções ou por causa delas;</p> <p>g) For praticada mediante simulação de autoridade pública ou por funcionário com grave abuso de autoridade.</p> <p>3 - Se da privação da liberdade resultar a morte da vítima o agente é punido com pena de prisão de três a quinze anos.</p>
18	159.º	Escravidão	<p>Quem:</p> <p>a) Reduzir outra pessoa ao estado ou à condição de escravo; ou</p> <p>b) Alienar, ceder ou adquirir pessoa ou dela se apossar com a intenção de a manter na situação prevista na alínea anterior;</p> <p>é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.</p>
19	160.º	Tráfico de pessoas	<p>1 - Quem oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicância, a</p>

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
			<p>escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas:</p> <p>a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;</p> <p>b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;</p> <p>c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;</p> <p>d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou</p> <p>e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima;</p> <p>é punido com pena de prisão de três a dez anos.</p> <p>2 - A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, recrutar, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicância, a escravidão, a extração de órgãos, a adoção ou a exploração de outras atividades criminosas.</p> <p>3 - No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos.</p> <p>4 - As penas previstas nos números anteriores são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a conduta neles referida:</p> <p>a) Tiver colocado em perigo a vida da vítima;</p> <p>b) Tiver sido cometida com especial violência ou tenha causado à vítima danos particularmente graves;</p> <p>c) Tiver sido cometida por um funcionário no exercício das suas funções;</p> <p>d) Tiver sido cometida no quadro de uma associação criminosa; ou</p> <p>e) Tiver como resultado o suicídio da vítima.</p> <p>5 - Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.</p> <p>6 - Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos n.os 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>7 - Quem reter, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos n.os 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>8 - O consentimento da vítima dos crimes previstos nos números anteriores não exclui em caso algum a ilicitude do facto.</p>
20	161.º	Rapto	<p>1 - Quem, por meio de violência, ameaça ou astúcia, raptar outra pessoa com a intenção de:</p> <p>a) Submeter a vítima a extorsão;</p> <p>b) Cometer crime contra a liberdade e autodeterminação sexual da vítima;</p> <p>c) Obter resgate ou recompensa; ou</p> <p>d) Constranger a autoridade pública ou um terceiro a uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade;</p> <p>é punido com pena de prisão de dois a oito anos.</p> <p>2 - Se no caso se verificarem as situações previstas:</p> <p>a) No n.º 2 do artigo 158.º, o agente é punido com pena de prisão de três a quinze anos;</p> <p>b) No n.º 3 do artigo 158.º, o agente é punido com pena de prisão de oito a dezasseis anos.</p> <p>3 - Se o agente renunciar voluntariamente à sua pretensão e libertar a vítima, ou se esforçar seriamente por o conseguir, a pena pode ser especialmente atenuada.</p>
21	162.º	Tomada de reféns	<p>1 - Quem, com intenção de realizar finalidades políticas, ideológicas, filosóficas ou confessionais, sequestrar ou raptar outra pessoa, ameaçando matá-la, infligir-lhe ofensas à integridade física graves ou mantê-la detida, visando desta forma constranger um Estado, uma organização internacional, uma pessoa colectiva, um agrupamento de pessoas ou uma pessoa singular a uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade, é punido com pena de prisão de dois a dez anos.</p> <p>2 - É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo anterior.</p> <p>3 - Quem se aproveitar da tomada de reféns cometida por outrem, com a intenção e para as finalidades de constrangimento referidas no n.º 1, é punido com as penas previstas nos números anteriores.</p> <p>4 - É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo anterior.</p>
22	163.º	Coação sexual	<p>1 - Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, acto sexual de relevo é punido com pena de prisão de um a oito anos.</p> <p>2 - Quem, por meio não compreendido no número anterior, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar ato sexual de relevo, consigo ou com outrem, é punido com pena de prisão até 5 anos.</p>
23	164.º	Violação	<p>1 - Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa:</p> <p>a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou</p> <p>b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos;</p> <p>é punido com pena de prisão de três a dez anos.</p> <p>2 - Quem, por meio não compreendido no número anterior, constranger outra pessoa:</p> <p>a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou</p> <p>b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos;</p> <p>é punido com pena de prisão de 1 a 6 anos.</p>

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
24	165.º	Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência	1 - Quem praticar acto sexual de relevo com pessoa inconsciente ou incapaz, por outro motivo, de opor resistência, aproveitando-se do seu estado ou incapacidade, é punido com pena de prisão de seis meses a oito anos. 2 - Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos, o agente é punido com pena de prisão de dois a dez anos.
24	166.º	Abuso sexual de pessoa internada	1 - Quem, aproveitando-se das funções ou do lugar que, a qualquer título, exerce ou detém em: a) Estabelecimento onde se executem reacções criminais privativas da liberdade; b) Hospital, hospício, asilo, clínica de convalescença ou de saúde, ou outro estabelecimento destinado a assistência ou tratamento; ou c) Estabelecimento de educação ou correcção; praticar acto sexual de relevo com pessoa que aí se encontre internada e que de qualquer modo lhe esteja confiada ou se encontre ao seu cuidado é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos. 2 - Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos, o agente é punido com pena de prisão de um a oito anos.
25	168.º	Procriação artificial não consentida	Quem praticar acto de procriação artificial em mulher, sem o seu consentimento, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.
26	169.º	Lenocínio	1 - Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos. 2 - Se o agente cometer o crime previsto no número anterior: a) Por meio de violência ou ameaça grave; b) Através de ardil ou manobra fraudulenta; c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho; ou d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; é punido com pena de prisão de um a oito anos.
27	171.º	Abuso sexual de crianças	1 - Quem praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos. 2 - Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos. 3 - Quem: a) Importunar menor de 14 anos, praticando acto previsto no artigo 170.º; ou b) Actuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa, escrito, espectáculo ou objecto pornográficos; c) Aliciar menor de 14 anos a assistir a abusos sexuais ou a atividades sexuais; é punido com pena de prisão até três anos. 4 - Quem praticar os actos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos. 5 - A tentativa é punível.
28	172.º	Abuso sexual de menores dependentes	1 - Quem praticar ou levar a praticar acto descrito nos n.os 1 ou 2 do artigo anterior, relativamente a menor entre 14 e 18 anos que lhe tenha sido confiada para educação ou assistência, é punido com pena de prisão de um a oito anos. 2 - Quem praticar acto descrito nas alíneas do n.º 3 do artigo anterior, relativamente a menor compreendido no número anterior deste artigo e nas condições aí descritas, é punido com pena de prisão até um ano. 3 - Quem praticar os atos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão até 5 anos. 4 - A tentativa é punível.
29	175.º	Lenocínio de menores	1 - Quem fomentar, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição de menor ou aliciar menor para esse fim é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos. 2 - Se o agente cometer o crime previsto no número anterior: a) Por meio de violência ou ameaça grave; b) Através de ardil ou manobra fraudulenta; c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho; d) Actuando profissionalmente ou com intenção lucrativa; ou e) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; é punido com pena de prisão de dois a dez anos.
30	176.º	Pornografia de menores	1 - Quem: a) Utilizar menor em espectáculo pornográfico ou o aliciar para esse fim; b) Utilizar menor em fotografia, filme ou gravação pornográficos, independentemente do seu suporte, ou o aliciar para esse fim; c) Produzir, distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder, a qualquer título ou por qualquer meio, os materiais previstos na alínea anterior; d) Adquirir ou detiver materiais previstos na alínea b) com o propósito de os distribuir,

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
			<p>importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder; é punido com pena de prisão de um a cinco anos.</p> <p>2 - Quem praticar os actos descritos no número anterior profissionalmente ou com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de um a oito anos.</p> <p>3 - Quem praticar os atos descritos nas alíneas a) e b) do n.º 1 recorrendo a violência ou ameaça grave é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.</p> <p>4 - Quem praticar os actos descritos nas alíneas c) e d) do n.º 1 utilizando material pornográfico com representação realista de menor é punido com pena de prisão até dois anos.</p> <p>5 - Quem, intencionalmente, adquirir, detiver, aceder, obtiver ou facilitar o acesso, através de sistema informático ou qualquer outro meio aos materiais referidos na alínea b) do n.º 1 é punido com pena de prisão até 2 anos.</p> <p>6 - Quem, presencialmente ou através de sistema informático ou qualquer outro meio, sendo maior, assistir ou facilitar acesso a espetáculo pornográfico envolvendo a participação de menores de 16 anos de idade é punido com pena de prisão até 3 anos.</p> <p>7 - Quem praticar os atos descritos nos n.os 5 e 6 com intenção lucrativa é punido com pena de prisão até 5 anos.</p> <p>8 - A tentativa é punível.</p>
31	210.º	Roubo	<p>1 - Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel ou animal alheios, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.</p> <p>2 - A pena é a de prisão de 3 a 15 anos se:</p> <p>a) Qualquer dos agentes produzir perigo para a vida da vítima ou lhe infligir, pelo menos por negligência, ofensa à integridade física grave; ou</p> <p>b) Se verificarem, singular ou cumulativamente, quaisquer requisitos referidos nos n.os 1 e 2 do artigo 204.º, sendo correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do mesmo artigo.</p> <p>3 - Se do facto resultar a morte de outra pessoa, o agente é punido com pena de prisão de 8 a 16 anos.</p>
	211.º	Violência depois da subtração	<p>As penas previstas no artigo anterior são, conforme os casos, aplicáveis a quem utilizar os meios previstos no mesmo artigo para, quando encontrado em flagrante delito de furto, conservar ou não restituir as coisas ou animais subtraídos.</p>
32	214.º	Dano com violência	<p>1 - Se os factos descritos nos artigos 212.º e 213.º forem praticados com violência contra uma pessoa, ou ameaça com perigo iminente para a vida ou a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, o agente é punido:</p> <p>a) No caso do artigo 212.º, com pena de prisão de 1 a 8 anos;</p> <p>b) No caso do artigo 213.º, com pena de prisão de 3 a 15 anos;</p> <p>c) Se do facto resultar a morte de outra pessoa, com pena de prisão de 8 a 16 anos.</p> <p>2 - As penas previstas no número anterior são aplicáveis a quem utilizar os meios nele previstos para, quando encontrado em flagrante delito de dano, continuar o acto criminoso</p>
33	223.º	Extorsão	<p>1 - Quem, com intenção de conseguir para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, constranger outra pessoa, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, a uma disposição patrimonial que acarrete, para ela ou para outrem, prejuízo é punido com pena de prisão até 5 anos.</p> <p>2 - Se a ameaça consistir na revelação, por meio da comunicação social, de factos que possam lesar gravemente a reputação da vítima ou de outra pessoa, o agente é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos.</p> <p>3 - Se se verificarem os requisitos referidos:</p> <p>a) Nas alíneas a), f) ou g) do n.º 2 do artigo 204.º, ou na alínea a) do n.º 2 do artigo 210.º, o agente é punido com pena de prisão de 3 a 15 anos;</p> <p>b) No n.º 3 do artigo 210.º, o agente é punido com pena de prisão de 8 a 16 anos.</p> <p>4 - O agente é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias se obtiver, como garantia de dívida e abusando da situação de necessidade de outra pessoa, documento que possa dar causa a procedimento criminal.</p>
34	287.º	Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros	<p>1 - Quem se apossar de, ou desviar da sua rota normal, aeronave em voo, ou navio em curso de navegação, nos quais se encontrem pessoas, é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.</p> <p>2 - Quem se apossar de comboio em circulação no qual se encontrem pessoas, ou o desviar do seu trajecto normal, é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos.</p> <p>3 - Quem se apossar de, ou desviar da sua rota normal, veículo de transporte coletivo de passageiros em trânsito é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.</p> <p>4 - Considera-se:</p> <p>a) Uma aeronave em voo desde o momento em que, terminado o embarque, tenham sido fechadas todas as portas exteriores até ao momento em que uma dessas portas seja aberta para o desembarque. Em caso de aterragem forçada o voo é considerado como estando a decorrer até que a autoridade competente se responsabilize pela aeronave, bem como pelas pessoas e bens a bordo;</p> <p>b) Um navio em curso de navegação desde o momento em que o pessoal de terra ou a tripulação comecem as operações preparatórias de uma determinada viagem até à chegada a local de destino;</p> <p>c) Um comboio em curso de circulação desde o momento em que, terminado o embarque de passageiros, se inicia a marcha até ao momento em que deva ter lugar o desembarque.</p> <p>d) Um veículo de transporte coletivo de passageiros em trânsito desde o momento em que, terminado o embarque de passageiros, se inicia a marcha até ao momento em que deva ter lugar o desembarque</p>
35	288.º	Atentado à	<p>1 - Quem atentado contra a segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro:</p>

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
		segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro	<p>a) Destruindo, suprimindo, danificando ou tornando não utilizável instalação, material ou sinalização;</p> <p>b) Colocando obstáculo ao funcionamento ou circulação;</p> <p>c) Dando falso aviso ou sinal; ou</p> <p>d) Praticando acto do qual possa resultar desastre;</p> <p>é punido com pena de prisão de um a oito anos.</p> <p>2 - Se, através da conduta referida no número anterior, o agente criar perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, ou para bens patrimoniais alheios de valor elevado, é punido com pena de prisão de três a dez anos.</p> <p>3 - Se o perigo referido no número anterior for criado por negligência, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos.</p> <p>4 - Se a conduta referida no n.º 2 for praticada por negligência, o agente é punido com pena de prisão até cinco anos.</p>
36	289.º	Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro	<p>1 - Quem conduzir veículo destinado a transporte por ar, água ou caminho de ferro, não estando em condições de o fazer com segurança ou violando grosseiramente as regras de condução, e criar deste modo perigo para a vida ou para a integridade física de outrem ou para bens patrimoniais alheios de valor elevado, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.</p> <p>2 - Se o perigo referido no número anterior for criado por negligência, o agente é punido com pena de prisão até 5 anos.</p> <p>3 - Se a conduta referida no n.º 1 for praticada por negligência, o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.</p>
37	297.º	Instigação pública a um crime	<p>1 - Quem, em reunião pública, através de meio de comunicação social, por divulgação de escrito ou outro meio de reprodução técnica, provocar ou incitar à prática de um crime determinado é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>2 - É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 295.º</p>
	298.º	Apologia pública de um crime	<p>1 - Quem, em reunião pública, através de meio de comunicação social, por divulgação de escrito ou outro meio de reprodução técnica, recompensar ou louvar outra pessoa por ter praticado um crime, de forma adequada a criar perigo da prática de outro crime da mesma espécie, é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>2 - É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 295.º</p>
38	299.º	Associação criminosa	<p>1 - Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de um ou mais crimes é punido com pena de prisão de um a cinco anos.</p> <p>2 - Na mesma pena incorre quem fizer parte de tais grupos, organizações ou associações ou quem os apoiar, nomeadamente fornecendo armas, munições, instrumentos de crime, guarda ou locais para as reuniões, ou qualquer auxílio para que se recrutem novos elementos.</p> <p>3 - Quem chefiar ou dirigir os grupos, organizações ou associações referidos nos números anteriores é punido com pena de prisão de dois a oito anos.</p> <p>4 - As penas referidas podem ser especialmente atenuadas ou não ter lugar a punição se o agente impedir ou se esforçar seriamente por impedir a continuação dos grupos, organizações ou associações, ou comunicar à autoridade a sua existência de modo a esta poder evitar a prática de crimes.</p> <p>5 - Para os efeitos do presente artigo, considera-se que existe grupo, organização ou associação quando esteja em causa um conjunto de, pelo menos, três pessoas, actuando concertadamente durante um certo período de tempo.</p>
39	302.º	Participação em motim	<p>1 - Quem tomar parte em motim durante o qual forem cometidas colectivamente violências contra pessoas ou contra a propriedade é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>2 - Se o agente tiver provocado ou dirigido o motim, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.</p> <p>3 - O agente não é punido se se tiver retirado do motim por ordem ou admoestação da autoridade sem ter cometido ou provocado violência.</p>
	303.º	Participação em motim armado	<p>1 - Os limites mínimo e máximo das penas previstas nos n.os 1 e 2 do artigo anterior são elevados ao dobro se o motim for armado.</p> <p>2 - Considera-se armado o motim em que um dos intervenientes é portador de arma de fogo ostensiva, ou em que vários dos participantes são portadores de armas de fogo, ostensivas ou ocultas, ou de objectos, ostensivos ou ocultos, susceptíveis de serem utilizados como tal.</p> <p>3 - Para efeito do disposto no número anterior não se considera armado o motim:</p> <p>a) Em que as armas são trazidas acidentalmente e sem intenção de as utilizar; ou</p> <p>b) Quando os participantes que tragam armas imediatamente se retirarem ou forem expulsos.</p> <p>4 - Quem trazer arma sem conhecimento dos outros é punido como se efectivamente participasse em motim armado.</p> <p>5 - É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo anterior.</p>
40	347.º	Resistência e coacção sobre funcionário	<p>1 - Quem empregar violência, incluindo ameaça grave ou ofensa à integridade física, contra funcionário ou membro das Forças Armadas, militarizadas ou de segurança, para se opor a que ele pratique ato relativo ao exercício das suas funções, ou para o constranger a que pratique ato relativo ao exercício das suas funções, mas contrário aos seus deveres, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.</p> <p>2 - A mesma pena é aplicável a quem desobedecer ao sinal de paragem e dirigir contra funcionário ou membro das Forças Armadas, militarizadas ou de segurança, veículo, com ou sem motor, que conduza em via pública ou equiparada, ou embarcação, que pilote em águas interiores fluviais ou marítimas, para se opor a que ele pratique acto relativo ao exercício das</p>

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
			suas funções, ou para o constranger a que pratique acto relativo ao exercício das suas funções, mas contrário aos seus deveres, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.
41	349.º	Tirada de presos	Quem: a) Por meio de violência, ameaça ou artifício, libertar pessoa legalmente privada da liberdade; ou b) Instigar, promover ou, por qualquer forma, auxiliar a evasão de pessoa legalmente privada da liberdade; é punido com pena de prisão até 5 anos
	350.º	Auxílio de funcionário à evasão	1 - O funcionário encarregado da guarda de pessoa legalmente privada da liberdade que a libertar, deixar evadir, ou facilitar, promover ou, por qualquer forma, auxiliar a sua evasão é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos. 2 - O funcionário que, não sendo encarregado da guarda, estiver obrigado, em virtude da função que desempenha, a exercer vigilância sobre pessoa legalmente privada da liberdade ou a impedir a sua evasão e praticar a conduta referida no número anterior é punido com pena de prisão até 5 anos.
42	354.º	Motim de presos	Os presos, detidos ou internados que se amotinarem e, concertando as suas forças: a) Atacarem funcionário legalmente encarregado da sua guarda, tratamento ou vigilância, ou o constrangerem, por meio de violência ou ameaça de violência, a praticar acto ou a abster-se de o praticar; ou b) Promoverem a sua evasão ou a evasão de terceiro; são punidos com pena de prisão de 1 a 8 anos.
43	355.º	Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público	Quem destruir, danificar ou inutilizar, total ou parcialmente, ou, por qualquer forma, subtrair ao poder público a que está sujeito, documento ou outro objeto móvel, bem como coisa ou animal que tiverem sido arrestados, apreendidos ou objeto de providência cautelar, é punido com pena de prisão até 5 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
CRIMES PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO AVULSA			
Lei de combate ao Terrorismo- Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto			
44	2.º	Organizações terroristas	1 - Considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante: a) Crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas; b) Crime contra a segurança dos transportes e das comunicações, incluindo as informáticas, telegráficas, telefónicas, de rádio ou de televisão; c) Crime de produção dolosa de perigo comum, através de incêndio, explosão, libertação de substâncias radioactivas ou de gases tóxicos ou asfixiantes, de inundação ou avalanche, desmoronamento de construção, contaminação de alimentos e águas destinadas a consumo humano ou difusão de doença, praga, planta ou animal nocivos; d) Actos que destruam ou que impossibilitem o funcionamento ou desviem dos seus fins normais, definitiva ou temporariamente, total ou parcialmente, meios ou vias de comunicação, instalações de serviços públicos ou destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população; e) Investigação e desenvolvimento de armas biológicas ou químicas; «f) Crimes que impliquem o emprego de energia nuclear, armas de fogo, biológicas ou químicas, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas; sempre que, pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes crimes sejam susceptíveis de afectar gravemente o Estado ou a população que se visa intimidar. 2 - Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação terrorista, a eles aderir ou os apoiar, nomeadamente através do fornecimento de informações ou meios materiais, é punido com pena de prisão de 8 a 15 anos. 3 - Quem chefiar ou dirigir grupo, organização ou associação terrorista é punido com pena de prisão de 15 a 20 anos. 4 - Quem praticar actos preparatórios da constituição de grupo, organização ou associação terrorista é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos. 5 - A pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
			provocado ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.
	3.º	Outras organizações terroristas	1 - Aos grupos, organizações e associações previstas no n.º 1 do artigo anterior são equiparados os agrupamentos de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem, mediante a prática dos factos aí descritos, prejudicar a integridade ou a independência de um Estado, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições desse Estado ou de uma organização pública internacional, forçar as respectivas autoridades a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certos grupos de pessoas ou populações. 2 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 2 a 5 do artigo anterior.
	4.º	Terrorismo	1 - Quem praticar os factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos, ou com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se for igual ou superior àquela, não podendo a pena aplicada exceder o limite referido no n.º 2 do artigo 41.º do Código Penal. 2 - Quem praticar crime de furto qualificado, roubo, extorsão, burla informática e nas comunicações, falsidade informática, ou falsificação de documento com vista ao cometimento dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, é punido com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo. 3 - Quem, por qualquer meio, difundir mensagem ao público incitando à prática dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos. 4 - Quando os factos previstos no número anterior forem praticados por meio de comunicação eletrónica, acessíveis por Internet, o agente é punido com pena de prisão de 1 a 6 anos. 5 - Quem, com o propósito de ser recrutado para a prática dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, aceder ou obtiver acesso, através de sistema informático ou por qualquer outro meio, às mensagens aludidas no n.º 3 e delas fizer uso na prática dos respetivos atos preparatórios, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa até 360 dias. 6 - Quem, por qualquer meio, recrutar outrem para a prática dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos. 7 - Quem, por qualquer meio, treinar ou instruir outrem sobre o fabrico ou a utilização de explosivos, armas de fogo ou outras armas e substâncias nocivas ou perigosas, ou sobre outros métodos e técnicas específicos para a prática dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos. 8 - Quem, em reunião pública, através de meio de comunicação social, por divulgação de escrito ou outro meio de reprodução técnica, recompensar ou louvar outra pessoa, grupo, organização ou associação pela prática dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, de forma adequada a criar perigo da prática de outro crime da mesma espécie, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias. 9 - Quando os factos previstos no número anterior forem praticados por meios de comunicação eletrónica, acessíveis por Internet, o agente é punido com pena de prisão até 4 anos ou com pena de multa até 480 dias. 10 - Quem, por qualquer meio, viajar ou tentar viajar para um território diferente do seu Estado de residência ou nacionalidade, com vista ao treino, apoio logístico ou instrução de outrem para a prática de factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão até 5 anos. 11 - Quem, por qualquer meio, viajar ou tentar viajar para um território diferente do seu Estado de residência ou nacionalidade, com vista à adesão a uma organização terrorista ou ao cometimento de factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão até 5 anos. 12 - Quem organizar, financiar ou facilitar a viagem ou tentativa de viagem previstas nos números anteriores, é punido com pena de prisão até 4 anos. 13 - A pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado, impedir que o resultado que a lei quer evitar se verifique, ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.
	5.º	Terrorismo internacional	1 - Quem praticar os factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º com a intenção referida no n.º 1 do artigo 3.º é punido com a pena de 2 a 10 anos, ou com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se for igual ou superior àquela. 2 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 2 a 13 do artigo anterior.
Lei de “estrangeiros” - Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional - Lei n.º 23/2007, de 4 de julho			
45	183.º	Auxílio à imigração ilegal	1 - Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional é punido com pena de prisão até três anos. 2 - Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada, a permanência ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional, com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de um a cinco anos. 3 - Se os factos forem praticados mediante transporte ou manutenção do cidadão estrangeiro em condições desumanas ou degradantes ou pondo em perigo a sua vida ou causando-lhe ofensa grave à integridade física ou a morte, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos. 4 - A tentativa é punível. 5 - As penas aplicáveis às entidades referidas no n.º 1 do artigo 182.º são as de multa, cujos

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
			limites mínimo e máximo são elevados ao dobro, ou de interdição do exercício da atividade de um a cinco anos.
	184.º	Associação de auxílio à imigração ilegal	<p>1 - Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou atividade seja dirigida à prática dos crimes previstos no artigo anterior é punido com pena de prisão de um a seis anos.</p> <p>2 - Incorre na mesma pena quem fizer parte de tais grupos, organizações ou associações, bem como quem os apoiar ou prestar auxílio para que se recrutem novos elementos.</p> <p>3 - Quem chefiar ou dirigir os grupos, organizações ou associações mencionados nos números anteriores é punido com pena de prisão de dois a oito anos.</p> <p>4 - A tentativa é punível.</p> <p>5 - As penas aplicáveis às entidades referidas no n.º 1 do artigo 182.º são as de multa, cujos limites mínimo e máximo são elevados ao dobro, ou de interdição do exercício da atividade de um a cinco anos.</p>
Lei da “droga” - Regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. - DL n.º 15/93, de 22 de janeiro			
46	21.º	Tráfico e outras atividades ilícitas	<p>1 - Quem, sem para tal se encontrar autorizado, cultivar, produzir, fabricar, extrair, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder ou por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar, importar, exportar, fizer transitar ou ilicitamente detiver, fora dos casos previstos no artigo 40.º, plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a III é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos.</p> <p>2 - Quem, agindo em contrário de autorização concedida nos termos do capítulo II, ilicitamente ceder, introduzir ou diligenciar por que outrem introduza no comércio plantas, substâncias ou preparações referidas no número anterior é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.</p> <p>3 - Na pena prevista no número anterior incorre aquele que cultivar plantas, produzir ou fabricar substâncias ou preparações diversas das que constam do título de autorização.</p> <p>4 - Se se tratar de substâncias ou preparações compreendidas na tabela IV, a pena é a de prisão de um a cinco anos.</p>
	22.º	Precursores	<p>1 - Quem, sem se encontrar autorizado, fabricar, importar, exportar, transportar ou distribuir equipamento, materiais ou substâncias inscritas nas tabelas V e VI, sabendo que são ou vão ser utilizados no cultivo, produção ou fabrico ilícitos de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos.</p> <p>2 - Quem, sem se encontrar autorizado, detiver, a qualquer título, equipamento, materiais ou substâncias inscritas nas tabelas V e VI, sabendo que são ou vão ser utilizados no cultivo, produção ou fabrico ilícitos de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.</p> <p>3 - Quando o agente seja titular de autorização nos termos do capítulo II, é punido:</p> <p>a) No caso do n.º 1, com pena de prisão de 3 a 12 anos;</p> <p>b) No caso do n.º 2, com pena de prisão de dois a oito anos.</p>
	28.º	Associações criminosas	<p>1 - Quem promover, fundar ou financiar grupo, organização ou associação de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, vise praticar algum dos crimes previstos nos artigos 21.º e 22.º é punido com pena de prisão de 10 a 25 anos.</p> <p>2 - Quem prestar colaboração, directa ou indirecta, aderir ou apoiar o grupo, organização ou associação referidos no número anterior é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.</p> <p>3 - Incorre na pena de 12 a 25 anos de prisão quem chefiar ou dirigir grupo, organização ou associação referidos no n.º 1.</p> <p>4 - Se o grupo, organização ou associação tiver como finalidade ou actividade a conversão, transferência, dissimulação ou receptação de bens ou produtos dos crimes previstos nos artigos 21.º e 22.º, o agente é punido:</p> <p>a) Nos casos dos n.os 1 e 3, com pena de prisão de 2 a 10 anos;</p> <p>b) No caso do n.º 2, com pena de prisão de um a oito anos.</p>
Lei das armas - Regime jurídico das armas e suas munições - Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro			
47	86.º	Detenção de arma proibida e crime cometido com arma	<p>1 - Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, detiver, transportar, importar, transferir, guardar, comprar, adquirir a qualquer título ou por qualquer meio ou obtiver por fabrico, transformação, importação, transferência ou exportação, usar ou trazer consigo:</p> <p>a) Equipamentos, meios militares e material de guerra, arma biológica, arma química, arma radioativa ou suscetível de explosão nuclear, arma de fogo automática, arma longa semiautomática com a configuração de arma automática para uso militar ou das forças e serviços de segurança, explosivo civil, engenho explosivo civil, engenho explosivo ou incendiário improvisado, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos;</p> <p>b) Produtos ou substâncias que se destinem ou possam destinar, total ou parcialmente, a serem utilizados para o desenvolvimento, produção, manuseamento, accionamento, manutenção, armazenamento ou proliferação de armas biológicas, armas químicas ou armas radioactivas ou susceptíveis de explosão nuclear, ou para o desenvolvimento, produção, manutenção ou armazenamento de engenhos susceptíveis de transportar essas armas, é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos;</p> <p>c) Arma das classes B, B1, C e D, espingarda ou carabina facilmente desmontável em componentes de reduzida dimensão com vista à sua dissimulação, espingarda não modificada de cano de alma lisa inferior a 46 cm, arma de fogo dissimulada sob a forma de outro objecto, ou arma de fogo transformada ou modificada, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos ou com pena de multa até 600 dias;</p>

N.º no Questi- onário	Art.º	Epígrafe	Descritivo
			<p>d) Arma da classe E, arma branca dissimulada sob a forma de outro objeto, faca de abertura automática, estilete, faca de borboleta, faca de arremesso, estrela de lançar, boxers, outras armas brancas ou engenhos ou instrumentos sem aplicação definida que possam ser usados como arma de agressão e o seu portador não justifique a sua posse, aerossóis de defesa não constantes da alínea a) do n.º 7 do artigo 3.º, armas lançadoras de gases, bastão, bastão extensível, bastão elétrico, armas elétricas não constantes da alínea b) do n.º 7 do artigo 3.º, quaisquer engenhos ou instrumentos construídos exclusivamente com o fim de serem utilizados como arma de agressão, silenciador, partes essenciais da arma de fogo, artigos de pirotecnia, exceto os fogos-de-artifício de categoria 1, bem como munições de armas de fogo independentemente do tipo de projétil utilizado, é punido com pena de prisão até 4 anos ou com pena de multa até 480 dias.</p> <p>2 - A detenção de arma não registada ou manifestada, quando obrigatório, constitui, para efeitos do número anterior, detenção de arma fora das condições legais.</p> <p>3 - As penas aplicáveis a crimes cometidos com arma são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo, excepto se o porte ou uso de arma for elemento do respectivo tipo de crime ou a lei já previr agravação mais elevada para o crime, em função do uso ou porte de arma.</p> <p>4 - Para os efeitos previstos no número anterior, considera-se que o crime é cometido com arma quando qualquer participante traga, no momento do crime, arma aparente ou oculta prevista nas alíneas a) a d) do n.º 1, mesmo que se encontre autorizado ou dentro das condições legais ou prescrições da autoridade competente.</p> <p>5 - Em caso algum pode ser excedido o limite máximo de 25 anos da pena de prisão.</p>
48	87.º	Tráfico e mediação de armas	<p>1 - Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, vender, ceder a qualquer título ou por qualquer meio distribuir, mediar uma transacção ou, com intenção de transmitir a sua detenção, posse ou propriedade, adoptar algum dos comportamentos previstos no artigo anterior, envolvendo quaisquer equipamentos, meios militares e material de guerra, armas, engenhos, instrumentos, mecanismos, munições, substâncias ou produtos aí referidos, é punido com uma pena de 2 a 10 anos de prisão.</p> <p>2 - A pena referida no n.º 1 é de 4 a 12 anos de prisão se:</p> <p>a) O agente for funcionário incumbido da prevenção ou repressão de alguma das actividades ilícitas previstas nesta lei; ou</p> <p>b) Aquela coisa ou coisas se destinarem, com o conhecimento do agente, a grupos, organizações ou associações criminosas; ou</p> <p>c) O agente fizer daquelas condutas modo de vida.</p> <p>3 - A pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a sua punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado, impedir que o resultado que a lei quer evitar se verifique ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.</p>

APÊNDICE 6 - ENTREVISTAS REALIZADAS – ELENCO DE PARTICIPANTES

N.º Entrevista	Instituição	Nome	Cargo/Departamento (aquando da realização da entrevista)	Data de realização
E1	Ex-GNR	Major General Agostinho da Costa	Ex-Comandante Operacional da GNR. Membro do GRESI/GRES	2015
E2	CNPCJ	Juiz-conselheiro jubilado Armando Leandro	Presidente	2015
E3	PJ	Dr. Pedro do Carmo	Diretor Nacional Adjunto	2015
E4	APAV	Dr. João Lázaro	Presidente	2015
E5	U. Minho	Prof. Doutor Rui Abrunhosa	Professor	2015
E6	ISCSP ⁴¹¹ -Ex- MAI	Dr. Rui Pereira	Professor ISCSP e ex-Ministro da Administração Interna	2015
E7	U. Porto	Prof. Doutor Cândido da Agra	Professor catedrático jubilado. Diretor da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.	2016
E8	CPVC	Dr. Carlos Anjos	Presidente	2016
E9	DGPJ	Dr.ª M.ª João Costa	Diretora-geral adjunta	2016
E10	SSI	Dr.ª Helena Fazenda	Secretária-geral	2016
E11	CSM	Juiz de Direito Paulo Cunha	Adjunto do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros do Conselho Superior da Magistratura	2016
E12	PSP	Superintendente-Chefe José Ferreira de Oliveira	Diretor nacional adjunto	2016

⁴¹¹ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

N.º Entrevista	Instituição	Nome	Cargo/Departamento (aquando da realização da entrevista)	Data de realização
E13	GNR	Major Adriano Rocha	Direção de Informações	2016
E14	GNR	Tenente- Coronel Pedro Moleirinho	Centro de Comando e Controlo Operacional (CCCO)	2016
E15	GNR	Coronel Joaquim Vivas	Direção de Investigação Criminal	2016
E16	DGRSP	Dr. Manuel Gonçalves	Diretor de Serviços de Segurança	2016
E17	SEF	Dr.ª Luísa Maia Gonçalves	Diretora Nacional	2017
E18	APAV	Dr.ª Carla Ferreira	Técnica de Apoio à Vítima. Criminóloga. Gestora da rede CARE de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual e Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio. Porto.	2017
E19	APAV	Dr.ª Sónia Reis	Técnica de Apoio à Vítima. Psicóloga. Gestora da Linha de Apoio à vítima	2017
E20	APAV	Dr.ª Sofia Nunes	Técnica de Apoio à Vítima. Gestora da rede CARE de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual. Lisboa e Setúbal.	2017
E21	PGDL	Dr.ª Maria José Morgado	Procuradora-Geral Distrital de Lisboa	2017

APÊNDICE 7 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS – ANÁLISES CAPÍTULO 8

A7.1 ANÁLISE DESCRITIVA - PONTO 8.1

A7.1.1 – Análise descritiva (saídas SPSS) - Pontos 8.1.1 a 8.1.4

Online_papel (1=online; 2=papel)					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	1	630	96,8	96,8	96,8
	2	21	3,2	3,2	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

A7.1.1.1 Variáveis sóciodemográficas

6.1 Sexo					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Feminino	113	17,4	17,4	17,4
	Masculino	538	82,6	82,6	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

Estatísticas			
		6.2 Idade	6.9 Há quantos anos exerce esta profissão?
N	Válido	565	651
	Omisso	86	0
Média		41,88	17,196
Mediana		42,00	18,000
Desvio-padrão		7,527	7,9025
Mínimo		20	,0
Máximo		66	36,0

		6.2 Idade			
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	20	1	,2	,2	,2
	22	1	,2	,2	,4
	23	4	,6	,7	1,1
	24	1	,2	,2	1,2
	25	5	,8	,9	2,1
	26	3	,5	,5	2,7
	27	3	,5	,5	3,2
	28	5	,8	,9	4,1
	29	10	1,5	1,8	5,8
	30	7	1,1	1,2	7,1
	31	8	1,2	1,4	8,5
	32	10	1,5	1,8	10,3
	33	11	1,7	1,9	12,2
	34	24	3,7	4,2	16,5
	35	24	3,7	4,2	20,7
	36	15	2,3	2,7	23,4
	37	18	2,8	3,2	26,5
	38	22	3,4	3,9	30,4
	39	23	3,5	4,1	34,5
	40	35	5,4	6,2	40,7
	41	41	6,3	7,3	48,0
	42	32	4,9	5,7	53,6
	43	45	6,9	8,0	61,6
	44	23	3,5	4,1	65,7
	45	24	3,7	4,2	69,9
	46	26	4,0	4,6	74,5
	47	23	3,5	4,1	78,6
	48	12	1,8	2,1	80,7
	49	15	2,3	2,7	83,4
	50	14	2,2	2,5	85,8
	51	17	2,6	3,0	88,8
	52	15	2,3	2,7	91,5
	53	9	1,4	1,6	93,1
	54	10	1,5	1,8	94,9
	55	8	1,2	1,4	96,3
	56	4	,6	,7	97,0
	57	9	1,4	1,6	98,6
	58	4	,6	,7	99,3
	59	3	,5	,5	99,8
	66	1	,2	,2	100,0
	Total	565	86,8	100,0	
Omisso	Desconhecido	86	13,2		
Total		651	100,0		

Idade recodificada					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	20-24	7	1,1	1,2	1,2
	25-29	26	4,0	4,6	5,8
	30-34	60	9,2	10,6	16,5
	35-39	102	15,7	18,1	34,5
	40-44	176	27,0	31,2	65,7
	45-49	100	15,4	17,7	83,4
	50-54	65	10,0	11,5	94,9
	55-59	28	4,3	5,0	99,8
	65 ou mais	1	,2	,2	100,0
	Total	565	86,8	100,0	
Omisso	Sistema	86	13,2		
Total		651	100,0		

6.9 Há quantos anos exerce esta profissão?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não resposta/inválido	6	,9	,9	,9
	1,0	5	,8	,8	1,7
	1,5	3	,5	,5	2,2
	2,0	8	1,2	1,2	3,4
	3,0	8	1,2	1,2	4,6
	4,0	9	1,4	1,4	6,0
	5,0	24	3,7	3,7	9,7
	6,0	13	2,0	2,0	11,7
	7,0	16	2,5	2,5	14,1
	8,0	11	1,7	1,7	15,8
	9,0	7	1,1	1,1	16,9
	10,0	41	6,3	6,3	23,2
	11,0	20	3,1	3,1	26,3
	12,0	19	2,9	2,9	29,2
	13,0	19	2,9	2,9	32,1
	14,0	14	2,2	2,2	34,3
	15,0	27	4,1	4,1	38,4
	16,0	26	4,0	4,0	42,4
	17,0	40	6,1	6,1	48,5
	18,0	21	3,2	3,2	51,8
	19,0	28	4,3	4,3	56,1
	20,0	74	11,4	11,4	67,4
	21,0	27	4,1	4,1	71,6
	22,0	35	5,4	5,4	77,0
	23,0	21	3,2	3,2	80,2
	24,0	10	1,5	1,5	81,7
	25,0	25	3,8	3,8	85,6
	26,0	17	2,6	2,6	88,2
	27,0	8	1,2	1,2	89,4
	28,0	15	2,3	2,3	91,7
	29,0	8	1,2	1,2	92,9
	30,0	15	2,3	2,3	95,2
	31,0	8	1,2	1,2	96,5
	32,0	10	1,5	1,5	98,0
	33,0	6	,9	,9	98,9
	34,0	2	,3	,3	99,2
	35,0	3	,5	,5	99,7
	36,0	2	,3	,3	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

Tempo profissão recodificado					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Menos de 2 anos	14	2,2	2,2	2,2
	2-5	49	7,5	7,5	9,7
	6-9	47	7,2	7,2	16,9
	10-13	99	15,2	15,2	32,1
	14-17	107	16,4	16,4	48,5
	18-21	150	23,0	23,0	71,6
	22-25	91	14,0	14,0	85,6
	26-29	48	7,4	7,4	92,9
	30-33	39	6,0	6,0	98,9
	34 ou mais	7	1,1	1,1	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

6.3 Habilitações literárias					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	12.º ano	380	58,4	58,4	58,4
	9.º ano	71	10,9	10,9	69,3
	Bacharelato	5	,8	,8	70,0
	Doutoramento	3	,5	,5	70,5
	Licenciatura	120	18,4	18,4	88,9
	Mestrado	72	11,1	11,1	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

6.4 Área de formação					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Não resposta/inválido	454	69,7	69,7	69,7
	Ciências Militares	10	1,5	1,5	71,3
	Ciências Policiais	47	7,2	7,2	78,5
	Criminologia	2	,3	,3	78,8
	Direito	80	12,3	12,3	91,1
	Direito e outros	6	,9	,9	92,0
	Outros	20	3,1	3,1	95,1
	Psicologia	16	2,5	2,5	97,5
	Serviço Social	8	1,2	1,2	98,8
	Sociologia	8	1,2	1,2	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

6.5 Enquadramento institucional

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)	26	4,0	4,0	4,0
	Guarda Nacional Republicana (GNR)	216	33,2	33,2	37,2
	Magistratura do Ministério Público (MP)	27	4,1	4,1	41,3
	Magistratura judicial	20	3,1	3,1	44,4
	Polícia de Segurança Pública (PSP)	330	50,7	50,7	95,1
	Polícia Judiciária (PJ)	27	4,1	4,1	99,2
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	5	,8	,8	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

6.6 Qual a sua categoria profissional?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Agente da PSP	218	33,5	33,5	33,5
	Chefe da PSP	43	6,6	6,6	40,1
	Coordenador de Investigação Criminal da PJ	1	,2	,2	40,2
	Guarda da GNR	85	13,1	13,1	53,3
	Inspetor-adjunto do SEF	2	,3	,3	53,6
	Inspetor do SEF	3	,5	,5	54,1
	Inspetor/a da PJ	22	3,4	3,4	57,5
	Inspetor/a-Chefe da PJ	4	,6	,6	58,1
	Juiz/a de Direito	19	2,9	2,9	61,0
	Juiz/a Desembargador/a	1	,2	,2	61,1
	Oficial da GNR	12	1,8	1,8	63,0
	Oficial da PSP	69	10,6	10,6	73,6
	Procurador/a adjunto	24	3,7	3,7	77,3
	Procurador/a da República	3	,5	,5	77,7
	Sargento da GNR	119	18,3	18,3	96,0
	Técnico de apoio à vítima - Estagiário/a	2	,3	,3	96,3
	Técnico de apoio à vítima - Gestor/a	8	1,2	1,2	97,5
	Técnico de apoio à vítima - Voluntário/a	16	2,5	2,5	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

6.8 Distrito/região onde exerce funções:

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Aveiro	26	4,0	4,0	4,0
	Beja	16	2,5	2,5	6,5
	Braga	31	4,8	4,8	11,2
	Bragança	6	,9	,9	12,1
	Castelo Branco	25	3,8	3,8	16,0
	Coimbra	19	2,9	2,9	18,9
	Évora	11	1,7	1,7	20,6
	Faro	33	5,1	5,1	25,7
	Guarda	16	2,5	2,5	28,1
	Leiria	16	2,5	2,5	30,6
	Lisboa	56	8,6	8,6	39,2
	Portalegre	16	2,5	2,5	41,6
	Porto	227	34,9	34,9	76,5
	Região Autónoma da Madeira	33	5,1	5,1	81,6
	Região Autónoma dos Açores	14	2,2	2,2	83,7
	Santarém	20	3,1	3,1	86,8
	Setúbal	37	5,7	5,7	92,5
	Viana do Castelo	14	2,2	2,2	94,6
	Vila Real	12	1,8	1,8	96,5
	Viseu	23	3,5	3,5	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

Tabulação cruzada Distrito var numerica * 6.5 Enquadramento institucional

Contagem		6.5 Enquadramento institucional							Total
		APAV	GNR	MP	Magistratura judicial	PSP	PJ	SEF	
Distrito var numérica	Aveiro	1	21	0	2	2	0	0	26
	Beja	0	15	0	0	1	0	0	16
	Braga	3	19	0	3	6	0	0	31
	Bragança	0	5	0	0	1	0	0	6
	Castelo Branco	1	24	0	0	0	0	0	25
	Coimbra	2	12	0	0	4	0	1	19
	Évora	0	9	0	1	1	0	0	11
	Faro	2	9	0	3	19	0	0	33
	Guarda	0	10	0	0	6	0	0	16
	Leiria	0	13	0	0	3	0	0	16
	Lisboa	9	12	13	3	5	12	2	56
	Portalegre	0	5	0	0	11	0	0	16
	Porto	6	5	5	2	208	0	1	227
	R.A.Madeira	0	0	0	0	33	0	0	33
	R.A.Açores	0	1	0	2	9	1	1	14
	Santarém	1	9	2	0	8	0	0	20
	Setúbal	0	16	5	0	2	14	0	37
	Viana do Castelo	0	8	1	2	3	0	0	14
	Vila Real	1	10	0	0	1	0	0	12
	Viseu	0	13	1	2	7	0	0	23
Total		26	216	27	20	330	27	5	651

Contexto em que exerce funções (GNR e PSP) - 3 categorias

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Comando de posto/esquadra	189	29,0	37,1	37,1
	NIAVE/EPAV	76	11,7	14,9	52,1
	Investigação criminal	244	37,5	47,9	100,0
	Total	509	78,2	100,0	
Omisso	Outras combinações	21	3,2		
	não se aplica	105	16,1		
	não responde	16	2,5		
Total		142	21,8		
Total		651	100,0		

6.10 No âmbito das suas atuais funções, com que frequência lida com a criminalidade violenta?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Anualmente	85	13,1	13,1	13,1
	Diariamente	235	36,1	36,1	49,2
	Mensalmente	127	19,5	19,5	68,7
	Não tenho contacto (há mais de 1 ano)	78	12,0	12,0	80,6
	Nunca contactei	15	2,3	2,3	82,9
	Semanalmente	111	17,1	17,1	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

6.11 Se lida frequentemente com a criminalidade violenta, indique se este contacto é sobretudo relativo a algum(ns) crime(s) em especial?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido		383	58,8	58,8	58,8
	Crimes cometidos no seio da família	1	,2	,2	59,0
	Crimes contra as pessoas	3	,5	,5	59,4
	Crimes contra património	4	,6	,6	60,1
	Crimes contra património (e outros)	2	,3	,3	60,4
	Crimes sexuais contra crianças e jovens	2	,3	,3	60,7
	Crimes sexuais contra crianças e jovens /VD	4	,6	,6	61,3
	Diversos	1	,2	,2	61,4
	Homicídios	4	,6	,6	62,1
	Homicídios e outros	15	2,3	2,3	64,4
	Ofensas à integridade física	4	,6	,6	65,0
	Roubo	58	8,9	8,9	73,9
	Roubo / Tráfico de estupefacientes	16	2,5	2,5	76,3
	Roubo / Tráfico de estupefacientes / Violência doméstica	4	,6	,6	77,0
	Roubo / violência doméstica	16	2,5	2,5	79,4
	Roubo e outros	10	1,5	1,5	81,0
	Tráfico de estupefacientes	21	3,2	3,2	84,2
	Tráfico de estupefacientes /Associação criminosa	2	,3	,3	84,5
	Tráfico de estupefacientes e Violência Doméstica	2	,3	,3	84,8
	Tráfico de pessoas (+ Associação criminosa/ Associação de auxílio à imigração ilegal)	4	,6	,6	85,4
	VD e outros	15	2,3	2,3	87,7
	Violência doméstica	72	11,1	11,1	98,8
	Violência doméstica e maus tratos	8	1,2	1,2	100,0
	Total	651	100,0	100,0	

A7.1.1.2 Crimes - Tabelas de frequências

1. Homicídio

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	3	7	1,2	1,2	1,2
	4	17	2,9	2,9	4,1
	5	150	25,6	25,6	29,7
	6	411	70,3	70,3	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

2. Homicídio qualificado

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	3	1	,2	,2	,2
	4	3	,5	,5	,7
	5	16	2,7	2,7	3,4
	6	565	96,6	96,6	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

3. Homicídio privilegiado

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	1	,2	,2	,2
	2	9	1,5	1,5	1,7
	3	48	8,2	8,2	9,9
	4	113	19,3	19,3	29,2
	5	155	26,5	26,5	55,7
	6	259	44,3	44,3	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

4. Incitamento ou ajuda ao suicídio

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	7	1,2	1,2	1,2
	2	22	3,8	3,8	5,0
	3	68	11,6	11,7	16,6
	4	134	22,9	23,0	39,6
	5	202	34,5	34,6	74,3
	6	150	25,6	25,7	100,0
	Total	583	99,7	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	2	,3		
	Total	585	100,0		

5. Infanticídio

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	1	,2	,2	,2
	2	12	2,1	2,1	2,2
	3	32	5,5	5,5	7,7
	4	42	7,2	7,2	14,9
	5	123	21,0	21,1	36,0
	6	373	63,8	64,0	100,0
	Total	583	99,7	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	2	,3		
	Total	585	100,0		

6. Homicídio por negligência

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	27	4,6	4,6	4,6
	2	63	10,8	10,8	15,4
	3	157	26,8	26,9	42,3
	4	164	28,0	28,1	70,4
	5	129	22,1	22,1	92,5
	6	44	7,5	7,5	100,0
	Total	584	99,8	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	1	,2		
	Total	585	100,0		

7. Exposição ou abandono

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	8	1,4	1,4	1,4
	2	18	3,1	3,1	4,5
	3	107	18,3	18,3	22,8
	4	168	28,7	28,8	51,5
	5	201	34,4	34,4	86,0
	6	82	14,0	14,0	100,0
	Total	584	99,8	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	1	,2		
	Total	585	100,0		

8. Aborto /Aborto agravado (quando realizado extra critérios previstos no art.º 142.º - Interrupção da gravidez não punível)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	47	8,0	8,0	8,0
	2	64	10,9	11,0	19,0
	3	135	23,1	23,1	42,1
	4	141	24,1	24,1	66,3
	5	139	23,8	23,8	90,1
	6	58	9,9	9,9	100,0
	Total	584	99,8	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	1	,2		
	Total	585	100,0		

9. Ofensa à integridade física simples

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	150	25,6	25,6	25,6
	2	180	30,8	30,8	56,4
	3	161	27,5	27,5	83,9
	4	79	13,5	13,5	97,4
	5	14	2,4	2,4	99,8
	6	1	,2	,2	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

10. Ofensa à integridade física grave

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	4	,7	,7	,7
	2	48	8,2	8,2	8,9
	3	143	24,4	24,4	33,3
	4	209	35,7	35,7	69,1
	5	155	26,5	26,5	95,6
	6	26	4,4	4,4	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

11. Mutilação Genital Feminina

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	2	,3	,3	,3
	2	5	,9	,9	1,2
	3	36	6,2	6,2	7,4
	4	109	18,6	18,7	26,0
	5	190	32,5	32,5	58,6
	6	242	41,4	41,4	100,0
	Total	584	99,8	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	1	,2		
	Total	585	100,0		

12. Ofensa à integridade física qualificada

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	2	16	2,7	2,7	2,7
	3	73	12,5	12,5	15,2
	4	158	27,0	27,0	42,2
	5	230	39,3	39,3	81,5
	6	108	18,5	18,5	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

13. Violência doméstica

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	3	,5	,5	,5
	2	11	1,9	1,9	2,4
	3	64	10,9	10,9	13,3
	4	151	25,8	25,8	39,1
	5	233	39,8	39,8	79,0
	6	123	21,0	21,0	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

14. Maus tratos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	3	,5	,5	,5
	2	21	3,6	3,6	4,1
	3	78	13,3	13,3	17,4
	4	182	31,1	31,1	48,5
	5	212	36,2	36,2	84,8
	6	89	15,2	15,2	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

15. Violação de regras de segurança

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	34	5,8	5,8	5,8
	2	90	15,4	15,4	21,2
	3	171	29,2	29,2	50,4
	4	165	28,2	28,2	78,6
	5	113	19,3	19,3	97,9
	6	12	2,1	2,1	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

16. Casamento forçado

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	47	8,0	8,0	8,0
	2	75	12,8	12,8	20,9
	3	146	25,0	25,0	45,8
	4	144	24,6	24,6	70,4
	5	127	21,7	21,7	92,1
	6	46	7,9	7,9	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

17. Sequestro

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	1	,2	,2	,2
	2	15	2,6	2,6	2,7
	3	47	8,0	8,0	10,8
	4	134	22,9	22,9	33,7
	5	237	40,5	40,5	74,2
	6	151	25,8	25,8	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

18. Escravidão

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	2	5	,9	,9	,9
	3	21	3,6	3,6	4,4
	4	75	12,8	12,8	17,3
	5	214	36,6	36,6	53,8
	6	270	46,2	46,2	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

19. Tráfico de pessoas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	1	,2	,2	,2
	2	4	,7	,7	,9
	3	12	2,1	2,1	2,9
	4	59	10,1	10,1	13,0
	5	192	32,8	32,8	45,8
	6	317	54,2	54,2	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

20. Rapto

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	2	1	,2	,2	,2
	3	22	3,8	3,8	3,9
	4	77	13,2	13,2	17,1
	5	245	41,9	41,9	59,0
	6	240	41,0	41,0	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

21. Tomada de reféns

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	3	18	3,1	3,1	3,1
	4	64	10,9	10,9	14,0
	5	234	40,0	40,0	54,0
	6	269	46,0	46,0	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

22. Coacção sexual

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	2	11	1,9	1,9	1,9
	3	55	9,4	9,4	11,3
	4	126	21,5	21,5	32,8
	5	244	41,7	41,7	74,5
	6	149	25,5	25,5	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

23. Violação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	3	12	2,1	2,1	2,1
	4	55	9,4	9,4	11,5
	5	191	32,6	32,6	44,1
	6	327	55,9	55,9	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

24. Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	1	,2	,2	,2
	2	2	,3	,3	,5
	3	5	,9	,9	1,4
	4	55	9,4	9,4	10,8
	5	159	27,2	27,2	37,9
	6	363	62,1	62,1	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

25. Procriação artificial não consentida

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	21	3,6	3,6	3,6
	2	43	7,4	7,4	10,9
	3	108	18,5	18,5	29,4
	4	162	27,7	27,7	57,1
	5	168	28,7	28,7	85,8
	6	83	14,2	14,2	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

26. Lenocínio

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	19	3,2	3,3	3,3
	2	33	5,6	5,7	8,9
	3	98	16,8	16,8	25,7
	4	158	27,0	27,1	52,7
	5	169	28,9	28,9	81,7
	6	107	18,3	18,3	100,0
	Total	584	99,8	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	1	,2		
	Total	585	100,0		

27. Abuso sexual de crianças

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	3	5	,9	,9	,9
	4	23	3,9	3,9	4,8
	5	109	18,6	18,6	23,4
	6	448	76,6	76,6	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

28. Abuso sexual de menores dependentes

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	3	3	,5	,5	,5
	4	23	3,9	3,9	4,4
	5	123	21,0	21,0	25,5
	6	436	74,5	74,5	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

29. Lenocínio de menores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	2	1	,2	,2	,2
	3	9	1,5	1,5	1,7
	4	35	6,0	6,0	7,7
	5	141	24,1	24,1	31,8
	6	399	68,2	68,2	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

30. Pornografia de menores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	1	,2	,2	,2
	2	4	,7	,7	,9
	3	28	4,8	4,8	5,6
	4	66	11,3	11,3	16,9
	5	158	27,0	27,0	43,9
	6	328	56,1	56,1	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

31. Roubo / Violência depois da subtração

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	2	9	1,5	1,5	1,5
	3	55	9,4	9,4	10,9
	4	148	25,3	25,3	36,2
	5	253	43,2	43,2	79,5
	6	120	20,5	20,5	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

32. Dano com violência

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	15	2,6	2,6	2,6
	2	78	13,3	13,3	15,9
	3	144	24,6	24,6	40,5
	4	179	30,6	30,6	71,1
	5	151	25,8	25,8	96,9
	6	18	3,1	3,1	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

33. Extorsão

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	7	1,2	1,2	1,2
	2	34	5,8	5,8	7,0
	3	134	22,9	22,9	29,9
	4	210	35,9	35,9	65,8
	5	176	30,1	30,1	95,9
	6	24	4,1	4,1	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

34. Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte colectivo de passageiros

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	4	,7	,7	,7
	2	11	1,9	1,9	2,6
	3	65	11,1	11,1	13,7
	4	118	20,2	20,2	33,8
	5	193	33,0	33,0	66,8
	6	194	33,2	33,2	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

35. Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	4	,7	,7	,7
	2	8	1,4	1,4	2,1
	3	55	9,4	9,4	11,5
	4	93	15,9	15,9	27,4
	5	183	31,3	31,3	58,6
	6	242	41,4	41,4	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

36. Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	10	1,7	1,7	1,7
	2	31	5,3	5,3	7,0
	3	106	18,1	18,2	25,2
	4	197	33,7	33,7	58,9
	5	192	32,8	32,9	91,8
	6	48	8,2	8,2	100,0
	Total	584	99,8	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	1	,2		
	Total	585	100,0		

37. Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	17	2,9	2,9	2,9
	2	47	8,0	8,0	10,9
	3	142	24,3	24,3	35,2
	4	183	31,3	31,3	66,5
	5	159	27,2	27,2	93,7
	6	37	6,3	6,3	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

38. Associação criminosa

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	1	,2	,2	,2
	2	11	1,9	1,9	2,1
	3	55	9,4	9,4	11,5
	4	142	24,3	24,3	35,7
	5	228	39,0	39,0	74,7
	6	148	25,3	25,3	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

39. Participação em motim / Participação em motim armado

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	4	,7	,7	,7
	2	20	3,4	3,4	4,1
	3	80	13,7	13,7	17,8
	4	167	28,5	28,5	46,3
	5	181	30,9	30,9	77,3
	6	133	22,7	22,7	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

40. Resistência e coação sobre funcionário

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	12	2,1	2,1	2,1
	2	33	5,6	5,6	7,7
	3	95	16,2	16,2	23,9
	4	193	33,0	33,0	56,9
	5	160	27,4	27,4	84,3
	6	92	15,7	15,7	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

41. Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	7	1,2	1,2	1,2
	2	24	4,1	4,1	5,3
	3	89	15,2	15,2	20,5
	4	153	26,2	26,2	46,7
	5	200	34,2	34,2	80,9
	6	112	19,1	19,1	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

42. Motim de presos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	5	,9	,9	,9
	2	28	4,8	4,8	5,6
	3	80	13,7	13,7	19,3
	4	179	30,6	30,6	49,9
	5	189	32,3	32,3	82,2
	6	104	17,8	17,8	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

43. Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	53	9,1	9,1	9,1
	2	76	13,0	13,0	22,1
	3	154	26,3	26,3	48,4
	4	158	27,0	27,0	75,4
	5	114	19,5	19,5	94,9
	6	30	5,1	5,1	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

44. Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo")

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	1	,2	,2	,2
	2	2	,3	,3	,5
	3	13	2,2	2,2	2,7
	4	29	5,0	5,0	7,7
	5	110	18,8	18,8	26,5
	6	430	73,5	73,5	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

45. Auxílio à imigração ilegal / Associação de auxílio à imigração ilegal (Lei de "estrangeiros")

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	14	2,4	2,4	2,4
	2	29	5,0	5,0	7,4
	3	111	19,0	19,0	26,3
	4	163	27,9	27,9	54,2
	5	205	35,0	35,0	89,2
	6	63	10,8	10,8	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

46. Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga")

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	6	1,0	1,0	1,0
	2	18	3,1	3,1	4,1
	3	62	10,6	10,6	14,7
	4	132	22,6	22,6	37,3
	5	235	40,2	40,2	77,6
	6	131	22,4	22,4	100,0
	Total	584	99,8	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	1	,2		
	Total	585	100,0		

47. Detenção de arma proibida e crime cometido com arma (Lei das "armas")

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	12	2,1	2,1	2,1
	2	41	7,0	7,0	9,1
	3	86	14,7	14,7	23,8
	4	161	27,5	27,5	51,3
	5	200	34,2	34,2	85,5
	6	85	14,5	14,5	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

48. Tráfico e mediação de armas (Lei das "armas")

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	5	,9	,9	,9
	2	15	2,6	2,6	3,4
	3	63	10,8	10,8	14,2
	4	138	23,6	23,6	37,8
	5	220	37,6	37,6	75,4
	6	144	24,6	24,6	100,0
	Total	585	100,0	100,0	

A7.1.1.3 Variações/tendências registas no número de crimes e na sua gravidade

2.1 O número de crimes violentos praticados: No último ano

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Diminuiu (para todos)	71	10,9	13,1	13,1
	Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros	39	6,0	7,2	20,3
	Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros	207	31,8	38,2	58,5
	Manteve-se constante (para todos)	93	14,3	17,2	75,6
	Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros	76	11,7	14,0	89,7
	Aumentou (para todos)	56	8,6	10,3	100,0
	Total	542	83,3	100,0	
Omisso	Desconheço/não responde	109	16,7		
Total		651	100,0		

2.1 O número de crimes violentos praticados: Nos últimos 5 anos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Diminuiu (para todos)	70	10,8	12,9	12,9
	Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros	44	6,8	8,1	21,1
	Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros	207	31,8	38,3	59,3
	Manteve-se constante (para todos)	57	8,8	10,5	69,9
	Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros	83	12,7	15,3	85,2
	Aumentou (para todos)	80	12,3	14,8	100,0
	Total	541	83,1	100,0	
Omisso	Desconheço/não responde	110	16,9		
Total		651	100,0		

2.1 O número de crimes violentos praticados: Nos últimos 10 anos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Diminuiu (para todos)	57	8,8	11,6	11,6
	Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros	39	6,0	7,9	19,5
	Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros	169	26,0	34,3	53,8
	Manteve-se constante (para todos)	51	7,8	10,3	64,1
	Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros	75	11,5	15,2	79,3
	Aumentou (para todos)	102	15,7	20,7	100,0
	Total	493	75,7	100,0	
Omisso	Desconheço/não responde	158	24,3		
Total		651	100,0		

3.1 A gravidade dos crimes violentos praticados: No último ano

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Diminuiu (para todos)	55	8,4	10,8	10,8
	Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros	27	4,1	5,3	16,1
	Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros	158	24,3	31,0	47,1
	Manteve-se constante (para todos)	136	20,9	26,7	73,7
	Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros	68	10,4	13,3	87,1
	Aumentou (para todos)	66	10,1	12,9	100,0
	Total	510	78,3	100,0	
Omisso	Desconheço/não responde	141	21,7		
Total		651	100,0		

3.1 A gravidade dos crimes violentos praticados: Nos últimos 5 anos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Diminuiu (para todos)	46	7,1	9,1	9,1
	Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros	23	3,5	4,5	13,6
	Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros	167	25,7	32,9	46,5
	Manteve-se constante (para todos)	95	14,6	18,7	65,3
	Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros	92	14,1	18,1	83,4
	Aumentou (para todos)	84	12,9	16,6	100,0
	Total	507	77,9	100,0	
Omisso	Desconheço/não responde	144	22,1		
Total		651	100,0		

3.1 A gravidade dos crimes violentos praticados: Nos últimos 10 anos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Diminuiu (para todos)	46	7,1	10,0	10,0
	Diminuiu em alguns crimes e manteve-se noutros	19	2,9	4,1	14,1
	Aumentou em alguns crimes e diminuiu noutros	155	23,8	33,5	47,6
	Manteve-se constante (para todos)	79	12,1	17,1	64,7
	Aumentou em alguns crimes e manteve-se noutros	74	11,4	16,0	80,7
	Aumentou (para todos)	89	13,7	19,3	100,0
	Total	462	71,0	100,0	
Omisso	Desconheço/não responde	189	29,0		
Total		651	100,0		

A7.1.1.4 Indicadores de severidade – Tabelas de frequências

1. Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	2	,4	,4	,8
	3,0	12	2,5	2,5	3,3
	4,0	55	11,5	11,5	14,8
	5,0	129	26,9	26,9	41,8
	6,0	279	58,2	58,2	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

2. Número de ofensores que praticaram o crime

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	1	,2	,2	,2
	2,0	11	2,3	2,3	2,5
	3,0	48	10,0	10,0	12,5
	4,0	123	25,7	25,7	38,2
	5,0	205	42,8	42,8	81,0
	6,0	91	19,0	19,0	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

3. Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	8	1,7	1,7	2,1
	3,0	39	8,1	8,1	10,2
	4,0	116	24,2	24,2	34,4
	5,0	217	45,3	45,3	79,7
	6,0	97	20,3	20,3	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

4. Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	7	1,5	1,5	1,9
	3,0	27	5,6	5,6	7,5
	4,0	106	22,1	22,1	29,6
	5,0	190	39,7	39,7	69,3
	6,0	147	30,7	30,7	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

5. Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	1	,2	,2	,2
	2,0	15	3,1	3,1	3,3
	3,0	59	12,3	12,3	15,7
	4,0	138	28,8	28,8	44,5
	5,0	189	39,5	39,5	83,9
	6,0	77	16,1	16,1	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

6. Em resultado do crime, vítima(s) ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanentemente

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	3	,6	,6	,6
	3,0	15	3,1	3,1	3,8
	4,0	29	6,1	6,1	9,8
	5,0	103	21,5	21,5	31,3
	6,0	329	68,7	68,7	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

7. Vítima especialmente vulnerável por se encontrar em situação em que não tem alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: tornar vítima dependente de drogas)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	7	1,5	1,5	1,9
	3,0	24	5,0	5,0	6,9
	4,0	77	16,1	16,1	23,0
	5,0	165	34,4	34,4	57,4
	6,0	204	42,6	42,6	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

8. Nível de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planeamento sofisticado

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	1	,2	,2	,2
	2,0	5	1,0	1,0	1,3
	3,0	31	6,5	6,5	7,7
	4,0	81	16,9	16,9	24,6
	5,0	211	44,1	44,1	68,7
	6,0	150	31,3	31,3	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

9. Vítima indefesa (com menor capacidade para se defender) em função do modo como crime foi cometido ou meios empregues (ex.: administração de droga sedativa)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	4	,8	,8	1,3
	3,0	13	2,7	2,7	4,0
	4,0	54	11,3	11,3	15,2
	5,0	161	33,6	33,6	48,9
	6,0	245	51,1	51,1	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

10. Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	1	,2	,2	,2
	2,0	2	,4	,4	,6
	3,0	12	2,5	2,5	3,1
	4,0	48	10,0	10,0	13,2
	5,0	124	25,9	25,9	39,0
	6,0	292	61,0	61,0	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

11. Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer , suicidar-se ou tentar suicidar-se

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	1	,2	,2	,2
	2,0	1	,2	,2	,4
	3,0	9	1,9	1,9	2,3
	4,0	21	4,4	4,4	6,7
	5,0	72	15,0	15,0	21,7
	6,0	375	78,3	78,3	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

12. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	1	,2	,2	,2
	2,0	2	,4	,4	,6
	3,0	10	2,1	2,1	2,7
	4,0	33	6,9	6,9	9,6
	5,0	141	29,4	29,4	39,0
	6,0	292	61,0	61,0	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

13. Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	10	2,1	2,1	2,1
	2,0	7	1,5	1,5	3,5
	3,0	44	9,2	9,2	12,7
	4,0	138	28,8	28,8	41,5
	5,0	208	43,4	43,4	85,0
	6,0	72	15,0	15,0	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

14. Existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (ex.: ameaça de morte)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	18	3,8	3,8	4,2
	3,0	48	10,0	10,1	14,3
	4,0	134	28,0	28,1	42,3
	5,0	208	43,4	43,6	86,0
	6,0	67	14,0	14,0	100,0
	Total	477	99,6	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	2	,4		
	Total	479	100,0		

15. Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	3	,6	,6	,6
	2,0	2	,4	,4	1,0
	3,0	16	3,3	3,3	4,4
	4,0	61	12,7	12,7	17,1
	5,0	155	32,4	32,4	49,5
	6,0	242	50,5	50,5	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

16. Existência de motivo torpe ou fútil (ex: avidez/prazer de matar/causar sofrimento/excitação/satisfação do instinto sexual)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	7	1,5	1,5	1,9
	3,0	22	4,6	4,6	6,5
	4,0	73	15,2	15,2	21,7
	5,0	157	32,8	32,8	54,5
	6,0	218	45,5	45,5	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

17. Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	5	1,0	1,0	1,0
	2,0	15	3,1	3,1	4,2
	3,0	35	7,3	7,3	11,5
	4,0	121	25,3	25,3	36,7
	5,0	196	40,9	40,9	77,7
	6,0	107	22,3	22,3	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

18. Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	3	,6	,6	1,0
	3,0	27	5,6	5,6	6,7
	4,0	71	14,8	14,8	21,5
	5,0	196	40,9	40,9	62,4
	6,0	180	37,6	37,6	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

19. Número de vítimas (mortais) no âmbito da ocorrência criminal

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	5	1,0	1,0	1,0
	3,0	11	2,3	2,3	3,3
	4,0	27	5,6	5,6	9,0
	5,0	121	25,3	25,3	34,2
	6,0	315	65,8	65,8	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

20. Crime praticado contra ascendente, descendente, adotante ou adotado do ofensor

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	10	2,1	2,1	2,5
	3,0	32	6,7	6,7	9,2
	4,0	86	18,0	18,0	27,1
	5,0	202	42,2	42,2	69,3
	6,0	147	30,7	30,7	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

21. Crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal anterior visando o ofensor (ex.: testemunha, juiz, procurador, advogado, polícia).

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	4	,8	,8	,8
	2,0	12	2,5	2,5	3,3
	3,0	32	6,7	6,7	10,0
	4,0	95	19,8	19,8	29,9
	5,0	192	40,1	40,1	69,9
	6,0	144	30,1	30,1	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

22. Ser praticado contra cônjuge, ex-cônjuge, com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	1	,2	,2	,2
	2,0	11	2,3	2,3	2,5
	3,0	34	7,1	7,1	9,6
	4,0	98	20,5	20,5	30,1
	5,0	217	45,3	45,3	75,4
	6,0	118	24,6	24,6	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

23. Utilização de arma de fogo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	6	1,3	1,3	1,7
	3,0	16	3,3	3,3	5,0
	4,0	66	13,8	13,8	18,8
	5,0	165	34,4	34,4	53,2
	6,0	224	46,8	46,8	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

24. Ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	11	2,3	2,3	2,3
	2,0	19	4,0	4,0	6,3
	3,0	70	14,6	14,6	20,9
	4,0	147	30,7	30,7	51,6
	5,0	184	38,4	38,4	90,0
	6,0	48	10,0	10,0	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

25. Utilização desproporcionada de meios para atingir o fim

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	10	2,1	2,1	2,1
	2,0	27	5,6	5,6	7,7
	3,0	69	14,4	14,4	22,1
	4,0	135	28,2	28,2	50,3
	5,0	182	38,0	38,0	88,3
	6,0	56	11,7	11,7	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

26. Utilização de arma(s) branca(s) ou outro instrumento perigoso

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	6	1,3	1,3	1,3
	2,0	18	3,8	3,8	5,0
	3,0	48	10,0	10,0	15,0
	4,0	129	26,9	26,9	42,0
	5,0	173	36,1	36,1	78,1
	6,0	105	21,9	21,9	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

27. Número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo no âmbito da ocorrência

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	6	1,3	1,3	1,3
	2,0	14	2,9	2,9	4,2
	3,0	30	6,3	6,3	10,4
	4,0	126	26,3	26,3	36,7
	5,0	207	43,2	43,2	80,0
	6,0	96	20,0	20,0	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

28. Utilização de violência de forma “gratuita”

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	6	1,3	1,3	1,3
	2,0	19	4,0	4,0	5,2
	3,0	33	6,9	6,9	12,1
	4,0	115	24,0	24,1	36,2
	5,0	203	42,4	42,5	78,7
	6,0	102	21,3	21,3	100,0
	Total	478	99,8	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	1	,2		
	Total	479	100,0		

29. Ser praticado contra pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	26	5,4	5,4	5,4
	2,0	43	9,0	9,0	14,4
	3,0	82	17,1	17,1	31,5
	4,0	156	32,6	32,6	64,1
	5,0	151	31,5	31,5	95,6
	6,0	21	4,4	4,4	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

30. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	11	2,3	2,3	2,7
	3,0	29	6,1	6,1	8,8
	4,0	78	16,3	16,3	25,1
	5,0	191	39,9	39,9	64,9
	6,0	168	35,1	35,1	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

31. Número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	2	,4	,4	,4
	2,0	10	2,1	2,1	2,5
	3,0	30	6,3	6,3	8,8
	4,0	116	24,2	24,2	33,0
	5,0	219	45,7	45,7	78,7
	6,0	102	21,3	21,3	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

32. Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ficou em difícil situação económica

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	9	1,9	1,9	1,9
	2,0	18	3,8	3,8	5,6
	3,0	73	15,2	15,2	20,9
	4,0	134	28,0	28,0	48,9
	5,0	186	38,8	38,8	87,7
	6,0	59	12,3	12,3	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

33. Ocorrência ser presenciada por menor(es)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	3	,6	,6	,6
	2,0	4	,8	,8	1,5
	3,0	55	11,5	11,5	12,9
	4,0	111	23,2	23,2	36,1
	5,0	183	38,2	38,2	74,3
	6,0	123	25,7	25,7	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

34. Existência de coabitação entre vítima e ofensor

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	4	,8	,8	,8
	2,0	15	3,1	3,1	4,0
	3,0	69	14,4	14,4	18,4
	4,0	129	26,9	26,9	45,3
	5,0	192	40,1	40,1	85,4
	6,0	70	14,6	14,6	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

35. Nível de impacto no sentimento de insegurança da população

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	10	2,1	2,1	2,1
	2,0	17	3,5	3,5	5,6
	3,0	70	14,6	14,6	20,3
	4,0	145	30,3	30,3	50,5
	5,0	167	34,9	34,9	85,4
	6,0	70	14,6	14,6	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

36. Existência de relação de dependência ou subordinação (assistencial, educativa, laboral) da(s) vítima(s) face ao(s) ofensor(es)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	6	1,3	1,3	1,3
	2,0	27	5,6	5,6	6,9
	3,0	63	13,2	13,2	20,0
	4,0	162	33,8	33,8	53,9
	5,0	177	37,0	37,0	90,8
	6,0	44	9,2	9,2	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

37. Nível de destruição/perturbação do local onde ocorreu o crime (ex: através da utilização de explosivos)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	3	,6	,6	,6
	2,0	22	4,6	4,6	5,2
	3,0	59	12,3	12,3	17,5
	4,0	122	25,5	25,5	43,0
	5,0	153	31,9	31,9	74,9
	6,0	120	25,1	25,1	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

38. Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	3	,6	,6	,6
	2,0	13	2,7	2,7	3,3
	3,0	37	7,7	7,7	11,1
	4,0	114	23,8	23,8	34,9
	5,0	219	45,7	45,7	80,6
	6,0	93	19,4	19,4	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

39. Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	2,0	11	2,3	2,3	2,3
	3,0	16	3,3	3,3	5,6
	4,0	101	21,1	21,1	26,7
	5,0	187	39,0	39,0	65,8
	6,0	164	34,2	34,2	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

40. Perturbação do Governo/Aplicação da Lei /Ordem pública

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	8	1,7	1,7	1,7
	2,0	31	6,5	6,5	8,1
	3,0	63	13,2	13,2	21,3
	4,0	135	28,2	28,2	49,5
	5,0	164	34,2	34,2	83,7
	6,0	78	16,3	16,3	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

41. Ocorrer na residência da(s) vítima(s)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	6	1,3	1,3	1,3
	2,0	25	5,2	5,2	6,5
	3,0	78	16,3	16,3	22,8
	4,0	135	28,2	28,2	50,9
	5,0	171	35,7	35,7	86,6
	6,0	64	13,4	13,4	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

42. Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	10	2,1	2,1	2,1
	2,0	18	3,8	3,8	5,8
	3,0	44	9,2	9,2	15,0
	4,0	85	17,7	17,7	32,8
	5,0	163	34,0	34,0	66,8
	6,0	159	33,2	33,2	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

43. Ocorrer em local isolado (diminuindo hipóteses da vítima obter ajuda)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	4	,8	,8	,8
	2,0	25	5,2	5,2	6,1
	3,0	49	10,2	10,2	16,3
	4,0	103	21,5	21,5	37,8
	5,0	201	42,0	42,0	79,7
	6,0	97	20,3	20,3	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

44. Necessidade de recurso, por parte das forças e serviços de segurança a meios mais sofisticados para neutralizar situação (ex.: chamada de elementos especiais)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	10	2,1	2,1	2,1
	2,0	23	4,8	4,8	6,9
	3,0	63	13,2	13,2	20,0
	4,0	111	23,2	23,2	43,2
	5,0	164	34,2	34,2	77,5
	6,0	108	22,5	22,5	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

45. Em resultado do crime, familiar(es) da(s) vítima(s) ficaram afetados de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	8	1,7	1,7	1,7
	2,0	16	3,3	3,3	5,0
	3,0	46	9,6	9,6	14,6
	4,0	113	23,6	23,6	38,2
	5,0	188	39,2	39,2	77,5
	6,0	108	22,5	22,5	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

46. Aproveitamento/utilização da internet/redes sociais para cometer o crime

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	25	5,2	5,2	5,2
	2,0	47	9,8	9,8	15,0
	3,0	86	18,0	18,0	33,0
	4,0	140	29,2	29,2	62,2
	5,0	150	31,3	31,3	93,5
	6,0	31	6,5	6,5	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

47. Elevados custos (económicos) para a sociedade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	14	2,9	2,9	2,9
	2,0	45	9,4	9,4	12,3
	3,0	94	19,6	19,7	32,0
	4,0	147	30,7	30,8	62,8
	5,0	143	29,9	29,9	92,7
	6,0	35	7,3	7,3	100,0
	Total	478	99,8	100,0	
Omisso	Não resposta/inválido	1	,2		
	Total	479	100,0		

48. Crime praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, funcionário público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1,0	11	2,3	2,3	2,3
	2,0	23	4,8	4,8	7,1
	3,0	57	11,9	11,9	19,0
	4,0	121	25,3	25,3	44,3
	5,0	147	30,7	30,7	74,9
	6,0	120	25,1	25,1	100,0
	Total	479	100,0	100,0	

A7.1.1.5 Crimes - Medidas de tendência central e de dispersão

	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	C11	C12	C13	C14	C15	C16	C17	C18	C19	C20	C21	C22	C23	C24
N Válido	585	585	585	583	583	584	584	584	585	585	584	585	585	585	585	585	585	585	585	585	585	585	585	585
Omisso	0	0	0	2	2	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Média	5,6	6,0	5,0	4,6	5,4	3,7	4,3	3,7	2,4	3,9	5,1	4,6	4,7	4,4	3,5	3,6	4,8	5,2	5,4	5,2	5,3	4,8	5,4	5,5
Mediana	6	6	5	5	6	4	4	4	2	4	5	5	5	5	3	4	5	5	6	5	5	5	6	6
Desvio-padrão	0,6	0,2	1,1	1,2	1,0	1,3	1,1	1,4	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,2	1,4	1,0	0,9	0,8	0,8	0,8	1,0	0,7	0,8
Mínimo	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	2	1	2	3	2	3	1
Máximo	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

	C25	C26	C27	C28	C29	C30	C31	C32	C33	C34	C35	C36	C37	C38	C39	C40	C41	C42	C43	C44	C45	C46	C47	C48
N Válido	585	584	585	585	585	585	585	585	585	585	585	584	585	585	585	585	585	585	585	585	585	584	585	585
Omisso	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
Média	4,1	4,3	5,7	5,7	5,6	5,3	4,7	3,7	4,0	4,8	5,0	4,2	3,9	4,8	4,5	4,3	4,5	4,4	3,5	5,6	4,2	4,7	4,3	4,7
Mediana	4	4	6	6	6	6	5	4	4	5	5	4	4	5	5	4	5	5	4	6	4	5	4	5
Desvio-padrão	1,3	1,3	0,6	0,6	0,7	0,9	0,9	1,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,0	1,1	1,2	1,2	1,1	1,3	0,7	1,2	1,1	1,2	1,1
Mínimo	1	1	3	3	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Máximo	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

Nota:

C1= Homicídio

...

C48= Tráfico e mediação de armas (Lei das “armas”).

Ver Apêndice 4.

A7.1.1.6 Indicadores de severidade - Medidas de tendência central e de dispersão

		I1	I2	I3	I4	I5	I6	I7	I8	I9	I10	I11	I12	I13	I14	I15	I16	I17	I18	I19	I20	I21	I22	I23	I24
N	Válido	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	477	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479
	Omisso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Média		5,4	4,7	4,7	4,9	4,5	5,5	5,1	5,0	5,3	5,4	5,7	5,5	4,6	4,5	5,3	5,2	4,7	5,1	5,5	4,9	4,9	4,8	5,2	4,3
Mediana		6	5	5	5	5	6	5	5	6	6	6	6	5	5	6	5	5	5	6	5	5	5	5	4
Desvio-padrão		0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	0,8	1,0	0,9	0,9	0,8	0,7	0,8	1,0	1,0	0,9	1,0	1,1	0,9	0,8	1,0	1,1	1,0	0,9
Mínimo		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Máximo		6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

		I25	I26	I27	I28	I29	I30	I31	I32	I33	I34	I35	I36	I37	I38	I39	I40	I41	I42	I43	I44	I45	I46	I47	I48
N	Válido	479	479	479	478	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	479	478	479
	Omisso	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Média		4,3	4,6	4,7	4,7	3,9	5,0	4,8	4,4	4,7	4,5	4,4	4,3	4,6	4,7	5,0	4,4	4,3	4,8	4,6	4,5	4,6	3,9	4,0	4,5
Mediana		4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	4	4	5	5	5	5	4	5	5	5	5	4	4	5
Desvio-padrão		1,1	1,1	1,0	1,1	1,2	1,0	1,0	1,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,0	0,9	1,2	1,1	1,2	1,1	1,2	1,1	1,3	1,2	1,2
Mínimo		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Máximo		6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

Nota:

I1= Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde.

...

I48= Crime praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, funcionário público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas.

Ver Apêndice 4.

A7.1.1.7 Cruzamentos

6.5 Enquadramento institucional								
		APAV	GNR	MP	Magistratura judicial	PSP	PJ	SEF
		Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem
1. Homicídio	2	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	2	1	0	3	1	0
	4	1	8	0	2	5	1	0
	5	9	44	5	3	76	9	4
	6	14	144	21	14	201	16	1
2. Homicídio qualificado	2	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	1	0	0
	4	0	2	0	0	1	0	0
	5	1	6	0	2	6	1	0
	6	23	190	27	17	277	26	5
3. Homicídio privilegiado	1	0	0	0	0	1	0	0
	2	0	1	1	1	5	1	0
	3	1	8	5	6	22	6	0
	4	3	38	9	6	47	9	1
	5	6	56	12	4	68	9	0
4. Incitamento ou ajuda ao suicídio	6	14	95	0	2	142	2	4
	1	0	0	3	1	1	1	1
	2	1	4	0	5	8	4	0
	3	1	16	5	6	31	8	1
	4	11	53	8	6	48	6	2
5. Infanticídio	5	5	71	8	1	113	3	1
	6	6	53	2	0	84	5	0
	1	0	0	1	0	0	0	0
	2	0	4	0	0	5	2	1
	3	0	9	1	4	15	3	0
6. Homicídio por negligência	4	2	15	0	0	21	3	1
	5	6	39	8	5	58	5	2
	6	16	131	15	10	186	14	1
	1	0	14	2	1	9	1	0
	2	0	22	4	7	22	7	1
7. Exposição ou abandono	3	3	48	10	6	81	8	1
	4	8	58	10	2	79	4	3
	5	11	40	1	3	69	5	0
	6	2	15	0	0	25	2	0
	1	0	3	0	0	5	0	0
8. Aborto /Aborto agravado (quando realizado extra critérios previstos no art.º 142.º - Interrupção da gravidez não punível)	2	1	4	0	1	10	1	1
	3	2	29	6	5	57	7	1
	4	8	60	6	9	73	10	2
	5	12	71	12	3	96	6	1
	6	1	31	2	1	44	3	0
9. Ofensa à integridade física simples	1	4	15	2	6	18	2	0
	2	2	14	5	1	31	11	0
	3	6	45	6	5	64	5	4
	4	6	45	5	4	76	4	1
	5	5	62	5	3	61	3	0
	6	1	17	3	0	35	2	0
	1	1	48	8	7	77	7	2
	2	3	66	13	9	77	9	3
	3	9	60	5	3	76	8	0
	4	10	20	1	0	45	3	0
	5	1	4	0	0	9	0	0

	6	0	0	0	0	1	0	0
10. Ofensa à	1	0	1	1	0	2	0	0
integridade física	2	1	21	0	1	23	2	0
grave	3	3	51	12	5	64	6	2
	4	8	76	9	11	95	9	1
	5	10	44	4	2	87	8	0
	6	2	5	1	0	14	2	2
11. Mutilação	1	0	0	0	1	1	0	0
Genital Feminina	2	0	0	0	0	4	1	0
	3	1	13	0	0	19	3	0
	4	0	32	4	6	60	3	4
	5	9	70	11	8	83	8	1
	6	14	83	11	4	118	12	0
12. Ofensa à	2	0	7	3	4	2	0	0
integridade física	3	4	27	4	4	33	1	0
qualificada	4	2	53	7	7	81	7	1
	5	12	76	9	4	114	13	2
	6	6	35	4	0	55	6	2
13. Violência	1	0	2	0	0	1	0	0
doméstica	2	0	6	0	1	4	0	0
	3	2	18	4	4	31	5	0
	4	2	51	4	7	76	8	3
	5	13	73	14	6	119	6	2
	6	7	48	5	1	54	8	0
14. Maus tratos	1	0	1	0	0	2	0	0
	2	0	11	0	1	7	2	0
	3	1	24	3	3	41	5	1
	4	3	62	2	8	97	6	4
	5	13	67	13	6	102	11	0
	6	7	33	9	1	36	3	0
15. Violação de	1	1	7	0	1	22	2	1
regras de segurança	2	5	29	2	5	39	9	1
	3	9	52	9	5	89	5	2
	4	5	62	9	3	79	6	1
	5	3	44	6	5	51	4	0
	6	1	4	1	0	5	1	0
16. Casamento	1	0	17	0	1	27	2	0
forçado	2	2	24	2	2	38	7	0
	3	4	54	9	6	64	7	2
	4	4	45	8	4	79	1	3
	5	10	43	7	6	53	8	0
	6	4	15	1	0	24	2	0
17. Sequestro	1	0	1	0	0	0	0	0
	2	0	4	1	2	8	0	0
	3	1	10	3	6	21	6	0
	4	6	46	9	7	59	5	2
	5	10	84	11	3	117	11	1
	6	7	53	3	1	80	5	2
18. Escravidão	2	0	0	0	0	5	0	0
	3	0	10	0	0	11	0	0
	4	4	32	0	2	31	6	0
	5	6	73	12	8	108	6	1
	6	14	83	15	9	130	15	4
19. Tráfico de	1	0	0	0	0	1	0	0
pessoas	2	0	0	0	1	3	0	0
	3	0	5	0	0	5	2	0
	4	1	24	0	4	24	5	1
	5	8	64	10	7	97	6	0
	6	15	105	17	7	155	14	4
20. Rapto	2	0	0	0	0	1	0	0
	3	0	5	0	3	12	2	0
	4	6	25	7	6	28	4	1

	5	11	87	15	8	116	5	3
	6	7	81	5	2	128	16	1
21. Tomada de reféns	2	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	6	0	0	11	1	0
	4	6	17	5	6	25	4	1
	5	12	81	13	9	110	7	2
	6	6	94	9	4	139	15	2
22. Coação sexual	2	0	2	0	0	6	3	0
	3	0	21	1	4	22	6	1
	4	2	42	4	5	64	7	2
	5	12	84	16	9	115	7	1
	6	10	49	6	1	78	4	1
23. Violação	2	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	2	0	1	8	1	0
	4	0	23	1	2	26	3	0
	5	6	65	10	11	86	9	4
	6	18	108	16	5	165	14	1
24. Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada	1	0	0	0	1	0	0	0
	2	0	1	0	0	1	0	0
	3	0	0	0	0	5	0	0
	4	0	23	1	2	24	5	0
	5	4	52	10	12	69	8	4
	6	20	122	16	4	186	14	1
25. Procriação artificial não consentida	1	1	3	0	0	13	3	1
	2	2	12	1	6	17	5	0
	3	5	40	7	2	47	6	1
	4	9	56	6	7	79	3	2
	5	3	54	11	3	89	7	1
	6	4	33	2	1	40	3	0
26. Lenocínio	1	0	6	3	6	2	1	1
	2	0	11	1	4	12	5	0
	3	1	32	3	6	48	6	2
	4	7	63	7	1	75	4	1
	5	4	58	9	2	87	8	1
	6	12	27	4	0	61	3	0
27. Abuso sexual de crianças	2	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	5	0	0
	4	0	10	0	1	10	2	0
	5	2	37	5	10	47	6	2
	6	22	151	22	8	223	19	3
28. Abuso sexual de menores dependentes	2	0	0	0	0	0	0	0
	3	0	0	0	0	3	0	0
	4	0	9	0	1	12	1	0
	5	3	38	6	11	54	9	2
	6	21	151	21	7	216	17	3
29. Lenocínio de menores	2	0	0	0	0	1	0	0
	3	0	3	0	0	6	0	0
	4	0	11	0	5	17	2	0
	5	5	39	6	8	71	10	2
	6	19	145	21	6	190	15	3
30. Pornografia de menores	1	0	0	0	1	0	0	0
	2	0	1	0	1	1	1	0
	3	0	6	0	2	17	3	0
	4	0	22	4	8	25	5	2
	5	5	53	6	5	83	6	0
	6	19	116	17	2	159	12	3
31. Roubo / Violência depois da subtração	2	0	4	1	0	4	0	0
	3	5	12	1	8	26	3	0
	4	8	50	6	7	71	5	1
	5	10	91	15	3	124	8	2
	6	1	41	4	1	60	11	2
32. Dano com	1	0	3	0	2	8	2	0

violência	2	1	18	6	5	39	8	1
	3	9	47	6	8	67	6	1
	4	4	72	10	3	85	5	0
	5	9	52	5	1	78	4	2
	6	1	6	0	0	8	2	1
33. Extorsão	1	0	5	0	0	1	1	0
	2	2	9	1	2	16	3	1
	3	7	43	4	9	61	9	1
	4	9	71	16	6	101	7	0
	5	4	60	6	2	96	6	2
	6	2	10	0	0	10	1	1
34. Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte colectivo de passageiros	1	0	3	0	0	1	0	0
	2	2	2	1	0	3	2	1
	3	4	20	5	4	29	3	0
	4	8	47	3	6	48	5	1
	5	4	66	16	6	94	6	1
	6	6	60	2	3	110	11	2
35. Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro	1	0	3	0	0	1	0	0
	2	1	2	1	1	1	2	0
	3	1	18	5	3	27	1	0
	4	3	35	7	5	37	3	3
	5	13	54	8	6	96	6	0
	6	6	86	6	4	123	15	2
36. Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro	1	1	4	0	0	4	1	0
	2	1	9	1	4	15	1	0
	3	4	35	6	7	47	5	2
	4	8	62	11	5	99	10	2
	5	9	69	9	3	95	7	0
	6	1	19	0	0	25	2	1
37. Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime	1	0	7	0	2	6	1	1
	2	3	12	1	4	21	5	1
	3	5	43	10	8	64	11	1
	4	7	64	10	3	92	6	1
	5	5	63	6	1	80	3	1
	6	4	9	0	1	22	1	0
38. Associação criminosa	1	0	0	0	1	0	0	0
	2	1	3	0	0	5	2	0
	3	6	16	0	2	29	1	1
	4	8	52	5	6	65	6	0
	5	8	79	14	7	110	9	1
	6	1	48	8	3	76	9	3
39. Participação em motim / Participação em motim armado	1	1	2	0	0	1	0	0
	2	2	3	1	1	9	3	1
	3	4	23	4	10	34	5	0
	4	9	53	12	2	82	8	1
	5	7	74	9	4	82	3	2
	6	1	43	1	2	77	8	1
40. Resistência e coação sobre funcionário	1	0	3	0	1	7	1	0
	2	2	7	0	8	11	4	1
	3	8	25	9	7	40	5	1
	4	11	63	16	2	91	8	2
	5	3	59	2	1	89	5	1
	6	0	41	0	0	47	4	0
41. Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão	1	0	2	0	1	2	2	0
	2	1	8	0	4	9	1	1
	3	9	20	8	7	41	3	1
	4	7	44	15	4	72	10	1
	5	6	78	4	2	103	6	1
	6	1	46	0	1	58	5	1
42. Motim de presos	1	0	1	0	0	3	1	0
	2	1	5	0	4	14	3	1
	3	9	22	4	5	37	3	0

	4	7	60	13	8	79	10	2
	5	5	68	9	1	100	5	1
	6	2	42	1	1	52	5	1
43. Descaminho ou	1	1	12	4	11	19	4	2
destruição de	2	5	18	10	4	34	3	2
objetos colocados	3	9	54	11	3	68	9	0
sob o poder público	4	3	60	2	0	86	6	1
	5	6	43	0	1	60	4	0
	6	0	11	0	0	18	1	0
44. Organizações	1	0	1	0	0	0	0	0
terroristas / Outras	2	0	1	0	0	1	0	0
organizações	3	1	5	1	1	5	0	0
terroristas /	4	1	12	0	1	14	1	0
Terrorismo /	5	5	43	2	6	50	4	0
Terrorismo	6	17	136	24	11	215	22	5
internacional (Lei								
do "terrorismo")								
45. Auxílio à	1	2	3	0	3	4	0	2
imigração ilegal /	2	1	8	2	1	12	4	1
Associação de	3	6	35	4	8	55	3	0
auxílio à imigração	4	5	55	6	4	86	6	1
ilegal (Lei de	5	8	74	12	2	97	11	1
"estrangeiros")	6	2	23	3	1	31	3	0
46. Tráfico e outras	1	1	2	0	1	1	1	0
atividades ilícitas /	2	2	5	0	1	8	2	0
Precursores /	3	3	16	1	2	37	3	0
Associações	4	8	48	2	4	65	2	3
criminosas (Lei da	5	5	89	16	7	104	12	2
"droga")	6	5	37	8	4	70	7	0
47. Detenção de	1	0	3	0	1	5	2	1
arma proibida e	2	1	10	4	4	19	3	0
crime cometido com	3	4	30	5	7	35	5	0
arma (Lei das	4	10	49	10	6	77	5	4
"armas")	5	5	75	6	1	105	8	0
	6	4	31	2	0	44	4	0
48. Tráfico e	1	0	1	0	1	2	1	0
mediação de armas	2	0	3	0	2	8	2	0
(Lei das "armas")	3	4	16	2	4	33	4	0
	4	10	45	10	5	62	5	1
	5	5	79	11	5	111	7	2
	6	5	54	4	2	69	8	2

	6.5 Enquadramento institucional							
	APAV		GNR	MP	Magistratura judicial	PSP	PJ	SEF
	Contagem		Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem
1. Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde	1	0	2	0	0	0	0	0
	2	0	1	0	0	0	0	1
	3	0	3	0	0	7	2	0
	4	0	17	3	4	29	2	0
	5	4	50	7	2	60	6	0
	6	18	89	12	8	139	11	2
2. Número de ofensores que praticaram o crime	1	0	1	0	0	0	0	0
	2	2	3	0	0	6	0	0
	3	5	14	2	5	18	2	2
	4	3	44	6	2	62	6	0
	5	10	68	12	7	98	10	0
	6	2	32	2	0	51	3	1
3. Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido	1	0	1	0	0	0	1	0
	2	1	3	0	0	3	0	1
	3	1	10	0	2	22	3	1
	4	3	38	5	4	61	5	0
	5	8	78	12	5	107	7	0
	6	9	32	5	3	42	5	1
4. Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime	1	0	1	0	0	1	0	0
	2	0	0	0	2	4	1	0
	3	3	10	0	1	13	0	0
	4	5	32	5	4	55	4	1
	5	9	65	5	3	97	11	0
	6	5	54	12	4	65	5	2
5. Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es)	1	0	1	0	0	0	0	0
	2	1	5	0	0	6	2	1
	3	0	22	1	4	30	2	0
	4	3	47	8	4	71	5	0
	5	9	60	8	5	101	5	1
	6	9	27	5	1	27	7	1
6. Em resultado do crime, vítima(s) ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanentemente	1	0	3	0	0	0	0	0
	3	0	5	0	1	7	2	0
	4	0	11	2	3	13	0	0
	5	3	32	7	4	51	6	0
	6	19	111	13	6	164	13	3
7. Vítima especialmente vulnerável por se encontrar em situação em que não tem alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: tornar vítima dependente de drogas)	1	0	1	0	0	0	1	0
	2	0	2	0	1	2	2	0
	3	0	9	1	0	12	1	1
	4	1	29	3	2	38	4	0
	5	9	51	6	6	89	4	0
	6	12	70	12	5	94	9	2
8. Nível de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planeamento sofisticado	1	0	1	0	0	0	0	0
	2	0	3	0	1	1	0	0
	3	1	10	0	0	19	1	0
	4	0	23	2	4	49	2	1
	5	11	73	11	5	99	11	1
	6	10	52	9	4	67	7	1
9. Vítima indefesa (com menor capacidade para se defender) em função do	1	0	2	0	0	0	0	0
	2	0	0	0	1	2	1	0
	3	0	4	1	0	6	2	0

modo como crime foi cometido ou meios empregues (ex.: administração de droga sedativa)	4	1	14	3	1	31	3	1
10. Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima	5	10	56	6	5	78	6	0
	6	11	86	12	7	118	9	2
	1	0	1	0	0	0	0	0
	2	0	1	0	0	1	0	0
	3	1	3	1	0	6	1	0
	4	0	16	0	2	27	3	0
	5	4	42	6	3	64	4	1
	6	17	99	15	9	137	13	2
11. Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer, suicidar-se ou tentar suicidar-se	1	0	1	0	0	0	0	0
	2	0	1	0	0	0	0	0
	3	0	2	0	0	7	0	0
	4	0	6	1	0	12	2	0
	5	1	24	4	3	35	5	0
	6	21	128	17	11	181	14	3
12. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem	1	0	1	0	0	0	0	0
	2	0	2	0	0	0	0	0
	3	0	1	0	1	7	1	0
	4	0	11	2	1	17	2	0
	5	7	44	5	5	72	7	1
	6	15	103	15	7	139	11	2
13. Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal	1	0	5	0	2	2	1	0
	2	0	3	0	0	2	1	1
	3	2	12	1	2	27	0	0
	4	3	49	4	5	68	8	1
	5	8	78	12	3	96	11	0
	6	9	15	5	2	40	0	1
14. Existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (ex.: ameaça de morte)	1	0	2	0	0	0	0	0
	2	0	6	0	2	7	3	0
	3	0	15	2	3	25	3	0
	4	6	37	8	5	68	9	1
	5	11	80	10	2	100	5	0
	6	5	21	1	2	35	1	2
15. Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave	1	0	3	0	0	0	0	0
	2	0	0	0	0	1	1	0
	3	0	2	0	1	10	3	0
	4	1	26	2	3	27	2	0
	5	7	45	11	6	82	3	1
	6	14	86	9	4	115	12	2
16. Existência de motivo torpe ou fútil (ex.: avidez/prazer de matar/causar sofrimento/excitação/satisfação do instinto sexual)	1	0	2	0	0	0	0	0
	2	0	2	0	1	4	0	0
	3	2	3	0	1	14	2	0
	4	3	19	1	4	44	2	0
	5	9	54	14	3	69	7	1
	6	8	82	7	5	104	10	2
17. Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)	1	0	2	1	0	2	0	0
	2	0	2	0	3	8	2	0
	3	0	13	0	1	19	2	0
	4	5	40	5	5	60	5	1
	5	12	65	7	3	100	8	1
	6	5	40	9	2	46	4	1
18. Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima	1	0	2	0	0	0	0	0
	2	0	1	0	0	2	0	0
	3	0	8	0	2	12	4	1
	4	2	24	1	0	41	3	0

	5	11	76	5	6	91	7	0
	6	9	51	16	6	89	7	2
19. Número de vítimas	1	0	3	0	1	1	0	0
(mortais) no âmbito da	3	1	3	0	0	6	0	1
ocorrência criminal	4	0	7	1	1	16	2	0
	5	7	47	4	5	50	8	0
	6	14	102	17	7	162	11	2
20. Crime praticado	1	0	2	0	0	0	0	0
contra ascendente,	2	0	4	0	1	4	1	0
descendente, adotante ou	3	0	10	2	1	19	0	0
adotado do ofensor	4	3	24	3	5	44	6	1
	5	11	69	9	5	98	9	1
	6	8	53	8	2	70	5	1
21. Crime praticado	1	0	4	0	0	0	0	0
como forma de retaliação	2	0	0	0	1	9	2	0
contra pessoa envolvida	3	0	11	1	1	18	1	0
em processo criminal	4	5	25	7	8	42	7	1
anterior visando o	5	9	64	9	2	99	7	2
ofensor (ex.: testemunha,	6	8	58	5	2	67	4	0
juiz, procurador,								
advogado, polícia).								
22. Ser praticado contra	1	0	1	0	0	0	0	0
cônjuge, ex-cônjuge, com	2	0	2	2	1	6	0	0
quem o agente mantenha	3	0	16	1	0	15	2	0
ou tenha mantido uma	4	3	22	4	7	55	4	3
relação análoga à dos	5	9	81	6	6	105	10	0
cônjuges ou contra	6	10	40	9	0	54	5	0
progenitor de								
descendente comum em								
1.º grau								
23. Utilização de arma de	1	0	1	0	0	1	0	0
fogo	2	0	1	1	2	2	0	0
	3	1	6	0	1	7	1	0
	4	2	22	3	3	31	4	1
	5	10	54	9	6	76	8	2
	6	9	78	9	2	118	8	0
24. Ser praticado contra	1	0	5	0	0	6	0	0
outro familiar (que não	2	1	6	2	3	6	1	0
ascendente ou	3	1	27	3	3	31	4	1
descendente)	4	2	45	8	7	75	8	2
	5	12	66	6	1	91	8	0
	6	6	13	3	0	26	0	0
25. Utilização	1	0	7	0	0	3	0	0
desproporcionada de	2	0	8	1	3	14	1	0
meios para atingir o fim	3	2	22	4	3	34	4	0
	4	5	39	8	5	71	6	1
	5	13	67	6	2	85	8	1
	6	2	19	3	1	28	2	1
26. Utilização de arma(s)	1	0	1	0	0	5	0	0
branca(s) ou outro	2	0	8	1	2	6	1	0
instrumento perigoso	3	1	9	4	2	28	4	0
	4	8	38	6	6	65	5	1
	5	8	66	6	4	84	5	0
	6	5	40	5	0	47	6	2
27. Número de pessoas	1	0	2	0	1	2	1	0
cujas vidas foram colocadas em	2	0	3	1	1	6	2	1
perigo no âmbito da	3	4	9	0	1	13	3	0
ocorrência	4	2	36	7	6	70	5	0
	5	8	77	10	5	100	7	0
	6	8	35	4	0	44	3	2
28. Utilização de	1	0	3	0	1	2	0	0
violência de forma	2	0	6	1	2	9	1	0

“gratuita”	3	1	7	2	0	21	1	1
	4	3	40	4	4	57	6	1
	5	7	71	8	6	103	8	0
	6	11	34	7	1	43	5	1
29. Ser praticado contra	1	0	10	1	3	11	1	0
pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho)	2	2	12	3	1	20	4	1
	3	2	28	5	4	38	4	1
	4	5	58	7	4	76	5	1
	5	11	45	5	2	82	6	0
	6	2	9	1	0	8	1	0
30. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	1	0	1	0	0	1	0	0
	2	0	2	1	2	5	1	0
	3	0	7	2	1	16	3	0
	4	3	27	6	2	36	3	1
	5	5	73	3	7	96	7	0
	6	14	52	10	2	81	7	2
31. Número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização	1	0	1	0	0	0	1	0
	2	1	4	0	0	5	0	0
	3	1	5	2	1	17	3	1
	4	4	36	6	5	60	5	0
	5	10	77	9	6	108	8	1
	6	6	39	5	2	45	4	1
32. Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ficou em difícil situação económica	1	0	4	0	0	3	2	0
	2	1	4	0	2	8	2	1
	3	2	22	6	3	34	6	0
	4	6	40	7	4	70	5	2
	5	8	72	8	4	89	5	0
	6	5	20	1	1	31	1	0
33. Ocorrência ser presenciada por menor(es)	1	0	1	0	0	2	0	0
	2	0	0	0	1	1	2	0
	3	0	16	2	1	29	7	0
	4	1	36	6	6	58	4	0
	5	8	62	9	5	93	5	1
	6	13	47	5	1	52	3	2
34. Existência de coabitação entre vítima e ofensor	1	0	1	1	0	2	0	0
	2	0	7	0	1	6	1	0
	3	0	21	2	4	37	5	0
	4	4	34	8	6	67	8	2
	5	12	69	8	3	95	4	1
	6	6	30	3	0	28	3	0
35. Nível de impacto no sentimento de insegurança da população	1	0	2	0	1	5	1	1
	2	1	3	2	1	7	3	0
	3	0	19	3	5	37	5	1
	4	7	40	8	5	81	3	1
	5	10	71	6	1	73	6	0
	6	4	27	3	1	32	3	0
36. Existência de relação de dependência ou subordinação (assistencial, educativa, laboral) da(s) vítima(s) face ao(s) ofensor(es)	1	0	1	0	0	4	1	0
	2	0	8	2	1	11	5	0
	3	1	22	1	2	34	2	1
	4	6	52	10	7	80	6	1
	5	10	67	5	3	88	4	0
	6	5	12	4	1	18	3	1
37. Nível de destruição/perturbação do local onde ocorreu o crime (ex: através da utilização de explosivos)	1	0	1	0	0	2	0	0
	2	0	8	0	2	7	4	1
	3	4	13	3	4	32	3	0
	4	5	42	11	4	58	2	0
	5	8	53	4	3	76	8	1
	6	5	45	4	1	60	4	1
38. Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima	1	0	2	0	0	1	0	0
	2	0	4	1	0	7	1	0
	3	2	13	0	1	20	1	0
	4	2	38	6	8	54	5	1

	5	10	75	10	5	110	8	1
	6	8	30	5	0	43	6	1
39. Intensidade da	2	0	3	1	0	5	2	0
violência	3	0	5	0	0	11	0	0
física/psicológica/sexual	4	2	32	1	1	59	4	2
empregue	5	2	64	11	9	93	8	0
	6	18	58	9	4	67	7	1
40. Perturbação do	1	0	2	1	1	3	1	0
Governo/Aplicação da	2	0	5	0	4	18	3	1
Lei /Ordem pública	3	5	13	5	2	31	6	1
	4	9	42	9	4	67	3	1
	5	5	67	4	3	80	5	0
	6	3	33	3	0	36	3	0
41. Ocorrer na residência	1	0	1	0	0	4	1	0
da(s) vítima(s)	2	0	6	2	2	14	0	1
	3	4	21	1	3	43	6	0
	4	2	49	11	8	60	4	1
	5	12	64	7	1	81	6	0
	6	4	21	1	0	33	4	1
42. Existência de impacto	1	0	2	1	2	5	0	0
significativo nas Forças e	2	0	7	0	1	7	2	1
Serviços de Segurança	3	3	7	3	3	28	0	0
chamadas a intervir (ex.:	4	1	20	8	6	45	5	0
mortos/feridos)	5	12	58	5	2	78	8	0
	6	6	68	5	0	72	6	2
43. Ocorrer em local	1	0	1	0	0	2	1	0
isolado (diminuindo	2	0	7	0	3	11	3	1
hipóteses da vítima obter	3	3	11	3	3	27	2	0
ajuda)	4	3	37	11	6	44	2	0
	5	9	70	5	1	104	11	1
	6	7	36	3	1	47	2	1
44. Necessidade de	1	0	2	0	1	5	2	0
recurso, por parte das	2	0	8	2	3	10	0	0
forças e serviços de	3	5	15	3	6	28	5	1
segurança a meios mais	4	4	33	10	4	55	3	2
sofisticados para	5	8	66	4	0	76	10	0
neutralizar situação (ex.:	6	5	38	3	0	61	1	0
chamada de elementos								
especiais)								
45. Em resultado do	1	0	2	1	1	3	1	0
crime, familiar(es) da(s)	2	0	5	2	1	7	1	0
vítima(s) ficaram afetados	3	2	9	1	2	29	3	0
de maneira grave e/ou	4	4	38	9	6	52	4	0
permanente a nível	5	7	63	6	3	102	6	1
psicológico, diminuindo a	6	9	45	3	1	42	6	2
sua qualidade de vida								
46.	1	0	7	2	1	13	1	1
Aproveitamento/utilizaçã	2	0	17	1	4	22	3	0
o da internet/redes	3	3	26	6	5	43	2	1
sociais para cometer o	4	7	48	7	2	69	6	1
crime	5	10	50	5	1	75	9	0
	6	2	14	1	1	13	0	0
47. Elevados custos	1	0	2	2	0	8	1	1
(económicos) para a	2	1	17	1	5	18	3	0
sociedade	3	6	27	5	2	49	5	0
	4	8	45	10	5	73	4	2
	5	6	47	4	2	78	6	0
	6	1	23	0	0	9	2	0
48. Crime praticado	1	1	2	0	1	4	3	0
contra figura relevante do	2	0	11	2	2	7	1	0
Estado, da administração	3	3	13	6	1	29	5	0

Apêndices

da justiça, da segurança	4	6	29	9	7	66	3	1
pública, funcionário	5	9	56	3	3	69	5	2
público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas.	6	3	51	2	0	60	4	0

A7.1.2 - Crimes mais graves e indicadores mais relevantes segundo o enquadramento institucional (pontos 8.1.2 e 8.1.4)

No Quadro A3 utilizou-se o mesmo critério do que anteriormente, ou seja, considerar os crimes em que a proporção de respostas de nível 5 ou 6 foi superior a 75%. O quadro encontra-se dividido em duas partes, a primeira onde constam os catorze crimes que na amostra global fazem parte do designado grupo I (crimes com maior gravidade), assinalando-se com um x sempre que tal crime conste do grupo I para cada enquadramento profissional concreto, e uma segunda parte onde constam onze crimes abrangidos neste agrupamento de crimes mais graves, mas que surgiram apenas especificamente para alguma(s) da(s) subamostra(s) e não, como tal, na amostra global.

Do mesmo modo, no Quadro A4 recorreu-se ao critério anteriormente utilizado, ou seja, considerar aqueles em que a proporção de respostas de nível 5 ou 6 foi superior a 75%. O quadro encontra-se também dividido em duas partes, a primeira onde constam os treze indicadores que na amostra global fazem parte do designado grupo I (indicadores com maior relevância), assinalando-se com um x sempre que tal indicador conste do grupo I para cada enquadramento profissional concreto, e uma segunda parte onde constam dezassete indicadores abrangidos neste agrupamento de indicadores mais relevantes, mas que surgiram apenas especificamente para alguma(s) da(s) subamostra(s) e não como tal na amostra global.

	<i>Crimes mais graves – amostra global (14)</i>	Mag. Jud (n=19)	MP (n=27)	GNR (n=198)	PSP (n=285)	PJ (n=27)	SEF (n=5)	APAV ⁴¹² (n=24)
Mais graves- na amostra global	1 ■ Homicídio	x	x	x	x	x	x	x
	2 ■ Homicídio qualificado	x	x	x	x	x	x	x
	5 ■ Tomada de reféns	x	x	x	x			x
	18 ■ Escravidão	x	x	x	x	x	x	x
	19 ■ Tráfico de pessoas		x	x	x		x	x
	20 ■ Rapto			x	x	x	x	
	21 ■ Pornografia de menores		x	x	x	x	x	
	23 ■ Violação	x	x	x	x	x	x	x
	24 ■ Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sex. pessoa inter.	x	x	x	x	x	x	x
	27 ■ Abuso sexual de crianças	x	x	x	x	x	x	x
	28 ■ Abuso sexual de menores dependentes	x	x	x	x	x	x	x
	29 ■ Lenocínio de menores		x	x	x	x	x	x
	30 ■ Infanticídio		x	x	x			x
	44 ■ Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo")	x	x	x	x	x	x	x
Crimes mais graves- Outros	3 ■ Homicídio privilegiado			x			x	x
	11 ■ Mutilação genital feminina		x	x				x
	12 ■ Ofensa à integridade física qualificada						x	
	13 ■ Violência doméstica							x
	14 ■ Maus tratos		x					x
	22 ■ Coação sexual		x					x
	31 ■ Roubo / Violência depois da subtração						x	
	35 ■ Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro				x	x		x
	38 ■ Associação criminosa		x				x	
	46 ■ Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga")		x					
	48 ■ Tráfico e mediação de armas (Lei das "armas")						x	
Total de crimes mais graves coincidentes com amostra global		9	13	14	14	11	12	12
Total - Outros crimes mais graves		0	5	2	1	1	5	6
Número total de crimes mais graves		9	18	16	15	12	17	18

Quadro A3: Ordenação dos crimes mais graves segundo o enquadramento institucional dos participantes (em que mais de 75% das respostas foram de nível 5 ou 6)

⁴¹² No caso da APAV para os crimes Ofensa à integridade física qualificada (item 12), Rapto (item 20) e Tomada de reféns (item 21) a proporção de respostas de nível 5 ou 6 foi exatamente de 75%, não constando destes quadros uma vez que estes contemplam os crimes cuja proporção de respostas para tais níveis foi superior a 75%.

Criminalidade violenta: da sua medição às políticas públicas de segurança interna

		Mag. Jud (n=14)	MP (n=22)	GNR (n=162)	PSP (n=235)	PJ (n=21)	SEF (n=3)	APAV (n=22)
<i>Indicadores mais relevantes – amostra global (13)</i>								
Mais relevantes na amostra global	1 Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de defic., gravidez ou estado de saúde		x	x	x	x		x
	6 Em result. do crime, vítima(s) ficou privada de import. órgão ou membro ou ficou desfig. de forma grave e permanente/		x	x	x	x	x	x
	7 Vítima especial/ vul. em sit. em que não tem alter. real nem aceit. se não submet. ao abuso (ex: tornar vít. dep. de drogas)	x	x		x			x
	8 Nível de premed. por parte do ofen., persist. na int. de cometer o crime, emp.de meios sof. p/ prat. crime e/ou plan. sofist.		x	x		x		x
	9 Vítima ind. (c/ < cap. p/se def.) em função do modo c/o crime foi comet. ou meios empregues (ex: adm. de droga sedativa)	x	x	x	x			x
	10 Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima	x	x	x	x	x	x	x
	11 Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer, suicidar-se ou tentar suicidar-se	x	x	x	x	x	x	x
	12 Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem	x	x	x	x	x	x	x
	15 Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença partic. dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave		x	x	x		x	x
	16 Existência de motivo torpe ou fútil (ex: avidez/prazer de matar/causar sofr./excitação/satisfação do instinto sexual)		x	x		x	x	x
	18 Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima	x	x	x	x			x
	19 Número de vítimas (mortais) no âmbito da ocorrência criminal	x	x	x	x	x		x
	23 Utilização de arma de fogo		x	x	x	x		x
Indicadores mais relevantes - Outros	3 Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido		x					x
	4 Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime		x			x		
	5 Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es)							x
	13 Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal		x					x
	17 Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)							x
	20 Crime praticado contra ascendente, descendente, adotante ou adotado do ofensor		x	x				x
	21 Crime prat. c/o forma de retal. contra pessoa envol. em proc. crim. ant. visando o ofensor (ex.: test., juiz, proc., adv, polic.).			x				x
	22 Ser prat. contra cónj., ex-cónj., c/ quem mant. ou tenha mant. rel.o anál. à dos cónj. ou contra prog. de desc. com. 1.º grau							x
	24 Ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente)							x
	28 Utilização de violência de forma “gratuita”							x
	30 Em result. do crime, vítima(s) ficou afetada de man. grave e/ou perm. a nível psicol., diminuindo a sua qualid. de vida			x	x			x
	33 Ocorrência ser presenciada por menor(es)						x	x
	34 Existência de coabitação entre vítima e ofensor							x
	38 Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima							x
	39 Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue	x	x	x				x
	42 Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos)			x				x
	45 Em resul. do crime, fam. da(s) vítima(s) ficaram afet. de maneira grave e/ou perm. a nível psicol., dim. a sua qual. de vida						x	
<i>Total de itens relevantes coincidentes com amostra global</i>		7	13	12	11	9	6	13
Total- Outros indicadores relevantes		1	5	5	1	1	2	15
Número total de itens mais relevantes		8	18	17	12	10	8	28

Quadro A4: Ordenação dos indicadores mais relevantes segundo o enquadramento institucional dos participantes (em que mais de 75% das respostas foram de nível 5 ou 6)

A7.1.3 - Políticas públicas - estratégias e medidas (ponto 8.1.5)

A7.1.3.1 Definição e medição da criminalidade violenta

Critérios relacionados com:		Exemplo(s)
Vítima(s)	Especial vulnerabilidade	Grau de vulnerabilidade das vítimas e as consequências para estas. Condições de vulnerabilidade ou de relação com a vítima A especial vulnerabilidade da vítima
	Consequências/ impacto para vítima(s)	Os danos provocados em cada vítima, sentimentos que diferem de pessoa para pessoa O estado em que fica a vítima, o seu sofrimento. Sofrimentos dos familiares. Gravidade da situação em que fica a vítima ou alterações na sua vida, O impacto causado na atividade diária das vítimas Deverá incidir preferencialmente sobre os impactos diretos ou indiretos da vítima. O trauma psicológico de vítimas e familiares atingidos Sofrimento das vítimas, do tempo que sofreram e todas as consequências que o crime lhes trouxe. Lesão/prejuízo físico, psicológico e financeiro para a(s) vítima(s) É muito subjetivo uma vez que cada crime é um crime e cada vítima, agressor e outros intervenientes, tem a sua própria perspectiva acerca do mesmo. O que é violento para uns pode não ser entendido para outros. Contar as vítimas que sobrevivem ao ato ilícito com graves consequências Constatar o real perigo de vida para a(s) vítima(s).
	Colocar em perigo ou por em causa a vida da(s) vítima(s) ou de agente(s) de autoridade	Todo o tipo de crime que puser em perigo ou em causa a vida humana, assim como colocar em perigo a vida da autoridade policial que tenta por todas as vias fazer respeitar o cumprimento de um estado de direito.
	Dolo	Grau de intensidade do dolo
Ofensor(es)	Motivações	Talvez avaliando o estado psíquico dos vários arguidos e o porquê do cometimento dos crimes (...) consigamos perceber as diferenças e os vários níveis de gravidade/violência de cada crime.
	Perversidade/ censurabilidade/ crueldade	Gravidade, perversidade e censurabilidade O nível de crueldade para praticar o crime
	Reincidência/ antecedentes	a reiteração da prática de determinado ilícito por parte do agressor Antecedentes criminais
	Nível de organização/ estruturação	O nível de organização/ estruturação da atividade criminosa
Atos cometidos/ <i>Modus operandi</i>	Ganhos/lucros	Os ganhos/lucros retirados da atividade criminosa.
	Atos praticados em si e meios utilizados	Como o crime é praticado, e meios utilizados, sofrimento causado Independentemente do resultado da ação, o ato/ facto por si produzido Resultado típico dos crimes violentos (ex.: morte ou ofensas à integridade física graves da vítima). Meios utilizados e sofisticação O meio utilizado e ou a forma que foi utilizada pelo suspeito. Ex: um indivíduo que agride alguém com recurso a uma foice, porém não atingiu a vítima num local vital, não é grave. Acho errado, pois poderá ter sido apenas falta de habilidade ou pontaria, na intenção de pôr termo à vida do indivíduo e poderá voltar a tentar.
	Violência utilizada	Definir de forma clara os critérios de medição dos índices de violência dos crimes. A própria violência para realização do crime
	Quantidade/ frequência dos crimes cometidos	A quantidade de crimes violentos ocorridos, (...), período do dia em que tais crimes mais se manifestam Crime continuado contra a mesma pessoa
Impacto na sociedade/ comunidade	Recurso à internet/redes sociais	Atualizar a mesma [definição] segundo os novos mecanismos utilizados (ex.: redes sociais e internet) atendendo ao impacto e consequências que têm na vítima ou nas vítimas
	Impacto na sociedade/ comunidade	Os resultados que causem graves perturbações na vida das pessoas singulares e coletivas. O impacto negativo causado na comunidade local e geral.
	Sentimento de insegurança e alarme social	Crime que tenha um grande impacto no sentimento de segurança da população. A sua perversidade e alarme social

Quadro A5: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da definição/medição da criminalidade violenta segundo os participantes - Critérios de medição

Critérios relacionados com:		Exemplo(s)
Estudos	Inquéritos de vitimação	Inquéritos de vitimização Medir junto da população
	Estudos com intervenientes e técnicos	Entrevista às vítimas e estudo da sua perspetiva; entrevista aos técnicos que trabalham com as vítimas e estudo das suas perspetivas; entrevista aos ofensores, estudo das suas motivações e dos indicadores de risco, baseados também em indicadores da saúde mental (e.g. índices de psicopatia, perturbação de personalidade antissocial ou narcísica).
		A elaboração de estudos reais e coerentes no terreno e junto dos intervenientes diretos.
		Estudo das causas subjacentes com realização de perfis dos indivíduos agentes dos ilícitos (família/educação/o percurso de vida)
		Pesquisa sobre os verdadeiros fundamentos da criminalidade violenta.
		Um apuramento realista junto de quem lida com as situações no terreno e conhece a realidade e não através dos <i>media</i> .
Estatísticas oficiais	Estudo dos crimes registados	Um estudo conjunto dos dados estatísticos das forças policiais em Portugal O estudo concreto das ocorrências, com apreciação do maior número de elementos possíveis, o que nem sempre será o caso, e não existir uma preocupação exagerada com o número mas sim com os intervenientes. As definições e medições são por "nós" impostas para nos enquadrarmos, mas para as vítimas de nada servem. O objetivo do estudo parece ser enquadrar a criminalidade violenta de forma objetiva, mas irão sempre aparecer outras situações que poderão ser enquadradas.
	Afinação de procedimentos	Criação de uma tabela com os crimes específicos independentemente da pena de prisão a ser aplicada a cada um. Estatísticas oficiais da FS uniformizadas (mesmos mapas) Para mensurar a criminalidade violenta por níveis, teriam as forças de segurança de tratar uniformemente o seu registo por subcategorias. Atribuir NUIPC a todos os crimes independentemente da sua natureza Os valores apresentados serem mais individualizados. Todos os crimes violentos serem reportados cuidadosamente reportados.
	Rigor e fiabilidade	Melhor controlo dos dados estatísticos. Não alterar a realidade dos números apenas para estatísticas Formação dos profissionais para notarem devidamente as ocorrências Apuramentos estatísticos feitos corretamente e com dados fiáveis
	Análise e apresentação de resultados	Factos concretos e não somente dados estatísticos (avaliação por " nível de violência" e não apenas número de casos) Não existe medição para este tipo de crimes Melhores estatísticas e aprofundar de caso a caso No que diz respeito à medição, um acesso profundo à informação criminal por parte de instituições vocacionadas para o efeito será essencial. Não efetuar o estudo com base em percentagens, porque num universo pequeno, com pouca criminalidade, um crime considerado grave, influencia muito a % Número de crimes por tipo legal de crime Não se reger por critérios estatísticos O cruzamento de dados entre o número de suspeitos + autores e arma utilizada e condenações (bem como aferição das penas) Apostar numa correta análise criminal. Criar uma tabela com pressupostos de gravidade
	Percurso ao longo do Sistema de Justiça Penal	Adaptar as bases de dados operacionais para esse efeito, desde a queixa inicial até à sentença por parte do Tribunal. Estudar o número de processos que são arquivados Recolha e divulgação das decisões em cada caso concreto e em todo o país.
Análise	Peritos	Envolver peritos das diversas áreas das ciências sociais numa análise abrangente Cruzamento de inquéritos com estatística Leitura atenta e ponderada dos indicadores de crescimento/diminuição da criminalidade, com auscultação dos OPC;
	Análise global e outras	Realização de estudos comparativos Melhores níveis de estatística e cruzamento de diversas fontes de dados Verifica-se que a título de exemplo, que existe uma publicidade de violência gratuita entre os jovens nos meios de comunicação social, e não se contabiliza estes fenómenos.

Quadro A6: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da definição/medição da criminalidade violenta, segundo os participantes - Estatística/análise/estudos

A7.1.3.2 Aperfeiçoamentos ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta

Reforço dos OPC e operadores judiciais	Exemplos
Meios humanos e materiais (ex.: dos OPC/FS) (n=97; 30,2%)	<p>Ao nível do combate um reforço cabal do efetivos das forças de segurança ao nível operacional (OPC patrulheiro),</p> <p>Aumentar o numero de efetivos policiais, nomeadamente abrir mais concursos de admissão de agentes, guardas, elementos do SEF da PJ e guardas prisionais, porquanto tem vindo a ocorrer um desfasamento entre os elementos que se aposentam e os que entram,</p> <p>Munir as forças de segurança de mais meios humanos e principalmente melhores meios materiais e mais sofisticados.</p> <p>Dotação das Forças e Serviços de Segurança de meios materiais ao nível dessas ameaças</p> <p>Aumento do efetivos policial/ Melhor aproveitamento de recursos</p> <p>Aumento significativo de efetivo nos Postos/Esquadras, claramente insuficiente perante as necessidades de serviço, colocando claramente a segurança das populações em causa.</p> <p>Claramente os meios com que a criminalidade violenta tende a ser realizada são cada vez mais sofisticados, de mais fácil acesso e com mais capacidade para ocultar provas/vestígios. Os meios informáticos, a dark web, armamento sofisticado de fácil acesso, permeabilidade das “fronteiras”, e os conhecimentos globais só poderão ser combatidos de igual para igual quando se deixar de pensar que determinado lugar ou determinada população só pratica determinados crimes e de determinada maneira. O crime é global e o acesso até à aldeia mais remota pode ser feito por um criminoso mundial, daí que os meios não podem ser concentrados em locais mais “urbanos”. Todas as forças policiais deverão ser dotadas dos mesmos meios e com capacidade de resposta adequada, seja em Lisboa seja em Sambade</p> <p>Equipar veículos com meios eletrónicos que permitam detetar situações irregulares a nível de trânsito.</p> <p>Mais investimento nas forças e serviços de segurança (Políticas Públicas de Segurança direcionadas para os recursos humanos e materiais, designadamente os informáticos (integração de sistemas informáticos dos diversos OPC), viaturas policiais, etc...); Harmonizar, na UE, base de dados sobre registo de propriedade de viaturas e seguros; Melhorar o intercâmbio de informação com os Tribunais e OPC.</p>
Formação (n=14; 4,4%)	<p>Formação específica e frequente dos funcionários/entidades que lidam com matérias relacionadas com criminalidade violenta.</p> <p>Formação no regime probatório para eficácia da intervenção judicial</p> <p>A formação de profissionais na temática do terrorismo, em particular sobre como intervir com vítimas desta natureza.</p> <p>Maior formação a entidades envolvidas na problemática da criminalidade violenta</p>
Especialização e criação de equipas (n=6; 1,8%)	<p>Especialização das equipas que intervêm em situações de criminalidade violenta;</p> <p>Criação de equipas com elementos experientes e reconhecidos pelos seus chefes no terreno.</p>
Diminuição da carga burocrática (n=5; 1,6%)	<p>Diminuição da carga burocrática que se duplica e sobrepõe entre serviços, libertando assim meios humanos para conferir segurança às populações.</p> <p>(...) Admitir funcionários civis para cumprir tarefas burocráticas e outros serviços, que nada têm a ver com a atividade Policial.</p>
Motivação dos profissionais (ex.: OPC) (n=3; 0,9%)	<p>Moralização das Forças de Segurança a fim de ativar proatividade.</p>

Quadro A7: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta, segundo os participantes - Reforço dos OPC e operadores judiciais

Processo penal e punição mais efetiva	Exemplos
Agravamento das penas aplicadas (n=37; 11,5%)	Mão pesada nas penas Ajustamento das penas para penas mais pesadas, e ficarem diretamente em prisão preventiva quando detidos em flagrante delito e nos crimes praticados contra funcionários do estado, pois coloca em causa a soberania e a autoridade do estado
Alterar/aperfeiçoar a Lei (n=37; 11,5%)	Criação de júris providência nacional com aplicabilidade em todas comarcas criminais, deixando ao juiz uma grelha de aplicação das penas segundo os critérios estabelecidos nos júris providencia. Aplicação das penas de multa tendo em conta o nível de irs do arguido. Possível aperfeiçoamento do Código de Processo Penal, designadamente no que toca às medidas especiais de Polícia, a identificação do cidadão, a condução à Esquadra, as revistas, as buscas, etc., tornando, em certas situações, a intervenção mais fácil, mais adequada e acima de tudo oportuna no tempo. Alargar as molduras penais e agravar sanções acessórias. No caso de suspeitas concretas, permitir a utilização imediata de meios de obtenção de prova com vista à recolha de elementos essenciais que indiciem a vontade de o fazer e, em simultâneo, impedir que o crime se concretize. Todo o tipo de crime cometido contra funcionário no exercício das suas funções ser considerado criminalidade violenta, funcionaria com prevenção Todo o tipo de crime cometido contra funcionário no exercício das suas funções ser considerado criminalidade violenta, funcionaria com prevenção Obrigatoriedade das vítimas de criminalidade violenta em testemunhar mesmo que se enquadrem no art.º 134.º CPP Passar-se algumas medidas que são da competência da autoridade judiciária, para os OPC (...) Exclusão da possibilidade da recusa a depor quando se trate das próprias vítimas
Prisão efetiva (n=15; 4,7%)	Aumento das penas de prisão efetiva Aplicação de medidas de coação privativas da liberdade, que funcionem como dissuasoras e como reparadoras nas vítimas.
Maior celeridade - processos/justiça (n=14; 4,4%)	Mais célere resposta dos tribunais na aplicação de medidas de coação nos crimes de violência doméstica Medidas mais imediatas e fáceis de ser utilizadas pelos tribunais e forças de segurança Resposta imediata ao nível de aplicação das penas; velar pelo cumprimento integral das penas, excluindo assim medidas como liberdade condicional. Julgamento em processo sumário de todos os crimes cometidos contra agentes policiais, assim como serem os mesmos agentes indemnizados por danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos de forma automática sem necessidade de efetuarem tal pedido, recaindo sobre o Estado (Mº Pº) tal incumbência. Respostas mais rápidas e efetivas por parte dos órgãos responsáveis no que diz respeito à proteção da vítima e na tomada de medidas contra o alegado agressor.
Aplicação da Lei (n=11; 3,4%)	Aplicação real das medidas punitivas. Aplicação da lei mais rigorosa Aplicação de punições adequadas e de forma congruente As penas serem aplicadas tal como estão previstas no Código Penal, para que não se viva num ambiente de impunidade.
Divulgação de casos e penas aplicadas (n=2; 0,6%)	Divulgação dos casos e penas aplicadas

Quadro A8: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta, segundo os participantes - Processo penal e punição mais efetiva

Fatores psicossociais e prevenção geral	Exemplos
Valores e educação cívica (n=15; 4,7%)	A criminalidade violenta é atualmente transversal a todas as sociedades. A mesma não se combate com o aumento de forças policiais mas sim na aquisição de valores que se perderam. A família, juntamente com valores culturais, sociais e religiosos. Aposta na educação cívica
Campanhas de sensibilização (n=10; 3,1%)	Aumento de iniciativas informativas em vários canais (televisão, redes sociais) Fazendo palestras/debates para a população em geral, começando pelos mais jovens, que serão os adultos de amanhã. Mais informação nos meios de comunicação social aos cidadãos (médias e redes sociais, escolas) - investimento na prevenção primária.
Educação - Escola (n=8; 2,5%)	Apostar fortemente na educação!!!! É na escola que se incutem os valores de uma sociedade justa e livre!!! Sensibilização nas escolas para dar meios às crianças de reconhecer os crimes, saber como os denunciar e como ser ajudado A educação escolar, com exemplos concretos e reflexão sobre o que seria se fosse cada um deles a vítima.
Educação do cidadão (n=6; 1,9%)	A educação/awareness do cidadão continua a ser uma das ferramentas mais eficazes em termos de prevenção, em algumas das situações de criminalidade violenta. Maior alerta na comunidade e instituições públicas como escolas e centros de saúde ou hospitais para que situações suspeitas sejam denunciadas. Aumentar o nível de informação/educação quer das potenciais vítimas - elucidar-las acerca dos respetivos direitos e forma de os "fazer valer", por exemplo - quer dos potenciais agressores, quebrando o sentimento de impunidade que, nalguns casos e nalguns núcleos sociais/culturais, se constata...
Saúde mental (n=5; 1,6%)	Mais e melhores serviços de inserção social e saúde mental de base para a generalidade da população, de forma a diminuir o desenvolvimento de fatores de risco na sua origem e processo de desenvolvimento/complexificação. Apoio facilitado a apoio psicológico Haver mais preocupação pelas pessoas com problemas psíquicos que devem ser devidamente acompanhadas. Protocolos que obriguem por exemplo a ajuda psicológica durante um período considerado adequado
Combater exclusão social (n=4; 1,2%)	Políticas de igualdade das condições sociais Combate à exclusão social Maior intervenção técnica social especializada junto dos aglomerados populacionais. Estruturação de apoios, em várias áreas (económica, financeira, social, cultural) junto de comunidades mais desfavorecidas. Melhores condições de vida para todos, redução das diferenças sociais, melhor educação e preparação precoce para a cidadania de todos

Quadro A9: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta, segundo os participantes - Fatores psicossociais e prevenção geral

Reforço das estratégias relacionadas com atuação (ex.: OPC/FS)	Exemplos
Trabalho em rede e articulação (n=14; 4,4%)	Intercâmbio de Instituições e Trabalhar em Rede Maior agilidade/flexibilidade na relação entre OPC/MP para a tomada de medidas processuais urgentes com vista à obtenção de meios de prova/obtenção de prova. Reuniões regulares dos diferentes atores processuais
Policimento de proximidade (n=13; 4%)	Reforço do Policiamento de Proximidade Aumento do policiamento proximidade efetivo nas zonas mais problemáticas Um maior incremento no modelo de polícia comunitária – de maior proximidade das autoridades policiais locais com a população que servem;
Cooperação e coordenação entre OPC (n=13; 4%)	Melhor articulação entre os vários OPC, Partilha de informação por parte de todos os órgãos de polícia criminal. Utilização de uma única base de dados entre as Forças de Segurança Um maior intercâmbio entre polícias dos estados membros É também importante o <i>terminus</i> das "quintinhas". Uma união das várias polícias de investigação sob um mesmo comando é urgente.
Policimento- visibilidade/ patrulhamento (n=12; 3,7%)	Forças de segurança mais presentes e visíveis Mais policiamento visível e programas de colocação de elementos fardados junto dos bairros sociais e locais de risco com postos móveis e reforço das unidades de reserva (ex.: GIOP) Maior vigilância e controlo da população Mais policiamento nas zonas de maior prevalência de ocorrências criminais. Neste momento a GNR não consegue assegurar sequer os serviços mínimos (patrulha às ocorrências), pelo que o patrulhamento preventivo e proactivo é inexistente. Este seria o único ponto por onde começar.
Intervenção rápida e eficaz (n=11; 3,4%)	Melhor e mais pronta intervenção das autoridades policiais, Pouco previsível, intervenção o mais rápido possível quando solicitada Maior capacidade de resposta das autoridades policiais e judiciais
Ações preventivas (n=10; 3,1%)	Adotar medidas mais preventivas e não atuar apenas na ocorrência de crimes Seria bom começar a fazer-se prevenção. As forças de segurança não dispõem de meios humanos que lhe permitam fazer prevenção, nem no âmbito da criminalidade geral. As forças de segurança atuam de maneira reativa e não preventiva, modelo este nunca alterado
Atuação/policimento baseado na informação/análise (n=9; 2,8%)	Um bom conhecimento de todos os indivíduos referenciados em crimes violentos na área de cada OPC Apostar na recolha e tratamento de informações indiciadoras desse tipo de condutas. Apostar na recolha e tratamento de informações indiciadoras desse tipo de condutas. Policiamentos direcionados com meios humanos e materiais. Controlo mais apertado aos agressores com histórico de prática de crimes violentos.
Videovigilância (n=7; 2,2%)	Nos locais de maior afluência de pessoas a vídeo vigilância poderá ser um meio de dissuasão bem como uma poderosa ferramenta de trabalho para os OPC.
Mais fiscalização (n=5; 1,6%)	Maior ação policial sobre locais de aquisição de armas, incluindo sites de anúncios na internet (...) A correta aplicação de medidas de fiscalização (armas, exercício da segurança, apologia na internet etc.)
Controlo de fronteiras e controlo no acolhimento de estrangeiros (n=3; 0,9%)	Maior controlo no acolhimento de cidadãos estrangeiros Controle das fronteiras, quer terrestre quer marítimo

Quadro A10: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta, segundo os participantes - Reforço das estratégias relacionadas com atuação (ex.: OPC/FS)

Prevenção da reincidência, apoio às vítimas, estudo da criminalidade e outros aspetos	Exemplos
Prevenção da reincidência (n=11; 3,4%)	Monitorização de presos libertados (elevada reincidência). A reabilitação dos presos com o emprego das medidas indicadas, por si só provavelmente seria o suficiente, desencorajava a prática de crime, porque a maioria dos crimes violentos são praticados por ex-condenados ou sobe sua supervisão. Criação de meios (médicos/psicológicos/sociais) para prestar a assistência devida ao agente do crime
Informação, apoio e proteção à vítima (n=7; 2,2%)	Uma melhor resposta por parte das entidades de acolhimento e proteção das vítimas, de forma a evitar expor tanto a mesma. Mais proteção às vítimas, facilidade no anonimato e retoma de vida normalizada no mais curto espaço de tempo. Maior informação dos recursos das vítimas Aumentar as capacidades de apoio a vítima Criar mecanismos de proteção para os queixosos, vítimas e testemunhas, pois um dos factos que leva a que os crimes sejam cometidos, é os seus autores, terem por vezes a noção de que nunca irão ser perseguidos, dado o medo que criam nas vítimas para não os denunciarem, sentindo-se assim a salvo.
Estudo da criminalidade (n=7; 2,2%)	Estudo das causas subjacentes com realização de perfis dos indivíduos agentes dos ilícitos (família/educação/o percurso de vida) Criação equipas multidisciplinares para estudo da criminalidade violenta. Envolver peritos das diversas áreas das ciências sociais numa análise abrangente Monitorizar e implementar padrões de prevenção
Outros (n=19; 5,3%)	Aperfeiçoamento dos mecanismos de defesa dos direitos, liberdade e garantias individuais. Os órgãos de Polícia criminal terem mais poder para atuar Mais informação disponível em termos de acesso as bases de dados nacionais para as autoridades policiais (...) Acabar com a proteção de dados no que à investigação criminal diz respeito, pois é sem dúvida um grande entrave. Cumprimento imediato das penas aplicadas. Criar estabelecimentos prisionais Maior número de forças policiais

Quadro A11: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta, segundo os participantes - Prevenção da reincidência, apoio às vítimas, estudo da criminalidade e outros aspetos

A7.1.3.3 Principais preocupações no âmbito da criminalidade violenta

Crimes em concreto ou alvos de crime (n=101; 41,9%)	Exemplos
Violência doméstica	<p>Demasiados processos de violência doméstica e crimes relacionados com abuso sexual de crianças e adolescentes.</p> <p>O aumento significativo do número de denúncias pela prática do crime de violência doméstica</p> <p>Preocupo-me essencialmente com crimes que já se tornam demasiado comuns na nossa sociedade, crimes que tendem a cada dia que passa a evoluir para uma criminalidade mais violenta.</p> <p>Crimes como violência na escola, violência no seio familiar: violência doméstica, violência/maus tratos a idosos, maus tratos a crianças, maus tratos a animais. Todos eles com violência que aumenta todos os dias e que traz consequências devastadoras no futuro.</p> <p>Sim a violência doméstica. Quando vemos violência no namoro, quer dizer que ainda vai levar cerca de 100 anos a começar a mudar as mentalidades, para que alguma coisa mude na nossa Sociedade.</p> <p>Sim, o facto de quase todas as vítimas de violência doméstica continuarem a pretender viver com os suspeitos</p> <p>Violência doméstica; Abuso sexual de menores e de pessoas incapazes.</p> <p>Receio que as vítimas de violência doméstica ao não verem respostas práticas e eficazes acabem por ceder ao agressor.</p> <p>Sim, no crime de violência doméstica, devido à sua incerteza na sua evolução.</p>
Terrorismo	<p>Todos aqueles praticados contra os menores, bem como o aumento dos crimes em locais públicos com muita gente, provocado por ideais ideológicos religiosos/interesses estúpidos.</p> <p>A imprevisibilidade de ocorrência de atos de natureza terrorista, que pela sua natureza, são de consequências graves no que respeita ao sentimento de segurança das populações.</p> <p>Sim, formas de terrorismo e de atentar contra a população, difícil de prever, prevenir ou mesmo evitar!</p> <p>Sim, preocupação relativamente ao crescer da criminalidade «silenciosa» terrorismo/atentados e atos de terrorismo.</p>
Roubo	<p>Em particular nos roubos, na via pública com armas. Também me preocupa o fluxo de pessoas nos locais turísticos, em particular em cidades do Algarve que quadruplicam o seu número de residentes e onde a prevenção criminal é escassa, fazendo desses locais, zonas apetecíveis para os criminosos ou terroristas.</p> <p>Os Roubos praticados a idosos e os crimes sexuais praticados contra crianças</p> <p>Preocupam-me os imensos roubos que ocorrem diariamente em Portugal, alguns encobertos com outra terminologia/tipificação de crime que contornam a realidade dos crimes que efetivamente sucedem.</p>
Outros crimes	<p>O homicídio de pessoas em processos com investigação a decorrer.</p> <p>Sim, nomeadamente abuso sexual de menores e também a criminalidade violenta efetivada por grupos organizados</p> <p>Sim. Pornografia infantil a qual está sobejamente associada ao tráfico de crianças</p> <p>Sim. Retaliação contra elementos familiares</p> <p>Abuso sexual de menores e crimes informáticos.</p>
Alvos do crime	<p>Referente a todos os crimes que envolvam pessoas (menores ou não) indefesas ou desprotegidas.</p> <p>Sim, contra idosos, crianças e violência doméstica</p> <p>Sim, a praticada especialmente contra pessoas debilitadas em função da idade, deficiência.</p> <p>Sim, a violência de alunos e pais contra os professores, que não têm proteção no âmbito de medidas corretivas aos alunos desestabilizadores.</p> <p>Sim, sobretudo com o aumento do número de denúncias de ilícitos criminais de elevada gravidade e cada vez mais sobre pessoas indefesas, incapazes ou de especial vulnerabilidade.</p>
Crimes contra agentes de autoridade	<p>Ofensas à integridade física qualificada (contra agentes e funcionários do estado) e terrorismo</p> <p>Possíveis represálias em razão do desempenho da missão.</p> <p>Crimes ocorridos contra as forças policiais, que obrigam a uma burocracia extrema e com conhecimento próprio, desculpabilização dos agressores pelas estâncias judiciais, alegando que faz parte da profissão de polícia.</p> <p>Sim, o grande aumento de agentes policiais que são agredidos no cumprimento do dever, fazer cumprir as leis do estado democrático.</p> <p>Sim, os crimes cometidos contra funcionários no exercício das suas funções, serem, muitas vezes, desconsiderados em termos de aplicação de medidas de coação e da pena</p>

Quadro A12: Principais preocupações no âmbito da criminalidade violenta, segundo os participantes - Crimes em concreto ou alvos de crime

Combate ao crime e meios (n=46; 19,1%)	Exemplos
Falta de meios ou efetivos	<p>O efetivo direcionado para a prevenção/repressão continua a diminuir</p> <p>A dotação em recursos humanos/materiais na PJ e a formação/profissionalização da investigação criminal nos outros OPC, especialmente no que tange aos crimes de roubo sem recurso a arma de fogo. A minha perceção é de que a taxa de sucesso na resolução deste último é bastante baixa.</p> <p>A falta de meios adequados e apoio prestado no terreno pelos superiores hierárquicos.</p> <p>A parca capacidade de, atualmente, a GNR assegurar uma resposta imediata eficaz, fundamentalmente por falta de meios (humanos) disponíveis.</p> <p>Sim. Preocupa-me sobremaneira o gritante aumento de falta de efetivo nas forças de segurança e a consequente incapacidade para atuar no flagrante delito especialmente em ocorrências por crimes violentos.</p> <p>Falta de efetivos por força da enorme carga burocrática que prende efetivos no interior de quartéis esquadras e postos policiais.</p> <p>As forças de segurança não tem meios para a combater nem tem o apoio de quem manda.</p> <p>Sim. A falta de meios humanos e autos.</p> <p>Sim, a falta de polícias no terreno.</p> <p>Preocupação com a falta de meios existentes para a investigação e consequente prevenção da criminalidade, seja ela violenta ou não</p> <p>Cada vez as Autoridades estão mais envoltas em papel e menos operacionalidade</p> <p>No crime de Violência domestica, verifica-se uma grande preocupação ao nível da documentação (formalidades), bem como na criação de mecanismos de proteção, mas na realidade pouco funciona, derivado à falta de recursos humanos.</p> <p>Falta de motivação dos polícias</p> <p>Falta de militares nos postos e ausência de meios humanos e materiais</p> <p>A utilização de certas tecnologias pelos agentes criminosos pelo facto de não estarmos dotados de equipamentos que os possam detetar</p> <p>Embora tenhamos muitas vezes acesso a imagens de videovigilância, verifica-se que a sua qualidade é muitas vezes nula e de nada nos serve para a investigação.</p> <p>Sim, os poderes legais que as forças de segurança tem para lidar com os autores da criminalidade violenta</p> <p>Os meios são insuficientes para fazer face a uma criminalidade cada vez mais sofisticada</p>
Formação	<p>A formação de profissionais na temática do terrorismo</p> <p>O modo violento como atuam e a falta de formação/informação aos efetivos de primeira linha.</p> <p>As Forças de Segurança não ter qualquer formação sobre como intervir e como lidar em casos de terrorismo.</p>
Dificuldades de informação	<p>A dificuldade que existe no acesso a determinada informação fulcral para a obtenção de provas, mesmo que essa informação seja solicitada por Autoridade Judiciária.</p> <p>Existir uma falta de entre câmbio de informação entre os órgãos de Justiça</p>
Estratégias de intervenção	<p>Reforçar patrulhamento de visibilidade e prevenção</p> <p>Policimento em zonas sensíveis</p> <p>Partilha de informação entre as várias forças e serviços de segurança.</p> <p>Fiscalização de indivíduos e viaturas referenciados e/ou suspeitos.</p> <p>A descoordenação de serviços (não só de forças policiais) no país inquieta-me. Deixa-me sérias dúvidas sobre a capacidade de resposta em caso de um evento de dimensões mesmo sérias.</p>

Quadro A13: Principais preocupações no âmbito da criminalidade violenta, segundo os participantes - Combate ao crime e meios

Outras preocupações	Exemplos
Aumento da violência (n=25; 10,4%)	<p>Pouca tolerância das pessoas e agressividade gratuita sem razão.</p> <p>O seu aumento e a tendência para aumentar bem como a sua gravidade e carga violenta.</p> <p>Considero preocupante o aumento do agravamento da violência que tem acontecido nos últimos tempos.</p> <p>a sua cada vez maior propagação quer a nível nacional, quer a nível mundial.</p> <p>Cada vez mais se verifica que a criminalidade grupal juvenil se tem tornado mais violenta...</p> <p>Aumento da violência dos atos</p> <p>O aumento (numa perspectiva pessoal) do número, e do nível de violência, de vítimas especialmente vulneráveis: crianças, idosos, incapacitados,</p> <p>O Aumento desta nos últimos anos e a facilidade com que se cometem crimes, cada vez mais violentos.</p> <p>o aumento drástico do confronto físico entre ofensor e vítima</p>
Lei e sua aplicação / justiça (n=21; 8,7%)	<p>Ineficácia dos tribunais (resposta demoradas)</p> <p>Uma vez que os crimes praticados contra agentes policiais, são considerados crimes de natureza pública, termos em que o agente não deveria ter de formalizar denuncia e consistir-se Assistente para acionar ação legal contra o ofensor, julgo que a moldura penal neste tipo de crime deveria ser agravada. Como resultado destas mudanças a autoridade ganhava mais força em sentido metafórico e os delinquentes sabiam que as suas condutas teriam consequências, evitando o sentimento de impunidade e de que vivem num país "anárquico"</p> <p>A falta de aplicação de medidas exemplares.</p> <p>A inexistência de normas legais mais claras e objetivas, que possibilitem o acesso a ferramentas de investigação atuais, rápidas e eficazes.</p> <p>Falta de rapidez e celeridade nos julgamentos e na adoção de medidas tendentes a afastar as vítimas dos agressores, falta de punição efetiva dos agressores, (substituir a pena suspensa, por pena efetiva)</p> <p>Fraca perceção dos julgadores da gravidade das condutas e esquecimento de que em meio prisional também se ressocializa.</p> <p>Morosidade nos inquéritos até julgamento</p> <p>Sim, a falta de celeridade da justiça em obter mandados de detenção, mandados de busca, entre realização de outras diligências, mesmo com existência de fortes indícios e até prova contra suspeitos, promovendo a continuidade da atividade delituosa, mesmo que se conheçam os seus autores.</p>
Apoio à vítima / informação / proteção / intervenção (n=20; 8,3%)	<p>A falta de resposta imediata e efetivo apoio que é prestado às vítimas.</p> <p>No crime de Violência doméstica, verifica-se uma grande preocupação ao nível da documentação (formalidades), bem como na criação de mecanismos de proteção, mas na realidade pouco funciona, derivado à falta de recursos humanos.</p> <p>A banalização e o não apoio das vítimas nos momentos posteriores</p> <p>A proteção dos intervenientes (ofendidos e testemunhas).</p> <p>A recuperação física e psicológica destas vítimas de crime</p> <p>Exercício pleno do direito de acesso a serviços de apoio à vítima através da criação de sistemas de referenciação; prevenção/redução da vitimação secundária</p> <p>Ineficácia na proteção das vítimas (primária – agressores em liberdade ou sem controle na possibilidade de coação - e secundária –a sujeitas a julgamentos onde aguardam na mesma sala que os arguidos/familiares dos mesmos)</p> <p>O sentimento de insegurança que perdura por algum tempo nas vítimas.</p> <p>Sinto algum constrangimento pela forma como as vítimas são tratadas em algumas instituições, (ex.: tribunal). Já assisti a vítimas se sentirem mal com elas próprias como se elas é que tivessem feito algo errado.</p>
Meios usados para cometer o crime (n=19; 7,9%)	<p>A utilização de certas tecnologias pelos agentes criminosos</p> <p>A crescente utilização da utilização da Internet pelos agentes do crime como meio preferencial de comunicação através de aplicações como skype, whatsapp, messenger, facetime e similares tem causado dificuldades acrescidas na investigação do crime violento organizado.</p> <p>A sofisticação do armamento utilizado pelos suspeitos e o seu uso fácil.</p> <p>A utilização de armas de fogo por parte de indivíduos de tenra idade.</p> <p>No elevado crescimento do uso de armas de fogo na prática de vários crimes, agressão gratuita empregue, bem como o uso em excesso e desnecessário da força física (agressão) usada na prática de crimes contra as pessoas.</p> <p>O número elevado de crimes com armas e perpetrado em grupo.</p> <p>Sim especialmente o uso de explosivos em caixas ATM.</p> <p>Toda a criminalidade violenta praticada com recurso a armas de fogo, de que resulta por norma a morte da vítima.</p> <p>Roubos com recurso a armas de fogo e brancas.</p>

Quadro A14: Principais preocupações no âmbito da criminalidade violenta, segundo os participantes - Outras preocupações

Outras preocupações	Exemplos
Reincidência e aspetos ligados aos ofensores (n=18; 7,5%)	<p>A facilidade como o criminoso se torna violento gratuitamente, sem que nada o previsse ou despoletasse essa violência. Isto Surge porque dar um estalo está ao nível de dar uma facada.</p> <p>A impunidade dos autores.</p> <p>O crescente sentimento de impunidade por parte dos infratores e as cada vez mais densas teias da justiça portuguesa que permitem que um processo se arraste anos.</p> <p>Alguns condenados cumprem penas em liberdade, permitindo-lhes reincidir na prática do mesmo crime.</p> <p>Falta de controlo e sentimento de impunidade</p> <p>Menores em grupo</p> <p>O seu aumento e o sentimento de impunidade que faz transparecer ao prevaricador, originando a sua repetição.</p> <p>Sim. Cada vez mais se verifica a perda de valores na sociedade, o que faz verificar desde tenra idade, com diversos problemas nas escolas que culminam com a prática de diversos crimes violentos por parte dos menores.</p> <p>No âmbito do meu trabalho, tenho-me deparado com falhas no sistema de vigilância eletrónica em processo de violência doméstica, no qual as vítimas são constantemente confrontadas com a falta de informação por parte dos tribunais, relativamente às (muitas vezes constantes) violações da medida de coação por parte dos agressores. Muitos destes agressores revelam-se capazes de praticar crimes violentos contra as vítimas.</p>
Globalização/divulgação massas (n=7; 2,9%)	<p>A disseminação de informação que podem motivar posturas de natureza criminal nos jovens</p> <p>A sua publicidade na TV e a não publicidade das penas aplicadas aos acusados</p> <p>A forma como a internet permite divulgar e exemplificar a forma de se cometer um crime particularmente complexo</p> <p>A Globalização que teve coisas positivas, mas tem outras negativas sendo que as sociedades não acompanharam de forma positiva. Perda de valores identitários comuns na sociedade dita global.</p> <p>A sua propagação por copy paste</p> <p>As consequências que estes crimes - e o conhecimento dos mesmos através da comunicação social - tem nos portugueses e principalmente nas crianças que crescem sujeitas à exposição aos mesmos (quer na tv quer em casa, escola, etc).</p> <p>Cada vez este tipo de crime está a proliferar, com abertura do conhecimento através da internet, este tipo de crime cada vez mais os suspeitos adquirem um maior conhecimento.</p>
Políticas públicas (n=6; 2,5%)	<p>(...) e a definição de políticas públicas nesta matéria (ex. organização das respostas de emergência em situação de terrorismo), bem como que estas sejam conhecidas da população em geral.</p> <p>Preocupa-me o facto de ser dada pouca relevância às questões de inserção social e saúde mental na prevenção, diminuição e tratamento da criminalidade violenta.</p> <p>Falta de entre câmbio de informação entre os órgãos de Justiça</p> <p>Um melhor funcionamento tanto na prevenção como na reação sobre este tipo de crimes, requer um investimento que não depende só da vontade de quem os combate, a falta de estudo e planos de ação, meios humanos, logísticos, materiais e por vezes legais, são intervenções que devem ser feitas a nível governamental/institucional, julgo que o maior entrave ao combate deste tipo de crimes é a <i>prioridade</i> dada aos direitos e desprezo aos deveres dos cidadãos.</p> <p>A violência doméstica devia ser tratada de outra forma. Continua-se a vitimizar a vítima duplamente. O ofensor é que deveria ser afastado da residência e nunca a vítima obrigada a sair de casa para sua segurança.</p> <p>Que continuem a alterar leis e nas alterações a acolher os ativismos vários que vão sendo de moda ou com mais difusão no "mercado" das ideias.</p>
Insegurança da população e outros (n=11; 4,6%)	<p>Sim, a inquietude permanente do cidadão no seu dia a dia</p> <p>Maior radicalismo de algumas classes sociais</p> <p>Sim. A decadência dos valores sócio-humanístico e do desrespeito pela liberdade dos concidadãos. Estamos, a caminhar para uma sociedade narcisista e perigosa pela ambição, competição e anulação da concorrência.</p> <p>Sim. Facilidade com que existe acesso a matérias reservadas, e acima de tudo, a facilidade com que "incutem" práticas criminais dentro de instituições que deveriam zelar pela segurança (relembre-se a "facilidade" com que se furtam equipamentos de guerra dentro de um paiol...)</p>

Quadro A14: Principais preocupações no âmbito da criminalidade violenta, segundo os participantes - Outras preocupações (cont.)

A7.2 ANÁLISE DIMENSIONAL (SAÍDAS SPSS) - PONTO 8.2

A7.2.1 Dimensões da análise da gravidade dos crimes (ponto 8.2.1)

A7.2.1.1 Análise fatorial

Estatísticas Descritivas				
	Média	Desvio- padrão	Análise N	N omisso
1. Homicídio	5,65	,598	585	0
2. Homicídio qualificado	5,96	,248	585	0
3. Homicídio privilegiado	5,03	1,063	585	0
4. Incitamento ou ajuda ao suicídio	4,63	1,163	583	2
5. Infanticídio	5,39	,997	583	2
6. Homicídio por negligência	3,75	1,256	584	1
7. Exposição ou abandono	4,34	1,106	584	1
8. Aborto / Aborto agravado (quando realizado extra critérios previstos no art.º 142.º - Interrupção da gravidez não punível)	3,74	1,403	584	1
9. Ofensa à integridade física simples	2,37	1,087	585	0
10. Ofensa à integridade física grave	3,92	1,036	585	0
11. Mutilação genital feminina	5,07	,988	584	1
12. Ofensa à integridade física qualificada	4,58	1,014	585	0
13. Violência doméstica	4,66	1,020	585	0
14. Maus tratos	4,45	1,047	585	0
15. Violação de regras de segurança	3,46	1,190	585	0
16. Casamento forçado	3,63	1,372	585	0
17. Sequestro	4,78	1,011	585	0
18. Escravidão	5,24	,869	585	0
19. Tráfico de pessoas	5,37	,822	585	0
20. Rapto	5,20	,818	585	0
21. Tomada de reféns	5,29	,781	585	0
22. Coação sexual	4,79	,987	585	0
23. Violação	5,42	,746	585	0
24. Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada	5,49	,752	585	0
25. Procriação artificial não consentida	4,13	1,281	585	0
26. Lenocínio	4,28	1,279	584	1
27. Abuso sexual de crianças	5,71	,580	585	0
28. Abuso sexual de menores dependentes	5,70	,567	585	0
29. Lenocínio de menores	5,59	,690	585	0
30. Pornografia de menores	5,32	,922	585	0
31. Roubo / Violência depois da subtração	4,72	,946	585	0
32. Dano com violência	3,73	1,149	585	0
33. Extorsão	4,00	1,018	585	0
34. Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros	4,82	1,108	585	0
35. Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro	5,00	1,088	585	0
36. Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro	4,15	1,088	584	1
37. Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime	3,91	1,159	585	0
38. Associação criminosa	4,76	1,006	585	0
39. Participação em motim / Participação em motim armado	4,54	1,125	585	0
40. Resistência e coação sobre funcionário	4,25	1,189	585	0
41. Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão	4,45	1,152	585	0
42. Motim de presos	4,42	1,125	585	0

43. Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público	3,50	1,324	585	0
44. Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo")	5,62	,737	585	0
45. Auxílio à imigração ilegal / Associação de auxílio à imigração ilegal (Lei de "estrangeiros")	4,21	1,160	585	0
46. Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga")	4,65	1,095	584	1
47. Detenção de arma proibida e crime cometido com arma (Lei das "armas")	4,28	1,207	585	0
48. Tráfico e mediação de armas (Lei das "armas")	4,68	1,087	585	0

Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.	,947
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado
	gl
	Sig.

Comunalidades

	Inicial	Extração
1. Homicídio	1,000	,548
2. Homicídio qualificado	1,000	,481
3. Homicídio privilegiado	1,000	,539
4. Incitamento ou ajuda ao suicídio	1,000	,604
5. Infanticídio	1,000	,492
6. Homicídio por negligência	1,000	,621
7. Exposição ou abandono	1,000	,473
8. Aborto / Aborto agravado (quando realizado extra critérios previstos no art.º 142.º - Interrupção da gravidez não punível)	1,000	,424
9. Ofensa à integridade física simples	1,000	,546
10. Ofensa à integridade física grave	1,000	,535
11. Mutilação genital feminina	1,000	,449
12. Ofensa à integridade física qualificada	1,000	,527
13. Violência doméstica	1,000	,557
14. Maus tratos	1,000	,656
15. Violação de regras de segurança	1,000	,621
16. Casamento forçado	1,000	,504
17. Sequestro	1,000	,644
18. Escravidão	1,000	,639
19. Tráfico de pessoas	1,000	,604
20. Rapto	1,000	,730
21. Tomada de reféns	1,000	,672
22. Coação sexual	1,000	,586
23. Violação	1,000	,641
24. Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada	1,000	,663
25. Procriação artificial não consentida	1,000	,417
26. Lenocínio	1,000	,529
27. Abuso sexual de crianças	1,000	,754
28. Abuso sexual de menores dependentes	1,000	,777
29. Lenocínio de menores	1,000	,709
30. Pornografia de menores	1,000	,651
31. Roubo / Violência depois da subtração	1,000	,456
32. Dano com violência	1,000	,529
33. Extorsão	1,000	,498
34. Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros	1,000	,660
35. Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro	1,000	,564

36. Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro	1,000	,602
37. Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime	1,000	,685
38. Associação criminosa	1,000	,570
39. Participação em motim / Participação em motim armado	1,000	,647
40. Resistência e coação sobre funcionário	1,000	,585
41. Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão	1,000	,673
42. Motim de presos	1,000	,593
43. Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público	1,000	,648
44. Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo")	1,000	,526
45. Auxílio à imigração ilegal / Associação de auxílio à imigração ilegal (Lei de "estrangeiros")	1,000	,528
46. Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga")	1,000	,592
47. Detenção de arma proibida e crime cometido com arma (Lei das "armas")	1,000	,645
48. Tráfico e mediação de armas (Lei das "armas")	1,000	,616

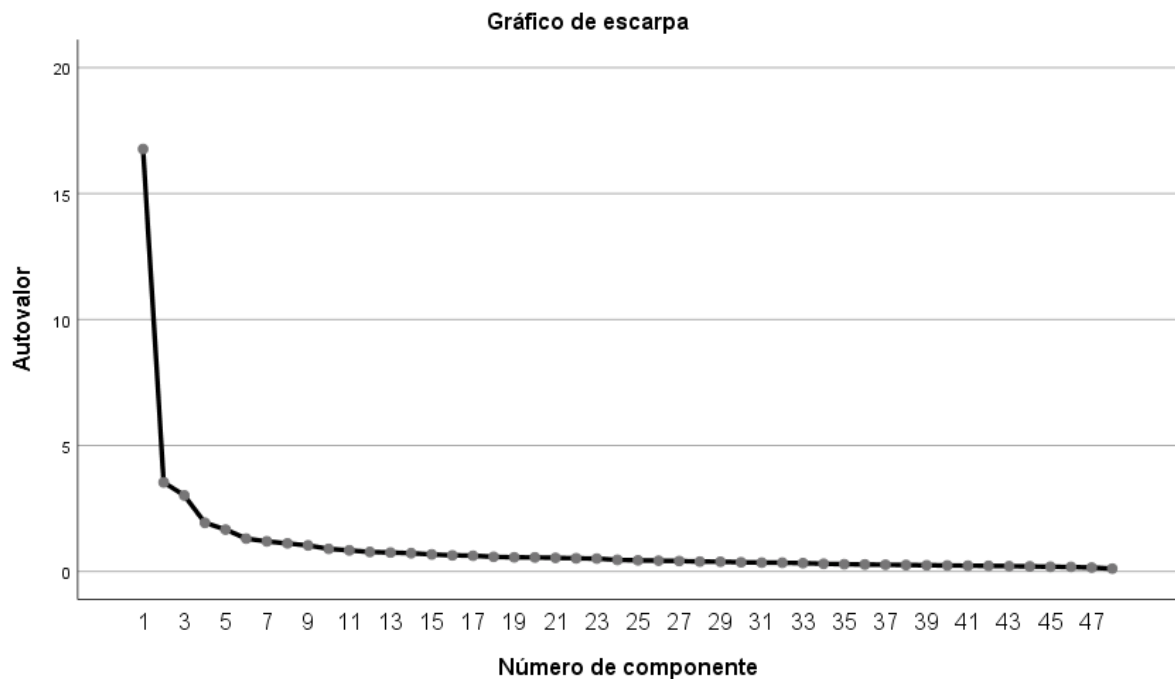
Método de Extração: análise de Componente Principal.

Variância total explicada

Componente	Autovalores iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado	
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância
1	16,766	34,928	34,928	16,766	34,928	34,928	8,577	17,869
2	3,535	7,364	42,292	3,535	7,364	42,292	5,848	12,184
3	3,015	6,282	48,574	3,015	6,282	48,574	5,018	10,454
4	1,931	4,023	52,597	1,931	4,023	52,597	3,597	7,493
5	1,662	3,463	56,060	1,662	3,463	56,060	3,568	7,434
6	1,303	2,715	58,775	1,303	2,715	58,775	1,604	3,341
7	1,195	2,490	61,265					
8	1,112	2,316	63,581					
9	1,033	2,151	65,732					
10	,894	1,863	67,595					
11	,836	1,741	69,336					
12	,774	1,613	70,949					
13	,748	1,559	72,508					
14	,725	1,510	74,018					
15	,676	1,409	75,426					
16	,639	1,331	76,757					
17	,624	1,301	78,058					
18	,579	1,206	79,264					
19	,560	1,167	80,431					
20	,557	1,161	81,592					
21	,540	1,126	82,718					
22	,522	1,087	83,805					
23	,511	1,064	84,869					
24	,458	,953	85,822					
25	,439	,914	86,736					
26	,429	,893	87,629					
27	,414	,863	88,492					
28	,392	,816	89,308					
29	,387	,806	90,114					
30	,362	,755	90,869					
31	,351	,732	91,601					
32	,346	,720	92,321					
33	,331	,689	93,010					
34	,305	,635	93,645					
35	,287	,598	94,243					

36	,276	,576	94,819
37	,266	,554	95,373
38	,255	,531	95,905
39	,244	,508	96,413
40	,238	,496	96,909
41	,227	,472	97,381
42	,222	,463	97,844
43	,209	,434	98,279
44	,198	,413	98,692
45	,185	,384	99,076
46	,179	,373	99,449
47	,152	,316	99,765
48	,113	,235	100,000

Método de Extração: análise de Componente Principal.



Matriz de componente rotativa^a

	Componente					
	1	2	3	4	5	6
41. Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão	,745	,182	,074	,127	,220	-,126
39. Participação em motim / Participação em motim armado	,729	,061	,128	,101	,285	-,063
48. Tráfico e mediação de armas (Lei das "armas")	,688	,336	,068	,079	,047	,129
46. Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga")	,687	,226	,152	-,075	-,012	,201
43. Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público	,685	,148	,228	,240	,042	-,216
38. Associação criminosa	,684	,115	,172	-,020	,213	,113

37. Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime	,683	,112	,349	,206	,166	-,117
45. Auxílio à imigração ilegal / Associação de auxílio à imigração ilegal (Lei de "estrangeiros")	,672	,169	,187	,100	,038	-,031
42. Motim de presos	,669	,176	,126	,135	,238	-,154
36. Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro	,667	,136	,287	,078	,211	-,076
47. Detenção de arma proibida e crime cometido com arma (Lei das "armas")	,661	,332	,213	,194	-,096	,072
40. Resistência e coação sobre funcionário	,639	,225	,216	,202	,098	-,169
34. Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros	,632	,066	,019	,035	,492	,114
35. Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro	,567	,111	,087	,009	,454	,129
33. Extorsão	,536	,070	,260	,108	,333	-,124
44. Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo")	,503	,215	-,065	-,149	,298	,334
31. Roubo / Violência depois da subtração	,441	,319	,264	,018	,262	-,143
32. Dano com violência	,437	,225	,386	,181	,150	-,289
28. Abuso sexual de menores dependentes	,188	,849	,014	,040	,128	,058
27. Abuso sexual de crianças	,169	,831	,037	,025	,165	,072
29. Lenocínio de menores	,245	,762	,120	,105	,205	,023
24. Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada	,186	,749	,210	,090	,118	-,038
30. Pornografia de menores	,275	,709	,167	,138	,119	-,108
23. Violação	,197	,705	,225	,136	,191	-,018
22. Coação sexual	,207	,513	,322	,225	,304	-,180
26. Lenocínio	,254	,372	,245	,329	,196	-,346
14. Maus tratos	,089	,247	,746	,088	,122	,086
15. Violação de regras de segurança	,298	,107	,677	,183	,142	-,097
13. Violência doméstica	,117	,270	,673	,052	,118	,024
10. Ofensa à integridade física grave	,215	,023	,662	,175	,028	,140
12. Ofensa à integridade física qualificada	,252	,167	,655	,052	,046	,049
9. Ofensa à integridade física simples	,159	-,059	,606	,377	-,009	-,091
16. Casamento forçado	,201	,123	,581	,197	,252	-,099
11. Mutilação genital feminina	,128	,437	,453	,116	,099	,115
6. Homicídio por negligência	-,001	-,013	,272	,737	,041	,046
3. Homicídio privilegiado	,065	,102	-,016	,719	,065	,054
4. Incitamento ou ajuda ao suicídio	,221	,135	,143	,718	,012	-,013

5. Infanticídio	,038	,207	,153	,611	,120	,194
8. Aborto /Aborto agravado (quando realizado extra critérios previstos no art.º 142.º - Interrupção da gravidez não punível)	,229	,066	,340	,497	-,061	-,040
7. Exposição ou abandono	,168	,111	,431	,461	,178	,049
20. Rapto	,307	,320	,140	,141	,701	,047
21. Tomada de reféns	,334	,277	,052	,115	,682	,057
17. Sequestro	,312	,264	,231	,179	,625	-,043
18. Escravidão	,189	,383	,289	-,017	,609	,043
19. Tráfico de pessoas	,285	,464	,199	,044	,504	,104
2. Homicídio qualificado	-,034	,037	,108	,216	,068	,645
1. Homicídio	,012	,032	,108	,460	,181	,539
25. Procriação artificial não consentida	,263	,321	,231	,231	,168	-,332

Método de Extração: análise de Componente Principal. Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.^a

a. Rotação convergida em 7 iterações.

Matriz de transformação de componente

Componente	1	2	3	4	5	6
1	,639	,467	,420	,268	,353	-,026
2	-,426	-,145	,576	,648	-,213	,027
3	-,566	,793	-,102	-,060	,150	,121
4	,030	-,163	-,475	,508	,383	,585
5	-,205	-,279	,482	-,463	,545	,370
6	,217	,167	,151	-,182	-,603	,711

Método de Extração: análise de Componente Principal. Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

A7.2.1.2 Análise da consistência interna (Alfa de Cronbach)

Resumo de processamento do caso

	N	%
Casos		
Válido	585	100,0
Excluídos ^a	0	,0
Total	585	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,476	2

Estatísticas de item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
1. Homicídio	5,96	,062	,441	.
2. Homicídio qualificado	5,65	,358	,441	.

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	585	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	585	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,886	5

Estatísticas de item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
17. Sequestro	21,10	7,772	,712	,868
18. Escravidão	20,64	8,469	,708	,865
19. Tráfico de pessoas	20,51	8,668	,715	,863
20. Rapto	20,68	8,341	,804	,844
21. Tomada de reféns	20,59	8,906	,706	,866

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	584	99,8
	Excluídos ^a	1	,2
	Total	585	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,879	9

Estatísticas de item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
22. Coação sexual	41,65	25,916	,666	,862
23. Violação	41,02	27,341	,729	,859
24. Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada	40,95	27,418	,711	,860
25. Procriação artificial não consentida	42,31	25,333	,512	,885
26. Lenocínio	42,17	24,621	,576	,878
27. Abuso sexual de crianças	40,74	28,908	,693	,866
28. Abuso sexual de menores dependentes	40,75	28,880	,716	,865
29. Lenocínio de menores	40,86	27,746	,735	,860
30. Pornografia de menores	41,12	26,160	,695	,859

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	580	99,1
	Excluídos ^a	5	,9
	Total	585	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,801	6

Estatísticas de item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
3. Homicídio privilegiado	21,87	18,979	,503	,782
4. Incitamento ou ajuda ao suicídio	22,28	17,285	,634	,752
5. Infanticídio	21,52	19,134	,534	,776
6. Homicídio por negligência	23,16	16,783	,622	,754
7. Exposição ou abandono	22,57	18,212	,565	,769
8. Aborto / Aborto agravado (quando realizado extra critérios previstos no art.º 142.º - Interrupção da gravidez não punível)	23,15	16,914	,511	,786

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	584	99,8
	Excluídos ^a	1	,2
	Total	585	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,860	8

Estatísticas de item-total				
	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
9. Ofensa à integridade física simples	29,76	31,186	,559	,848
10. Ofensa à integridade física grave	28,21	31,049	,610	,843
11. Mutilação genital feminina	27,07	32,436	,511	,853
12. Ofensa à integridade física qualificada	27,55	31,202	,613	,842
13. Violência doméstica	27,48	31,097	,617	,842
14. Maus tratos	27,69	30,143	,690	,834
15. Violação de regras de segurança	28,67	29,095	,673	,835
16. Casamento forçado	28,50	28,477	,601	,847

Resumo de processamento do caso			
		N	%
Casos	Válido	583	99,7
	Excluídos ^a	2	,3
	Total	585	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade		
Alfa de Cronbach	N de itens	
,943	18	

Estatísticas de item-total				
	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
31. Roubo / Violência depois da subtração	74,97	184,406	,599	,941
32. Dano com violência	75,95	180,907	,598	,941
33. Extorsão	75,69	182,130	,639	,940
34. Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros	74,87	179,498	,671	,940
35. Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro	74,69	181,142	,626	,941
36. Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro	75,54	177,995	,739	,939
37. Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime	75,78	175,713	,767	,938
38. Associação criminosa	74,93	181,183	,682	,940
39. Participação em motim / Participação em motim armado	75,15	177,057	,746	,938

Apêndices

40. Resistência e coação sobre funcionário	75,44	177,041	,701	,939
41. Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão	75,24	175,835	,769	,938
42. Motim de presos	75,27	177,927	,716	,939
43. Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público	76,19	174,062	,711	,939
44. Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo")	74,07	190,396	,477	,943
45. Auxílio à imigração ilegal / Associação de auxílio à imigração ilegal (Lei de "estrangeiros")	75,49	178,828	,660	,940
46. Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga")	75,04	181,203	,620	,941
47. Detenção de arma proibida e crime cometido com arma (Lei das "armas")	75,41	177,524	,673	,940
48. Tráfico e mediação de armas (Lei das "armas")	75,01	179,692	,678	,940

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	578	98,8
	Excluídos ^a	7	1,2
	Total	585	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,957	48

Estatísticas de item-total				
	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
1. Homicídio	217,02	807,029	,252	,957
2. Homicídio qualificado	216,71	814,332	,112	,957
3. Homicídio privilegiado	217,62	796,169	,312	,957
4. Incitamento ou ajuda ao suicídio	218,03	783,486	,478	,957
5. Infanticídio	217,27	793,483	,388	,957
6. Homicídio por negligência	218,91	789,954	,346	,957
7. Exposição ou abandono	218,32	782,054	,532	,956
8. Aborto / Aborto agravado (quando realizado extra critérios previstos no art.º 142.º - Interrupção da gravidez não punível)	218,91	779,392	,444	,957
9. Ofensa à integridade física simples	220,29	787,187	,452	,957
10. Ofensa à integridade física grave	218,73	786,924	,485	,957
11. Mutilação genital feminina	217,60	786,472	,514	,956
12. Ofensa à integridade física qualificada	218,07	784,904	,537	,956
13. Violência doméstica	218,01	785,239	,522	,956
14. Maus tratos	218,22	783,237	,542	,956
15. Violação de regras de segurança	219,20	773,081	,626	,956
16. Casamento forçado	219,04	770,954	,566	,956
17. Sequestro	217,88	777,860	,656	,956
18. Escravidão	217,43	786,929	,580	,956
19. Tráfico de pessoas	217,29	786,503	,623	,956
20. Rapto	217,47	785,490	,649	,956
21. Tomada de reféns	217,38	789,453	,590	,956
22. Coação sexual	217,87	779,189	,650	,956
23. Violação	217,24	790,028	,606	,956
24. Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência / Abuso sexual de pessoa internada	217,17	791,299	,570	,956
25. Procriação artificial não consentida	218,53	777,241	,521	,956
26. Lenocínio	218,40	772,685	,588	,956
27. Abuso sexual de crianças	216,96	798,950	,508	,957
28. Abuso sexual de menores dependentes	216,97	799,095	,515	,957
29. Lenocínio de menores	217,08	791,697	,611	,956
30. Pornografia de menores	217,35	783,305	,615	,956
31. Roubo / Violência depois da subtração	217,95	782,789	,610	,956
32. Dano com violência	218,92	773,932	,639	,956
33. Extorsão	218,66	779,701	,622	,956
34. Captura ou desvio de aeronave, navio, comboio ou veículo de transporte coletivo de passageiros	217,84	778,461	,589	,956
35. Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro	217,66	780,544	,568	,956

Apêndices

36. Condução perigosa de meio de transporte por ar, água ou caminho de ferro	218,50	773,678	,682	,956
37. Instigação pública a um crime / Apologia pública de um crime	218,76	767,075	,743	,955
38. Associação criminosa	217,91	781,176	,600	,956
39. Participação em motim / Participação em motim armado	218,12	774,317	,646	,956
40. Resistência e coação sobre funcionário	218,41	770,014	,675	,956
41. Tirada de presos / Auxílio de funcionário à evasão	218,21	770,944	,683	,956
42. Motim de presos	218,25	773,423	,659	,956
43. Descaminho ou destruição de objetos colocados sob o poder público	219,16	764,943	,673	,956
44. Organizações terroristas / Outras organizações terroristas / Terrorismo / Terrorismo internacional (Lei do "terrorismo")	217,04	798,639	,402	,957
45. Auxílio à imigração ilegal / Associação de auxílio à imigração ilegal (Lei de "estrangeiros")	218,47	775,404	,606	,956
46. Tráfico e outras atividades ilícitas / Precursores / Associações criminosas (Lei da "droga")	218,02	781,388	,545	,956
47. Detenção de arma proibida e crime cometido com arma (Lei das "armas")	218,37	770,328	,666	,956
48. Tráfico e mediação de armas (Lei das "armas")	217,99	776,662	,629	,956

A7.2.2 Dimensões da medição da gravidade dos crimes (ponto 8.2.2)

A7.2.2.1 Análise fatorial

Estatísticas Descritivas				
	Média	Desvio-padrão	Análise N	N omissão
1. Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde	5,388	,8676	479	0
2. Número de ofensores que praticaram o crime	4,656	,9854	479	0
3. Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido	4,731	,9575	479	0
4. Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime	4,912	,9728	479	0
5. Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es)	4,524	1,0161	479	0
6. Em resultado do crime, vítima(s) ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanentemente	5,539	,8271	479	0
7. Vítima especialmente vulnerável por se encontrar em situação em que não tem alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: tornar vítima dependente de drogas)	5,104	,9882	479	0
8. Nível de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planeamento sofisticado	4,975	,9326	479	0
9. Vítima indefesa (com menor capacidade para se defender) em função do modo como crime foi cometido ou meios empregues (ex.: administração de droga sedativa)	5,303	,8859	479	0
10. Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima	5,438	,8308	479	0
11. Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer, suicidar-se ou tentar suicidar-se	5,687	,6952	479	0
12. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem	5,478	,7783	479	0
13. Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal	4,551	1,0355	479	0
14. Existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (ex.: ameaça de morte)	4,528	1,0051	477	2
15. Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave	5,273	,9115	479	0
16. Existência de motivo torpe ou fútil (ex: avidez/prazer de matar/causar sofrimento/excitação/satisfação do instinto sexual)	5,150	,9844	479	0
17. Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)	4,689	1,0596	479	0
18. Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima	5,079	,9318	479	0
19. Número de vítimas (mortais) no âmbito da ocorrência criminal	5,514	,8430	479	0
20. Crime praticado contra ascendente, descendente, adotante ou adotado do ofensor	4,914	1,0016	479	0

21. Crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal anterior visando o ofensor (ex.: testemunha, juiz, procurador, advogado, polícia).	4,860	1,0526	479	0
22. Ser praticado contra cônjuge, ex-cônjuge, com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau	4,823	,9723	479	0
23. Utilização de arma de fogo	5,209	,9364	479	0
24. Ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente)	4,290	1,1022	479	0
25. Utilização desproporcionada de meios para atingir o fim	4,294	1,1494	479	0
26. Utilização de arma(s) branca(s) ou outro instrumento perigoso	4,587	1,1224	479	0
27. Número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo no âmbito da ocorrência	4,674	1,0362	479	0
28. Utilização de violência de forma “gratuita”	4,665	1,0859	478	1
29. Ser praticado contra pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho)	3,889	1,2249	479	0
30. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	4,981	1,0154	479	0
31. Número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização	4,766	,9527	479	0
32. Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ficou em difícil situação económica	4,351	1,1101	479	0
33. Ocorrência ser presenciada por menor(es)	4,745	1,0298	479	0
34. Existência de coabitação entre vítima e ofensor	4,461	1,0580	479	0
35. Nível de impacto no sentimento de insegurança da população	4,361	1,1320	479	0
36. Existência de relação de dependência ou subordinação (assistencial, educativa, laboral) da(s) vítima(s) face ao(s) ofensor(es)	4,271	1,0655	479	0
37. Nível de destruição/perturbação do local onde ocorreu o crime (ex: através da utilização de explosivos)	4,587	1,1591	479	0
38. Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima	4,695	,9974	479	0
39. Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue	4,996	,9462	479	0
40. Perturbação do Governo/Aplicação da Lei /Ordem pública	4,357	1,1874	479	0
41. Ocorrer na residência da(s) vítima(s)	4,319	1,1298	479	0
42. Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos)	4,775	1,2253	479	0
43. Ocorrer em local isolado (diminuindo hipóteses da vítima obter ajuda)	4,593	1,1256	479	0
44. Necessidade de recurso, por parte das forças e serviços de segurança a meios mais sofisticados para neutralizar situação (ex.: chamada de elementos especiais)	4,503	1,2271	479	0
45. Em resultado do crime, familiar(es) da(s) vítima(s) ficaram afetados de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	4,630	1,1311	479	0
46. Aproveitamento/utilização da internet/redes sociais para cometer o crime	3,910	1,2685	479	0
47. Elevados custos (económicos) para a sociedade	3,973	1,1963	478	1

48. Crime praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, funcionário público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas.	4,524	1,2472	479	0
--	-------	--------	-----	---

Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.	,964
Teste de esfericidade de Aprox. Qui-quadrado	15891,498
Bartlett gl	1128
Sig.	,000

Comunalidades		
	Inicial	Extração
1. Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde	1,000	,443
2. Número de ofensores que praticaram o crime	1,000	,694
3. Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido	1,000	,603
4. Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime	1,000	,519
5. Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es)	1,000	,509
6. Em resultado do crime, vítima(s) ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanentemente	1,000	,675
7. Vítima especialmente vulnerável por se encontrar em situação em que não tem alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: tornar vítima dependente de drogas)	1,000	,536
8. Nível de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planejamento sofisticado	1,000	,581
9. Vítima indefesa (com menor capacidade para se defender) em função do modo como crime foi cometido ou meios empregues (ex.: administração de droga sedativa)	1,000	,609
10. Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima	1,000	,577
11. Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer, suicidar-se ou tentar suicidar-se	1,000	,632
12. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem	1,000	,704
13. Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal	1,000	,553
14. Existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (ex.: ameaça de morte)	1,000	,529
15. Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave	1,000	,707
16. Existência de motivo torpe ou fútil (ex.: avidez/prazer de matar/causar sofrimento/excitação/satisfação do instinto sexual)	1,000	,400
17. Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)	1,000	,503
18. Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima	1,000	,499
19. Número de vítimas (mortais) no âmbito da ocorrência criminal	1,000	,551
20. Crime praticado contra ascendente, descendente, adotante ou adotado do ofensor	1,000	,578
21. Crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal anterior visando o ofensor (ex.: testemunha, juiz, procurador, advogado, polícia).	1,000	,580
22. Ser praticado contra cônjuge, ex-cônjuge, com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau	1,000	,583
23. Utilização de arma de fogo	1,000	,430
24. Ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente)	1,000	,721
25. Utilização desproporcionada de meios para atingir o fim	1,000	,622
26. Utilização de arma(s) branca(s) ou outro instrumento perigoso	1,000	,561
27. Número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo no âmbito da ocorrência	1,000	,590
28. Utilização de violência de forma “gratuita”	1,000	,581
29. Ser praticado contra pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho)	1,000	,720
30. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	1,000	,560
31. Número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização	1,000	,553
32. Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ficou em difícil situação económica	1,000	,479
33. Ocorrência ser presenciada por menor(es)	1,000	,523
34. Existência de coabitação entre vítima e ofensor	1,000	,677
35. Nível de impacto no sentimento de insegurança da população	1,000	,593
36. Existência de relação de dependência ou subordinação (assistencial, educativa, laboral) da(s) vítima(s) face ao(s) ofensor(es)	1,000	,711

37. Nível de destruição/perturbação do local onde ocorreu o crime (ex: através da utilização de explosivos)	1,000	,579
38. Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima	1,000	,675
39. Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue	1,000	,629
40. Perturbação do Governo/Aplicação da Lei /Ordem pública	1,000	,651
41. Ocorrer na residência da(s) vítima(s)	1,000	,662
42. Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos)	1,000	,632
43. Ocorrer em local isolado (diminuindo hipóteses da vítima obter ajuda)	1,000	,662
44. Necessidade de recurso, por parte das forças e serviços de segurança a meios mais sofisticados para neutralizar situação (ex.: chamada de elementos especiais)	1,000	,642
45. Em resultado do crime, familiar(es) da(s) vítima(s) ficaram afetados de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	1,000	,558
46. Aproveitamento/utilização da internet/redes sociais para cometer o crime	1,000	,684
47. Elevados custos (económicos) para a sociedade	1,000	,619
48. Crime praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, funcionário público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas.	1,000	,607

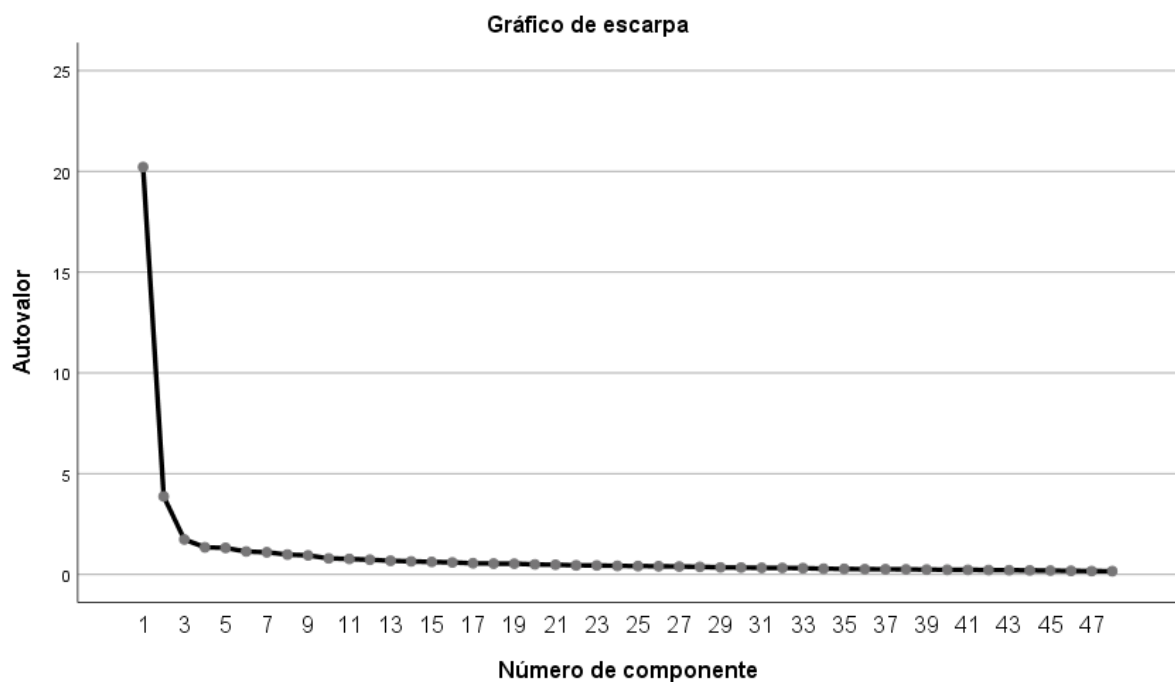
Método de Extração: análise de Componente Principal.

Variância total explicada

Componente	Autovalores iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado	
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância
1	20,218	42,120	42,120	20,218	42,120	42,120	7,904	16,466
2	3,870	8,063	50,182	3,870	8,063	50,182	7,552	15,733
3	1,736	3,616	53,798	1,736	3,616	53,798	7,327	15,265
4	1,345	2,802	56,600	1,345	2,802	56,600	3,221	6,709
5	1,318	2,745	59,345	1,318	2,745	59,345	2,483	5,172
6	1,138	2,372	61,717					
7	1,098	2,287	64,004					
8	,985	2,053	66,057					
9	,945	1,969	68,026					
10	,798	1,663	69,688					
11	,770	1,604	71,292					
12	,731	1,522	72,814					
13	,677	1,410	74,224					
14	,648	1,350	75,574					
15	,620	1,292	76,866					
16	,596	1,242	78,108					
17	,556	1,159	79,266					
18	,537	1,119	80,385					
19	,531	1,106	81,491					
20	,498	1,038	82,529					
21	,479	,998	83,527					
22	,450	,937	84,464					
23	,444	,925	85,389					
24	,425	,885	86,274					
25	,415	,865	87,139					
26	,407	,847	87,986					
27	,392	,817	88,803					
28	,377	,785	89,588					
29	,349	,728	90,316					
30	,340	,709	91,025					
31	,327	,682	91,707					
32	,321	,669	92,376					

33	,311	,647	93,023
34	,283	,590	93,613
35	,275	,573	94,186
36	,264	,550	94,736
37	,259	,539	95,275
38	,251	,522	95,797
39	,240	,501	96,298
40	,231	,481	96,779
41	,226	,470	97,249
42	,220	,459	97,708
43	,208	,433	98,141
44	,198	,413	98,553
45	,189	,393	98,947
46	,178	,371	99,317
47	,167	,348	99,665
48	,161	,335	100,000

Método de Extração: análise de Componente Principal.



Matriz de componente rotativa^a

	Componente				
	1	2	3	4	5
12. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem	,814	,161	,100	,020	,072

6. Em resultado do crime, vítima(s) ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanentemente	,796	,094	,066	,025	,167
15. Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave	,795	,219	,149	,059	,044
11. Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer, suicidar-se ou tentar suicidar-se	,777	,143	,015	-,036	,080
10. Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima	,675	,137	,167	,184	,201
9. Vítima indefesa (com menor capacidade para se defender) em função do modo como crime foi cometido ou meios empregues (ex.: administração de droga sedativa)	,619	,082	,283	,234	,291
7. Vítima especialmente vulnerável por se encontrar em situação em que não tem alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: tornar vítima dependente de drogas)	,562	,143	,224	,293	,252
8. Nível de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planeamento sofisticado	,524	,047	,342	,269	,340
18. Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima	,516	,190	,347	,236	,142
5. Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es)	,507	,169	,216	,212	,363
30. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	,502	,307	,413	,207	-,002
19. Número de vítimas (mortais) no âmbito da ocorrência criminal	,486	,164	,432	-,316	-,039
1. Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde	,464	,021	,130	,114	,445

17. Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)	,456	,193	,424	,232	,154
16. Existência de motivo torpe ou fútil (ex: afeição/prazer de matar/causar sofrimento/excitação/satisfação do instinto sexual)	,448	,181	,332	,101	,215
40. Perturbação do Governo/Aplicação da Lei /Ordem pública	,176	,761	,134	,149	,031
44. Necessidade de recurso, por parte das forças e serviços de segurança a meios mais sofisticados para neutralizar situação (ex.: chamada de elementos especiais)	,091	,742	,232	,050	,164
42. Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos)	,229	,736	,183	-,011	,061
47. Elevados custos (económicos) para a sociedade	,069	,711	,287	,104	,126
48. Crime praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, funcionário público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas.	,262	,701	,177	,003	,125
43. Ocorrer em local isolado (diminuindo hipóteses da vítima obter ajuda)	,122	,633	,322	,296	,236
37. Nível de destruição/perturbação do local onde ocorreu o crime (ex: através da utilização de explosivos)	,268	,598	,231	,309	-,003
35. Nível de impacto no sentimento de insegurança da população	,087	,590	,323	,354	,087
46. Aproveitamento/utilização da internet/redes sociais para cometer o crime	-,032	,560	,440	,339	,246
41. Ocorrer na residência da(s) vítima(s)	,065	,549	,343	,472	,123
45. Em resultado do crime, familiar(es) da(s) vítima(s) ficaram afetados de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	,295	,546	,285	,299	,045

32. Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ ficou em difícil situação económica	,249	,458	,369	,219	,150
31. Número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização	,408	,435	,421	,105	,091
24. Ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente)	,101	,258	,767	,199	,130
29. Ser praticado contra pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho)	,048	,361	,710	,234	,166
25. Utilização desproporcionada de meios para atingir o fim	,021	,261	,661	,300	,165
22. Ser praticado contra cônjuge, ex-cônjuge, com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau	,284	,192	,639	,240	,009
20. Crime praticado contra ascendente, descendente, adotante ou adotado do ofensor	,374	,156	,616	,173	,057
28. Utilização de violência de forma “gratuita”	,312	,271	,607	,197	,060
26. Utilização de arma(s) branca(s) ou outro instrumento perigoso	,130	,351	,590	,200	,181
27. Número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo no âmbito da ocorrência	,278	,394	,585	,004	,122
23. Utilização de arma de fogo	,230	,261	,534	,052	,143
13. Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal	,361	,277	,514	-,179	,222
14. Existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (ex.: ameaça de morte)	,433	,273	,462	,119	,197
21. Crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal anterior visando o ofensor (ex.: testemunha, juiz, procurador, advogado, polícia).	,444	,422	,447	,075	-,008
34. Existência de coabitação entre vítima e ofensor	,169	,349	,424	,585	,073
38. Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima	,343	,455	,247	,537	,033

36. Existência de relação de dependência ou subordinação (assistencial, educativa, laboral) da(s) vítima(s) face ao(s) ofensor(es)	,176	,474	,408	,528	,099
39. Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue	,436	,367	,253	,491	,016
33. Ocorrência ser presenciada por menor(es)	,193	,378	,319	,483	,089
2. Número de ofensores que praticaram o crime	,216	,233	,124	-,053	,758
3. Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido	,358	,096	,146	,162	,647
4. Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime	,393	,292	,224	-,007	,479

Método de Extração: análise de Componente Principal. Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.^a

a. Rotação convergida em 10 iterações.

Matriz de transformação de componente

Componente	1	2	3	4	5
1	,514	,537	,548	,301	,237
2	,786	-,485	-,211	-,249	,201
3	,181	,652	-,726	-,119	-,042
4	-,116	,220	,305	-,899	,191
5	-,269	-,048	-,189	,156	,930

Método de Extração: análise de Componente Principal. Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

A7.2.2.2 Análise da consistência interna (Alfa de Cronbach) (8.2.2)

Resumo de processamento do caso

	N	%
Casos Válido	479	100,0
Excluídos ^a	0	,0
Total	479	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,925	15

Estatísticas de item-total				
	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
1. Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde	72,735	81,404	,544	,923
5. Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es)	73,599	78,542	,616	,921
6. Em resultado do crime, vítima(s) ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanentemente	72,585	79,699	,697	,918
7. Vítima especialmente vulnerável por se encontrar em situação em que não tem alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: tornar vítima dependente de drogas)	73,019	77,998	,670	,919
8. Nível de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planeamento sofisticado	73,148	78,750	,668	,919
9. Vítima indefesa (com menor capacidade para se defender) em função do modo como crime foi cometido ou meios empregues (ex.: administração de droga sedativa)	72,820	78,344	,736	,917
10. Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima	72,685	79,530	,705	,918
11. Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer, suicidar-se ou tentar suicidar-se	72,436	82,079	,644	,920
12. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem	72,645	80,041	,720	,918

15. Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave	72,850	78,011	,735	,917
16. Existência de motivo torpe ou fútil (ex: avidez/prazer de matar/causar sofrimento/excitação/satisfação do instinto sexual)	72,973	79,453	,584	,922
17. Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)	73,434	77,368	,654	,920
18. Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima	73,044	78,958	,655	,919
19. Número de vítimas (mortais) no âmbito da ocorrência criminal	72,610	82,615	,479	,924
30. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	73,142	78,369	,627	,921

Resumo de processamento do caso

	N	%
Casos Válido	478	99,8
Excluídos ^a	1	,2
Total	479	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,934	13

Estatísticas de item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
31. Número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização	52,877	113,920	,624	,931
32. Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ficou em difícil situação económica	53,293	111,516	,630	,931
35. Nível de impacto no sentimento de insegurança da população	53,282	109,696	,697	,928

37. Nível de destruição/perturbação do local onde ocorreu o crime (ex: através da utilização de explosivos)	53,056	109,529	,686	,929
40. Perturbação do Governo/Aplicação da Lei /Ordem pública	53,287	108,356	,718	,928
41. Ocorrer na residência da(s) vítima(s)	53,322	109,422	,711	,928
42. Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos)	52,868	108,438	,688	,929
43. Ocorrer em local isolado (diminuindo hipóteses da vítima obter ajuda)	53,050	108,408	,761	,926
44. Necessidade de recurso, por parte das forças e serviços de segurança a meios mais sofisticados para neutralizar situação (ex.: chamada de elementos especiais)	53,140	107,924	,709	,928
45. Em resultado do crime, familiar(es) da(s) vítima(s) ficaram afetados de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	53,013	109,975	,685	,929
46. Aproveitamento/utilização da internet/redes sociais para cometer o crime	53,732	106,783	,729	,927
47. Elevados custos (económicos) para a sociedade	53,669	108,016	,727	,927
48. Crime praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, funcionário público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas.	53,117	108,431	,675	,929

Resumo de processamento do caso

	N	%
Casos Válido	477	99,6
Excluídos ^a	2	,4
Total	479	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,924	12

Estatísticas de item-total				
	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
13. Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal	50,763	77,139	,579	,922
14. Existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (ex.: ameaça de morte)	50,784	76,418	,645	,919
20. Crime praticado contra ascendente, descendente, adotante ou adotado do ofensor	50,396	76,063	,669	,918
21. Crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal anterior visando o ofensor (ex.: testemunha, juiz, procurador, advogado, polícia).	50,449	75,794	,647	,919
22. Ser praticado contra cônjuge, ex-cônjuge, com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau	50,486	76,036	,695	,917
23. Utilização de arma de fogo	50,103	78,050	,595	,921
24. Ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente)	51,015	72,817	,787	,913
25. Utilização desproporcionada de meios para atingir o fim	51,013	74,021	,681	,918
26. Utilização de arma(s) branca(s) ou outro instrumento perigoso	50,725	74,023	,697	,917
27. Número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo no âmbito da ocorrência	50,637	75,093	,701	,917
28. Utilização de violência de forma “gratuita”	50,646	74,385	,705	,917
29. Ser praticado contra pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho)	51,419	71,429	,764	,914

Resumo de processamento do caso			
		N	%
Casos	Válido	479	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	479	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,880	5

Estatísticas de item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
33. Ocorrência ser presenciada por menor(es)	18,424	11,814	,668	,866
34. Existência de coabitação entre vítima e ofensor	18,708	11,186	,748	,846
36. Existência de relação de dependência ou subordinação (assistencial, educativa, laboral) da(s) vítima(s) face ao(s) ofensor(es)	18,898	11,004	,773	,840
38. Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima	18,474	11,785	,704	,857
39. Intensidade da violência física/psicológica/sexual empregue	18,173	12,219	,678	,863

Resumo de processamento do caso

	N	%
Casos Válido	479	100,0
Excluídos ^a	0	,0
Total	479	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,726	3

Estatísticas de item-total				
	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
2. Número de ofensores que praticaram o crime	9,643	2,732	,549	,636
3. Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido	9,568	2,777	,563	,619
4. Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime	9,386	2,815	,530	,659

Resumo de processamento do caso			
		N	%
Casos	Válido	476	99,4
	Excluídos ^a	3	,6
	Total	479	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade		
Alfa de Cronbach	N de itens	
,970	48	

Estatísticas de item-total				
	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
1. Vítima especialmente vulnerável em função da idade (diminuta ou avançada), de deficiência, gravidez ou estado de saúde	223,143	1009,811	,437	,970
2. Número de ofensores que praticaram o crime	223,876	1005,288	,455	,970
3. Tempo de submissão da vítima ao(s) atos que configuram o crime cometido	223,803	1003,658	,496	,970
4. Intervenção de organização violenta e/ou associação criminosa no âmbito do cometimento do crime	223,620	998,421	,575	,970
5. Constituir uma situação de revitimização daquela vítima por parte do(s) mesmo(s) ofensor(es)	224,008	995,554	,595	,970
6. Em resultado do crime, vítima(s) ficou privada de importante órgão ou membro ou ficou desfigurada de forma grave e permanentemente	222,994	1006,983	,514	,970

7. Vítima especialmente vulnerável por se encontrar em situação em que não tem alternativa real nem aceitável se não submeter-se ao abuso (ex.: tornar vítima dependente de drogas)	223,424	995,714	,612	,970
8. Nível de premeditação por parte do ofensor, persistência na intenção de cometer o crime, emprego de meios sofisticados para praticar o crime e/ou planeamento sofisticado	223,557	997,329	,619	,970
9. Vítima indefesa (com menor capacidade para se defender) em função do modo como crime foi cometido ou meios empregues (ex.: administração de droga sedativa)	223,227	998,601	,630	,970
10. Tratamento cruel, degradante ou desumano da vítima	223,092	1003,019	,588	,970
11. Em resultado do crime, vítima(s) vier(em) a falecer, suicidar-se ou tentar suicidar-se	222,842	1013,615	,465	,970
12. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente nas suas capacidades: de trabalho, intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem	223,053	1006,551	,557	,970
13. Número de vítimas (não mortais) no âmbito da ocorrência criminal	223,981	994,574	,597	,970
14. Existência de ameaças sobre as vítimas/familiares (ex.: ameaça de morte)	224,002	990,453	,683	,969
15. Em resultado do crime, vítima(s) ficou com doença particularmente dolorosa ou permanente ou perturbação psíquica grave	223,261	998,770	,609	,970
16. Existência de motivo torpe ou fútil (ex: avidez/prazer de matar/causar sofrimento/excitação/satisfação do instinto sexual)	223,382	998,308	,569	,970
17. Crime motivado por discriminação (racial, religiosa, origem étnica ou nacional, sexo, orientação sexual,...)	223,847	989,827	,657	,969

18. Emprego de tortura física, psicológica ou financeira da vítima ou de familiar da vítima	223,452	996,307	,639	,970
19. Número de vítimas (mortais) no âmbito da ocorrência criminal	223,017	1010,054	,446	,970
20. Crime praticado contra ascendente, descendente, adotante ou adotado do ofensor	223,613	992,162	,657	,969
21. Crime praticado como forma de retaliação contra pessoa envolvida em processo criminal anterior visando o ofensor (ex.: testemunha, juiz, procurador, advogado, polícia).	223,666	987,086	,702	,969
22. Ser praticado contra cônjuge, ex-cônjuge, com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau	223,704	993,720	,652	,970
23. Utilização de arma de fogo	223,319	999,228	,585	,970
24. Ser praticado contra outro familiar (que não ascendente ou descendente)	224,233	986,087	,688	,969
25. Utilização desproporcionada de meios para atingir o fim	224,231	988,258	,626	,970
26. Utilização de arma(s) branca(s) ou outro instrumento perigoso	223,943	986,365	,666	,969
27. Número de pessoas cuja vida foi colocada em perigo no âmbito da ocorrência	223,857	988,796	,688	,969
28. Utilização de violência de forma “gratuita”	223,863	986,404	,690	,969
29. Ser praticado contra pessoa conhecida (ex.: amigo, colega, vizinho)	224,639	979,263	,703	,969
30. Em resultado do crime, vítima(s) ficou afetada de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	223,550	989,692	,687	,969
31. Número de crimes violentos praticados no âmbito da ocorrência ou para a sua concretização	223,765	991,052	,713	,969
32. Elevado prejuízo patrimonial para a vítima/ficou em difícil situação económica	224,181	987,277	,661	,969
33. Ocorrência ser presenciada por menor(es)	223,784	993,020	,625	,970

34. Existência de coabitação entre vítima e ofensor	224,065	988,242	,682	,969
35. Nível de impacto no sentimento de insegurança da população	224,170	986,828	,654	,969
36. Existência de relação de dependência ou subordinação (assistencial, educativa, laboral) da(s) vítima(s) face ao(s) ofensor(es)	224,258	984,243	,736	,969
37. Nível de destruição/perturbação do local onde ocorreu o crime (ex: através da utilização de explosivos)	223,941	985,108	,662	,969
38. Total (ou quase total) restrição de movimentos da vítima/controlo sobre a vítima	223,834	989,276	,707	,969
39. Intensidade da violência física/psicológica/sexual	223,534	992,527	,691	,969
40. Perturbação do Governo/ Aplicação da Lei /Ordem pública	224,172	987,436	,613	,970
41. Ocorrer na residência da(s) vítima(s)	224,206	985,473	,675	,969
42. Existência de impacto significativo nas Forças e Serviços de Segurança chamadas a intervir (ex.: mortos/feridos)	223,750	986,011	,613	,970
43. Ocorrer em local isolado (diminuindo hipóteses da vítima obter ajuda)	223,935	982,979	,713	,969
44. Necessidade de recurso, por parte das forças e serviços de segurança a meios mais sofisticados para neutralizar situação (ex.: chamada de elementos especiais)	224,023	985,576	,618	,970
45. Em resultado do crime, familiar(es) da(s) vítima(s) ficaram afetados de maneira grave e/ou permanente a nível psicológico, diminuindo a sua qualidade de vida	223,895	984,688	,687	,969
46. Aproveitamento/utilização da internet/redes sociais para cometer o crime	224,618	979,281	,676	,969
47. Elevados custos (económicos) para a sociedade	224,553	986,307	,626	,970

48. Crime praticado contra figura relevante do Estado, da administração da justiça, da segurança pública, funcionário público, docente, médico, padre, árbitro desportivo... no exercício das suas funções ou por causa delas.	224,000	984,084	,627	,970
--	---------	---------	------	------

A7.3- ANÁLISE INFERENCIAL (SAÍDAS SPSS) - PONTO 8.3**A7.3.1 Análise da gravidade dos crimes (ponto 8.3.1)**

Postos	
Posto Médio	
Q1F1final	2,39
Q1F2final	4,29
Q1F3final	1,62
Q1F4final	2,68
Q1F5final	4,37
Q1F6final	5,65

Estatísticas de teste^a	
N	578
Qui-quadrado	1922,360
gl	5
Significância Sig.	,000

a. Teste Friedman

Variáveis criadas^a			
Variável de origem	Função	Nova variável	Rótulo
f1q1novo ^b	Posição	Rf1q1nov	Rank of f1q1novo by sujeito

a. A posição média de valores empatados é usado para empates.

b. As classificações estão em ordem ascendente.

Testes de efeitos entre sujeitos					
Variável dependente: Rank of f1q1novo by sujeito					
Origem	Tipo III Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
Modelo corrigido	6673,262 ^a	589	11,330	9,865	,000
Intercepto	42590,622	1	42590,622	37082,756	,000
sujeito	29,577	584	,051	,044	1,000
testeQ1	6659,132	5	1331,826	1159,593	,000
Erro	3343,368	2911	1,149		
Total	52760,500	3501			
Total corrigido	10016,630	3500			

a. R Quadrado = ,666 (R Quadrado Ajustado = ,599)

Comparações múltiplas

Variável dependente: Rank of flq1novo by sujeito

		Intervalo de Confiança 95%					
(I) testeQ1	(J) testeQ1	Diferença média (I-J)	Erro	Erro	Sig.	Limite inferior	Limite superior
Tukey HSD	1	2	-1,90174*	,062743	,000	-2,08066	-1,72282
		3	,76607*	,062743	,000	,58715	,94499
		4	-,28820*	,062851	,000	-,46743	-,10897
		5	-1,96620*	,062716	,000	-2,14505	-1,78736
		6	-3,25167*	,062716	,000	-3,43052	-3,07283
	2	1	1,90174*	,062743	,000	1,72282	2,08066
		3	2,66781*	,062716	,000	2,48897	2,84665
		4	1,61354*	,062824	,000	1,43439	1,79269
		5	-,06447	,062689	,909	-,24323	,11430
		6	-1,34994*	,062689	,000	-1,52870	-1,17117
	3	1	-,76607*	,062743	,000	-,94499	-,58715
		2	-2,66781*	,062716	,000	-2,84665	-2,48897
		4	-1,05427*	,062824	,000	-1,23342	-,87512
		5	-2,73228*	,062689	,000	-2,91104	-2,55351
		6	-4,01775*	,062689	,000	-4,19651	-3,83898
	4	1	,28820*	,062851	,000	,10897	,46743
		2	-1,61354*	,062824	,000	-1,79269	-1,43439
		3	1,05427*	,062824	,000	,87512	1,23342
		5	-1,67801*	,062797	,000	-1,85708	-1,49893
		6	-2,96348*	,062797	,000	-3,14255	-2,78440
	5	1	1,96620*	,062716	,000	1,78736	2,14505
		2	,06447	,062689	,909	-,11430	,24323
		3	2,73228*	,062689	,000	2,55351	2,91104
		4	1,67801*	,062797	,000	1,49893	1,85708
		6	-1,28547*	,062663	,000	-1,46416	-1,10678
	6	1	3,25167*	,062716	,000	3,07283	3,43052
		2	1,34994*	,062689	,000	1,17117	1,52870
		3	4,01775*	,062689	,000	3,83898	4,19651
		4	2,96348*	,062797	,000	2,78440	3,14255
		5	1,28547*	,062663	,000	1,10678	1,46416

Com base em médias observadas.

O termo de erro é Quadrado Médio (Erro) = 1,149.

*. A diferença média é significativa no nível 0,05.

Estatísticas

		Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
N	Válido	583	584	584	580	585	585
	Omisso	2	1	1	5	0	0
Média		4,4272	5,1608	4,0165	4,4848	5,1761	5,8034
Mediana		4,5000	5,3333	4,1250	4,5000	5,2000	6,0000
Desvio-padrão		,78697	,64376	,78227	,82944	,71575	,37102
Mínimo		1,56	2,67	1,88	1,67	2,40	3,00
Máximo		5,83	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00

Comparação segundo o sexo

Estatísticas de grupo					
	6.1 Sexo	N	Média	Desvio-padrão	Erro padrão da média
Q1F1final	Masculino	481	4,4427	,77572	,03537
	Feminino	102	4,3540	,83814	,08299
Q1F2final	Masculino	481	5,1474	,64182	,02926
	Feminino	103	5,2233	,65226	,06427
Q1F3final	Masculino	482	3,9647	,77538	,03532
	Feminino	102	4,2610	,77198	,07644
Q1F4final	Masculino	481	4,4737	,82594	,03766
	Feminino	99	4,5387	,84844	,08527
Q1F5final	Masculino	482	5,1751	,72671	,03310
	Feminino	103	5,1806	,66540	,06556
Q1F6final	Masculino	482	5,8102	,36727	,01673
	Feminino	103	5,7718	,38841	,03827

Teste de amostras independentes										
		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias						
		Z	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
									Inferior	Superior
Q1F1final	Variâncias iguais assumidas	,832	,362	1,034	581	,302	,08868	,08578	-,07980	,25716
	Variâncias iguais não assumidas			,983	140,053	,327	,08868	,09021	-,08967	,26703
Q1F2final	Variâncias iguais assumidas	,037	,847	-1,086	582	,278	-,07592	,06988	-,21318	,06133
	Variâncias iguais não assumidas			-1,075	147,335	,284	-,07592	,07062	-,21548	,06363
Q1F3final	Variâncias iguais assumidas	,116	,734	-3,509	582	,000	-,29630	,08444	-,46215	-,13045
	Variâncias iguais não assumidas			-3,519	147,318	,001	-,29630	,08420	-,46270	-,12990
Q1F4final	Variâncias iguais assumidas	,006	,938	-,710	578	,478	-,06505	,09158	-,24492	,11481
	Variâncias iguais não assumidas			-,698	138,879	,486	-,06505	,09322	-,24936	,11925
Q1F5final	Variâncias iguais assumidas	,806	,370	-,070	583	,944	-,00548	,07776	-,15821	,14725

Apêndices

	Variâncias iguais não assumidas			-,075	158,441	,941	-,00548	,07345	-,15054	,13958
Q1F6final	Variâncias iguais assumidas	2,038	,154	,951	583	,342	,03832	,04028	-,04079	,11743
	Variâncias iguais não assumidas			,917	143,588	,360	,03832	,04177	-,04424	,12088

Relação com idade e tempo de profissão

		Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
6.2 Idade	Correlação de Pearson	-,013	-,058	-,050	-,062	-,005	-,008
	Sig. (2 extremidades)	,776	,188	,259	,165	,911	,851
	N	511	512	512	508	513	513
6.9 Há quantos anos exerce esta profissão?	Correlação de Pearson	,051	-,110**	-,026	-,053	-,007	,031
	Sig. (2 extremidades)	,221	,008	,530	,204	,870	,450
	N	583	584	584	580	585	585

A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).**

Comparação segundo o enquadramento institucional

Descritivos									
		Intervalo de confiança de 95% para média							
		N	Média	Desvio- padrão	Erro Erro	Limite inferior	Limite superior	Mínimo	Máximo
Q1F1final	APAV	24	4,1551	,81006	,16535	3,8130	4,4972	2,67	5,50
	GNR	197	4,5073	,75839	,05403	4,4008	4,6139	2,00	5,78
	MP	27	4,2469	,45821	,08818	4,0657	4,4282	3,11	5,00
	Magistratura judicial	19	3,5965	,79281	,18188	3,2144	3,9786	2,39	5,28
	PSP	285	4,4904	,77516	,04592	4,4001	4,5808	1,56	5,83
	PJ	26	4,2222	,96481	,18922	3,8325	4,6119	2,00	5,67
	SEF	5	4,1667	,76275	,34111	3,2196	5,1137	3,11	4,83
	Total	583	4,4272	,78697	,03259	4,3632	4,4912	1,56	5,83
Q1F2final	APAV	24	5,4861	,38880	,07936	5,3219	5,6503	4,78	6,00
	GNR	197	5,1816	,61372	,04373	5,0954	5,2678	3,00	6,00
	MP	27	5,2551	,45272	,08713	5,0761	5,4342	4,22	5,89
	Magistratura judicial	19	4,4561	,60166	,13803	4,1661	4,7461	3,44	5,67
	PSP	285	5,1910	,65521	,03881	5,1146	5,2674	2,67	6,00
	PJ	27	4,8642	,74620	,14361	4,5690	5,1594	3,44	6,00
	SEF	5	4,8222	,37351	,16704	4,3585	5,2860	4,22	5,22
	Total	584	5,1608	,64376	,02664	5,1084	5,2131	2,67	6,00
Q1F3final	APAV	24	4,4792	,73413	,14985	4,1692	4,7892	2,50	5,50

	GNR	198	4,0076	,77636	,05517	3,8988	4,1164	1,88	5,75
	MP	26	4,0817	,61537	,12068	3,8332	4,3303	2,88	5,13
	Magistratura judicial	19	3,6250	,70465	,16166	3,2854	3,9646	2,38	5,00
	PSP	285	4,0136	,78895	,04673	3,9216	4,1056	2,13	6,00
	PJ	27	3,9676	,89844	,17291	3,6122	4,3230	2,13	5,13
	SEF	5	3,7250	,44546	,19922	3,1719	4,2781	3,00	4,13
	Total	584	4,0165	,78227	,03237	3,9529	4,0801	1,88	6,00
Q1F4final	APAV	24	4,6389	,47311	,09657	4,4391	4,8387	3,83	5,33
	GNR	196	4,5680	,77122	,05509	4,4594	4,6767	2,17	6,00
	MP	24	4,1458	,70422	,14375	3,8485	4,4432	1,67	5,00
	Magistratura judicial	19	3,6404	,65089	,14932	3,3266	3,9541	2,50	4,67
	PSP	285	4,5632	,84041	,04978	4,4652	4,6611	2,00	6,00
	PJ	27	3,9136	,96007	,18477	3,5338	4,2934	2,33	5,83
	SEF	5	3,9333	,90982	,40689	2,8036	5,0630	2,33	4,50
	Total	580	4,4848	,82944	,03444	4,4171	4,5524	1,67	6,00
Q1F5final	APAV	24	5,2000	,61290	,12511	4,9412	5,4588	4,20	6,00
	GNR	198	5,1859	,71147	,05056	5,0861	5,2856	3,00	6,00
	MP	27	5,1407	,45001	,08660	4,9627	5,3188	4,40	6,00
	Magistratura judicial	19	4,6947	,70354	,16140	4,3556	5,0338	3,40	6,00
	PSP	285	5,2035	,73532	,04356	5,1178	5,2892	2,40	6,00
	PJ	27	5,1407	,82053	,15791	4,8161	5,4653	3,60	6,00
	SEF	5	5,3200	,43818	,19596	4,7759	5,8641	4,80	6,00
	Total	585	5,1761	,71575	,02959	5,1179	5,2342	2,40	6,00
Q1F6final	APAV	24	5,7500	,32969	,06730	5,6108	5,8892	5,00	6,00
	GNR	198	5,8081	,38173	,02713	5,7546	5,8616	3,50	6,00
	MP	27	5,8519	,33440	,06436	5,7196	5,9841	4,50	6,00
	Magistratura judicial	19	5,7632	,48214	,11061	5,5308	5,9955	4,50	6,00
	PSP	285	5,8140	,35920	,02128	5,7722	5,8559	3,00	6,00
	PJ	27	5,7222	,42366	,08153	5,5546	5,8898	4,50	6,00
	SEF	5	5,6000	,22361	,10000	5,3224	5,8776	5,50	6,00
	Total	585	5,8034	,37102	,01534	5,7733	5,8335	3,00	6,00

ANOVA

		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Q1F1final	Entre Grupos	19,603	6	3,267	5,521	,000
	Nos grupos	340,844	576	,592		
	Total	360,447	582			
Q1F2final	Entre Grupos	15,509	6	2,585	6,596	,000
	Nos grupos	226,100	577	,392		
	Total	241,609	583			
Q1F3final	Entre Grupos	8,668	6	1,445	2,395	,027
	Nos grupos	348,095	577	,603		
	Total	356,763	583			
Q1F4final	Entre Grupos	30,314	6	5,052	7,866	,000
	Nos grupos	368,024	573	,642		
	Total	398,338	579			
Q1F5final	Entre Grupos	4,820	6	,803	1,577	,151
	Nos grupos	294,365	578	,509		
	Total	299,185	584			

Q1F6final	Entre Grupos	,584	6	,097	,705	,646
	Nos grupos	79,809	578	,138		
	Total	80,393	584			

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
H de Kruskal-Wallis	29,148	34,657	15,466	42,886	11,693	8,949
gl	6	6	6	6	6	6
Significância Sig.	,000	,000	,017	,000	,069	,176

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: 6.5 Enquadramento institucional

Comparações múltiplas

Tukey HSD

Variável dependente	(I) 6.5 Enquadramento institucional	(J) 6.5 Enquadramento institucional	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
Q1F1final	APAV	GNR	-,35224	,16631	,343	-,8443	,1398
		MP	-,09182	,21581	1,000	-,7303	,5467
		Magistratura judicial	,55860	,23622	,216	-,1403	1,2575
		PSP	-,33536	,16350	,384	-,8191	,1484
		PJ	-,06713	,21775	1,000	-,7114	,5771
		SEF	-,01157	,37816	1,000	-1,1305	1,1073
	GNR	APAV	,35224	,16631	,343	-,1398	,8443
		MP	,26042	,15786	,650	-,2067	,7275
		Magistratura judicial	,91084*	,18479	,000	,3641	1,4576
		PSP	,01688	,07127	1,000	-,1940	,2278
		PJ	,28511	,16051	,565	-,1898	,7600
		SEF	,34067	,34836	,959	-,6901	1,3714
	MP	APAV	,09182	,21581	1,000	-,5467	,7303
		GNR	-,26042	,15786	,650	-,7275	,2067
		Magistratura judicial	,65042	,23035	,073	-,0311	1,3320
		PSP	-,24353	,15490	,700	-,7018	,2148
		PJ	,02469	,21137	1,000	-,6007	,6501
		SEF	,08025	,37452	1,000	-1,0279	1,1884
	Magistratura judicial	APAV	-,55860	,23622	,216	-1,2575	,1403
		GNR	-,91084*	,18479	,000	-1,4576	-,3641
		MP	-,65042	,23035	,073	-1,3320	,0311
		PSP	-,89396*	,18227	,000	-1,4332	-,3547
		PJ	-,62573	,23217	,101	-1,3127	,0612
		SEF	-,57018	,38664	,760	-1,7142	,5738
	PSP	APAV	,33536	,16350	,384	-,1484	,8191
		GNR	-,01688	,07127	1,000	-,2278	,1940
		MP	,24353	,15490	,700	-,2148	,7018
		Magistratura judicial	,89396*	,18227	,000	,3547	1,4332
		PJ	,26823	,15759	,615	-,1981	,7345
		SEF	,32378	,34702	,967	-,7030	1,3506
	PJ	APAV	,06713	,21775	1,000	-,5771	,7114
		GNR	-,28511	,16051	,565	-,7600	,1898
		MP	-,02469	,21137	1,000	-,6501	,6007

		Magistratura judicial	,62573	,23217	,101	-,0612	1,3127
		PSP	-,26823	,15759	,615	-,7345	,1981
SEF	SEF	SEF	,05556	,37564	1,000	-1,0559	1,1670
		APAV	,01157	,37816	1,000	-1,1073	1,1305
		GNR	-,34067	,34836	,959	-1,3714	,6901
		MP	-,08025	,37452	1,000	-1,1884	1,0279
		Magistratura judicial	,57018	,38664	,760	-,5738	1,7142
		PSP	-,32378	,34702	,967	-1,3506	,7030
		PJ	-,05556	,37564	1,000	-1,1670	1,0559
Q1F2final	APAV	GNR	,30450	,13534	,271	-,0959	,7049
		MP	,23097	,17561	,845	-,2886	,7506
		Magistratura judicial	1,02997*	,19223	,000	,4612	1,5987
		PSP	,29508	,13305	,287	-,0986	,6887
		PJ	,62191*	,17561	,008	,1023	1,1415
		SEF	,66389	,30773	,321	-,2466	1,5744
		SEF					
	GNR	APAV	-,30450	,13534	,271	-,7049	,0959
		MP	-,07353	,12846	,998	-,4536	,3066
		Magistratura judicial	,72547*	,15038	,000	,2805	1,1704
		PSP	-,00942	,05800	1,000	-,1810	,1622
		PJ	,31742	,12846	,172	-,0627	,6975
		SEF	,35939	,28348	,866	-,4794	1,1981
		SEF					
	MP	APAV	-,23097	,17561	,845	-,7506	,2886
		GNR	,07353	,12846	,998	-,3066	,4536
		Magistratura judicial	,79900*	,18745	,000	,2444	1,3536
		PSP	,06411	,12605	,999	-,3088	,4371
		PJ	,39095	,17037	,248	-,1131	,8950
		SEF	,43292	,30477	,791	-,4688	1,3347
		SEF					
	Magistratura judicial	APAV	-1,02997*	,19223	,000	-1,5987	-,4612
		GNR	-,72547*	,15038	,000	-1,1704	-,2805
		MP	-,79900*	,18745	,000	-1,3536	-,2444
		PSP	-,73489*	,14832	,000	-1,1737	-,2960
		PJ	-,40806	,18745	,310	-,9627	,1466
		SEF	-,36608	,31463	,907	-1,2970	,5649
		SEF					
	PSP	APAV	-,29508	,13305	,287	-,6887	,0986
		GNR	,00942	,05800	1,000	-,1622	,1810
		MP	-,06411	,12605	,999	-,4371	,3088
		Magistratura judicial	,73489*	,14832	,000	,2960	1,1737
		PJ	,32684	,12605	,130	-,0461	,6998
		SEF	,36881	,28239	,849	-,4667	1,2043
		SEF					
	PJ	APAV	-,62191*	,17561	,008	-1,1415	-,1023
		GNR	-,31742	,12846	,172	-,6975	,0627
		MP	-,39095	,17037	,248	-,8950	,1131
		Magistratura judicial	,40806	,18745	,310	-,1466	,9627
		PSP	-,32684	,12605	,130	-,6998	,0461
		SEF	,04198	,30477	1,000	-,8598	,9437
		SEF					
	SEF	APAV	-,66389	,30773	,321	-1,5744	,2466
		GNR	-,35939	,28348	,866	-1,1981	,4794
		MP	-,43292	,30477	,791	-1,3347	,4688
		Magistratura judicial	,36608	,31463	,907	-,5649	1,2970
		PSP	-,36881	,28239	,849	-1,2043	,4667
		PJ	-,04198	,30477	1,000	-,9437	,8598
		SEF					
Q1F3final	APAV	GNR	,47159	,16788	,075	-,0251	,9683
		MP	,39744	,21986	,543	-,2531	1,0480
		Magistratura judicial	,85417*	,23851	,007	,1485	1,5599
		PSP	,46557	,16509	,073	-,0229	,9540
		PJ	,51157	,21790	,223	-,1331	1,1563

		SEF	,75417	,38183	,432	-,3756	1,8839	
GNR		APAV	-,47159	,16788	,075	-,9683	,0251	
		MP	-,07416	,16202	,999	-,5535	,4052	
		Magistratura judicial	,38258	,18654	,384	-,1694	,9345	
		PSP	-,00602	,07186	1,000	-,2186	,2066	
		PJ	,03998	,15934	1,000	-,4315	,5114	
		SEF	,28258	,35172	,985	-,7581	1,3232	
MP		APAV	-,39744	,21986	,543	-1,0480	,2531	
		GNR	,07416	,16202	,999	-,4052	,5535	
		Magistratura judicial	,45673	,23443	,449	-,2369	1,1503	
		PSP	,06813	,15912	1,000	-,4027	,5389	
		PJ	,11414	,21342	,998	-,5173	,7456	
		SEF	,35673	,37929	,966	-,7655	1,4790	
Magistratura judicial		APAV	-,85417*	,23851	,007	-1,5599	-,1485	
		GNR	-,38258	,18654	,384	-,9345	,1694	
		MP	-,45673	,23443	,449	-1,1503	,2369	
		PSP	-,38860	,18403	,347	-,9331	,1559	
		PJ	-,34259	,23258	,761	-1,0308	,3456	
		SEF	-,10000	,39040	1,000	-1,2551	1,0551	
PSP		APAV	-,46557	,16509	,073	-,9540	,0229	
		GNR	,00602	,07186	1,000	-,2066	,2186	
		MP	-,06813	,15912	1,000	-,5389	,4027	
		Magistratura judicial	,38860	,18403	,347	-,1559	,9331	
		PJ	,04600	,15640	1,000	-,4167	,5088	
		SEF	,28860	,35039	,982	-,7481	1,3253	
PJ		APAV	-,51157	,21790	,223	-1,1563	,1331	
		GNR	-,03998	,15934	1,000	-,5114	,4315	
		MP	-,11414	,21342	,998	-,7456	,5173	
		Magistratura judicial	,34259	,23258	,761	-,3456	1,0308	
		PSP	-,04600	,15640	1,000	-,5088	,4167	
		SEF	,24259	,37815	,995	-,8763	1,3615	
SEF		APAV	-,75417	,38183	,432	-1,8839	,3756	
		GNR	-,28258	,35172	,985	-1,3232	,7581	
		MP	-,35673	,37929	,966	-1,4790	,7655	
		Magistratura judicial	,10000	,39040	1,000	-1,0551	1,2551	
		PSP	-,28860	,35039	,982	-1,3253	,7481	
		PJ	-,24259	,37815	,995	-1,3615	,8763	
Q1F4final	APAV		GNR	,07086	,17332	1,000	-,4420	,5837
			MP	,49306	,23135	,336	-,1915	1,1776
			Magistratura judicial	,99854*	,24610	,001	,2704	1,7267
			PSP	,07573	,17034	,999	-,4283	,5797
			PJ	,72531*	,22483	,022	,0601	1,3906
			SEF	,70556	,39398	,555	-,4602	1,8713
	GNR		APAV	-,07086	,17332	1,000	-,5837	,4420
			MP	,42219	,17332	,186	-,0906	,9350
			Magistratura judicial	,92768*	,19256	,000	,3579	1,4974
			PSP	,00487	,07437	1,000	-,2152	,2249
			PJ	,65445*	,16451	,002	,1677	1,1412
			SEF	,63469	,36295	,583	-,4392	1,7086
	MP		APAV	-,49306	,23135	,336	-1,1776	,1915
			GNR	-,42219	,17332	,186	-,9350	,0906
			Magistratura judicial	,50548	,24610	,382	-,2227	1,2337
			PSP	-,41732	,17034	,180	-,9213	,0867
			PJ	,23225	,22483	,946	-,4330	,8975
			SEF	,21250	,39398	,998	-,9532	1,3782
	Magistratura judicial		APAV	-,99854*	,24610	,001	-1,7267	-,2704
			GNR	-,92768*	,19256	,000	-1,4974	-,3579

	MP	-,50548	,24610	,382	-1,2337	,2227
	PSP	-,92281*	,18989	,000	-1,4847	-,3610
	PJ	-,27323	,23998	,916	-,9833	,4368
	SEF	-,29298	,40281	,991	-1,4848	,8989
PSP	APAV	-,07573	,17034	,999	-,5797	,4283
	GNR	-,00487	,07437	1,000	-,2249	,2152
	MP	,41732	,17034	,180	-,0867	,9213
	Magistratura judicial	,92281*	,18989	,000	,3610	1,4847
	PJ	,64958*	,16137	,001	,1721	1,1271
	SEF	,62982	,36154	,588	-,4399	1,6996
PJ	APAV	-,72531*	,22483	,022	-1,3906	-,0601
	GNR	-,65445*	,16451	,002	-1,1412	-,1677
	MP	-,23225	,22483	,946	-,8975	,4330
	Magistratura judicial	,27323	,23998	,916	-,4368	,9833
	PSP	-,64958*	,16137	,001	-1,1271	-,1721
	SEF	-,01975	,39018	1,000	-1,1742	1,1347
SEF	APAV	-,70556	,39398	,555	-1,8713	,4602
	GNR	-,63469	,36295	,583	-1,7086	,4392
	MP	-,21250	,39398	,998	-1,3782	,9532
	Magistratura judicial	,29298	,40281	,991	-,8989	1,4848
	PSP	-,62982	,36154	,588	-1,6996	,4399
	PJ	,01975	,39018	1,000	-1,1347	1,1742

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

Descritivos

	6.5 Enquadramento institucional		Estatística	Erro
Q1F1final	APAV	Média	4,1551	,16535
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,8130
			Limite superior	4,4972
		5% da média aparada		4,1615
		Mediana		4,0833
		Variância		,656
		Desvio-padrão		,81006
		Mínimo		2,67
		Máximo		5,50
		Intervalo		2,83
		Amplitude interquartil		1,32
		Assimetria	,027	,472
		Curtose	-,889	,918
	GNR	Média	4,5111	,05441
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4038
			Limite superior	4,6184
		5% da média aparada		4,5510
		Mediana		4,6111
		Variância		,577
		Desvio-padrão		,75985
		Mínimo		2,00
		Máximo		5,78
		Intervalo		3,78
		Amplitude interquartil		,94
		Assimetria	-,781	,174
		Curtose	,367	,346

MP	Média		4,2361	,09871
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,0319	
		Limite superior	4,4403	
	5% da média aparada		4,2557	
	Mediana		4,2778	
	Variância		,234	
	Desvio-padrão		,48356	
	Mínimo		3,11	
	Máximo		5,00	
	Intervalo		1,89	
	Amplitude interquartil		,68	
	Assimetria		-,532	,472
	Curtose		,160	,918
Magistratura judicial	Média		3,5965	,18188
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,2144	
		Limite superior	3,9786	
	5% da média aparada		3,5702	
	Mediana		3,5000	
	Variância		,629	
	Desvio-padrão		,79281	
	Mínimo		2,39	
	Máximo		5,28	
	Intervalo		2,89	
	Amplitude interquartil		1,28	
	Assimetria		,420	,524
	Curtose		-,465	1,014
PSP	Média		4,4904	,04592
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4001	
		Limite superior	4,5808	
	5% da média aparada		4,5240	
	Mediana		4,5556	
	Variância		,601	
	Desvio-padrão		,77516	
	Mínimo		1,56	
	Máximo		5,83	
	Intervalo		4,28	
	Amplitude interquartil		1,11	
	Assimetria		-,593	,144
	Curtose		,203	,288
PJ	Média		4,2222	,18922
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,8325	
		Limite superior	4,6119	
	5% da média aparada		4,2597	
	Mediana		4,3333	
	Variância		,931	
	Desvio-padrão		,96481	
	Mínimo		2,00	
	Máximo		5,67	
	Intervalo		3,67	
	Amplitude interquartil		1,21	
	Assimetria		-,518	,456
	Curtose		-,161	,887

SEF		Média	4,1667	,34111
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,2196
			Limite superior	5,1137
		5% da média aparada		4,1883
		Mediana		4,5556
		Variância		,582
		Desvio-padrão		,76275
		Mínimo		3,11
		Máximo		4,83
		Intervalo		1,72
		Amplitude interquartil		1,42
		Assimetria		-,771
				,913
		Curtose		-1,898
				2,000
Q1F2final	APAV	Média	5,4861	,07936
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,3219
			Limite superior	5,6503
		5% da média aparada		5,4969
		Mediana		5,5556
		Variância		,151
		Desvio-padrão		,38880
		Mínimo		4,78
		Máximo		6,00
		Intervalo		1,22
		Amplitude interquartil		,64
		Assimetria		-,435
				,472
		Curtose		-,918
				,918
GNR		Média	5,1783	,04410
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,0914
			Limite superior	5,2653
		5% da média aparada		5,2170
		Mediana		5,3333
		Variância		,379
		Desvio-padrão		,61578
		Mínimo		3,00
		Máximo		6,00
		Intervalo		3,00
		Amplitude interquartil		,78
		Assimetria		-,982
				,174
		Curtose		,470
				,346
MP		Média	5,1991	,09121
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,0104
			Limite superior	5,3878
		5% da média aparada		5,2202
		Mediana		5,3333
		Variância		,200
		Desvio-padrão		,44683
		Mínimo		4,22
		Máximo		5,78
		Intervalo		1,56
		Amplitude interquartil		,75
		Assimetria		-,696
				,472
		Curtose		-,420
				,918
Magistratura judicial		Média	4,4561	,13803
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,1661
			Limite superior	4,7461
		5% da média aparada		4,4451

		Mediana	4,4444	
		Variância	,362	
		Desvio-padrão	,60166	
		Mínimo	3,44	
		Máximo	5,67	
		Intervalo	2,22	
		Amplitude interquartil	,56	
		Assimetria	,175	,524
		Curtose	-,199	1,014
PSP		Média	5,1910	,03881
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,1146	
		Limite superior	5,2674	
	5% da média aparada		5,2449	
	Mediana		5,3333	
	Variância		,429	
	Desvio-padrão		,65521	
	Mínimo		2,67	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		3,33	
PJ		Amplitude interquartil	,78	
	Assimetria		-1,271	,144
	Curtose		1,659	,288
	Média		4,8333	,14575
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,5331	
		Limite superior	5,1335	
	5% da média aparada		4,8443	
	Mediana		4,9444	
	Variância		,552	
	Desvio-padrão		,74320	
SEF		Mínimo	3,44	
		Máximo	6,00	
		Intervalo	2,56	
		Amplitude interquartil	1,31	
	Assimetria		-,116	,456
	Curtose		-1,065	,887
	Média		4,8222	,16704
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,3585	
		Limite superior	5,2860	
	5% da média aparada		4,8333	
Q1F3final APAV		Mediana	4,8889	
		Variância	,140	
		Desvio-padrão	,37351	
		Mínimo	4,22	
		Máximo	5,22	
		Intervalo	1,00	
		Amplitude interquartil	,61	
	Assimetria		-1,169	,913
	Curtose		2,034	2,000
	Média		4,4792	,14985
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,1692	
		Limite superior	4,7892	
	5% da média aparada		4,5243	
	Mediana		4,5625	
	Variância		,539	
	Desvio-padrão		,73413	
	Mínimo		2,50	
	Máximo		5,50	

GNR	Intervalo		3,00	
	Amplitude interquartil		,75	
	Assimetria		-,886	,472
	Curtose		,926	,918
	Média		4,0205	,05490
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,9122	
		Limite superior	4,1288	
	5% da média aparada		4,0223	
	Mediana		4,1250	
	Variância		,588	
	Desvio-padrão		,76661	
	Mínimo		2,00	
	Máximo		5,75	
	Intervalo		3,75	
	Amplitude interquartil		1,00	
	Assimetria		-,123	,174
	Curtose		-,338	,346
MP	Média		4,0781	,13093
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,8073	
		Limite superior	4,3490	
	5% da média aparada		4,0868	
	Mediana		4,2500	
	Variância		,411	
	Desvio-padrão		,64143	
	Mínimo		2,88	
	Máximo		5,13	
	Intervalo		2,25	
	Amplitude interquartil		,91	
	Assimetria		-,480	,472
	Curtose		-,473	,918
Magistratura judicial	Média		3,6250	,16166
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,2854	
		Limite superior	3,9646	
	5% da média aparada		3,6181	
	Mediana		3,6250	
	Variância		,497	
	Desvio-padrão		,70465	
	Mínimo		2,38	
	Máximo		5,00	
	Intervalo		2,63	
	Amplitude interquartil		1,00	
	Assimetria		,229	,524
	Curtose		-,482	1,014
PSP	Média		4,0136	,04673
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,9216	
		Limite superior	4,1056	
	5% da média aparada		4,0230	
	Mediana		4,1250	
	Variância		,622	
	Desvio-padrão		,78895	
	Mínimo		2,13	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		3,88	
	Amplitude interquartil		1,25	
	Assimetria		-,155	,144
	Curtose		-,651	,288
PJ	Média		3,9279	,17489

		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,5677	
			Limite superior	4,2881	
		5% da média aparada		3,9599	
		Mediana		4,1250	
		Variância		,795	
		Desvio-padrão		,89175	
		Mínimo		2,13	
		Máximo		5,13	
		Intervalo		3,00	
		Amplitude interquartil		1,31	
		Assimetria		-,548	,456
		Curtose		-,845	,887
SEF		Média		3,7250	,19922
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,1719	
			Limite superior	4,2781	
		5% da média aparada		3,7431	
		Mediana		3,8750	
		Variância		,198	
		Desvio-padrão		,44546	
		Mínimo		3,00	
		Máximo		4,13	
		Intervalo		1,13	
		Amplitude interquartil		,75	
		Assimetria		-1,385	,913
		Curtose		1,784	2,000
Q1F4final	APAV	Média		4,6389	,09657
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4391	
			Limite superior	4,8387	
		5% da média aparada		4,6451	
		Mediana		4,7500	
		Variância		,224	
		Desvio-padrão		,47311	
		Mínimo		3,83	
		Máximo		5,33	
		Intervalo		1,50	
		Amplitude interquartil		,79	
		Assimetria		-,438	,472
		Curtose		-,960	,918
GNR		Média		4,5795	,05416
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4727	
			Limite superior	4,6863	
		5% da média aparada		4,5978	
		Mediana		4,6667	
		Variância		,572	
		Desvio-padrão		,75629	
		Mínimo		2,17	
		Máximo		6,00	
		Intervalo		3,83	
		Amplitude interquartil		1,00	
		Assimetria		-,393	,174
		Curtose		,032	,346
MP		Média		4,1458	,14375

	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,8485	
		Limite superior	4,4432	
	5% da média aparada		4,2238	
	Mediana		4,3333	
	Variância		,496	
	Desvio-padrão		,70422	
	Mínimo		1,67	
	Máximo		5,00	
	Intervalo		3,33	
	Amplitude interquartil		,79	
	Assimetria		-2,044	,472
	Curtose		5,839	,918
	Média		3,6404	,14932
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,3266	
		Limite superior	3,9541	
	5% da média aparada		3,6467	
	Mediana		3,6667	
	Variância		,424	
	Desvio-padrão		,65089	
	Mínimo		2,50	
	Máximo		4,67	
Magistratura judicial	Intervalo		2,17	
	Amplitude interquartil		1,17	
	Assimetria		-,249	,524
	Curtose		-1,035	1,014
	Média		4,5632	,04978
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4652	
		Limite superior	4,6611	
	5% da média aparada		4,5931	
	Mediana		4,6667	
	Variância		,706	
	Desvio-padrão		,84041	
	Mínimo		2,00	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		4,00	
	Amplitude interquartil		1,17	
	Assimetria		-,556	,144
	Curtose		,019	,288
	Média		3,8910	,19058
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,4985	
		Limite superior	4,2835	
PSP	5% da média aparada		3,8697	
	Mediana		3,8333	
	Variância		,944	
	Desvio-padrão		,97176	
	Mínimo		2,33	
	Máximo		5,83	
	Intervalo		3,50	
	Amplitude interquartil		1,42	
PJ				

SEF	Assimetria		,260	,456
	Curtose		-,396	,887
	Média		3,9333	,40689
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	2,8036	
		Limite superior	5,0630	
	5% da média aparada		3,9907	
	Mediana		4,1667	
	Variância		,828	
	Desvio-padrão		,90982	
	Mínimo		2,33	
	Máximo		4,50	
	Intervalo		2,17	
	Amplitude interquartil		1,25	
	Assimetria		-2,051	,913
	Curtose		4,342	2,000

Comparação entre distritos/regiões

Teste Kruskal-Wallis

Postos			
	Distrito var numerica	N	Posto Médio
Q1F1final	Aveiro	26	270,37
	Beja	15	361,67
	Braga	30	249,72
	Bragança	6	292,25
	CasteloBranco	18	364,42
	Coimbra	18	229,36
	Évora	11	312,36
	Faro	31	304,47
	Guarda	16	272,66
	Leiria	14	218,71
	Lisboa	54	243,53
	Portalegre	14	268,68
	Porto	189	314,98
	R.A.Madeira	28	278,64
	R.A.Açores	13	282,50
	Santarém	19	261,13
	Setúbal	34	268,79
	Viana do Castelo	14	334,07
	Vila Real	11	385,18
	Viseu	22	300,77
	Total	583	
Q1F2final	Aveiro	26	301,75
	Beja	15	284,57
	Braga	30	287,55
	Bragança	6	329,08
	CasteloBranco	18	380,89

	Coimbra	18	250,89
	Évora	11	309,91
	Faro	31	275,50
	Guarda	16	234,72
	Leiria	13	233,77
	Lisboa	55	280,77
	Portalegre	14	282,54
	Porto	189	315,19
	R.A.Madeira	28	236,32
	R.A.Açores	13	323,85
	Santarém	20	254,60
	Setúbal	34	263,35
	Viana do Castelo	14	280,14
	Vila Real	11	398,36
	Viseu	22	265,61
	Total	584	
Q1F3final	Aveiro	26	316,58
	Beja	15	331,60
	Braga	30	254,47
	Bragança	6	275,00
	Castelo Branco	18	306,17
	Coimbra	18	308,97
	Évora	11	332,77
	Faro	31	264,40
	Guarda	16	208,59
	Leiria	14	247,46
	Lisboa	55	323,72
	Portalegre	14	228,46
	Porto	189	305,55
	R.A.Madeira	28	264,93
	R.A.Açores	13	350,04
	Santarém	20	251,15
	Setúbal	33	250,24
	Viana do Castelo	14	329,14
	Vila Real	11	350,41
	Viseu	22	278,91
	Total	584	
Q1F4final	Aveiro	26	301,50
	Beja	15	278,27
	Braga	30	289,65
	Bragança	6	230,08
	Castelo Branco	18	293,69
	Coimbra	18	303,19
	Évora	11	326,50
	Faro	31	297,11
	Guarda	16	246,19
	Leiria	14	259,79
	Lisboa	55	259,85
	Portalegre	13	249,58
	Porto	189	308,28
	R.A.Madeira	28	257,98
	R.A.Açores	13	349,46
	Santarém	19	340,63
	Setúbal	31	239,18
	Viana do Castelo	14	296,79
	Vila Real	11	346,59
	Viseu	22	266,52

	Total	580	
Q1F5final	Aveiro	26	267,23
	Beja	15	265,60
	Braga	30	305,40
	Bragança	6	199,00
	CasteloBranco	18	360,06
	Coimbra	18	187,06
	Évora	11	290,00
	Faro	31	280,92
	Guarda	16	287,84
	Leiria	14	232,14
	Lisboa	55	302,22
	Portalegre	14	330,29
	Porto	189	310,92
	R.A.Madeira	28	266,20
	R.A.Açores	13	288,73
	Santarém	20	244,28
	Setúbal	34	271,91
	Viana do Castelo	14	295,36
	Vila Real	11	343,27
	Viseu	22	329,86
	Total	585	
Q1F6final	Aveiro	26	299,52
	Beja	15	265,07
	Braga	30	274,32
	Bragança	6	335,25
	CasteloBranco	18	298,81
	Coimbra	18	315,31
	Évora	11	272,00
	Faro	31	336,74
	Guarda	16	208,09
	Leiria	14	282,39
	Lisboa	55	294,25
	Portalegre	14	282,39
	Porto	189	296,94
	R.A.Madeira	28	266,20
	R.A.Açores	13	212,27
	Santarém	20	339,88
	Setúbal	34	286,54
	Viana do Castelo	14	296,39
	Vila Real	11	298,41
	Viseu	22	326,75
	Total	585	

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
H de Kruskal-Wallis	27,967	24,719	22,367	17,015	23,152	21,983
gl	19	19	19	19	19	19
Significância Sig.	,084	,170	,266	,589	,231	,285

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Distrito var numerica

Postos			
	Distrito var numerica	N	Posto Médio
Q1F1final	Aveiro	26	217,08
	Braga	31	210,52
	Faro	33	242,71
	Lisboa	55	193,70
	Porto	227	268,41
	R.A.Madeira	33	221,08
	Santarém	19	209,95
	Setúbal	37	231,50
	Viseu	23	250,37
	Total	484	
Q1F2final	Aveiro	26	243,92
	Braga	31	239,92
	Faro	33	223,92
	Lisboa	56	223,48
	Porto	227	267,16
	R.A.Madeira	33	192,15
	Santarém	20	207,28
	Setúbal	37	225,00
	Viseu	23	226,11
	Total	486	
Q1F3final	Aveiro	26	251,29
	Braga	31	212,48
	Faro	33	212,98
	Lisboa	56	251,38
	Porto	227	262,91
	R.A.Madeira	33	205,76
	Santarém	20	200,90
	Setúbal	36	215,79
	Viseu	23	233,59
	Total	485	
Q1F4final	Aveiro	26	242,60
	Braga	31	241,35
	Faro	33	238,32
	Lisboa	56	206,74
	Porto	227	260,94
	R.A.Madeira	33	195,52
	Santarém	19	273,32
	Setúbal	34	208,59
	Viseu	23	226,11
	Total	482	
Q1F5final	Aveiro	26	214,33
	Braga	31	251,71
	Faro	33	223,58
	Lisboa	56	236,94
	Porto	227	258,90
	R.A.Madeira	33	208,61
	Santarém	20	198,93
	Setúbal	37	228,73
	Viseu	23	270,54
	Total	486	
Q1F6final	Aveiro	26	248,21
	Braga	31	230,26

Apêndices

Faro	33	270,88
Lisboa	56	239,19
Porto	227	240,85
R.A.Madeira	33	207,80
Santarém	20	280,53
Setúbal	37	243,68
Viseu	23	272,11
Total	486	

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
H de Kruskal-Wallis	19,081	15,046	13,475	14,750	10,273	9,729
gl	8	8	8	8	8	8
Significância Sig.	,014	,058	,097	,064	,246	,285

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Distrito var numerica

Comparações múltiplas

Tukey HSD

Variável dependente	(I) Distrito var numerica	(J) Distrito var numerica	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
Q1F1final	Aveiro	Braga	,04983	,23841	1,000	-,6931	,7927
		Faro	-,08126	,23509	1,000	-,8138	,6513
		Lisboa	,13726	,21336	,999	-,5276	,8021
		Porto	-,28701	,18561	,833	-,8654	,2914
		R.A.Madeira	,00291	,23509	1,000	-,7297	,7355
		Santarém	,01833	,27058	1,000	-,8248	,8615
		Setúbal	-,09673	,22942	1,000	-,8116	,6182
		Viseu	-,24368	,25662	,990	-1,0434	,5560
	Braga	Aveiro	-,04983	,23841	1,000	-,7927	,6931
		Faro	-,13110	,22423	1,000	-,8298	,5677
		Lisboa	,08742	,20134	1,000	-,5400	,7148
		Porto	-,33685	,17166	,571	-,8718	,1981
		R.A.Madeira	-,04692	,22423	1,000	-,7457	,6518
		Santarém	-,03150	,26120	1,000	-,8454	,7824
		Setúbal	-,14657	,21828	,999	-,8268	,5336
		Viseu	-,29352	,24672	,958	-1,0623	,4753
	Faro	Aveiro	,08126	,23509	1,000	-,6513	,8138
		Braga	,13110	,22423	1,000	-,5677	,8298
		Lisboa	,21852	,19740	,973	-,3966	,8337
		Porto	-,20575	,16702	,949	-,7262	,3147
		R.A.Madeira	,08418	,22070	1,000	-,6036	,7719
		Santarém	,09959	,25818	1,000	-,7049	,9041
		Setúbal	-,01547	,21465	1,000	-,6844	,6534
		Viseu	-,16242	,24351	,999	-,9212	,5964
	Lisboa	Aveiro	-,13726	,21336	,999	-,8021	,5276
		Braga	-,08742	,20134	1,000	-,7148	,5400

		Faro	-,21852	,19740	,973	-,8337	,3966
		Porto	-,42427*	,13473	,045	-,8441	-,0044
		R.A.Madeira	-,13434	,19740	,999	-,7495	,4808
		Santarém	-,11893	,23856	1,000	-,8623	,6245
		Setúbal	-,23399	,19062	,950	-,8280	,3600
		Viseu	-,38094	,22261	,740	-1,0746	,3128
Porto		Aveiro	,28701	,18561	,833	-,2914	,8654
		Braga	,33685	,17166	,571	-,1981	,8718
		Faro	,20575	,16702	,949	-,3147	,7262
		Lisboa	,42427*	,13473	,045	,0044	,8441
		R.A.Madeira	,28993	,16702	,724	-,2305	,8104
		Santarém	,30534	,21410	,887	-,3618	,9725
		Setúbal	,19028	,15894	,957	-,3050	,6856
		Viseu	,04333	,19617	1,000	-,5680	,6546
R.A.Madeira		Aveiro	-,00291	,23509	1,000	-,7355	,7297
		Braga	,04692	,22423	1,000	-,6518	,7457
		Faro	-,08418	,22070	1,000	-,7719	,6036
		Lisboa	,13434	,19740	,999	-,4808	,7495
		Porto	-,28993	,16702	,724	-,8104	,2305
		Santarém	,01542	,25818	1,000	-,7891	,8199
		Setúbal	-,09965	,21465	1,000	-,7685	,5693
		Viseu	-,24660	,24351	,985	-1,0054	,5122
Santarém		Aveiro	-,01833	,27058	1,000	-,8615	,8248
		Braga	,03150	,26120	1,000	-,7824	,8454
		Faro	-,09959	,25818	1,000	-,9041	,7049
		Lisboa	,11893	,23856	1,000	-,6245	,8623
		Porto	-,30534	,21410	,887	-,9725	,3618
		R.A.Madeira	-,01542	,25818	1,000	-,8199	,7891
		Setúbal	-,11506	,25303	1,000	-,9035	,6734
		Viseu	-,26201	,27793	,990	-1,1281	,6041
Setúbal		Aveiro	,09673	,22942	1,000	-,6182	,8116
		Braga	,14657	,21828	,999	-,5336	,8268
		Faro	,01547	,21465	1,000	-,6534	,6844
		Lisboa	,23399	,19062	,950	-,3600	,8280
		Porto	-,19028	,15894	,957	-,6856	,3050
		R.A.Madeira	,09965	,21465	1,000	-,5693	,7685
		Santarém	,11506	,25303	1,000	-,6734	,9035
		Viseu	-,14695	,23804	1,000	-,8887	,5948
Viseu		Aveiro	,24368	,25662	,990	-,5560	1,0434
		Braga	,29352	,24672	,958	-,4753	1,0623
		Faro	,16242	,24351	,999	-,5964	,9212
		Lisboa	,38094	,22261	,740	-,3128	1,0746
		Porto	-,04333	,19617	1,000	-,6546	,5680
		R.A.Madeira	,24660	,24351	,985	-,5122	1,0054
		Santarém	,26201	,27793	,990	-,6041	1,1281
		Setúbal	,14695	,23804	1,000	-,5948	,8887
Q1F2final	Aveiro	Braga	,09112	,20042	1,000	-,5334	,7157
		Faro	,18920	,19763	,989	-,4266	,8050
		Lisboa	,08837	,17886	1,000	-,4690	,6457
		Porto	-,01869	,15604	1,000	-,5049	,4675
		R.A.Madeira	,39459	,19763	,547	-,2213	1,0104
		Santarém	,12051	,22416	1,000	-,5780	,8190
		Setúbal	,11631	,19287	1,000	-,4847	,7173

Apêndices

	Viseu	,00650	,21574	1,000	-,6658	,6788
Braga	Aveiro	-,09112	,20042	1,000	-,7157	,5334
	Faro	,09808	,18851	1,000	-,4893	,6855
	Lisboa	-,00275	,16872	1,000	-,5285	,5230
	Porto	-,10982	,14431	,998	-,5595	,3399
	R.A.Madeira	,30346	,18851	,799	-,2839	,8909
	Santarém	,02939	,21616	1,000	-,6442	,7030
	Setúbal	,02519	,18351	1,000	-,5466	,5970
	Viseu	-,08462	,20741	1,000	-,7309	,5617
Faro	Aveiro	-,18920	,19763	,989	-,8050	,4266
	Braga	-,09808	,18851	1,000	-,6855	,4893
	Lisboa	-,10083	,16539	1,000	-,6162	,4146
	Porto	-,20789	,14041	,864	-,6454	,2296
	R.A.Madeira	,20539	,18554	,973	-,3728	,7835
	Santarém	-,06869	,21357	1,000	-,7342	,5968
	Setúbal	-,07289	,18046	1,000	-,6352	,4894
	Viseu	-,18270	,20472	,993	-,8206	,4552
Lisboa	Aveiro	-,08837	,17886	1,000	-,6457	,4690
	Braga	,00275	,16872	1,000	-,5230	,5285
	Faro	,10083	,16539	1,000	-,4146	,6162
	Porto	-,10706	,11245	,990	-,4575	,2433
	R.A.Madeira	,30622	,16539	,648	-,2092	,8216
	Santarém	,03214	,19633	1,000	-,5796	,6439
	Setúbal	,02794	,15967	1,000	-,4696	,5255
	Viseu	-,08187	,18665	1,000	-,6635	,4998
Porto	Aveiro	,01869	,15604	1,000	-,4675	,5049
	Braga	,10982	,14431	,998	-,3399	,5595
	Faro	,20789	,14041	,864	-,2296	,6454
	Lisboa	,10706	,11245	,990	-,2433	,4575
	R.A.Madeira	,41328	,14041	,081	-,0242	,8508
	Santarém	,13921	,17579	,997	-,4086	,6870
	Setúbal	,13500	,13362	,985	-,2814	,5514
	Viseu	,02520	,16492	1,000	-,4887	,5391
R.A.Madeira	Aveiro	-,39459	,19763	,547	-1,0104	,2213
	Braga	-,30346	,18851	,799	-,8909	,2839
	Faro	-,20539	,18554	,973	-,7835	,3728
	Lisboa	-,30622	,16539	,648	-,8216	,2092
	Porto	-,41328	,14041	,081	-,8508	,0242
	Santarém	-,27407	,21357	,936	-,9396	,3914
	Setúbal	-,27828	,18046	,835	-,8406	,2840
	Viseu	-,38808	,20472	,617	-1,0260	,2498
Santarém	Aveiro	-,12051	,22416	1,000	-,8190	,5780
	Braga	-,02939	,21616	1,000	-,7030	,6442
	Faro	,06869	,21357	1,000	-,5968	,7342
	Lisboa	-,03214	,19633	1,000	-,6439	,5796
	Porto	-,13921	,17579	,997	-,6870	,4086
	R.A.Madeira	,27407	,21357	,936	-,3914	,9396
	Setúbal	-,00420	,20917	1,000	-,6560	,6476
	Viseu	-,11401	,23043	1,000	-,8320	,6040
Setúbal	Aveiro	-,11631	,19287	1,000	-,7173	,4847
	Braga	-,02519	,18351	1,000	-,5970	,5466
	Faro	,07289	,18046	1,000	-,4894	,6352
	Lisboa	-,02794	,15967	1,000	-,5255	,4696
	Porto	-,13500	,13362	,985	-,5514	,2814
	R.A.Madeira	,27828	,18046	,835	-,2840	,8406
	Santarém	,00420	,20917	1,000	-,6476	,6560
	Viseu	-,10981	,20012	1,000	-,7334	,5138

Q1F3final	Viseu	Aveiro	-,00650	,21574	1,000	-,6788	,6658
		Braga	,08462	,20741	1,000	-,5617	,7309
		Faro	,18270	,20472	,993	-,4552	,8206
		Lisboa	,08187	,18665	1,000	-,4998	,6635
		Porto	-,02520	,16492	1,000	-,5391	,4887
		R.A.Madeira	,38808	,20472	,617	-,2498	1,0260
		Santarém	,11401	,23043	1,000	-,6040	,8320
		Setúbal	,10981	,20012	1,000	-,5138	,7334
	Aveiro	Braga	,26101	,24138	,977	-,4912	1,0132
		Faro	,27433	,23802	,966	-,4674	1,0160
		Lisboa	,06782	,21541	1,000	-,6034	,7391
		Porto	-,05585	,18793	1,000	-,6415	,5298
		R.A.Madeira	,33494	,23802	,895	-,4068	1,0766
		Santarém	,34952	,26996	,933	-,4917	1,1908
		Setúbal	,27591	,23361	,960	-,4520	1,0039
		Viseu	,09762	,25982	1,000	-,7120	,9073
	Braga	Aveiro	-,26101	,24138	,977	-1,0132	,4912
		Faro	,01332	,22703	1,000	-,6941	,7208
		Lisboa	-,19319	,20320	,990	-,8264	,4400
		Porto	-,31686	,17380	,667	-,8584	,2247
		R.A.Madeira	,07392	,22703	1,000	-,6335	,7814
		Santarém	,08851	,26033	1,000	-,7227	,8997
		Setúbal	,01490	,22240	1,000	-,6781	,7079
		Viseu	-,16339	,24979	,999	-,9418	,6150
	Faro	Aveiro	-,27433	,23802	,966	-1,0160	,4674
		Braga	-,01332	,22703	1,000	-,7208	,6941
		Lisboa	-,20651	,19919	,982	-,8272	,4142
		Porto	-,33018	,16910	,577	-,8571	,1968
		R.A.Madeira	,06061	,22345	1,000	-,6357	,7569
		Santarém	,07519	,25721	1,000	-,7263	,8767
		Setúbal	,00158	,21875	1,000	-,6801	,6832
		Viseu	-,17671	,24655	,999	-,9450	,5916
	Lisboa	Aveiro	-,06782	,21541	1,000	-,7391	,6034
		Braga	,19319	,20320	,990	-,4400	,8264
		Faro	,20651	,19919	,982	-,4142	,8272
		Porto	-,12367	,13543	,992	-,5457	,2983
		R.A.Madeira	,26711	,19919	,918	-,3536	,8878
		Santarém	,28170	,23644	,958	-,4551	1,0185
		Setúbal	,20809	,19390	,978	-,3961	,8123
		Viseu	,02979	,22479	1,000	-,6707	,7303
	Porto	Aveiro	,05585	,18793	1,000	-,5298	,6415
		Braga	,31686	,17380	,667	-,2247	,8584
		Faro	,33018	,16910	,577	-,1968	,8571
		Lisboa	,12367	,13543	,992	-,2983	,5457
		R.A.Madeira	,39079	,16910	,338	-,1362	,9177
		Santarém	,40537	,21171	,604	-,2544	1,0651
		Setúbal	,33176	,16283	,518	-,1757	,8392
		Viseu	,15347	,19862	,998	-,4655	,7724
	R.A.Madeira	Aveiro	-,33494	,23802	,895	-1,0766	,4068
		Braga	-,07392	,22703	1,000	-,7814	,6335
		Faro	-,06061	,22345	1,000	-,7569	,6357
		Lisboa	-,26711	,19919	,918	-,8878	,3536
		Porto	-,39079	,16910	,338	-,9177	,1362
		Santarém	,01458	,25721	1,000	-,7869	,8161
		Setúbal	-,05903	,21875	1,000	-,7407	,6226
		Viseu	-,23732	,24655	,989	-1,0056	,5310
	Santarém	Aveiro	-,34952	,26996	,933	-1,1908	,4917

Apêndices

		Braga	-,08851	,26033	1,000	-,8997	,7227
		Faro	-,07519	,25721	1,000	-,8767	,7263
		Lisboa	-,28170	,23644	,958	-1,0185	,4551
		Porto	-,40537	,21171	,604	-1,0651	,2544
		R.A.Madeira	-,01458	,25721	1,000	-,8161	,7869
		Setúbal	-,07361	,25314	1,000	-,8624	,7152
		Viseu	-,25190	,27751	,993	-1,1167	,6129
	Setúbal	Aveiro	-,27591	,23361	,960	-1,0039	,4520
		Braga	-,01490	,22240	1,000	-,7079	,6781
		Faro	-,00158	,21875	1,000	-,6832	,6801
		Lisboa	-,20809	,19390	,978	-,8123	,3961
		Porto	-,33176	,16283	,518	-,8392	,1757
		R.A.Madeira	,05903	,21875	1,000	-,6226	,7407
		Santarém	,07361	,25314	1,000	-,7152	,8624
		Viseu	-,17829	,24229	,998	-,9333	,5767
	Viseu	Aveiro	-,09762	,25982	1,000	-,9073	,7120
		Braga	,16339	,24979	,999	-,6150	,9418
		Faro	,17671	,24655	,999	-,5916	,9450
		Lisboa	-,02979	,22479	1,000	-,7303	,6707
		Porto	-,15347	,19862	,998	-,7724	,4655
		R.A.Madeira	,23732	,24655	,989	-,5310	1,0056
		Santarém	,25190	,27751	,993	-,6129	1,1167
		Setúbal	,17829	,24229	,998	-,5767	,9333
Q1F4final	Aveiro	Braga	,01034	,24311	1,000	-,7472	,7679
		Faro	,06410	,23973	1,000	-,6829	,8111
		Lisboa	,23077	,21695	,979	-,4453	,9068
		Porto	-,05778	,18928	1,000	-,6476	,5320
		R.A.Madeira	,31158	,23973	,931	-,4355	1,0586
		Santarém	-,20783	,27592	,998	-1,0676	,6520
		Setúbal	,28959	,23817	,953	-,4526	1,0318
		Viseu	,11483	,26169	1,000	-,7006	,9303
	Braga	Aveiro	-,01034	,24311	1,000	-,7679	,7472
		Faro	,05376	,22866	1,000	-,6588	,7663
		Lisboa	,22043	,20465	,977	-,4173	,8582
		Porto	-,06812	,17504	1,000	-,6136	,4774
		R.A.Madeira	,30124	,22866	,926	-,4113	1,0138
		Santarém	-,21817	,26635	,996	-1,0482	,6119
		Setúbal	,27925	,22702	,950	-,4282	,9867
		Viseu	,10449	,25159	1,000	-,6795	,8885
	Faro	Aveiro	-,06410	,23973	1,000	-,8111	,6829
		Braga	-,05376	,22866	1,000	-,7663	,6588
		Lisboa	,16667	,20062	,996	-,4585	,7918
		Porto	-,12188	,17031	,999	-,6526	,4089
		R.A.Madeira	,24747	,22506	,974	-,4539	,9488
		Santarém	-,27193	,26327	,983	-1,0923	,5485
		Setúbal	,22549	,22340	,985	-,4707	,9216
		Viseu	,05072	,24832	1,000	-,7231	,8245
	Lisboa	Aveiro	-,23077	,21695	,979	-,9068	,4453
		Braga	-,22043	,20465	,977	-,8582	,4173
		Faro	-,16667	,20062	,996	-,7918	,4585
		Porto	-,28855	,13640	,464	-,7136	,1365
		R.A.Madeira	,08081	,20062	1,000	-,5444	,7060
		Santarém	-,43860	,24271	,678	-1,1949	,3178
		Setúbal	,05882	,19876	1,000	-,5605	,6782
		Viseu	-,11594	,22641	1,000	-,8215	,5896
	Porto	Aveiro	,05778	,18928	1,000	-,5320	,6476
		Braga	,06812	,17504	1,000	-,4774	,6136

		Faro	,12188	,17031	,999	-,4089	,6526
		Lisboa	,28855	,13640	,464	-,1365	,7136
		R.A.Madeira	,36935	,17031	,428	-,1614	,9001
		Santarém	-,15005	,21833	,999	-,8304	,5303
		Setúbal	,34737	,16811	,498	-,1765	,8712
		Viseu	,17260	,20004	,995	-,4508	,7960
R.A.Madeira	Aveiro		-,31158	,23973	,931	-1,0586	,4355
	Braga		-,30124	,22866	,926	-1,0138	,4113
	Faro		-,24747	,22506	,974	-,9488	,4539
	Lisboa		-,08081	,20062	1,000	-,7060	,5444
	Porto		-,36935	,17031	,428	-,9001	,1614
	Santarém		-,51940	,26327	,563	-1,3398	,3010
	Setúbal		-,02198	,22340	1,000	-,7181	,6742
	Viseu		-,19675	,24832	,997	-,9706	,5771
Santarém	Aveiro		,20783	,27592	,998	-,6520	1,0676
	Braga		,21817	,26635	,996	-,6119	1,0482
	Faro		,27193	,26327	,983	-,5485	1,0923
	Lisboa		,43860	,24271	,678	-,3178	1,1949
	Porto		,15005	,21833	,999	-,5303	,8304
	R.A.Madeira		,51940	,26327	,563	-,3010	1,3398
	Setúbal		,49742	,26185	,614	-,3186	1,3134
	Viseu		,32265	,28341	,968	-,5605	1,2058
Setúbal	Aveiro		-,28959	,23817	,953	-1,0318	,4526
	Braga		-,27925	,22702	,950	-,9867	,4282
	Faro		-,22549	,22340	,985	-,9216	,4707
	Lisboa		-,05882	,19876	1,000	-,6782	,5605
	Porto		-,34737	,16811	,498	-,8712	,1765
	R.A.Madeira		,02198	,22340	1,000	-,6742	,7181
	Santarém		-,49742	,26185	,614	-1,3134	,3186
	Viseu		-,17477	,24681	,999	-,9439	,5944
Viseu	Aveiro		-,11483	,26169	1,000	-,9303	,7006
	Braga		-,10449	,25159	1,000	-,8885	,6795
	Faro		-,05072	,24832	1,000	-,8245	,7231
	Lisboa		,11594	,22641	1,000	-,5896	,8215
	Porto		-,17260	,20004	,995	-,7960	,4508
	R.A.Madeira		,19675	,24832	,997	-,5771	,9706
	Santarém		-,32265	,28341	,968	-1,2058	,5605
	Setúbal		,17477	,24681	,999	-,5944	,9439
Q1F5final	Aveiro	Braga	-,08859	,22345	1,000	-,7849	,6077
		Faro	,05198	,22034	1,000	-,6346	,7386
		Lisboa	-,07280	,19941	1,000	-,6942	,5486
		Porto	-,07892	,17397	1,000	-,6210	,4632
		R.A.Madeira	,21562	,22034	,988	-,4710	,9022
		Santarém	,19077	,24992	,998	-,5880	,9695
		Setúbal	-,00977	,21503	1,000	-,6798	,6603
		Viseu	-,25184	,24053	,981	-1,0014	,4977
	Braga	Aveiro	,08859	,22345	1,000	-,6077	,7849
		Faro	,14057	,21017	,999	-,5143	,7955
		Lisboa	,01578	,18811	1,000	-,5704	,6019
		Porto	,00966	,16089	1,000	-,4917	,5110
		R.A.Madeira	,30420	,21017	,879	-,3507	,9591
		Santarém	,27935	,24100	,964	-,4716	1,0303
		Setúbal	,07881	,20459	1,000	-,5587	,7163
		Viseu	-,16325	,23124	,999	-,8838	,5573
	Faro	Aveiro	-,05198	,22034	1,000	-,7386	,6346
		Braga	-,14057	,21017	,999	-,7955	,5143
		Lisboa	-,12478	,18440	,999	-,6994	,4498

Apêndices

		Porto	-,13090	,15654	,996	-,6187	,3569
		R.A.Madeira	,16364	,20686	,997	-,4810	,8082
		Santarém	,13879	,23811	1,000	-,6032	,8808
		Setúbal	-,06175	,20119	1,000	-,6887	,5652
		Viseu	-,30382	,22824	,922	-1,0150	,4074
Lisboa		Aveiro	,07280	,19941	1,000	-,5486	,6942
		Braga	-,01578	,18811	1,000	-,6019	,5704
		Faro	,12478	,18440	,999	-,4498	,6994
		Porto	-,00612	,12537	1,000	-,3968	,3846
		R.A.Madeira	,28842	,18440	,824	-,2862	,8630
		Santarém	,26357	,21889	,955	-,4185	,9456
		Setúbal	,06303	,17802	1,000	-,4917	,6178
		Viseu	-,17904	,20810	,995	-,8275	,4694
Porto		Aveiro	,07892	,17397	1,000	-,4632	,6210
		Braga	-,00966	,16089	1,000	-,5110	,4917
		Faro	,13090	,15654	,996	-,3569	,6187
		Lisboa	,00612	,12537	1,000	-,3846	,3968
		R.A.Madeira	,29454	,15654	,627	-,1933	,7823
		Santarém	,26969	,19599	,906	-,3410	,8804
		Setúbal	,06915	,14897	1,000	-,3951	,5334
		Viseu	-,17292	,18387	,991	-,7459	,4000
R.A.Madeira		Aveiro	-,21562	,22034	,988	-,9022	,4710
		Braga	-,30420	,21017	,879	-,9591	,3507
		Faro	-,16364	,20686	,997	-,8082	,4810
		Lisboa	-,28842	,18440	,824	-,8630	,2862
		Porto	-,29454	,15654	,627	-,7823	,1933
		Santarém	-,02485	,23811	1,000	-,7668	,7171
		Setúbal	-,22539	,20119	,971	-,8523	,4015
		Viseu	-,46746	,22824	,510	-1,1787	,2438
Santarém		Aveiro	-,19077	,24992	,998	-,9695	,5880
		Braga	-,27935	,24100	,964	-1,0303	,4716
		Faro	-,13879	,23811	1,000	-,8808	,6032
		Lisboa	-,26357	,21889	,955	-,9456	,4185
		Porto	-,26969	,19599	,906	-,8804	,3410
		R.A.Madeira	,02485	,23811	1,000	-,7171	,7668
		Setúbal	-,20054	,23321	,995	-,9272	,5262
		Viseu	-,44261	,25691	,732	-1,2432	,3579
Setúbal		Aveiro	,00977	,21503	1,000	-,6603	,6798
		Braga	-,07881	,20459	1,000	-,7163	,5587
		Faro	,06175	,20119	1,000	-,5652	,6887
		Lisboa	-,06303	,17802	1,000	-,6178	,4917
		Porto	-,06915	,14897	1,000	-,5334	,3951
		R.A.Madeira	,22539	,20119	,971	-,4015	,8523
		Santarém	,20054	,23321	,995	-,5262	,9272
		Viseu	-,24207	,22312	,976	-,9373	,4532
Viseu		Aveiro	,25184	,24053	,981	-,4977	1,0014
		Braga	,16325	,23124	,999	-,5573	,8838
		Faro	,30382	,22824	,922	-,4074	1,0150
		Lisboa	,17904	,20810	,995	-,4694	,8275
		Porto	,17292	,18387	,991	-,4000	,7459
		R.A.Madeira	,46746	,22824	,510	-,2438	1,1787
		Santarém	,44261	,25691	,732	-,3579	1,2432
		Setúbal	,24207	,22312	,976	-,4532	,9373
Q1F6final	Aveiro	Braga	-,00186	,15042	1,000	-,4706	,4669
		Faro	-,04487	,14832	1,000	-,5071	,4173
		Lisboa	,00275	,13423	1,000	-,4155	,4210

	Porto	,07481	,11711	,999	-,2901	,4397
	R.A.Madeira	,21270	,14832	,884	-,2495	,6749
	Santarém	-,13654	,16823	,997	-,6608	,3877
	Setúbal	-,02235	,14475	1,000	-,4734	,4287
	Viseu	-,08110	,16191	1,000	-,5856	,4234
Braga	Aveiro	,00186	,15042	1,000	-,4669	,4706
	Faro	-,04301	,14147	1,000	-,4839	,3978
	Lisboa	,00461	,12662	1,000	-,3900	,3992
	Porto	,07667	,10830	,999	-,2608	,4142
	R.A.Madeira	,21457	,14147	,848	-,2263	,6554
	Santarém	-,13468	,16222	,996	-,6402	,3708
	Setúbal	-,02049	,13772	1,000	-,4496	,4087
	Viseu	-,07924	,15566	1,000	-,5643	,4058
Faro	Aveiro	,04487	,14832	1,000	-,4173	,5071
	Braga	,04301	,14147	1,000	-,3978	,4839
	Lisboa	,04762	,12413	1,000	-,3392	,4344
	Porto	,11968	,10538	,969	-,2087	,4480
	R.A.Madeira	,25758	,13925	,649	-,1763	,6915
	Santarém	-,09167	,16028	1,000	-,5911	,4078
	Setúbal	,02252	,13543	1,000	-,3995	,4445
	Viseu	-,03623	,15364	1,000	-,5150	,4425
Lisboa	Aveiro	-,00275	,13423	1,000	-,4210	,4155
	Braga	-,00461	,12662	1,000	-,3992	,3900
	Faro	-,04762	,12413	1,000	-,4344	,3392
	Porto	,07206	,08439	,995	-,1909	,3350
	R.A.Madeira	,20996	,12413	,752	-,1768	,5968
	Santarém	-,13929	,14734	,990	-,5984	,3198
	Setúbal	-,02510	,11983	1,000	-,3985	,3483
	Viseu	-,08385	,14008	1,000	-,5204	,3527
Porto	Aveiro	-,07481	,11711	,999	-,4397	,2901
	Braga	-,07667	,10830	,999	-,4142	,2608
	Faro	-,11968	,10538	,969	-,4480	,2087
	Lisboa	-,07206	,08439	,995	-,3350	,1909
	R.A.Madeira	,13790	,10538	,929	-,1905	,4663
	Santarém	-,21134	,13193	,804	-,6225	,1998
	Setúbal	-,09715	,10028	,988	-,4096	,2153
	Viseu	-,15591	,12377	,942	-,5416	,2298
R.A.Madeira	Aveiro	-,21270	,14832	,884	-,6749	,2495
	Braga	-,21457	,14147	,848	-,6554	,2263
	Faro	-,25758	,13925	,649	-,6915	,1763
	Lisboa	-,20996	,12413	,752	-,5968	,1768
	Porto	-,13790	,10538	,929	-,4663	,1905
	Santarém	-,34924	,16028	,421	-,8487	,1502
	Setúbal	-,23505	,13543	,724	-,6571	,1870
	Viseu	-,29381	,15364	,606	-,7726	,1849
Santarém	Aveiro	,13654	,16823	,997	-,3877	,6608
	Braga	,13468	,16222	,996	-,3708	,6402
	Faro	,09167	,16028	1,000	-,4078	,5911
	Lisboa	,13929	,14734	,990	-,3198	,5984

Apêndices

	Porto	,21134	,13193	,804	-,1998	,6225
	R.A.Madeira	,34924	,16028	,421	-,1502	,8487
	Setúbal	,11419	,15698	,998	-,3750	,6034
	Viseu	,05543	,17293	1,000	-,4834	,5943
Setúbal	Aveiro	,02235	,14475	1,000	-,4287	,4734
	Braga	,02049	,13772	1,000	-,4087	,4496
	Faro	-,02252	,13543	1,000	-,4445	,3995
	Lisboa	,02510	,11983	1,000	-,3483	,3985
	Porto	,09715	,10028	,988	-,2153	,4096
	R.A.Madeira	,23505	,13543	,724	-,1870	,6571
	Santarém	-,11419	,15698	,998	-,6034	,3750
	Viseu	-,05875	,15019	1,000	-,5268	,4092
Viseu	Aveiro	,08110	,16191	1,000	-,4234	,5856
	Braga	,07924	,15566	1,000	-,4058	,5643
	Faro	,03623	,15364	1,000	-,4425	,5150
	Lisboa	,08385	,14008	1,000	-,3527	,5204
	Porto	,15591	,12377	,942	-,2298	,5416
	R.A.Madeira	,29381	,15364	,606	-,1849	,7726
	Santarém	-,05543	,17293	1,000	-,5943	,4834
	Setúbal	,05875	,15019	1,000	-,4092	,5268

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

Teste Mann-Whitney

Postos				
	Distrito var numerica	N	Posto Médio	Soma de Classificações
Q1F1final	Lisboa	54	107,28	5793,00
	Porto	227	149,02	33828,00
	Total	281		
Q1F2final	Lisboa	55	121,87	6703,00
	Porto	227	146,26	33200,00
	Total	282		
Q1F3final	Lisboa	55	137,15	7543,00
	Porto	227	142,56	32360,00
	Total	282		
Q1F4final	Lisboa	55	117,33	6453,00
	Porto	227	147,36	33450,00
	Total	282		
Q1F5final	Lisboa	55	132,19	7270,50
	Porto	227	143,76	32632,50
	Total	282		
Q1F6final	Lisboa	55	142,70	7848,50
	Porto	227	141,21	32054,50
	Total	282		

Estatísticas de teste^a

	Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
U de Mann-Whitney	4308,000	5163,000	6003,000	4913,000	5730,500	6176,500
Wilcoxon W	5793,000	6703,000	7543,000	6453,000	7270,500	32054,500
Z	-3,394	-1,995	-,442	-2,455	-,957	-,151
Significância Sig. (bilateral)	,001	,046	,659	,014	,339	,880

a. Variável de Agrupamento: Distrito var numérica

Descritivos

	Distrito var numérica		Estatística	Erro	Erro
Q1F1final	Lisboa	Média	4,2274		,09613
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,0346	
			Limite superior	4,4202	
		5% da média aparada		4,2604	
		Mediana		4,2778	
		Variância		,499	
		Desvio-padrão		,70639	
		Mínimo		2,00	
		Máximo		5,61	
		Intervalo		3,61	
		Amplitude interquartil		,94	
		Assimetria		-,776	,325
		Curtose		1,148	,639
	Porto	Média	4,6182		,06299
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4941	
			Limite superior	4,7423	
		5% da média aparada		4,6701	
		Mediana		4,7778	
		Variância		,901	
		Desvio-padrão		,94901	
		Mínimo		1,56	
		Máximo		6,00	
		Intervalo		4,44	
		Amplitude interquartil		1,28	
		Assimetria		-,714	,162
		Curtose		,331	,322
Q1F2final	Lisboa	Média	5,1564		,07328
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,0094	
			Limite superior	5,3034	
		5% da média aparada		5,1806	
		Mediana		5,2222	
		Variância		,290	
		Desvio-padrão		,53853	
		Mínimo		3,67	
		Máximo		6,00	
		Intervalo		2,33	
		Amplitude interquartil		,78	
		Assimetria		-,667	,325
		Curtose		-,061	,639
	Porto	Média	5,2281		,05287
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,1239	
			Limite superior	5,3323	
		5% da média aparada		5,3189	

		Mediana	5,4444	
		Variância	,634	
		Desvio-padrão	,79649	
		Mínimo	2,22	
		Máximo	6,00	
		Intervalo	3,78	
		Amplitude interquartil	,78	
		Assimetria	-1,632	,162
		Curtose	2,599	,322
Q1F4final	Lisboa	Média	4,3704	,10690
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,1560
			Limite superior	4,5848
		5% da média aparada		4,3848
		Mediana	4,5000	
		Variância	,617	
		Desvio-padrão	,78553	
		Mínimo	2,33	
		Máximo	6,00	
		Intervalo	3,67	
		Amplitude interquartil	,92	
		Assimetria	-,219	,325
		Curtose	,492	,639
	Porto	Média	4,6219	,06526
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4933
			Limite superior	4,7505
		5% da média aparada		4,6749
		Mediana	4,6667	
		Variância	,967	
		Desvio-padrão	,98331	
		Mínimo	1,33	
		Máximo	6,00	
		Intervalo	4,67	
		Amplitude interquartil	1,33	
		Assimetria	-,694	,162
		Curtose	,174	,322
		Amplitude interquartil	,50	
		Assimetria	-3,344	,162
		Curtose	11,396	,322

Comparação segundo a área de formação

		Postos	
	Área de formação var_numérica	N	Posto Médio
Q1F1final	Ciências militares	10	111,60
	Ciências policiais	42	88,70
	Direito	80	62,09
	Psicologia	16	76,06
	Total	148	
Q1F2final	Ciências militares	10	94,50
	Ciências policiais	42	89,88
	Direito	80	60,91

	Psicologia	16	89,59
	Total	148	
Q1F3final	Ciências militares	10	89,70
	Ciências policiais	42	77,32
	Direito	79	64,35
	Psicologia	16	103,09
	Total	147	
Q1F4final	Ciências militares	10	104,50
	Ciências policiais	42	93,50
	Direito	77	52,63
	Psicologia	16	97,53
	Total	145	
Q1F5final	Ciências militares	10	98,20
	Ciências policiais	42	89,36
	Direito	80	63,94
	Psicologia	16	73,47
	Total	148	
Q1F6final	Ciências militares	10	69,90
	Ciências policiais	42	79,43
	Direito	80	72,78
	Psicologia	16	73,03
	Total	148	

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
H de Kruskal-Wallis	18,838	17,703	13,179	39,376	13,114	1,242
gl	3	3	3	3	3	3
Significância Sig.	,000	,001	,004	,000	,004	,743

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Área de formação var_numérica

Comparações múltiplas

Tukey HSD

Variável dependente	(I) Área de formação var_numérica	(J) Área de formação var_numérica	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
Q1F1final	Ciências militares	Ciências policiais	,41217	,27404	,438	-,3001	1,1245
		Direito	,90972*	,26122	,004	-,2307	1,5887
		Psicologia	,69722	,31395	,122	-,1188	1,5133
	Ciências policiais	Ciências militares	-,41217	,27404	,438	-1,1245	,3001
		Direito	,49755*	,14840	,006	-,1118	,8833
		Psicologia	,28505	,22880	,599	-,3097	,8798
	Direito	Ciências militares	-,90972*	,26122	,004	-1,5887	-,2307
		Ciências policiais	-,49755*	,14840	,006	-,8833	-,1118
		Psicologia	-,21250	,21329	,752	-,7669	,3419
	Psicologia	Ciências militares	-,69722	,31395	,122	-1,5133	,1188
		Ciências policiais	-,28505	,22880	,599	-,8798	,3097
		Direito	,21250	,21329	,752	-,3419	,7669
Q1F2final	Ciências militares	Ciências policiais	,02857	,23157	,999	-,5733	,6305
		Direito	,52083	,22074	,090	-,0529	1,0946
		Psicologia	,14861	,26529	,944	-,5410	,8382

Apêndices

	Ciências policiais	Ciências militares	-,02857	,23157	,999	-,6305	,5733
		Direito	,49226*	,12540	,001	,1663	,8182
		Psicologia	,12004	,19334	,925	-,3825	,6226
	Direito	Ciências militares	-,52083	,22074	,090	-1,0946	,0529
		Ciências policiais	-,49226*	,12540	,001	-,8182	-,1663
		Psicologia	-,37222	,18023	,170	-,8407	,0963
	Psicologia	Ciências militares	-,14861	,26529	,944	-,8382	,5410
		Ciências policiais	-,12004	,19334	,925	-,6226	,3825
		Direito	,37222	,18023	,170	-,0963	,8407
Q1F3final	Ciências militares	Ciências policiais	,36071	,27528	,558	-,3549	1,0763
		Direito	,59557	,26259	,110	-,0870	1,2782
		Psicologia	-,09687	,31537	,990	-,9167	,7229
	Ciências policiais	Ciências militares	-,36071	,27528	,558	-1,0763	,3549
		Direito	,23486	,14940	,398	-,1535	,6232
		Psicologia	-,45759	,22984	,196	-1,0551	,1399
	Direito	Ciências militares	-,59557	,26259	,110	-1,2782	,0870
		Ciências policiais	-,23486	,14940	,398	-,6232	,1535
		Psicologia	-,69244*	,21448	,008	-1,2500	-,1349
	Psicologia	Ciências militares	,09687	,31537	,990	-,7229	,9167
		Ciências policiais	,45759	,22984	,196	-,1399	1,0551
		Direito	,69244*	,21448	,008	,1349	1,2500
Q1F4final	Ciências militares	Ciências policiais	,20079	,26577	,874	-,4902	,8918
		Direito	1,03160*	,25389	,000	,3715	1,6917
		Psicologia	,20625	,30448	,906	-,5854	,9979
	Ciências policiais	Ciências militares	-,20079	,26577	,874	-,8918	,4902
		Direito	,83081*	,14489	,000	,4541	1,2075
		Psicologia	,00546	,22190	1,000	-,5715	,5824
	Direito	Ciências militares	-1,03160*	,25389	,000	-1,6917	-,3715
		Ciências policiais	-,83081*	,14489	,000	-1,2075	-,4541
		Psicologia	-,82535*	,20753	,001	-1,3649	-,2858
	Psicologia	Ciências militares	-,20625	,30448	,906	-,9979	,5854
		Ciências policiais	-,00546	,22190	1,000	-,5824	,5715
		Direito	,82535*	,20753	,001	,2858	1,3649
Q1F5final	Ciências militares	Ciências policiais	,15810	,25970	,929	-,5169	,8331
		Direito	,55000	,24756	,122	-,0935	1,1935
		Psicologia	,52000	,29752	,303	-,2534	1,2934
	Ciências policiais	Ciências militares	-,15810	,25970	,929	-,8331	,5169
		Direito	,39190*	,14064	,030	,0263	,7575
		Psicologia	,36190	,21683	,344	-,2017	,9255
	Direito	Ciências militares	-,55000	,24756	,122	-1,1935	,0935
		Ciências policiais	-,39190*	,14064	,030	-,7575	-,0263
		Psicologia	-,03000	,20213	,999	-,5554	,4954
	Psicologia	Ciências militares	-,52000	,29752	,303	-1,2934	,2534
		Ciências policiais	-,36190	,21683	,344	-,9255	,2017
		Direito	,03000	,20213	,999	-,4954	,5554
Q1F6final	Ciências militares	Ciências policiais	-,06905	,16706	,976	-,5033	,3652
		Direito	,06875	,15925	,973	-,3452	,4827
		Psicologia	,14375	,19139	,876	-,3537	,6412
	Ciências policiais	Ciências militares	,06905	,16706	,976	-,3652	,5033
		Direito	,13780	,09047	,426	-,0974	,3730
		Psicologia	,21280	,13949	,425	-,1498	,5754
	Direito	Ciências militares	-,06875	,15925	,973	-,4827	,3452
		Ciências policiais	-,13780	,09047	,426	-,3730	,0974
		Psicologia	,07500	,13003	,939	-,2630	,4130
	Psicologia	Ciências militares	-,14375	,19139	,876	-,6412	,3537

Ciências policiais	-,21280	,13949	,425	-,5754	,1498
Direito	-,07500	,13003	,939	-,4130	,2630

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

Descritivos				
	Área de formação	var_numérica	Estatística	Erro Erro
Q1F1final	Ciências militares	Média	4,9611	,19031
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,5306
			Limite superior	5,3916
		5% da média aparada		4,9784
		Mediana		4,9722
		Variância		,362
		Desvio-padrão		,60181
		Mínimo		3,83
		Máximo		5,78
		Intervalo		1,94
		Amplitude interquartil		,94
		Assimetria		-,488
		Curtose		-,217
	Ciências policiais	Média	4,5489	,11056
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,3257
			Limite superior	4,7722
		5% da média aparada		4,5694
		Mediana		4,5556
		Variância		,513
		Desvio-padrão		,71654
		Mínimo		3,06
		Máximo		5,61
		Intervalo		2,56
		Amplitude interquartil		1,04
		Assimetria		-,339
		Curtose		-,637
	Direito	Média	4,0404	,09192
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,8573
			Limite superior	4,2235
		5% da média aparada		4,0635
		Mediana		4,1111
		Variância		,651
		Desvio-padrão		,80657
		Mínimo		1,39
		Máximo		5,50
		Intervalo		4,11
		Amplitude interquartil		1,03
		Assimetria		-,449
		Curtose		,489
	Psicologia	Média	4,2639	,23529
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,7624
			Limite superior	4,7654
		5% da média aparada		4,3179
		Mediana		4,3333
		Variância		,886

		Desvio-padrão	,94117	
		Mínimo	2,00	
		Máximo	5,56	
		Intervalo	3,56	
		Amplitude interquartil	1,14	
		Assimetria	-,862	,564
		Curtose	,890	1,091
Q1F2final	Ciências militares	Média	5,4333	,14948
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior 5,0952	
			Limite superior 5,7715	
		5% da média aparada	5,4444	
		Mediana	5,6667	
		Variância	,223	
		Desvio-padrão	,47271	
		Mínimo	4,67	
		Máximo	6,00	
		Intervalo	1,33	
	Ciências policiais	Amplitude interquartil	,89	
		Assimetria	-,595	,687
		Curtose	-1,391	1,334
		Média	5,4048	,06665
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior 5,2702	
			Limite superior 5,5394	
		5% da média aparada	5,4271	
		Mediana	5,4444	
		Variância	,187	
		Desvio-padrão	,43195	
Direito		Mínimo	4,22	
		Máximo	6,00	
		Intervalo	1,78	
		Amplitude interquartil	,67	
		Assimetria	-,514	,365
		Curtose	-,095	,717
		Média	4,8817	,08281
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior 4,7167	
			Limite superior 5,0466	
		5% da média aparada	4,9184	
		Mediana	5,0000	
		Variância	,528	
		Desvio-padrão	,72667	
		Mínimo	2,33	
		Máximo	6,00	
		Intervalo	3,67	
Psicologia		Amplitude interquartil	1,11	
		Assimetria	-,811	,274
		Curtose	,561	,541
		Média	5,2847	,20983
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior 4,8375	
			Limite superior 5,7320	
		5% da média aparada	5,4028	
		Mediana	5,4444	
		Variância	,704	
		Desvio-padrão	,83933	
		Mínimo	2,44	
		Máximo	6,00	
		Intervalo	3,56	

Q1F3final	Ciências militares	Amplitude interquartil		,67	
		Assimetria		-2,822	,564
		Curtose		9,511	1,091
		Média		4,4500	,30173
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,7674	
			Limite superior	5,1326	
		5% da média aparada		4,4444	
		Mediana		4,1250	
		Variância		,910	
		Desvio-padrão		,95416	
		Mínimo		3,25	
		Máximo		5,75	
		Intervalo		2,50	
		Amplitude interquartil		1,81	
		Assimetria		,225	,687
		Curtose		-1,942	1,334
	Ciênciaspoliciais	Média		4,0893	,11567
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,8557	
			Limite superior	4,3229	
		5% da média aparada		4,1058	
		Mediana		4,2500	
		Variância		,562	
		Desvio-padrão		,74964	
		Mínimo		2,38	
		Máximo		5,63	
		Intervalo		3,25	
		Amplitude interquartil		1,13	
		Assimetria		-,341	,365
		Curtose		-,243	,717
	Direito	Média		3,8474	,08856
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,6710	
			Limite superior	4,0238	
		5% da média aparada		3,8552	
		Mediana		3,8750	
		Variância		,604	
		Desvio-padrão		,77709	
		Mínimo		1,88	
		Máximo		5,50	
		Intervalo		3,63	
		Amplitude interquartil		1,25	
		Assimetria		-,131	,274
		Curtose		-,607	,541
	Psicologia	Média		4,5469	,20662
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,1065	
			Limite superior	4,9873	
		5% da média aparada		4,6215	
		Mediana		4,6875	
		Variância		,683	
		Desvio-padrão		,82648	
		Mínimo		2,25	
		Máximo		5,50	
		Intervalo		3,25	
		Amplitude interquartil		,72	
		Assimetria		-1,479	,564
		Curtose		3,191	1,091
Q1F4final	Ciências militares	Média		4,9667	,19689
		95% Intervalo de Confiança	Limite inferior	4,5213	

		para Média	Limite superior	5,4121	
		5% da média aparada		4,9722	
		Mediana		5,0000	
		Variância		,388	
		Desvio-padrão		,62262	
		Mínimo		3,83	
		Máximo		6,00	
		Intervalo		2,17	
		Amplitude interquartil		1,00	
		Assimetria		-,156	,687
		Curtose		,100	1,334
Ciências policiais		Média		4,7659	,10002
		95% Intervalo de Confiança	Limite inferior	4,5639	
		para Média	Limite superior	4,9679	
		5% da média aparada		4,7628	
		Mediana		4,8333	
		Variância		,420	
		Desvio-padrão		,64818	
		Mínimo		3,33	
		Máximo		6,00	
		Intervalo		2,67	
		Amplitude interquartil		1,00	
		Assimetria		-,023	,365
		Curtose		-,563	,717
Direito		Média		3,9351	,09208
		95% Intervalo de Confiança	Limite inferior	3,7517	
		para Média	Limite superior	4,1185	
		5% da média aparada		3,9580	
		Mediana		4,0000	
		Variância		,653	
		Desvio-padrão		,80802	
		Mínimo		1,67	
		Máximo		5,50	
		Intervalo		3,83	
		Amplitude interquartil		1,00	
		Assimetria		-,539	,274
		Curtose		-,059	,541
Psicologia		Média		4,7604	,20524
		95% Intervalo de Confiança	Limite inferior	4,3230	
		para Média	Limite superior	5,1979	
		5% da média aparada		4,8264	
		Mediana		4,9167	
		Variância		,674	
		Desvio-padrão		,82095	
		Mínimo		2,33	
		Máximo		6,00	
		Intervalo		3,67	
		Amplitude interquartil		,33	
		Assimetria		-1,707	,564
		Curtose		4,785	1,091
Q1F5final	Ciências militares	Média		5,5200	,15549
		95% Intervalo de Confiança	Limite inferior	5,1683	
		para Média	Limite superior	5,8717	
		5% da média aparada		5,5444	
		Mediana		5,6000	
		Variância		,242	
		Desvio-padrão		,49171	

Ciências policiais	Mínimo		4,60	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		1,40	
	Amplitude interquartil		,75	
	Assimetria		-,935	,687
	Curtose		-,042	1,334
	Média		5,3619	,09883
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,1623	
		Limite superior	5,5615	
	5% da média aparada		5,4270	
	Mediana		5,4000	
	Variância		,410	
	Desvio-padrão		,64048	
	Mínimo		2,80	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		3,20	
	Amplitude interquartil		1,00	
	Assimetria		-1,625	,365
	Curtose		4,845	,717
Direito	Média		4,9455	,08428
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,7776	
		Limite superior	5,1133	
	5% da média aparada		4,9876	
	Mediana		5,0000	
	Variância		,547	
	Desvio-padrão		,73958	
	Mínimo		2,00	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		4,00	
	Amplitude interquartil		1,10	
	Assimetria		-,918	,274
	Curtose		2,001	,541
Psicologia	Média		5,0000	,26268
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4401	
		Limite superior	5,5599	
	5% da média aparada		5,1111	
	Mediana		5,2000	
	Variância		1,104	
	Desvio-padrão		1,05071	
	Mínimo		2,00	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		4,00	
	Amplitude interquartil		1,65	
	Assimetria		-1,602	,564
	Curtose		3,430	1,091
Q1F6final Ciências militares	Média		5,8000	,08165
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,6153	
		Limite superior	5,9847	
	5% da média aparada		5,8056	
	Mediana		6,0000	
	Variância		,067	
	Desvio-padrão		,25820	
	Mínimo		5,50	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		,50	

Ciências policiais	Amplitude interquartil		,50	
	Assimetria		-,484	,687
	Curtose		-2,277	1,334
	Média		5,8690	,03433
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,7997	
		Limite superior	5,9384	
	5% da média aparada		5,8823	
	Mediana		6,0000	
	Variância		,050	
	Desvio-padrão		,22250	
	Mínimo		5,50	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		,50	
	Amplitude interquartil		,50	
	Assimetria		-1,124	,365
	Curtose		-,777	,717
Direito	Média		5,7208	,05954
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,6022	
		Limite superior	5,8394	
	5% da média aparada		5,7947	
	Mediana		6,0000	
	Variância		,273	
	Desvio-padrão		,52248	
	Mínimo		3,00	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		3,00	
	Amplitude interquartil		,50	
	Assimetria		-2,753	,274
	Curtose		9,641	,541
	Média		5,6563	,19213
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,2467	
		Limite superior	6,0658	
Psicologia	5% da média aparada		5,7847	
	Mediana		6,0000	
	Variância		,591	
	Desvio-padrão		,76852	
	Mínimo		3,00	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		3,00	
	Amplitude interquartil		,50	
	Assimetria		-3,120	,564
	Curtose		10,607	1,091

Tabulação cruzada Área de formação var_numérica * 6.5 Enquadramento institucional

Contagem

		6.5 Enquadramento institucional						Total
		APAV	GNR	MP	Magistratura judicial	PSP	PJ	
Área de formação var_numérica	Ciências militares	0	10	0	0	0	0	10
	Ciências policiais	0	0	0	0	41	1	42
	Direito	7	6	27	20	13	7	80
	Psicologia	14	1	0	0	1	0	16
Total		21	17	27	20	55	8	148

Comparação segundo a categoria profissional

GNR

Postos			
	Categoria profissional var numérica	N	Posto Médio
Q1F1final	Guarda da GNR	77	101,49
	Oficial da GNR	12	108,54
	Sargento da GNR	108	96,16
	Total	197	
Q1F2final	Guarda da GNR	78	106,08
	Oficial da GNR	12	114,50
	Sargento da GNR	107	92,10
	Total	197	
Q1F3final	Guarda da GNR	78	105,29
	Oficial da GNR	12	97,33
	Sargento da GNR	108	95,56
	Total	198	
Q1F4final	Guarda da GNR	76	98,09
	Oficial da GNR	12	104,71
	Sargento da GNR	108	98,10
	Total	196	
Q1F5final	Guarda da GNR	78	98,76
	Oficial da GNR	12	111,96
	Sargento da GNR	108	98,65
	Total	198	
Q1F6final	Guarda da GNR	78	93,15
	Oficial da GNR	12	81,00
	Sargento da GNR	108	106,14
	Total	198	

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
H de Kruskal-Wallis	,752	3,677	1,331	,154	,616	5,898
gl	2	2	2	2	2	2
Significância Sig.	,687	,159	,514	,926	,735	,052

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Categoria profissional var numérica

PSP

ANOVA

		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Q1F1final	Entre Grupos	4,049	2	2,025	3,427	,034
	Nos grupos	166,601	282	,591		
	Total	170,650	284			
Q1F2final	Entre Grupos	2,574	2	1,287	3,040	,049
	Nos grupos	119,347	282	,423		
	Total	121,920	284			
Q1F3final	Entre Grupos	1,144	2	,572	,918	,400
	Nos grupos	175,631	282	,623		
	Total	176,775	284			
Q1F4final	Entre Grupos	8,372	2	4,186	6,141	,002
	Nos grupos	192,213	282	,682		
	Total	200,585	284			
Q1F5final	Entre Grupos	2,276	2	1,138	2,121	,122
	Nos grupos	151,281	282	,536		
	Total	153,556	284			
Q1F6final	Entre Grupos	,394	2	,197	1,532	,218
	Nos grupos	36,250	282	,129		
	Total	36,644	284			

Comparações múltiplas

Tukey HSD

Variável dependente	(I) Categoria profissional var numérica	(J) Categoria profissional var numérica	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
Q1F1final	Agente da PSP	Chefe da PSP	,34439*	,13281	,027	,0315	,6573
		Oficial da PSP	,02307	,11364	,978	-,2447	,2908
	Chefe da PSP	Agente da PSP	-,34439*	,13281	,027	-,6573	-,0315
		Oficial da PSP	-,32132	,15522	,098	-,6870	,0444
	Oficial da PSP	Agente da PSP	-,02307	,11364	,978	-,2908	,2447
		Chefe da PSP	,32132	,15522	,098	-,0444	,6870
Q1F2final	Agente da PSP	Chefe da PSP	,25138	,11241	,067	-,0135	,5162
		Oficial da PSP	-,05161	,09618	,853	-,2782	,1750
	Chefe da PSP	Agente da PSP	-,25138	,11241	,067	-,5162	,0135
		Oficial da PSP	-,30299	,13138	,057	-,6125	,0066
	Oficial da PSP	Agente da PSP	,05161	,09618	,853	-,1750	,2782
		Chefe da PSP	,30299	,13138	,057	-,0066	,6125
Q1F3final	Agente da PSP	Chefe da PSP	,10676	,13636	,714	-,2145	,4280
		Oficial da PSP	-,10656	,11668	,632	-,3815	,1683
	Chefe da PSP	Agente da PSP	-,10676	,13636	,714	-,4280	,2145
		Oficial da PSP	-,21331	,15937	,375	-,5888	,1622
	Oficial da PSP	Agente da PSP	,10656	,11668	,632	-,1683	,3815
		Chefe da PSP	,21331	,15937	,375	-,1622	,5888
Q1F4final	Agente da PSP	Chefe da PSP	,47843*	,14265	,003	,1423	,8145
		Oficial da PSP	-,03370	,12206	,959	-,3213	,2539
	Chefe da PSP	Agente da PSP	-,47843*	,14265	,003	-,8145	-,1423
		Oficial da PSP	-,51213*	,16673	,007	-,9050	-,1193
	Oficial da PSP	Agente da PSP	,03370	,12206	,959	-,2539	,3213
		Chefe da PSP	,51213*	,16673	,007	,1193	,9050

Q1F5final	Agente da PSP	Chefe da PSP	,14845	,12655	,470	-,1497	,4466
		Oficial da PSP	-,15191	,10829	,341	-,4071	,1032
	Chefe da PSP	Agente da PSP	-,14845	,12655	,470	-,4466	,1497
		Oficial da PSP	-,30036	,14791	,107	-,6489	,0481
	Oficial da PSP	Agente da PSP	,15191	,10829	,341	-,1032	,4071
		Chefe da PSP	,30036	,14791	,107	-,0481	,6489
Q1F6final	Agente da PSP	Chefe da PSP	,00240	,06195	,999	-,1436	,1484
		Oficial da PSP	-,09016	,05301	,207	-,2151	,0347
	Chefe da PSP	Agente da PSP	-,00240	,06195	,999	-,1484	,1436
		Oficial da PSP	-,09256	,07241	,409	-,2632	,0780
	Oficial da PSP	Agente da PSP	,09016	,05301	,207	-,0347	,2151
		Chefe da PSP	,09256	,07241	,409	-,0780	,2632

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

Descritivos

		Intervalo de confiança de 95% para média							
		N	Média	Desvio- padrão	Erro Erro	Limite inferior	Limite superior	Mínimo	Máximo
Q1F1final	Agente da PSP	183	4,5449	,76061	,05623	4,4340	4,6559	2,17	5,83
	Chefe da PSP	41	4,2005	,86842	,13562	3,9264	4,4746	1,56	5,72
	Oficial da PSP	61	4,5219	,72046	,09225	4,3373	4,7064	3,06	5,67
	Total	285	4,4904	,77516	,04592	4,4001	4,5808	1,56	5,83
Q1F2final	Agente da PSP	183	5,2162	,66593	,04923	5,1190	5,3133	2,78	6,00
	Chefe da PSP	41	4,9648	,70904	,11073	4,7410	5,1886	2,67	5,78
	Oficial da PSP	61	5,2678	,55570	,07115	5,1254	5,4101	3,78	6,00
	Total	285	5,1910	,65521	,03881	5,1146	5,2674	2,67	6,00
Q1F3final	Agente da PSP	183	4,0061	,82368	,06089	3,8860	4,1263	2,13	6,00
	Chefe da PSP	41	3,8994	,70778	,11054	3,6760	4,1228	2,63	5,50
	Oficial da PSP	61	4,1127	,73162	,09367	3,9253	4,3001	2,38	5,63
	Total	285	4,0136	,78895	,04673	3,9216	4,1056	2,13	6,00
Q1F4final	Agente da PSP	183	4,6248	,84700	,06261	4,5012	4,7483	2,00	6,00
	Chefe da PSP	41	4,1463	,87733	,13702	3,8694	4,4233	2,17	6,00
	Oficial da PSP	61	4,6585	,71714	,09182	4,4748	4,8421	3,00	6,00
	Total	285	4,5632	,84041	,04978	4,4652	4,6611	2,00	6,00
Q1F5final	Agente da PSP	183	5,1923	,74136	,05480	5,0842	5,3005	2,40	6,00
	Chefe da PSP	41	5,0439	,81057	,12659	4,7881	5,2998	2,60	6,00
	Oficial da PSP	61	5,3443	,64512	,08260	5,1790	5,5095	2,80	6,00
	Total	285	5,2035	,73532	,04356	5,1178	5,2892	2,40	6,00
Q1F6final	Agente da PSP	183	5,7951	,40644	,03005	5,7358	5,8544	3,00	6,00

Apêndices

Chefe da PSP	41	5,7927	,29529	,04612	5,6995	5,8859	5,00	6,00
Oficial da PSP	61	5,8852	,21200	,02714	5,8309	5,9395	5,50	6,00
Total	285	5,8140	,35920	,02128	5,7722	5,8559	3,00	6,00

Descritivos

6.9 Há quantos anos exerce esta profissão?

	N	Média	Desvio-padrão	Erro Erro	Intervalo de confiança de 95% para média		Mínimo	Máximo
					Limite inferior	Limite superior		
Agente da PSP	183	20,153	5,7721	,4267	19,311	20,995	,0	35,0
Chefe da PSP	41	24,171	6,6592	1,0400	22,069	26,273	5,0	35,0
Oficial da PSP	61	13,033	10,1159	1,2952	10,442	15,624	,0	33,0
Total	285	19,207	7,8446	,4647	18,292	20,122	,0	35,0

APAV

Postos

	catprof_apav2	N	Posto Médio	Soma de Classificações
Q1F1final	TAV- estagiário/gestor	10	13,40	134,00
	TAV-voluntário	14	11,86	166,00
	Total	24		
Q1F2final	TAV- estagiário/gestor	10	9,95	99,50
	TAV-voluntário	14	14,32	200,50
	Total	24		
Q1F3final	TAV- estagiário/gestor	10	13,45	134,50
	TAV-voluntário	14	11,82	165,50
	Total	24		
Q1F4final	TAV- estagiário/gestor	10	12,90	129,00
	TAV-voluntário	14	12,21	171,00
	Total	24		
Q1F5final	TAV- estagiário/gestor	10	12,20	122,00
	TAV-voluntário	14	12,71	178,00
	Total	24		
Q1F6final	TAV- estagiário/gestor	10	14,20	142,00
	TAV-voluntário	14	11,29	158,00
	Total	24		

Estatísticas de teste^a

	Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
U de Mann-Whitney	61,000	44,500	60,500	66,000	67,000	53,000
Wilcoxon W	166,000	99,500	165,500	171,000	122,000	158,000
Z	-,528	-1,499	-,560	-,237	-,177	-1,138
Significância Sig. (bilateral)	,598	,134	,576	,813	,859	,255
Sig exata [2*(Sig. de 1 extremidade)]	,625 ^b	,138 ^b	,585 ^b	,841 ^b	,886 ^b	,341 ^b

a. Variável de Agrupamento: catprof_apav2

b. Não corrigido para vínculos.

Relação com o nível habilitacional

		Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
Rho de Spearman	Coefficiente de	-,088 [*]	-,022	,018	-,068	-,007	-,052
Habilitações literárias	Correlação						
_ 4 categorias_USAR	Sig. (2	,033	,593	,673	,103	,871	,210
	extremidades)						
	N	583	584	584	580	585	585

Comparação segundo o contexto profissional (GNR e PSP)

Postos

	Contexto em que exerce funções (GNR e PSP) - 3 categorias	N	Posto Médio
Q1F1final	Comando de posto/esquadra	167	225,60
	NIAVE/EPav	69	210,56
	Investigação criminal	213	229,21
	Total	449	
Q1F2final	Comando de posto/esquadra	167	226,19
	NIAVE/EPav	70	216,30
	Investigação criminal	212	226,94
	Total	449	
Q1F3final	Comando de posto/esquadra	167	232,88
	NIAVE/EPav	70	229,01
	Investigação criminal	213	218,56
	Total	450	
Q1F4final	Comando de posto/esquadra	167	224,57
	NIAVE/EPav	69	252,75
	Investigação criminal	212	215,25
	Total	448	
Q1F5final	Comando de posto/esquadra	167	227,71
	NIAVE/EPav	70	205,84
	Investigação criminal	213	230,23
	Total	450	
Q1F6final	Comando de posto/esquadra	167	219,90
	NIAVE/EPav	70	221,50
	Investigação criminal	213	231,20
	Total	450	

Estatísticas de teste ^{a,b}						
	Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
H de Kruskal-Wallis	1,083	,378	1,199	4,384	1,960	1,230
gl	2	2	2	2	2	2
Significância Sig.	,582	,828	,549	,112	,375	,541

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Contexto em que exerce funções (GNR e PSP) - 3 categorias

Relação com a frequência de contacto profissional com criminalidade violenta

		Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
Rho de Spearman	Coefficiente de	,075	,025	-,025	,056	,038	-,087*
6.10 No âmbito das	Correlação						
suas atuais funções,	Sig. (2	,071	,540	,554	,175	,355	,036
com que frequência	extremidades)						
lida com a	N	583	584	584	580	585	585
criminalidade violenta?							

Relação entre os seis fatores

			Q1F1final	Q1F2final	Q1F3final	Q1F4final	Q1F5final	Q1F6final
Rho de Spearman	Q1F1final	Coefficiente de	1,000	,624**	,573**	,399**	,635**	,182**
		Correlação						
		Sig. (2	.	,000	,000	,000	,000	,000
		extremidades)						
		N	583	582	582	579	583	583
	Q1F2final	Coefficiente de	,624**	1,000	,586**	,431**	,648**	,190**
		Correlação						
		Sig. (2	,000	.	,000	,000	,000	,000
		extremidades)						
		N	582	584	583	579	584	584
	Q1F3final	Coefficiente de	,573**	,586**	1,000	,545**	,511**	,238**
		Correlação						
		Sig. (2	,000	,000	.	,000	,000	,000
		extremidades)						
		N	582	583	584	580	584	584
	Q1F4final	Coefficiente de	,399**	,431**	,545**	1,000	,346**	,368**
		Correlação						
		Sig. (2	,000	,000	,000	.	,000	,000
		extremidades)						
		N	579	579	580	580	580	580
	Q1F5final	Coefficiente de	,635**	,648**	,511**	,346**	1,000	,256**
		Correlação						
		Sig. (2	,000	,000	,000	,000	.	,000
		extremidades)						
		N	583	584	584	580	585	585
	Q1F6final	Coefficiente de	,182**	,190**	,238**	,368**	,256**	1,000
		Correlação						

	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	,000	.
	N	583	584	584	580	585	585

A7.3.2 Análise da medição da gravidade dos crimes (ponto 8.3.2)

Teste Friedman

Postos	
Posto Médio	
Q2_1F	4,41
Q2_2F	2,21
Q2_3F	2,57
Q2_4F	2,78
Q2_5F	3,03

Estatísticas de teste ^a	
N	476
Qui-quadrado	545,408
gl	4
Significância Sig.	,000

a. Teste Friedman

Variáveis criadas ^a			
Variável de origem	Função	Nova variável	Rótulo
Q2reest5F ^b	Posição	RQ2reest	Rank of Q2reest5F by sujeito

a. A posição média de valores empatados é usado para empates.

b. As classificações estão em ordem ascendente.

Testes de efeitos entre sujeitos					
Variável dependente: Rank of Q2reest5F by sujeito					
Origem	Tipo III Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
Modelo corrigido	1358,282 ^a	482	2,818	1,600	,000
Intercepto	21463,992	1	21463,992	12183,257	,000
sujeito	4,866	478	,010	,006	1,000
testeQ2	1355,297	4	338,824	192,321	,000
Erro	3363,203	1909	1,762		
Total	26213,500	2392			
Total corrigido	4721,485	2391			

a. R Quadrado = ,288 (R Quadrado Ajustado = ,108)

Comparações múltiplas

Variável dependente: Rank of Q2reest5F by sujeito

			Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
Tukey HSD	1	2	2,19372*	,085812	,000	1,95942	2,42802
		3	1,83165*	,085857	,000	1,59723	2,06607
		4	1,62526*	,085767	,000	1,39108	1,85944
		5	1,37474*	,085767	,000	1,14056	1,60892
	2	1	-2,19372*	,085812	,000	-2,42802	-1,95942
		3	-,36207*	,085902	,000	-,59662	-,12753
		4	-,56846*	,085812	,000	-,80276	-,33416
		5	-,81898*	,085812	,000	-1,05328	-,58468
	3	1	-1,83165*	,085857	,000	-2,06607	-1,59723
		2	,36207*	,085902	,000	,12753	,59662
		4	-,20639	,085857	,115	-,44081	,02804
		5	-,45691*	,085857	,000	-,69133	-,22249
	4	1	-1,62526*	,085767	,000	-1,85944	-1,39108
		2	,56846*	,085812	,000	,33416	,80276
		3	,20639	,085857	,115	-,02804	,44081
		5	-,25052*	,085767	,029	-,48470	-,01634
	5	1	-1,37474*	,085767	,000	-1,60892	-1,14056
		2	,81898*	,085812	,000	,58468	1,05328
		3	,45691*	,085857	,000	,22249	,69133
		4	,25052*	,085767	,029	,01634	,48470

Com base em médias observadas.

O termo de erro é Quadrado Médio (Erro) = 1,762.

*. A diferença média é significativa no nível 0,05.

Estatísticas

		Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
N	Válido	479	478	477	479	479
	Omisso	0	1	2	0	0
Média		5,2082	4,4340	4,6094	4,6338	4,7662
Mediana		5,3333	4,5385	4,7500	4,8000	5,0000
Desvio-padrão		,63482	,86867	,78515	,83907	,78104
Mínimo		1,00	1,46	1,00	1,60	1,00
Máximo		6,00	6,00	6,00	6,00	6,00

Comparação segundo o sexo

Estatísticas de grupo

	6.1 Sexo	N	Média	Desvio-padrão	Erro padrão da média
Q2_1F	Masculino	391	5,1821	,65366	,03306
	Feminino	88	5,3242	,53114	,05662
Q2_2F	Masculino	391	4,4609	,85435	,04321
	Feminino	87	4,3130	,92582	,09926
Q2_3F	Masculino	390	4,5932	,78053	,03952
	Feminino	87	4,6820	,80610	,08642
Q2_4F	Masculino	391	4,5867	,84163	,04256

Apêndices

	Feminino	88	4,8432	,79911	,08519
Q2_5F	Masculino	391	4,7630	,78525	,03971
	Feminino	88	4,7803	,76629	,08169

Teste de amostras independentes

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias						
		Z	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
									Inferior	Superior
Q2_1F	Variâncias iguais assumidas	2,685	,102	-1,903	477	,058	-,14215	,07470	-,28892	,00463
	Variâncias iguais não assumidas			-2,168	152,467	,032	-,14215	,06556	-,27168	-,01261
Q2_2F	Variâncias iguais assumidas	1,715	,191	1,438	476	,151	,14795	,10286	-,05416	,35006
	Variâncias iguais não assumidas			1,367	120,723	,174	,14795	,10825	-,06637	,36227
Q2_3F	Variâncias iguais assumidas	,144	,705	-,954	475	,341	-,08883	,09310	-,27177	,09411
	Variâncias iguais não assumidas			-,935	124,532	,352	-,08883	,09503	-,27692	,09926
Q2_4F	Variâncias iguais assumidas	,263	,608	-2,606	477	,009	-,25648	,09841	-,44984	-,06312
	Variâncias iguais não assumidas			-2,693	133,999	,008	-,25648	,09523	-,44482	-,06814
Q2_5F	Variâncias iguais assumidas	,150	,699	-,188	477	,851	-,01730	,09225	-,19856	,16396
	Variâncias iguais não assumidas			-,190	131,347	,849	-,01730	,09083	-,19698	,16237

Estatísticas de teste^a

	Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
U de Mann-Whitney	15090,000	15620,000	15508,000	14009,000	16843,000
Wilcoxon W	91726,000	19448,000	91753,000	90645,000	93479,000
Z	-1,804	-1,192	-1,254	-2,732	-,311
Significância Sig. (bilateral)	,071	,233	,210	,006	,756

a. Variável de Agrupamento: 6.1 Sexo

Relação com idade e tempo de profissão

Correlações									
			Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F	6.2 Idade	6.9 Há quantos anos exerce esta profissão?
Rho de Spearman	Q2_1F	Coefficiente de Correlação	1,000	,615**	,718**	,646**	,594**	-,010	-,004
		Sig. (2 extremidades)	.	,000	,000	,000	,000	,833	,936
		N	479	478	477	479	479	419	479
	Q2_2F	Coefficiente de Correlação	,615**	1,000	,776**	,810**	,482**	,052	,018
		Sig. (2 extremidades)	,000	.	,000	,000	,000	,293	,698
		N	478	478	476	478	478	418	478
	Q2_3F	Coefficiente de Correlação	,718**	,776**	1,000	,752**	,492**	,037	,012
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	.	,000	,000	,448	,794
		N	477	476	477	477	477	417	477
	Q2_4F	Coefficiente de Correlação	,646**	,810**	,752**	1,000	,429**	-,007	-,055
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	.	,000	,881	,233
		N	479	478	477	479	479	419	479
	Q2_5F	Coefficiente de Correlação	,594**	,482**	,492**	,429**	1,000	,114*	,094*
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	.	,019	,040
		N	479	478	477	479	479	419	479
	6.2 Idade	Coefficiente de Correlação	-,010	,052	,037	-,007	,114*	1,000	,815**
		Sig. (2 extremidades)	,833	,293	,448	,881	,019	.	,000
		N	419	418	417	419	419	419	419
	6.9 Há quantos anos exerce esta profissão?	Coefficiente de Correlação	-,004	,018	,012	-,055	,094*	,815**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,936	,698	,794	,233	,040	,000	.
		N	479	478	477	479	479	419	479

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Comparação segundo o enquadramento institucional

Descritivos									
		Intervalo de confiança de 95% para média							
		N	Média	Desvio-padrão	Erro Erro	Limite inferior	Limite superior	Mínimo	Máximo
Q2_1F	APAV	22	5,4970	,32642	,06959	5,3522	5,6417	4,80	5,93
	GNR	162	5,2062	,69397	,05452	5,0985	5,3138	1,00	6,00
	MP	22	5,3606	,48279	,10293	5,1466	5,5747	4,47	6,00
	Magistratura judicial	14	4,9667	,59957	,16024	4,6205	5,3128	3,80	5,93
	PSP	235	5,1940	,60754	,03963	5,1160	5,2721	3,20	6,00
	PJ	21	5,0698	,76288	,16647	4,7226	5,4171	3,60	5,93
	SEF	3	5,2889	,90758	,52399	3,0343	7,5434	4,27	6,00
	Total	479	5,2082	,63482	,02901	5,1512	5,2652	1,00	6,00
Q2_2F	APAV	22	4,6364	,74360	,15854	4,3067	4,9661	3,23	5,92
	GNR	161	4,5891	,81381	,06414	4,4624	4,7158	1,85	5,92
	MP	22	4,1608	,85226	,18170	3,7830	4,5387	2,00	5,62
	Magistratura judicial	14	3,5714	,83816	,22401	3,0875	4,0554	2,23	5,00
	PSP	235	4,4226	,85022	,05546	4,3133	4,5319	1,69	6,00
	PJ	21	4,0989	1,13136	,24688	3,5839	4,6139	1,46	5,62
	SEF	3	3,8974	1,25300	,72342	,7848	7,0101	2,46	4,77
	Total	478	4,4340	,86867	,03973	4,3559	4,5121	1,46	6,00
Q2_3F	APAV	22	4,9962	,59511	,12688	4,7324	5,2601	3,83	6,00
	GNR	161	4,6361	,79428	,06260	4,5125	4,7598	1,00	5,83
	MP	21	4,6508	,66124	,14429	4,3498	4,9518	3,25	5,50
	Magistratura judicial	14	3,9286	,90101	,24080	3,4083	4,4488	1,83	5,33
	PSP	235	4,6117	,77550	,05059	4,5120	4,7114	1,92	5,83
	PJ	21	4,4048	,80678	,17605	4,0375	4,7720	2,92	5,50
	SEF	3	4,4722	,75615	,43656	2,5938	6,3506	3,67	5,17
	Total	477	4,6094	,78515	,03595	4,5387	4,6800	1,00	6,00
Q2_4F	APAV	22	5,2636	,57698	,12301	5,0078	5,5195	3,80	6,00
	GNR	162	4,6852	,82411	,06475	4,5573	4,8131	2,20	6,00
	MP	22	4,7182	,90007	,19190	4,3191	5,1173	2,00	6,00
	Magistratura judicial	14	4,3286	,66382	,17741	3,9453	4,7119	3,00	5,40
	PSP	235	4,5762	,82738	,05397	4,4698	4,6825	1,60	6,00
	PJ	21	4,3143	1,06503	,23241	3,8295	4,7991	2,60	6,00
	SEF	3	4,8000	,69282	,40000	3,0789	6,5211	4,40	5,60
	Total	479	4,6338	,83907	,03834	4,5585	4,7092	1,60	6,00
Q2_5F	APAV	22	4,6667	,87287	,18610	4,2797	5,0537	2,67	6,00
	GNR	162	4,8066	,79918	,06279	4,6826	4,9306	1,00	6,00
	MP	22	4,9848	,50894	,10851	4,7592	5,2105	4,00	6,00
	Magistratura judicial	14	4,4048	,91687	,24505	3,8754	4,9341	2,67	5,67
	PSP	235	4,7603	,76095	,04964	4,6625	4,8581	2,67	6,00
	PJ	21	4,6984	,79516	,17352	4,3365	5,0604	3,33	6,00
	SEF	3	4,3333	1,45297	,83887	,7240	7,9427	3,33	6,00
	Total	479	4,7662	,78104	,03569	4,6961	4,8363	1,00	6,00

ANOVA

		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Q2_1F	Entre Grupos	3,632	6	,605	1,512	,172
	Nos grupos	188,998	472	,400		
	Total	192,630	478			
Q2_2F	Entre Grupos	20,085	6	3,347	4,639	,000
	Nos grupos	339,855	471	,722		
	Total	359,940	477			
Q2_3F	Entre Grupos	10,869	6	1,812	3,013	,007
	Nos grupos	282,565	470	,601		
	Total	293,434	476			
Q2_4F	Entre Grupos	13,623	6	2,271	3,319	,003
	Nos grupos	322,909	472	,684		
	Total	336,532	478			
Q2_5F	Entre Grupos	4,030	6	,672	1,102	,360
	Nos grupos	287,560	472	,609		
	Total	291,590	478			

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
H de Kruskal-Wallis	9,125	23,178	16,290	21,375	4,960
gl	6	6	6	6	6
Significância Sig.	,167	,001	,012	,002	,549

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: 6.5 Enquadramento institucional

Comparações múltiplas

Tukey HSD

Variável dependente	(I) 6.5 Enquadramento institucional	(J) 6.5 Enquadramento institucional	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
Q2_2F	APAV	GNR	,04726	,19308	1,000	-,5245	,6190
		MP	,47552	,25612	,510	-,2829	1,2339
		Magistratura judicial	1,06494*	,29041	,005	,2050	1,9249
		PSP	,21378	,18939	,919	-,3470	,7746
		PJ	,53746	,25915	,370	-,2299	1,3048
		SEF	,73893	,52280	,795	-,8092	2,2870
	GNR	APAV	-,04726	,19308	1,000	-,6190	,5245
		MP	,42827	,19308	,288	-,1435	1,0000
		Magistratura judicial	1,01768*	,23669	,000	,3168	1,7185
		PSP	,16652	,08690	,471	-,0908	,4239
		PJ	,49021	,19708	,166	-,0934	1,0738
		SEF	,69167	,49498	,803	-,7740	2,1574
	MP	APAV	-,47552	,25612	,510	-1,2339	,2829
		GNR	-,42827	,19308	,288	-1,0000	,1435
		Magistratura judicial	,58941	,29041	,397	-,2705	1,4494

Apêndices

		PSP	- ,26175	,18939	,811	-,8226	,2991
		PJ	,06194	,25915	1,000	-,7054	,8293
		SEF	,26340	,52280	,999	-1,2847	1,8115
Magistratura judicial	APAV	-1,06494*	,29041	,005	-1,9249	-,2050	
	GNR	-1,01768*	,23669	,000	-1,7185	-,3168	
	MP	-,58941	,29041	,397	-1,4494	,2705	
	PSP	-,85116*	,23369	,006	-1,5431	-,1592	
	PJ	-,52747	,29309	,549	-1,3953	,3404	
	SEF	-,32601	,54043	,997	-1,9263	1,2743	
PSP	APAV	-,21378	,18939	,919	-,7746	,3470	
	GNR	-,16652	,08690	,471	-,4239	,0908	
	MP	,26175	,18939	,811	-,2991	,8226	
	Magistratura judicial	,85116*	,23369	,006	,1592	1,5431	
	PJ	,32368	,19347	,634	-,2492	,8966	
	SEF	,52515	,49355	,938	-,9363	1,9866	
PJ	APAV	-,53746	,25915	,370	-1,3048	,2299	
	GNR	-,49021	,19708	,166	-1,0738	,0934	
	MP	-,06194	,25915	1,000	-,8293	,7054	
	Magistratura judicial	,52747	,29309	,549	-,3404	1,3953	
	PSP	-,32368	,19347	,634	-,8966	,2492	
	SEF	,20147	,52429	1,000	-1,3510	1,7540	
SEF	APAV	-,73893	,52280	,795	-2,2870	,8092	
	GNR	-,69167	,49498	,803	-2,1574	,7740	
	MP	-,26340	,52280	,999	-1,8115	1,2847	
	Magistratura judicial	,32601	,54043	,997	-1,2743	1,9263	
	PSP	-,52515	,49355	,938	-1,9866	,9363	
	PJ	-,20147	,52429	1,000	-1,7540	1,3510	
Q2_3F	APAV	GNR	,36008	,17624	,389	-,1618	,8820
		MP	,34542	,23655	,768	-,3550	1,0459
		Magistratura judicial	1,06764*	,26509	,001	,2827	1,8526
		PSP	,38451	,17287	,284	-,1274	,8964
		PJ	,59145	,23655	,161	-,1090	1,2919
		SEF	,52399	,47721	,929	-,8891	1,9371
	GNR	APAV	-,36008	,17624	,389	-,8820	,1618
		MP	-,01467	,17990	1,000	-,5474	,5180
		Magistratura judicial	,70756*	,21605	,019	,0678	1,3473
		PSP	,02443	,07933	1,000	-,2105	,2593
		PJ	,23137	,17990	,858	-,3013	,7641
		SEF	,16391	,45181	1,000	-1,1740	1,5018
	MP	APAV	-,34542	,23655	,768	-1,0459	,3550
		GNR	,01467	,17990	1,000	-,5180	,5474
		Magistratura judicial	,72222	,26753	,101	-,0700	1,5144
		PSP	,03909	,17660	1,000	-,4838	,5620
		PJ	,24603	,23928	,947	-,4625	,9546
		SEF	,17857	,47857	1,000	-1,2386	1,5957
	Magistratura judicial	APAV	-1,06764*	,26509	,001	-1,8526	-,2827
		GNR	-,70756*	,21605	,019	-1,3473	-,0678
		MP	-,72222	,26753	,101	-1,5144	,0700
		PSP	-,68313*	,21331	,024	-1,3148	-,0515
		PJ	-,47619	,26753	,562	-1,2684	,3160
		SEF	-,54365	,49330	,927	-2,0044	,9171

Q2_4F	PSP	APAV	-,38451	,17287	,284	-,8964	,1274
		GNR	-,02443	,07933	1,000	-,2593	,2105
		MP	-,03909	,17660	1,000	-,5620	,4838
		Magistratura judicial	,68313*	,21331	,024	,0515	1,3148
		PJ	,20694	,17660	,904	-,3160	,7299
		SEF	,13948	,45051	1,000	-1,1946	1,4735
	PJ	APAV	-,59145	,23655	,161	-1,2919	,1090
		GNR	-,23137	,17990	,858	-,7641	,3013
		MP	-,24603	,23928	,947	-,9546	,4625
		Magistratura judicial	,47619	,26753	,562	-,3160	1,2684
		PSP	-,20694	,17660	,904	-,7299	,3160
		SEF	-,06746	,47857	1,000	-1,4846	1,3497
	SEF	APAV	-,52399	,47721	,929	-1,9371	,8891
		GNR	-,16391	,45181	1,000	-1,5018	1,1740
		MP	-,17857	,47857	1,000	-1,5957	1,2386
		Magistratura judicial	,54365	,49330	,927	-,9171	2,0044
		PSP	-,13948	,45051	1,000	-1,4735	1,1946
		PJ	,06746	,47857	1,000	-1,3497	1,4846
Q2_4F	APAV	GNR	,57845*	,18794	,036	,0220	1,1349
		MP	,54545	,24939	,304	-,1930	1,2839
		Magistratura judicial	,93506*	,28278	,017	,0977	1,7724
		PSP	,68747*	,18441	,004	,1414	1,2335
		PJ	,94935*	,25234	,004	,2022	1,6966
		SEF	,46364	,50906	,971	-1,0437	1,9710
	GNR	APAV	-,57845*	,18794	,036	-1,1349	-,0220
		MP	-,03300	,18794	1,000	-,5895	,5235
		Magistratura judicial	,35661	,23041	,716	-,3257	1,0389
		PSP	,10901	,08446	,856	-,1411	,3591
		PJ	,37090	,19183	,459	-,1971	,9389
		SEF	-,11481	,48194	1,000	-1,5419	1,3123
	MP	APAV	-,54545	,24939	,304	-1,2839	,1930
		GNR	,03300	,18794	1,000	-,5235	,5895
		Magistratura judicial	,38961	,28278	,814	-,4477	1,2269
		PSP	,14201	,18441	,988	-,4041	,6881
		PJ	,40390	,25234	,682	-,3433	1,1511
		SEF	-,08182	,50906	1,000	-1,5892	1,4256
	Magistratura judicial	APAV	-,93506*	,28278	,017	-1,7724	-,0977
		GNR	-,35661	,23041	,716	-1,0389	,3257
		MP	-,38961	,28278	,814	-1,2269	,4477
		PSP	-,24760	,22755	,931	-,9214	,4262
		PJ	,01429	,28538	1,000	-,8308	,8593
		SEF	-,47143	,52622	,973	-2,0296	1,0868
	PSP	APAV	-,68747*	,18441	,004	-1,2335	-,1414
		GNR	-,10901	,08446	,856	-,3591	,1411
		MP	-,14201	,18441	,988	-,6881	,4041
		Magistratura judicial	,24760	,22755	,931	-,4262	,9214
		PJ	,26188	,18838	,807	-,2959	,8197
		SEF	-,22383	,48058	,999	-1,6469	1,1992
	PJ	APAV	-,94935*	,25234	,004	-1,6966	-,2022
		GNR	-,37090	,19183	,459	-,9389	,1971

	MP	-,40390	,25234	,682	-1,1511	,3433
	Magistratura judicial	-,01429	,28538	1,000	-,8593	,8308
	PSP	-,26188	,18838	,807	-,8197	,2959
	SEF	-,48571	,51051	,964	-1,9974	1,0260
SEF	APAV	-,46364	,50906	,971	-1,9710	1,0437
	GNR	,11481	,48194	1,000	-1,3123	1,5419
	MP	,08182	,50906	1,000	-1,4256	1,5892
	Magistratura judicial	,47143	,52622	,973	-1,0868	2,0296
	PSP	,22383	,48058	,999	-1,1992	1,6469
	PJ	,48571	,51051	,964	-1,0260	1,9974

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

Descritivos						
	6.5 Enquadramento institucional			Estatística	Erro	Erro
Q2_2F	APAV	Média		4,6364		,15854
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,3067		
			Limite superior	4,9661		
		5% da média aparada		4,6449		
		Mediana		4,8846		
		Variância		,553		
		Desvio-padrão		,74360		
		Mínimo		3,23		
		Máximo		5,92		
		Intervalo		2,69		
		Amplitude interquartil		,98		
		Assimetria		-,564		,491
		Curtose		-,350		,953
	GNR	Média		4,5942		,06433
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4672		
			Limite superior	4,7213		
		5% da média aparada		4,6421		
		Mediana		4,6923		
		Variância		,662		
		Desvio-padrão		,81375		
		Mínimo		1,85		
		Máximo		5,92		
		Intervalo		4,08		
		Amplitude interquartil		1,13		
		Assimetria		-,815		,192
		Curtose		,543		,381
	MP	Média		4,1722		,19020
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,7754		
			Limite superior	4,5689		
		5% da média aparada		4,2110		
		Mediana		4,2308		
		Variância		,760		
		Desvio-padrão		,87161		
		Mínimo		2,00		
		Máximo		5,62		
		Intervalo		3,62		
		Amplitude interquartil		1,19		
		Assimetria		-,492		,501
		Curtose		,665		,972

Magistratura judicial	Média		3,5714	,22401
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,0875	
		Limite superior	4,0554	
	5% da média aparada		3,5665	
	Mediana		3,7308	
	Variância		,703	
	Desvio-padrão		,83816	
	Mínimo		2,23	
	Máximo		5,00	
	Intervalo		2,77	
	Amplitude interquartil		1,50	
	Assimetria		-,067	,597
	Curtose		-,970	1,154
PSP	Média		4,4226	,05546
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,3133	
		Limite superior	4,5319	
	5% da média aparada		4,4620	
	Mediana		4,5385	
	Variância		,723	
	Desvio-padrão		,85022	
	Mínimo		1,69	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		4,31	
	Amplitude interquartil		1,23	
	Assimetria		-,653	,159
	Curtose		-,077	,316
PJ	Média		4,0989	,24688
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,5839	
		Limite superior	4,6139	
	5% da média aparada		4,1604	
	Mediana		4,2308	
	Variância		1,280	
	Desvio-padrão		1,13136	
	Mínimo		1,46	
	Máximo		5,62	
	Intervalo		4,15	
	Amplitude interquartil		1,65	
	Assimetria		-,736	,501
	Curtose		,125	,972
SEF	Média		3,8974	,72342
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	,7848	
		Limite superior	7,0101	
	5% da média aparada		.	
	Mediana		4,4615	
	Variância		1,570	
	Desvio-padrão		1,25300	
	Mínimo		2,46	
	Máximo		4,77	
	Intervalo		2,31	
	Amplitude interquartil		.	
	Assimetria		-1,615	1,225
	Curtose		.	.
Q2_3F APAV	Média		4,9962	,12688
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,7324	
		Limite superior	5,2601	
	5% da média aparada		5,0055	
	Mediana		5,1250	

		Variância	,354	
		Desvio-padrão	,59511	
		Mínimo	3,83	
		Máximo	6,00	
		Intervalo	2,17	
		Amplitude interquartil	,85	
		Assimetria	-,371	,491
		Curtose	-,836	,953
GNR		Média	4,6333	,06293
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior Limite superior	4,5091 4,7576
		5% da média aparada		4,6846
		Mediana		4,7500
		Variância	,634	
		Desvio-padrão	,79598	
		Mínimo	1,00	
		Máximo	5,83	
		Intervalo	4,83	
		Amplitude interquartil	,98	
		Assimetria	-1,162	,192
		Curtose	2,030	,381
MP		Média	4,6508	,14429
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior Limite superior	4,3498 4,9518
		5% da média aparada		4,6803
		Mediana		4,7500
		Variância	,437	
		Desvio-padrão	,66124	
		Mínimo	3,25	
		Máximo	5,50	
		Intervalo	2,25	
		Amplitude interquartil	1,04	
		Assimetria	-,606	,501
		Curtose	-,557	,972
Magistratura judicial		Média	3,9286	,24080
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior Limite superior	3,4083 4,4488
		5% da média aparada		3,9669
		Mediana		4,2917
		Variância	,812	
		Desvio-padrão	,90101	
		Mínimo	1,83	
		Máximo	5,33	
		Intervalo	3,50	
		Amplitude interquartil	1,27	
		Assimetria	-,926	,597
		Curtose	,950	1,154
PSP		Média	4,6117	,05059
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior Limite superior	4,5120 4,7114
		5% da média aparada		4,6586
		Mediana		4,7500
		Variância	,601	
		Desvio-padrão	,77550	
		Mínimo	1,92	
		Máximo	5,83	
		Intervalo	3,92	

		Amplitude interquartil	1,00	
		Assimetria	-,857	,159
		Curtose	,681	,316
PJ		Média	4,4048	,17605
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,0375	
		Limite superior	4,7720	
	5% da média aparada		4,4261	
	Mediana		4,3333	
	Variância		,651	
	Desvio-padrão		,80678	
	Mínimo		2,92	
	Máximo		5,50	
	Intervalo		2,58	
	Amplitude interquartil		1,46	
	Assimetria		-,287	,501
SEF		Curtose	-1,169	,972
		Média	4,4722	,43656
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	2,5938	
		Limite superior	6,3506	
	5% da média aparada		.	
	Mediana		4,5833	
	Variância		,572	
	Desvio-padrão		,75615	
	Mínimo		3,67	
	Máximo		5,17	
	Intervalo		1,50	
	Amplitude interquartil		.	
Q2_4F APAV		Assimetria	-,647	1,225
		Curtose	.	.
		Média	5,2636	,12301
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,0078	
		Limite superior	5,5195	
	5% da média aparada		5,3020	
	Mediana		5,4000	
	Variância		,333	
	Desvio-padrão		,57698	
	Mínimo		3,80	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		2,20	
GNR		Amplitude interquartil	,80	
		Assimetria	-,992	,491
		Curtose	,771	,953
		Média	4,6875	,06539
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,5584	
		Limite superior	4,8166	
	5% da média aparada		4,7250	
	Mediana		4,8000	
	Variância		,684	
	Desvio-padrão		,82712	
	Mínimo		2,20	
	Máximo		6,00	
MP	Intervalo		3,80	
	Amplitude interquartil		1,20	
	Assimetria		-,610	,192
	Curtose		-,086	,381
		Média	4,7238	,20118

	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,3042	
		Limite superior	5,1435	
	5% da média aparada		4,7995	
	Mediana		4,8000	
	Variância		,850	
	Desvio-padrão		,92190	
	Mínimo		2,00	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		4,00	
	Amplitude interquartil		1,20	
	Assimetria		-1,023	,501
	Curtose		2,571	,972
Magistratura judicial	Média		4,3286	,17741
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,9453	
		Limite superior	4,7119	
	5% da média aparada		4,3429	
	Mediana		4,4000	
	Variância		,441	
	Desvio-padrão		,66382	
	Mínimo		3,00	
	Máximo		5,40	
	Intervalo		2,40	
	Amplitude interquartil		,70	
	Assimetria		-,223	,597
	Curtose		,347	1,154
PSP	Média		4,5762	,05397
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4698	
		Limite superior	4,6825	
	5% da média aparada		4,6090	
	Mediana		4,8000	
	Variância		,685	
	Desvio-padrão		,82738	
	Mínimo		1,60	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		4,40	
	Amplitude interquartil		1,00	
	Assimetria		-,639	,159
	Curtose		,251	,316
PJ	Média		4,3143	,23241
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,8295	
		Limite superior	4,7991	
	5% da média aparada		4,3153	
	Mediana		4,4000	
	Variância		1,134	
	Desvio-padrão		1,06503	
	Mínimo		2,60	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		3,40	
	Amplitude interquartil		1,80	
	Assimetria		,069	,501
	Curtose		-1,131	,972
SEF	Média		4,8000	,40000
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	3,0789	
		Limite superior	6,5211	

5% da média aparada	.	
Mediana	4,4000	
Variância	,480	
Desvio-padrão	,69282	
Mínimo	4,40	
Máximo	5,60	
Intervalo	1,20	
Amplitude interquartil	.	
Assimetria	1,732	1,225
Curtose	.	.

Comparação entre distritos/regiões

Teste Kruskal-Wallis

Postos			
	Distrito var numérica	N	Posto Médio
Q2_1F	Aveiro	21	220,71
	Beja	13	270,19
	Braga	20	212,33
	Bragança	3	255,33
	CasteloBranco	19	290,95
	Coimbra	15	214,73
	Évora	8	281,19
	Faro	27	266,96
	Guarda	12	203,33
	Leiria	14	197,96
	Lisboa	47	275,85
	Portalegre	10	187,85
	Porto	149	238,06
	R.A.Madeira	28	210,41
	R.A.Açores	11	215,59
	Santarém	16	236,50
	Setúbal	28	214,32
	Viana do Castelo	11	264,45
	Vila Real	9	320,83
	Viseu	18	234,64
	Total	479	
Q2_2F	Aveiro	21	262,64
	Beja	13	316,96
	Braga	20	245,65
	Bragança	3	176,00
	CasteloBranco	19	264,29
	Coimbra	15	192,97
	Évora	8	243,63
	Faro	27	248,67
	Guarda	12	243,96
	Leiria	14	243,93
	Lisboa	47	214,77
	Portalegre	10	188,85
	Porto	149	243,79
	R.A.Madeira	28	171,95

	R.A.Açores	11	224,50
	Santarém	15	258,77
	Setúbal	28	215,79
	Viana do Castelo	11	306,50
	Vila Real	9	333,44
	Viseu	18	255,31
	Total	478	
Q2_3F	Aveiro	21	211,81
	Beja	13	299,38
	Braga	20	227,13
	Bragança	3	98,17
	Castelo Branco	19	250,61
	Coimbra	15	225,23
	Évora	8	264,75
	Faro	27	242,46
	Guarda	12	232,17
	Leiria	13	247,88
	Lisboa	47	241,70
	Portalegre	10	189,10
	Porto	149	245,59
	R.A.Madeira	28	184,59
	R.A.Açores	11	212,05
	Santarém	16	258,97
	Setúbal	27	214,22
	Viana do Castelo	11	303,05
	Vila Real	9	304,17
	Viseu	18	259,39
	Total	477	
Q2_4F	Aveiro	21	236,05
	Beja	13	298,35
	Braga	20	246,35
	Bragança	3	203,33
	Castelo Branco	19	241,24
	Coimbra	15	221,83
	Évora	8	214,88
	Faro	27	234,41
	Guarda	12	213,08
	Leiria	14	233,79
	Lisboa	47	247,19
	Portalegre	10	173,60
	Porto	149	244,63
	R.A.Madeira	28	168,48
	R.A.Açores	11	232,45
	Santarém	16	271,59
	Setúbal	28	213,45
	Viana do Castelo	11	343,36
	Vila Real	9	332,22
	Viseu	18	257,31
	Total	479	
Q2_5F	Aveiro	21	216,55
	Beja	13	252,73
	Braga	20	235,53
	Bragança	3	319,00
	Castelo Branco	19	289,32
	Coimbra	15	233,20
	Évora	8	237,81

Faro	27	234,54
Guarda	12	220,96
Leiria	14	214,18
Lisboa	47	262,15
Portalegre	10	199,80
Porto	149	239,25
R.A.Madeira	28	208,68
R.A.Açores	11	166,23
Santarém	16	217,81
Setúbal	28	236,52
Viana do Castelo	11	236,18
Vila Real	9	339,78
Viseu	18	287,64
Total	479	

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
H de Kruskal-Wallis	19,479	25,767	19,724	26,161	19,159
gl	19	19	19	19	19
Significância Sig.	,427	,137	,411	,126	,447

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Distrito var numérica

Postos

	Distrito var numérica	N	Posto Médio
Q2_1F	Aveiro	21	195,50
	Braga	31	202,81
	Faro	33	232,08
	Lisboa	56	242,99
	Porto	227	218,93
	R.A.Madeira	33	202,20
	Setúbal	37	219,26
	Total	438	
Q2_2F	Aveiro	21	224,57
	Braga	31	232,47
	Faro	33	223,45
	Lisboa	56	195,86
	Porto	227	229,85
	R.A.Madeira	33	171,05
	Setúbal	37	217,73
	Total	438	
Q2_3F	Aveiro	21	181,55
	Braga	31	219,98
	Faro	33	217,06
	Lisboa	56	214,67
	Porto	227	229,38
	R.A.Madeira	33	181,59
	Setúbal	36	217,38
	Total	437	
Q2_4F	Aveiro	21	201,38
	Braga	31	221,74

	Faro	33	211,74
	Lisboa	56	225,12
	Porto	227	228,37
	R.A.Madeira	33	172,12
	Setúbal	37	214,16
	Total	438	
Q2_5F	Aveiro	21	184,67
	Braga	31	203,13
	Faro	33	208,70
	Lisboa	56	225,29
	Porto	227	225,33
	R.A.Madeira	33	200,53
	Setúbal	37	234,97
	Total	438	

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
H de Kruskal-Wallis	4,178	8,713	6,364	6,517	4,320
gl	6	6	6	6	6
Significância Sig.	,653	,190	,384	,368	,633

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Distrito var numérica

Comparação segundo a área de formação

Descritivos

		Intervalo de confiança de 95% para média							
		N	Média	Desvio-padrão	Erro Erro	Limite inferior	Limite superior	Mínimo	Máximo
Q2_1F	Ciências militares	10	5,4000	,41929	,13259	5,1001	5,6999	4,60	5,80
	Ciênciaspoliciais	35	5,2667	,49521	,08371	5,0966	5,4368	3,87	6,00
	Direito	80	5,0750	,66348	,07418	4,9273	5,2227	3,00	6,00
	Psicologia	16	5,5708	,25988	,06497	5,4324	5,7093	5,20	6,00
	Total	141	5,2019	,59591	,05018	5,1027	5,3011	3,00	6,00
Q2_2F	Ciências militares	10	4,8923	,52947	,16743	4,5135	5,2711	3,77	5,62
	Ciênciaspoliciais	35	4,3495	,77920	,13171	4,0818	4,6171	2,85	5,54
	Direito	80	4,0125	,94619	,10579	3,8019	4,2231	1,92	5,77
	Psicologia	16	5,0577	,54790	,13698	4,7657	5,3496	4,15	6,00
	Total	141	4,2771	,91696	,07722	4,1245	4,4298	1,92	6,00
Q2_3F	Ciências militares	10	4,9417	,64675	,20452	4,4790	5,4043	3,58	5,75
	Ciênciaspoliciais	35	4,6429	,77480	,13097	4,3767	4,9090	2,67	5,75
	Direito	79	4,4114	,86678	,09752	4,2172	4,6055	1,83	6,00
	Psicologia	16	5,2240	,56986	,14246	4,9203	5,5276	4,08	6,00
	Total	140	4,6000	,83932	,07094	4,4597	4,7403	1,83	6,00
Q2_4F	Ciências militares	10	4,8600	,59666	,18868	4,4332	5,2868	4,00	5,80
	Ciênciaspoliciais	35	4,5943	,71700	,12119	4,3480	4,8406	3,20	6,00
	Direito	80	4,4875	,90838	,10156	4,2853	4,6897	2,00	6,00

	Psicologia	16	5,5000	,31833	,07958	5,3304	5,6696	5,00	6,00
	Total	141	4,6553	,85192	,07174	4,5135	4,7972	2,00	6,00
Q2_5F	Ciências militares	10	4,9333	,43885	,13878	4,6194	5,2473	4,33	6,00
	Ciências policiais	35	4,7143	,64242	,10859	4,4936	4,9350	3,33	5,67
	Direito	80	4,6958	,75974	,08494	4,5268	4,8649	2,67	6,00
	Psicologia	16	4,8542	,87744	,21936	4,3866	5,3217	3,00	6,00
	Total	141	4,7352	,72541	,06109	4,6144	4,8560	2,67	6,00

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
H de Kruskal-Wallis	10,142	23,868	15,235	21,430	1,253
gl	3	3	3	3	3
Significância Sig.	,017	,000	,002	,000	,740

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Área de formação var_numérica

Comparações múltiplas

Tukey HSD

Variável dependente	(I) Área de formação var_numérica	(J) Área de formação var_numérica	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
Q2_1F	Ciências militares	Ciências policiais	,13333	,20712	,918	-,4053	,6720
		Direito	,32500	,19374	,340	-,1789	,8289
		Psicologia	-,17083	,23285	,883	-,7764	,4348
	Ciências policiais	Ciências militares	-,13333	,20712	,918	-,6720	,4053
		Direito	,19167	,11706	,361	-,1128	,4961
		Psicologia	-,30417	,17432	,305	-,7575	,1492
	Direito	Ciências militares	-,32500	,19374	,340	-,8289	,1789
		Ciências policiais	-,19167	,11706	,361	-,4961	,1128
		Psicologia	-,49583*	,15819	,011	-,9073	-,0844
	Psicologia	Ciências militares	,17083	,23285	,883	-,4348	,7764
		Ciências policiais	,30417	,17432	,305	-,1492	,7575
		Direito	,49583*	,15819	,011	,0844	,9073
Q2_2F	Ciências militares	Ciências policiais	,54286	,30388	,284	-,2475	1,3332
		Direito	,87981*	,28425	,013	,1405	1,6191
		Psicologia	-,16538	,34163	,963	-1,0539	,7231
	Ciências policiais	Ciências militares	-,54286	,30388	,284	-1,3332	,2475
		Direito	,33695	,17175	,208	-,1097	,7836
		Psicologia	-,70824*	,25575	,032	-1,3734	-,0431
	Direito	Ciências militares	-,87981*	,28425	,013	-1,6191	-,1405
		Ciências policiais	-,33695	,17175	,208	-,7836	,1097
		Psicologia	-1,04519*	,23209	,000	-1,6488	-,4416
	Psicologia	Ciências militares	,16538	,34163	,963	-,7231	1,0539
		Ciências policiais	,70824*	,25575	,032	,0431	1,3734
		Direito	1,04519*	,23209	,000	,4416	1,6488
Q2_3F	Ciências militares	Ciências policiais	,29881	,28786	,727	-,4499	1,0475
		Direito	,53027	,26945	,205	-,1706	1,2311
		Psicologia	-,28229	,32362	,819	-1,1240	,5595
	Ciências policiais	Ciências militares	-,29881	,28786	,727	-1,0475	,4499
		Direito	,23146	,16301	,489	-,1925	,6555

Apêndices

		Psicologia	-,58110	,24227	,082	-1,2113	,0491
	Direito	Ciências militares	-,53027	,26945	,205	-1,2311	,1706
		Ciências policiais	-,23146	,16301	,489	-,6555	,1925
		Psicologia	-,81257*	,22009	,002	-1,3850	-,2401
	Psicologia	Ciências militares	,28229	,32362	,819	-,5595	1,1240
		Ciências policiais	,58110	,24227	,082	-,0491	1,2113
		Direito	,81257*	,22009	,002	,2401	1,3850
Q2_4F	Ciências militares	Ciências policiais	,26571	,28638	,790	-,4791	1,0105
		Direito	,37250	,26788	,507	-,3242	1,0692
		Psicologia	-,64000	,32196	,198	-1,4774	,1974
	Ciências policiais	Ciências militares	-,26571	,28638	,790	-1,0105	,4791
		Direito	,10679	,16186	,912	-,3142	,5278
		Psicologia	-,90571*	,24103	,001	-1,5326	-,2788
	Direito	Ciências militares	-,37250	,26788	,507	-1,0692	,3242
		Ciências policiais	-,10679	,16186	,912	-,5278	,3142
		Psicologia	-1,01250*	,21873	,000	-1,5814	-,4436
	Psicologia	Ciências militares	,64000	,32196	,198	-,1974	1,4774
		Ciências policiais	,90571*	,24103	,001	,2788	1,5326
		Direito	1,01250*	,21873	,000	,4436	1,5814
Q2_5F	Ciências militares	Ciências policiais	,21905	,26158	,837	-,4613	,8994
		Direito	,23750	,24469	,766	-,3989	,8739
		Psicologia	,07917	,29408	,993	-,6857	,8440
	Ciências policiais	Ciências militares	-,21905	,26158	,837	-,8994	,4613
		Direito	,01845	,14785	,999	-,3661	,4030
		Psicologia	-,13988	,22016	,920	-,7125	,4327
	Direito	Ciências militares	-,23750	,24469	,766	-,8739	,3989
		Ciências policiais	-,01845	,14785	,999	-,4030	,3661
		Psicologia	-,15833	,19979	,858	-,6780	,3613
	Psicologia	Ciências militares	-,07917	,29408	,993	-,8440	,6857
		Ciências policiais	,13988	,22016	,920	-,4327	,7125
		Direito	,15833	,19979	,858	-,3613	,6780

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

Descritivos

	Área de formação	var_numérica	Estatística	Erro
Q2_1F	Ciências militares	Média	5,4000	,13259
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,1001
			Limite superior	5,6999
		5% da média aparada		5,4222
		Mediana		5,6000
		Variância		,176
		Desvio-padrão		,41929
		Mínimo		4,60
		Máximo		5,80
		Intervalo		1,20
		Amplitude interquartil		,72
		Assimetria		-1,079
		Curtose		-,333
	Ciências policiais	Média	5,2667	,08371
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,0966
			Limite superior	5,4368

		5% da média aparada	5,2926	
		Mediana	5,4000	
		Variância	,245	
		Desvio-padrão	,49521	
		Mínimo	3,87	
		Máximo	6,00	
		Intervalo	2,13	
		Amplitude interquartil	,67	
		Assimetria	-,848	,398
		Curtose	,466	,778
Direito	Média		5,0675	,07474
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,9187	
		Limite superior	5,2163	
	5% da média aparada		5,1020	
	Mediana		5,1333	
	Variância		,441	
	Desvio-padrão		,66431	
	Mínimo		3,00	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		3,00	
	Amplitude interquartil		,93	
	Assimetria		-,675	,271
	Curtose		,153	,535
Psicologia	Média		5,5708	,06497
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5,4324	
		Limite superior	5,7093	
	5% da média aparada		5,5676	
	Mediana		5,5000	
	Variância		,068	
	Desvio-padrão		,25988	
	Mínimo		5,20	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		,80	
	Amplitude interquartil		,52	
	Assimetria		,285	,564
	Curtose		-1,360	1,091
Q2_2F Ciências militares	Média		4,8923	,16743
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,5135	
		Limite superior	5,2711	
	5% da média aparada		4,9145	
	Mediana		4,9615	
	Variância		,280	
	Desvio-padrão		,52947	
	Mínimo		3,77	
	Máximo		5,62	
	Intervalo		1,85	
	Amplitude interquartil		,62	
	Assimetria		-,905	,687
	Curtose		1,335	1,334
Ciênciaspoliciais	Média		4,3495	,13171
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,0818	
		Limite superior	4,6171	
	5% da média aparada		4,3669	
	Mediana		4,3846	

			Variância		,607	
			Desvio-padrão		,77920	
			Mínimo		2,85	
			Máximo		5,54	
			Intervalo		2,69	
			Amplitude interquartil		,92	
			Assimetria		-,402	,398
			Curtose		-,690	,778
	Direito		Média		4,0136	,10713
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior		3,8004	
			Limite superior		4,2269	
		5% da média aparada			4,0302	
		Mediana			4,0000	
		Variância			,907	
		Desvio-padrão			,95218	
		Mínimo			1,92	
		Máximo			5,77	
		Intervalo			3,85	
		Amplitude interquartil			1,23	
		Assimetria			-,057	,271
		Curtose			-,517	,535
	Psicologia		Média		5,0577	,13698
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior		4,7657	
			Limite superior		5,3496	
		5% da média aparada			5,0556	
		Mediana			5,0769	
		Variância			,300	
		Desvio-padrão			,54790	
		Mínimo			4,15	
		Máximo			6,00	
		Intervalo			1,85	
		Amplitude interquartil			,67	
		Assimetria			,341	,564
		Curtose			-,426	1,091
Q2_3F	Ciências militares		Média		4,9417	,20452
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior		4,4790	
			Limite superior		5,4043	
		5% da média aparada			4,9722	
		Mediana			5,0417	
		Variância			,418	
		Desvio-padrão			,64675	
		Mínimo			3,58	
		Máximo			5,75	
		Intervalo			2,17	
		Amplitude interquartil			,90	
		Assimetria			-,923	,687
		Curtose			,811	1,334
	Ciências policiais		Média		4,6429	,13097
		95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior		4,3767	
			Limite superior		4,9090	
		5% da média aparada			4,6892	
		Mediana			4,6667	
		Variância			,600	
		Desvio-padrão			,77480	
		Mínimo			2,67	
		Máximo			5,75	
		Intervalo			3,08	

		Amplitude interquartil	1,08	
		Assimetria	-,755	,398
		Curtose	,217	,778
Direito	Média		4,4114	,09752
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,2172	
		Limite superior	4,6055	
	5% da média aparada		4,4341	
	Mediana		4,4167	
	Variância		,751	
	Desvio-padrão		,86678	
	Mínimo		1,83	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		4,17	
	Amplitude interquartil		1,33	
	Assimetria		-,414	,271
	Curtose		-,201	,535
Psicologia	Média		5,2240	,14246
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,9203	
		Limite superior	5,5276	
	5% da média aparada		5,2442	
	Mediana		5,2917	
	Variância		,325	
	Desvio-padrão		,56986	
	Mínimo		4,08	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		1,92	
	Amplitude interquartil		,96	
	Assimetria		-,249	,564
	Curtose		-,680	1,091
Q2_4F Ciências militares	Média		4,8600	,18868
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,4332	
		Limite superior	5,2868	
	5% da média aparada		4,8556	
	Mediana		4,8000	
	Variância		,356	
	Desvio-padrão		,59666	
	Mínimo		4,00	
	Máximo		5,80	
	Intervalo		1,80	
	Amplitude interquartil		1,10	
	Assimetria		,234	,687
	Curtose		-,977	1,334
Ciências policiais	Média		4,5943	,12119
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,3480	
		Limite superior	4,8406	
	5% da média aparada		4,5984	
	Mediana		4,6000	
	Variância		,514	
	Desvio-padrão		,71700	
	Mínimo		3,20	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		2,80	
	Amplitude interquartil		1,20	
	Assimetria		-,024	,398
	Curtose		-,796	,778
Direito	Média		4,4861	,10284
	95% Intervalo de Confiança	Limite inferior	4,2813	

Psicologia	para Média	Limite superior	4,6908	
	5% da média aparada		4,5070	
	Mediana		4,4000	
	Variância		,836	
	Desvio-padrão		,91410	
	Mínimo		2,00	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		4,00	
	Amplitude interquartil		1,40	
	Assimetria		-,251	,271
	Curtose		-,320	,535
	Média		5,5000	,07958
	95% Intervalo de Confiança	Limite inferior	5,3304	
	para Média	Limite superior	5,6696	
	5% da média aparada		5,5000	
	Mediana		5,4000	
	Variância		,101	
	Desvio-padrão		,31833	
	Mínimo		5,00	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		1,00	
	Amplitude interquartil		,55	
	Assimetria		,057	,564
	Curtose		-,883	1,091

Comparação segundo a categoria profissional

GNR

Postos			
	Categoria profissional var numérica	N	Posto Médio
Q2_1F	Guarda da GNR	60	83,95
	Oficial da GNR	9	90,67
	Sargento da GNR	93	79,03
	Total	162	
Q2_2F	Guarda da GNR	59	77,64
	Oficial da GNR	9	87,39
	Sargento da GNR	93	82,52
	Total	161	
Q2_3F	Guarda da GNR	60	82,62
	Oficial da GNR	9	85,39
	Sargento da GNR	92	79,52
	Total	161	
Q2_4F	Guarda da GNR	60	83,93
	Oficial da GNR	9	68,33
	Sargento da GNR	93	81,20
	Total	162	
Q2_5F	Guarda da GNR	60	76,37
	Oficial da GNR	9	78,06
	Sargento da GNR	93	85,15
	Total	162	

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
H de Kruskal-Wallis	,767	,575	,246	,880	1,363
gl	2	2	2	2	2
Significância Sig.	,681	,750	,884	,644	,506

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Categoria profissional var numérica

PSP

Postos

	Categoria profissional var numérica	N	Posto Médio
Q2_1F	Agente da PSP	149	115,69
	Chefe da PSP	35	122,17
	Oficial da PSP	51	121,87
	Total	235	
Q2_2F	Agente da PSP	149	121,82
	Chefe da PSP	35	115,56
	Oficial da PSP	51	108,53
	Total	235	
Q2_3F	Agente da PSP	149	116,44
	Chefe da PSP	35	109,84
	Oficial da PSP	51	128,16
	Total	235	
Q2_4F	Agente da PSP	149	116,93
	Chefe da PSP	35	121,00
	Oficial da PSP	51	119,06
	Total	235	
Q2_5F	Agente da PSP	149	115,59
	Chefe da PSP	35	125,84
	Oficial da PSP	51	119,66
	Total	235	

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
H de Kruskal-Wallis	,470	1,506	1,724	,118	,696
gl	2	2	2	2	2
Significância Sig.	,791	,471	,422	,943	,706

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Categoria profissional var numérica

APAV

Postos				
	catprof_apav2	N	Posto Médio	Soma de Classificações
Q2_1F	TAV- estagiário/gestor	9	10,83	97,50
	TAV-voluntário	13	11,96	155,50
	Total	22		
Q2_2F	TAV- estagiário/gestor	9	11,28	101,50
	TAV-voluntário	13	11,65	151,50
	Total	22		
Q2_3F	TAV- estagiário/gestor	9	11,67	105,00
	TAV-voluntário	13	11,38	148,00
	Total	22		
Q2_4F	TAV- estagiário/gestor	9	10,39	93,50
	TAV-voluntário	13	12,27	159,50
	Total	22		
Q2_5F	TAV- estagiário/gestor	9	13,39	120,50
	TAV-voluntário	13	10,19	132,50
	Total	22		

Estatísticas de teste ^a					
	Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
U de Mann-Whitney	52,500	56,500	57,000	48,500	41,500
Wilcoxon W	97,500	101,500	148,000	93,500	132,500
Z	-,404	-,134	-,100	-,674	-1,152
Significância Sig. (bilateral)	,686	,894	,920	,501	,249
Sig exata [2*(Sig. de 1 extremidade)]	,695 ^b	,896 ^b	,948 ^b	,512 ^b	,262 ^b

a. Variável de Agrupamento: catprof_apav2

b. Não corrigido para vínculos.

Relação com o nível habilitacional

			Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
Rho de Spearman	6.3 Habilitações literárias	Coefficiente de Correlação	,079	-,052	,035	,044	-,024
		Sig. (2 extremidades)	,086	,260	,443	,333	,598
		N	479	478	477	479	479

Comparação segundo o contexto profissional (GNR e PSP)

Postos			
	Contexto em que exerce funções (GNR e PSP) - 3 categorias	N	Posto Médio
Q2_1F	Comando de posto/esquadra	138	185,62
	NIAVE/EPav	61	177,00
	Investigação criminal	172	189,49
	Total	371	
Q2_2F	Comando de posto/esquadra	138	187,51
	NIAVE/EPav	60	175,40
	Investigação criminal	172	187,41
	Total	370	
Q2_3F	Comando de posto/esquadra	138	187,05
	NIAVE/EPav	61	178,89
	Investigação criminal	171	186,61
	Total	370	
Q2_4F	Comando de posto/esquadra	138	188,04
	NIAVE/EPav	61	184,42
	Investigação criminal	172	184,93
	Total	371	
Q2_5F	Comando de posto/esquadra	138	184,13
	NIAVE/EPav	61	157,24
	Investigação criminal	172	197,70
	Total	371	

Estatísticas de teste^{a,b}

	Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
H de Kruskal-Wallis	,615	,639	,280	,081	6,603
gl	2	2	2	2	2
Significância Sig.	,735	,726	,869	,960	,037

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: Contexto em que exerce funções (GNR e PSP) - 3 categorias

Comparações múltiplas

Tukey HSD

Variável dependente	(I) Contexto em que exerce funções (GNR e PSP) - 3 categorias	(J) Contexto em que exerce funções (GNR e PSP) - 3 categorias	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
Q2_1F	Comando de posto/esquadra	NIAVE/EPav	,01964	,10023	,979	-,2162	,2555
		Investigação criminal	-,02728	,07450	,929	-,2026	,1480
	NIAVE/EPav	Comando de posto/esquadra	-,01964	,10023	,979	-,2555	,2162
		Investigação criminal	-,04692	,09715	,879	-,2755	,1817
	Investigação criminal	Comando de posto/esquadra	,02728	,07450	,929	-,1480	,2026
		NIAVE/EPav	,04692	,09715	,879	-,1817	,2755
Q2_2F	Comando de	NIAVE/EPav	,08907	,13042	,774	-,2178	,3960

Apêndices

	posto/esquadra	Investigação criminal	-,01686	,09638	,983	-,2437	,2100
	NIAVE/EPAV	Comando de posto/esquadra	-,08907	,13042	,774	-,3960	,2178
		Investigação criminal	-,10593	,12645	,680	-,4035	,1916
	Investigação criminal	Comando de posto/esquadra	,01686	,09638	,983	-,2100	,2437
		NIAVE/EPAV	,10593	,12645	,680	-,1916	,4035
Q2_3F	Comando de posto/esquadra	NIAVE/EPAV	,03607	,12197	,953	-,2509	,3231
		Investigação criminal	,00040	,09077	1,000	-,2132	,2140
	NIAVE/EPAV	Comando de posto/esquadra	-,03607	,12197	,953	-,3231	,2509
		Investigação criminal	-,03567	,11830	,951	-,3141	,2427
	Investigação criminal	Comando de posto/esquadra	-,00040	,09077	1,000	-,2140	,2132
		NIAVE/EPAV	,03567	,11830	,951	-,2427	,3141
Q2_4F	Comando de posto/esquadra	NIAVE/EPAV	,05987	,12864	,888	-,2429	,3626
		Investigação criminal	,05627	,09562	,826	-,1687	,2813
	NIAVE/EPAV	Comando de posto/esquadra	-,05987	,12864	,888	-,3626	,2429
		Investigação criminal	-,00360	,12468	1,000	-,2970	,2898
	Investigação criminal	Comando de posto/esquadra	-,05627	,09562	,826	-,2813	,1687
		NIAVE/EPAV	,00360	,12468	1,000	-,2898	,2970
Q2_5F	Comando de posto/esquadra	NIAVE/EPAV	,14960	,12015	,427	-,1331	,4323
		Investigação criminal	-,13586	,08931	,282	-,3460	,0743
	NIAVE/EPAV	Comando de posto/esquadra	-,14960	,12015	,427	-,4323	,1331
		Investigação criminal	-,28546*	,11645	,039	-,5595	-,0114
	Investigação criminal	Comando de posto/esquadra	,13586	,08931	,282	-,0743	,3460
		NIAVE/EPAV	,28546*	,11645	,039	,0114	,5595

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

Descritivos

	Contexto em que exerce funções (GNR e PSP) - 3 categorias	Estatística	Erro
Q2_5F	Comando de posto/esquadra	Média	4,7343
		95% Intervalo de Confiança para Média	,07185
		Limite inferior	4,5922
		Limite superior	4,8764
		5% da média aparada	4,7818
		Mediana	5,0000
		Variância	,712
		Desvio-padrão	,84400
		Mínimo	1,00
		Máximo	6,00
		Intervalo	5,00

NIAVE/EPAV	Amplitude interquartil		1,00	
	Assimetria		-1,039	,206
	Curtose		2,029	,410
	Média		4,5778	,09503
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,3876	
		Limite superior	4,7679	
	5% da média aparada		4,5988	
	Mediana		4,6667	
	Variância		,542	
	Desvio-padrão		,73612	
	Mínimo		2,67	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		3,33	
	Amplitude interquartil		,67	
	Assimetria		-,353	,309
	Curtose		-,178	,608
Investigação criminal	Média		4,8674	,05710
	95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	4,7547	
		Limite superior	4,9802	
	5% da média aparada		4,9028	
	Mediana		5,0000	
	Variância		,557	
	Desvio-padrão		,74665	
	Mínimo		2,67	
	Máximo		6,00	
	Intervalo		3,33	
	Amplitude interquartil		1,00	
	Assimetria		-,496	,186
	Curtose		-,005	,369

Relação com a frequência de contacto profissional com criminalidade violenta

			Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
Rho de Spearman	Q2_1F	Coefficiente de Correlação	1,000	,615**	,718**	,646**	,594**
		Sig. (2 extremidades)	.	,000	,000	,000	,000
		N	479	478	477	479	479
	Q2_2F	Coefficiente de Correlação	,615**	1,000	,776**	,810**	,482**
		Sig. (2 extremidades)	,000	.	,000	,000	,000
		N	478	478	476	478	478
	Q2_3F	Coefficiente de Correlação	,718**	,776**	1,000	,752**	,492**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	.	,000	,000
		N	477	476	477	477	477
	Q2_4F	Coefficiente de Correlação	,646**	,810**	,752**	1,000	,429**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	.	,000
		N	479	478	477	479	479

Apêndices

Q2_5F	Coefficiente de Correlação	,594**	,482**	,492**	,429**	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	.
	N	479	478	477	479	479
6.10 No âmbito das suas atuais funções, com que frequência lida com a criminalidade violenta?	Coefficiente de Correlação	-,022	,058	,004	-,017	-,011
	Sig. (2 extremidades)	,627	,207	,927	,716	,804
	N	479	478	477	479	479

		Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
Q2_1F	Correlação de Pearson	1	,607**	,722**	,641**	,649**
	Sig. (2 extremidades)		,000	,000	,000	,000
	N	479	478	477	479	479
Q2_2F	Correlação de Pearson	,607**	1	,784**	,803**	,503**
	Sig. (2 extremidades)	,000		,000	,000	,000
	N	478	478	476	478	478
Q2_3F	Correlação de Pearson	,722**	,784**	1	,751**	,538**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000		,000	,000
	N	477	476	477	477	477
Q2_4F	Correlação de Pearson	,641**	,803**	,751**	1	,448**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000		,000
	N	479	478	477	479	479
Q2_5F	Correlação de Pearson	,649**	,503**	,538**	,448**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	
	N	479	478	477	479	479
6.10 No âmbito das suas atuais funções, com que frequência lida com a criminalidade violenta?	Correlação de Pearson	-,031	,045	,015	-,003	-,028
	Sig. (2 extremidades)	,501	,325	,736	,956	,546
	N	479	478	477	479	479

Relação entre os cinco fatores

Correlações			Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
Rho de Spearman	Q2_1F	Coefficiente de Correlação	1,000	,615**	,718**	,646**	,594**
		Sig. (2 extremidades)	.	,000	,000	,000	,000
		N	479	478	477	479	479
	Q2_2F	Coefficiente de Correlação	,615**	1,000	,776**	,810**	,482**
		Sig. (2 extremidades)	,000	.	,000	,000	,000
		N	478	478	476	478	478
	Q2_3F	Coefficiente de Correlação	,718**	,776**	1,000	,752**	,492**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	.	,000	,000
		N	477	476	477	477	477
	Q2_4F	Coefficiente de Correlação	,646**	,810**	,752**	1,000	,429**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	.	,000
		N	479	478	477	479	479
	Q2_5F	Coefficiente de Correlação	,594**	,482**	,492**	,429**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	.

	N	479	478	477	479	479
--	---	-----	-----	-----	-----	-----

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

A7.3.3 Relação entre as dimensões da análise da gravidade dos crimes e as dimensões da medição da sua gravidade (ponto 8.3.3)

Subescalas da gravidade dos crimes e subescalas da relevância dos indicadores

			Q2_1F	Q2_2F	Q2_3F	Q2_4F	Q2_5F
Rho de Spearman	Q1F1final	Coefficiente de Correlação	,576**	,640**	,617**	,538**	,447**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	,000
		N	454	454	452	454	454
	Q1F2final	Coefficiente de Correlação	,573**	,453**	,524**	,519**	,324**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	,000
		N	455	454	454	455	455
	Q1F3final	Coefficiente de Correlação	,482**	,458**	,540**	,541**	,321**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	,000
		N	455	454	453	455	455
	Q1F4final	Coefficiente de Correlação	,330**	,330**	,386**	,356**	,203**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	,000
		N	452	452	451	452	452
	Q1F5final	Coefficiente de Correlação	,531**	,408**	,461**	,398**	,341**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	,000
		N	456	455	454	456	456
	Q1F6final	Coefficiente de Correlação	,230**	,065	,201**	,032	,212**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,168	,000	,498	,000
		N	456	455	454	456	456

**APÊNDICE 8 - CRIMINALIDADE REGISTADA EM PORTUGAL: DADOS
COMPLEMENTARES SOBRE ARMAS E OUTROS MEIOS UTILIZADOS**

Tabela A1: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto do HVC (%) (1993-2017)

<i>Ano</i>	Arma de fogo	Arma branca	Força física	Outros	Ignorado	Total
1993	27,3	11,1	4,3	10,2	47,2	100
1994	28,3	12,7	4,0	9,0	46,0	100
1995	32,4	9,6	5,6	6,4	46,1	100
1996	33,2	11,3	4,1	6,1	45,3	100
1997	33,1	10,0	5,5	10,0	41,5	100
1998	43,0	14,1	7,0	33,6	2,3	100
1999	40,2	13,1	4,9	35,7	6,1	100
2000	50,3	22,8	4,8	10,8	11,4	100
2001	44,3	13,1	4,3	5,7	32,6	100
2002	34,2	16,5	5,6	7,1	36,5	100
2003	29,2	12,5	4,4	8,1	45,8	100
2004	38,5	22,5	8,6	11,8	18,7	100
2005	41,5	23,8	3,7	9,1	22,0	100
2006	40,4	20,2	8,6	7,6	23,2	100
2007	40,2	22,7	4,5	10,6	22,0	100
2008	37,0	21,9	12,3	4,8	24,0	100
2009	29,5	16,8	5,4	8,1	40,3	100
2010	30,8	22,4	4,2	7,0	35,7	100
2011	19,7	21,4	5,1	9,4	44,4	100
2012	30,2	13,4	6,0	7,4	43,0	100
2013	28,1	19,8	5,8	9,1	37,2	100
2014	22,3	25,2	6,8	7,8	37,9	100
2015	34,3	16,7	5,9	4,9	38,2	100
2016	26,3	17,1	3,9	1,3	51,3	100
2017	18,3	19,5	3,7	12,2	46,3	100
M	33,3	17,2	5,6	10,1	33,8	
DP	7,8	4,9	1,9	7,8	13,8	
Me	33,1	16,8	5,1	8,1	37,9	
TVar (%)						
2017-1993	-33,0	76,4	-14,7	20,1	-1,8	
TVA (%)						
2017-2016	-30,5	14,1	-7,3	826,8	-9,7	

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados extraídos do SIEJ (DGPJ).

Tabela A2: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto da OIFG (%) (1993-2017)

Ano	Arma de fogo	Arma branca	Força física	Outros	Ignorado	Total
1993	21,5	21,3	25,8	20,5	10,9	100
1994	25,2	26,1	20,0	20,4	8,4	100
1995	25,3	29,2	17,4	19,5	8,7	100
1996	25,8	23,1	22,8	20,1	8,2	100
1997	26,2	25,3	25,3	17,9	5,4	100
1998	23,3	25,1	24,3	25,2	2,1	100
1999	23,9	25,8	29,2	18,7	2,3	100
2000	28,1	32,1	26,7	11,7	1,4	100
2001	25,5	26,9	24,0	16,5	7,1	100
2002	22,7	29,0	27,3	15,6	5,5	100
2003	25,7	29,8	23,7	15,6	5,1	100
2004	30,8	27,9	24,3	12,1	4,9	100
2005	26,6	32,7	23,3	12,5	4,9	100
2006	23,6	32,0	22,2	15,3	6,9	100
2007	23,6	36,2	20,9	12,5	6,8	100
2008	19,3	37,0	25,7	12,2	5,8	100
2009	23,1	31,9	23,3	9,8	11,9	100
2010	17,6	21,8	34,3	18,0	8,3	100
2011	16,3	26,8	28,3	17,4	11,2	100
2012	16,7	28,1	27,0	18,4	9,8	100
2013	15,2	27,1	28,8	17,8	11,2	100
2014	14,8	26,0	31,2	16,2	11,8	100
2015	14,1	24,5	29,0	19,6	12,8	100
2016	11,5	26,3	34,5	17,9	9,8	100
2017	11,0	26,2	32,9	20,7	9,2	100
M	21,5	27,9	26,1	16,9	7,6	
DP	5,4	4,0	4,3	3,6	3,2	
Me	23,3	26,9	25,7	17,8	8,2	
TVar (%)						
2017-1993	-49,1	23,1	27,4	1,1	-15,3	
TVA (%)						
2017-2016	-4,8	-0,4	-4,8	16,1	-5,5	

Fonte: Dados disponibilizados pelo SIEJ (DGPJ). Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

Tabela A3: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto do Roubo (%) (1993-2017)

<i>Ano</i>	Arma de fogo	Arma branca	Força física	Outros	Ignorado	Total
1993	10,5	28,1	26,9	7,9	26,6	100
1994	12,7	31,7	32,4	6,6	16,7	100
1995	10,4	30,7	33,5	10,4	14,9	100
1996	11,9	33,1	27,1	10,8	17,1	100
1997	11,4	35,7	30,1	11,6	11,2	100
1998	13,0	30,5	31,7	23,2	1,6	100
1999	12,8	31,1	33,8	21,0	1,3	100
2000	11,0	29,5	34,5	22,9	2,2	100
2001	9,7	28,7	34,0	24,9	2,7	100
2002	13,0	27,0	32,4	24,8	2,8	100
2003	14,4	24,5	36,3	22,4	2,4	100
2004	15,1	23,6	37,9	21,2	2,2	100
2005	14,0	24,7	38,6	20,2	2,5	100
2006	14,0	26,9	38,3	18,4	2,4	100
2007	15,6	24,8	40,6	17,4	1,6	100
2008	20,2	21,2	38,2	16,3	4,0	100
2009	19,3	20,8	40,5	15,9	3,6	100
2010	9,9	11,9	40,9	33,8	3,5	100
2011	8,5	9,8	45,4	33,0	3,3	100
2012	9,6	9,6	46,3	31,1	3,4	100
2013	9,1	10,0	45,1	32,9	3,0	100
2014	5,9	10,6	47,0	33,6	3,0	100
2015	5,9	10,0	46,9	34,2	3,0	100
2016	5,2	10,1	47,2	35,0	2,5	100
2017	4,7	9,7	48,3	34,5	2,7	100
M	11,5	22,2	38,1	22,5	5,6	
DP	3,9	9,0	6,5	9,1	6,4	
Mc	11,4	24,7	38,2	22,4	3,0	
TVar (%)						
2017-1993	-55,5	-65,3	79,4	338,8	-89,9	
TVA (%)						
2017-2016	-10,6	-3,2	2,4	-1,3	7,6	

Fonte: Dados disponibilizados pelo SIEJ (DGPJ). Cálculos da responsabilidade da presente investigação.

APÊNDICE 9 - TAXAS DE ACUSAÇÃO - DIAP DE LISBOA - 2011 A 2016

Crimes/categorias desagregados (*apenas para as tipologia de crimes contra as pessoas e património foram contempladas na análise todos os crimes/categorias, previstos no mapa do DIAP de Lisboa, de forma discriminada*)

Tabela A4: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa) (%) (2011 a 2016)

Processos findos ⁴¹³ (2011-2016) (Fi)	Tipologia Crime/categoria	Taxa de acusação (%)							
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	M	Me
53327	Crimes contra Pessoas	13,4	12,3	11,5	10,5	11,3	11,5	11,7	11,5
27	Crimes contra a identidade cultural e pessoal	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
228306	Crimes contra Património	3,8	3,7	3,2	2,8	3,0	3,3	3,3	3,2
14882	Crimes contra Vida em Sociedade	22,4	21,6	25,9	19,8	25,3	34,8	25,0	23,8
4506	Crimes contra Estado	35,8	34,4	33,6	36,7	32,0	31,4	34,0	34,0
45112	Crimes - Leg. Avulsa	26,1	15,6	16,2	15,8	17,3	20,4	18,6	16,8
346160	Total	9,4	8,0	7,6	6,5	7,1	8,1	7,8	7,8
34574	“Criminalidade violenta”	19,9	19,3	19,4	20,3	22,8	23,0	20,8	20,1

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa (2017).

Tabela A5: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa) no âmbito de crimes contra as pessoas (%) (2011 a 2016)

Processos findos (2011-2016) (Fi)	Tipologia Crime/categoria	Taxa de acusação (%)							
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	M	Me
121	Homicídio voluntário	60,0	51,6	50,0	38,9	66,7	37,5	50,8	50,8
84	Homicídio por negligência em acidente de viação	50,0	38,9	40,7	37,5	28,6	50,0	41,0	39,8
139	Homicídio por negligência em outras circunstâncias	21,1	13,5	15,0	8,7	18,8	0,0	12,8	14,3
3	Aborto	0,0	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0
51	Outros crimes contra a vida	0,0	15,8	0,0	0,0	0,0	33,3	8,2	0,0
236	Ofensa à integridade física voluntária grave	28,2	55,3	38,7	26,7	39,5	38,5	37,8	38,6
21326	Ofensa à integridade física voluntária simples	13,1	11,2	9,8	8,2	8,9	8,4	9,9	9,3

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa (2017).

Nota: - Ausência de processos findos no contexto do crime/categoria indicado.

⁴¹³ O número de processos findos indicado inclui os que resultaram em acusação ou arquivamento (art.º 277.º), não se incluindo os processos que tiveram outro tipo de desfecho. Estes processos representam 93,2% do total de processos findos no período considerado (N= 371.384).

Tabela A5: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa) no âmbito de crimes contra as pessoas (%) (2011 a 2016) (cont.)

Processos findos (2011-2016) (Fi)	Tipologia Crime/categoria	Taxa de acusação (%)							
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	M	Me
10	Ofensa integridade física de agentes de autoridade	75,0	100,0	100,0	100,0	0,0	-	75,0	100,0
301	Ofensa à integridade física por negligência em acidente de viação	42,9	46,2	61,9	51,7	42,9	50,0	49,2	48,1
259	Ofensa à integridade física por negligência em outras circunstâncias	7,7	7,3	10,0	5,5	14,6	5,0	8,3	7,5
8737	Violência doméstica	14,4	13,8	15,6	14,3	17,2	20,1	15,9	15,0
171	Maus tratos contra idosos	33,3	0,0	0,0	12,0	18,8	14,3	13,1	13,1
120	Ofensa à integridade física contra professores e outros	72,0	33,3	33,3	28,6	36,0	17,6	36,8	33,3
37	Ofensa à integridade física contra médicos e outros médicos e outros	33,3	50,0	50,0	0,0	16,7	0,0	25,0	25,0
1556	Outros crimes contra a integridade física	12,5	12,9	14,5	11,8	10,4	4,1	11,0	12,1
57	Rapto	20,0	40,0	0,0	25,0	18,2	0,0	17,2	19,1
131	Sequestro	25,8	22,6	20,0	41,7	27,8	0,0	23,0	24,2
22	Tráfico de pessoas	33,3	0,0		0,0	0,0	28,6	12,4	0,0
9481	Ameaça e coação	8,5	6,7	5,9	5,2	6,0	7,2	6,6	6,4
62	Outros crimes contra a liberdade pessoal	0,0	0,0	15,4	10,0	20,0	0,0	7,6	5,0
196	Violação	15,2	17,9	10,5	10,0	2,5	23,5	13,3	12,8
513	Abuso sexual de crianças, adolescentes e dependentes	17,1	25,0	23,1	23,0	28,8	14,7	21,9	23,0
1038	Outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual	5,5	8,2	6,9	14,2	9,6	6,4	8,5	7,5
5827	Difamação, calúnia e injúria	18,3	18,1	16,7	17,6	17,3	16,2	17,4	17,5
3	Abuso da liberdade de imprensa	50,0	-	100,0	-	-	-	75,0	75,0
239	Outros crimes contra a honra	38,1	50,0	26,0	34,3	11,5	15,4	29,2	30,1
1528	Violação de domicílio e introdução em lugar vedado ao público	7,1	4,1	4,9	3,1	4,2	3,7	4,5	4,1
110	Devassa da vida privada e violação de segredo	15,8	5,3	7,7	8,7	8,3	16,7	10,4	8,5
37	Devassa por meio de informática	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0
811	Outros crimes contra a reserva da vida privada	8,5	4,5	3,0	4,0	2,4	3,7	4,3	3,8
121	Outros crimes contra as pessoas	3,3	21,4	12,5	10,5	0,0	9,1	9,5	9,8

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa (2017).

Nota: - Ausência de processos findos no contexto do crime/categoria indicado.

Apêndices

Tabela A6: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa no âmbito de crimes contra o património (%)) (2011 a 2016)

Processos findos (2011-2016) (Fi)	Tipologia Crime/categoria	Taxa de acusação (%)							
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	M	Me
6904	Furto de veículo motorizado	3,5	2,7	2,1	1,4	1,6	1,5	2,1	1,9
34607	Furto em veículo motorizado	0,9	0,7	0,7	0,9	0,9	0,6	0,8	0,8
7891	Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	3,5	2,5	2,1	2,3	1,9	4,3	2,8	2,4
42649	Categoria "Outros furtos"	3,2	3,4	2,6	2,3	3,1	3,4	3,0	3,1
76625	Restantes furtos	2,0	2,6	2,0	1,4	1,6	2,1	1,9	2,0
168676	Total de furtos	2,2	2,4	1,9	1,5	1,8	2,2	2,0	2,1
6273	Roubo por esticção	3,3	4,8	2,0	1,8	2,4	3,1	2,9	2,7
382	Roubo c/ arma fogo	22,4	29,8	18,5	27,8	30,0	16,7	24,2	25,1
7	Roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito	0,0	0,0	-	-	50,0	0,0	12,5	0,0
..	Roubo a carrinha transporte valores	0,0	-	-	-	-	-	0,0	0,0
..	Roubo a tesouraria ou estação de correios	-	0,0	0,0	-	-	-	0,0	0,0
13	Roubo a posto de abastecimento de combustível	0,0	0,0	0,0	33,3	-	0,0	6,7	0,0
11	Roubo a motorista de transporte público	75,0	0,0	-	0,0	33,3	-	27,1	16,7
10640	Categoria "Outros roubos"	14,4	11,5	13,9	17,5	16,5	12,5	14,4	14,1
17329	Total de roubos	11,0	9,6	9,5	11,2	11,3	9,6	10,4	10,3
218	Extorsão	22,8	31,1	22,2	11,1	15,4	22,2	20,8	22,2
42083	Outros crimes contra património	6,6	6,4	5,5	5,1	4,8	4,7	5,5	5,3

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa (2017).

Nota: - Ausência de processos findos no contexto do crime/categoria indicado.

Tabela A7: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa) no âmbito de crimes contra a vida em sociedade e contra o Estado (%) (2011 a 2016)

Processos findos (2011-2016) (Fi)	Tipologia Crime/categoria	Taxa de acusação (%)							
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	M	Me
Crimes contra a vida em sociedade com análise discriminada (n=4255)									
665	Incêndio/fogo posto em edifício, construção ou meio de transporte	3,2	4,5	2,6	1,0	1,2	2,6	2,5	2,6
81	Incêndio/fogo posto em floresta, mata, arvoredos ou seara	7,7	0,0	5,0	0,0	0,0	18,2	5,1	2,5
..	Dano contra a natureza	-	-	0,0	-	100,0	-	50,0	50,0
4	Poluição	-	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0
96	Corrupção de substâncias alimentares ou medicinais	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,5	0,0
..	Perigo relativo a animais	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0
546	Outros crimes de perigo comum	11,0	18,8	8,0	10,1	8,1	6,8	10,5	9,1
2461	Condução de veículo com taxa de álcool igual/superior a 1,2g/l	97,9	98,0	97,6	76,1	89,5	91,5	91,7	94,5
290	Outros crimes contra a segurança das comunicações	13,7	17,5	8,3	3,8	8,2	4,5	9,3	8,3
..	Motim, instigação e apologia pública do crime	-	0,0	-	-	0,0	-	0,0	0,0
7	Associação criminosa	0,0	0,0	-	0,0	-	-	0,0	0,0
56	Outros crimes contra a paz pública	0,0	0,0	12,5	0,0	33,3	0,0	7,6	0,0
44	Outros crimes contra a vida em sociedade	4,3	0,0	25,0	25,0	0,0	0,0	9,1	2,2
Crimes contra o Estado com análise discriminada (n=284)									
251	Resistência e coação sobre funcionário	80,0	76,7	76,3	79,3	71,2	60,0	73,9	76,5
6	Tirada, evasão e motim de presos	50,0	100,0	-	-	0,0	100,0	62,5	75,0
27	Outros crimes contra a autoridade pública	50,0	0,0	46,2	40,0	0,0	100,0	39,4	43,1
251	Resistência e coação sobre funcionário	80,0	76,7	76,3	79,3	71,2	60,0	73,9	76,5
6	Tirada, evasão e motim de presos	50,0	100,0	-	-	0,0	100,0	62,5	75,0
27	Outros crimes contra a autoridade pública	50,0	0,0	46,2	40,0	0,0	100,0	39,4	43,1

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa (2017).

Nota: - Ausência de processos findos no contexto do crime/categoria indicado.

Tabela A8: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa) no âmbito de crimes previstos em legislação avulsa (%) (2011 a 2016)

Processos findos (2011-2016) (Fi)	Tipologia Crime/categoria	Taxa de acusação (%)							
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	M	Me
..	Terrorismo	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0
880	Detenção de armas proibidas	46,7	46,4	38,6	45,0	38,1	53,5	44,7	45,7
65	Tráfico de armas	40,0	37,5	42,9	26,7	66,7	28,6	40,4	38,8
116	Auxílio à imigração ilegal	22,2	20,8	16,7	16,7	27,8	0,0	17,4	18,8
175	Casamento de conveniência	5,3	0,0	3,6	10,5	7,4	0,0	4,5	4,4
4374	Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	58,7	55,8	60,1	65,4	70,5	68,0	63,1	62,8
15	Outros crimes respeitantes a estupefacientes	0,0	0,0	-	-	100,0	57,1	39,3	28,6
919	Cheques sem provisão	49,3	49,1	46,1	45,0	44,4	55,0	48,2	47,6

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pelo DIAP de Lisboa (2017).

Nota: - Ausência de processos findos no contexto do crime/categoria indicado.

**APÊNDICE 10 - PROCESSOS-CRIME NA FASE DE JULGAMENTO FINDOS NOS
TRIBUNAIS JUDICIAIS DE 1.^a INSTÂNCIA - DADOS**

10.1 - NÚMERO DE PROCESSOS- CRIMINALIDADE VIOLENTA

Tabela A9: Processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância- criminalidade violenta) (Fi, M e Me) (2011 a 2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011- 2016	M	Me
Homicídio simples/qualificado	133	128	145	116	100	98	720	120,0	122,0
Tentativa de homicídio	203	226	208	168	184	172	1161	193,5	193,5
Outros crimes contra a vida	13	6	11	8	10	13	61	10,2	10,5
Contra a vida intrauterina	3	5	3	..	4	4	19	3,8	4,0
Ofensa à integridade física grave, agravada e qualificada	426	469	415	314	344	382	2350	391,7	398,5
Violência doméstica contra cônjuges ou análogos⁴¹⁴	2562	2497	2663	2252	2585	2832	15391	2565,2	2573,5
Violência doméstica contra menores	80	62	67	61	67	75	412	68,7	67,0
Outros violência doméstica	599	649	609	549	644	739	3789	631,5	626,5
Maus tratos menor/pessoa indefesa	316	209	194	106	111	102	1038	173,0	152,5
Maus tratos cônjuge/análogo	106	58	16	7	4	4	195	32,5	11,5
Infração de regras de segurança	14	8	14	16	16	16	84	14,0	15,0
Violação regras de segurança	..	4	7	3	3	4	21	4,2	4,0
Sequestro/rapto/tomada reféns	147	155	160	105	119	124	810	135,0	135,5
Tráfico de pessoas	..	3	6	4	3	5	21	4,2	4,0
Violação simples e agravada	117	124	98	108	129	141	717	119,5	120,5
Coação, abuso e fraude sexual	53	63	64	75	68	72	395	65,8	66,0
Tráfico de pessoas e lenocínio	66	48	48	24	41	37	264	44,0	44,5
Lenocínio e tráfico de menores	..	4	5	..	6	4	19	4,8	4,5
Abuso sexual de crianças e menores dependentes	298	348	349	275	360	344	1974	329,0	346,0
Pornografia de menores	8	19	34	27	57	59	204	34,0	30,5
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	60	60	62	50	52	56	340	56,7	58,0
Roubo ou violência depois da subtração	2800	2898	2543	1763	1926	1856	13786	2297,7	2234,5
Dano com violência	38	39	37	29	24	29	196	32,7	33,0
Outros de perigo comum	41	42	35	26	21	21	186	31,0	30,5
Condução perigosa de veículo rodoviário	656	667	533	365	373	386	2980	496,7	459,5
Outros crimes contra a segurança das comunicações	96	74	66	54	68	64	422	70,3	67,0
Exploração menor mendicância	3	..	3	6	4	..	16	4,0	3,5
Associação criminosa	16	16	18	13	12	13	88	14,7	14,5
Outros contra a paz pública	15	19	18	13	18	18	101	16,8	18,0

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ.

Notas (DGPJ): .. Resultado nulo/ protegido pelo segredo estatístico. A contabilização dos processos tem em conta o crime mais grave no processo. Não são contabilizados processos transitados, remetidos a outra entidade, apensados e incorporados ou integrados.

⁴¹⁴ Os cálculos para a violência doméstica tiveram em conta as três subcategorias de violência doméstica e também a categoria “Maus tratos cônjuge/análogo”.

Tabela A9: Processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância relativos a criminalidade violenta (Fi, M e Me) (anos 2011 a 2016) (cont.)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011- 2016	M	Me
Resistência e coação sobre funcionário	1064	1234	1167	727	784	742	5718	953,0	924,0
Evasão de presos	18	29	36	20	18	20	141	23,5	20,0
Outros crimes contra a autoridade pública	773	918	888	550	659	642	4430	738,3	716,0
Tráfico e atividades ilícitas, simples ou agravado (inclui precursão)	1478	1576	1538	1342	1426	1291	8651	1441,8	1452,0
Tráfico de quantidades diminutas, de menor gravidade ou tráfico-consumo	979	946	970	697	804	880	5276	879,3	913,0
Organizações terroristas e terrorismo nacional	-	-	0	-	-
Auxílio à imigração ilegal	18	12	19	11	15	8	83	13,8	13,5
Associação de auxílio à imigração ilegal	..	5	4	..	6	..	15	5,0	5,0
Detenção ilegal arma defesa	227	158	144	61	65	44	699	116,5	104,5
Crimes relativos a armas	2294	2405	2075	1528	1732	1607	11641	1940,2	1903,5
Total	15720	16183	15272	11473	12862	12904	84414	14069,0	14088,0

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ.

Notas (DGPJ): .. Resultado nulo/ protegido pelo segredo estatístico. A contabilização dos processos tem em conta o crime mais grave no processo. Não são contabilizados processos transitados, remetidos a outra entidade, apensados e incorporados ou integrados.

10.2 - ARGUIDOS NOS PROCESSOS-CRIME

Tabela A10: Arguidos nos processos-crime findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância (Fi, M e Me) (2011-2016)

<i>Extinção do Procedimento Criminal</i>	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011-2016	M	Me
Condenação	77659	79364	71132	52817	58.859	55.658	39.5489	65.915	64.996
Acusado	-	-	-	-	-	22	22	-	-
Arquivado	1743	2196	2894	1932	2.060	1.971	12796	2133	2016
Não pronunciado ⁴¹⁵	4	0	13	17	-	-
Absolvição/carência de prova	22488	22215	20882	15948	18.028	17.330	116891	19482	19455
Desistência da queixa	17400	16137	13688	9789	10.980	10.416	78410	13068	12334
Amnistia	25	15	24	27	4	5	100	17	20
Inimputabilidade	46	37	47	42	23	19	214	36	40
Prescrição	940	805	2651	1273	1.655	1.369	8693	1449	1321
Rejeição	447	347	305	183	246	271	1799	300	288
Outro motivo	2798	3008	2720	1516	1.511	1.736	13289	2215	2228
Despenalização	212	102	151	74	37	47	623	104	88
N.E.	458	736	982	795	164	502	3637	606	619
Total	124.222	124.963	115.478	84.397	93.610	89.359	63.2029	105.338	104.544

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ.

Notas (DGPJ): .. Resultado nulo/ protegido pelo segredo estatístico. A contabilização dos arguidos tem em conta o crime mais grave pelo qual foram acusados. Não são contabilizados processos transitados, remetidos a outra entidade, apensados e incorporados ou integrados.

⁴¹⁵ Nos dados relativos a 2015 e 2016 constava “Pronunciado”, no entanto julga-se que será um lapso e que será “Não pronunciado”, tal como constava para 2011 a 2014.

Tabela A11: Arguidos nos processos-crime findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância, segundo alguns crimes enquadráveis na criminalidade violenta (Fi) (2011-2016)

	2011			2012			2013			2014			2015			2016		
	C	A	Total	C	A	Total	C	A	Total	C	A	Total	C	A	Total	C	A	Total
Homicídio simples/qualificado	134	34	177	131	41	177	119	39	165	112	29	149	97	49	153	85	34	122
Tentativa de homicídio	160	69	240	172	98	280	153	98	263	119	81	207	112	103	227	117	89	214
Ofensa à integridade física grave, agravada e qualificada	259	172	497	309	204	577	259	156	501	216	109	380	224	130	409	249	162	457
Violência doméstica contra cônjuges ou análogos⁴¹⁶	1283	1271	2701	1314	1167	2609	1392	1246	2782	1234	991	2332	1386	1204	2695	1482	1314	2954
Violência doméstica contra menores	44	44	91	37	23	66	43	29	74	33	38	71	37	34	74	44	39	84
Outros violência doméstica	308	303	664	318	332	704	332	277	649	329	231	588	363	282	684	390	365	788
Maus tratos menor/pessoa indefesa	176	155	351	98	141	244	116	100	223	50	74	131	60	76	143	54	69	129
Maus tratos cônjuge/análogo	57	58	126	35	26	76	8	12	25	3	5	8	3	4	8	..	5	8
Sequestro/rapto/tomada reféns	138	130	286	150	138	303	169	147	328	111	77	195	124	108	249	101	124	229
Violação simples e agravada	84	33	128	81	45	134	75	34	124	69	40	124	91	42	145	98	49	151
Abuso sexual de crianças e menores dependentes	211	106	334	261	107	382	268	99	383	214	79	301	306	92	409	262	110	381
Roubo ou violência depois da subtração	3116	1339	4589	3382	1344	4858	2839	1304	4272	1952	824	2864	2174	1002	3255	2206	957	3292
Resistência e coação sobre funcionário	896	348	1297	1010	443	1517	977	380	1399	589	279	901	658	277	971	580	277	897
Tráfico e atividades ilícitas, simples ou agravado (inclui precursão)	2061	745	2873	2398	889	3394	1969	822	2885	1805	690	2569	1943	749	2780	1723	693	2498
Detenção ilegal arma defesa	221	58	304	152	40	207	124	35	182	52	16	76	62	10	86	39	11	59
Crimes relativos a armas	2118	558	2813	2185	627	2917	1942	464	2517	1427	376	1862	1565	398	2022	1514	361	1934
Total	11266	5423	17471	12033	5665	18445	10785	5242	16772	8315	3939	12758	9205	4560	14310	8944	4659	14197

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ.

Nota (DGPJ): A contabilização dos arguidos tem em conta o crime mais grave pelo qual foram acusados. Não são contabilizados processos transitados, remetidos a outra entidade, apensados e incorporados ou integrados. C= Condenação; A= Absolvição.

⁴¹⁶ Os cálculos para a violência doméstica tiveram em conta as três subcategorias de violência doméstica e também a categoria “Maus tratos cônjuge/análogo”.

10.3 - CONDENADOS EM PROCESSOS-CRIME

Tabela A12: Condenados em processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância, por decisão condenatória (Fi e %) (2011-2016)

Decisão final condenatória	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011-2016	%
Multa	50561	50006	44458	31998	36191	34572	247786	60,1
Prisão suspensa com regime de prova	6181	7198	7154	5705	7241	7399	40878	9,9
Prisão efetiva	6574	7146	6040	4884	5026	4534	34204	8,3
Prisão suspensa simples	6187	6357	5720	4289	4506	4131	31190	7,6
Prisão substituída por multa	2623	2649	2649	1936	1933	1863	13653	3,3
Prisão suspensa com sujeição a deveres	2407	2489	2169	1975	2046	1908	12994	3,2
Prisão substituída por prestação de trabalho a favor da comunidade	1722	2025	2100	1667	1697	1629	10840	2,6
Multa substituída por trabalho	720	975	739	453	520	495	3902	0,9
Prisão por dias livres	532	576	539	428	584	504	3163	0,8
Admoestação	929	754	448	297	275	284	2987	0,7
Dispensa de pena	507	646	616	413	357	241	2780	0,7
Prisão suspensa com regras de conduta	393	371	400	317	433	423	2337	0,6
Outras penas ou medidas, penas ignoradas ou n.e.	146	159	120	72	67	63	627	0,2
Prisão em regime de permanência na habitação com vigilância eletrônica	83	113	86	98	100	96	576	0,1
Prisão subsidiária suspensa	70	104	104	95	51	75	499	0,1
Medidas de segurança de internamento	57	81	68	66	69	59	400	0,1
Multa ou prisão substituída por prestação de trabalho	70	76	47	36	28	26	283	0,1
Medida segurança de suspensão da execução do internamento com sujeição regras de conduta	34	47	43	40	46	53	263	0,1
Medida segurança suspensa com regras de conduta	8	9	12	4	17	7	57	0,0
Medida segurança de internamento de imputáveis portadores de anomalia psíquica	6	9	13	5	9	11	53	0,0
Multa substituída por caução de boa conduta	6	6	7	6	4	9	38	0,0
Admoestação (6.º a 10.º DL 401/82)	14	4	4	..	4	..	26	0,0
Pena relativamente indeterminada	6	5	10	..	3	..	24	0,0
Semidetenção	8	6	7	3	24	0,0
Imposição obrigações (6.º a 10.º DL 401/82)	13	4	3	3	23	0,0
Multa (art.º 6º a 10º DL 401/82)	..	4	8	11	23	0,0
Medidas especiais art.º 6.º a 10.º DL 401/82 - imposição de obrigações	3	11	14	0,0
Imposição obrigações (5.º DL 401/82)	3	..	9	12	0,0
Medidas especiais art.º 6.º a 10.º DL 401/82 - multa	5	4	9	0,0

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ.

Notas (DGPJ): .. Resultado nulo/ protegido pelo segredo estatístico. A contabilização dos condenados tem em conta o crime mais grave pelo qual foram condenados. Não são contabilizados processos transitados, remetidos a outra entidade, apensados e incorporados ou integrados.

Tabela A12: Condenados em processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância, por decisão condenatória (Fi; %) (2011-2016) (cont.)

Decisão final condenatória	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011-2016	%
Dissolução de pessoa coletiva	3	3	6	0,0
Prisão substituída por pena de proibição do exercício de profissão, função ou atividade	6	6	0,0
Medidas especiais art.º 5.º DL 4-1/82 - imposição obrigações ou deveres	6	..	6	0,0
Prisão subsidiária	4	..	4	0,0
Medida segurança de substituição do internamento por liberdade para prova	..	4	4	0,0
Interdição de atividade de pessoa coletiva	3	3	0,0
Medida segurança de cassação do título de condução e interdição da concessão de novo título	0,0
Medidas especiais art.º 5.º DL 4-1/82 - internamento em estabelecimento de reeducação	0,0
Admoestação (art.º 5.º DL4-1/82)	0,0
Prisão substituída por pena de proibição do exercício de profissão, função ou atividade	0,0
Multa substituída por vigilância judiciária	0,0
Medidas especiais para jovens previstas no art.º 6.º a 1.º do DL 4-1/82 de 23 de Setembro (N.E.)	0,0
Cessação da licença de condução de veículos motorizados	0,0
Medidas especiais art.º 5.º DL 4-1/82 - acompanhamento educativo	0,0
Medidas especiais art.º 5.º DL 4-1/82 - colocação em instituto médico-psicológico	0,0
Medidas especiais art.º 6.º a 1.º DL 4-1/82 - internamento em centro de detenção	0,0
N.E.	589	515	519	341	343	322	2629	0,6
Total de decisões condenatórias	80449	82338	74098	55145	61568	58725	412323	100

Fonte: Cálculos da responsabilidade da presente investigação, com base nos dados disponibilizados pela DGPJ.

Notas (DGPJ): .. Resultado nulo/ protegido pelo segredo estatístico. A contabilização dos condenados tem em conta o crime mais grave pelo qual foram condenados. Não são contabilizados processos transitados, remetidos a outra entidade, apensados e incorporados ou integrados.

ANEXOS

**ANEXO I - ESTATUTO DA VÍTIMA E ESTATUTO DA VÍTIMA ESPECIALMENTE
VULNERÁVEL**

ESTATUTO DA VÍTIMA E ESTATUTO DA VÍTIMA ESPECIALMENTE VULNERÁVEL⁴¹⁷**CAPÍTULO I****Disposições gerais****Artigo 1.º****Objeto**

O Estatuto da Vítima (doravante, Estatuto) contém um conjunto de medidas que visam assegurar a proteção e a promoção dos direitos das vítimas da criminalidade, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho, de 15 de março de 2001.

Artigo 2.º**Articulação com outros diplomas legais**

1 - O presente Estatuto não prejudica os direitos e deveres processuais da vítima consagrados no Código de Processo Penal, nem o regime de proteção de testemunhas consagrado na Lei n.º 93/99, de 14 de julho, alterada pelas Leis n.os 29/2008, de 4 de julho, e 42/2010, de 3 de setembro.

2 - O presente Estatuto não prejudica também os regimes especiais de proteção de vítimas de determinados crimes.

CAPÍTULO II**Princípios****Artigo 3.º****Princípio da igualdade**

Toda a vítima, independentemente da ascendência, nacionalidade, condição social, sexo, etnia, raça, língua, idade, religião, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, orientação sexual, cultura e nível educacional, goza dos direitos fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana, sendo-lhe assegurada a igualdade de oportunidades para viver sem violência e preservar a sua saúde física e psíquica.

Artigo 4.º**Princípio do respeito e reconhecimento**

À vítima é assegurado, em todas as fases e instâncias de intervenção, tratamento com respeito pela sua dignidade pessoal.

Artigo 5.º**Princípio da autonomia da vontade**

A intervenção junto da vítima está limitada ao respeito integral da sua vontade, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis no âmbito da legislação penal e processual penal.

Artigo 6.º**Princípio da confidencialidade**

Sem prejuízo do disposto no Código de Processo Penal, os serviços de apoio técnico à vítima asseguram o adequado respeito pela sua vida privada, garantindo o sigilo das informações que esta prestar.

Artigo 7.º

⁴¹⁷ Fonte: Anexo da Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, que procede à vigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima. Extraído da página de internet da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL)- Legislação.

Princípio do consentimento

- 1 - Sem prejuízo do disposto no Código de Processo Penal, qualquer intervenção de apoio à vítima deve ser efetuada após esta prestar o seu consentimento livre e esclarecido.
- 2 - A vítima pode, em qualquer momento, revogar livremente o seu consentimento.
- 3 - Fora do âmbito do processo penal, qualquer intervenção de apoio a vítima que careça de capacidade para prestar o seu consentimento apenas pode ser efetuada em seu benefício direto.
- 4 - Sempre que, nos termos da lei, um indivíduo maior careça, em virtude de limitação ou alteração das funções físicas ou mentais, de doença ou outro motivo similar, de capacidade para consentir numa intervenção, esta não pode ser efetuada sem que nos termos da lei seja providenciada a devida autorização ou assistência, ou na sua ausência ou, se este for o agente do crime, de uma pessoa designada nos termos da lei.
- 5 - A vítima deve, na medida do possível, participar no processo de autorização.
- 6 - Caso a vítima seja uma criança e exista um conflito de interesses entre esta e os titulares das responsabilidades parentais, que os impeça de a representarem, ou caso a criança vítima não esteja acompanhada da sua família ou se encontre dela separada, deve ser nomeado um representante à criança vítima, nos termos da lei.
- 7 - O disposto no presente artigo não prejudica os procedimentos de urgência previstos nos artigos 91.º e 92.º da Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto.

Artigo 8.º

Princípio da informação

O Estado assegura à vítima a prestação de informação adequada à tutela dos seus direitos, designadamente nos termos previstos nos artigos 11.º e 12.º

Artigo 9.º

Princípio do acesso equitativo aos cuidados de saúde

O Estado, tendo em conta as necessidades de saúde, assegura as medidas adequadas com vista a garantir o acesso equitativo da vítima aos cuidados de saúde de qualidade apropriada.

Artigo 10.º

Obrigações profissionais e regras de conduta

Qualquer intervenção de apoio técnico à vítima deve ser efetuada na observância das normas e obrigações profissionais, bem como das regras de conduta aplicáveis ao caso concreto.

CAPÍTULO III

Direitos das vítimas de criminalidade

Artigo 11.º

Direito à informação

- 1 - É garantida à vítima, desde o seu primeiro contacto com as autoridades e funcionários competentes, inclusivamente no momento anterior à apresentação da denúncia, e sem atrasos injustificados, o acesso às seguintes informações:
 - a) O tipo de serviços ou de organizações a que pode dirigir-se para obter apoio;
 - b) O tipo de apoio que pode receber;
 - c) Onde e como pode apresentar denúncia;
 - d) Quais os procedimentos subsequentes à denúncia e qual o seu papel no âmbito dos mesmos;
 - e) Como e em que termos pode receber proteção;
 - f) Em que medida e em que condições tem acesso a:
 - i) Consulta jurídica;

- ii) Apoio judiciário; ou
 - iii) Outras formas de aconselhamento;
 - g) Quais os requisitos que regem o seu direito a indemnização;
 - h) Em que condições tem direito a interpretação e tradução;
 - i) Quais os procedimentos para apresentar uma denúncia, caso os seus direitos não sejam respeitados pelas autoridades competentes que operam no contexto do processo penal;
 - j) Quais os mecanismos especiais que pode utilizar em Portugal para defender os seus interesses, sendo residente em outro Estado;
 - k) Como e em que condições podem ser reembolsadas as despesas que suportou devido à sua participação no processo penal;
 - l) Em que condições tem direito à notificação das decisões proferidas no processo penal.
- 2 - A extensão e o grau de detalhe das informações a que se refere o número anterior podem variar consoante as necessidades específicas e as circunstâncias pessoais da vítima, bem como a natureza do crime.
- 3 - No momento em que apresenta a denúncia, é assegurado à vítima o direito a assistência gratuita e à tradução da confirmação escrita da denúncia, numa língua que compreenda, sempre que não entenda português.
- 4 - Podem ser fornecidas, em fases posteriores do processo, informações complementares das prestadas nos termos do n.º 2, em função das necessidades da vítima e da relevância dessas informações em cada fase do processo.
- 5 - A vítima tem direito a consultar o processo e a obter cópias das peças processuais nas mesmas condições em que tal é permitido ao ofendido nos termos previstos no Código de Processo Penal.
- 6 - Sempre que a vítima o solicite junto da entidade competente para o efeito, e sem prejuízo do regime do segredo de justiça, deve ainda ser-lhe assegurada informação, sem atrasos injustificados, sobre:
- a) O seguimento dado à denúncia, incluindo:
 - i) A decisão de arquivamento ou de não pronúncia, bem como a decisão de suspender provisoriamente o processo;
 - ii) A decisão de acusação ou de pronúncia;
 - b) Os elementos pertinentes que lhe permitam, após a acusação ou a decisão instrutória, ser inteirada do estado do processo, incluindo o local e a data da realização da audiência de julgamento, e da situação processual do arguido, por factos que lhe digam respeito, salvo em casos excecionais que possam prejudicar o bom andamento dos autos;
 - c) A sentença do tribunal.
- 7 - Para os efeitos previstos no número anterior, a vítima pode de imediato declarar, aquando da prestação da informação aludida na alínea l) do n.º 1, que deseja ser oportunamente notificada de todas as decisões proferidas no processo penal.
- 8 - As informações prestadas nos termos das alíneas a) e c) do número anterior devem incluir a fundamentação da decisão em causa ou um resumo dessa fundamentação.
- 9 - Devem ser promovidos os mecanismos adequados para fornecer à vítima, em especial nos casos de reconhecida perigosidade do arguido, de informações sobre as principais decisões judiciais que afetem o estatuto deste, em particular a aplicação de medidas de coação.
- 10 - Deve ser dado conhecimento à vítima, sem atrasos injustificados, da libertação ou evasão da pessoa detida, acusada, pronunciada ou condenada.
- 11 - Deve ser assegurado à vítima o direito de optar por não receber as informações referidas nos números anteriores, salvo quando a comunicação das mesmas for obrigatória nos termos das normas do processo penal aplicável.

Artigo 12.º

Garantias de comunicação

1 - Devem ser tomadas as medidas necessárias para garantir que as vítimas compreendam e sejam compreendidas, desde o primeiro contacto e durante todos os outros contactos com as autoridades competentes no âmbito do processo penal.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a comunicação com a vítima deve ser efetuada numa linguagem simples e acessível, atendendo às características pessoais da vítima, designadamente a sua maturidade e alfabetismo, bem como qualquer limitação ou alteração das funções físicas ou mentais que possa afetar a sua capacidade de compreender ou ser compreendida.

3 - Salvo se tal for contrário aos interesses da vítima ou prejudicar o bom andamento do processo, a vítima pode fazer-se acompanhar de uma pessoa da sua escolha no primeiro contacto com as autoridades competentes, caso devido ao impacto do crime a vítima solicite assistência para compreender ou ser compreendida.

4 - Nas situações referidas no número anterior, são aplicáveis as disposições legais em vigor relativas à nomeação de intérprete.

Artigo 13.º

Assistência específica à vítima

O Estado assegura, gratuitamente nos casos estabelecidos na Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, alterada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto, que a vítima tenha acesso a consulta jurídica e, se necessário, o subsequente apoio judiciário.

Artigo 14.º

Despesas da vítima resultantes da sua participação no processo penal

À vítima que intervenha no processo penal, deve ser proporcionada a possibilidade de ser reembolsada das despesas efetuadas em resultado dessa intervenção, nos termos estabelecidos na lei, em função da posição processual que ocupe no caso concreto.

Artigo 15.º

Direito à protecção

1 - É assegurado um nível adequado de proteção à vítima e, sendo caso disso, aos seus familiares elencados na alínea c) do n.º 1 do artigo 67.º-A do Código de Processo Penal, nomeadamente no que respeita à segurança e salvaguarda da vida privada, sempre que as autoridades competentes considerem que existe uma ameaça séria de represálias e de situações de revitimização ou fortes indícios de que essa privacidade possa ser perturbada.

2 - O contacto entre vítimas e os seus familiares e os suspeitos ou arguidos em todos os locais que impliquem a presença de uns e de outros no âmbito da realização de diligências processuais, nomeadamente nos edifícios dos tribunais, deve ser evitado, sem prejuízo da aplicação das regras estabelecidas no Código de Processo Penal.

3 - O juiz ou, durante a fase de inquérito, o Ministério Público podem determinar, sempre que tal se mostre imprescindível à proteção da vítima e obtido o seu consentimento, que lhe seja assegurado apoio psicossocial.

4 - O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação do regime especial de proteção de testemunhas, nomeadamente no que se refere à proteção dos familiares da vítima.

Artigo 16.º

Direito a uma decisão relativa a indemnização e a restituição de bens

1 - À vítima é reconhecido, no âmbito do processo penal, o direito a obter uma decisão relativa a indemnização por parte do agente do crime, dentro de um prazo razoável.

2 - Há sempre lugar à aplicação do disposto no artigo 82.º-A do Código de Processo Penal em relação

a vítimas especialmente vulneráveis, exceto nos casos em que a vítima a tal expressamente se opuser.

3 - Os bens pertencentes à vítima que sejam apreendidos em processo penal devem ser de imediato examinados e restituídos, salvo quando assumam relevância probatória ou sejam suscetíveis de ser declarados perdidos a favor do Estado.

Artigo 17.º

Condições de prevenção da vitimização secundária

1 - A vítima tem direito a ser ouvida em ambiente informal e reservado, devendo ser criadas as adequadas condições para prevenir a vitimização secundária e para evitar que sofra pressões.

2 - A inquirição da vítima e a sua eventual submissão a exame médico devem ter lugar, sem atrasos injustificados, após a aquisição da notícia do crime, apenas quando sejam estritamente necessárias às finalidades do inquérito e do processo penal e deve ser evitada a sua repetição.

Artigo 18.º

Gabinetes de atendimento e informação à vítima nos órgãos de polícia criminal

1 - Cada força e serviço de segurança constituem a sua rede de gabinetes de atendimento, dotados de condições adequadas, nomeadamente de privacidade, ao atendimento de vítimas.

2 - O atendimento deve ser realizado nas condições previstas no n.º 1 do artigo anterior e de forma a serem transmitidas à vítima, de forma adequada e completa, as informações previstas na lei.

3 - O disposto nos números anteriores deve igualmente ser concretizado, sempre que possível, nas instalações dos departamentos de investigação e ação penal.

Artigo 19.º

Vítimas residentes noutro Estado membro

1 - É assegurada aos cidadãos residentes em Portugal, vítimas de crimes praticados noutros Estados membros, a possibilidade de apresentar denúncia junto das autoridades nacionais, sempre que não tenham tido a possibilidade de o fazer no Estado membro onde foi cometido o crime, caso em que as autoridades nacionais devem transmiti-la prontamente às autoridades competentes do território onde foi cometido o crime, nos termos da legislação aplicável.

2 - A transmissão da denúncia é de imediato comunicada à vítima que a tenha apresentado.

3 - Aos cidadãos residentes noutros Estados membros, vítimas de crimes praticados em Portugal, é assegurada:

a) A recolha de depoimento imediatamente após a apresentação da denúncia do crime à autoridade competente;

b) A aplicação, na medida do possível, das disposições relativas à audição por videoconferência e teleconferência, para efeitos da prestação de depoimento.

CAPÍTULO IV

Estatuto de vítima especialmente vulnerável

Artigo 20.º

Atribuição do estatuto de vítima especialmente vulnerável

1 - Apresentada a denúncia de um crime, não existindo fortes indícios de que a mesma é infundada, as autoridades judiciais ou os órgãos de polícia criminal competentes podem, após avaliação individual da vítima, atribuir-lhe o estatuto de vítima especialmente vulnerável.

2 - No mesmo ato é entregue à vítima documento comprovativo do referido estatuto, compreendendo os seus direitos e deveres.

Artigo 21.º

Direitos das vítimas especialmente vulneráveis

- 1 - Deve ser feita uma avaliação individual das vítimas especialmente vulneráveis, a fim de determinar se devem beneficiar de medidas especiais de proteção.
- 2 - As medidas especiais de proteção referidas no número anterior são as seguintes:
- a) As inquirições da vítima devem ser realizadas pela mesma pessoa, se a vítima assim o desejar, e desde que a tramitação do processo penal não seja prejudicada;
 - b) A inquirição das vítimas de violência sexual, violência baseada no género ou violência em relações de intimidade, salvo se for efetuada por magistrado do Ministério Público ou por juiz, deve ser realizada por uma pessoa do mesmo sexo que a vítima, se esta assim o desejar e desde que a tramitação do processo penal não seja prejudicada;
 - c) Medidas para evitar o contacto visual entre as vítimas e os arguidos, nomeadamente durante a prestação de depoimento, através do recurso a meios tecnológicos adequados;
 - d) Prestação de declarações para memória futura, nos termos previstos no artigo 24.º;
 - e) Exclusão da publicidade das audiências, nos termos do artigo 87.º do Código de Processo Penal.

Artigo 22.º

Direitos das crianças vítimas

- 1 - Todas as crianças vítimas têm o direito de ser ouvidas no processo penal, devendo para o efeito ser tomadas em consideração a sua idade e maturidade.
- 2 - Em caso de inexistência de conflito de interesses, a criança pode ser acompanhada pelos seus pais, pelo representante legal ou por quem tenha a guarda de facto durante a prestação de depoimento.
- 3 - É obrigatória a nomeação de patrono à criança quando os seus interesses e os dos seus pais, representante legal ou de quem tenha a guarda de facto sejam conflitantes e ainda quando a criança com a maturidade adequada o solicitar ao tribunal.
- 4 - A nomeação do patrono é efetuada nos termos da lei do apoio judiciário.
- 5 - Não devem ser divulgadas ao público informações que possam levar à identificação de uma criança vítima, sob pena de os seus agentes incorrerem na prática de crime de desobediência.
- 6 - Caso a idade da vítima seja incerta e existam motivos para crer que se trata de uma criança, presume-se, para efeitos de aplicação do regime aqui previsto, que a vítima é uma criança.

Artigo 23.º

Recurso à videoconferência ou à teleconferência

- 1 - Os depoimentos e declarações das vítimas especialmente vulneráveis, quando impliquem a presença do arguido, são prestados através de videoconferência ou de teleconferência, por determinação do Ministério Público, oficiosamente ou a requerimento da vítima, durante a fase de inquérito, e por determinação do tribunal, oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público ou da vítima, durante as fases de instrução ou de julgamento, se tal se revelar necessário para garantir a prestação de declarações ou de depoimento sem constrangimentos.
- 2 - A vítima é acompanhada, na prestação das declarações ou do depoimento, por técnico especialmente habilitado para o seu acompanhamento previamente designado pelo Ministério Público ou pelo tribunal.

Artigo 24.º

Declarações para memória futura

- 1 - O juiz, a requerimento da vítima especialmente vulnerável ou do Ministério Público, pode proceder à inquirição daquela no decurso do inquérito, a fim de que o depoimento possa, se necessário, ser tomado em conta no julgamento, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 271.º

do Código de Processo Penal.

2 - O Ministério Público, o arguido, o defensor e os advogados constituídos no processo são notificados da hora e do local da prestação do depoimento para que possam estar presentes, sendo obrigatória a comparência do Ministério Público e do defensor.

3 - A tomada de declarações é realizada em ambiente informal e reservado, com vista a garantir, nomeadamente, a espontaneidade e a sinceridade das respostas.

4 - A tomada de declarações é efetuada, em regra, através de registo áudio ou audiovisual, só podendo ser utilizados outros meios, designadamente estenográficos ou estenotípicos, ou qualquer outro meio técnico idóneo a assegurar a reprodução integral daquelas, ou a documentação através de auto, quando aqueles meios não estiverem disponíveis, o que deverá ficar a constar do auto.

5 - A inquirição é feita pelo juiz, podendo em seguida o Ministério Público, os advogados constituídos e o defensor, por esta ordem, formular perguntas adicionais, devendo a vítima ser assistida no decurso do ato processual por um técnico especialmente habilitado para o seu acompanhamento, previamente designado pelo tribunal.

6 - Nos casos previstos neste artigo só deverá ser prestado depoimento em audiência de julgamento se tal for indispensável à descoberta da verdade e não puser em causa a saúde física ou psíquica de pessoa que o deva prestar.

Artigo 25.º

Acesso a estruturas de acolhimento

As vítimas especialmente vulneráveis podem, se no quadro da avaliação individual tal for considerado necessário, ser temporariamente alojadas em estruturas de acolhimento apoiadas pelo Estado.

Artigo 26.º

Assistência médica e medicamentosa

1 - As vítimas especialmente vulneráveis podem ser assistidas pelos serviços de saúde integrados no Serviço Nacional de Saúde situados na área da estrutura de acolhimento onde forem inseridas, em alternativa aos serviços de saúde da sua residência.

2 - As vítimas especialmente vulneráveis estão isentas do pagamento das taxas moderadoras no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, nos termos a regulamentar por portaria do membro do Governo responsável pela área da saúde.

Artigo 27.º

Comunicação social

1 - Os órgãos de comunicação social, sempre que divulguem situações relativas à prática de crimes, quando as vítimas sejam crianças ou jovens ou outras pessoas especialmente vulneráveis, não podem identificar, nem transmitir elementos, sons ou imagens que permitam a sua identificação, sob pena de os seus agentes incorrerem na prática de crime de desobediência.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, os órgãos de comunicação social podem relatar o conteúdo dos atos públicos do processo penal relativo ao crime em causa.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 28.º

Formação dos profissionais

1 - As autoridades policiais e os funcionários judiciais suscetíveis de entrar em contacto com vítimas recebem formação geral e especializada de nível adequado a esse contacto, a fim de aumentar a sua sensibilização em relação às necessidades das vítimas e de lhes permitir tratá-las de forma não discriminatória e com respeito e profissionalismo.

2 - As atividades do Centro de Estudos Judiciários contemplam conteúdos sobre vitimação, a fim de aumentar a sensibilização dos magistrados judiciais e do Ministério Público em relação às necessidades das vítimas.

Artigo 29.º

Financiamento

1 - Em matéria de investimento para a disponibilização de respostas no domínio do apoio à vítima, o apoio público da administração central rege-se pelo regime de cooperação, nos termos da lei em vigor.

2 - O apoio financeiro referido no número anterior pode ser assegurado por verbas oriundas dos fundos comunitários, nos termos dos regulamentos aplicáveis.

**ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DO CRIME PARA FINS ESTATÍSTICOS
(ICCS)**

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DO CRIME PARA FINS ESTATÍSTICOS (ICCS) (VERSÃO EM PORTUGUÊS)⁴¹⁸

Categoria 01	Atos que resultam em morte ou destinados a causar a morte
0101	Homicídio voluntário
0102	Tentativa de homicídio voluntário
0103	Homicídio involuntário
01031	Homicídio privilegiado não negligente
01032	Homicídio privilegiado negligente
010321	Homicídio veicular
010322	Homicídio não veicular
0104	Incitamento ou ajuda ao suicídio.
01041	Ajuda ao suicídio
01049	Outros atos de incitamento ou ajuda ao suicídio
0105	Eutanásia
0106	Feticídio ilegal
0107	Homicídio ilícito associado a conflito armado
0109	Outros atos que resultam em morte ou destinados a causar a morte
Categoria 02	Atos que causam danos ou destinados a causar danos à pessoa
0201	Agressões e ameaças
02011	Agressão
020111	Agressão grave
020112	Agressão menor
02012	Ameaça
020121	Ameaça grave
020122	Ameaça menor
02019	Outros tipos de agressões e ameaças
0202	Atos contra a liberdade
02021	Rapto de menor
020211	Rapto parental
020212	Rapto por outro membro da família
020213	Rapto por tutor legal
020219	Outros tipos de rapto de menor
02022	Privação da liberdade
020221	Rapto
020222	Detenção ilegal
020223	Sequestro
020229	Outros tipos de privação da liberdade
02029	Outros atos contra a liberdade
020291	Adoção ilegal
020292	Casamento forçado
020299	Outros atos contra a liberdade
0203	Escravidão e exploração
02031	Escravidão
02032	Trabalho forçado
020321	Trabalho forçado para serviços domésticos
020322	Trabalho forçado para serviços industriais
020323	Trabalho forçado para o Estado ou para as forças armadas

⁴¹⁸ Extraído de União Europeia (2017).

020329	Outros tipos de trabalho forçado
02039	Outros atos de escravatura e exploração
0204	Tráfico de seres humanos (TSH)
02041	TSH para exploração sexual
02042	TSH para trabalho ou serviços forçados
02043	TSH para extração de órgãos
02049	TSH para outros efeitos
0205	Coação
02051	Extorsão ou chantagem
02059	Outros atos de coação
0206	Negligência
02061	Negligência em situações com pessoas sob assistência
020611	Negligência em situações com crianças sob assistência
020612	Negligência em situações com outras pessoas dependentes sob assistência
020619	Outros tipos de negligência em situações com pessoas sob assistência
02062	Negligência profissional
02063	Negligência relacionada com a condução de veículo
02069	Outros atos de negligência
0207	Atos perigosos
02071	Atos que põem em risco a saúde
02072	Operar um veículo sob o efeito de substâncias psicoativas
020721	Operar um veículo sob o efeito de álcool
020722	Operar um veículo sob o efeito de drogas ilícitas
020729	Operar um veículo sob o efeito de outras substâncias psicoativas
02079	Outros atos perigosos
0208	Atos destinados a induzir medo ou sofrimento emocional
02081	Assédio
020811	Assédio no local de trabalho
020819	Outros tipos de assédio
02082	Perseguição
02089	Outros atos destinados a induzir medo ou sofrimento emocional
0209	Difamação ou injúria
02091	Difamação ou injúria devido a características da vítima ou qualidades atribuídas à mesma
02092	Difamação ou injúria devido a crenças ou valores atribuídos à vítima
02099	Outros tipos de difamação ou injúria
0210	Discriminação
02101	Discriminação pessoal
02102	Discriminação de grupo
02109	Outros tipos de discriminação
0211	Atos intrusivos contra a pessoa
02111	Invasão de privacidade
02119	Outros atos intrusivos contra a pessoa
0219	Outros atos que causam danos ou destinados a causar danos à pessoa
Categoria 03	Ato prejudicial de natureza sexual
0301	Violência sexual
03011	Violação
030111	Violação com recurso à força física
030112	Violação sem recurso à força física
030113	Estupro estatutário
030119	Outros tipos de violação
03012	Agressão sexual
030121	Agressão sexual física
030122	Agressão sexual não física
030129	Outros tipos de agressão sexual não classificados noutras categorias

03019	Outros atos de violência sexual
0302	Exploração sexual
03021	Exploração sexual de adultos
03022	Exploração sexual de crianças
030221	Pornografia infantil
030222	Prostituição infantil
030223	Aliciamento de crianças para fins sexuais
030229	Outros tipos de exploração sexual de crianças
03029	Outros atos de exploração sexual
0309	Outros atos prejudiciais de natureza sexual
Categoria 04	Atos contra a propriedade que envolvem violência ou ameaça contra uma pessoa
0401	Roubo
04011	Roubo a pessoa
040111	Roubo a pessoa num local público
040112	Roubo a pessoa num local privado
040119	Outros tipos de roubo a pessoa
04012	Roubo de objetos de valor ou mercadorias em trânsito
040121	Roubo de um automóvel ou veículo
040129	Outros tipos de roubo de objetos de valor ou mercadorias em trânsito
04013	Roubo de um estabelecimento ou instituição
040131	Roubo de uma instituição financeira
040132	Roubo de uma instituição não financeira
04014	Roubo de gado
04019	Outros atos de roubo
0409	Outros atos contra a propriedade que envolvem violência ou ameaça contra uma pessoa
Categoria 05	Atos apenas contra a propriedade
0501	Assalto a propriedade
05011	Assalto a instalações empresariais
05012	Assalto a domínios residenciais particulares
050121	Assalto a residências particulares permanentes
050122	Assalto a residências particulares não permanentes
05013	Assalto a instalações públicas
05019	Outros atos de assalto a propriedade
0502	Furto
05021	Furto de um veículo motorizado ou de peças do mesmo
050211	Furto de um veículo terrestre motorizado
050212	Utilização ilegal de um veículo terrestre motorizado
050213	Furto de peças de um veículo terrestre motorizado
050219	Outros tipos de furto de um veículo motorizado ou de peças do mesmo
05022	Furto de propriedade pessoal
050221	Furto de propriedade pessoal de uma pessoa
050222	Furto de propriedade pessoal de um veículo
050229	Outros tipos de furto de propriedade pessoal
05023	Furto de propriedade empresarial
050231	Furto de loja
050239	Outros tipos de furto de propriedade empresarial
05024	Furto de propriedade pública
05025	Furto de gado
05026	Furto de serviços
05029	Outros atos de furto
0503	Infrações de propriedade intelectual
0504	Danos em propriedade
05041	Danos em propriedade pública
05042	Danos em propriedade pessoal
05043	Danos em propriedade empresarial

05049	Outros tipos de danos em propriedade
0509	Outros atos apenas contra a propriedade
Categoria 06	Atos que envolvem drogas controladas ou outras substâncias psicoativas
0601	Atos ilícitos que envolvem drogas controladas ou precursores
06011	Posse, compra, utilização, cultivo ou produção ilegal de drogas controladas para consumo pessoal
060111	Posse, compra ou utilização ilícita de drogas controladas para consumo pessoal
060112	Cultivo ou produção ilegal de drogas controladas para consumo pessoal
06012	Tráfico, cultivo ou produção ilegal de drogas controladas ou precursores não para consumo pessoal
060121	Tráfico ilícito de drogas controladas não para consumo pessoal
060122	Fabrico ilícito de drogas controladas não para consumo pessoal
060123	Cultivo ilícito de drogas controladas não para consumo pessoal
060124	Desvio ilícito de precursores não para consumo pessoal
060129	Outros tipos de tráfico, cultivo ou produção ilegal de drogas controladas ou precursores não para consumo pessoal
06019	Outros atos ilícitos que envolvem drogas controladas ou precursores
0602	Atos ilícitos que envolvem álcool, tabaco ou outras substâncias controladas
06021	Produção, tratamento, posse ou utilização ilegal de produtos alcoólicos
060211	Posse ou utilização ilícita de produtos alcoólicos
060212	Produção, tráfico ou distribuição ilegal de produtos alcoólicos
060219	Outros tipos de produção, tratamento, posse ou utilização ilegal de produtos alcoólicos
06022	Produção, tratamento, posse ou utilização ilegal de produtos do tabaco
060221	Posse ou utilização ilícita de produtos do tabaco
060222	Produção, tráfico ou distribuição ilegal de produtos do tabaco
060229	Outros tipos de produção, tratamento, posse ou utilização ilegal de produtos do tabaco
06029	Outros atos ilícitos que envolvem álcool, tabaco ou outras substâncias controladas
0609	Outros atos que envolvem drogas controladas ou outras substâncias psicoativas
Categoria 07	Atos que envolvem fraude, engano ou corrupção
0701	Fraude
07011	Fraude financeira
070111	Fraude financeira contra o Estado
070112	Fraude financeira contra pessoas singulares ou coletivas
07019	Outros atos de fraude
0702	Falsificação/Contrafação
07021	Falsificação de meios de pagamento
070211	Falsificação de meios de pagamento em numerário
070212	Falsificação de meios de pagamento não em numerário
07022	Infrações de produtos falsificados
07023	Atos de falsificação/contrafação de documentos
07029	Outros atos de falsificação/contrafação
0703	Corrupção
07031	Suborno
070311	Corrupção ativa
070312	Corrupção passiva
07032	Desvio de fundos
07033	Abuso de funções
07034	Tráfico de influência
07035	Enriquecimento ilícito
07039	Outros atos de corrupção
0704	Atos que envolvem produtos do crime
07041	Branqueamento de capitais
07042	Tráfico ilícito em propriedade cultural
07049	Outros atos que envolvem produtos do crime

Categoria 08	Atos contra a ordem pública, a autoridade e as disposições do Estado
0801	Atos contra normas de conduta de ordem pública
08011	Infrações de distúrbios públicos violentos
08012	Atos relacionados com normas e padrões sociais e religiosos de ordem pública
08019	Outros atos contra normas de conduta de ordem pública
0802	Atos contra normas sexuais de ordem pública
08021	Infrações de prostituição
08022	Infrações de pornografia
08029	Outros atos contra normas sexuais de ordem pública
0803	Atos relacionados com a liberdade de expressão ou controlo de expressão
08031	Atos contra a liberdade de expressão
08032	Atos relacionados com a expressão de crenças e normas sociais controladas
080321	Violações de normas relativas a crenças/perspetivas religiosas
080322	Violações de normas relativas a intolerância e incitamento ao ódio
080329	Outros atos relacionados com a expressão de crenças e normas sociais controladas
08039	Outros atos relacionados com a liberdade de expressão ou controlo de expressão
0804	Atos contrários à receita pública ou a disposições regulamentares
08041	Atos contra disposições de receita pública
08042	Atos contra regulamentos comerciais ou financeiros
08043	Atos contra regulamentos relativos a apostas
08044	Contrabando de mercadorias
08045	Manipulações de mercado ou abuso de informação privilegiada
08049	Outros atos contra a administração pública ou disposições regulamentares
0805	Atos relacionados com a migração
08051	Infrações de introdução clandestina de migrantes
08059	Outros atos ilícitos relacionados com migração
0806	Atos contra o Sistema de Justiça
08061	Obstrução à justiça
08062	Violação de ordem de justiça
08063	Intenção criminal
08064	Conspiração
08069	Outros atos contra o Sistema de Justiça
0807	Atos relacionados com eleições democráticas
08071	Atos destinados a influenciar indevidamente os eleitores em eleições
08079	Outros atos relacionados com eleições democráticas
0808	Atos contrários à legislação laboral
08081	Violações coletivas da legislação laboral
08082	Violações individuais da legislação laboral
0809	Outros atos contra a ordem pública, a autoridade e as disposições do Estado
Categoria 09	Atos contra a segurança pública e a segurança do Estado
0901	Atos que envolvem armas, explosivos e outros materiais de destruição
09011	Posse ou utilização de armas e explosivos
090111	Posse ou utilização ilícita de armas de fogo
090112	Posse ou utilização ilícita de outras armas e explosivos
090113	Posse ou utilização ilícita de materiais químicos, biológicos ou radioativos
090119	Outros atos relacionados com posse ou utilização de armas e explosivos
09012	Tráfico de armas e explosivos
090121	Tráfico de armas de fogo
090122	Tráfico de outras armas ou explosivos
090123	Tráfico de materiais químicos, biológicos ou radioativos
090129	Outros atos relacionados com tráfico de armas e explosivos
09019	Outros atos relacionados com armas e explosivos

0902	Atos contra a saúde e a segurança
09021	Atos contra a saúde e a segurança no trabalho
09029	Outros atos contra a saúde e a segurança
0903	Atos contra sistemas informáticos
09031	Acesso ilícito a um sistema informático
09032	Interferência ilícita num sistema informático ou em dados informáticos
090321	Interferência ilícita num sistema informático
090322	Interferência ilícita em dados informáticos
09033	Interceção ou acesso ilegal a dados informáticos
09039	Outros atos contra sistemas informáticos
0904	Atos contra a segurança do Estado
0905	Atos relacionados com um grupo criminoso organizado
09051	Participação num grupo criminoso organizado
09059	Outros atos relacionados com um grupo criminoso organizado
0906	Terrorismo
09061	Participação num grupo terrorista
09062	Financiamento do terrorismo
09069	Outros atos relacionados com atividades de um grupo terrorista
0907	Infrações rodoviárias não prejudiciais
0909	Outros atos contra a segurança pública e a segurança do Estado
Categoria 10	Atos contra o ambiente natural
1001	Atos que causam a poluição ou a degradação ambiental
10011	Atos que causam a poluição ou a degradação do ar
10012	Atos que causam a poluição ou a degradação da água
10013	Atos que causam a poluição ou degradação do solo
10019	Outros atos que causam a poluição ou a degradação ambiental
1002	Atos que envolvem a circulação ou o despejo de resíduos
10021	Atos que envolvem a circulação ou o despejo de resíduos no interior das fronteiras nacionais
10022	Atos que envolvem a circulação ou o despejo de resíduos além das fronteiras nacionais
1003	Comercialização ou posse de espécies de fauna e flora protegidas ou proibidas
10031	Comercialização ou posse de espécies de fauna e flora selvagens protegidas
100311	Comercialização ou posse de espécies protegidas no interior das fronteiras nacionais
100312	Tráfico de espécies protegidas além das fronteiras nacionais
10032	Comercialização ou posse de espécies animais proibidas ou controladas
10039	Outros tipos de comercialização ou posse de espécies de fauna e flora protegidas ou proibidas
1004	Atos que resultam na destruição ou degradação de recursos naturais
10041	Exploração madeireira ilegal
10042	Caça, pesca ou recolha ilegal de fauna e flora selvagens
10043	Exploração mineira ilegal
10049	Outros atos que resultam na destruição ou degradação de recursos naturais
1009	Outros atos contra o ambiente natural
10091	Atos contra animais
10099	Outros atos contra o ambiente natural
Categoria 11	Outros atos criminosos não classificados noutras categorias
1101	Atos sob a jurisdição universal
11011	Tortura
11012	Pirataria
11013	Crimes de guerra
110131	Homicídio ilícito, que causa ou pretende causar a morte ou lesões graves, associado a conflito armado
110132	Destruição ilícita de propriedade ou danos ilícitos em propriedade associados a conflito armado
110133	Violência sexual associada a conflito armado

110134	Atos contra a liberdade ou a dignidade humana associados a conflito armado
110135	Conscrição ou alistamento de crianças soldado
110139	Outros crimes de guerra
11014	Genocídio
11015	Crimes contra a humanidade
11016	Crime de agressão
11019	Outros atos sob a jurisdição universal
1102	Atos contrários a regulamentos relativos a jovens e atos relativos a menores
11021	Infrações juvenis
11029	Outros atos contrários a regulamentos relativos a jovens e atos relativos a menores
1109	Outros atos criminosos não classificados noutras categorias

**ANEXO III - PRINCÍPIOS ENQUADRADORES PARA PONDERAÇÃO DA SEVERIDADE
CRIMINAL - LINHAS ORIENTADORAS DAS SENTENÇAS (INGLATERRA E PAÍS DE
GALES)**

PRINCÍPIOS ENQUADRADORES PARA AVALIAÇÃO/PONDERAÇÃO DA SEVERIDADE CRIMINAL⁴¹⁹

A gravidade de uma ofensa é determinada por dois parâmetros principais: a culpabilidade do ofensor e os danos causados ou que poderiam ser potencialmente provocados pela prática do ato criminal.

D. A avaliação da culpabilidade e dano

1.15 Secção 143(1) clarifica que a avaliação da gravidade de qualquer ilícito penal deve levar em conta não apenas qualquer dano efetivamente causado pela sua prática, mas também qualquer dano que se pretendesse causar ou que possa previsivelmente ser causado pelo ilícito.

1.16A avaliação da severidade é uma tarefa difícil, particularmente quando existe um desequilíbrio entre culpabilidade e dano:

- ☐ Por vezes o dano causado é maior do que aquele que era pretendido pelo ofensor;
- ☐ Em outras circunstâncias, a culpabilidade do ofensor pode estar em um nível mais alto do que o dano que efetivamente resultou.

1.17 O dano deve sempre ser julgado à luz da culpabilidade. O nível preciso de culpabilidade será determinado por fatores como motivação, se a ofensa foi planeada ou de improviso ou se o ofensor ocupava uma posição de confiança.

A culpabilidade será mais elevada se:

- ☐ Um ofensor causa deliberadamente mais dano do que o necessário para cometer o crime, ou
- ☐ Quando o ofensor tem como alvo uma vítima especialmente vulnerável (devido à sua idade ou juventude, deficiência ou em virtude do trabalho que exerce).

1.18 Quando o resultado da ofensa implicar danos extraordinariamente graves e não tenham sido intencionais, estando fora do controle do ofensor, a avaliação da culpabilidade será significativamente influenciada na medida em que os danos poderiam ter sido previstos.

⁴¹⁹ Fonte: Sentencing Guidelines Council (2004). Tradução parcial do documento, da responsabilidade da presente investigação.

1.19 Se for provocado muito mais danos, ou muito menos danos, pelo crime, do que o ofensor havia previsto, a culpabilidade do ofensor, dependendo das circunstâncias, pode ser considerada como tendo maior ou menor peso, conforme apropriado.

(i) Fatores agravantes

1.20 As linhas orientadoras para definição das sentenças para crimes específicos normalmente incluirão uma lista de fatores agravantes que, se presentes, indicam um nível de culpabilidade mais elevado do que o normal por parte do ofensor, ou um dano mais elevado do que o usual (ou às vezes ambos).

1.21 As listas abaixo reúnem as características agravantes mais importantes com potencial aplicação em mais de uma ofensa ou classe de ofensas. Incluem alguns fatores (como a vulnerabilidade das vítimas ou abuso de confiança) que são características inerentes a certos crimes; nesses casos, a presença do fator agravante já está refletida na pena prevista para o crime e não pode ser usada como justificativa para aumentar ainda mais a sentença. As listas não pretendem ser exaustivas e os fatores agravantes não estão listados em nenhuma ordem particular de prioridade. Ocasionalmente, dois ou mais dos fatores listados descreverão a mesma característica da ofensa e deve haver cautela para a "duplicação de fatores". Os fatores com asterisco são fatores já previstos como agravantes na estatuição penal quando as disposições legais estão em vigor. Aqueles marcados com cardinal ainda precisam ser postos em vigor, mas pela sua relevância devem ser tidos em conta na avaliação dos casos individuais.

1.22 Fatores que indicam grau mais elevado de culpabilidade:

- ☐ Ofensa cometida durante aplicação de medida de coação por outras ofensas*
- ☐ Não cumprimento de sentenças prévias⁴²⁰ #
- ☐ A ofensa foi agravada por motivos raciais ou religiosos*
- ☐ Ofensa motivada por, ou demonstrando, hostilidade à vítima com base em sua orientação sexual (ou orientação sexual presumida)#
- ☐ Ofensa motivada por, ou demonstrando, hostilidade com base na deficiência da vítima (ou presumível deficiência)#
- ☐ Condenação prévia, revelando particularmente um padrão de reincidência #
- ☐ Planear o crime
- ☐ Intenção de cometer um dano mais sério do que o resultado efetivamente obtido

⁴²⁰ No original: Failure to respond to previous sentences.

- ☐ Ofensores que operam em grupos ou gangues
- ☐ Crime "profissional"
- ☐ Cometimento do crime para obtenção de ganho financeiro (quando tal não é inerente à própria previsão do crime)
- ☐ Obtenção de elevado proveito financeiro
- ☐ Tentativa de ocultar ou adulterar provas⁴²¹
- ☐ Ofensor ignorar avisos ou preocupações expressas por outras pessoas sobre o seu comportamento
- ☐ Ofensa cometida durante liberdade condicional
- ☐ Ofensa motivada por hostilidade contra um grupo minoritário, ou contra um ou mais membros desse grupo
- ☐ Deliberadamente cometer crime contra vítima(s) especialmente vulnerável(eis)
- ☐ Cometer crime sob influência de álcool ou drogas
- ☐ Uso de uma arma para intimidar ou ferir a vítima
- ☐ Empregar violência de forma gratuita ou provocar dano deliberadamente à propriedade, além do que seria necessário para cometer o crime
- ☐ Abuso de posição de poder
- ☐ Abuso de uma posição de confiança

1.23 Fatores que indicam um grau de dano mais elevado do que habitual:

- ☐ Múltiplas vítimas
- ☐ Um efeito físico ou psicológico especialmente grave na vítima, mesmo que não intencional
- ☐ Agressões contínuas ou à mesma vítima
- ☐ A vítima é especialmente vulnerável
- ☐ Local onde crime é cometido (por exemplo, em um lugar isolado)

⁴²¹ No original: conceal or dispose of evidence

- ☐ A ofensa é cometida contra aqueles que trabalham no setor público ou prestam serviços ao público.
- ☐ Presença de outros, por exemplo, parentes, e em especial filhos ou parceiros da vítima
- ☐ Degradação adicional da vítima (por exemplo, tirar fotografias de uma vítima como parte de uma ofensa sexual)
- ☐ Em delitos de propriedade, um elevado valor (incluindo valor sentimental) para a vítima ou perda substancial consequente (por exemplo, quando o furto/roubo de equipamento causa uma perturbação grave na vida ou negócio da vítima).

ANEXO IV - MAPA PARA NOTAÇÃO DE CRIMES (MODELO 262)

MAPA PARA NOTAÇÃO DE CRIMES (MODELO 262)⁴²²

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA <i>Direcção-Geral da Política de Justiça</i> Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008, de 13 de Maio) de resposta obrigatória registo no INE sob o nº 9823		ESTATÍSTICAS DA JUSTIÇA - JUSTIÇA PENAL MAPA PARA NOTAÇÃO DE CRIMES															
Orgão de polícia criminal Esquadra/ Posto/ Serviço		Mês DE _____ de _____															
Crimes	Notícias/suspeitos/lesados/valor	Notícias de crimes	Das quais contra desconhecidos	Pessoas colectivas	Agente/suspeito						Pessoas colectivas	Lesado/ofendido					Valor (em euros)
					Sexo		Idade			Detidos		Sexo		Idade			
					M	F	Menos de 16 anos	16 a 24 anos	25 e mais anos			M	F	Menos de 16 anos	16 a 24 anos	25 e mais anos	
					1	2	3	4	5			6	7	8	9	10	
CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO PENAL																	
CRIMES CONTRA AS PESSOAS																	
Crimes contra a vida																	
Homicídio voluntário consumado.....																	
Homicídio por negligência em acidente de viação.....																	
Homicídio por negligência em outras circunstâncias.....																	
Aborto.....																	
Outros crimes contra a vida.....																	
Crimes contra a integridade física																	
Ofensa à integridade física voluntária grave.....																	
Ofensa à integridade física voluntária simples.....																	
Ofensa à integrid. física por negligência em acidente de viação.....																	
Ofensa à integrid. física por negligência em outras circunstâncias.....																	
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos.....																	
Violência doméstica contra menores.....																	
Outros crimes de violência doméstica.....																	
Maus tratos ou sobrecarga de menores.....																	
Outros crimes de maus tratos.....																	
Violação de regras de segurança.....																	
Outros crimes contra a integridade física.....																	
Crimes contra a liberdade pessoal																	
Rapto, sequestro e tomada de reféns.....																	
Ameaça e coacção.....																	
Tráfico de pessoas.....																	
Outros crimes contra a liberdade pessoal.....																	
Crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual																	
Violação.....																	
Abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes.....																	
Lenocínio e pornografia de menores.....																	
Outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual.....																	
Crimes contra a honra																	
Difamação, calúnia e injúria.....																	
Crimes contra a honra cometidos através de meio de comunicação social.....																	
Outros crimes contra a honra.....																	
Crimes contra a reserva da vida privada																	
Violação de domicílio e introdução em lugar vedado ao público.....																	
Devassa da vida privada e violação de segredo.....																	
Devassa por meio de informática.....																	
Outros crimes contra a reserva da vida privada.....																	
Omissão de auxílio.....																	
Outros crimes contra as pessoas.....																	
CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO																	
Crimes contra a propriedade																	
Furto, tráfico de obras de arte e outros bens culturais.....																	
Furto de veículo motorizado.....																	
Furto de máquinas industriais ou agrícolas.....																	
Furto de motor de embarcação.....																	
Furto de combustível em depósitos/máquinas agrícolas ou industriais.....																	
Furto de metais não preciosos.....																	
Furto de animais de explorações agro-pecuárias.....																	
Furto de produtos agrícolas.....																	
Furto em veículo motorizado.....																	
Furto em residência com arromb., escalam. ou chaves falsas.....																	
Furto em residência sem arromb., escalam. ou chaves falsas.....																	
Furto em área anexa a residência.....																	
Furto em supermercado.....																	
Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas.....																	
Furto em edifício comercial ou industrial sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas.....																	
Furto em estabelecimento de ensino com arrombamento, escalamento ou chaves falsas.....																	
Furto em outros edifícios com arrombamento, escalamento ou chaves falsas.....																	
Furto por carteirista.....																	
Furto de oportunidade de objectos não guardados.....																	
Outros furtos.....																	

⁴²² Fonte: DGPJ (2015).

Notícias/suspeitos/lesados/valor	Notícias de crimes		Agente/suspeito								Lesado/ofendido						Valor (em euros)
	2	3	4	Pessoas singulares							11	Pessoas singulares					
				Sexo		Menos de 16 anos	16 a 24 anos	25 e mais anos	Detidos	Sexo		Menos de 16 anos	16 a 24 anos	25 e mais anos			
				M	F					M					F		
Crimes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Roubo por esticção																	
Roubo na via pública (excepto por esticção).....																	
Roubo a residência																	
Roubo de viatura																	
Roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito																	
Roubo a tesouraria ou estação de correio																	
Roubo a farmácias																	
Roubo a ourivesarias																	
Roubo a posto de abastecimento de combustível																	
Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais																	
Roubo em estabelecimento de ensino																	
Roubo em transportes públicos																	
Roubo a transportes de valores																	
Outros roubos																	
Dano contra o património cultural																	
Outro dano																	
Abuso de confiança																	
Outros crimes contra a propriedade																	
Crimes contra o património em geral																	
Burla com fraude bancária																	
Burla relativa a seguros																	
Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços																	
Burla informática e nas comunicações																	
Burla relativa a trabalho ou emprego																	
Outras burlas																	
Extorsão																	
Abuso de cartão de garantia ou de crédito																	
Outros crimes contra o património em geral																	
Crimes contra direitos patrimoniais																	
Insolvência dolosa e negligente																	
Recepção e auxílio material																	
Outros crimes contra direitos patrimoniais																	
Outros crimes contra o património																	
CRIMES CONTRA A IDENTIDADE CULTURAL E INTEGRIDADE PESSOAL																	
Discriminação racial ou religiosa																	
Tortura e outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos																	
Outros crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal																	
CRIMES CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE																	
Crimes contra a família																	
Violação da obrigação de alimentos																	
Subtração de menores																	
Outros crimes contra a família																	
Crimes de falsificação																	
Contratação/falsificação de moeda e passagem de moeda falsa																	
Contratação/falsificação de título de crédito ou valores selados																	
Falsificação de documentos, cunhos, marcas, chancelas, pesos e medidas																	
Outros crimes de falsificação																	
Crimes de perigo comum																	
Incêndio/fogo posto em edifício, construção ou meio de transporte																	
Incêndio/fogo posto em floresta, mata, arvoredor ou seara																	
Dano contra a natureza																	
Poliuição																	
Corrupção de substâncias alimentares ou medicinais																	
Perigo relativo a animais																	
Detenção ou tráfico de armas proibidas																	
Outros crimes de perigo comum																	
Crimes contra a segurança das comunicações																	
Pirataria aérea/outros crimes contra a segurança da aviação civil																	
Condução de veículo com taxa de álcool igual/superior a 1,2g/l																	
Condução perigosa de veículo rodoviário																	
Outros crimes contra a segurança das comunicações																	
Crimes de anti-sociabilidade perigosa																	
Embriaguez e intoxicação																	
Utilização de menor na mendicidade																	
Crimes contra a paz pública																	
Motim, instigação e apologia pública do crime																	
Associação criminosa																	
Outros crimes contra a paz pública																	
Outros crimes contra a vida em sociedade																	
CRIMES CONTRA O ESTADO																	
Crimes contra a soberania nacional																	
Crimes contra a realização do Estado de Direito																	
Tráfico de influências																	
Outros crimes contra a realização do Estado de Direito																	
Crimes eleitorais																	

Notícias/suspeitos/lesados/valor	Crimes	1	Notícias de crimes		Agente/suspeito						Lesado/ofendido						Valor (em euros)	17	
			2	3	4	Pessoas singulares					11	Pessoas singulares							
						Sexo	Idade	Menos de 16 anos	16 a 24 anos	25 e mais anos		Detidos	Sexo	Idade	Menos de 16 anos	16 a 24 anos			25 e mais anos
Crimes contra a autoridade pública																			
Resistência e coação sobre funcionário.....																			
Desobediência.....																			
Tirada, evasão e motim de presos.....																			
Violação de providências públicas.....																			
Usurpação de funções.....																			
Outros crimes contra a autoridade pública.....																			
Crimes contra a realização da justiça																			
Falsidade de depoimento, declaração, testemunho, perícia, interpretação ou tradução.....																			
Branqueamento de vantagens de proveniência ilícita.....																			
Detenção/prisão ilegal.....																			
Violação de segredo de justiça.....																			
Outros crimes contra a realização da justiça.....																			
Crimes cometidos no exercício de funções públicas																			
Corrupção.....																			
Peculato.....																			
Abuso de autoridade.....																			
Outros crimes cometidos no exercício de funções públicas.....																			
Outros crimes contra o Estado.....																			
CRIMES PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO AVULSA																			
Infidelidade no serviço militar.....																			
Deserção.....																			
Insubordinação.....																			
Abuso de autoridade.....																			
Outros crimes estritamente militares.....																			
Tráfico de estupefacientes (inclui precursores).....																			
Cultivo para consumo de estupefacientes.....																			
Outros crimes respeitantes a estupefacientes.....																			
Crimes de violação do direito internacional humanitário.....																			
Organizações terroristas e terrorismo nacional.....																			
Outras organizações terroristas e terrorismo internacional.....																			
Auxílio a imigração ilegal.....																			
Associação de auxílio a imigração ilegal.....																			
Angariação de mão-de-obra ilegal.....																			
Casamentos de conveniência.....																			
Violação da medida de interdição de entrada.....																			
Outros crimes relacionados com a imigração ilegal.....																			
Abuso de informação.....																			
Manipulação do mercado.....																			
Outros crimes cometidos no exercício de actividades comerciais ou financeiras.....																			
Crimes relativos a imprensa (excepto contra a honra).....																			
Crimes contra os direitos de autor.....																			
Crimes contra a propriedade industrial.....																			
Emissão de cheque sem provisão.....																			
Burla tributária.....																			
Frustração de créditos.....																			
Violação de segredo.....																			
Outros crimes tributários comuns.....																			
Contrabando.....																			
Fraude fiscal aduaneira.....																			
Quebra de marcas e selos.....																			
Recepção e auxílio material.....																			
Outros crimes aduaneiros ou n.e.....																			
Fraude fiscal.....																			
Abuso de confiança fiscal.....																			
Fraude contra a segurança social.....																			
Abuso de confiança contra a segurança social.....																			
Abate clandestino e aquisição de animais assim abatidos para consumo público.....																			
Outros crimes contra a saúde/crime contra a saúde n.e.....																			
Crimes contra a genuinidade, qualidade ou composição de géneros alimentícios.....																			

Notícias/suspeitos/lesados/valor Crimes	Notícias de crimes	Agente/suspeito								Lesado/ofendido						Valor (em euros)
		Das quais contra desconhecidos	Pessoas coletivas	Pessoas singulares					Pessoas coletivas	Pessoas singulares						
				Sexo		Idade	Detidos	Sexo		Idade						
				M	F			M			F					
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Fraude/obtenção de subsídios, subvenções, créditos e desvio na sua utilização.																
Especulação.																
Outros crimes contra a economia/crimes contra a economia n.e.																
Exploração ilícita de jogo.																
Prática ilícita de jogo/presença em local de jogo ilícito.																
Coação a prática de jogo.																
Jogo fraudulento.																
Usura para jogo.																
Material de jogo sem autorização.																
Crimes de jogo n.e.																
Crimes relativos a caça e pesca.																
Reprodução ilegítima de programa protegido.																
Acesso indevido ou legítimo/intercepção legítima.																
Violação ou destruição de dados/dano relativo a dados/programas.																
Falsidade informática.																
Sabotagem informática.																
Outros crimes informáticos/crimes informáticos n.e.																
Dano qualificado no âmbito de espetáculo desportivo.																
Participação em rixa e ofensas à integridade física em grupo aquando de espetáculos desportivos.																
Arremesso de objectos e invasão da área do espetáculo desportivo.																
Outros crimes relativos ao desporto.																
Crimes relativos ao serviço militar.																
Deserção e insubordinação.																
Embarque clandestino.																
Introdução de bebidas alcoólicas e substâncias perigosas.																
Embarque/desembarque ilícitos de outra mercadoria.																
Atentado contra a segurança da navegação.																
Abandono do navio.																
Recusa de socorros a náufragos.																
Condução sem habilitação legal.																
Outros crimes.																

NOTA: A INDICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS NOS CRIMES DE HOMICÍDIO VOLUNTÁRIO CONSUMADO, OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA VOLUNTÁRIA GRAVE E NOS CRIMES DE ROUBO DETERMINA O PREENCHIMENTO DO MAPA SEGUINTE - ARMAS E OUTROS MEIOS UTILIZADOS

MAPA PARA NOTAÇÃO DE ARMAS OU OUTROS MEIOS UTILIZADOS																	
Notícias/suspeitos/lesados/valor Armas/meios	Crimes	Homicídio voluntário consumado	Ofensa à integridade física voluntária grave	Roubo por esticção	Roubo na via pública (excepto por esticção)	Roubo a residência	Roubo a viatura	Roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito	Roubo a tesouraria ou estação de correio	Roubo a farmácia	Roubo a ourivesaria	Roubo a posto de abastecimento de combustíveis	Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais	Roubo em estabelecimento de ensino	Roubo em transportes públicos	Roubo a transportes de valores	Outros roubos
Arma de fogo.																	
Arma branca.																	
Instrumento de trabalho.																	
Outros instrumentos.																	
Veneno ou outro produto químico.																	
Força física.																	
Ameaça/coação psicológica.																	
Outra arma ou instrumento.																	
Ignorada.																	
TOTAL (a).																	

(a) DEVE CORRESPONDER AO NÚMERO INDICADO PARA O MESMO CRIME NO MAPA PARA NOTAÇÃO DE CRIMES.

O Comandante

_____ de _____ de _____

ÍNDICES

ÍNDICE DE ESQUEMAS

Esquema 1: Segurança e liberdade - Dimensões positiva e negativa.....	39
Esquema 2: Níveis explicativos do modelo ecológico da violência.....	82
Esquema 3: Pirâmide representativa da criminalidade real e criminalidade medida pelas estatísticas oficiais.....	137
Esquema 4: Pirâmide da violência.	138
Esquema 5: Potenciais formas/metodologias de medição da severidade criminal.	169
Esquema 6: Dimensões subjacentes à avaliação da gravidade dos crimes	471
Esquema 7: Dimensões subjacentes à medição da gravidade dos crimes	519

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de criminalidade registada por mil habitantes, em Portugal e na UE (‰) (2012)	253
Gráfico 2: Taxa média de criminalidade registada por mil habitantes, em Portugal e na UE (‰) (2008-2012).....	253
Gráfico 3: Taxa de criminalidade violenta registada por mil habitantes, em Portugal e na UE (‰) (2012).....	254
Gráfico 4: Taxa média de criminalidade violenta registada por mil habitantes, em Portugal e na UE (‰) (2008-2012).....	254
Gráfico 5: Taxa de homicídios registados por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2015)	255
Gráfico 6: Taxa média de homicídios registados por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2008-2015)	255
Gráfico 7: Taxa de roubos registados por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2015) ..	256
Gráfico 8: Taxa média de roubos registados por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2008-2015)	256
Gráfico 9: Taxa de violações registadas por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2015)	257

Gráfico 10: Taxa média de violações registadas por 100 mil habitantes, em Portugal e na UE (2008-2015)	257
Gráfico 11: Variações/tendências em termos do número (Num) e gravidade (Grav) dos crimes violentos registados (no último ano, 5 anos e 10 anos), segundo a perspetiva dos participantes (%).....	325
Gráfico 12: Número de crimes registados, segundo a tipologia de crime (Fi) (1993 a 2017)...	366
Gráfico 13: Total de crimes registados (Fi) (1993-2017).....	367
Gráfico 14: Número de crimes registados contra o património (Fi) (1993-2017)	367
Gráfico 15: Número de crimes registados contra as pessoas (Fi) (1993-2017)	368
Gráfico 16: Número de crimes registados contra a vida em sociedade (Fi) (1993-2017)	369
Gráfico 17: Número de crimes registados no âmbito da legislação avulsa (Fi) (1993-2017)...	369
Gráfico 18: Número de crimes registados contra o Estado (Fi) (1993-2017).....	370
Gráfico 19: Número de crimes registados contra a identidade cultural e pessoal (Fi) (2000-2017).....	371
Gráfico 20: Número de crimes registados contra animais de companhia (Fi) (2015-2017)	371
Gráfico 21: Proporção de crimes registados, segundo o OPC, e por tipologia de crime (%) (2017)	373
Gráfico 22: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto do homicídio voluntário consumado (%).....	377
Gráfico 23: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto da ofensa à integridade física voluntária grave (%) (2008-2017).....	378
Gráfico 24: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto do roubo (%) (2008-2017)	378
Gráfico 25: Utilização de arma de fogo (AF) no contexto do homicídio voluntário consumado (HVC), ofensa à integridade física grave (OIFG) e roubo (R) (%) (1993-2017)	379
Gráfico 26: Utilização de arma branca (AB) no contexto do homicídio voluntário consumado (HVC), ofensa à integridade física grave (OIFG) e roubo (R) (%) (1993-2017)	380
Gráfico 27: Número de crimes registados no âmbito da CVG (Fi) e seu peso na criminalidade global registada (%) (1993 a 2017)	384
Gráfico 28: Número de crimes registados no âmbito da CVG (Fi) e seu peso na criminalidade global registada (%) (1993 a 2004)	384
Gráfico 29: Número de crimes registados no âmbito da CVG (Fi) e seu peso na criminalidade global (%) (2005 a 2017)	385
Gráfico 30: Número de homicídios voluntários consumados registados (Fi) e respetivo peso na CVG (%) (1993 a 2017)	385

Gráfico 31: Número de violações registadas (Fi) e respetivo peso na CVG (%) (1993 a 2017)	386
Gráfico 32: Número de ofensas à integridade física grave registadas (Fi) e respetivo peso na CVG (%) (1993 a 2017)	387
Gráfico 33: Número de roubos registados e respetivo peso na CVG (%) (1993 a 2017)	387
Gráfico 34: Número de raptos/sequestro/tomada de reféns, extorsão e outros crimes violentos e graves registados (Fi) (1993 a 2017)	388
Gráfico 35: Número de crimes de resistência e coação sobre funcionário registados (Fi) e respetivo peso na CVG (%) (1993 a 2017)	388
Gráfico 36: Número de crimes registados no âmbito da CV/CEV (Fi) e seu peso na criminalidade global registada (%) (2008 a 2017)	390
Gráfico 37: Número de crimes registados no âmbito da CV e da CEV (Fi) (2008 a 2017)	393
Gráfico 38: Número de crimes de exposição ou abandono registados e respetivo peso na CV/CEV (%) (2008 a 2017)	396
Gráfico 39: Número de crimes de VD registados e respetivo peso na CV/CEV (%) (2008 a 2017)	396
Gráfico 40: Número de crimes de maus-tratos registados e respetivo peso na CV/CEV (%) (2008 a 2017)	397
Gráfico 41: Número de crimes de coação sexual registados e respetivo peso na CV/CEV (%) (2008 a 2017)	397
Gráfico 42: Número de crimes de abuso sexual de crianças registados e respetivo peso na CV/CEV (%) (2008 a 2017)	398
Gráfico 43: Proporção de casos de homicídio, rapto/sequestro/tomada de reféns, ofensa à integridade física grave, violação, resistência e coação sobre funcionário e outros crimes violentos registados no total de CV/CEV registada (%) (2008 a 2017)	398
Gráfico 44: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), em termos globais e por tipologia criminal (%) (2011 a 2016)	406
Gráfico 45: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), segundo cada ilícito na tipologia de crimes contra as pessoas (%) (2011 a 2016)	407
Gráfico 46: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), por ilícito na tipologia de crimes contra o património (%) (2011 a 2016)	408
Gráfico 47: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), por tipo de crime na tipologia de crimes contra a vida em sociedade (%) (2011 a 2016)	409

Gráfico 48: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), por tipo de crime na tipologia de crimes contra o Estado (%) (2011 a 2016)	410
Gráfico 49: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), por tipo de crime previsto em legislação avulsa (%) (2011 a 2016).....	411
Gráfico 50: Taxa média de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa), por tipo de crime incluído (ou potencialmente incluído) na criminalidade violenta (%) (2011 a 2016).....	412
Gráfico 51: Estimativa da proporção de crimes que chegam à fase de julgamento (2011-2016), a nível global e no subgrupo de crimes/categorias entre os enquadráveis na criminalidade violenta, tendo em conta os crimes registados em 2010-2015 ou 2011-2016 (%)	419
Gráfico 52: Peso médio de alguns crimes enquadráveis na criminalidade violenta, no total de crimes registado (%) (2010-2015); e peso médio dos processos findos relativos a esses crimes entre o total de processos findos (%) (2011-2016).....	421
Gráfico 53: Taxa média de condenação dos arguidos em processos-crime findos em fase de julgamento nos tribunais judiciais de 1.ª instância - total e valores para alguns crimes enquadráveis na criminalidade violenta (%) (2011-2016).....	423
Gráfico 54: Taxa média de aplicação da pena de prisão efetiva aos condenados em processos-crime findos em fase de julgamento nos tribunais judiciais de 1.ª instância, para alguns crimes enquadráveis na criminalidade violenta (%) (2011-2016).....	425
Gráfico 55: Estimativa da proporção de alguns crimes registados enquadráveis na criminalidade violenta (2010-2015) que chegam à fase de julgamento (%) (2011-2016); taxa média de arguidos condenados e taxa média de aplicação da pena de prisão efetiva (%).....	426
Gráfico 56: Proporção de reclusos condenados a prisão, segundo as penas aplicadas (%) (2012, 2016 e 2017)	429
Gráfico 57: Taxas de variação relativas ao número de reclusos condenados a prisão, segundo as penas aplicadas (%) (2012-2017)	429
Gráfico 58: Taxas de variação relativas ao número de reclusos condenados a prisão, por crime (%) (2013-2017)	431
Gráfico 59: Tipologias de homicídio (simples/qualificado) que se encontram nos registos criminais (%) (2010 a 2017)	436

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Fatores que podem conduzir a uma situação de maior vulnerabilidade das vítimas	53
Quadro 2: Crimes abrangidos na definição de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada (versão CPP prevista no DL n.º 78/87, de 17 de fevereiro).....	108
Quadro 3: Medidas de coação previstas no CPP e respetivos requisitos	118
Quadro 4: Categorias (de nível 1) para classificação dos crimes (ICCS).	140
Quadro 5: Tipo de impacto das intervenções segundo as tendências verificadas em termos do número de participações criminais e da taxa de vitimação	154
Quadro 6: Taxas usadas para medição do crime/vitimização.....	156
Quadro 7: Dez crimes/categorias com ponderação mais elevada no âmbito do índice de severidade criminal do Canadá.....	164
Quadro 8: Dez crimes/categorias com ponderação mais elevada no âmbito do índice de severidade criminal de Inglaterra e País de Gales (Gabinete para as Estatísticas Nacionais).....	165
Quadro 9: Dez crimes/categorias com ponderação mais elevada no âmbito do índice de severidade criminal de Inglaterra e País de Gales (Universidade de Cambridge)...167	
Quadro 10: Fatores agravantes previstos em linhas orientadoras das sentenças (EUA).....	171
Quadro 11: Fatores gerais agravantes previstos nas linhas orientadoras das sentenças (Inglaterra e País de Gales).	173
Quadro 12: Fatores e critérios previstos nas linhas orientadoras das sentenças no âmbito do crime de violação (Inglaterra e País de Gales)	175
Quadro 13: Número de anos de prisão previstos nas linhas orientadoras das sentenças em casos de violação (Inglaterra e País de Gales).....	175
Quadro 14: Tabela de crimes registados e atualizações aprovadas pelo SEN	198
Quadro 15: Evolução das categorias de ilícitos constantes na definição de CVG do RASI ...	212
Quadro 16: Os 11 crimes/categorias em comum entre a definição de criminalidade violenta do CPP e a definição de CVG do RASI.....	215
Quadro 17: Crimes abrangidos apenas por uma das definições de criminalidade violenta/CVG (CPP ou RASI)	216
Quadro 18: Seis crimes potencialmente enquadráveis na criminalidade violenta e não abrangidos pela definição do CPP ou do RASI - interpretação extensiva.....	217
Quadro 19: Outros crimes potencialmente enquadrados na criminalidade violenta previstos em legislação avulsa e não abrangidos pela definição do CPP ou do RASI.....	217

Quadro 20: Resumo comparativo do número de crimes abrangidos nas duas definições de criminalidade violenta.....	218
Quadro 21: Causas de morte por agressão - tipologias segundo a CID 10.....	230
Quadro 22: Situações de perigo previstas na Lei de proteção de crianças e jovens em perigo	235
Quadro 23: Indicadores relativos à população reclusa para Portugal e CoE	261
Quadro 24: Ordenação dos crimes segundo o nível de gravidade atribuído pelos participantes	316
Quadro 25: Ordenação dos indicadores segundo o nível de relevância atribuído pelos participantes	332
Quadro 26: Síntese comparativa do impacto das duas definições de criminalidade violenta na sua medição.....	400
Quadro 27: Posicionamento dos crimes segundo a estimativa da proporção de crimes registados (2010-2015) que chegam à fase de julgamento (2011-2016) e a taxa média de aplicação da pena de prisão efetiva (%)	530
Quadro 28: Proposta de instrumento para efeitos de medição da severidade intra-criminal ..	569

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Número de mortes por agressões e sequelas, sua proporção no total de óbitos, taxas de mortalidade patronizadas por 100 mil habitantes e relação de masculinidade (2012 a 2016).....	231
Tabela 2: Valor do Índice de Bem-estar (global, perspetiva da Qualidade de vida e domínio da Segurança pessoal) e TVMA [2004 (ano base=100) a 2016]	233
Tabela 3: Número de processos acompanhados pelas CPCJ, por tipo (transitado, instaurado ou reaberto), TVar (2012 a 2017) e TVA (2016-2017) (%).....	236
Tabela 4: Número de situações de perigo comunicadas por motivos relacionados diretamente com a prática de crimes, TVar (2012-2017) e TVA (2016-2017) (%), e proporção de situações diagnosticadas face às comunicadas [Fi(%)] (2017)	237
Tabela 5: Número de processos entrados e findos na CPVC, por tipo (crime violento e violência doméstica), TVar (2012 a 2017) e TVA (2016-2017) (%).....	240
Tabela 6: Número de processos findos com e sem indemnização atribuída, por tipo (crime violento e violência doméstica), e taxa de atribuição de indemnização (%) (2012 a 2017).....	242

Tabela 7: Número de processos findos com indemnização atribuída (e número de vítimas apoiadas); montantes das indemnizações (e média por vítima) (€) (2012 a 2017)..	245
Tabela 8: Número de atendimentos, processos, vítimas, crimes registados em geral e número de alguns crimes específicos registados pela APAV (2012, 2016 e 2017), TVar (2012 a 2017) e TVA (2016-2017) (%).....	249
Tabela 9: Número de mulheres vítimas de homicídio segundo análise realizada pela UMAR, por tipo de relação com o autor dos factos [Fi, M(DP)], TVar (2012 a 2017) e TVA (2016-2017) (%).....	251
Tabela 10: Indicadores relativos à criminalidade registada, em Portugal e Europa, por 100 mil habitantes (2011)	258
Tabela 11: Indicadores no domínio do Sistema de Justiça Penal, por 100 mil habitantes (2011)	259
Tabela 12: Indicadores sobre prevalência de vitimação, em Portugal e UE - Inquérito Europeu sobre Violência contra as mulheres (%) (2012)	263
Tabela 13: O crime como principal preocupação a nível pessoal, nacional e na UE, segundo dados do Eurobarómetro (% e posição relativa face a outros países) (2008 a 2018)	264
Tabela 14: Pontuação de Portugal no Índice Global da Paz (e posição relativa face a outros países) (2007 a 2018).....	266
Tabela 15: Confiança na polícia e sentimento de segurança em Portugal, segundo dados do Inquérito Social Europeu (% e posição relativa face a outros países) (2002 a 2016)	268
Tabela 16: Preocupação com a possibilidade de ser vítima de crime violento em Portugal, segundo dados do Inquérito Social Europeu (% e posição relativa face a outros países) (2006 a 2010).....	268
Tabela 17: Alguns indicadores no âmbito da Justiça para Portugal, segundo dados do Inquérito Social Europeu (% e posição relativa face a outros países) (2010)	269
Tabela 18: Distribuição dos participantes, segundo o enquadramento profissional e o distrito/região onde exercem funções [Fi(%)]	306
Tabela 19: Caracterização sociodemográfica dos participantes [Fi, %, Min.-Máx., Me e M(DP)]	309
Tabela 20: Enquadramento e categoria profissional dos participantes (Fi e %).....	310
Tabela 21: Distrito/região onde os participantes exercem funções, tempo de serviço e contexto profissional [Fi, %, Min.-Máx., Me e M(DP)]	311

Tabela 22: Frequência de contacto com a criminalidade violenta por parte dos participantes (Fi e %)	312
Tabela 23: Nível de gravidade atribuído pelos participantes a cada crime (Fi, Me, M, DP e % de casos onde foi atribuído nível 5 ou 6) (n=585)	314
Tabela 24: Perceção dos participantes quanto às variações/tendências registadas no número de crimes violentos praticados (análise quantitativa) (Fi e %)	319
Tabela 25: Crimes violentos praticados cujo número aumentou no último ano (Fi e %).....	321
Tabela 26: Crimes violentos praticados cujo número diminuiu no último ano (Fi e %).....	322
Tabela 27: Perceção dos participantes quanto às variações/tendências registadas na gravidade dos crimes violentos praticados (análise qualitativa) (Fi e %)	323
Tabela 28: Crimes violentos praticados cuja gravidade aumentou no último ano (Fi e %).....	326
Tabela 29: Crimes violentos praticados cuja gravidade diminuiu no último ano (Fi e %).....	327
Tabela 30: Nível de relevância atribuído pelos participantes a cada indicador (Fi, Me, M, DP e % de casos onde foi atribuído nível 5 ou 6) (n=479)	329
Tabela 31: Dimensões da avaliação da gravidade dos crimes (e itens respetivos) e consistência interna (Alfa de Cronbach)	345
Tabela 32: Dimensões da avaliação da relevância de potenciais fatores de medição da gravidade dos crimes (e itens respetivos) e consistência interna (Alfa de Cronbach)	347
Tabela 33: Dimensões relativas à gravidade dos crimes - medidas descritivas	349
Tabela 34: Coeficientes de correlação (Spearman) entre os seis fatores relativos à gravidade dos crimes.....	355
Tabela 35: Síntese dos resultados relativos à influência/relação de fatores sociodemográficos e profissionais nas dimensões da gravidade dos crimes	356
Tabela 36: Comparação dos valores das dimensões relativas à medição da gravidade dos crimes	357
Tabela 37: Coeficientes de correlação (Spearman) entre os cinco fatores da medição da gravidade dos crimes.....	361
Tabela 38: Síntese dos resultados relativos à influência/relação de fatores sociodemográficos e profissionais nas dimensões de medição da gravidade dos crimes	362
Tabela 39: Coeficientes de correlação (Spearman) entre os 6 fatores (gravidade dos crimes) e os 5 fatores (medição da gravidade)	364
Tabela 40: Número de registos no âmbito da criminalidade geral e por tipologia criminal (Fi, M, DP e Me), TVar (%) (1993- 2017) e TVA (2016-2017).....	372

Tabela 41: Dez categorias criminais mais registradas pelos OPC (2017).....	374
Tabela 42: Número de ilícitos registrados no âmbito da CVG, total e por tipo de crime, taxas de variação (%) e medidas descritivas (1993-2017).....	382
Tabela 43: Número de ilícitos registrados no âmbito da CVG, seu peso na criminalidade total, peso de cada tipo de crime na CVG e medidas descritivas (1993 a 2017).....	383
Tabela 44: Número de crimes registrados no âmbito da CV/CEV (total e por tipo de crime), taxas de variação (%) e medidas descritivas (2008 a 2017)	391
Tabela 45: Número de ilícitos registrados no âmbito da CV/CEV (Fi), peso de cada crime no total CV/CEV (%) e medidas descritivas (2008 a 2017).....	394
Tabela 46: Número de outros crimes potencialmente enquadrados na criminalidade violenta e não abrangidos na definição do CPP ou do RASI (Fi), TVA e TVMA (2008-2017)	402
Tabela 47: Número de processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância, total e processos enquadráveis na CV (Fi, M e Me) (2011 a 2016)....	417
Tabela 48: Número de processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância, total e subgrupo de crimes/categorias entre os enquadráveis na CV (Fi, M e Me) (2011 a 2016).....	417
Tabela 49: Número total de arguidos condenados nos processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância (Fi) e taxa de arguidos condenados, no total e subgrupo de crimes/categorias entre os enquadráveis na CV (%) (2011 a 2016).....	422
Tabela 50: Número de condenados e de condenados a pena de prisão efetiva e respectiva proporção de aplicação (Fi, Me, M e %) (2011 a 2016).....	424
Tabela 51: Número de reclusos existentes a 31 de dezembro, por situação penal (Fi), TVar e TVA (%) (2012 a 2017)	427
Tabela 52: Número de reclusos condenados a prisão não substituída e não suspensa, existentes a 31 de dezembro, segundo as penas aplicadas (Fi e %), Tvar e TVA (%) (2012, 2016 e 2017).....	428
Tabela 53: Número de reclusos condenados, existentes a 31 de dezembro, segundo alguns crimes abrangidos na CV (Fi e %), Tvar e TVA (%) (2013, 2016 e 2017)	430
Tabela 54: Número de reclusos evadidos (Fi), TVar e TVA (%) (2012 a 2017)	432
Tabela 55: Número de jovens internados em centros educativos, a 31 de dezembro (Fi), Tvar e TVA (%) (2012 a 2017)	432

Tabela 56: Número de registos criminais cuja condenação incluía o homicídio e/ou homicídio qualificado (consumado ou tentado) (Fi), TVar, TVA e TVMA (%) (2010 a 2017)	435
Tabela 57: Tipologias de homicídio (simples/qualificado, consumado/tentado) nos registos criminais que incluem condenação por este tipo de crime (%), TVar, TVA e TVMA (%) (2010 a 2017)	436
Tabela 58: Proporção de registos em que surge indicada a condenação por outro(s) crime(s) para além do homicídio (em qualquer das suas “tipologias”) (%), Tvar, TVA e TVMA (%) (2010 a 2017)	437
Tabela 59: Proporção de registos criminais, com condenação por homicídio, em que surge indicada a condenação a pena de prisão efetiva (%), TVar, TVA e TVMA (%) (2010 a 2017).....	438
Tabela 60: Duração média da pena de prisão efetiva nas condenações por homicídio (em anos) (M), TVar, TVA e TVMA (%) (2010 a 2017)	439
Tabela 61: Crimes potencialmente abrangidos pela definição de criminalidade violenta, respetiva ponderação e ordenação para efeitos do índice de severidade criminal (com base na moldura penal prevista).....	445
Tabela 62: Índice de severidade criminal (ano base =2008=100), segundo o conjunto de crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta (%) e TVMA (%) (2008-2017).....	448
Tabela 63: Índice de severidade criminal para a criminalidade violenta (ano base =2008=100), segundo as tipologias criminais e TVMA (%) (2008 a 2017).....	450

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS CONSTANTES NOS APÊNDICES (EXCETO SAÍDAS SPSS)

Quadro A1: Crimes abrangidos pela definição de CV ou CEV do Código de Processo Penal (CPP) (art.º 1.º)	645
Quadro A2: Crimes potencialmente abrangidos na definição de criminalidade violenta (60).	651
Quadro A3: Ordenação dos crimes mais graves segundo o enquadramento institucional dos participantes (em que mais de 75% das respostas foram de nível 5 ou 6)	749
Quadro A4: Ordenação dos indicadores mais relevantes segundo o enquadramento institucional dos participantes (em que mais de 75% das respostas foram de nível 5 ou 6)	750

Quadro A5: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da definição/medição da criminalidade violenta segundo os participantes - Critérios de medição	751
Quadro A6: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da definição/medição da criminalidade violenta, segundo os participantes - Estatística/análise/estudos	752
Quadro A7: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta, segundo os participantes - Reforço dos OPC e operadores judiciais	753
Quadro A8: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta, segundo os participantes - Processo penal e punição mais efetiva	754
Quadro A9: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta, segundo os participantes - Fatores psicossociais e prevenção geral	755
Quadro A10: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta, segundo os participantes - Reforço das estratégias relacionadas com atuação (ex.: OPC/FS).....	756
Quadro A11: Aspetos a aperfeiçoar ao nível da prevenção/combate da criminalidade violenta, segundo os participantes - Prevenção da reincidência, apoio às vítimas, estudo da criminalidade e outros aspetos.....	757
Quadro A12: Principais preocupações no âmbito da criminalidade violenta, segundo os participantes - Crimes em concreto ou alvos de crime	758
Quadro A13: Principais preocupações no âmbito da criminalidade violenta, segundo os participantes - Combate ao crime e meios.....	759
Quadro A14: Principais preocupações no âmbito da criminalidade violenta, segundo os participantes - Outras preocupações	760
Tabela A1: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto do HVC (%) (1993-2017) ..	871
Tabela A2: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto da OIFG (%) (1993-2017) ..	872
Tabela A3: Tipo de arma ou instrumento utilizado no contexto do Roubo (%) (1993-2017) ..	873
Tabela A4: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa) (%) (2011 a 2016)	877
Tabela A5: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa) no âmbito de crimes contra as pessoas (%) (2011 a 2016)	877
Tabela A6: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa) no âmbito de crimes contra o património (%) (2011 a 2016)	879
Tabela A7: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa) no âmbito de crimes contra a vida em sociedade e contra o Estado (%) (2011 a 2016).....	880

Tabela A8: Taxa de acusação nos processos findos (DIAP de Lisboa) no âmbito de crimes previstos em legislação avulsa (%) (2011 a 2016)	881
Tabela A9: Processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância- criminalidade violenta) (Fi, M e Me) (2011 a 2016)	885
Tabela A10: Arguidos nos processos-crime findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância (Fi, M e Me) (2011-2016).....	887
Tabela A11: Arguidos nos processos-crime findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância, segundo alguns crimes enquadráveis na criminalidade violenta (Fi) (2011-2016)	888
Tabela A12: Condenados em processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância, por decisão condenatória (Fi e %) (2011-2016).....	889

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos.....	vii
Menções diversas	ix
Siglas, acrónimos, abreviaturas e símbolos.....	xi
Resumo.....	xv
Abstract	xvii
Plano da obra.....	xix
 Introdução.....	 21
 PARTE I - SEGURANÇA, VIOLÊNCIA E CRIME: ENQUADRAMENTO GERAL	 29
1. O Direito à Segurança.....	31
1.1 A definição de Segurança.....	31
1.2 A dimensão objetiva do Direito à segurança	38
1.3 Sentimento de insegurança	42
1.4 Vítimas especialmente vulneráveis	44
2. Conceptualização da Violência	55
2.1 O que é a violência?.....	55
2.2 A violência ao longo dos séculos.....	61
2.2.1 O processo de pacificação da sociedade.....	61
2.2.2 Transformações da violência	65
2.3 Teorias e perspectivas explicativas da violência	71
2.3.1 Autoria da violência: modelos e fatores explicativos	71
2.3.2 Vítimas: fatores de risco	79
2.3.3 A integração das perspectivas: Modelo ecológico da violência.....	81
2.4 Representações da violência	83
2.4.1 Representações sociais da violência.....	83
2.4.2 O papel dos Media	85
3. O crime e a criminalidade violenta no Direito Penal português.....	89
3.1 O Direito Penal: funções e princípios.....	89
3.2 Fases de desenvolvimento do Direito Penal português	94
3.3 O processo penal: da participação, à investigação criminal e à determinação da medida da pena.....	99

3.3.1 Fases do processo penal, a natureza dos crimes e competências de investigação criminal.....	99
3.3.2 A determinação da medida da pena.....	104
3.4 Definição de criminalidade violenta no CPP.....	107
3.5. Implicações legais da definição de criminalidade violenta.....	112
3.5.1 Prioridades no âmbito da Política Criminal.....	112
3.5.2 Estatuto de vítima especialmente vulnerável.....	114
3.5.3 Prazos de prescrição dos crimes.....	116
3.5.4 Medidas de coação.....	117
3.5.5 Concessão de indemnização às vítimas.....	119
3.5.6 Outras implicações.....	121
PARTE II - A MEDIÇÃO DO CRIME.....	129
4. A medição do crime - perspetivas e práticas a nível internacional.....	131
4.1 Linhas orientadoras das organizações internacionais.....	133
4.1.1 Nações Unidas: Sistemas estatísticos de justiça criminal e inquéritos de vitimação.....	133
4.1.2 Conselho da Europa: Publicações e Convenções.....	143
4.1.3 União Europeia: Eurostat e Planos de ação para a medição do crime.....	144
4.2 Comparação entre estatísticas criminais e inquéritos de vitimação.....	148
4.3 Questões técnicas ao nível da análise da taxa de prevalência e taxa de vitimização.....	154
4.4 A medição da severidade criminal.....	158
4.5 Sistemas ou práticas de medição do crime em alguns países.....	176
4.5.1 Canadá.....	177
4.5.2 Estados Unidos da América.....	180
4.5.3 Inglaterra e País de Gales.....	183
4.5.4 Outros países (França e Espanha).....	190
5. A medição do crime - perspetivas e práticas em Portugal.....	195
5.1 Sistema de estatísticas de Justiça criminal.....	195
5.1.1 Criminalidade registada pelos órgãos de polícia criminal.....	196
5.1.2 Relatório Anual de Segurança Interna (IASI).....	207
5.2 A medição da criminalidade violenta.....	211
5.2.1 A definição de CVG do IASI.....	211
5.2.2 Análise comparada dos crimes abrangidos nas duas definições (CPP e IASI).....	215
5.3 Estudos realizados.....	219
5.3.1 Inquéritos de vitimação.....	219

5.3.2 Alguns estudos sobre criminalidade participada.....	221
5.4 Outras fontes e indicadores.....	228
5.4.1 Causas de morte	229
5.4.2 Índice de bem-estar.....	232
5.4.3 Crianças e Jovens em perigo.....	235
5.4.4 Indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica	239
5.4.5 Dados sobre vítimas registadas pela APAV e femicídios coligidos pela UMAR.....	248
5.5 A realidade portuguesa situada na UE e no mundo: alguns dados e indicadores	252
5.5.1 Criminalidade registada	252
5.5.2 Outros indicadores no âmbito do Sistema de Justiça Criminal.....	258
5.5.3 Violência contra as mulheres.....	262
5.5.4 Preocupações relacionadas com o crime (Eurobarómetro)	263
5.5.5 Outros indicadores relativos à segurança	265
 PARTE III - MEDIÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA: ESTUDO DO CASO	
PORTUGUÊS	271
6. Questões e hipóteses de investigação	273
7. Metodologia.....	275
7.1 Instrumentos.....	276
7.1.1 Entrevista	276
7.1.2 Questionário	276
7.1.3 Estatísticas oficiais e outras fontes	282
7.2 Procedimento	285
7.2.1 Entrevistas.....	285
7.2.2 Questionário	286
7.2.3 Estatísticas oficiais e outras fontes	288
7.2.4 Tratamento de dados e análise estatística	296
7.3 Participantes.....	299
7.3.1 Entrevistas.....	299
7.3.2 Questionário	300
7.4 Contactos com entidades estrangeiras	307
8. Análise de resultados da aplicação do questionário	309
8.1 Análise descritiva.....	309
8.1.1 Caracterização dos participantes	309
8.1.2 Gravidade dos crimes violentos	313

8.1.3 Variações/tendências na criminalidade violenta (análise quantitativa e qualitativa)	318
8.1.4 Medição da gravidade dos crimes violentos	327
8.1.5 Políticas públicas - estratégias e medidas.....	336
8.2 Análise dimensional.....	343
8.2.1 Dimensões da análise da gravidade dos crimes	343
8.2.2 Dimensões da medição da gravidade dos crimes	345
8.3 Análise inferencial.....	348
8.3.1 Análise da gravidade dos crimes	349
8.3.2 Análise da medição da gravidade dos crimes	357
8.3.3 Relação entre as dimensões da análise da gravidade dos crimes e as dimensões da medição da sua gravidade	364
9. Evolução da criminalidade em Portugal.....	365
9.1 Criminalidade registada em Portugal.....	365
9.1.1 Tipologias criminais e crimes mais registados	365
9.1.2 Armas e outros meios utilizados.....	376
9.2 Criminalidade violenta registada em Portugal.....	381
9.2.1 Evolução da criminalidade violenta e grave segundo a definição do RASI.....	381
9.2.2 Evolução da criminalidade violenta segundo a definição do CPP.....	389
9.2.3 Comparação da evolução da criminalidade violenta consoante a definição utilizada	399
9.3 Resultados dos inquéritos	403
9.4 Processos-crime em fase de julgamento.....	414
9.4.1 Processos findos e relação com criminalidade registada pelos OPC.....	416
9.4.2 Arguidos condenados	421
9.4.3 Condenações (a pena de prisão efetiva).....	424
9.5 População reclusa.....	427
9.6 Registo criminal - Homicídio	433
10. Ensaio sobre a criação de um índice de severidade criminal	443
PARTE IV - DISCUSSÃO E PROPOSTAS.....	451
11. Discussão	453
11.1 A definição de criminalidade violenta e a avaliação da severidade criminal (inter- criminal).....	453
11.1.1 A definição de criminalidade violenta	454
11.1.2 A avaliação da severidade criminal (inter-crimes)	469

11.1.3 Verificação das hipóteses	476
11.2 Variações/tendências na criminalidade violenta registada.....	477
11.2.1 A posição de Portugal face a outros países	479
11.2.2 Variações/tendências observadas em Portugal na criminalidade violenta registada	485
11.2.3 Indicadores complementares.....	496
11.2.4 Verificação das hipóteses	505
11.3 A medição da severidade criminal (intra-criminal)	513
11.3.1 Perceção dos profissionais.....	517
11.3.2 Tipo de homicídio verificado e duração das penas de prisão decretadas	523
11.3.3 Verificação das hipóteses	525
11.4 A criminalidade violenta e a respetiva progressão ao longo das várias fases do processo criminal.....	526
11.4.1 Taxas de acusação, de condenação e de condenação a pena de prisão efetiva	526
11.4.2 Do registo do crime ao julgamento e à condenação a pena de prisão efetiva	529
11.4.3 Verificação das hipóteses	532
11.5 Estatísticas sobre crimes registados e processos-crime: desafios	538
11.5.1 Cifras cinzentas e práticas de registo.....	538
11.5.2 Das metodologias de registo dos crimes à sua análise e indicadores sobre os resultados dos processos-crime	541
11.5.3 A produção e divulgação das estatísticas criminais e de outros indicadores no âmbito do processo penal.....	550
11.5.4 O papel das estatísticas criminais na (re)definição das políticas públicas	556
12. Propostas no âmbito da medição da criminalidade violenta	562
12.1 Definição e medição da criminalidade violenta.....	562
12.2 Medição da severidade intra-criminal	566
12.3 Medição do crime de homicídio	574
12.4 Outras propostas.....	575
Conclusão.....	581
Bibliografia.....	603
Legislação.....	630
Instrumentos normativos europeus e internacionais	638
Sistemas acedidos para consulta de dados ou informação em linha	639

APÊNDICES.....	641
Apêndice 1 - Crimes abrangidos pela definição de CV/CEV do CPP.....	643
Apêndice 2 - Crimes potencialmente abrangidos na “criminalidade violenta”.....	649
Apêndice 3 - Guião da entrevista	657
Apêndice 4 - Questionário utilizado	665
Apêndice 5 – Descrição dos crimes (apêndice do questionário)	679
Apêndice 6 - Entrevistas realizadas – elenco de participantes	693
Apêndice 7 - Resultados estatísticos – análises capítulo 8	697
A7.1 Análise descritiva (saídas SPSS) - ponto 8.1	699
A7.2 Análise dimensional (saídas SPSS) - ponto 8.2	762
A7.3- Análise inferencial (saídas SPSS) - ponto 8.3.....	794
Apêndice 8 - Criminalidade registada em Portugal: dados complementares sobre armas e outros meios utilizados.....	869
Apêndice 9 - Taxas de acusação - DIAP de Lisboa - 2011 a 2016.....	875
Apêndice 10 - Processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância - dados	883
10.1 - Número de processos- criminalidade violenta	885
10.2 - Arguidos nos processos-crime.....	887
10.3 - Condenados em processos-crime.....	889
ANEXOS.....	891
Anexo I - Estatuto da vítima e Estatuto da vítima especialmente vulnerável.....	893
Anexo II - Classificação Internacional do Crime para fins estatísticos (ICCS)	903
Anexo III - Princípios enquadradores para ponderação da severidade criminal - Linhas orientadoras das sentenças (Inglaterra e País de Gales)	913
Anexo IV - Mapa para notação de crimes (Modelo 262).....	919
Índices.....	925
Índice de esquemas.....	925
Índice de gráficos	925
Índice de quadros.....	929
Índice de tabelas.....	930
Índice de quadros e tabelas constantes nos apêndices (exceto saídas SPSS)	934
Índice geral.....	937